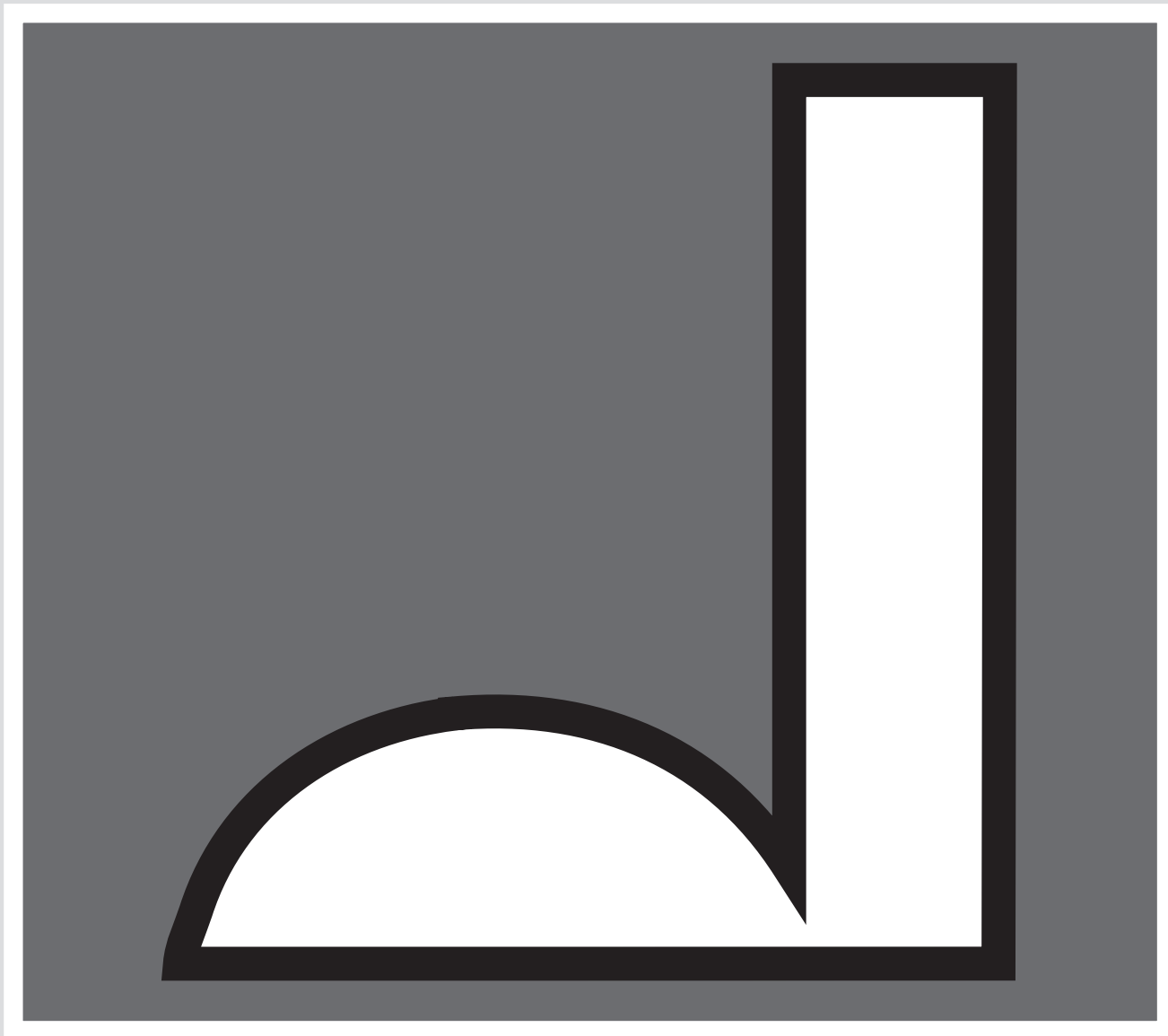




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - SUPL. AO Nº 209 - SEXTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Moraes – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário

1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB (vago) ⁽³⁾ (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR– 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽³⁾ O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES		
1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos		
27ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de setembro de 2005.....	5	
29ª Reunião extraordinária, realizada em 27 de setembro de 2005.....	13	
30ª Reunião extraordinária, realizada em 04 de outubro de 2005	18	
32ª Reunião extraordinária, realizada em 18 de outubro de 2005	26	
34ª Reunião extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2005.....	49	
1.2 – Comissão de Educação		
32ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2005.....	143	
33ª Reunião extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2005.....	162	
34ª Reunião extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2005.....	175	
35ª Reunião extraordinária, realizada em 20 de setembro de 2005.....	191	
36ª Reunião extraordinária realizada conjuntamente com a 7ª Reunião extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e com a 5ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema e Tecnologia, em 27 de setembro de 2005	207	
41ª Reunião extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2005	233	
42ª Reunião extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2005	259	
45ª Reunião extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2005.....	276	
46ª Reunião extraordinária realizada conjuntamente com a 8ª Reunião extraordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, em 17 de novembro de 2005.....	284	
49ª Reunião extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2005.....	300	
50ª Reunião extraordinária, realizada em 06 de dezembro de 2005.....	312	
1.2.1 – Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da Comissão de Educação		
2ª Reunião extraordinária, realizada em 1º de junho de 2005.....		334
3ª Reunião extraordinária realizada conjuntamente com a 22ª Reunião extraordinária da Comissão de Educação, em 08 de junho de 2005		346
4ª Reunião extraordinária, realizada em 22 de junho de 2005.....		368
5ª Reunião extraordinária, realizada em 24 de agosto de 2005.....		388
6ª Reunião extraordinária realizada conjuntamente com a 4ª Reunião extraordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, em 14 de setembro de 2005.....		408
7ª Reunião extraordinária realizada conjuntamente com a 36ª Reunião extraordinária da Comissão de Educação e com a 5ª Reunião extraordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, em 27 de setembro de 2005		433
8ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2005.....		460
9ª Reunião extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2005.....		463
1.3 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa		
9ª Reunião ordinária, realizada em 28 de junho de 2005.....		486
10ª Reunião extraordinária, realizada em 09 de agosto de 2005.....		498
11ª Reunião extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2005.....		503
12ª Reunião ordinária, realizada em 20 de setembro de 2005.....		512
1.4 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária		
19ª Reunião extraordinária realizada conjuntamente com a 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em 10 de agosto de 2005		257
20ª Reunião extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2005.....		551

21ª Reunião extraordinária, realizada em 17 de agosto de 2005.....	560	27ª Reunião extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2005.....	648
22ª Reunião extraordinária, realizada em 19 de agosto de 2005.....	580	29ª Reunião extraordinária, realizada em 11 de outubro de 2005	672
23ª Reunião extraordinária, realizada em 24 de agosto de 2005.....	604	30ª Reunião extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2005	695
25ª Reunião extraordinária, realizada em 26 de agosto de 2005.....	626		

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em vinte de setembro, de 2005, às 11:30 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às treze horas e quarenta e três minutos do dia vinte de setembro do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual da Senadora Ana Júlia Carepa, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Gilberto Goellner, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Demóstenes Torres, Arthur Virgílio, Álvaro Dias, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Aelton Freitas, Sibá Machado, Serys Slhessarenko, Osmar Dias e Jefferson Peres. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Luiz Otávio, Sérgio Cabral, José Maranhão, Delcídio Amaral, Fernando Bezerra, João Capiberibe e Patrícia Saboya Gomes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidente Eventual, Senadora Ana Júlia Carepa, dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta; Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1968, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Jefferson Péres, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas apresentadas. A apreciação da matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que “concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 153, de

2000, Complementar, não terminativo, que “cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados para entes da federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2001, não terminativo, que “dá nova redação ao § 5º do artigo 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que ‘dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2001, não terminativo, que “altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, de forma a conceder melhores condições no financiamento ao fortalecimento e recuperação da pecuária extensiva na região do Pantanal Mato-grossense”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição dos PLS nºs 22 e 23, de 2001. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Aviso nº 40, de 2001, não terminativo, que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão de Plenário nº 45, de 2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de restauração de trechos das Rodovias Estaduais MT-170, 175, 246, 270 e 343, situadas no Estado de Mato Grosso (TC-011.185/2000-1)”, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela comunicação ao Governo do Estado no intuito de que se abstenha, doravante, da emissão de certidões de crédito ou de instrumentos congêneres de crédito, exceto nos casos em que a operação de crédito se opere sob o controle do Senado Federal; e que, também, seja solicitado ao Governo do Estado de Mato Grosso a adaptação do Decreto nº 4.296, de 1994, aos termos da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A apreciação da matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2001, não terminativo, que “modifica a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual), elevando a alíquota do imposto retido na fonte relativo a remessas ao exterior de rendimentos da exploração de obras audiovisuais estrangeiras”, de au-

toria do Deputado Wilson Santos, tendo como Relator o Senador Jefferson Peres, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2004, não terminativo, que “dá nova redação aos parágrafos 2º, 3º e 5º do art. 50, da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e inclui o § 6º, a este mesmo artigo, para adequar esta Lei ao Plano de Equivalência Salarial por Comprometimento de Renda da Lei nº 8.692, de 1993”, de autoria do Senador Leonel Pavan, tendo como Relator o Senador Sibá Machado, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2004, não terminativo, que “institui formas de pagamento de financiamento para estudantes do ensino superior”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Ofício “S” nº 23, de 2004, não terminativo, que “comunica ao Senado Federal irregularidade na contratação de operações de crédito entre os Estados de Alagoas e do Paraná”, de autoria do Ministro de Estado da Fazenda, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pela comunicação, mediante expediente, do Presidente do Senado Federal, aos Governadores dos Estados de Alagoas e do Paraná, aos Chefes dos Poderes Legislativos e aos Tribunais de Contas dos respectivos Estados, da aplicação de sanção prevista no parágrafo único do art. 27 da Resolução nº 43/2001; e pelo envio, ainda, de cópia da Matéria em questão e do Parecer desta Comissão comunicando a decisão ao Ministério Público dos Estados de Alagoas e do Paraná, para as providências cabíveis ao caso, e posterior arquivamento da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2005, não terminativo, que “revoga o art. 57 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 – “Lei de Falências” (Dispõe sobre a apresentação de certidões negativas de débitos tributários)”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Ramez Tebet, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2003, não terminativo, que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir a atribuição de destaque às declarações de qualidades e de características nutritivas, tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos”, de autoria do Senador Tião Viana, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com

decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Ofício “S” nº 01, de 2005, não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização daquela entidade, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, por meio do Aditivo Contratual de 5.2.2004, em desacordo com o artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000 e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001”, de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Luiz Otávio, que oferece Parecer pelo envio de correspondência ao Ministério Público do Estado de São Paulo, comunicando os fatos analisados pela CAE; comunicar à Prefeitura Municipal de São Paulo, a constatação de operação de crédito pela Prefeitura junto à instituição não-financeira sem autorização prévia desta Casa, ficando suspensa a realização de nova operação de crédito pelo Município até que seja regularizada a operação pendente de autorização, de acordo com o artigo 24, § 4º, da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal; e ainda, mediante expediente, comunicar a decisão desta Comissão, ao Chefe do Poder Legislativo do Município de São Paulo e ao Tribunal de Contas da respectiva jurisdição; e posterior arquivamento da matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2003, não terminativo, que “dispõe sobre repatriação de valores depositados no exterior, originados de atividades lícitas”, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2003, Complementar, não terminativo, que “acrescenta § 3º ao artigo 35 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas a permitir a renegociação de contratos, vigentes no momento de promulgação daquela lei, que venham a ter seu equilíbrio econômico-financeiro afetados por perturbação macroeconômica”, de autoria do Senador Hélio Costa, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 15-Aviso nº 18, de 2005, nº 137-MF, na Origem, não terminativo, que “encaminhado em atendimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 2004, referente ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior”, de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pelo conhecimento da Matéria à Comissão e posterior arquivamento. A apreciação da

matéria é adiada; Item 16-Aviso nº 27, de 2005, nº 291-MF, na Origem, não terminativo, “encaminhado em atendimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 2004, referente ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior”, de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pelo conhecimento da Matéria à Comissão e posterior arquivamento. A apreciação da matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2001, não terminativo, que “concede anistia das dívidas de custeio de produtores rurais referentes a contratos celebrados desde a safra 1997/98, cujas atividades financiadas foram afetadas por fenômenos climáticos atípicos e institui crédito de manutenção para mini e pequenos produtores do semi-árido e de outras regiões, e dá outras providências”, de autoria da Senadora Heloisa Helena, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece Parecer por audiência prévia da CCJ para análise da constitucionalidade e juridicidade. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, não terminativo, que “dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer por audiência prévia da CCJ para análise da constitucionalidade e juridicidade. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2004, terminativo, que “revoga o inciso II do art. 2º da Lei nº 9.311/96, que Institui a Contribuição Provisória de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer requerimento solicitando informações à Secretaria da Receita Federal para instruir a Matéria, com base do art. 90, inciso XIII, do R.I.S.F. A apreciação da matéria é adiada; Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004, não terminativo, que “altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para

determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 23-Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2004, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 24-Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, não terminativo, que “altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”, de autoria da CPI do Sistema Financeiro (SF), que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, não terminativo, que “altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral”, de autoria do Senador Paulo Hartung, tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que oferece Parecer pela aprovação do PLS nº 26, de 2000, na forma da Emenda nº 01-CCJ (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 685, de 1999. A matéria já foi apreciada pela CCJ. A apreciação da matéria é adiada; Item 25-Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para dar novo tratamento jurídico ao sigilo das operações de instituições financeiras, com o fim de tornar mais eficiente a persecução penal do Estado”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como

Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada; Item 26-Emenda nº 01-PLEN, oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº 10, de 2001, não terminativo, que “acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 99 da Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, para estabelecer que o Presidente do Banco Central, ou um diretor por ele indicado, comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos para expor as decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária”, de autoria do Senador Paulo Hartung, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação da Emenda nº 01-PLEN oferecida ao Substitutivo apresentado ao Projeto de Resolução nº 10, de 2001. A apreciação da matéria é adiada; Item 27-Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2001, não terminativo, que “cria a Área de Livre Comércio de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 28-Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, não terminativo, que “acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 29-Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2005, não terminativo, que “acrescenta parágrafos aos artigos 17 e 29 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. (Com o objetivo de estimular a contratação de trabalhadores com idade superior a 40 anos e de aprimorar a divulgação de informações acerca dos valores recolhidos ao FGTS e respectivas contas vinculadas)”, de autoria do Senador Marcelo Crivela, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 30-Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2004, não terminativo, que “regulamenta o § 13 do art. 195 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Dispõe sobre o Conselho Nacional de Previdência Social CNPS.)”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela

aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 31-Projeto de Lei do Senado nº 177, de 1996, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento e da outras providências”, de autoria do Senador Francelino Pereira, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03, que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada; Item 32-Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2000, não terminativo, que “altera a Lei nº 9.745, de 15 de dezembro de 1998, para instituir, nas regiões afetadas pela seca, o Programa Especial de Garantia de Renda Mínima, de Autoria do Senador Ronaldo Cunha Lima, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAS, Substitutivo, com a Subemenda nº 01 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 33-Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre as condições exigíveis para a identificação do couro e das matérias-primas sucedâneas, utilizados na confecção de calçados e artefatos”, de autoria do Deputado Osvaldo Coelho, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da matéria é adiada; Item 34-Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2005, não terminativo, que “dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 35-Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2005, não terminativo, que “proíbe a concessão de crédito e a contratação por licitação a pessoas físicas ou jurídicas que tenham incorrido em ato que configure a redução de alguém à condição análoga à de escravo, ou que tenham incorrido em infrações ambientais”, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02, e 03, que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada. Item 36-Men-

sagem do Senado Federal nº 226, de 2005, não terminativa, que “propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 149,750,000.00 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial – BIRD, destinado a financiar parcialmente o Projeto de Apoio à Inclusão Social no Ceará”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Rodolpho Tourinho, usam da palavra os Senadores Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Flexa Ribeiro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. É aprovado, ainda, pela Comissão Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 37-Mensagem do Senado Federal nº 225, de 2005, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Flexa Ribeiro, usa da palavra o Senador Rodolpho Tourinho. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. É aprovado, ainda, pela Comissão Requerimento de Urgência para a Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Ana Júlia Carepa**, Presidente Eventual.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Reunião Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 20 de setembro de 2005, às 11:30h, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado, juntamente com as notas taquigráficas.

Há requerimentos de inversão de pauta para os Itens 36 e 37. Solicito aos Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos que votemos os requerimentos de inversão de pauta para os Itens 36 e 37.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos à aprovação desses Itens referidos, 36 e 37.

Item 36. Mensagem do Senado Federal nº 226, de 2005, propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US\$149.75 milhões (149 milhões e 750 mil dólares dos Estados Unidos da América de principal entre o Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Mundial – Bird, destinado a financiar parcialmente o Projeto de Apoio à Inclusão Social no Ceará, de autoria da Presidência da República. Relator, Senador Rodolpho Tourinho. Com a palavra o Relator.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senadora Ana Júlia, em primeiro lugar, eu gostaria de pedir silêncio aí atrás. Se a senhora puder fazer isso, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA) – Nós estamos agora numa reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Tasso Jereissati, inclusive, solicitou que eu presidisse a reunião. Temos dois projetos importantes. Imagino o interesse do Senador, porque se trata de um crédito para o Estado do Ceará.

Solicito às pessoas que façam silêncio para podermos discutir. Logo após, será feita a reunião da Comissão de Meio Ambiente para discutir e, espero eu, votar o projeto de gestão.

Com a palavra o Relator, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senadora.

Trata-se de um projeto da mais alta relevância de financiamento para o Estado do Ceará no valor de US\$149.75 destinado a financiar o Projeto de Apoio à Inclusão Social no Estado.

Os recursos dessa operação destinam-se a esse apoio e são do Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Mundial, em três parcelas, sendo que a maior parcela é de 144 milhões. Tem a garantia da República Fede-

rativa do Banco do Brasil para desembolso até 31 de dezembro de 2007.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

Eu gostaria de dizer que, em relação a todos os índices exigidos nessas contratações, o Ceará está enquadrado nas despesas de capital do exercício anterior, está enquadrado – aí me refiro à Resolução nº 43 do Senado Federal – nas despesas de capital do exercício corrente, está enquadrado no montante global das operações realizadas num exercício financeiro em relação à receita corrente líquida e está enquadrado em relação ao montante da dívida consolidada, está enquadrado em relação à média do comprometimento anual das amortizações com juros e demais encargos.

Ele apenas extrapola um limite, que é o do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada em relação à receita corrente líquida, ainda que esteja em tendência decrescente, isso é positivo.

Essa extrapolação está amparada pela própria resolução do Senado Federal. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional e seu parecer da STN nº 2004/10, a operação de crédito solicitada, por estar prevista no Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Ceará quando da rolagem das dívidas do Estado, em setembro de 1997, estando, conseqüentemente, excepcionalizada em relação a esse aspecto.

Quero enfatizar não só o enquadramento de todos esses aspectos, mas sempre o enquadramento nos limites maiores, demonstrando um enquadramento decrescente naquilo em que precisava ser decrescente e com índices absolutamente positivos, fruto, evidentemente, de uma administração, que não é só a de hoje, mas também a do Senador Tasso Jereissati, porque isso não se constrói da noite para o dia, isso é uma filosofia, é uma história de implementação de toda essa questão financeira e diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conseqüentemente, nosso parecer é favorável. Considero essencial, não só para o Estado do Ceará, como para o Nordeste a aprovação desse tipo de operação e mais, a participação da República Federativa do Brasil como avalista dessa operação.

Aproveito a oportunidade para parabenizar não só o Senador Tasso Jereissati pelo que fez anteriormente, que possibilitou a tranquilidade – para isso eu queria chamar a atenção – para o enquadramento de uma operação desse valor. São cerca de US\$150 milhões enquadrados absolutamente dentro de todas as normas, dentro de todas as regras e também do Governador Lúcio Alcântara. Acho importante que isso

seja ressaltado, porque, desde que eu comecei, Senador Tasso Jereissati, na vida pública como Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, além de mantermos um excepcional relacionamento entre os dois Estados nessa área fazendária, entre outras áreas, tomei, desde aquela época, esse exemplo do que era feito no Estado do Ceará, que reflete exatamente nesses números, nesse enquadramento. É difícil que existam outros tão bons na Federação brasileira.

Dou os parabéns e recomendo a aprovação em meu voto pessoal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, que já havia pedido, e o Senador Tasso Jereissati, que prometeu que seria rápido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, Senadora Ana Júlia.

Esse empréstimo é possível de ser contraído, até pelas condições saudáveis em que se encontram as finanças e a economia do Estado do Ceará. Isso tem muito a ver com a forma de governar implantada pelo Senador Tasso Jereissati a partir de 1986. É claro que isso teve prosseguimento com seus sucessores. Sem dúvida, não deixou de ter mérito o atual Ministro Ciro Gomes e não deixa de ter muitos méritos o atual Governador Lúcio Alcântara. É uma forma de governar que prevê a questão do ajuste fiscal há muito tempo e, portanto, nos números do Ceará cabe muito bem esse empréstimo, que é proveitoso, que traz juros privilegiados e que traz prazos convidativos.

Portanto, por todas essas razões técnicas e, mais ainda, como homenagem à Bancada do Ceará – Senadora Patrícia Saboya, sempre tão clarividente; Senador Reginaldo Duarte, sempre tão atento e Senador Tasso Jereissati com sua posição de vigilância permanente sobre os interesses do seu Estado – é evidente que nosso voto será muito claramente a favor da aprovação desse empréstimo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA) – Muito obrigada, Senador Arthur Virgílio.

Eu gostaria de fazer um registro importante, Senador. De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, há necessidade da presença de um representante do Estado.

Está presente aqui o Sr. Marcos Costa Holanda, que é Diretor-Geral da Secretaria de Planejamento e Coordenação do Governo do Estado do Ceará. Está sendo cumprida a resolução.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senadora Ana Júlia, eu gostaria apenas de agradecer ao Senador Rodolpho Tourinho, sem dúvida nenhuma, um

dos mais competentes e aplicados Senadores desta Casa, por mais uma vez prestar essa valiosa contribuição com seu talento ao Estado do Ceará.

Em nome do Senador Reginaldo, da Senadora Patrícia, em meu nome e, principalmente, em nome do povo do Ceará, eu queria agradecer por mais essa valiosa contribuição ao Estado.

Agradeço também a V. Ex^a, que abriu mão, inclusive, de fazer o relatório imediatamente depois dessa rica discussão que acabou de acontecer para colocar em votação esse empréstimo do Estado do Ceará. Sei da enorme boa-vontade, freqüentadora que é das noites e dos dias cearenses. Portanto, não me surpreende essa enorme boa-vontade e esse gesto de V. Ex^a em relação ao Estado do Ceará.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA)

– Inclusive, estive na casa de V. Ex^a, juntamente com a Senadora Patrícia, naquele feriado do primeiro semestre deste ano, quando fui a Fortaleza.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A senhora é a pessoa mais diurna que eu conheço.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA)

– Com certeza. Muito mais em solidariedade ao povo do Ceará, em respeito a todos os representantes do Ceará, como V. Ex^a, Senadora Patrícia e Senador Reginaldo. Também atendendo à sua solicitação de que nós iríamos fazer de forma breve.

Com a palavra Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senadora Ana Júlia, que preside esta reunião, Sr^{as} e Srs. Senadores e Senador Tasso Jereissati, eu não poderia deixar de me expressar e, desde já, declarar meu voto favorável ao empréstimo e, se pudesse, com louvor, porque, como bem colocou, parabenizando o Relator, Rodolpho Tourinho, a demonstração da forma correta, determinada e honrada com que o Estado do Ceará tem sido administrado ao longo de praticamente 20 anos. Hoje, Senador Tasso Jereissati, quando Governador, começou a transformar o Estado do Ceará, que passou a ser um exemplo para a Federação brasileira e fez, como disse bem o nosso Líder Arthur Virgílio, antes da Lei de Responsabilidade Fiscal ele já aplicava na sua gestão no Estado do Ceará.

Parabenizo o Senador Tasso Jereissati, a Senadora Patrícia e o Senador Reginaldo. Antes de tudo, parabenizo o povo do Ceará, que teve a inteligência e o bom-senso de elegê-los para que levassem o Estado a essa situação de destaque na Federação brasileira.

Senador Tasso Jereissati, sua administração, a semente plantada por V. Ex^a germinou no Brasil e o Estado do Pará, seguindo o exemplo do Estado do Ceará, bem antes da Lei de Responsabilidade Fiscal,

na administração do então Senador Almir Gabriel, fez o que V. Ex^a fez no Estado do Ceará. Hoje, o Estado do Pará também é modelo no Brasil e mostra a forma tucana de administrar a coisa pública.

Parabéns ao povo do Ceará.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA)

– Obrigada. Não havendo mais quem queira discutir, em votação o parecer do Relator.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – PA) – Pela ordem, Senadora.

Solicito a palavra para pedido de urgência do projeto.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA)

– Deixe-me dar o resultado.

Aprovado o parecer do Relator, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que foi apresentado pelo Senador Rodolpho Tourinho.

Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – PA) –

Desculpe, Senadora. Eu me antecipei ao meu próprio pedido. Peço urgência para esse projeto.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA)

– Solicitada urgência, coloco em votação o pedido de urgência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao Item 2 da pauta, no qual espero termos a mesma agilidade, até mais ainda.

Item 37. Propõe o Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$1 bilhão de principal entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinado ao financiamento parcial do Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Flexa Ribeiro, que apresenta o parecer.

Com a palavra o Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, com a Mensagem nº 225, de 2005, o Presidente da República submete à apreciação desta Casa o pedido de autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$1 bilhão dos Estados Unidos da América de principal entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social e a operação contém as seguintes características e condições básicas que lerei quando da leitura do voto do projeto de resolução.

Acompanham a mensagem do Presidente da República os documentos exigidos para a instrução processual em conformidade com a Resolução do Senado Federal nº 96, de 1989, dentre os quais destacamos a exposição de motivos do Ministro da Fazenda e os pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional favoráveis à operação, bem como o credenciamento do empréstimo junto ao Banco Central do Brasil, as informações concernentes aos limites de endividamento da União e à minuta do contrato.

Análise.

O empréstimo sob exame atende às exigências e condições das operações de crédito da União definidas pelo Senado Federal mediante a Resolução nº 96 de 1989. Ressalte-se que a Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informa que o projeto em apreço encontra-se amparado na Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual da União 2004/2007, às fls. 12 a 14 do processado.

O Orçamento-Geral da União para o exercício de 2005, por sua vez, inclui dotações suficientes para permitir o ingresso de recursos externos e o aporte da contrapartida.

Será solicitado crédito suplementar para possibilitar a execução de atividades ainda em 2005 para ingresso de recursos do BID no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Encontram-se incluídas ainda as dotações necessárias ao pagamento dos encargos financeiros da operação de crédito para o presente exercício, que ficarão a cargo do Ministério da Fazenda.

Ademais, conforme cálculos da Secretaria de Orçamento Federal, a operação de crédito observa os limites de endividamento da União, à fl. 144 do processado. A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda constatou a observância, por parte da União, das condições estabelecidas pela Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

As transferências de renda que estão vinculadas à execução financeira do Programa Bolsa Família encontram-se garantidas, conforme o Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005. Já as transferências vinculadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, não sofrem restrição financeira ou orçamentária, conforme informa fac-símile do MDS de 24 de abril de 2005, às fls. 145 e 146 do processado. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria do Tesouro Nacional manifestaram-se favoravelmente à contratação, destacando-se as seguintes informações: a) o projeto foi identificado como passível de obtenção do finan-

ciamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos – Cofix; b) o Programa tem como objetivo expandir e consolidar o sistema de proteção social baseado no Programa Bolsa Família e no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, ambos programas de transferências condicionadas, bem como o fortalecimento institucional do MDS, em razão das características de sua modalidade de desembolso, promover melhores condições de gestão financeira da União; c) o Banco Central credenciou a operação de crédito; d) o projeto está estimado em US\$7.7 bilhões, além da participação de US\$1 bilhão proveniente da presente operação junto ao BID, o projeto contará com US\$6.7 bilhões a título de contrapartida do Estado brasileiro; e) o custo efetivo estimado para o empréstimo é de 5% ao ano, abaixo do custo de 8,5% ao ano incidentes sobre a captação no mercado internacional, mediante a emissão de título do Tesouro Nacional, com prazo de vencimento equivalente.

Logo, a Secretara do Tesouro Nacional considerou aceitável o patamar de custos do presente empréstimo.

Finalmente, cabe destacar que as condições prévias à realização do primeiro desembolso foram consideradas substancialmente cumpridas pelo BID, conforme carta à fl. 147 do processado.

Voto, Sr^a Presidente.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do pedido de autorização sob exame nos termos do seguinte projeto de resolução:

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$1 bilhão dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinado ao financiamento parcial do Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizado a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$1 bilhão dos Estados Unidos da América de principal entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Parágrafo único. Os recursos oriundos da operação a que se refere o **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social.

Art. 2º A operação de crédito referida nesta primeira resolução contém as seguintes características e condições básicas: 1) Devedor: República Federativa do Brasil; 2) Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; 3) Valor do empréstimo: até US\$1 bilhão dos Estados Unidos da América; 4) Modalidade: empréstimo do mecanismo unimonetário com taxas

de juros ajustáveis; 5) Prazo de desembolso: mínimo de 3 e máximo de até 4 anos a partir da vigência do contrato; 6) Amortização: 44 parcelas semestrais iguais e consecutivas, sendo a primeira paga após os seis meses do último desembolso; 7) Juros: exigidos semestralmente com base no custo de captação do BID para empréstimos unimonetários apurados durante os seis meses anteriores aos respectivos vencimentos, cuja taxa é calculada com base na (inaudível) semestral projetada para o dólar dos Estados Unidos da América acrescida de uma margem expressa com o percentual anual de 0,3% para cobertura de despesas administrativas somadas ao custo de mitigação de risco de 0,5% ao ano e subtraída do Fundo de Custeio do BID para subvenção da (inaudível) de 0,35% ao ano; 8) Comissão de compromisso: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros e calculada com base na taxa de até 0,75% ao ano sobre o saldo devedor não desembolsado, entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato. De acordo com a observância das condições do projeto, a Comissão será de 0,25% ao ano, podendo esse percentual ser modificado semestralmente pelo BID, sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% ao ano; 9) Taxa inicial: 1% sobre o valor do empréstimo a ser debitado após um semestre da data em que o contrato entrar em efetividade.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é de 540 dias a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA)

– Obrigada, Senador.

Em discussão a matéria.

Senador Rodolpho Tourinho com a palavra.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É rápido, Senadora Ana Júlia.

Só quero deixar claro que a esse tipo de projeto sou favorável, declaro logo meu voto. Mas, entendo que isso, no fundo, é uma substituição de caixa do Governo Federal. Ele pode e deve fazer isso, mas não pode cancelar outros projetos externos, como andou cancelando, dando prioridade a esse tipo de filosofia. Está errado. Aconteceu isso com alguns projetos, penso que a filosofia está errada. Quero deixar o protesto, mas voto favoravelmente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA)

– Obrigada, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o parecer do Relator.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o parecer do Relator, favorável nos termos do Plano de Resolução do Senado apresentado.

O SR. – Pela ordem, Srª Presidente.

Eu gostaria de pedir regime de urgência para a tramitação do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. PT – PA) – Em votação o requerimento de urgência para a matéria.

Solicito aos Senadores que concordam que permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de urgência.

Não havendo mais nada a tratar, até porque deixaremos esse requerimento para outra reunião, encerro, agradecendo a presença das Srªs e dos Srs. Senadores e dou como encerrada a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Obrigada.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 04 minutos.)

Ata da Vigésima Nona Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 27 de setembro, de 2005, às 09:30 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e sete de setembro do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Ramez Tebet, Mão Santa, Sérgio Cabral, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, Ideli Salvatti, Antônio Carlos Valadares, Serys Slhessarenko e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Edison Lobão, Gilberto Goellner, Jorge Bornhausen, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, José Maranhão, Delcídio Amaral, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta; Item 01-Ofício “S” nº 01, de 2005, não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Fe-

deral, que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização daquela entidade, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, por meio do Aditivo Contratual de 5.2.2004, em desacordo com o artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000 e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001”, de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Luiz Otávio, que oferece Parecer pelo envio de correspondência ao Ministério Público do Estado de São Paulo, comunicando os fatos analisados pela CAE; comunicar à Prefeitura Municipal de São Paulo, a constatação de operação de crédito pela Prefeitura, junto à instituição não-financeira sem autorização prévia desta Casa, ficando suspensa a realização de nova operação de crédito pelo Município até que seja regularizada a operação pendente de autorização, de acordo com o artigo 24, § 4º, da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal; e, ainda, comunicar a decisão desta Comissão, ao Chefe do Poder Legislativo do Município de São Paulo e ao Tribunal de Contas da respectiva jurisdição; e posterior arquivamento da Matéria. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Luiz Otávio, é concedida Vista ao Senador Aloizio Mercadante, nos termos regimentais. Usa da palavra o Senador Romeu Tuma; Item 02-Ofício “S” nº 23, de 2004, não terminativo, que “comunica ao Senado Federal irregularidade na contratação de operações de crédito entre os Estados de Alagoas e do Paraná”, de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pela comunicação, mediante expediente, aos Governadores dos Estados de Alagoas e do Paraná, aos Chefes dos Poderes Legislativo e aos Tribunais de Contas dos respectivos Estados, da aplicação de sanção prevista no parágrafo único do art. 27 da Resolução nº 43/2001; e pelo envio, ainda, de cópia da Matéria em questão e do Parecer desta Comissão comunicando a decisão ao Ministério Público dos Estados de Alagoas e do Paraná, para as providências cabíveis ao caso, e posterior arquivamento da Matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2000, Complementar, não terminativo, que “cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados para entes da federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2001, não terminativo, que “dá nova redação ao § 5º do artigo 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que ‘dispõe sobre as operações com recursos

dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências”, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2001, não terminativo, que “altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, de forma a conceder melhores condições no financiamento ao fortalecimento e recuperação da pecuária extensiva na região do Pantanal Mato-grossense”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição dos PLS nº 22 e 23, de 2001. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2004, não terminativo, que “dá nova redação aos parágrafos 2º, 3º e 5º do art. 50, da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e inclui o § 6º, a este mesmo artigo, para adequar esta Lei ao Plano de Equivalência Salarial por Comprometimento de Renda da Lei nº 8.692, de 1993”, de autoria do Senador Leonel Pavan, tendo como Relator o Senador Sibá Machado, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2003, Complementar, não terminativo, que “acrescenta § 3º ao artigo 35 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas a permitir a renegociação de contratos, vigentes no momento de promulgação daquela lei, que venham a ter seu equilíbrio econômico-financeiro afetados por perturbação macroeconômica”, de autoria do Senador Hélio Costa, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2004, não terminativo, que “altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer novos equipamentos ou componentes de uso obrigatório nos veículos”, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que oferece Parecer pela rejeição da Matéria. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Usa da palavra o Relator, Senador Romeu Tuma, que solicita a retirada de Pauta do Projeto. A Presidência retira a Matéria de Pauta a pedido do Relator; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo

como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2004, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para dar novo tratamento jurídico ao sigilo das operações de instituições financeiras, com o fim de tornar mais eficiente a persecução penal do Estado”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria com as Emendas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 que apresenta. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2001, não terminativo, que “cria a Área de Livre Comércio de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, não terminativo, que “acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro e como Relator *Ad Hoc* o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 178, de

2005, não terminativo, que “acrescenta parágrafos aos artigos 17 e 29 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Com o objetivo de estimular a contratação de trabalhadores com idade superior a 40 anos e de aprimorar a divulgação de informações acerca dos valores recolhidos ao FGTS e respectivas contas vinculadas)”, de autoria do Senador Marcelo Crivela, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2004, não terminativo, que “regulamenta o § 13 do art. 195 da Constituição Federal, e dá outras providências (Dispõe sobre o Conselho Nacional de Previdência Social CNPS)”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 177, de 1996, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento e dá outras providências”, de autoria do Senador Francelino Pereira, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03, que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da Matéria é adiada; Item 17-Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2005, não terminativo, que “dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2005, não terminativo, que “proíbe a concessão de crédito e a contratação por licitação a pessoas físicas ou jurídicas que tenham incorrido em ato que configure a redução de alguém à condição análoga a de escravo, ou que tenham incorrido em infrações ambientais”, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03, que apresenta. A Matéria, ainda, será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre incentivos fiscais à pro-

dução de fármacos, dos seus insumos e de medicamentos”, de autoria do Senador Papaléo Paes, tendo como Relator o Senador Gilberto Mestrinho, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03, que apresenta. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezenove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Declaro aberta a 29ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura, em 27 de setembro de 2005, às 10 horas e 15 minutos, na sala de reuniões nº 19, na Ala Alexandre Costa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Pela ordem, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, é claro que a nossa pauta é de vital importância para o funcionamento, principalmente na área econômica do Governo. Tenho um projeto importante que está na pauta, de autoria do Senador Eduardo, sobre a colocação de *air bag* em todos os lados do veículo. Esse projeto veio para a Comissão de Assuntos Econômicos porque tem uma incidência no agravamento do preço do custo do veículo. Mas o problema da segurança é que me tem preocupado mais. Falei agora com o Inmetro, e eles preferem fazer um estudo mais aprofundado, porque há indícios, que recebi como informações, de que pode sufocar uma criança o *air bag* traseiro porque ele pode se armar até numa lombada ou numa batida qualquer, qualquer descuido do motorista – e as cidades hoje têm buraco para tudo que é canto –, colocando em risco a segurança das crianças em vez de ajudar a salvá-las.

Então, peço que se aguarde um pouco, o Inmetro se comprometeu a fazer um estudo mais profundo, estou pedindo ao Detran de São Paulo ocorrências e também ao Instituto Médico Legal, para ver se há registros nesse sentido.

Se V. Exª concordar, aguardaríamos um pouco para discutirmos esse assunto com mais tranquilidade, com mais segurança e com as informações dos órgãos competentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Então, fica retirado de pauta o Item 7 por solicitação do Senador Romeu Tuma, do PFL de São Paulo.

Também no Item 1, onde o Ofício S nº 1, de 2005, não-terminativo, comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização daquela entidade, operação de crédito relativo ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente, o Reluz, por meio do aditivo contratual de 5 de abril de 2004, em desacordo com o art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

A autoria desse ofício é do Ministério da Fazenda, e eu sou o Relator. Meu parecer é pelo envio de correspondência ao Ministério Público do Estado de São Paulo, comunicando os fatos analisados pela CAE, comunicando também à Prefeitura Municipal de São Paulo a constatação de operação de crédito pela Prefeitura junto a instituição não-financeira sem autorização prévia desta Casa, ficando suspensa a realização de nova operação de crédito pelo Município até que regularizada a operação pendente de autorização, de acordo com o art. 24, § 4º, da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, e ainda, mediante expediente do Presidente do Senado Federal, comunicando a decisão desta Comissão ao Chefe do Poder Legislativo do Município de São Paulo e ao Tribunal de Contas da respectiva jurisdição e, posteriormente, ao arquivo da matéria.

O Senador Aloizio Mercadante, do PT do Estado de São Paulo também pediu vista do projeto, da matéria desse Item 1. Então, também concedo pedido de vista. Antes de conceder o pedido de vista, tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Achei importante o relatório de V. Exª resumido na descrição da pauta, para ficar bem claro que V. Exª não arquivou o problema, arquivou o processo tomando providências junto aos órgãos competentes para que se manifestem ou, dentro da legalidade, dentro da ordem jurídica, tomem as providências que cada setor quiser. Acho importante essa decisão de V. Exª, acho que foi sábia, porque não fica dormitando nas gavetas do Senado, e todos os órgãos, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público, tomarão conhecimento e, dentro da sua esfera de competência, poderão decidir sobre o encaminhamento do procedimento tomado pela ex-Prefeita.

Obrigado, Sr. Presidente.

Então, agora, V. Exª concedendo vista...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – É, concedendo vista ao Senador Aloizio Mercadante, a pedido, do item nº 1, com relação ao Projeto Reluz,

da Prefeitura de São Paulo, na administração da ex-Prefeita Marta Suplicy.

Assim sendo, vamos encerrar a reunião, tendo em vista a presença do Ministro Hélio Costa no Conselho de Comunicação para tratar da TV digital, matéria realmente muito importante para o País e que está discutida hoje na Comissão de Educação, com a presença do próprio Ministro Hélio Costa.

Encerro a reunião, convocando os Srs. Senadores para a próxima reunião, a se realizar na terça-feira.

(Levanta-se a reunião às 10h19min.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Declaro aberta a 29ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura, em 27 de setembro de 2005, às 10 horas e 15 minutos, na sala de reuniões nº 19, na Ala Alexandre Costa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Pela ordem, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, é claro que a nossa pauta é de vital importância para o funcionamento, principalmente na área econômica do Governo. Tenho um projeto importante que está na pauta, de autoria do Senador Eduardo, sobre a colocação de *air bag* em todos os lados do veículo. Esse projeto veio para a Comissão de Assuntos Econômicos porque tem uma incidência no agravamento do preço do custo do veículo. Mas o problema da segurança é que me tem preocupado mais. Falei agora com o Inmetro, e eles preferem fazer um estudo mais aprofundado, porque há indícios, que recebi como informações, de que pode sufocar uma criança o *air bag* traseiro porque ele pode se armar até numa lombada ou numa batida qualquer, qualquer descuido do motorista – e as cidades hoje têm buraco para tudo que é canto –, colocando em risco a segurança das crianças em vez de ajudar a salvá-las.

Então, peço que se aguarde um pouco, o Inmetro se comprometeu a fazer um estudo mais profundo, estou pedindo ao Detran de São Paulo ocorrências e também ao Instituto Médico Legal, para ver se há registros nesse sentido.

Se V. Exª concordar, aguardaríamos um pouco para discutirmos esse assunto com mais tranquilidade, com mais segurança e com as informações dos órgãos competentes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Então, fica retirado de pauta o Item 7 por solicitação do Senador Romeu Tuma, do PFL de São Paulo.

Também no Item 1, onde o Ofício S nº 1, de 2005, não-terminativo, comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização daquela entidade, operação de crédito relativo ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente, o Reluz, por meio do aditivo contratual de 5 de abril de 2004, em desacordo com o art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

A autoria desse ofício é do Ministério da Fazenda, e eu sou o Relator. Meu parecer é pelo envio de correspondência ao Ministério Público do Estado de São Paulo, comunicando os fatos analisados pela CAE, comunicando também à Prefeitura Municipal de São Paulo a constatação de operação de crédito pela Prefeitura junto a instituição não-financeira sem autorização prévia desta Casa, ficando suspensa a realização de nova operação de crédito pelo Município até que regularizada a operação pendente de autorização, de acordo com o art. 24, § 4º, da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, e ainda, mediante expediente do Presidente do Senado Federal, comunicando a decisão desta Comissão ao Chefe do Poder Legislativo do Município de São Paulo e ao Tribunal de Contas da respectiva jurisdição e, posteriormente, ao arquivo da matéria.

O Senador Aloizio Mercadante, do PT do Estado de São Paulo também pediu vista do projeto, da matéria desse Item 1. Então, também concedo pedido de vista. Antes de conceder o pedido de vista, tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Achei importante o relatório de V. Exª resumido na descrição da pauta, para ficar bem claro que V. Exª não arquivou o problema, arquivou o processo tomando providências junto aos órgãos competentes para que se manifestem ou, dentro da legalidade, dentro da ordem jurídica, tomem as providências que cada setor quiser. Acho importante essa decisão de V. Exª, acho que foi sábia, porque não fica dormitando nas gavetas do Senado, e todos os órgãos, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público, tomarão conhecimento e, dentro da sua esfera de competência, poderão decidir sobre o encaminhamento do procedimento tomado pela ex-Prefeita.

Obrigado, Sr. Presidente.

Então, agora, V. Exª concedendo vista...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – É, concedendo vista ao Senador Aloizio Mercadante, a pedido, do item nº 1, com relação ao Projeto Reluz, da Prefeitura de São Paulo, na administração da ex-Prefeita Marta Suplicy.

Assim sendo, vamos encerrar a reunião, tendo em vista a presença do Ministro Hélio Costa no Conselho de Comunicação para tratar da TV digital, matéria realmente muito importante para o País e que está discutida hoje na Comissão de Educação, com a presença do próprio Ministro Hélio Costa.

Encerro a reunião, convocando os Srs. Senadores para a próxima reunião, a se realizar na terça-feira.

(Levanta-se a reunião às 10h19min.)

Ata da Trigésima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 4 de outubro de 2005, às 09:30 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas do dia quatro de outubro do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Gilberto Goellner, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Magalhães, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares, Serys Slhessarenko e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Mão Santa, José Maranhão, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. O Presidente, Senador Luiz Otávio, declara aberta a Reunião e comunica o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento da Comissão, Ofício nº 190/2005-COFIG/MF, de 23 de agosto de 2005, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 12 da Resolução nº 50/93 do Senado Federal, Relatório sobre financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações-Proex, relativo ao segundo trimestre de 2005; Aviso nº 341/GMF-Aviso nº 32/05 (Aviso nº 11/05), de 2 de setembro de 2005, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o Anexo Demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de julho de 2005, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas; Aviso nº 357/GMF-Aviso nº 33/05 (Aviso nº 09/05), de 08 de setembro de 2005, do Ministério da Fazenda, informando, em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, que não consta nos seus registros, nos meses de abril a junho de 2005, qual-

quer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Aviso nº 382/GMF-Aviso nº 34/05 (Aviso nº 09/05), de 23 de setembro de 2005, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, Relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, nos meses de julho e agosto de 2005, Tabela Demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a Relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. Os expedientes serão posteriormente encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Comunica, ainda, a convocação de Audiência Pública, a realizar-se quinta-feira, 6 de outubro, de 2005, às 10:00 horas, no Plenário nº 2, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença do Doutor Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da LEI Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), determinando que, “no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços”. Foram apresentados e lidos, pelo Presidente, o Requerimento, de autoria do Senador Luiz Otávio, que nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 133, V, d, e art. 138, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas a Sra. Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações atualizadas sobre o objeto da Mensagem nº 123, de 2000, que “solicita ao Senado Federal seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, em R\$ 3.330.000.000,00 (três bilhões, trezentos e trinta milhões de reais), a serem destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total, sendo R\$ 2.220.000.000,00 (dois bilhões e duzentos e vinte milhões de reais) a serem contratados no corrente exercício e R\$ 1.110.000.000,00 (um bilhão, cento e dez milhões de reais), em 2001”, bem como sobre sua pertinência em face dos acontecimentos ocorridos entre a sua origem e o presente momento, visando subsidiar o reexame do assunto pela Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, pelo Plenário do Senado Federal; Requerimento, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216,

I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Ministério da Fazenda estimativas do impacto fiscal, no período 2005-2007, da eventual entrada em vigor do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2004, Complementar, ou de seus apensados, PLS nº 343, de 2003, PLS nº 2, de 2004, e o PLS nº 146, de 2004; Requerimento, de autoria dos Senadores Romero Jucá, Ana Júlia Carepa e Eduardo Suplicy, requerendo, nos termos regimentais, seja realizada audiência Pública com a presença do Procurador Geral da Fazenda Nacional, ou representante por ele indicado, bem como de representante do Ministério da Fazenda, a ser indicado pelo Ministro Antônio Palocci, a fim de instruir a deliberação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar; Requerimento, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública com a presença do Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o processo de intervenção e liquidação do Banco Santos; e Requerimento, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, requerendo, nos termos regimentais, seja convidado o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Henrique Meirelles, para explicar ao Senado Federal as divergências entre as respostas apresentadas pelo Banco para o Requerimento de Informações nº 565/99, de autoria do Deputado Ricardo Berzoini e o Requerimento de Informações nº 314/05, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e da Senadora Ideli Salvatti, acerca das leis que beneficiam os aposentados e os pensionistas do Banespa. Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Gilberto Goellner e Valdir Raupp. A apreciação dos referidos Requerimentos e das Matérias constantes da Pauta fica adiada em virtude da falta de quorum após a leitura dos Requerimentos; Item 01-Projeto de Resolução nº 80, de 2000, advindo da Mensagem (SF) nº 123, de 2000, não terminativo, que “autoriza a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás, a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em R\$ 3.330.000.000,00 (três bilhões, trezentos e trinta milhões de reais), cujos recursos serão destinados ao alongamento de sua dívida, sem aumento do endividamento total”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Luiz Otávio, que oferece Parecer pelo envio de ofício ao Executivo solicitando informações atualizadas sobre a Mensagem nº 123/00. A apreciação da matéria é adiada; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências”, de autoria do Deputado Afonso Camargo, tendo como Relator o Senador Wellington

Salgado, que oferece Parecer por audiência prévia da CCJ. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. A apreciação da matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2000, Complementar, não terminativo, que “cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados para entes da federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2001, não terminativo, que “dá nova redação ao § 5º do artigo 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que ‘dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2001, não terminativo, que “altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, de forma a conceder melhores condições no financiamento ao fortalecimento e recuperação da pecuária extensiva na região do Pantanal Mato-grossense”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição dos PLS nº 22 e 23, de 2001. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2004, não terminativo, que “dá nova redação aos parágrafos 2º, 3º e 5º do art. 50, da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e inclui o § 6º, a este mesmo artigo, para adequar esta Lei ao Plano de Equivalência Salarial por Comprometimento de Renda da Lei nº 8.692, de 1993”, de autoria do Senador Leonel Pavan, tendo como Relator o Senador Sibá Machado, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2003, Complementar, não terminativo, que “acrescenta § 3º ao artigo 35 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas a permitir a renegociação de contratos, vigentes no momento de promulgação daquela lei, que venham a ter seu equilíbrio econômico-financeiro afetados por perturbação macroeconômica”, de autoria do Senador Hélio Costa, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto.

A apreciação da matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2004, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário simplificado das microempresas e das empresas de pequeno porte (Simples), para determinar a revisão dos valores monetários nela constantes, e dá outras providências”, de autoria: Senador Maguito Vilela, que se encontra tramitando em conjunto com os seguintes projetos, Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), para determinar a revisão dos valores monetários nela constantes”, de autoria do Senador Osmar Dias; Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2004, terminativo, que “atualiza valores das faixas de referência do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, de que trata a Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996”, de autoria do Senador Paulo Paim; Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2004, terminativo, que “atualiza valores das faixas de referência do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, de que trata a Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao PLS nº 65, de 2004, com as Emendas nºs 01 e 02, que apresenta, e pelo arquivamento do PLS nº 343, de 2003, e dos PLS’s nºs 2 e 146, de 2004. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2004, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo

de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2001, não terminativo, que “cria a Área de Livre Comércio de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, não terminativo, que “acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro e como Relator Ad Hoc o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2005, não terminativo, que “acrescenta parágrafos aos artigos 17 e 29 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Com o objetivo de estimular a contratação de trabalhadores com idade superior a 40 anos e de aprimorar a divulgação de informações acerca dos valores recolhidos ao FGTS e respectivas contas vinculadas)”, de autoria do Senador Marcelo Crivela, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14-Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2004, não terminativo, que “regulamenta o § 13 do art. 195 da Constituição Federal, e dá outras providências (Dispõe sobre o Conselho Nacional de Previdência Social CNPS)”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 177, de 1996, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento e

dá outras providências”, de autoria do Senador Francelino Pereira, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03, que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 4 de outubro de 2005, às 10h, na sala de reunião nº 19, Ala Alexandre Costa.

Às Sr^{as} e aos Srs. Senadores comunico que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

1)Ofício nº 190/2005 do Ministério da Fazenda, de 23 de agosto de 2005, encaminhando, em cumprimento ao art. 12 da Resolução nº 50/93 do Senado Federal, relatório sobre financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações – Proex – relativo ao segundo trimestre de 2005.

2)Avisos nº 341, nº 32/05 e nº 11, de 2 de setembro de 2005, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o anexo demonstrativo das emissões do real relativas ao mês de julho de 2005. As razões delas determinantes é a proteção das reservas internacionais a elas vinculadas.

3)Avisos nº 357, nº 33 e nº 9, de 8 de setembro de 2005, do Ministério da Fazenda, informando, em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal, que não consta nos seus registros, nos meses de abril a junho de 2005, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

4)Aviso nº 382 do Ministério da Fazenda, de 23 de setembro de 2005, encaminhando, em cumprimento do art. 41 da Resolução do Senado, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda nos meses de julho e agosto de 2005, a tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

Os expedientes serão posteriormente encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Comunico também às Sr^{as} e aos Srs. Senadores membros desta Comissão que está convocada uma audiência pública a se realizar nesta quinta-feira, 6 de outubro de 2005, às 10h, no Plenário nº 2 do anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença do Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), determinando que, no prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal das operações e os resultados demonstrados no balanço.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a está anunciando, então, que, na próxima quinta-feira, às 10h, ali na sala da Comissão de Orçamento, haverá a reunião – que entendo, portanto, ser conjunta – da CAE com a Comissão Mista do Orçamento para ouvir o Presidente Henrique Meirelles sobre o desenvolvimento da política monetária.

Eu gostaria de lembrar, Sr. Presidente, que temos aprovado aqui, na CAE, um requerimento de minha autoria para que tanto o Presidente do Banco Central como os membros da Diretoria do Banco Central, que são membros do Comitê de Política Monetária, possam um dia vir a esta Comissão para que possamos ouvir as diversas formas de pensamento dos membros do Copom relativamente à definição seja da taxa Selic, seja da taxa de juros ou do conjunto da política monetária, dos seus objetivos.

Eu pergunto, Sr. Presidente: essa reunião poder-se-ia fazer junto com essa outra que V. Ex^a acaba de anunciar, para que nessa mesma oportunidade pudesse haver até a presença dos demais diretores do Copom? Ou teríamos uma reunião em separado? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta, Sr. Presidente: estou encaminhando a V. Ex^a um requerimento no sentido de que possa o Presidente do Banco Central, Henrique de Campos Meirelles, comparecer ao Senado para explicar as divergências apresentadas pelo Banco

Central com respeito ao Requerimento de Informações nº 565, de 1999, do Deputado Ricardo Berzoini, e o Requerimento de Informações nº 314, de 2005, de minha autoria e da Senadora Ideli Salvatti, acerca das leis que beneficiam os aposentados e os pensionistas do Banespa.

Nós aprovamos aqui uma resolução relativamente às responsabilidades do Governo do Estado de São Paulo junto ao Banespa e aos direitos dos que trabalhavam no Banespa, que são cerca de trinta mil banespianos, relativamente aos seus direitos de aposentadoria. Por essa resolução, haveria um tratamento, que, entretanto, acabou não sendo estritamente obedecido. Em 1999, quando o Banco Central respondeu ao Deputado Ricardo Berzoini, deu um tipo de informação; agora, em 2005, deu outro tipo de informação. Então, eu agradeço se pudermos até aprovar esse requerimento, porque dessa maneira o Presidente Henrique Meirelles poderia, por ocasião de sua vinda à CAE e à Comissão Mista de Orçamento, estar preparado para também responder a essa pergunta.

Então, se for possível colocar para apreciação esse requerimento, como se trata apenas de uma pergunta – a primeira questão é de maior complexidade, porque envolveria todo o debate da política monetária –, pergunto a V. Ex^a se acharia melhor fazermos por ocasião dessa reunião conjunta ou em reunião separada aqui.

Talvez fosse até o caso de haver essa reunião conjunta da Comissão Mista de Orçamento e da CAE com o Presidente Henrique Meirelles se tornando uma reunião especial à qual ele viria com os demais diretores do Banco Central, já que ele vai expor a condução da política monetária, para que tenhamos uma visão não apenas homogênea, mas das diversas formas de pensamento daqueles que integram o Copom.

V. Ex^a sabe que tem sido um dos temas de maior debate na sociedade brasileira a questão de como são definidas as taxas de juros. Felizmente começa a haver uma redução ainda modesta, bastante gradual. Mas acho que seria muito interessante e oportuno que venhamos a aprofundarmos o debate sobre como vamos efetivamente chegar a taxas de juros mais condizentes com uma economia que apresenta, em grande parte, hoje, dados positivos do ponto de vista da estabilidade de preços, mas que precisa avançar no sentido de termos ritmos de crescimento mais elevados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Eduardo Suplicy, conforme o art. 46 da Resolução nº 1 do Congresso Nacional, é que o Senador Gilberto Mestrinho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convidou não só a Presidência como todos os Srs. Senadores

membros da Comissão de Assuntos Econômicos, como também das comissões temáticas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para cumprir o disposto no artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que obriga a presença do Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles a essa audiência, essa reunião.

Na verdade, V. Ex^a apresentou o requerimento já convidando o Presidente Henrique Meirelles bem como os membros do Copom (Comitê de Política Monetária). Então, foi aprovado o requerimento de convite.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– E V. Ex^a tem um outro requerimento, também de um convite, da presença do Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, também com a sua Diretoria. Também é outro convite. Então, sinceramente, tenho certeza de que, se continuarmos a convidá-lo, ele vai marcar a data na sua agenda, na sua conveniência. Então, V. Ex^a tem que decidir se quer convidá-lo ou convocá-lo. Aí, realmente, S. Ex^a vem. Aí é uma obrigação, S. Ex^a não pode deixar de cumprir a convocação do Senado Federal.

Sinceramente, quem decide é V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, meu requerimento estava colocado em termos de convite porque temos tido uma relação muito positiva com a disposição do Presidente do Banco Central de sempre comparecer aqui na medida em que haja a possibilidade tanto nossa quanto da parte de S. Ex^a. Muitas vezes o acúmulo de tarefas aqui, no Senado Federal, tem sido de tal ordem que já faz agora algum tempo que não temos a visita do Presidente do Banco Central. Mas acho que seria adequado termos a visita de S. Ex^a e da Diretoria do Banco Central para uma discussão de profundidade aqui, no Senado Federal. Em termos de preferência, avalio que seria bom termos o debate aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, relativamente aos itens que constam da pauta de hoje, para apresentar outro requerimento.

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro sejam solicitadas ao Ministério da Fazenda estimativas do impacto fiscal no período 2005-2007 da eventual entrada em vigor do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2004, complementar, e de seus apensados – Projeto de Lei nº 343, de 2003; nº 2, de 2004; e 146, de 2004 – pois, para que votemos os projetos de lei referentes ao Simples, ou seja, às microempresas e pequenas empresas, considero muito importante que possa o Ministério da Fazenda prover as informações do impacto que haverá no Orçamento da União em decorrência dessas decisões ou de eventual projeto.

Alerto que, como a Medida Provisória nº 252, a chamada MP do Bem, também tem uma modificação dos valores considerados para micro e pequenas empresas, acho que seria importante que o Ministério da Fazenda pudesse prover as informações sobre o eventual impacto disso antes de votarmos essa matéria.

Por isso, encaminho a V. Ex^a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O requerimento de V. Ex^a será lido e votado posteriormente, após a leitura do parecer do Item 1 – 8, que é o Projeto de Lei do Senado nº 43, complementar...

É item 7?

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Item 7 e os apensados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A Assessoria aqui marcou 8. Cadê o 7? O Dr. Gonzaga hoje está meio “nervoso”, me deu a página errada.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – É o Item 7.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O Item nº 7 é o Projeto de Lei do Senado nº 65, complementar, não-terminativo, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário simplificado das microempresas e das empresas de pequeno porte – Simples, para determinar a revisão dos valores monetários nela constantes, e dá outras providências, de autoria do Senador Maguito Vilela.

Faremos isso após a leitura do parecer do projeto.

Ainda temos requerimentos do Senador Eduardo Supply, como foi lido há pouco. Há também requerimento de minha autoria encaminhando à Mesa do Senado Federal, para as devidas providências, um projeto da Petrobrás, no caso, para encaminhar à Ministra Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações atualizadas sobre o Projeto de Mensagem nº 123, que solicita ao Senado Federal seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. em três bilhões, trezentos e trinta milhões de reais, a serem destinados ao alongamento da dívida sem aumento do endividamento total, sendo dois bilhões, duzentos e vinte milhões de reais a serem contratados no exercício e um bilhão cento e dez milhões de reais no próximo exercício, bem como sobre sua pertinência em face dos acontecimentos ocorridos entre a origem e o presente momento, visando subsidiar o reexame do assunto pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Na verdade, esse é um projeto do ano de 2000, e a Petrobras à época pediu que fossem aguardadas as informações que foram mandadas à Petrobras para aguardar o projeto, tendo em vista a mudança que

aconteceu no Governo em 2002. E o Presidente da Petrobrás, Eduardo Dutra, que esteve aqui, inclusive, numa audiência pública, pediu que fosse aguardado, tendo em vista que não havia decisão a respeito dessa matéria.

Como ela já está há muito tempo aqui, estamos encaminhando à Casa Civil, à Ministra Dilma Rousseff, para que possa encaminhar a decisão do Governo sobre a importância, sobre o interesse da aprovação ou não dessa matéria – possivelmente, se não houver interesse do Governo, pelo arquivamento.

Temos um outro requerimento aqui do Senador Gilberto Goellner, que requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada uma audiência pública com o Exm^o Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o processo de intervenção e liquidação do Banco Santos.

A justificação feita pelo Senador é de que a intervenção e a liquidação no Banco Santos foi acompanhada com muita surpresa e apreensão pelos diversos segmentos empresariais brasileiros e por todas as pessoas que mantinham negócios com aquele grupo financeiro, o que afetou financeiramente aquelas pessoas, que até então o consideravam uma sólida instituição financeira e investiam nela seus recursos.

O rombo provocado foi estimado, em um primeiro momento, em R\$2,24 bilhões, mas esse valor hoje ultrapassa cerca de R\$3 bilhões. As informações divulgadas dão conta de que a maior parte do desfalque foi proveniente de operações irregulares praticadas pelos administradores daquele Banco.

O Juiz Caio Marcelo Mendes de Oliveira, da 2^a Vara de Recuperação e Falências de São Paulo, concluiu que, no caso do Banco Santos, houve gestão nefasta na administração do Banco, prática de atos ilícitos, muitos deles a caracterizar crime. A Promotora Camila Moreira entende que essa tenha sido a pior fraude do sistema financeiro nacional, uma vez que muitos bancos já quebraram por causa da conjuntura econômica da época, mas a falência do Banco Santos foi em decorrência de fraudes grosseiras. Nenhuma entidade foi capaz de prever esse quadro de desequilíbrio no Banco Santos. O Banco Central, que tem como uma de suas funções fiscalizar as entidades financeiras do País, não foi capaz de prever a fragilidade daquela instituição bancária, nem de adotar medidas pró-ativas exigidas pela situação, a fim de que o Banco Santos não se tornasse insolvente.

Empresas independentes de auditoria não foram competentes para identificar as informações distorcidas da contabilidade criativa do Banco Santos. Também

empresas de análise de risco mantinham, até a véspera da intervenção, classificação positiva dos títulos do Banco Santos.

Existem perguntas que não foram devidamente respondidas:

Por que o Banco Central, na sua supervisão bancária, não teve uma atuação rápida e pró-ativa, tendo só agido para decretar a intervenção?

Por que a atual contabilidade bancária não é transparente, mas, pelo contrário, ajuda a camuflar as fragilidades da instituição financeira em dificuldade?

Por que as empresas de auditoria não alertaram sobre a má saúde financeira do Banco Santos?

Quais os métodos utilizados pelas empresas de classificação de risco e por que elas não rebaixaram os títulos emitidos pelo Banco Santos?

Por que as irregularidades foram mantidas escondidas numa “caixa preta”, e os investidores só tomaram conhecimento delas por ocasião da intervenção do Banco Central?

Ora, sem respostas convincentes para essas questões, tem-se o direito de pensar que tem havido no mínimo leniência do Banco Central, das empresas de auditoria, das análises de risco e da fiscalização. É uma total e enervante desconsideração com os investidores e correntistas do Banco Santos.

O Banco Central, apesar de estar acompanhando e monitorando o Banco Santos desde 2001 por causa de irregularidades identificadas, tinha o dever de resguardar os investidores e de evitar que aquele Banco chegasse ao estado de insolvência. O Banco Santos, dias antes da intervenção do Banco Central, estava captando recursos e operando normalmente no mercado, sem nenhuma restrição. Consta que o Banco Central amenizou exigências e aprovou balanços daquele Banco referentes a um período muito próximo da data da decretação da intervenção.

Portanto, o Banco Central deve à sociedade uma explicação convincente sob pena de ser considerado responsável pelos prejuízos decorrentes de sua atuação nesse caso.

Assim, a presença do Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, poderá trazer aos Senadores e Senadoras os esclarecimentos necessários para que se identifiquem as causas e os responsáveis pelo processo que levou à intervenção, liquidação e posterior falência do Banco Santos.

Senador Gilberto Goellner, está lido o requerimento de V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Pergunto se será submetido agora à apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Não temos quórum.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Não tem quórum?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Para uma questão de ordem, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Temos quórum para votar matérias não terminativas?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Não, nem para votar requerimento, nem ata

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Nem requerimento? Nem ata?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Nada. Estamos apenas lendo requerimentos, colocando a par dos Srs. membros da Comissão de Assuntos Econômicos os temas e os assuntos que chegaram a nosso conhecimento e aguardando a oportunidade de termos quórum para votarmos matérias como o requerimento do Senador Eduardo Suplicy, o requerimento do Senador Gilberto Goellner e até o meu requerimento pedindo um posicionamento a respeito do caso da Petrobras.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, sou Relator do item 4 e estou um pouco apreensivo porque tenho que sair. As CPIs voltaram com toda a força depois de uma semana de paralisação devido à eleição da Presidência da Câmara dos Deputados. Agora já há duas CPIs de que sou membro que já estão começando e tenho requerimentos para votar lá. Acho que vou ter que...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A CPI é só às 11h30min.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Não, 10h30min.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Nós tínhamos uma decisão da Mesa, do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, de que íamos antecipar as reuniões das comissões temáticas para darmos tempo para as reuniões das comissões parlamentares de inquérito.

Também temos um requerimento dos Senadores Romero Jucá, Eduardo Suplicy e Ana Júlia Carepa requerendo, nos termos regimentais, seja também realizada uma audiência pública com a presença do Procurador-Geral da Fazenda Nacional ou um representante por ele indicado, bem como de representante do Ministério da Fazenda a ser indicado pelo Ministro titular da Pasta, Antônio Palocci, a fim de instruir deliberação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004.

Esse é o item 8, na verdade. Também vamos aguardar, porque o projeto dispõe de que as Fazendas Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal emitirão certificados nominativos atestando a certeza, exigibilidade e liquidez dos créditos oriundos de precatórios. Os titulares desses créditos poderão utilizá-los, mediante endosso nominal nos certificados, na aquisição de bens móveis novos, de bens destinados ao ativo fixo, no caso de empresas, e de instrumentos de trabalho no caso de trabalhadores autônomos. Os detentores dos certificados poderão utilizá-los ainda pelo seu valor de face para, até o limite de suas dívidas, compensar débitos junto às respectivas fazendas públicas ou pagar dívidas junto às instituições oficiais de crédito.

Sob o ponto de vista prudencial, a adoção da medida proposta induziria elementos de distorção na política de administração dos riscos de crédito para instituições oficiais de crédito, que seriam obrigadas a atribuir grau de risco diverso daquele atribuído para instituição privada em condições semelhantes.

A proposta também introduz distorção na política de crédito no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao determinar a obrigatoriedade de aceitação dos referidos certificados pelo seu valor de face, o que acarretaria impactos negativos na formação do *spread* bancário.

As instituições de crédito, tanto oficiais quanto privadas, operam no ambiente econômico sob condições concorrenciais e formulam suas estratégias de concessão de crédito tendo em conta expectativa de liquidez dos diversos instrumentos de intermediação financeira.

Por todo o exposto, faz-se imperativa a realização de audiência pública a fim de que se discuta, com profundidade, o referido projeto com todos os aspectos de complexidade que envolvem o tema.

Também é o requerimento do Senador Romero Jucá.

Assim sendo, damos por encerrada a presente reunião...

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de encerrarmos, pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, como o Senador Gilberto Goellner também apresentou requerimento relativamente ao Presidente do Banco Central, se S. Ex^a concordar que possa ser feito na forma de convite e, quem sabe, como teríamos mais de um requerimento convidando o Presidente do Banco Central...

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Acho que ele só vem quando for convocado. Sinceramente. Porque, como (inaudível) estava dizendo, os convites são feitos, e ele nem tem respondido.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Não tem respondido?

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – O Secretário disse isso.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Bom, então, vamos fazer o seguinte, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O convite (inaudível) uma série de prioridades. Mas, como (inaudível).

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Então, eu me disponho a conversar, quando ele vier na próxima quinta-feira na Comissão Mista do Orçamento, nós iremos perguntar a ele.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Eu sou sincero, Senador Eduardo Suplicy. Eu o convocaria. Se um dia eu apresentar um requerimento, e S. Ex^a não vier, eu o convoco, porque eu considero uma falta de consideração muito grande com os Parlamentares, com o Senado Federal, com esta Comissão. Porém, eu já disse desde o início que a decisão é de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Então, sugiro o seguinte procedimento que me disponho a fazer: na próxima quinta-feira, indagar ao Presidente do Banco Central, o Ministro Henrique Meirelles, sobre a sua disposição de comparecer aqui convidado, tendo em vista que há mais de um requerimento, inclusive este do Senador Gilberto Goellner, para aqui S. Ex^a expor, juntamente com os diretores do Copom, a respeito da política monetária, que atende a uma sugestão do próprio Ministro Antonio Palocci. Eu conversei com o Ministro Antonio Palocci, que confirmou a sua sugestão de que para aqui convidássemos os diretores membros do Copom.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com relação ao Ministro Antonio Palocci, S. Ex^a me disse claramente que, qualquer momento em que for convidado a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos, virá como sempre veio, com a maior boa vontade e pronto a prestar qualquer tipo de esclarecimento com relação à sua pasta.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr. Presidente, o meu seria na forma de convocação, que lhe foi dirigido?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Não. V. Ex^a fez um convite também. Vai aguardar mais esse convite.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr. Presidente, em função da diversidade dos assuntos...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pois não.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Em função da importância dos dois assuntos, eles possivelmente seriam tratados em audiências separadas, porque o meu seria não só dele, mas de realizar uma audiência pública. Eu perguntaria se essa audiência já seria programada e convocada, com a convocação do Presidente do Banco Central, ou se nós iremos inicialmente fazer como que um convite, e S. Ex^a pudesse tratar do requerimento do Senador Suplicy e do meu.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Gilberto, como também expliquei ao Senador Eduardo Suplicy, depende de V. Ex^a e logicamente de o Plenário aprovar o requerimento de V. Ex^a.

No seu requerimento original, que está aqui na mesa e foi lido há pouco, V. Ex^a convida o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles para, nessa audiência pública, tratar de assunto do Banco Santos. Vamos encaminhar o convite, depois de aprovar o requerimento – hoje não vai ser possível aprovar o requerimento porque ainda não temos quórum para aprová-lo, possivelmente na próxima reunião deverá ser aprovado, porque é praxe aprovarmos requerimento de convite às autoridades do Governo, tanto monetárias como fiscais. Cabe a esta Comissão este papel constitucional de fiscalizar o Poder Executivo. Então, isso com certeza deverá ser aprovado. Mas depende de V. Ex^{as}, na apresentação do requerimento, e do Plenário a aprovação ou não do requerimento de convite ou de convocação.

Como V. Ex^a já fez o convite, vamos aprovar o convite, vamos dar mais uma oportunidade para provar que tanto V. Ex^a quanto o Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores têm boa vontade total, como eu, que estou aqui temporariamente presidindo esta Comissão, não só com o Governo, como com a Oposição e com todos os representantes do Poder Executivo, de convidá-los a prestar esclarecimentos aqui. Mas, se realmente não conseguirmos, por intermédio do convite, trazê-lo para prestar esses esclarecimentos, a solução é uma convocação.

Está encerrada a presente reunião.

Convoco os Srs. Senadores para, a qualquer momento de um fato extraordinário ou para a reunião ordinária da próxima semana.

(Encerra-se a reunião às 10h34min.)

Ata da Trigésima Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 18 de outubro de 2005, às 09:30 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dezoito de outubro do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Gilberto Goellner, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Antônio Carlos Valadares, Roberto Saturnino, Sibá Machado e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Bornhausen, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, José Maranhão e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos o Presidente comunica o recebimento do seguinte documento para conhecimento da Comissão, Aviso nº 36/05 (nº 441/GMF-05, na origem), de 30 de setembro de 2005, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o Anexo Demonstrativo das emissões do real relativo ao mês de agosto de 2005, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da comissão por meio de Ofício Circular. Comunica, ainda, o recebimento do Of. nº 102/05-GLPFL, da Liderança do PFL, indicando, nos termos regimentais, o Senador Gilberto Goellner para ocupar, como suplente, a vaga do PFL na Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras. Nos termos do art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, o Presidente designa o Senador Gilberto Goellner membro suplente da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, ocupando a vaga do PFL. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta, Item 01-Projeto de Resolução nº 80, de 2000, advindo da Mensagem (SF) nº 123, de 2000, não terminativo, que “autoriza a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás, a elevar, temporariamente, o seu limite de endividamento, em R\$ 3.330.000.000,00 (três bilhões, trezentos e trinta milhões de reais), cujos recur-

sos serão destinados ao alongamento de sua dívida, sem aumento do endividamento total”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Luiz Otávio, que oferece Parecer por apresentação de Requerimento de Informações à Ministra da Casa Civil, requerendo informações atualizadas sobre a Mensagem. Em 04/10/2005, foi lido Requerimento de Informações, requerendo informações atualizadas sobre a Mensagem nº 123/2000 à Ministra da Casa Civil, ficando adiada a votação do encaminhamento à Mesa do Senado Federal. Usa da palavra para discutir a Matéria o Senador César Borges. Colocado em votação, a Comissão aprova o encaminhamento, à Mesa do Senado Federal, do Requerimento de Informações, de autoria do Relator, à Ministra da Casa Civil requerendo informações atualizadas sobre a Mensagem nº 123/00; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2005, não terminativo, que “dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências”, de autoria do Deputado Afonso Camargo, tendo como Relator o Senador Wellington Salgado, que oferece Parecer por audiência prévia da CCJ. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Usam da palavra para discutir a Matéria os Senadores Romeu Tuma, Patrícia Saboya Gomes, Eduardo Suplicy e César Borges. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 47/2005-CAE, de autoria do Senador Wellington Salgado, requerendo audiência prévia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e em seguida retornando para análise desta Comissão; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2000, Complementar, não terminativo, que “cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados para antes da federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador César Borges, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, pela rejeição da Matéria; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2001, não terminativo, que “dá nova redação ao § 5º do artigo 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que ‘dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2001, não terminativo, que “altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, de forma a conceder melhores condições no financiamen-

to ao fortalecimento e recuperação da pecuária extensiva na região do Pantanal Mato-grossense”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Parecer pela rejeição dos PLS nº 22 e 23, de 2001. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Valdir Raupp, usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro, que solicita o adiamento da apreciação da Matéria, sendo esta solicitação acatada pela Presidência. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2004, não terminativo, que “dá nova redação aos parágrafos 2º, 3º e 5º do art. 50, da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e inclui o § 6º, a este mesmo artigo, para adequar esta Lei ao Plano de Equivalência Salarial por Comprometimento de Renda da Lei nº 8.692, de 1993”, de autoria do Senador Leonel Pavan, tendo como Relator o Senador Sibá Machado, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. Usa da palavra o Senador Leonel Pavan, que solicita o adiamento da apreciação da Matéria, sendo esta solicitação acatada pela Presidência. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2003, Complementar, não terminativo, que “acrescenta § 3º ao artigo 35 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas a permitir a renegociação de contratos, vigentes no momento de promulgação daquela lei, que venham a ter seu equilíbrio econômico-financeiro afetados por perturbação macroeconômica”, de autoria do Senador Hélio Costa, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2004, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário simplificado das microempresas e das empresas de pequeno porte (Simples), para determinar a revisão dos valores monetários nela constantes, e dá outras providências”, de autoria do Senador Maguito Vilela, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2003, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), para determinar a revisão dos valores monetários nela constantes”, de autoria do Senador Osmar Dias; com o Projeto de Lei do Se-

nado nº 2, de 2004, Complementar, não terminativo, que “atualiza valores das faixas de referência do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996”, de autoria do Senador Paulo Paim; e com o Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2004, Complementar, terminativo, que “atualiza valores das faixas de referência do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, de que trata a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996”, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao PLS nº 65, de 2004, com as Emendas nºs 01 e 02, que apresenta, e pelo arquivamento do PLS nº 343, de 2003, e dos PLS’s nºs 2 e 146, de 2004. Em 04/10/2005, foi lido Requerimento de Informações, requerendo informações ao Ministro da Fazenda, ficando adiada a votação do encaminhamento à Mesa do Senado Federal. Após o uso da palavra pelo Senador Eduardo Suplicy, colocado em votação, a Comissão aprova o encaminhamento, à Mesa do Senado Federal, do Requerimento de Informações, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, ao Ministro da Fazenda; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Em 04/10/2005, foi lido o Requerimento nº 44/2005-CAE, requerendo a realização de Audiência Pública para instruir a Matéria, ficando adiada a votação. Colocado votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 44/2005-CAE, requerendo a realização de audiência pública a fim de instruir a Matéria; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, Complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2004, Complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Parecer pela aprovação do

Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2001, não terminativo, que “cria a Área de Livre Comércio de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Sérgio Cabral, usam da palavra os Senadores Sibá Machado e Gilberto Mestrinho. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, não terminativo, que “acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro e como Relator *Ad Hoc* o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gilberto Goellner, usa da palavra o Senador Gilberto Mestrinho, que solicita Vista. A Presidência concede Vista ao Senador Gilberto Mestrinho nos termos regimentais; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2005, não terminativo, que “acrescenta parágrafos aos artigos 17 e 29 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Com o objetivo de estimular a contratação de trabalhadores com idade superior a 40 anos e de aprimorar a divulgação de informações acerca dos valores recolhidos ao FGTS e respectivas contas vinculadas)”, de autoria do Senador Marcelo Crivela, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 14-Mensagem do Senado Federal nº 234, de 2005, não terminativa, que “encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. O Presidente designa o Senador Gilberto Mestrinho, Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gilberto Mestrinho, a Comissão aprova o parecer do Relator, favorável nos termos do PDS apre-

sentado; Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 177, de 1996, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a multa de mora decorrente do pagamento de tributos federais e contribuições após o vencimento e dá outras providências”, de autoria do Senador Francelino Pereira, tendo como Relator o Senador Ney Suassuna, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03, que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da Matéria é adiada; Item 16-Mensagem do Senado Federal nº 229, de 2005, não terminativa, que “solicita autorização para contratação de operação de crédito externo pela República Federativa do Brasil junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor total de US\$ 502,520,000.00 (quinhentos e dois milhões, quinhentos e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos constituirão o Empréstimo Programático para Crescimento em Equidade: Política do Setor de Habitação – 1ª Etapa, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil (PAFIB)”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Ramez Tebet, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Ramez Tebet, usam da palavra para discutir a Matéria os Senadores César Borges, Aloizio Mercadante e Sérgio Cabral. A Presidência concede Vista ao Senador César Borges nos termos regimentais; Item 17-Mensagem do Senado Federal nº 228, de 2005, não terminativa, que “solicita autorização para contratação de operação de crédito externo no valor total de US\$ 10,800,000.00 (dez milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Sibá Machado, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Sibá Machado, usam da palavra os Senadores César Borges e Ana Júlia Carepa. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado; Item 18-Ofício “S” nº 26, de 2005, não terminativo, que “encaminha ao Senado Federal cópia da análise do processo em que a Monsanto Company adquiriu a Cargil Incorporated, para as providências que esta Casa julgar cabíveis”, de autoria do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que oferece Parecer pelo arquivamento da matéria. Após a leitura do Pare-

cer pelo Relator, Senador Almeida Lima, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pelo arquivamento da Matéria; Item 19-Aviso nº 31, de 2005 (nº 336-MF, na Origem), não terminativo, “encaminhado em atendimento aos arts. 3º e 4º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 2004, referente ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior”, de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Roberto Saturnino, que oferece Parecer pelo conhecimento da Matéria à Comissão e posterior arquivamento. O Presidente designa o Senador Gilberto Mestrinho, Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gilberto Mestrinho, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator pelo conhecimento da Matéria e posterior arquivamento. A Comissão aprova, ainda, os Requerimentos nº 44/2005-CAE, de autoria dos Senadores Romero Jucá, Ana Júlia Carepa e Eduardo Suplicy, que requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública com a presença do Procurador Geral da Fazenda Nacional, ou representante por ele indicado, bem como de representante do Ministério da Fazenda a ser indicado pelo Ministro titular da Pasta, Dr. Antônio Palocci, a fim de instruir a deliberação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004 – Complementar; Requerimento nº 45/2005-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, para explicar ao Senado Federal as divergências entre as respostas apresentadas pelo Banco para o Requerimento de Informações nº 565/99, de autoria do Deputado Ricardo Berzoini e o Requerimento de Informações nº 314/2005, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e da Senadora Ideli Salvatti, acerca das leis que beneficiam os aposentados e pensionistas do Banespa; Requerimento nº 46/2005-CAE, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública com o Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o processo de intervenção e liquidação do Banco Santos; e Requerimento nº 47/2005-CAE, de autoria do Senador Wellington Salgado, que requer, nos termos regimentais, audiência prévia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para análise da constitucionalidade e juridicidade do PLC nº 4/2005, que “dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências”, e posterior exame da Comissão de Assuntos Econômicos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho,

a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa e Ordinária da 52ª Legislatura, em 18 de outubro de 2005, às 10h30, na Sala de Reuniões nº 19, Ala Alexandre Costa.

Temos hoje para votar vários requerimentos que já estão aqui há vários dias e que já foram inclusive lidos. Requerimento do Senador Romero Jucá, que requer, nos termos regimentais, seja realizada uma audiência pública com a presença do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, ou representante indicado por ele, bem como representante do Ministério da Fazenda, também a ser indicado pelo Ministro titular da Pasta, a fim de instruir a deliberação do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, complementar.

Referente ao Item nº 8, da pauta.

Projeto nº 43, dispõe sobre certificação e utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 44 de 2005, do Senador Romero Jucá.

Da mesma forma, Requerimento de minha autoria, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 133, requer sejam solicitadas à Srª Dilma Rousseff, Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações atualizadas sobre o objeto de Mensagem nº 123, de 2000, que solicita ao Senado Federal seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petrobras Petróleo Brasileiro S.A. em 3 bilhões 330 milhões de reais a serem destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total. Sendo 2 bilhões 220 milhões de reais a serem contratados do exercício e um bilhão 110 milhões, bem como sobre sua pertinência em fase dos acontecimentos ocorridos entre a sua origem. A verdade, esse é um projeto de 2000 ainda, que estava aguardando a posição do Governo desde a época e o Governo não se manifestou. Então, eu resolvi, de acordo com a Consultoria da Casa, encaminhar ao Governo para ser subsidiado para reexame do assunto pela Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, pelo Plenário do Senado Federal.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador César Borges, do PFL da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, fico a me perguntar se a Petrobrás não teve necessidade, de 2000 até 2005, de elevar esse limite de endividamento em 3 bilhões e 30 milhões de reais, por que teria agora a necessidade? Decorridos cinco anos, ela não teve nenhum tipo de percalço por não elevar seu limite de endividamento, por que ainda permanece esse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A idéia é, lógico, se aprovada pelo Plenário da Comissão, de que seja encaminhado à Mesa do Senado e a Mesa decida sobre encaminhamento de informações à Casa Civil, no caso à Ministra Dilma Rousseff.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Se permanece no caso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Se permanece a necessidade e o interesse ou não.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, o requerimento é nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – É nesse sentido.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Tem o nosso apoio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Assim sendo, encaminho à Mesa do Senado Federal para as devidas providências.

Item nº 2.

Este Item nº 2, Srªs e Srs. Senadores, há uma discussão muito grande sobre a relatoria desse projeto. Há um número enorme de Senadores disputando a relatoria: Senador Eduardo Suplicy, Senador Eduardo Azeredo, Senadora Patrícia, o próprio Senador Romeu Tuma, há uma disputa muito grande sobre essa relatoria. O Relator, Senador Wellington Salgado teve de viajar para se inteirar mais sobre essa matéria. Foi procurar o autor do projeto, Deputado Afonso Camargo, porque o é o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2005, não-terminativo. Na verdade, esse projeto dispõe da política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências.

A matéria está em pauta, o Relator não se encontra presente, mas ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. O parecer do Relator é por uma audiência prévia da Comissão da Constituição e Justiça. O grande problema é que não combinei com o Senador Antonio Carlos Magalhães sobre essa au-

diência. Será que ele a fará? Temos de entrar em contato com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, porque esse é o parecer.

O SR. ASSESSOR DA COMISSÃO – É, só para ver as condições de constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Para ver sobre a constitucionalidade do projeto.

Senador Romeu Tuma, tem alguma idéia, alguma opinião a respeito?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dos cães e gatos?

O SR. PRESIDENTE () – É, talvez V. Ex^a seja um especialista.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, é que, Senador César Borges, com estas CPIs andando, penso que a melhor coisa é relatar o controle de natalidade de cães e gatos, porque o resto está virando alguma coisa que está-nos fazendo sofrer muito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Estão abundando cães e gatos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E precisamos pegar os gatos...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agora, podia incluir os ratos, não é, Senador Romeu Tuma?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Considero uma busca correta.

Eu indicaria para a Relatoria a Senadora Patrícia, porque ela pegou os ratos da exploração sexual, pode controlar melhor a natalidade.

A SR^a PATRÍCIA SABOYA GOMES (S/Partido – CE) – Senador Romeu Tuma, agradeço muito a gentileza de V. Ex^a, mas essa não é a minha área, definitivamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não é o seu terreno, não é, Senadora?

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de, não conheço ainda o projeto de lei, mas é possível que haja um fundamento sério na proposição do Deputado Afonso Camargo, ao propor alguma política de controle da natalidade de cães e gatos, pois, temos notícia de que, em alguns países do mundo, onde há uma população enorme, e também de cães e gatos, houve uma preocupação nesse sentido. Por exemplo, lembro-me de ter lido na imprensa que na República Popular da China, onde há 1,6 bilhão de habitantes, algo assim, houve ali uma preocupação com um número tão grande de animais domésticos. E eles, que já têm uma preocupação de recomendar a cada família que tenha apenas uma no máximo, duas crianças, até pelo aspecto da questão de ter alimentação adequada para a população, acabou promovendo uma forma de controle de natalidade ou do número de cães e gatos, animais domésticos.

Não sei bem qual foi a motivação do Deputado Afonso Camargo, nosso ex-colega.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Suplicy, aqui ele fala sobre o problema da zoonose, a incapacidade do Estado no controle de zoonose. Também tem uma coisa que me preocupa: é que ele prefere atingir as áreas de pouco rendimento, as famílias pobres é que têm de, em primeiro lugar, ter a esterilização de cães e gatos. O importante seria descobrir o sistema para esterilizar rato que está tomando conta das cidades em todos os sentidos.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pois bem. Então, apenas para assinalar, Sr. Presidente, que pode haver uma motivação muito séria na proposição, ainda que tenha V. Ex^a naturalmente colocado a questão com muito bom humor para todos nós, mas tenho a certeza de que há, pelo menos, um fundamento sério na proposição de nosso ex-colega no Senado, Deputado Afonso Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com certeza, Senador Suplicy, é importante essa observação, até porque ele propõe que o controle de reprodução de cães e gatos domésticos seja realizado mediante esterilização cirúrgica e estabelece as principais regras para o programa, como a priorização concedida a regiões com superpopulação dos animais e comunidade de baixa renda.

Deve-se destacar que a Organização Mundial de Saúde considera a política adotada pelo Brasil de captura e extermínio dos animais errantes cara e ineficaz.

Órgãos do Distrito Federal também indicam que a política de castração desses animais comparativamente à de captura e extermínio, além de aspectos humanitários, implica a redução de custos por parte do Estado.

O Relator entendeu, contudo, que é o Senador Wellington Salgado, que os arts. 4º e 5º do projeto podem conter vícios de constitucionalidade. No caso do art. 4º, por atribuir ao Poder Público prazo para que os municípios se adaptem à lei E, no caso do art. 5º, por invadir a competência legislativa dos municípios, ao estabelecer que eles deverão prestar contrapartida não inferior a 10% das despesas decorrentes da implantação do programa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pois não, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Fico questionando por que esse projeto está tramitando nesta Comissão de Assuntos Econômicos. Parece-me que vejo aqui um requerimento do Líder do PT, Senador

Delcídio Amaral, solicitando que tramitasse aqui na Comissão, mas, realmente, não vejo sentido nisso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Intervenção econômica nos Municípios.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Econômica?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É porque eles determinam que os Municípios...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Exige, determina.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – ...exigem determinação do Município de participação financeira na esterilização, no art. 5º que foi dito por ele.

Pode ser essa a razão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agora veja bem, Sr. Presidente, aqueles defensores do caso...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – É o aspecto financeiro da proposição.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...do direito da população de portar armas, dizem que estão tirando o direito da população de poder portar uma arma. Essa é a defesa mais forte do “não”. E, agora, querem tirar o direito de ter cães e gatos. O sujeito vai caçar com que, se não tem direito a cão nem gato?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Fica difícil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É para facilitar a vida dos gatos.

Como há um crescimento da comunidade de ratos, pelo menos é o que dizem, deve ter uns dez ratos para cada ser humano aqui no Brasil, então, vai facilitar a vida, porque o gato sabe caçar rato.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Em votação o parecer do Relator, Senador Wellington Salgado, que é por uma prévia, uma audiência na Comissão de Constituição e Justiça sobre a constitucionalidade do projeto.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o parecer do Relator pela...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pela remessa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Segue à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado o requerimento do Relator, para audiência prévia da Comissão de Justiça.

A matéria vai à CCJ.

Ainda temos alguns requerimentos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

Pois não, Senador.

Já foram lidos, só falta votar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, falarei logo após a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Esse requerimento do Senador Eduardo Suplicy refere-se ao Item 7, e, com base no art. 50 da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam solicitadas ao Ministério da Fazenda estimativas do impacto fiscal, período de 2005 a 2007, da eventual entrada em vigor do Projeto de Lei do Senado 65, de 2004, complementar, e de seus apensados, Projeto de Lei do Senado 343, de 2003, e o Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2004. Solicita ainda que os projetos atualmente à espera de votação na Comissão de Assuntos Econômicos aguardem o resultado desse requerimento para prosseguir sua tramitação. Vale registrar que tal estimativa é exigência prévia da aprovação de projetos que possam ter impacto fiscal.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Será encaminhado à Mesa do Senado Federal. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, na penúltima semana, houve a audiência pública na Comissão Mista do Orçamento e da CAE, com a presença do Ministro Presidente do Banco Central Henrique Meireles, ocasião em que dialoguei com o mesmo, a respeito da sua intenção de aqui comparecer para atender ao requerimento de um convite ao Presidente do Banco Central, bem como aos Diretores do Copom, membros da Diretoria do Banco Central e membros do Copom, para que conversem conosco a respeito dos critérios de análise do Copom, para definir as taxas de juros, a taxa de juro básica.

E o Presidente Henrique Meireles informou-me, e inclusive a V. Ex^a, que estaria disposto a vir na quinta passada, mas se tratava de um dia não tão adequado, porque muitos não estariam aqui, eu mesmo não poderia estar. Então, o Presidente Henrique Meireles, informou-me que dada a necessidade de inúmeras viagens ao exterior, que ele deverá estar realizando nesses dias, que se dispõe a comparecer aqui na CAE em novembro, numa semana, na segunda, na outra semana depois do feriado de quinze de novembro. Então, queria informar a V. Ex^a da disposição do Presidente Henrique Meireles de estar aqui presente na segunda quinzena de novembro, em data que V. Ex^a irá definir como a mais adequada para essa audiência que, obviamente, é de grande interesse dos Senadores e da Comissão de Assuntos Econômicos.

É a informação que eu gostaria de dar, mostrando a disposição do Presidente Henrique Meireles de aqui comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Então marcaremos a data para a primeira quinzena.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Segunda quinzena.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Segunda quinzena de novembro para a audiência pública com o Presidente do Banco Central, Henrique Meireles.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – E demais Diretores do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Tem um outro requerimento aqui, do Senador Eduardo Suplicy, que foi lido na semana passada, e precisa aprovação.

Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Presidente do Banco Central para explicar ao Senado as divergências de respostas apresentadas pelo Banco para o Requerimento de Informações de autoria do Deputado Ricardo Berzoini e o Requerimento da Senadora Ideli Salvatti, acerca das leis que beneficiam os aposentados e pensionistas do Banespa.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Trata-se, Sr. Presidente, de uma questão relativa aos direitos de aposentadoria de aproximadamente 13 mil servidores do Banespa, questão que foi objeto de resolução do Senado Federal. Houve uma resposta do Banco Central, do Presidente do Banco Central e Ministro da Fazenda ao tempo do Ministro Malan, e agora outra resposta ao tempo do Ministro Antonio Palocci, e dos respectivos Presidente do Banco Central. É necessário esclarecimento para dirimir essas dúvidas. Acredito que o Presidente do Banco Central poderá aproveitar a sua vinda na audiência, em novembro próximo, para então também responder a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

O Senador Gilberto Goellner também apresentou Requerimento nº 46, requerendo também audiência pública com o Ministro Presidente do Banco Central, Henrique Meireles, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o processo de intervenção de liquidação do Banco Santos.

Em votação.

Para encaminhar a votação.

Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Eu só queria agregar. É sempre oportuno chamar autoridades para discutirmos. Eu só pediria para agregar à motivação para discutir a evolução da política monetária, perspectivas, política monetária, cambial, desempenho do Banco Central e fazermos uma discussão mais ampla e não ficarmos atentos apenas a um aspecto, ainda que seja relevante.

Se há acordo, evidente, temos todo o interesse que o Ministro do Banco Central venha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O requerente concorda, Senador Goellner?

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Naturalmente, vejo que a preocupação do Senador Mercadante é muito procedente, porque a análise hoje da política cambial principalmente, a política que está sendo adotada no País, que está prejudicando enormemente o setor produtivo, deverá ser realmente prestada uma análise muito profunda disso aí. Só que como são três assuntos praticamente diferenciados, perguntaria se essa audiência pública, com o objetivo a quebra do Banco Santos, em relação às empresas de risco, análise que foi feita analisando as empresas de risco e os critérios que estão sendo adotados na classificação dos bancos.

Peço à Mesa que informe se os assuntos poderão ser tratados conjuntamente, tanto o requerimento do Senador Suplicy quanto o nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pois não.

Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a deseja se manifestar?

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador Goellner.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pediria se há possibilidade de fazermos uma inversão de pauta, se houver acordo evidentemente dos demais Senadores, para os Itens 16 e 17, que são duas operações de crédito importantes para o País.

Se houver acordo para a inversão de pauta, eu solicitaria.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Mercadante, desculpe-me, Presidente, V. Ex^a lembra que, na última reunião, não conseguimos votar o Item 1. Parece-se que hoje é o último dia, se não me engano. É isso mesmo? O Item 1.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Item 1 já foi votado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Temos também o Item 14, que é a programação monetária. Então, pediríamos também que votássemos hoje o prazo.

Pois não, Senador César Borges, com a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Estou aqui para relatar o Item 3.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Então, pronto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não pude-me demorar na Comissão de Assuntos Econômicos, porque temos outras Comissões em funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – É imprescindível a sua presença aqui na Comissão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, vamos manter a pauta...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Até o Item 3. Depois inverteremos a pauta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, da mesma forma estou...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – ...o Item 4, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Votaremos o Item 4 também.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Fui o primeiro a chegar à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Ex^a é o primeiro sempre não só a chegar, mas sempre é o primeiro.

Antes de votar o Item 3, preciso fazer umas comunicações.

Vamos ao Item 3.

Item 3:

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2000, complementar, que cria instrumento de redistribuição DO Fundo de Participação dos Estados para entes da Federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e dá outras providências.

Autor: nobre Senador Osmar Dias.

Sr. Presidente, esse projeto modifica o § 1º do art. 2º da Lei Complementar 62, de 1989, estabelecendo os seguintes critérios para o cálculo do coeficiente de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal. Portanto, uma modificação que se propõe aqui que afetaria os Estados brasileiros, por-

que a proposta do Senador Osmar Dias é que 40% do resultado da aplicação dos percentuais previstos nos incisos I e II do **caput** do art. 2º, que destina 85% dos recursos total para Unidades da Federação integrantes da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e 15% para as Unidades da Federação das Regiões Sul e Sudeste sejam distribuídos proporcionalmente a cada uma das Unidades integrantes dos respectivos blocos regionais. 50% seria do resultado da aplicação dos percentuais previstas nos incisos I e II do **caput** do art. 2º, distribuído de forma inversamente proporcional à renda per capita de cada uma das unidades integrantes dos respectivos blocos; 10% para constituir reserva do FPE a serem distribuídos aos Estados e ao Distrito Federal de forma igualitária aos entes de Federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade.

Então, na verdade, o nobre Senador Osmar Dias pretende modificar a legislação de distribuição do Fundo de Participação dos Estados, que altera fundamentalmente a capacidade econômica dos Estados.

Na justificativa da proposição o autor diz que não existem instrumentos para estimular os Estados a seguirem a restrição orçamentária.

Nesse sentido, o objetivo do projeto é o de garantir aos Estados que cumpram a Lei de Responsabilidade Fiscal, com benefício financeiro atrelado ao FPE. Com isso, garantir-se-ia que os beneficiados da Federação seriam os Estados que cumpram as metas e limites fiscais. Essa é a proposta do Projeto do Senador Osmar Dias.

No entanto, Sr. Presidente, em que pese a intenção meritória do autor do projeto, estimular os Estados a buscarem um equilíbrio orçamentário e gestão financeira responsável, o instrumento escolhido, a nosso ver, não é o melhor, não é o mais adequado. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem o apoio de todo o País e trouxe grandes benefícios às finanças dos Estados, em particular, e dos Municípios, estabelece uma série de sanções administrativas para os Estados que não cumprem os limites, condições e obrigações estabelecidas na lei, como, por exemplo, o não recebimento de transferências voluntárias da União, vedação e obtenção de garantias diretas ou indiretas de outro entre da Federação e proibição, inclusive, de contratação de operações de crédito interno ou externo, entre outras. Além dessas sanções, a Lei de Responsabilidade Fiscal altera o Decreto-Lei nº 2.848 e também o Código Penal, instituindo uma série de penalidades relativas aos crimes contra as finanças públicas.

Dessa forma, essa lei deve ser cumprida e aquele que não a cumprir estará sujeito a sanções e penalidades pertinentes. Não há por que privilegiar o Estado cumpridor da lei e sim punir o que não a cumpre. Além disso, do lado operacional seria muito difícil adotar essa proposição, pois determinado Estado poderia estar cumprindo a maior parte das disposições a Lei de Responsabilidade Fiscal e estar descumprindo apenas determinadas exigências, por dificuldades transitórias e alheias à administração do Estado, ficando prejudicado frente a outros Estados cumpridores de todas as exigências. Certamente, essa situação geraria forte pressão para se alterar a legislação, de forma a se prever diferentes graus de cumprimento da lei, visando o recebimento proporcional da reserva prevista dos 10% do FPE para distribuir para aqueles que estivessem cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que, na prática, não fará sentido. É mais razoável aplicar as penalidades e sanções previstas na legislação, de maior ou menor rigor, em função da ilegalidade ocorrida.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto, pelo exposto, é pela rejeição do Projeto de Lei nº 153, de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Em discussão o parecer do Senador César Borges ao Projeto de Lei do Senado nº 153-Complementar, não-terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o parecer do Senador César Borges, como Relator, pela rejeição do projeto.

O Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina, pede o adiamento do Item 5.

Os Srs. Senadores que concordam com esse adiamento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o adiamento do Item 5.

Item 4:

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2001, não-terminativo, e que dá nova redação ao § 5º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

A autoria é do Senador Jonas Pinheiro, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2001, não-terminativo, que altera a Lei nº 10.177, de forma a conceder melhores condições nos financiamentos ao fortalecimento e recuperação da pecuária extensiva na região do Pantanal mato-grossense.

A autoria é também do Senador Antero Paes de Barros. O Relator é o Senador Valdir Raupp.

O parecer é pela rejeição do PLS nº 22 e 23, de 2001.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, foi submetida a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2001, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que tem por objetivo ampliar de 15 para 25% o bônus de adimplência para os mutuários do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste que desenvolvam atividades produtivas no Pantanal mato-grossense.

Eu vou direto para a análise, para ganhar tempo.

Não há dúvida de que os empreendedores da região do Pantanal Mato-grossense e da Floresta Amazônica desempenham importante papel ao conciliar atividade econômica com a preservação ambiental, lutando, diariamente, contra condições adversas de trabalho. Todavia, é preciso lembrar que esses segmentos, bem como todos aqueles a que se dirigem os fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, já desfrutam de condições privilegiadas de financiamento que lhes foram garantidas pela Lei nº 10.177, de 2001. São linhas de crédito com juros que vão de 6% ao ano para mini-produtores até 14% ao ano para empresas de grande porte, com um custo de financiamento muito inferiores às taxa de mercado e que representam um ônus para o Tesouro Nacional de 500 milhões por ano. Esse subsídio creditício resultou na intensa e longa negociação entre o Congresso Nacional e o Governo Federal, na qual se procurou conciliar diversos aspectos, quais sejam, adequado custo de financiamento aos setores incentivados, custo financeiro suportável pelo Tesouro Nacional e preservação do patrimônio dos fundos constitucionais, de modo a impedir a sua descapitalização pelo baixo retorno dos empréstimos concedidos. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é meritório o projeto do Senador Jonas Pinheiro, mas a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe também que sejam aumentados esses incentivos. Então, vou direto praticamente ao voto. A aprovação das proposições em exame levaria, em síntese, a uma corrida de mutuários em busca de ampliação de subsídios financeiros, gerando custos adicionais imprevisíveis para o Tesouro Nacional e desequilíbrio patrimonial dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; ao benefício de grupos específicos de mutuários, sem que

tenha ficado comprovado que os ganhos para o país superam os custos fiscais dos subsídios creditícios; Conflito com legislação hierarquicamente superior, no caso, a Lei Complementar nº 101, de 2000, que seria a Lei de Responsabilidade Fiscal. O voto. Assim, voto pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 22 e 23, ambos de 2001. É o voto, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pela ordem o Senador Fernando Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, Sr^{as} e Srs. Senadores. Gostaria de solicitar ao Presidente e ao Relator, nobre Senador Valdir Raupp, a possibilidade de retirada de pauta do projeto porque o Senador Jonas Pinheiro, autor do projeto, está licenciado até o início de dezembro. Estou consultando o nobre Senador Valdir Raupp da possibilidade de aguardar o retorno do Senador Jonas para que ele possa, junto com o Relator, re-estudar o projeto porque, da forma como o Senador aqui pleiteia, a ampliação do bônus de adimplência de 15 para 25%, e com o parecer pela rejeição, do Senador Valdir Raupp, há que se tenha uma atenção especial para os contratos dos fundos constitucionais anteriores a 2000, porque esses contratos todos estão com uma inadimplência muito alta, com um estoque da dívida impagável pelos empresários que tomaram esses empréstimos. Então, talvez seja uma oportunidade que o Senado, via CAE, e o Senador Jonas Pinheiro proponham uma solução para que a gente possa aprofundar a discussão e encontrar a forma de solucionar esse grave problema para o setor produtivo.

O SR. RELATOR (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Acredito que em algumas regiões do país, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já houve algum tipo de negociação, de abatimento dessas dívidas antigas do FNO. Mas, sem problema, retiro, atendendo ao pedido do nobre Senador Jonas Pinheiro, através do Senador Flexa Ribeiro. Retiro de pauta para rediscuti-lo posteriormente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Fica, então, adiado o Projeto de Lei do Senado nº 22 e o Projeto de Lei do Senado nº 23, que têm como relator o Senador Valdir Raupp e como autores os Senadores Jonas Pinheiro e o Senador Antero Paes de Barros.

Antes de votar os Itens 16 e 17, eu gostaria de colocar em pauta a Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a Ata.

E comunicar aos membros desta Comissão que recebi o seguinte documento para seu conhecimento. Aviso nº 36, de 30 de setembro de 2005, do Ministério da Fazenda, encaminhando nos termos do Inciso II do art. 7º da Lei 9.069, o anexo demonstrativo das emissões do real, relativo ao mês de agosto de 2005, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculada.

O expediente será posteriormente encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Comunico ainda o recebimento do Ofício 102, da Liderança do PFL, indicando, nos termos regimentais, o Senador Gilberto Goellner para ocupar, como suplente, a vaga do PFL na Subcomissão Temporária da Liquidação das Instituições Financeiras.

Nos termos do art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal fica designado o Senador Gilberto Goellner para ocupar a referida vaga.

Lido o expediente, vamos à proposta do Senador Aloizio Mercadante para ser feita inversão de pauta dos Itens 16 e 17.

Item 16, Mensagem nº 229, de 2205, não-terminativa, que solicita autorização para contratação de operação de créditos externo pela República Federativa do Brasil, junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, no valor de US\$502.520 mil, cujos recursos constituirão empréstimo programático para crescimento em equidade, política do setor habitação, primeira etapa no âmbito do programa de apoio financeiro do Brasil. Autoria, Presidência da República. Relator Senador Ramez Tebet. O parecer é favorável, nos termos do PRS que apresenta.

Com a palavra o Senador Ramez Tebet, do PMDB do Mato Grosso do Sul.

O SR. RAMEZ TEBERT (PMDB – MS) –... pelo nosso Presidente, dispensando-me, portanto, dessa parte. E entro na análise do projeto.

O objetivo desse empréstimo é dar suporte ao programa governamental de reformas para o setor de habitação, com vistas ao crescimento equitativo e ao aumento de produtividade da economia brasileira.

Na modalidade proposta de empréstimo para a política de desenvolvimento, os recursos da operação são destinados a compor as reservas internacionais do País e poderão ser utilizados para saudar compromissos financeiros externos da República.

Por não estar diretamente relacionado a investimentos, a operação não exige contrapartida financeira

nacional, nem recomendação da Comissão de Financiamentos Externos.

A Secretaria do Tesouro Nacional, emitindo parecer, manifestou-se favoravelmente à contratação da operação de crédito.

Relativamente ao disposto na Lei Complementar 101, de 2000, da Resolução do Senado 96, de 1989, e na Portaria 497, de 2000, alterada pelas Portarias 650, de 1992, e 150 de 1997, com vistas à contratação de operação de crédito externo pela União, a Secretaria do Tesouro Nacional informou que, considerando que a operação de crédito, em análise, não se destina a investimentos não cabe haver previsão específica no plano Plurianual da União, dispensando, assim, consulta à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

No Orçamento Geral da União para 2005 estão consignados os créditos para pagamento de despesas e encargos contratuais com vencimento no presente exercício em montante suficiente para incluir o empréstimo em tela.

A operação está registrada no Banco Central.

Considerando os limites do Orçamento da União, à margem para contratação da operação pleiteada, diz, ainda, a Secretaria do Tesouro Nacional que caberá ao Ministério da Fazenda adotar as medidas necessárias para a inclusão, nos orçamentos anuais, de todos os recursos necessários ao cumprimento das respectivas obrigações contratuais. Destaca-se, entretanto, que, como os recursos obtidos com essa operação poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros externos da República, a contratação do empréstimo trará impactos positivos sobre a capacidade financeira da União.

As demais obrigações contratuais, constantes da Minuta do Acordo de empréstimo, são passíveis de cumprimento pelas partes envolvidas. Até a data do Parecer, agosto de 2005, foi verificada a observância, por parte da União, das demais restrições estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 2001.

A Secretaria do Tesouro Nacional encaminhou, ainda, em anexo ao Parecer, o Cronograma de dispêndio da operação. Esse Cronograma, entretanto, não veio anexado ao processado. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional também elaborou operação, concluindo não haver óbice legal. A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu Parecer favorável à contratação da operação e descreveu as suas condições financeiras. O Ministério das Cidades atestou que já cumpriu todas as ações previstas no Anexo II da Minuta Contratual. Observou-se o disposto no art. 5º da Resolução nº 9689 do Senado Federal que veta disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à

ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim o que implique em compensação automática de débitos e créditos.

Sr. Presidente, voto, portanto, pelo pleito estar em enquadrado nas normas legais e ser do interesse do País. É um empréstimo que vai ser usado como uma espécie de receita que, inclusive, vai dar ao País condições de negociações, de respeitabilidade e de credibilidade.

O voto é para que seja concedida autorização para a contratação da operação de crédito externa pretendida, nos termos do seguinte Projeto de Resolução” – e, aí, vem o Projeto de Resolução onde o Senado Federal autoriza a União e, portanto, a República Federativa do Brasil, a contratar operação de crédito externo com o BIRD, no valor anunciado pela Presidência – de US\$502,520,000,000.00 dos Estados Unidos da América.

E, aí, vem o Projeto de Resolução.

Este é o nosso voto, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Portanto, de acordo com a pretensão do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador César Borges do PFL da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, eu peço a atenção de V. Ex^a e dos Srs. Senadores. Vejam como esse Governo é pródigo em solicitar empréstimos internacionais – empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento o conhecido Banco Mundial – BIRD. Entretanto, com relação à minha terra, ao metrô de Salvador, ele pediu o cancelamento de empréstimos, já contratado com o Banco Mundial, no valor de US\$32 milhões. O empréstimo era maior. Ele pediu o cancelamento e a redução – no valor de US\$32 milhões, com relação ao metrô de Salvador, uma obra importantíssima para atender 200.000 passageiros/dia. E, agora, reduz o Projeto de Salvador para a metade. O metrô que, inicialmente, tinha previsto 12 quilômetros, passará a ter apenas 6 quilômetros e, lugar de atender a 200.000 pessoas, passará a atender a 80.000 pessoas. Isto é um presente que o Governo está dando à população de Salvador que o prestigiou com uma votação maciça nas últimas eleições. O povo de Salvador, então, já apelida o metrô, se vier a ser executado, metrô calça curta, porque foi reduzido à metade. Então, eu não acho que não chega sequer aos joelhos. É menos do que calça curta.

E nesse empréstimo, Sr. Presidente, hora nenhuma está – e eu quero até fazer ressalva ao parecer do nobre Senador Ramez Tebet que me merece todo apre-

ço —...eu vejo o seguinte: fala-se de que o empréstimo é para dar suporte a um programa governamental de reforma para o setor de habitação com vista ao crescimento equitativo e ao aumento de produtividade da economia brasileira.

Sr. Presidente, é inquestionável a necessidade de se apoiar o setor de habitação. O Brasil tem um déficit habitacional muito grande. São mais de seis milhões. Esse número é um pouco duvidoso, mágico, um número que se altera conforme as estatísticas que são apresentadas, mas seis milhões de habitação é um número que é dado como certo, que é o déficit habitacional no País. Mas nós não verificamos nenhuma política consistente do Governo para apoiar a habitação, principalmente a habitação popular, e a nossa população cada vez mais se dirige às ocupações desordenadas, às invasões e às favelas por falta de uma política habitacional que atenda especialmente à população de baixa renda do nosso País.

A construção civil, todos nós conhecemos isso, foi demandadora de mão-de-obra não qualificada, que é importantíssima para a geração de emprego no nosso País. Mas, lamentavelmente, eu desconheço uma política consistente do Governo Federal, através do Ministério das Cidades e mesmo da Caixa Econômica Federal para apoiar a construção civil e o desenvolvimento habitacional.

Então, à primeira vista, a leitura desse projeto me pareceu que aqui poderia ser um alento: US\$500 milhões para apoiar o programa governamental de reformas do setor da habitação. Mas, na continuidade do parágrafo, Sr. Presidente, diz-se o seguinte:

“Na modalidade proposta de empréstimo para a política de desenvolvimento, os recursos da operação são destinados a compor as reservas internacionais do País e poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros externos da República”.

E no parecer eu não vi, não conheço ainda, qualquer forma de aplicação no setor habitacional. Eu acho que, para que nós pudéssemos aprovar e se o objetivo é este, que é meritório, que é o programa governamental de reformas para o setor de habitação, precisaríamos ter um anexo com plano de aplicação desses recursos. Mas, na verdade, em seguida vem o verdadeiro destino desses recursos: “na modalidade proposta de empréstimo para política de desenvolvimento, os recursos da operação são destinados a compor as reservas internacionais do País e poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros externos da República”, e mais adiante, volta a dizer que os recursos se destinam a essa finalidade, que é compor as reservas internacionais do País para que o País possa inclusive saldar empréstimos internacionais.

Então, não vejo aqui em momento nenhum a segurança, ou pelo menos um alento, de que a construção civil e o déficit habitacional seriam atacados com esses recursos.

Por isso, Sr. Presidente, eu, até para me inteirar melhor, vou pedir vista desde já deste projeto que aqui tramita, esperando até que o Governo possa apresentar nesse meio tempo um plano de aplicação desses recursos para o setor habitacional do País, que considero da maior importância e que é merecedor, inclusive tem esse crédito com o Governo, que olhe para esse setor, tão fundamental para nossa população mais pobre, que está vivendo em favelas, em invasões e em condições inclusive subumanas em todas as nossas grandes metrópoles.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e estou encaminhando o pedido de vista.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Não, para discutir está inscrito o Senador Tourinho. Mas, como ele está ao telefone...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Não, se é que há o pedido de vista e nós vamos continuar discutindo, eu só queria fazer um esclarecimento, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Pois não. Senador Aloizio Mercadante para...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Não, foi pedido vista, mas, como está mantida a discussão da matéria, nós podemos debater, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Da parte do Relator não tem nenhuma dificuldade; do Senador César Borges, também não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– O que eu queria ponderar ao Senador César Borges é o seguinte: todo empréstimo internacional necessariamente, especialmente quando é feito pelo Poder Público, contribui para melhorar as reservas internacionais do País, porque o empréstimo é feito em moeda externa, em dólar, e é evidente que o programa habitacional não é feito em dólar. Isso é de praxe. Qualquer empréstimo internacional ajudará a compor as reservas, porque o desembolso desse recurso é antecipado, ele entra em moeda forte e, depois, vai sendo convertido em moeda nacional e, em moeda nacional, é que o Ministério das Cidades vai impulsionar os programas habitacionais.

Esse programa já existe. É exatamente porque o Ministério das Cidades cumpriu todos os requisitos do programa que está em andamento com o BID, já é um programa que já tem uma certa longevidade, é

que se renova a parcela automaticamente com o BID e, ao renovar, esses recursos fortalecem as reservas cambiais do País.

Portanto, é evidente que o fortalecimento das reservas é uma variável secundária, e o BID não financia reservas internacionais dos outros países. Os recursos têm sempre um programa de investimento, uma infra-estrutura, ou habitacional, ou transporte, ou na área social. O BID tem um conjunto de exigências para desembolso, e esse do Ministério das Cidades é programa habitacional.

É evidente que o Senador, ainda assim, julgar necessário o pedido de vista, nessa parte não há qualquer dificuldade, mas só quero destacar que todo empréstimo externo feito pelo Estado brasileiro significa fortalecimento de reservas se o desembolso for anterior ao compromisso de despesas

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Permite-me um pequeno aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Porque, depois, você tem a conversão dos recursos em moeda nacional.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas veja bem o motivo de minha dúvida, porque, no próprio relato, está dito que, considerando que a operação de crédito em análise não se destina a investimentos, está dito aqui, na página 310: relativamente ao disposto na lei complementar, na Resolução do Senado nº 9.689 e na Portaria do Ministério da Fazenda, alterado pelas portarias tais, com vista à contratação de operação de crédito externo pela União, a STN informou que, considerando que a operação de crédito em análise não se destina a investimentos, não cabe haver previsão específica no Plano Plurianual da União, dispensando assim consulta à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Mais adiante, inclusive, diz que o Ministério das Cidades, por meio de Ofício nº 2.028, de 13 de abril de 2005, atestou que já cumpriu todas as ações previstas no anexo II da minuta contratual negociada.

Ora, se é para investimento ou não, precisa ficar claro. Para mim, não é para investimento. Se for para investimento, é necessário que possamos conhecer o plano de investimento do Ministério das Cidades. Esses US\$ 520 milhões, que, aproximadamente, são R\$ 1,5 milhão, vão ser investidos aonde? Em que cidades? De que forma? Que tipo de programa?

Creio que é obrigação nossa, de Senadores, conhecer e que o Governo nos dê essa satisfação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Só quero também destacar que é evidente que não é um plano de investimento, por isso que não consta um plano de investimento. É financiamento habita-

cional. As casas são financiadas e, muitas vezes, em condições facilitadas, especialmente o financiamento de construções de interesse social.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador, pela Caixa Econômica Federal, pelo Ministério das Cidades? Quem vai financiar?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – As condições de financiamento são sempre favorecidas. Mas, de qualquer forma, Senador, eu não imaginei. É um programa existente. Isso tem sido sempre aprovado sem qualquer tipo de dificuldade, mas nunca vamos nos opor à obtenção de informações.

Pediria ao Senador, se fosse possível, aprovarmos na Comissão e, antes da votação em plenário, oferecermos as demais informações necessárias, creio que ajudaria a acelerar a tramitação dada a necessidade de investimentos e de financiamentos, especialmente no setor que gera tanto emprego, como o próprio Senador disse.

De qualquer forma, se ainda assim, insiste no pedido de vista, vamos evidentemente considerar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Relator, Senador Ramez Tebet, com a palavra.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nunca discutimos o direito de pedir vista e nem o Senador Mercadante, nem ninguém, está discutindo o direito inquestionável do pedido de vista.

Esse pedido de empréstimo, na medida em que vem o dinheiro, representa o dinheiro para investimento e também é uma garantia. É evidente, porque o País negocia. Ele precisa demonstrar que está investindo e tem base para investir. É uma maneira que o Senado tem, ao aprovar esse projeto, de passar a exigir do Governo esses investimentos tão reclamados por nós, porque efetivamente quais os discursos que estamos ouvindo aqui, e com muita razão? Estamos ouvindo os discursos de que não adianta ter superávit da balança comercial de pagamento porque tudo está indo para o pagamento de juros da dívida, não é? Mas isso se torna importante por esta razão: estamos provando que temos condições de investimento e, ao mesmo tempo, estamos afirmando que temos reserva para isso. Quero dizer, esse investimento está sendo feito porque temos reserva. Isso não vai atrapalhar os nossos compromissos internacionais, mas o pedido de vista está formulado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Coloque-me à disposição para, daqui a uma semana estar com esse projeto aqui, até porque é obrigação regimental. Mas coloque-me à disposição, se o Senador Aloizio Mercadante disponibilizar as informações do plano de aplicação desses recursos, de quanto efetivamente

será aplicado na construção civil e de que forma na habitação popular. Quero saber disso porque neste momento não tenho essa informação e não me sinto à vontade de dar um voto favorável a este empréstimo porque, pelo que está dito aqui, o dinheiro me parece que... Está aqui de forma bem clara: “Copom, de reservas internacionais” e poderão ser usados para saldar compromissos financeiros externos, o que quer dizer, Senador Ramez Tebet, que o dinheiro será usado mais uma vez para pagar dívidas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senador César Borges, farei apenas uma ponderação, por favor. V. Ex^a tem o direito de pedir vista, mas acho que não podemos descaracterizar as coisas como elas são. Vou repetir: todo empréstimo em moeda forte vai para as reservas do Banco Central ou V. Ex^a imagina que o Ministério das Cidades vai financiar ou investir em dólar? Não vai. A Constituição brasileira só permite circulação em moeda nacional. Dessa forma, todo empréstimo pelo Estado compõe as reservas do Brasil. São US\$55 bilhões. Não só compõe, como o Banco Central vem comprando reservas.

Só quero concluir dizendo que, ao assumirmos o Governo, havia US\$14 bilhões de reservas líquidas. Hoje, temos 43 bilhões de reservas líquidas e US\$55 bilhões no total, o que ainda é um volume relativamente baixo porque, com a turbulência financeira internacional, a história tem demonstrado que a capacidade de especulação do mercado financeiro, que mobiliza US\$1,5 trilhão diariamente, exige que o Banco Central – a França já foi vítima de ataque especulativo, a Inglaterra já foi vítima de ataque especulativo e o Brasil também já foi vítima em 1998 – fortaleça as reservas cambiais. Esse é um objetivo macroeconômico indispensável ao País.

Em segundo lugar, Senador, o Brasil inclusive pré-pagou dívida. Pré-pagamos a dívida com o FMI porque estamos em uma situação muito confortável do balanço de pagamentos.

Eu pediria a atenção do Senador.

Hoje, entra pelo saldo comercial US\$3,5 bilhões por mês. O saldo comercial dos últimos doze meses é de US\$43 bilhões, fato inédito na História do País. Além dos US\$3,5 bilhões, estão entrando, pelo investimento direto, US\$1,5 bilhão ao mês. Portanto, são US\$5 bilhões entrando pelo comercial e pelo investimento, além de cerca de US\$600 milhões pelo financiamento. Por isso, a situação do balanço de pagamento do Brasil hoje é a mais confortável dos últimos vinte anos, não só em termos de reservas como de recordes de exportação e de saldo comercial e com uma recomposição de reservas que não tem precedente.

Dessa forma, não teria nenhum sentido o Governo fazer um financiamento de 500 milhões, imaginando que isso resolverá o problema das reservas cambiais, mesmo porque o Banco Central está comprando dólares no mercado. Esse empréstimo obrigatoriamente fortalece as reservas cambiais porque a antecipação do financiamento é feita em dólar, os quais ficam depositados como reserva do Brasil, e o Ministério vai fazendo o desembolso para os programas necessários.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Mas o Brasil deve em dólar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– É evidente que o compromisso é em dólar, mas os financiamentos do BID têm taxas relativamente confortáveis por ser um organismo multilateral de fomento ao desenvolvimento. O Estado brasileiro, infelizmente, continua com uma dívida pública muito alta e precisa de aporte de recursos para estimular o financiamento, especialmente porque em habitação o financiamento é de médio ou longo prazo, de quinze a vinte anos o financiamento de uma casa. A ancoragem desses recursos aumenta a capacidade de financiamento dos programas habitacionais, uma área que tem um déficit da ordem de sete milhões de moradias no Brasil hoje.

Por tudo isso pondero ao Senador que, se for necessário o pedido de vista, esse será evidentemente concedido. No entanto, solicito que aprovemos o projeto. Antes da votação em Plenário, se o Senador não se sentir suficientemente esclarecido, S. Ex^a poderá apresentar o requerimento – e terá o nosso apoio – para se fazer nova discussão na Comissão. Nós ofereceremos todas as informações do Ministério das Cidades, que tem uma série de programas com os Municípios.

Os programas são feitos com prazo de inscrição. Os Municípios se inscrevem no Ministério. Há critérios transparentes de quais cidades ou regiões metropolitanas são prioritárias nos programas habitacionais do Ministério das Cidades. Isso tudo será oferecido ao Senador.

Mas, quanto às reservas, é apenas a força do parecer. Ela é uma dimensão subsidiária e complementar ao benefício que é, sobretudo, a habitação popular do País.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, mantenho meu pedido de vista. Entretanto, gostaria de argumentar ao Senador Aloizio Mercadante.

Fui Governador do Estado, e operamos com o Banco Mundial, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com bancos alemães, KfW. Sempre há um projeto aprovado, com seqüência, inclusive, demorada, difícil, com obstáculos a serem vencidos para aprovar um projeto junto às instituições financeiras.

Sei que os recursos são internalizados em reais e que chegam em dólares. Tudo isso é óbvio e até ululante. Mas que nós tenhamos conhecimento de qual é esse projeto, como é essa aplicação. Não basta dizer que as Prefeituras serão apoiadas, que a construção civil será apoiada, se não tivermos pleno conhecimento. Senão, poderá vir apenas a reforçar exatamente as reservas brasileiras. Mas não teremos a outra ponta, que é a aplicação, que vai trazer melhoria para a qualidade das nossas cidades e de vida do nosso povo. Quero me assegurar disso para votar favoravelmente ao projeto. Não sinto aqui segurança para isso.

É esse o meu argumento. Coloco-me à disposição para qualquer tipo de esclarecimento com relação à aplicação desses recursos, como eles vão se dar, em que período, em que regiões, em que tipo de programa. É isso o que eu gostaria de saber, se o Governo estiver disposto a abrir – quero chamar de caixa-preta – para o conhecimento de um Parlamentar que deseje saber como esses recursos serão investidos.

Mantenho o pedido de vista.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral, do PMDB do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Apesar de toda a liberdade com que esta Comissão tem trabalhado, sob a Presidência de V. Ex^a, houve um pedido de vista. V. Ex^a fez apelo, permitiu apelos ao Senador solicitante do pedido de vista, o Senador César Borges. S. Ex^a mantém o pedido. Devemos encerrar a discussão, senão vamos ficar discutindo um pedido de vista que é inquestionável.

Como Relator, creio que o assunto deve ser encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Apenas darei oportunidade de ouvirmos a voz do nosso Senador Sérgio Cabral, do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Obrigado pela bondosa confusão.

Apenas quero ratificar e apoiar o zelo do Senador César Borges pelo pedido de vista. De fato, há questões a serem esclarecidas. Como está, parece-me muito mais uma operação financeira do que propriamente um projeto de financiamento de construção. Não está claro para nenhum Senador para onde vão esses recursos – como disse o Senador Aloizio Mercadante –, quais áreas serão beneficiadas, que regiões metropolitanas. Realmente se trata de uma caixa-preta. O Senador César Borges agiu corretamente ao solicitar

vista. Espero que o Governo esclareça esta Comissão antes da votação na Comissão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pedido de vista concedido ao Senador César Borges, do PFL da Bahia.

Item 17: Mensagem nº 228, de 2005, não-terminativa, que solicita autorização para contratação de operação de crédito externo no valor de US\$10.800 milhões entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, destinado a financiamento parcial do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária do Brasil. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Sibá Machado. Parecer favorável, também nos termos do PRS que apresenta.

Com a palavra, o Relator.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, o Presidente da República encaminha para exame do Senado Federal proposta de que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total US\$10.800 milhões, em moedas dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil*. Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo do programa nesta sua primeira fase, que constitui um projeto piloto, está estimado em US\$10,800,000.00, sendo que, além dos recursos decorrentes deste empréstimo, serão aportados, como contrapartida nacional, o valor equivalente a 7,2 milhões de dólares. Esses recursos serão totalmente desembolsados no ano de 2005, 2006 e 2007. A homologação do financiamento externo envolvido neste programa foi efetivada pela Comissão de Financiamentos Externos, a COFIEIX*, por meio da Resolução nº 796, de 30 de maio de 2005.

O referido empréstimo externo apresenta as seguintes financeiras:

do devedor: República Federativa do Brasil;

do credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

do valor: US\$10,800,000.00 de dólares em moeda dos Estados Unidos da América;

da modalidade de empréstimo: mecanismo unimonetário;

prazo de desembolso: três anos;

amortização: parcelas semestrais e consecutivas de valores, tanto quanto possível, iguais, vencendo-se a primeira seis meses a partir da data inicialmente pre-

vista para o desembolso final, e a última, o mais tardar, 20 anos após a assinatura do contrato;

dos juros: exigidos semestralmente, calculados com base no custo da captação do banco para empréstimos unimonetários qualificados, apurados durante os seis meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de margem razoável, expressa em termos de porcentagem anual para a cobertura de despesas administrativas;

da Comissão de Crédito: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamentos dos juros e calculadas com base na taxa de até 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato, sendo que, em princípio, o mutuário pagará taxa de 0,25% ao ano, podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo banco, sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% ao ano;

dos recursos para inspeção e supervisão geral: durante o período de desembolso, não serão reservados recursos para atendimento de despesas de inspeção e supervisão geral, salvo se o banco estabelecer o contrato durante tal período; em nenhum caso, para atender as referidas despesas em semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original do desembolso.

Da análise: a operação de crédito pretendida será contratada pela União e alcança o valor de US\$10,800,000.00 em moeda americana. Destina-se ao financiamento parcial do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil e contará também com os recursos da União e dos Estados em etapas posteriores, como contrapartida nacional.

As operações de crédito externo dessa natureza, em apreciação nesta Comissão de Assuntos Econômicos, sujeitam-se ao cumprimento de uma série de condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução de nº 96, de 1989, do Senado Federal. A observância dos preceitos ali contidos constitui, pois, condição imprescindível para que o Senado Federal possa conceder a autorização solicitada. Com efeito, as exigências e condições estipuladas naquela norma no Senado Federal que disciplinam o processo de endividamento da União dizem respeito a aspectos de natureza financeira e de instrução processual.

Neste contexto, relativamente à solicitação em exame, são de destacar as seguintes constatações:

os limites de endividamento da União, estipulados no art. 2º, 3º e 4º da referida Resolução, são atendidos conforme é informado e demonstrado em anexo ao Parecer

STN/COREF/GERFI nº 289, de 15 de julho de 2005;

b) o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional PGFN/COF*/ nº 12/05, de 12 de agosto de 2005, encaminhado ao Senado Federal constitui que a minuta de contrato de empréstimo contém cláusulas admissíveis, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989 do Senado Federal, que veda disposições contratuais de natureza política atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem a compensação automática de débitos e créditos;

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual é informado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI, que o programa referido encontra-se incluído no Plano Plurianual da União 2004/2007, nos termos da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, no Programa de Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária a ser viabilizado pela Ação nº 0574 apoio aos Estados para implementação do cadastro de terras e regularização fundiária no Brasil em valores suficientes para a realização das ações previstas até o ano de 2007.

Ademais, quanto à previsão orçamentária entende a Secretaria do Tesouro Nacional que, considerando as informações acerca das dotações orçamentárias previstas para o Programa prestadas pela SOF e ainda o cronograma de utilização dos recursos, as dotações orçamentárias existentes serão suficientes para dar suporte ao início do programa no exercício corrente, desde que, previamente à assinatura do contrato, o Ministério do Desenvolvimento Agrário solicite junto à SOF a transferência de seus recursos consignados na fonte de movimentação livre para a referente ao ingresso de recursos externos.

Não é demais enfatizar que as condições dessa operação de crédito foram incluídas no sistema de registro de operações financeiras do Banco Central do Brasil – Bacen, sob o número TA 341.692. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio da carta de credenciamento Decec/Diop(?) – 2005/79, de 29 de junho de 2005.

Ressalte-se que, de acordo com os cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar custos efetivos equivalentes a 5,28% ao ano, flutuante conforme a variação do custo de captação e da margem aplicada pelo BID, levando aquela Secretaria a concluir que as referidas estimativas constituem indicativos bastante favoráveis, se comparados com o custo

das emissões da República para o prazo semelhante, atualmente, em torno de 8,83% ao ano.

É de se enfatizar também a observância pela União das restrições e exigências estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Por fim, registre-se que esse programa prevê repasse de recursos da União mediante convênios aos órgãos co-executores de suas atividades, quais sejam, os organismos estaduais de terras dos Estados participantes deste projeto piloto, que são os Estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo.

O programa tem como objetivo geral constituir um cadastro nacional de imóveis rurais de uso múltiplo, fornecendo elementos que proporcionem a segurança jurídica da propriedade e o saneamento do sistema de registros públicos de imóveis rurais, bem como executar um amplo programa de regularização fundiária dirigido prioritariamente a pequenos agricultores familiares.

Do voto, Sr. Presidente.

Somos, assim, pela autorização pleiteada pela Mensagem nº 228, de 2005, nos termos seguintes. É preciso converter para um projeto de resolução do Senado.

Projeto de Resolução do Senado, autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de US\$10,800,000.00.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º – É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operações de crédito externo no valor de 10 milhões e 800 mil dólares em moeda americana, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Parágrafo único. Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária do Brasil.

Art. 2º. As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

1. Devedor: República Federativa do Brasil;
2. Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;
3. Valor total: 10 milhões e 800 mil dólares em moeda americana;
4. Modalidade de empréstimo: mecanismo unimonetário;
5. Prazo de desembolso: 3 anos;
6. Amortização: parcelas semestrais e consecutivas tanto quanto possíveis iguais, vencendo a primeira seis meses a partir da data inicialmente prevista para desembolso final; e a última, o mais tardar, 20 anos após a assinatura do contrato;
7. Dos juros: exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do banco para emprés-

timos unimonetários qualificados, apurados durante os seis meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de margem razoável expressa em termos de porcentagem anual para cobertura de despesas administrativas;

8. Da comissão de crédito: exigidas semestralmente nas mesmas datas se pagamento dos juros e calculadas com base na taxa de até 0,75% ao ano, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato. Sendo que, em princípio, o mutuário pagará a taxa de 0,25% ao ano, podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo banco, sem que em caso algum possa exceder o percentual previsto de 0,75% ao ano;

9. Recursos para inspeção e supervisão geral: durante o período de desembolso não serão reservados recursos para atendimento de despesa de inspeção e supervisão gerais, salvo se o banco estabelecer o contrário durante tal período. Em nenhum caso para atender as referidas despesas em um semestre determinado poderão destinar-se recursos superiores a 1% do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros previstos na minuta contratual poderão ser alteradas em função da data de sua assinatura.

Art. 3º. A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo de 540 dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Em discussão.

Com a palavra, o Senador César Borges.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quero deixar registrado o meu voto favorável, até porque vai beneficiar a Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, veja bem, quero aqui destacar que fizemos uma discussão com o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

Lamentavelmente ele não se encontra presente, talvez a Senadora Ana Júlia o esteja substituindo e possa fazer este papel ou o próprio Senador Sibá Machado, que fez um belo relato, a quem aproveito para parabenizar. Mas veja como eu estava certo nas minhas colocações. Este projeto está efetivamente dentro daquilo que nós podemos aprovar. Por que, Sr. Presidente? Porque se trata de uma operação que está com o seu uso discriminado. É para o Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil.

Um programa de 18 milhões de dólares, sendo que 10 milhões e 800 mil são provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e 7 milhões e 200 mil dólares provenientes de contrapartida da União e de Estados. E diz especificamente que se destinam ao financiamento parcial deste programa e contará com esses recursos da União e dos Estados. E mais, Sr. Presidente, diz que também está incluso no Plano Plurianual, a Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico, e o programa diz que se encontra incluído no Plano Plurianual da União, 2004/2007, nos termos da Lei 10.933, de 11 de agosto de 2004, no Programa de Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária. Lá atrás não diz, o outro projeto não dizia que estava no Plano Plurianual.

O outro projeto dizia, Sr. Presidente: considerando-se que a operação de crédito em análise não se destina a investimentos, não cabe haver previsão específica no Plano Plurianual da União, dispensando-se, assim, consulta à Secretaria do Planejamento. Então, comprova que não há projeto para investimento em habitação. Aqueles recursos do Banco Mundial destinam-se, lamentavelmente, apenas a compor reservas internacionais do País e poderão ser utilizados para saudar compromissos financeiros da República.

Vejam, Srs. Senadores, como a situação é grave. O Senador Sibá Machado, em seu relato, diz que o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, encaminhado ao Senado Federal, conclui que a minuta do contrato de empréstimo contém cláusulas admissíveis, tendo sido observado o disposto no art. 5º. Sabem o que preceitua o art. 5º?

Art. 5º – “...bem assim que implique a compensação automática de débitos e créditos.”

Ou seja, esses recursos não podem ser utilizados para amortização de débitos e créditos, mas os outros recursos, lamentavelmente, poderão ser utilizados para saudar compromissos financeiros externos da República. Então, estamos tomando os R\$500 milhões para saudar compromissos financeiros, o que é vedado pelo parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – pelo menos é o que está expresso no parecer do Senador Sibá Machado.

Portanto, mais do que nunca, justifica-se o meu pedido de vista, porque agora já verifico até uma ilegalidade, uma contradição, que eu quero que seja esclarecida, Sr. Presidente. O parecer do Senador Sibá Machado, que merece todo o respeito, estabelece que esses recursos não poderão ser aplicados em compensação, mas não é S. Exª que o diz. S. Exª apenas relata um parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e, mais ainda, discrimina a aplicação desses recursos e prevê repasses de recursos da União, me-

diante convênios, aos órgãos coexecutores de suas atividades, quais sejam, os organismos estaduais de terras dos Estados participantes desse projeto-piloto. E cita a Bahia, provavelmente em homenagem ao Senador que está falando agora; o Ceará, em homenagem ao Senador Tasso Jereissati; o Maranhão, em homenagem ao Senador Edison Lobão; Minas Gerais, em homenagem ao Senador Eduardo Azeredo; e São Paulo, em homenagem ao Senador Romeu Tuma, provavelmente. Isso está discriminado aqui.

O programa tem como objetivo geral constituir o cadastro nacional de imóveis rurais de uso múltiplo, fornecendo elementos que proporcionem a segurança jurídica de propriedade e o saneamento do Sistema de Registros Públicos de Imóveis Rurais.

Sendo assim, há todo o mérito para se aprovar esse projeto, e está bastante clara para nós a sua aprovação. Não pedirei vista. Cumprimento o Senador Sibá Machado pelo relato e sou favorável à aprovação do projeto, porque considero um problema seriíssimo no País a regularização do cadastro de terras, a regularização fundiária que desejamos, o que vai dirimir muitos conflitos existentes no campo brasileiro.

Portanto, essa é a minha intervenção, Sr. Presidente. Sou favorável à aprovação desse projeto, que veio com as informações completas e necessárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Em votação o projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto brilhantemente relatado pelo Senador Sibá Machado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Sr. Presidente, eu queria que o projeto fosse aprovado, mas, como Senador César Borges fez uma citação, eu gostaria de prestar um esclarecimento.

Creio que essa questão foi debatida nesta Comissão. São situações referenciadas, mas faço questão, Senador César Borges, de ir ao Ministério das Cidades, se for o caso, para trazer-lhe todas as informações.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Exª.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Trata-se de modalidades de empréstimos diferenciados. Muitas vezes, esses empréstimos vêm em razão de o País já ter cumprido determinadas ações nessa área. Por isso mesmo, ele tem a possibilidade de obter esse

empréstimo como um prêmio. Existem situações como essa, mas V. Ex^a pode ficar tranqüilo.

Fui favorável, inclusive, a outro empréstimo, muito bem relatado pelo Senador Sibá Machado, que, por exemplo, não inclui o nosso Estado, mas inclui Estados importantes do nosso País. Sou favorável a essa matéria, porque entendo ser a regularização fundiária uma das questões prioritárias deste País que têm impacto em diversos outros setores da economia. Nós da Amazônia sabemos que esse problema da regularização fundiária, por exemplo, que está sendo priorizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio de um convênio com o Instituto Militar de Engenharia, é um ponto muito importante, pois ajuda a resolver problemas que atingem, por exemplo, o setor florestal, cuja base maior de problemas não está na própria base, por exemplo, dos projetos do setor florestal, mas principalmente na falta de regularização fundiária que, há algumas décadas, não era feita no País.

Então, quero só fazer este registro – vamos trazer todas as informações – e também ressaltar e parabenizar esse novo empréstimo, fundamental para uma área tão importante para o País, como a regularização fundiária.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral, para relatar o Item 11 e, em seguida, ao Senador Almeida Lima, para relatar o item 18 e o Senador Gilberto Mestrinho. É rápido.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, gostaria apenas de pedir uma informação a V. Ex^a quanto à deliberação ou não na reunião de hoje do Item nº 8.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Foi aprovado o requerimento de pedido de audiência. Item nº 8?

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sim, sobre precatórios.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Item nº 8. Foi aprovado o requerimento de autoria dos Senadores Romero Jucá, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy, requerendo, nos termos regimentais, audiência pública com a presença do Procurador-Geral da Fazenda e do Ministério da Fazenda. Foi aprovado o requerimento.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Eu gostaria apenas de saber de V. Ex^a se já há alguma previsão de data, de agenda, de pauta para essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Não, poderá ser na próxima semana.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, trata-se do PLS nº 174, de 2001, que cria a Área de Livre Comércio de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Trata-se de projeto de lei de autoria do Senador Osmar Dias, que cria a Área de Livre Comércio de Importação e Exportação, sob o regime fiscal especial, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social das regiões fronteiriças daquele Estado e com o objetivo de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração sul-americana e latino-americana.

Na sua justificativa, o autor da proposta chama a atenção para os níveis alarmantes de contrabando em Foz do Iguaçu, por onde o Brasil perde cerca de US\$12 bilhões de divisas.

Por outro lado, o outro aspecto da região salientado pelo autor, Senador Osmar Dias, é a sua vocação turística, em razão de sua natureza exuberante que atrai cerca de 600 mil visitantes por ano. Isso justificado em 2001. Creio que hoje o número é muito maior do que esse.

Salienta o autor da proposta que o comércio da região é muito prejudicado em razão da fronteira com a Argentina com o Paraguai, países que oferecem facilidades fiscais inexistentes no Brasil.

Por essa razão, a criação de uma área de livre comércio em Foz do Iguaçu se apresenta como medida de salvação para o desenvolvimento do comércio local. Não se trata de criar uma área de isenção fiscal para a indústria, como ocorre na Zona Franca de Manaus, onde se produz com vantagens fiscais para distribuir mercadorias para todo o Brasil, mas sim permitir que os turistas que visitam Foz do Iguaçu comprem no Brasil, e não nos países fronteiriços.

Lembra, ainda, o autor na sua justificativa que já áreas de livre comércio criadas pelo Congresso Nacional, em funcionamento nos Municípios de Tabatinga, no Amazonas, e Guajará-Mirim, em Rondônia, e Macapá-Santana, no Amapá.

O projeto foi encaminhado a esta Comissão para decisão terminativa, tendo sido inicialmente distribuído ao ilustre Senador José Agripino. Na verdade, vai também para outra Comissão, não é Sr. Presidente? Não só para cá.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Isso. Exatamente.

O projeto em questão trata sobre importação e exportação de produtos industrializados, matéria de competência da União. Enfim, a iniciativa também preenche o requisito do art. 150, § 6º, da Constituição Federal, que exige lei específica para instituição de qualquer benefício tributário. Por outro lado, a competência para o exame da matéria é desta Comissão de Assuntos Econômicos.

O projeto já foi analisado em seu mérito, de forma exaustiva e brilhante, pelo eminente Senador José Agripino. Não há como refutar os argumentos do autor do projeto e do autor do parecer favorável à sua aprovação.

Conforme bem ressaltou o ilustre Senador José Agripino, o principal risco da instituição de uma área de livre comércio é o esvaziamento econômico dos Municípios ou das regiões vizinhas da área agraciada com o favorecimento fiscal. No caso de Foz do Iguaçu, esse esvaziamento já existe só que em favor dos países vizinhos: Argentina e Paraguai. Outro risco da renúncia fiscal causador de prejuízos ao erário também é inexistente no caso sob exame tendo em vista que o Brasil já perde a arrecadação em favor dos países limítrofes em razão do enorme contrabando existente na área.

A aprovação da área de livre comércio irá atrair o consumidor que hoje compra sobretudo no Paraguai para o Brasil onde os preços irão ser menores em razão das desonerações de IPI e do Imposto de Importação decorrente da aprovação do projeto. O regime legal, portanto, das mercadorias que entram na área de livre comércio é o da suspensão da cobrança do imposto sobre a importação e do imposto sobre produtos industrializados, transformando-se essa suspensão em isenção nas hipóteses previstas no art. 4º do projeto.

Observe-se que não há regime especial para a saída das mercadorias adquiridas na área de livre comércio. Caso alguém adquira um produto nessa área e queira levá-lo para outra área do Brasil fora da área de livre comércio irá submeter as regras de importações aplicáveis da mesma forma como se tivesse comprado o produto no estrangeiro.

Não há risco do volume de importações para a área do livre comércio exceder em padrões considerados aceitáveis pelo governo brasileiro diante do exposto no art. 11 do projeto que outorga ao Poder Executivo fixar os limites globais de importação. O projeto em questão não viola a Lei de Responsabilidade Fiscal,

tendo em vista não haver perda de arrecadação com a sua aprovação.

Pelo exposto, o parecer é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e aprovação no mérito, Sr. Presidente, desse excelente projeto do Senador Osmar Dias que, com isso, justifica mais uma vez a sua excelente representação no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Em votação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/ PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Senador Sibá Machado e Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)
– Sr. Presidente, peço vistas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– O Senador Gilberto Mestrinho pediu vistas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/ PT – SP) – Sr. Presidente, peço vistas do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Vista coletiva.

Item 14, do Senador Gilberto Mestrinho. V. Ex.^a como Senador-Relator *ad hoc* que é uma mensagem do Presidente da República que encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao quarto trimestre.

O Relator era o Senador Fernando Bezerra e como Relator *ad hoc* o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)
– Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto que tem como Relator o eminente Senador Fernando Bezerra traz o encaminhamento ao Senado da programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2005.

Essa é uma obrigação legal estabelecida na Lei 9.069, de 29 de junho de 95 e que torna o Congresso Nacional co-participante ou co-responsável nas decisões que digam respeito à evolução da moeda, das taxas de juros a serem praticadas na economia.

O Sr. Relator, Senador Fernando Bezerra, faz uma análise profunda do projeto que obedece as normas que vêm sendo praticadas. Aqui, desta Comissão, analisa a política monetária adotada e vota pela aprovação da programação monetária submetida à Comissão, de acordo com o projeto de decreto legislativo que anexa a seu parecer que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2005 com estimativa de faixa de variação dos principais agregados monetários e as ?? indicativas da sua evolução, nos termos da Mensagem Presidencial nº 234, de 2005.

É o parecer do Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o parecer.

Aprovado o projeto.

Item 18. Ofício s/nº 26, de 2004 não-terminativo, que encaminha ao Senado Federal cópia de análise do processo em que a Monsanto Company adquiriu a Cargill, Incorporated para providências que essa Casa julgar cabíveis.

Autoria, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cadê; Relator, Senador Almeida Lima; parecer pelo arquivamento da matéria.

Com a palavra o Relator.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, esta Comissão recebe o Ofício S 26, de 2004, que encaminha cópia da análise do processo em que a Monsanto adquiriu a Cargill.

Do relatório elaborado evidencia-se o intuito do Cade, ao encaminhar o presente ofício, de alertar as autoridades e instituições públicas para o fato de que a autorização para o plantio de transgênicos aumenta a probabilidade de ocorrência de abuso de poder econômico no mercado brasileiro de defensivos agrícolas à base de glifosato.

Tal prática seria efetivada pela Monsanto, que importaria a venda de seu herbicida como condição à oferta de garantia pela qualidade e eficiência das sementes geneticamente modificadas.

Ocorre que, de um lado, o tema referente à autorização para o plantio de sementes geneticamente modificadas já foi apreciado pelo Congresso Nacional, resultando na aprovação da Lei de Biossegurança, Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, e, de outro lado, a questão referente à possibilidade de venda casada foi devidamente analisada e decidida pelo próprio Cade, o qual impôs obrigação de não fazer à Monsanto, a fim de que a concessão de garantia para a semente transgênica não esteja condicionada à compra de seus herbicidas.

Nesse contexto considerado deve-se concluir que o Cade já tomou as providências necessárias para assegurar a manutenção de condições concorrenciais nos mercados de sementes e herbicidas à base de glifosato.

Portanto, o voto, em razão do exposto, é pelo arquivamento do Ofício S nº 26, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Em discussão.

Em votação o parecer do Relator.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o parecer do Relator pelo arquivamento da matéria.

Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, não-terminativo, acrescenta § 7º ao artigo 3º da Lei 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre operações com recursos dos fundos constitucionais, tanto do Fundo Constitucional do Norte, como do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 89, e dá outras providências. De autoria do Senador Antonio Carlos Valadares; Relator, Senador Jonas Pinheiro; Relator **ad hoc** Senador Gilberto Goellner, pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1, que apresenta.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Com a palavra o Relator **ad hoc**, Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se do Projeto nº 96, de 2001, que dispõe sobre o expurgo da Taxa de Juro de Longo Prazo das operações rurais realizadas com recursos dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. É um expurgo parcial, de acordo com a categoria dos produtores.

Vou passar a relatar o mérito do projeto, em análise em caráter não-terminativo na CAE.

Apesar das repetidas edições de medidas provisórias e da promulgação de leis com vistas à regularidade dos financiamentos rurais, nenhuma solução permanente foi encontrada para tranquilizar os agricultores. Os juros e demais encargos que incidem sobre os empréstimos inviabilizam a produção no campo.

Segundo, a aplicação da Taxa de Juro de Longo Prazo, TJLP, tem elevado substancialmente o montante da dívida, exigindo sucessivas renegociações entre devedor e credor.

3º. Muitos agricultores, preocupados com o crescimento de suas dívidas, vendem as suas terras, abandonando a atividade do campo..

4º. Apoiar o agricultor significa fixar o homem no campo, evitando-se o inchaço das grandes cidades, que vivem o drama social do desemprego, da violência e da marginalidade; significa ainda produzir comida boa e barata, combatendo a fome e reduzindo a miséria.

6º. O PLS nº 96, de 2001, pretende constituir-se num passo decisivo para corrigir a grave distorção de juros que impossibilita o equacionamento do problema da dívida do produtor rural.

Participo das preocupações do Senador Antonio Carlos Valadares, autor do projeto, com as dificuldades enfrentadas por considerável parte da população rural do País face ao substancial crescimento dos encargos de suas dívidas assumidas com base em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento, situação que

ocorre em especial devido a aplicação dessa TJLP aos contratos de financiamento.

Concordo plenamente com seu posicionamento que é preciso fazer alguma coisa para ao menos atenuar as dificuldades que afligem o dia a dia do produtor rural. Creio ser porém inconstitucional a exigência constante do PLS nº 96 de que nas assunções, renegociações, prorrogações e composições das dívidas, referentes às operações rurais com recursos dos fundos constitucionais, os bancos administradores dos fundos sejam obrigados a aplicar, a partir da vigência dos contratos originais, expurgo da taxa TJLP cobrada nos financiamentos.

Tal exigência, por se estender a contratos previamente celebrados, contraria o disposto do inc. XXXVI do art. 5º da Constituição Federal segundo o qual a lei não prejudicará o ato jurídico perfeito. Cada um dos contratos anteriormente assinado constitui, segundo me parecer, um ato jurídico perfeito.

Entendo assim ser conveniente ouvir a respeito dessa matéria a CCJ, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Faz-se necessário, de outra parte, ajustar a redação do PLS nº 96, de 2001, quanto aos seguintes aspectos:

a – proceder à especificação dos seus artigos, conforme observação constante da parte 1 acima;

b – substituir expressão “acrescentar § 7º ao art. 3º da Lei 10.177, de 2001, para acrescentar § 10º do art. 3º da Lei nº 10.177. A fim de adequar o PLS 96 às exigências da Lei Complementar nº 95, de 1998.

VOTO

Tendo em vista o exposto, manifesto-me no mérito pela aprovação do PLS nº 96, de 2001, aprovando-se a seguinte emenda:

Art 1º – fica acrescentando ao § 10 do art. 3º da Lei 10.177 que dispõe sobre as operações com fundos constitucionais de que trata a Lei nº 7.827 e dá outras providências, com a seguinte redação:

§ 10 do art. 3º – nas assunções, renegociações, prorrogações e composições das dívidas, referentes às operações rurais com recursos dos fundos constitucionais, realizadas no amparo desta Lei, os bancos administradores dos fundos ficam obrigados a aplicar, a partir da vigência dos contratos originais, expurgo da taxa TJLP cobrada nos financiamentos, observando para cada categoria dos produtores os seguintes percentuais:

Mini ou pequeno produtor rural, suas cooperativas e associações expurgo de 100% da TJLP;

2º – médio produtor rural, suas cooperativas e associações, expurgo de 80% da TJLP;

3º – grande produtor rural, suas cooperativas e associações, expurgo de 50% da TJLP.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Em discussão. (Pausa.)

Pedido de vista do Senador Gilberto Mestrinho.

Concedida vista ao Senador Gilberto Mestrinho, do PMDB do Estado do Amazonas.

Pediria, apenas para encerrar, para dar conhecimento, de acordo com a Resolução nº 38, da Mensagem de nº 185, de 2004, que propõe ao Senado Federal alteração da Consolidação da Resolução 57 e nº 69, desta Casa, que trata do Programa de Emissão de Títulos de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, bem como de operações de recompra e reestruturação dos títulos da dívida externa brasileira.

Esse é o Item 19, que é o Aviso nº 31, de 2005, não-terminativo encaminhando, em atendimento aos arts. 3º e 4º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 2004, referente ao Programa de Emissão de Títulos de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior. Autoria do Ministério da Fazenda. Relator Senador Roberto Saturnino.

Eu pediria que o Senador Gilberto Mestrinho, como Relator **ad hoc**, desse apenas pelo conhecimento da matéria, como já foi dado à Comissão, e posterior arquivamento.

Eu pediria que V. Exª lesse a emenda no Item 19.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB - AM)
– Sr. Presidente, Srs. Senadores, conforme foi dito, o Sr. Ministro da Fazenda encaminha ao Senado Federal o Aviso nº 31, que trata do relatório sobre operação de troca de títulos originários da reestruturação da dívida externa brasileira bônus Brady por novos títulos do (lanudível) American Bonus.

Além da parte descritiva, o relatório inclui os documentos, quadro de cronograma de eventos de operação, etc.

Em 2004, a resolução vinda do Senado autorizou a União a executar o Programa de Emissão de Títulos de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior compreendendo operações de emissão de títulos etc.

O Sr. Relator Roberto Saturnino analisou com profundidade a matéria. A sua conclusão é que na conformidade do art. 133, letra “d” do Regimento Interno do Senado Federal ele conclui que seja dado conhecimento aos membros desta Comissão do teor do Relatório de Operações de Troca de Títulos Originários

da Reestruturação da Dívida Externa Brasileira e, em seguida, o mencionado relatório seja arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Em discussão o relatório do Senador Gilberto Mestrinho. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o parecer do Relator, a matéria vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Foram apreciados 14 itens na reunião de hoje. Fica, portanto, encerrada a nossa reunião do dia de hoje, agradecendo a atenção de todos pela produtividade da Comissão de assuntos Econômicos.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 13 minutos.)

Ata da Trigesima Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 16 de novembro de 2005, às 15:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às quinze horas e vinte e cinco minutos do dia dezesseis de novembro do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio e em seguida, do Senador Rodolpho Tourinho, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, Demóstenes Torres, José Jorge, Arthur Virgílio, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Teotônio Vilela Filho, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, José Maranhão, Ney Suassuna, Wellington Salgado, Pedro Simon, Romero Jucá, Gerson Camata, Almeida Lima, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Fernando Bezerra, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Antônio Carlos Valadares, Sibá Machado, Serys Shessarenko, Osmar Dias e Jefferson Péres, contando, ainda, com a presença dos Senadores Antero Paes de Barros, Tião Viana, Heloísa Helena e José Sarney e do Excelentíssimo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros. Deixam de comparecer os Senadores Gilberto Goellner, Romeu Tuma e João Capiberibe. Havendo número regimental, o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, faz a abertura dos traba-

lhos, passando, em seguida, a palavra ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otávio, que propõe a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é data como aprovada, e convida os Senadores José Sarney e Antônio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para comporem a Mesa. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente da Comissão informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a participação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Antonio Palocci Filho, com a finalidade de discorrer sobre aspectos da política econômica do Governo Federal e assuntos diversos. Usam da palavra, pela ordem, a Senadora Heloísa Helena e os Senadores Arthur Virgílio, José Agripino, José Jorge, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Romero Jucá, Eduardo Suplicy, Antero Paes de Barros, Fernando Bezerra, Tasso Jereissati, Jorge Bornhausen e o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros. A Presidência convida o Excelentíssimo Senhor Antonio Palocci Filho, Ministro de Estado da Fazenda, para sentar-se à Mesa a fim de dar início à sua exposição. Após a exposição, usam da palavra para interpelar o convidado os Senadores Jefferson Péres, César Borges, Valdir Raupp, Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Fernando Bezerra, Antônio Carlos Valadares, Heloísa Helena, Aloizio Mercadante, José Jorge, Wellington Salgado Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Ana Júlia Carepa, Leonel Pavan, Rodolpho Tourinho, Ney Suassuna, Lúcia Vânia, Pedro Simon, Eduardo Azeredo, Ideli Salvatti, Mão Santa e Almeida Lima. Para as considerações finais, o Ministro Antonio Palocci enfatiza que o Ministério da Fazenda, juntamente com os membros da Comissão, irão estudar uma melhor forma para aprovar o Projeto sobre Fundo de Exportação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião a uma hora e cinco minutos do dia dezessete de novembro, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nós temos a exata percepção da expectativa gerada na sociedade para este indispensável e insubstituível pronunciamento do Exm^o Sr. Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, no dia de hoje. Mais do que falar ao Senado, aos Senadores, às Senadoras, o Ministro Palocci vai falar à Nação.

Daí, Ministro, a importância mesmo da antecipação. A crise pela qual passamos impõe respostas

rápidas, consistentes, e por isso estamos todos nós aqui, para que o silêncio não seja o fermento da própria crise.

Tenho a honra de passar a Presidência dos trabalhos ao Presidente da Comissão de Economia, Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de iniciar os trabalhos – assumo a Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos –, convido o Senador José Sarney, como ex-Presidente da República e ex-Presidente desta Casa, para compor a Mesa, bem como o Senador Antonio Carlos Magalhães, que também presidiu a Casa. Pediria que compusessem a Mesa conosco.

A SRª HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura, em 16 de novembro de 2005, às 15h25min, na Sala de Reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, inclusive a Senadora Heloisa Helena, queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Audiência pública com a participação do Exmº Sr. Antonio Palocci Filho, Ministro de Estado da Fazenda, com a finalidade de discorrer sobre aspectos da política econômica do Governo Federal e assuntos diversos.

O Ministro Antonio Palocci já se encontra no Plenário junto com todos os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras,...

A SRª HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – ...e eu concedo uma questão de ordem à Senadora Heloisa Helena, do P-SOL do Estado de Alagoas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, em seguida à Senadora, peço a palavra.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Perfeitamente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Em seguida, concederei a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, do Estado do Amazonas; ao Senador José Agripino, Líder do PFL, do Estado do

Rio Grande do Norte; ao Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco, que subscreveu os requerimentos; e ao Senador Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba.

Com a palavra a Senadora Heloisa Helena.

A SRª HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, o art. 99 do Regimento Interno da Casa trata das atribuições da Comissão de Assuntos Econômicos, que não vou reler aqui, até porque todos sabem:

Art. 99. À Comissão de Assuntos Econômicos compete opinar sobre proposições pertinentes sobre os seguintes assuntos: (...)

Portanto, são vários itens e incisos que tratam sobre o papel da Comissão de Assuntos Econômicos.

O art. 412, inciso XI, por sua vez, também diz que a pauta de decisões deve ser feita com antecedência, no sentido de possibilitar a que todos os Senadores tenham o devido conhecimento sobre o fato.

O art. 108 diz que, salvo em caso de urgência, também tem que ser dois dias úteis antes.

É claro que o Ministro pode ser convidado ou se predispor a vir aqui. O Ministro Antonio Palocci pode falar até sobre uma viagem interplanetária a ser feita pelo primeiro astronauta brasileiro; pode falar sobre muitas coisas.

Então, eu queria aqui que V. Exª, Sr. Presidente, objetivamente, nos informasse o que quer dizer, de fato, assuntos diversos. Só para sermos didáticos, educativos. Até porque é claro que o Senado da República pode ser a Casa que se predispõe a fiscalizar os atos do Executivo, o Senado pode se predispor a ser a Casa que simboliza um medíocre microfone, para que o Ministro responda à Nação as denúncias gravíssimas de crimes contra a Administração Pública, supostamente praticados por ele ainda quando prefeito, ou não, e se pode falar absolutamente tudo o que quiser, não tem nenhum problema, como qualquer Senador pode fazê-lo.

Apenas para deixar claro, como a Constituição do País e o Regimento da Casa estabelecem determinados procedimentos, denúncias ou indícios de crimes contra a Administração Pública, eles são respondidos, investigados nas Comissões Parlamentares de Inquérito ou nas Comissões de Fiscalização e Controle da Casa. Isso não impede que o Ministro possa falar sobre qualquer coisa, mas também não pode servir como instrumento para impedir que o Ministro ou qualquer outro Senador ou agente público seja convocado nas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Então, para que V. Exª diga exatamente quais são esses assuntos diversos e aleatórios.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senadora Heloisa Helena, eu tenho aqui o Regimen-

to, que pode esclarecer tudo o que V. Ex^a afirma. Na verdade, V. Ex^a foi bem clara e pediu bastante objetividade na resposta.

Com relação a assuntos diversos, qualquer assunto referente a denúncias apresentadas pela mídia nacional, tanto com relação à pessoa física do Ministro Antonio Palocci como a questões levantadas sobre ele como Ministro, ou como Prefeito de Ribeirão Preto ou como Deputado Federal, ele tem todas as condições, a credibilidade nossa, da Comissão de Assuntos Econômicos para responder. E eu tenho certeza de que assim ele o fará.

Então, eu só pediria um pouco de paciência e um pouco de calma. Todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores terão oportunidade de fazer qualquer tipo de questionamento.

Passarei a palavra ao Ministro Antonio Palocci. Com certeza ele vai nos dar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – ...a oportunidade de responder a todos os seus questionamentos.

Pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Só para complementar aqui, a única coisa que deixei absolutamente clara é com relação a procedimentos investigatórios relacionados a crimes contra a administração pública.

Volto a repetir, o Ministro tem todo o direito de falar sobre o quiser, mas, em nenhum momento, o Senado tem o direito de rasgar a Constituição e impedir que o Ministro, acaso seja citado, denunciado, vá à Comissão Parlamentar de Inquérito, porque isso motivaria acordos políticos e não respeito à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra, para uma questão de ordem, o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, do Estado do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antes de mais nada, uma questão de procedimento. A sugestão que faz a Bancada do PSDB é no sentido da alternância. Que seja dada a oportunidade de falar a um Senador da base aliada e a outro da Oposição. E aí, numa gentileza aos Colegas todos da Casa, integrantes ou não da CAE, que não se faça distinção e que se respeite a ordem de inscrição e que não se privilegie, portanto, os membros desta Comissão a qual, por exemplo, eu pertenço.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Uma boa recomendação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Por outro lado, Sr. Presidente, temos uma comunicação

a fazer, o Senador José Agripino e eu, em nome dos nossos Partidos.

Sem dúvida que o Senado se abre, num gesto de gentileza em relação ao Ministro Palocci, para recebê-lo e ouvi-lo. Sem dúvida que nós do PSDB e do PFL reconhecemos – e este, aliás, é o foro apropriado para reconhecermos isso, discutirmos economia com o Ministro – o desempenho bastante satisfatório que, do ponto de vista técnico, S. Ex^a vem tendo à frente do Ministério da Fazenda.

Por outro lado, é muito clara a postura do Bloco oposicionista na CPI dos Bingos. Tem lá um requerimento de convocação do Ministro Palocci, que já data de muito tempo. Esse requerimento não foi votado e por uma razão simples: teríamos de ter todos os elementos de convicção para votarmos algo que nos pareceria, em qualquer circunstância, no mínimo, grave. Não votamos, porque soubemos trabalhar a queima de etapas. Pessoas que têm se referido ao nome do Ministro Palocci têm sido ouvidas, outras serão ouvidas. A Comissão poderá, no momento, fortalecer ou não a crença de que o Ministro deve vir depor na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por isso, a postura do PSDB, que louva o Senado e louva a CAE por ter recebido o Ministro Palocci, neste momento, no momento em que S. Ex^a se apressou a vir ao Parlamento, numa hora em que sofre S. Ex^a um bombardeio, que me parece até irracional, por parte de segmentos que me dão a grande novidade da sua preocupação com a Economia, pessoas do Governo. A decisão nossa é que nós, que não estamos prejudicando se vamos convocar o Ministro para a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos – mas poderemos fazê-lo, a depender dos fatos, esta é a verdade –, nós do PSDB, do PFL, do Bloco da Minoria, optamos por, nesta sessão, não colocarmos ao Ministro questões que não sejam questões econômicas.

Vamos discutir com o Ministro Economia aqui e agora, entendendo que esse é um gesto de prestígio da CPI dos Bingos, entendendo que seria uma ilusão se imaginar que a vinda do Ministro aqui eliminaria qualquer hipótese de sua posterior ida à Comissão, se porventura fatos novos aparecessem ou fatos velhos fossem aprofundados, e entendendo que nós participaríamos de algo que não seria o melhor no campo das investigações.

Portanto, estamos aqui firmando a seguinte posição: nós ouviremos o Ministro e discutiremos com S. Ex^a Economia, nós do Bloco do PSDB/PFL, enquanto se ajuíza se vale ou não se convocar o Ministro para a CPI dos Bingos. Caso se chegue à conclusão de que não é preciso, não precisa o Ministro vir; se se chega à conclusão de que é inevitável – e eu digo isso, Minis-

tro, sem nenhum prazer, acredite, pela estima pessoal grande que lhe devoto, pelo respeito que tenho pelo trabalho que V. Ex^a já fez por este País –, mas não seria esta sessão a dizer assim: muito bem, o Palocci veio e acabou o problema e não tem mais que pensar em CPI. Não! Seja o que for que lhe perguntem aqui, seja o que for que V. Ex^a responda, o PSDB e o PFL não podem dar garantias de que morreu o assunto aqui e de que não existe mais a CPI dos Bingos funcionando.

É nesse sentido que vamos nos ater a questões técnicas, discutindo Economia, e deixando que cada foro cuide do que é de cada foro: aqui, economia; lá na CPI, assuntos ligados às denúncias que, infelizmente, são hoje lançadas sobre o Ministro, mas – e já concluo, Sr. Presidente – sem misturar as estações.

Para esclarecer as irregularidades, parece a nós outros que o foro próprio seria lá. Se não precisar esclarecer irregularidades, nem lá e nem cá. Agora, cá, parece-me que o justo é discutir com o Ministro os problemas que ele passa para tocar o seu projeto econômico, os êxitos e as possíveis deficiências do projeto econômico que toca, as questões basicamente macroeconômicas – e a agenda macroeconômica é tão essencial para sustentarmos o crescimento do País. É com essa disposição que aqui comparecemos.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e digo ao Ministro que, de parte do PSDB e não tenho nenhuma dúvida de que parte do PFL, V. Ex^a será tratado com todo o respeito, com toda a urbanidade, com todo o respeito que nós temos pelo Parlamentar sempre atento e sempre atuante que foi, pelo Ministro que, a meu ver – e aí eu contrário quantos –, tem feito um bom trabalho para o País, mas um Ministro que, infelizmente, está cercado por essas dúvidas todas, que serão esclarecidas com ou sem a presença do Ministro na CPI dos Bingos.

Aqui, discutiremos Economia. E de logo lhe digo que, se não lhe posso dar solidariedade no resto – eu quero esclarecer –, lhe dou inteira solidariedade nessa discussão sua com a Ministra Dilma. V. Ex^a está certo e ela, errada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador José Agripino, Líder do PFL, do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero dizer a V. Ex^a que tomei a iniciativa de reunir, hoje pela manhã, a Bancada do PFL, para discutir o comportamento e a atitude da Bancada do PFL nessa reunião que, na minha opinião, é uma reunião surpresa. Digo a V. Ex^a por quê. Eu estava informado, como a Casa estava informada de que o Ministro, voluntariamente, gostaria de vir a esta Comissão no dia 22, na próxima sema-

na. Ontem foi feriado e, quando, ontem, aqui cheguei à noite, tomei a informação, pela imprensa, de que o Ministro Antonio Palocci teria antecipado a vinda dele à Comissão de Assuntos Econômicos para hoje. Supus que fosse pela manhã. Por essa razão, convoquei minha Bancada, até porque, já que o Ministro viria e é um fato importante – a Nação toda está observando o que vai ocorrer nesta Comissão –, era relevante que a minha Bancada deliberasse sobre o comportamento, sobre a atitude do PFL.

E eu gostaria de dizer a V. Ex^{as} que o PFL, na sua amplíssima maioria, entende, em primeiro lugar, que esta reunião está ocorrendo sem a devida preparação, que é habitual, de entendimento entre Lideranças.

Segundo ponto. Esta é uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, e tomei a liberdade de ligar para V. Ex^a, Sr. Presidente, e perguntar que requerimentos estariam amparando a vinda do Ministro, e V. Ex^a me disse que dois requerimentos provocavam a vinda do Ministro: o requerimento do Senador José Jorge, para discutir o Banco do Estado do Ceará, e o requerimento do Senador Eduardo Suplicy, para discutir taxa de juros do Copom.

Se este é o assunto, nada mais meritório do que este fato acontecer, muito embora a Câmara dos Deputados esteja queixosa da não ida do Ministro Palocci até à Câmara, mais precisamente às Comissões de Educação e Finanças, onde requerimentos foram apresentados e aprovados para a ida do Ministro àquelas Comissões. Ao invés de ir à Câmara, vem S. Ex^a ao Senado hoje.

Suponho que S. Ex^a esteja vindo à Comissão de Assuntos Econômicos para debater assuntos de economia. Suponho. O amparo regimental assim o diria. O normal é que a pauta desta reunião tivesse sido distribuída com 24 horas de antecedência para conhecimento dos Srs. Senadores.

Para sermos mais claros, se essa vinda do Sr. Ministro está acontecendo nesta reunião-surpresa, com o objetivo de debater as denúncias no Instituto de Resseguros do Brasil, no Banco do Brasil, na GTech, em Ribeirão Preto, dentro do seu próprio gabinete, com os assessores diretos de S. Ex^a, gostaria de dizer a V. Ex^a que o entendimento da minha Bancada é que o fórum próprio para o debate destes assuntos não é a Comissão de Assuntos Econômicos, e a minha Bancada se negará a debater as denúncias nesta Comissão. A minha Bancada não abrirá mão, se assim o entender, de apresentar requerimento numa das CPIs, a dos Bingos, a dos Correios ou a mais apropriada, pela vinda do Ministro para esclarecer – aí, sim, no fórum apropriado – os assuntos decorrentes de denúncias.

Com esta ponderação, desejo dizer a V. Ex^a que a atitude do PFL é de entender que, nesta reunião, vai-se tratar de assunto de economia, vai-se debater o interesse nacional em torno da economia e vai-se reservar evidentemente o espaço para o debate das denúncias de corrupção em que o Ministro é citado para a Comissão Parlamentar de Inquérito, até em respeito aos membros das CPIs, ao Presidente da CPI dos Bingos, que nem consultado foi sobre esta reunião, aos membros da CPI, que vem se dedicando, com afinco e com especial atenção, às investigações que merecem a oportunidade do esclarecimento devido, que será provocado pelo PFL, se os fatos assim se impuserem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge e, sucessivamente, aos Senadores Ney Suassuna, Aloizio Mercadante.

O Senador Eduardo Suplicy quer falar duas vezes ou só uma?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só uma pela ordem e outra para argüir, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr^{as} e Srs. Senadores, também fui surpreendido, ontem à noite, pelo noticiário da televisão em relação a esta reunião que hoje se realiza aqui, neste momento. Fui surpreendido também quando o Presidente Luiz Otávio me disse que, na realidade, um dos requerimentos – aliás, disse o Líder José Agripino – era um requerimento de minha autoria que fora aprovado aqui para que, na verdade, fosse ouvido não só o Ministro da Fazenda, como uma série de outras autoridades em relação à questão da privatização do Banco do Estado do Ceará. Foi um requerimento que fiz junto com a Senadora HELOISA Helena, que, na realidade, foi utilizado como motivação, porque ninguém nunca nos falou da possibilidade de ser aprovado este requerimento agora. Eu fui surpreendido, novamente, quando vi as razões escritas na pauta da reunião: “Audiência com a participação do Ministro da Fazenda, com a finalidade de discorrer sobre aspectos da política econômica do Governo Federal e assuntos diversos.”. Portanto, é um tema geral demais para que nos preparássemos devidamente para este debate. Inclusive, no Regimento da Casa, o §2º do art. 397 diz o seguinte: “Sempre que o Ministro de Estado preparar exposição, por escrito, deverá encaminhar o seu texto ao Presidente do Senado, com antecedência mínima de três dias, para prévio conhecimento dos Senadores”.

Esta reunião eu chamaria de atropelada, porque estava marcada para o dia 22 e não fomos avisados. Hoje, pela manhã, o Senador Aloizio Mercadante me

disse que, ontem, tentou ligar para a minha casa, mas, na realidade, eu não recebi o recado. Disseram que era um telefonema do Palácio do Planalto. Como eu sou da Oposição, minha mulher pensou que era trote. Eu não estava em casa. Ninguém do Palácio do Planalto nunca ligou para mim, portanto, ela pensou que era trote e não me avisou. Assim, na realidade, fiquei sem nenhum conhecimento do telefonema do Palácio do Planalto, que era do Senador Aloizio Mercadante. Na verdade, eu não sabia que S. Ex^a estava, nesse dia, trabalhando no Palácio do Planalto.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que eu também sou desta posição: considero muito importante a presença do Ministro Palocci aqui, porque temos de discutir a queda dos juros, do crescimento neste ano das perspectivas para o Brasil, mas acusações estão sendo analisadas em outra CPI, como a questão de Ribeirão Preto. Sr. Presidente, já tenho mais de 20 horas ouvindo depoimento sobre Ribeirão Preto, de todos aqueles personagens. Então, tenho de ter um preparo devido para poder tratar disso. Há, também, a questão dos dólares de Cuba, que parecia uma história surrealista, mas que, hoje, já se verifica que apresenta muita coisa de verdade; a questão dos órgãos do Ministério da Fazenda; a Caixa Econômica com o caso da GTech; o Banco do Brasil com o caso Visanet; e o caso do IRB. Sobre tudo isso, gostaríamos de ouvir o Ministro no local próprio, ou seja, exatamente nas CPIs, onde esses assuntos estão sendo tratados. Não é desonra nenhuma que uma pessoa qualquer venha a uma CPI prestar o necessário esclarecimento. O fato de alguém vir a uma CPI não quer dizer que já esteja condenado. É uma oportunidade até para que as pessoas possam dar sua versão e isso possa ser visto por toda a população brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de anunciar, em nome da Minoria, como aliás os Líderes dos dois Partidos já o fizeram, que nós não faremos nenhuma indagação referente a essas coisas que estão na CPI e que nos limitaremos a discutir a questão econômica do País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Oposição tem todo o direito de fazer a ponderação que está fazendo, mas eu, como ex-Presidente desta Comissão, queria lembrar que sempre foi uma tradição os Senadores poderem fazer a pergunta que bem quiserem. Já tivemos, aqui, embates na época em que eu era Presidente. Uns diziam: “Não, só pode ser sobre o assunto que foi convocado.”. Mas venceu, nesta Comissão, sempre, a

tese de que se pode fazer a pergunta que se queira. O Senador tem o direito de fazer a pergunta. Pode até o entrevistado dizer: “Isso eu não quero responder. Isso não está dentro do objetivo.” Mas eu queria lembrar a tradição desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, do PT do Estado de São Paulo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente Renan Calheiros, nossos ex-Presidentes José Sarney e Antonio Carlos Magalhães, Sr. Ministro Antonio Palocci, Sr^{as} e Srs. Senadores, vivemos um momento político que exige da parte de todos muita responsabilidade. As apurações, as investigações ajudarão, seguramente, o Brasil a aprimorar as instituições democráticas e a tomar as medidas preventivas para que episódios como esse não ocorram e, seguramente, punirá todos os envolvidos cuja participação nesses episódios ficar comprovadamente demonstrada.

No entanto, preservar a economia brasileira é um compromisso que nós tivemos desde o início desse processo. Todas as Lideranças responsáveis da Oposição, inclusive, se manifestaram exatamente com essa preocupação e nessa direção. Por isso, eu queria dizer, de um lado, que considero muito oportuno esse debate econômico, porque o Ministro Palocci tem um trabalho muito importante realizado pelo Brasil e um resultado muito relevante a apresentar a esta Comissão hoje.

Estamos com a terceira menor taxa de inflação do pós-guerra, o Brasil reduziu substancialmente a sua vulnerabilidade externa, apresenta um superávit comercial de mais de 40 bilhões de dólares. As reservas cambiais estão sendo recompostas. Tivemos a menor taxa de crescimento dos últimos 10 anos, no ano passado, e a taxa de crescimento deste ano é superior – e bem superior – à média dos últimos 20 anos. O mercado de trabalho, hoje, tem crescimento real do salário com a queda da inflação, com 89% dos reajustes acima da inflação. Enfim, temos uma pauta bastante importante a ser debatida e temas polêmicos que precisam ser discutidos sempre no âmbito da democracia.

Não entendo a posição da Oposição, mas a respeito. É uma decisão parlamentar da Bancada e, evidentemente, vamos respeitá-la, mas creio que, se queremos esclarecer a Nação, é uma excelente oportunidade. Eu queria, Ministro, fazer uma recomendação a V. Ex^a, independentemente da decisão da Oposição: fale ao Brasil. Diga ao Brasil. Responda o que está na imprensa, as acusações que muitos Parlamentares, inclusive presentes a esta Comissão, a este Plenário, têm feito a V. Ex^a. Responda essas questões com

transparência, com diálogo, com verdade, porque é isso que o Brasil espera.

Somos um País de 185 milhões de pessoas que precisa de estabilidade, serenidade, equilíbrio e responsabilidade na área econômica. Numa economia globalizada, temos US\$1,5 trilhão circulando no sistema financeiro internacional diariamente. Se não tivermos muita responsabilidade, o Brasil pode viver o que outras nações já viveram e o Brasil já viveu num passado recente, ou seja, ataques especulativos, processos de instabilidade e aqueles que têm muito ganham nessas conjunturas. Quem paga a conta é o povo! Paga com salário, paga com emprego, paga com os pequenos negócios! Por isso, a responsabilidade desta Casa é muito grande e sobre as costas de V. Ex^a há uma imensa responsabilidade. Conte com toda a minha solidariedade.

V. Ex^a deve falar sobre economia, mas fale, também, ao Brasil e à sociedade sobre todas as questões que V. Ex^a – tenho certeza – quer dizer. Esta é uma excelente oportunidade para isso. Evidentemente, isso não pode prejudicar o que quer que seja no futuro e nunca se pediu nada nessa direção.

Por último, quero dizer que a decisão de antecipar era uma necessidade econômica. Todas as Lideranças da Oposição com que conversei – e vários dos que estão nesta sala sabem que eu as procurei e com elas conversei – foram imediatamente solidárias a essa iniciativa. Não havia por que prorrogar o prazo para o dia 22, dada a especulação, o ambiente que temos na imprensa e na opinião pública. Antecipação era uma necessidade econômica, pela função que o Ministro tem.

Telefonei às Lideranças; consegui falar com algumas, não com todas. Informo ao Senador José Jorge que eu estava em vôo e foi só por isso que não consegui falar com S. Ex^a pessoalmente. Há um serviço de telefonia que, nos plantões de feriado, apresenta mais agilidade em tentar encontrar as pessoas, porque o Senado estava fechado. Apenas por isso foi feito pela Central de Informações que presta esse serviço. Mas é sempre um prazer imenso falar com V. Ex^a, especialmente num feriado, e se eu pudesse ter conseguido falar com V. Ex^a, seguramente teria enriquecido o meu dia, num 15 de Novembro, Dia da Proclamação da República, falar com um homem republicano como o Senador José Jorge. É sempre um imenso prazer.

Portanto, proponho que iniciemos a apresentação.

O apelo que faço a V. Ex^a, Ministro Palocci, é que fale sobre tudo, não deixe nada sem resposta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Senador Romero Jucá, V. Ex^a acata a posição do

Senador Aloizio Mercadante de iniciarmos a exposição?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Eu quero fazer um comentário bastante rápido, Sr. Presidente.

Primeiro, quero saudar o Presidente Renan Calheiros, os Senadores Antonio Carlos Magalhães, José Sarney e o Ministro Antonio Palocci.

Foi dito que, hoje, se está fazendo um gesto de gentileza para com o Ministro Palocci. Não se trata de um gesto de gentileza do Senado, mas de responsabilidade. Estamos antecipando uma audiência porque o País assim o demanda.

Vamos, hoje, discutir economia. Vamos discutir economia. E o que está impactando mais a economia do que essa conjuntura de possibilidade de denúncia ou de desconfiança contra o Ministro Palocci. Esse é um assunto econômico de extrema repercussão na vida de todos os brasileiros.

Por isso, apesar de respeitar a posição da Oposição, quero dizer que espero que o Ministro Palocci fira todos os assuntos e que vou perguntar sobre essas questões. Se a Oposição não quer questionar, eu quero, assim como o País. E acho que essa é a obrigação do Senado.

Desejo ao Ministro boa sorte e que S. Ex^a possa esclarecer todos os pontos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – S. Ex.^a, o Ministro, terá trinta minutos prorrogáveis por mais dez, quarenta minutos no total, para fazer sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpeção pelas Sr^{as} Senadoras e pelos Srs. Senadores.

A palavra será concedida pela ordem de inscrição alternadamente conforme foi proposto pelos Srs. Senadores.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, antes de passar a palavra ao Ministro, eu quero indagar de V. Ex.^a...

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, estou aguardando para usar da palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Senador Eduardo Suplicy também quer usar da palavra pela ordem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Então, o Senador Eduardo Suplicy pode falar em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy que já estava inscrito.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, pensei que V. Ex.^a tivesse me dado um castigo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Depois que V. Ex.^a conseguiu encontrar – ontem vi na televisão – aquela sua investigação, de maneira alguma faria isso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Proponho o nome do Senador Eduardo Suplicy para Delegado da Polícia Federal, Superintendente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar o Ministro Antonio Palocci pela atitude de ter vindo aqui o quanto antes. S. Ex.^a percebeu o anseio de todos os Senadores e Senadoras de obter os esclarecimentos e entendeu que seria adequado para o País, para a Nação e que certamente iria desanuviar o ambiente no Congresso Nacional.

Acho positivo e estou de acordo com a sugestão do Senador Arthur Virgílio de que todos os Senadores e Senadoras, mesmo os que não são membros da CAE, possam se inscrever e que seja respeitada essa ordem. O importante é que se dê oportunidade a todos.

Tenho certeza de que cada um dos Senadores e a Senadora Heloisa Helena estão mais do que preparados para argüir o Ministro Palocci sobre todo e qualquer problema. Tempo de preparação a Senadora está tendo suficiente e, por causa disso, acho que não irá reclamar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Estão inscritos ainda os Senadores Antero Paes de Barros, Fernando Bezerra e Tasso Jereissati.

Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, não sei se as colocações aqui feitas mereceriam uma decisão de V. Ex.^a.

Como é que vai funcionar a Comissão? O Líder Arthur Virgílio e outros Líderes solicitaram que fossem tratados exclusivamente os temas essenciais à Comissão. Esta é uma Comissão de Assuntos Econômicos. Se o Ministro Palocci falar aqui de outros temas, não significará sua não convocação na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós só vamos ter uma boa democracia no Brasil, quando o irmão do Ministro Palocci puder ser convocado na CPI sem a chantagem de que S. Ex.^a abandonaria o Ministério e quando o próprio Ministro da Fazenda puder ser investigado na CPI. Não é possível que nesta democracia todos não sejam iguais. É evidente que todos os Parlamentares que aqui estão sabem da diferença abismal do que é uma comissão de assuntos econômicos e o que é uma comissão parlamentar de inquérito.

Quero também deixar evidenciado, embora eu seja Parlamentar da Oposição, o entendimento de que a Oposição e a própria Comissão Parlamentar de Inquérito têm de votar urgentemente a convocação do nome do Ministro. Com muita sinceridade, vamos dizer a verdade à Nação: não é em função da economia que o Sr. Ministro Palocci está vindo aqui. Não é por causa da economia brasileira, que tem os juros mais altos do mundo, que não tem dinheiro para a febre aftosa, que não tem investimento nos portos, nas ferrovias, que o setor produtivo sofre, não é por causa disso.

O Ministro Palocci está vindo aqui por causa do noticiário da Imprensa que continuará, independentemente do que se falar hoje. Essas questões só podem ser bem esclarecidas em uma comissão parlamentar de inquérito.

Então, Sr. Presidente, gostaria de saber preliminarmente como é que V. Ex^a vai presidir os trabalhos. Gostaria de saber se vamos tratar de todos os assuntos, porque esta Comissão já foi atropelada, o Regimento Interno do Senado já foi atropelado.

O Senador José Jorge já mostrou aqui que, para falar de assuntos de economia, teria de mandar uma comunicação por escrito à Casa com três dias de antecedência. Aqui quem marca hora para nós não é mais o Presidente da Comissão nem o Presidente do Senado. Quem está marcando hora para nós agora é o Poder Executivo, é o Ministro da Fazenda.

Então, Sr. Presidente, quero saber como é que vamos fazer esses encaminhamentos e gostaria que V. Ex.^a decidisse antes de passar a palavra ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Tem a palavra pela ordem o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente da Comissão, Sr. Presidente do Senado, Srs. ex-Presidentes desta Casa, Sr. Ministro, eu pergunto por que adiar esclarecimentos que podem ser dados agora.

Todos nós sabemos o quanto a economia é sensível a esse tipo de crise que estamos passando. É evidente que o Ministro veio aqui falar dos assuntos econômicos e isso interessa não apenas a esta Comissão, mas ao País. Mas não posso, de maneira nenhuma, desvincular os fatos que toda a Nação tem conhecimento do que possa vir a afetar a questão econômica. Nesse sentido, o Ministro se antecipou, é a sua sensibilidade para essa questão e para a gravidade deste momento que fez com que S. Ex.^a viesse prestar todos os esclarecimentos, e não vamos perder a oportunidade de fazê-lo.

Temos de discutir economia, mas temos de discutir a crise que afeta a economia. Nesse sentido,

quanto mais rápido fizermos melhor para a Nação e melhor para o País. O Ministro se dispôs a isso, como é o seu dever, e é o nosso dever buscarmos todos os esclarecimentos para que possamos, com tranquilidade, continuar nessa marcha vitoriosa.

É parte do processo a polêmica em torno de atitudes tomadas de uma maneira ou de outra com relação à economia, mas não há um só brasileiro que não reconheça que a economia do Brasil está sendo bem conduzida pelo Ministro.

Sr. Ministro, V. Ex.^a tem toda a minha solidariedade e quero prestá-la aqui não apenas como Líder do Governo no Congresso, mas porque tenho acompanhado a seriedade com que V. Ex.^a e sua equipe têm se havido à frente do Ministério da Fazenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Tasso Jereissati, do PSDB do Ceará.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, foi dito que esta reunião foi convocada em função do requerimento do Senador José Jorge para tratar de audiência pública sobre a privatização do Banco do Estado do Ceará. Primeiro, agradeço o Senador José Jorge pela iniciativa e agradeço também o Senador Luiz Otávio, pois eu mesmo não havia reparado a importância do Banco do Estado do Ceará na questão nacional.

V. Ex.^a, na terça-feira passada, aprovou a toque de caixa, e eu saí correndo quando vi que se estava votando essa matéria, não atentando, eu mesmo, para a importância do BEC na conjuntura nacional. Cheguei aqui ofegante, e V. Ex.^a me disse que era uma questão de extrema importância. Agora, diante desse ibope todo, a Imprensa nacional aqui, estou prestando atenção à grande importância, ao interesse que desperta em toda esta Casa, aos Deputados Federais e à Imprensa nacional, a privatização do BEC.

Portanto, gostaria que o Ministro aproveitasse o ensejo para dar uma definição final sobre a privatização do BEC, uma questão que está sendo discutida há tanto tempo e, quem sabe, teríamos uma definição.

Gostaria de me penitenciar diante dos cearenses por eu não ter percebido a importância dessa discussão diante do Sistema Financeiro Nacional e, quiçá, internacional.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Srs. Senadores, Sr.^{as} Senadoras, sinceramente, sinto-me na obrigação, Senador Tasso Jereissati, de dizer do tempo que estou aqui. Nunca fiz nada por baixo do pano. Tudo meu é às claras, sinceramente. A Secretaria da Mesa e os membros da Comissão são os mesmos desde outras presidências da Comissão. Nunca colo-

quei um requerimento em votação na marra, nunca fiz isso, de verdade, Senador.

Sei que o Senador Tasso Jereissati me conhece e que, se for pelo lado da sinceridade, sabe que eu não fiz isso dessa forma. Todas os requerimentos, desde que cheguei aqui – há praticamente sete anos –, são aprovados na Comissão.

Eu ainda não vi um requerimento, principalmente no Governo do Presidente Lula, ser rejeitado nas comissões permanentes. Ainda não vi. Isso realmente não aconteceu. Esse requerimento, por sinal – infelizmente tenho de dizer isso a quem nos ouve, incluindo o povo do Ceará –, estava em pauta há mais de quinze dias. Mais de quinze dias. E o requerimento foi votado no final da reunião.

Inclusive, nem precisa desse requerimento para se realizar esta audiência pública. Há um requerimento do Senador Eduardo Suplicy, votado em semanas anteriores. Chegou a ser agendada a audiência pública com a presença do Ministro Palocci, que, justiça se faça, nunca se negou a vir aqui. S. Ex^a veio aqui em março. Fizemos esse tipo de audiência em março. Porém, naquele momento não existia nenhuma acusação, nenhuma denúncia e a mídia nacional não estava levantando nada contra a vida pessoal e profissional do Ministro Antonio Palocci.

Ontem, eu estava ontem participando do Dia da República, em Maceió, acompanhando a Senadora Heloisa Helena, o Governador Ronaldo Lessa, o Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, e outros Senadores. Estivemos lá só para isso e voltamos ontem mesmo para o Estado do Pará. Fomos localizados pelo Ministro Antonio Palocci, que já havia confirmado a vinda no dia 22, por ontem ter sido feriado. O Ministro ligou para mim depois, com o próprio Senador Aloizio Mercadante, perguntando se havia condições de antecipar a reunião do próximo dia 22 para hoje, uma vez que era uma audiência pública. Da minha parte, disse logo ao Ministro “não há nenhum problema até porque estarei em Brasília” como todos os senhores estão aqui. Consultei o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, se haveria algum problema, até porque a reunião estava marcada para ocorrer no plenário do Senado Federal.

Essa é a verdade. Infelizmente, temos de usar de alguns artifícios políticos e de argumentações que não são verdadeiras em uma hora como essa.

Então, S. Ex^a está aqui hoje, como poderia estar no dia 22, como pode voltar, se aprovarem requerimento, no dia 22, se assim quiser. S. Ex^a não é obrigado.

Nós apenas aprovamos requerimento de convite para V. Ex^a, Sr. Ministro. V. Ex^a foi convidado. Se não quisesse, não estaria aqui. V. Ex^a não é obrigado a vir

a não ser que fosse convocado, mas não foi aprovado requerimento de convocação e, sim, de convite.

Faço apenas esses esclarecimentos para não parecer que estamos participando de alguma coisa que não é verdadeira. Estamos aqui como sempre estivemos e temos o testemunho da direção, da administração, da Secretaria da Casa que é a mesma, e o Senador Ney Suassuna fez referência há pouco. É praxe daqui, sempre foi feito desta forma. Ninguém cerceou ninguém de vir ou de falar. Sempre foi assim, pelo menos nesses praticamente sete anos em que estou aqui.

Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena.

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Como eu sou uma das autoras do requerimento, que acabou sendo comentado pelo Senador José Jorge e pelo Senador Tasso Jereissati, quero deixar absolutamente claro que se pode ter tática inteligente, sofisticada, desprezível. Mas isso tanto faz. O assunto de hoje, transformar esta audiência como se ela por si só contemplasse o requerimento sobre a questão da privatização do BEC, isso não! Como isso foi sendo citado, até parecia que o mecanismo para garantir a convocação fosse esse.

Portanto, é só para deixar claro que uma coisa, efetivamente, nada tem a ver com outra.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – S. Ex^a, o Ministro, terá, como disse, trinta minutos, com mais dez minutos de prorrogação, para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpeção, que será feita pelas Sr^{as} e Srs. Senadores. Isso será feito de acordo com a ordem dos partidos, conforme foi solicitado.

A primeira interpeção será feita pelo Senador Jefferson Péres, que é o primeiro Senador inscrito. Em seguida, pela ordem, teremos: PDT, PFL, PMDB, PT, PSDB, PL, PTB e PSB.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, e eu, que sou autor do requerimento?

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não, ele não vai tratar da questão da autoria do requerimento, porque seríamos nós dois os autores do requerimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Nós dois.

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Tudo bem. Eu também estou inscrita como não-membro. Portanto, V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Ex^a, como não-membro, falará depois do Senador Antero Paes de Barros.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Pois não, Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – A

Presidência está anunciando quarenta minutos de exposição, mas há mais de trinta inscritos para apresentar questões, acredito que de natureza econômica, ao Ministro Antonio Palocci.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Há 28 inscritos.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – De-

sejo saber, com muito respeito, do Presidente Renan Calheiros, se foi suspensa a sessão deliberativa. Se não, nós já estamos aqui perante a morte anunciada da MP nº 258.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Res-

pondendo ao ilustre Senador Jorge Bornhausen, eu gostaria de dizer que tão logo o Ministro Palocci solicitou a antecipação da sua vinda nesta Comissão – diga-se de passagem, nós consideramos a antecipação tempestiva, porque, é claro, essas respostas precisam ser dadas, o País quer ver absolutamente tudo respondido – ,eu fiz questão de dizer o seguinte: se os Líderes entendesse que seria melhor, nós realizaríamos a reunião, a audiência, para ouvirmos o Exmº Sr. Ministro, no plenário do Senado. Mas não tivemos a unanimidade dos Líderes. Por isso, resolvemos fazer cumulativamente.

Mas se o desejo dos Líderes for no sentido de que devemos suspender a sessão ordinária do Senado Federal, mandarei, de pronto, suspendê-la. Isso porque nós não vamos ter Ordem do Dia hoje e tampouco amanhã. Tão logo seja lida a medida provisória, teremos dois dias para tentar fazer um acordo, uma negociação. Para isso, convocamos para o dia 18 uma sessão ordinária, na sexta-feira, para votarmos, infelizmente, no último dia, a Medida Provisória nº 258.

Se o desejo dos Líderes for a suspensão da sessão ordinária, vamos suspendê-la. Até porque não vai ter Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pode-

mos suspender até o término desta audiência e depois podemos prosseguir.

A SRª HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – As-

sim, agradecendo pela sugestão, eu queria pedir a quem tiver presidindo a sessão do Senado Federal que, por favor, encerre os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Senador Romero Jucá, pediria a V. Exª que não multuasse a reunião.

Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena.

A SRª HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Ele

está brincando, Romero. Seria melhor que ele dissesse isso para mim. Com relação a você, ele jamais diria isso.

Senador Luiz Otávio, se não vai haver sessão ordinária, se ela já está suspensa, eu questiono aos Líderes o seguinte: por que esta reunião não pode ser no plenário? Olhe a situação dos Senadores e dos Deputados! Por que não pode? Se é pelo simbólico, tenha certeza, Ministro Palocci, que o simbolismo é V.Exª estar aqui. Assim, não há absolutamente nada...Já que não vai ter nada no plenário, Sr. Presidente, que possamos transferir esta reunião para lá, a não ser que o Ministro Palocci, por alguma outra razão, entenda que seria melhor que ela fosse aqui. Mas eu acho que seria importante que os Senadores pudessem fazer...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Antes de ouvir o Senador Mercadante, eu gostaria de ouvir o Ministro Antonio Palocci.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Eu estou à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores, nesta Comissão ou no plenário da Casa, onde for melhor para S. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – PA) – Antes da

sessão não havia acordo entre as Lideranças. Há acordo para ser no plenário?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – PA) – Concedo a

palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante, depois ao Senador José Agripino.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu

queria, primeiro, ponderar que a não realização de sessão ordinária, porque a pauta está trancada pela MP nº 258 e nós temos um acordo de procedimento, de duas sessões legislativas, que o dia de hoje contará como sessão para o prazo. É evidente, a MP vence no dia 18.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – PA) – Já foi con-

tado o prazo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Se-

gundo, espero, inclusive, que nesta audiência pública com o Ministro Palocci possamos também discutir esse tema, que é de interesse público. Infelizmente, mais uma vez, o Senado está muito prejudicado pelo rito de tramitação das medidas provisórias e o prazo de votação na Câmara dos Deputados. Essa seria também uma boa oportunidade.

Em terceiro lugar, eu queria sugerir, Sr. Presidente, sem...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O Senador Jefferson Péres também está sugerindo que se vá para o plenário.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu

queria ponderar se não deveríamos iniciar imediatamente a exposição, porque já perdemos cinquenta minutos. Temos quarenta minutos para a exposição do Ministro e vinte e seis inscritos para falar; ou melhor, trinta e três inscritos.

Proponho que iniciemos imediatamente o debate. Não vai ser o local que vai alterar a qualidade da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O Ministro Antonio Palocci está sugerindo que S. Ex^a faça a sua exposição aqui e depois seguiremos logo depois para o plenário. Esta é a proposta do Sr. Ministro Antonio Palocci.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presi-

dente, quero fazer uma colocação de ordem prática. Se V. Ex^a olhar para trás, verá que todas as câmeras de televisão estão montadas aqui. Todos os jornalistas estão aqui. Na hora em que mudarmos a reunião para o plenário, vai-se criar um problema de comunicação seriíssimo. Todo o Brasil vai condenar a nossa atitude, porque isso vai interromper a transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) –

O Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador José Sarney já tinham alertado para isso aqui na mesa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu me

associo à manifestação silenciosa de S. Ex^{as}.

Assim, minha opinião é de ordem prática. Eu quero fazer também uma observação. Ou seja, nós estamos incorrendo num problema de ordem regimental: a sessão está ocorrendo. Na hora em que a Ordem do Dia começasse, que tem que existir, até para se dizer que não há acordo, teria que haver a interrupção dos trabalhos desta Comissão e, em seguida, prosseguir com os trabalhos.

Eu queria colocar esta questão de ordem para avaliação do Presidente Renan.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Por

isso, Presidente Renan, eu proporia que fosse feito esse ritual solicitado pela Oposição. Ou seja, que fosse aberta a Ordem do Dia e, como não há acordo para se votar, imediatamente o Ministro começaria sua exposição. Mesmo que seja necessário esse procedimento, acho que por acordo nós poderíamos dispensá-lo.

Peço à Oposição que por acordo consideremos a data de hoje válida como prazo, mantendo, assim, o prazo do dia 18 para a votação da MP. Se não tiver acordo, abre-se e encerra-se a sessão.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Eu

queria dizer que essa foi a exata recomendação que passamos para o Senador que está presidindo a sessão. Ou seja, que comunique à Casa que não vai haver votação hoje, porque estamos dentro de um prazo que predefinimos para a negociação, para tentar um consenso em torno da medida provisória, para que dessa forma o dia de hoje seja contado para efeito desse prazo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr.

Presidente, para esclarecer, o Senador Eduardo Siqueira Campos, que está presidindo a sessão, já abriu a Ordem do Dia e disse que, como não tinha acordo, deu prosseguimento à discussão.

Portanto, já está superada essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra ao Sr. Antonio Palocci, Ministro da Fazenda do Brasil.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Caro Senador Re-

nan Calheiros, Presidente desta Casa, que me dá a honra e a gentileza do seu comparecimento; caro Senador Antonio Carlos Magalhães, ex-Presidente desta Casa e Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que igualmente nos dá a honra de seu comparecimento; caro Senador Luiz Otávio, Presidente desta Comissão, cujos convites para aqui comparecer tenho freqüentemente atendido e o faço com muita honra e muita transparência, pela importância do Senado Federal para a República brasileira. Farei isso quantas vezes V. Ex^a e seus pares assim desejarem. Caro Presidente José Sarney, cuja gentileza de estar aqui conosco muito me honra. É um prazer enorme tê-lo ao meu lado nesta exposição.

Quero pedir licença às Sr^{as} e aos Srs. Senadores da Oposição que colocam que deveríamos nos ater a temas relativos à política econômica e fazer uma breve exposição sobre a política econômica, seus desafios, o presente e o futuro. Quero pedir permissão às Sr^{as} e aos Srs. Senadores do PFL e do PSDB para esclarecer alguns pontos, mesmo que não definitivamente, sobre questões que estão colocadas no debate nacional, diante da crise política que atravessamos.

Penso que seria adequado, que seria correto da minha parte para com o País e para com esta Casa que não deveria deixar de fazê-lo neste e em outros momentos. Quero esclarecer que não fiz qualquer acordo, nem me foi proposto qualquer acordo por parte do Presidente desta Casa, das Lideranças, do Presidente desta Comissão, no sentido de que meu comparecimento aqui hoje estaria substituindo qualquer outro eventual convite ou convocação do Senado Federal, que vou atender como cidadão e como Ministro da

Fazenda, como atendi a todas as solicitações de comparecimento que me foram feitas.

Quero dizer ao Senador José Agripino que, como tinha convites e convocações para comparecer à Câmara, que acertei, hoje, com o Presidente da Comissão de Finanças e o Presidente da Comissão de Educação da Câmara, que lá comparecerei no dia 22, de forma a atender também à solicitação das Sras e dos Srs. Deputados.

Gostaria, portanto, de utilizar este espaço de tempo que tenho para, com muita transparência e também com humildade, colocar todas as questões que estão nos preocupando hoje na área econômica e também colocar questões que estão presentes na pauta do debate político e que, penso, devem ser tratadas. Devo fazer, como cidadão e como Ministro, afirmações, esclarecimentos, porque se trata de questões que ferem à nossa honra como pessoa, como pai e como profissional dedicado à ação pública.

Penso que estamos num momento em que os ganhos da política econômica praticada no Brasil já são perceptíveis, já são consistentes, diferentemente de outros momentos em que aqui estivemos. Por exemplo, em 2003, enfrentávamos uma duríssima situação de instabilidade na economia, onde faltavam créditos para exportação, linhas de financiamento e equilíbrio da inflação. Penso que hoje o equilíbrio da economia é consistente e os resultados da política econômica são perceptíveis.

Nós estamos entrando neste momento – não tenho nenhuma dúvida de afirmar isto – em um dos mais importantes e longos ciclos de crescimento que a economia brasileira experimentou nas últimas décadas. Ele se iniciou no segundo semestre de 2003, apresenta crescimento do processo de produção há oito trimestres consecutivos. Nós abrimos, com isso, a oportunidade de o Brasil experimentar um longo, intenso ciclo de crescimento, com toda a consistência que um ciclo equilibrado pode ter e com todos os benefícios sociais que o crescimento econômico traz, principalmente para as famílias mais pobres, e que possam absorver do equilíbrio econômico e do próprio crescimento ganhos efetivos em termos de suas necessidades materiais e subjetivas.

Como disse, a produção está em oito trimestres de crescimento consecutivo. As exportações brasileiras atingiram um patamar excepcional, contrariando todas as previsões, inclusive as nossas, inclusive as mais otimistas. As exportações brasileiras atingiram, neste ano, a marca de mais de US\$100 bilhões, fazendo com que possamos afirmar com toda segurança que as empresas brasileiras deixaram de tratar o processo exportador como uma oportunidade ocasional e têm

no processo exportador uma alavanca fundamental do seu funcionamento e do seu desenvolvimento. Todos sabem que, quando um país consegue atingir um nível de exportação dessa magnitude, os benefícios em relação à lucratividade das empresas, em relação ao aumento real de salário dos trabalhadores e em relação ao aumento do emprego formal são sentidos imediatamente, e essa é uma realidade dos dados que a economia brasileira traz.

O modelo exportador que seguimos desde 1999, quando o Brasil decidiu trabalhar com câmbio flutuante, permitiu que as empresas se reprogramassem, se ordenassem, refizessem todos os seus instrumentos de financiamento e de investimento e se tornassem empresas fortemente exportadoras. No primeiro semestre deste ano, medidas e indicadores mostram que a lucratividade das empresas brasileiras superou, pela segunda vez, a lucratividade do sistema financeiro. Segundo, que a lucratividade das empresas brasileiras, em particular das exportadoras, das maiores, foi a maior dos últimos 23 anos. É a consolidação de um processo de estabilidade e de crescimento.

Ressalto, também, o aspecto do emprego, que tem tido uma repercussão muito importante a partir das mudanças estruturais da nossa economia. Mudou de patamar a geração de empregos no Brasil. Ela se elevou fortemente e atingiu um patamar bastante superior àquele da década passada. Segundo aspecto fundamental do emprego: o emprego formal já vem, há mais de um ano, sendo gerado em quantidade muito maior do que o emprego informal, revertendo uma tendência de décadas da nossa economia, de informalização e de perda da formalidade das relações de negócio e das relações contratuais.

Associa-se a esses ganhos um ganho consistente na renda dos trabalhadores. Se observarmos, o fenômeno mais importante do aspecto econômico neste momento da nossa economia não é outro senão o aumento da massa salarial real e o aumento da renda dos trabalhadores, da renda real dos trabalhadores, observada em todas as medidas feitas recentemente e mostrando o crescimento efetivo dessa renda, em particular, pelo sucesso da política de combate à inflação, que traduziu para o bolso do trabalhador os ganhos da política macroeconômica, fazendo com que os trabalhadores possam observar um ganho efetivo e real dos seus vencimentos.

Associam-se aos ganhos da política econômica programas importantes da área social, que têm contado com impulso fundamental do Presidente Lula, em particular os programas de transferência de renda, que já mostram impacto importante na renda e na vida de parcelas fundamentais da população mais

pobre, mostrando uma nova dinâmica nos arranjos locais, uma nova dinâmica nas pequenas localidades, porque são quase sete milhões de famílias que recebem transferência de renda, atendendo a um antigo pleito do Congresso Nacional, antigas teses defendidas aqui no Congresso. Faço referência especial ao Senador Eduardo Suplicy, que tem reafirmado e batido nessa tecla, insistentemente, por uma década, e a defesa que o Senador e muitos Senadores aqui têm feito se reflete hoje no sucesso desse programa, que estruturou, unificou outros programas que já existiam em governos anteriores e que foram valorizados pelo Presidente Lula.

Mas gostaria, antes de prosseguir nessas conquistas, de dividi-las com todos aqueles que têm responsabilidade nas mesmas. De forma alguma acredito que os ganhos da política econômica se referem ao trabalho do Ministro da Fazenda ou de seus auxiliares, que estão aqui comigo. Os ganhos da política econômica são resultado de um esforço de mais de uma década, e todos aqueles que participaram ativamente desse esforço devem ser referidos de forma explícita em um momento como este porque, se neste momento o Brasil inaugura um ciclo novo e forte de crescimento, as responsabilidades dessas conquistas devem ser justamente distribuídas.

Refiro-me à coragem do Presidente Lula em ter contrariado inclusive orientações políticas anteriores, de ter se submetido a perdas políticas importantes para fazer aquilo que precisava ser feito, em particular no ano de 2003, fazendo um duríssimo ajuste para poder reequilibrar a economia e controlar uma inflação que, em maio, atingia 17% e colocava em risco a continuidade de um crescimento equilibrado. Mas quero me referir também ao governo anterior. A equipe do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando optou pela política de câmbio flutuante em 1999, quando introduziu o regime de metas de inflação, quando aprovou, nesta Casa, a Lei de Responsabilidade Fiscal. São instrumentos fundamentais que conquistaram credibilidade na sociedade brasileira e que são também responsáveis pelo sucesso atual da política econômica.

Quero me referir ao Presidente Itamar Franco, que teve a coragem de lançar um plano depois de muitos planos fracassados, o Plano Real, e colocar o esforço de combate à inflação como prioridade em um momento muito difícil da conjuntura econômica brasileira.

Quero me referir ao Presidente José Sarney, que, ao seu tempo, soube adotar uma medida que, até hoje, no Ministério da Fazenda, temos certeza que alterou profundamente a gestão das contas públicas. O Presidente Sarney decidiu em seu mandato acabar com a famigerada Conta-Movimento do Banco do Brasil e

criar o Tesouro Nacional, sem o que hoje não poderíamos sequer organizar as contas públicas e ordená-las de forma a atender as necessidades do País.

Faço essas referências por justiça a todas as medidas tomadas por diferentes partidos, por diferentes lideranças do País que têm parte no resultado positivo que temos hoje. Muito de longe quero atrair essa responsabilidade dos ganhos apenas para o Ministério da Fazenda, para a equipe econômica ou apenas para o nosso Governo. O Brasil evolui e amadurece se sustentando nos pilares construídos ao longo dos anos por todos aqueles que querem o bem do País. E assim tem sido feito. Por isso, quero fazer referência ao Presidente José Sarney e à medida que hoje, estando no Ministério da Fazenda, posso atestar como uma das mais importantes medidas de correção e de equilíbrio do Orçamento da União, que nos permite hoje falar em equilíbrio econômico, em responsabilidade fiscal, em condução adequada e sustentável das contas públicas.

Quero, também, fazer uma referência muito especial a todos os empresários, empreendedores, agricultores e trabalhadores brasileiros, porque, muitas vezes, pagaram com sacrifício os desajustes que nossa economia apresentava, pagaram com perdas importantes esses desajustes, e puderam fazer os sacrifícios necessários para retomar a sua produção. Penso que é por eles que devemos fazer um trabalho muito especial de consolidação dos ganhos da política econômica brasileira, é a eles que atribuo esse esforço de muitos anos, pelo menos mais de uma década na história recente do País, e que tem alcançado resultados tão importantes neste momento.

Durante o atual governo, penso que foram consolidadas na sociedade duas questões da mais alta importância. O controle da inflação é uma necessidade permanente da nossa economia que não devemos negligenciar. Não devemos tolerar a inflação como um fenômeno natural do processo econômico brasileiro. Podemos trabalhar com inflação baixa, como estamos conseguindo neste momento, resultando não apenas em um indicador importante para os nossos comentários políticos, mas em uma medida fundamental que resulta em maior renda para o povo trabalhador do País. Em segundo lugar, consolidou-se, na sociedade brasileira – a imprensa brasileira freqüentemente tem se manifestado em torno da questão –, um sentimento de que a responsabilidade fiscal é um instrumento estratégico intertemporal fundamental para que o Brasil possa conquistar níveis de crescimento mais elevados no próximo período e, sucessivamente, experimentar mecanismos de crescimento mais estáveis e mais consolidados.

Os dados que eu trouxe, em diversos gráficos – não vou apresentá-los porque não quero tornar esta apresentação uma exposição infundável de figuras –, deixo à disposição daqueles que queiram receber. Dados mais recentes referentes ao crescimento econômico mostram que os dois últimos anos, 2004/2005, formam o biênio de maior crescimento da última década. E o triênio 2004/2006 será novamente o de maior crescimento da última década. Ou seja, o Brasil, comparado com o Brasil, cresce a níveis mais elevados e pode se dar ao trabalho, à dedicação de crescer em níveis ainda mais fortes.

Temos ressaltado que a credibilidade da política econômica e a estabilidade da economia dependem principalmente de paciência, de consistência e de perseverança em relação aos instrumentos utilizados. No dia-a-dia, temos construído, junto com este Congresso, reformas estruturais e reformas microeconômicas fundamentais para mudar o ambiente de negócios e a estabilidade de cada um dos setores que temos tratado com V. Ex^{as}. Recentemente, este Congresso fez uma modificação profunda em toda a legislação relativa à construção civil, por intermédio da MP nº 255, aprovada nesta Casa, da Lei nº 10.931 e de outras modificações que fizeram com que o crédito para a construção civil cresça de forma sustentada, depois de um período de queda muito importante desse setor que dinamiza a economia de todos os países avançados e estava em situação de enorme e perigosa letargia na economia brasileira.

Lembro de outras questões ainda em discussão no Congresso Nacional, como o Sistema Brasileiro em Defesa da Concorrência, o Cadastro Positivo e outras questões, que, certamente, receberão a mesma importante atenção recebida em todas as questões microeconômicas que aqui colocamos. Como disse, paciência, consistência e perseverança exigem que ajustemos a política monetária, exigem que cuidemos da questão fiscal permanentemente, exigem que o Tesouro Nacional e o Banco Central cuidem da dívida pública, que é, infelizmente, grande no Brasil e precisa ser tratada semanalmente com a rolagem de papéis, com o lançamento de títulos. Pela primeira vez, o Brasil lançou títulos em moeda nacional no mercado estrangeiro com grande sucesso, mostrando que a nossa moeda conquistou respeitabilidade nos mercados internacionais.

Essas, portanto, são questões que, acredito, têm sido importantes para fortalecer a estabilidade e um trabalho paciente de coordenação de todas as ações da área econômica.

Não estamos enxugando gelo, como acreditam alguns; estamos trabalhando com afinco em cada um

dos pontos que estruturam a estabilidade da economia, muitos deles com parceira integral com o Congresso Nacional, a partir das reformas, que são fundamentais para esses resultados.

Gostaria, também, de deixar uma questão para reflexão do Senado. Acreditamos que este é o momento de consolidar o esforço fiscal brasileiro. Muitos não têm compreendido o debate em torno da questão de consolidação fiscal. Do que se trata na verdade? Após quase oito anos de esforço fiscal efetivo e crescente, o Brasil conseguiu colocar sua dívida em uma trajetória descendente. A trajetória descendente da dívida é o que pode, no longo prazo, ou no curto prazo até, dar perspectivas de redução maior das taxas de juros, considerando a taxa de juros do Banco Central e as taxas de mercado, e permitir um crescimento do produto mais efetivo.

Portanto, consideramos que é o momento de uma reflexão importante, não apenas do nosso Governo, mas de todas as lideranças políticas brasileiras, deste Senado e da Câmara dos Deputados, em particular, porque é preciso consolidar e melhorar a qualidade do quadro fiscal do País.

Quando falamos em melhorar a qualidade do quadro fiscal, não estamos propugnando por aumento do esforço fiscal, até porque consideramos que esse esforço fiscal que realizamos, neste momento, é muito razoável diante das necessidades que temos. Mas acreditamos que colocar esse esforço fiscal como perspectiva de longo prazo, principalmente focada na redução progressiva – mesmo que pequena, mas progressiva – das despesas correntes primárias da União, vamos observar ganhos ainda maiores em termos de redução das taxas de juros e maior crescimento do produto.

Alguns países do mundo, em particular ressalto o caso da Irlanda, fizeram essa experiência, recentemente, com resultado extraordinário. Fizeram uma consolidação fiscal de boa qualidade, com redução pequena mas progressiva das despesas correntes primárias e trouxeram para o presente ganhos de expectativa que fizeram crescer fortemente o produto desse país, a Irlanda, a partir de um plano fiscal bastante consolidado, consensuado com a sociedade, traduzido em medidas do seu Parlamento e que serviu a todo o País de maneira extremamente importante.

Penso que, hoje, podemos dar ao trabalho de consolidar essa percepção e as medidas em torno de um equilíbrio fiscal sustentável. Insisto: não precisamos de um esforço maior. Precisamos de um esforço mais longo no tempo; precisamos de um compromisso crível de que o Brasil cuidará corretamente das contas públicas, de que não deixará que as contas públicas

saíam do seu controle e de que poderá cuidar da evolução dessas contas de maneira adequada.

Se fizermos, por exemplo, um projeto de 10 anos de compromisso fiscal consolidado, com redução, que é possível, a partir da própria carga tributária, que é tão cobrada pela sociedade, estaremos criando espaços maiores para crescimento, espaços maiores de poupança e espaços maiores de investimento público, que é uma questão essencial e muitos de vocês têm levantado e criticado, de forma correta, os baixos níveis de investimento público que precisam ser melhorados.

Agora, é preciso dizer a verdade dos fatos: se não reduzirmos a despesa corrente líquida ao longo do tempo e quisermos manter os nossos compromissos de equilíbrio e manter investimentos públicos, a única saída que vamos ter é a tradicional saída do aumento da carga tributária. A carga tributária vai subir se não tivermos a decisão de fazer um projeto de longo prazo.

Esse é o debate que o Ministro Paulo Bernardo tem introduzido, porque é Ministro do Planejamento e porque precisa colocar planejamento de longo prazo, presentemente, em relação a esse desafio. Insisto que, pessoalmente, não proporia ao Presidente Lula que enviasse uma emenda constitucional ou um projeto de lei que falasse sobre um equilíbrio fiscal de longo prazo. Mais do que isso, penso que a sociedade brasileira, por intermédio de sua representação no Congresso Nacional, deve fazer esse debate com toda franqueza, com toda abertura, que busque mecanismo que signifique um compromisso do Brasil, não apenas de um Governo, mas do País, para que possamos transmitir uma mensagem consistente e possamos fazer com que os agentes econômicos que lêem os projetos críveis e consistentes possam trazer para o presente os benefícios dessa política, traduzidos em maior crescimento, em redução da dívida pública e redução consistente das taxas de juros, que têm sido um debate tão freqüente no Brasil.

É essa a questão que eu gostaria de ressaltar, de esclarecer aqui, para que esse debate possa ser feito de maneira franca, de maneira leal, de maneira adequada. Tenho, inclusive, debatido internamente no Governo e disse a minha colega, Ministra Dilma, que considerava que ela estava errada nesse debate. Eu não faria disso um debate público, mas, como ele veio a público, considero importante que seja dialogado dessa maneira, principalmente porque se trata de um debate realizado entre Ministros, de um debate realizado no Congresso Nacional, e tem toda a necessidade de se fazê-lo de forma transparente e democrática para o Brasil avançar e conseguir os objetivos propugnados pelo debate de todas as tendências, hoje, que desejam,

como todos nós, mais crescimento, mais investimento público, mais investimento privado e consistência no nosso crescimento econômico.

Por isso, quero reafirmar para vocês que essa é a política que defendemos e consideramos que pode consolidar um crescimento consistente no Brasil.

Concordo com a Ministra Dilma e com muitos Senadores que têm colocado para nós que devemos olhar o investimento público com muito carinho, porque se olharmos os últimos anos, veremos que o investimento público tem caído de maneira indesejável. Não é adequado que isso aconteça. É lógico que não vamos substituir o investimento privado pelo investimento público. É preciso criar condições para que o investimento privado encontre todo o espaço para se realizar, mas os níveis atuais de investimento público são inadequados, são baixos. Por isso, criamos, recentemente, o PPI, Programa para Investimentos do nosso Governo, e temos trazido já, pelo terceiro ano, ao Congresso Nacional, o debate do PPI. São investimentos protegidos, para os quais todos os recursos são destinados objetivamente para aquela lista de investimentos que são propostos para o Governo e enviados para aprovação desta Casa. De novo, quando V. Ex^{as} votarem o Orçamento no Congresso Nacional, que o nosso Líder Fernando Bezerra tem acompanhado, vai estar colocado em torno de 3,3 bilhões, protegidos para investimentos, porque esse é o foco que estamos buscando, todos os Ministros do Presidente Lula, para que possamos evidenciar de forma correta a necessidade de ampliação dos bons investimentos públicos de infra-estrutura de que o País necessita. Por isso, quero deixar essa questão colocada com a maior franqueza e transparência para os colegas Senadores e Senadoras.

Se me permitem, eu gostaria de abordar denúncias que têm sido feitas contra meus assessores ou a minha pessoa. V. Ex^{as} sabem que sou defensor da apuração rigorosa de todos os fatos que estão presentes nesta crise política. Penso que o Brasil e a democracia vão ganhar se as CPIs e as instituições funcionarem adequadamente e se tudo o que tiver que ser esclarecido o seja, da maneira mais aberta e ampla possível. Vou contribuir com isso onde for possível e onde for necessário fazê-lo, mas quero ressaltar que devemos sempre ter muito cuidado quando falamos em investigações, em respeitar as leis. O que se faz, hoje, na cidade de Ribeirão Preto, por alguns agentes públicos, digo isso com todo respeito às instituições do Estado de São Paulo, que respeito e em que acredito, muitas vezes, não são procedimentos adequados e vinculados à letra da lei.

V. Ex^{as} sabem que, quando pela primeira vez, um ex-auxiliar meu que já esteve aqui, Rogério Buratti, disse, num depoimento, sobre a acusação de recursos recebidos em anos passados, várias ilegalidades foram cometidas. Aquele depoimento foi transmitido e divulgado antes de terminar. Fitas daquele depoimento gravadas, ou pelo Ministério Público ou pela Polícia Civil da região de Ribeirão Preto, foram entregues a uma rede de televisão por policiais civis, que foram dentro da rede de televisão pedir para gravar o trecho que falava sobre a minha pessoa. Quando isso acontece, enxergo um interesse político por trás das instituições e isso devemos combater.

Quero aqui deixar muito claro que não me furtarei a dar qualquer esclarecimento sobre qualquer ponto que se fale da minha pessoa, mas quero também pedir o cuidado de todos os senhores e senhoras para que possamos zelar para que essas questões sejam feitas de maneira adequada, sejam feitas de maneira correta, a ponto de não se violarem a honra das pessoas e os direitos constitucionais.

Mais recentemente, algumas autoridades do Estado de São Paulo têm falado até em prender ex-auxiliares que trabalharam comigo, em anos idos, na Prefeitura. Essa pessoas, ressaltó, sequer foram ouvidas nos autos que estão há mais de um ano sendo realizados; sequer foram ouvidas e já se fala que devem ser presas.

Recentemente, o Delegado Regional de Polícia da região de Ribeirão Preto requisitou à Prefeitura Municipal todos os contratos celebrados durante a minha última administração, todos os outros contratos celebrados durante a minha última administração – todos os outros contratos durante todo o período em que estive na administração. A Constituição diz que isso caracteriza devassa, não investigação. As investigações devem ter foco, devem ser dirigidas a suspeitas objetivas e devem ser feitas da maneira que a lei indica e que a Constituição regulamenta. Devassa não é um critério constitucional de se fazer investigação, mas isso tem sido feito, infelizmente, em alguns atos praticados por autoridades estaduais na região da minha querida cidade de Ribeirão Preto.

Falaram, durante entrevistas recentes, que havia provas concretas contra a minha pessoa, só que eram provas, ressaltó, secretas – eram provas secretas, não podiam ser ditas -, mas eram provas concretas contra a minha pessoa. Já se sabe que se fossem provas concretas contra a minha pessoa, deveriam ter enviado para os órgãos de fiscalização de Ministros, que não é a primeira instância, que não são as instâncias que estão trabalhando neste momento, mas isso não foi preocupação dessas autoridades. Nos jornais de hoje,

em particular no jornal **Folha de S.Paulo**, essas mesmas autoridades que, ontem, haviam dito que havia provas concretas, sigilosas, secretas, contra a minha pessoa dizem nos jornais que nada há de prova contra o Ministro da Fazenda – as mesmas pessoas.

Quer dizer, eu preciso, em condições como essa, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nome da minha honra e em nome do cargo que ocupo no Governo Federal, pela sensibilidade desse cargo, pelo fato de lidar com questões de alta sensibilidade, trazer a vocês essas questões e falar com toda transparência sobre elas, para que o País, assim, tenha a minha palavra, para que os colegas da imprensa, que não critico, que divulgam tudo o que recebem ... Não os critico por assim fazê-lo. Mais vale uma imprensa livre para a democracia do que uma imprensa sob pressão e impedida de ter liberdade. Amo a democracia e defendo a liberdade de imprensa, e jamais vou questionar o direito de um jornal, uma revista, uma televisão divulgar informações, mas peço a todos, pelo bem da democracia brasileira, pelo bem do respeito às autoridades e às pessoas, cidadãos comuns, inclusive, que se envolvem em questões como essa, que possamos fazer essas investigações com base nos critérios da lei que aprovamos nesta Casa, que são suficientes para apurar, verificar responsabilidades e punir corretamente todos aqueles que tenham malfeitos que devam ser punidos.

Eu não me considero uma pessoa acima de qualquer suspeita. Eu estarei sempre aberto para que todas as investigações possam ser feitas, mas estou acostumado a ver na minha cidade, em todos os momentos em que deixo a administração – porque já estive por duas vezes na administração da cidade em que nasci –, investigações desenfreadas, com interesse políticos claros, que fazem contra a minha pessoa e contra as pessoas que trabalharam comigo.

Recentemente, pessoas que trabalharam comigo, que são pessoas de bem, que foram diretoras de um departamento ou outro, estão sendo humilhadas na imprensa. Está sendo dito, freqüentemente, que elas vão ser presas sem sequer serem ouvidas. Penso que isso não é o Estado de direito que construímos a duras penas no Brasil. Essa não é a democracia que nós todos queremos.

Penso que a minha vinda aqui tem também o caráter de dizer as Sr^{as} e Srs. Senadores que estou à disposição, em qualquer instância desta Casa, para que se possa esclarecer qualquer questão que diga respeito a minha pessoa, mas não posso aceitar que critérios políticos que não dizem respeito às CPIs, não dizem respeito às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, ou às Sr^{as} e aos Srs. Deputados. Dizem respeito a algumas pessoas de instituições muito respeitáveis, que pos-

sam estar conduzindo dessa maneira investigações que deveriam ser feitas com toda a seriedade.

Estou acostumado com isso, porque, quando deixei de ser Prefeito, pela primeira vez, da cidade de Ribeirão Preto, enfrentei durante quatro anos – quatro anos – uma verdadeira devassa em tudo o que tinha feito na Prefeitura do ano de 1993 ao de 1996.

Senador Presidente Sarney, todos os contratos que eu havia feito foram investigados – todos, sem exceção. Eram mais de 13 mil as licitações que, por ano, uma Prefeitura do porte de Ribeirão Preto fazia. Foram todas investigadas e colocadas sob suspeita. Ao fim de quatro anos, o resultado é que não houve qualquer condenação, não apenas a mim, mas também a qualquer autoridade que me auxiliou naquela administração. E, novamente, fui eleito, no primeiro turno, nas eleições do ano 2000, Prefeito da cidade.

Depois que deixei a cidade, volta uma ação, de muito caráter político, de investigação das questões que me ligam a Ribeirão Preto. Eu não me preocupo com isso no fundamental, porque sei que, na memória do povo, está uma administração que se preocupou com as pessoas mais pobres, que realizou investimentos fundamentais para a cidade e que teve um carinho muito especial com todas as gerações e seus habitantes, porque lá eu nasci e aquela será minha cidade sempre. Mas não posso deixar de ressaltar a maneira inadequada, a maneira política, a maneira, muitas vezes, ao arrepio da lei, que foram feitas as investigações e que agora voltam a se repetir. O filme que passou em sessão local, agora passa em circuito nacional, com as mesmas questões que antes eram colocadas.

Quero ressaltar apenas um dado para V. Ex^{as}: o contrato de saneamento da cidade de Ribeirão Preto de que tanto se fala, que já foi inclusive trazido a esta Casa, não foi feito pelo meu Governo; ele foi feito pelo Governo anterior ao meu e agora, recentemente, foi prorrogado pelo Governo posterior ao meu. Eu não fiz absolutamente nada em relação a esse contrato, mas sou permanentemente acusado de ter manipulado esse referido contrato. Não o fiz; não o modifiquei. Ele foi feito em outro governo e prorrogado em outro governo, mas eu pago, sistematicamente, pelas questões referentes a ele.

Falaram, nesta semana, que eu havia indicado uma pessoa da empresa de saneamento de Ribeirão Preto para ser diretor da Visa do Banco do Brasil. Isso saiu numa revista nesta semana. Depois descobri que essa pessoa entrou e saiu da Visa do Brasil no ano de 2002, antes sequer de eu ter vindo para a administração federal.

Fala-se também que eu utilizei um avião particular para ir a uma feira na minha cidade – sempre a minha

cidade. Eu trouxe, ofereci aos órgãos de imprensa uma comprovação da FAB, por escrito e assinada, de que eu havia me dirigido a essa feira na minha cidade num avião da FAB. Mas infelizmente não fui ouvido. Então, são questões como esta que fazem com que muitas coisas se acumulem. Muitas coisas vão sendo colocadas nos jornais, nas revistas, nas televisões, os quais respeito, mas que me obrigam, Senador Luiz Otávio, vir aqui para prestar estes esclarecimentos, para ficar à disposição de V. Ex^{as}. E não posso deixar de fazer estas referências.

Vou reafirmar aqui o que disse, há dois ou três meses, numa entrevista coletiva, quando se falou pela primeira vez que houve mensalinho, ou mensalão, ou caixa 2 na Prefeitura de Ribeirão Preto: não houve. Reafirmo que aquela acusação de que uma empresa dava R\$50 mil ao PT, tirados de serviços prestados à Prefeitura é falsa e não será comprovada, porque é falsa. Eu digo e repito que sei o que fiz e sei o que não fiz. E isso eu não fiz. E digo que não será comprovada porque não existe.

Falaram, na semana passada, que a Prefeitura de Ribeirão Preto trabalhava com caixa 2, com uma contabilidade paralela. Como se fosse possível uma Prefeitura do porte da de Ribeirão Preto ter duas contabilidades. Uma Prefeitura que é acompanhada por uma Câmara Municipal polêmica, onde há todos os Partidos. Uma Prefeitura altamente fiscalizada pelo Tribunal de Contas, porque é uma Prefeitura grande, importante. Uma Prefeitura que é acompanhada por um Ministério Público que não me parece muito amigo. Dizem que ela teria uma segunda contabilidade paralela... Ora, senhores, não é possível acreditar em questões como esta. Mas questões como esta foram ditas em páginas enormes dos jornais, e desejo fazer este reparo.

Quero dizer a V. Ex^{as}, e dirijo-me particularmente ao Senador Arthur Virgílio, que considero, por um lado, adversário, por outro, um amigo, que respeito e admiro: não existem dois Palocci; não existem. Fui Prefeito de Ribeirão Preto e trabalhei como Prefeito de Ribeirão Preto, cumpri minhas funções e tive meus assessores. Quando o Presidente Lula me chamou para ser Ministro da Fazenda, colocando para mim um enorme, um extraordinário desafio, num momento em que o Brasil vivia uma crise muito grande no mercado financeiro, eu não procurei trazer amigos; trouxe as pessoas que estão aqui e digo que nenhum deles, com exceção do Bernard Appy, que conheci alguns meses atrás, nenhum deles eu conhecia. Alguns, nunca tinha visto. Mas me foram indicados por pessoas de bem, como lideranças, profissionais da Receita Federal, do Tesouro Nacional, da República do Brasil, profissionais

de alta qualidade. Foi assim que escolhi Murilo Portugal para ser Secretário Executivo, depois de Bernard Appy, hoje Secretário de Política Econômica. Foi assim que escolhi Marcos Lisboa, foi assim que escolhi Jorge Rachid, um dos mais importantes profissionais da Receita Federal do Brasil. Nunca tinha tido reuniões, nem políticas, nem administrativas com Jorge Rachid; mas, muitas pessoas me indicaram como uma pessoa preparada para governar a Receita Federal do Brasil. E hoje agradeço as pessoas que me disseram isso, porque Jorge Rachid é sem dúvida nenhuma o mais preparado dos profissionais da Receita para ser o Secretário da Receita Federal.

Escolhi Manoel Felipe, que não conhecia, nunca tinha visto; um colega que veio do Piauí, fez sua profissão, batalhou pela sua construção como profissional da PGFN, da gloriosa PGFN, Senador Geraldo. Eu o escolhi por indicação de muitas pessoas que conviviam conosco, que conviviam com Manoel. E hoje, tenho certeza, agradeço as pessoas que me puseram a conhecer Manoel Felipe. Assim foi Bernard Appy, assim foi com Luiz Pereira – um rapaz novo, mas que viveu anos nos Estados Unidos, no Japão, na França – que tem uma larga experiência internacional para ser o Secretário de Assuntos Internacionais.

Assim escolhi o Hércio, Secretário de Assuntos Econômicos, uma pessoa que tem uma larga experiência no Brasil e no exterior com as questões relativas a setores regulados e à organização da econômica.

Esses são os meus auxiliares. Isso não é uma república de Ribeirão, Sr. Senador; e digo isso com muito respeito, até com amizade que tenho por V. Ex^a. Essas são as pessoas que, penso, escolhi para poderem refazer o equilíbrio econômico que o Brasil havia perdido, restabelecer as condições de um equilíbrio que o Brasil havia perdido naquela confluência do processo eleitoral que nos trouxe tanto dissabor, um descontrole do processo inflacionário que poderia, na verdade, nos fazer ter grandes perdas.

Tive, em Ribeirão Preto, uma equipe diferente, uma equipe que respondeu às questões que tinha naquele momento. Tive dissabores com a minha equipe, tive dissabores com pessoas, mas não condeno essas pessoas.

Algumas pessoas me perguntam por que não processo o Sr. Rogério Buratti. Por que não o levo às barras dos tribunais, por ter feito duas ou três acusações a minha pessoa? Outros me perguntam por que não processo os órgãos que publicam isso. Os jornalistas que assim fazem.

Penso, Sr^{as} e Srs. Senadores, que estamos vivendo um momento de apuração. Colocar o peso de Ministérios em cima de jornalistas, de jornais e de pes-

soas, seria constranger essas pessoas, esses jornais, esses jornalistas a não fazer as apurações que devem ser feitas. Insisto: não me julgo acima de qualquer suspeita. Vou defender sempre a liberdade de imprensa e a liberdade de as pessoas falarem; mas de forma nenhuma aceito o que algumas pessoas em particular o Rogério falaram sobre a minha pessoa. Compreendo, mas não aceito. Entendo, mas não aceito.

Entendo que uma pessoa que vai presa e é posta para fazer um depoimento, algemada, pode falar qualquer coisa. Já vimos que em períodos diferentes do Brasil, quando as pessoas são humilhadas, prestam depoimentos da maneira como podem fazê-lo diante de uma situação de extrema humilhação.

Por isso não fiz processo contra pessoa alguma, contra jornalista algum, contra nenhum órgão de imprensa. Isso vou pensar depois, depois que as apurações forem feitas, depois que as CPIs forem encerradas, vou avaliar tudo isso.

Muitos me perguntam sobre a campanha do Presidente Lula. O que teria na campanha do Presidente Lula que misturou viagens de Brasília a São Paulo? Que misturou reuniões com empresários angolanos?

Quero dizer aqui, afirmar com todas as letras: na campanha do Presidente Lula, eu não fui tesoureiro; fui coordenador do programa de Governo, substituindo o Prefeito Celso Daniel nos idos de janeiro de 2002. Fui chamado a ocupar uma posição que não queria, porque era Prefeito de uma cidade; mas fui chamado com urgência para ocupar, diante do que aconteceu com meu querido colega, o Prefeito Celso Daniel. Fui para trabalhar no programa de Governo do Presidente Lula, para elaborar, junto com Aloizio Mercadante e outros, a carta ao povo brasileiro, o documento de programa do Governo e muitos outros que consolidaram a proposição política do Presidente Lula.

Reuni-me com muitos empresários; pedi-lhes a colaboração, mas nunca fui intermediário de recursos na campanha do Presidente Lula. Quero afirmar aqui que participei integralmente da coordenação da campanha do Presidente. Digo, claramente: não há recursos de Cuba na campanha do Presidente Lula; não há recursos de Angola na campanha do Presidente Lula; não há recursos das Farc na campanha do Presidente Lula. Afirmo isso, com segurança, porque participei integralmente da campanha e sei que essas coisas não ocorreram.

Por isso, peço, de novo, aos Srs. Parlamentares, essas questões – não quero dizer com isso que não devam ser investigadas – devem ser investigadas; se foram trazidas à luz das investigações, devem ser investigadas. Mas tenho e afirmo as convicções em relação a essa campanha. Muitas pessoas me pedem,

ao dialogar e discutir sobre essas acusações, que eu deveria apresentar provas. Eu o fiz nas coisas que aconteceram. Por exemplo, numa viagem feita com avião da FAB, provo que fiz. Quando disseram que comprei uma casa a preço irrisório, provei que não: tinha declaração de imposto de renda, registro da casa, e provei ao jornal que não. Agora, sobre o que não aconteceu não posso provar; sobre fatos que não existem, como apresentar provas? Foi por isso que a lei brasileira, sábia lei, disse que quem acusa é que apresente provas; não quem é acusado, porque o fato imputado pode não existir. Como apresentar provas do que não existe, Sr^{as} e Srs. Senadores? Agora, de tudo que existe, eu apresentei, sim: documentos claros, objetivos, nem sempre publicados, nem sempre serviram para esclarecimento, mas tenho todos eles comigo.

Recentemente falaram que Angola havia recebido um benefício do Ministério da Fazenda. Talvez tivesse ligado a essa questão de empresários de bingos, numa mistura completamente amalucada e fantasiosa. Trouxe documentos aqui que mostram o procedimento de renegociação da dívida do Brasil com Angola, que não estava pagando a dívida com o Brasil corretamente, e passou a fazê-lo com a renegociação que nós fizemos, à luz do dia, com critérios transparentes, publicados a partir de comissões técnicas que reúnem diversos Ministérios e que tratam essas questões como são tratadas todas as questões relativas às finanças do Brasil. Esses documentos serão apresentados a quem quer que queira avaliar essas questões de forma absolutamente transparente.

Quero dizer que no Ministério da Fazenda nenhum procedimento inadequado foi levado aos secretários, porque quando afirmam que essas pessoas que fizeram eventuais malfeitos, ou que são acusadas, ou que são supostamente autoras de malfeitos tinham relações com um ou outro secretário do Ministério da Fazenda, logo se infere daí que algum malfeito pode ter sido feito no Ministério da Fazenda.

Mas se V. Ex^{as} olharem aquela acusação que foi feita sobre levantamento da intervenção no Banco Mercantil, as acusações feitas sobre a GTech, as acusações feitas sobre contratos do IRB com bancos do exterior, V. Ex^{as} verificarão que, em todos os casos, aquilo que supostamente foi feito não foi feito, pela ação correta dos técnicos do Banco Central, do Instituto de Resseguros, do Ministério da Fazenda. Foram eventuais *lobbies* malsucedidos, se é que eles existiram. Mas não há prática decorrente dessas questões que são levantadas.

Eu queria, portanto, encerrar a minha colocação dizendo que não me furtarei, em qualquer instância que for, a prestar o esclarecimento que for necessário. Não

me furtarei a dialogar, francamente, com toda transparência, sobre as questões que estão envolvendo, não só a minha pessoa, mas o Governo atual, pessoas que deixaram o Governo, ou instituições com as quais temos relação em qualquer instância da República. Mas, quero fazer um pedido, se V. Ex^{as} me permitem: precisamos trabalhar com equilíbrio, precisamos trabalhar focados nas questões concretas; precisamos saber que queremos chegar a resultados objetivos em relação a malfeitos cometidos no País e que precisam ser apurados e as pessoas que são responsáveis devem ser punidas com base na lei. Mas, é preciso ter serenidade para isso. Em muitas ocasiões converso isso com os Senadores da Situação e da Oposição, converso francamente, telefone para as pessoas, dialogo, porque penso que todos nós temos responsabilidades para com o País.

Apurar irregularidades é avançar a democracia, mas a forma de fazê-lo é fundamental para fortalecer e não enfraquecer as instituições da República: os direitos individuais, a necessidade de provas, a apuração rigorosa e focada é fundamental para que saíamos desse processo com ganhos para o Brasil. Pode não ter ganhado para um partido ou para outro; pode não ter ganhado para um governo ou para outro, mas o Brasil e as suas instituições precisam ganhar. Tenho certeza de que as Sr^{as} e os Srs. Senadores têm capacidade, têm dedicação ao País, capaz de assim fazer, inclusive colocando-o num trilho correto; investigações que eventualmente são feitas fora daqui, que são traduzidas de maneira absolutamente inadequada.

Confio nas instituições da nossa República e confio no Senado Federal. Por isso, Senador Antero Paes de Barros, Senador Arthur Virgílio, Senador José Agripino, estarei presente em todos os momentos do Senado Federal, onde a minha presença for requerida. Não me furtarei, em momento algum, a esclarecer qualquer questão relativa à minha pessoa, ao Governo, às minhas atribuições presentes ou passadas, em nome da transparência e da democracia brasileira. Contem comigo para isso; contem, mesmo sendo, nós e vocês, adversários políticos. Adversários políticos têm que ter o Brasil em primeiro lugar. Temos que ter a compreensão suprema de que o que fazemos é para fazer o Brasil andar melhor, para que seu povo possa desfrutar da democracia de forma plena e que possamos deixar para as novas gerações um exemplo de boa conduta.

Para os meninos e meninas que vêm aqui, que vem atrás de nós, que hoje estão estudando para amanhã estarem aqui no nosso lugar, terem um País melhor, eles precisam do concurso da nossa atuação. Partido de Oposição, partido de Situação, Lideranças de todos

os Partidos, que serenamente olhem as questões que devem ser investigadas e façam a investigação. Serenamente olhem as questões que devem ser punidas e façam punições. Mas respeitando as pessoas, respeitando os processos e respeitando a legislação.

Era isso o que eu gostaria de dizer.

Peço desculpas pela extensão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– A palavra será concedida às Sr^{as}. e Srs. Senadores pela ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Com a palavra, o primeiro orador inscrito, Senador Jefferson Péres, do PDT do Estado do Amazonas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Srs. Presidentes – há muito tempo não vejo uma Mesa com tantos Presidentes, quatro –, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, boa tarde.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Boa tarde.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Ministro, gostaria muito de poder participar, nesta tarde, de um debate qualificado sobre a política econômica, mas qualificado mesmo, sem fazer um discurso fácil, tentar detonar o superávit primário, taxa de juros elevada.

Costumo dizer, Sr. Ministro, que, antes de entrar na política, tomei vacina tríplice, contra três viroses endêmicas na política: corrupção, oportunismo e demagogia. Isso eu não faço.

Sei que qualquer pessoa em seu lugar, responsável, não teria uma política muito diferente. Minhas divergências com a política de V. S^a são mais de grau do que de natureza.

É curioso e paradoxal, Sr. Ministro, constatar que as pessoas que, dentro do Governo, ou de seu Partido, atiram contra a política adotada por V. Ex^a, não são capazes de entender que a sua política é que dá sustentação a este Governo. Este Governo já perdeu algumas pernas – porque são muitas as pernas de um governo. A perna ética está claudicante, a perna política também e a perna sadia é a perna da economia; se essa adoecer, o Governo não anda, desaba. E não são capazes de entender isso, parece.

Acho que não há clima hoje para travar esse debate, Sr. Ministro. O que preocupa todas as pessoas lá fora quanto à sua vinda aqui são exatamente esses problemas que neste momento cercam a sua pessoa. São esses fatos, os pseudofatos ocorridos nas suas gestões na Prefeitura de Ribeirão Preto, que o atingem indiretamente, claro, e o deixam numa posição constrangedora.

Espero que V. Ex^a – espero mesmo – saia limpo disso tudo. Mas isso, de certa forma, o enfraquece politicamente. Pior: neste exato momento, V. Ex^a rece-

be um tiro, um petardo vindo de dentro do Governo, desferido por uma Ministra – e não é uma Ministra qualquer, mas uma Ministra com gabinete no Palácio do Planalto...

Se me permitir, eu continuo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Pode continuar.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – De dentro do Palácio do Planalto, sem merecer manifestação imediata do Presidente da República. O Presidente silenciou. Permita-me que seja muito franco quanto a isso. V. Ex^a, se não quiser, não comente, mas tenho que ser franco sobre como vejo. O Presidente silenciou, e depois vi notas nos jornais dizendo que ele mandou que os Ministros parassem com a briga.

Ora, Sr. Ministro, que briga? V. Ex^a foi agredido e não revidou. Agredido politicamente – ela não o ofendeu –, porque uma crítica partida de uma Ministra tão poderosa é uma agressão política. Houve uma agressão de um Ministro, o Ministro agredido não revidou, e o Presidente da República manda parar com a briga? Não. A obrigação, o dever dele era repreender a Ministra, ou, pelo menos, deixar claro que não estava satisfeito com a manifestação dela e que continuava dando apoio firme à política seguida por V. Ex^a. Não vi essa manifestação do Presidente da República. Talvez, venha agora – estão dizendo que viria hoje, amanhã –, mas vem com atraso, Sr. Ministro. Teria que ser imediata, fulminante, para não deixar dúvida.

V. Ex^a sabe que as expectativas no mundo econômico pesam muito. Se a sociedade já o vê enfraquecido politicamente pelos fatos que teriam ocorrido em Ribeirão Preto e vê V. Ex^a contestado por uma Ministra, com o silêncio do Presidente da República: o Ministro está fraco, o Ministro vai sair, o Ministro está à beira da demissão, ou demitido pelo Presidente, porque se sentirá tão fraco que pedirá exoneração.

Vou à pergunta que interessa: V. Ex^a, com esses dois episódios, se enfraqueceu politicamente. Não adianta tapar o sol com a peneira, V. Ex^a se enfraqueceu, e eu lamento isso. Lamento, sinceramente lamento.

Pergunto: V. Ex^a se sente, realmente, confortável, em condições de continuar tocando a política econômica? V. Ex^a não acha que, se não houver algo no sentido de fortalecê-lo mesmo, há incompatibilidade em que a política econômica seja conduzida por um Ministro enfraquecido politicamente? É a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Concedo a palavra ao Ministro Antonio Palocci.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Sr. Senador, é com muito respeito que recebo e comento sua questão. Penso que, de fato, é muito importante para que

o Governo possa conduzir sua política econômica que haja coesão no Governo e um rumo muito claro em relação a essa condução.

A minha força para realizar o projeto, Senador Jefferson Péres, é para realizar este projeto e não outro. Não outro. Estarei forte, firme e presente em todas as atividades do Ministério da Fazenda e do Governo do Presidente Lula para conduzir este projeto.

Agora, estou muito confortável, porque em todos os momentos que este projeto foi reafirmado, foi reafirmado junto com o Presidente Lula. Vocês imaginem o que seria, desde 2003, com a grande crise econômica que tivemos, se o Presidente Lula tivesse dúvidas sobre o projeto econômico: sobre o plano de saída da crise, sobre a retomada do crescimento. Se ele quisesse um outro plano, é evidente que eu não teria tido condições de, junto com a equipe que trabalha comigo, realizar uma política fiscal, uma política monetária suficientes para poder reverter a tendência da inflação, equilibrar as contas do País e pôr o País para crescer novamente.

É muito debatido no Brasil o papel do Banco Central e a necessária autonomia para a ação do Banco Central. Essa é uma questão absolutamente sensível. Se o Presidente Lula não desse liberdade à atuação do Banco Central, não acredito que chegaríamos aonde chegamos trazendo a inflação de 17% para 5 e pouco por cento. Penso que a situação permite um trabalho efetivo de defesa da política econômica, desta política econômica, na medida em que o Presidente Lula tem, sistematicamente, feito o seu apoio a ela, dado à equipe econômica o apoio necessário – não só a autonomia, mas o apoio necessário –, porque muitas medidas da política econômica são medidas políticas que o Presidente tem que adotar, e, sem o concurso do Presidente, elas não têm o mínimo de eficácia, não têm o mínimo de sucesso. Foi na medida em que o Presidente tomou essas medidas que nós pudemos reequilibrar a economia e colocar o Brasil gerando empregos, tendo uma mais forte distribuição de renda e uma situação mais confortável de equilíbrio.

Insisto com V. Ex^a que estou preparado para realizar esta política. Não acho que devemos mudá-la, não há sinais do Presidente Lula de que ela deve mudar. Penso que a Ministra Dilma Rousseff não fez... Concordo com V. Ex^a, ela fez uma divergência política, não pessoal. Não me senti agredido pela Ministra Dilma pessoalmente, de forma alguma. Tenho por ela um grande apreço. Comecei a trabalhar com ela na transição de governo, em outubro de 2002, quando a convidei para participar da transição, enxergando nela grande competência e grandes qualidades. Tenho com ela o máximo de amizade, de companheirismo e de

trabalho comum. Agora, penso diferente dela em relação a essa questão fundamental do equilíbrio fiscal, mas essa é uma questão afeta à área econômica e assim vai continuar sendo feito.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Um minuto apenas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Ministro, gostaria muito – já disse isto de público – que tivesse havido no Brasil uma *concertación* à chilena, que os grandes partidos políticos firmassem um pacto de austeridade fiscal e monetária, porque o País não estaria tão preocupado como está agora.

Essa política pode mudar com um novo governo e, pior, com um novo Ministro. Isso não pode acontecer no País. Isso é básico, é fundamental.

Não pode haver firmeza na política com um Ministro cambaleante. De forma que lhe faço até um apelo: continue, mas no próximo petardo, com o silêncio presidencial, peça o seu boné, Ministro.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Sr. Senador, concordo com V. Ex^a que tem que haver decisão e coesão em torno de uma política dessa profundidade. Quero reafirmar aqui o que o senhor disse em relação a um compromisso de longo prazo, e fazê-lo aos Srs. Senadores e Senadoras. Tenho convicção de que, se o Brasil aprovar instrumentos – que podem ser a partir de projetos de lei ou de emendas constitucionais – que digam com muita simplicidade que as despesas correntes, que crescem há mais de uma década acima do crescimento do PIB, vão passar a crescer menos do que o PIB pelos próximos dez anos – só isso, não precisam deixar de crescer, inclusive podem crescer além do real; elas precisam crescer abaixo do PIB por um período longo –, se isso for feito, vamos ter ganhos extraordinários não daqui a dez anos, vamos ter ganhos agora, porque os agentes antecedem as políticas críveis com ganhos de redução de juros e de maior investimento.

Aqueles que defendem o investimento – e que acho que têm razão de fazê-lo – vão ter recursos muito maiores para investimento. A carga tributária, que hoje é muito criticada no Brasil, poderá, consistentemente, ser reduzida. Então, penso que, se conseguirmos construir – e aí só pode ser um acordo suprapartidário, um diálogo em forma de “concertação” de fato, que todos entendam que é uma medida para o Brasil e não para este ou para o futuro governo, mas para todos os futuros governos, para a sociedade brasileira –, vamos ter ganhos efetivos.

Queria também ressaltar que muitas pessoas pensam que, quando se faz redução no longo pra-

zo de gastos correntes primários, os projetos sociais perdem. A história de vários países mostra que a sustentabilidade temporal das contas pública fortalece os programas sociais, não enfraquece. Não enfraquece. O resultado, ao longo do tempo: quando se reequilibram as contas, a dívida cai de forma sustentável, os juros caem, o país cresce mais, e esse crescimento do país dá espaço para que os programas sociais possam ser maiores do que são hoje e não menores. Esse é o ganho efetivo que o Brasil pode ter no campo econômico, social e de infra-estrutura se conseguirmos construir, num desafio coletivo, uma política consistente para os próximos três governos, para os próximos quatro governos, para o Brasil, fundamentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao segundo inscrito, o nobre Senador César Borges, do PFL da Bahia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

Qual é a ordem dos primeiros cinco ou seis, porque o critério é por partido, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador César Borges, peço desculpas a V. Ex^a para poder atender à questão de ordem do Senador Arthur Virgílio.

Senador Arthur Virgílio, nós temos aqui uma tabela para o primeiro turno: Senadores Jefferson Péres, César Borges, Valdir Raupp, Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio, Aelton Freitas, Fernando Bezerra, Antonio Carlos Valadares, Osmar Dias e José Jorge.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Ex^a está na repescagem, Senadora HELOISA Helena.

O SR. TIÃO VIANA (PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, digo a V. Ex^a que não me deixo pescar por rede nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio; Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães, ex-Presidente do Congresso Nacional; Sr. Presidente José Sarney, ex-Presidente da República, ex-Presidente também do Congresso Nacional; Ministro Palocci, tentando aqui

ver se V. Ex^a me enxerga... A Senadora Ana Júlia Carrepa talvez queira criar obstrução aqui, mas...

Muito obrigado, Senadora Ana Júlia.

Sr. Ministro, eu ouvi com muita atenção a sua exposição no dia de hoje. Muita atenção e muito respeito. Em primeiro lugar porque vejo V. Ex^a como o Ministro que está sob fogo cruzado neste momento. Se vinha havendo acusações nas CPIs – que se diga e se possa frisar –, não foram acusações levantadas pela Oposição nesta Casa, mas levantadas por ex-auxiliares de V. Ex^a na Prefeitura de Ribeirão Preto.

Amigos, não vamos nos deter nesse assunto, até por uma questão de disciplina partidária – porque meu Partido deliberou dessa forma. Mas essas acusações foram levantadas por pessoas que privam da sua amizade e que têm, freqüentemente, mantido contatos com V. Ex^a. Então, se por um lado V. Ex^a sofreu esse tipo de ataque, mais recentemente agravou – e bastante – a crise no momento em que V. Ex^a passou a ter um ataque interno, dentro do próprio Governo, como já foi colocado, pela Ministra Dilma, que é Ministra Chefe da Casa Civil. E, aí, assistimos a um ministro da Fazenda que, necessariamente, tem que ter toda a confiança do Presidente da República e das Instituições, de certa forma, fragilizado. E acredito que tudo que se fez para se antecipar e se fazer hoje esta reunião, deve-se, exatamente, a uma tentativa de desestabilizá-lo no cargo.

Veja bem, V. Ex^a, como as coisas foram colocadas aqui: ouvi diversos Senadores falando da forma extremamente maniqueísta – e V. Ex^a um pouco escorregou nesse assunto – como se aqueles que estivessem a favor de V. Ex^a fossem responsáveis; e aqueles que, por acaso, quisessem investigar ou avançar, até na discussão da política e econômica, fossem irresponsáveis.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Me permite uma parte, Senador?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muito prazer, Líder do meu Partido.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Muito rapidamente, Senador César Borges. V. Ex^a está se ferindo à questão fulcral. O Senador Jefferson Péres falou no desentendimento a que se referia o Ministro. O Ministro falou claramente. Na minha percepção, V. Ex^a deixou clara a divergência com a Ministra Dilma. Claríssima! Na minha opinião. A Ministra Dilma não é uma Ministra qualquer. É uma Ministra fortíssima do Governo. É a grande figura do momento do Governo. Na hora em que ela explicita divergência com o Ministro Palocci, o mercado se perturba. Quem perturbou o mercado foi essa disputa. É essa disputa que tem que ser esclarecida. Quem perturbou o mercado foi a divergência clara, explícita, que aqui foi referendada,

entre a Ministra Dilma e o Ministro Palocci. Esse é que é o problema. Escândalo não pode ser blindado por economia, e uma economia não pode ser blindada por escândalo. Agora, quem está perturbando a economia é a divergência clara entre a Ministra Dilma e o Ministro Palocci. E V. Ex^a, com muita propriedade, refere-se a essa questão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu lhe agradeço, Senador José Agripino. E não acredito que esta seja uma reunião que possa dar a tão desejada estabilidade ao Ministro Antonio Palocci porque há divergências. Eu acho até que elas são normais, mas entre Oposição e Governo. Talvez o que não se sinta como algo normal é que essas divergências intragoverno não sejam resolvidas dentro do Governo e sejam extrapoladas da forma como foram. Por quê? A política econômica, se ela tem conquistas – inquestionavelmente ela detém essas conquistas –, mas ela é uma política voltada essencialmente para dar uma estabilidade ao mercado – com muita atenção para o mercado financeiro, que é desejável. Mas, Sr. Ministro, há um outro País, há um País verdadeiro, que está espalhado em 27 Unidades da Federação. Todo dia aqui, nós ouvimos da tribuna do Senado, algum Senador reclamar por falta de atenção ao seu Estado. Então, o nível de investimento a que chegou esse Governo é, efetivamente, muito baixo. Não podemos imaginar que possamos enfrentar os problemas de um País com as dimensões do nosso, que tem as estradas federais danificadas e cujas universidades federais se encontram sem recursos para recuperar as suas unidades e professores em greve. E temos uma dificuldade imensa quanto à saúde. E agora mesmo, Sr. Ministro, nós tivemos...

A Senadora Ana Júlia Carepa, sem sombra de dúvida, quer perturbar o meu pronunciamento... Mas vou em frente.

Sr. Ministro, veja a questão da febre aftosa. Sabemos os reclames do Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, desde o início deste Governo com verbas para a defesa agroanimal. Verbas que não chegaram ao seu Ministério, lamentavelmente. Então, o que nós não queremos é um País reclamando recursos para assistir sua população, que sofre e morre por conta do descaso do Governo em setores importantíssimos.

Então, não podemos simplesmente fazer e trazer loas a essa política econômica que é feita dessa forma. O setor produtivo nos procura aqui todo dia, dizendo que não aguenta mais a carga tributária... E tem tido aumento – V. Ex^a sabe disso – na capacidade arrecadadora do Governo Federal, da União, em detrimento dos Estados e dos Municípios. Inclusive, o Refis 2 não foi repassado aos Municípios e aos Estados,

como deveria ter feito o Governo Federal; foi preciso uma resolução do Tribunal de Contas da União. Não sei se, efetivamente, já repassou esses recursos. E V. Ex^a dissertou sobre a economia...

Eu quero dizer a V. Ex^a que eu discordo. O crescimento do Brasil, hoje, envereda por um caminho longo e intenso. Dizer que esse crescimento que o Brasil está experimentando... Em 2003, esse crescimento foi ridículo, praticamente não cresceu; em 2004, aí, sim, o crescimento foi mais acentuado, mas já voltou a decrescer este ano. Não se espera o crescimento do PIB além dos 3%! Quando nós olhamos para o resto do mundo que está todo em expansão, em crescimento econômico... comprador, e por isso nossas exportações crescem, não por do incentivo do Governo, mas porque o mundo está comprador e crescendo... E a China, principalmente... Quando olhamos para os países de Terceiro Mundo, vemos que crescem a taxas de 6, 7, 8, 9% ao ano; quando olhamos para o Brasil, é e a nossa pobre gente sofrendo nos campos, nas cidades, a criminalidade crescendo, e o Governo Federal não investindo em segurança pública a ponto de o referendo ter-se transformado em plebiscito sobre a opinião do povo com a política de segurança pública da União e, por isso, votou "Não." Claro que não podemos achar que nós estamos no sétimo céu. Eu acho que nem tanto ao céu nem tanto a terra. E eu acho que este Governo tem feito tudo para aumentar o superávit primário, para dar tranquilidade ao mercado.

Então, para objetivar a minha intervenção é que eu perguntaria a V. Ex^a: será que, realmente, vale a pena todo esse esforço, que, diga-se de passagem, é muito maior do que foi inclusive compromisso do País com o Fundo Monetário Internacional? Será que essa dura política de ajuste fiscal foi o melhor caminho? Será que a relação dívida/PIB estaria diminuindo? Porque teríamos, aí, Sr. Ministro, uma realidade de juros altíssimos. Nós somos, hoje, o País que cobramos o maior juro real do mundo. Se V. Ex^a sabe de outro país, nos aponte, porque eu não sei. E o juro real, nos níveis em que ele está praticado, significa que o País está inundado de dólar. Então, nós estamos mantendo uma política cambial que é uma política falsa, que só existe por causa dos juros elevado para que capitais internacionais especulem dentro do País. Agora, com o dólar baixo, nós temos diversos segmentos econômicos sendo dilapidados, destruídos. E a agricultura é um bom exemplo disso, Sr. Ministro. Os números indicam que nesse ano o PIB da agricultura brasileira deverá apresentar uma retenção de mais de 10%. A maior já registrada desde o início do Plano Real.

Então, essas são críticas com relação à política econômica. Veja o embate – que não é novo – entre

monetaristas e desenvolvimentistas. Eu acho que nem tanto ao céu, nem tanto a terra, Sr. Ministro. Os reclamos, se V. Ex^a participasse dos debates aqui do Senado, veria que são intensos os reclamos com relação à necessidade de maiores investimentos, qualidade de gastos, Ministro. Acho que realmente é necessário fazer com que as despesas correntes da União baixem, mas baixem as despesas acessórias como diárias, viagens, avião presidencial e tantas outras coisas, Ministro, e, não, baixar um investimento tão necessário à melhoria de qualidade da vida do povo.

E, para não dizer que eu não falei da parte de denúncias e políticas, eu gostei muito de ouvir V. Ex^a quando disse que não é um cidadão acima de qualquer suspeita, que está pronto para vir à CPI prestar esclarecimentos porque eu acho que ficará muito bem para a V. Ex^a se fizer isso. E diga isso aos seus companheiros do PT aqui nesta Casa, que acham que nós devemos mantê-lo intacto, numa redoma, para proteger a economia.

Essa é uma afirmativa falsa e nós não a aceitamos. Nós somos tão patriotas e brasileiros quanto qualquer um. Portanto, quanto à sua vinda aqui é até para dar oportunidade a V. Ex^a de se defender das acusações, que não são justas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Eu começaria, Senador César Borges, com todo respeito a sua pessoa, pelo final. Eu reafirmo aquilo que disse em outras oportunidades: o que mantém a estabilidade econômica não são pessoas, são políticas, são instituições. Então, eu sou bastante... Eu tenho toda a humildade em dizer que ninguém é insubstituível. O que valem são as políticas praticadas, não as pessoas. Mesmo porque nós não somos, nenhum de nós, super-homens, super-heróis... Nós somos pessoas, seres humanos que lutamos por idéias e construímos o que todos nós achamos melhor para o nosso País.

Eu queria comentar as várias questões que o senhor trouxe à pauta, que são muito importantes. Primeiro, partindo da sua opinião, que nós devemos, cuidadosamente, fazer um esforço para reduzir despesas de custeio e aumentar os investimentos. Compreendo quando o senhor cita a viagem presidencial. Mas não penso que é essa é questão de custeio. As viagens presidenciais são muito importantes para construir a política de relacionamento internacional do Brasil. Citaria muitas outras despesas de custeio que nós podemos trabalhar, e estamos trabalhando, para conseguir resultados efetivos a longo prazo. Por exemplo, a Previdência Social brasileira, além de pagar justas aposentadorias, que devem ser preservadas e mantidas, tem despesas de descontrole administrativo

enormes. E o nosso Ministro Nelson Machado foi para a Presidência, após um trabalho muito importante do Senador Romero Jucá, do Senador Amir Lando, que olharam essa questão, trabalharam em cima dessa questão para que ela fosse revertida. Não será revertida com facilidade. A Previdência Social precisa de um trabalho de reforma de 10 anos. Talvez, no terceiro ano, tenha resultados. Foi um trabalho de reforma feito nos últimos 10 anos na Receita Federal, por exemplo, também tinha muitas fragilidades, também tinha muitas fragilidades, mas sofreu, nos últimos 10 anos... Pouco fiz eu nesse trabalho, ele já vinha sendo feito. Sofreu um processo de remodelação, de aperfeiçoamento, de fortalecimento que hoje faz a Receita Federal ser uma das mais importantes instituições da República, uma das mais corretas, uma das mais ordenadas, uma máquina que funciona acima de qualquer questão, junto com a Procuradoria da Fazenda Nacional, que tem 100 anos de vida. Estou errado? Tem 100 anos de vida de prestação de serviços ao País.

Essas instituições, essas reformas nas instituições, não só aumentam a arrecadação; elas também reduzem o desperdício de recurso que é muito grande num Estado Federativo como o nosso, num País como o nosso. Nós, com o dinheiro de desperdício, poderíamos elevar, fortemente, os investimentos públicos. Agora, esse é um trabalho que não se faz de um dia para o outro. É um trabalho incessante... Por isso, cito o exemplo da Receita Federal, porque foi um trabalho feito, e não foi por mim – não ficaria bem aqui eu fazer propaganda de mim mesmo. Mas foi um trabalho que não foi feito por mim, mas foi feito por profissionais, por governos, durante 10 anos, e que resultou numa Receita Federal que, às vezes, a gente tem que pedir para eles pararem de arrecadar, de tanta eficiência que se tem hoje na Receita Federal do Brasil. É absolutamente eficiente a estrutura da Receita. Não que não tenha problemas. Não que não tenha problemas, um aqui outro ali, que se investigue e se tomem providências, mas é uma máquina que engrandece o Brasil, assim como outras várias instituições nossas. Outras não o são. Nós temos que trabalhar para que elas o sejam e que nós possamos tirar dinheiro do desperdício e colocar dinheiro no investimento, nisso eu concordo com V. Ex^a. A carga tributária, Senador, não foi aumentada neste ano. O que ocorreu este ano – e isso os dados... Eu pediria para que o senhor pudesse ter uma cópia dos dados que nós trazemos aqui, e os olhasse com toda franqueza. O que aumentou de arrecadação neste ano foi, principalmente, vindo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pago pelas empresas. Por quê? O forte aumento ocorrido, a mudança

ocorrida em receitas de pessoas e empresas do ano passado para este ano, foi o lucro das empresas que cresceu fortemente e resultou num pagamento de tributos muito maior do que o do ano passado. Isso são dados objetivos, não é...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ANTONIO PALOCCI – O aumento do Cofins... do ano passado para este, não teve o aumento do Cofins. A alíquota é a mesma.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ANTONIO PALOCCI – Não, não. E a carga... Então, veja: no ano passado, modificamos o Cofins; não foi só aumento de alíquota, nós tiramos a cumulatividade, introduzimos o Cofins sobre importação. O produto importado... Vocês mesmos cobraram isso do Ministério da Fazenda. Vocês que recebem empresários, todo dia aqui, cobraram, fortemente e corretamente, de nós, que acabássemos com a tributação inadequada entre o produto nacional e o produto importado. Porque o produto nacional pagava a Cofins até o ano passado e o produto importado não pagava PIS/Cofins, e corrigimos isso no passado, aprovado aqui nesta Casa, corretamente. Isso trouxe um imposto pago por produtos importados, que não era pago anteriormente.

Do ano passado para este ano, nenhuma mudança foi feita no Cofins. O que houve de aumento de arrecadação neste ano foi resultado do aumento do lucro das empresas. E se observarmos, verificamos que o que aumentou em termos de crescimento real importante nas receitas da Receita Federal foi exatamente contribuição sobre o lucro líquido e Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Bom para as empresas. Isso é uma boa notícia, não é uma má notícia. Isso nos permitiu – porque aumentou a arrecadação – a vir nesta Casa com a Medida Provisória nº 252, não é isso? Que previa três bilhões de desoneração, e que vocês foram muito mais compreensivos e muito mais amplos que o Governo e transformaram três bilhões em cinco bilhões.

Estamos tentando ver se preservamos o que foi feito na Câmara e no Senado, até porque vemos que foi feito com muita seriedade. Vamos procurar valorizar todas as emendas feitas na antiga 252, aprovada na 255. São cinco bilhões de desonerações corretas, para poder, naquele caso de exonerar investimento de exportação, desonerar plataformas de *softwares* para o Brasil concorrer com outros países que estão recebendo investimentos, desonerar inovação em tecnologia. Hoje, as empresas vão poder abater do Imposto de Renda o dobro do investimento em ciência e

tecnologia. E sabemos o quanto o trabalhador ganha nas empresas que fazem esse investimento.

Desoneração do ganho de capital na compra e venda de imóveis. Que era uma reivindicação de décadas no País, de décadas. A maior parte dos contratos de construção civil do País são contratos de gaveta, porque as pessoas não conseguem pagar a valorização que é dada em um imóvel depois de dez anos. Pela regra anterior, tinha que pagar toda a valorização do imóvel, sem considerar nenhuma correção. E isso foi corrigido na medida. Aliás, propusemos um valor, e vocês dobraram o valor que propusemos. Também foram mais compreensivos. E vamos sancionar essa medida, porque achamos que é uma medida correta, porque traz um impulso ao mercado da construção civil muito importante. Certamente vamos ter muito mais formalização na construção civil, a partir dessa medida, muito mais obras na construção civil, porque vai poder dinamizar a compra e venda de imóveis. As pessoas que comprarem um segundo imóvel, no prazo de seis meses, usando o recurso daquele primeiro imóvel, vão pagar zero de Imposto de Renda sobre o ganho de capital.

Essas são evoluções da tributação que foram feitas por nós, aprovadas e melhoradas aqui no Senado por vocês, que só foram possíveis porque a Receita funciona. Tudo que Receita trouxe de arrecadação a mais o nosso compromisso é devolver, mas não necessariamente no mesmo imposto. Por exemplo, a Cofins do produto importado eu não vou devolver para o produto importado, vou devolver para a construção civil. O PIS do produto importado eu não vou devolver para o importador, vou devolver para a ciência e tecnologia, para o investimento em bens de capital, porque é isso que fortalece o crescimento econômico. E penso que vocês não só concordam com isso como votaram, aprovaram e ampliaram a medida enviada pelo Governo aqui a esta Casa.

Portanto, quero reafirmar aqui, Senador, que concordo com V. Ex^a quando ressalta a sensibilidade da questão carga tributária. Concordo. Esse é um tema de que me ocupo desde que fui Deputado aqui, com muita honra, nesta Casa. Mas penso que o Presidente Lula tem dado um tratamento muito adequado a esta questão, mantendo o compromisso de devolver todo o esforço de arrecadação conquistado pela Receita Federal.

Quero também dizer, Senador, que, no caso da segurança pública, tivemos um aumento de 70% nos recursos da Polícia Federal, que estão sob a responsabilidade do Governo Federal, num período em que a inflação foi 30%. O aumento dos recursos para a Polícia Federal requisitados pelo Ministro Márcio Thomaz Bas-

tos foram atendidos em um aumento de 70%. Então, penso que os compromissos do Presidente Lula e do Governo com a segurança estão mais do que demonstrados nessa e em outras atuações. A atuação própria da Polícia Federal que vemos, hoje, tem recebido valorização não apenas do Governo, de V. Ex^{as} também, porque os projetos de valorização profissional passam por aqui, recebem o apoio do Congresso Nacional e valorizam as instituições da República. O que a Polícia Federal tem feito melhor não é porque somos melhores, é porque elas são instituições que se fortalecem, avançam e prestam um serviço ao Brasil.

Por fim, depois que falei o que concordo, gostaria de dizer o que discordo de V. Ex^{as}, se V. Ex^a me permitir: O esforço fiscal feito, Senador, é realmente maior do que o que vinha sendo feito, porque foi necessário ser assim. E ele prestou um enorme serviço ao País. Se V. Ex^a olhar esse documento, que gostaria que recebesse, vai perceber que a dívida pública cresceu sem parar nos últimos dez anos, Senador. E não foi por negligência do Governo anterior. Nunca usei esses termos porque não acho que foi assim. Penso que houve esforço para combater a questão fiscal, foi feita a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas a dívida efetivamente cresceu naquele período todo. Inclusive se incorporaram, no plano federal, todas as dívidas dos governos dos Estados e se engordou a dívida federal de maneira efetiva.

O aumento do esforço fiscal promoveu, pela primeira vez, nesses dois anos e meio, uma queda em torno de 4,5% do PIB da nossa dívida. Então, é fundamental, Senador, que consigamos continuar esse caminho. Isso precisa ser um compromisso do Brasil, para que possamos colocar a dívida pública em uma trajetória de ascensão. E se negligenciarmos o esforço fiscal, Senador, não tenho dúvidas, não tenho qualquer dúvida que vamos patinar, contratar uma nova crise e ter que fazer o esforço de reequilíbrio todo de novo. Já assistimos isso várias vezes no passado. Às vezes por erros nossos, nós, os brasileiros; às vezes por crises externas. Nos últimos dez anos, fomos pegos de surpresa por pelo menos três crises externas, que nos provocaram perdas enormes na conta, no balanço de pagamentos do Brasil e nos obrigou a ajustes profundos no equilíbrio das nossas contas.

Portanto, diria, Senador, que a idéia de um afrouxamento fiscal não é boa conselheira. Desculpe-me contestá-lo, desculpe-me contrariá-lo, mas sou muito convicto dessa questão e gostaria de convencê-lo um dia disso, porque sei que V. Ex^a é uma pessoa responsável, e por isso queria afirmar esse posicionamento, com todo o respeito a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Ministro, quero agradecer a sua atenção, mas quero que V. Ex^a compreenda que, aqui, quando há queixas sobre o aumento da carga tributária, vem de todo o setor produtivo. A posição de V. Ex^a está em discordância com o restante do País. Quando se fala em gastos do Governo, sou totalmente favorável que se corte no custeio, o que o Governo não tem feito. Agora, cortar nos investimentos de universidades, de hospitais, segurança pública, Sr. Ministro.

O Governo falou que faria cinco presídios de segurança máxima neste País. Desafio quem diga um só que esteja em funcionamento e que tenha sido feito pelo Governo Federal no setor de segurança pública. Falou-se num plano nacional único de segurança pública. Simplesmente não tem recurso para fazer a parceria com os Estados. Essa é a realidade. Todo o País está vendo o aumento da criminalidade.

E o que dizer dos juros, que V. Ex^a não comentou? Que são os maiores do mundo e que inunda este País de dólar, para que o especulador externo ganhe e que possamos arruinar a agricultura, alguns segmentos que não têm competitividade externa. Essa é uma realidade, lamentavelmente.

Sei que V. Ex^a é muito habilidoso, comentou aquilo que desejou, mas deixou esses pontos ainda com uma dívida muito grande, Sr. Ministro.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Tenho direito a mais uma palavra? Não quero fazer tréplica, quero apenas não passar por habilidoso e deixando de comentar questões que são talvez mais complexas. Não quero ter habilidade, quero ter transparência aqui, Senador.

Veja, vou pegar os exemplos que o senhor citou: a saúde. A saúde teve seus recursos, nos últimos três anos, aumentada em 49,8%. A saúde. A segurança... É o que eu disse, a inflação nesse período foi de 30%, o aumento do recurso foi de 50%. A segurança, numa inflação de 30%, teve exatamente 69,9% de aumento dos recursos. Portanto, mais do que o dobro da inflação nesse período.

O senhor colocou uma questão importante, que, se me permite, posso esclarecer: ficamos devendo um recurso para convênio com os Estados, que o Ministro Márcio Thomaz Bastos estava nos solicitando e até o mês passado não tínhamos espaço para fazê-lo. Já fizemos, Senador. Gostaria de lhe dar essa notícia. Se é uma questão que V. Ex^a está atento a ela, saiba que já fizemos, já transferimos ao Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos o recurso necessário que ele nos solicitou para fazer convênios e repasses para todos os Estados na área de segurança, conforme foi planejado

pelo Ministério e pelos Governadores nessa área. Então, essa é uma questão que penso que V. Ex^a abordou de forma correta, que o Governo Federal deve ajudar os Estados mesmo na articulação da segurança pública, e não tínhamos podido fazer. A sua crítica foi verdade até o mês passado, e tanto apoiamos a sua observação como, neste mês, ela já foi resolvida.

Na questão dos juros, Senador, podemos debater aqui o quanto for necessário. Tenho debatido esta questão com o Senador Suplicy. Sugerir a ele que amplie esse debate aqui no Congresso Nacional, mas penso que o que pode trazer os juros para um nível mais adequado é exatamente o outro ponto que discutimos: a questão da sustentabilidade fiscal, da redução da dívida pública, que vai puxar os juros para níveis mais baixos. Ele tem caído, Senador. Se V. Ex^a olhar, vamos pegar 12 anos atrás e olhar o comportamento dos juros, eles têm caído, mas tem caído muito lentamente. V. Ex^a tem razão. Os nossos juros ainda são altos. E precisamos conquistar juros menores. Agora, conquistar juros menores não é apenas uma decisão do Presidente, dos diretores do Banco Central, é preciso que possamos criar as condições para que isso aconteça com naturalidade, como a conquista do ambiente econômico e não como uma medida heterodoxa, que vai nos causar um custo futuro.

Portanto, queria dizer, Senador, com todo o respeito às suas ponderações, que não refuto as suas críticas no que se referem às nossas dificuldades de reduzir gastos, mas esse é um esforço que fazemos. Aceito a sua crítica, guardo-a comigo para um olhar mais atento às questões que V. Ex^a colocou, mas penso que, por concordar com vários pontos que colocou aqui como prioritários, vamos saber fazer um esforço maior em torno dessas questões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otávio, Sr. Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos do trabalho meritório de V. Ex^a na condução da economia do nosso País, tanto no controle da inflação, quanto na credibilidade da nossa economia interna e externamente, no crescimento das exportações e no crescimento da economia, que já começa a ter resultados positivos na geração de emprego e na melhoria da qualidade de vida de uma parcela maior da população brasileira.

Mas, Sr. Ministro, para atender ao equilíbrio fiscal exigido pelos credores e manter a estabilidade eco-

nômica sobre a eficiente condução de V. Ex^a, os brasileiros estão sendo submetidos a uma das maiores cargas tributárias do mundo. É claro que essa política já vinha sendo adotada em outros Governos, isso não está acontecendo apenas neste Governo. Ao mesmo tempo, não assistimos a esforços, ou pelo menos eles são pouco visíveis, caso ocorram, no corte de despesas correntes, o que reduziria a necessidade de aumentar a arrecadação. Penso que se reduzirmos as despesas correntes, poderíamos investir mais em obras estruturantes no País.

Ocorre, Sr. Ministro, que o cidadão está com sua capacidade contributiva exaurida. A reclamação é geral. As condições de nossas estradas são reconhecidamente ruins. Centenas de projetos que poderiam ser executados e ampliar a oferta de empregos, elevar a renda, movimentar a economia. Continuo esperando recursos, mas eles não saem.

Até mesmo órgãos que possuem receitas próprias estão com ações limitadas pelo contingenciamento desses recursos, como a Suframa, que tem hoje mais de quatrocentos milhões contingenciados, e as agências de desenvolvimento do Norte e do Nordeste. Sobre isso, será que não seria possível somente trabalhar com o superávit primário indicado no Orçamento Geral da União? Por que é necessário superá-lo se, mantido esse limite, sobraria um pouco de recursos para investimentos que sanariam alguns dos problemas que atormentam a população? Talvez sobrassem R\$20 bilhões ou R\$30 bilhões por ano para investimentos na infra-estrutura do País, nesses gargalos que vêm causando tantos problemas – inclusive, as exportações brasileiras poderiam aumentar –, como em ferrovias, rodovias, portos, hidroelétricas, gasodutos. Daqui a alguns anos, teremos problemas na geração de energia elétrica.

Quanto à questão tributária: o que podemos fazer para reduzir a sua carga? Nas tarifas públicas dos serviços públicos, no que podemos avançar? Na energia elétrica, registra-se uma elevação de 184% nos tributos nos últimos cinco anos – repito: não vem só deste Governo. Nos encargos, forma disfarçada de tributar, registra-se elevação de 539% neste mesmo setor. Considero-a um absurdo particularmente nesse caso, pois trata-se de atividade que tem impacto sobre toda a cadeia produtiva e que onera mais ainda exatamente a população mais carente.

Eu tenho brigado muito, Sr. Ministro, contra a cobrança da CCC. A construção do gasoduto no meu Estado e no Estado do Amazonas e a interligação do Sistema Nacional de Energia Elétrica, obras que não custariam muito dinheiro e que poderiam ser construídas até pela iniciativa privada, iriam tirar da tarifa de

energia elétrica de todo o País entre 3% e 7% do que toda a população brasileira paga.

Sr. Ministro, comparando a incidência de tributos no Brasil com a verificada em outros países, vemos um quadro muito ruim. No Brasil, de cada R\$100,00 pagos pelo consumidor, R\$32,00 são tributos. No México, são apenas 13%; nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, esse percentual alcança apenas 6,5%. O que podemos fazer para avançar na redução da MP do Bem, medida provisória tão importante para o País, brilhantemente relatada pelo ex-Ministro e Senador Amir Lando e festejada hoje, em todo o País, porque desonerará muitos produtos e muitos impostos?

Ainda na área da infra-estrutura, Sr. Ministro, preocupa-me muito o marco regulatório. Nas comissões, temos discutido muito a situação das agências reguladoras, tão importantes para consolidar a atração de investimentos privados e tranquilizar possíveis investidores que nos ajudarão a tocar nossas obras estruturais por meio das parcerias público-privadas. Vejam que as agências, por exemplo, trabalham com 20% ou 30% dos recursos que possuem porque o restante permanece contingenciado. Como vamos atrair investimentos nesses setores dessa forma?

Outro ponto de grande preocupação nacional, Sr. Ministro, são os nossos juros, já citados pelo Senador César Borges. Nós sabemos do esforço que V. Ex^a, o Presidente da República e o Presidente do Banco Central vêm fazendo no sentido de diminuir os juros no Brasil, os maiores juros do mundo. Na realidade, temos hoje juros de 13,9%, se descontarmos dos 19% praticados a meta de inflação de 5,1%. Como já não agüentamos mais, o que V. Ex^a propõe para reduzi-los sem prejudicar, é claro – ninguém de nós, em sã consciência, aceita comprometê-lo, – o equilíbrio fiscal? A redução dos juros e a diminuição do superávit primário devem acontecer sem comprometer o equilíbrio fiscal, que os governos vêm perseguindo com tanta eficiência.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Com a palavra, o Ministro Antonio Palocci.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Em primeiro lugar quero dizer que a sua consideração inicial sobre como abordar o tema é música para os meus ouvidos: focarmos em despesas correntes e não em corte de investimentos. Esse é o ponto central de melhoria da qualidade do quadro fiscal brasileiro. Essa deveria ser nossa preocupação fundamental para o futuro. Não vamos resolver isso do ano 2005 para o ano 2006, mas talvez resolvamos se fizermos um

plano de 2005 a 2015: a cada ano, fazer um pequeno esforço de redução de despesa corrente. Ainda que essa redução corresponda a 0,2% do PIB a cada ano, somados dez anos, são 2% do PIB. Pode ser 0,3% do PIB a cada ano, o que é pouquinho, mas, em dez anos, são 3% do PIB. Três por cento do PIB atendem a todas essas questões que o senhor falou, e sobra metade do dinheiro. Essa é a questão que devemos trazer à luz para que possamos indicar uma solução.

A contrapartida de não se fazer essa política, Senador, infelizmente, é a possibilidade de, num ano, termos de fazer um superávit maior; em outro ano, termos uma carga tributária maior. Se houver uma crise externa daqui a dois anos – Deus nos livre disso! –, teremos de fazer novo aumento de carga tributária para enfrentá-la.

Portanto, associo-me inteiramente àquilo que o senhor colocou inicialmente: o Governo tem de focar em despesas correntes primárias e não em investimentos quando vai cortar. Mas insisto: não adianta deixar e cobrar isso de cada governo ano a ano, porque isso não vai acontecer. Nós temos de fazer um plano de longo prazo. Um pouquinho por ano, em dez anos, é 2% a 3% do PIB, que atendem a tudo isso que o senhor falou, e sobra dinheiro.

Esse era o primeiro registro.

Segundo registro: concordo com o senhor quanto às estradas. Durante este ano, fizemos um esforço grande para, além do Orçamento Geral da União... O PPI, de acordo com o projeto de investimento que fizemos, foi quase exclusivamente dedicado a estradas. Também vinculados a essa questão, da Cide, por votação de V. Ex^{as}, transferimos 29% para Estados e Municípios. Assim, os recursos suplementares deste ano para a questão rodoviária foram muito maiores do que os do ano passado. Mas concordo com V. Ex^a quando diz que ainda é pouco. As estradas brasileiras precisam de um tratamento ainda melhor. Estamos enviando novo PPI para o Orçamento deste ano com mais recursos e com mais concentração na área dos transportes. V. Ex^{as} poderão apreciar e acompanhar isso.

Estamos também recuperando os projetos de concessão feitos no passado, mas que não chegaram a ser concluídos. Oito lotes de concessão de estradas que haviam sido feitos no governo anterior foram questionados administrativamente e no Tribunal de Contas. O Ministério dos Transportes refez esses projetos. Eles estão praticamente prontos para serem colocados em execução agora, além das parcerias público-privadas aprovadas por esta Casa. Trata-se de um conjunto de medidas que respondem a preocupação que V. Ex^a coloca com muita propriedade.

Sobre a Suframa: recentemente recebi uma delegação muito simpática, mas pela qual me senti bastante pressionado – de forma democrática evidentemente. Três ou quatro Senadores, dez Deputados e vinte Prefeitos da região amazônica foram nos cobrar sobre a Suframa. No último decreto que fizemos, no qual houve um nível de recursos para disponibilizar para investimentos, há disponibilidade para fazer uma primeira etapa de liberação de recursos para a Suframa. Consideramos correta essa questão, que tem sido levantada por todos os Estados da região da Amazônia. Vamos começar a fazê-lo já nesse decreto para atender a essa questão que julgo correta e necessária.

V. Ex^a pergunta, Senador, por que superar o objetivo fiscal. Lembro o esforço – não o citei no início – do Joaquim Levy, nosso Secretário do Tesouro Nacional, que está no exterior, mas está aqui representado pelo Dr. Jorge Khalil. O esforço da Secretaria do Tesouro em torno do equilíbrio fiscal diz respeito ao cumprimento de uma meta que o Governo assegura e com a qual trabalha ao longo do ano. Em todo ano, pode haver um comportamento de receitas em que, na fase final do ano, haja uma arrecadação um pouco maior do que o normal ou não. No ano passado, aconteceu isso. Fizemos mais investimentos e uma poupança um pouco maior. Poderá acontecer isso neste ano. Mas isso permite um nível de investimento maior nos últimos meses do ano. Não é adequado que aumentemos os compromissos de despesas obrigatórias. Se, com uma receita suplementar, a maior, compromete-se com gastos obrigatórios permanentes, tiram-se recursos de investimentos no ano seguinte. Estamos procurando administrar os recursos, neste final de ano, para disponibilizar, sim, aquilo que for possível e necessário apenas para investimentos. Se colocarmos em despesas obrigatórias, diminuiremos o investimento no ano seguinte.

O senhor coloca também duas questões com muita propriedade. Qual a perspectiva de tarifas públicas e, inclusive, de energia elétrica para o próximo ano? No setor de telecomunicações, Senador, foi construída pelo Ministério das Comunicações – com o apoio do Ministério da Fazenda, em particular, da Secretaria de Acompanhamento Econômico, liderada pelo Helcio Tokeshi – uma nova política de preços para o setor de telecomunicações. Essa foi uma política construída ao longo de dois anos com uma série de audiências públicas das quais a sociedade civil e as empresas participaram e que resultou numa proposta em que os aumentos, as correções de preços da telefonia, não mais terão como base o IGP, mas um índice setorial, dando, portanto, a longo prazo, um indicador econômico mais adequado que o IGP, utilizado até hoje.

No caso da energia elétrica, o senhor tem razão. A energia elétrica tem, junto com as tarifas de pagamento do próprio custo de energia, um conjunto enorme de custos laterais que vem desde o problema do apagão em 2001. Esses custos começam a ser reduzidos no próximo ano. Há uma série de obrigações que as empresas recolhem nas tarifas, decorrência de problemas anteriores que são cobrados. Muitos deles terminam no ano que vem, quando já haverá uma melhora em relação a essas tarifas. Penso que o senhor tem razão em relação a se evitar que tarifas carreguem esse tipo de situação.

Em relação aos marcos regulatórios...

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Desculpe-me interrompê-lo, Ministro. Solicito que não haja nenhum tipo de manifestação, senão, pedirei que evacuem a sala. (Pausa.) Solicito que se retirem, por favor. (Pausa.)

O SR. ANTONIO PALOCCI – Em relação aos marcos regulatórios, Sr. Senador, nós enviamos, no ano passado, uma proposta de aperfeiçoamento dos marcos regulatórios previstos nas agências, nos setores regulados. Esse é um debate que ainda está na Câmara dos Deputados, que é extremamente importante e que aperfeiçoa o regulamento dos setores regulares de maneira bastante razoável, avançando em relação à legislação anteriormente especificada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO PALOCCI – Acredito que seja um avanço na linha que o senhor cobra em termos de melhoria da regulação, como garantia para maiores investimentos.

Quanto aos juros...

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA. *Fazendo soar a campainha.*) – Solicito calma aos senhores participantes.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Quanto aos juros, a boa notícia é que há hoje condições de as taxas de juros serem reduzidas. Já em duas reuniões do Copom, as taxas de juros têm sido reduzidas. As condições para isso se deram com a melhoria do ambiente econômico, que continua presente. Penso que a evolução desses indicadores continuará positiva.

Eu concordo com o Senador César Borges quando ele diz que nós não estamos no sétimo céu. Eu nem sabia que existia o sétimo céu. Mas eu diria que não estamos com todos os problemas resolvidos. Eu concordo com o Senador quando ele diz isso. Mas o ambiente econômico melhorou. Os indicadores de risco/país, os indicadores cambiais, todos têm melhorado. Nesse sentido, a queda da taxa de juros, obser-

vada nas duas últimas reuniões do Copom, tem uma tendência declinante. Acho que isso é muito positivo nessa questão que V. Ex^a coloca.

Espero ter respondido, pelo menos parcialmente, à sua pergunta.

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Senador Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloisa Helena.

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Gostaria que V. Ex^a me informasse exatamente em que lugar estou inscrita, para eu saber se vou falar antes ou depois da meia-noite, nesta animadíssima audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – De acordo com a última posição, V. Ex^a estava na repescagem.

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Só se repesca o que já foi pescado, o que não é meu caso. Portanto, eu quero que V. Ex^a me diga exatamente qual é o meu lugar. É o vigésimo...?

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Eu estou olhando aqui. V. Ex^a está inscrita em 35º lugar. Não fui eu quem a inscreveu.

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – **Excelente! Esperarei animadamente!**

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – V. Ex^a deve falar antes disso, porque vários Senadores já não estão presentes. V. Ex^a está inscrita em 24º lugar.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Rodolpho Tourinho, Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, Ministro Antonio Palocci, quero reiterar o quanto considero importante que V. Ex^a tenha se colocado à disposição do Senado e inclusive antecipado a sua vinda. Eu sempre tenho propugnado pela importância de todos os Ministros comparecerem ao Congresso Nacional para prestar esclarecimentos. Eu tenho propugnado, Ministro Palocci, respeitosa e construtivamente, para que haja maior ousadia na política econômica. Recentemente, porém, tenho notado que os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e o Banco Central resolveram como que radicalizar, do ponto de vista conservador, alguns aspectos centrais. Em 2004 e 2005, o Banco Central subiu fortemente as taxas de juros para além do que muitos economistas, mesmo os de formação ortodoxa, consideram adequado. Em decorrência, o real se tornou a moeda que mais se valorizou frente ao dólar. Preocupados em aproveitar os efeitos antiinflacioná-

rios dessa supervalorização, o Governo e o Banco Central pouco fizeram para contê-la. Os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, conforme noticiado, vêm até arquitetando planos ambiciosos e radicais de ajustamento fiscal de longo prazo, visando à elevação do superávit primário. Os planos incluiriam, por exemplo, emendas constitucionais para ampliar e prorrogar a desvinculação de receitas da União. Prorrogariam a CPMF e outras.

Independentemente desses planos fiscais de longo prazo, a Fazenda vem atuando de forma a gerar superávits primários além das metas oficiais atuais, por vezes com sacrifício do contribuinte, do investimento público e de outros objetivos de política econômica. Esse esforço fiscal adicional não está redundando em diminuição do estoque da dívida, posto que apenas neutraliza o efeito fiscal negativo decorrente dos juros praticados pelo Banco Central.

Quero até assinalar, Sr. Ministro Palocci, que o total de juros pagos pelo setor público brasileiro tem evoluído de R\$114 bilhões, em 2002, para R\$145 bilhões, em 2003, e começou a diminuir para R\$128,3 bilhões, em 2004. Ainda no ano passado, lembro-me muito bem de que o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em sua exposição na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, observou que era sua previsão que houvesse a diminuição dos juros pagos pelo setor público neste ano. Entretanto, nos últimos 12 meses, acumuladamente, até agora, já somou R\$150 bilhões. Portanto, estamos invertendo a ordem, no sentido de piora. Eu agradeceria se V. Ex^a pudesse, inclusive, fazer-nos a previsão de como deverá ocorrer em 2006. Qual é a previsão presente para juros pagos pelo setor público em 2006?

Nas atuais condições políticas, com o Governo se aproximando do seu ano conclusivo, será que não seria de bom senso evitar essa radicalização e promover uma correção de rumo na política econômica, por exemplo, acelerando o ritmo de redução da taxa de juros, como tem sido sugerido por economistas no mais largo espectro? Mencionarei, de Paulo Nogueira Batista Júnior até Affonso Celso Pastore ou também, contando com a recomendação de ilustre laureado com o Prêmio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz, que esteve recentemente no Brasil e fez também recomendações de maior ousadia na condução da política econômica.

Juntamente com a redução da taxa de juros, que, por si mesma, favorecerá uma certa depreciação do Real, poder-se-ia lançar mão de outros instrumentos para manter uma taxa de câmbio competitiva, com conseqüente acumulação de reservas e restrições à entrada de capitais especulativos. Poder-se-ia abando-

nar planos fiscais de longo prazo, que são de duvidosa viabilidade política neste momento, e buscar cumprir a meta de 4,25% do PIB, que permitirá ampliar os investimentos públicos, dar algum alívio aos contribuintes e ampliar os programas sociais.

A diminuição mais acentuada da taxa de juros, prezado Ministro Palocci, considerando que ainda estamos longe de alcançar o pleno emprego, pode perfeitamente estimular os investimentos, assim aumentando a capacidade produtiva, aumentando a oferta de bens e serviços, o que, por sua vez, vai contribuir para a meta importante da estabilidade de preços, inclusive de maneira consistente com o aumento da oportunidade de empregos.

Com respeito aos programas sociais, V. Ex^a, no início de sua exposição, mencionou que já atingiu 7 milhões de famílias no Programa Bolsa Família. Como tenho acompanhado isso com atenção, considere esse número uma sub-estimativa, em verdade, e obtive agora, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que são 8,05 milhões de famílias, devendo chegar a 11,2 milhões em meados do ano que vem. Tenho dialogado muito com V. Ex^a nesse sentido.

Quero aqui registrar que considere muito importante, no momento da apreciação pelo Presidente Lula sobre se deveria ou não sancionar a lei que institui a Renda Básica de Cidadania, a consideração de V. Ex^a de que o Programa Bolsa Família está avançando progressivamente e de que a Renda Básica de Cidadania poderá se tornar um prolongamento desse programa e caminhar gradualmente nessa direção. V. Ex^a considerou viável e, por isso, recomendou que a lei fosse sancionada pelo Presidente, o que julguei muito positivo. Porém, como V. Ex^a assinalou que o Programa Bolsa Família tem obtido efeitos significativos, inclusive do ponto de vista do estímulo à atividade econômica em localidades que, de outra maneira, não teriam esse crescimento, agradeço se puder desenvolver esse ponto, tendo em conta os estudos que o Governo tem feito a respeito.

Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Antes da resposta do Ministro, eu gostaria de falar, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Ratificando o que já foi aqui sugerido pelo Senador Tião Viana, gostaria que V. Ex^a, se pudesse, consultasse o Plenário sobre a possibilidade de ouvir alguns oradores em série, após o quê o Ministro res-

ponderia. Assim, todos teriam o direito de falar e aceleraríamos o debate, para torná-lo mais prático.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A consulta, Senador Valadares, está feita.

Se ninguém tiver posição em contrário, fica valendo isso.

Muito obrigado pela sugestão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a e ao Ministro.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Não tenho direito a voto, mas concordo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a já acabou?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu conclui a minha primeira parte, com eventual direito a réplica, se houver necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Se houver necessidade, lógico.

Vamos já adotar o novo critério.

Passo a palavra ao Senador Aelton Freitas, do PL. Desculpem-me... Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tudo bem, Ministro?

O SR. ANTONIO PALOCCI – Tudo bem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É um prazer revê-lo.

Inicialmente, farei algumas observações. V. Ex^a mencionou a dívida pública e o fez, em algum momento, de maneira muito própria, muito adequada; em outro, a meu ver, nem tanto. A dívida pública passada subiu não pela economia do Ministro Ciro Gomes, que disse aquela coisa mágica, enfim; eram os esqueletos, era o Brasil sendo passado a limpo. Eu não faria, por exemplo, a crítica no nível em que ele fez na campanha, dizendo que estamos agora – e não vejo muita razão de ser diferente – chegando a R\$1 trilhão de dívida pública.

V. Ex^a, ainda há pouco, fez uma referência de que caiu o percentual. O percentual voltou ao de 2000 antes daquilo que, para mim, continuava sendo o risco de desconfiança com relação ao candidato Lula. Voltou-se àquilo, o que considero justo, e creio que se deve prosseguir no esforço do superávit para irmos mais além. V. Ex^a não mencionou números absolutos. Por isso que estou só lembrando do trilhão, porque se voltou ao percentual de 2002, mas continua crescendo, em números absolutos, a dívida.

V. Ex^a falou – e de fato vou manter-me fiel ao que declarei na minha questão de ordem, quando pedi a palavra pela ordem, de que não discutiria outros assuntos que não economia – V. Ex^a falou do nível dos assessores. Não tenho nenhuma dúvida de que essa

turma sua é de primeira mesmo. Já não fiquei com a mesma impressão do outro pessoal. Creio que o foro próprio para aquele pessoal é a CPI, onde eles têm sido ouvidos, e para esse pessoal aqui é esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Pois bem, na mesma linha, vou registrar aqui – mais para animar a nossa conversa – que a imprensa publica relatório em que, de janeiro de 2003 a junho de 2005, os dez maiores bancos lucraram 23,561 bilhões, 11,34% a mais, o que significa quase 2,4 bilhões acima dos primeiros trinta meses do segundo Governo passado – no mesmo período –, de janeiro de 1999 a junho de 2001. E, no primeiro Governo, o lucro, de 1995 a 1998, foi de 16,217 bilhões. São os percalços que não eram compreendidos antes e que não tenho dúvida de que podem ser tecnicamente explicados hoje. Eu poderia ir para a conta dos juros, lembrando que, de janeiro de 2003 a setembro de 2005, tivemos cerca de 300 bilhões pagos a título de juros, em contraste com... É isso o que deixa a Ministra Dilma agoniada, embora ela ouça o galo cantar sem saber localizar o galinheiro exato. Mas, os investimentos da União, nos dois anos e nove meses do Presidente Lula, caíram a níveis bastante tétricos: investimentos públicos federais, 25,7 bilhões.

É claro que poderíamos discutir Selic. Tanto quanto disse o Senador Jefferson Péres aqui, secundado por outros, tenho diferença de intensidade de *timing* com V. Ex^a e com o Copom. Não tenho dúvidas de que não é possível se baixarem juros irresponsavelmente; sou a favor apenas de baixar tudo que se pode, com um pouco de ousadia, na hora em que se pode, mas na lógica das metas de inflação perseguidas. A inflação, para mim, tem de ser o mais próximo de zero possível, nos moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal, preservando-se esta outra conquista – que é do momento – que é a do câmbio flutuante.

Então, vejo que há uma armadilha que tem de ser desmontada pelo próximo Governo, seja ele qual for. O desafio da década passada era a estabilidade, a inflação baixa; o desafio agora é desmontar essa armadilha. O Brasil precisa de juros muito altos para se financiar, levando em conta que o Governo Lula navegou – com exceção dos preços do petróleo, que não o atingiram diretamente – em um mar de almirantes esse tempo todo, não teve crise interna, muito menos externa que pudesse justificar qualquer solavanco. Mesmo assim, o dado foi de 300 bilhões de pagamento de juros, de janeiro de 2003 a setembro de 2005, com investimentos públicos federais de apenas 25,7 bilhões, nos mesmos dois anos e nove meses, o que não deixa de ser um número complicado.

Muito bem, Ministro. Preocupa-me muito esse quadro todo e todas as nuances políticas do quadro. Preocupa-me muito uma pasta relevante como a sua e preocupam-me muito os inventores de soluções. Não creio que possamos, a esta altura, dizer que a política é de um ou de outro. O País pode às vezes não querer deixar o câmbio flutuar – certos países não precisam; metas de inflação, certos países não precisam adotá-las, enfim. Mas não tenho dúvida alguma de que responsabilidade fiscal – e é possível criticar se a qualidade é boa ou é ruim –, para mim, é princípio básico de qualquer governo, que pode ser de Esquerda, de Direita, de Centro, de lado, qualquer governo que se imagine minimamente organizado e capaz de gerar excedentes para serem investidos nas políticas públicas. Fora disso, não sustenta o crescimento. Qualquer governo tem de fazer isso. Então, ouço, no palrar da Ministra, com preocupação os sinais de que há uma pressão muito grande para uma certa “gastança” corrente, gastos correntes em 2006, com vistas a uma eleição que, se vencida nesses moldes, será uma tragédia absoluta até para o vencedor. Essa eleição, não desejo para o vencedor que ele a vença desse jeito. Portanto, não sei se isso se deve a esse relativo enfraquecimento do seu peso político, neste momento – é inegável tratarmos com essa categoria –, ou se é mesmo uma ânsia primária de votos.

No que tange às contas públicas, tenho as minhas preocupações. O Dr. Raul Veloso está pessimista. Ele está prevendo uma crise que ele, nós e as torcidas do Flamengo e do Corinthians juntos sabemos que não poderá ser resolvida mais pela via do aumento de carga tributária. Isso me preocupa porque vejo o investimento minguando, mas as despesas correntes do Governo aumentando, como gastos com pessoal, não porque aumentou salários, mas porque houve contratações, houve inchaço. Esse é um outro dado que, se V. Ex^a pudesse comentar, eu lhe agradeceria.

Há outro assunto que eu queria discutir com V. Ex^a, Ministro Palocci. O Governo já admitiu que a carga tributária de 2004, 35,45% do PIB, foi superior à de 2003. Houve um crescimento de carga tributária, sim: 34,88%. Portanto, não caberia agora ficarmos vendo o Governo alegar que a carga de 2004 foi inferior à de 2002, que foi de 35,53% do PIB. Temos de olhar muito as circunstâncias em volta. Sou muito contra dizermos que no ano tal se cresceu mais do que no ano qual. Olho duas coisas: primeiro, o mundo em volta; depois, o que aconteceu com os nossos parceiros, com os nossos concorrentes. Eu lhe dou aqui quatro anos. Em 2001, o Brasil representava mais ou menos 32% – até já conversamos sobre isso pessoalmente – do PIB da América Latina; em 2002, ele passou para 33% do PIB

da América Latina; em 2003, ele caiu para 31% do PIB da América Latina; em 2004, ele subiu de novo para 32% do PIB da América Latina, ou seja, voltou a uma participação relativa igual à de 2001. Em 2004, a América do Sul cresceu 13,5% sem o Brasil; com o Brasil na estatística, cresceu apenas 9%, quer dizer, o Brasil, por várias razões – e aí não há culpa sua –, cresceu muito menos do que o que poderia ter crescido, e muito menos do que parceiros seus. Eu vou até tentar dar o meu diagnóstico e ouvir o seu comentário.

Nós temos hoje um crescimento menor do que o da América do Sul, menor do que o do mundo, menor do que o da América Latina, menor do que o dos emergentes. O mundo, no biênio 05/06, deverá crescer 4,3%. A América Latina, neste ano, mais do que o Brasil: 4,1%, e com a nossa explicável Venezuela – em função da forma como trata aquela riqueza não renovável, que é o petróleo –, a Argentina com seus “senões” – eu ainda prefiro o Brasil com menos do que a Argentina, com esse mais, no qual não creio tanto, se formos olhar o longo prazo – e o Uruguai.

Se a gente compara o Brasil com os seus concorrentes diretos, quando a gente faz aquelas prospecções: quem é potência e quem não é potência; quem é potência e quem não é potência no ano de 2020, a gente vê que leva um banho da China, com 9%, representando hoje 28% do crescimento mundial; leva um banho da Índia, com alguma coisa tipo 7,1%, ela representa hoje já cerca de 10% do crescimento mundial; e a Rússia, que, sem brilhar tanto, tem 5,5%.

Eu entendo que isso pode ser atribuído a nós termos um Governo que, a meu ver, não funciona como deveria. Se esse Governo funcionasse como deveria, o Brasil poderia crescer 0,5% a mais, se todo mundo desse conta do seu recado. Às vezes há um contingenciamento, o pessoal fica chorando o contingenciamento, mas não aplica aquilo que está descontingenciado. Eu tenho visto isso, é uma prática. Não considero o Governo competente, é um Gabinete incompetente. No parlamentarismo, não resistiria. Choram um contingenciamento sem se habilitarem a trabalhar bem, aplicando com correção, com aptidão e com presteza o que não está contingenciado.

Vejo ainda mais, vejo que o Brasil não fez – e aí há a culpa da Ministra Dilma, que claramente não os elaborou –, não estabeleceu marcos regulatórios convenientes, que atraíssem investimentos de modo a nós termos a elevação da formação bruta de capital fixo para alguma coisa tipo 25% do PIB neste Governo. Teria sido possível se tivéssemos, de início, declarado marcos regulatórios convincentes. O Brasil que poderia chegar a 28% no futuro.

Quero saudar o eterno Senador Paulo Brossard, que é um dos melhores homens públicos deste País.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Senador, eu gostaria que o senhor viesse até a mesa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Ministro. De fato, tudo tem que parar mesmo quando chega alguém desse calibre moral, desse calibre político, como o Senador Paulo Brossard.

Vejo mais, vejo que nós tínhamos uma agenda ambiciosa que ficou para trás, de reformas estruturais, e uma agenda ambiciosa que está indo muito aos pouquinhos, que é a agenda microeconômica, trabalhada muito bem pelo nosso Marcos Lisboa – que é uma figura que V. Ex^a, quando elogiou a equipe, esqueceu-se dele; foi uma omissão, mas...Ah, falou dele?

Para mim – e não por causa da política –, discordo de V. Ex^a em grau, intensidade, em *timing*, mas não por causa dessa política. O Brasil perdeu uma onda boa, havia uma onda boa que não foi surfada. O Brasil foi ao Havaí e não surfou a onda boa, tanto que está crescendo menos do que todos os seus concorrentes diretos.

Também não concordo com a sua formulação de comparar o Brasil com o Brasil, até porque há circunstâncias externas diferentes, que podem viciar as comparações.

Logo, vejo o Brasil, que já perdeu terreno na sua participação relativa no PIB da América Latina, perdendo terreno na sua participação relativa no PIB dos emergentes. Eu tenho esse tipo de críticas, embora entenda que os problemas que V. Ex^a enfrenta – se alguém tem juízo no País – não são pela sua ação gerencial, não são. Os problemas são de outra ordem, e eu lhe desejo, de coração, que os esclareça no momento próprio, se chamado a isso. Eu desejo de coração. Quero que fique bem claro isso, pela relação de estima que mantenho com V. Ex^a.

Mas, os problemas não são de ordem técnica, não são, porque temos um País que se moderniza, um País que avança e, ao mesmo tempo, um Partido que não compreende que a única coisa a sustentar esse Governo flébil, frágil e fraco que está aí é precisamente o trabalho feito ali. Embora eu acredite que políticas macroeconômicas até com êxito não sustentam a economia parada, não sustentam o País parado, não sustentam o País parado, não sustentam a inércia administrativa, não sustentam a falta de produção de primeiro nível no Legislativo.

No mais, volto a registrar aqui a satisfação em tê-lo visto e lhe desejar muita sorte ao longo da defesa que haverá de fazer. Para mim, seria um grande alívio se sua defesa vier a conter êxito. Um grande alívio. E

seria uma grande lamentação o contrário. Terá o momento próprio e, nesse momento próprio, voltaremos a conversar sobre um assunto que, para mim, é muito menos agradável do que esse de que estamos tratando aqui agora.

As questões que coloco são essas. Fiz também o registro dos aplausos que tenho aos acertos que sua equipe perpetrou.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – O próximo inscrito é o Senador Aelton Freitas, que cedeu a sua fala para o Senador Sérgio Guerra. Por cessão...

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – V. Ex^a é o próximo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu esperava tudo, menos o veto do Governo, pelo meu Líder Fernando Bezerra.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a presença do Ministro Palocci nesta Comissão sempre é um momento importante para ela, pela capacidade de discussão que ele desenvolve, pela confiança que ele ganhou no País inteiro e, seguramente, pela confiança que ele tem dos Senadores, como do Congresso de uma maneira geral.

Não haverá circunstância em que o Ministro Palocci não seja aqui considerado, respeitado e valorizado. Esse é o sentimento de todos, tenho convicção disso.

Eu queria, primeiro, fazer uma observação sobre a sua presença aqui. V. Ex^a deve uma audiência na Comissão de Agricultura do Senado. Como é do conhecimento de todos, a questão da agricultura não está resolvida, há problemas graves, há uma perspectiva preocupante e os Senadores mais ligados à questão, mesmo tendo sido recebidos pelo Ministro Palocci, reclamam a oportunidade de uma discussão mais intensa e demorada sobre a questão da agricultura. Essa era uma questão que eu queria apresentar.

Uma segunda tem a ver com o investimento público de uma maneira geral. É evidente que os investimentos são mínimos. O Líder Arthur Virgílio usou uma expressão, da qual não me recordo bem, mas muito dura para dizer o tamanho e a gravidade da questão da falta de investimento. Mas há uma preocupação adicional: é quanto aos critérios para esses investimentos. Por menores que eles sejam, seria recomendável que eles fossem executados num programa mais sensato. Sinto dizer que não é assim. Eu conheço na minha região algumas dezenas e dezenas de pequenas e médias obras que estão paradas.

Os critérios para liberar recursos nem sempre são racionais, ou quase sempre não o são. Se os valores são mínimos, a racionalidade é nula. A cada votação na Câmara, principalmente na Câmara, mas no Congresso, de uma maneira geral, emendas são liberadas. Eu não estou acusando ninguém por liberar emendas de Parlamentares, mas é evidente que essa enxurrada de liberação feita em momentos de votação não aponta na direção da racionalidade, aponta na direção de uma certa atuação política que nunca deu certo. Ela é sazonal, é imprudente, não gera verdadeiros aliados e muito menos políticas públicas respeitáveis. Não estou inventando, falo de um fato de domínio público que, do nosso ponto de vista, deveria ser consertado.

Uma outra questão diz respeito aos projetos que estão relacionados no PPI. É muito importante que o Governo proteja alguns projetos e dê a eles garantia de estabilidade e execução. Importante também é que esses projetos tenham começo, meio e fim, que tenham planejamento, que tenham seguramente racionalidade e que sejam prioritários. Nada a opor a esse fato.

Os projetos dessa relação, que toma o nome de PPI, têm garantia de execução compulsória e são projetos que o Governo considera relevantes para desenvolver o País de uma maneira geral. A minha pergunta é a seguinte: se, do ponto de vista do conjunto dos investimentos, o Orçamento é absolutamente autorizativo, o grau de interferência do Legislativo sobre a execução do Orçamento é praticamente nenhum, nesses projetos, parece que a capacidade de interferir é nula, é explicitamente zero. Chega uma relação de programas – posso até acreditar que sejam programas bem escolhidos e bem desenvolvidos –, mas sobre eles o Congresso não tem palavra, não tem capacidade de interferir. A pergunta é para saber do Ministro se os projetos que vêm relacionados como projetos da PPI podem ser alterados no Congresso, podem ser substituídos por outros ou se não podem ser. E, se não puderem ser, como ficam? Qual é a atuação real do Congresso em relação a esses programas, que são os que serão seguramente executados?

Uma terceira questão diz respeito a um quadro que o Ministro Palocci deve conhecer de uma maneira mais geral, mas não de forma detida e concreta. A minha Região, o Nordeste do Brasil, agora ensaia um esforço de articulação. Acaba de aprovar na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo um projeto para a refundação da Sudene, mas não há projeto federal de desenvolvimento econômico para o Nordeste. De outro lado, no Nordeste há o anúncio de grandes programas públicos. Mas, rigorosamente, trata-se de um canteiro virtual de obras. Não há obras, há apenas anúncio e já estamos no terceiro para o quarto ano do

Governo atual. Desde a duplicação de uma rodovia fundamental para o Nordeste, que é a BR-101, até a chamada e criticada transposição das águas do rio São Francisco ou a construção da ferrovia Transnordestina, todos esses projetos são anunciados, mas são absolutamente virtuais, não há a execução deles, não há a efetivação das intenções anunciadas.

A pergunta que eu faria: qual a compreensão que o Ministro tem sobre a questão desses programas anunciados para o Nordeste de uma maneira geral e, segundo, para uma nova Sudene? A primeira pergunta foi sobre as PPIs, o papel do Congresso em relação a elas.

Nós desenvolvemos aqui, ao longo deste ano, na Comissão de Desenvolvimento Regional, presidida pelo Senador Tasso, uma discussão, coordenada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, que relatou o projeto, e chegamos a uma solução que me parece que serve para que o Nordeste reencontre e se compatibilize com a outra época da vida econômica, política e social do País. Nossa dúvida é saber qual grau de compreensão e apoio que a autoridade do Governo, de uma maneira geral, especialmente o Ministério da Fazenda, terá nesse programa. Eu compreendo que no Nordeste há a seguinte cultura: tudo é possível, até chegar ao Ministério da Fazenda. Quando as coisas chegam lá, elas não avançam.

A minha pergunta é muito clara: qual é a opinião do Ministro, com a sua tradição democrática – que nós consideramos, e que, temos certeza, será valorizada de forma permanente não apenas para esses assuntos, mas para outros assuntos, que, espero, devam ser esclarecidos –, sobre esses comentários que faço agora?

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Passo a palavra ao Ministro Palocci, para que responda aos três últimos oradores.

O próximo inscrito é o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Não tenho nenhuma restrição nem tive à substituição, sobretudo se tratando do Senador Sérgio Guerra. Apenas acertou-se, no início desta reunião, uma alternância entre partidos. Como acabava de falar pelo PSDB o Senador Arthur Virgílio, e seguiu-se o Senador Sérgio Guerra, do PSDB – o Senador Sérgio Guerra é particularmente meu amigo, e o questionamento que ele faz aqui é da maior importância para o País –, quero apenas esclarecer para não parecer que eu tinha algo com relação à palavra. Houve essa decisão.

Que não se cometam novamente equívocos dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Não acho que foi um equívoco, Senador Fernando Bezerra, porque foi consultado o Regimento e a troca é possível mesmo nessa hora.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Não falo em Regimento, falo no acerto que foi feito no início da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Eu estaria, neste momento, aqui cumprindo o que é regimental.

Isso não fez parte do acordo na hora em que foi feito. Foi fruto de uma longa discussão. Estou cumprindo o Regimento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, agora cabe a correção, só não cabe tirarmos o Senador Sérgio Guerra do PSDB. Ele tem que continuar no PSDB comigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Passo a palavra ao Ministro Palocci.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Em primeiro lugar, quero dizer da minha satisfação de ter ao nosso lado, aqui, como foi ressaltado pelo Senador Arthur Virgílio, o Ministro Paulo Brossard. É uma honra tê-lo conosco.

Respondo, primeiro, ao Senador Eduardo Suplicy. A alteração da política, Senador, precisa estar condicionada a mudanças de política efetiva ou a graus de aplicação de uma política. Quando o senhor fala em acelerar a queda da taxa de juros, acho um excelente objetivo e torço para que isso seja possível. Mas nós trabalhamos com metas de inflação; metas de inflação têm um determinado regime em que o processo de queda de juros deve olhar para que a inflação não saia do controle.

Se olharmos, por exemplo, o que o senhor ressaltou e foi feito nesse último período, é verdade que o Banco Central aumentou os juros e é verdade que isso trouxe um custo maior para a dívida pública. Isso tudo que o senhor falou é verdade. Agora, é verdade também que a inflação que rodava, no começo, a 8% ao ano passou a rodar 5% ao ano; 3 pontos percentuais na inflação é uma conquista extraordinária para o bolso do trabalhador.

O fato é que as coisas têm custos. De fato, teve um custo o aumento dos juros; de fato, a dívida pública, o serviço da dívida foi mais caro a partir disso, mas a resultante entre fazer ou não fazer me parece melhor para a sociedade como um todo. É essa questão toda que está envolvida neste debate, quer dizer, será que talvez fosse melhor não fazer o esforço monetário e deixar a inflação chegar a 10% ao ano, por exemplo? É uma opção de política. O Brasil já praticou essa opção de política em outros momentos. O andamento do processo não foi muito bem.

A opção de fazer um esforço maior de política monetária, trazendo a inflação para próximo de 5, tem um custo real. Cai exatamente na nossa mesa esse custo em termos de dívida pública, mas tem um resultado, que é uma inflação rodando a um índice bem mais civilizado, bem mais positivo para toda a sociedade, resultando em ganhos nos salários reais dos trabalhadores.

Então, é esta ponderação que faria a V. Ex^a: se estamos aqui discutindo graus de políticas ou outras políticas. A alternativa de olharmos os juros sem olharmos a inflação, eu acho que não seria uma boa política, nem penso que o senhor pensa dessa maneira. Acho que devemos olhar as possibilidades futuras e penso, particularmente, que o Banco Central não vai perder oportunidades em termos de poder trabalhar com taxas de juros mais baixas. Penso que o Banco Central não tem por que perder oportunidades futuras. Vamos observar o comportamento do ambiente econômico e das decisões do Copom. Como não participo delas, posso falar abertamente de qual é a expectativa, mas, considerando metas de inflação, é assim que funciona.

Sobre a questão que o senhor coloca da restrição da entrada de capitais, é uma discussão procedente, acredito. Mas, veja, Senador, se olharmos a valorização do câmbio, a valorização real do câmbio ocorrida nesse período — não nominal, mas a variação real, se o senhor me permitir um minuto —, se olharmos a variação real da taxa de câmbio, Senador, vamos ver que, primeiro, não é tão grande quanto parece, considerando em termos reais e não nominais; segundo, olhando as contas do balanço de pagamentos, o que se observa é que o que interfere mais na valorização cambial no último período não foram movimentos especulativos, que existem, mas não foram esses movimentos de porte suficiente para explicar a valorização cambial ocorrida.

Se observamos quais são os determinantes da valorização cambial, Senador Suplicy, vamos verificar que o risco Brasil, a conta do comércio, da balança comercial e o investimento direto estrangeiro, juntos, explicam muito mais a valorização cambial do que eventuais movimentos especulativos. Os números têm mostrado isso.

Agora, vamos supor que os movimentos especulativos tiveram um papel nesse período. Com a queda dos juros, eles vão deixar de ter esse papel.

Vamos observar se isso, de fato, foi um movimento que causou uma distorção cambial; na queda dos juros essa distorção vai desaparecer, o senhor concorda? Então, vamos ter a reacomodação dos níveis cambiais. Não sei se isso aconteceu. É impossível ex-

plicar exatamente o que faz o câmbio se mover 10% ou 5%. Não há uma fórmula que explique isso. Agora, da observação dos movimentos de capitais, observamos que o que mais mobilizou capital externo para o Brasil, no último período, é claramente a balança comercial e o investimento direto estrangeiro; bem superior a movimentos de derivativos, que existem, mas que não têm um peso relativo que possa ser comparado com esses movimentos.

Por isso, Senador, eu não diria que controle de entrada de capitais possa ser uma boa medida. Acho que elas não seriam eficientes num cenário como esse. A evolução do cenário futuro, com a queda da taxa de juros, vai nos dar essa informação de forma definitiva, entre aquilo que eu acho, aquilo que V. Ex^a acha. A história futura dos próximos meses vai nos mostrar o que, de fato, pode ter ocorrido nessa questão.

Sobre o Bolsa Família, agradeço a correção. Não percebi ter falado 7 milhões de famílias. De fato, são mais de 8 milhões de famílias, e me lembro de ter conversado com V. Ex^a no ano retrasado, quando V. Ex^a aprovou aqui, no Senado, a renda básica de cidadania. Eu, naquela oportunidade, encaminhei um parecer pessoal, meu, como Ministro da Fazenda, favorável ao seu projeto, ao projeto aprovado aqui no Senado, ao Presidente Lula. Ele ponderava, naquela oportunidade, que a reunião dos vários programas de transferência de renda no Bolsa Família seria a maneira mais adequada de caminharmos para uma renda básica de cidadania no Brasil, que acho que é o fim que devemos buscar, avaliando o andamento do programa de transferência de renda do Bolsa Família.

A minha impressão, Senador, é de que estamos caminhando fortemente para isso. A avaliação muito pessoal que tenho do programa Bolsa Família é que ele está subavaliado por todos nós, considerando agentes públicos, Parlamento, imprensa, acho que estamos subavaliando o efeito benéfico de um programa ordenado como o Bolsa Família, principalmente porque, neste ano de 2005, o Ministro Patrus Ananias e a sua equipe se dedicaram intensamente a melhorar a qualidade do cadastro do Bolsa Família. Porque ao transferir renda, sem qualidade de cadastro, nós podemos piorar a distribuição de renda. Se fizermos algo descuidado, podemos chegar a piorar a distribuição de renda, transferindo renda de forma inadequada. Mas o programa foi bem construído, e, neste ano, teve um esforço muito grande do Ministro Patrus e da sua equipe, que melhorou ainda mais o cadastro do Bolsa Família. Penso que a repercussão disso já se faz sentir na economia de várias regiões do País. São dados que começam a aparecer. As pesquisas que vão mostrar opinagem do IBGE e outras pesquisas

que mostram renda familiar vão trazer dados, acredito, muito significativos em relação a esse programa e em relação, penso, à sua velha tese, à sua antiga e persistente luta, que acho que agora começa a se transformar em realidade com esse programa. Penso eu, como pensava lá atrás, quando V. Ex^a me convenceu a fazer esse programa na cidade de Ribeirão Preto, com três visitas que o senhor fez ao meu trabalho lá, que o senhor tinha razão quanto ao efeito desse programa não só na melhoria da qualidade da dinâmica social e econômica de pequenas localidades quanto na questão do emprego formal.

Lembro-me de que tive um debate com V. Ex^a num determinado momento sobre que efeito programas de transferências poderiam ter na formalização do emprego, e V. Ex^a explicava que isso poderia significar um reforço importante sobre isso. Parece que os dados começam a lhe dar razão. Parece. Não tenho dados definitivos ainda, os programas não são definitivos, mas, neste ambiente difícil de debater, que são relações trabalhistas, parece que os dados vão lhe dar razão em termos do efeito transferência de renda para emprego formal. Espero que dê, porque isso é um motivo a mais para fortalecermos essa política e penso que podemos retomar o diálogo sobre o que nos separa em termos de Bolsa Família para o programa de renda básica de cidadania e trabalhar um esforço especial para avançar nesse sentido, conforme havia lhe dito há dois anos e continuo a pensar hoje.

Por fim, Senador Suplicy, quando o senhor fala que o esforço do Ministro Paulo Bernardo e do nosso Ministério seria para radicalizar o projeto fiscal, inclusive elevando o superávit primário, a minha percepção sobre isso, Senador, é que o Brasil não precisa aumentar o esforço fiscal em termos do valor que será no ano que vem ou do valor que será em 2007. O que o Brasil precisaria e daria uma resposta efetiva agora e não no futuro seria anunciar um esforço fiscal de boa qualidade, de bom tamanho no longo prazo; de dar a seguinte mensagem, mas não apenas no discurso do Ministro, mas uma mensagem que é um compromisso formal do País: durante os próximos dez anos, o Brasil cumprirá seus compromissos fiscais, o orçamento da União será equilibrado, as despesas correntes serão reduzidas 0,2% ou 0,3% ao ano do PIB por dez anos.

Se o Brasil tiver dois ou três compromissos desse tipo, penso que os agentes incorporam esses ganhos no curtíssimo prazo, e teremos aí aquilo que o senhor cobra de maneira correta; teremos um efeito sobre as taxas de juros imediato e não futuro.

Veja o que aconteceu durante o atual Governo, Senador Suplicy: quando anunciamos o nosso compromisso fiscal, o mercado achou positivo, os agentes

econômicos acharam positivo, mas os agentes econômicos só reagiram depois de sete ou oito meses, porque o Governo mostrou que a sua determinação se transformava em fato.

Quando anunciamos um novo compromisso para o ano seguinte, os agentes acharam interessante, mas os dados só mudaram depois de alguns meses, quando se transformou em fato.

Então, penso que, se o Brasil hoje diz: nos próximos dez anos, teremos um compromisso, um equilíbrio das contas públicas, seremos sérios com as contas públicas, o juro cairá agora e não daqui dez anos. Esse é o ponto que eu defendo, Senador, que não embute a idéia de aumentar o esforço fiscal. Não acho necessário aumentar o esforço fiscal. Acho necessário prolongá-lo no tempo e ter os ganhos agora de uma mudança de longo prazo como essa.

É lógico que devemos olhar com atenção quando o senhor fala dos efeitos sociais dessas medidas. Penso que de nada adianta aumentar um esforço fiscal se tivermos prejuízos sociais, mas a equação resultante, que vários países experimentaram, mostra, Senador Suplicy, um resultado social muito melhor, muito mais importante, porque, se as contas públicas se tornam definitivamente equilibradas, se a dívida pública cai, os programas sociais têm mais, e não menos, recursos. Portanto, eles têm mais sustentabilidade.

Essa história foi provada na Irlanda, essa história foi provada no Chile, essa história foi provada em vários países que colocaram perspectivas de longo prazo, que perseguiram essas perspectivas e tiveram esses ganhos.

Eu, logicamente, não acharia nem só simpático, mas não acharia correto que trocássemos esforço social por esforço fiscal, mas tenho a convicção de que equilíbrio de longo prazo traz melhoria no programa social. Penso que essa é uma tese sobre a qual eu gostaria muito, em outra oportunidade, de poder dialogar com mais profundidade com V. Ex^a.

Quero ou ser convencido, ou convencê-lo, pelo menos em alguns pontos dessa questão, pela seriedade com que V. Ex^a coloca esse debate, pela luta de décadas que V. Ex^a desenvolve sobre a questão da renda. Então, eu gostaria muito de avançar o meu conhecimento, com base nos seus conhecimentos, e, talvez, sensibilizá-lo em relação a algumas questões que temos verificado no Brasil e em outros países. Se eu aprender um pouco, já vai ser um grande ganho para mim, pelo menos, um diálogo com V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente, uma brevíssima observação: eu apenas quero assinalar, Ministro Palocci, que, nos últimos 25 anos em que interagimos, quero dar o meu

testemunho de que, em todas as conversas que mantivemos, só o ouvi falando sempre de maneira a mais transparente, sempre em defesa do interesse público e com a maior correção.

Eu gostaria de passar às mãos de V. Ex^a um artigo que escrevi para o **New York Times** sobre para aonde vamos nos programas sociais brasileiros.

Obrigado.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Obrigado, Senador.

A sua palavra vale muito para mim. Agradeço-lhe a gentileza do seu depoimento.

Em relação... Respondo o próximo?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Ministro Palocci para responder aos outros dois Senadores.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Em relação ao Senador Arthur Virgílio. V. Ex^a coloca uma série de questões, Senador, que quero procurar responder com o máximo de espírito aberto, porque penso que são questões de grande importância para nós por se tratar de um debate absolutamente pertinente.

Em relação à dívida pública, Senador, por favor, não entenda a minha consideração como uma crítica ao Governo do qual V. Ex^a participou. Por favor, não entenda assim. Ressalto, aqui, que, em alguma vez, já fiz elogios claros ao meu antecessor e, se for preciso, eu os faço de maneira, além de clara, rasgada! Porque eu o considero uma pessoa da mais alta qualidade, do mais alto espírito público e uma pessoa que trabalhou intensamente para o bem do País. Não tenho nenhuma dúvida de que o seu procedimento à frente do Ministério da Fazenda para lidar com essas questões foi o mais dedicado e sério possível.

Ocorre que, ao longo das décadas, vamos sendo surpreendidos ou por ambientes bons, ou por ambientes ruins de cenário econômico. E fazemos esforços positivos maiores ou menores do ponto de vista fiscal.

Eu já disse, em outras oportunidades, que, entre 95 e 98, o esforço fiscal do Brasil foi muito baixo. Certamente, houve razões para isso. Não faço disso uma crítica, mas aquele esforço fiscal menor produziu um efeito sobre a dívida. Quando o esforço fiscal aumentou, melhorou o ambiente econômico; e quando, de novo, aumentamos agora, melhorou um pouco mais.

Então, sempre procuro colocar essas questões, Senador, não como aquilo que fiz e aquilo que o meu antecessor fez; eu sou melhor que ele, e ele é pior que eu. Longe disso! Acho que, ao longo do tempo, acumula-se um esforço importante para o Brasil o qual precisamos preservar.

Por isso é que ressaltai aqui o ato do Presidente José Sarney. Não foi gratuito, não foi porque ele esta-

va aqui; foi porque, se não acabássemos com a conta movimento Banco do Brasil, naquela oportunidade, talvez, até hoje, estivéssemos discutindo uma lei de responsabilidade fiscal sem conseguir implementá-la. Se não tivéssemos implantado um sistema de controle orçamentário correto, transparente, talvez, até hoje, estivéssemos procurando a tomada da política econômica no Brasil. Então, quero valorizar esse aspecto.

Mas, Senador, há um avanço importante mais recentemente; há um avanço em termos de emprego, há um avanço em termos de crescimento econômico, há avanços efetivos, mesmo no caso do crescimento que V. Ex^a levanta e, com ele, faz alguns exercícios comparativos, que respeito. Mas eles dizem respeito a um conjunto de situações que precisam ser olhadas de maneira adequada. Por exemplo: países do porte do nosso, ou têm tido um comportamento muito parecido com o do México, que, no ano passado, quando crescemos 4,9%, cresceu 4,4%, se não me engano; ou existem algumas questões suplementares nesses países que permitem um avanço maior. Por exemplo: a Rússia tem um tal nível de produção de petróleo que lhe permitiu reduzir drasticamente a dívida pública, de forma que ela obteve resultados em termos de graus de investimentos, em termos de avaliação de risco mais antecipados que o Brasil. Países como a Índia, eu diria que não são comparáveis, porque têm uma relação de gasto público – em relação inclusive àquilo que acabamos de discutir com o Senador Suplicy, de combate à pobreza, de Previdência Social – de outro tipo.

Então, eu não compararia, acho que não é adequada a comparação, com todo o respeito à Índia. A Índia fez suas escolhas, faz suas escolhas de políticas sociais e econômicas e tem seu resultado. O Brasil, não agora, no Governo Lula, mas, ao longo da sua história, fez outras escolhas, diferentes das escolhas feitas pela Índia. E tem, com isso, vamos dizer, um programa social muito melhor, mas um crescimento menor. São escolhas que fazemos de políticas, e não sei qual é a mais certa, mas são escolhas diferentes efetivamente.

Não compararia também com países que acabaram de ter perdas enormes de PIB recentemente, nem quero citar exemplos, porque não acho adequado. Pode parecer que estamos criticando esses países. Mas países que tiveram perdas de 13% do PIB, de 18% do PIB crescem muito porque estão recuperando o que perderam. Não estão crescendo. Eles estão abaixo do que eram; estão apenas recuperando, em termos de produção, o *gap* de produção que ficou, quando perderam 18%, 13%, 11% do PIB. Estão agora voltando ao que eram antes.

Então, eu não compararia nesses termos. Por isso, Senador, acho que devemos procurar comparar o Brasil com o Brasil, no sentido de que, se tivemos, nesses dois últimos anos, um biênio de crescimento que foi o melhor da década, para não brigarmos aqui, quero dividir com V. Ex^a, em termos de esforço partidário, em termos de leis aprovadas, o que foi bom desse esforço; e quero trazer para mim os erros e as dificuldades, mas é positivo avaliar que o Brasil está ganhando, do ponto de vista do crescimento, de geração de empregos, de formalização de empregos e de renda. Acho que essa é uma questão fundamental para que possamos avaliar.

O senhor afirma que o Brasil perdeu uma onda boa. Penso que não, Senador. Penso que a onda boa está aparecendo para nós. Podemos perdê-la. O Brasil já perdeu dezenas de oportunidades. Penso que estamos diante, hoje, de uma oportunidade de crescimento consistente, sustentada e que, se fizermos as coisas certas, vamos chegar a um resultado bastante eficiente.

Sobre carga tributária, Senador, também não quero aqui fazer movimentos comparativos e debates múltiplos. Acho que, certamente, nos palanques eleitorais do ano que vem, os candidatos vão ter – eu não serei candidato a nada – possibilidade de debates de todo tipo em relação a essa questão.

O fato é que, em 2004, por exemplo, o crescimento da carga tributária, em nível federal, foi menor, por exemplo, que em nível dos Estados. Isso não é uma crítica; é o comportamento que as receitas têm ao longo do tempo. Olhando as receitas neste ano, voltando à questão que o Senador César Borges havia colocado, por exemplo, a Cofins teve crescimento real de 3, 6%; o PIS, 2,8%; a CPMF, 4%. Agora, o imposto da pessoa jurídica, 20,5%; a contribuição sobre o lucro líquido, 20,49%; o IPI, 10%. Ou seja, o aumento da arrecadação deste ano, em curso, de 2005, é o aumento da melhoria dos resultados das empresas, o que é bom para o Brasil, insisto. Não é ruim para o Brasil. É bom para o Brasil: são resultados melhores para as empresas, mais empregos, mais investimentos, mais pagamentos de tributos. Como não queremos aumentar a quantidade de recursos arrecadados, continuamos os compromissos de devolução dos tributos a partir das MPs que temos feito.

Então, penso que, se tivermos, no ano que vem, boas notícias como essa, continuaremos o nosso programa de devolução de tributos. E aí poderemos escolher, Senador, devolver da melhor forma possível. Não necessariamente de onde ele veio. Se o lucro aumentou, e uma empresa pagou mais imposto, ela ganhou mais também. Ela começou ganhando, o fisco ganhou em

segundo lugar. E a sociedade vai ganhar, em seguida, se usarmos esse espaço de receita, por exemplo, para desonerar bens da cesta básica, como fizemos, com a aprovação deste Senado, no ano passado, com grande estímulo do Senador Renan Calheiros, que havia feito, não vou dizer pressão, mas vou dizer uma reivindicação muito forte, junto ao Ministério da Fazenda, para que fizéssemos um programa de desoneração da cesta básica. O Senador Renan Calheiros nos procurou, quando formulamos a reforma tributária, e fomos atendendo a essa reivindicação, porque concordamos com ela. Aachamos que ela tem um efeito espetacular sobre o consumo das famílias pobres.

Hoje, já desoneramos quase a totalidade das cestas básicas. Falta o ICMS, que vem se a Câmara votar o projeto que o Senado enviou para lá, já considerando essa questão da desoneração da cesta básica. Mas PIS e Cofins, que são 9,25% de imposto, praticamente já os retiramos sobre quase a totalidade das cestas básicas, incluindo o livro, que todos consideram que deve fazer parte da cesta básica; e o incluímos também por estímulo do Presidente Sarney, do Presidente Lula.

De forma que, se melhorar – isto que eu queria ressaltar com V. Ex^{as} –, se a arrecadação aumentar, é boa notícia. E vamos manter o compromisso de devolver essa arrecadação, escolhendo medidas que estão de acordo com a renda dos mais pobres, mais de acordo com o investimento que o Brasil precisa, como fizemos quando o Senador Renan Calheiros nos procurou, fazendo uma democrática pressão – vamos dizer assim – na equipe econômica para realizar essas medidas de desoneração na cesta básica.

Penso que, daqui a três anos – essas coisas não aparecem no mês seguinte; ninguém consegue ver, no mês seguinte, o resultado, quando se desonera um produto popular –, daqui a quatro anos, vamos ver que o Bolsa Família e que a desoneração da cesta básica causaram um aumento real na renda das famílias pobres; veremos que essas medidas vão ter efeitos fundamentais na mudança de distribuição de renda no Brasil. Isso nós vamos, com certeza, observar, porque é inevitável que esses dados tragam essa mudança.

Então, Senador Arthur Virgílio, quero, democraticamente, colocar essas questões para V. Ex^a, mas de forma alguma contestando-o, e, sim, ponderando sobre questões que foram colocadas.

Eu lhe agradeço a consideração feita no plano pessoal. Quero dizer que guardo isso com muita consideração, com muita humildade.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Ministro, uma breve réplica: eu queria registrar, Ministro, que considero que cabe, em certas circunstâncias, a

comparação de Brasil com Brasil para efeito não-político. Por exemplo, é fácil comparar Brasil com Brasil se levamos em conta que as reformas e as medidas tomadas nos dez anos anteriores, incluindo o Governo Itamar Franco, serviram para se elevar o PIB potencial em 1%.

Por outro lado, reconheço que há situações, há conjunturas e há estruturas também a nos separar da Rússia. E reconheço que certos países estão recuperando aquilo que perderam, e o Brasil teve o mérito de, ao longo desses anos todos, ter crescido positivamente, embora em taxas, até o presente, medíocres. As do ano passado foram medíocres, levando-se em conta que a base de comparação era deprimida demais, enfim, 0,5%. Então, tivemos, verdadeiros e, ao mesmo tempo, fictícios 4.9%.

Entendo, Sr. Ministro, que, na questão social, quando V. Ex^a fala do Bolsa Família, também aí vejo a consolidação de esforços para trás. E, nisso, jamais deixei de imaginar que houvesse nobreza de sua parte.

Ainda por cima – vou passar aí para te dar um abraço, porque estou indo para alguns afazeres – quero lhe deixar, aqui, matéria do **Correio Braziliense**, que deve ser meditada por quem toma conta do Tesouro.

A matéria diz assim: “A propaganda é a alma do Governo”. E ela diz que o levantamento de um instituto revela que “a União gasta mais com publicidade oficial do que com os programas sociais dos Ministérios da Saúde, de Educação e Esportes”, o que não deixa de ser, a meu ver, algo escandaloso.

No mais, é termos, de fato, essa cultura que V. Ex^a cultiva. O Brasil não pode ser inventado e, aí, o nosso Presidente Lula se equivoca redondamente, quando, toda vez, está inventando: “Pela primeira vez se fez”, “Nunca ninguém tinha feito”! Parece que aquelas quatro rebatidas de bola na trave do Ronaldinho Gaúcho, e o Platini tinha feito três, parece que o Lula já tinha feito oito! Foi a primeira vez que alguém conseguiu um efeito especial tão forte na bola.

V. Ex^a fala com lucidez: o Brasil é um processo, com os seus prejuízos e com os seus lucros acumulados; com as suas vantagens e com as suas desvantagens. Não somos melhores porque tivemos equívocos para trás; e não somos piores porque tivemos acertos para trás. Entendo muito bem esse processo.

O Senador Péres falou muito bem dessa coisa da concentração chilena: certos temas não são temas de Governo e de Oposição. Tem-se de discutir-los. Por exemplo: proibidade tem-se de discutir; gerenciamento tem-se de discutir, uma série de coisas. Mas não se pode discutir, a essa altura, responsabilidade fiscal. Não dá. Não acredito que alguém diga: “Sou de Esquerda porque não prezo responsabilidade fiscal”. Isso seria

ruim. E alguém de Direita dizer: “O de Direita preza”. Então, seria o caso de vermos alguém de Esquerda fazendo um elogio a alguém de Direita, porque responsabilidade fiscal se aplica à dona-de-casa, ao dono-de-casa, àquele que gasta menos do que arrecada para ter uma vida pessoal mais saudável.

Mas, enfim, vou lhe dar isto aqui, porque é bom apertar, porque, se é verdade que estão gastando mais em publicidade do que em ações sociais, eu recomendaria, até por razões eleitorais, e não eleitoreiras, que gastassem mais em atividades sociais do que em propagandas, porque as pessoas acabam percebendo um quê de artificial.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Obrigado, Senador.

Não vou me estender muito, mas veja: não há conta possível, com todo o respeito – e eu gostaria de receber o jornal, com todo respeito ao jornal –, que mostre que dados com propaganda possam estar sequer próximos dos gastos sociais de vários Ministérios. Os gastos sociais do Brasil, aliás, são fortes; de ano a ano são mais fortes. Temos 150 bilhões para benefícios previdenciários; temos 32 bilhões para a saúde; temos recursos da ordem de 17 a 18 bilhões para os programas de renda...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ficarmos atentos à qualidade do gasto também. Acho que é muito importante...

O SR. ANTONIO PALOCCI – Então, a propaganda, por maior que seja, somada aos quatro anos de governo, não dá nenhum desses programas.

Então, eu gostaria de receber...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vou passar, porque a matéria...

O SR. ANTONIO PALOCCI – ...para verificar qual é a conta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu torço para estar errado aqui, embora eu esteja vendo mais – eu não sou tão carente assim – propaganda na televisão do que propriamente programas sociais.

Vou lhe passar, Ministro.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Vou responder ao Senador Sérgio Guerra.

O Senador me convida, de novo, em público, para a Comissão de Agricultura. Vou dizer, Senador, o que sou obrigado a dizer: posso vir a uma reunião da Comissão de Agricultura, mas desde que o senhor me garanta que seja para ouvir, e não para falar, porque não domino o tema, Senador. Corro o risco de discutir produtos agrícolas de forma totalmente inadequada, porque essa não é a minha especialidade. Já sou um

médico no Ministério da Fazenda. Agora, um médico do Ministério da Fazenda discutindo agricultura! Corro todos os riscos. Então, se o senhor me garantir que posso vir à Comissão, venho com satisfação, mas não posso discorrer sobre as políticas da agricultura, mesmo porque eu sei que o seu convite é para fazer uma discussão sobre a questão fiscal na agricultura. Nós temos – e o senhor concorda comigo, tenho certeza – o Ministro Roberto Rodrigues, que é uma Liderança espetacular na área do agronegócio, é uma pessoa com profundo conhecimento na área e tenho aprendido muito com ele. Agora, ressalvo, aqui, o meu desconhecimento da área. Então, só toparia vir aqui se o senhor me prometer que vou ouvir.

Por exemplo: só fiquei sabendo no ano passado que o tomate e o milho foram produtos geneticamente modificados, que são produtos transgênicos. Eu nem sabia disso!

Então, se alguém me faz uma pergunta dessa, corro o risco de falar uma grande impropriedade aqui. Então, firmo o compromisso de vir aqui ouvir, aceitando o seu convite para uma reunião da Comissão do Senado.

Sobre obras federais e critérios de racionalidade, veja, Senador, muito se fala: “Liberaram-se emendas, porque havia tal problema”. Sempre que se liberam emendas, associam isso a um determinado problema. Mas o fato é que, desde o ano passado – e repetimos neste ano –, firmamos um compromisso com o Congresso de liberar a totalidade de emendas individuais. Então, como se trata da totalidade, ela não é vinculada a nada. São todas, é o conjunto de emendas individuais, porque o Congresso decidiu assim, o Congresso decidiu colocar essas emendas, que fazem parte do Orçamento, legitimamente, e pagamos; pagamos em momentos que é possível pagar. Mas, na medida em que há o compromisso do Governo de pagar a totalidade, não vejo que haja uma vinculação política dessa decisão com eventuais decisões do Congresso. Assim procedemos no ano passado, assim estamos procedendo este ano.

Sempre se vai falar que, nessa questão de emendas, existe algum ambiente político na decisão. Digo que não vejo isso de fato ocorrer, na medida em que, se conseguirmos, ano após ano, pagar a totalidade das emendas individuais, o compromisso político é único; não é, em um determinado momento, outro.

Concordo com V. Ex^a que devemos olhar a execução do Orçamento, como ela é feita e se ela dá eficácia para os gastos.

Em relação ao PPI, incluímos no PPI do ano que vem, enviado para o Congresso, algumas questões muito caras a Estados brasileiros e a capitais, como,

por exemplo, a tentativa de conclusão – ou da totalidade, ou de etapas importantes – dos metrô das capitais. Os metrô das capitais se arrastam, há anos, com obras que não evoluem, acabam tendo custos bastante elevados e acabam tendo resultados não tão eficientes para o transporte da população dessas grandes capitais, que são populações muito grandes. Então, procuramos fazer acordos com todas as Prefeituras de Belo Horizonte e o Governo de Minas, de Salvador e o Governo da Bahia, de Recife e o Governo de Pernambuco, de Fortaleza e o Governo do Ceará, Prefeituras e Estados, para que possamos dar um avanço nessas obras de metrô para uma obra que considero de grande caráter social, que é o transporte de massa nas grandes capitais, pelo menos tem sido uma reivindicação de todos esses Estados a celeridade dessas obras.

Só falta um acordo com o seu Estado. Concluímos um acordo com o Estado de Pernambuco; avançamos bastante no caso do Ceará; de Minas Gerais, Belo Horizonte; e de Salvador. Falta a conclusão dos estudos de Recife, e penso que vamos conseguir fazer isso também. Isso virá – ou já veio, na verdade – na proposta de PPI para o ano que vem. Queremos dar um avanço efetivo nas obras dos metrô das capitais, atendendo a uma demanda, inclusive, que este Senado fez todas as vezes que vim aqui – considero-a correta: o prolongamento de obras, se elas são necessárias, se elas têm a capacidade de transporte de milhares de pessoas, só tem custos mais elevados e ineficiência de investimentos. Então, penso que podemos avançar nisso.

Neste momento, Senador, estamos discutindo com o Relator sobre a questão que V. Ex^a colocou de possibilidade de alteração de PPI. Acho que o senhor vai concordar comigo: temos de ter uma ponderação. O Relator está aqui e está nos demandando essa questão de maneira muito serena, e achamos que devemos abordar; aceitamos essa abordagem, ou seja, que o Congresso possa alterar o PPI. Agora, precisamos ter muito equilíbrio para fazer isso, porque essas obras – V. Ex^a as conhece tanto quanto eu – são planejadas, são licitadas, são lançadas; e se nós não assegurarmos recursos e tivermos a possibilidade anunciada... Vamos dizer, falamos para todas as capitais que há metrô. Vamos ter 500 milhões para os metrô este ano e se, no meio do ano, tiramos 200 milhões para outra obras, desestabilizamos os investimentos de todos esses metrô.

Então, devemos fazer um mecanismo em que a mudança possível feita no Congresso seja dentro de determinados limites, que seja negociada dentro do Governo e o Congresso. Podemos fazer isso con-

juntamente, a quatro mãos, não acho que isso é uma coisa que o Governo deve determinar ou que o Congresso deve determinar. Devemos só ter a ponderação de assegurar que os recursos previstos na votação do Orçamento serão essencialmente feitos.

Como a alteração não é grave, acho que pode ser feita, corresponde ao que tenho ouvido do Relator, Deputado Carlito Merss. S. Ex^a tem demandado isso de nós e penso que tem sido bem recebido no Ministério da Fazenda quanto a esse ponto, para que nós possamos construir um acordo na linha do que V. Ex^a defendeu.

E por fim, Senador, gostaria de me colocar aqui totalmente à disposição da discussão que foi colocada sobre a questão das obras do Nordeste. Tenho me dedicado a isso e, já na última vez que vim aqui, tive a atenção chamada por diversos Senadores, inclusive por V. Ex^a – eu não esqueço essas coisas coletivas que acontecem aqui no Senado –, sobre a necessidade de olharmos a questão do Nordeste de forma mais efetiva. E temos olhado. Se V. Ex^a observar, três dos quatro metrô para os quais nós liberamos recursos do PPI estão exatamente nas capitais do Nordeste. Se V. Ex^a observar, a rodovia 101, Nordeste, está tendo todo o empenho do Governo. V. Ex^a sabe que há problemas de regulação e de licitação no processo, questões relativas a Tribunal de Contas, mas há um empenho total, de vários Ministérios, da Casa Civil, do Ministério dos Transportes, da área econômica, para a rodovia 101 ser executada. Se olharmos a proposta da Transnordestina, que está bastante avançada e que é um investimento bastante grande, está tendo empenho de vários Ministérios, inclusive da área econômica. Dessa forma, verificamos que, de fato, há um empenho bastante grande – não digo só da área econômica, de todo o Governo –, no sentido de dar ao Nordeste os investimentos que a Região merece, pois esta pode oferecer ao Brasil níveis de crescimento mais elevados.

O Ministro Ciro Gomes, que está bastante ativo na questão da transposição das águas, tem trabalhado manhã, tarde e noite nessa temática. Nós tivemos dezenas de reuniões sobre a questão da transposição das águas e penso que o caminho está sendo vitorioso. Ele é lento, porque, de fato, é uma obra de grande porte, ela tem centenas de questões ambientais para serem resolvidas, tem um debate polêmico na sociedade que precisa ser respeitado e realizado. Agora, penso que a dedicação do Ministro Ciro Gomes a este e a outros investimentos de sua Pasta tem sido integral. Admiro a forma com que S. Ex^a tem trabalhado por isso. Por essa razão, temos dado o apoio necessário. Os recursos para este ano já estão disponíveis, e estarão também nos anos seguintes. Agora, de fato,

se V. Ex^a olhar, por exemplo, a Rodovia 101, a Transnordestina, a transposição de águas, perceberá que são projetos estruturais grandiosos, cuja implantação é difícilíssima. Eles encontram um número enorme de medidas prévias, antes que as obras iniciem. Mas eu não duvidaria – e não acho que V. Ex^a duvide também, tenho certeza – da capacidade do Ministro Ciro, do Ministro Alfredo, de todos os Ministros envolvidos, para colocarem essas obras em prática e começar um processo. Elas ficarão prontas no ano que vem. Elas iniciam obras estruturais extremamente importantes para o Nordeste brasileiro que começarão a dar grandes respostas de desenvolvimento regional. Também atendendo o Ministro Ciro, nós enviamos, na última medida provisória – V. Ex^{as} devem ter verificado, e não sei se modificaram; penso que não, pois a última versão que ouvi mantinha as medidas –, as medidas tributárias de incentivo ao investimento para o Brasil como um todo, para as regiões mais pobres do Brasil, e foram duplicadas em termos de benefícios. Foi um pedido do Ministro Ciro Gomes, num debate que nós fizemos no Conselho de Desenvolvimento Industrial. S. Ex^a solicitou que o conjunto de medidas tributárias de incentivo ao investimento, não apenas para o Nordeste, mas para todas as regiões de menor crescimento, fossem o dobro do resto do Brasil, e nós mandamos a mensagem da MP com essa medida. Eu não vi o texto final, porque está em análise nas várias Secretarias do Ministério, mas tenho certeza de que V. Ex^{as} aprovaram esse item também como complementar à questão do desenvolvimento do Nordeste.

Penso, se o V. Ex^a me permite, ter dado pelo menos parcialmente as respostas às questões colocadas, mas não quero aqui esgotar as questões. Anoto tudo o que foi dito aqui com muita atenção e espero poder melhorar a execução do Orçamento com as questões que estamos recebendo de V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ministro, apenas para um leve reparo: essa questão da racionalidade e das chamadas emendas não é bem assim. O Congresso aprova emendas individuais e emendas coletivas. A administração dessas emendas não tem caráter técnico. O compromisso de liberação das emendas individuais é meritório, mas o fato é que emendas da Base do Governo – eu não estou estranhando isso – são reais, elas se transformam em liberação com muito mais rapidez e fluidez do que as da Oposição. O que me preocupa...

O SR. ANTONIO PALOCCI – Sem querer contraditá-lo, eu tenho recebido reclamações exatamente opostas a essa.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas não é real; é coisa de minoria. O caso concreto é o seguinte: não há fluidez do recurso para a agricultura, por exemplo. Nós trabalhamos muito tempo recursos para a defesa sanitária. Eu não vou ser leviano de dizer que teve aftosa porque não houve liberação para a defesa sanitária na hora e na escala devida. Mas não pode faltar dinheiro para a defesa sanitária e liberar, na véspera de votações da Câmara ou do Senado, recursos para emendas individuais que não são consideradas na perspectiva da prioridade. Ninguém examina se aquela obra é boa ou é ruim, se ela é consistente ou não; apenas se é direito e não é do Parlamentar liberá-la. É preciso uma ampla revisão nesse sentido, que não foi feita. Reconheço que há gente no Governo disposta a fazer isso – conheço vários –, na Oposição também, mas é uma cultura que não é só do Executivo, mas do Legislativo, que tem que ser alterada, porque não há racionalidade, verdadeiramente não há, nesses recursos, que são poucos, e, por serem poucos, devem ser ainda mais valorizados.

Com relação aos outros programas de investimento no Nordeste, eu não quero atribuir responsabilidade, mas, por exemplo, a duplicação da BR-101, ela já demanda três anos. O Presidente Lula, durante a campanha, disse que, no primeiro ano de Governo dele, as obras começariam, e não começaram ainda.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Qual é?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Duplicação da BR-101. O Presidente Lula disse que, no primeiro ano de Governo, ela começaria. Se isso não se deu porque não foi competente o Governo, seja onde for, de fechar uma licitação para fazer uma obra dessas, aqui entre nós, é inexplicável. Isso não tem nada a ver com a Fazenda, inclusive; os recursos estão teoricamente à disposição. Mas o fato é que não existe canteiro de obras, numa obra que está com dez anos de atraso.

Os outros projetos – transposição das águas do rio São Francisco e Transnordestina – estão sendo equacionados, mas por enquanto são absolutamente virtuais, não são realidade.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Senador, se me permite apenas uma breve observação...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Ministro Antonio Palocci, não querendo interromper V. Ex^a, mas devo atender a uma solicitação do Senador Edison Lobão e da Senadora Patrícia de intervalo de cinco minutos.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Posso apenas concluir a resposta do Senador?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Conclua, porque realmente faremos esse intervalo.

(Superposição de intervenções dos senhores oradores. Inaudível.)

O SR. ANTONIO PALOCCI – Pode ser um intervalo de dois minutos. Digamos que seria um intervalo fisiológico.

A SR^a PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senadora Patrícia.

A SR^a PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB – CE) – Sr. Ministro, apenas para esclarecer que foi uma brincadeira do Senador Luiz Otávio, porque estou aqui esperando pacientemente a minha hora para, da mesma forma, numa pressão democrática como a que fez o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, que conseguiu desonerar a cesta básica, pedir para que V. Ex^a inclua também as nossas crianças de zero a três anos do Fundep. Portanto, vou ficar aqui até o fim.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Gostaria apenas de fazer duas observações ao Senador Sérgio Guerra.

Senador, eu não teria nenhum constrangimento de assumir – nenhum, absolutamente – a questão da defesa animal se ela fosse resultado de contingenciamento. Se o Ministro Roberto Rodrigues tivesse dito isso, eu me calaria e aceitaria a verdade de S. Ex^a porque confio nele. Mas S. Ex^a disse em público, logo que teve o primeiro caso de febre aftosa. E é lógico que é preciso mais recurso para o Ministério, mas não faltou recurso para a defesa animal e vegetal. E não faltou até porque o Ministro mesmo nos alertou, no começo do ano, que defesa animal e vegetal não poderia sofrer solução de continuidade e nos pediu, até insistiu, para que não faltasse a liberação mínima dos recursos a fim de as ações serem feitas. O Ministro disse isso publicamente.

Se S. Ex^a não tivesse dito, eu ficaria com a afirmação que tivesse feito – eu insisto – pois tenho toda a confiança no Ministro Roberto Rodrigues, mas, de fato, não faltaram recursos para a febre aftosa. Nós temos que olhar com muita atenção o que ocorreu ali, olhar o resultado da investigação que foi feita e não deixar de ter a verdade dos fatos ocorridos naquela região. Isso é importante não para culpar alguém, mas para não acontecer de novo. Essa é a questão fundamental. O País ficou muito assustado quando se falava que a febre podia ter chegado no Paraná. Felizmente isso não se confirmou, e o foco ficou num único Estado brasileiro. Nós temos que ter a investigação epidemiológica, para evitar a repetição de eventos como esse.

Em relação à BR-101, como V. Ex^a sabe, há os recursos, mas há grandes entraves. Quando eu era Deputado – não, antes de ser Deputado ainda –, ouvi de um grande líder do PMDB, o Deputado Ulysses

Guimarães, que em política não se marca data, que sempre dá errado. Quando eu era Prefeito, contrariei trinta vezes o ensinamento do Deputado Ulysses Guimarães, e nas trinta vezes deu errado. Ele estava certo. Hoje eu aprendi um pouco com essa trágica experiência. Marcar datas nessas coisas é muito complicado. A vontade do Presidente Lula – e isso ele falou para nós permanentemente – era já ter começado todas essas obras há muitos meses. Agora, lança-se a primeira obra, há um questionamento sobre o edital no TCU, aí são meses de diálogo e de conversação. Lança-se a segunda obra, ocorre um problema no EIA/RIMA – o Relatório de Impacto Ambiental, aí são alguns meses que têm que ser respeitados.

Infelizmente, as coisas... Não sei se infelizmente, mas o Brasil respeita o meio ambiente. Não sei se eu devia dizer “infelizmente”, pois há países que não respeitam o meio ambiente e estão colhendo resultados trágicos por não fazer isso. Nós temos regras às vezes que deixam a área de investimentos superirritada, porque os atrasos são enormes nos investimentos, por conta de uma série de liberações que são necessárias. Agora, entre não ter regras e ter regras, eu prefiro que busquemos boas regras ambientais, boas regras de procedimentos licitatórios, para que tenhamos a obra, mas que haja respeito à legislação e ao meio ambiente. Mas isso faz com que as datas marcadas, independentemente da vontade do Presidente ou do Ministro da área, nem sempre sejam cumpridas, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Então, teremos um intervalo para o café.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, se o Ministro ainda vai longe, até meia-noite, é melhor...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Não, ele vai só ao banheiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas, se são mais vinte para argüir, é necessário que o Presidente providencie um lanche.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Está certo. Então, nós providenciaremos um lanche.

Senador Ney Suassuna, por favor, comparecer à Mesa para providenciar o lanche.

Eu pediria que o Senador Edison Lobão tomasse assento em seu lugar. (Pausa.)

Ainda na ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo no Congresso Nacional, pelo PTB do Rio Grande do Norte.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, V. Ex^a trouxe aqui hoje uma palavra de humildade e de muita firmeza nas suas questões pessoais e se houve de uma

forma democrática e competente – brilhante mesmo – na discussão das questões econômicas.

As questões econômicas ensejam divergências, que eu mesmo tenho, mas pareceu-me, pelo que colhi da palavra de tantos Senadores aqui, muito mais divergências com relação à intensidade das políticas aplicadas pelo Governo do Presidente Lula, pelas mãos de V. Ex^a.

Vou fazer apenas pequenas referências. Fico muito contente de ver o País crescendo há oito trimestres consecutivos, como V. Ex^a aqui disse; de ver o crescimento da massa salarial e de ver o aumento real do emprego formal. Em relação às exportações, ninguém, nem mesmo V. Ex^a, admitiria que iríamos ter um desempenho como estamos tendo nas exportações brasileiras, já ultrapassando os 100 bilhões, com um saldo que certamente ficará acima dos 40 bilhões. Como fato negativo – e, aí, eu me somo também às outras preocupações -, está o baixo nível de investimento.

Como não tenho formação técnico-profissional para uma discussão desse nível, mas apenas como empresário de província que presta atenção aos fatos, eu queria dizer a V. Ex^a que, como diria o ex-Ministro Magri, o superávit primário deve ser “imexível”. Isso, a meu ver, é fundamental e penso estar equivocadas algumas posições que, em relação a isso, se colocam contrariamente.

Mas eu tenho uma preocupação muito grande, Ministro. Devemos pagar, neste ano – não tenho os números exatos –, um pouco mais de 150 bilhões de juros; o déficit da Previdência vai a uns 38 bilhões. Só com essas contas, fechamos quase 200 bilhões e não vamos investir nem 10 bilhões, ou seja, não vamos investir nem 5% daquilo que o País paga de juros e que cobre déficit da Previdência. É evidente que não vamos falar do passado. Isso é uma longa história econômica para qual temos que ter, dentro da linha do que aqui colocou o Senador Jefferson Péres e V. Ex^a, uma política de longo prazo que se coloque acima de qualquer interesse político-partidário. Aliás, quero dizer que, neste aspecto, a Oposição tem tido um comportamento correto, sem politizar – vamos dizer – em excesso as questões econômicas que vêm a debate, sobretudo aqui no Senado Federal, que deu uma grande contribuição na Reforma Tributária, na Reforma da Previdência e em várias outras que estão, lamentavelmente, ainda pendentes de votação na Câmara Federal.

Angustia-me muito isto: temos hoje um superávit primário, a meu ver proposto na medida correta, e, lamentavelmente, parece-me que os juros não são suficientes para cobrir o superávit. Então, ficamos numa política que é assim: a inflação sobe e nos assusta;

subimos os juros; os juros sobem, temos um superávit primário que não cobre os juros e, aí, não pagamos sequer nossa dívida, que vai aumentando.

A pergunta que faço a V. Ex^a é: qual seria a saída para isso? Ou ainda: qual é a saída para isso? Sei que os juros, hoje, estão na direção de queda, mas ainda são juros insuportáveis, intoleráveis. Eu não faço disso uma campanha. Eu tenho de compreender que isso é parte de uma política econômica, em função de uma grande herança que tivemos – aí, não me refiro também à herança de outros governos.

Eu coloco minha segunda pergunta: como sair dos juros altos de modo que o superávit possa pelo menos cobrir essa diferença?

A segunda questão é na linha do que disse o Senador Sérgio Guerra. Sei que o Governo tem pensado no Nordeste – estão aí a Transnordestina e o projeto de transposição do rio São Francisco, da qual tenho orgulho de ter participado ativamente quando Ministro do Presidente Fernando Henrique Cardoso – e em Pernambuco, de modo muito especial, pois, por uma decisão do Presidente de levar uma refinaria de petróleo para o Nordeste, Pernambuco teve competência maior que os outros e levou a refinaria para lá. Porém, preocupa-me a falta de uma política definitiva para regiões menos desenvolvidas. Falo também do Norte do meu querido amigo, Presidente desta Comissão, Senador Luiz Otávio.

Quando votamos aqui a Reforma Tributária, que encaminhamos para a Câmara dos Deputados, eu discordei – e aqui é a Casa da negociação –, e o fundo de desenvolvimento que se criou para a região terminou partilhado com os Estados. Como ter política de desenvolvimento regional se não se tem recurso? Está se reestruturando a Sudene na comissão de desenvolvimento regional. Por culpa minha – andei envolvido em tantas outras coisas aqui dentro, trabalhando intensamente –, não tive tempo de ter uma participação, que espero ter quando o projeto da reconstrução da Sudene for a Plenário. Mas vejo o seguinte: não adianta ter o desenho perfeito de uma instituição capaz de promover o desenvolvimento regional no Norte ou no Nordeste, se não tivermos recursos. Acho que recursos divididos pelos Estados são um equívoco. Seja o que for, precisamos ter recursos para políticas de desenvolvimento regional. Por essa questão, digo que, há muito, o Nordeste está fora da agenda nacional.

Por fim, Sr. Ministro, eu queria dizer a V. Ex^a e a todos os Senadores que sinto muito orgulho de ter participado do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Fui seu Líder, sem ter méritos, nesta Casa e fui seu Ministro da Integração Nacional, quando foi reativado o projeto da Transposição do São Francisco.

Contudo, Sr. Ministro, fui vítima de acusações por atos que nunca cometi na minha vida. Embora eu tenha levado as explicações para o Presidente Fernando Henrique Cardoso e este tenha me dito, pessoalmente, que acreditava na minha palavra e que essas explicações eram suficientes, optei por deixar o Governo. Eu sabia do desgaste que teríamos eu e o Governo. Eu não me referi isso em relação a V. Ex^a. É completamente diferente. V. Ex^a é um homem importante para o Brasil; eu não fazia falta ao Governo, pois o Ministério não tinha a dimensão que tem este Ministério. Porém, eu sofri muito com isso. Sofremos eu, meus amigos, minha família, meus filhos e até meus netos, que foram, na sua escola, naquela coisa da inocência, levados a passar por situações de humilhação. Somente, Sr. Ministro, depois de uma profunda investigação, que eu pedi, que eu exigi, durante três anos, feita pelo Ministério Público Federal e por todos os órgãos... Como Ministro por vinte meses daquele Governo, eu nunca tive uma conta questionada pelo Tribunal de Contas da União ou por qualquer outro fórum. Perdi uma eleição por isso, mas foi a mínima perda que eu tive, porque isso me causou inclusive uma doença provocada pelo stress, que é a diabetes que carrego hoje.

Por isso, Ministro, quero compartilhar isso com V. Ex^a, dizendo que V. Ex^a está certo em dizer que só tem um caminho: a investigação. Humildemente, V. Ex^a se coloca à disposição desta Casa ou de quem quer que seja para se apurarem todos os fatos de que V. Ex^a é acusado. Não há outro caminho. Depois de três anos, eu recebi um veredicto de doze páginas. Às vezes, brinco – depois de tanto sofrimento, até dá para brincar – e digo: sou dos poucos políticos brasileiros que andam com atestado de honestidade no bolso, que me foi passado depois de tanto sofrimento e de tantas acusações que se fizeram.

V. Ex^a diz não ser insubstituível. Ninguém é insubstituível. Porém, o Brasil precisa saber que, neste momento, V. Ex^a é muito importante. Estamos vencendo com dificuldade, com muita dificuldade, os obstáculos de políticas econômicas que se acumularam ao longo do tempo.

Para encerrar, eu queria dizer que V. Ex^a cometeu a injustiça quando se referiu a todos os seus auxiliares. Há um auxiliar seu também que creio que não tinha nenhuma relação pessoal e que foi certamente escolhido pelo critério de competência. Nunca ouvi uma palavra em relação a ele que não fosse de elogio. Como ele é meu conterrâneo e, mais que isso, é meu primo, eu queria me referir a Marcos Bezerra Galvão – ele tem um Bezerra antes, que é meu –, que também foi escolhido pelo critério da competência, como

um diplomata brilhante, de uma carreira com grandes serviços prestados ao País.

Então, essa é a minha palavra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra o Ministro Antonio Palocci.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB

– SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Ah, são três.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– É verdade. O Senador Antonio Carlos Valadares teria proposto, ainda antes do intervalo, que fossem feitas três intervenções e que, depois, o Ministro respondesse a todas, cumulativamente.

Então, com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares, para a sua arguição.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB

– SE) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de enaltecer a iniciativa do Ministro de antecipar a data desta reunião com a Comissão de Assuntos Econômicos, em face das especulações que dominaram o Brasil nesses últimos dias, principalmente neste final de semana. V. Ex^a, de bom alvitre, político que é, com o *feeling* que possui, resolveu tomar as providências para vir aqui e não só acalmar as forças que compõem o mercado, mas também falar à Nação por meio da TV Senado e dos órgãos de imprensa que compareceram aqui em massa e puderam acompanhar o relato de V. Ex^a não só sobre os assuntos da economia, como também sobre as últimas denúncias, os últimos fatos envolvendo a pessoa de V. Ex^a e a sua afirmação peremptória de que está à disposição do Congresso Nacional para quaisquer esclarecimentos, em qualquer palco, seja aqui, seja em qualquer CPI. Desde que V. Ex^a seja convocado, V. Ex^a não se furtará a essa obrigação constitucional, como Ministro do Governo Federal e como cidadão. Então, quero enaltecer essa iniciativa de V. Ex^a em promover essa calma que tenho certeza de que redundará desse pronunciamento de V. Ex^a à Nação.

Aproveitarei a oportunidade para dizer que hoje, como sempre faço, li a **Mídia Impressa** e lá encontrei um artigo de um articulista do **Jornal do Brasil**, Fritz Utzeri, que traz alguns dados comparativos entre as realizações, no campo da economia, do Governo Fernando Henrique Cardoso e do Governo Lula. Ele declara, por exemplo, que o Governo do Presidente Lula, em dois anos e nove meses, até o mês de setembro, proporcionalmente, pagou mais juros que o Governo Fernando Henrique em dois mandatos de quatro anos. E contabilizou números mais ou menos assim: o total de juros pagos no Governo de Lula de janeiro de 2003 a setembro de 2005 é de R\$299,4 bilhões, enquanto

que, no Governo Fernando Henrique Cardoso, esse valor é de R\$465 bilhões nos dois mandatos.

Logicamente, nós, que fazíamos oposição ao Governo de Fernando Henrique Cardoso, sempre dissemos, desde o início, que o Governo Lula recebeu uma herança maldita – às vezes até exagerávamos; V. Ex^a nunca usou essa palavra, pela cordialidade com que sempre agiu à frente do Ministério. V. Ex^a nunca afirmou isso, mas eu já o afirmei nos momentos de rompante, no início do Governo do Presidente Lula.

Então, o Governo Lula, segundo esses dados, aplicou em investimentos R\$25,7 bilhões.

Eu perguntaria a V. Ex^a, seguindo a linha de raciocínio de Fernando Bezerra: como o Governo do Presidente Lula, por intermédio de V. Ex^a, que está à frente do Ministério, poderia agir no sentido de coibir essa escalada de pagamentos de juros, visto que a dívida principal não tem nenhuma redução?

O pagamento desses juros anualmente se dá em virtude naturalmente da preocupação que V. Ex^a tem com o processo inflacionário. Essas medidas são feitas, e, em compensação, a dívida pública sobe assustadoramente, como aqui já foi demonstrado por outros Senadores.

Em relação também aos Municípios, eu gostaria de fazer uma pergunta. Recentemente, os Prefeitos têm reclamado de uma queda substancial do Fundo de Participação dos Municípios, o que tem causado um verdadeiro caos na administração municipal, principalmente nos Municípios mais pobres que vivem exclusivamente dessa receita, que é uma transferência da União. Como explicar isso? Por que essa queda ocorreu? Os Municípios querem ouvir de V. Ex^a uma explicação pormenorizada sobre o assunto.

Aqui se falou na transposição do rio São Francisco, que, sabemos, é o rio da unidade nacional, que serve a vários Estados da Federação brasileira, inclusive ao nosso, e que prestou um cabedal de serviços, sem dúvida alguma, ao desenvolvimento regional. Mas é chegado o momento de uma recuperação em toda a extensão do nosso velho Chico. E isso se faria não só por meio de um projeto de conscientização das populações que vivem às margens do São Francisco de que devem preservá-lo, mas também por meio de obras concretas de revitalização. Isso só poderia ser assegurado, a meu ver, por emenda obrigatória – podemos dizer assim –, impositiva, com a aplicação de recursos certos e determinados na revitalização do rio São Francisco.

Essa nossa iniciativa foi reconhecida pelo Senado Federal, que aprovou uma proposta de emenda à Constituição que já está na Câmara dos Deputados. A PEC foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça

e está nas mãos do Relator Fernando Ferro, que é de Pernambuco, do Partido dos Trabalhadores.

Verifico que o nosso Deputado tem a melhor das intenções, bem como os membros da Comissão Especial também envolvidos nessa questão da revitalização do rio, mas há uma afirmação de que a equipe econômica – naturalmente, V. Ex^a faz parte da equipe econômica; então, está no meio e não poderia deixar de estar, pois é o chefe da equipe econômica – resiste à vinculação de 0,25% sobre as receitas líquidas da União, o que implicaria em torno de R\$250 milhões a R\$300 milhões por ano.

Então, eu gostaria de saber a verdade sobre isso. O que V. Ex^a pensa? Qual é a solução? Já que V. Ex^a e a equipe econômica não aceitam uma vinculação direta, qual a alternativa para que tenhamos recursos anuais e não contingenciados pelo nosso orçamento, com vistas à aplicação em favor da revitalização do velho Chico, o que é fundamental?

V. Ex^a sabe a situação de degradação por que passa o velho Chico ao longo de centenas de anos, sendo utilizado pelos nossos ribeirinhos, pelas nossas hidrelétricas. E nenhuma compensação é constatada, de tal modo que, hoje, em alguns lugares do Estado de Sergipe, a piscicultura praticamente desapareceu e a navegabilidade está quase impraticável, porque o assoreamento não permite o transporte fluvial.

Então, eu gostaria que V. Ex^a também se referisse a esse assunto do rio São Francisco, que é importante no momento em que o Governo se debruça sobre a questão da transposição. Sabemos que 62% da população do Estado de Sergipe se pronunciam contra esse projeto.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PDMB – PA) – Concedo a palavra à Senadora HELOISA Helena, do P-SOL, do Estado de Alagoas.

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Primeiramente, quero dizer que estou curiosíssima para ver como será a repercussão nos meios de comunicação, amanhã, deste encontro. Realmente, estou muito curiosa para ver a repercussão na opinião pública deste cenário aqui montado.

Sobre as graves denúncias de crimes contra a administração pública, o Ministro Palocci irá responder na Comissão Parlamentar de Inquérito. E, no meu caso, não é por nada relacionado a acordo político, mas porque penso que o local correto, regimental e constitucionalmente, para responder às graves denúncias de crime contra a administração pública, por parte de Ministro, de Senador, de Senadora ou de quem quer que seja, é a Comissão Parlamentar de Inquérito, já que ela existe, senão isso até poderia se dar em proce-

dimento investigatório na Comissão de Fiscalização e Controle. Independentemente de qualquer debate que tenha sido acordado politicamente entre os Partidos, não faço parte desse acordo. Acredito que denúncias ou indícios de crimes contra a administração pública têm de ser respondidos na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em relação a essa questão do chamado mundo econômico, é sempre risível como denúncias nos meios de comunicação, denúncias graves, indícios relevantes ou fofocas, tudo isso supostamente abala a economia. É impressionante o abismo existente entre o discurso que ora é feito pelo Governo, de que existe sustentabilidade nos fundamentos macroeconômicos, e o discurso que fazem imediatamente depois, em que dizem o contrário. É claro que sabemos que não existe racionalidade do mercado, existe pose técnica, mas eles vivem de rumores, de histeriazinha – não há nada de racionalidade no mercado. É sempre assombroso isto: ora os fundamentos macroeconômicos são rígidos e sólidos, ora eles vão todos para o chão em função de como funcionam os meios de comunicação.

Ministro Palocci, todas as vezes em que vejo os pronunciamentos de V. Ex^a, é evidente que vejo uma distância... Não é V. Ex^a pessoalmente... Sempre digo que eu até confiaria em V. Ex^a como médico; como Ministro da Economia, tenho uma visão completamente distinta da de V. Ex^a.

V. Ex^a é até dos mais sinceros, porque, mesmo quando eu ainda estava no PT, V. Ex^a, que era considerado da direita partidária, nunca escondeu determinadas concepções que tinha em relação à inserção do Brasil na globalização capitalista, ao contrário de outros – e é por isso que acabam sendo mais cínicos e dissimulados, porque apregoavam uma coisa que ia do controle de capitais ao aumento de gastos públicos e, hoje, já não defendem mais absolutamente nada disso.

Se o debate é sobre responsabilidade ou irresponsabilidade... A verborragia neoliberal é muito sedutora. Os termos são quase apaixonantes: responsabilidade fiscal, superávit, estabilidade econômica, estabilidade monetária. Então, todas as pessoas começam a reproduzir essa cantilena que eu caracterizo como enfadonha e mentirosa, porque não acho que estejamos no fim da história. Quem quiser que ache, que concorde com a fatalidade, com o fatalismo do pensamento único, eu, não. Para mim, esse tipo de política econômica que hoje V. Ex^a representa é a mesma que representava o Governo Fernando Henrique – e é por isso que, às vezes, fico imaginando que o Ministro Malan, o ex-Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, devem até rir da gente, debochar da gente, porque era o mesmo

tridente. E V. Ex^a dirá “É responsabilidade fiscal”, e eu direi que é irresponsabilidade fiscal. Então, o mesmo tridente da verborragia neoliberal que entendo que os senhores patrocinam hoje, que vai da irresponsabilidade fiscal à irresponsabilidade social, à irresponsabilidade administrativa. V. Ex^a poderá dizer tudo ao contrário: que a minha concepção que é irresponsável e a de V. Ex^a, não. Mas não consigo identificar responsabilidade fiscal nessa política. É uma política de irresponsabilidade fiscal, basta ver o que se joga na lama da especulação e os investimentos em políticas públicas que dinamizam a economia, geram emprego e geram renda. Quem analisa a execução orçamentária é uma irresponsabilidade social. A execução orçamentária em áreas que são essenciais para os filhos da pobreza, para as populações mais pobres que, ao contrário de V. Ex^a e ao contrário de mim, têm como única referência o setor público, única, ele não tem o plano de saúde, ele não tem a firma de vigilância particular, ele não tem a possibilidade de escolher a escola a colocar o seu filho, ele não tem. A única opção é o setor público.

Estamos no mês de novembro e identificarmos que, em relação aos recursos – peguei alguns itens, a Senadora Patrícia falará também sobre a questão das crianças –, se compararmos o que era disponibilizado em 1995 até agora para criança e adolescente, foi executado menos de 5%; em relação à capacitação de professores, zero; em relação a apoio à distribuição de material didático para jovens e adultos, zero; em relação à prevenção à violência, que já é ridículo, porque num País de dimensões continentais como o Brasil, Senador Lobão, disponibilizar apenas R\$54 milhões, para os projetos nos Estados de prevenção à violência já é ridículo o montante disponibilizado, até o mês de novembro, não foi executado nada, absolutamente zero de execução.

Então, para mim, isso é irresponsabilidade social; é irresponsabilidade fiscal, é irresponsabilidade social e é irresponsabilidade administrativa porque, a partir do momento em que os senhores acabam deixando para liberar o recurso apenas a partir de novembro, essa lógica inviabiliza uma gestão de qualidade nas políticas públicas. É evidente. Todos os procedimentos que são necessários para os Estados e Municípios administrarem esse dinheiro que vai licitação, contrato, empenho, providência administrativa, todas as providências administrativas que são necessárias, elas não são feitas. Então, aí fica essa oscilação entre o arrocho e a libertinagem, porque alguns, como é véspera de ano eleitoral ou no ano eleitoral, muitos que defendiam o arrocho vão querer defender a libertinagem para viabilizar os mecanismos eleitoralistas. Aí vamos viabilizar tudo. Gera a promiscuidade na relação com

o Congresso Nacional, igualzinho o que o Governo passado fazia. A seletividade dos Parlamentares da base de bajulação recebem o recurso a ser liberado, e os problemas sociais gravíssimos dos Estados e dos Municípios são absolutamente deixados de lado. Então isso é algo, não existe racionalidade técnica, racionalidade administrativa, responsabilidade social numa administração como essa, Ministro Palocci. Isso é inadmissível. O que vocês estão fazendo é inadmissível. Nós estamos no mês de novembro. Então isso gera o que eu disse anteriormente: a liberação eleitoralista, demagoga, a promiscuidade, e, portanto, gera e consolida mais mecanismos de corrupção quando a liberação é feita conforme a posição do Parlamentar, e não a necessidade objetiva representada pelos indicadores sociais ou pelas políticas públicas a serem feitas nos Estados e Municípios, e essas coisas vão sendo feitas exatamente como nós condenávamos com veemência quando desenvolvida no Governo passado, no Governo Fernando Henrique. Então é sobre isso que quero que V. Ex^a fale.

E uma outra coisa é sobre uma questão que está tendo uma polêmica muito grande em Alagoas, que é a repactuação da dívida do Estado. É evidente que coisas de que a gente falava num passado muito recente, que ia, como eu disse anteriormente, do controle de capitais, o aumento dos gastos públicos naquilo que dinamiza a economia, gera emprego e gera renda, minimiza a dor e o sofrimento das populações pobres do País, aquilo que significava o alongamento do perfil da dívida pública interna e, portanto, a redução do comprometimento da receita líquida real dos Estados e dos Municípios, pagando os juros e os serviços da dívida para viabilizar a política econômica que vocês definem que não é a melhor para o Brasil, como se não bastasse isso, os senhores – V. Ex^a, os senadores e deputados da base do Governo – aceitaram incorporar à dívida de Alagoas, incorporar na rolagem da dívida as letras do Tesouro, aquele processo fraudulento, e hoje, por irresponsabilidade de quem pactuou isso, porque foi irresponsabilidade – eu apanhei durante três meses no Estado de Alagoas, dizendo que isso ia esgotar mais ainda o já combalido e esgotado orçamento do Estado de Alagoas, e foi o que aconteceu e hoje está cada vez mais –, então, em relação a isso, não existe nenhuma proposta, nenhuma discussão em relação a isso, ao alongamento do perfil da dívida, à diminuição do comprometimento da receita líquida real de Estados e Municípios para viabilizar essa política, para ao menos possibilitar, nem que seja carimbado para também não deixar o “liberou geral” e a corrupção geral que uma medida como essa pode dar, mas que pelo menos estabeleça onde será

investido o que sobrar dessa repactuação da dívida, dessa correção das distorções que são gravíssimas. Então, é nesse sentido.

Primeiro quero dizer que fico indignada com essa reunião, não foi uma reunião; foi uma reunião simplesmente para acalmar o mercado, para responder ao setor hegemônico do capital, ao mercado financeiro. Entendeu? V. Ex^a devia estar aqui – e acabou, vai acabar respondendo também – para discutir inclusive isto: a execução orçamentária. Isso é uma coisa gravíssima. Essa irresponsabilidade fiscal, social e administrativa é muito grave. Nós estamos no mês de novembro. Portanto, quero que V. Ex^a trabalhe nesse sentido, dando conta dos mecanismos – da irresponsabilidade fiscal não adianta, porque sei como V. Ex^a está pensando, sabia como pensava antes; nem V. Ex^a me convencerá, nem eu convencerei V. Ex^a –, do ponto de vista da irresponsabilidade social e da irresponsabilidade administrativa, dando conta das providências administrativas que V. Ex^a sabe que são absolutamente necessárias e que, liberando recurso no mês de novembro, é impossível viabilizar isso com a cautela que é necessária, respeitando a legislação em vigor no País e as outras questões relacionadas à liberação do Orçamento. É um absurdo: 2% na área de habitação, 5% na área de saneamento, as questões relacionadas às crianças de zero a seis anos, zero por cento foi liberado. Então, quero que V. Ex^a trabalhe neste sentido: em relação às questões administrativas, em relação à questão administrativa e social da execução orçamentária e a questão sobre Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Srs. Senadores, Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a terá o seu tempo, V. Ex^a é o próximo inscrito. Foi acordado que três Senadores fariam as perguntas, e o Ministro responderia. Assim sendo, o Senador Antonio Carlos Valadares fez o seu questionamento, o Senador Fernando Bezerra e agora a Senadora HELOISA Helena. O Ministro vai responder e, depois, nós reiniciaremos a arguição com os Srs. Senadores.

Com a palavra o Ministro Antonio Palocci.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Senador Fernando Bezerra, eu queria corrigir meu erro aqui em relação ao Ministro Marcos Galvão, porque é o único Ministro, de fato, permanente no Ministério da Fazenda; ele é ministro, por merecimento, do Itamaraty. É um colaborador recente, mas de extraordinária capacidade; parece que é coisa de família isso. E mais muitas outras pessoas que não citei aqui; por exemplo, não citei as autoridades do Banco Central, do Banco do Brasil, da Caixa, que são autarquias ou empresas ligadas ao Ministério e que têm dado contribuições extremamente importantes, ou das pessoas que nos representam

no Banco Mundial, como Otaviano Canuto, do Estado do Sergipe; ou Eduardo Loyo, que nos representa no FMI, do Estado do Pernambuco. São pessoas que, de fato, merecem toda nossa consideração, não apenas a minha, mas, com certeza, a de todas as autoridades desta Casa.

Saúdo V. Ex^a pela sua preocupação em relação à questão fiscal. O senhor tem razão quando destaca como questão que não pode ser negligenciada. Talvez seja o centro de toda a preocupação que devemos ter nos próximos anos no Brasil. Fazê-lo significa caminhar para uma solução; não fazê-lo significa repetir os erros do passado. Então, tenho total concordância com V. Ex^a.

Eu queria responder a sua pergunta da questão dos juros e inflação junto com a pergunta do Senador Antonio Carlos Valadares, porque são de mesmo conteúdo, da seguinte forma: de fato, nós fazemos um movimento tendo em vista a política de metas de inflação que obedece a determinados critérios.

A política de metas de inflação foi implantada em 1992 na Nova Zelândia e depois adotada pelas principais economias. Os Estados Unidos devem adotá-la agora com o novo presidente do Banco Central. Ben Bernanke anunciou que quer trabalhar com metas de inflação, e dezenas de países trabalham com metas de inflação. Ela tem uma determinada metodologia que acho importante – até sugeri ao Suplicy que um dia o Senado possa fazer este debate mais aprofundado – e responde à perseguição de metas com instrumentos de juros. É evidente que, em determinados momentos, o custo dessa política é exacerbado. Por exemplo, em 2003, quando combatemos a crise de 2002, o custo do combate à inflação foi altíssimo; em 99, quando teve a crise cambial, os juros foram a 45%. Imaginem o custo que isso tem para a evolução e a convergência da dívida pública. Existem meios com os quais possamos atenuar os efeitos desse instrumento no longo prazo? Eu diria que, no curto prazo, não existem; as alternativas são políticas que já se provaram inconsistentes, por exemplo, combate à inflação por agregados monetários, que foi a metodologia mais utilizada anteriormente à meta de inflação, mostrou ser uma política menos eficiente, que tem canais de transmissão menos mensuráveis, e a eficácia dela sempre pareceu menor.

É extremamente importante a pergunta do Senador Fernando Bezerra e do Senador Antonio Carlos Valadares relativas a como desfazer essa equação. Quer dizer, até quando seremos prisioneiros dessa equação? É um ponto fundamental da política econômica. Se formos otimistas, podemos considerar que a evolução dos últimos dez anos mostra que a cada ano o Brasil vem precisando de juros mais baixos; se con-

siderarmos, vamos dizer, de três em três anos desde de 1994, vamos ver que a taxa de juros real foi 21%, veio para 15%, veio para 12%, então ela está sendo menor. Então isso pressupõe que a evolução da aplicação dessa política nos conduzirá a uma taxa de juros real em níveis melhores. A tendência é essa. Agora, é fato que nós, considerando cenários mais turbulentos, considerando hipóteses desagradáveis de um cenário de crises externas, podemos avaliar que podemos ter um custo desse caminho que volta a nos trazer uma evolução desordenada da dívida e, portanto, um custo fiscal maior. O que fazer em relação a isso? Esse é o ponto que nós estamos debatendo neste momento. O novo debate dentro da equipe econômica é exatamente este ponto: como fazer com que o Brasil não só melhore um pouco a cada ano – porque está melhorando –, mas também dê um salto de qualidade que possa ser medido pelos agentes financeiros como perspectiva e antecipado pelos agentes financeiros em redução dos prêmios de risco, dos juros pagos no exterior, dos juros pagos no mercado interno?

É importante avaliar que o ajuste externo que fizemos – digo nós, mas não me refiro ao Governo, mas à economia, aos trabalhadores e aos empresários –, com a força das exportações, provocou mudança de perfil e do quantitativo da dívida externa muito importante no último período. A dívida externa brasileira está caindo de forma consistente, de forma importante, tendo em vista o ajuste externo que foi feito pela economia do País. Mas a nossa dívida interna continua alta, continua sendo alimentada por taxas ainda altas.

Qual a equação que nos poderia tirar desse risco, vamos dizer, se daqui a dois anos tivermos a infelicidade de haver um choque externo e tivermos de pagar um custo mais elevado? Penso que essa é a questão central para nós. Essa é a questão central.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – O senhor me permite que eu o interrompa, para que eu não perca o raciocínio?

O SR. ANTONIO PALOCCI – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – É verdade que alguns países optaram por, em um prazo mais curto, fazer um superávit mais alto. Sei que isso pode parecer para alguns aqui uma loucura, e, talvez, só se deva fazer isso em começo de Governo. Pode ser que eu esteja equivocado, mas me parece que a Coreia optou por esse caminho e fez um superávit de 9% por dois anos. A economia realmente passou por momentos muito difíceis, mas nasceu uma nova Coreia. Está aí a pujança da economia coreana. A opção que se fez no Brasil foi fazer, no longo prazo, um superávit mais baixo.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Não. Veja: são opções. Poderíamos ter a opção de elevar o superávit primário e, com isso, ter uma redução mais importante da dívida, com reflexos imediatos nos juros. Essa é uma equação que vários países fizeram. O Canadá fez isso quando teve uma crise importante. O Canadá fez superávit entre 8% e 9% do PIB. É um país desenvolvido que fez um superávit enorme. A Coreia fez isso, a Irlanda fez isso, a Itália também fez isso com menos sucesso, e a Espanha o fez com mais sucesso.

Veja: a prateleira de opções são muitas. O mais importante é consistência temporal, ou seja, não precisamos *a priori* aumentar o nosso esforço fiscal, desde que digamos que vamos fazê-lo com seriedade durante um tempo longo. Se fôssemos um império, não precisava nem aprovar leis: o imperador poderia anunciar, e estaria resolvido o problema, porque seria um único governo que duraria cinquenta ou cem anos. Como estamos em uma democracia em que de quatro em quatro anos muda o governo, ou esse é um compromisso do País, ou não vai funcionar. Por isso, tenho dito que não adianta o Presidente Lula dizer que, no ano que vem, vai continuar com seriedade – e vai continuar, tenho certeza disso –, que, se em 2007 estivermos lá, vamos continuar. É preciso que o País como um todo aprove regras que apontem de maneira simples que esse esforço vai-se dar no longo prazo. Assim, ele não precisa ser maior. Sendo mais longo, ele não precisa ser maior. Apenas será um esforço ordenado.

As curvas que estamos estudando – Senador, eu não as trouxe aqui hoje, mas lhe posso enviar – mostram uma evolução, uma convergência fortíssima da dívida pública, se mantivermos um superávit de 4,25% e um tratamento para despesa corrente decrescente em 0,2% ou 0,3% do PIB a cada ano. É fortíssima a resposta da dívida pública. Isso se reflete não após dez anos, mas nos anos seguintes, nos anos vindouros, nas taxas de juros. Com isso, podemos desarmar essa dificuldade que temos hoje de sucessivas elevações de juros para combater a inflação.

Senador, se houver um esforço dos políticos presentes no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara, se houver a construção de um acordo em torno disso – que, insisto, não é acordo de um partido ou de um governo, mas acordo do Brasil –, acho que teremos resultados expressivos em termos de taxa de juros. Se não o fizermos, vamos continuar avançando – acho que o Brasil não vai andar para trás –, mas vamos avançar com mais lentidão. Essa é a questão concreta. Se olharmos os últimos dez anos, é positiva a evolução do emprego, do crescimento, dos juros, das contas externas. Todas essas evoluções são positivas, mas podem ser maiores se dermos um salto de qualidade. A regra

para isso seria extremamente simples. Não teria que ter nenhuma... Muita gente fica contrariada quando falamos isso, imaginando que vamos acabar com a área social. Nada disso, nada disso. Vamos fortalecer a área social. Na verdade, num projeto de longo prazo, vamos dar estabilidade para a área social.

É a mesma coisa que pretende a reforma da Previdência, por exemplo, do esforço de gestão na Previdência. Acabar com os ralos da Previdência que compromete os direitos dos aposentados? Não. No meu modo de ver, garante os direitos dos aposentados, porque, se isso não for feito, talvez daqui a uns anos não consigamos pagar as aposentadorias. Então, nesse sentido, as reformas bem-feitas no plano fiscal têm resultado social melhor – e não pior – do que não fazê-las. Esse é o ponto que considero mais importante no debate de V. Ex^a.

Queria também fazer referência às questões do Nordeste, abordadas por V. Ex^a, reafirmando o compromisso não apenas do Ministério da Fazenda, mas do conjunto do Governo. O senhor sabe tanto quanto eu que o Presidente Lula considera o desenvolvimento do Nordeste como um desafio que deve ser enfrentado já. Em todas as reuniões que temos feito sobre as questões de investimento, o Presidente Lula tem ressaltado um aspecto, em relação ao qual penso que ele tem inteira razão. O Presidente Lula diz que o Nordeste não conseguiu um desenvolvimento igual ao de outras regiões do Brasil porque não teve investimentos de infra-estrutura, não teve investimentos adequados em educação, etc, que lhe propiciasse as condições de desenvolvimento. Vimos muitas regiões do mundo com as dificuldades climáticas do Nordeste que resolveram essas dificuldades e se desenvolveram fortemente. Então, penso que o Presidente Lula tem razão ao pensar assim, e ele tem nos indicado um conjunto forte de medidas para o Nordeste em relação a todas essas questões que o senhor mencionou.

Eu não me referi à primeira observação do Senador Sérgio Guerra, mas o programa do biodiesel que enviamos e foi aprovado aqui, por exemplo, está tendo um desempenho muito especial no Nordeste, inclusive com produtos que, na verdade, eram rejeitados e que, hoje, são utilizados com diesel de qualidade ambiental, podendo ter uma projeção extremamente importante para as contas brasileiras futuramente. É um projeto ainda inicial, mas tenha certeza de que, nessa crise do petróleo – e parece ser um assunto de longo prazo o preço alto do petróleo –, o biodiesel somado ao álcool pode significar uma inovação brasileira de grande significado, e o Nordeste já ocupa um lugar importante nisso.

Lembraria a refinaria de petróleo definida – parece-me – para o Estado de Pernambuco mais recentemente, que dará um desenvolvimento mais forte para aquela região. Lembraria a instalação do refino do querosene de avião implantada no seu Estado, uma planta importantíssima da Petrobrás que terá um resultado econômico muito importante também em um Estado que é importante produtor de petróleo e que, na nova rodada de licitações, teve uma série de áreas próximas ao Rio Grande do Norte licitadas, trazendo resultados para o Estado. Também há a já comentada rodovia BR-101, a Transnordestina.

Queria dizer uma palavra muito rápida sobre os projetos privados em andamento no Nordeste, que são muito importantes. A Petrobrás está agora ultimando os preparativos para a implantação do Gasene, que fornecerá o gás necessário à Região Nordeste. Existem diversos projetos de siderurgia, que estão adiantados no Estado do Ceará e do Maranhão, que, certamente, terão o respaldo dessa infra-estrutura de gás que está sendo preparada.

Senador, eu diria que o Presidente Lula está completamente voltado para essas prioridades. Ele tem falado isso com muita insistência. Ele insiste que essa é uma visão clara que tem, e nós todos temos muita concordância com isso. Precisamos criar oportunidades para que o Nordeste responda positivamente. Digo que o Nordeste não precisa de apoios excepcionais, não precisa de subsídios. Não é disso que se trata. O Nordeste precisa de investimentos de infra-estrutura, para que possa desenvolver suas potencialidades.

Ressaltaria um assunto que é pouco debatido nas questões econômicas, mas que acho que tem um desempenho espetacular. Eu tenho visto pessoalmente: o desenvolvimento do turismo. Depois que descobriram que Lisboa é perto do Nordeste – na verdade, os vôos só iam para São Paulo e para o Rio de Janeiro e tinha que se fazer outra viagem para chegar ao Nordeste – essa descoberta tem intensificado extraordinariamente o turismo em todo o Nordeste brasileiro. O turismo é produtor de renda de boa qualidade, e isso tem mudado o perfil da região, trazendo benefícios muito importantes. Temos que investir em educação, investir nas bases, para que esse crescimento no turismo e em outras áreas do Nordeste seja qualificado.

O senhor sabe que, em estudos comparativos sobre o Nordeste e outras regiões do País, demonstra-se que um jovem do Nordeste, que tem o mesmo nível de educação de um jovem do Estado do Sudeste, consegue ter a mesma conquista do ponto de vista profissional. Na verdade, o déficit do Nordeste não é um déficit de região, mas um déficit de infra-estrutura, de educação, que precisamos resolver, porque sabemos

que o potencial de desenvolvimento daquela região é igual ao de qualquer outra do País. Esses estudos demonstram que, quando há oportunidade igual para jovens de Estados diferentes, os resultados obtidos por eles são exatamente iguais. Não há um impeditivo para o desenvolvimento do Nordeste que a natureza ceifou, na verdade. Há, sim, a necessidade de projetos eficientes, que possam de fato ser feitos com o máximo de seriedade e, assim, obter-se resultados consistentes.

Sobre as questões que Antonio Carlos Valadares levantou, acho que já respondi uma sobre a questão monetária. Eu me concentraria em duas questões sobre os Municípios e o rio São Francisco. Quanto aos Municípios, Senador, a sua informação é correta, embora um pouco defasada. É correta a informação que o senhor trouxe, mas é um assunto já resolvido. O que aconteceu? Em setembro, me parece – peço aos meus assessores que me corrijam se eu estiver errado –, houve uma devolução acima da média de Imposto de Renda. Estávamos atrasados com a devolução do Imposto de Renda e fizemos uma devolução um pouco alta, um pouco acima da média. Como a transferência para Estados e Municípios é baseada em impostos arrecadados, isso se refletiu em uma transferência a menor do que os Municípios esperavam naquele mês apenas. Digo-lhe que, do começo do ano até hoje...

Por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Dois meses, Sr. Ministro.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Talvez.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, isso não vai se refletir no mês de novembro?

O SR. ANTONIO PALOCCI – Não. Pelo contrário, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Boa notícia.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Pelo contrário. A notícia boa é que, neste ano, haverá um crescimento real das transferências para Estados e Municípios muito significativo, inesperado, inclusive, para eles. No começo do ano, não tínhamos essa informação, pela mesma razão que expliquei para o aumento da arrecadação de tributos. Se o tributo, como disse aqui, está crescendo... Vamos para dados bem objetivos: se a Cofins está crescendo este ano 3,6%, o PIS 2,8% e o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, 20%, a transferência para Estados e Municípios vai crescer nessas proporções. A Cofins e o PIS não se refletem nas transferências, mas, como o aumento de receita este ano é concentrado em Imposto de Renda e no IPI, impostos das indústrias que tiveram uma lucratividade

maior, eles vão se refletir em um aumento bastante mais significativo das transferências para Estados e Municípios. Antes de haver esse problema da devolução de imposto, os Prefeitos não estavam reclamando nem um pouco. Estavam muito contentes com as transferências porque estavam bem acima do esperado. Houve alguns problemas de devolução de imposto, mas, no ano lhe garanto, pelos dados objetivos, que a transferência de ...

Está aqui o dado que Dr. Tarcísio Godoy, do Tesouro Nacional, está me trazendo objetivamente. Houve 20% de aumento de janeiro a outubro, nominal, e 12,3% de aumento real este ano nas transferências para Estados e Municípios. Essa é uma excelente notícia para Estados e Municípios, que é dado pelo resultado da arrecadação, não é nenhuma bondade especial da Receita. Foi o resultado de contribuições a maior que estão vindo e que resultam nesse repasse. Então, pode-se dar essa notícia aos Prefeitos.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Foram 20%...

O SR. ANTONIO PALOCCI – Foram 20% de aumento nominal, de janeiro a outubro de 2005, em relação a 2004, e 12,3% de aumento real. Esta é a tendência do ano, é ter em torno de 12% a 13% de aumento real e em torno de 19% a 20% de aumento nominal no conjunto de transferências de estados e municípios.

E vamos também pagar o Paes. O Paes é uma questão que foi fruto de um diálogo que tivemos com o TCU e com estados e municípios mais recentemente. E é evidente que devemos pagar o Paes, é nossa obrigação. Ocorre que o Paes recebeu a inscrição de 300 mil empresas e pessoas. Ou seja, trezentas mil empresas e pessoas entraram, via programa de computador, no programa de refinanciamento. E esses casos têm que ser vistos caso a caso para vermos que imposto é, se é contribuição, se é imposto, como ele deve ser distribuído. É um trabalho incessante que a Receita está completando, e vamos cumprir ainda esse ano. Se não conseguirmos terminar o estudo, vamos passar, por estimativa, os valores do Paes, para estados e municípios, cumprindo essa que é uma obrigação nossa, mas que os municípios estavam achando que não iríamos cumprir esse ano. O senhor pode também levar essa notícia.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – No dia 5, Ministro?

O SR. ANTONIO PALOCCI – É, até o dia 5 de dezembro devemos cumprir. Se a Receita conseguir completar o processamento das 300 mil inscrições, vamos pagar o valor real. Se não conseguirmos, vamos ver aquilo que já foi feito, estimar o restante e fazer o

pagamento por estimativa; no ano que vem, a gente corrige, para cima ou para baixo, o que for dado em relação ao Paes. Mas, isso é uma obrigação nossa, e quero aqui reafirmar aos Srs. Senadores que vamos cumprir.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Ministro, um município, por exemplo, de 50 mil habitantes, com este programa, qual a previsão?

O SR. ANTONIO PALOCCI – Senador, não tenho números. Um município de 50 mil habitantes vai ter um ganho extraordinário, se ele for da região nordeste, no FPM, extraordinário. Porque um aumento de 12% para municípios, cujo FPM significa 60%, 70% da receita, é um ganho muito importante. Muito mais do que um Paes, será o ganho da transferência do FPM. Se for um município de outras regiões que tenha um repasse menor, talvez o Paes possa significar um repasse maior. Mas, infelizmente, não tenho esse número; ele não foi concluído. Mas posso, imediatamente, pedir ao Rachid que, assim que esse cálculo for concluído, que a CAE seja informada dos valores e que vocês possam trabalhar esses dados, verificá-los. Mas estou aqui reafirmando esse pagamento do Paes.

E, por fim, Senador, V. Ex^a me pergunta porque a área econômica não gosta da idéia de PEC e de vinculação de recursos. Veja, toda questão fiscal nossa é engessada cada vez que vinculamos mais recursos; em relação a qualquer procedimento, ela nos leva a pressionar recursos de outras áreas.

Então, como conceito geral, achamos que é inadequada a vinculação de recursos para qualquer objetivo do ponto de vista de investimentos. Agora, não queremos ser mais realistas que o rei. Queremos que esse debate seja feito com franqueza. E, na medida em que ele avançou no Senado e avançou na Câmara, fomos buscando uma forma de atender a essa Proposta de Emenda Constitucional.

Uma sugestão que acho mais adequada, se V. Ex^a me permite, seria aprovarmos um projeto de lei, não uma emenda constitucional, até porque está acima da necessidade. Para se ter uma garantia de recurso para um determinado projeto, fazer uma emenda constitucional está acima da necessidade dessa medida. Um projeto de lei poderia contemplar isso de forma tão adequada quanto a PEC.

Então, me disponho a procurá-lo pessoalmente para que possamos conversar com o Relator – não sabia que a PEC era sua, estou sendo informado agora.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Ministro, essa PEC não é mais minha, já é do Presidente Lula, porque, por ocasião daquela greve

de fome do bispo, o Presidente da República assumiu publicamente a paternidade dessa PEC.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Mas, veja, o Presidente Lula reafirmou conosco que quer ter um fundo, quer recursos para o rio São Francisco garantidos. Então, por isso, o objetivo da sua proposta de emenda será atendido. Acho correto que possamos abraçar sua iniciativa; ela será sempre sua, Senador, porque V. Ex^a trabalhou por isso.

Agora, acho que o mais adequado, o mais correto, o mais simples, o mais ordenado para uma proposição como essa seria um projeto de lei. Acho que esse é um diálogo que podemos fazer, não acho que vá haver qualquer dificuldade de chegarmos...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Não é de forma indefinida, é por 20 anos. A PEC teria uma obrigatoriedade de aplicação durante 20 anos.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Eu sei, mas um projeto de lei também pode falar a mesma coisa. Mas, tudo bem. Disponho-me pessoalmente a buscar uma equação de conclusão disso, atendendo ao objetivo de V. Ex^a, bem como – tenho certeza – do Presidente Lula, de garantir ao rio São Francisco os investimentos de longo prazo necessários.

A Senadora Heloisa Helena me fez uma série de considerações...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, Sr. Ministro, só peço a palavra para dizer ao nobre Presidente Luiz Otávio, sobre a solicitação dele, por um canal nacional – porque vi em uma rede nacional –, para eu trazer o lanche, que eu já providenciei o lanche, que já foi servido.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Então, queria dialogar com a Senadora Heloisa Helena.

Quero dizer, Senadora, que V. Ex^a não participou de nenhum acordo em relação a minha presença aqui, porque não houve nenhum acordo, digo-lhe com toda sinceridade. Apenas...

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Não falei sobre isso. Estou falando de não fazer perguntas relacionadas à corrupção. Não as faço porque acho que elas devem ser feitas na CPI.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Entendi sua ponderação, mas quero dizer que...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem. Só para esclarecer que na realidade, nós do PFL e do PSDB...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador José Jorge, apenas para deixarmos a ordem realmente, senão vamos ter um debate a respeito apenas dessa situação. O Ministro já respondeu aos dois Senadores; agora, V. Ex^a...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Só quero esclarecer esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – V. Ex^a, então, pede pela ordem. Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É só para dizer o seguinte: é que pode haver algum mal-estar no sentido de acharem que também não vamos fazer nenhuma pergunta, como não fizemos, nós do PFL e do PSDB. Não tem havido um acordo. É a mesma razão da Senadora Heloisa Helena. Achamos que esse não é o foro próprio. Da mesma maneira que a Senadora Heloisa Helena achou, nós também achamos.

Mas, somos um grupo maior. O partido da Senadora Heloisa Helena ainda é pequeno – será grande depois – e, então, ela pode tomar uma decisão mais própria. Mas nós temos que discutir antes.

Era só isso que queria esclarecer.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Nobre Senadora, queria dizer que a minha presença aqui, primeiro, foi atendendo a um convite da CAE; segundo, pedi, junto com os Líderes da Casa, para vir antecipadamente não com o objetivo de acalmar mercados. Acho que V. Ex^a tem razão em dizer que os mercados se comportam de acordo com fundamentos da economia, não com o humor do Ministro da Fazenda ou de outras autoridades. Dou razão a V. Ex^a em relação a essa questão. E digo que vim com o maior espírito aberto para debater todas as questões aqui e quero dialogar com V. Ex^a sobre os pontos colocados. Não importa se não conseguirmos avançar numa compreensão comum sobre esses pontos. Acho que é medida de respeito da minha parte tratá-la com o carinho que V. Ex^a merece, pela importância da sua atuação nesse Senado e no Brasil.

Então, vou procurar responder com muita propriedade. Quero agradecer o elogio de V. Ex^a em dizer que confia em mim como médico.

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Só como médico.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Não tem problema. É o elogio mais importante que recebi nesses três anos e quero guardar no coração esse elogio, porque levo com muita sinceridade, pois vem de uma pessoa também da área da saúde como eu, e o guardo com carinho.

Concordo com V. Ex^a que não podemos considerar que as questões econômicas possam aceitar idéias como verdades que finalizem a história. Acho isso muito importante e dou exemplo inclusive nos mecanismos que hoje estão em voga para controle inflacionário, quer dizer, o que se acreditava há exatos 12 anos atrás já mudou hoje. Na verdade, as práticas dos países, das

economias, trazem inovações, instrumentos novos de controle de inflação, de crescimento, que vão sendo experimentados pelos países, que se modernizam.

Então, concordo com V. Ex^a. Tenho uma visão dinâmica sobre as questões dos instrumentos da história, daquilo que mobiliza as sociedades. E não penso que as regras que hoje estão estabelecidas sejam as regras definitivas. Seria o fim da história, de fato, se pensássemos assim, e o fim da nossa própria criatividade, enquanto seres e agentes públicos, de acreditar que jamais haverá instrumentos melhores do que os que temos hoje. Nunca pensei assim. Concordo com as considerações de V. Ex^a nesse ponto.

E a história recente da economia mostra que instrumentos novos estão se mostrando melhores do que instrumentos antigos, para efeitos de controle inflacionário, de evolução do crescimento econômico. E devemos ter abertura para colher isso, verificar e utilizar instrumentos inovadores. Nós, como participantes de instituições multilaterais, estamos propondo mecanismos inovadores de financiamento do combate à pobreza no mundo. A proposta do PPI foi uma proposta que o Brasil levou para outros países nos organismos multilaterais, para ser implantado não apenas no Brasil, mas para ser implantado como uma experiência piloto em dez países do mundo. Então, estamos experimentando instrumentos novos que possam responder a desafios que a nossa sociedade tem. Concordo plenamente com a idéia de que não devemos ser arrogantes a ponto de aceitar que as regras ditas da atualidade são definitivas e que estamos proibidos de pensar sobre questões alternativas.

Dado isso, reconheço que temos diferenças políticas em relação a como agir com a questão econômica. Respeito seu modo de ver as coisas, respeito sua visão de economia e de sociedade, e respeito a sua pessoa. Então, não quero, com essa definição de diferenças de visão, de forma alguma, questionar a sua certeza e a sua responsabilidade.

Não pense, como V. Ex^a possa pensar, que aqueles que não concordam com meus princípios de responsabilidade fiscal se transformam em irresponsáveis. Nunca vi V. Ex^a como uma pessoa irresponsável, nem no plano pessoal, nem no plano político. Penso que V. Ex^a é uma pessoa de grande responsabilidade, e as propostas que V. Ex^a apresenta devem ser reconhecidas como legítimas. Penso assim.

E gostaria de esclarecer a V. Ex^a que, relativamente aos projetos específicos que estão hoje no orçamento, não há uma administração do Ministério da Fazenda ou do Ministério do Planejamento sobre cada um dos programas; não há uma administração direta. Não dizemos a cada área: “olha, esse programa está

contingenciado, este outro não está contingenciado; o Programa nº 32 não pode ser feito agora; o Programa nº 33 pode ser feito agora”. Essa não é uma administração que está centralizada nas mãos da equipe econômica. O que a equipe econômica faz sim – e aí assumo toda responsabilidade – é com relação aos recursos globais disponíveis para investimento, para custeio. Com isso sim temos limitações e precisamos trabalhar dentro de limitações.

Mas não determinamos, Senadora, o que um ministério pode ou não fazer, a escolha que pode ou não fazer, até porque acho inadequado. Penso que, por exemplo, dentro de dez programas para as crianças, não é o Ministro da Fazenda que deve escolher qual é o programa que começa em janeiro, qual é o programa que começa em fevereiro. E não é assim que funciona, quer dizer, o que trabalhamos em termos desses programas obedece três etapas. Há uma primeira etapa que é feita no Ministério da Fazenda, que é a avaliação das receitas do ano e a avaliação das despesas do ano. Isso é feito no começo do ano, e, a cada dois meses, é renovado. Por exemplo, acabamos de verificar uma possibilidade de receita a mais até o final do ano e publicamos essa receita a mais, disponibilizando para os diversos ministérios. Uma segunda etapa relativa ao orçamento é feita muito mais – nós acompanhamos – pelo Ministério do Planejamento, que negocia junto com a Casa Civil, com os ministérios, em relação à distribuição entre ministérios daqueles recursos. E, em terceiro lugar, os ministros de cada área escolhem suas prioridades. Não sei se isso é certo ou errado, mas quero lhe informar que é assim que funciona.

Uma das coisas que levantaria para um diálogo – V. Ex^a me autorizou como médico, não como ministro – seria fazer um argumento de médico. Acho que V. Ex^a tem razão quando coloca no mesmo patamar receitas e necessidades sociais, projetos e demandas regionais das populações, dos setores etários diferentes de cada região. Concordo com V. Ex^a em que os projetos deveriam responder a demandas e não responder a outras determinações que não as demandas e as necessidades de planejamento das populações e de suas prioridades.

Agora, não sei se o modelo que temos hoje, Senadora, de PPA e de orçamento, onde são distribuídos os programas – são mais de 300 programas – é o modelo adequado para se fazer isso. Esse é mais um debate a ser feito. Tendo a achar que não é; tendo a achar que foi uma evolução tentada – V. Ex^a se lembra que há uns três anos atrás foi feito esse debate e foi implantado um sistema de programas horizontais com gerentes etc. Foi uma tentativa válida. Não criti-

co o esforço feito naquele sentido. Mas isso resultou, Senadora... Por exemplo, no mês passado, quando aprovamos determinado programa, eu tive o cuidado de pedir a um secretário que verificasse quantos programas já havia com aquele título no PPA e no Orçamento. Havia 17 programas não idênticos, mas muito parecidos. O modelo de 17, 20 ou 30 programas para uma mesma área não sei se é o mais adequado. Tendo a achar que não.

Creio que a senhora tocou num ponto importante, embora não tenhamos a mesma visão e prioridade: reavaliar o modelo de construção do Orçamento em trezentos programas é o melhor modelo para um país como o Brasil, para uma situação como a nossa, para os investimentos que queremos fazer.

Disponho-me a ouvi-la e dialogar sobre isso nesta ou em outra oportunidade no sentido de que, eventualmente, consigamos a construção de um mecanismo mais adequado para que funcione a execução orçamentária da maneira que a senhora prevê, na qual o investimento responda à necessidade e à demanda e não a outros determinantes.

Como fui autorizado como médico, como médico, concordo com a ponderação feita por V. Ex^a e disponho-me a dialogar sobre isso, o que considero da maior seriedade.

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Eu gostaria apenas de fazer uma rapidíssima consideração, Senador Luiz Otávio.

Estou mais preocupada agora. Por quê? É evidente que, como médico, vou continuar confiando em V. Ex^a, se V. Ex^a aceitar a inclusão das crianças de zero a três anos no Fundeb não para disputar as migalhas com o ensino profissionalizante, ensino médio, ensino fundamental, com a educação de jovens e adultos, mas porque V. Ex^a, como médico, ainda sabe – já que falava da educação no Nordeste – que todas as conexões neurológicas que potencializam ou não a inteligência se dão justamente no aprendizado da criança de zero a três anos, como, várias vezes, a Senadora Patrícia e eu falamos aqui. Ainda há isto: a confiança quanto ao médico terá um limite até a discussão em relação às nossas crianças.

Ministro Palocci, eu fiquei mais preocupada agora. Nos meios de comunicação, na sociedade, nos corredores – não nos subterrâneos ou esgotos, que não freqüento –, está definido o que, às vezes, as pessoas, ou por conveniência política ou por cinismo, não falam. É quase um consenso, no Parlamento e na sociedade, que o problema não são os Ministros ou as Pastas de políticas sociais e públicas, mas que o problema é de V. Ex^a, em função da sua visão de política

econômica e ortodoxia monetária. Agora ficarei mais preocupada ainda.

V. Ex^a diz que o problema não é uma definição. É claro e óbvio que não caberia ao Ministro da Fazenda simplesmente dizer: “Você não libera para criança de zero a seis anos, não libera para prevenção da violência, mas libera para outras coisas”. Mas, a partir do momento em que a disponibilidade, na execução orçamentária, acaba sendo tratada por V. Ex^a, a situação é mais grave. Se a responsabilidade era toda de V. Ex^a, é uma coisa, mas se V. Ex^a diz que não é, para mim, sinceramente, a situação se torna mais grave ainda do ponto de vista administrativo. Não vamos resolver isto agora.

Uma execução razoável e eficaz das ações de Governo não pode conviver com isso, Ministro Palocci. É inadmissível! Inclusive, no consenso, todos responsabilizam V. Ex^a. Dizem que querem liberar recurso para habitação, mas V. Ex^a não deixa, que querem recursos para o saneamento, mas V. Ex^a não deixa, que o montante disponibilizado para os Ministérios viabilizarem a execução, em determinados programas, acaba sendo limitado por uma decisão. Saio mais preocupada com relação a isso, que considero uma irresponsabilidade administrativa. Estamos no mês de novembro. V. Ex^a sabe que é impossível. Existe uma longa sequência de procedimentos administrativos que, como disse anteriormente, vai das licitações, dos contratos, das providências administrativas... Esse modelo de execução orçamentária é inadmissível.

Outro ponto, já que V. Ex^a falou do Nordeste, é o turismo. É claro que, no Nordeste, há uma região grande de semi-árido, em que, por mais que alguém ache bonito, como eu, olhar a floração dos cactos e da caatinga, não dá turista. Agora, na região litorânea, isso significa a necessidade de investimentos em infraestrutura. Do contrário, é um potencial de curto prazo, porque, se não há ações de saneamento, da infraestrutura de forma geral, todo o potencial que poderia dinamizar a economia acaba sendo esgotado pela poluição e por outras coisas.

Então, quero dizer que saio mais preocupada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador...

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – E que V. Ex^a não falou sobre...

O SR. ANTONIO PALLOCI – Se V. Ex^a estiver satisfeita, eu paro, mas não respondi uma das perguntas.

A SR^a HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – É exatamente nisso que eu ia voltar. Eu quero que V. Ex^a responda. É muito importante.

O SR. ANTONIO PALLOCI – Veja, Senadora, eu sugiro que, em outra oportunidade, continuemos esse debate de Orçamento, mas V. Ex^a toca em um ponto com o qual concordo. E não quero aqui isentar-me de responsabilidade. Por favor, não entenda que estou aqui empurrando uma responsabilidade para ministros setoriais. Não estou fazendo isso.

Na verdade, hoje, o modelo do Orçamento prevê em torno de 300 programas, que estão nas prateleiras de cada ministro, e são executados assim. E não é a área econômica que diz: faça este e não faça aquele.

Quando o Ministro Luiz Dulci fez o estudo para implantar o programa Pró-Jovem, eu acompanhei isso de perto, ele primeiro reuniu tudo o que existia para jovens, pegou um Estado modelo – parece-me que foi o Rio de Janeiro – e reuniu tudo o que existia no Orçamento para programas de jovens. Tinha 60 programas. Eu não acho que isso seja um modelo que funcione. Não acho e insisto: lembro quando isso foi implantado; creio que foi feito com a maior boa-vontade, com técnica administrativa – não foi um chute; lembro-me do esforço feito no planejamento para implantar esse regime de programas, mas acho que não está funcionando bem. Então, cabe a nós olhar isso com prioridade e ver se não devemos modificar essa sistemática.

Em relação ao turismo, eu concordo com a sua afirmação. Quanto a Alagoas, Senadora, de fato, há um contrato de dívida com Alagoas que incorpora um processo antigo de letras do Tesouro que foram fruto de questionamento, etc. Agora, estamos procurando olhar a questão da dívida de Alagoas, sabendo, por um lado, que temos de cumprir a regra; é uma regra aprovada pelo Senado, e o Tesouro Nacional é agente do Senado para cumprir essas regras. Não temos nem margem para dizer que faremos assim ou faremos de outra forma. Agora, estamos olhando os Estados que necessitam de mais apoio, de maneira a ajudar esses Estados também.

No que se refere a Alagoas, por exemplo, há duas ou três pautas com relação a fazer novação de títulos que o Estado tem contra a União, de forma a possibilitar um apoio financeiro, correto, efetivo, ao Estado, para que ele possa, eventualmente, saudar despesas adicionais em relação a esse desajuste da dívida. No ano passado, quando os Estados de Alagoas e Piauí tiveram um problema em relação à dívida, nós acertamos com a educação e ampliamos a transferência de recursos do chamado “Fundebinho”, também para transferir recursos e ajudar o Estado a cumprir essas obrigações. Estamos olhando este ano também dessa forma. Não vamos expor Estados que têm dificuldades efetivas no plano financeiro a uma dificuldade intransponível. Penso que essa é uma dedicação que

podemos fazer. Estamos olhando com toda a seriedade e não vamos deixar com que o Estado tenha perdas dos seus poucos recursos. Sabemos as dificuldades que os Estados têm...

A SRª HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – E a questão global, do alongamento do perfil da dívida? E a coisa esgotada dos investimentos, das políticas sociais, a inviabilidade de (*Inaudível.*) Estados, não se pensa nisso, na modificação do perfil dessa dívida?

O SR. ANTONIO PALLOCI – Veja, Senadora, toda modificação de perfil, todos os Estados e muitos Municípios têm contratos com a União...

A SRª HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – É exatamente o que estou falando. V. Exª representa a União.

O SR. ANTONIO PALLOCI – Eu sei. Trouxeram para a União a responsabilidade da administração dessa dívida, e ela é baseada em contratos. Toda a extensão que nós fizemos da dívida para um determinado Estado traz imediatamente uma contração das responsabilidades fiscais da União. Vai aumentar nosso aperto fiscal. É um fato. Eu poderia ter uma atitude aqui de dizer que não fui eu quem fiz essa dívida de R\$900 bilhões, não tenho responsabilidade sobre ela...

A SRª HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Mas na de Alagoas tem.

O SR. ANTONIO PALLOCI – Eu não tenho essa possibilidade. O que nós vamos fazer para Estados como Alagoas – isso quero deixar muito claro aqui, porque não temos uma visão fiscalista sobre os Estados; achamos que os Estados... Não, não temos, Senadora, por mais que V. Exª possa sorrir simpaticamente neste momento, não temos uma visão fiscalista, mas de responsabilidade frente aos Estados. No caso do Estado de Alagoas, estamos com três projetos em andamento para ajudar o Estado a equilibrar essa questão.

A SRª HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – Em relação a essa questão do perfil da dívida de todos os Estados, da repactuação, V. Exªs não pensam nisso?

O SR. ANTONIO PALLOCI – Com toda sinceridade, não, Senadora.

A SRª HELOISA HELENA (P-SOL – AL) – É por isso que não posso concordar com a responsabilidade fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Continuando a lista de oradores inscritos, Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, PT de São Paulo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Presidente Luiz Otávio, Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional, Ministro Pallocci, demais Senadoras e Senadores e outros que nos acompanham, eu queria, primeiro, dizer que, para um

debate econômico, esta audiência está sendo muito oportuna, eu diria indispensável. Ela deveria acontecer com mais periodicidade, para que os Parlamentares possam discutir, criticar, sugerir, num debate democrático, plural, que sempre ajuda a reflexão e a busca de um bom caminho para a economia brasileira.

Só sinto, e compartilho da intervenção do Senador Romeu Jucá, que a política econômica é também política, e há uma grande questão política a ser resolvida neste momento, no sentido de superarmos essa cultura da desconfiança em relação aos homens públicos. Isso só será possível com debate franco, aberto e direto, e a minha expectativa era de que hoje isso tivesse acontecido também com relação às denúncias. Não concordo com a Oposição, penso que foi um erro, um desperdício, uma oportunidade perdida, porque o direito de defesa é fundamental no estado de direito e só acontece quando aquelas pessoas que acusam todos os dias, nos depoimentos, no plenário ou numa CPI, quando essas pessoas têm oportunidade de argüir aquele que está sendo acusado apresentam seus argumentos e ouvem a defesa. Penso que, para o País, seria importante que isso tivesse sido aprofundado, mas V. Exª fez muito bem em ter se manifestado sobre todos os pontos mais polêmicos, com a forma enfática e transparente como fez.

Sobre o debate econômico, eu queria registrar três comentários. O primeiro: a maior contribuição deste período da história econômica... V. Exª tem um crédito importante nas conquistas econômicas do País. Digam o que disserem, não têm como tirar de V. Exª estes dois anos e dez meses de um trabalho árduo. Quero lembrar que, quando começamos este Governo, o Brasil estava no Fundo Monetário Internacional e só ao Fundo com uma dívida de mais de US\$15 bilhões. Tínhamos US\$14 bilhões de reserva líquida em caixa, o superávit comercial dos oito anos do Governo anterior era de US\$500 milhões, e o Brasil vinha financiando seu balanço de pagamento vendendo patrimônio público, vendendo o patrimônio privado, desnacionalizando a economia e aumentando o passivo dolarizado.

É verdade que, depois do câmbio flutuante, o ajuste começou, já em 99, por um ataque especulativo, ataque que mostra – como a França e a Inglaterra sofreram – que os países que não tratarem com muita seriedade a sua política econômica e não enfrentarem com muita seriedade a sua política econômica e os problemas dos fundamentos macroeconômicos podem se tornar vulneráveis, como ficamos em 98 e 99, com o preço incomensurável para as finanças públicas que aquela desvalorização trouxe, porque uma parte importante da dívida pública estava indexada ao

dólar e socializou os prejuízos da desvalorização do real. Isso não pode se repetir.

A primeira grande contribuição desse período foi tirar o Brasil do FMI. Não só tiramos o Brasil do FMI – quem só fazia esse discurso no plenário vai ter de mudar o panfleto e a palavra de ordem –, como pré-pagamos US\$5 bilhões ao Fundo, recuperamos as reservas cambiais líquidas de 14 bilhões para mais de 40 bilhões em caixa. O superávit comercial deste Governo foi US\$98,5 bilhões em dois anos e dez meses. Então, a melhora no balanço de pagamento se traduz na relação dívida externa/PIB, que caiu de 40% para 23%, um dos melhores indicadores dos últimos trinta anos. É por isso que, com toda essa turbulência política, o País continua, até este momento, imune ao ataque especulativo porque estão entrando por mês, só com o superávit comercial e com o investimento direto, mais de US\$5 bilhões no País. É por isso que é difícil reverter a posição do dólar, ainda que um dólar mais competitivo ajudasse mais, eu diria, o crescimento econômico. É difícil porque estão entrando US\$5 bilhões independente de taxa de juros, fora o financeiro. Então, acho que essa foi a grande contribuição.

O maior desafio, no entanto, continua sendo as finanças públicas. E aí vem o debate do superávit primário, e eu queria aqui defender a Ministra Dilma Rousseff porque não posso aceitar alguns parceiros da Oposição, que têm todo direito de criticar o Governo, de explorar as contradições do Governo, mas debitar à Ministra Dilma Rousseff as dificuldades ou os ataques que V. Ex^a vem tendo, acho absolutamente injusto e inaceitável. Ela é uma parceira, ajudou na construção dessa obra e tem tido um papel fundamental à frente da Casa Civil.

E qual é a divergência? A divergência é um debate tão antigo quanto andar para frente neste País. Roberto Simonsen e Eugênio Gudin debatiam, nos anos 30 e 40, superávit primário. Qual foi o debate no Governo militar entre Mário Henrique Simonsen e João Paulo dos Reis Velloso? Ou entre Mário Henrique Simonsen e Delfim Netto? Era o mesmo debate. Qual era o debate entre Pedro Malan e José Serra? Entre Pedro Malan e Mendonça de Barros? Entre Pedro Malan e Clóvis Carvalho? Era o mesmo debate. Qual é o debate? Quem está na função de V. Ex^a tem uma responsabilidade fundamental: é reduzir a dívida pública para poder baixar a taxa de juros para reduzir a carga tributária. Se está sendo possível ao País devolver R\$5 bilhões de carga tributária é porque a relação dívida pública está melhorando, e está melhorando por causa do superávit primário.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Porque é simples o argumento, é evidente que se precisa de mais dinheiro para a saúde, para a educação, para transporte e para energia. Ninguém nessa sala tem dúvida, todo mundo aqui amassou barro e andou o País. Agora, como se vai ter investimento sustentadamente com a velocidade de crescimento da dívida pública que nós tivemos nos últimos anos? Como é que o Estado vai continuar se endividando na velocidade em que vinha antes? A dívida pública caiu de 52,8% para 48,9%, a Dívida Pública Mobiliária Federal, que é a mais importante. E a dívida pública caiu de 57,2% do PIB (Produto Interno Bruto) para 51,3%. É o superávit primário. Isso permite aos juros cair, isso permite à carga tributária cair, que são os dois grandes obstáculos ao crescimento acelerado do Brasil.

Por isso eu acho que a responsabilidade fiscal é inegociável. Agora, o superávit passou de 4,6% em 2002, no primeiro semestre, para 5,4% do PIB em 2003, para 5,6% do PIB em 2004 e para 6,3% em 2005. Então, há um debate sobre o ritmo, sobre o tamanho, sobre a compatibilização entre as demandas sociais e infra-estruturas – especialmente infra-estrutura – e a necessidade da consistência macroeconômica e do desendividamento do Estado. Esse é um debate que existe dentro do Governo e existe na Oposição. Vi hoje, aqui, Senador da Oposição defendendo superávit primário, dizendo que ele é fundamental ao País, tese de que compartilho. Mas vi também Senador dizer: “Não, precisa gastar mais porque está faltando dinheiro nisso e naquilo, etc.” na Oposição. Então, esse debate é democrático.

Acho que o momento em que foi feito, a forma como foi feito não ajudou, especialmente no que se refere ao Governo. A Oposição tem o direito de criticar, mas o Governo tem de tomar muita responsabilidade em seus debates. Acho que o Presidente está com a posição correta, de suspender isso e encontrar um equilíbrio, que vai ser sempre duas pernas porque é assim que o País avança.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu queria concluir, Sr. Presidente, dizendo que espero, sinceramente, que possamos manter a qualidade do debate que tivemos hoje aqui, independente das outras investigações, das outras operações. O País precisa debater com profundidade esses temas, com responsabilidade porque o resultado dessa discussão, o rumo das decisões da política econômica e os resultados... Não é só a balança de pagamento, é crescimento, tivemos a melhor taxa de crescimento dos últimos 10

anos no ano passado, e essa taxa de crescimento deste ano, que vai estar em torno de 3,5%, é muito acima dos últimos 20 anos, acima da média. O País não pode perder essa oportunidade, não pode perder o crescimento. Está aí o resultado de emprego. E nós reajustamos o salário mínimo em 15%, mas a inflação vai ser 5,3%, 5,5%. Houve deflação da cesta básica, está tendo crescimento da massa real do salário. Oitenta e nove por cento das categorias tiveram reajuste acima da inflação.

Então, acho que essas conquistas é que dão segurança à condução que V. Ex^a teve à frente da política econômica.

Este País tem de trabalhar com regime de meta de inflação, com o câmbio flutuante e vai ter de ter o superávit primário. Dentro dessas premissas, há um debate que pode e deve ocorrer. É democrático, é indispensável, é um problema, como eu disse, de duas pernas, que vai empurrando o País para frente e encontrando o equilíbrio.

Termino com um último recado que eu não poderia deixar de dar. Quero encaminhar a V. Ex^a um livro sobre economia brasileira **Perspectiva e Desenvolvimento**, com uma série de autores, que vai do Delfim Neto ao Lessa, Eduardo Haddad, José Roberto Mendonça de Barros.

O SR. (Orador não identificado) – E V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Eu pulei o meu nome. Há ainda Mônica Baille, Leda Paulani, Márcio Pochmann, Ricardo, debatendo esse período da política econômica e do desenvolvimento do Brasil. Como uma pessoa muito querida coordenou o livro, meu filho, que está fazendo vinte anos, como a filha de V. Ex^a... V. Ex^a começou a intervenção dizendo que “esses momentos são importantes, porque a gente diz para os nossos filhos” e disse também que “eles virão para dar continuidade ao que estamos fazendo, com maior ou menor responsabilidade, com maior ou menor acerto”, então ele ligou e falou: “Pai, quero que o senhor dê para ele o primeiro livro, que vai ser lançado no dia 21. Dê para o Palocci ler e refletir”. Mas ele mandou uma outra cobrança também. Ele falou: “Diga mais uma vez – porque eu já disse para ele o que eu disse a você – que precisa regulamentar a pré-empresa”, que vem antes da microempresa, que são os pequenos produtores e empreendedores deste País, que enfrentam uma burocracia absurda e uma carga tributária, no caso da microempresa, que não tem como oficializar.

Podemos trazer para o mercado formal, Rachid, de três a cinco milhões de pequenos empreendimentos. Eles têm, basicamente, de pagar a Previdência e o imposto simbólico. Deve-se dar a eles um prazo definido,

de dois anos, por exemplo, para depois eles terem de virar microempresa. Mas tem de se dar chance àqueles que estão tentando sobreviver de se transformarem em uma instituição. Penso que está faltando sensibilidade, porque isso custa muito pouco do ponto de vista fiscal e vai ter um grande impacto social.

Então, o presente é para V. Ex^a e o recado também.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Para encerrar, com a palavra o Senador José Jorge, do PFL do Estado de Pernambuco.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Com licença, para encerrar o depoimento, o esclarecimento, a palestra do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, realmente, falar depois do Senador Aloizio Mercadante é difícil, mas foi a sorte que assim me colocou.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de esclarecer duas questões colocadas pelo Senador Aloizio Mercadante. Primeiro, a Oposição optou, de forma democrática, decidiu, em reunião com os principais Líderes, que não trataria, nesta reunião, de questões referentes a denúncias de corrupção em Ribeiro Preto, de dinheiro de Cuba, do Banco do Brasil, de qualquer uma dessas questões. Por quê? Porque acreditamos que essa é uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e que, portanto, deveríamos tratar de questões de natureza econômica, de política econômica, e não misturarmos assuntos de níveis tão diferentes como esse e de tratamento que tem de ser bastante detalhado para se chegar a uma conclusão.

Então, discordo do Senador Aloizio Mercadante de que erramos. Creio que acertamos em fazer essa divisão. No momento apropriado, na CPI apropriada, ouviremos novamente o Ministro Antonio Palocci, que, certamente, democraticamente, estará novamente conosco aqui.

Eu vou fazer algumas perguntas em relação ao Ministro Antonio Palocci. Vou tentar, ao máximo, retirar a minha opinião, porque, como o Ministro Palocci é muito delicado, S. Ex^a vai terminar concordando com as minhas opiniões. Então, vou só perguntar.

Eu gostaria de começar perguntando em relação ao superávit primário. Nós temos uma previsão, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de um superávit primário de pouco mais de 4%, como o Senador Aloizio Mercadante já disse. Eu havia anotado aqui 6%, mas são 6,30%. Eu gostaria de perguntar a V. Ex^a, primeiro, se essa é uma atitude racional do Ministério da Fazenda ou se são os Ministérios setoriais que não executam os

seus programas. Porque, quando verificamos aqui, em relação à questão da execução – já houve algumas citações –, mas, por exemplo, em relação ao saneamento ambiental urbano, habitação de interesse social, redes solidárias de restaurantes populares. Nenhum desses programas gastou um tostão. Depois vem o Sistema Único de Segurança Pública, gastou 0,8% do orçado; segurança pública nas rodovias federais para combater a criminalidade, gastou 3,7%; e assim por diante. São muitos programas que, se lermos seu nome, pensamos que são prioritários. E, na realidade, os programas não são prioritários. Na prática, os recursos não são liberados. Então, só quero saber se é isto: há uma racionalidade nessa economia; se se economizam naquelas coisas que são supérfluas, se a elas se dá prioridade ou se é por acaso. Estão simplesmente segurando o dinheiro de todo mundo, como aparentemente ocorreu no caso da aftosa e nesses outros.

Em segundo lugar, eu gostaria de perguntar sobre a relação entre taxa de juros e lucros dos bancos. Neste ano, todos os bancos tiveram lucros excepcionais. Alguns obtiveram 70%, 80%, em relação ao ano passado. Sempre se diz que a melhor empresa do mundo é a empresa de petróleo bem administrada. E a segunda melhor é a empresa de petróleo mal administrada. Aparentemente, aqui no Brasil, a melhor empresa do mundo é um banco bem administrado; e a segunda melhor empresa do mundo é um banco mal administrado. Então, eu queria saber se há relação entre essa taxa de juros; se é a taxa de juros alta que faz com que os bancos tenham grandes lucros; ou se efetivamente é que há uma grande produtividade, uma grande competência etc.

Em terceiro lugar, em relação ao crescimento de 3%. Deveremos crescer 3% este ano. No ano passado, crescemos 4,9%. Portanto, é uma queda de praticamente 40% na taxa de crescimento. Nos outros países, não houve essa queda na taxa de crescimento. Inclusive, todos os países emergentes já no ano passado e ainda mais este ano crescem mais do que o Brasil. Há questões, por exemplo, em relação à avaliação de risco, que o do Brasil é igual, às vezes, um pouco maior, às vezes, um pouco menor do que a da Argentina, que não pagou a sua dívida. Então, eu gostaria de saber por que razão acontece isso no Brasil, como ocorre em outros locais.

Outra pergunta. Quando foi para aprovar o PIS/Cofins, houve uma promessa de V. Ex^a e do Governo de que a idéia não era aumentar a arrecadação; e se a arrecadação aumentasse, seria feito um controle pelas taxas. Mas a idéia era a mesma arrecadação. Quero saber o que está acontecendo, se já houve esse controle, se vai haver.

Em segundo, em relação à Ministra Dilma Rousseff. Concorro com o Senador Aloizio Mercadante, que é um democrata, de que, na realidade, deve haver um debate no Governo e que cada um deve dar a sua opinião. Mas há formas e formas de debate. Uma Ministra chegar em uma entrevista, em um jornal da importância da do **O Estado de S. Paulo**, e dizer que a proposta de outro Ministro é rudimentar, creio que já passa um pouco do limite da forma de se debater. Aqui no Senado, onde os debates são mais acalorados, do Governo e da Oposição, em que não formamos a mesma equipe, é difícil o Senador Aloizio Mercadante dizer que uma proposta minha é rudimentar ou eu dizer que uma proposta de S. Ex^a é rudimentar. Ninguém diz isso aqui. Nós somos mais tranquilos para discutir e, inclusive, para dar a resposta com elegância. Nós dizemos “V. Ex^a...” Coloca-se “V. Ex^a.” Nem a Senadora Ideli Salvatti, que é uma das mais... V. Ex^a nunca nos chamou de rudimentares. Nem nós chamamos V. Ex^a. Então – não sei se V. Ex^a pensa assim – mas pelo menos a opinião pública em geral achou que o Presidente Lula não deu o apoio suficiente a V. Ex^a. Como disse o Senador Jefferson Peres, Sua Excelência o Presidente tentou apartar uma briga que não havia, porque V. Ex^a aparentemente não brigou. V. Ex^a nem respondeu.

Em um caso semelhante entre o Ministro Clóvis Carvalho e o Ministro Pedro Malan, o Presidente Fernando Henrique Cardoso demitiu o Ministro Clóvis Carvalho. Em relação às agências reguladoras, eu gostaria de fazer algumas observações. Creio que elas são a parte mais maltratada do Governo, porque não têm pai nem mãe; elas nem são do Poder Legislativo, nem do Judiciário. E, no Executivo, elas são tratadas como alguém que, na verdade, não fizesse parte da família.

Desde que o Governo assumiu – não sei se V. Ex^a, não me lembro –, mas a maioria dos Ministros, inclusive o Presidente Lula, pois sempre que Sua Excelência dava uma declaração falava mal das agências. Não sabiam o que eram, e todos falavam mal delas. Todos eles. Na realidade, as agências foram sendo desprestigiadas pouco a pouco. Tiveram seus recursos contingenciados de forma brutal; as nomeações não são feitas etc. Não sei se V. Ex^a sabe, mas a ANP passou oito meses sem Presidente, com o petróleo a US\$60. Depois a Aneel, desde de maio, está sem dois diretores. E da Anatel saiu o Presidente há mais ou menos um mês; e o Governo não mandou ninguém ainda aqui para o Senado.

Então, as Agências, que são um ponto fundamental para se criar um ambiente de investimento, são tratadas, sei lá, como se fossem de terceira categoria no Governo. E, na realidade, sei que não é responsa-

bilidade direta de V. Ex^a. Mas, como V. Ex^a citou, eu gostaria de dizer que era importante ter cuidado com isso. E eu gostaria de saber por que elas são tão maltratadas.

Por último, eu queria uma informação sobre os chamados PPIs. Aqui, nós chamamos os programas do FMI. É o apelido que eles têm aqui. Não sei se é um apelido bom ou ruim; mas, na realidade, o apelido deles é esse aqui. O que foi gasto...o Senador Romero Jucá os conhece bem, pois S. Ex^a é o Relator do Orçamento. Não é esse o nome, Senador? É ou não é? Bom, então, na realidade, é projeto piloto. Então, as últimas informações que tenho desse projeto dá a previsão de praticamente 3 bilhões – 2 bilhões e 95 milhões – há um mês; e tinha gasto apenas 315 milhões. Portanto, cerca de 10%. Isso já faz algum tempo, mas, se esses projetos eram prioritários, eles deveriam ter um melhor tratamento, porque são exatamente aqueles projetos que foram escolhidos para serem efetivamente executados; tinham uma prioridade no orçamento; nem esses estão sendo executados.

Sr. Presidente, eram essas as questões. Mais uma vez, agradeço a gentileza e a presença do Ministro Antonio Palocci.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado de Oliveira, do PMDB de Minas Gerais.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, nosso Líder Senador Ney Suassuna, realmente eu era o quinto inscrito, mas, o Regimento Interno, como a Senadora me mostrou, reza que, quando o Ministro está na Casa, tem de se obedecer às questões dos Partidos.

De qualquer maneira, parabeno o Ministro pela paciência de S. Ex^a. Realmente, para mim, foi uma aula aqui hoje, porque V. Ex^a se comportou com uma paciência incrível. Eu sempre me perguntava: como um Ministro da Economia um médico, embora tenha sido um ex-Prefeito? Eu aqui, agora, notei – a câmara talvez não mostre – que a sua equipe está completa aqui, ao lado. Ou seja, creio que, na verdade, V. Ex^a se comporta como um grande Líder, pois conseguiu montar uma equipe que está junto com V. Ex^a neste momento. Até muitas pessoas já saíram daqui – jornalistas e Senadores – no entanto, eles estão ali, juntinhos, e quando V. Ex^a pede qualquer informação, ela vem rapidamente para cá. Creio que esse talvez seja o seu grande exemplo de um grande Líder. Por isso, hoje, V. Ex^a está muito bem hoje na parte econômica.

Eu procurei fazer a minha lição de casa. Eu ontem sabia que V. Ex^a viria aqui hoje, pois sou membro da Comissão. Pensei: – Poxa, não posso chegar e discutir

com uma equipe desse porte, sem conversar com algum economista que conheça realmente a situação.

Então, ontem, fiquei até as duas horas da manhã, em uma conversa boa com o Professor Paulo Guedes, que é formado na Universidade de Minas Gerais e tem doutorado em Chicago – é um Chicago boss, digamos assim. Mas, durante todo esse debate que aconteceu aqui, creio que a pergunta que eu tinha já foi respondida; já voltou; já foi respondida; já voltou. De qualquer maneira, é uma perguntinha simples, que anotei ontem aqui direitinho. Então, vamos lá. Não vou querer fazer um debate e nem sobre as questões de Minas vou falar, viu Ministro? Vou tentar uma estratégia diferente: V. Ex^a vai se lembrar daquele Senador que não falou muito e, quem sabe, dar uma canetada rapidinha!

Ministro Palocci, no primeiro ano do Governo FHC, os gastos públicos foram muito altos. No segundo governo, o FMI atuou com a mão do Governo, obrigando-o a uma meta de superávit primário de 4%. A meta foi superada com o superávit de 4,5%. Já estamos libertos do FMI. Então, por que manter os juros altos e o câmbio baixo?

Considero a atual política econômica um entrave para o crescimento econômico e a distribuição de renda. Por que não juros baixos e câmbio favorável às exportações? Gostaria que V. Ex^a me respondesse de forma simples e direta; ouvi toda a sua exposição: V. Ex^a vai e volta e discute as questões políticas. Eu queria uma resposta sob a perspectiva econômica.

Há uma outra coisa que não entendo também. Parece que V. Ex^a criou uma meta, juntamente com a sua equipe, de um superávit primário, mas aquela meta acaba sendo ultrapassada e transformada em nova meta de superávit primário. A diferença entre o superávit obtido e a primeira meta não é investida em saúde e educação por exemplo. Puxa-se tudo para o bolo e se anuncia que o superávit aumentou. Se foi criada uma meta de 4,5%, por que, quando se chega a 6%, essa diferença não é aplicada em saúde, educação, estradas etc.?

Terceiro: não queria fazer uma defesa, mas com todo esse embate, com essa tentativa de jogar V. Ex^a contra a Ministra Dilma, não poderia deixar de fazer algumas observações.

No dia seguinte àquela declaração da Ministra, nós tivemos um jantar na casa do nosso Líder Ney Suassuna – a Ministra ganhou um xale de presente de que gostou muito. Foi uma noite em que falamos bastante, mas em momento algum a Ministra colocou alguma questão pessoal contra V. Ex^a. O que senti é que existe uma diferença de filosofia. A Ministra, que é alguém que quer investir sempre – fez isso no Sul –, fica querendo investimento. Por sinal, fiquei perplexo,

porque ela sabe tudo de cabeça – falou sobre essa questão das BRs do Nordeste que têm investimento, ferrovia etc. sem consultar nenhum papel. Foi uma conversa muito agradável e, um dia depois do incidente, não senti, da parte dela, nada de pessoal, nada que viesse a bater de frente com o poder de um ou de outro. Senti realmente alguma coisa para melhorar o País, uma questão de filosofia diferente.

Gostaria, Ministro, que V. Ex^a me respondesse de maneira simples, sem toda essa linguagem sindical, que roda, roda e roda: por que a questão de juros altos e câmbio baixo? Por que isso não muda?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Ministro Antonio Palocci.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Gostaria de agradecer ao Senador Aloizio Mercadante pelas considerações formuladas e dizer que sempre estou muito atento às palavras do Senador, não apenas por ser Senador da República mas por ser, há muito tempo, um formulador na área econômica da mais alta qualidade para o País. Respeito muito as suas opiniões e a perspectiva sob a qual vê os desafios presentes e futuros para o Brasil.

É sempre uma satisfação a convivência e o aprendizado que a sua presença nos trás e a sua opinião sobre os mais variados temas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quer dizer que V. Ex^a não considera que ele seja rudimentar?

O SR. ANTONIO PALOCCI – De forma alguma. É muito capacitado e considero-me aluno neste caso, Senador.

Queria, em especial, agradecer o livro e fico feliz de ver que a nova geração é muito melhor do que nós.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Nós dois estudamos juntos na USP, na mesma época, e tínhamos de escrever panfletos para os nossos filhos escreverem livros. Abrimos espaço para melhorar a qualidade do centro acadêmico. Presidi o centro acadêmico da USP há trinta anos atrás: era só pln-fleto. Hoje, eles estão conseguindo escrever; naquela época a gente não podia. Acho que foi uma conquista democrática.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Acho que é muito significativo. Não quero fazer nenhuma consideração específica, mas é muito significativo e fico muito feliz de ver isso, porque, como disse o Mercadante, aos vinte anos nós fazíamos panfletos em mimeógrafos, brigávamos por um mínimo de espaço democrático e não conseguíamos, talvez, avançar tanto nos estudos como o Pedro consegue hoje. É gratificante ver que a nova geração virá melhor do que nós, trazendo uma

bagagem de grande conhecimento e fazendo ainda mais pelo País. Transmita o meu abraço ao Pedro.

Queria também me referir à lembrança que o Pedro traz – o filho do Aloizio já me mandou uma lembrança sobre isso. A propósito, fico animado de ver que os jovens economistas têm uma visão... Essa é uma questão importante, porque é muito difícil encontrarmos economistas no Brasil que gostem do debate microeconômico. Normalmente, os economistas só gostam do debate macroeconômico, e é muito difícil encontrar economistas que dialoguem sobre mercado de trabalho, regras de regulação, agências reguladoras. A nossa formação, nas últimas décadas, foi muito no campo macroeconômico, e o Pedro tem me cobrado muito a questão da pré-empresa, que é um projeto que penso ter um enorme significado para o País. A esse respeito, o Governo mandou uma proposição para o Congresso, que certamente tem que ser aperfeiçoada, mas concordo com o Aloizio quando diz que a pré-empresa pode formalizar alguns milhões de empreendedores no Brasil. O projeto está na Câmara dos Deputados, e o Relator, parece-me, é o Deputado Luiz Carlos Hauly, uma pessoa preparada para fazer esse relatório. Penso ser uma lei da mais alta importância. Então, se o Aloizio permitir, vou gastar mais tempo com as formulações do filho dele do que com as dele, mas acho que ele merece isso.

Agradeço ao Aloizio pelas considerações no plano fiscal, e queria estimular esse debate. Penso que seria muito importante que os líderes dos partidos do Governo e da Oposição fizessem um debate ordenado sobre essa questão do longo prazo, produzindo as idéias e os instrumentos que forem mais adequados para o País.

Penso que não devemos perder a oportunidade de produzir esse avanço para a política econômica. Penso que isso pode ser feito na medida em que na CAE – é a quarta vez que venho aqui – percebo uma capacidade clara dos Srs. Senadores de formular políticas em relação a questões estratégicas como essa. Então, estimularia isso e quero, na linha do que disse o Senador Aloizio Mercadante, dizer que foi muito importante a evolução que a política econômica brasileira teve no cenário internacional.

Em relação ao FMI: é um avanço o Brasil prescindir de um acordo com o FMI, é um avanço para o Brasil pré-pagar parte dos compromissos que temos com o FMI e chegar a um nível de reservas de US\$46 bilhões, quando partimos de um nível de reservas líquidas de US\$14 bilhões.

Além disso, a nossa participação nos organismos multilaterais tem nos levado a colaborar tanto com a política do G-7 – o Brasil tem sido convidado

praticamente para todas as reuniões do G-7 Ampliado – como com os mecanismos de financiamento de combate à pobreza, que tem sido a pauta do Banco Mundial e de outros organismos multilaterais dos quais participamos em companhia de outros ministérios, em particular do Itamaraty.

Sobre as questões do Senador José Jorge. Ele pergunta se o primário está mais alto por um exagero do Ministério da Fazenda ou pela não-execução dos ministérios.

Eu lhe diria, Senador José Jorge, que está mais alto por várias questões. Uma delas é que, se olharmos por dentro as contas, com detalhes, vamos ver que de tudo um pouco está acontecendo neste momento.

Primeiro: os superávits de Estados, Municípios e de estatais estão mais altos do que o previsto. Os Estados estão fazendo um superávit mais alto, os municípios também, estatais também. O federal também, mas não é só federal o nível de superávit mais alto. Segundo, como coloquei no início, há as receitas extraordinárias. Os lucros extraordinários de empresas trazem uma receita acima da prevista na execução orçamentária. Quando o Relator Romero Jucá fazia a peça orçamentária, discutíamos quais as possibilidades de receita e não sabíamos o que viria do lucro das empresas. Positivamente, surpreendeu essa receita também.

Também existem alguns programas cujo desembolso se dá nas últimas semanas do ano, principalmente alguns investimentos que são projetados, licitados e contratados e vão sendo executados. O gasto não ocorre em janeiro, nem em março, nem em abril, mas costuma ocorrer até o final do ano. Se vocês observarem os últimos anos, verificarão que, em janeiro, há normalmente um superávit alto; em abril, bastante alto – talvez tenha sido o mês desse ano com maior superávit –, depois vai caindo. Em dezembro, sempre há déficit fiscal, porque é o mês em que mais se pagam compromissos do Governo. Existe na execução orçamentária um conjunto de compromissos que são pagos nas últimas semanas do ano mesmo. Esse é um procedimento normal e não uma dificuldade do ministro setorial de fazer o seu investimento. Ele é preparado durante o ano e começa a ser concluído no final do ano. Alguns vão para restos a pagar e continuam a ser pagos no ano seguinte. Esse é um procedimento normal da execução orçamentária. Então, eu diria que há um conjunto de elementos que fazem com que o superávit seja um pouco acima da meta neste momento.

Agora, também é positivo que isso ocorra, Senador, porque tivemos um esforço monetário no fim do ano passado e no começo deste ano que elevou o nosso compromisso de dívida. Então é salutar que o

superávit possa estar um pouco acima da meta para responder a esse compromisso a mais que a política monetária traz no que diz respeito ao pagamento das nossas obrigações de dívida.

Em segundo lugar, o Senador pergunta se taxas de juros mais altas redundam num lucro maior dos bancos. Certamente que sim, mas existem elementos importantes que precisam ser avaliados na lucratividade dos bancos. Eu diria que um elemento novo que felizmente ganhou importância na pauta dos bancos brasileiros foi a grande quantidade de crédito que se está expandindo fortemente. No material que trouxemos, há gráficos a respeito disso que estão à disposição de V. Ex^a. A expansão do crédito é significativa nesses últimos meses, o que traz resultados efetivos aos bancos. É bom que seja assim. É bom que no conjunto de compromissos e resultados do sistema financeiro o crédito apareça de forma forte, porque é ele que dá condições de investimento, que ajuda as condições de consumo da população e que cria o ambiente em que a política monetária atua para fazer o controle do processo inflacionário. Então, o aumento do crédito é um fenômeno importante, que pode ser observado nos números demonstrados.

O Senador também fala das agências. Penso, Senador, que o Presidente Lula tem um compromisso com as agências. Ele, inclusive, há dois anos, enviou à Câmara dos Deputados um projeto de lei que fortalece as agências. Seria importante que pudéssemos retomar o debate.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Só um aparte. Na verdade, esse projeto enviado para aqui, pelo menos na opinião de muitos, enfraqueceria as agências. Está-se satisfazendo uma tentativa de aprová-lo na Câmara. E o projeto está lá desde a época que V. Ex^a mencionou, só que ele hoje não tem pai nem mãe. Ninguém cuida dele; está lá abandonado. Na Câmara, há muita dificuldade de aprovação das matérias. Então, fazendo algumas correções nele, realmente isso seria positivo. Mas tenho acompanhado, e, a meu ver, da maneira como está, seria pior. Mas é uma opinião só.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Eu me disponho a participar mais ativamente desse debate porque penso que é importante. Tenho uma opinião diferente de V. Ex^a. Penso que o projeto que o Presidente enviou fortalece as agências. Mas não há problema; sempre o Congresso tem atuado para modificar os projetos enviados. E na maioria das vezes, na minha modesta opinião, o Congresso está melhorando os projetos que vêm para cá, transformando-os em projetos mais amplos.

Nesse caso das agências, se há alguma divergência, o Congresso pode perfeitamente – a Câmara

Federal e o Senado – melhorar aquilo que foi enviado e fortalecê-las. Essa é a melhor resposta que podemos dar à preocupação de V. Ex^{as}, que considero correta. A preocupação com as agências é uma das questões mais importantes para garantir investimentos privados no Brasil. Devemos nos esforçar para fazer esse projeto andar. Ele é certamente um impulso no investimento privado em áreas como energia, telefonia, saneamento.

As agências reguladoras e a boa conformação das agências serão meritórias para essas questões, haja vista os resultados que tivemos na sétima rodada de exploração de petróleo e gás feita recentemente pela ANP. Isso mostra que, quando a agência funciona, faz a licitação, atrai investimentos fortíssimos para o Brasil. Concorro com V. Ex^a em relação a esse ponto e me disponho a assumir algum papel. Não serei pai nem mãe do projeto, mas filho, talvez. Quero ajudar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Se ele tiver um filho, já ajuda.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Quero ajudar para que possa se desenvolver.

Por fim, V. Ex^a pergunta sobre o projeto piloto de investimentos. Ele se inscreve nesses projetos. Tem uma atuação mais demorada porque, na verdade, escolhemos, no final do ano passado, um conjunto de projetos para fazer parte do programa piloto. São principalmente projetos da área de transportes, do Ministério de Transportes. O Ministério começou o ano licitando, preparando todos esses projetos. Como já dissemos ao responder a outros Senadores, alguns projetos foram bloqueados pelas tramitações normais, por isso, fizemos algumas substituições. Penso que a realização desses investimentos vai-se dar a contento neste ano. Vamos aperfeiçoar o PPI no próximo ano. Já está neste Congresso a proposta. Vamos aperfeiçoar para que, a cada ano, ganhemos agilidade.

Ressalto, Senador, que o projeto piloto de investimentos é uma experiência que propusemos aos países que participam do Fundo Monetário e de outros organismos multilaterais. A propósito, se bem me lembro, o Senador Pedro Simon insistia nesse assunto na nossa última visita, mas não tínhamos como propor ao Fundo que parte dos recursos disponíveis fosse colocada em investimentos. Isso foi feito na prática pelo Brasil, que levou esse tema ao Fundo, onde foi aprovado. Hoje se realiza experiência em dez países com essa proposta que nasceu do nosso debate. Isso é muito importante, pois demonstra que não viemos aqui apenas fazer discurso. As idéias que debatemos, as questões aqui propostas, pelo menos da nossa parte, encaramos com o máximo de seriedade. Muitas questões estão-se transformando em mecanismos efetivos de inves-

timento. Lembro até que o Senador Pedro Simon me provocou fortemente naquele dia, dizendo que, já que o Brasil tinha conseguido um respaldo maior do Fundo por ter cumprido seus compromissos integralmente, nas datas previstas, com metas até mais ambiciosas, era hora de cobrar do Fundo um procedimento diferente para investimentos. Levamos essa idéia ao Fundo, ela foi aprovada e hoje está sendo feito um projeto experimental em dez países.

A presença do Relator do Orçamento aqui é muito saudável. É muito importante que nós cuidemos do PPI para que ele dê certo, porque essa experiência será avaliada por muitos países em relação a como podemos tratar o investimento público e direcioná-lo de maneira diferente de como tradicionalmente trabalhamos no Orçamento. Chamo a atenção para o fato de que esse não é apenas um projeto piloto para termos um “recursinho” a mais para investir. Não. É uma experiência que o Brasil e outros países estão fazendo e que será debatida nos fóruns internacionais porque propusemos que fosse feita assim. Ela ter sucesso é fundamental para que seja reproduzida e ganhe forças como uma tese que nasceu no Governo brasileiro, foi debatida aqui no Senado Federal e disponibilize investimentos importantes.

Por fim, o Deputado Wellington Salgado...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ANTONIO PALOCCI – Desculpe: Senador. Certamente não é uma ofensa.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não. Não há problema algum ser chamado de Deputado. Lembro, inclusive, que o senhor é Ministro e foi Deputado.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Pois é. É um prazer responder sua questão. O senhor tem razão quando se referiu à minha equipe. O senhor tinha dúvida sobre como um médico pode gerir a área econômica. Eles pediram para estar presente aqui e eu aceitei que viessem hoje para que vejam, na verdade, que o grande mérito dessa equipe é que ela, de fato, tem apenas um médico. Todos os outros são competentes administradores e economistas preparados para as funções que exercem.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Devem filmar a equipe para dividir a responsabilidade, não é, Ministro? Filmem todos eles, que estão quietinhos no canto.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Estou muito grato a essa equipe, não só à equipe de comando. Confesso que encontrei no Ministério da Fazenda, em órgãos grandes do Ministério, como na PGFN, no Tesouro Nacional e na Receita Federal, organismos

muito profissionais e com um trabalho muito qualificado. Penso que devemos valorizar essa conquista do Estado brasileiro.

Quando assumi o Ministério, nomeei apenas o Secretário dessas áreas. Disse ao Rachid e aos outros Secretários: “Abaixo de vocês, vocês nomeiam, são os responsáveis”. Eu cobro apenas dos Secretários. O Rachid sabe que, da centena de cargos que há na Receita Federal, não nomeei uma só pessoa, porque considero dele essa responsabilidade e ele faz isso com muita competência, assim como em outras áreas do Ministério. Penso que, de fato, o senhor acerta quando atribui ao conjunto da equipe os méritos da política. Os erros podem deixar por minha conta, porque ninguém é perfeito.

Respondo a sua pergunta. O senhor disse que, no primeiro governo do Presidente anterior, os gastos públicos foram altos e o superávit foi baixo. É um fato. Fiz essa ponderação ao Senador Arthur Virgílio, porque isso foi um problema para a evolução da dívida pública. No segundo Governo do Presidente Fernando Henrique, a questão fiscal foi muito mais bem tratada, na minha opinião, tanto pelo superávit mais elevado quanto pela aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, no segundo governo, a questão fiscal encontrou instrumentos muito mais eficientes e duradouros.

A sua pergunta foi por que, agora que não temos FMI, não baixamos os juros e melhoramos o câmbio. Senador, baixar os juros é a nossa meta. Se a inflação permitir, tenham a certeza de que o Banco Central vai trabalhar para que os juros sejam mais baixos. Não vejo porque o Banco Central não aproveitar as oportunidades que tivermos para, controlando a inflação, que está, neste momento, em um nível de muito controle, baixar os juros de maneira consistente.

É importante ressaltar que a inflação está aumentando no mundo todo por causa do petróleo. Se o Brasil não tivesse feito o esforço monetário conseguido no final do ano passado e no começo deste ano, talvez estivéssemos colhendo uma inflação alta neste momento, porque o preço do petróleo está pressionando inclusive a inflação americana. O debate permanente na política econômica mundial é o comportamento da inflação americana e da inflação européia, tendo em vista os preços do petróleo, que são, talvez, o que mais pressiona os preços públicos em todo o mundo. Talvez seja o preço mais importante para todas as economias.

O Brasil não só não sofreu impacto importante desse aumento do petróleo como fez um processo que trouxe a inflação que estava na faixa de 8% para cerca de 5% a 5,5%. Essa foi uma conquista da política monetária, mas há o custo do juro. Se a inflação se

comportar bem, poderemos fazer movimentos consistentes para termos um juro menor.

Quanto à questão cambial, Senador, nunca encontrei um economista que me disse qual é o câmbio adequado. Na verdade, não sei se existe resposta para essa pergunta. Francamente, não sei. O que vejo é que o câmbio flutuante, para as economias mais modernas, tem servido, tem funcionado, tem prestado serviços adequados ao comportamento do processo econômico.

Vamos olhar a nossa economia. Desde 1999, o Brasil trabalha com o câmbio flutuante. O que aconteceu com as nossas contas externas desde 1999? O gráfico que está à sua disposição mostra que houve inversão completa das nossas exportações com aumento das nossas importações. Portanto, o volume de comércio do Brasil – o Secretário vai entregar o gráfico, cito o item 15, página 15 –, na verdade, mostra que, desde 1999, o comportamento da balança comercial se alterou profundamente e nós passamos de níveis um pouco acima de US\$50 bilhões, para a exportação, em doze meses, de US\$114 bilhões de dólares. A importação também cresceu mais recentemente, mostrando que o saldo é consistente com o conjunto de políticas adotadas no campo macroeconômico.

Se o senhor olhar o gráfico abaixo, verificará que a necessidade de financiamento externo do Brasil foi fortemente reduzida, em função do resultado do saldo em conta corrente – é esse gráfico azul – e do investimento estrangeiro direto, que continua prestando apoio às contas externas brasileiras, de forma que a soma das contas correntes positivas com investimento direto estrangeiro produziu um superávit de conta suficiente para reduzir drasticamente a necessidade de financiamento externo brasileiro. Isso é resultado do câmbio flutuante.

Não sei dizer, não tenho a resposta para V. Ex^a de qual é o câmbio mais adequado para o Brasil. Sei dizer que a política mais adequada, provada pelos números não de um, mas de 5 ou 6 anos e pela evolução das contas externas, é a do câmbio flutuante, pois respondeu fortemente ao País, prestando uma ajuda, um apoio à política econômica de forma extraordinária.

Senador, qual é o resultado disso? Os dados não são apenas gráficos. Quando o comportamento de contas externas muda, mudam completamente as características das empresas brasileiras, o valor dos salários e a formalidade do emprego no País. Há uma mudança qualitativa muito substancial na economia do País quando há uma inversão de contas dessa natureza.

Apoiado pelo economista Paulo Guedes, por quem tenho todo o respeito, V. Ex^a perguntou: “Será

que não é melhor, que não dá para melhorar o câmbio para o exportador?” Diria que, ao longo do tempo, ele tem se mostrado eficiente. É lógico que, sendo flutuante, obedecerá ao andamento do conjunto de políticas, como eu disse naquela discussão que fiz com o Senador Suplicy.

Para aqueles que pensam que o câmbio se valorizou muito por causa de arbitragem, a redução dos juros mostrará que isso tem de fato um valor ou, se não tem, vai corrigir. De fato, se a valorização cambial se dá por volume de comércio, esse é o lado bom da economia do Brasil. Não devemos lutar contra coisas boas. Toda melhora da economia valoriza o câmbio do País e isso aumenta a renda. Penso que não temos de digladiar contra o aumento de renda do nosso País, o senhor entende? Se o câmbio valoriza por especulação, temos um problema, mas se valoriza pela melhoria do conjunto da economia, temos um ganho. Não devemos brigar, na minha maneira de ver, contra os ganhos que a política econômica possa estar trazendo.

Penso que o mais adequado, Senador, é avaliar o andamento desse conjunto de mecanismos e de instrumentos de política econômica utilizados e a evolução das exportações. Até hoje ela é extraordinária. A evolução é muito importante.

Neste momento, temos um saldo, no ano, de mais de US\$100 bilhões, como disse, saindo de uma exportação um pouco acima de US\$50 bilhões, quando o câmbio deixou de ser fixo e passou a ser flutuante. Então, vamos acompanhar, vamos observar, vamos ver como as coisas se comportam.

Embora não possa lhe afirmar, porque não acredito que exista essa informação sobre o valor do câmbio, digo com muita certeza que a política de câmbio flutuante é a melhor. E ela não foi inventada por mim nem pelo Governo anterior. Algumas pessoas vão me criticar, mas não fico ofendido por isso. Falam: “Olha, você está mantendo a política cambial do Governo anterior”.

Quero dizer que a política do câmbio flutuante não é nem minha nem do Governo anterior, ela foi introduzida nos países desde que, em 1971, a convertibilidade do dólar em ouro foi suspensa. Assim os países começaram a operar com políticas cambiais flexíveis. Então, isso vem do início da década de 70. Desde lá, esse instrumento se mostra eficiente, superando, inclusive, o Acordo do Bretton Woods, que previa a convertibilidade do dólar a ouro até 1971. Isso foi modificado desde aquela época. Só recentemente o Brasil adotou essa descoberta, que foi feita há muitos anos por muitos países, e o resultado está aqui, o resultado está aqui presente no emprego, no aumento da renda do trabalhador, no aumento do lucro

das empresas e na melhoria extraordinária de nossas contas externas.

Penso, Senador, ter dado uma resposta razoável a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Iniciando outro bloco, para não dizer encerrando este, o que cria realmente um mal-entendido muito grande, com a palavra, entre os oradores inscritos, será...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Pela ordem, o Senador Garibaldi Alves Filho, do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– V. Ex^a poderia anunciar quais são os nomes deste bloco?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Pois não, Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Os sorteados são: Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará; o Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia, esta é a composição do próximo bloco; e o Senador Romero Jucá do PMDB do Estado de Roraima.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Estado do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presiden-

te, Senador Luiz Otávio, Ministro Antonio Pallocci, quero festejar a vinda de V. Ex^a ao Senado e, especificamente, à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

Acho que V. Ex^a dá uma demonstração de que tem a intenção de promover esse debate de forma democrática com relação às ações da economia do nosso País. E quero festejar mais ainda a forma como V. Ex^a se pronunciou na abertura desta audiência, creditando a governos passados, e V. Ex^a foi bem ao passado, ações que possibilitaram colher o fruto que V. Ex^a vem colhendo à frente do Ministério da Fazenda.

Até porque o discurso do Pares partidários de V. Ex^a não é nessa linha, não é nessa linha, escutamos ainda pouco um pronunciamento nesta outra fase de que as coisas não são creditadas como se tivessem acontecido a partir de agora.

Acredito, Ministro Pallocci, que a sua competência é reconhecida por todos, pela Oposição e pela Situação. Tenho certeza absoluta de que a Nação brasileira assiste estarrecida que a qualquer momento possamos ouvir o pronunciamento do Presidente Lula anunciando que o Brasil foi descoberto a 1º de janeiro de 2003 ou então que sua Excelência ainda não sabe que foi eleito Presidente, porque Sua Excelência sempre diz que não sabia e não sabia.

Então a sua presença e a forma do seu pronunciamento é, sem sombra de dúvida, um ato que deve ser festejado aqui, sim, pela Oposição e quero fazer nesta abertura este pronunciamento.

Agora, especificamente sobre as questões econômicas de que gostaria de ouvir o pronunciamento de V. Ex^a vou começar por aquilo que V. Ex^a disse no seu pronunciamento quando falou das exportações como um pilar para o equilíbrio fiscal, para a manutenção do seu programa econômico para o nosso País.

A Lei Kandir, todos nós sabemos que a política de estímulo à exportação traz a desoneração tributação e tem os Estados como os mais apenados por isso. Acredito que V. Ex^a também concorda que a União tem o compromisso de pagar essa compensação aos Estados pela não incidência sobre as exportações. Então V. Ex^a está cumprindo o orçamento deste ano de 2005.

Estava previsto na Lei Orçamentária algo em torno de R\$4,3 bilhões, V. Ex^a tem cumprido, já tendo liberado do fundo da Lei Kandir R\$2,4 bilhões, vinculados ao Fundef, algo em torno de R\$400 e poucos milhões e do auxílio financeiro aos Estados exportadores, R\$740 milhões. Então está sendo cumprido o orçamento. A minha pergunta é que foi feito um acordo, na ocasião do orçamento de 2005, que, havendo excesso de arrecadação, haveria um aporte de R\$900 milhões para que fossem transferidos a esses Estados prejudicados com a não tributação nas exportações, o que defendemos, é importante que seja dito isso, não queremos exportar impostos. Aí perguntaria especificamente a V. Ex^a, a meta de arrecadação foi atingida, a imprensa já divulgou, V. Ex^a mesmo declarou aqui, então gostaria de saber se será liberado o acordo dos R\$900 milhões ainda em novembro e dezembro, que os Estados estão ansiosamente aguardando para que possam fazer a finalização dos seus orçamentos para o ano corrente de 2005.

A outra pergunta, ainda sobre a Lei Kandir, é que há uma luta travada na Comissão de Orçamento, para o orçamento de 2006, para que sejam inseridos no texto da Lei Orçamentária recursos para que, ano que vem, também possa ser aquinhoadada essa compensação. Pergunto se isso ocorrerá e por que não se fazer uma regulamentação desse fundo para que não se tenha, a cada ano, essa insegurança se vai haver recursos ou não.

Mesmo porque, Ministro, V. Ex^a sabe que a solicitação, a reivindicação do Confaz, para que haja essa compensação das exportações, gira em torno de R\$11 bilhões a R\$12 bilhões e o que tem vindo ao orçamento gira em torno de R\$4,3 bilhões e com esse acréscimo que V. Ex^a irá, com certeza, atender pelo excesso de arrecadação, de R\$900 milhões, chegará a R\$5,2 bi-

lhões, metade daquilo que seria necessário para haver a compensação aos Estados exportadores.

A segunda pergunta que faço a V. Ex^a é com relação à taxa de juros. A edição de hoje da **Folha de S. Paulo** traz um artigo do Deputado Delfim Netto que mostra uma progressão, um cálculo econômico que diz que para manter constante a relação dívida/PIB o superávit primário deve ser igual ao nível da dívida, hoje em 52%, multiplicado pela diferença entre a taxa de juros real, hoje em 14%, e a taxa de crescimento real do PIB, hoje 3,3%. Isto é uma equação do economista Delfim Netto, não tenho essa formação acadêmica, então estou repetindo o que está no artigo do Ministro.

Por esse cálculo, por essa fórmula matemática, o superávit primário necessário hoje para atender isso seria de 5,56%. Como Governo estabeleceu superávit primário de 4,25%, pergunto a V. Ex^a se não seria o caso, já que o superávit primário necessário é diretamente proporcional à taxa de juros, quanto menor a taxa menor será esse superávit, se baixando a taxa não haveria um esforço fiscal menor e uma condição de investir mais na infra-estrutura, na área social do Governo.

A outra pergunta, ainda sobre superávit primário, acho que V. Ex^a já dirimiu a minha dúvida, que seria com relação por que aumentar o superávit primário para algo em torno de 5%, quando ele estava estabelecido com o Fundo Monetário, que nem hoje mais está acompanhando esse processo, na ordem de 4,25%. Mas V. Ex^a, se entendi corretamente, já se pronunciou dizendo que não haverá necessidade de um esforço adicional para aumentar esse superávit primário, então entendi que ele ficaria restrito aos 4,25% e que o excedente seria liberado ao correr desse exercício fiscal que estamos. Gostaria de ter essa confirmação de V. Ex^a se o meu entendimento é correto ou não.

Uma outra questão, gostaria de consultá-lo a respeito. V. Ex^a também, no pronunciamento em resposta aos Senadores que o arguíram, fez referência ao PPI e inclusive especificamente ao Nordeste. Somos solidários à necessidade de investimento para a melhoria de qualidade de vida dos nordestinos.

Quero aqui fazer um apelo a V. Ex^a para que também não se esqueça da Amazônia. Acho que a Amazônia, assim como o Nordeste, é uma região que muito pode colaborar com o desenvolvimento e com a sustentabilidade do crescimento nacional. No caso da Amazônia, especificamente do meu Estado, o Pará, gostaria de pedir a V. Ex^a que no PPI de 2006 sejam definitivamente incluídos os recursos, que são hoje da ordem de R\$ 600 milhões, para a conclusão das eclusas de Tucuruí. Mesmo porque, Ministro, com essas eclu-

sas terminadas e retornando a navegabilidade do rio Tocantins de Marabá até o porto de Vila do Conde, com certeza absoluta, a economia que ocorrerá no transporte, tanto no sentido de exportar quanto no sentido de internar os insumos, pagará em curto prazo esses investimentos. E são recursos que demandarão muito maiores investimentos, porque, como V. Ex^a deve ter conhecimento, a Ferrovia de Carajás já ultrapassou a sua capacidade nominal de transporte. Ela, que originalmente foi construída para transportar 50 milhões de toneladas, está transportando hoje quase 90 milhões de toneladas. Então com o aumento da exportação de minério de ferro ou se fará uma segunda ferrovia, com investimentos de bilhões de dólares, ou poderá se fazer o escoamento pela hidrovía do Tocantins, estando prontas as eclusas.

No PPI deste ano, V. Ex^a aquinhoou com R\$200 milhões as eclusas de Tucuruí, recursos que foram retirados. Então, não temos nenhuma segurança de que, se for via PPI, teremos fim para essa obra que se arrasta há 20 anos – repito: há 20 anos! Então é preciso que haja um compromisso de V. Ex^a no sentido de que os recursos serão alocados para essa obra e que não serão retirados no ano de 2006.

Gostaria ainda de fazer uma última pergunta a V. Ex^a: os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, no caso específico da Amazônia, no ano de 2003, algo em torno de R\$400 milhões, acabaram sendo incorporados ao Tesouro Nacional; os recursos do ano de 2004, algo em torno de R\$500 milhões, estão congelados, ainda não foram incorporados, mas estão congelados; e os de 2005 são da ordem de R\$600 milhões. Somados esses dois anos – e já não estou contando o que foi perdido em 2003 –, dá R\$ 1,1 bilhão.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, não; do FDA.

Se eu estiver errado, V. Ex^a me corrija. Quando da aprovação da reforma Tributária do ano anterior, que se originou naquela mini-reforma que foi feita, houve um acordo de V. Ex^a com os Governadores do Norte e do Nordeste no sentido de que esses recursos, contra a vontade – esses recursos eram para ser aplicados no setor produtivo... Lamentavelmente, o projeto da ADA é ineficaz; não haverá nenhum acesso a esse projeto da forma como está regulamentado. Estamos aguardando a tramitação do projeto da nova Sudam e da nova Sudene aqui no Senado.

Mas existem esses recursos e existia esse acordo de V. Ex^a com os Governadores do Norte e do Nordeste – e falo aqui especificamente do Norte – no sentido de que esse R\$1,1 bilhão, de 2004 e 2005, seria de-

volvido aos Estados, para ser aplicado em obras de infra-estrutura.

Pergunto a V. Ex^a se isso efetivamente acontecerá. Porque não é possível que esse R\$1,1 bilhão, que está congelado e é importantíssimo para o desenvolvimento da região Amazônica, fique fazendo superávit quando deve ser aplicado na infra-estrutura regional para que possamos ter um retorno na arrecadação maior para a Nação brasileira.

O Ministro Ciro Gomes já me disse que os Senadores dessas regiões teriam de convencer os governadores a abrirem mão desses recursos, quando, na realidade, foi um acordo feito entre o Governo Federal e os governos estaduais.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria de obter só uma explicação, porque eu não entendo muito de economia, Ministro Palocci. O senhor falou sobre a questão da influência do preço do petróleo com relação a... Ainda há pouco, o senhor disse que Rússia tem uma questão diferenciada, como a Venezuela, por ser uma grande produtora de petróleo, o que está fazendo com que aquele país possa crescer níveis acima do que gostaríamos de ter no Brasil.

Farei uma pergunta a V. Ex^a. O Brasil está prestes a ser auto-suficiente em petróleo. Pelo que se ouviu dizer, deve ocorrer isso e Deus queira que isso ocorra proximamente, em curto prazo. A auto-suficiência de petróleo não diminuiria essa influência do custo do barril na questão da aceleração da nossa inflação?

Eram essas as perguntas. Agradeço a resposta de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O próximo Senador inscrito, depois do Senador Flexa Ribeiro, é o Senador Rodolpho Tourinho. (Ausente.)

Após ouvirmos os próximos oradores, Senador Romero Jucá e Senadora Ana Júlia Carepa, encerraremos este bloco.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, do PMDB de Roraima.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente Luiz Otávio, Sr. Ministro Palocci, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve.

Primeiramente, quero parabenizar o Ministro Palocci pela condução do debate, pelos esclarecimentos que deu não apenas no tocante à questão econômica, mas também quanto à conjuntura de denúncias e de notícias que preocupam o País e todos nós. No início do debate, manifestei-me dizendo que faria, se fosse necessário, perguntas para esclarecer tudo isso.

Quero dizer ao Ministro Palocci que me sinto satisfeito pelos esclarecimentos prestados. Acredito que S. Ex^a demonstrou verdadeiramente o seu posicio-

namento. Portanto, vou falar rapidamente sobre dois assuntos mais da área econômica.

Quero, antes, lamentar a ausência dos Líderes Partidários da Oposição, porque eu esperava que pudessemos ter um debate qualificado nesta Comissão sobre uma votação fundamental que deverá ocorrer até a próxima sexta-feira, no plenário do Senado, que é a criação da Super-Receita. Trata-se da Medida Provisória nº 258, que, efetivamente, cria um novo mecanismo, moderniza, simplifica o processo tributário. Infelizmente, não avançou esse processo de entendimento, de debate. É preciso que avance no dia de amanhã, mas eu gostaria de ouvir do Ministro Palocci um comentário sobre a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Quais são as vantagens? Quais são as dificuldades operacionais? Enfim, quero saber o que ele espera, como condutor desse processo, que o País ganhe com a criação da receita e também as possíveis dificuldades, se porventura não houver a aprovação dessa medida provisória.

Gostaria também de saber, já que o Senador Flexa Ribeiro levantou a questão, como anda o entendimento com os Governadores sobre a nova sistemática para a Lei Kandir. Em todos os anos, a Lei Kandir é um parto no Orçamento, é uma dificuldade. No ano passado, foi um tumulto. Neste ano, segue-se o mesmo rumo. Lembro-me de que estivemos muito perto, Ministro Palocci, de chegar a uma proposta nova que pudesse, efetivamente, fazer funcionar melhor essa questão da Lei Kandir, inclusive definindo procedimentos já automáticos, exatamente para acabar com essa insegurança se haverá ou não recursos para o próximo ano para o mecanismo de exportação, que efetivamente deve ser planejado. Ninguém exporta amanhã. Qualquer empresa precisa programar-se. Participei de vários debates com os Governadores. Quase chegamos a uma posição de consenso – parece que dois ou três Estados eram contrários. Portanto, eu queria saber do Ministro Palocci qual é o andamento e se conseguiram avançar essas questões.

São essas as minhas perguntas, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – A próxima Senadora inscrita é a Senadora Ana Júlia Carepa.

Senadora Ana Júlia Carepa, o Senador Rodolpho Tourinho acaba de chegar. Na verdade, tivemos de alterar a lista. Ele já está aqui com um mandado de segurança para usar da palavra e ter a oportunidade de fazer seus questionamentos.

V. Exª aguardará?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Com muito prazer.

Concedo, então, a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa. Posteriormente, retornaremos à lista de oradores inscritos, e o Senador Rodolpho Tourinho, com muito direito, usará da palavra.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa, do Partido dos Trabalhadores, também do Estado do Pará.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiramente, quero parabenizar a CAE pela reunião e dizer ao Ministro Palocci que eu também faria perguntas sobre as diversas denúncias que estão sendo feitas. Creio que V. Exª foi extremamente claro em relação a isso, o que não quer dizer, obviamente, que o Senado não possa chamá-lo. Isso nos dá tranquilidade, porque percebemos a sua firmeza – aliás, não é a primeira vez que V. Exª demonstra essa atitude ao se fazerem denúncias a seu respeito – em esclarecer os fatos que realmente podem ser esclarecidos, até porque sabemos, como V. Exª disse, que não há como esclarecer elucubrações, fantasias ou fatos que não aconteceram e que V. Exª desconhece.

Ministro, não é desconhecida também de V. Exª a minha posição em relação à política econômica. Quero, inclusive, alertar o Sr. Ministro que vários dos que são Oposição e que elogiam a política econômica, que é muito semelhante à do Governo anterior, fazem-no apenas por isso. Muitos da Oposição que querem que se mantenha essa política econômica de juros altos, mesmo que esses juros altos sejam mais baixos que os do Governo anterior – mas são altos –, querem também que se mantenha essa política conservadora. Eles se dividem. Alguns o elogiam e dão-lhe um abraço, que, não tenha dúvida, é abraço de urso, viu? Não tenha dúvida disso. Outros são escalados para bater impiedosamente e para reclamar, sim, das mesmas questões de que reclamamos.

Diferentemente do que dizem aqueles do PT que discordam da política econômica e não percebem que estão discordando da única ação importante do Governo, quero dizer que isso não é verdade. Primeiro, o Governo tem diversos programas importantíssimos e fundamentais. Eu poderia citar vários aqui, como o trabalho que tem feito o Ministério do Desenvolvimento Agrário; o trabalho que tem sido feito, por exemplo, por meio do Programa Luz para Todos; o trabalho que tem sido feito na área de assistência social, não apenas com o Programa Bolsa Família, mas também com o programa que lhe é complementar, um programa que

não apenas dá o peixe, mas que também ensina a pescar.

Portanto, quero dizer-lhe, Ministro, que já estamos numa fase em que o remédio, se administrado em dose excessiva, pode prejudicar em vez de beneficiar. Hoje, no País – V. Ex^a falou e eu anotei – os níveis atuais de investimento público estão inadequados e são insuficientes. É verdade. Todo o esforço fiscal que faz a política econômica acaba não tendo resultado prático. Não vou repetir aqui os dados que o Senador Eduardo Suplicy mostrou, mas concordo com eles em relação ao pagamento da dívida.

Estamos ouvindo esse discurso sobre a inflação há muitos anos neste País, mas é a população mais pobre que sofre. Dizem que, se não houver uma política consistente, equilibrada, a população de baixa renda vai perder. Escuto isso há muitos anos, Ministro, e é sempre a população de baixa renda que continua perdendo. Reconheço que várias, milhares dessas famílias, na nossa região, estão recebendo benefícios como o Pronaf. Só no Pará, cresceram 500% os recursos, os investimentos os financiamentos para a agricultura familiar. Crescimento de 500% não é qualquer crescimento. No entanto, não existe neste País, Ministro, dados consistentes sobre inflação que justifiquem essa taxa de juros. Falava-se do câmbio, mas o câmbio hoje está lá embaixo. Sendo assim, o que justifica manter essa taxa de juros absurda? Nada, Ministro.

Está na hora de fazermos, sim... Não estamos fazendo nada de fogo amigo, segundo comentário feito do meu lado. Pelo contrário, Ministro. Quero alertá-lo. Alguns querem manter essa política e acreditam, por exemplo, que se deve cortar custeio. Custeio é verba impessoal, custeio é salário, custeio é o PREVBarco no Estado do Pará. Cada um dos dois PREVBarcos existentes atende, em média, de 22 a 25 Municípios, e o custo benefício é bem menor do que haver uma agência do INSS em cada Município. Mesmo assim, a toda hora ameaçam cortar esse PREVBarco que leva atendimento exatamente à população ribeirinha. Esse é um programa social, porque a Previdência Social é um dos maiores programas sociais que existem para a população mais pobre.

Portanto, Ministro, quero alertá-lo, porque os que pregam que se continue com uma política de mais arrocho ainda, uma política fiscal que corte custeio, ou seja, verba para pessoal, não têm o menor interesse que este Governo atenda à população mais pobre. Não se iluda com os abraços de urso. Não se iluda! Não se iluda com os abraços de urso de alguns da Oposição. Eu já falei.

Quero manifestar a minha posição clara. Quero concordar com o que diz a Ministra Dilma Rousseff,

que considero uma mulher competente, séria. S. Ex^a não está fazendo uma política contra V. Ex^a – e V. Ex^a sabe disso. Ela está defendendo o que muitos defendem: que possamos ter mais investimento. O senhor ouviu os Senadores do meu Estado que me antecederam reclamando de investimento, reclamando que não tem uma série... Ou seja, o senhor está vendo como é que é? Querem que se mantenha a política econômica, mas vão bater impiedosamente, como alguns têm feito todo o santo dia, de manhã, de tarde, de noite e de madrugada.

Sr. Ministro, não estamos propondo nenhuma política irresponsável. Como Relatora da Sudam, quero dizer que estou propondo que os recursos do FDA sejam os recursos da nova Sudam. É verdade que é impossível usar a ADA. A ADA, instituída pelo ex-Presidente Fernando Henrique, foi criada para não funcionar mesmo. Porém, queremos que a Sudam funcione. Por isso, estamos fazendo algo diferente. Em vez de acabar com instrumentos como esse, em vez de jogar fora, como fez Fernando Henrique, a bacia com a água suja, acreditamos que deve haver outros instrumentos, mas a Sudam ou a Sudene não são os únicos instrumentos de desenvolvimento em nosso País para essas regiões.

Quero dizer-lhe, Ministro, que precisamos tanto de investimento em obras fundamentais para as regiões quanto de investimento em pessoal, para atender, sim, à população que precisa de um posto do INSS, o que é possível, e para melhorar o salário dos professores das universidades. Eles dizem que não se deve gastar em pessoal, mas assomam à tribuna todos os dias para reclamar porque não melhoraram e porque nossas universidades estão em greve...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – (Inaudível.) e porque milhares de jovens neste País já perderam o semestre. Não vou nem entrar nesse mérito de que só liberam emendas porque a qualquer momento que o Governo liberar emendas o discurso vai ser idêntico, Ministro. Então não vamos cair nessa conversa fiada.

Mas quero fazer uma ressalva: nós, da região Amazônica, temos uma dificuldade imensa com esse tipo de política econômica que segura, segura, segura os recursos para liberar no final do ano. O que acontece? Isso pode servir para a região Sul, do meu amigo Senador Pedro Simon; pode ser importante para a região Nordeste, para a região Sudeste, mas na região Amazônica, Ministro, liberar recursos, por exemplo, para estradas... Este ano nós conseguimos um milagre: liberar antes para a Transamazônica e para a BR-163. Graças a Deus, pela primeira vez a BR-163

e a Transamazônica já estão em obras. Contudo, muitas outras não estão em obras, e, se forem liberadas agora, inclusive emendas para nossos Municípios, as dificuldades serão grandes por causa das chuvas. É uma questão climática. Mas há que se entender que este País tem diferenças regionais.

Então, quero fazer esse alerta. Aqueles que nos criticam, criticam apenas na sua frente, mas, na verdade, Ministro, cobram o mesmo que nós cobramos: mais investimentos, principalmente mais investimentos da forma como eles realmente têm sido priorizados nesse Governo, como Luz para Todos. Para alguns, inclusive da imprensa, o Luz para Todos na Amazônia não interessa porque talvez, para alguns jornalistas, levar luz para comunidades que estão lá no interior da Amazônia, para essas pessoas talvez não tenha importância nenhuma, mas para mim, que represento o Estado do Pará, para mim, que sou paraense, amazônida, isso representa e muito, isso é respeito à população mais pobre, mais esquecida deste País.

Então, quero fazer esse alerta a V. Ex^a, Ministro.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O próximo inscrito é o Senador Rodolpho Tourinho.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, é claro que não foram citados nomes, mas a Senadora referiu-se à Bancada do PSDB ou do PFL. Quero solidarizar-me com o Ministro quanto ao que disse aqui a Senadora Ana Júlia Carepa, porque o Ministro não merece as palavras tão rudes da Senadora Ana Júlia Carepa.

E primeiro quero agradecer ao Ministro, que confirmou hoje, aqui, que a política econômica de Fernando Henrique Cardoso era uma política decente e boa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Leonel Pavan, há oradores inscritos que ficam pressionando para falar.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Uma questão de ordem, Senador. Depois pedirei o art. 14.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Então encerro. A Oposição hoje está uma oposição “algo-dão-doce”, e quem é o fogo amigo aqui é a Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pelo art. 14.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu fui citada, Sr. Presidente; peço a palavra com base no art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a tem de se entender com o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Serei rápido, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – V. Ex^a foi citado?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Fui: “Senador do meu Estado”. Falou há pouco. Fui citado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – É genérico!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, quem falou há pouco do Estado fui eu.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Fui citada, Senador. Quero falar pelo art. 14. Dois podem falar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Darei dois segundos para cada um de V. Ex^{as}.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Porque quem apenas falou pelo Estado do Pará até agora aqui, nesta reunião, foram o Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Ana Júlia Carepa. O outro Senador não falou nada...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – É um conflito de dimensões amazônicas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – (*Inaudível.*) apenas está aqui para presidir a reunião.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É que a Senadora Ana Júlia Carepa foi agressiva.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Serei breve, Sr. Presidente, até em solidariedade ao Ministro. Quero só dizer que poucas vezes, Ministro, tenho a mesma linha de pensamento da Senadora Ana Júlia Carepa – e agora tenho. Tudo que S. Ex^a disse eu endosso.

Acho que o consultei anteriormente sobre a questão do 4,25 ou 5, e disse que V. Ex^a já tinha até esclarecido que não haveria necessidade de esforço adicional no superávit. Então, concordo; se é 4,25, acho que todos nós temos de ter a responsabilidade fiscal, que tem de ser preservada. Não há dúvida com relação a isso.

Com relação à ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia), concordo com S. Ex^a também: a ADA inexistiu. Foi no Governo passado? Foi. Mas precisa ser corrigida, e vamos usar os recursos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA. *Fazendo soar a campainha.*) – Está bem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, quero dizer que há concordância.

Com relação à questão do remédio que citou a Senadora Ana Júlia Carepa, V. Ex^a é médico, então entende bem que a diferença entre remédio e veneno é a dose.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa por dois segundos, até porque V. Ex^as...

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Fui citada pelo Senador Leonel Pavan, dizendo que eu havia sido grosseira com o Ministro Antonio Palocci.

Quero dizer que em nenhum momento fui grosseira com o Ministro Antonio Palocci. Tenho certeza de que o Ministro não entendeu desta forma. Exponho democraticamente minhas posições, as diferenças que tenho e que não são totais.

O Ministro Antonio Palocci tem conduzido a economia com uma estabilidade que é fundamental. Essa questão de achar que a não-estabilidade é boa, isso é loucura porque sabemos que, com uma inflação descontrolada, o primeiro a perder é, na verdade, o trabalhador mais pobre.

Mas quero também, Ministro, deixar muito claro aqui que o que foi falado ainda há pouco só confirma o que eu lhe disse: algumas pessoas que hoje defendem uma posição igual à minha, quando foram Governo defendiam de forma completamente diferente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio.

Sr. Ministro Antonio Palocci, já estamos aqui há mais de nove horas. Imagino o cansaço do Ministro, de forma que não vou tratar de assuntos como abraço de urso e fogo amigo. Aliás, eu queria começar por aí, Ministro: exatamente na questão dos gastos da questão do fogo amigo com a Ministra Dilma Rousseff.

Evidentemente, V. Ex^a levantou a questão que acho fundamental: a redução da despesa corrente líquida no longo prazo. Acho que fora disso dificilmente teremos outra saída para este País. Entendo perfeitamente isso e imagino que aquilo que foi apresentado também por V. Ex^a como alternativa é aumento de carga

tributária. Isso vem ocorrendo ao longo dos anos, e é uma coisa que não podemos mais aceitar.

Indo só nessa direção, e várias vezes já conversamos sobre o assunto, já tratamos do assunto, gostaria de dizer: Ministro, já estava na hora de fazer a reforma tributária. Acho que o que o Governo arriscaria hoje seria muito pouca coisa. Estamos no fim de um acordo que foi feito com São Paulo ainda com o ex-Governador, falecido Governador Mário Covas, em relação à questão do prazo dos incentivos fiscais, em relação a toda a questão da unificação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Acho que esse acordo está-se esvaindo...

Sr. Presidente, não posso falar assim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Romero Jucá, Senador Sérgio Guerra, Senador Leonel Pavan, eu pediria a V. Ex^as...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – O Senador Sérgio Guerra inclusive já falou e continua aí.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* atenção, pelo apelo que o Senador Rodolpho Tourinho faz.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Esse acordo vai se esvaindo ao longo do tempo quanto à unificação do ICMS, à questão dos incentivos fiscais. Agora, Ministro, precisa-se é fazer o FDR (Fundo de Desenvolvimento Regional). Com isso, tenho certeza de que hoje, naquilo que foi combinado, os Estados aceitarão.

Eu queria deixar outra vez essa sugestão, que é importante que seja registrada aqui. Se passar este ano, Ministro, vamos perder. São 10 anos pelo menos... São 10 anos ao longo dos quais inclusive V. Ex^a também trabalhou, não como Ministro da Fazenda, mas como Deputado e como Presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados. Esse é um ponto que considero extremamente importante. Entendo que é importante também para os Municípios hoje, com aquele aumento do 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Entendo também que a notícia dada por V. Ex^a foi boa, em relação ao pagamento da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Entendo também que esse é o momento – e o último – da reforma tributária.

O segundo assunto, rapidamente, é a questão que V. Ex^a anunciou ainda como um investimento no Nordeste. Lamento discordar, porque ele não está sendo feito. É a coisa mais importante que o Nordeste pode ter hoje, o Gasene, o gasoduto sudeste/nordeste. Temos uma crise anunciada de energia, para 2010, por falta de gás. No Nordeste será em 2009. As alternativas que estão sendo postas em prática indicam claramen-

te, em primeiro lugar, que é bom o reconhecimento, por parte do Governo, da crise. O Governo está aceitando que, no leilão de energia nova, entrem aquelas usinas emergenciais que farão contratos por quinze anos, gerando energia a óleo diesel, ou seja, é preço de energia de primeira, com geração de energia de segunda. Estamos transformando o Nordeste em um grande problema em relação à questão energética. O Gasene não está sendo feito. Existe uma disputa – não sei se entre empreiteiros – entre chineses, no consórcio do Sinopec. Todas as informações que tenho – e acompanho dia a dia esse assunto – são de que não está sendo levado adiante.

Quero pedir a V. Ex^a prioridade para o Nordeste. É um investimento que não é bom só para a Bahia. Vai da Bahia até o Ceará. Todos os investimentos estruturantes dessa região, hoje, dependem exclusivamente desse gasoduto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra ao Ministro Palocci. Logo após, teremos os inscritos: Senador Ney Suassuna; Senadora Serys, que não está presente, mas será chamada; Senador Antero Paes de Barros, que também não está presente; Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao Ministro Antonio Palocci.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Senhores, é a lista. Tenho que ler a lista. Os que não estão presentes serão chamados e, não estando presentes, passaremos a vez aos outros Srs. Senadores.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – É apenas para saber se estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– V. Ex^a, Senador Almeida Lima, deve estar inscrito para falar aproximadamente às três horas da manhã.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Tenha certeza de que terei paciência.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– O Senador Pedro Simon também está inscrito.

Concedo a palavra ao Ministro Antonio Palocci.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Quero, em primeiro lugar, responder às questões do Senador Flexa Ribeiro.

Aproveito, Senador, para explicar duas questões. Primeiramente, aqueles que estão há mais tempo aqui

conhecem a história da Lei Kandir. A Lei Kandir, à medida que desonerava as exportações de ICMS, tinha o potencial de provocar uma perda na receita dos Estados. Quando o Governo de então resolveu aprovar aquela lei construiu um sistema de compensação, que deveria durar alguns anos. Se não me engano, o previsto era dois ou três anos. Não tenho certeza. Era um tempo limitado para cobrir as eventuais perdas que os Estados tivessem com a desoneração das exportações, que era uma medida importante para o Brasil. Esse efeito da Lei Kandir está completamente consolidado. Não há mais nenhum Estado que tenha perdas em função da Lei Kandir, como era previsto na lei original. É a primeira constatação que precisa ser colocada.

Em 2002, eu era coordenador da transição do Governo. Naquele ano já havia acabado os efeitos da compensação da Lei Kandir. Fui procurado pelo então Ministro Pedro Parente, que me pediu para consultar o Presidente Lula, então Presidente eleito, apesar de ter a compreensão de que os efeitos da Lei Kandir não existiam mais, que já estava cumprida. Poderíamos, em apoio aos Governadores, fazer mais um ano de compensação pela Lei Kandir, com base na Lei Kandir, como um apoio aos Governadores nas suas obrigações tributárias. Levei a questão, Senador Flexa Ribeiro, ao Presidente Lula. Sua Excelência aceitou a idéia. Nós, portanto, resolvemos pagar mais um ano, o ano de 2003, por uma lei cujos efeitos já estavam contemplados, já estavam extintos, tinha cumprido toda sua previsão.

Ocorre que os Governadores, no ano seguinte, nos pediram para fazer mais um período. Então, pusemos na discussão da reforma tributária que deveríamos construir um fundo de compensação das exportações. Vejam, a obrigação do Governo Federal – até porque o ordenamento tributário só permite que seja assim – é devolver tributos federais. Não é razoável pensar que, em nível federal, vai-se devolver tributos estaduais. Não é possível, inclusive, equacionar a questão de maneira ordenada. Mas como, na verdade, transformou-se em um apoio do Governo Federal aos governos estaduais, fizemos mais um ano, em 2004. Quando chegamos em 2004, de novo, os Governadores pediram um aumento daqueles recursos. Foi quando o Senador Romero Jucá, que era Relator do Orçamento, nos ajudou, juntamente com vários diálogos com os Governadores, a formular um acordo que tinha algumas questões. Primeiramente, pagaríamos R\$4,300 bilhões, relativos à Lei Kandir e a um fundo de compensação que foi feito praticamente a pedido do seu Estado, do Estado do Pará. O Estado do Pará, por ser um Estado exportador de matéria-prima, não era razoavelmente contemplado com a Lei Kandir. Então, vários Deputados e Senado-

res cobraram-me a questão muitas vezes. O Senador Luiz Otávio cobrou-me muitas vezes, bem como o próprio Governador. Levamos ao Presidente e conseguimos uma solução para o problema levantado pelo Senador Luiz Otávio no sentido de ressarcir o Pará e outros Estados. São poucos os Estados. Basicamente é o Pará. Um pouco, Minas Gerais que, pelo perfil das exportações, não consegue se ressarcir pelos critérios da Lei Kandir.

Então, fizemos esses novos R\$900 milhões. Foi aprovada uma legislação aqui. V. Ex^{as} a aprovaram e a aperfeiçoaram. Pagamos esses R\$900 bilhões.

Na negociação com o Senador Romero Jucá, que era o Relator na época, assumimos dois compromissos com os Governadores, não só um. O primeiro era no sentido de que, havendo condições de recursos, daríamos mais R\$900 milhões, condições de recurso; não é só a receita, há o lado da despesa também. O que aconteceu ao longo do ano foi que a receita se comprovou, mas a despesa também se comprovou mais alta. É um fato.

Em segundo lugar, iríamos construir junto com os Estados uma solução definitiva, que foi proposta naquela oportunidade. É o fundo de compensação das exportações. Temos, na verdade, na mesa, dois compromissos. O dos Governadores e o do Governo Federal. Ambos precisam ser cumpridos.

Da minha parte, tenho toda disposição. Creio que o Governo Federal deve cumprir o compromisso de R\$900 milhões a mais com os Governadores. Acho até justo. É um compromisso de apoio que levantamos. Também é verdade que na mesma reunião, no mesmo dia, no mesmo local, fizemos o compromisso do fundo de exportação, que infelizmente não tem avançado na discussão com os Governadores. Na verdade, precisamos construir um compromisso mútuo em que os dois lados precisam ser desenvolvidos. Caso contrário, não vamos ter nunca uma solução para a questão da exportação.

Não é cabível que o Governo Federal, permanentemente, supra impostos estaduais, mesmo porque as contas não fecham. Há Estados que continuam perdendo. O Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, por ser um Estado que agrega valor, mas que importa muito insumo de outros Estados, sempre fica perdedor nessas equações. Então, não temos como resolver. Ou se faz um fundo do ICMS, para compensar as exportações, ou vamos ter uma permanente briga e os Governadores sempre insatisfeitos, bem como as empresas, já que não recebem adequadamente a compensação das suas exportações, e nós sem uma solução.

Tenho insistido com os Governadores no sentido de que devemos partir para uma solução definitiva. Há

o compromisso dos R\$900 milhões, reconheço. Creio que o Senador Romero Jucá igualmente o reconhece – e S. Ex^a estava presente e foi o autor da proposição. No entanto, temos que resolver o fundo. Não pode ser cobrado somente o lado do Governo Federal na conta. Quer dizer, a conta tem dois lados. Todos devem participar da solução para termos uma questão definitiva.

Qual é o nosso foco? E penso que é do interesse de todos os Governadores e do Governo Federal. Nosso foco é que as empresas tenham o ressarcimento de suas exportações. Caso contrário, vão pagar o imposto sobre a exportação.

Na verdade, já conseguimos resolver no âmbito federal. Quando a Cofins deixou de ser cumulativa, deixou de ser problema. Na própria cadeia já desonerou a exportação. Outros impostos que ficam onerados a Receita devolve.

Então, não há, basicamente, reclamações importantes junto à Receita Federal nesse aspecto. Existem em outros. Mas nesse aspecto não há reclamações junto à Receita Federal do Brasil sobre a questão das exportações. Nos Estados permanece esse problema.

Então, eu sugeriria, Senador, que nos ocupássemos disso. O Senado vai ter um papel importante porque o fundo terá que ser aprovado no Congresso Nacional. Caso contrário, não irá valer. Sugiro que nos ocupemos dos dois lados do compromisso: o lado do fundo e o lado dos R\$900 milhões.

Da nossa parte, penso que o Presidente Lula vai confirmar esse compromisso. Tenho levado a questão a Sua Excelência. Vamos procurar resolver isso nas próximas semanas. Insisto que foram dois compromissos firmados, não apenas um.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Ministro, V. Ex^a permite-me uma observação.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex^a fez referência ao fato de que já houve tempo suficiente para consolidar essas perdas dos Estados pela desoneração do ICMS. No meu Estado – e acredito que em outros Estados também –, essa consolidação não ocorreu ainda, principalmente porque quase 40% da economia do Estado do Pará é voltada para a exportação de produtos primários. Não há agregação de valor na cadeia. Há insumos que, face à demanda mundial, tiveram um acréscimo de 70% no preço. Então, não houve, não há internalização desses benefícios.

Quero colocar-me à sua disposição no sentido de encaminhar a V. Ex^a os dados do Estado do Pará comprovando que não houve essa...

O SR. ANTONIO PALOCCI – Tenho os dados, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... consolidação. Coloco-me à disposição para que seja construído esse fundo. Creio que é o caminho que vai regularizar essa agonia dos Estados. O próprio Senador Rodolpho Tourinho tem uma PEC que é muito simples e inteligente. Admite a cobrança do ICMS pelos Estados e a compensação em tributos federais, pelas empresas que pagariam. Há uma equalização imediata.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Como é? Desculpe-me.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Autoriza-se a cobrança do ICMS pelo Estado dos produtos exportados e a compensação imediata pelas empresas, pelo que pagaram de ICMS, em tributos federais. Então, há um encontro indireto de contos. Eu mesmo tenho uma PEC, Sr. Presidente....

O SR. ANTONIO PALOCCI – Ou seja, os Estados recolhem e nós pagamos. É isso?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas o benefício é da União.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Tenho certeza de que o Senador Tourinho não faria essa maldade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estamos trabalhando pelo Brasil na questão das exportações e para o equilíbrio fiscal.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Sim, mas tenho contas para pagar, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Um Estado não pode trabalhar mais do que os outros. É preciso que haja equilíbrio.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Senador, deixe-me esclarecer. O problema do seu Estado... Nós temos os dados todos referentes à Lei Kandir, que está completamente superada. O problema do seu Estado é outro. O Estado do Pará tem um problema, de fato, com exportações, por ser um Estado essencialmente exportador de matéria-prima. Isso fez com que, inclusive, criássemos um outro sistema pela reivindicação do Pará. O Senador Luiz Otávio disse que não me convidaria mais para vir à CAE se eu não resolvesse esse problema.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Foi acordado. O sistema de distribuição dos R\$900 milhões é diferenciado, inclusive. Por conta disso.

O SR. ANTONIO PALOCCI – É diferente da Lei Kandir por conta, basicamente, do Pará. Atendeu outros Estados que também têm um problema parecido. Minas tem um problema parecido, mas que não é tão gritante quanto o do Pará. Minas tem um lado de exportação...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Que tem um saldo positivo...

O SR. ANTONIO PALOCCI – Tem um saldo de exportação de *commodities*, mas tem um saldo importador melhor. No Estado do Pará, a situação era mais gritante.

Então, basicamente fizemos essa lei a pedido das lideranças do Pará, do Governador e de todas as autoridades do Pará, que nos levaram a uma situação concreta. Analisamos que, de fato, era uma questão que merecia uma atenção e que recebeu, por isso, R\$900 milhões.

Com relação a projetos de fundos estamos sempre abertos; para idéias simples e práticas, estou sempre aberto, desde que não seja uma coisa tão simples, do tipo, os Estados arrecadam e eu pago a conta. Tenho contas para pagar. Não que não seja solidário para com os Estados, mas nos temos... Se o Senador Tourinho tem uma PEC, fico feliz. Talvez a gente possa enviar ao Senador Tourinho as propostas que estamos construindo do fundo e agregar na PEC do Senador a solução do problema. Não faço questão de autoria de lei. Quero solução para a questão. Creio que precisamos encontrá-la. Se o Senador Tourinho permitir-me pegar carona no seu projeto, pedirei aos nossos secretários que faça uma reunião com S. Exª e que tragam as idéias que estamos discutindo com os governadores. Já recebemos uma proposta do Governador Aécio Neves, de Minas Gerais. Se não me engano o Governador do Pará também enviou uma proposta, outros mandaram outras. Nós podemos fazer...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu também tenho uma PEC sobre isso, Ministro.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Se V. Exªs me permitem, pegamos carona nessas PECs e vamos resolver o problema. Não faço questão alguma de construir outro caminho, outro projeto, mas precisa ser solução para valer e não pode ser tão simples a ponto de só nos entregar contra. Precisa algo que equilibre...

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Podemos começar a trabalhar amanhã, Ministro?

O SR. ANTONIO PALOCCI – Ontem. Já começamos ontem.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Então, já vou me colocar à disposição da equipe de V. Exª.

O SR. ANTONIO PALOCCI – E digo: há estados que têm problemas específicos. Se não for feito fundo que contemple a questão ICMS, não vai resolver. Insisto aqui. O Rio Grande do Sul tem sido tradicional perdedor nessa questão pelas características do valor agregado lá. E não é justo que seja assim, porque precisamos ter um sistema em que há compensação se dê sem prejuízo dos Estados, que seja um equilíbrio, que a empresa não pague o imposto, porque, se

não devolver, a empresa está pagando um preço alto, inclusive, e a compensação seja justa entre os Estados. Os mecanismos existem. Precisa haver disposição dos Governadores e de todos os entes de participar de uma solução definitiva. Se os Senadores quiserem se ocupar focadamente nessa questão, será de grande apoio para o nosso trabalho, porque – não quero dizer isso – essa discussão não está evoluindo. Só está evoluindo a discussão dos 900 bilhões, que é justa e legítima, mas também precisa evoluir esse lado para uma solução definitiva.

Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a pergunta por que mantemos superávit primário depois de deixar o Fundo. Digo a V. Ex^a que não mudamos nosso superávit primário a maior a pedido do Fundo. Mudamos porque o Brasil precisava. Não concordo com algumas questões que o fundo coloca para o Brasil. Acho que são insuficientes. Muitos modelos são inadequados. Respeitamos os técnicos do Fundo, que são altamente qualificados, mas o Governo Brasileiro devia ter uma política econômica autônoma, e assim fizemos. Decidimos, entre outras coisas, aumentar o nosso superávit primário, porque o Brasil precisava ter um posição muito forte no período em que as condições do equilíbrio da economia estavam absolutamente volúveis. Hoje vamos fazer nossa política. O esforço fiscal não é resultado de um comando do Fundo, mas um resultado da nossa dívida, Senador, que é altíssima. Insisto: eu poderia ficar aqui numa posição de dizer que não fui eu que fiz. Fazer toda uma demagogia, um proselitismo interminável sobre dívida, mas o fato é que ela está lá para ser paga, todo dia, inclusive. Temos que negociar papéis todos os dias e tentar reduzir a nossa taxa de juros e o custo da nossa dívida. Para isso, é preciso ter recursos, é preciso ter condições de saldar essa dívida. Apenas no momento em que conseguirmos baixá-la de maneira consistente é que vamos ganhando espaço orçamentário. Por isso, tenho essa opinião e desenvolvemos essa política econômica com essas características.

Falando da Amazônia como um todo, Senador, a Zona Franca está batendo recordes de crescimento. Ela está crescendo a taxas de 20% ao ano, um crescimento muito significativo. (Intervenção fora do microfone.) Sim, não vou desprezar o Estado do Pará, de forma alguma, mas queria ressaltar o fato de que a Zona Franca, quando ganhou, por votação do Congresso, proposição do Presidente Lula, dez anos a mais na sua expectativa de funcionamento, aumentaram os investimentos fortemente na Zona Franca de Manaus. Isso levou a Zona Franca a um crescimento recorde. Ela está crescendo 20% este ano. Era interessante isso porque os empresários nos cobravam: se vocês derem

perspectiva de prazo maior, vamos investir mais e isso vai repercutir no crescimento. Fizemos uma aposta. Demos dez anos a mais para a Zona Franca e repercutiu de fato. O crescimento multiplicou, quase dobrou o crescimento que havia lá e isso é um motivo importante para a região amazônica de crescimento.

Sobre os recursos da Eclusa, Senador, sei que a área econômica, em particular o Ministério da Fazenda, sempre é responsabilizado por tudo, principalmente quando falta dinheiro, mas, neste caso, em particular, quero dizer que colocamos o dinheiro. Ele não foi utilizado. Havia uma discussão sobre outras prioridades, etc., e se optou por um outro gasto. Não quero dizer que o outro gasto é pior do que esse. Não estou dizendo isso, mas, da nossa parte, botamos, como V. Ex^a sabe, pusemos 200 milhões para a Eclusa do Tucuruí no PPI, porque foi uma reivindicação feita para nós. E achamos correta a reivindicação da Eclusa e pusemos 200 milhões. Agora, houve uma decisão técnica que não foi...

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Posso lhe ajudar, Ministro?

O SR. ANTONIO PALOCCI – Sim. Eu realmente não sei o que foi...

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – A Ministra Dilma, que inclusive foi Ministra das Minas e Energia, e já tivemos reunião com o Ministro dos Transportes, já foi colocado por diversas vezes: houve um diálogo com a empresa. Ela disse que concluiria a obra por 360... É isso, Senador Luiz Otávio?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – É uma discussão da Camargo Corrêa com a Eletronorte. Ela cobra (*Inaudível.*) desde o início do contrato.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Só que, quando colocou isso, havia sido acordado isso. O Ministro dos Transportes colocou, realmente, 200 milhões e, para o outro ano, completaria o total que a empresa disse que faria a obra. Sei porque tomei conhecimento disso. Meses depois, a empresa disse que não seria esse valor e que o valor da obra cresceu quase 100%, que seria quase 600 milhões. Essa é uma questão que até hoje não foi discutida. A nossa divergência, Ministro, é que acho que obras que foram feitas não foram pagas. Acho que não poderia parar 100%.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Que obra?

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Algumas obras foram realizadas, e a empresa diz que não foi pago nem aquilo que foi realizado no ano passado.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Dessa obra da Eclusa?

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Dessa obra da Eclusas, inclusive. Estou lhe começando do começo do ano. Então, estou ajudando V. Ex^a porque

houve, sim, esse problema de divergência em relação ao orçamento da obra. Os Ministros disseram: como eles podiam acordar depois uma obra que tinha crescido, de um ano para outro, quase 100%. Eu sei que isso é um problema, mas, na minha opinião, não deve parar. Deve continuar mesmo com os recursos menores que se tem até se discutir o valor real da obra, porque senão...

O SR. ANTONIO PALOCCI – Até onde eu sei, o recurso já foi dirigido para outro investimento.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Mas ainda tem uns 55 milhões...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Tiraram tudo, Ministro. Na última medida provisória que está tramitando, tiraram os últimos 33 milhões. Agora, não justifica isso o aumento do valor acordado com a empresa porque, se são 600, os 200 milhões, precisaria de 400. Então, tem que haver...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Flexa Ribeiro e Senadora Ana Júlia Carepa, peço a atenção de V. Ex^{as} que todos os Senadores estão me pressionando, de Roraima, a Bahia, a Sergipe, a Paraíba, a Rio Grande do Sul, dizendo que, na verdade, o Pará está dominando a reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu já concluo. Só peço ao Ministro Palocci que os recursos do PPI de 2006 não sejam retirados quando vier o interesse maior de outras obras. Não sou contra as outras obras, só não quero que tire do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a me permite continuar a reunião? Até porque, se se começa a falar de Zona Franca, daqui a pouco chega o Senador José Sarney, com a Zona Franca do Amapá, e nós, com a Zona Franca no Pará, então vai complicar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E que tem todo o apoio, porque o Pará foi incluído, graças a Deus.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Voltando, Senador, apenas quero esclarecer a V. Ex^a que não houve retirada dos recursos por parte do Ministério da Fazenda. Houve o problema que a Senadora Ana Júlia Carepa acabou de relatar, um problema que ocorreu no procedimento e que se decidiu, na área dos transportes, a partir daí, aproveitar o recurso. Não sou contra o que foi feito, porque, se não ia fazer a obra, então se aproveitava o recurso para fazer alguma coisa importante. Isso foi a opção feita. Não houve a retirada de recurso por nenhuma questão fiscal, nada que o valha. Pusemos o recurso no PPI. Agora, precisa resolver a situação antes de pôr o recurso e ter o mesmo problema. Penso que temos um desafio para que o problema seja resolvido.

Em seguida, Senador, queria esclarecer a V. Ex^a que, em relação aos recursos do Fundo, há duas questões diferentes, da ADA, são recursos para aquisição de debêntures para projetos que são selecionados, etc., desde que foram criados. Aí não há contingenciamento. Não há demanda, Senador. (*Inaudível.*) Não, V. Ex^a está enganado. O recurso que ia para o Estado está no projeto aprovado pelo Senado e que está em votação na Câmara dos Deputados. Na hora em que ele for votado, ele vale. Foi um acordo que fizemos com os Governadores, inclusive por proposição dos Líderes do Senado. Não era a proposta original da Fazenda. Nossa proposta era fazer um fundo de desenvolvimento regional único para poder fazer investimentos de infraestrutura nas diversas regiões do Norte e Nordeste. Os Governadores preferiram que esses recursos fossem transferidos diretamente para fundos estaduais e, na hora da votação – devia ser bem mais tarde do que hoje, talvez 2h –, chegou-se à conclusão de que deveria ter essa solução. Então, teve essa solução. Esses recursos não têm nada a ver com esse, porque eles estão lá no projeto que o Senado votou e enviou para a Câmara. Se a Câmara votar aquele projeto, está mantido o acordo que fizemos. O Ministério da Fazenda, o Governo Federal não recuou no acordo que fez, embora não tenha sido a nossa proposta original. Foi um acordo e vamos respeitá-lo. Desde que a Câmara vote a reforma tributária, está consolidado o que foi feito aqui. Aqui, o recurso usado é outra coisa. É um recurso destinado a debêntures, que não está sendo utilizado por falta de demanda, não por contingenciamento de recurso.

Em relação às questões do Senador Romero Jucá, acho que já estão respondidas. É basicamente em relação ao fundo de exportação, aos 900 bilhões de complementação da Lei Kandir, etc. Eu só queria consolidar aqui, se V. Ex^{as} me permitem, penso que fizemos um acordo aqui, que a CAE e alguns Senadores vão se reunir para se dedicar, conosco, à essa questão do fundo de exportação. Se conseguirmos fazer isso, acho muito importante a iniciativa e quem sabe empurramos a solução mais rapidamente e damos ao Estado uma equação mais definitiva, mais de longo prazo. Acho que seria muito importante. Portanto, ficamos à disposição. O Bernardo e o Murilo Portugal são os dois secretários que estão cuidando dessa questão. Posso pessoalmente participar das reuniões, se for necessário, mas saio daqui com o compromisso mútuo entre os Senadores da CAE que o Presidente Luiz Otávio escolher e o Ministério da Fazenda para que possamos avançar na solução dessa questão.

Sobre as questões apresentadas pela Senadora Ana Júlia Carepa, também vou dizer, com o mesmo

respeito, que não me senti, de forma alguma, desrespeitado por V. Ex^a. Eu simplesmente discordo de V. Ex^a. Acho que V. Ex^a está errada em relação à questão fiscal. É uma opinião que tenho e respeito, profundamente, a opinião de V. Ex^a. Não vou, de forma alguma, reduzir a nossa amizade, o respeito mútuo que tenho, o respeito que tenho pelo seu mandato, pela sua fibra, pela sua conduta, que é muito valorosa para o Senado Federal.

Se V. Ex^a me permite, considero errada a posição do ponto de vista fiscal que V. Ex^a apresenta. Digo por quê: não é simplesmente por uma questão de princípio ou coisa assim. Na verdade, V. Ex^a diz que o esforço fiscal não traz nada de prático. Vamos observar o que aconteceu com o esforço fiscal quando ele houve e quando não houve. Vamos olhar a história do Brasil de 30 anos, 35 anos, 20 anos. Qualquer tempo que olharmos a história do Brasil, vamos observar que, quando há um esforço fiscal efetivo...

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Com essa taxa de juros, Ministro. Essa é a questão.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Vou chegar lá. Na verdade, quando há um esforço fiscal e um equilíbrio da economia, isso se reflete em várias questões. Não é ausente de resultados práticos. Isso reflete numa taxa maior de crescimento, porque estamos observando. Como eu disse, o biênio 4 e 5 ou o triênio 4, 5 e 6 vai ter uma taxa de crescimento agregado maior do que qualquer biênio ou triênio dos últimos dez anos. Isso é resultado de um esforço fiscal maior, de um equilíbrio das contas públicas. Segundo, os gastos sociais aumentaram com um maior esforço fiscal. Aumentaram e não diminuíram. Terceiro, a inflação foi mais controlada com a associação do esforço fiscal e da política monetária. Quarto, a dívida caiu. Quinto, o emprego aumentou fortemente.

Então, Senadora, insisto, com todo o respeito: evidentemente V. Ex^a pode pensar um outro modelo econômico. V. Ex^a tem todo o direito de pensar e propor um outro mecanismo, mas penso que os resultados de fazer um esforço fiscal e equilíbrio das contas públicas no tempo é perceptivo na economia brasileira, em várias etapas da nossa história, é perceptivo em outros países, em outras economias. Penso que devemos caminhar para consolidar um esforço como esse, porque os resultados serão bastante significativos.

Concordo com a senhora que devemos, ao fazer o esforço fiscal, olhar com atenção todas as questões do investimento e toda oportunidade que tivermos de trabalhar com taxas de juros mais baixas. Concordo com isso, mas taxas de juros mais baixas em que velocidade, em que condições e para qual inflação? Essa é a questão. Eu também gostaria de ter juros mais bai-

xos, mas não gostaria de que houvesse inflação mais alta. O resultado para o bolso do trabalhador será muito negativo – falando só no bolso do trabalhador e sem mencionar o efeito da inflação na desorganização total da economia, porque, havendo inflação alta, não há economia que se sustente.

Vamos pensar somente no bolso do trabalhador. Inflação alta não paga os juros mais baixos. O preço passa a ser maior. Por isso, discordo de V. Ex^a, mas essa discordância não substitui o enorme carinho que lhe tenho e que sinto que V. Ex^a tem por mim. Quero apenas fazer a diferenciação entre opinião política e relação pessoal, que pretendo preservar, porque respeito profundamente o seu trabalho e a sua pessoa.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Proponho que, noutro momento, discutamos a questão, Sr. Ministro, porque não foi bem isso que falei. Mas não monopolizarei o debate.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Essas questões pessoais vamos deixar para outro momento.

Concedo a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Ainda não terminei.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu também combati a inflação. Não é nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Senador Ney Suassuna estava lá...

O SR. ANTONIO PALOCCI – Eu não terminei.

Sr^a Senadora, se não fui preciso, suspendo o que eu disse para o nosso próximo debate, que será no local e na hora em que a senhora marcar. Farei-o com imenso prazer. Se for no Pará, melhor ainda. Irei com mais satisfação.

Quanto às questões do Senador Rodolpho Tourinho, ele fala no assunto central da despesa corrente líquida do longo prazo. O Senador Rodolpho Tourinho está presente?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Estou.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Concordo plenamente com o Sr. Senador e insisto que esse talvez seja um ponto... O Sr. Senador foi verdadeiro na seguinte afirmação: ou fazemos isso ou vamos aumentar a carga tributária, querendo-se ou não. Eu colocaria mais uma possível equação: ou aumentamos a carga tributária ou aniquilamos o investimento público.

Então, ao longo do tempo, essas contas têm que fechar. Desse modo, ou controlamos o crescimento da despesa corrente primária ou aumentamos a carga tributária ou aniquilamos o investimento. São dois mais dois – álgebra elementar. Essa questão é central

para nós. Ela tem que ser olhada no tempo para não ser feita de urgência de um ano para o outro quando a situação não estiver bem.

Não entendo que estamos sob risco enorme. O Brasil vai melhorando. Se não se fizer um plano de mais longo prazo, ele vai melhorando um pouco a cada ano. Não entendo que vá piorando um pouco a cada ano. Mas, de fato, no primeiro problema que tivermos à frente, dá-se um pacote tributário como aconteceu muitas vezes no País.

Penso que a boa política de esforço e de longo prazo é feita quando se está bem. Quando se está mal, está-se obrigado a fazer. Quando a balança de pagamento vai pelos ares, fica-se obrigado a fazer esforço fiscal. Isso não é valorizado de forma alguma como credibilidade política.

Agora, que estamos bem, devemos avançar. Temos espaço para avançar e não precisamos redobrar o esforço, Senadora Ana Júlia. Se temos que fazer algo que dê certo e reduza os juros, não devemos aumentar o primário. Precisamos ter um compromisso em que as despesas correntes primárias serão controladas um pouco a cada ano. Se não se gosta, por exemplo, do 0,3, pode ser 0,2 ou 0,1. Fazemos a política que decidirmos. O País é feito pelas suas lideranças, que decidem o que o País quer e em que tempo. O que não podemos é ficar assistindo àquilo que o Senador Rodolpho Tourinho ressaltou, que é a verdade dos fatos. Ou fazemos isso ou um dia a carga aumenta ou o investimento cai mais ainda se for possível. Então, resalto essa advertência do Sr. Senador, que considero bastante séria.

Sobre a reforma tributária, Sr. Senador, continuo plenamente favorável à disposição da reforma. Inclusive, há uns três meses, houve uma reunião na Câmara dos Deputados com Presidência daquela Casa e com Governadores. Nós nos propusemos a votar. O Governo Federal apresentava o apoio para votar o que veio do Senado. Entendíamos que estava bem razoável. Não agrada a todos jamais. Uma reforma tributária nunca agradará a todos.

Lembro-me de que, na época em que era Vice-Presidente da Comissão de Reforma Tributária e que V. Ex^a era Ministro das Minas e Energia, fiz dez reuniões com a sua presença e cada uma durou cinco horas. Foram 50 horas de reunião e avançamos duas vírgulas. Mas aprendemos muito. Eu, pelo menos, aprendi bastante com o senhor e com outros que entendiam desses assuntos quando eu não compreendia.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ANTONIO PALOCCI – Pois é.

Mas foi um esforço que não foi perdido, porque ali se construiu o desenho do que seria a reforma que hoje já está aprovada pelo Senado. Se a Câmara desejar votar aquele texto, já tem apoio do Governo Federal.

Na época da reunião, os Governadores pediram para mudar o projeto. Nós aceitamos o diálogo e iniciamos uma sucessão de reuniões. Fizemos cinco ou seis reuniões em que eles apresentaram uma série de pontos para serem mudados em relação àquilo que foi aprovado pelo Senado.

Estamos nessa situação neste momento. Falta pouco para haver um fechamento de acordo, considerando que mudaríamos o que veio do Senado. Seria votado um relatório um pouco diferente na Câmara e voltaria ainda para o Senado. Essa é uma hipótese que os Governadores pediram e não colocamos obstáculos. Se eles mudarem de opinião e preferirem aprovar o que saiu do Senado, têm o nosso acordo imediato. Não é preciso nem consultar o Ministro da Fazenda, porque ele já teve o nosso acordo aqui. Não vou retirar o que já demos aqui, na época da votação. Portanto, é um tema que continua prioritário para nós.

Entendo até que, com o avanço que tivemos na legislação federal, o PIS e o Cofins não são mais cumulativos e o Brasil precisa de avanço no ICMS. Vi algumas pesquisas que as entidades empresariais fizeram sobre qual é o imposto mais complexo e danoso. Todas as pesquisas empresariais mostram que o ICMS é o imposto mais complexo e problemático para as empresas. Então, a melhoria da qualidade desse imposto seria um ganho para a economia brasileira, para as empresas brasileiras e para os Governadores. Tenho certeza absoluta de que nenhum Estado perderá recursos se racionalizar esse imposto. Não há meios de se racionalizar uma política num imposto que tem 27 leis e 27 normas e 40 alíquotas. Constrói-se uma proposta mais simples e eficiente, como foi aprovada no Senado, e os Estados vão perder dinheiro? Não há como perder dinheiro. Creio que ganharão muitos recursos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Lembro apenas que havíamos feito um seguro para que, se no primeiro momento houvesse perda, poderia ser compensada.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Exato. Foi a solução de última hora, porque, no momento de votar, lembro-me de que os Governadores ainda questionavam que o Governo Federal os faria perder dinheiro. Então, reunimo-nos com o Senador Romero Jucá e com os técnicos da Fazenda e criamos uma solução: se alguém perder dinheiro, há um fundo do qual não sei o nome – “Acode Receita” ou algo assim. É o fundo que pusemos para não ter dúvida. Mas eu não duvido: aquele

fundo jamais será usado, porque uma racionalização do ICMS acarretará melhora para todos os Estados e uma melhora enorme para a economia brasileira.

Imaginem o que é uma grande empresa que atua em dez Estados ter que estudar legislação de 27 Estados diferentes com alíquotas distintas. O que acontece? A empresa é estimulada não a investir no pagamento do imposto, mas no planejamento tributário. Ela gasta dinheiro para pagar menos imposto – é evidente e ela está certa. Se há uma árvore de complexidades, contrata-se um escritório não para pagar mais imposto, mas para pagar menos. Utiliza-se essa árvore complexa para se ter menos tributos. O empresário gasta muito dinheiro para fazer isso. Se simplificássemos, ele poderia pôr esse dinheiro no imposto e não gastar tanto em planejamento tributário.

Então, penso que é de grande racionalidade, mas tenho pregado ao vento essa questão. Creio que não temos conseguido avançar muito em relação ao ICMS.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – A impressão que fica do lado dos Governadores é que está faltando, única e exclusivamente, Sr. Ministro, a questão do FDE. Se chegarmos a esse ponto, o restante é ajuste de pente fino.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Estamos prontos. E, por favor, não entendam tudo o que falei como alguma crítica aos Governadores, mesmo porque V. Ex^{as} perceberam que, na matéria tributária, os Partidos, Sr. Senador, se dividem completamente. Não há PT, PSDB ou PFL, mas determinada região ou Estado. É disputa de interesses legítimos regionais e, portanto, não é uma questão partidária nem de culpa dos Governadores. De fato, não é fácil fazer uma...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ANTONIO PALOCCI – Muda um pouco.

Então, fica aqui, Sr. Senador, a disposição. Nós do Ministério temos todo interesse em retomar essa discussão. Recentemente, o Presidente da Câmara voltou a esse tema. Ele quer voltar e também tem todo o interesse nesse assunto.

Quanto ao Gasene, não tenho uma resposta para V. Ex^a. Sei que é um importante investimento da Petrobras e penso que a equação do financiamento já está pronta. É um investimento de infra-estrutura extremamente importante para o Nordeste Brasileiro. Soube que houve alguma dificuldade, e os prazos foram todos dilatados, como eram pensados inicialmente.

Mas penso que não há como recuar esse investimento. O Presidente Lula, inclusive, acompanhou de perto essa questão, que vê como um dos projetos estruturantes mais importantes para o Nordeste. En-

tão, penso que não há como esse projeto do Gasene recuar, deixar de ser feito ou involuir. Ele, infelizmente, teve, como outros projetos, dificuldade no tempo, mas tenho certeza de que será realizado e concluído.

Creio que terminei.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Ministro, *(Inaudível.)* na Receita Federal do Brasil.

O SR. ANTONIO PALOCCI – O Senador Romero Jucá expôs uma questão para a qual peço a V. Ex^{as} uma atenção muito especial. Reconheço que alguns Senadores – vi na imprensa – reclamaram que tiveram muito pouco tempo para discutir a Receita Federal do Brasil. Entendo legítima essa ponderação e lamento que tenha ficado nessas condições. Mas quero ressaltar, pelo menos, duas questões fundamentais sobre esse assunto. Como é uma MP, a Receita já começou a ser fundida. Se a lei cair, haverá um problema funcional extremamente importante para o funcionamento dessa instituição.

Além disso, é uma questão de gestão essencial para a Previdência Social – não para a Receita, que está bem e funcionando. Estamos agregando a receita da Previdência Social para dar-lhe um ganho de gestão forte. O Senador Romero Jucá, como esteve lá, sabe as dificuldades de um sistema que não pôde evoluir ao longo dos últimos dez anos e precisa de um choque de gestão mais definitivo. Esse é um projeto que começamos anteriormente, demorou para ser enviado e acabou sendo remetido como medida provisória. Mas seria um retrocesso enorme se vencer a MP sem aprovação. Seria uma perda, do ponto de vista de gestão, extremamente importante.

Se V. Ex^{as} me permitirem, gostaria de deixar esse definitivo apelo às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores no sentido de fazer a aprovação do projeto. Se não for adequado, diante do pouco tempo de discussão, aprovar todos os itens do projeto, seria pelo menos importante não reverter o processo de unificação das receitas. Saibam que já houve unificação física em vários pontos da Receita e desfazer esse processo seria absolutamente traumático, um recuo extremamente negativo principalmente do ponto de vista da Previdência Social e da gestão do Estado em particular.

Então, associe-me ao Senador Romero Jucá. Não sei se já tem Relator a medida, mas estou à disposição amanhã, depois de amanhã, cedo, à tarde e à noite, no que se precisar se for necessário haver um entendimento, se o Senado entender que não pode ser exatamente aquilo ou que pode ser algo mais simples.

O SR. (Orador não identificado) – O importante agora será realmente trabalhar. E sexta-feira é o prazo.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Quero sair daqui mesmo que seja de madrugada e disposto e voltar a qualquer hora. Para resolver esse assunto, nossa equipe também está toda à disposição dos Srs. Senadores. Peço para que V. Ex^{as}, por favor, tenham toda a atenção nesse projeto, porque as consequências são danosas – não para o Ministro da Fazenda nem para o Sr. Jorge Rachid, mas para a estrutura do Estado e principalmente para a Previdência Social, que desintegrará um processo de integração já em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. Logo após, fará uso da palavra o Senador Pedro Simon, depois vem o Senador Garibaldi, Senadora Ideli Salvatti e Senadora Lúcia Vânia.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, gostaria de começar a elogiar a postura elegante, serena e firme com que V. Ex^a respondeu todos os questionamentos, mesmo aqueles bastante contraditórios. Gostaria também de dizer que é muito interessante a maneira didática como V. Ex^a aborda os problemas macroeconômicos, às vezes até muito complexos, mas procurando fazê-lo, sem empolamento. Até sou economista também, mas temos a mania de usar termos empolados, o que V. Ex^a não faz, até talvez por não ter essa vocação e esse vocabulário, tornando, assim, muito mais fácil o entendimento.

Prefiro a ação à fala. Por isso, vou fazer algumas pontuações e pedir que V. Ex^a responda o que for possível. Por exemplo:

Quando Presidente da Comissão de Economia, votamos aqui a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi uma Lei muito importante. Mas começo a ver que ela está deixando de ser cumprida numa porção de coisas. Por exemplo, estou vendo vários estados tomando empréstimos para pagar pessoal. Há estados em que já vão 5, 6 meses. O cidadão toma um empréstimo, e o estado é o fiador. O Tesouro não está acompanhando isso? E o mais engraçado: o Banco do Brasil fazendo! Quer dizer, isso, na minha opinião, é um furo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vi a Nigéria mandar uma delegação inteira, com ministro e tudo mais, para vir aqui copiar de nós a Lei de Responsabilidade Fiscal. Muitos países da América do Sul assim também o fizeram. Essa é uma colocação a que gostaria que, depois, V. Ex^a também nos desse uma resposta.

Em relação à minha região, a seca está grassando, e isso é uma coisa séria! No meu Estado, já estamos com 110 municípios sob calamidade. Esse final de semana, fui lá, e é uma coisa triste, há falta d'água e tudo o mais. E vi que, na nossa economia tão fra-

gilizada, os aposentados são uma coluna importante. São eles que estão sustentando a família, uma vez que não há produção agrícola, não há emprego. E, este ano, estamos vivendo uma tristeza: os empréstimos abertos, que foram alegria durante um tempo, estão, agora, pesando e fazendo falta, até para o sustento dessas famílias. Então é bom que prestemos atenção a esse efeito danoso dos empréstimos para os aposentados que, neste momento, diante de uma seca, está pesando muito.

Simultaneamente a isso, pediria também que se desse, Sr. Ministro, atenção a essa seca. Porque, quando a seca é no Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, a coisa é diferente. Quando Ministro, presenciei uma seca no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina e fiquei perplexo, porque é completamente diferente da nossa: o rio está cheio, mas está faltando chuva para agricultura e para a criação. Na nossa, não há rio cheio, nem água para beber. É uma coisa bem mais danosa! E parece que virou tão rotineira que ninguém se incomoda muito com isso. Então gostaria de pedir atenção a isso.

Isso está refletindo em cima da agricultura, e, em relação àquele acordo do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil para a agricultura, não estão conseguindo pagar, porque os fazendeiros hoje que têm uma rês, diante da falta de pasto, têm de comprar ração. Com três meses de ração, acabou o valor daquele gado, que precisa ter, pelo menos, para sustentar a família.

Mas vi uma coisa mais triste. Vi, lá em Catolé do Rocha, o leite tirado não ter comprador, porque não tem renda; o queijo não ter comprador, porque não tem renda. Tem de sair procurando vender em outro mercado fora de lá. É uma coisa realmente que nos deixa muito *down*, muito triste. Esse era um assunto.

O segundo assunto. O senhor falou sobre as agências, elogiou-as, e aqui um Senador falou sobre a importância delas. V. Ex^a citou, como exemplo, a Agência Nacional de Petróleo. Durante o ano passado e durante este ano, enchi a paciência de V. Ex^a, pedindo dinheiro para pesquisa na Paraíba, e V. Ex^a conseguiu as duas vezes. E, nessas duas vezes, tivemos um resultado, primeiro, no território continental, em Souza, 15 mil barris/dia, o mínimo já levantado; e agora, em relação aos últimos R\$20 milhões, que tanto atazanamos a vida de V. Ex^a para que conseguisse, já deu resultado na descoberta de um campo de gás e de petróleo na Costa de Pernambuco e da Paraíba, ou seja, na Costa de Pernambuco/Paraíba. A do continental vai entrar na oitava rodada de petróleo, na venda para a exploração. E estamos lutando lá para que a da costa também entre nessa oitava rodada para exploração. É incrível o fator petróleo. Quanto ao Espírito Santo, quando leiloaram,

no ano seguinte, houve 6 milhões de investimento, no Estado. E isso, petróleo, no caso da Paraíba, é igual a Bacia Potiguar, que é de boa qualidade. Então realmente estamos felizes por isso, mas sem entender por que o dinheiro da Agência tem sido tão castrado, tão retirado. Para V. Ex^a ter uma idéia, hoje, no Brasil, temos 20 mil poços; o Canadá fura 25 mil poços, por ano; e os Estados Unidos têm cerca de 1 milhão e 300 mil poços perfurados. E, até agora, só tivemos o conhecimento geológico de 3% do nosso território, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo. E a Agência Nacional de Petróleo, coitada, consegue arrecadar, com leilão e com recurso especial, cerca de 2 bilhões, mas nunca recebe mais do que 100, no máximo, 200 milhões. Penso que esse seja um dinheiro, que V. Ex^a mesmo já me disse uma vez, de alto retorno. Então creio que esse era um item em que deveríamos investir um pouco mais.

Em relação ao juro, Sr. Ministro, todos estamos reclamando toda hora. Entendemos que está alto, entendemos a complicação, mas pergunto se aquela taxa que temos, que é uma taxa que o Banco Central cobra e que se chama Taxa de Comprometimento, que é de 0,25%, não poderia ser uma alternativa para abaixarmos o juro e aumentar essa taxa, porque aí só toma quem está tomando empréstimo, mas tira do comércio e da indústria um peso maior. Essa é uma colocação que já fiz, um dia desses, a um diretor do Banco Central, aqui, numa sabatina, que me respondeu: “Não, mas não é o usual!”. Às vezes, temos de sair do usual e tentar um outro caminho. Talvez esse penalizasse quem está tomando dinheiro emprestado, sim, mas afrouxaria indústria e comércio, com juro mais barato. Não sei! Vocês, que têm uma equipe mais complexa, que conhecem muito mais, têm feito estudos, devem saber mais, mas seria uma coisa que, talvez, valesse a pena refletir.

V. Ex^a falou da nossa colocação. Já votamos, no Senado, a Reforma Tributária, e está voltando à Câmara. Os prefeitos não saem do nosso pé, pedindo aquele 1% do PIS/Pasep. Pergunto a V. Ex^a: Se a Câmara votasse hoje, o Tesouro teria o dinheiro para pagar esse 1% do PIS/Pasep às prefeituras? Isso seria um alívio, agora, neste final de ano, para o 13º. FTM. Dá, mais ou menos, 80% de uma cota, nos moldes atuais.

E a última colocação, Sr. Ministro. Estou muito triste, porque, em relação à transposição, que tinha o dinheiro colocado, uma medida provisória chega, tirando uma parcela desse dinheiro. Claro que nós da bancada nordestina vamos chiar, principalmente dos quatro Estados: Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Mas também dão 101, que é importante e que é um empréstimo internacional. Tenho, aliás, de

louvar, as empresas começaram brigando entre si, e o Governo Federal fez, pela primeira vez, uma coisa muito séria, chamou os empreiteiros e disse: “Vocês estão atrasando o Brasil e atrasando vocês mesmos! O Exército, que não precisa de concorrência, vai começar os três primeiros lotes!”. Louvei, aplaudi e acredito que isso tenha sido muito bom. Agora, estão tirando um pedaço do dinheiro. Nós também, da bancada nordestina, vamos brigar para que, se se tirar de lá uma coisa, que se coloque lá de outra coisa, mas que não saia dessa região onde estava colocado.

São essas as ponderações que gostaria de fazer a V. Ex^a. Também gostaria de dizer que acabei de dar uma entrevista lá fora, e me perguntaram: “Como foi? Foi bom?”. E eu disse: Foi ótimo! O Ministro fala com segurança, com transparência, com firmeza. Agora, a oposição nunca vai estar satisfeita, porque está no papel dela, está no papel dela de fazer oposição, e penso que seja um direito que lhes assiste.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Os Próximos oradores inscritos são os Senadores Pedro Simon, Eduardo Azeredo, Garibaldi Alves, que acaba de chegar, Senadora Ideli Salvatti, que ainda não foi embora, e a Senadora Lúcia Vânia, que ainda não foi.

Com a palavra, o Senador Pedro Simon!

Senador Pedro Simon, a Senadora Lúcia Vânia está dizendo que V. Ex^a passou à frente dela. Há uma lista de inscritos aqui. O que pode acontecer é o Senador ceder a vez, como foi cedida pelo Senador Arthur Virgílio, no início da reunião. O Senador Arthur Virgílio era, praticamente, o último inscrito, e falou cedo, porque o Senador Flexa Ribeiro cedeu a vez a ele. E, agora, o Senador Pedro Simon vai falar na vaga do Senador Gerson Camata, assim como a Senadora Serys, que cedeu o tempo à Senadora Ana Júlia. Ainda há mais pessoas aqui.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a me está sugerindo que troque de tempo com a Senadora?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Não. Apenas porque ficam questionando a ordem. Aí ela disse que está em 16º lugar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ela fala, agora, e falo depois.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Então, pronto!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com a maior alegria!

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Senador Pedro Simon, de jeito nenhum. Pode falar. Com todo prazer, cedo a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – De jeito nenhum. Quem fala é V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Eduardo Azeredo é quem está junto com V. Ex^a. Pronto! Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, espero que o meu abraço não seja de urso! Mas quero dizer a V. Ex^a da satisfação de tê-lo aqui. Eu, que fui colega de V. Ex^a na Câmara, sei de sua aplicação, da sua determinação, da sua seriedade e da sua responsabilidade.

Entendo que os indicadores apresentados por V. Ex^a revelam a competência do seu trabalho e da sua equipe. Mas gostaria de alertá-lo para uma região que não foi sequer citada aqui em momento algum, que é a Região Centro-Oeste. Vivemos uma situação de extrema gravidade. V. Ex^a conhece todos os detalhes da crise por que passamos na agricultura e sabe que estamos com um punhal na pecuária, que é a questão da febre aftosa. Ao mesmo tempo, entendemos a necessidade do superávit, entendemos que os recursos para o investimento são pequenos, mas entendemos também que os critérios nos deixam inquietos. São critérios que, muitas vezes, privilegiam determinados estados e que, muitas vezes, nos levam a entender que se dão em função da situação política. No Estado de Goiás, especificamente, fomos além desses problemas já citados, que seriam problemas que interferem na nossa economia. Temos também a questão das obras estruturantes, que são inteiramente ignoradas pelo governo. Em relação ao compromisso da Norte-Sul, não fomos contemplados no trecho relativo a Goiás. Não fomos contemplados com a Agência do Centro-Oeste, que é um compromisso do Presidente Lula com o Estado de Goiás. Na questão do FGTS, quase todos os estados foram contemplados ano passado, embora o desembolso não tenha sido feito, em função da limitação da própria Caixa, mas Goiás não foi contemplado. E agora, por fim, depois de dois anos de trabalho, de negociações, providenciamos uma carta-consulta ao BID, fizemos a negociação, fomos a Washington, fomos à Casa Civil, discutimos, enfim, por dois anos. E, embora V. Ex^a, assim como toda a sua equipe, tenha sido extremamente delicado, quando telefonamos, pois retornam, na verdade, não fomos atendidos. E essa carta-consulta é extremamente importante para a região de Goiás que equivale ao entorno do Distrito Federal, que é a Ride, uma região caótica para Goiás e, conseqüentemente, para Brasília. Portanto, gostaria de deixar para V. Ex^a esse clamor. Estamos com a obra do gasoduto parada, estamos com as nossas obras estruturantes na área de saneamento, na área de abastecimento de água, totalmente paralisadas.

Por fim, Ministro, gostaria de um comentário de V. Ex^a a respeito desta matéria do jornalista Celso Ming, publicada no **Estado de S. Paulo** de 10 de novembro, que me deixou um pouco preocupada: “(...) corroborado pelo desenvolvimento negativo da indústria, em setembro, para compensar a fraqueza do consumo interno, a indústria expande as exportações. O exportador fecha um contrato de vendas ao exterior e o apresenta a um banco para uma operação de ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio). Por essa operação, a indústria antecipa, em moeda nacional, o faturamento obtido em dólares; depois, aplica o resultado no mercado financeiro, onde os reais são engordados com juros generosos.”

Eu queria ouvir a observação de V. Ex^a a respeito desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Ministro, pretendo abordar uma matéria que parece que V. Ex^a gostaria de ter abordado, mas as oposições não quiseram debater.

Se V. Ex^a me permitisse, antes, eu queria lembrar uma questão. Com todo o respeito a todos os Estados do Brasil, V. Ex^a sabe que o Estado que está em maior dificuldade é o Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul, que é o Estado que paga e tem o maior percentual de exportação **per capita**, está quase proibindo as empresas de exportarem, porque, se exportarem, quebram o Estado. Paga 18,5% de juros da dívida, e isso tem que ser escalonado. É um Estado que tem a necessidade de ter por parte da União não digo nem simpatia, mas respeito. Há pouco, os nossos Secretários do Estado estiveram lá, e o Banco Mundial, em plena condições para dar o empréstimo de 450 milhões ao Governo do Estado, ao Banco do Rio Grande do Sul, quando tudo estava praticamente acertado, o representante do seu Ministério lá determinou que não era possível, que a União não concordava e que não era possível oferecer o empréstimo, que já estava garantido e que ia servir para desafogar esse fim de ano no Estado do Rio Grande do Sul. De repente, por uma decisão surpreendente, quando já estava resolvido, já estava decidido, veio a palavra oficial do representante do seu Ministério dizendo que não, que não era para dar, e aí o vice-presidente ficou encabulado e disse que não podia porque a União disse que não.

Com toda sinceridade, é um Estado que tem tradição, tem uma tradição de mágoa, alguns ressentimentos. O Rigotto, V. Ex^a sabe, foi a primeira pessoa que lhe ajudou quando V. Ex^a falou em reforma tributária; ele veio – ele presidente; V. Ex^a vice-presidente – e

V. Ex^{as} fizeram um belíssimo trabalho pelo Brasil e o projeto mais importante. O Governador Rigotto conseguiu colher as assinaturas de todos os governadores, do PMDB, inclusive, e a proposta foi aprovada aqui no Senado porque não foi apresentada como proposta do Presidente da República, nem do PT, mas de todos os Governadores de todos os estados.

Acho que até agora, repare V. Ex^a, nós temos uma verba que é garantida de estradas federais que foram construídas com o Governo do estado e que a Comissão que V. Ex^a falou já chegou à conclusão de que é um dinheiro que está líquido e certo, que é pagar amanhã, no entanto, o Governo Fernando Henrique, ao final do seu governo, deu uma verba enorme para o Governador Olívio Dutra, que não é do seu partido, diga-se de passagem, por conta de estradas que não tinham nada a ver, não tinham significado nenhum. O Governo foi e fez adiantamento e deu atendimento.

Acho que responder uma dessas questões para não deixar sufocar e ver uma pressão que pode explodir o Rio Grande do Sul, eu achava que era importante.

Por outro lado, digo a V. Ex^a com muito respeito, independente das posições que o Governo está tomando e que eu não concordo em dizer que a política econômica que o Governo está adotando é a política econômica do Ministro Palocci, não aceito isso, por maior respeito que tenha por V. Ex^a. V. Ex^a mesmo diz que é um médico que armou uma equipe heterogênea de técnicos e que está levando adiante. Mas, essa política foi levada adiante pelo PT, pelo Governo e pela equipe que compõe o Governo.

V. Ex^a tem mantido um título de respeitabilidade, de credibilidade e de seriedade que todos nós admiramos. Por isso, estamos torcendo por V. Ex^a nisso que está acontecendo. Se V. Ex^a fizer justiça não foi a oposição, não foi nem o PSDB, nem o PFL, nem o PMDB, não foi a **Folha de S. Paulo**, nem a **Veja**. São pessoas ligadas inclusive ao antigo PT, ligadas, inclusive, ao Governo anterior seu, amigos seus e que, no entanto, vieram com afirmativas duras, dramáticas, drásticas envolvendo V. Ex^a, envolvendo os dois Prefeitos que foram assassinados. São coisas graves que estão envolvendo e que achamos importante que V. Ex^a, com a nossa torcida, tenha condições de explicar e justificar.

A terceira questão, vou ser muito sincero a V. Ex^a. Fui daqueles que olhei o Governo Lula na certeza de que haveria de ser um grande Governo. O Governo Lula, a vitória espetacular que ele teve, a campanha que ele se envolveu, houve um momento até em que se falava em meu nome em participação, qualquer coisa. Tive oportunidade de jantar com ele na minha casa e me lembro que dizia para ele com a preocupação que

ele tinha da maioria parlamentar. Eu dizia: Presidente, não se preocupe com a maioria. Não se preocupe com a maioria, se preocupe em fazer um grande governo. Lula, o Brasil hoje está contigo.

É uma coisa interessante porque vi quando o Dr. Getúlio ganhou, ele ganhou, foi uma vitória fantástica mas no dia seguinte a UDN queria derrubá-lo, iniciou um processo para derrubar o Getúlio. Quer dizer, o João Goulart, quando assumiu, no dia seguinte, havia uma oposição radical ao Governo. O Lula não, o Lula parece que até nessas 4 eleições, nas derrotas que ele teve, quando ele assumiu havia uma torcida no sentido de que desse certo. A igreja estava toda com ele, os jovens eram fantásticos.

Eu ia convidado nas universidades, os jovens falavam: "Olha, Senador, nós gostamos muito do senhor, mas cuidado como V. Ex^a fala aqui porque aqui todo mundo é Lula." Então, havia uma expectativa muito grande. O que aconteceu, Ministro? O que aconteceu? Uma que a gente imaginava, o medo que a gente tinha. O PT vai assumir, tem até aquele Presidente da Fiesp que dizia anos atrás, na outra eleição do Lula que ia se jogar no mar, todos os capitalistas iam viajar porque não sobraria nada! Foi o contrário porque o PT é o Governo na história do Brasil que teve mais aplauso do Banco Mundial, mais aplauso do Fundo Monetário, mais respeito, os elogios mais extraordinários.

Lembro-me que o seu antecessor, quando veio aqui, disse para ele: "Olha, gosto muito do senhor mas o senhor, quando sair do Ministério, vão fazer uma foto sua do tamanho de uma parede lá no Banco Mundial porque o senhor é o cidadão que deu mais lucro na história do Banco Mundial como Ministro da Fazenda do Brasil." Acho que V. Ex^a está ganhando dele. Pelo menos, pelas informações que se tem, o seu Governo está ganhando e está tendo os maiores elogios exatamente nesse sentido.

Essa política com relação à radicalização não aconteceu. A política com relação à reforma agrária, que era outra expectativa, em que se previa uma violência no campo, um debate entre os sem-terra e os produtores, também não aconteceu. Estão levando numa boa, o Ministro da Reforma Agrária é um homem muito competente nesse sentido, e nada aconteceu!

Duas coisas: uma são os projetos sociais; o Governo fala, mas de concreto está muito difícil. Há duas que a gente não imaginava, meu Ministro, é a parte da ética, a parte do social e a parte do moral.

Vendo V. Ex^a, vendo o Ministro Patrus Ananias, vendo o Ministro Tasso Genro, vendo alguns Ministros que conheço, não consigo entender como essas coisas aconteceram. Quando o Waldomiro falou e apareceu na televisão, nós entramos com pedido de CPI na mesma

hora. Fui à tribuna para dizer: “Presidente, tem que ser, o primeiro caso apareceu; tem que fazer, porque se não fizer, a gente vai se arrepender.” E o Governo não deixou criar, o Governo e as lideranças na Câmara e no Senado. Na verdade, o Governo pressionou para não sair, mas a verdade é que conseguimos assinaturas. Na hora de conseguirmos as assinaturas os líderes da maioria fizeram uma nota, a nota mais cruel que vi na minha vida, nem no tempo da ditadura militar aconteceu isso: “Nós, os líderes da minoria, declaramos que só sai Comissão Parlamentar de Inquérito quando quisermos”. Quer dizer, o artigo da Constituição que diz que um terço de parlamentares constitui uma CPI, a CPI é um direito da minoria, é letra morta.

Tivemos que entrar no Supremo. Ganhamos por 9 a 1, mas levamos um ano e nove meses. Quando levamos um ano e nove meses, já havia mais 4 CPIs, a Casa já estava arrombada, já tinha acontecido essa série de fatos que não consigo entender. Não consigo entender como o Presidente Lula não deixa criar uma CPI, não consigo entender como ele não demitiu, na mesma hora, aquelas pessoas que estavam fazendo aqueles fatos, não consigo entender como o Presidente Lula não aceitou a tese do Tasso Genro quando ele quis ser Presidente do partido, em que ele disse: “Nós vamos refundar o PT, não interessa nem a CPI, nem Assembléia, nem o Congresso Nacional, nem a justiça que sabemos que é tardia e não vem. Nós, internamente, vamos nos recompor, ver o que existe para rerepresentar o nosso partido.” Ficou falando sozinho, ficou falando sozinho.

E o que aconteceu, Ministro? Se a gente dizia: “O Lula não sabia, o Lula não sabia.” Mas das coisas o Lula não sabe? A eleição do Presidente da Câmara dos Deputados foi mais feia do que a anterior. Ele chamou o Fleury, para ele, Presidente da República, para dizer para o Fleury: “Olha, vamos compor no segundo turno.” Ele chamou o PP para dizer “Vamos compor no segundo turno”, e prometeu um Ministério para o PP. Essas coisas aconteceram. A liberação de verbas para a eleição do Presidente da Câmara também aconteceu.

Quando a gente imaginava um novo PT, depois de passar por tudo o que aconteceu, agora vai mudar, agora o Lula sabe, agora vai ser reformulado – aconteceu a mesma coisa. Aconteceu a mesma coisa! Há 3 dias, o Governo não queria que houvesse quorum para a prorrogação dos trabalhos da CPI dos Correios; queria matar a CPI. Lutou para não deixar criar e, agora, retirou 50 assinaturas – 30 do PMDB e mais não sei quantas. Por uma assinatura, não morreu a CPI dos Correios.

Então, essa tese de que há uma coisa completamente fora da ética, da seriedade, da respeitabilidade, da biografia do PT. Este Partido tem uma história. Tenho dito isso, Sr. Ministro. Sou do MDB e deveria ter tido uma história fantástica, pois a nossa luta contra a ditadura, pela legalidade, pelas Diretas-já é uma das páginas mais bonitas da nossa história, que nós botamos fora. Todo aquele patrimônio, que parece nunca acabar, com as disputas entre Sarney, Ulysses e companhia, com aquela nossa confusão interna, acabou sendo colocado fora, tanto que Ulysses conseguiu 3% dos votos como candidato a Presidente da República.

Vocês fizeram esse patrimônio, que é a coisa mais importante dos 55 milhões de votos do Lula, que, se ele ganhou as eleições amanhã, ele pode perder depois, da história, da sua biografia, que não pode ser jogado fora. No entanto, de repente, está acontecendo isso. Sem mais, nem menos, querem queimar, retirar a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios, não dar prazo para prorrogá-la (*Inaudível.*) ontem.

Volto a repetir que, apesar dos debates – e não gosto muito destes, quando são feitos lá na área do município. Nunca trouxe para Brasília nenhuma briga, nem de Porto Alegre, nem do Rio Grande do Sul, muito menos do meu município –, vejo V. Ex^a, a nível nacional, com essa (*Inaudível.*) de seriedade e de respeitabilidade. Porém, não podemos deixar de reconhecer que V. Ex^a é o grande conselheiro do Lula, embora ele pareça não ter tantos conselheiros e não ouvi-los.

Mas pergunto-me como V. Ex^a, na sua história, na sua biografia, no seu trabalho, na sua equipe, na sua dedicação para mudar o Brasil, o seu trabalho e a disparidade de um Partido, que faz absurdos inimagináveis e incompreensíveis. Não se pode entender isso, porque nunca se viu nada igual.

No caso do Collor, foi o PC Farias que pegou dinheiro de empresários. Pegamos o Collor no *impeachment*, porque pegamos um cheque fantasma do Collor, que um motorista nos trouxe, comprando um carro, em Goiânia, em nome do Presidente da República.

No caso do Jango e do Getúlio Vargas, foram brigas políticas. Os militares queriam derrubá-los; a UDN queria derrubá-los; o Lacerda queria derrubá-los. Mas, internamente, o Governo, o Partido do Governo, o Presidente do Partido do Governo, o tesoureiro do Partido do Governo?

Penso ser de grande importância uma reunião, em um ambiente de tranquilidade, diferentemente daquele de uma CPI, cuja radicalização e raiva é total. Penso que V. Ex^a poderia antecipar o seu pensamento sobre essa matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, do PSDB do Estado de Minas Gerais. Logo após este, teríamos o Senador Garibaldi Alves Filho, que já nos dispensou e pediu que considerássemos a sua ausência como presença, já que ficou aqui até meia-noite. Em seguida, concederei a palavra à Senadora Ideli Salvatti, ao Senador Mão Santa, ao Senador Leonel Pavan, que nos credenciou deixar registrada a sua presença, e ao Senador Almeida Lima, para encerrarmos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, na verdade, uma das questões que queria abordar já o foi – a Lei Kandir. V. Ex^a tem razão quando diz que esta Lei tinha uma previsão de acabar, mas já existem fatos supervenientes, que mostraram ser importante uma discussão sobre ela.

De maneira que a questão que coloco é exatamente em cima da reforma tributária. Se não tivermos o Governo puxando a reforma tributária, ela não sai. Isso é uma questão clara, porque os interesses envolvidos são muito grandes – há interesses regionais. Se não houver realmente o Governo insistindo, com a presença da Câmara, para que essa reforma seja votada, isso não vai acontecer.

Então, a minha pergunta seria esta: o Governo desistiu da reforma tributária? Essa é uma das questões.

Sr. Ministro, a outra questão é que me parece, mais uma vez, fica claro que a Oposição de hoje tem paciência, é construtiva, não joga no quanto pior, melhor. Temos tido uma posição aqui – e me incluo entre eles e aqueles citados pela Senadora Ana Júlia Carepa –, no sentido de louvar a responsabilidade fiscal, mas cobrar a aplicação de recursos, porque as duas coisas não são incompatíveis.

Parece-me que, em vários setores do Governo, existe falta de capacidade de execução dos serviços que existem. Poderia citar o FUST, cujo gasto, pelo Governo, é de R\$4 bilhões. No caso das estradas, cujo investimento não está sendo grande, existindo uma burocracia permanente. Ouvi, um outro dia, um Ministro dizendo que a Fernão Dias estava sendo construída pelo Governo – isso não é verdade, pois esta estrada está pronta faz sete anos, faltando apenas dois trevos que foram terminados. Quando tudo foi terminado, fui à tribuna cumprimentar o Presidente Lula pelo término daquele pedaço.

O fato é que o investimento é muito pequeno. Até agora, não saiu nada das PPPs; também não saiu nada com relação à questão ligada às concessões de rodovias. São três anos, e não saiu nenhuma concessão de

rodovia. Então, não é compatível a responsabilidade fiscal com os investimentos.

Então, realmente, queria trazer mais uma vez a minha palavra aqui, Sr. Ministro, e dizer que insisto nessa questão da reforma tributária. Se não houver a mão do Governo, ela não vai sair.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, do Partido dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria dizer ao Ministro Palocci que, quando eu crescer, quero ter a paciência de V. Ex^a, porque acho que V. Ex^a vem aqui de forma muito tranqüila e serena, com a disposição de responder a tudo que possa ou deva ser perguntado, num momento em que muitas situações estão sendo colocadas, com ilações envolvendo o nome de V. Ex^a.

Infelizmente, quero dizer que se perdeu a oportunidade de se ter os esclarecimentos, ficando para uma próxima ocasião. Quero dizer a V. Ex^a que ela vai acontecer. Não tenho nenhuma dúvida de que haverá a sua convocação para a CPI, porque não vou aqui falar de abraços etc. e tal, mas o comportamento – não tem sido generalizado, não é homogêneo – tem sido o de se manter. Até achei bastante interessante o que o Ministro Ciro Gomes disse hoje na entrevista do **Valor Econômico**. Ele respondeu a uma das perguntas, dizendo assim: “Eles trocam de acusação e as vão abandonando no meio do caminho, porque é um jogo de (*Inaudível*).”, não sei como se pronuncia, mas é um soquinho curto no fígado para ir fazendo o cansaço e perder a resistência.

Quero até dizer a V. Ex^a que, com toda sinceridade, da mesma forma que antecipou a sua vinda aqui hoje, penso que V. Ex^a deveria antecipar-se e ir à CPI, porque vai ser convocado. Digo mais, para nós – e eu estou em duas CPIs –, que estamos lá, fica sempre no ar: “Ah! Mas, então, nós vamos convocar!”. “Ah! Mas, então, nós vamos convocar!”, “Ah! Mas, então, nós vamos convocar!”

Então, já que, numa hora, vai convocar, e o senhor vem sempre com muita tranqüilidade, responde a tudo, coloca-se e tal, é melhor antecipar esse (*Inaudível*), esse “soquinho” no fígado de todo dia. Vamos fazer isso logo de uma vez, até porque, como marquei várias coisas nos jornais, há uma reportagem na **Folha de S.Paulo** de hoje, dizendo que “o Aeroporto de Congonhas teve um crescimento, em relação a 2004, de 30% na sua movimentação, teve doze milhões de passageiros em 2003, mas deve chegar ao final deste ano com 15 milhões.”

No Fernando Rodrigues, ele faz inclusive a seguinte observação: “quem viajou ou fez compras no

feriadão viu como andam os aeroportos, as estradas, os *shoppings centers*. Há uma visível euforia consumista no ar. A economia cresce.” Aqui, ele continua: “O operador do milagre, até o momento, atende pelo nome de Antonio Palocci.” Portanto, os “soquinhos curtos” vão continuar, porque o panorama e os resultados da economia estão colocados, e isso está posto para o processo eleitoral.

As pessoas têm falado muitos dos indicadores macroeconômicos – não quero aqui reportar-me a eles –, mas há indicadores que, às vezes, são um pouco difíceis de serem mensurados rapidamente, mas os efeitos estão aí colocados, numa série de situações postas, fruto da política adotada pelo Governo Lula, da qual tenho certeza que toda a controvérsia existente, dentro do próprio Governo, a respeito do montante de superávit da política de execução orçamentária – mais ou menos rápida etc e tal – mostra os resultados na recuperação do salário mínimo, na questão da deflação da cesta básica, com a desoneração tributária.

O resultado das negociações salariais, no último período, na sua grande maioria, têm sido superiores aos índices de inflação. Há uma série de programas como Luz para Todos, Agricultura Familiar – que, em Estados do Sul, como o nosso, percebemos, porque Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul dependem muito da agricultura familiar, assim como os Estados que estavam totalmente fora da agricultura familiar, como é o caso da Senadora Ana Júlia, que tiveram 500% no aumento da agricultura familiar –, a questão do aumento significativo do repasse de rendas através da unificação, principalmente do Bolsa Família, e da capilaridade que tem isso na economia, no desenvolvimento local da economia.

Então, essas coisas todas dão o motivo para eu voltar a afirmar que, apesar de toda a gentileza com que V. Ex^a é tratado aqui e da forma respeitosa que ampla maioria dos Senadores o tratou, não tenha dúvida, não vai baixar. O seu fígado vai continuar recebendo “soquinhos” curtos.

Assim, acho melhor V. Ex^a vir logo para que possamos tirar do estoque, da prateleira, a ameaça da convocação.

Venha, Ministro! V. Ex^a se sai sempre bem quando vem!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Antonio Palocci, nosso Presidente, Luiz Otávio, serei breve. Primeiro, queria cumprimentar a Dona Toinha. V. Ex^a é um dos homens mais educados que já conheci. Segundo o meu conselheiro Pedro Simon, a sua origem é ita-

liana. O italiano, via de regra, não é tão bem educado não; V. Ex^a parece mais um londrino, um suíço. Mas nós temos muita coisa em comum. Juscelino Kubitschek, como nós médico-cirurgião, disse uma frase que tem muito a ver com V. Ex^a: “É melhor ser otimista: o otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua”. Mas o senhor é otimista demais, exageradamente...

As coisas eu me permito, posso perguntar a idade – eu não podia perguntar para Ideli, que está lá e tem uns 25 anos. Mas e V. Ex^a?

O SR. ANTONIO PALOCCI – Eu tenho 45 anos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quarenta e cinco. Muito jovem.

Então eu sou mais sofrido, mais vivido, pois em 1966 eu já era médico. Eu trabalhei muito, trabalhei na Santa Casa de Misericórdia. Aliás, quanto a isso, Juscelino foi para a Santa Casa militar também. E sempre quando eu lhe dava umas estocadas era para adverti-lo. Eu votei e acreditei no Lula. O PT no meu Estado é fraquinho. Na minha cidade, a maior cidade tirando a capital, o PT nunca elegeu um vereador. E eu ajudei a eleger o Governador de Estado pelo PT.

Se eu dei algumas estocadas a V. Ex^a, pelo contrário, eu fazia vírgula e dizia: “Mas ele foi prefeitinho”, porque eu dou muito valor à experiência. Eu fui prefeitinho, acho que é o mais importante. E dizia que os outros, do núcleo duro, até do núcleo duro, a ignorância é atômica, porque o que tem duro na cabeça não pensa. Esse nome nunca devia ter surgido. Isso é vaidade, é a flexibilidade.

Então V. Ex^a sempre se apresentou com isso, e aí nós estamos. Mas é um otimismo bom, só está exagerado.

Eu vou contar uns fatos da minha vida, nesse período. Olha, há poucos dias, encontrei um empresário brilhante que foi secretário da indústria e comércio. Era um homem trabalhador. Ele me disse assim: “Senador, a vida lá fora está muito difícil”.

Dr. Antonio Palocci, eu me formei em 1966 e fui ao Rio fazer Pós-graduação, mais ou menos na sua idade, porque quis, por amor. E não sabia o que era desemprego, era uma fila... Para quê? Para o Ipase. Se eu quisesse vivia... Mas era uma fila de emprego me convidando... E acabei indo para a Santa Casa... E lembro-me que, mais ou menos, em 1969, eu operava numa Santa Casa de noite – eu sempre trabalhei muito, porque na minha profissão de cirurgião ganhar dinheiro é bom, mas se eu não ganhasse dinheiro, eu ganhava experiência. Mas eu estava, pelas madrugadas, operando a pobreza no Maranhão, que ia buscar a Medicina no Piauí – e ainda hoje vem – e havia um

anestesista, que hoje está no Céu, muito mais competente do que eu, muito mais experiente, mais velho – eu tive essa habilidade que o senhor teve: fazer uma equipe competente. Havia um cardiologista, também já morto, está no Céu, que operava e era muito inteligente; ele fazia o Imposto de Renda, coisa que nunca fiz, porque a gente tinha tantas complicações como cirurgia numa cidade, não é? O seu nome era Dr. Narciso. Ele me disse assim: “Mão Santa, este governo tira muito da gente”. Olha, a gente trabalha... Atentai bem, Palocci! Em 70! Ele disse assim: “A gente trabalha um ano e o governo tira um mês”.

É, Palocci, olha como as coisas ficaram difíceis para quem trabalha e conhece. A sua equipe é jovem e é enriquecida.

Primeiro, o senhor trouxe o melhor de lá, que é o Portugal. E digo isso porque a minha mãe, a minha Toinha, que está no Céu, a minha Janete, disse que a gratidão é a mãe de todas as virtudes. E agradeço, porque governei o Piauí cheio de dificuldades e ele mostrava responsabilidade administrativa e sensibilidade política. Mas, mais a sua equipe porque tem um piauiense. V. Ex^a foi buscar um piauiense, que é lá de Oeiras, a nossa primeira Capital. Ele é um Procurador da Justiça. A equipe do Malan também era boa porque tinha o Pedro Parente, com as virtudes da gente do Piauí.

Então, vendo isso, entrei primeiro na Previdência. Ó lástima, aquela reforma! V. Ex^a está diante de um dos homens que sabe mais sobre Previdência no mundo, porque eu sofri: fui do Ipase, fui do Exército, fui da prefeitura... E Deus me permitiu criar um instituto, quando eu governava a minha cidade. E o Governo estimulou a reforma, por isso tenho experiência. E depois eu governei o meu Estado, que tinha instituto. Sou aposentado por esse instituto.

E comecei a debater e aí é que é... E a minha pergunta é isso tudo. Eu acho que o Lula... Eu não sei se foi, porque o italiano, em homenagem a V. Ex^a, diz que a gente tem que ter fortuna e virtude; sorte e virtude.

Kautilya, que é considerado o Maquiavel da Índia, e viveu no século IV aC, já dizia: “O governo não entrega a chave do cofre e nem as armas de guerra. Então, o Lula foi sabido: entregou a chave do cofre para V. Ex^a, que é amigo dele; e as armas, ele entregou para o Vice-Presidente, que responde pelas Forças Armadas. Então, nessa parte, dá uma estabilidade... E Kautilya, o Maquiavel da Índia, já dizia isso no século IV aC.

Mas quero dizer o seguinte: essa Previdência me impressionou – e a coisa começou aí... A ignorância audaciosa...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) –

Infelizmente o Partido dos Trabalhadores não tem só pessoas brilhantes como V. Ex^a, que é a estrela do PT. E começou... E me deram para relatar um projeto sobre a Previdência, que devia ter uma conta própria, específica. E jamais ela seria deficitária. E eu me apaixonei com a experiência, defendi... E depois eles enganaram, eles quiseram mudar o meu pensar. E eles pensavam como agir aí para negociar. E quero dizer a V. Ex^a que eu defendi o Projeto Paulo Octávio e empatou 14 a 14. E o Governo há de fazer uma reflexão... Mudou na hora o Presidente, para perder. Mas agüentei.

Mas eu fazia perguntas a V. Ex^a: Esse negócio de superávit... Esse negócio de super... Esse nome me encanta, porque sou do tempo do *superman*, do *superboy*, do *superstar*... (Risos.) Tem até o supermercado, mas superávit... (Risos.)

Então, é como o senhor me diz: não tem nada... Senador Simon, nada é bom, e nada é mau; é a interpretação que faz o bem e o mal. Por exemplo: uma faca usada para um churrasco – e se for agora, melhor ainda – é boa, não é? Mas se for para enfiar na barriga de alguém é um mal. Quer dizer, é a interpretação.

Então, sobre esse superávit V. Ex^a diz que é bom, e vamos pagar a dívida; se a gente deve tem que pagar, pois é da nossa formação, é do nosso caráter... Mas pergunto a V. Ex^a se é verdade, com todo o respeito. As estocadas que eu dei eu quero pedir desculpas, foi para acordarem! Mas eles não acordaram não, vieram me intimidar. Eu tinha uns cargos aqui e disseram: “Vamos tirar!” Eu sou um homem do Piauí. Ele sabe que, na hora de botar os portugueses pra fora, fomos nós. Então, o Zé, que era o super-homem... Eu ri. Eu sou um homem do Piauí. Aí, tiraram uns cargos, mas nós elegemos prefeito e houve reclamação. Estamos aqui, tranquilos, como o representante do Piauí na sua equipe.

Mas quero saber se é verdade o artigo que li de Ovídio Palmeira Filho, Presidente da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social). Vou me decepcionar se isso for verdade. Ele disse que 86% desse superávit – aí ele passou a ser instrumento do mal – é tirado do (*Inaudível*.) e da seguridade social. Se for assim, é a faca entrando no bucho, na barriga, sendo um instrumento do mal. Oitenta e seis por cento da seguridade social, quer dizer, da saúde, que vai mal. Palocci, nós nos entendemos. V. Ex^a é da área de sanitarismo, não é? Que bom, o País precisava. Lembro-me que o primeiro livro de higiene – sou mais velho – em que estudei era de Afrânio Peixoto. Ele dizia que, saúde pública do Brasil, naquele tempo, era feita pelo sol, pelas chuvas e pelos urubus. Graças a Deus, homens como V. Ex^a melhoraram isso.

Encontrei ontem muitos colegas médicos. Sou um médico-político. Acho que a ciência médica é a mais humana das ciências, e o médico, um benfeitor da humanidade, encantado. Mas, ontem, um me disse – o senhor vai cair aí – que há procedimentos que custam menos de R\$2,00; há consulta de R\$2,00. “É uma vergonha!”, como diria Boris Casoy. Hoje eu vim pra cá e paguei lá no aeroporto de Teresina R\$5,00 pela graxa do sapato. E tem procedimentos...

No meu tempo era Previdência Social, e eu entrei na Previdência e, hoje, sou cirurgião aposentado. E viva bem, viva bem, com dignidade. Então, está difícil. A vida lá fora está difícil. Está bom pra nós. É uma maravilha pra Senador – outro dia, fui para Suíça, tomei vinho. Isso é uma maravilha. Teve um que disse que é melhor do que ir para o céu, porque tem que morrer para ir para o céu. (*Risos.*)

Então é bom. Tá bom pra nós! Tá bom pro Lula! Tá bom pro PT que entrou aí no Governo todo, mas para o povo...! Como é que se vai tirar dinheiro da seguridade social? No meu tempo, a saúde era feita pela Previdência. Eu sou aposentado pela Previdência. E os velhinhos aposentados, que ganham tão pouco?

Ministro Palocci, essas são as minhas considerações, mas a minha intenção é ajudar. Quero felicitar a equipe de V. Ex^a, que é melhor que a Seleção Brasileira de 1958 – o senhor não tinha nascido ainda não. O técnico era o Feola. Eu era interno no colégio cearense e ouvia pelo rádio o jogo. Vocês se lembram de Pelé, Vavá, Belini? Agora, V. Ex^a é o Feola aí dos meninos, e esses meninos estão fazendo a parte deles. Realmente, o que V. Ex^a diz é um padrão, é um modelo que serve de exemplo.

Aliás, só queria recordar para o Portugal. Onde está aquele João do Carmo, que eu chamava de João do Barro? Pois é. Esse aí tem responsabilidade administrativa e sensibilidade política, porque há muita gente que nunca viu um pobre. Eu sou filho de terceira franciscana, santa como a Toinha e colega dela, minha mãe. Então essa é uma palavra... Vou rezar hoje para V. Ex^a sair-se cada vez mais bem. Vou rezar também para a sua mãe que o educou. V. Ex^a é um dos brasileiros mais ilustres e educados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB –PA) – Antes de encerrar a reunião, após quase nove horas de arguição, concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, Sr. Ministro Antonio Palocci, Sr^a e Srs. Senadores, assessores aqui presentes, procurarei ser breve, sobretudo, porque, em virtude do tempo que fiquei aguardando, tive oportunidade de escrever o que pretendo dizer.

Depois que todos falaram, seriam natural que eu estivesse contemplado com as outras falas, mas não o estou. Paciência, realmente, tenho muita. Pretendia até citar aqui um personagem da história mundial, mas, por se tratar de uma figura abominável, eu me reservarei o direito de não citá-la para que não haja alusão ou vinculação a quem quer que seja. Esse figura abominável tinha um tática terrível de deixar o interlocutor na ante-sala esperando horas a fio com o objetivo de alquebrá-lo, fazer com que ele perdesse a paciência ou recebê-lo para a entrevista com o moral caído.

Eu continuo paciente e – devo dizer – bem animado. Desde logo devo dizer que esta é a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos). Esta não é a Comissão de Fiscalização e Controle. Esta não é uma comissão parlamentar de inquérito. Penso que quem montou a estratégia, imaginando que aqui seria palco para tratar das questões de fiscalização e de inquérito errou. Acho que se deu mal, não funcionou. Antes de vir para cá não conversei com nenhum Senador.

Eu ouvi falarem em abraço de urso. Nem sou urso, nem darei abraço, sobretudo, porque não sei ser dissimulado. Eu diria que a arte da dissimulação tem sido bem desempenhada pelo PT e, sobretudo, pelo Presidente Lula. A dissimulação é o papel da pessoa que é e faz tudo para demonstrar não ser, já que o simulado é o contrário.

Hoje aqui me pareceu que o Governo não é governo. Quando ouvi a fala da Senadora Ana Júlia Carepa – perdoem-me por dizer isso na ausência de S. Ex^a –, imaginei que ela tivesse mudado de partido ou que não tivesse iniciado sua atividade como parlamentar no Senado Federal no governo. Fiquei em dúvida. Abri o telefone para verificar o meu calendário, imaginando que esse fosse o ano da eleição. Não é o ano eleitoral, mas as eleições estão próximas. Então, é preciso, evidentemente, mudar o discurso.

Ao contrário do que afirmaram alguns nobres Senadores da Oposição, lamentavelmente, eu não tenho nenhuma referência elogiosa a nenhum ponto da política econômica do Governo de V. Ex^a.

É verdade também que a minha discordância não é de agora, nem é circunstancial, não decorre de qualquer queixume que porventura eu viesse a ter do Governo, porque nunca lhe dei apoio. É uma discordância que teve início a partir do instante em que eu vi este Governo mostrar o seu perfil, o perfil de política econômica concentrador de renda, de privilégio aos banqueiros, depois que eu vi o perfil de outras políticas públicas desse Governo na área de segurança, de educação e, sobretudo, depois que eu vi o seu perfil ético e moral.

Eu não me esqueço de 2 de março de 2004, quando da tribuna do Senado, eu mostrei com provas, com o relatório de um delegado da Polícia Federal, o envolvimento do Ministro José Dirceu com o escândalo Valdomiro Diniz.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a disse que naquela época a CPI tinha assinaturas suficientes e a Maioria não a instalou. A instalação dela dependeu de decisão do Supremo Tribunal Federal, dada depois de um ano e meio. Depois de todo esse tempo em que eu estive apanhando exatamente por falta de mais provas e mais evidências, além daquelas que apresentei naquela oportunidade, tenho a alma no seu devido lugar. Nunca vi um Senador, um político, sofrer o que eu sofri sem ter cometido nenhum ato de corrupção. Na vida pública brasileira nunca vi isso.

Devo dizer que é uma discordância que tem sua matriz numa concepção político-sociológica bem diversa da concepção do atual Governo. Ao contrário do que aqui foi afirmado – companheiros, Senadores da Oposição afirmaram que só se fosse com demagogia, mas não –, o Brasil tem condições, sim, e deveria, sim, sem cometer qualquer demagogia estabelecer uma política econômica que atendesse aos interesses dos brasileiros.

Segundo ponto. Digo isso por uma questão simples: política econômica é instrumento de Governo, utilizado para, coadjuvado com outros instrumentos e com outras políticas, estabelecer a consecução dos objetivos do Estado, que é propiciar a felicidade do povo, e essa política econômica tem levado nosso povo ao sofrimento. É exatamente o contrário. Disseram aqui que governos anteriores venderam o patrimônio do povo brasileiro. É verdade, venderam o patrimônio do povo brasileiro e não resolveram o problema.

Agora, na verdade, vendem ao exterior a resultante da força de trabalho, que é o PIB, que está sendo exportado, e – o que é pior – sem que o povo venha a receber o dinheiro pela venda da sua força de trabalho, pois aquilo que o país recebe é devolvido aos compradores dessa mesma força de trabalho em forma de pagamento de juros dos juros, o que é triste.

Terceiro: nenhuma referência eu desejo fazer às discordâncias internas do Governo, sobretudo, entre V. Ex^a e a Ministra Dilma Rousseff. Ressalto que essas discordâncias significam apenas que o Governo não tem governo. É um amontoado de instrumentistas desafinados e, o pior, sem regente. Enquanto um está lá com um instrumento desafinado, tocando samba, o outro está tocando valsa.

Terceiro e último, Sr. Presidente, para concluir. Quanto à questão de fundo, que é o envolvimento, Sr. Ministro, de V. Ex^a nas práticas ilegais denunciadas por

seus ex-assessores e seus companheiros ou ex-companheiros, companheiros do PT, espero que, quando V. Ex^a vier a ser convocado para depor na CPI, a qual é o fórum adequado, V. Ex^a possa contestar todas elas de forma satisfatória. É o que eu desejo: contestar caso a caso, fato a fato e explicar as razões pelas quais seus ex-assessores estão agindo dessa forma, contra V. Ex^a.

Às vezes até gostaria de deixar uma interrogação. Esse procedimento dos ex-companheiros, dos ex-assessores seria – digamos assim – a recuperação, a retomada da consciência moral deles ou algum queixume que eles têm de V. Ex^a?

Por fim, faço alusão novamente ao eminente Senador Pedro Simon, que, há poucos instantes, disse que não consegue entender por que o Presidente Lula não tomou providências. Tenho certeza absoluta, ilustre Senador Pedro Simon, de que o Presidente Lula não tem o menor gosto pelo sofrimento, não tem o menor gosto pelo sofrimento. Ao contrário. A sua história diz exatamente o contrário. Não tem nenhum gosto pelo sofrimento. Aliás, tenho certeza absoluta de que, se ele tivesse condições, ele não estaria ainda vivendo o inferno astral que está vivendo, o Inferno de Dante que está vivendo. Mas tenho certeza de que o que falta a ele são exatamente as condições para sair desse inferno, porque é tão fácil e simples o equacionamento dessa questão, Sr. Presidente. Bastaria que ele tivesse feito aquilo que o nobre Senador Pedro Simon disse em sua fala, há poucos instantes. Ou seja, quando apareceu o primeiro bandido no Governo, nomeado pelo Governo, trabalhando no Palácio do Planalto, onde o Presidente trabalha, deveria tê-lo posto para fora e não publicado a exoneração a pedido. Refiro-me ao Sr. Valdomiro Diniz e a todos aqueles que estavam envolvidos diretamente com ele. Tudo teria sido resolvido. Ele não estaria vivendo o inferno astral que vive hoje – tenho certeza – com noites indormidas. Seria muito fácil, como fácil ainda é, se S. Ex^a tivesse condições.

Agradeço pela oportunidade e peço permissão, porque sei que o Ministro vai responder a inúmeros e, basicamente, não fiz nenhuma pergunta, apenas considerações. Não vejam como deselegância, mas tenho uma orientação médica. Não posso permanecer por mais tempo, além do que já permaneci, diante até de um processo de estafa que tive recentemente. Mas ouvirei, de forma tranqüila e paciente, qualquer consideração que V. Ex^a venha a fazer acerca dessas observações que fiz e as ouvirei pelo rádio. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Antes de passar a palavra ao Dr. Antonio Palocci Filho, Ministro da Fazenda, registro que tivemos 46

Senadores presentes à audiência pública realizada na reunião de ontem.

Concedo a palavra ao Ministro Antonio Palocci.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Vou procurar ser conciso, pelo adiantado da hora. Seu objetivo veio na resposta do Senador Ney Suassuna.

Veja, Senador, eu anotei aqui sua questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, primeira questão das questões do Senador Ney Suassuna. Acho que devemos zelar pela Lei de Responsabilidade Fiscal diretamente, até porque somos mandatados pelo Senado Federal, o Tesouro Nacional, para que façamos cumprir as resoluções do Senado, a respeito do cumprimento da lei. E vamos verificar as questões que o senhor suscitou como questões importantes.

Em relação à seca na Paraíba, eu não sei se as questões das perdas agrícolas do seu Estado também estão protegidas com o Proagro Mais, programa que nós fizemos, porque foi assim que nós acudimos os agricultores do Rio Grande do Sul que perderam. Estou disposto a recebê-lo para conversarmos sobre isso, porque, havendo seguro automático, nós vamos assumir todas as responsabilidades dos pagamentos com seguro. Onde não há seguro, vamos ver que políticas sociais podem ser acionadas nesse caso. Eu acho que... É uma questão que vamos olhar com todo o carinho.

Concordo com o senhor que os investimentos em agências como a ANP têm alto retorno. Tanto é que nós estamos disponibilizando 45 milhões a mais no PPI de 2006 para a ANP, para estudos de prospecção de petróleo. Em 2005 também, mais 45 milhões. Concorramos com essa sua observação de que são recursos com alto potencial de retorno. Fico feliz que o seu Estado tenha tido sucesso em relação a esse líquido tão precioso que está tornando-se o petróleo hoje.

Em relação ao 1% do FPM, Senador, o nosso compromisso integral com a Reforma Tributária está mantido, de forma que, se a reforma for votada lá na Câmara, tudo o que está lá nós estamos assumindo o compromisso, inclusive do FPM. Ficaria para este final de ano. Quer dizer, talvez 1/12 do ano e, certamente, nós cumpriríamos esse compromisso, porque é o que foi acordado. O acordo que eu fiz com os Srs. Senadores aqui será cumprido, desde projeto seja votado na Câmara. Se votar com modificações, vai ter que voltar para cá.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ministro, com a força que V. Ex^a tem, dê uma pressãozinha no Presidente de lá.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Eu não tenho voto nenhum. Já tive um só, mas hoje não tenho.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O seu pedido é muito forte.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Estamos conversando com o Presidente Aldo e com as Lideranças sobre isso. Mas queria assegurar: caso seja votada a reforma do jeito que saiu daqui, todos os compromissos estarão mantidos. Caso ela seja mudada, ela vai ter que voltar aqui e, certamente, vai haver novas negociações. E vamos ver o resultado dessas novas negociações.

Sobre a questão de recurso da transposição da 101, certamente, Senador, devem ter sido feitas – é o planejamento que faz essa conta com os Ministros. São reprogramações de execução, na medida em que estamos a um período curto do final do ano e alguma obra pode ter, neste momento, recurso maior do que ela vai executar até dezembro. Então se fazem alguns remanejamentos. Mas concordo com V. Ex^a que isso não seja feito em detrimento do Nordeste. Quer dizer, eu acho que é uma questão que nós podemos minimizar.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ministro, perdoe-me: só uma coisinha de nada. O ruim é que está saindo da transposição e passando para uma barragem de um Estado que é contra a transposição. Dói na alma da gente isso!

O SR. ANTONIO PALOCCI – Pois é. Vamos observar isso. Comprometo-me de verificar, porque, de fato, no final do ano, essas realocações são no sentido mais de preservar os recursos até, porque algumas obras atrasam, como a 101 e, certamente, ela não vai gastar, por ter atrasado alguns meses, tudo o que estava previsto nos meses anteriores. Então se faz esse deslocamento. Eu vou observar como foi feita a mudança, falar com o Ministro Paulo e lhe daremos um retorno sobre isso.

Sobre as questões que a Senadora Lúcia Vânia colocou, ela nos fala de uma carta-consulta, se não me engano do BID, não é, Senadora? Do BID. Nós estamos tratando isso e passamos para a nossa área internacional. O Sr. Luiz Pereira está cuidando dessa questão. Acharmos que é uma questão que pode ser agendada no Cofix em condições de ser aprovada. Vamos trabalhar com o Ministro Ciro Gomes, porque o projeto é da área da Integração, para que isso possa ser feito. Pode contar com a nossa colaboração, porque nos parece um projeto adequado. Não temos nada contrário a ele.

Em relação à questão que V. Ex^a coloca, do jornalista Celso Ming, do **Estadão**, de fato as operações que os exportadores fazem dependem da conjuntura que está presente. Quando V. Ex^a tem uma taxa de juros mais alta, normalmente o câmbio se aprecia um

pouco. Isso causa uma pequena perda de rentabilidade no processo da exportação e muitas vezes o exportador, com o ACC que obtém para sua exportação retoma um eventual ganho de rentabilidade dessa forma. É algo normal de acontecer.

Quando a taxa de juros vier a se acomodar, esse efeito se dissolve e tudo se acomoda. Então, de fato isso é algo que pode ocorrer. Uma maneira que os exportadores buscam para compensar a eventual perda cambial é a antecipação do ACC e do ACE, para fazer um nível de compensação na eventual perda cambial. Esse é um fenômeno que está acontecendo de fato, na prática, e é a maneira com que o exportador defende o seu ganho, na medida em que há uma reacomodação do câmbio. Quando a taxa de juros fizer seu curso de redução, esse efeito vai se anular.

Não sei se deixei alguma questão. Sobre as questões que V. Ex^a colocou, do Estado, eu me disponho a responder. V. Ex^a colocou tantas questões graves aqui. Eu tenho todo respeito pelo Centro-Oeste, pelo seu Estado de Goiás, não somente nessa questão da carta-consulta do BID, mas em outras questões das quais V. Ex^a deseje que o nosso Ministério participe e auxilie. Eu quero me colocar totalmente à disposição. Eu sei da importância do Centro-Oeste.

O Centro-Oeste, em 2003, um ano forte da agricultura, teve um impacto excepcional no crescimento do País. Este ano nós tivemos um ano pior na agricultura; então, regiões com mais força agrícola tiveram uma perda maior. Eu acho que o ano que vem será diferente em termos da agricultura.

No ano passado, os agricultores compraram insumos importados, em muitos casos com câmbio mais desvalorizado e venderam sua produção com câmbio valorizado. Parece que agora esse efeito não deve ocorrer. Então, eu penso que o ano 2006, para a agricultura, será bem melhor do que este. Isso não impede que nós olhemos questões relativas ao desenvolvimento do estado e verificar que políticas podem ser acionadas para que aquele ímpeto importante que o Centro-Oeste teve em 2003 não se perca, na medida em que ajudou o Brasil aquele crescimento; a sua manutenção é muito importante para a distribuição do desenvolvimento nacional.

Todos nós queremos que o Brasil se desenvolva em todas as regiões. Não é desejável que se concentre o processo produtivo e de desenvolvimento. Então, tudo aquilo que diz respeito ao desenvolvimento das diferentes regiões acho que deve interessar à pauta de todos nós.

Quero falar em relação aos comentários. Foram mais de três, dessa vez. Quero falar em relação aos comentários...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Meia dúzia.

O SR. ANTONIO PALOCCI – ... do Senador Pedro Simon.

Senador Pedro Simon, é a segunda vez que V. Ex^a me faz essa cobrança relativa ao Rio Grande do Sul e acho legítima a cobrança que V. Ex^a me faz. Eu digo que V. Ex^a tem razão em relação às dificuldades do estado, que de fato tem um desequilíbrio de contas que é importante e precisa ser visto de uma maneira sustentável.

Não sei qual foi o procedimento que V. Ex^a relata aqui em relação ao empréstimo do Banco Mundial, mas eu acho que mais do que um empréstimo nós precisamos buscar mecanismos no sentido de o estado recuperar a sustentabilidade de suas contas. O Estado tem potencial e capacidade para isso, mas enfrentou um conjunto de condições adversas que vem de alguns anos. E concentrou, neste ano, um conjunto de condições adversas: a agricultura perdeu bastante, com a seca; alguns produtos que foram bem, no estado, tiveram superprodução no País e os preços caíram muito. Então, onde a produção foi boa deu errado e onde foi ruim também deu errado.

Alguns setores exportadores que são característicos do Rio Grande do Sul, como calçados e máquinas agrícolas, tiveram queda este ano. Outros subiram. Esses tiveram queda e coincidentemente são setores que estão presentes no Rio Grande do Sul. Então, nós compreendemos que de fato houve uma combinação de condições adversas em relação à economia do Estado.

V. Ex^a sabe que eu tenho um respeito profundo por V. Ex^a, pelo seu Governador e eu gostaria, sinceramente, de poder buscar mecanismos de apoio efetivo para o Estado.

V. Ex^a relatou que aquele processo das estradas federais estaria concluído. Se ele estiver terminado, nós podemos resolver esse problema, porque eu não poderia fazê-lo sem o reconhecimento do Ministério dos Transportes. Se isso estiver feito, é um mecanismo que nós podemos acionar, até porque é justo. Se é reconhecido como dívida, porque eu pago todas as dívidas essa é uma que nós vamos pagar também, como dívida. Na outra vez que nós conversamos eu me lembro de que estavam iniciando a análise desses processos da estrada federal.

Eu queria aqui, Senador, colocar-me à disposição, pela importância dos nossos estados, pessoalmente, com a nossa equipe. Eu desejo que V. Ex^a nos visite e traga autoridades do Estado. Eu gostaria muito de me envolver pessoalmente nessa discussão, para que

possamos encontrar mecanismos eficientes de ajudar o estado a se alavancar. Na realidade, o Estado do Rio Grande do Sul não é pobre; é forte, economicamente viável, que tem toda pujança de ser um grande estado para a economia brasileira.

O fato é que coincidiu um crescente problema fiscal acumulado com um conjunto de condições adversas que ocorreram no mesmo ano e de fato geraram um quadro bastante difícil. Mas eu queria aqui me colocar mais uma vez à sua disposição. Vou olhar, amanhã mesmo, essa questão das estradas, mas quero que V. Ex^a fique, por favor, muito à vontade para nos cobrar isso, porque eu considero uma cobrança legítima.

Em segundo lugar, Senador, eu queria fazer um breve comentário sobre as suas colocações que eu ouvi com muita atenção e vou transmiti-las ao Presidente Lula, se V. Ex^a me permitir. Eu, desde muito jovem, acompanho a sua vida política. Tenho o mais alto respeito pela sua pessoa e pelas suas convicções democráticas. Sei dos seus compromissos com a sociedade brasileira e com a democracia. Acompanhei sua vida política, admirando-a, quando eu estava começando a participar das atividades partidárias. Então, eu quero reafirmar que as suas colocações aqui somente aumentam a minha admiração, porque são de um democrata, de um brasileiro que luta pelas suas idéias e tem convicções muito claras.

Eu somente não sou pessimista, talvez como V. Ex^a, em relação ao Governo, ao que ocorreu e ao resultado dessas questões. Eu quero ser mais otimista. Eu também estou triste com o que ocorreu. Questões que envolveram nosso Partido e pessoas nos entristecem, mas não me desanimam. Eu acho que nós precisamos fazer com que as questões sejam olhadas de maneira objetiva e sejam apuradas de forma séria. Devemos ter a certeza de que se isso for feito correta e adequadamente, o Brasil vai estar melhor depois disso.

Se erros foram cometidos, eu estou aqui para assumir a minha parte neles. Se nós não lidamos adequadamente com todas as questões colocadas, estou aqui para assumir minha parte nesses erros. Vou transmitir ao Presidente Lula a sua fala e preocupações porque tenho certeza de que o Presidente tem admiração por V. Ex^a e tenho certeza de que todos nós do Partido dos Trabalhadores temos uma admiração muito grande pela sua pessoa e levamos com a mais alta seriedade as suas observações.

Eu quero apenas crer que o Brasil vai ganhar se nós fizermos o esforço de superar essas dificuldades. No dia de amanhã, as instituições vão ser mais sólidas, a democracia vai ser mais forte, nós todos seremos mais fortes para construir instituições definitivamente equilibradas para o futuro do nosso Brasil. Então,

queria apenas dizer que ouvi, com muita atenção, as suas colocações e as registro como muito importantes para minha visita aqui hoje. Saio daqui, carregando-as com muita humildade, até porque nessa luta muitas pessoas reclamam, eu mesmo reclamei aqui, talvez mais do que devia, sobre acusações desses momentos, sobre troca de insultos, sobre brigas. E eu, como membro de um Partido que foi extremamente aguerrido na oposição, só posso, nesses momentos, fazer também um **mea culpa**, porque nós também brigamos, nós também fomos aguerridos. Alguns de vocês talvez tenham sofrido o estilo briguento do PT em relação a apurar as coisas, a denunciar tudo. Isso faz parte de uma construção democrática, mas nós temos, também, que saber respeitar os processos. Então, apenas queria registrar aqui que sua fala foi muito importante para mim, que durante minha vida aprendi muito com o senhor e penso que aprendi muito mais hoje aqui com as suas colocações.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Se me permite, as palavras do Senador Pedro Simon são de um amigo do PT, do Presidente Lula e de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Tenho certeza, tenho certeza.

Obrigado, Senador Suplicy.

Quero falar sobre a questão do Senador Eduardo Azeredo. Sobre a questão da reforma tributária, repito, Senador, estamos aí prontos, esperando ser convocados para essa tarefa da reforma. Alguns dizem assim: “Bom, mas se o Governo quiser faz.” Não é bem assim. Em outras questões talvez seja um pouco assim, quando o Governo faz peso em um projeto e esse projeto anda, de fato, porque o Governo tem um peso no processo. A reforma tributária é um pouco mais complexa, porque ela não é Governo e Oposição, não é segmentos políticos contra outros, ela é uma construção extremamente difícil e de características muito regionais. Mas, insisto que temos todo o interesse em fazer esse esforço. O Senador ressalta a postura da Oposição, a Senadora Ideli criticou um pouco isso. Eu respeito muito a Senadora Ideli, acho que é uma lutadora, um exemplo para todos nós, uma pessoa de grande representatividade, de um trabalho intenso no Senado Federal e que aprendi a gostar e admirar muito, nos últimos anos. Mas penso que entre as diversas questões colocadas aqui, entre os colegas governistas e os colegas da Oposição, penso que devemos fazer um esforço, Senadora Ideli, Senador Eduardo Azeredo, no sentido de tentar transformar o conflito, que foi criado em torno dessa questão política, num conflito que gere um processo construtivo; não sei se nós vamos conseguir, não sei se nós vamos conseguir, mas

acho que nós devemos ter esse compromisso, procurar trabalhar com esse compromisso.

Em relação às questões da Senadora Ideli, acho que são basicamente essas as questões que ela colocou e queria dizer, Senadora, se a questão for que serei atingido ainda por uma sucessão de pequenos golpes, sucessivos, permanentes, eu entendo que nós, agentes públicos, a senhora passa muitas dificuldades na sua atuação, sei que não é fácil, mas eu fico ...

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – O senhor não imagina quantas, só que não tenho a mesma paciência que V. Exª.

O SR. ANTONIO PALOCCI – Mas vou conversar um pouco com a senhora sobre essa questão da paciência. Na sua luta cotidiana vejo que é difícil. Então, também tenho a minha parte de sacrifício a dar nesse processo político e vou fazê-lo da maneira mais aberta possível, apelando aos colegas da Oposição que olhem as questões com serenidade; apurem, sim, nós não podemos admitir que questões que foram levantadas, e que são críticas, fiquem ao vento; têm que ser apuradas, mas que isso seja feito com serenidade, não vamos cometer o erro de perder a perspectiva de fazer as coisas correta e adequadamente em relação ao que está dado para nós.

Mas, em síntese, Senadora, se eu tiver ainda que apanhar um pouco nesse processo, vai ser minha parte de contribuição a esse processo político. Estamos acostumados, na política, a não termos ganhos permanentes: temos muita dedicação, resultados às vezes positivos, o que alimenta nossa vontade de trabalhar; mas muitas vezes injustiças que ocorrem em nossa vida, e somos obrigados a lidar com elas. Vou procurar lidar com serenidade sobre isso, e quero aqui ressaltar meu apoio à sua atuação como Senadora da República, como também destaco sua dedicação às teses em que V. Exª acredita e sua fibra como mulher representante de seu Estado aqui neste Senado. Quero dizer que respeito muito a sua atuação como Líder do nosso Partido aqui, como uma das grandes lideranças do nosso Partido aqui.

Sobre o Senador Mão Santa, ele fez apenas uma pergunta e uma série de comentários – certamente a D. Toninha vai gostar muito dos seus comentários aqui -, mas eu queria dizer, Senador, que não é exatamente uma inverdade o que o Presidente da Anfip falou. Não se trata de uma inverdade. Ele deve ter abordado a questão da conta de uma maneira não adequada, porque não é fato que o superávit primário é feito com esse peso sobre a Seguridade Social, mesmo porque ele deve estar se referindo à DRU – Desvinculação de Receitas da União. Muitos desses recursos são retirados via DRU, mas são devolvidos à Seguridade

Social. Então, não é fato que os recursos do superávit têm origem tão fortemente na Seguridade, mesmo porque não seria possível realizar os dados que apresentamos aqui. Por exemplo, os recursos da Saúde, num período em que a inflação foi de 30%, cresceram 50%. Os recursos do Bolsa-Família cresceram 160%. Então, se de fato os recursos da Seguridade tivessem sido subtraídos nesse montante apontado pelo presidente da Anfip, não teríamos a possibilidade de realizar esses resultados. Nem por isso quero dizer que ele errou na conta ou está mentindo, mas ele fez uma abordagem que não considera, certamente, os efeitos da DRU e o fato de que a DRU tira e devolve parcela importante da Seguridade Social. Se V. Exª desejar, posso lhe mandar essas contas detalhadas, para sua apreciação. E quero dizer que foi uma satisfação ouvir suas considerações sobre as questões que envolvem o seu trabalho, o nosso País, a nossa Saúde Pública. Apreendi muito com V. Exª também.

Sr. Presidente Luiz Otávio, acho que não deixei de responder a nenhuma questão, não é?

O SR. (Orador não identificado) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB - PA) – Outra rodada. *(Risos.)*

O SR. ANTONIO PALOCCI – Saio daqui, então, com muitos compromissos combinados e estabelecidos. Prometo trabalhar para cumpri-los todos. Deixei também algumas sugestões para os Srs. Senadores sobre questões importantes que devemos tratar, e queria agradecer ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otávio, que tem sido parceiro das realizações da área econômica, tem-nos auxiliado, em muito, nas questões centrais da política econômica, e espero retribuir a sua gentileza permanente, atendendo a todos os seus convites para aqui comparecer. Se for necessário, Senador, volto aqui amanhã para discutir a MP nº 258, depois de amanhã, na semana que vem, no mês que vem, quando for necessário, para esclarecer qualquer questão relativa à política econômica ou a outras questões. Penso que, com a transparência que V. Exª permite, vamos engrandecer o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB - PA) – Eu é que quero agradecer a presença de V. Exª, Ministro Antonio Palocci, e dizer-lhe que já se passaram 9 horas 45 minutos de reunião, e valeu a pena. V. Exª foi convincente, V. Exª foi firme, como sempre. Com certeza, a Nação brasileira, por inteiro, como eu tinha – e continuo tendo – certeza, agora está mais tranqüila, agora está mais serena. O fruto que esta audiência vai dar é o reconhecimento da sua seriedade, da sua

competência. E todos nós aqui, os 46 Senadores que participamos desta reunião, fomos testemunhas de que tudo ficou esclarecido. É um orgulho, é uma satisfação para nós, brasileiros, ter V. Ex^a como Ministro da Fazenda.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião à 01h05min do dia 17-11-05.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de agosto de 2005.

Às onze horas e seis minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Geraldo Mesquita, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, José Agripino, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Paulo Paim, Delcídio Amaral e Juvenício da Fonseca reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Edison Lobão, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, José Maranhão, Aelton Freitas e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 001, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Dispõe sobre percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedido vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 086, de 2004, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos”. O relator designado é o Senador Demóstenes Torres e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE, é aprovado, rejeitando ainda, a emenda apresentada pelo Senador Hélio Costa. Item 03: Projeto de

Lei da Câmara nº 087, de 2004, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Ivan Valente, que “Dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar)”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer favorável com a emenda nº 01-CE é aprovado, com o voto contrário do Senador José Jorge. Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 035, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República, que “Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer favorável é aprovado. Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Rondônia”. O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária ‘Semente de Amor e Fé’ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio Cravinhos Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 1260, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema 103 de Rádios Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 1289, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nambá Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponte Serrada, Estado de Santa

Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 1319, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Joinville Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 450, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga a permissão da Rádio Minduri FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Distrito e Subdistritos de Florália a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 1436, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura Rio Branco Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 1466, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a permissão da Fundação Charitas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda n.º 01-CE, aprovadas por quinze (15) votos. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 1482, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rural Nova Guaranésia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaranésia, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo,

que "Aprova o ato que autoriza a Prefeitura Municipal de Volta Redonda a explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Maria Mãe de Deus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Estrela de Ibiúna Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Valente, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Ribeira do Pombal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira do Pombal, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Cruzeiro FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucano, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Educativa de Goiatuba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. O Senhor Senador Flávio Arns pede a palavra, e requer oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimento de Urgência. O requerimento é aprovado. Extra-Pauta: Item 01: Requerimento de Urgência nº 026, de 2005-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer "... nos termos do art. 336, Inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o projeto de Lei da Câmara nº 035, de 2005, que 'dispõe

sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e das outras providências”. O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2004 e Item 07: Projeto de Lei da Câmara nº 041, de 2005. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue: Comunicado: “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da resposta do Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações, Senhor Hélio Costa, ao Requerimento de Informação nº 489/05, de autoria de Sua Excelência, o Senador Hélio Costa, aprovado nesta Comissão em 25 de abril de 2005, solicitando informações a respeito da concessão de outorga à Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada, por meio do PDS 194, de 2003. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. O requerimento foi anexado ao PDS 194/03”. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Declaro aberta a reunião.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Há concordância da Comissão.

Vamos para a inversão de pauta, para que possamos examinar os decretos de concessões a emissoras de rádio e televisão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, eu tenho uma audiência com o Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Sem querer atrapalhar a pauta, sou Relator do Item nº 2 – que, aliás, já foi discutido aqui. Ele é um projeto não terminativo. E se V. Ex^a concordar, juntamente com a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Se o Plenário concordar, entramos então para a discussão do item nº 2. Projeto de Lei do Senado não terminativo que dispõe sobre isenção do imposto sobre a importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos. Autor Senador Mozarildo Cavalcanti. O Senador Demóstenes Torres é o

Relator, favorável com a emenda oferecida, rejeitando a emenda do Senador Hélio Costa.

Com a palavra, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Então, a próxima relatoria será a minha?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Das emissoras de rádio. Exatamente.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Das emissoras de rádio.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este é um projeto muito interessante do Senador Mozarildo Cavalcanti. Há uma dificuldade de importação de instrumentos musicais de excelência, com marcas reconhecidas, como um violino *Stradivarius*, um piano *Steinway*, por parte de orquestras sinfônicas brasileiras e também dos músicos profissionais com registro no Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil.

Então, esse é um pleito antigo e que vem sendo feito inclusive pelo próprio Governo. Hoje temos um músico como Ministro da Cultura. E foi submetido ao Governo para discussão, e o Governo concorda. No entanto, o nosso colega Senador, e hoje Ministro Hélio Costa, apresentou uma emenda, dizendo que era favorável a essa isenção de imposto sobre importação desses instrumentos musicais que seriam importados diretamente por orquestras ou entidades afins e os músicos profissionais, desde que eles não tenham similares produzidos no Brasil.

Assim, é óbvio que isso frustraria todo o espírito do projeto. Por quê? Porque a intenção é uma importação restrita por orquestra, por músico profissional, de instrumentos diferenciados, de instrumentos de altíssima qualidade que o Brasil não produz. Então, é óbvio que a indústria de pianos, de violinos, de guitarras, continuarão produzindo normalmente e tendo o seu mercado cativo. Mas abre-se exceção para o músico profissional e para as orquestras, e assim mesmo durante um prazo. Não se pode fazer essa importação constantemente. É a cada cinco anos. Há uma série de obstáculos para não desestimular a indústria brasileira.

Eu até disse na ocasião que, se fosse aprovada a emenda do nosso colega e hoje Ministro, o Senador Hélio Costa, que impedia a importação dos similares produzidos no Brasil, como o Brasil produz tudo, então poderíamos importar somente os produtos exóticos, como amponha, os produtos tribais, etc.

Então, eu tive a cautela. Novamente retirei para exame; conversei com o Governo, e dou o parecer novamente favorável ao projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti, para que permita aos músicos profissionais e às orquestras sinfônicas ou similares, a cada cinco anos, **de per si**, promover a importação de um produto de altíssima qualidade para enriquecer musicalmente tanto o músico, quanto as orquestras brasileiras.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Sr. Relator conclui com parecer favorável ao projeto, rejeitando a emenda do Senador Hélio Costa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o projeto com a emenda.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito obrigado pela gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Passamos à análise das emissoras de rádio. Senador Leonel Pavan. (Pausa.)

O Senador Eduardo Azeredo é o Relator dos itens de nºs 13 a 17, que estão na pág.125.

Com a palavra, então, o Senador Eduardo Azeredo, para leitura do relatório.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Item nº 13 é o ato que aprova outorga de permissão para a Rádio Minduri FM, da cidade de Minduri, no Sul de Minas.

Todos os pré-requisitos foram satisfeitos, de maneira que o voto é favorável à aprovação do ato de outorga de permissão para a Rádio Minduri FM, Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Item nº 14.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O Item nº 14 refere-se à Associação Comunitária do Distrito e Subdistritos de Florária, na cidade de Santa Bárbara, em Minas Gerais – cidade histórica. Também favorável o requisito para a Associação Comunitária

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Item nº 15.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Item nº 15. Rádio Cultura Rio Branco Ltda., na cidade de Visconde do Rio Branco, na zona da mata de Minas Gerais. Parecer favorável.

Item nº 16. Ato para renovar a permissão da Fundação Cáritas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Santo de Minas, também essa no sudoeste de Minas Gerais.

Item 17. Rádio Rural Nova Guaranésia, também no sudoeste de Minas, para radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Guaranésia.

São cinco rádios, com voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Sr. Relator Senador Eduardo Azeredo conclui com pareceres favoráveis aos Itens nºs 13 a 17.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Serão submetidos à aprovação.

Passamos para os próximos itens.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu queria trazer um assunto que me chegou e com o qual fiquei muito preocupado. Esse assunto é pertinente a esta Comissão.

Foi encaminhado ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, um documento da ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, em que faz uma denúncia de que, na Secretaria de Ensino Superior do MEC, a qual é comandada pelo Sr. Nelson Maculan, quando se manda uma comissão para aprovar um determinado curso em alguma região do País, essa comissão vai **in loco** e aprova, suponhamos, 150 vagas para o curso de Letras.

Então, a denúncia que vou encaminhar a esta Presidência é a de que um membro da Sese – Secretaria de Ensino Superior, que se eu não me engano é o Sr. Mário Pederneiras, faz o seguinte: se V. S^a não escrever de próprio punho pedindo para reduzir o número de vagas de 150 para 100, eu não vou publicar no Diário Oficial a autorização desse curso.

Eu fiquei muito preocupado, porque, quando se tem uma denúncia desse tipo, verbal, não se leva em consideração, mas quando vem assinada pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, documentada e assinada, inclusive pedindo investigação interna, eu fiquei um pouco preocupado e achei que deveria trazer esse assunto a esta Comissão. Então, eu queria deixar registrado, Sr. Presidente, que vou encaminhar à Presidência esse assunto para que nós possamos ver qual atitude será tomada por esta Comissão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Nós estamos em processo de deliberação. Assim que terminarmos, eu vou submeter a solicitação de V. Ex^a ao Plenário e ver para onde será encaminhada.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em observação à questão que foi levantada, somente para dizer que o Professor Mário Pederneiras é do Paraná. Trata-se de uma pessoa extremamente ética, transparente e competente. Foi Vice-Reitor da Universidade Federal do Paraná e também Diretor do Setor de Ciências Biológicas. É uma pessoa da mais alta qualidade, transparência, competência e honestidade, como o é, também, pelo que todos nós sabemos, o Dr. Nelson Maculan.

De qualquer forma, estranho sobremaneira a denúncia que está sendo feita. Qualquer dificuldade que alguém tenha deve ser enviada por escrito e investigada. Mas os esclarecimentos vão ser dados porque nós estamos falando de pessoas que têm um compromisso, na verdade, com o ensino superior do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência, então, pensa em encaminhar a carta a essas duas autoridades, para que esclareçam por escrito à Comissão, se o Plenário não deliberar em contrário.

Continuando a apreciação das emissoras de rádio. O Senador Wellington Salgado é Relator dos Itens nºs 8 e 9, na página 85, substituindo o Senador Romeu Tuma, que está ausente no momento.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Vou apenas encaminhar o voto do Senador Romeu Tuma, que diz o seguinte: Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 336, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente e que não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Semente de Amor e Fé a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, na forma de Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação será feita ao final.

Item 23, pag. 201. Relator, Senador Papaléo Paes.

Concedo a palavra ao ilustre Relator, que substitui o Senador Maguito Vilela, ausente.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – O item 23 aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Educativa de Goiatuba a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação será feita oportunamente.

Itens 18 e 19, pag. 166. O Senador Roberto Saturnino substitui, como Relator **ad doc** o Senador Sérgio Cabral.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, o item 18 propõe autorização à Prefeitura Municipal de Volta Redonda a explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

E o item 19 autoriza a Associação Maria Mãe de Deus a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Em ambos os casos, Sr. Presidente, feita a análise da proposição, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha os respectivos projetos não evidenciou violação de legislação pertinente e que não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, os votos, em ambos os casos, são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório do Senador Roberto Saturnino é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação será feita oportunamente.

Itens 20 a 22, pag. 180

O Senador Augusto Botelho vai relatar os itens 20 a 22, em substituição ao Senador César Borges, que não está presente.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Vice-Presidente desta Comissão, Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Relatório do Senador César Borges que aprova ato que outorga concessão à Rádio Estrela de Ibiúna Ltda. para explorar os serviços de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Valente, Estado da Bahia.

O parecer do Relator César Borges é favorável.

Item 21. O parecer do Senador César Borges é também favorável para a Rádio Comunitária da Associação de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Ribeira do Pombal, no Estado da Bahia. Autoriza a executar os serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira do Pombal, no Estado da Bahia.

Parecer favorável do Senador César Borges.

Item 22. Relatório do Senador César Borges, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 321, da Câmara dos Deputados, que aprova ato que autoriza a Rádio Comunitária Cruzeiro FM a executar os serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Tucano, Estado da Bahia. O relatório do Senador César Borges é favorável, e eu sou favorável a todos os três relatórios apresentados pelo Senador.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Augusto Botelho com o seu relatório favorável.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, a votação será feita oportunamente.

O ilustre Senador Reginaldo Duarte é o relator **ad hoc** dos itens 10 e 12, em substituição ao Senador Leonel Pavan.

Com a palavra o ilustre Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o relatório do Senador Leonel Pavan é favorável para que o Sistema 103 de Rádio Ltda. explore serviço de radiodifusão sonora e de frequência modulada na cidade de Descanso, no Estado de Santa Catarina.

Da mesma forma, para a Rádio Nambá Ltda. a explorar serviços de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponta Serrada, no Estado de Santa Catarina.

Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Relator conclui o parecer favorável aos três itens.

Os que quiserem discutir se manifestem. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, o projeto será votado, agora, em conjunto.

Senador Reginaldo Duarte, item nº 12.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, o parecer para o item nº 12, para a Radiodifusão Joinville Ltda., do Senador Leonel Pavan, é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Relator é favorável.

Em discussão todos os relatórios apresentados até agora.

Votação nominal. Projetos terminativos.

Procede-se à votação.

A votação do item 16... Há uma emenda, praticamente, de redação, eu pergunto se todos mantêm o voto favorável também à emenda. (Pausa.)

Os projetos foram aprovados.

Vamos, então, voltar ao item 1 da pauta, cujo Relator é o Senador Papaléo Paes.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 001/2004, que dispõe sobre o percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior. Autor: Senador Paulo Paim; Relator, Senador Papaléo Paes.

O parecer do Relator é favorável, com as emendas oferecidas.

Serão realizadas duas votações nominais: uma para o projeto e outra para as emendas.

Com a palavra, o ilustre Relator Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, todos têm conhecimento da matéria. Então, farei a leitura da análise.

“PLS 001/2004 intenta aumentar o ingresso e assegurar a permanência, na educação superior, de um número significativo de estudantes de origem humilde, estimado pelo autor – Senador Paulo Paim – em cerca de 400 mil. A aplicação da ponderação, sugerida no projeto, indica que as instituições... Queda de receita maior de 9% e garantia... Espera-se de realização de receita correspondente a 6% da arrecadação potencial. A perda da receita suscitada não é novidade em uma realidade educacional marcada pela inadimplência e pela evasão crônicas, de modo que o suposto ônus de 3% da arrecadação, impellido às instituições, não implica, necessariamente queda de faturamento. Ademais, segundo dados do Senso da Educação Superior, de 2003, 43% das vagas oferecidas em processos seletivos, promovidos por instituições privadas de ensino superior, ficam ociosas. Embora não reflita a realidade do conjunto de cursos/escolas, essa constatação, **per si**, é indicada, e de que a proposição não comina qualquer encargo às instituições. No que concerne à relevância social, a medida tem o mérito de criar oportunidades de inclusão para jovens egressos de ensino médio, sem perspectiva de acesso à educação superior pública e que tampouco dispõe de meios materiais para arcar com o pagamento integral da anuidade escolar cobrada nas instituições privadas.

A proposição é conveniente também para ampliar o índice de matrículas de jovens com idade entre 18 e 24 anos na educação superior, hoje inferior a 10%.

Por fim, no que respeita à constitucionalidade da matéria, alinhamo-nos com a opinião exarada em relatório da lavra do Senador Marco Maciel, segundo a qual a medida deve voltar-se para instituições que gozam de benefícios fiscais e permitir ainda flexibilidade nos percentuais de desconto, para facilitar o gerenciamento acadêmico e financeiro.

Para maior efetividade da norma em exame, deve-se ressaltar no projeto a exclusão de bolsas parciais já previstas em lei, a exemplo das concedidas à conta do Programa Universidade para Todos.

Em relação à técnica legislativa, ressaltamos que o termo “semigratuitas”, inserido na emenda PLS nº 1, de 2004, além de impreciso, não consta do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, razão pela qual entendemos deve ser substituído.”

Voto.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1, de 2004, com emendas – a emenda abaixo de que todos têm conhecimento.

Então, o voto é favorável, com as emendas apresentadas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O parecer do Relator é favorável, com emendas apresentadas.

Em discussão.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Senador Paulo Paim, autor do projeto, tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – De forma muito rápida, Sr. Presidente, quero primeiro cumprimentar o Senador Papaléo Paes, o Senador Marco Maciel, enfim, aqueles que encaminharam as emendas, porque sinto que todos são simpáticos ao projeto.

O projeto visa a fazer com que aquele cidadão cuja família tem uma renda **per capita** que não ultrapasse a 1,5 salário mínimo tenha acesso ao nível superior em parceria – fruto já das emendas dos Senadores e do Relator – com a iniciativa privada.

Quero dar meus cumprimentos ao Relator e a todos aqueles que apresentaram emendas, porque fazia a seguinte pergunta a mim mesmo: como fica o resultado final na instituição que vai abrir essas vagas? E, graças ao seu bom-senso, o Relator melhorou – e muito – o projeto.

O que dizem as emendas? A medida deve voltar-se apenas para as instituições que gozam de benefício fiscal e permitir, ainda, a flexibilidade nos percentuais de desconto, para facilitar o gerenciamento acadêmico e financeiro; o projeto deve conter uma ressalva: a exclusão de bolsas parciais, já existentes em lei, a

exemplo das concedidas à conta do Programa Universidade para Todos. E se substituiu, de forma correta, a palavra “semigratuitas” por “anuidade reduzida”.

Enfim, Sr. Presidente, ainda quando era Deputado, eu sempre dizia que a universidade federal gratuita deve ser para quem não pode pagar, e esse projeto, numa parceria com a área privada – e há, inclusive, o referendo da aprovação do próprio Ministério da Educação –, vem nesse sentido: a parceria garante o incentivo, desde que seja assegurado esse percentual para os alunos efetivamente carentes, mediante apresentação de documento devido na declaração do Imposto de Renda.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador? Só desejo um esclarecimento, Sr. Presidente. Esses 15% seriam além do que já existe no ProUni?

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Não, aqui eles fazem um encontro. O projeto deve conter uma ressalva: a exclusão de bolsas parciais já previstas em lei, ou seja, a exemplo das concedidas à conta do Programa Universidade para Todos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Por favor, Sr. Presidente. Senador Paulo Paim, não estou entendendo bem essa questão. São os 15% e mais o ProUni, ou os 15%, e tira-se o ProUni?

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Quando apresentei o projeto, na verdade, nem existia o ProUni.

Trata-se do Projeto nº 1, de 2004. O ProUni foi muito além.

O que diz o projeto e foi preservado pelo Relator? Com as emendas apresentadas, a medida voltará para as instituições que gozam de benefício fiscal somente com o benefício correspondente e permitirá a flexibilidade nos percentuais de desconto para facilitar o gerenciamento. Conforme a redação dada pelas emendas para adaptá-las ao projeto que é muito anterior ao do ProUni, essa medida deverá conter uma ressalva à exclusão de bolsas parciais já previstas em leis, a exemplo das concedidas à conta da Universidade para Todos.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra, o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, em relação a essa discussão entre instituições privadas, devo dizer que, na verdade, vivemos atualmente uma grande briga de mercado. Fala-se muito nessa vagas que, na verdade,

são virtuais. Abrem-se vagas. Se forem lotadas, ótimo, se não, morrem. Muitas vezes as contas são feitas em função do número de vagas abertas no vestibular.

Embora na minha opinião devêssemos estar festejando o atendimento da demanda do mercado – essa foi a razão por que foi criado o vestibular: porque não existiam vagas suficientes para todos – hoje sobram vagas.

O ProUni, criado pelo Governo, atende a pessoas carentes. Estamos decidindo se, além dos 22,5% que já foram dados, daremos mais 15%.

Hoje existe uma guerra absurda no mercado. Qual é o objetivo da instituição? Não ter uma cadeira vazia em sala de aula. Para não ter uma cadeira vazia, negociam o valor da mensalidade. O custo é igual ao da cadeira de avião. Levantou vôo, já foi. Isso está acontecendo.

Peço a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que, com relação ao ProUni, já houve discussão. Depois de combinado o acordo, apresentaram uma legislação que determina que quem tem problemas fiscais não poderá renovar o ProUni, mas, ao mesmo tempo, garantiram aos alunos que se inscreveram o direito de estudar até o final do curso, ou seja, deram *by pass* nas instituições privadas. Fizeram acordos, alunos se matricularam, agora algumas universidades têm dificuldades de emitir certificados, mas terão de manter esse aluno até o final sem poder gozar das imunidades a que o ProUni daria direito. Peço atenção especial para isso, porque, senão, em breve, transformaremos todas as organizações em federais.

Sr. Presidente, era apenas essa a consideração que pretendia fazer. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Continua com a palavra o Senador Paulo Paim. (Pausa.)

A matéria continua em discussão.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, eu também tenho dúvidas com relação ao projeto. Entendo que a idéia do Senador Paulo Paim, como ele mesmo disse, que antecede o ProUni, é boa, necessária e traz a preocupação com o acesso do aluno ao ensino superior e com a necessidade de participação das instituições comunitárias e filantrópicas que tenham benefício fiscal ao atender esses alunos.

Os méritos do ProUni deveriam ser do Senador Paulo Paim, que pensava nesse assunto antes de sua implantação. Com a implantação do ProUni – o projeto do Senador é anterior ao ProUni –, acho que há um certo conflito entre as duas apresentações, ainda mais, Senador Papaléo Paes, que consta do artigo que essas bolsas serão concedidas sem prejuízo da

concessão de bolsas previstas em lei, que seriam as outras bolsas. Então, além das bolsas do ProUni, teríamos essa outra discussão. Na verdade, deveríamos discutir também esse assunto, conversar sobre isso, decidir o que pode ser feito.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Posso pedir vista, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pode haver pedido de vista para melhorar a discussão.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Com todo o respeito, concordo com a idéia. Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Para a vista coletiva, o prazo são cinco dias.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, o embrião do ProUni é esse projeto. Nasceu o ProUni. Temos de avaliar se ele precisará ser gestado completamente para nascer ou se ficarão apenas com o ProUni, que, talvez, seja mais abrangente do que este. Se este ampliar o ProUni, ótimo, mas, se ficar na mesma coisa...

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, quero apenas dizer que concordo plenamente...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra, o autor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – ... com o pedido de vista encaminhado pelo Senador Flávio Arns, pelo que me parece, e vamos conversar. Com certeza, é claro que esse projeto vai além do ProUni, por isso é bom fazermos uma nova rodada de conversa sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pois bem, do pedido de vista vamos para o Item 3 – o item 2 já foi votado –, que é o Projeto de Lei da Câmara 87, de 2004.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, tem a palavra o ilustre Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, primeiro, queria deixar uma justificativa: tive de me retirar desta Comissão, para atender à CPI dos Bingos. Apesar da boa vontade do meu querido amigo Júlio, que nos assessora tão bem nesta Comissão, acabei ausentando-me na hora da votação dos projetos de que eu era Relator, sobre as rádios de Descanso, Joinville e Ponte Cerrada, os quais foram muito bem relatados pelo querido amigo Reginaldo Duarte.

Já estou sabendo que é matéria vencida. Gostaria de ser o Relator, e parece que S. Ex^a acabou citando.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – S. Ex^a citou que V. Ex^a (*interrupção do som*) Relator *ad hoc*.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E não há como retornar à Relatoria para eu assinar o relatório? Eu vou assinar junto.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Regimentalmente...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Vou assinar junto.

Tenho vários motivos, não por serem emissoras. Cito, principalmente, o caso de Ponte Serrada, uma cidade pequena, pobre, no sentido de que tem o reconhecimento por parte do Governo Estadual e Federal de que precisa de atenção. Mas é uma cidade na qual vivi quase toda a minha vida, desde a minha infância, e me sentiria muito orgulhoso, se fosse o Relator dessa única emissora que tinha aquele Município.

Deixo isso registrado e vou assinar junto com o Senador Reginaldo Duarte, se o Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com muito prazer. E constam também, em ata, as palavras de V. Ex^a, que valem até mais do que a assinatura, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Então, com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, que é Relator do projeto de autoria do Deputado Ivan Valente, que torna Municípios e Estados igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, pela oferta de cursos, pela capacitação de professores e pela integração de estabelecimentos escolares no Sistema Nacional de Avaliação do Rendimento Escolar.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, Relator da matéria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Sr. Presidente, o projeto do Deputado Ivan Valente corrige um lapso – de certa maneira, é a única explicação que tenho – que ficou na lei. O art. 87 da LDB, princípios, estratégias e ações a serem adotadas na década da educação, que teve seu início em janeiro de 1997 e se prolonga até 2006, pela redação do art. 3º, passa a idéia de que, no ensino fundamental, a matrícula dos alunos, a oferta de cursos da educação de jovens e adultos e a capacitação dos professores passavam a ser exclusivamente dos Municípios e apenas suplementarmente dos Estados e da União, quando a intenção era a de que fosse dos Municípios e dos Estados e, suplementarmente, da União.

Então, a justificativa do projeto aprovado já na Câmara, o argumento da justificação nos parece correto, porque não se pode, talvez a pretexto de uma tendência histórica de municipalização dos anos iniciais da escolarização, desvestir os Governos Estaduais do dever compartilhado em prover, com seus recursos financeiros e sua estrutura administrativa, a oferta em ensino fundamental, inclusive para jovens e adultos. Se não bastassem os textos da Constituição, que fixou o Plano Nacional de Educação, também foi explícita em colocar no mesmo patamar de responsabilidade Estados e Municípios na oferta e financiamento do ensino fundamental.

Diversa, no entanto, é a posição da União. Embora também ela tenha como dever primeiro a garantia do ensino obrigatório, até hoje limitado ao fundamental, sua função não é prioritariamente a oferta direta, mas as ações redistributivas e supletivas, como fica claro no art. 211.

Assim, as ações previstas no art. 87, de matricular as crianças a partir dos sete anos, de oferecer cursos de ensino fundamental para jovens e adultos e de capacitação para professores, devem ser de igual responsabilidade de cada Estado e de cada um dos Municípios.

Com o mesmo argumento do proponente, vemos a necessidade de suprir essa falta. O Relator incluiu no artigo referido também o Distrito Federal, que não consta da proposta do Deputado Ivan Valente.

Pelo exposto, Sr. Presidente, voto pela aprovação, mas querendo agregar uma coisa. Voto satisfeito, porque se corrige uma falha, mas estou triste, porque é uma pena que no Brasil continuemos insistindo em que criança é uma preocupação só dos Municípios. Não há possibilidade de este País virar uma nação decente, com a educação entregue a Municípios e com a desigualdade que há no Brasil. O Distrito Federal tem R\$16 mil de renda *per capita* por ano. Há Municípios mais pobres, que têm R\$600,00. Como queremos que a mesma educação seja dada, se é o Município que cuida? É um absurdo. Foi um crime, num País com as desigualdades dos Municípios brasileiros, jogarmos as crianças para os Municípios. Tudo que é dos ricos no Brasil é federal. Aeroporto é federal, rodoviária é municipal; universidade é Federal. Agora, o ensino fundamental é municipal.

A única coisa das crianças no Brasil que é federal é a vacinação, por quê? Porque os vírus são democráticos e não escolhem classe. Se os vírus contaminassem apenas os pobres, o Brasil não seria um dos melhores países do mundo na vacinação contra a poliomielite. Se analfabetismo pegasse num toque de mão, ou resolveríamos o problema da alfabetização ou

se venderiam muitas luvas de plástico toda vez em que os ricos fossem apertar as mãos dos pobres.

Eu acho que voto a favor desse projeto do Deputado, porque S. Ex^a traz uma boa correção ao texto. Mas um dia o Senado precisa debruçar-se, enquanto não haja um Governo Federal que queira, sobre a necessidade de fazer com que criança e educação fundamental sejam uma obrigação da União. Quanto a quem vai pagar, discute-se. Mas a responsabilidade de definir como é a educação tem que ser federal.

Hoje, para se abrir um *shopping center*, passa-se por um habite-se federal, mas uma escola, não. Por isso, continuamos com 20 mil escolas sem luz e 30 mil sem banheiro. Não é preciso habite-se federal.

O concurso publico para escolher o professor é municipal. O concurso público para professor, uma categoria com a seriedade de formar as nossas crianças, tinha que ser federal. E, para isso, o Governo Federal também deveria pagar um salário para eles. Não se pode deixar o salário do professor à mercê da pobreza e da riqueza dos Municípios.

O que considero interessante é que em Brasília, a maior renda *per capita* do Brasil, é a União que paga. Aqui a educação inteira é paga pela União. Mas, nos Municípios pobres do Nordeste, quem paga é o pobre do Prefeito. Não estou querendo tirar do meu Distrito Federal esse privilégio de a União pagar, mas que outros Municípios também tenham esse privilégio. Já mostrei, quando era Ministro e, depois, em carta ao Presidente, como isso não custaria demais. Não é tomarmos as escolas para a União, mas definirmos regras para a educação das crianças.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que é triste, mas no Brasil uma criança, até entrar numa universidade, não é brasileira; é carioca, recifense, brasiliense, mas não é brasileira. Ela só é brasileira, se entrar na universidade federal.

Isso um dia teremos que corrigir. Mesmo assim, sou francamente favorável ao projeto, porque já é um pequeno passo para se corrigir um erro.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Peço um aparte, antes de V. Ex^a terminar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Posso dar o aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a terá a palavra, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O Fundef foi criado justamente para repassar alguns recursos, para que os Municípios mais carentes e também os Estados pudessem melhorar o salários dos professores. Perguntaria se, agora, com a entrada do Fundef no Congresso, não seria a hora de inserir nele essa proposta do Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Posso responder, Sr. Presidente?

Quero dizer que essa idéia de fazer Fundef/Fundeb é transformar o Mec em banco, como se ele tivesse o papel apenas de transferir o dinheirinho, que é muito pouco. O Presidente Fernando Henrique não cumpriu a lei, e o nosso Governo continua sem cumprir a lei do Fundef. Mesmo se cumprisse, seria insuficiente. Mas acho que se trata de algo mais do que transferir dinheiro: é preciso definir regras federais para a educação fundamental. Primeiro, o piso salarial do professor tem que ser nacional, e o piso de conhecimento também; o concurso federal e o piso salarial. Segundo, as instalações e edificações têm que ter um mínimo de condições. Por exemplo, o piso não pode ser de areia, tem de haver um banheiro, computadores, ainda que poucos, mas é preciso ter. Terceiro, é preciso haver um conteúdo mínimo. O Prefeito pode ajustar isso à realidade local, mas deve haver um conteúdo mínimo.

Eu fico satisfeito em que o Senador Valdir Raupp levante o assunto, mas penso que, com relação ao Fundeb, valeria a pena transformá-lo num projeto de lei que seria uma espécie de nacionalização da educação básica no Brasil. Não se trata de federalização, porque a descentralização gerencial deve continuar. Trata-se de nacionalização no sentido de dar responsabilidade ao Governo Federal, à União, para os próximos 50 anos. Depois, quando não houver mais desigualdade, como alguns países da Europa já estão fazendo, podemos municipalizar. Com relação ao Fundeb, agora é um bom momento para repensarmos isso.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão, o brilhante parecer do Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, para discutir.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDDB – MG) – Srs. Senadores, Sr^a Senadora, o parecer do Senador Cristovam é exatamente de quem entende da área. Acredito que esse projeto vem, realmente, dirimir uma dúvida, porque, durante um bom tempo, tivemos uma discussão sobre essa questão. Apesar de a Constituição dizer que o ensino fundamental é responsabilidade do Estado e do Município, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação fixa-se mais no Município.

Na semana passada, fiz um pronunciamento no plenário, ocasião em que chamei a atenção exatamente para a proposta de reforma universitária, ainda que seja um pré-projeto do Governo. Nesse pré-projeto está previsto que 75% dos recursos da educação irão para o ensino universitário. Eu alertava para o fato de que evidentemente queremos que o ensino universitário gratuito esteja presente no Brasil todo, que ocorra

a sua expansão. Por outro lado, esse percentual de 75% sinaliza que o Governo está deixando um pouco de lado o ensino fundamental, que ainda é a base e deve merecer a nossa atenção.

Essa questão do Fundef e do Fundeb é um ponto que devemos discutir melhor, para deixar mais claras as responsabilidades. O piso nacional de salário chegou a ser aprovado em 1994, entre as entidades ligadas ao ensino como um todo, mas, depois, poucos Estados o implantaram. Eu me lembro de que cheguei a implantá-lo, em 1995, em Minas Gerais. Isso foi até um ônus pesado para o Estado de Minas, porque tivemos que dar um reajuste, já no primeiro ano de Governo, de 60% para os professores, a fim de se atingir o piso – esse era um compromisso nosso. Mas depois vi que poucos Estados cumpriram esse piso. Com o tempo, isso foi desfazendo-se; hoje não vemos o piso funcionando.

Penso que devemos aprovar a matéria como está. O meu voto é favorável, no sentido de que possa haver essa distribuição entre Estados e Municípios. Na prática, o que acontece é que o Estado é responsável por algumas cidades, e o Município, por outras.

Mas o importante é aquilo que o Senador Cristovam Buarque mencionou bem. Ou seja, não podemos partir para a federalização da educação fundamental; para a nacionalização, sim. Esta é a diferença básica: quanto mais descentralizado o ensino, melhor; não só o ensino, como também o transporte escolar, a merenda escolar. Mas não podemos deixar que o Governo Federal se ausente dessa discussão; ele deve dar recursos, para ajudar os Municípios, em especial na questão do transporte escolar, da merenda, da inclusão digital, que é algo que todos nós queremos tanto que aconteça.

Assim, minha intervenção é favorável a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Continua em discussão o relatório apresentado pelo Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, para discutir.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É uma honra. A única diferença entre mim e o Senador Flávio Arns é que S. Ex^a é do PT, do PT bom; do mesmo PT do Senador Cristovam Buarque, com certeza, e do Senador Paulo Paim, que está presente; do PT que tem compromisso com o social e não com a coisa alheia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – E da Senadora Fátima Cleide também.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Enfim, com o PT daqueles que não estão envolvidos nessa sujeira toda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – E do Senador Roberto Saturnino, também.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não sei por que o Cristovam pensa em sair do PT, com tanta gente boa.

Quero não apenas dar o apoio ao parecer e ao projeto do Senador Cristovam Buarque, do ex-Ministro, mas também dizer que eu governava um Município turístico, que não tem indústria. Em Balneário Camboriú, a evasão escolar era muito grande, porque só havia o objetivo de fazer coisas para os ricos. Quando assumi a Prefeitura pela primeira vez, passei a investir nos pobres, nas crianças. E os setores comercial e turístico diziam: “agora não vai dar mais certo; o Pavan está pensando só no bairro, na criança, no pobre, e nós aqui, com a nossa avenida, com a infra-estrutura no centro da cidade, *folders*, nada mais”. E eu disse, na época, o seguinte: vocês, que são do turismo, e eu, que também sou do turismo e defendo muito essa indústria, entendo que o turista só gosta da cidade, se nela encontrar um povo feliz. Não basta haver equipamentos turísticos, se não se encontrar um povo educado, saudável, sorridente, criança na escola, nas creches. Queremos esse conceito turístico, que inclui as nossas crianças. A evasão escolar, em Balneário Camboriú, é quase zero. Depois que passei a investir maciçamente no ensino fundamental, nas crianças carentes, na educação infantil, a qualidade de vida aumentou tanto, que hoje somos a primeira em IDS e a segunda no IDH, no Estado de Santa Catarina. Hoje, é um orgulho para nós o investimento que existe, que é uma seqüência desse que mencionei. Porém, tudo isso aconteceu em função da vontade política municipal. Não havia a vontade política estadual, porque isso não aparece muito politicamente. A criança não vota. É como enterrar tubo e saneamento, que ninguém vê, não traz voto. Agora, prédios, rodovias enormes, essas coisas que dão discurso são boas. Também quero dizer que muitas vezes os Governos Estadual e Federal deixam de investir na qualificação da mão-de-obra, na qualificação dos professores, porque acham que o professor já está definido, tem uma postura, uma posição política, está garantido com concurso público e não tem que dar muita bola para política. Esse é um pensamento errado. Temos de responsabilizar os Governos Estaduais e o Governo Federal. Não dá para separar e dizer que quem cuida do ensino das crianças carentes é o Município. Não dão muita bola, Ministro. Fico preocupado: quando procuramos um Governador ou o Ministro da Educação e pedimos recursos, dá-se a impressão de que eles nos fazem um favor. E isso não é favor. Nenhum Prefeito procura o Ministério da Educação ou o Secretário do Estado ou o Governador,

para pedir recursos para a educação, sem necessidade. Procuram, porque precisam. E dizem: liberamos tanto para a educação. Educação tem de ser obrigação.

A Coréia do Sul, parece-me, só cresceu, depois que passou a investir maciçamente na educação Infantil; só cresceu por causa disso. E, se o Brasil quer crescer, se queremos evoluir, tem de haver uma política voltada para a educação infantil, tem de haver compromisso, responsabilidade. Nunca vi um discurso do Lula, em viagens por aí, para inaugurar escolas. Nunca soube que ele fosse para algum lugar do Nordeste ou do Sul para inaugurar escola; vai para inaugurar aeroportos, portos, rodovias. Eu queria ver o Lula inaugurar escolas também.

Eu quero cumprimentá-lo, Ministro Cristovam. Lamento muito por V. Ex^a não ter continuado como Ministro, porque certamente hoje já estaríamos colhendo tudo o que V. Ex^a plantou quando iniciou no Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Na verdade, tivemos um grande ministro, o Ministro Cristovam Buarque, só que ninguém o defendeu. Ele era ministro dele mesmo – costume dizer isso a S. Ex^a em alguns encontros. Lutava sozinho, foi nomeado pela sua competência. Creio que, naquele momento, ia partir para esse investimento no ensino de Primeiro e Segundo Grau. Até conversávamos, e S. Ex^a dizia que não adianta simplesmente passar o dinheiro e a prefeitura justificar que gastou tanto. Deve haver uma avaliação de como está sendo gasto. Não é simplesmente uma questão numérica; tem de ser uma questão de avaliação de resultados junto ao alunado. E isso o Ministro Cristovam ia fazer à época.

Quanto ao Terceiro Grau, S. Ex^a cuidou das universidades públicas e deixou as privadas para a briga de mercado, só criando as normas, voltando-se para o Primeiro e o Segundo Grau. Isso o Ministro ia fazer, mas aí vem toda a aristocracia pensante do País, digamos assim, e acaba fazendo uma legislação, como o nosso Senador de Minas também falou, que vai mandar 75% do Orçamento para o Terceiro Grau.

No dia em que aparecer um ministro que tenha peito para falar que investirá no Primeiro e no Segundo Grau e que os resultados só virão daqui a 20 anos, aí teremos uma mudança muito grande. E o Ministro tinha coragem para isso, só que as forças ocultas e internacionais – sua demissão foi feita por telefone, via satélite, não é Ministro? – acabaram tirando o Ministro de quem todos sentem uma saudade incrível.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao ilustre Sr. Relator Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Sem Partido – DF) – Em primeiro lugar, faço uma referência a essa idéia dos 75% que vão às universidades. É mais grave do que foi dito aqui. Os 75% não vão para o Ensino Superior, mas às universidades federais. Então, toda a vez que se colocarem R\$100 milhões para o ProUni, R\$75 milhões terão de ir para as universidades federais e R\$25 milhões para o ProUni, a não ser que se crie um fundo. No entanto, se for no Orçamento, será desse modo. Eu alertei sobre isso na primeira versão, mas insistiram.

Por que isso? Porque, hoje, o que as universidades precisam equivale a 75% do Orçamento. Então, fizeram as contas; só que a lei é para durar 20 ou 30 anos, e toda vez que se aumentarem os recursos, eles não vão chegar à Educação Básica.

Aí, Senador Leonel Pavan, tem a ver com o fato de que os secretários têm que pedir dinheiro. Para a educação não deveria ser necessário pedir dinheiro; tinha de ser responsabilidade da Nação.

Agora, Senador Eduardo, temos de pensar a descentralização gerencial, mas a responsabilidade tem que ser nacional. Confesso que chamava de federalização. Mudei o nome: é nacionalização.

Ninguém fala em universidades nacionais; fala-se em federais, e todos aceitam. Nunca vi alguém propor municipalização do Ensino Superior, mas da Educação Básica, sim. A descentralização gerencial, a liberdade pedagógica, mas a responsabilidade nacional. E, no Brasil, criança não é uma responsabilidade nacional.

Cito um exemplo: quando recentemente morreram algumas crianças indígenas, de fome, em Mato Grosso do Sul, viraram uma preocupação nacional, porque eram indígenas, por causa do Incra; não por serem crianças, mas por serem indígenas. Se fossem crianças não indígenas, não teria havido nada com que o Governo Federal se preocupar. Criança tem de virar uma questão nacional, com uma agência nacional de proteção da criança e com a nacionalização da educação, mantendo-se a descentralização gerencial.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral para discutir.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Presidente Camata, apenas para fazer algumas observações. O Brasil vai pagar este ano mais de R\$180 bilhões de serviço da sua dívida interna, juros. Nós estamos aqui discutindo migalhas para a educação.

Hoje **O Globo** traz, na sua primeira página, em uma matéria de página inteira, a crise das universidades federais do Rio de Janeiro. A UFRJ, a segunda maior universidade deste País, em crise, não tem dinheiro para pagar a luz, para pagar água; a Unirio, a Universidade Rural, a Universidade Federal Fluminense e o Cefet; os seus reitores e o diretor do Cefet se reuniram ontem no Rio de Janeiro, estão numa situação falimentar. Por outro lado, a situação da educação infantil, da educação fundamental é essa discutida até o momento. Então, na verdade, o que está faltando é decisão política, decisão orçamentária, verba para a educação neste País.

O Senador Leonel Pavan fez observações com o foco municipal – ele foi prefeito de um importante Município de Santa Catarina. Eu acredito que a observação do Senador Cristovam de que o Ministério da Educação não deva ser um banco financiador, ela é absolutamente correta, porém, foi graças ao Fundeb – nós devemos essa homenagem ao Ministro Paulo Renato, à Lei Federal de Diretrizes e à sua prática pelo Ministro Paulo Renato – que os recursos começaram a chegar nos Municípios brasileiros. E hoje, graças a Deus – e tenho o temor, de fato, da palavra federalizar, porque isso me deixa arrepiado –, esse mínimo recurso que chegou aos Municípios brasileiros gerou uma melhora sensível da qualidade do ensino fundamental no Brasil. Como disse o Ministro Cristovam, é evidente que, comparado a um Município de uma região desenvolvida, como o Município que tem uma renda *per capita* baixa é uma covardia, mas vamos tirar Brasília disso, pelo amor de Deus – Brasília no sentido de Capital Federal, não a cidade de Brasília –, vamos tirar o Governo Federal. O Governo Federal tem que financiar, sim, regulamentar e deixar os Municípios buscarem a sua capacidade, o seu investimento local, a sua identidade local. O problema deste País é exatamente o inverso, é a concentração de decisões e normas em Brasília. O que o Ministério da Educação deveria fazer era repassar mais recursos para os Municípios brasileiros para o ensino fundamental e para o ensino médio. Hoje o grande gargalo e dos grandes motivos da violência urbana é a ausência de uma política federal, nacional para o ensino médio.

Hoje, quase dez anos da implantação do Fundeb, o que temos no Brasil foi um avanço do ensino fundamental e um decréscimo do ensino médio. O que ocorre nos Estados é que os meninos se formam na 8ª série do ensino fundamental e não tem escola de ensino médio, porque o Estado não é capaz de dar conta dessa responsabilidade; esse é o grande entrave da educação, talvez o maior de todos. Claro que se tem que investir mais em educação infantil, na educação

fundamental, mas ela melhorou diante desse quadro, melhorou e muito, e essa foi a razão: Brasília se metendo pouco e enviando os recursos por imposição legal, não por deleite e desejo do Ministro da ocasião. Então acho que é fundamental pensarmos.

Está aí essa lei do Fundeb. O que é esse Fundeb? Vai tirar dinheiro de onde? Como vai ser esse financiamento? A minha preocupação é que isso está virando um monstro, como disse o Senador Cristovam. Havia uma primeira versão, uma segunda versão, uma terceira versão, não sei em que versão está isso.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na realidade, esse art. 87 faz parte das Disposições Transitórias. Quer dizer, exatamente no art. 1º, aqui ele diz se criar “a União, no prazo de um ano, a partir da publicação desta Lei, encaminhará ao Congresso Nacional o Plano Plurianual de Educação com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, com sintonia com a Declaração Mundial da Educação para Todos”. Em seu § 1º: “O Poder Público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para grupos de 7 a 14 anos e de 15 a 16 anos de idade.

Aí está a mudança:

§ 3º. Cada Município, supletivamente o Estado e a União, deverá:

I – matricular todos os educandos a partir dos 7 anos de idade, facultativamente a partir de 6 anos, no Ensino Fundamental;

II – prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III – realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também para isso os recursos da educação a distância;

IV – integrar todos os estabelecimentos de Ensino Fundamental do seu território ao Sistema Nacional de Avaliação de Rendimento Escolar.

Então, Sr. Presidente, na realidade, como tudo no mundo, isso também tem um lado bom e um lado ruim. O lado bom já foi citado aqui pelo Senador Cristovam Buarque e pelos outros que também discutiram esse projeto.

O lado ruim, Sr. Presidente, é que, da maneira como está atualmente, haverá um único responsável pela matrícula das crianças no Ensino Fundamental, que seria o Município. Então, se uma determinada criança não foi matriculada, já se sabe que a responsabilidade é do Município. Desse modo, como se trata de ensino obrigatório, se alguma instituição quiser en-

trar na Justiça, terá de fazê-lo contra o Município para obrigar a matricular.

Da maneira como vai ficar, pela aprovação do Senador Cristovam Buarque, a responsabilidade vai ficar dividida entre Município e Estado. E é aquela história: quando há dois responsáveis, é o mesmo que não ter ninguém – se há dois, não tem ninguém. Então, na realidade, há esse inconveniente.

Na época, fui Relator da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Faz muitos anos, mas me lembro particularmente dessa redação. Preferimos optar por responsabilizar um único ente federativo a responsabilizar dois, sob a alegação de que, responsabilizando dois, não estávamos responsabilizando ninguém. E como isso é uma coisa que se pode entrar na Justiça, etc... Então, na realidade eu não sei.

No entanto, o Senador Cristovam Buarque defende uma tese que considero muito importante: de que não se pode deixar o Ensino Fundamental apenas sob a responsabilidade do Município, mesmo porque haveria uma grande desigualdade nisso tudo. Por isso, colocamos supletivamente os Estados e a União. Agora, dividir a responsabilização não me parece que seja positivo.

Então, de certa maneira, manifesto-me contrariamente ao projeto, por essa razão, apesar de ver nele muito mérito.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Senador Roberto Saturnino está inscrito para discutir; logo a seguir, o Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, é muito bom e muito importante que estejamos aqui dedicando um tempo bastante substancial à discussão desse tema na reunião de hoje. A questão da educação e sua prioridade é um tema recorrente, em que todas as opiniões convergem a um consenso. Observamos aqui que todos estão de acordo, e muito especialmente o Senador Cristovam Buarque, que coloca ênfase na assunção por parte do Governo Federal de uma responsabilidade geral sobre a educação e da criança. Efetivamente, esse assunto é tão importante, esse tema é tão prioritário que deveria ter a atenção, sim, do Governo Federal, embora a responsabilidade direta de matrícula ou de execução, enfim o gerenciamento, deva ser evidentemente dividida, mas sob a atenção geral, a supervisão geral, o acompanhamento geral, a fiscalização geral e o traçado geral de normas do Governo Federal.

Sr. Presidente, notamos que o Fundef efetivamente produziu resultados muito bons. Entretanto, viu-se que eram insuficientes. Então, travou-se a luta pela sua amplificação, ainda em termos muito modestos,

por intermédio do Fundeb. Todavia, a luta, a queda de braço para o envio do projeto, que ainda está na Câmara – não passou pelo Congresso, por conseguinte não é lei –, levou um tempo muito grande porque as autoridades da Fazenda, o Sr. Antônio Palocci, que é a figura mais louvada do Governo longe de qualquer outra, era contra, porque achava que não se podia. Era preciso ter reservas maiores para pagar juros maiores, que tinham de ser ainda elevados para conter a inflação e, por conseguinte, não se devia desviar recurso algum para a educação. E essa queda de braço resultou num atraso muito grande no Fundeb, que ainda não foi transformado em lei.

Agora, vem essa obrigação de destinar 75% das verbas das dotações federais às universidades federais. Muito bem, todos nós nos revoltamos porque há um consenso de que a prioridade deve ser para o Ensino Fundamental e Básico. O ensino universitário é muitíssimo importante, mas a prioridade, se há escassez de recursos, deve destinar-se ao ensino de base.

Amanhã, teremos aqui um café da manhã dos reitores das universidades federais do Rio de Janeiro, porque a situação daquelas universidades é simplesmente calamitosa. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, outrora Universidade do Brasil, jóia do sistema universitário brasileiro, todo mês tem de se reunir para discutir se vai deixar de pagar ou a luz, ou a água, ou o telefone; e vão distribuindo essas dívidas, que vão todas crescendo, porque não há recursos para fazer face a essas obrigações. Cria-se esse endividamento e, de vez em quando, corta-se a luz, de vez em quando, corta-se a água. Quer dizer, um estado de calamidade.

A Universidade de São Paulo, que é estadual, tem um orçamento de custeio e investimento de R\$300 milhões anuais. A Universidade de Campinas, que também é estadual, tem metade da USP: R\$150 milhões para custeio e investimento. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é a maior universidade federal do País tem R\$70 milhões, menos da metade do orçamento da Unicamp que é a metade do orçamento da USP. Quer dizer, o sistema federal de universidades está realmente no bagaço, para usar a expressão popular. Mas é claro que o Ensino Fundamental e Básico é prioritário.

Então, aonde vamos chegar com essa política que dá tudo ao pagamento de juros e não reconhece a efetiva necessidade, a efetiva prioridade da educação? Então, esse é um grande dilema que está posto.

Quer dizer, é muito bom que estejamos aqui investindo o tempo desta reunião para discutir esse tema fundamental. É muito bom que fique claro que

há um consenso, uma unanimidade a respeito dessa prioridade.

Agora, falamos ao vento, porque, na verdade, enquanto persistir essa política econômica que prioriza os juros, e eleva os juros, e aumenta a dívida, e compromete os governos futuros, vamos ficar patinando em torno das mesmas dificuldades.

De qualquer forma, meus cumprimentos ao Senador Cristovam Buarque, ao Deputado Ivan Valente, que propôs e, não obstante as observações do Senador José Jorge, acho que também é preciso colocar o Estado ao lado dos Municípios. Entendo que responsabilizar apenas o Município, tendo em vista a situação de 80% dos Municípios brasileiros, no fundo, é uma falsidade, porque é absolutamente impossível os Municípios assumirem essa responsabilidade.

Então, Sr. Presidente, peço desculpas pelo alongamento da minha intervenção, mas é que estou aqui transbordando de indignação porque, cada vez que se fala nesse assunto, me vem à mente que nós pagamos, como disse o Senador Sérgio Cabral, R\$130, R\$140, R\$150 bilhões de juros. E cada vez aumenta mais, e cada vez aumenta mais, e cada vez aumenta mais a dívida. Quer dizer, os juros comprometendo os governos futuros.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Roberto Saturnino, só um aparte antes de V. Ex^a terminar? Na verdade, Senador José Jorge, a questão de ficarem dois responsáveis realmente preocupa, mas temos de lembrar que nós temos um instrumento legal: o Município tem de gastar 25% em educação. Então, esse percentual, que é a Lei Calmon, na verdade, é o que vem garantindo, em toda a história, que os Municípios aplicassem mais. Lembro-me bem que lá em Minas...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E o Estado também...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, e o Estado também. Mas eu digo assim: qual é o receio? É que, na hora em que estabelecemos como obrigação do Município e do Estado, que o Município possa relaxar, digamos assim. Esse é o receio. Então, eu estou dizendo que, na verdade, ele não pode relaxar porque há a questão fiscal: ele tem de investir 25% em educação.

Temos, realmente, exemplos muito interessantes lá no Estado de Minas Gerais. Lembro que uma cidade grande não conseguia gastar os 25%, enquanto uma cidade da região pobre do Jequitinhonha gastava mais de 25%. Sabe qual era a justificativa? Que a cidade grande tinha deputados, que pressionavam o Governo do Estado, e este criava vagas na cidade grande. A ci-

dade pequena não tinha representação, e o Município tinha que se virar.

Então, lembro isso. Concordo que teremos a responsabilidade dividida, mas os 25% ajudam para que o prefeito não se exima da sua obrigação.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Wellington Salgado de Oliveira e, em seguida, V. Ex^a que já falou – poderá intervir –, e o Relator falará no final, para ordenarmos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, é só um esclarecimento, se o Senador não fizer questão. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É um esclarecimento bem curto. Na verdade, hoje em dia, isso que o Senador Eduardo Azeredo falou está muito minimizado em razão da criação do Fundef; com a criação do Fundef, os recursos para a educação vão para onde está o aluno. Por exemplo, se um determinado Município tem muitos alunos, recebe dinheiro do Estado por meio do Fundef; se tem poucos alunos e não consegue gastar, ele não recebe do Estado. Então, na verdade, com o Fundef, acabou essa questão de que o Município tem muito dinheiro e não gasta e que o Estado, então, não precisa complementar.

Por quê?

Na verdade, o que acontece na responsabilização é que, antes do Fundef, o aluno era empurrado da rede municipal para a rede estadual, e da rede estadual para a rede municipal. O aluno ficava sendo jogado fora. Hoje, não. Como o dinheiro vem via Fundef, tanto os Municípios quanto o Estado querem ter mais alunos para ter mais dinheiro. Então, com isso, na realidade, essa questão de empurrar o aluno praticamente se acabou, porque para onde vai o aluno, vai o dinheiro. Eles, então, querem ter o aluno.

Por isso, fiquei contrário a essa responsabilização dividida. Entendo que responsabilização única seria formalmente o mais correto, apesar de o dinheiro – independente de quem é o responsável – ir para o Município ou para o Estado, dependendo de onde o aluno estiver.

Eu só queria complementar, porque me esqueci desta parte.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra, para encerrar a discussão, o Senador Wellington Salgado de Oliveira e, logo em seguida, o Relator, Senador Cristovam Buarque.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Em conversa que tive com Ministro Cristovam Buarque – hoje Senador –, o que me trouxe muita razão de pensar foi a questão de sempre estarmos analisando com dinheiro – 25% do dinheiro –, e o Senador Eduardo Azeredo colocava isso. No entanto, o Ministro dizia o seguinte: “Wellington, não é só o dinheiro. Nós temos de saber como está sendo investido.” Justificar gasto com dinheiro, todo o mundo justifica. Agora, está sendo gasto em quê? Como isso vai ser medido? Essa é a grande questão.

Às vezes, um prefeito de uma cidade pequena que não tenha acesso a maiores informações, pensa que está sendo bem gasto, que está formando os alunos ali e não está formando nada. Essa que é a grande questão que o Ministro conseguiu passar para mim, num bate-papo informal, por assim dizer. Seria sensacional se trilhássemos um caminho que chegasse a um método de avaliação – entendeu, Senador?

Quando era suplente – e não tinha assumido o cargo –, eu sempre olhava o Senador Gerson Camata, o Senador José Jorge e eu pensava que, sendo senadores, eles poderiam mudar a lei. Poderiam fazer um projeto de lei e mudar a lei. Eles estão ali para isto: fazer e mudar as leis. Não é para isso que estamos aqui? Defender os nossos Estados, que é o princípio do mandato de Senador.

Então, se o projeto estabelece 75% e nós não concordamos com isso, nós podemos mudar. Não podemos mudar?

Então, esta é uma preocupação para ser debatida e para ser mudada se o pensamento da Casa for para mudar – não é isto, Senador Gerson Camata?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Eu acho que sim, Excelência.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, por isso, eu era fã dos Senadores antes de assumir, aqui, a minha posição de Senador. Eu acho que esta é que grande questão: nós podemos mudar.

Era só isto que queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Para encerrar a discussão, concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque. Logo em seguida, passamos à votação da matéria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Sem Partido – DF) – Sr. Presidente, não é a primeira vez que o meu amigo José Jorge traz coisas novas. Confesso, Senador, que eu não tinha pensado nesse problema, mesmo assim defendendo o meu parecer e a lei do Deputado, porque, embora tenha esse problema que eu não tinha pensado e que o Senador trouxe, que é importante, não temos por que excluir, como está no parecer,

por que desvestir o Estado da sua responsabilidade. E eu faria aqui duas metáforas. Uma é que, para cuidar do filho, precisa o pai e a mãe. Se deixamos os dois responsáveis, a criança pode ficar abandonada. E vou mais longe, no caso das crianças de um país não basta pai e mãe, precisa a santíssima trindade: o Município, o Estado e a União. Tem que ser os três responsáveis.

Agora, como é que casamos isso? Através de uma lei de responsabilidade educacional, que o Brasil está precisando. Temos uma lei de responsabilidade fiscal. Vai preso e fica inelegível o Prefeito que não cumprir os gastos. Agora, não acontece nada com o Prefeito que não cumpre as metas do plano da década da educação. Tem que haver uma lei de responsabilidade.

Quanto a isso, o Senador Wellington trouxe um ponto. Temos que mudar esse negócio de premiar quem gasta mais. Temos que premiar quem faz mais. O Prefeito que conseguir alfabetizar todos os seus adultos gastando pouco é melhor que do aquele que consegue alfabetizar metade gastando muito. Vamos ter que mudar essa filosofia que se criou no Brasil de que o bom é o que gasta muito. O bom é o que faz as coisas, gastando mínimo possível.

Só uma lei de responsabilidade educacional, trabalhando com base em metas e não nos meios, é que resolverá isso.

Mas espero ter convencido o Senador José Jorge para, mesmo reconhecendo que ele tem razão no risco da duplicidade e responsabilidade, não eximir o Estado da sua responsabilidade e, com isso, contar com o voto dele para o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em votação, o projeto e as emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o projeto e com o Relator queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado com um voto contra do Senador José Jorge.

Temos agora o item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005, que dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. É de autoria da Presidência da República, e o Relator é o Senador Flávio Arns.

Se o Senador me permite, quero anunciar que, amanhã, teremos aqui uma audiência pública da Comissão de Cinema e Teatro. Vem o Gustavo Dahl, Roberto Farias, Wolney Oliveira, Ícaro Martins, Cícero Aragon, todas figuras e líderes proeminentes da área de audiovisual, que vêm discutir essa lei.

Com a palavra, portanto, S. Ex^a o Senador Flávio Arns, Relator do projeto, que transforma o Centro

Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Quero, inclusive, destacar que o anúncio desta transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná teve o seu início no sentido de debates, entendimentos e anúncios pelo Senador Cristovam Buarque quando Ministro da Educação. Para o Estado do Paraná e para o Brasil é uma iniciativa de fundamental importância.

O Poder Executivo, inclusive, para justificar a transformação, arrola essencialmente as condições reunidas pelo Cefet do Paraná, em termos de história, vocação, excelência de suas atividades, com destaque para o incremento do ensino de pós-graduação, da pesquisa aplicada e da extensão no campo tecnológico, o seu caráter multicampi, que permite atender 11.500 alunos regulares e a disponibilidade do corpo docente, altamente qualificado, formado por 1.300 docentes, dos quais 150 são doutores e 500 mestres e cerca de 230 mestrandos e doutorandos.

Além disso, enfatiza-se a posição de vanguarda do CEFET – PR na educação tecnológica do País e que poderá tornar-se mais destacada com autonomia administrativa, pedagógica e um maior acesso aos órgãos de fomento à pesquisa.

Tramitou pela Câmara dos Deputados, e no Senado Federal a proposição logrou aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o relatório do ilustre Senador Eduardo Azeredo, e foi encaminhado a esta Comissão de Educação, não recebendo emendas.

Constitui objeto de análise do PLC nº 35, de 2005, originário do Poder Executivo, a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em universidade. Desse modo, ao envolver a criação de órgão da Administração Pública, a matéria se inscreve entre as reservadas à iniciativa do Presidente da República, conforme a art. 61, §1º, inciso II, alíneas a e e, da Constituição Federal.

A propósito, o art. 48, inciso XI, da Carta Magna legitima o Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, a dispor sobre todas as matérias de competência da União, cabendo a esta Comissão de Educação, por seu turno, de conformidade com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar acerca das proposições que versam sobre educação, cultura, ensino e desporto, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e salário-educação, entre outros assuntos.

No que respeita à legislação nacional, a criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

obedece ao disposto no art. 52 e parágrafo único da Lei nº 9.394, de 1996, a chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que define a universidade como instituição pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, facultando ainda a criação de universidades especializadas por campo do saber.

No que concerne ao mérito, é de se destacar que, a despeito de sediar a Universidade Federal do Paraná, a primeira instituição universitária brasileira, o Estado do Paraná tem tido acesso limitado aos investimentos federais no setor e, por isso, tem sido instada a suprir a deficiência de vagas na educação superior por meio das seis universidades estaduais que mantém. É uma grande dificuldade. Com efeito, mais uma universidade federal no Estado será muito bem-vinda.

Com histórico de atividades bem-sucedidas no ensino, na pesquisa e na extensão, princípio basilar da universidade, o Cefet-PR goza de condições suficientes para transformação alvitrada, sem maiores custos. A entidade dispõe hoje de corpo docente altamente qualificado, tem uma produção intelectual considerável e desenvolve atividades de extensão expressivas, superando nesses aspectos muitas instituições universitárias em funcionamento no País.

Com estrutura multicampi, a Universidade Tecnológica poderá iniciar atividades com corpo discente composto por mais de 12 mil alunos, distribuídos pela sede, em Curitiba, e pelos campi de Ponta Grossa, Campo Mourão, Medianeira, Pato Branco, Cornélio Procopio e Dois Vizinhos.

Em relação às mudanças decorrentes da transformação do Cefet do Paraná em universidade, vale mencionar a ampliação da autonomia administrativa, financeira e didático-científica, na forma do art. 53 da LDB, o que conferirá poderes à instituição para se auto-organizar em consonância com as normas atinentes à elaboração de estatuto e regimento; criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, definindo os respectivos currículos e números de vagas anuais; estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; e conferir graus, diplomas e outros títulos, além das demais prerrogativas outorgadas às instituições com *status* de universidade.

Por tudo isso, a proposição, que atende reivindicação originária da comunidade acadêmica do Cefet – PR encerra medida de justiça com uma das mais importantes instituições de ensino do País, concretizando uma aspiração de toda comunidade paranaense, a merecer, portanto, acolhida desta Comissão.

Por fim, é de suscitar, no que respeita à técnica legislativa empregada, que a proposição atende à Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei nº 107, de 2001, carecendo, entretanto, de reparos afetos ao léxico – uso indevido da contração “na” como parte da expressão “com vistas a”, constante do art. 4º, inciso I, letra *b*, e do pronome *lhes* em lugar de *lhe* nos incisos I e II do art. 11, o que pode ser feito na oportunidade da redação final.

Voto.

Ante o exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005.

Antes quero dizer, Sr. Presidente, que é uma iniciativa aguardada e festejada pelo Estado do Paraná. O então Ministro Cristovam Buarque esteve naquele Estado anunciando a medida. É um grande anseio de toda a comunidade. Existe o mérito embutido em toda essa transformação. Isso realmente possibilitará que a área tecnológica, no Estado do Paraná, por meio da criação dessa universidade tecnológica, continue oferecendo – porque já vem fazendo isso no decorrer dos anos – bons frutos não só para o nosso Estado, mas para o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão, o parecer apresentado pelo Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Sem Partido – DF) – Sr. Presidente, manifesto-me apenas para apoiar o parecer do Senador Flávio Arns, que, mais do que ninguém, tem o direito de fazer esse parecer, como nobre representante do Paraná. Essa é uma reivindicação antiga e será extremamente positiva para o desenvolvimento tecnológico e a formação dos nossos tecnólogos não só no Paraná, mas no Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Cumprimentamos o Relator pelo seu magnífico parecer.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Obrigado.

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Como é uma medida necessária e como há uma expectativa enorme no Estado do Paraná, desde a época em que o anúncio da medida foi levado àquele Estado pelo Ministro Cristovam Buarque, tenho, sobre a Mesa, requerimento de urgência para o encaminhamento ao Plenário e para aprovação desse projeto de lei no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em votação o requerimento de urgência do Senador Flávio Arns, que pede urgência para tramitação do projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o pedido de urgência.

O item seguinte dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Teatro para a Infância e Juventude, de autoria da Senadora Fátima Cleide. O Relator, Senador Aelton Freitas, não está presente.

Solicitamos o adiamento da apreciação do item para uma reunião em que S. Ex^a possa relatá-lo.

Item 6:

Trata-se de projeto que autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Rondônia. O autor é o ilustre Senador Valdir Raupp, e o Relator o Senador Augusto Botelho, que apresenta parecer favorável.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho, ilustre Relator do projeto.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Do Relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2005, de iniciativa do Senador Valdir Raupp, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, no Município de Rolim de Moura, a Universidade Federal Rural de Rondônia.

O projeto estipula que a nova universidade desenvolverá, de forma indissociada, a pesquisa, o ensino e a extensão, especialmente nas áreas de silvicultura, da agricultura e da pecuária, assegurado o respeito aos direitos dos povos indígenas e a preservação de riquezas naturais no Estado de Rondônia. O PLS permite também que o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Rondônia seja agregado à nova universidade.

O início da vigência da lei que o projeto intenta criar é previsto para a data de sua publicação.

A matéria, que tem decisão terminativa desta Comissão, não recebeu emendas.

Da Análise. Como já foi apontado reiteradas vezes nesta Comissão, a parcela de brasileiros entre 18 e 24 anos com acesso à Educação Superior, da ordem de 9%, é significativamente baixa, em especial se comparada com a situação de países em nível semelhante de desenvolvimento.

Por isso, o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, fixou a meta de 30% de jovens nessa faixa etária com acesso ao nível superior no prazo de dez anos. Se não forem tomadas medidas arrojadas relativas à criação de novas oportunidades educacionais, essa meta não será cumprida.

Como acertadamente alegou a justificativa do projeto em exame, o Estado de Rondônia representa desafio urgente e multifacetado: de um lado, suas terras incultas e riquezas ainda inexploradas continuarão a atrair novas correntes migratórias e a favorecer a ocupação econômica; do outro, a presença plurisseccular de povos indígenas e seus valiosos santuários ecológicos reclamam políticas públicas que orientem o desenvolvimento sustentável da região.

Vale destacar ainda, conforme justificativa da iniciativa, que a escolha do Município Rolim de Moura para abrigar a nova universidade reside no fato de que a localidade já sedia os cursos de Ciências Agrárias mantidos pela Universidade Federal de Rondônia, o que otimizará os custos de investimentos de novos estabelecimentos educacionais. Temos certeza de que as experiências de êxito de instituições congêneres no Rio de Janeiro e em Pernambuco constituem exemplo para a nova instituição.

Quanto à constitucionalidade, matérias autorizativas, como as relativas à criação de instituições educacionais, têm sido objeto de interpretações divergentes. Há quem aponte como obstáculo para sua admissibilidade o disposto nos arts. 61, § 1º, inciso II, letra e, e 84, da Constituição Federal, que prevêem a prerrogativa exclusiva do Presidente da República na iniciativa das leis que tratam da questão de órgãos da administração pública.

É diverso, no entanto, o entendimento do Senado Federal. A constitucionalidade da matéria sustenta-se no Parecer nº 257, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Segundo esse parecer, de iniciativa do Senador Josaphat Marinho, o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência.

Por conseguinte, à luz desse parecer, não se sustenta a arguição de inconstitucionalidade por vício de iniciativa de projetos de lei que autorizem o Poder Executivo a criar estabelecimentos de ensino.

Do voto. Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº 210, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Lembro que o projeto é terminativo.

Em discussão, o relatório do ilustre Senador Augusto Botelho.

Para discutir, concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, eu só gostaria de ressaltar a importância desse projeto e de parabenizar o Senador Valdir Raupp pela feliz iniciativa, uma vez que, como bem justifica tanto o Senador Valdir Raupp quanto o Senador Augusto Botelho, em seu parecer, Rondônia é um Estado eminentemente agrícola. Dentro dessa realidade, há ainda um percentual imenso de agricultores da pequena agricultura familiar que necessita, de fato, de acesso a conhecimento e a novas tecnologias, para que possamos promover o desenvolvimento sustentável no Estado.

Agora mesmo, notícias dão conta de que houve um crescimento nos índices de exportação de 15% no Estado, mesmo com todos os desmandos que vivemos no Estado de Rondônia, que são conhecidos pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Parabéns!

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – O povo trabalhador e, principalmente, o povo de nossa agricultura familiar – inclusive, nesta semana, na segunda-feira, haverá uma representação da agricultura familiar no Estado de Rondônia – fazem com que o Estado se desenvolva, mesmo não tendo uma política pública voltada para sustentar esse desenvolvimento.

Acredito que a Universidade Federal Rural, no Município de Rolim de Moura, contribuirá, e muito, para que haja o desenvolvimento sustentável no Estado. Como disse o Senador Valdir Raupp, em sua justificativa, o Município de Rolim de Moura já tem o curso de Ciências Agrárias e também o curso de Pedagogia da Terra, que é um curso que responde, inclusive, à expectativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado, é um curso que nasceu por meio da luta do MST no Estado de Rondônia.

Então, só tenho de parabenizar a iniciativa e de dizer que voto, com muito prazer, nesse projeto, porque sei o quanto ele influenciará positivamente o desenvolvimento do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra, para continuar a discussão, ao ilustre Senador Valdir Raupp, autor do projeto.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Nobre Presidente, Senador Gerson Camata, Srªs e Srs. Senadores, a minha fala visa tão-somente a agradecer a V. Exª, pela condução dos trabalhos; ao Sr. Relator Augusto Botelho, pelo brilhante relatório; aos Senadores, em nome da Senadora Fátima Cleide; a todas as Senadoras e a todos os Senadores que vão votar. Já

estou antecipando aqui, mas vou pedir também encarecidamente o voto, porque realmente é um projeto muito importante para o nosso Estado.

Por que a escolha do Município de Rolim de Moura? Não é porque fui prefeito duas vezes dessa cidade, Sr. Presidente, mas é porque Rolim de Moura já sedia, como falou a Senadora Fátima Cleide, a Faculdade de Ciências Agrárias e também a Faculdade de Pedagogia da Terra. Então, na área federal – é claro que já temos outras faculdades particulares –, é Rolim de Moura que sedia essa área agrária do ensino superior.

Agradeço antecipadamente a todas as Sras e a todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Vemos aqui que Rondônia unida jamais será vencida, com a Senadora Fátima Cleide e o Senador Valdir Raupp.

Lembro que a votação será nominal, porque o projeto é terminativo.

Em votação.

Procede-se à votação.

Aprovado, por unanimidade.

Cumprimentos ao autor e também à Senadora Fátima Cleide.

A Mesa comunica aos Srs. Senadores o recebimento da resposta do Exmo Ministro de Estado das Comunicações, Sr. Hélio Costa, ao Requerimento de Informação de autoria de S. Ex^a, o Senador Hélio Costa, aprovado nesta Comissão em 25 de abril de 2005, solicitando informações a respeito da concessão de outorga à Fundação José Bonifácio Lafaiete de Andrade, por meio do PDS nº 194, de 2003.

Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão dirigir-se à Secretaria da Comissão.

O Relator do item seguinte, o Senador Juvêncio da Fonseca, não está presente e justificou a sua ausência.

A Mesa quer agradecer aos Senadores Geraldo Mesquita, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Flávio Arns, Roberto Saturnino, Augusto Botelho, Marco Maciel e Eduardo Azeredo a presença nesta reunião. V. Ex^{as} nos honraram com suas presenças, com seus pareceres, com seus votos e com o quórum que muito engrandeceu esta reunião.

Votamos mais 19 projetos que serão remetidos ou à Câmara dos Deputados ou à Mesa do Senado Federal.

Muito obrigado a todos.

Até amanhã na reunião da Subcomissão do Cinema, que contará com a presença de vários líderes brasileiros, para discutirmos a Lei do Audiovisual!

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h43min.)

Ata da 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de agosto de 2005.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia trinta de agosto de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Gilberto Goellner, José Agripino, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, Paulo Paim, Fernando Bezerra, Delcídio Amaral, Nezinho Alencar e Juvêncio da Fonseca reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Maria do Carmo Alves, Teotônio Vilela Filho, Mozarildo Cavalcanti. Justificam a ausência os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Flávio Arns. Comparece a reunião o Senhor Senador Paulo Octávio (PFL/DF), não membro. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, “Altera a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002 e a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre alterações societárias das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2004, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que “Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Teatro para a Infância e Juventude”, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2004, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que “Dispõe sobre a criação do ‘Dia Nacional do Teatro para a Infância e Juventude’, a ser comemorado anualmente no dia 20 de março”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o PLS 283/04 é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, prejudicando o PLS 313/04 que tramita em conjunto. Item 04: Projeto de Lei da Câmara nº 041, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Muri-

lo Zauith, que “Denomina ‘Rodovia Alfeo AlmeidaVELOZO’ o trecho da rodovia BR-376 entre o entroncamento com a rodovia BR-163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer favorável, com a emenda 01-CE, é aprovado. Item 05: Indicação nº 006, de 2002, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que “Sugere à Comissão de Educação a elaboração de estudos visando a criação da Universidade Federal do Oeste Catarinense – UFOESTE”, tramitando em conjunto com o Requerimento nº 420, de 2003, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Leonel Pavan, que “Requer, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam requeridas ao Ministro da Educação informações sobre a criação da Universidade Federal do Oeste Catarinense (Ufoeste)” O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o parecer pelo arquivamento da Indicação 006/02 e do Requerimento 420/03, é aprovado. Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Senador Tião Viana, que “Institui o Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Em seguida o Senhor Presidente, Senador Gerson Camata inicia a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos: Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária para o progresso de Triunfo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Fundação Jean Cavalcante a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Potiretama, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 080, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária América a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camanducaia, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do

Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Três Corações a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Centro Minas FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão de Inconfidentes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inconfidentes, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Tombos Sonora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tombos, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Cidade de Matutina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matutina, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Nilson de Oliveira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social de Barroso – ASBAR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroso, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 11: Pro-

jeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Uberlândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 673, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Canjamba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ressaquinha, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 1351, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Prefeitura Municipal de Cássia para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cássia, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 1362, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 1368, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Progresso do Mucuri Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 1445, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Atenas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Produtores Rurais de Campo Verde II a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serraria, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o pro-

jeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Liberdade FM de Santa Rita Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 212, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza o Movimento Viva Lagoa Grande – MG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Santa Margarida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Margarida, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pratense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prata, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 295, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio Igreja de Araçuaí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araçuaí, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural da Imagem e do Som de Sabará – ACISS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sabará, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Pedro Américo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba”. O

relator designado é o Senador Fernando Bezerra e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Os Senhores Senadores Eduardo Azeredo, Wellington Salgado e Roberto Saturnino pedem a palavra, e requerem oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta, de Projeto de Lei da Câmara nº 063, de 2005, do Requerimento de Informação e de Requerimento, o que é aprovado. Extra-Pauta: Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 063, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin, que requer “Institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo é o parecer favorável é aprovado. Extra-Pauta: Item 02: Requerimento de Informação nº 027, de 2005-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado, que requer “Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, as seguintes informações: razões para o não cumprimento, pela SESU/MEC e pelo SETEC/MEC, dos prazos estabelecidos pela Portaria nº 3.643/2004; razões e suporte legal para a existência de Comissões verificadoras para autorização de cursos das Instituições de Ensino Superior – IES; demonstrativo da tramitação dos processos relativos à transferência de manutenção dos cursos ou instituições, de uma para outra entidade mantenedora; no caso dos processos referentes à transferência de manutenção de cursos ou instituições, a base legal e critérios para a substituição dos pareceres de auditoria independente por visita de Comissão; fundamento legal e razões para o não acatamento pelo SESU/MEC, de decisões judiciais prolatadas em mandados de segurança impetrados por Instituições de Ensino Superior; quadro comparativo entre as vagas aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e a Publicação Oficial das mesmas no Diário Oficial da União, nos anos de 2004 e 2005; cursos cadastrados no Sistema Sapiens com pedido de autorização nos últimos doze meses; cursos autorizados pelo CNE nos últimos doze meses com as suas respectivas vagas; cursos com portarias publicadas nos últimos doze meses, com as respectivas vagas; entidades que pediram, após aprovação pelo CNE, redução de vagas através de ofício; cursos já avaliados pelo INEP e não publicados pela SESU”. O requerimento é aprovado. Extra-Pauta: Item 03: Requerimento nº 028, de 2005-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Educação oficie aos Senhores: Ministro da Educação, Ministro do Planejamento, Ministro da Fazenda e a

Ministra-Chefe da Casa Civil, para a liberação da emenda Andifes, no valor de R\$ 43.120.000,00, aprovada no orçamento do ano de 2004 com a vigência para o presente ano. O requerimento é aprovado. Fica adiado, em virtude da ausência do relator a seguinte matéria da pauta: Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº 037, de 2005. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue: Comunicado: “Comunico aos Senhores Senadores, que o Exmo. Senhor Senador Osmar Dias, encaminhou a esta Comissão a resposta do Ministro de Estado da Cultura Interino, Sr. João Luiz Silva Ferreira, ao Requerimento de Informação nº 1447/04, de sua autoria, aprovado nesta Comissão, solicitando informações relacionadas ao volume de recursos incentivados, liberados por meio da Lei Rouanet (Mecenato), a partir de 2002 e onde foi aplicado, por Estado, assim como qual o destino dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, no período de 2002 até novembro de 2004, identificados por projetos e seus respectivos responsáveis. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo”. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Havendo quórum, declaro aberta a reunião.

Os que aprovam o cancelamento da leitura da ata da última reunião permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado a não-leitura da ata.

Vamos, então, como de costume, de início, aos relatórios referentes às emissoras de rádio.

O Senador Aelton Freitas é o Relator dos itens 10 a 16. Com a palavra, S. Ex^a para proferir os seus relatórios.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, nós opinamos pela aprovação da Rádio Comunitária de Desenvolvimento Social de Barroso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroso. É o item 10.

Se V. Ex^a me permitir, eu já relataria todos para serem votados em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Por favor.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Quanto ao item 11, também opinamos pela aprovação da Rádio Comunitária de Uberlândia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

Item 12. Permissão da Associação Comunitária do Canjamba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ressaquinha, no Estado de Minas Gerais.

Item 13. Outorga a Prefeitura Municipal de Cássia a explorar serviço de radiodifusão sonora de onda média na cidade de Cássia, no sudoeste mineiro.

Item 14. Permissão de outorga a Sociedade Rádio Clube de Varginha a executar serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada na cidade de Varginha, no sul de Minas Gerais.

O item 15 outorga permissão, também, da Rádio Progresso do Mucuri a explorar serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada na cidade de Teófilo Otoni.

Item 16. Renova concessão à Rádio Atenas para explorar serviço de radiodifusão sonora de onda média na cidade de Alfenas, no sul de Minas.

São esses os itens, Sr. Presidente, do item 10 ao item 16.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão, os itens relatados pelo nobre Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, a votação será efetuado logo ao final.

Para relatar o item de nº 24, tem a palavra o ilustre Senador Fernando Bezerra. Trata-se do ato que aprova a outorga da concessão à Fundação Pedro Américo para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Com a palavra S. Ex^a o Sr. Senador Fernando Bezerra para o seu relatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chegou a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo, PDS, nº 332, de 2005 (nº 1.613, de 2005, da Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Pedro Américo para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

Eu passaria, Sr. Presidente, direto ao voto, como economia processual.

Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS 332, de 2005, que não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, nós opinamos pela aprovação do ato de outorga de concessão à Fundação Pedro Américo para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens com fins exclusivamente educativos na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão o relatório apresentado pelo ilustre Senador Fernando Bezerra.

Não havendo quem queira discutir, será votado oportunamente.

O ilustre Senador Leonel Pavan será o Relator dos itens nºs 1 e 2, Relator *ad hoc*, substituindo o Senador Reginaldo Duarte.

Com a palavra, o ilustre Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, está chegando o Relator, o Senador Reginaldo Duarte, que tem um compromisso muito grande com seu Estado e certamente terá um grande prazer de também ler o seu relatório, dessas duas emissoras.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Então, tem a palavra S. Ex^a o Senador Reginaldo Duarte para proferir o relatório dos itens 1 e 2 da presente pauta.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso parecer é favorável ao ato que aprova e autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária para o Progresso de Triunfo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, no Estado do Ceará. Do mesmo modo, Sr. Presidente, para o ato que autoriza a Fundação Jean Cavalcante a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Potiretama, no Estado do Ceará.

O voto é favorável para ambos os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão, os projetos relatados por S. Ex^a o Senador Reginaldo Duarte. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos para o próximo item.

O Senador Roberto Saturnino é relator *ad hoc*, substituindo o Senador Flávio Arns, do item 9, na página 77.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RS) – Sr. Presidente, o item 9 trata da aprovação do ato que re-

nova a permissão outorgada à Rádio Nilson de Oliveira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. Tendo em vista que o exame da documentação não evidenciou violação das formalidades estabelecidas pela Resolução nº 39 e não havendo reparos quanto ao aspecto da constitucionalidade, o voto é pela aprovação da renovação da outorga.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão, o relatório apresentado pelo ilustre Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos para o próximo item.

O Senador Gilberto Goellner é relator *ad hoc* dos itens 17 e 18, em substituição ao Relator, Senador Ney Suassuna. Com a palavra, o Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr. Presidente, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o pedido, nº 339, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação dos Produtores Rurais de Campo Verde II a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serraria, Estado da Paraíba, na forma do projeto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão os itens relatados por S. Ex^a, o Senador Gilberto Goellner. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos para o próximo item.

O Senador Eduardo Azeredo relata os itens de 3 a 8 na presente pauta. Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo para o seu relato.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o item 3 é da Associação de Comunicação Comunitária América, na cidade de Camanducaia, no sul de Minas. O parecer é favorável. O item 4 é da Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Três Corações, também na cidade de Três Corações, no sul de Minas. A Rádio Centrominas FM Ltda. é o item 5, na cidade de Curvelo, no centro-norte de Minas Gerais, é uma cidade muito querida por todos. A Associação de Radiodifusão de Inconfidentes, na cidade de Inconfidentes, no sul de Minas, item 6, também parecer favorável. Item 7, da Associação Radio Comunitária Tombos Sonora, na cidade de Tombos, também em Minas Gerais. E finalmente o item 8, a Associação Comunitária da cidade de Matutina, na cidade de Matutina, Estado de Minas Gerais. Todos os itens têm pa-

recer favorável para aprovação dos atos de execução de radiodifusão comunitária em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão, os projetos relatados por S. Ex^a, o ilustre Senador Eduardo Azeredo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos ao próximo item.

Volto ao ilustre Senador Gilberto Goellner para relatar o item 18.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr. Presidente, o Item nº 18 é, da mesma forma, pela aprovação da renovação à permissão outorgada à Rádio Liberdade FM de Santa Rita Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Santa Rita, Estado da Paraíba.

O parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão o projeto relatado por S. Ex^a, o ilustre Senador Gilberto Goellner. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos para o próximo item. O Senador Wellington Salgado de Oliveira é o Relator dos Itens de nºs 19 a 23. Com a palavra S. Ex^a.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, quanto ao Item nº 19 da pauta, o meu parecer é pela aprovação do projeto que autoriza o Movimento Viva Lagoa Grande, de Minas Gerais, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Grande, Estado de Minas Gerais.

Quanto ao Item nº 20, o meu relatório é favorável a que Associação Cultural de Santa Margarida execute serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Margarida, Estado de Minas Gerais.

Quanto ao item nº 21, o meu relatório também é favorável à autorização para que a Associação Comunitária Pratense de Radiodifusão execute serviços de radiodifusão comunitária na cidade do Prata, no Estado de Minas Gerais.

Item nº 22: autoriza a Fundação Rádio Igreja de Araçuaí a executar serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Araçuaí, Estado de Minas Gerais. O meu parecer é favorável também.

O último item é o de nº 23, que autoriza a Associação Cultural da Imagem e do Som de Sabará a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Sabará, Estado de Minas Gerais, o qual também relato favoravelmente.

São esses os itens.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão, os itens relatados pelo ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação de todos os projetos de decretos legislativos relativos às emissoras de Rádio.

A votação tem de ser nominal, por serem os mesmos terminativos.

(Procede-se à votação.)

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, parece que não fui chamado. Quero registrar meu voto “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Wellington Salgado de Oliveira já foi chamado, assim como o Senador Nezinho Alencar. Falta o Reginaldo Duarte, que está sendo chamado agora.

Como vota o Senador Reginaldo Duarte?

(Procede-se à votação.)

Aprovados, por unanimidade, todos os relatórios.

Passamos agora para o Item nº 1 da pauta.

Trata-se de um projeto de autoria do ex-Presidente desta Comissão, atual Ministro das Comunicações, ilustre Senador Hélio Costa. O Relator do referido projeto é o ilustre Senador Edison Lobão, a quem concedo a palavra para proferir seu relatório.

Antes, porém, procederei à leitura da ementa:

Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2005, que altera a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, e a Lei nº 4.117, de 20 de agosto de 1962, para dispor sobre alterações societárias das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Com a palavra, portanto, o Senador Edison Lobão, Relator da matéria.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, vem a exame da Comissão de Educação o projeto anunciado por V. Ex^a. A Lei nº 10.610, de 2002, regula a participação de capital estrangeiro em empresas jornalísticas e de radiodifusão, conforme determinam os §§ 1º e 4º do art. 222 da Constituição Federal. Se aprovada na Comissão de Educação, onde não houve apresentação de emendas, a matéria será remetida para análise à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os princípios constitucionais contidos no capítulo que versa sobre a comunicação social receberam, portanto, e corroboraram normas de controle das atividades jornalísticas e de radiodifusão que haviam sido editadas em período histórico no qual a exploração da atividade econômica pelo Estado era a regra.

Devo dizer, Sr. Presidente, que, aliado às tendências econômicas da globalização, o setor das comunicações passa por fase de forte concentração econô-

mica. Há relatórios das Nações Unidas que indicam que menos de dez conglomerados mundiais controlam cerca de 80% da verba publicitária mundial e percentual correspondente da audiência total, computados os tradicionais meios de comunicação impressa e eletrônica. A principal regra de mercado nesse setor tem sido crescer para não ser engolido.

Desde a década de 80 vêm ocorrendo vultosas fusões e aquisições entre empresas de mídia e de telecomunicações que buscam ampliar a sua base de consumidores como forma de rateio mais eficiente dos custos de produção. Nesse cenário, o nível de preço dos produtos e serviços e o custo de acesso a mercados consumidores têm-se elevado assustadoramente, comprometendo as margens de lucro e a capacidade de investimento das empresas nacionais.

A dificuldade na obtenção de recursos deve-se tanto às restrições constitucionais contidas no art. 222, que limitam a participação do capital estrangeiro a 30% do capital total e votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão, quanto às expectativas de geração de caixa em operações independentes dos grandes conglomerados mundiais, onde não há um grande tomador de empréstimos centralizado que avalize a operação. Sendo assim, para que se perpetue, de forma viável, a situação de independência gerencial no setor de comunicações brasileiro, as empresas nacionais devem contar com o Estado para lhes proporcionar um ambiente favorável ao incremento de competitividade.

Com efeito, os diversos diplomas legais que regem a atividade jornalística e de radiodifusão no Brasil impõem um excesso de procedimentos administrativos ineficazes quanto ao propósito e custosos para seus destinatários, pois inibem oportunidades. Ao dificultarem a negociação com investidores estrangeiros, encarecem o custo de capital para empresas nacionais.

Considerando que a captação de recursos do sistema financeiro nacional tem-se mostrado por demais arriscada devido às altas taxas de juros mantidas pelo Governo, resta aos grupos nacionais buscar recursos no exterior. Respeitado o princípio constitucional da nacionalização da propriedade, há que se reduzir os procedimentos de controle que dificultam a negociação e encarecem os mecanismos de captação.

O Projeto de Lei do Senado nº 222 teve o cuidado, como bem registra o autor em sua defesa, de preservar situações em que o Estado deva tomar conhecimento e anuir previamente, como condição da validade do ato. Nesse sentido, a cessão de cotas ou ações para estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de dez anos, a transferência direta da concessão ou permissão, a modificação do quadro diretivo, a alteração do controle societário de entidades,

todos esses atos submetem-se obrigatoriamente à aprovação prévia do Poder Executivo, o que garante a devida e eficiente fiscalização no cumprimento dos princípios constitucionais.

O Voto. Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2005, tal qual foi concebido.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O ilustre Senador Edison Lobão conclui pelo relatório favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Solicito a V. Ex^a vista do projeto para que possamos discuti-lo na semana que vem, apresentando emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Roberto Saturnino.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL-AC) – Vista coletiva, então.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Geraldo Mesquita, vista coletiva.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Também vou pedir vista, Sr. Presidente. Quero apenas cumprimentar o Relator, mas, a expressão que ele usa no seu voto quanto diz que, com base nas afirmações do autor, fica nítida sua preocupação em estimular a entrada de investimentos estrangeiros nas empresas de mídia brasileira, essa é exatamente a afirmação que me faz pedir vista para um estudo mais aprofundado. Sr. Presidente, desde 1966, quando presidia a CPI que acabou condenando os contratos da Globo com a TIMELIFE, que esse é um assunto que me preocupa profundamente.

De forma que também quero tempo para reexaminar esse projeto e emitir, então, o meu voto com mais informações.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedida vista aos Senadores Marcelo Crivella, Roberto Saturnino e Geraldo Mesquita.

Item nº 2:

O Relator, Senador Demóstenes Torres, não se encontra presente. O item sai de pauta.

Item nº 3:

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2004, tramitando em conjunto com o PLS nº 313, de 2004. Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Teatro para a Infância e a Juventude. A autora é a ilustre Senadora Fátima Cleide. O Relator é o Senador Aelton Freitas, que conclui com o parecer favorável e pela

prejudicialidade do PLS nº 313, de 2004, que tramita em conjunto.

A matéria constou da pauta da reunião do dia 23 de agosto último.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas para proferir seu relatório.

O SR. AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa data já proposta pela Senadora Fátima Cleide, por sua vez, guarda consonância com outras celebrações do mundo todo, conduzidas pelas entidades que congregam atores e companhias teatrais dedicados à infância e à juventude.

No Brasil, essas realizações se congregam junto ao Centro Brasileiro de Teatro para a Infância e a Juventude, o qual, desde 1995, tem realizado diversas atividades para celebrar no dia 20 de março a realização desses importantes setores artísticos. O propósito da Lei, neste caso, seria o de conferir maior organicidade e propiciar maior interação entre os promotores, o público e os segmentos organizados da sociedade, o que vem ao encontro das leis existentes no país sobre celebrações dessa natureza.

Não é outro o objetivo do Projeto de Lei do Senado, PLS, nº 313, de 2004, tanto no propósito de criar a data de celebração, quanto no fato de esta recair no dia 20 de março. Desse modo, não há necessidade de se compatibilizar as proposições, vista a sua perfeita semelhança.

Entretanto, nos termos regimentais, só é possível a aprovação de um deles. Nesse caso, a opção regimental do art. 260, § 2º, item “b”, recai sobre a proposição do mais antigo.

Com isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso voto é que, pelo exposto no seu mérito e por atender aos requisitos de boa técnica legislativa, de legalidade, juridicidade e constitucionalidade, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2004, e pelo encaminhamento à Presidência do Projeto de Lei nº 313, de 2004, para que seja declarado prejudicado, ou seja, mantendo o mais antigo, que é com o mesmo teor e com a mesma finalidade.

Com isso, como é de praxe essa Casa sempre preservar o projeto inicial, o mais antigo, o nosso voto também é por esse encaminhamento e que seja desta maneira.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O voto de S. Ex^a Sr. Relator, Senador Aelton Freitas, é favorável ao projeto e pela prejudicialidade do PLS nº 313, que tramita em conjunto.

Em discussão. (Pausa.)

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide autora do Projeto, para discutir.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria apenas de registrar aqui o meu agradecimento ao Senador Aelton Freitas e tenho certeza do agradecimento também da Senadora Patrícia Gomes, uma vez que essa é uma proposta que tramita conjuntamente e que atende aos interesses da Associação Internacional de Teatro para a Infância e a Juventude.

Consideramos de extrema importância, nós que trabalhamos com crianças e adolescentes e também com a educação neste País, que possamos, nesta Comissão de Educação, aprovar este projeto não apenas para criar mais uma data, mas um dia voltado para a cultura e para as artes, para a um setor importante que é a nossa infância e a nossa juventude.

Desde já, então, Sr. Presidente, peço aos nobres pares que votem favoravelmente a este projeto em função da sua importância para o desenvolvimento das nossas crianças e dos nossos jovens no Brasil e para que possamos ter como marco o dia 20 de março como Dia Nacional, uma data que já vem sendo comemorada desde 2001 no Brasil. E que possamos ter mais incentivo para o teatro nesta etapa da vida, que é a infância e a juventude brasileira.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

A votação será nominal porque é um projeto terminativo.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Aprovado, por unanimidade, o projeto; prejudicado, então, o Projeto nº 313, de 2004, tramitado em conjunto.

Cumprimentos à Senadora pela oportunidade do seu projeto e pela aprovação unânime.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Solicito a inclusão do requerimento de minha autoria, extrapauta, que se encontra sobre a mesa, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento está submetido ao Plenário em extrapauta. Ao fim da pauta, então, ele entra, se não houver obstáculo do Plenário. O requerimento do Senador Roberto Saturnino, em fase de finalização, também entra. Se o Plenário não faz nenhuma objeção, os dois constarão, no final, da extrapauta.

Item nº 4:

Projeto de Lei da Câmara nº 041, de 2005, que denomina Rodovia Alfeo Almeida Velozo o trecho da rodovia BR-376 entre o entroncamento com a rodovia BR-163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul. Autor: Deputado Murilo Zauith; Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

O parecer é favorável, com a emenda oferecida.

Com a palavra S. Ex^{as} o Sr. Senador Juvêncio da Fonseca para proferir o seu relatório.

O SR. RELATOR (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem a esta Comissão para exame o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2005, apresentado pelo eminente Deputado Murilo Zauith, da região da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul, e aprovado pela Câmara dos Deputados após manifestação favorável de três Comissões daquela Casa.

No mérito, a biografia do homenageado justifica plenamente a iniciativa, já que o competente engenheiro agrônomo estabeleceu forte ligação com a população de Dourados, notadamente os colonos, e participou ativamente da luta pelo desenvolvimento da região onde se situa o trecho rodoviário escolhido, com muita propriedade, para a homenagem.

Quanto à conformidade com o ordenamento jurídico vigente, verifica-se que o projeto atende os pressupostos atinentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa legislativa, ao teor do disposto nos arts. 22, inciso XI, 48 e 61, *caput*, da Constituição Federal.

Quanto à redação, todavia, acreditamos que poderia ser aperfeiçoada por meio de pequenos ajustes, nos termos da emenda proposta ao final deste parecer.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2005, com as modificações decorrentes da emenda acrescentada a seguir:

Emenda: Dê-se ao artigo 1º, do projeto, a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica denominado Rodovia Alpheu Almeida Veloso o trecho da rodovia BR-376, compreendido entre o entroncamento com a rodovia BR-163, próximo da cidade de Dourados e da cidade de Fátima do Sul, ambas do Estado de Mato Grosso do Sul.”

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório do ilustre Senador Juvêncio da Fonseca é favorável ao projeto.

Em discussão. (Pausa)

Os Srs. Senadores que queiram discuti-lo.

Não tendo quem o queira discutir, o projeto vai à votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado o projeto.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Peço a V. Ex^a que inclua, no começo da pauta, o Projeto de Lei, da Câmara, nº 63/2005, que também trata da criação de um dia específico contra a pirataria e a biopirataria.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Se não houver obstáculo de alguém do plenário, o projeto será submetido e entrará.

PLC 63/2005 que institui o dia 03 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.

Ao final, será colocado na pauta.

O item nº 5 tem como Relator o Senador Leonel Pavan. Trata-se de uma indicação que sugere à Comissão de Educação elaboração de estudo visando à criação da Universidade Federal do Oeste Catarinense – Ufoesc. Autor: Senador Casildo Maldaner. Relator: Senador Leonel Pavan. O parecer é pelo arquivamento.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Leonel Pavan para proferir o parecer.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim que nós assumimos o Senado passamos a trabalhar este requerimento em que pedia ao Ministério da Educação estudos visando à criação da Universidade Federal do Oeste de Santa Catarina. Achamos ser mais fácil nós mesmos encaminharmos requerimentos diretamente ao Ministério da Educação. Essa indicação nº 06/2002 é do ex-Senador Casildo Maldaner, pelo PMDB. Mas, para fazermos com que as coisas andassem mais depressa, entendemos que era melhor manter contato direto com o Ministro da Educação. À época, o Ministro da Educação era Cristovam Buarque. Cristovam Buarque recebeu um requerimento nosso com inúmeras perguntas. Depois, foi repassado esse requerimento para o atual Ministro. Antes, o Ministro Cristovam Buarque, em processo de saída do PT, nos disse que trabalhava – e muito – essa questão de que o nosso requerimento deveria

ser aprovado, quanto ao projeto de ser instalada uma universidade no Oeste de Santa Catarina. Depois, aqui mesmo, na Comissão de Educação, ouvimos o Ministro Tarso Genro. Ele nos colocava que era favorável à criação de universidades federais no interior dos Estados brasileiros. Tanto é verdade que o próprio Presidente já tem liberado algumas universidades. Em função das respostas positivas do Ministro Tarso Genro, nós resolvemos unir todas as respostas e as colocamos em um projeto de lei que deverá ser aprovado amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos. É um projeto de lei para a criação da universidade.

Então, como lá já existe um projeto de lei nosso, e já há respostas positivas do Ministério da Educação, tanto do ex-Ministro Cristovam Buarque como do ex-Ministro Tarso Genro, agora enxotado da Executiva do PT, lamentavelmente, achamos melhor pedir o arquivamento deste requerimento, que, com certeza, não vai prejudicar o projeto que deverá ser aprovado amanhã para que seja beneficiado definitivamente o oeste de Santa Catarina com uma universidade federal.

Sr. Presidente, peço o arquivamento do Requerimento nº 06, de 2002, cuja autoria é do ex-Senador Casildo Maldaner. Eu queria pedir aos nobres Senadores o arquivamento até porque não há mais necessidade de novos estudos, já que elaboramos um projeto de lei que será discutido e certamente aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos no dia de amanhã.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES.) – Com a palavra, para discutir, o Senador Romeu Tuma.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Presidente, me desculpe, mas quero corrigir: eu me referia à CCJ, e não à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era isso que eu ia corrigir, porque acompanhei com V. Ex^a na quinta-feira e ainda brinquei dizendo que V. Ex^a está levando uma universidade para Santa Catarina, para Blumenau, se não me engano.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Presidente, me permita ainda dizer que o Senador Romeu Tuma é um Senador que tem lutado para que as universidades estejam em todo o Brasil. Com relação a Blumenau, queremos transformar uma universidade pública municipal em federal. Mas esta é uma nova universidade no oeste de Santa Catarina, a qual também já recebeu seu apoio.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É que conversei com V. Ex^a sobre a importância do tema para prestar mais atenção na hora da discussão, embora eu saiba que é quase unânime a aprovação de maté-

ria que cria universidades, principalmente federais, o que auxilia muito Estado e Município.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Continua em discussão o parecer pelo arquivamento do requerimento.

Com a palavra, o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu sou a favor de criação de universidades federais. Inclusive, no Estado que eu represento, Minas Gerais, nós tivemos agora com o acompanhamento do Senador Azeredo e do Senador Ailton Freitas, criamos algumas universidades federais e transformamos alguns centros universitários em universidades federais. Mas eu não consigo entender como nós criamos universidades – e eu sou a favor –, mas temos sempre problemas financeiros anteriores, como relativamente à Universidade Federal do Rio de Janeiro, altamente conceituada, e várias outras universidades de Minas Gerais. E o que acontece? Não há recursos. Ficamos mendigando recursos para tornar centros de excelência que já foram centros de excelência e abrimos novas universidades. Não consigo entender de onde vamos tirar recursos, se existem recursos disponíveis ou simplesmente criamos, atendemos uma demanda, mas depois não acontece. Não sei se isso mereceria debate. Mas eu sou a favor, quero deixar bem claro que sou a favor. Melhoramos sempre que democratizamos conhecimento, que é o que vem acontecendo, porque é a teoria do capital humano. Eu tinha essa dúvida, mas apóio.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Oportunamente, quando o projeto chegar aqui, Excelência, ele poderá ser discutido; nós estamos discutindo o arquivamento do requerimento e da indicação. Não está se criando nenhuma nova universidade. Na CCJ é que entrará em discussão o projeto de criação.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem. Para não deixar sem resposta o Senador Wellington, que é uma pessoa bastante informada e que fez uma indagação importante que nós gostaríamos de, pelo menos, esclarecer um pouco. Nós aprovamos um volume bastante significativo no Orçamento da União para investimentos em universidades no interior. Então, existem recursos no Orçamento. Alguns são de emendas nossas, e por isso estamos trabalhando a instalação de universidade, porque existem recursos e recursos aprovados por nós.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, antes de encerrar a discussão...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Eduardo Azeredo com a palavra.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Gostaria de manifestar que quanto foram criadas algumas novas universidades em Minas, na verdade transformadas, é evidente que está implícito que o Governo Federal deverá fazer remanejamento de recursos para suportar essas novas despesas. Recurso existe; basta diminuir um pouco o 0,1% no superávit fiscal, basta pagar um pouco menos de juros, acho que conseguiremos, então, um remanejamento que poderá resolver essa questão. Não é tão difícil assim. O que queremos é exatamente termos mais vagas para a juventude brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o arquivamento.

O item nº 6 é terminativo e, portanto, requer votação nominal.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2005, que institui o Dia Nacional da Conscientização da Doença de Alzheimer. A autoria é do Senador Tião Viana; a relatoria é do Senador Papaléo Paes. Seu parecer é favorável. Com a palavra, S. Ex^a para proferir o seu relatório.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2005, que institui o Dia Nacional da Conscientização da Doença de Alzheimer.

Análise.

Não há reparos a serem feitos à proposição no que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e a regimentalidade da matéria. Quanto ao mérito, é inegável a importância da proposta para os idosos brasileiros portadores de Alzheimer e para os seus familiares, que, não lhes bastassem o sofrimento e as dificuldades inerentes ao convívio com a doença, muitas vezes ficam isolados pela desinformação e pelo preconceito que os cercam.

Ressalte-se somente a existência de uma falha no texto do art. 1º da proposta, em que se verifica a repetição dos termos “nacional de”, falha esta que precisa ser corrigida na redação final do projeto.

Ficam assim caracterizadas a relevância, a propriedade e a oportunidade do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2005, e, portanto, nossa posição favorável à disposição.

Voto.

Do acima exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O ilustre Senador Papaléo Paes conclui o seu parecer favorável à aprovação do projeto. Trata-se de projeto terminativo.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, como o projeto é terminativo, vai entrar em votação nominal.

(Procede-se à votação.)

O projeto foi aprovado.

Vamos, então, para os projetos extrapauta, aprovados em requerimento no plenário.

O primeiro deles trata de um requerimento de informação assinado pelo Senador Wellington Salgado, a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Educação. Solicita informações sobre razões para o não-cumprimento, pela Sesu/MEC e pela Setec/MEC, dos prazos estabelecidos pela Portaria nº 3.643/2004.

Razões de suporte legal para a existência de comissões verificadoras para a autorização de cursos nas instituições de ensino superior:

Demonstrativo da tramitação dos processos relativos à transferência de mantença dos cursos ou instituições de uma ou outra mantenedora, e, assim, uma série de informações a respeito do estabelecimento de novos cursos universitários.

Com a palavra, para encaminhar, o relator, Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu queria dizer que estou encaminhando esse ofício pedindo informações, tendo em vista uma denúncia da ABMES – Associação Brasileira Mantenedora de Ensino Superior, denúncia esta que nada tem a ver com a filosofia implantada pelo ex-Ministro e com o atual Ministro, Fernando Haddad, que conheço e pelo qual tenho o maior apreço, sei das suas convicções políticas e ideológicas.

Por isso estou pedindo essas informações, a fim de saber se está acontecendo alguma coisa desse tipo. Por exemplo, num item aí, depois de longo prazo, você tem um curso de Direito aprovado com 150 vagas. Então, a informação que chegou é que obrigam o mantenedor a assinar pedindo para diminuir as vagas de 150 para 100, senão não publica no Diário Oficial. Isso depois daquela comissão de verificação. Isso o Ministro não faz. Esse não é o caminho que ele normalmente trilha; ele sempre vai pela legislação. Então, pedi esclarecimento para ficar provado que o Ministro não tem nada a ver com esses acontecimentos que aí estão.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado pela exposição de V. Ex^a.

Em votação, o requerimento.

Os Srs. Senadores que são favoráveis queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O Senador Roberto Saturnino encaminha um requerimento à Comissão de Educação para que manifeste, por ofício, ao Sr. Ministro da Educação e à Sr^a Ministra-Chefe da Casa Civil sua profunda preocupação com fatos relativos à liberação da chamada Emenda Andifes, aprovada no ano passado, e à elevação substancial das dotações para aquelas universidades no orçamento do próximo exercício.

Com a palavra, o ilustre autor para encaminhar seu requerimento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, recebemos, aqui, na semana passada, a visita dos reitores das universidades federais do Rio de Janeiro, que apresentaram, nos mostraram a situação de calamidade em que vivem aquelas universidades com a escassez de recursos que obriga cada reitor, a cada mês, a decidir se vai deixar de pagar a luz, a água, o telefone. E essas dívidas vão se acumulando.

O apelo deles é para que a Comissão se manifeste a favor da liberação da chamada Emenda Andifes, uma emenda de quarenta e poucos milhões, que foi aprovada no Orçamento para este ano e não foi liberada. Também apelam para que o tratamento dado às universidades federais no ano próximo seja compatível com as necessidades e com as carências agudas que essas universidades enfrentam.

Tivemos aqui, em decorrência de observações do Senador Wellington Salgado, esse pequeno debate sobre a situação das universidades federais já existentes e *vis-à-vis* a criação de novas universidades no interior, o que todos apoiamos, mas que não pode ser feita em prejuízo das universidades já existentes. Assim também, Sr. Presidente, a notícia que estamos tendo é que o Fundeb, o Fundo de Educação de Base, ainda não foi aprovado, estando ainda na Câmara. Foi objeto de uma verdadeira queda de braço entre o Ministro da Educação e o Ministro da Fazenda. O Ministro da Educação acabou vencendo, a proposta do Fundeb foi enviada, pressupondo um auxílio de R\$4,5 bilhões do Governo Federal para Estados e Municípios, para propiciar a melhora do ensino no 1º e 2º graus. Mas, em compensação, ao que tudo indica, o corte foi feito sobre os acréscimos que seriam dados às universidades federais, com o que não podemos concordar.

Então, este requerimento é apresentado em consonância com o pedido dos reitores para que a Co-

missão se manifeste junto ao Ministro da Educação e à Ministra-Chefe da Casa Civil. Aqui faço uma retificação, Sr. Presidente, acrescentando o Ministro do Planejamento. Foi esquecimento meu. Obviamente, o Ministro do Planejamento, em se tratando de liberação, é a autoridade principal. O requerimento é para que seja liberada a Emenda Andifes – pode-se colocar o valor de R\$43 milhões, se não me engano – e também para que no Orçamento do ano próximo essas universidades sejam tratadas de maneira mais consentânea com as dificuldades que enfrentam.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Acompanhei a aflição dos reitores, juntamente com V. Ex^a e o Senador Sérgio Cabral. O requerimento de V. Ex^a é justo e necessário também neste momento.

Em votação o requerimento.

Para discutir, com a palavra o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Concordo plenamente com a posição do Senador Roberto Saturnino e fico preocupado, porque no meio do deserto não tem inflação, porque não tem ninguém. Com medo da inflação, não estamos fazendo as coisas que devem ser feitas. Então, se for medir a inflação no meio do deserto, ela é zero, porque não tem ninguém, morreu todo mundo, sumiu todo mundo. Não é isso? Daqui a pouco vamos caminhar para isso. Eu até adoro um pouco de inflação, mas que circule, que todos fiquem felizes com o dinheiro circulando. Concordo plenamente com a posição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se, agora, ao último item da pauta, também aprovado na pauta extra pelo Plenário.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005, que institui o dia 3 de dezembro como o *Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria*.

O Relator é o ilustre Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. RELATOR (Eduardo Azeredo. PSDB – MG. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, trata-se de fixação de uma data que a proposição pretende concentrar a reflexão e as diversas ações em torno da pirataria e a biopirataria no Brasil – o projeto é da Deputada Vanessa Grazziotin –, uma vez que essas duas atividades têm sido sumamente prejudi-

ciais ao desenvolvimento científico-tecnológico e as atividades comerciais.

Aponta a autora que o mercado ilegal de produtos industrializados prejudica as indústrias, pois movimenta cerca de 30 bilhões de reais por ano, somente na Capital paulista, que concentra 80% dessa atividade no Brasil. Aqui, em Brasília, nós temos a Feira do Paraguai, onde existem vários produtos também nessa linha da pirataria. Cigarros, medicamentos, DVDs, CDs, além de artigos de vestuário e bebida, constituem o foco desse comércio legal, responsável pela evasão fiscal de mais de 10 bilhões por ano. Com tal força econômica, a pirataria prejudica a geração de cerca de um milhão e quinhentos mil empregos no Brasil, segundo os cálculos.

No que diz respeito à biodiversidade, destaca-se o tráfico de animais silvestres, que constitui no terceiro maior comércio ilegal no mundo, atrás somente do tráfico de armas e de drogas. Então é um volume, em todo o mundo, que chega a movimentar, segundo as estimativas, 10 bilhões de dólares ao ano, sendo o Brasil o responsável por 10% desse valor.

Noutro segmento, verifica-se a evasão de recursos genéticos, provenientes não apenas de animais silvestres, mas também da flora nacional. Para se ter uma idéia, o mercado de hipertensivos movimenta anualmente cerca de 500 milhões de dólares, utilizando o princípio ativo retirado de algumas serpentes brasileiras, como a jararaca, cujo veneno é cotado a 433 dólares o grama.

Embora já existam ações governamentais em torno do combate à pirataria e à biopirataria, é imprescindível que se divulgue mais as informações acerca do tema, a fim de que a sociedade também se mobilize contra a pirataria e a biopirataria.

Apreciada pelas Comissões de Educação e Cultura, de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara dos Deputados, a proposição recebeu parecer favorável na forma como foi encaminhada ao Senado, onde é submetida a esta Comissão de Educação.

Quero lembrar, ainda, que, atendendo aos apelos dos industriais e ao resultado de uma CPI feita no Congresso, a da Pirataria, foi constituído o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual, com o objetivo de coordenar e unificar as ações nesse setor. Entretanto, a indústria e a mídia internacionais não são tão pródigas ao denunciar a biopirataria de produtos naturais brasileiros, sejam as plantas e animais, sejam as substâncias destes extraídas, sejam os conhecimentos tradicionais que são apropriados por poderosos laboratórios, sem que nem sequer mencionem a origem de tais conhecimentos e produtos, que dirá então pagar *royalties* por eles.

Assim sendo, é mais que oportuno vincular as duas políticas de combate à pirataria e à biopirataria, como faz este projeto de lei, ao criar uma data única para o combate a ambas as práticas ilegais.

Portanto, o meu parecer é favorável à criação do Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria, o dia 3 de dezembro, conforme projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, cuja autora é a Deputada Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão, o oportuno projeto, cujo parecer do Relator, Senador Eduardo Azeredo, é favorável. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Srs. Senadores, este mês de agosto nós estamos encerrando. Esta Comissão aprovou mais de 124 proposições, foi a recordista do Senado. E também foi a que mais deu quórum, comparativamente com as outras Comissões. E no semestre já estamos perto de mil projetos aprovados.

De modo que, às vezes, fico um pouco irritado quando ouço dizer: “Ah, o Legislativo está parado, o Senado parou”. Não parou, estamos efetivamente com uma produção normal de projetos que estão passando por esta Comissão, pelas outras Comissões, indo para o plenário; ou então os projetos terminativos que estão indo para a Câmara dos Deputados. É uma prova de que o Senado está funcionando normalmente, e até mais ativamente do que em outros meses.

Quero agradecer a presença dos Srs. Senadores Reginaldo Duarte, Wellington Salgado, José Maranhão, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Gilberto Goellner, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, Wellington Salgado de Oliveira, e ainda os Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, José Jorge, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita Júnior, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Paulo Paim e Juvêncio da Fonseca, que estiveram presentes na reunião de hoje e contribuíram para a boa produção e o brilhantismo da mesma.

Muito obrigado a todos.

Se V. Ex^{as} me permitem, gostaria de comunicar aos Srs. Senadores que o Exm^o Sr. Senador Osmar Dias encaminhou a esta Comissão resposta do Ministro de Estado da Cultura, Ministro Interino, o Dr. João

Luiz Silva Ferreira, ao Requerimento de Informações nº 1.447, de 2004, de sua autoria, aprovado nesta Comissão, solicitando informações relacionadas ao volume de recursos incentivados liberados por meio da Lei Rouanet, Lei do Mecenato, a partir de 2002, e onde foi aplicado, por Estado, assim como qual o destino dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, no período de 2002 até novembro de 2004, identificados por projetos e seus respectivos responsáveis.

Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria da Comissão.

A matéria, então, vai ao Arquivo.

Encerrada a reunião.

Obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 12h20min.)

Ata da 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 13 de setembro de 2005.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia treze de setembro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão, e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Gilberto Goellner, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Luiz Otávio, Paulo Paim, Delcídio Amaral, Magno Malta e Juvêncio da Fonseca reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Borhausen, Gerson Camata, José Maranhão, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2003, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Delcídio Amaral que, “Dispõe sobre a prestação dos serviços de correio eletrônico, por intermédio da rede mundial de computadores – Internet, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista ao Senador José Jorge, pelo prazo regimental de

cinco (5) dias. Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria do Senador João Capiberibe, que “Altera o inciso III do art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e inclui parágrafo no art. 35 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para prever publicação, na rede mundial de computadores (Internet), das informações acerca da gestão das prestadoras de serviços públicos e discrimina quais informações devem ser prestadas pelas concessionárias de rodovias”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer favorável é aprovado. Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 009, de 2005, (complementar), de caráter não terminativo, de autoria do Senador Edison Lobão, que “Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para admitir a conservação dos livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal em meio eletrônico que não permita regravação”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista ao Senador Roberto Saturnino, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Dispõe sobre o pagamento, pelo estudante universitário, de anuidade em instituições públicas de ensino de 3º grau”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o parecer é pela rejeição. É concedida vista ao Senador Aelton Freitas, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 040, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Wilson Santos, que “Altera a redação do inciso VI do art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Acrescenta ao princípio da gratuidade do ensino público a vedação da cobrança de contribuição e taxas de qualquer natureza.)”. O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É concedida vista ao Senador Roberto Saturnino, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade da Região da Campanha, na cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita e projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas n.º 01, 02 e 03-CE, aprovadas por dezesseis (16) votos. Assina sem voto o Senador Paulo Paim, autor do Projeto. Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2005, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que “Institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil”. O relator designado é o Senador Eduardo

Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a ASCOCAVE – Associação Comunitária de Comunicação de Cana Verde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cana Verde, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 157 de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Mantena para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mantena, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Educativa – ACCE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lambari, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Bom Samaritano a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angelândia, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Água Quente de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Formosas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária São João do Morro Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social a

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Jacutinga, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Santamariense de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedra Azul, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão em Raposos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Raposos, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Ondas da Paz de Alto Rio Novo – ES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Rio Novo, Estado do Espírito Santo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Educacional e Cultural de São Gabriel da Palha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue: Comunicado: “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da resposta do Ministro de Estado da Educação, Sr. Fernando Haddad, ao Requerimento de Informação nº 447/05, de autoria de Sua Excelência Senador Hélio Costa, aprovado nesta Comissão, solicitando informações a respeito do erro contábil que acarretou

o desvio de R\$ 3,3 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para os Serviços Sociais Autônomos (Sistema ‘S’), conforme noticiado pelo Jornal O Globo, de 29 de março de 2005. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo”. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Declaro aberta a 34ª reunião extraordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura, realizada hoje, 13 de setembro de 2005, terça-feira.

Submeto à aprovação dos Srs. Senadores a dispensa da leitura da ata.

Os Senadores que aprovam a dispensa da leitura da ata permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Submeto também à aprovação dos Srs. Senadores a inversão da pauta para começarmos pelas matérias terminativas, pelos projetos de decretos legislativos das rádios.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Para começar a relatar dos itens 8 a 12, concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas. Página 77.

O próximo será o Senador Wellington Salgado.

O SR. AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, o primeiro item se refere à Ascocave, Associação Comunitária de Comunicação de Cana Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cana Verde, no Estado de Minas Gerais.

Somos pela aprovação.

O segundo trata do ato que autoriza a Fundação Educativa e Cultural de Mantena a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mantena, Minas Gerais.

Somos pela aprovação.

O item nº 10 trata do ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Educativa a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão sonora na cidade de Lambari, no Circuito das Águas, em Minas Gerais.

Somos pela aprovação.

O item 11 refere-se ao ato que autoriza a Associação Beneficente Bom Samaritano a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angelândia, Minas Gerais.

Somos pela aprovação.

O item 12 refere-se ao ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Água Quente de Radiodifusão a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Formosas, no Estado de Minas Gerais.

Somos a favor dos cinco itens, Sr. Presidente, de 8 a 12.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Concedo a palavra ao relator dos itens 13 a 17, Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O item 13 refere-se à outorga para a Associação de Radiodifusão Comunitária de São João do Morro Grande executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

Somos favoráveis, visto que não há nenhum aspecto contra a constitucionalidade e a juridicidade.

Opinamos pela aprovação.

O item 14 refere-se à outorga para a Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Lúcia, no Estado de Minas Gerais.

Somos favoráveis, visto que não há nenhuma violação à legislação pertinente.

O item 15 refere-se à aprovação de outorga para a Associação Cultural Comunitária de Santa Rita de Jacutinga executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Jacutinga, no Estado de Minas Gerais.

Somos pela aprovação.

O item 16 trata do ato de outorga à permissão para o Sistema Santamariense de Comunicação Ltda. explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedra Azul, Estado de Minas Gerais.

Somos pela aprovação.

O item 17 aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão em Raposos a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Raposos, Estado de Minas Gerais.

Somos favoráveis, visto que não há nada contra a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa.

Opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Em discussão, os itens 13 a 17, relatados com aprovação pelo Senador Wellington Salgado. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passamos para os próximos itens.

Vou designar como relator *ad hoc* o Senador Juvêncio da Fonseca para relatar os itens 18 e 19.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT-MS) – **Item nº 18:**

Sr. Presidente, nosso voto também é favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Ondas da Paz, de Alto do Rio Novo, Espírito Santo, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Rio Novo, Estado do Espírito Santo.

Nosso voto também é favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Educacional e Cultural de São Gabriel da Palha a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo.

Ambos os projetos têm voto favorável do relator, o eminente Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Em discussão, os itens 18 e 19, relatados pelo Senador Juvêncio da Fonseca. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação nominal de todos os projetos relatados, a decisão é terminativa.

Quem vota com os relatores é favorável à aprovação dos projetos.

(Procede-se à votação nominal.)

Aprovados.

Passamos agora ao item 1 da pauta.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL-AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL-AC) – Sr. Presidente, eu sou membro da CPI dos Bingos, que iniciará uma audiência dentro em breve. Por isso, solicito uma inversão da pauta para que eu possa relatar dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Quais são os itens, Senador?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL-AC) – São os itens 5 e 6.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Submeto a votação o requerimento do Senador Geraldo Mesquita.

Os Senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

V. Ex^a pode começar a relatar.

O SR. GERLDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL-AC) – Muito obrigado, Presidente.

O item 5 da nossa pauta é o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2005, de iniciativa do Deputado Wilson Santos. Ele altera a redação do inciso VI do art. 3º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com o fim de acrescentar ao princípio da gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais, a proibição da cobrança de contribuições e taxas de qualquer natureza dos graduandos e graduados.

O texto do projeto de lei, conforme consta de sua justificação, nasceu da preocupação do seu autor com a disposição de algumas opiniões, divulgadas recentemente na imprensa, sustentado a idéia de implantação de ensino pago nos estabelecimentos oficiais brasileiros e defendendo a contribuição financeira de graduandos e graduados.

Adiante o autor alega que, comparando com os países mais desenvolvidos do mundo, verifica-se que o ensino superior público e gratuito é fundamental como instrumento estratégico de desenvolvimento e de pesquisa.

A análise do projeto faz considerações acerca da sua constitucionalidade ou não, considerações que passarei a ler.

A Constituição Federal, em seu art. 206, inciso IV, estipula a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Essa norma, que não está isenta de redundância, já que no contexto toma-se por oficial o que é de natureza pública, foi repetida *ipsis verbis* pelo art. 3º, inciso VI, da LDB.

A instituição de qualquer tipo de cobrança pelo ensino superior público, em pecúnia ou trabalho, durante ou após os estudos, somente pode ser feita mediante mudança do referido dispositivo constitucional, a que a LDB deveria adaptar-se.

Já a idéia de cobrar os estudos daqueles já formados, após a edição de uma eventual emenda à Lei Maior, seria inconstitucional por ofender o princípio constitucional basilar do direito adquirido.

Por conseguinte, a norma sugerida pelo PLC, aparentemente, apenas reforça, no texto da LDB, o princípio da gratuidade. No entanto, da forma como está redigida, a proposição também criaria incoerência dis-

criminatória, além de acarretar problemas para a gestão das instituições públicas de educação superior.

A incoerência advém do fato de o dispositivo da LDB em questão referir-se ao ensino público em geral, e não apenas à educação superior. Portanto, é estranho que se fale em “graduandos e graduados”, termos exclusivos do ensino superior. Acolher norma como essa, a se admitir a sua necessidade, daria a impressão de que o legislador aceita a discriminatória cobrança de contribuições e taxas dos alunos da educação básica pública, mas não daqueles que cursam ou concluíram seus estudos regulares em instituições públicas de educação superior.

Com efeito, constituiu prática corrente nas instituições públicas de educação superior a cobrança de taxas por alguns serviços específicos que prestam a seus estudantes, admitidos, de modo generalizado, abatimentos e isenções para alunos comprovadamente carentes. É o caso dos refeitórios e alojamentos universitários.

A emissão de diversos documentos por essas instituições, particularmente aqueles expedidos em segunda via, depende do pagamento de taxas.

A vedação de cobrança de contribuições e taxas de qualquer natureza dos alunos e ex-alunos poderia atingir essas práticas e dessa forma intensificar a crise orçamentária das instituições públicas de educação superior.

Desse modo, acolhemos a sugestão de reforçar o princípio da gratuidade do ensino, contido no PLC em apreço, na forma de nova redação que corrige os problemas apontados.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do projeto, acolhida a seguinte emenda apresentada: “Dê-se ao art. 1º do PLC nº 40, de 2005, a seguinte redação:

Art. 1º: O inciso VI do art. 3º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

VI. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, vedada a cobrança de contribuições e taxas de qualquer natureza pelos cursos oferecidos.”

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Em discussão.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Sr. Presidente, eu não consigo entender duas coisas que acontecem na educação, no País. A primeira delas é que já está demonstrado que

todos os países que evoluíram investiram primeiro na educação básica. No entanto, nós continuamos, aqui no Brasil, investindo na educação superior em grande quantidade, inclusive dentro da reforma universitária existe essa questão.

Em segundo lugar, nós tínhamos que ter um jeito de apurar quem pode e quem não pode pagar na universidade pública. Eu, por exemplo, estudei na universidade pública, Fiz engenharia no Fundão, na UFRJ, fiz educação na UF e fiz doutorado na Espanha, em estabelecimento público, mas pagando. Por quê? Porque eu tinha condições de pagar na Espanha, e isso foi colocado lá.

O que acontece? Em nosso País, se formos a algumas universidades públicas, verificaremos que lá está cheio de carros nos estacionamento. Eu não sou contra ela ser pública. Eu acho que – talvez acompanhando imposto de renda ou alguma coisa desse tipo –, se nós pudéssemos criar, porque nós é que temos que criar isso, é aqui que as leis são feitas... Vou observar.

Espero não ficar bem velhinho e não ver essa mudança acontecer. Ela vai ter que acontecer um dia. Nós temos, a todo momento, nosso Ministro pedindo dinheiro, Fernando Haddad, que hoje é um Ministro moderno, jovem, tem a sua filosofia, as suas questões. Mas ele combate e está “passando a sacolinha”, tentando levar para tudo quanto é Ministério, não conseguindo dinheiro para as universidades federais.

Ao mesmo tempo, nós criamos outras universidades federais. Não temos nem dinheiro para as que estão aí. Soube outro dia que nós autorizamos, mas viabilizar é o Governo que viabiliza. Foram mais de cinco, Senador Romeu Tuma. Procurei um Senador mais experiente, e ele falou: “Wellington, a gente autoriza. É autorizativo, mas não viabilizamos. Quem viabiliza é o Executivo.”

Então, não sei até quando vai isso. Eu tinha que me manifestar. Já que tinha um mandato – estou passando por aqui –, tinha de falar o que penso. Se tivéssemos um controle sobre o imposto de renda das pessoas que entram na federal... E hoje todas as federais, que têm as cabeças pensantes deste País, os cérebros estão todos lá, sendo sacrificadas. Não há dinheiro. Eu estudei na Federal. Você vai lá hoje, e até as esquadrias foram roubadas do hospital universitário. Todo dia, está todo mundo “passando a sacolinha”, pedindo dinheiro, e não tem o dinheiro.

Então, acho que em algum momento, Senador, com todo o respeito, a sua posição é perfeita em defender, temos de criar alguma coisa que não faça do nosso Ministro um caçador, que “passe a sacolinha” também, procurando sempre dinheiro, mas fazendo

com que ele possa pensar em coisas mais modernas para as universidades federais, sem ter de estar preocupado com o dinheiro da luz, do telefone, e, no entanto, todo mundo está lá com dinheiro para pagar; há pessoas que podem pagar. É só isso. Criar um jeito com o imposto de renda, nesse sentido, para poder remunerar bem esses grandes cérebros que estão nas universidades federais.

Era só isso que eu queria colocar.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB MG) – Senador Wellington Salgado de Oliveira, com relação a essas universidades que foram criadas recentemente, com exceção de uma delas, que foi autorizativa, as outras todas vieram por iniciativa do Poder Executivo.

Então, se o Poder Executivo mandou para o Congresso a criação de universidades – na verdade, transformação de faculdades em universidades, três delas em Minas Gerais, de Alfenas, Uberaba e Diamantina –, evidentemente, temos de pressupor que o Governo, ao mandar essas mensagens, está realmente prevendo novos recursos para fazer face a novas universidades que estão sendo criadas.

Portanto, quero só esclarecer que de Minas Gerais foram quatro universidades, das quais três foram de origem do Executivo, só uma era autorizativa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, vou pedir vista do projeto por solicitação do MEC. Não há nenhuma consideração a fazer quanto ao mérito. Acho que tanto o projeto quanto – e principalmente – a emenda do relator, que amplia o propósito do projeto, parecem-me de bom conteúdo. Entretanto, a pedido do Ministério, para um exame mais aprofundado, especialmente da emenda do relator, peço vista do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, ia participar do debate, mas, em virtude do pedido de vista do Senador Roberto Saturnino, reservo-me para tecer consideração quando da reapresentação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Vista concedida pelo prazo de cinco dias ao Senador Roberto Saturnino.

O próximo é o Item nº 6.

Item nº 6:

Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2005. Terminativo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Inicialmente, quero dizer que se trata de um daqueles projetos que me trazem enorme prazer em

relatar, por ser de uma pessoa por quem tenho o maior respeito nesta Casa, o Senador Paulo Paim. É um projeto de sua autoria que autoriza, em seu art. 1º, o Poder Executivo a federalizar, como Universidade Federal da Campanha, a Universidade Federal da Região da Campanha, cuja sede se encontra em Bagé, bem como seu *campus* avançado em Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Santana do Livramento, São Bórgia, São Gabriel e Itaqui, todos situados no Rio Grande do Sul.

Segundo o projeto, deverá ser ouvida a parte interessada. A proposição determina, em seu art. 2º, que *a Universidade terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, podendo para tal celebrar convênio com os Governos Estaduais e Municipais.*

É um projeto autorizativo que tem o propósito de federalizar uma universidade. Acho louvável a iniciativa do Senador Paulo Paim.

Vou direto ao voto, porque creio que nada mais justo do que reservar ao Senador Paim a justificativa de projeto de tal magnitude.

Em vista do exposto – não poderia ser o contrário – meu voto é pela aprovação do projeto, acolhidas as emendas a seguir apresentadas. Submeto primeiro à consideração do Senador Paulo Paim e deste Plenário.

“Dá-se à Emenda do PLS nº 154, de 2005, a seguinte redação:

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal da Campanha.

Emenda:

Art 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal da Campanha com sede no Município de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, bem como os cargos, funções e empregos indispensáveis a seu funcionamento.

A outra Emenda tem o propósito de incluir os seguintes arts. 4º e 5º ao projeto, renumerando-se o artigo posterior. O art. 4º ficaria:

Fica a Universidade Federal de Campanha autorizada a receber os estudantes e o patrimônio da Universidade da Região da Campanha, inclusive o seu *campus* avançado.

E o art. 5º:

A instalação da Universidade subordina-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento, o que é de praxe, não poderia ser diferente.

Portanto, renovo aqui o meu prazer pela relatoria de projeto tão importante, de autoria de uma pessoa tão importante neste País e no Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Em discussão, o Relatório do Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, gostaria de, primeiramente, agradecer ao Senador Geraldo Mesquita pelo relatório e pelas emendas, inclusive, que apresenta. Elas só melhoram o projeto original.

Sr. Presidente, para que não fique qualquer dúvida, inclusive para o Senador Salgado, quando encaminhei este projeto para federalizar a chamada Universidade da Campanha, a “Universidade dos Pampas”, assim chamada por muitos, em seguida o próprio Governo tomou todas as iniciativas.

Houve um movimento de mais de 100 mil pessoas na região, em diversos eventos, com a participação, inclusive, do próprio Ministro da Educação na época, o Ministro Tarso Genro, e, num segundo momento, praticamente oficializando já a iniciativa por nós encaminhada nesta Casa, com a presença do Presidente Lula.

Então, neste momento, ao aprovarmos essa iniciativa, estamos dando total liberdade, por parte do Congresso Nacional, de forma autorizativa, para que os procedimentos que já estão sendo realizados por parte do Executivo, beneficiando as cidades de Bagé, Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Santana do Livramento, São Bórgia, São Gabriel e Itaqui, sejam garantidos.

Acho que não cabe aqui qualquer argumento, porque, quando o próprio Governo já inaugurou, tomando todos os procedimentos, nós estamos apenas convalidando o fato consumado da Universidade, que já está sendo federalizada.

Agradeço particularmente ao Senador Geraldo Mesquita pelo brilhante relatório e pelas emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – A matéria continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para registrar a satisfação de poder estar aqui acompanhando o relatório do Senador Mesquita, que, com extrema sensibilidade, dá o seu parecer favorável, acrescentando, lapidando e qualificando ainda mais o projeto que o Senador Paulo Paim apresentou.

Acompanhei, como todo o Rio Grande do Sul, essa ampla discussão da federalização da Universidade da Região da Campanha, que atende realmente a nossa metade sul. A metade sul do Rio Grande

do Sul não é, como se pensa, uma das regiões mais pobres do Estado. Ainda estamos com um IDH muito baixo. Tenho dúvidas de que, com a federalização da Universidade da Região da Campanha, vamos acrescentar qualidade ao ensino, torná-lo acessível para toda aquela comunidade.

Seria um passo, Senador Paim, para nós, logo ali à frente, consolidarmos um grande sonho de toda a região, que seria a Universidade do Mercosul. Talvez seja esse exatamente o primeiro passo para a construção de um sonho de integração do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul, com a Argentina, com o Uruguai, na expectativa de estendermos essa proposta com uma Universidade conjunta reunindo o Uruguai, a Argentina e o Brasil lá na fronteira com o Rio Grande do Sul.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim pela sua iniciativa. O Rio Grande do Sul está aplaudindo, com certeza, essa ação, que não é só do Senador Paim, mas do Congresso Nacional, de iniciativa de S. Ex^a, que recebe o reconhecimento de todos nós.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Primeiramente, Senador Paulo Paim, sempre irei votar favoravelmente a qualquer universidade. Se houver votação, sou favorável. A minha história, inclusive, sempre foi brigando pela abertura de novos *campi* de universidades.

A minha discussão é só uma. Acho que às vezes isso pode desgastar até um político, porque a gente vem aqui, apóia, abre, e depois o Executivo não viabiliza. Então, ficamos numa situação difícil. É somente com essa questão que fico preocupado, porque o Senador Paulo Paim, um político atuante, vem aqui, luta, abre essa Universidade, vai lá, e, de repente, alguém diz que não há dinheiro. E V. Ex^a, Senado Paulo Paim foi lá na cidade, lutou, abriu e, de repente, pode desgastar-se. A minha preocupação é essa, não só com V. Ex^a, mas com qualquer um que votou aqui. Inclusive o Senador Eduardo Azeredo fez a colocação. Nós votamos juntos pelos projetos todos de transformação de centros universitários em universidade, de faculdade em universidade do triângulo mineiro.

Então, a minha preocupação é só esta: o Legislativo cria, e, depois, o Executivo não disponibiliza. Isso desgasta o político desta Comissão, do próprio Senado ou da Câmara.

É só essa a colocação, mas sempre o meu voto sempre a favor de se abrir universidade.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Permita-me um pequeno esclarecimento. Não se trata desse caso. Todos os procedimentos foram tomados quando ainda Tarso Genro era Ministro da Educação. Apenas estou convalidando um fato consumado da Universidade, já garantido.

Senador Salgado, quero colocar mais um outro detalhe. Concorro com V. Ex^a quanto à declaração de imposto de renda. Tenho um projeto nesse sentido e espero contar com o seu voto no dia da votação. Tenho certeza de que contarei, pela sua argumentação de que haja um limite para que, efetivamente, na Universidade Federal, não sejam contemplados efetivamente os alunos mais ricos, mas sim os da classe média para baixa no meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, ultimamente, a nossa Comissão tem avançado bastante justamente na questão da preocupação com universidades públicas, principalmente no interior do nosso País, nos diversos Estados do nosso País. Temos avançado bastante.

Há preocupação constante dos Senadores em fazer com que os nossos Estados possam ter mais Universidades. Quem tem dado o exemplo de que quer plantar universidades é o próprio Presidente. Ele implantou recentemente uma em Garanhuns, sua terra natal.

Quando colocamos recursos no Orçamento, preocupamo-nos muito com colocar recursos para a interiorização de universidade e transformar algumas públicas, no caso universidades municipais e estaduais, em federal. Nós nos preocupamos muito com isso.

Quando vejo o Senador Salgado, espero que não venha a “salgar” os estudantes.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu sou um Salgado, porém doce.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Que não seja tão “salgado” com os nossos estudantes carentes do nosso País. Mas sei da sua preocupação, que vai votar a favor.

Estou fazendo esse relato, porque aprovei, na Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, a instalação de uma universidade federal no oeste de Santa Catarina, e ela está aqui nesta Comissão, cujo Relator será certamente o Senador Eduardo Azeredo. Espero que esta briga de Minas Gerais não venha trazer prejuízo para a minha universidade.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Pavan, não tenho briga com

o Senador Azeredo. Não diga isso. Temos só umas posições políticas contrárias. Eu até o admiro bastante.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A política é favorável à educação. Quero dizer o seguinte: dinheiro tem. Até o próprio Ministro Fernando Haddad está destinando, para 2006, mais 15% no Orçamento para a instalação de universidades, Senador Paulo Paim. O Ministro Fernando Haddad está destinando mais 15%. Teremos R\$958 milhões para 2006; R\$156 milhões a mais do que este ano. Teremos mais R\$156 milhões no Orçamento do ano que vem para a instalação de universidades. Até, por sinal, espero que o seu Projeto e outros do Brasil, assim como o do meu Estado, sejam contemplados, sejam beneficiados com esse recurso.

Quero cumprimentá-lo pelo seu projeto e também pelo voto favorável do Relator, mas, se isso é um abacaxi, que descasque o Presidente. Se é constitucional ou não, que ele passe a respeitar os representantes legítimos da população, que somos nós, Senadores e Deputados.

Como existem recursos, que estão aumentando, que ele atenda às reivindicações dos Parlamentares. Sabemos que a prerrogativa é do Presidente, sabemos disso, mas, com certeza, se ele souber trabalhar com o Parlamento, com o Congresso, poderá fazer com que as reivindicações nossas sejam atendidas pelo Presidente.

Se este projeto for aprovado aqui e no Plenário, duvido que o Presidente vete um projeto dessa natureza. Se nós tivermos que esperar pela boa-vontade do Presidente, no meio dessa crise toda, dessa briga toda de corrupção, desse lamaçal todo, dificilmente ele vai ter tempo para estudar se o Rio Grande do Sul precisa de mais uma universidade, se Santa Catarina precisa de mais uma universidade ou se outros Estados também precisam. Ele não vai ter tempo, até porque, no ano que vem, haverá eleição.

Então, estamos antecipando a aprovação dos projetos, para que o Presidente possa atender realmente aos anseios dos estudantes mais carentes do nosso Brasil.

Meus cumprimentos, Senador Paulo Paim. Quero que o seu projeto seja atendido, assim como quero que os meus de Santa Catarina, que só tem uma universidade federal, também sejam atendidos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Gostaria de aduzir uma informação, no sentido de que o Senador Paim, com toda a elegância que lhe

é própria e peculiar, talvez não tivesse o interesse de trazer para esta Casa, mas, como sou fofoqueiro, eu trago. A preocupação do Senador Wellington não...

Vou relatar um fato. Quando o Senador Paim apresentou esse Projeto, este Governo desmoralizado que aí está, tomou a iniciativa de inclusive inaugurar a Universidade proposta pelo Senador Paim e, de forma deselegante, sequer convidou o Senador Paim para comparecer ao ato.

Então, a sua preocupação deixa de existir, pelo fato de o Governo já ter tomado providências, no sentido de viabilizar aquilo que o Senador Paim, em boa hora, propôs nesta Casa. Como sou fofoqueiro, estou trazendo o assunto para tranqüilizar esta Casa, de modo a que as preocupações se diluam.

Era essa a informação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Encerrada a discussão, passemos à votação.

A votação é nominal. Vamos votar primeiro o projeto, depois as emendas.

(Procede-se à votação.)

Aprovado.

Pergunto aos Srs. Senadores se mantenho o voto nas emendas. (Pausa)

Aprovadas as emendas também por unanimidade.

Item nº 1:

O Senador Eduardo Azeredo é Relator do Projeto de Lei do Senado nº 279, que dispõe sobre prestação dos serviços de correio eletrônico por intermédio da rede mundial de computadores, internet, e dá outras providências.

A autoria é do Senador Delcídio Amaral.

A relatoria é do Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este Projeto de autoria do Senador Delcídio Amaral, visa obrigar os prestadores de serviço de correio eletrônico a manter cadastro detalhado dos titulares de suas respectivas contas. Desses cadastros constarão, para pessoa física, número do cadastro de pessoa física, nome completo, endereço, enfim, todos os dados principais; para a pessoa jurídica, a razão social, o endereço completo e o número de cadastro de pessoa jurídica.

O projeto estabelece que os mencionados prestadores são co-responsáveis pela veracidade das informações de seus cadastros, podendo compartilhar informações com outras instituições. A iniciativa assinala prazo de 90 dias a partir da vigência da Lei para regularização das contas já existentes, sob pena de cancelamento.

A proposição estabelece ainda que os prestadores de serviço de correio eletrônico apresentarão à autoridade competente, quando requisitado, extrato das comunicações eletrônicas realizadas por uma conta específica, por um período de tempo determinado, retroativo a até 10 anos, da data da solicitação, informando ao destinatário ou ao remetente das mensagens a data e a hora do seu envio ou recebimento e a identificação do computador, ou terminal que efetuou o acesso à conta de correio eletrônico.

É garantido o sigilo do conteúdo das referidas comunicações, em conformidade com a Constituição Federal. A norma prevê que qualquer violação a dispositivo da lei sujeitará o prestador de serviço de correio eletrônico à multa não inferior a R\$10 mil e incumbe à Anatel (Agência Brasileira de Telecomunicações) fazer cumprir o que dispõe.

Esta Comissão não recebeu emendas no prazo regimental.

Na justificativa do PLS, o autor externa preocupação com a possibilidade de o correio eletrônico ser utilizado em larga escala com fins criminosos e argumenta que, com a adoção do projeto que propõe, faz evitar a repetição da ocorrência do problema acontecido com celulares pré-pagos, que sofreram uso abusivo por parte de criminosos.

O cadastro dos usuários, dos titulares de conta do correio eletrônico, seria um meio simples de evitar o anonimato, que acobertaria criminosos, por meio do registro dos dados desses titulares e das datas e horas em que as comunicações foram efetuadas, de forma semelhante ao registro de ligações telefônicas interurbanas. Aponta que fica garantido o sigilo das comunicações.

No que diz respeito à constitucionalidade, deve-se apontar que o art. 6º, que atribui à Anatel competência para fazer cumprir as disposições, vai de encontro ao art. 2º e ao art. 84, ambos da Constituição Federal.

Com efeito, o referido art. 6º atenta contra o princípio da separação dos Poderes da República e invade a competência privativa do Presidente da República para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal. Para sanar o vício da inconstitucionalidade, apresentamos a emenda que suprime esse ponto.

Para maior rigor, uma vez que se trata de matéria relativamente nova no ordenamento jurídico, o texto deveria conter a definição das expressões “serviço de correio eletrônico” e “provedor de serviços de correio eletrônico”. Apresentamos emenda que supre essa lacuna, adaptando as definições acuradas constantes do ato do 1º Secretário, de nº 26 de 2003, definindo,

portanto, melhor o que é serviço de correio eletrônico e o que é provedor de serviço de correio eletrônico.

Do ponto de vista técnico legislativo, nada há a obstar. Aponte-se que as penas previstas para o caso de violação que se intenciona instituir foram devidamente previstas no texto.

O voto, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diante do exposto, considerando a pertinência e a importância da solução proposta, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 279, de 2003, que dispõe sobre a prestação de serviço de correio eletrônico, por intermédio da rede mundial de computadores, internet, e dá outras providências, com as seguintes emendas:

A Emenda do art 1º:

“Essa lei dispõe sobre prestação de serviço de correio eletrônico, por intermédio da rede mundial de computadores, internet, e dá outras providências.”

E inclui-se o seguinte art. 2º no PLS, onde se define de maneira adequada o que é endereço de correio eletrônico, o que é mensagem de correio eletrônico, o que é caixa postal, serviço de correio eletrônico e provedor de serviço de correio eletrônico, ainda suprimindo o art. 6º, que foi mencionado do ponto de vista de que se trata de prerrogativa da Presidência da República e da Anatel.

Sr. Presidente, considero que este é um projeto atual, necessário, que vem exatamente dar mais garantias do ponto de vista da utilização do correio eletrônico, evitando o seu uso criminoso a propósito do que já hoje ocorre com a questão dos telefones.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Em discussão o parecer do Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge para discutir.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, estou pensando em pedir vista deste projeto, pela razão de que se trata de um projeto bastante interessante e polêmico ao mesmo tempo, porque essa questão de correio eletrônico tem toda uma intercessão internacional.

Na verdade, nada impede que essas empresas, localizadas na Índia, na China, onde seja, prestem serviço de correio eletrônico aqui no Brasil. Se obrigamos um cadastramento, evidentemente só podemos obrigar as empresas instaladas no Brasil a fazê-lo. Não sei se isso não iria, de certa maneira, facilitar que as pessoas que não se querem “cadastrar” passassem a usar endereços internacionais.

Então, por conta desse aspecto, gostaria de examinar o projeto e peço vista. Não sei se ainda é possível.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – É possível, sim, pedir vista.

Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a pretende falar?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Só queria ressaltar a importância do projeto e a competência do Relator, mas, diante do pedido de vista, evidentemente, a discussão fica adiada para a reapresentação do Projeto pelo Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Pedido de vista concedido pelo prazo regimental de cinco dias para o Senador José Jorge.

Passemos, agora, para o Item nº 2, não terminativo.

Item nº 2:

Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2005.

Altera o inciso III da art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e inclui parágrafo no art. 35 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para prever publicação na rede mundial de computadores, internet, das informações acerca da gestão das prestadoras de serviços públicos, discriminando quais informações devem ser prestadas pelas concessionárias de rodovias.

A autoria é do Senador João Capiberibe.

A relatoria é do Senador Wellington Salgado.

A matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e de Redação.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, de autoria do Senador João Capiberibe, vou ler um pouco do projeto, porque acho muito importante esse item.

O Projeto de Lei do Senado nº 211 tem o objetivo de tornar obrigatória a publicação na rede mundial de computadores, internet, as informações relativas à gestão operacional das concessionárias de serviços públicos de rodovias. Para tanto, a proposição altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsão no art. 175 da Constituição Federal, assim, como a Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestres.

Argumenta o autor do Projeto que a Lei proposta atende, na verdade, a um duplo propósito: de uma parte, fixar a obrigação de que todas as detentoras de outorga de serviço público tornem acessíveis, por meio da internet, em tempo real, os dados relativos à gestão compreendida; de outra, a mais específica, determinar que as concessionárias de rodovia tornem público, no mesmo meio de comunicação, o montante da receita

obtida com a cobrança de pedágios para cotejo com os valores investidos em manutenção de obras, objeto da concessão.

Inicialmente distribuído com exclusividade à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o PLS nº 211, de 2005, em virtude da aprovação do Requerimento nº 722, de 2005, do Senador Hélio Costa, foi submetido ao exame preliminar desta Comissão de Educação.

Análise.

Consentâneo com a legítima aspiração popular de que sejam ampliados os meios de controle social da atividade pública, a proposição em pauta presta relevante serviço a essa causa por valer-se da rede mundial de computadores.

Em que pesem as características de desigualdade que permite nossa organização social, o Brasil é um dos países que mais (ininteligível) a utilização da internet. Como informa o autor do projeto, estima-se que 20 milhões de brasileiros já utilizem esse meio de comunicação, que vem transformando celeremente as relações sociais, as formas de consumo e – por que não? – as atitudes políticas.

Nesse sentido, o PLS nº 211, de 2005, amplia o escopo da legislação vigente, ao propiciar novos e eficientes meios de fiscalização da execução de contratos de natureza pública. Enfatiza, por essa via, o cumprimento do princípio da publicidade, um dos (ininteligível) a que devem obedecer os atos da administração pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal.

Voto.

Ante as razões comentadas, voto pela aprovação do PLS nº 211, de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Em discussão, o voto do relator Wellington Salgado. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer de S. Ex^a.

Os Srs. Senadores que são a favor permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 4:

Dispõe sobre o pagamento de anuidade pelo estudante universitário em instituições públicas de terceiro grau.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, e o item nº 3?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Desculpe, Senador, foi falha minha.

Projeto de Lei nº 9, de 2005, complementar. Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para admitir a conservação dos livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal em meio eletrônico que não permita regração.

Autor: Senador Edison Lobão. Relator: Senador Aelton Freitas. Parecer favorável com emenda oferecida. A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra, o relator, Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL-MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é submetido a esta Comissão o Projeto de Lei nº 9, de 2005, complementar, que altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para admitir a conservação dos livros obrigatórios da escrituração comercial e fiscal em meio eletrônico, que não permite regravação. A proposição é do nobre Senador Edison Lobão e tem por objetivo alterar o parágrafo único do art. 195 do Código Tributário – CTN, de forma a admitir que os livros obrigatórios da escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados possam ser conservados não só na sua forma original, como prevê a legislação vigente, mas também mediante a utilização do meio eletrônico, armazenagem que não permita a regravação.

Na justificação do projeto, o Senador Edison Lobão argumenta que a medida já é adotada em outros países, como a Alemanha, por exemplo, e que os atuais processos de digitalização se revelem modernos, seguros e práticos para substituir o arquivamento de documentos originais, ao contrário do que ocorria na década de 60, quando foi editado o CTN.

Análise.

Como bem salienta o autor do projeto, Senador Edison Lobão, em sua justificação, o Código Tributário Nacional foi editado na década de 60, portanto, há cerca de 40 anos. Inúmeras inovações tecnológicas foram implementadas ao longo dessas quatro décadas, fazendo-se necessário adequar à legislação novidades resultantes da evolução e do conhecimento humano.

Para que dispense a guarda dos livros e documentos em papel é preciso, contudo, que se desenvolva um sistema de autenticação eletrônica dos dados armazenados eletronicamente, com a segurança necessária para garantir a sua integridade e veracidade, assim como ocorre em relação ao sistema de autenticação mecânica, o que nos parece perfeitamente viável considerando o atual estágio de desenvolvimento tecnológico da informática.

Para tanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se faz necessária uma regulamentação da matéria, como salienta o próprio autor da proposição em sua justificação.

Por esse motivo, com vistas a evitar interpretações equivocadas do novo texto que se pretende dar ao parágrafo único do art. 195 do CTN, estamos propondo

uma emenda ao projeto, explicitando a necessidade de regulamentação da norma no que diz respeito à utilização do meio eletrônico de armazenagem.

Com isso, Sr. Presidente, de antemão, votamos pelo exposto e manifestamos a aprovação do Projeto de Lei nº 211, de 2005, complementar, à seguinte emenda.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Está em discussão o projeto.

Primeiro, o Senador Saturnino. Depois, o Senador Lobão.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, eu novamente vou pedir vista por solicitação do Ministério da Fazenda a este projeto, que é, sem dúvida, importante e modernizador do CTN. Acho que, no mérito, o Senador Edison Lobão está propondo uma autorização interessante. Entretanto, por solicitação do Ministério da Fazenda para um exame técnico final, peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Vista concedida pelo prazo regimental de cinco dias ao Senador Roberto Saturnino.

Com a palavra, o Senador Wellington Salgado. Depois, se quiser falar, faculto a palavra ao autor do projeto.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Só queria parabenizar o Senador Edison Lobão. Realmente temos que conseguir caminhar junto com a tecnologia. Está tudo na frente. Em algumas empresas em que eu era diretor antes de ser Senador, tive que deixar um espaço monstruoso para colocar papel, e vem a fiscalização e tudo o mais. Acaba que se constrói um prédio só para arquivo. E aí, à medida que vamos evoluindo, temos que nos adaptar à tecnologia.

Fico um pouco preocupado, Senador Saturnino, com que, de repente, alguém que tenha pedido ao senhor para pedir vista não tenha uma cabeça tão à frente como tem o Senador. Senão, V. Ex^a pede vista, aí senta um burocrata, que vive mexendo em papel, sem o qual ele não vai ter o que fazer, e atrasa toda essa evolução a que estamos nos propondo agora.

Então, queria que V. Ex^a, ao pedir vista, tivesse o carinho, Senador Saturnino Braga, de discutir e dar uma olhada no perfil de quem está vindo de lá para cá. Porque o do Senador a gente já conhece muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Com a palavra, o Senador Edison Lobão, autor do projeto.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, o Senador Wellington analisa muito bem a situação, assim como o próprio relator. O objetivo que me moveu ao apresentar este projeto foi exclusivamente o

de modernizar o Código, e nada mais. São decorridos quarenta anos e, nesse período, avançou significativamente a tecnologia da informática. A humanidade não tem como guardar e armazenar tanto papel como no passado era exigido pela contabilidade e pela organização funcional das empresas. Hoje o computador resolve tudo. O projeto tem apenas este objetivo: de fazer com que se substitua o papel pelo arquivo eletrônico; nada mais.

Então, de toda maneira, compreendo a iniciativa do Senador Saturnino e espero apenas que possamos chegar a um bom resultado com este projeto. O objetivo é este, e sei que o Senador Saturnino também não pensa diferente; ele apenas quer ter um conhecimento mais aprofundado da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR)

– Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr.

Presidente, apesar do pedido de vista, manifesto-me favorável ao projeto dentro que realmente temos tido de evolução tecnológica. É um encargo muito grande para as empresas e para o próprio Poder Público ter que guardar esses livros nas suas empresas estatais. Desse modo, me parece adequado. Fui, inclusive, autor de um projeto semelhante já sancionado pelo Presidente da República que diz respeito à questão do voto eletrônico, no qual se aboliu a necessidade do voto impresso, com a sua substituição pelo registro eletrônico em meio digital.

Era só para manifestar meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-

RR) – O projeto vai ficar sob vista do Senador Rober-
to Saturnino.

Item nº 4, terminativo:

Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2005. Dispõe sobre o pagamento, pelo estudante universitário, de anuidade em instituições públicas de terceiro grau. Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator: Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Sr. Pre-

sidente, quero primeiro fazer a leitura do relatório do projeto do Senador Marcelo Crivella, dizendo inicialmente que S. Ex^a é um dos Senadores que mais se destaca nesta Casa e tem feito um grande trabalho pelo social, até porque tem esse compromisso com a sociedade brasileira, o que tem demonstrado no Plenário e em seus projetos. Porém, neste projeto, eu queria justificar o meu voto contrário – o que não pode dizer que não possa ser mudado –, que representa um primeiro estudo.

O Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, estabelece que o estudante cuja renda familiar seja comprovadamen-

te superior a trinta salários mínimos deverá contribuir para a manutenção de seus estudos em instituições públicas de ensino de terceiro grau, por meio do pagamento de anuidade de valor correspondente ao custo *per capita* do respectivo curso. O projeto determina a entrada em vigor da lei em que se transformar no ano seguinte ao da sua publicação.

Na sua justificação, o autor destaca o fato de que se deve corrigir grande distorção no acesso às universidades públicas, o que possibilita que alunos capazes de custear seus estudos em instituições privadas ocupem vagas potencialmente disponíveis para estudantes carentes. Ressalta ainda que as desigualdades financeiras constituem-se na razão básica da exclusão dos mais pobres do ensino universitário e que as universidades públicas federais enfrentam acentuada carência de recursos.

O projeto, encaminhado a esta Comissão em caráter terminativo, não recebeu emendas no prazo regimental.

Análise.

A necessidade de se avançar em direção a mecanismos mais democráticos e de maior equidade no acesso ao ensino superior público é inegável. No entanto, é preciso destacar que o art. 206, § 4º, da Constituição Federal estabelece o princípio da gratuidade de ensino público em estabelecimentos oficiais. Assim, a adoção de mecanismos para restringir esse princípio só poderia ser feita por meio de proposta de emenda à Constituição. O preceito constitucional, segundo entendimento manifesto pelo Conselho Nacional de Educação, só se aplica às atividades de ensino regular das universidades públicas, quais sejam: cursos de graduação e de pós-graduação, mestrado e doutorado.

De fato, é comum a cobrança de taxas em cursos de extensão e de especialização oferecidos pelas instituições públicas de ensino superior. Entende-se, contudo, que é justamente sobre os cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* que se incidiria a anuidade constante da proposição.

Assim, o PLS nº 177, de 2005, é inconstitucional em seu cerne.

No que se refere ao mérito do projeto, é preciso destacar que a cobrança de encargos educacionais em universidades públicas, ainda que restrita aos alunos que possam pagá-los, é uma questão bastante polêmica. Existem argumentos poderosos tanto a favor quanto contra a instituição de mecanismos de restrição de gratuidade no ensino superior público. O debate com os diferentes segmentos sociais envolvidos na questão é imprescindível para que esta Casa possa cristalizar em lei o desejo da Nação.

Desse modo, Sr. Presidente, parece conveniente aproveitar a oportunidade que se descortinará por ocasião do debate no Congresso Nacional sobre o Projeto de Lei da Reforma Universitária, para trazer à baila a discussão sobre a manutenção da gratuidade do ensino em estabelecimentos de ensino superior.

Sr. Presidente, estou dando aqui o voto pela rejeição. Foi uma consulta feita à comissão técnica do Senado, e eles nos deram este parecer, com o qual eu também, claro, concordo, manifestando-me pela rejeição.

Eu queria deixar uma questão aqui registrada. Por diversas vezes eu aqui usei a tribuna do Senado e aqui mesmo condenando o procedimento, a forma com que as universidades federais no nosso Brasil cedem espaço, vagas para os alunos. Tenho dito que os estacionamento das nossas universidades são um verdadeiro depósito de carros importados de pessoas que têm condições financeiras para pagar universidades particulares. Porém, não existe um mecanismo legal, constitucional que impeça que esses tenham acesso à universidade federal. Porém, aqui diz que é preciso mudar o item na Constituição para que eles sejam impedidos.

Concordo plenamente com o Senador Crivella, brilhante Senador, do qual sou admirador, sobre taxar quem tem condições para pagar. Porém, não dá para taxar se não mudar a Constituição. E mais, Senador Crivella, 30 salários mínimos para uma família é baixo, é muito baixo. Vamos supor o proprietário de uma microempresa que tem um certo movimento de R\$3 mil, R\$4 mil, R\$5 mil por mês e mais a esposa que ganha uns R\$500 ou R\$600, mais um outro filho, mais R\$700,00, R\$800,00, completa os R\$9.000,00, que seriam os 30 salários mínimos, ainda é pouco, é muito pouco, visto que muitos filhos dependentes, mas que querem procurar um caminho de independência e procuram sozinhos, sem condições financeiras, eles cortam o cordão umbilical de família e não querem usufruir os recursos do seu pai, da sua família e vão à busca de trabalho, espaço para estudar. Brasília é o maior exemplo disso, de gente do Nordeste, de Minas Gerais, do Goiás, de Santa Catarina que vêm para cá na busca de um emprego e de um ensino gratuito. Ocorre muito com estudantes, filhos de agricultores que plantam soja, o pequeno agricultor familiar, banana, fumo, alguma coisa, criam frangos e suínos e eles têm um certo movimento no valor de R\$9 mil a R\$10 mil. Mas o filho quer se deslocar, sai do campo, sai de suas regiões e vai para grandes centros, na busca de vencer sozinho, de não trazer essa responsabilidade ao seu pai, que já lhe criou. Esse projeto, Senador Marcelo Crivella, impede que este aluno que busca

sua independência de ter acesso à universidade federal gratuita. Trinta salários, aqui no Brasil, para uma família, é muito pouco. Uma família que tem, como no Nordeste, 8, 9, 10 filhos, ou no interior ocorre muito isso, com mais filhos ainda. É muito pouco.

A verdade, Senador Marcelo Crivella, é que esse seu projeto que tem uma intenção muito boa precisa, de repente, de uma emenda constitucional, uma PEC, para mudar esse artigo. V. Ex^a poderia ser o Autor dessa PEC, diretamente na Constituição. Porque, assim, nós não vamos encontrar respaldo na Comissão de Constituição e Justiça.

Esse é o meu parecer ao brilhante Senador Marcelo Crivella. Ainda porque estaríamos com sua intenção prejudicando pobres, porque deveria ser a renda *per capita*, não a renda familiar, passaram-me aqui uma informação. R\$9 mil para uma família é muito pouco. Sua intenção é brilhante, o projeto é brilhante. Nós temos que mudar isso, para que as universidades não sejam depósitos de carros importados de filhos de papaiinhos, bem empregados, bem aposentados, verdadeiros marajás às vezes. Seus filhos estão tirando vagas de pobres. Isso não atende aos pobres, ao meu modo de ver.

Mas, de qualquer forma, meus cumprimentos pela intenção do seu projeto.

Meu parecer, Sr. Presidente, é pela rejeição, para não prejudicar os pobres.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Para discutir, com a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, frente a um projeto de tamanha importância, a intenção do Autor e o parecer muito bem fundamentado do Relator eu queria pedir vista desse projeto para ver se, juntamente com nosso Líder e Autor do projeto, Senador Marcelo Crivella, além da PEC sugerida pelo nobre Senador Leonel Pavan, cheguemos num denominador, porque se vê que a intenção é essa mesmo e para que consigamos, preferencialmente, beneficiar os menos favorecidos. Como intenção é muito favorável, eu queria pedir a V. Ex^a vista desse projeto por pelo menos 5 dias.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Vista concedida pelo prazo regimental de 5 dias.

Próximo inscrito, Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Leonel Pavan, há uma outra questão muito importante, que vi quando foi relatado e vai-se pagar dividindo proporcionalmente pela despesa do curso. Isso não adianta, porque o custo numa universidade federal é caríssimo. Essa mensalidade dará R\$10 mil, que é de quanto seria, mais ou menos, o cus-

to mês/*per capita* de aluno numa universidade federal, esses estudos existem. Ou seja, o aluno tem sua renda de um pouco mais de R\$9 mil e, na hora em que fizer *per capita* para ele pagar vai dar R\$10 mil e pouco de mensalidade. Temos que melhorar isso aí.

Mas, o importante é que essa questão da cobrança para quem pode pagar a universidade pública está sendo debatida a todo momento. Isso me lembra muito aquela questão do doente terminal, em que discute se pode fazer uma transfusão de sangue ou não e ele precisa fazer. A gente sabe que precisa fazer uma transfusão de sangue, agora está difícil conseguirmos a autorização da família para fazer uma transfusão de sangue. Ela vai ter que acontecer, senão o doente vai morrer, o doente vai morrer.

Era só isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino para discutir.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, acho que a discussão vai se completar quando o Senador Aelton, que pediu vista, trouxe seu voto em separado.

Mas, de qualquer forma, quero me manifestar pela importância que o projeto tem e que a matéria tem. Efetivamente, pela iniciativa do Senador Crivella, pelos pronunciamentos que ouvimos aqui do próprio Relator, do Senador Pavan, do Senador Aelton e agora do Senador Wellington, torna-se evidente que essa questão profundamente polêmica está a exigir uma rediscussão. Entretanto, essa rediscussão me parece mais própria de ser feita com a tramitação do projeto da reforma universitária e, de qualquer forma, a modificação dessa questão da obrigatoriedade da gratuidade tem que ser feita por meio de projeto de emenda constitucional, de PEC. Tem toda razão o Relator, razão pela qual eu votarei, quando o projeto retornar, com o parecer do Relator.

Entretanto, aproveito o ensejo para me manifestar favoravelmente às duas observações feitas aqui quanto aos parâmetros. No caso, para começar a balizar essa discussão, os parâmetros de definição da obrigatoriedade ou não do custeio do aluno tem que ser feita em relação à renda *per capita*, não à renda familiar, porque uma família pode ter 8 ou 10 filhos e o encargo familiar é muito maior, razão pela qual a consideração tem que ser feita em relação à renda *per capita*, e não à renda familiar. A segunda observação – como disse o Senador Wellington – é que o custo *per capita* das universidades públicas é muito alto, esta anuidade acabaria se transformando, efetivamente, num encargo quase insuportável para uma família de classe média alta.

Acho que essa discussão está sendo exigida pela sociedade, pela opinião pública e as manifestações aqui comprovam isso. Entretanto, a forma pela qual o Senador Crivella apresentou a sua proposta não pode ser aceita, porque é inconstitucional.

Então, eu fico com o parecer do Relator, mas compreendo que é preciso começar a discutir essa questão polêmica a partir de certos balizamentos que hoje aqui já avançaram.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Crivella, o Senador Paulo Paim quer falar só um minutinho.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Eu ia pedir a palavra, mas como foi pedida vista, vai continuar o debate, eu abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Marcelo Crivella, Autor do projeto, com a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Presidente Augusto Botelho, nós apresentamos este projeto porque todos aqui foram unânimes em entender que a universidade pública, escassa no Brasil, muitas vezes atende àquelas pessoas que poderiam ajudar e que acabam se prejudicando porque não podem fazer.

Hoje, curso de engenharia de 6 anos numa universidade federal, ninguém se forma com menos de 8, por causa das greves. As bibliotecas estão caindo aos pedaços. Há uma falta de recursos enorme e muitos daqueles alunos, Senador Leonel Pavan, poderiam ajudar no custeio da universidade se isso lhes fosse permitido. Nem obrigado, mas até permitido.

O Brasil é um País que hoje, na verdade, são três, Saturnino. O primeiro Brasil é de 7 mil brasileiros, imagina, uma maioria extraordinariamente pequena, que possui 80% da dívida pública. Sete mil brasileiros têm hoje R\$800 bilhões em títulos da dívida pública e receberam no ano passado mais de R\$100 milhões como remuneração. Esses 8 mil brasileiros, segundo Pochmann fazem parte daquele grupo que a Receita disse, 10.522 brasileiros que no exterior detêm US\$82 bilhões, não estamos falando de estoques, de ações, de mansões, navios, helicópteros, jatos, apenas de renda, sem tocar na riqueza.

Numa sociedade em que somos 180 milhões e 7 mil apenas detêm 80% dos títulos da dívida pública, meu Deus do céu, nós precisamos caminhar para políticas que acabem com a concentração de poder. E a concentração de poder, Senador Botelho, não é só esse dinheiro, é cultural. As universidades federais têm **status**. Até que muitas não são melhores que as privadas, mas o sujeito que acaba entrando num curso e se forma numa delas tem preferência na hora de ocupar cargos importantes no nosso País. Não estou

dizendo que são mais bem formados do que aqueles que estudaram em universidades particulares. Eu estudei numa Universidade Católica e me formei. Achava o curso muito bom. No entanto, quando se vai ocupar um cargo e disputar com um formado na universidade pública, que às vezes demorou mais tempo, teve muitas greves e problemas enormes para se formar, acaba tendo a preferência pelo *status* que o nosso País ainda dá ao ensino público superior. De tal maneira que isso concentra poder e é nisso que temos que nos debruçar para encontrarmos o caminho.

Estou satisfeito, o projeto trouxe discussão. Eminente Senadores – como o caso do Senador Leonel Pavan – debruçaram-se sobre ele. Agradeço, Senador Leonel Pavan, por esse parecer, pelo estudo todo que dedicou. Quando propus à Consultoria, tinha um outro entendimento, achava que não precisava ser uma PEC pela relevância do assunto. É claro, sempre procuramos o caminho que é mais fácil de aprovar a medida, porque uma PEC requer um quórum qualificado e é difícil tanto aqui, como depois lá na Câmara, para não dizer quase impossível. Mas acho também que nós podemos apresentar um projeto melhorado da nossa Comissão e talvez até incluir – como disse o Senador Saturnino – na reforma universitária. O importante é que nós precisamos permitir que os nossos jovens mais humildes tenham acesso a uma universidade e isso pode ser financiado com a contribuição dos nossos jovens que podem pagar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Permite-me um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Claro, Senador Leonel.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Já que a discussão está já entrando no assunto da questão de recursos, ainda haveria uma falha no projeto. O projeto é fantástico, só que poderia ser complementado. Tem que ser criado um fundo na universidade ainda, deve haver um fundo para gerir esse percentual que teriam que pagar esses que ganham mais de 30 salários mínimos. Porque ele não pode se servir desse dinheiro para patrocinar o estudo de outro aluno, senão ter-se-ia que abrir vagas, e o outro aluno não paga, o outro já não paga. Agora, se for para movimentar a universidade na compra de material e reforma, dever-se-ia abrir um fundo justamente para este percentual. E qual o percentual? Acho que lei é brilhante. A partir do momento em que se muda a PEC, muda-se o art. 4º da Constituição...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Leonel Pavan, nós ainda temos um item terminativo. Gostaríamos que V. Exª fosse mais sucinto para entrarmos no outro item.

Eu gostaria só de cumprimentar o Senador Marcelo Crivella por sua intenção, mas apenas pela rejeição.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Não há problema, Senador Leonel Pavan. O importante é que a gente debata. O trabalho parlamentar é democrático, nós todos temos opiniões, precisamos contribuir e chegarmos a uma conclusão. O importante é deixar aqui a discussão de que o Brasil é extremamente desigual, concentra poder e renda em cada uma das suas medidas e isso precisa se reverter.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Obrigado, Senador. Vamos ao último item. Item terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2005, que institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Autora: Senadora Lúcia Vânia. Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de autoria da Senadora Lúcia Vânia é um projeto que visa divulgar de maneira mais adequada a proibição do trabalho infantil para crianças com menos de 16 anos.

A Constituição brasileira já proíbe esse trabalho. As causas dos problemas são conhecidas, a pobreza, a má distribuição de renda e a falta de sistema de educação mais abrangente. Além disso, a demanda do mercado por mão-de-obra barata contribui para atrair essas crianças que, na maioria das vezes, estão complementando a renda familiar, ocorre muito na cidade do interior, especialmente na questão do plantio para o carvão vegetal. São conhecidas também as dimensões e complexidade desse problema nacional, que envolve questões sociais e econômicas.

Assim, nós acreditamos ser plenamente justificável e particularmente meritória a iniciativa da Senadora Lúcia Vânia estabelecer o dia especial para o debate e a divulgação de problemas e soluções relacionadas ao trabalho infantil.

Com todos os setores da sociedade mobilizados para a reflexão sobre o tema num dia especialmente dedicado a sua discussão, o processo de conscientização das famílias e das autoridades brasileiras será, certamente, mais eficaz.

A construção de uma nova cultura relacionada à questão no Brasil poderá ser finalmente vislumbrada.

O voto, em face do exposto, não havendo qualquer óbice de natureza constitucional, jurídica, regimental e de técnica legislativa, é pela aprovação, portanto, do projeto da Senadora Lúcia Vânia, que institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Em discussão o projeto apresentado pelo Senador Eduardo Azeredo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, passemos à votação nominal para encerrar a pauta desta reunião.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT

– RR) – Muito obrigado.

Aprovado o projeto.

Comunico aos Srs. Senadores que o recebimento da resposta do Ministro da Educação, Sr. Fernando Haddad ao Requerimento de Informação nº 447, de 2005, de autoria de S. Ex^a, Senador Hélio Costa, aprovado nesta Comissão, solicitando informações a respeito do erro contábil que acarretou o desvio de R\$3,3 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para os serviços sociais e autônomos do Sistema S, conforme noticiado no jornal **O Globo** de 2005. Os Senadores que desejarem cópia da resposta deverão se dirigir à Comissão.

A matéria vai ao Arquivo.

Eu gostaria de fazer um comunicado aos Srs. Senadores. Senador Eduardo Azeredo, isso interessa a V. Ex^a. Amanhã haverá uma audiência para debater a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização de Serviços Telecomunicações – Fust. Haverá amanhã uma audiência para discutir esse assunto.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Importantíssimo. Esse dinheiro está depositado, mas ninguém usa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Na nossa Comissão, na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e na Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

Declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado aos presentes Senadores.

(Levanta-se a reunião às 12h37min.)

Ata da 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 20 de setembro de 2005.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia vinte de setembro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir

Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, Ney Suassuna, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Marco Maciel, Romeu Tuma, Papaléo Paes e Paulo Paim reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Íris de Araújo, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas e Mozarildo Cavalcanti. Comparece a reunião o Senhor Senador Paulo Octávio (PFL/DF), não membro. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a inversão da pauta, para iniciar as votações pelos Projetos de Decretos Legislativos de Radiodifusão, que é aprovado. Inicia-se a deliberação da Pauta pelo Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária – ARC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapetim, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Syria de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural para Difusão das Tradições e Hábitos Luizenses a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Metropolitana Santista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 13: Projeto de Decreto

Legislativo nº 410, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Tv Vale do Paraíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Mata da Corda Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Phoenix FM Novo Cruzeiro para o Desenvolvimento Artístico Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a União Associativa Comunitária de Pé do Morro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Luiz Rocha, Estado do Maranhão”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Onda Jovem FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. A Presidência retorna ao início da pauta: Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 001, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, “Dispõe sobre percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do autor, com a concordância do relator. Item 02: Projeto de Lei

do Senado nº 222, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa que, “Altera a Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002 e a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre alterações societárias das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens”. O relator designado é o Senador Edison Lobão e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator. Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2003, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que “Dispõe sobre a prestação dos serviços de correio eletrônico, por intermédio da rede mundial de computadores – Internet, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. O Senador José Jorge apresenta requerimento (Item 04) de realização de audiência pública para instrução do projeto. Item 04: Requerimento nº 29, de 2005 – CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Jorge, que “Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Educação, com conjunto com a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, para discutir e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2003, que “Dispõe sobre a prestação dos serviços de correio eletrônico, por intermédio da rede mundial de computadores – Internet, e dá outras providências”. O requerimento é aprovado. Em virtude da aprovação do requerimento fica sobrestada a apreciação da matéria na Comissão, até a realização da audiência pública. Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que “Modifica o artigo 61 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por treze (13) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nºs 01 e 02-CE, aprovadas por quatorze (14) votos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata passa a Presidência ao Senador Romeu Tuma, para dar continuidade dos trabalhos, uma vez que necessita ausentar-se em virtude de compromissos oficiais. Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 004, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “Altera o inciso III do artigo

36 da Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para inserir o estudo da Filosofia e da Sociologia nos currículos do ensino médio". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, de autoria do Senador José Jorge, aprovada por quatorze (14) votos. Item 07: Projeto de Lei da Câmara nº 040, de 2005, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Wilson Santos, que "Altera a redação do inciso VI do art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Acrescenta ao princípio da gratuidade do ensino público a vedação da cobrança de contribuição e taxas de qualquer natureza.)". O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. O Senador Roberto Saturnino apresenta, para inclusão extra-pauta, requerimento de realização de audiência pública para instrução do projeto, o que é aprovado. Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Dispõe sobre o pagamento, pelo estudante universitário, de anuidade em instituições públicas de ensino de 3º grau". O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o projeto é rejeitado por quatorze (14) votos. O Senhor Senador Cristovam Buarque pede a palavra, e requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de requerimento, o que é aprovado. Extra-Pauta: Item 01: Requerimento nº 030, de 2005-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que "Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Educação, para discutir e instruir o Projeto de Lei da Câmara 40, de 2005, que 'Altera a redação do inciso VI do art. 3º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (acrescenta ao princípio da gratuidade do ensino público a vedação da cobrança de contribuição e taxas de qualquer natureza)'" O requerimento é aprovado. Em virtude da aprovação do requerimento fica sobrestada a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 040, de 2005, na Comissão, até a realização da audiência pública. Extra-Pauta: Item 02: Requerimento nº 031, de 2005-CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Com base nos arts. 90, II, IV, IX e 93, II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública na comissão de educação para de-

bater o assunto do financiamento da educação no Brasil: o papel do setor público— união, estados e municípios— e do setor privado— família e empresas— tanto no ensino básico quanto no ensino superior". O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente Eventual, Senador Romeu Tuma, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. — Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Declaro aberta a 35ª reunião extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata da reunião anterior e a dispensa da sua leitura queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a ata, dispensada a sua leitura, submeto ao Plenário a inversão da pauta para que possamos já relatar os processos relativos às emissoras de radiodifusão a partir do item nº 9.

Os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada a inversão da pauta.

Item nº 9:

Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2005. Aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Arc a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapetim, Estado de Pernambuco. Autor: Senador Marco Maciel, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento V. Ex^a, nobre Senador Gerson Camata, e quero dizer que a com relação ao Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2005, já aprovado na Câmara dos Deputados e que vem à análise desta Comissão, autoriza a Associação de Rádio Comunitária Arc a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapetim, Estado de Pernambuco.

O meu parecer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é favorável, posto que a matéria está com todas as exigências regimentais e legais cumpridas.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão, o relatório apresentado pelo ilustre Senador Marco Maciel. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação ocorrerá ao final da apresentação de todos os relatórios.

Item nº 11:

Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2005, que aprova ato que autoriza a Associação Cultural para Difusão das Tradições de Hábitos Luizeses a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo. O Senador Romeu Tuma é também Relator do item 12, relativo à Emissora Onda Média da cidade de Santos, Estado de São Paulo, e também da concessão de TV Vale do Paraíba Ltda. para explorar os serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, em São Paulo.

Concedo a palavra a S. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem ao Senado e depois é aprovado na Câmara dos Deputados o serviço de radiodifusão comunitária da cidade de São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo, no Vale do Paraíba. A de forma que apresentaram todos os documentos necessários e nós somos pela sua aprovação.

Sobre o item 12, faz referência à exploração do serviço de radiodifusão sonora por onda média na cidade de Santos da Radio Metropolitana Santista Ltda. Da mesma forma, foram apresentados todos os documentos exigidos pela lei vigente e somos pela sua aprovação.

Com relação ao item 13, diz respeito não à rádio mas, sim, à TV Vale do Paraíba Ltda., para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na importante cidade de São Paulo, São José dos Campos. De forma que foram preenchidos todos os requisitos legais e somos pela sua aprovação nesta Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os relatórios apresentados pelo Senador Romeu Tuma são pelo acolhimento e aprovação das três proposições.

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O projeto será votado ao final.

Item nº 10:

Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2005, que aprova ato que outorga a permissão ao Sistema Síria de Comunicações Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão comunitária em frequência modulada

na cidade de Catanduva, no Estado do Paraná. O relator é o ilustre Senador Flávio Arns.

Não se encontrando presente, a matéria será colocada em discussão ao final.

Item nº 15:

Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2005, que aprova ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Fênix, em Novo Cruzeiro, para o desenvolvimento artístico e cultural, a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais. Autoria do Poder Executivo. O relator é o Senador Wellington Salgado de Oliveira, que tem a palavra para apresentar o seu relatório.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Trata-se de ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Fênix FM de Novo Cruzeiro para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 396, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Fênix FM de Novo Cruzeiro para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório do Senador Wellington Salgado de Oliveira é favorável à matéria.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, a matéria será votada ao final.

Projeto de Decreto Legislativo nº 408, que aprova o ato que autoriza a União Associativa Comunitária de Pé do Morro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Luiz Rocha, no Estado do Maranhão. Autoria do Poder Executivo. O relator é o Senador Edison Lobão, que tem a palavra para proferir seu relatório.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a União Associativa Comunitária de Pé do

Morro a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Luiz Rocha.

O parecer é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório do Senador Edison Lobão é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a matéria será votada ao final.

Projeto de Decreto Legislativo nº 404, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Onda Jovem FM Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina. Autoria do Poder Executivo. O relator é o Senador Leonel Pavan, que tem a palavra para apresentar o seu relatório.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, para mim, é uma honra ter sido escolhido para relatar esse projeto da Rádio Onda Jovem FM de Forquilha. Forquilha fica no sul do Estado de Santa Catarina, uma região carbonífera de extrema importância para nossa economia. E essa rádio certamente vai fazer com que se possa desenvolver um trabalho bem mais amplo com a sociedade de Forquilha e da região.

O referido projeto já foi aprovado – é claro, não poderia ser diferente – na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, porque, antes, tem de passar pela Câmara dos Deputados. Agora, coube a nós darmos continuidade a esse projeto, para que possamos aprová-lo.

Então, eu queria pedir aos Srs. Senadores que o aprovem. O nosso voto é favorável, porque não há nenhum reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Por isso, opinamos pela aprovação da Rádio Onda Jovem FM Ltda. no querido município de Forquilha.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório apresentado pelo ilustre Senador Leonel Pavan é favorável ao projeto.

Em discussão. (Pausa.)

Não tendo quem queira discutir, a votação se dará ao final.

Projeto de Decreto Legislativo nº 409, que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Syria de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná. Estando ausente o relator, Senador Flávio Arns, a Presidência designa relator *ad hoc* o ilustre Senador...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Posso ser, Sr. Presidente? Se V. Exª permitir...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Havia sido designado o Senador Sérgio Zambiasi, mas o Senador transfere para V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, não. O Senador Sérgio Zambiasi é muito bom. Faça o favor. É porque aqui eu até separei, porque...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Por favor. O Senador Sérgio Zambiasi...

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Faço questão absoluta...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – ... renuncia e coloca V. Exª como...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É que me chamou atenção, Sr. Presidente... Senador Sérgio, desculpe e obrigado.

É que Síria é o país de nascimento do meu pai. Então, me trouxe um pouco de emoção ao ver o nome figurando nesse projeto relatado pelo Senador Flávio Arns...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Conterrâneo de V. Exª, certamente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E realmente, na cidade de Catanduvas, no Estado do Paraná. De forma que esta homenagem eu fico agradecido ao Senador e ao Presidente.

E digo que o Senador Flávio Arns foi pela aprovação e formalizou toda a exposição da documentação apresentada.

Agradeço a V. Exª por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório do ilustre Senador Romeu Tuma é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, o projeto será votado ao final.

Projeto em caráter terminativo, Decreto Legislativo nº 505. Aprova ato que outorga permissão à Mata da Corda Comunicações Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Não estando presente o Senador Eduardo Azevedo, a Presidência designa o Senador Wellington Salgado de Oliveira para proferir relatório *ad hoc*.

Com a palavra o ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira para proferir o relatório.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Trata-se de decreto que aprova ato que outorga permissão à Mata da Corda Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão em frequência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, onde temos a grande Festa do Milho, que, com certeza, será agora transmitida por essa rádio.

Voto.

Tendo em vista que o exame a documentação que acompanha o PDL nº 505, de 2004 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1994, do Senado Federal, e não reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pelo ato que outorga a permissão à Mata da Corda Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão em frequência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório do ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira é favorável ao projeto.

Em discussão (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, o projeto vai a votação conjunta. Como os projetos são terminativos, a votação é nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

Aprovado.

Item nº 1:

Projeto de Lei do Senado nº 001, de 2004...

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a inversão de pauta, já que eu sou relatora de um projeto da Senadora Fátima Cleide. Estou envolvida com as CPIs. Então, se pudesse haver a inversão, de forma que eu pudesse relatar...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência submete ao Plenário.

As Sr^{as} e o Srs Senadores que apóiam permaneçam sentados (Pausa.)

Invertida a pauta.

Item nº 5:

A relatora é a Senadora Ideli Salvatti.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 507, que modifica o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1966, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.

A autora é a Senadora Fátima Cleide, a relatora é a Senadora Ideli Salvatti. O parecer dela é favorável, com emendas oferecidas.

Serão realizadas duas votações nominais. Uma para o projeto e outra para as emendas.

Observação: no dia 18 último foi realizada audiência pública para instruir o projeto. Concedo a palavra à ilustre relatora, Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o projeto tem como objetivo central fazer uma modificação na LDB, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de tal forma a especificar, tornar mais claro, o que se considera profissionais da educação, ou seja, identificar todas as pessoas que executam tarefas na unidade escolar que estão diretamente ligadas com o processo pedagógico, que têm a contribuir na formação e na capacitação de nossas crianças, dos nossos adolescentes.

Já há muito tempo existe um debate interno no movimento educacional em nosso País no sentido de que, além do professor em sala de aula, uma série de outros profissionais interferem no processo político-pedagógico da unidade escolar. Portanto, todas essas pessoas têm que ser estar devidamente qualificadas e identificadas em seus papéis pedagógicos. E têm de ser reconhecidos, obviamente, como profissionais da educação.

Uma pessoa que faça serviços de limpeza em uma repartição pública tem uma determinada tarefa, mas uma pessoa que faz serviço de limpeza em uma unidade escolar, está imbuída da tarefa pedagógica porque, em seu cotidiano, trabalhando com as crianças, fazendo com que essas tenham atenção para a questão da higiene, do ambiente, da preservação. A servente, como a gente chama em nossas escolas, não exerce única e exclusivamente o papel da limpeza, faz também um trabalho pedagógico, da mesma forma como as nossas tradicionais merendeiras. Naquele contato que elas têm, durante o período do recreio, com nossas crianças não estão exercendo somente o trabalho de prepararem uma refeição, de servirem uma refeição, estão também instruindo as crianças, fazem parte da interação do ambiente escolar.

Por isso, para nós, é importante fazermos essa identificação e darmos aos profissionais que trabalham nas unidades escolares exercendo tarefas direta ou indiretamente vinculadas ao processo político-pedagógico da escola uma identificação. Que possam ser identificados como tal, tratados como tal e qualificados como tal.

O projeto da Senadora Fátima Cleide vem para atender a essa necessidade de aprimoramento da LDB. Tivemos uma belíssima audiência pública, nesta Comissão, em que vários profissionais, o próprio Ministério da Educação e vários representantes das organizações que atuam na área da educação brasileira deram o seu testemunho, o seu aval, à aprovação do projeto.

Produzimos algumas emendas para aprimorar e aperfeiçoar o projeto. Nosso parecer é favorável para que o projeto prossiga, tendo em vista que é uma necessidade e uma reivindicação justa, legítima. Há muito tempo os que atuam na área de educação brasileira fazem essa reivindicação como aprimoramento da LDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório da ilustre Senadora Ideli Salvatti é favorável com emendas ao projeto da Senadora Fátima Cleide.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão, o parecer.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Concedo a palavra à autora, Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer à Senadora Ideli Salvatti o parecer favorável à aprovação desse projeto que visa dar visibilidade, como profissionais, a mais de um milhão de trabalhadores em educação que não são vistos como tais pela nossa sociedade, pelas escolas. Enfim, queremos, com isso, corrigir uma distorção que acreditamos existir.

Queremos, também, dar visibilidade a uma luta de mais de 20 anos que nós, tanto eu quanto a Senadora Ideli Salvatti, travamos na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Quero registrar, Senadora Ideli Salvatti, Senadores aqui presentes, a presença de dois representantes da confederação que são, também, como eu, funcionários de escolas, companheira Silvinha, de Tocantins, e o José Valdivino, do Paraná, que estão aqui acompanhando e com muita expectativa, Senador Gerson Camata, nosso Presidente neste momento. Este projeto está sendo acompanhado por milhares e milhões de funcionários de escolas que aguardam ansiosamente, desde a aprovação da LDB, por essa correção do Congresso Nacional, para que eles possam também ser vistos e se tornarem profissionais da educação. Porque o que acontece: muitas vezes as pessoas são funcionárias de escola e, à medida que se habilitam tecnicamente, vão para outras categorias, vão fazer outros trabalhos fora da escola. E nós precisamos é aprimorar cada vez mais a profissionalização dos nossos funcionários, para que possamos contribuir com a qualidade da educação.

Eu gostaria de pedir aos nossos nobres Pares aqui que dêem um voto favorável a esse projeto em função dessa expectativa. Ao votar favoravelmente, nós estaremos de fato contribuindo com a qualidade da educação no nosso Brasil.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O projeto continua em discussão.

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos à votação do projeto.

O projeto é terminativo, e a votação, nominal. Duas votações.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Eu voto “Sim” pela qualificação que tem que haver para ser reconhecido como trabalhador na Educação. O projeto não é genérico. Eu estava preocupado com a possibilidade de terceirização de serviços de cozinha e tal, mas as nossas Senadoras Fátima Cleide e Ideli Salvatti tiveram o cuidado de amarrar os pré-requisitos para com o reconhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Senador Romeu Tuma vota com a relatora.

(Prossegue a votação nominal.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, nós vamos fazer o seguinte, permita-me, o PSDB, em projetos bons do Governo, tem votado favoravelmente, mas nesse projeto da Base do Governo o PSDB está junto.

Meus cumprimentos a Ideli Salvatti e a Fátima.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa associa-se aos cumprimentos que V. Exª prestar as...

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – A Base do Governo agradece ao bom senso do PSDB.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Esse projeto não é do Governo é da Senadora Fátima Cleide.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O projeto aprovado.

Eu pergunto aos Senadores se, com relação às emendas, alguém altera... O Senador Wellington Salgado pediu para votar ao final. Como vota V. Exª?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O Senador Romeu Tuma tirou todas as dúvidas que eu porventura naquele momento tinha.

Muito obrigado, Senador, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Continua a votação nominal.

Aprovado o projeto.

A Presidência pergunta se os Senadores mantêm o voto com relação às emendas.

Mantido o voto e aprovadas as emendas.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRª FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, apenas para registrar o meu agradecimento à Senadora Ideli Salvatti e a todos da Comissão que votaram unanimemente e agradeço não apenas em meu nome mas em nome de um milhão de funcionários de escolas que, como eu, aguardam ansiosamente esse projeto há muitos anos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Item 01 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº001, de 2004, também terminativo, que dispõe sobre o percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação, de instituições privadas de educação superior.

Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Papaléo Paes...

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, eu estive conversando aqui com o Senador Papaléo Paes e com o Senador Wellington Salgado, na perspectiva de nós construirmos ainda uma acordo em cima desse projeto.

Então, perguntaria a V. Exª se, a pedido do autor e também do relator, que me autorizou a fazer o pedido, poderia ser retirado de pauta para que possamos conversar sobre a possibilidade de construirmos um acordo que contemple posições diferentes sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência consulta o Senador Papaléo Paes se concorda com a retirada provisória do projeto de pauta.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Estou de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Plenário concorda?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra, o Senador Romeu Tuma pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, queria que o relator e o autor analisassem a medida provisória que já criou o sistema de vagas do ProUni, para não haja um conflito, mas...

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – É exatamente esse o objetivo desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A matéria sai da pauta e retornará posteriormente.

Item nº 2:

É um projeto não-terminativo que altera a Lei nº 10.610, de dezembro de 2002, e a Lei nº 4.117, de agosto de 1962, para dispor sobre as alterações societárias das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora de sons e imagens.

O autor é o Senador Hélio Costa, e o relator é o Senador Edison Lobão. Seu parecer é favorável. Na reunião do dia 30, foi concedida vista coletiva. No dia 13 de setembro, o Senador Roberto Saturnino apresentou declaração de voto. No dia 14, o Senador Geraldo Mesquita ofereceu três emendas, que foram encaminhadas ao relator. O projeto está aguardando parecer do relator sobre as emendas.

A matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra, o Senador Edison Lobão para proferir o seu relatório.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, como registra V. Exª, houve na sessão passada um pedido de vista coletiva. Os Srs. Senadores devolveram o projeto sem emendas, exceto o Senador Geraldo Mesquita, que ofereceu três emendas ao projeto. S. Exª o fez em tempo hábil. Sucede que, por alguma razão que independe das ações do autor das emendas, Senador Geraldo Mesquita, somente ontem eu pude receber as emendas. Não tive tempo, portanto, de examiná-las.

Nessas condições, eu peço a V. Exª a retirada de pauta deste projeto e a sua reinclusão na próxima semana para que possamos afinal votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra, o Senador Roberto Saturnino, pela ordem.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Sr. Presidente, eu apresentei meu voto pela aprovação do projeto com restrições. Compreendo perfeitamente a solicitação do Senador Edison Lobão, que requer um prazo para relatar as emendas oferecidas pelo Senador Geraldo Mesquita.

Sem querer retardar a apreciação, mas aproveitando que o próprio relator pede um prazo, penso que este projeto deveria ser encaminhado ao Conselho de Comunicação Social, que existe para esse fim, para dirimir dúvidas sobre assuntos e temas polêmicos e que dificultam a nossa conclusão a respeito de proposições desse tipo.

Tenho a impressão de que este é um caso típico de projeto, tendo em vista as dúvidas levantadas e as restrições que eu mesmo apresentei, não obstante ter emitido voto favorável às proposições do Senador Geraldo Mesquita, que mereceria uma apreciação pelo

Conselho de Comunicação Social. Estou aproveitando o ensejo para sugerir isso à Comissão e a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado.

Consulto o Plenário se concorda com a suspensão, por uma semana, da apreciação do projeto.

O projeto fica adiado e será votado na pauta da próxima terça-feira.

Passamos ao item nº 3.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, sei que todos os projetos são importantes, mas queria pedir a V. Ex^a, se possível, para inverter a pauta e apreciar o item nº 8. Ele já foi lido. Trata-se apenas da votação.

Dispõe sobre o pagamento pelo estudante universitário de anuidade em instituições públicas de ensino de terceiro grau.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P–SOL – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa já tinha anunciado a votação do projeto relativo ao Item 3. Logo a seguir, colocarei em votação.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu pediria que fosse também colocado em votação o requerimento de autoria do Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PSDB – ES) – É o que vou colocar em votação.

O Item nº 3 está conectado com o Requerimento nº 4. Se for aprovado o requerimento, o Item nº 6 sai de pauta e retorna após a realização da audiência pública.

Primeiro, colocarei em votação o Item nº 4, pedindo permissão ao plenário para inverter a pauta, porque, votado esse item, poderá ser dispensada a votação do Item nº 3.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu ia me retirar para ir à reunião da CPI, e ela pediu que eu ficasse por causa desse requerimento que terá votação nominal. Eu lhe disse que, se eu fosse embora, por castigo do José Jorge, o anjo da guarda me abandonaria. Então, vou ter que ficar.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PSDB – ES) – Portanto, em caráter não-terminativo, está em votação o requerimento do ilustre Senador José Jorge que convoca audiência pública para a discussão, na Subcomissão Permanente de Tecnologia da Comissão de Educação, do projeto que dispõe sobre a prestação

de serviço eletrônico por meio da rede mundial de computadores (internet) e dá outras providências.

Com a palavra, o autor do requerimento, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, Sr. Presidente, esse projeto do item nº 3, que dispõe sobre a prestação de serviço de correio eletrônico por intermédio da rede mundial de computadores é muito polêmico, porque, na realidade, a rede mundial de computadores, como o nome mesmo diz, é mundial, e os provedores são internacionais, mesmo porque os *e-mails* são guardados em cadastros, para que a pessoa possa acessá-los esteja onde estiver. Se ela estiver na China, poderá acessar os seus *e-mails*, assim como em qualquer lugar do mundo. Na realidade, há uma tendência de concentração de *e-mails* em grandes computadores, que as pessoas possam acessar.

Na verdade, esse processo pede que se faça um cadastro de todas as pessoas que usam a internet. Esse projeto é uma espécie de “anteinternet”. Quando este projeto estava sendo discutido aqui, pedi vista, recebi uma série de telefonemas e, inclusive, uma visita do pessoal da Anatel, que considerava, de certa maneira, que esse projeto era inviável, que não adiantaria aprová-lo. Como esse assunto é de natureza técnica, apresentei o requerimento que V. Ex^a já leu, do qual lerei a justificativa:

O Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2003, de autoria do eminente Senador Delcídio Amaral, cuja relatoria está a cargo do Senador Eduardo Azeredo, encontra-se em tramitação nesta Comissão de Educação em caráter terminativo.

O projeto tem como principal propósito obrigar os prestadores de serviço de correios eletrônicos – no caso, os *e-mails* – a manter cadastro detalhado dos titulares da sua respectiva conta [por exemplo, os mais importantes são os internacionais, como o da Microsoft].

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), segundo o projeto, é quem ficará responsável pela especificação das normas nela fixada. Traz matéria nova cujo entendimento tem merecido opinião diversa de inúmeros segmentos da sociedade brasileira, razão pela qual estamos propondo a realização dessa audiência pública, para nós medida extremamente importante e apropriada para que a Comissão de Educação do Senado analise o verdadeiro alcance da norma proposta e promova, se for o caso, o aperfeiçoamento do projeto. Por essa exposição, solicito o apoio dos meus Pares para a aprovação do presente requerimento, cujas entidades a serem convidadas serão informadas posteriormente.

Na realidade, tive dificuldade de descobrir alguém que fosse a favor desse projeto, para convidar. As indicações seriam o Sr. Plínio Aguiar, que é conselheiro da Anatel, representando o Conselho Gestor de Internet do Brasil, que tem como função precípua tornar efetiva a participação da sociedade nas decisões que envolvem implantação, administração e uso da Internet. Outra indicação é a do Sr. Carlos Henrique de Brito Cruz, membro da Fapesp, que tem a função institucional de evitar repetição de domínios de árbitro em disputa de patente de endereços eletrônicos, ou seja, a não-existência de dois endereços iguais. A terceira indicação é do Sr. Murilo Ramos, Professor de Comunicação da UnB, representante da PDF, Departamento de Polícia Federal, órgão encarregado pela apuração de crimes cometidos no âmbito da Internet. Estou imaginando que talvez o Sr. Murilo Ramos possa ser favorável a esse cadastramento.

Conversei com o relator, Senador Eduardo Azevedo, para ver se S. Ex^a conhecia alguém que pudesse ser favorável ao projeto, porque, na realidade, só há sentido em realizar a audiência pública com gente a favor e contra a idéia. Se todos forem contrários, a discussão não prosperará. A minha idéia era a de fazer essa audiência pública, tendo em vista que esse não é um projeto emergencial. Então, faríamos uma audiência pública e traríamos pessoas favoráveis e contra o projeto, para sabermos se vale a pena. Como ela é internacional e não podemos nenhuma empresa internacional a cadastrar os usuários brasileiros, acho que esse seria o caminho melhor, para que pudéssemos aprovar o projeto, depois da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em votação, o requerimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Peço desculpas pela interrupção. Quero elogiar a providência do Senador José Jorge. Sabemos que, nessa área da Internet, tem surgido uma série de procedimentos e inovações, de forma que o Congresso tem de acompanhar de perto essa evolução tecnológica. De forma que somos realmente favoráveis à audiência pública proposta pelo Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Continua a discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estejam de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, fica sobrestada a apreciação da matéria na Comissão até a realização da audiência pública.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia depois distribuir uma cópia do requerimento, para conversarmos com as pessoas que tem...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Secretaria vai providenciar. Já está aqui.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Já está aqui? Desculpe-me, então.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Requerimento do Senador Leonel Pavan, propondo a inversão para o item 8.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estejam de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Trata-se do Projeto do Senado nº 177, de 2005, que dispõe do pagamento pelo estudante universitário de anuidade, em instituições públicas de ensino de terceiro grau. O autor é o Senador Marcelo Crivella, e o Relator, o Senador Leonel Pavan, que tem a palavra para proferir seu relatório.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, no meu relatório, dei voto contrário a esse projeto de lei do Senador Marcelo Crivella, apesar de ele ter como objetivo social atender os mais carentes. Entendemos que para atender à reivindicação, ter-se-ia de mudar primeiramente a Constituição. Não é possível atender ao projeto de S. Ex^a, sem mexer no art. 206, § 4º, da Constituição Federal, que estabelece o princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Assim, a adoção de mecanismos para infringir esse princípio só poderia ser feita por meio de proposta de emenda à Constituição.

Já foi muito discutido esse projeto. Dizer que é muito 30 salários mínimos para uma família? No Brasil, 30 salários mínimos para uma família é muito pouco, principalmente para aquela que tem nove, dez filhos. O meu parecer é pela reprovação, com todo o respeito ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório do Senador Leonel Pavan é pela rejeição.

Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para discutir.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra, menos para discutir e mais para fazer uma sugestão na linha do que foi feito, agora há pouco, pelo Senador José Jorge em relação ao outro projeto. Está na hora de termos uma grande

discussão sobre o financiamento do ensino superior no Brasil e até mesmo sobre a responsabilidade do financiamento da educação no Brasil.

Quem tem de pagar, para que neste País crianças, jovens, universitários ou não, estudem? É o Prefeito, o Governador, o Governo Federal, são os pais? Por que não se fazer uma audiência pública sobre o assunto? Antes de propor, estou fazendo a pergunta. Se algum outro Senador quiser, poderá comentar a pergunta, senão não vou apresentar a proposta de audiência, vou trabalhar melhor. Está na hora de fazermos uma audiência sobre quem é o responsável pelo financiamento da educação no Brasil. Estamos discutindo Fundeb, Pró-Uni e agora esse projeto. Há, inclusive, projetos tramitando na Câmara, de cobrança para ex-alunos de universidades públicas pagarem depois de formados. Há uma colcha de retalhos e uma inquietação muito grande no País. Hoje, se pegarmos o **Correio Braziliense**, em um lado da página, veremos a crise da juventude pobre brasileira sem educação no emprego; do outro, a foto do Ministro da Educação, abrindo 174 novos cursos de pós-graduação no Brasil, com dinheiro federal. Temos de discutir para onde está indo o financiamento e quem não vai financiar. O Fundeb é uma coisa de nada no mar de necessidades de recursos e transforma o MEC num banco que financia com fundos e não em uma instituição que intervém para dar condução.

Quero fazer a pergunta sobre se não é hora de esta Comissão fazer uma grande audiência sobre o financiamento da educação em geral ou da educação superior no Brasil. É por meio de ProUni, de impostos, de cobrança de mensalidade – como muitos defendem, porque dizem que são ricos que estudam, esquecendo que são ricos que produzem também. Então, vamos fazer uma discussão séria sobre esse assunto. Sr. Presidente, essa é a minha sugestão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa vai reabrir a discussão. Eu a havia encerrado, e já íamos passar à votação. Então, o Senador José Jorge pediu a palavra, seguido do Senador Roberto Saturnino e do Senador Edison Lobão. Não percebi se o Senador José Jorge pediu a palavra antes de V. Ex^a, Senador Edison Lobão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu estava olhando para V. Ex^a e também não percebi.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra, o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O Senador Cristovam Buarque tem razão. Essa questão do finan-

ciamento da educação pública no Brasil merece uma ampla discussão nesta Casa.

Para se discutir no Congresso Nacional ou numa comissão do Senado, teríamos de ter um projeto que levasse em conta a amplitude do sistema educacional brasileiro. E esse projeto tem de vir do Executivo, que, por ter sido eleito pela maioria dos votos, tem condições de propor um projeto de uma amplitude tão grande como a da reforma universitária.

Podemos aqui sugerir pontos específicos, como foi o caso do projeto que propõe que quem ganha mais de 30 salários mínimos pague a universidade, mas a visão geral precisa do Executivo. Infelizmente, o Executivo até agora não apresentou esse projeto.

Fizemos uma primeira versão muito ruim; depois mandaram outra versão que aparentemente piorou e que até agora não nos foi apresentada. Ela foi apresentada à sociedade.

Penso que podemos até fazer uma audiência pública, mas para discutir esse ponto específico. Para discutir o geral, não temos a proposta do projeto. Essa é a minha idéia sobre o assunto.

É evidente que o Senador Cristovam Buarque, assim como eu ou outro Senador podemos apresentar um projeto sobre qualquer tema, mas ele não terá a força da democracia daquele Governo eleito pela maioria dos votos, como um projeto dessa dimensão requer. Não sou contra a que se discuta o assunto, porém, para discutirmos o mais geral, é necessário haver um projeto que seja de autoria do Executivo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadores, só um minuto. **A Mesa está-me alertando: estamos fora do projeto que estava em discussão para a votação. Passamos a discutir o financiamento do ensino, e não era isso que estava no item nº 8. Gostaria de restabelecer o que estávamos discutindo, para votarmos o item nº 8.**

O financiamento é outro item. A discussão seria em outra hora, mas acho que valeu a pena.

Senador Leonel Pavan, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, V. Ex^a já falou. Quando o Senador Cristovam Buarque abordou a questão, S. Ex^a o fez com base no projeto, que prevê cobrança de mensalidades de alunos que pertencem a famílias que percebem mais de 30 salários mínimos por mês – famílias, pai, mãe, filhos. Estamos criando aqui uma lei para cobrar, quando se discute não cobrar de ninguém.

Por isso, meu voto é contrário. Incrível! Não há nem o que votar, primeiro se tem de mudar a Consti-

tuição, que diz que não se pode cobrar. Tem de haver uma PEC. Então, não há muito que discutir sobre o projeto: é reprová-lo, porque é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Leonel Pavan, hoje, com a graça de Deus, faço 46 anos de casado. Fiz uma cartinha para minha mulher com todo o carinho, dizendo que, no início, em 1959, éramos dois, e hoje somos dezoito, entre filhos, noras e netos. Então, a família realmente cresce na rapidez que Deus permite.

Não se pode considerar salário de família, mas salário-família, quando é para melhorar e beneficiar a sociedade. Desculpe-me, eu não devia dar palpite.

Falará agora o Senador Edison Lobão e o Senador Roberto Saturnino, em seguida.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Só quero dizer que cumprimentei minha esposa em público.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Com os cumprimentos a V. Ex^a e a sua esposa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Temos de votar ainda o projeto. Por favor...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Com os cumprimentos a V. Ex^a e a sua esposa, pelos 43 anos de casados...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Quarenta e seis.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Herói.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Um herói.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não, um homem feliz.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Eu quero apoiar a iniciativa do Senador Cristovam Buarque de uma audiência pública em torno dessa matéria de transcendental importância. Ainda ontem, de algum modo, debatemos o assunto no plenário do Senado Federal.

Acho que o Senador Cristovam Buarque tem uma palavra qualificadíssima quando cuida de assuntos de natureza educacional – tanto S. Ex^a quanto o Senador Marco Maciel, que também foi Ministro da Educação, e o Senador José Jorge, que cuida freqüentemente dessa matéria e foi Secretário de Educação no seu Estado. Há muitos ex-Governadores aqui, que, justamente por terem exercido sido Governadores, também estiveram freqüentemente no trato da matéria.

É bom que se diga hoje que o País investe maciçamente na educação: 18% de todas as receitas do Governo Federal se destinam à educação; 25% da totalidade das receitas dos Governos Estaduais seguem o

caminho da educação, assim como no mínimo 25% das receitas municipais são destinadas à educação. Ao lado disso, há o investimento de natureza privada. Todavia, estamos, a cada minuto, a queixar-nos da educação no País, sempre reclamando mais investimentos. No meu entendimento, o que falta é uma melhor aplicação dos recursos existentes, destinados à educação.

Portanto, uma audiência pública, que é o que propõe o Senador Cristovam Buarque, no meu entendimento, em boa hora, até em torno desse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe-me, Senador, mas gostaria de alertar que sobre esse projeto S. Ex^a está pedindo apenas a rejeição pela inconstitucionalidade...

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Não, isso está no parecer do relator.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas é outro assunto. Sobre o financiamento poderíamos ter uma discussão especial numa audiência pública, depois desse item, em outro dia, marcado previamente com pessoas que entendem do assunto, para não prejudicarmos a votação do projeto que estamos apreciando.

Desculpe-me, Senador. Sei que é importante o que V. Ex^a está abordando. Isso se insere no assunto, mas o projeto tem um objetivo claro aqui.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Permita-me que diga a V. Ex^a, com todo o apreço...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu não tenho a experiência de V. Ex^a como Presidente.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Com todo o apreço que lhe tenho, o que propõe o projeto é que as famílias que tenham vencimento equivalente a 30 salários mínimos, ou seja, a R\$ 9.000,00, paguem – elas próprias – o ensino de seus familiares. Ora, pelo mundo civilizado, sabemos que as famílias pagam o ensino de seus filhos. Nos Estados Unidos é assim, em toda parte. Aqui no Brasil o Poder Público, que já vive com dificuldades imensas, com todas as despesas, ainda financia 100% do estudo universitário muitas vezes de pessoas milionárias, que até não desejam ter esse financiamento, mas não têm outra solução, pois o filho está matriculado numa universidade pública, que tem boa qualidade de ensino.

Proponho, então, Sr. Presidente, que, sobre a constitucionalidade, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a poderia depois apresentar o requerimento, por favor, para que o coloquemos em votação.

Enquanto isso, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, penso que temos de ser objetivos. A sugestão do Senador Cristovam Buarque é absolutamente pertinente, urgente, importante, imprescindível. Há unanimidade, nesta Comissão, a respeito da sua proposição de se convocar uma audiência pública específica, para se discutir o financiamento do ensino público de um modo geral, especialmente o de terceiro grau.

Agora, este projeto, que já havia sido relatado, é claramente inconstitucional. Até para orientar a elaboração de uma emenda à Constituição, que o próprio Relator sugere e que o autor, o Senador Marcelo Crivella, acatou, essa audiência pública seria útil. Agora, nada impede que se vote o parecer do Relator, que é pela rejeição, porque o projeto é também, por unanimidade, considerado inconstitucional, visto que há um dispositivo na Constituição que exatamente veda qualquer forma de pagamento, de cobrança.

Então, não podemos aprovar esse projeto. É preciso que votemos a sua rejeição e façamos a audiência pública, sim, para orientar a elaboração de uma emenda constitucional a esse respeito, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ele é terminativo. Pergunto ao Senador Edison Lobão, com todo o respeito, se mantém o requerimento. Nós poderemos decidir isso, por ser a matéria terminativa.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Eu o retiro, pelo fato de ela ser terminativa. Nesse caso, a Comissão está investida também nas funções do exame da constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, creio que V. Ex^a é o último orador, para, então, colocarmos o projeto em votação.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB – AP) – O Senador Roberto Saturnino está coberto de razão. Temos a oportunidade de realizar a audiência sugerida pelo Senador Cristovam Buarque, que é o Projeto de Lei na Câmara nº 40. E V. Ex^a está, inclusive, com o requerimento pronto aqui, pedindo audiência, porque ele trata de gratuidade no ensino público, da cobrança de contribuição. Ou seja, nesse contexto, poderíamos realizar audiência sugerida pelo Senador Cristovam Buarque, sobre o projeto do qual sou Relator. Já concordo previamente com a realização da audiência. O Senador Roberto Saturnino tem um requerimento aqui. Podemos conciliar interesses no sentido de proceder a essa audiência sobre esse projeto. Então, peço a inversão de pauta, para que o apreciemos e já deliberemos sobre ele.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em seguida, passarei a palavra a V. Ex^a.

O SR. (orador não identificado) – Pois, não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Presidente, estou de acordo com o Senador Leonel Pavan. Agora, há dois pontos sobre os quais gostaria de falar rapidamente, para ficarmos ligados no que está acontecendo aqui. Primeiro, é o seguinte: “[...] superior a trinta salários mínimos”. Isso dá mais ou menos R\$9 mil. E, logo abaixo se diz o seguinte: “[...] contribuir para a manutenção dos seus estudos em instituição pública de ensino de terceiro grau, por meio de pagamento de anuidade de valor correspondente ao custo *per capita* do respectivo custo.” Todos nós sabemos – assim como o Senador Cristovam Buarque, que já foi Ministro, e o Senador Marco Maciel, que estava aqui – que, considerando-se a mensalidade *per capita* de aluno em uma universidade federal, o valor vai dar muito mais do que R\$9 mil/mês. Eu estudei em universidade federal. Com a qualidade que ela apresenta e tudo o mais, dividindo-se, Senador Edison Lobão, dará muito mais do que R\$9 mil/mês. Quer dizer, começa tudo errado. O raciocínio está todo errado. Sou a favor da cobrança para quem tem condições no Imposto de Renda – estudei em universidade pública e poderia ter pagado – ou algo nesse sentido. Agora, o raciocínio está todo errado. Concordo com o Senador Leonel Pavan, não só pela inconstitucionalidade, mas também porque esse projeto começa errado. Ele está sendo injusto. Está-se querendo praticar justiça, mas, ao mesmo tempo, está-se cometendo a maior injustiça do mundo. O Senador Cristovam Buarque foi Ministro da Educação. Quanto está uma mensalidade média hoje de um aluno na federal?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (S/Partido – DF) – O custo *per capita*?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (S/Partido – DF) – Está R\$8 mil.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Está R\$8 mil/mês.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Peço urgência, para não perdermos o número para a votação nominal.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Está bem. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a esclareceu corretamente a sua preocupação.

Peço ao Senador rapidez, para que possamos votar sem desrespeito ao seu tempo. Peço aos Srs. Senadores que permaneçam no plenário, para haver número suficiente para a votação nominal.

O Senador Leonel Pavan...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Queriria que V. Ex^a me assegurasse a palavra, mesmo com a censura prévia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não, não foi censura. Pelo contrário, o respeito e o carinho...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Ou advertência, como V. Ex^a queira chamar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não, é um pedido humilde a um excelente Senador.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Os sinônimos aqui não têm muita importância; o que vale é a intenção.

Eu queria só dizer, Sr. Presidente, que estou de pleno acordo em que se faça essa audiência pública. Sob vários ângulos – legal, constitucional, factual – não é um assunto sobre o qual possamos ter uma opinião média. Há de se encontrar, certamente, nessa audiência pública, fundamentos para que aqui se tenha a melhor decisão.

Concordo com aqueles que dizem que os que podem deveriam pagar o ensino. Isso é indiscutível. Mas há outra questão paralela. Há os que não podem pagar, nem conseguiram acessar o ensino público, mas estudam na universidade privada.

Sou procurado semanalmente por estudantes pobres, querendo uma bolsa de estudo para as faculdades – hoje há muitas na Paraíba – do setor privado. Acho que deveríamos pensar também nessa situação, porque nem todos têm acesso à universidade pública. Muitos estudantes pobres estudam nas universidades privadas, e Deus sabe como! Alguns até se privam inteiramente no benefício do ensino superior.

Aqui foi dito que o Brasil gasta muito com educação. Penso que o Brasil deveria gastar mais. Vi, recentemente, um estudo da ONU, que mostra que os países emergentes que investiram maciçamente na educação do seu povo conseguiram um nível tecnológico elevado e competitivo nesse mercado globalizado em que países pobres e ricos são colocados em uma competição desigual.

Não há outro caminho, senão o domínio dos conhecimentos. E, sem investimento, sem o Governo priorizar como um esforço de guerra, jamais conseguiremos vencer a diferença, o gap que existe entre o Brasil e os países do mesmo nível econômico.

Falta dinheiro para tudo, porque sabemos que as políticas econômicas priorizam o financeiro e im-

põem não-investimentos a toda a economia nacional. Faz muitos anos que o Governo não investe nada em nada, essa é a realidade; os investimentos estão sempre aquém da necessidade. Mas por que sacrificar a educação, se ela é o maior patrimônio que um país pode ter? O investimento nas inteligências!

Deveríamos pensar em obrigar não somente os que podem a pagar o ensino público, mas também o Governo a criar uma linha de bolsas de estudo para aqueles que não conseguiram acessar a universidade pública e que estão estudando ou não puderam estudar nas universidades privadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vamos votar, Senadores?

Para a rejeição do projeto, os que forem favoráveis digam “sim” ao Relator.

Senadores Demóstenes Torres; Jorge Bornhausen; José Jorge (Pausa.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sim.

Maria do Carmo Alves; Edison Lobão (Pausa.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, o projeto tem realmente méritos, mas é indiscutivelmente inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Leonel Pavan. (Pausa.)

Com o Relator. Então, é voto conhecido.

Senador Reginaldo Duarte (Pausa.)

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Com o Relator, Senador Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Wellington Salgado de Oliveira. (Pausa.)

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador José Maranhão. (Pausa.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Cristovam Buarque. (Pausa.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Fátima Cleide; Senadora Ideli Salvatti; Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Sérgio Zambiasi. (Pausa.)

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Com

o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Marco Maciel. (Pausa.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Romeu Tuma, com o relator. Não sei se voto. Não voto, não é?

Senador Papaléo Paes; Senador Paulo Paim. (Pausa.)

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Com o Rela-

tor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) –

Alguém de V. Ex^{as} deixou de votar, de ser chamado?

Então, o projeto foi rejeitado por unanimidade.

Item 6, também terminativo. Senador Leonel Pavan, só um minutinho para votar.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, até porque sou o relator, e esse projeto já foi discutido. A única dúvida é se eu acataria ou não uma emenda do Senador José Jorge. Acatei-a na íntegra, e, conseqüentemente, não há o que se discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Lerei, então, a emenda, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Só quero agilizar para votarmos logo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Favorável, acatando a emenda de autoria do Senador José Jorge apresentada na reunião de 9 de agosto de 2005.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Então, acatada a emenda, coloco em votação o projeto com a emenda.

(Procede-se à votação.)

O projeto foi aprovado com a Emenda do Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, não votei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu o chamei. Espera um pouquinho.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Vota como homenagem ao relator.

Obrigado, Senador José Jorge. Peço desculpas se não citei seu nome aqui, mas acho que bobeei, porque eles não pintaram o senhor de amarelo. A Secretaria é que é responsável.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Sr. Presidente, antes que encerre, só queria fazer uma colocação. É que o café daqui é péssimo, e fica difícil discutir tomando esse café. Então, comprei um cafezinho, porque sou do Triângulo Mineiro e tem bons cafés lá. Então, estou mal acostumado. Estou aqui com um cafezinho que vou doar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Traga do Mato Grosso um pouquinho para servirmos aqui.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Está bem. Mas, realmente, o senhor pode olhar que todos os copos de café estão lotados, ninguém tomou nada. Isso é estatística.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Daqui para frente, vão servir o café Wellington.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Não, não, é um cafezinho que mandei comprar, bom, para servirmos um cafezinho, porque fica difícil debater com esse café. O Paim não tomou, eu não tomei, o Senador não tomou... Realmente, esse negócio de ir pelo computador...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Café Wellington a partir de hoje.

Senhores, o item 7 é que se pode pedir audiência pública para se discutir...

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Apre-

sentei um requerimento, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Já tem um requerimento do Senador Saturnino. É o projeto que altera a redação no inciso VI do art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Acrescenta o princípio da gratuidade do ensino público, a vedação da cobrança de contribuição e taxas de qualquer natureza.

Deputado Wilson Santos. Relator: Senador Geraldo Mesquita, que já se ofereceu.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler, de autoria do ilustre Senador Roberto Saturnino.

Estava bonito de boné, ontem, Senador. Ficou simpático.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Por

que sofri uma pequena cirurgia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Nos termos do disposto no art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinados com os art. 90, incisos II e V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Educação para discutir e instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2005, que altera a redação do inciso VI do art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, acrescenta ao princípio da gratuidade do ensino público a veda-

ção da cobrança de contribuição e taxas de qualquer natureza.

Em discussão, o requerimento do Sr. Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Aprovado.

Depois tem que ter a relação, Senador, daqueles que V. Ex^a achar conveniente.

Senador Cristovam Buarque, concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (S/Partido – DF)

– Quero reafirmar a proposta da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Já está aqui. O senhor poderia indicar alguém juntamente com o Senador Saturnino? Ah, é outra audiência?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (S/Partido – DF)

– É, é a audiência do financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Mas essa aqui diz respeito ao financiamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (S/Partido – DF)

– Então, está bem. Apenas, apoiar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Isso deve estar interligado, porque aqui fala de financiamento, de não cobrar taxa. A discussão é de financiamento.

Eu vou ler o requerimento para ver se o senhor concorda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (S/Partido – DF)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Aqui fala dos incisos de tudo e pede audiência pública para o projeto que altera a redação do inciso VI do art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, acrescenta ao princípio da gratuidade do ensino público a vedação da cobrança de contribuição e taxas de qualquer natureza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (S/Partido – DF)

– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não sei se concorda com isso ou se V. Ex^a quer outro tipo de audiência pública.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (S/Partido – DF)

– Primeiro, eu concordo com a idéia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não, não. Eu pergunto se o senhor quer outro tipo de audiência pública.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (S/Partido – DF)

– Sem dúvida alguma, outra audiência. Totalmente de acordo.

Mas a proposta da audiência que eu fiz é outra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – É mais ampla.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (S/Partido – DF)

– Muito mais ampla.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Mui-

to mais ampla.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (S/Partido – DF)

– É tentar resolver o problema, primeiro, da desigualdade no Brasil.

A desigualdade, no Brasil, está concentrada sobretudo na maneira como a educação é financiada. O berço da desigualdade está na desigualdade do berço, que é a escola.

Segundo, há uma colcha de retalhos que distribui financiamento entre Municípios, Estados, União, empresas, famílias, ProUni, Fundeb, Fundef. Há um caos no sistema de financiamento. O sistema atual é injusto e caótico.

Eu gostaria de sugerir uma audiência...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Há possibilidade de ter um requerimento só?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (S/Partido – DF)

– Não, são coisas bem diferentes.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Acho

que são dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não cabe, aqui não cabe. A Secretaria está alertando que são diferentes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (S/Partido – DF)

– São bem diferentes, e o do Senador Saturnino é bem explícito. Eu sou absolutamente a favor.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Pois,

é. Como eu não estou a favor do requerimento de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu gostaria de colocar em votação e discussão. V. Ex^a, depois, formalize, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (S/Partido – DF)

– Formalizo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Então, em votação o requerimento já apresentado verbalmente pelo Senador Cristovam Buarque.

Se todos concordarem, nós aguardaremos só a confirmação do requerimento, mas já aprovada a audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião, agradecendo aos Srs. Senadores que, aqui comparecendo, deram número para a votação dos projetos terminativos.

E vamos ao café Wellington!

(Levanta-se a reunião às 12h30min.)

Ata da 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e 05ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 27 de setembro de 2005.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e vinte minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Teotônio Vilela Filho, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado de Oliveira, Íris de Araújo, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel, Romeu Tuma, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Delcídio Amaral e Antônio Carlos Valadares, reúnem-se a Comissão de Educação, a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Gerson Camata, José Maranhão, Gilberto Mestrinho, Mozarildo Cavalcanti, Papaléo Paes e Fátima Cleide, que justifica a ausência. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, registra a presença, para acompanhar a audiência pública, da Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT) não membro da Comissão, do Deputado Federal Sandes Júnior (PP/GO), do Ex Deputado Freire Júnior, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério das Comunicações, dos Senhores Igor Villas Boas, Roberto Pinto Mateus e José Vicente, Assessores do Ministro das Comunicações, do Senhor Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações e do Senhor Dione Craveiro, Diretor da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, submete à Comissão e às Subcomissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 017-CE de 2005, Requerimento nº 001-SCTC de 2005 e Requerimento nº 010-SCT de 2005, de autoria do Senhor Senador Sérgio Cabral e do então Senador Hélio Costa, que tem como objetivo

discutir a Implantação da TV Digital no Brasil. Comparece à Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Sérgio Cabral, autor do Requerimento e Presidente da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, Romeu Tuma, Roberto Saturnino, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Reginaldo Duarte, José Jorge, Íris de Araújo e Antônio Carlos Valadares. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação; Senador **Sérgio Cabral**, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social; Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Havendo quórum, declaro aberta hoje, 27 de setembro, terça-feira, a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e 5ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Ouviremos hoje a exposição do Sr. Ministro Hélio Costa, em razão de um requerimento feito pelo então Presidente, Senador Hélio Costa, e Senador Sérgio Cabral, para que o Ministro das Comunicações viesse aqui fazer uma exposição sobre a implantação da TV Digital no Brasil.

Sr. Ministro, V. Exª tem trinta minutos para sua exposição e mais o que for necessário.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Inicialmente, quero cumprimentar o Presidente Augusto Botelho e dizer que recebi uma ligação, hoje pela manhã, do meu querido amigo, Senador Gerson Camata, dizendo que está lá no Espírito Santo esperando a chegada do Pre-

sidente da República para com ele viajar para o norte do Estado. S. Ex^a está se desculpendo por não estar aqui presente, para participar conosco desta audiência sobre a TV Digital.

Ao mesmo tempo, quero dizer as Sr^{as} e aos Srs. Senadores o quanto me sinto feliz e orgulhoso de estar aqui nesta Comissão de Educação e Comunicações, que me deu o privilégio de sentar nesta cadeira, conduzir os seus trabalhos e participar com V. Ex^{as} de uma extraordinária aventura, de um extraordinário momento para mim, em especial.

Para me ajudar a expor a questão da TV Digital, trouxe dois assessores que são especialmente competentes tecnicamente e que vão estar disponíveis, a qualquer momento, para que possam esclarecer algum detalhe técnico. O primeiro deles é o Dr. Igor Vilas Boas de Freitas. Ele é, na realidade, um assessor do Senado Federal e que está indo para o Ministério das Comunicações, especialista que é no setor de telecomunicações, especialmente da TV Digital. Todos os trabalhos que foram feitos, no Senado, sobre a TV Digital são assinados pelo Dr. Igor Vilas Boas.

Trago também o Dr. Roberto Pinto Martins, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações e que está aqui conosco. Ele é um técnico que veio do Ministério da Ciência e Tecnologia e que está conosco no Ministério exatamente pelo seu farto, pelo seu enorme conhecimento do setor.

Também está me assessorando o Diretor do Departamento Jurídico do Ministério das Comunicações, Dr. Marcelo Bechara, que, apesar de toda a sua juventude – está sentado na primeira cadeira ao lado –, é um especialista no setor de telecomunicações e comunicações, com um currículo invejável, como de resto todos os outros assessores que levamos para o nosso Ministério das Comunicações.

Está aqui ainda o meu querido amigo, chefe do meu gabinete aqui no Senado, José Vicente, que me acompanha em todas as minhas participações nesta Comissão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho que informar a cada um, em primeiro lugar, da extraordinária festa, do evento espetacular que me levou a São Paulo, ontem, fazendo-me chegar a Brasília, às 3h30min. Refiro-me ao lançamento do rádio digital. Ao abrir esta audiência pública, quero fazer menção ao extraordinário sucesso que foi o lançamento, ontem, em São Paulo, do lançamento do rádio digital, com a presença de representantes de radiodifusores de todo o Brasil, organizados pela Abert e pela Associação de Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo.

Fomos representando o Presidente da República, e é o marco inicial, deste ano, no Ministério das

Comunicações, esse procedimento que dá às emissoras do Brasil condições técnicas de começarem a fazer o rádio digital.

Depois de 84 anos no Brasil, o rádio, que é esse extraordinário veículo de comunicação, tem essa capacidade de se renovar de tal forma, de uma maneira tão espetacular, que vamos ter uma nova era do rádio. É o começo de uma nova era para o rádio. O evento marcou o dia de ontem, que, na realidade, é quando se comemora o Dia do Rádio. E foi levado para São Paulo exatamente porque de lá surgiram as primeiras emissoras que se prontificaram a fazer o teste. Imediatamente, emissoras do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de várias capitais... Então, hoje, temos dez emissoras de rádio no Brasil já no procedimento de testar o rádio digital com as frequências que foram estabelecidas pela Anatel a pedido do Ministério das Comunicações.

Ontem à tarde, já éramos informados de que trinta emissoras, em várias capitais, já tinham feito solicitações à Anatel para também iniciar a sua participação nos testes do rádio digital. Conforme disse, uma nova era, deixando bem claro que o rádio, esse extraordinário veículo de comunicação, tem agora, com a digitalização, uma nova vida pela frente. Começamos com as rádios AM, que estavam, certamente, precisando de um reforço para que pudessem reviver os momentos de glória do passado do rádio AM, que, de certa forma, foi ofuscado com a chegada do rádio FM, há cerca de vinte anos, e que agora tem essa injeção de tecnologia e de ânimo com a vinda do rádio digital.

Até mesmo sobre esse assunto, evidentemente, toda e qualquer questão que pudermos responder, até pela curiosidade que o assunto tenha despertado em todo o Brasil, estamos inteiramente à disposição.

Feito isso, vamos à descrição do Sistema Brasileiro da TV Digital, que é instituído pelo Decreto nº 4.901, assinado pelo Presidente da República no final de 2003, o que, na realidade, é o primeiro passo oficial do Governo para a criação de um sistema brasileiro de TV digital. Esse procedimento levou o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério das Comunicações a prepararem uma série de procedimentos técnicos que tinham de ser cumpridos.

No caso específico do Ministério da Ciência e Tecnologia, que é, juntamente com o Ministério das Comunicações, quem tem a capacidade de orientar a utilização dos recursos do Funtel, que são os recursos que patrocinam todo esse procedimento que vai instruir o processo da TV digital, foram feitas três cartas-convite. Essas cartas-convite foram colocadas exatamente para serem respondidas por aquelas instituições, por aquelas organizações públicas e privadas que quises-

sem participar, que quisessem tomar um rumo decidido na proposta que o Governo fazia para a criação de um sistema brasileiro de TV digital. Essas três cartas foram respondidas por cerca de cem instituições, que envolvem aproximadamente 1.200 cientistas e técnicos do Brasil inteiro. São universidades, institutos de pesquisa, organizações não-governamentais, participação direta do próprio Governo, das faculdades, das escolas públicas e particulares. Empresas de comunicação de todos os tipos participaram desse chamamento que foi feito pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, em conjunto com o Ministério das Comunicações, para então iniciarmos esse trabalho de pesquisa.

Tive a oportunidade, inclusive, de pedir à minha assessoria que preparasse a informação sobre quais os institutos, quais as instituições que estão participando ativamente do sistema, e posso garantir a todos os senhores que são as mais importantes universidades do Brasil, são as mais importantes instituições de pesquisa, coordenadas pelo CPqD, que é uma fundação, que no passado estava diretamente ligada ao Ministério das Comunicações e, depois, com a reestruturação do Ministério passou a ser uma fundação de pesquisa. O CPqD é que organiza esse estudo que está sendo realizado.

Temos estudos em andamento hoje no que diz respeito à transmissão e recepção, codificação, canal e modulação. Temos codificação de sinal-fonte, o chamado *middleware*, que é dispositivo que vai interligar a parte de *software* com a parte de *hardware*, ou seja, os equipamentos com aplicativos. Temos projetos de serviços e aplicações de conteúdos na área da saúde, serviços e aplicação de conteúdos em aplicações da TV digital, serviços e aplicações de conteúdo, codificações de sinal. Tudo isso compõe os estudos que estão sendo realizados.

Agora, para entender a necessidade desses estudos que estão sendo feitos pelas universidades, pelos institutos de pesquisas, é importante levar em consideração que a TV digital é composta de um conjunto de produtos, são produtos instrumentos eletrônicos e são produtos de programas de computador.

Quando nós, no passado, há cerca de dois anos, tivemos a informação de que o Governo estava desenvolvendo um padrão de TV digital, isso acabou por trazer, de certo modo, uma certa confusão até no meio acadêmico e, principalmente, junto à população de modo em geral, porque ficou parecendo que o Brasil estava partindo para fazer o desenvolvimento de um padrão de TV digital.

Ora, na realidade já tínhamos em andamento, há cerca de cinco anos, o desenvolvimento de um padrão de TV digital japonês, já tínhamos um padrão já pronto

de TV digital da Europa e tínhamos um padrão de TV digital americano. Cada um desses padrões, excepcionalmente o padrão de TV digital, custou em torno de US\$2 a 3 bilhões. E cerca de 5 a 10 anos para ser desenvolvido.

Então, é evidente que quando nos dispusemos a fazer um sistema brasileiro de TV digital, não estávamos dizendo que iríamos desenvolver um padrão brasileiro de TV digital. Há uma diferença muito grande entre as duas coisas. O que estamos, na realidade, fazendo é usando todos os recursos da tecnologia brasileira, a capacidade dos técnicos brasileiros, a criatividade dos nossos cientistas, para que eles possam contribuir dentro da pirâmide de produtos técnicos e de *softwares* que vão compor a TV digital com o produto brasileiro.

Por exemplo, quando se fala em compor esse conjunto de produtos da TV digital, temos que ter produtos de modulação. Então, produtos de modulação, conforme eu disse, o sistema americano que é o 8VSB, tem o sistema europeu, que também é o sistema japonês, praticamente em conjunto os dois, que se chama COFDM.

Esse produto é o mais importante da TV digital, aquele que, na realidade, vai fazer com que a TV digital exista. Estamos, neste momento, com uma pesquisa sendo realizada pelo Instituto Mackenzie, em São Paulo, que está avançada no sentido de mostrar uma grande contribuição brasileira no sistema de modulação da TV digital.

Esperamos, evidentemente, que lá na frente possamos vir a utilizar o desenvolvimento da modulação brasileira. Não quer dizer que possamos fazer isso a partir de janeiro, mas, eventualmente, vamos poder utilizar um produto brasileiro em modulação.

Da mesma forma, dentro desse conjunto de produtos da TV digital, é preciso ter o transporte, que é feito por meio de produtos que todos conhecemos. Cada um de nós que já mexeu com computador e sabe o que é MPEG-2, 3 e 4, sabemos que o transporte da TV digital é feito com um arquivo chamado MPEG-2.

Bom, esse arquivo serve para todos os sistemas: serve para o sistema americano, europeu e japonês. Então, é evidente que nós, no Brasil, não vamos tentar inventar um MPEG qualquer outra coisa se já temos um sistema que atende ao sistema japonês, americano e europeu. Então, o MPEG-2 é o produto que vai compor essa cesta da TV digital, porque é reconhecido internacionalmente. Ele está aprovado pela convenção internacional, ele passa por todos esses setores de aprovação e chancela dos produtos digitais no mundo inteiro.

Da mesma forma, para fazer a TV digital, é necessária a compressão do áudio, do vídeo. Isso tudo

também é feito através de programas de computador. Nós temos o MPEG-2, temos o sistema *Dolby* americano, temos um sistema europeu que usa o MPEG-2. Estou tentando colocar aqui, de uma forma menos técnica possível, o que é o conjunto desses produtos que compõe a TV digital.

São todos produtos conhecidos, que podem evidentemente ser licenciados para o sistema brasileiro de TV digital. Não há, dentro da comunidade científica brasileira, a pretensão de se criar um sistema já existente. Pelo contrário, o que estamos querendo é encontrar caminhos onde possamos colaborar. Por exemplo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro está desenvolvendo um sistema de MPEG-4, que tem melhor compressão de áudio do aquele que está sendo, neste momento, sendo montado para fazer o sistema europeu de TV digital.

Se, amanhã, nós conseguirmos registrar internacionalmente esse MPEG-4, que está sendo desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é claro que ele vem compor essa cesta de produtos do nosso sistema de TV digital. Se ele ficar pronto em janeiro, ele entra. Se ele não ficar pronto em janeiro, ou fevereiro, vamos usar o sistema europeu e, depois, vamos substituí-lo pelo produto brasileiro.

Da mesma forma é o chamado *middleware*, que é esta interação entre a parte eletrônica e a parte evidentemente dos produtos de *softwares* dos computadores. Esse *middleware* é o que nos dá a chance de podermos discutir tanto com os japoneses, quanto com os europeus e os americanos, qual vai ser a participação brasileira no modelo que queremos para a TV digital, modelo de negócio que precisamos para a TV digital no Brasil. Na verdade, temos capacidade tecnológica para criarmos esse instrumento, começando inclusive com aquela caixinha que vai ser colocada no topo de cada televisor, na sua residência, para que o televisor, que for analógico, venha a funcionar como um televisor digital.

Na realidade, hoje, o que é que acontece? Os aparelhos de televisão produzidos no Brasil são feitos com um número mínimo de linhas para atender à demanda do mercado. Então, nós temos aparelhos de 450 linhas, que tecnicamente têm acrescentados mais 75 linhas, fazendo o sistema, que normalmente comporta o sistema chamado Pal-M, o sistema brasileiro de cor, com 525 linhas.

Esses aparelhos todos são analógicos. Eles só recebem informações analógicas. Para ele receber uma informação digital, da TV digital que será implantada no País a partir do ano que vem, ele precisa ter uma caixinha, como se fosse aquela da TV a cabo, que vai receber através de uma antena, no topo da

sua casa, ou até mesmo aquela antena interna, que até há pouco tempo existia, para que possa converter as informações digitais que está recebendo, pois ele não as recebe mais. O som por AM, que acontece na televisão comum, não recebe imagens analógicas, como acontece na televisão comum. Ele recebe 0 e 1, informações digitais, converte essas informações em imagens e sons, só que, ao converter, ao transformar zeros e uns em imagens e sons, ele vai estar transformando isso em imagens e sons digitais. Ou seja, o som que você vai ter é o mesmo daquele DVD rodado em casa; a imagem é a de um DVD na sua casa. Essa é a grande transformação, a grande revolução.

Nós podemos participar desse modelo de negócio. Aqui, a política industrial brasileira tem de entrar. Eu já conversei na semana passada com o Ministro Furlan, do Ministério do Comércio Exterior, porque é importante saber se os americanos estão dispostos a vir conversar conosco e se querem vender o seu modelo de TV digital, se eles querem vender para nós o seu produto de modulação, que é caríssimo. Ele, na realidade, é determinado pelo número de telespectadores que se vai ter no País.

Então, a cobrança, normalmente, vai ser como se faz na TV a cabo. Se houver 30 milhões de telespectadores, vai haver uma cobrança de 0,1 centavo de dólar, possivelmente, em cima da aplicação nesse sistema da TV digital. Quer dizer, queremos discutir com os americanos, com os japoneses e com os europeus qual a nossa participação. Se temos condição de fazer em São Paulo, no Rio de Janeiro, ou em Minas Gerais – diga-se de passagem, temos inclusive um projeto em andamento em Santa Rita do Sapucaí, fazendo a caixinha que vai fazer a conversão do analógico para o digital –, será que eles estarão dispostos a comprar a nossa caixinha? Porque estamos falando em poder fornecer milhões e milhões dessas caixinhas para o mundo inteiro, para aqueles que, certamente, vão adotar o sistema de TV digital.

Evidentemente, temos de tomar algumas precauções, porque nós já temos os conselhos: o conselho gestor, o conselho consultivo, que envolve toda a estrutura da empresa de televisão no Brasil, os próprios representantes dos pesquisadores. Estamos tentando, através desses conselhos, mostrar que, em alguns lugares, ocorreram erros.

Por exemplo, na Europa, ao se determinar o modelo da TV digital, determinaram errado o modelo da caixinha. Então, ela veio para atender, na realidade, o *standard definition*, ou seja, a definição *standard* da TV digital, que é o SD TV. Quando lançaram o HD TV, na Europa, ou seja, a TV de alta definição, tiveram que trocar todas as caixinhas, porque ela não comportava

os dois sistemas. Ela recebia a definição *standard*, mas não recebia televisão de alta definição.

Então, a nossa proposta é que, por mais que se faça um sacrifício agora, nós queremos ter uma posição de não precisarmos ficar nessa eventual necessidade de ficar trocando equipamentos.

A preocupação do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e de toda a sua equipe técnica é a de que a transição da TV analógica para a digital não seja impositiva. Não posso impedir que uma pessoa receba as imagens de televisão na sua casa, porque estamos com a preocupação de colocar no Brasil a TV digital.

Então, essa interação tem de existir e vai existir, de cinco a dez anos, o procedimento em que nós transmitimos analogicamente, ou seja, a mesma imagem que o telespectador sempre recebeu na sua casa, mas vamos transmitir também digitalmente. Se o indivíduo quiser, poderá comprar, na sua casa, um televisor de 1.080 linhas, de alta definição, coloca a caixinha para receber – normalmente, esses televisores nem precisam da caixinha, porque eles já vêm preparados para a TV de alta definição – uma imagem espetacular, um som igualado ao CD e, evidentemente, vai estar participando ativamente da digitalização da televisão.

Acredito que a grande contribuição que o Brasil pode dar é exatamente nos aplicativos, porque temos uma indústria de *software* no nosso País, que, lamentavelmente, ainda não é reconhecida mundialmente como deveria. Por exemplo, se investirmos, colocarmos cada vez mais recursos dentro da produção dos *softwares* que vamos precisar para a TV digital, vamos fazer uma verdadeira revolução industrial e científica neste País à luz do que se faz através da TV digital.

Veja o que aconteceu na Índia, por exemplo. Esse país é um grande produtor de programas de computação. Talvez seja o maior produtor de programas de computador do mundo. Temos toda a capacidade técnica no Brasil de fazer rigorosamente a mesma coisa, e não estamos explorando esse extraordinário potencial do nosso povo e da nossa gente, principalmente dos nossos jovens.

Tenho sido extremamente criticado, porque tenho assumido algumas posições que vão contra alguns interesses, alguns *lobbies* muito fortes e poderosos neste País, principalmente no que diz respeito às grandes empresas de telefonia multinacionais.

Vejam só que coisa curiosa. Cada telefone desse aí se propõe, com a própria televisão digital, a receber um canal de televisão em qualquer lugar que se vá, porque ele vai dar mobilidade. Pode-se ter a imagem digitalizada no aparelho celular; onde se estiver, poder-se-á ver o programa preferido. A Bandeirantes, inclu-

sive, está fazendo experiências em São Paulo nesse sentido, mas não temos legislação sobre isso.

Então, toda a vez que eu digo que precisamos fazer leis para regulamentar a utilização desses extraordinários recursos que a telefonia, juntamente com a comunicação, pode fornecer, sou criticado, porque estou ferindo interesses poderosos de algumas grandes empresas, notadamente na área de telefonia.

Agora, eu esperava que essas empresas pudessem dar-nos serviços. Por exemplo, para você produzir essas imagens num pequeno celular você usa normalmente o sistema Java. Ora, sabe onde esse programinha, esse sistema Java do telefone é feito? Na Índia. Se exigíssemos das companhias que fizessem esse programa no Brasil, você estaria criando milhares de empregos, dezenas de empresas que poderiam estar trabalhando dentro desse sentido.

E, lamentavelmente, essas coisas é que podem e devem ser vistas pelo Congresso, têm que ser colocadas em pauta, discutidas e não simplesmente deixar que essa moderna tecnologia seja usada do jeito que querem as empresas, como querem, sem dar bola para ninguém, sem dizer o que estão fazendo, como é que estão fazendo.

E quando aparece um ministro que diz “isso tem que ser regulamentado”, ainda ganha editorial num determinado jornal de São Paulo, dizendo que é um retrocesso. Retrocesso porque estou ferindo os interesses corporativos, e ninguém vai me intimidar nesse sentido.

Bom, vejo que, do ponto de vista do que tecnicamente estamos fazendo, esses aplicativos, que são, conforme disse, a última etapa nessa pirâmide da composição dos produtos da TV digital, esses aplicativos são o caminho para a participação brasileira ampla no sistema brasileiro de TV digital. Tenho certeza de que poderíamos praticamente assumir esse modelo com a América Latina, podemos vender os nossos produtos na Europa. Precisamos investir nesse procedimento, porque é aí que está o nosso talento, onde mais rapidamente vamos obter sucesso.

Tudo me leva a crer que estamos no caminho certo com as pesquisas que estamos realizando. O Brasil, o governo do Presidente Lula já destinou R\$38 milhões para o consórcio do sistema brasileiro de TV digital para que as três cartas-convite que foram apresentadas e que estão sendo desenvolvidas pelas universidades, pelos centros de pesquisas, pelos engenheiros e cientistas brasileiros, possam ter efeito.

Diga-se de passagem, estamos hoje anunciando oficialmente o comprometimento do governo de mais R\$12 milhões para que esses estudos sejam complementados e para que sejam finalizados até o dia 10

de dezembro, data estabelecida para o encerramento das discussões desses procedimentos que vão direcionar a maneira como serão tomadas as decisões para a TV digital.

A partir do dia 10 de dezembro, o governo deve receber esse relatório do consórcio que está fazendo as pesquisas do sistema brasileiro de TV digital. O governo tem sessenta dias para, em cima daquele relatório, decidir quais os produtos que vamos utilizar no nosso sistema. Aí, sim, vamos saber se foi desenvolvido um sistema de modulação brasileiro. Nesse caso, vamos usar o sistema brasileiro. Se foi desenvolvido um sistema de compressão de áudio e vídeo em um desses laboratórios que participaram da pesquisa, usaremos o sistema brasileiro. O transporte será feito assim. Quais os programas da interatividade que vamos ter? De que maneira vamos aplicar esses programas dentro desse conteúdo da TV digital?

Ao mesmo tempo, não podemos mais evitar a necessidade de se fazer a TV digital a partir do primeiro semestre do ano que vem, porque precisamos da TV digital para que possamos fazer uma grande rede de educação neste País, uma grande participação popular na televisão, uma grande interatividade por meio da televisão. Queremos fazer, ao contrário do que os europeus e os americanos estão fazendo com a TV digital, que é simplesmente produziu uma belíssima imagem digitalizada, a HDTV, queremos que no Brasil ela seja um instrumento de cultura, de informação, de democratização do sistema de comunicação nacional.

Então, essa tem sido a nossa preocupação. A decisão que será tomada sobre qual o padrão que será utilizado no sistema brasileiro de TV digital envolve diretamente as emissoras de televisão, as empresas de televisão.

Por essa razão – e também tenho sido criticado neste sentido –, tenho feito reuniões setoriais com os dirigentes das emissoras de televisão no Brasil. Foi a primeira vez na realidade que fizemos isto, chamamos os dirigentes, não só os técnicos dessas emissoras, mas os donos das emissoras, porque queremos saber se eles estão em condições de fazer os investimentos que a TV digital exige. Quer dizer, nós estamos falando de investimento de um, dois, três milhões de dólares. No Brasil, nós vamos gastar R\$1 bilhão para fazer a digitalização com as empresas. Imaginem, por exemplo, uma empresa de televisão que retransmite uma determinada rede em uma região. Essa região tem 180 cidades e cada uma dela tem que ter uma RTV, uma retransmissora de televisão. Para fazer a digitalização – e nós estamos falando da digitalização terrestre –, tem de digitalizar a empresa principal que é a geradora

e depois tem que digitalizar cada uma das retransmissoras nas 180 cidades.

Então, V. Ex^{as} imaginem o investimento que vai ser feito nesse sentido. Quer dizer, nós entendemos que o procedimento será começar pelas capitais, depois as cidades pólo com mais de quinhentos mil habitantes, trezentos mil habitantes, chegando pelo interior. Eu entendo que, no espaço de cinco a dez anos, teremos condições de fazer esse procedimento.

A minha sugestão é que estamos no caminho certo. Nós estamos agora com data marcada para fazer o início da TV digital funcionar no País. Nós temos a certeza de que estamos no procedimento certo. E eu gosto de fazer algumas comparações no sentido de simplificar, até mesmo para benefício dos nossos telespectadores da TV Senado, qual é a relação, na realidade, entre a composição dos produtos da TV digital, no que diz respeito à modulação, no que diz respeito à transmissão, no que diz respeito ao *software* que vai interligar essas partes, e o Sistema Brasileiro de Televisão Digital.

Veja só, é mais ou menos o que aconteceu com uma empresa brasileira que para nós todos é motivo de muito orgulho, que representa quase quatro bilhões de vendas ao exterior que é o caso da Embraer. A Embraer, na realidade, hoje, é reconhecida pela sua extraordinária capacidade de fazer um produto nacional colocado no mundo inteiro. Ela faz o avião, mas o sistema de modulação dela, que são as turbinas, vai buscar lá fora. Por quê? Porque não tem economia de escala. Quer dizer, ela não tem como produzir, com resultados financeiros corretos, trezentas turbinas de avião. Então, ela tem que comprar de alguém que produza três mil turbinas de avião. Então, o que ela faz? Ela produz um belíssimo avião, mas as turbinas, que são o coração do avião na realidade, é o sistema de modulação do avião, ela compra lá fora, senão o avião dela não tem condição de competir no mercado.

É mais ou menos o que nós estamos vendo acontecer agora com a TV digital. Nós estamos prontos. Se, amanhã, a Embraer conseguir produzir uma turbina para o seu avião em condições de competir no mercado internacional, certamente ela vai usar a turbina brasileira. Enquanto isso não acontecer, ela usa turbina importada. É mais ou menos o que vai acontecer com a nossa TV digital.

Eu acho que já passei um pouquinho do nosso tempo, Sr. Presidente, então eu vou deixar mais para que os meus colegas e colegas possam, evidentemente, brindar com as suas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Os Srs. Senadores terão cinco minutos para fazer as perguntas e o Sr. Ministro cinco minutos para responder e dois minutos para réplicas.

As inscrições já estão abertas. Pela ordem de inscrição, o Senador Sérgio Cabral, autor do requerimento, é o primeiro.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente desta reunião, Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, eminente Ministro e Senador Hélio Costa, o interessante é que sou autor desse requerimento junto com o Senador Hélio Costa. Assinamos juntos o requerimento convocando autoridades do Executivo para debater esse tema.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Eu espero ter correspondido à sua expectativa.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Correspondeu e muito, Ministro Hélio Costa.

Eu vou fazer algumas observações, Senador Augusto Botelho, muito à vontade. Eu sou Senador pelo mesmo Partido que o Senador Hélio Costa, o PMDB, sou 1º Secretário da Executiva Nacional do PMDB, mas sempre tive uma postura nesta Casa de independência em relação ao Governo do Presidente Lula, com muito respeito, mas não de alinhamento ao Presidente. Então, falo muito à vontade sobre o Ministro Hélio Costa.

Primeiro, quero parabenizá-lo, Ministro, pela sua postura em relação a algumas questões da vida como ela é, do brasileiro comum que precisa ter uma autoridade com a visão que V. Ex^a está tendo das relações de consumo entre produtos oriundos das telecomunicações e o cidadão comum.

Na questão da telefonia, por exemplo, o Brasil avançou muito nesses últimos anos, e há que se reconhecer. Entretanto, do ponto de vista do consumidor, creio que o legislador esqueceu de muitos pontos em defesa desse consumidor. V. Ex^a, recentemente, chamou a atenção de um ponto fundamental em relação à telefonia fixa, que é a cobrança da assinatura básica. Fiz coro a V. Ex^a e quero parabenizá-lo. Fui Relator no Senado de um projeto que está tramitando na Casa, em defesa da extinção dessa barbaridade que é a assinatura básica. É muito interessante ver grandes grupos empresariais defenderem o livre mercado, mas, ao mesmo tempo, defenderem um cartório, uma exploração contra o cidadão brasileiro, que é a cobrança da taxa da assinatura básica. Isso não existe. Isso é uma vergonha.

Então, V. Ex^a está de parabéns pela sua postura! A luta em relação à telefonia celular, do cartão e do prazo de validade do cartão, é um escárnio, um deboche. E V. Ex^a vem defendendo a flexibilização desse prazo com muita contundência. Parabéns por colocar

o prestígio de V. Ex^a e do Ministério que ocupa em defesa do consumidor!

V. Ex^a tem características que me parecem perfeitas para o lugar que ocupa. V. Ex^a é jornalista, foi um grande jornalista, um grande repórter e tem prazer de dizer que foi repórter de televisão. V. Ex^a é um cidadão do mundo, conhece o mundo, conhece comunicação, viveu as agruras de colocar no “ar” uma matéria, viveu as agruras de conviver com equipamentos e com conteúdo. V. Ex^a, então, conhece bem o assunto. V. Ex^a junta duas características: a mineirice de Barbacena e os anos que passou na cidade mais cosmopolita do mundo que é Nova York.

E parece-me que V. Ex^a está no caminho certo, sendo pragmático, sem uma visão xenófoba, uma visão que, na década de 60, levou o Brasil a se atrasar na questão da informática com a reserva de mercado, mas, ao mesmo tempo, sem uma visão *laissez-faire*, *laissez-passé*, viva o mercado e o Governo não tem nada a ver com isso. Ao contrário, V. Ex^a está preocupado em incluir o Governo, em incluir a sociedade, em incluir a Inteligência brasileira, a Academia Brasileira nesse processo e tirar o que for de melhor, de proveito, para a economia brasileira e para a Inteligência brasileira.

Concordo com V. Ex^a de que tem que ter prazo. A pior decisão para uma sociedade é a não decisão. Quando se criam muitas comissões e conselhos e não se decide, quem sai perdendo é o cidadão comum.

Tivemos o início da Rádio Digital, ontem, com eventos em São Paulo. Estamos tendo de V. Ex^a palavras que me deixam muito otimista em relação ao pragmatismo do prazo e do compromisso com o resultado.

O que eu pergunto a V. Ex^a é o seguinte: levando em consideração que a tecnologia digital é uma tecnologia que permite um campo multifacetado, tanto no rádio quanto na TV, no uso da comunicação, no uso do mercado, no uso da educação, enfim, na interação entre o consumidor, o cidadão e o veículo, quais são as perspectivas do Ministério, tanto em relação à rádio digital, quanto à TV digital em relação à política de concessões para os veículos? Altera-se? Com a rádio digital, parece-me que há uma multiplicidade de possibilidades de novas emissoras de rádio. Parece-me que, em relação à TV, pode também ocorrer o mesmo.

Ao mesmo tempo em que se discute a tecnologia, que se discute a modalidade, se européia, se japonesa – e vejo que V. Ex^a está flexível, querendo aproveitar o que há de melhor de cada sistema para compor o sistema brasileiro –, eu pergunto: quais são as perspectivas quanto à concessão? O que se pode

vislumbrar no curto, no médio e no longo prazo quanto à concessão de novos veículos nestes dois segmentos: rádio e TV?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Muito obrigado, Senador Sérgio Cabral, primeiro, pelas suas palavras tão elogiosas à minha carreira de jornalista...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Merecidas. Como homem público.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – É muito grande a honra minha de estar ao seu lado aqui, no Senado da República.

Eu gostaria de fazer, antes de entrar na pergunta específica, menção a dois pontos em particular que V. Ex^a citou, que é a questão da telefonia fixa.

Infelizmente, nós estamos, conforme V. Ex^a disse, numa situação quase de barbaridade no setor, porque nós temos uma comparação a ser feita com o que existia há cinco anos. Há exatamente cinco anos, tínhamos quarenta milhões de telefones fixos no País e tínhamos vinte milhões de telefones celulares. Hoje, cinco anos depois, continuamos tendo quarenta milhões de telefones fixos – em algumas pesquisas dizem até que caíram para trinta e oito milhões –, enquanto que o telefone celular foi para setenta e cinco milhões de aparelhos no País.

Então, o que é que aconteceu? O telefone celular foi substituindo a telefonia fixa. E por quê? Porque, na visão mais simples que se pode ter do que aconteceu na telefonia fixa, o pobre está pagando pelo telefone do rico. Veja só, quando o cidadão contrata um telefone para sua casa, quando faz a habilitação do telefone, ele paga R\$40 pelo telefone mensalmente. Mas, nesses R\$40, estão embutidos quatrocentos minutos.

Como o trabalhador tem medo de tocar no telefone, porque só de tirar o telefone do gancho ele paga quatro minutos e, se falar, paga mais quatro, então, para dizer “alô! Oi, estou chegando para o almoço”, paga oito minutos, ele não toca no telefone. O telefone dele é chamado de pai-de-santo: só recebe. Ele não é usado para falar.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Permita-me, Sr. Ministro! Para o bem da população, vem aí a tecnologia VoIP...

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Isso. Nós vamos chegar lá. Do outro lado, em comparação, aquele usuário da telefonia fixa que pode pagar, que ganha seis, sete salários, na realidade, usa os quatrocentos minutos que estão embutidos na mensalidade, na assinatura básica, e ainda usa mais duzentos, trezentos minutos. Então, a média que o trabalhador paga pelo minuto é de R\$0,56, enquanto que a média da classe média alta é R\$0,16 pelo minuto de telefone. Veja só: o pobre paga pelo telefone do rico.

Em vista disso, nós reunimos as empresas de telefonia, no Ministério das Comunicações, fizemos três reuniões importantíssimas de onde conseguimos extrair várias propostas das empresas de telefonia. E nós estamos para anunciar amanhã, Senador Sérgio Cabral, um grande passo com relação à telefonia fixa no País. Eu até, como vim de Minas Gerais esta semana, já deixei a manchete do **Estado de Minas** mais ou menos aqui, porque dei uma entrevista lá e já conseguimos este resultado extraordinário, que é a redução de, no mínimo, 50% para a assinatura básica do telefone para aquelas pessoas que têm uma renda entre dois e três salários mínimos. Veja só o que é que significa isso: nós vamos poder colocar mais vinte milhões de telefones no mercado.

E a minha sugestão é exatamente em função... Tenho conversado muito com as empresas de telefonia porque esta semana a revista **The Economist**, a mais importante revista econômica do mundo, traz esta capa: como é que a Internet matou as empresas de telefone, as companhias telefônicas. Matou por quê? Porque, lamentavelmente, elas não quiseram entender a revolução a que se refere o Senador Sérgio Cabral que é a telefonia Voz sobre IP. Ou seja, eu tenho o meu computador, coloco um programinha nele, falo com o mundo inteiro de graça. Evidentemente que interligo todos os meus amigos, todos os meus parentes, todas as pessoas que conheço. Se for uma empresa, todos os meus escritórios...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – E hoje, com a tecnologia *wireless*, não precisa nem conectar no computador. Com um *access point* você tem esse serviço.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Então, na realidade, nós estamos no limiar de uma grande revolução na telefonia. Agora, felizmente, as empresas de telefonia estão entendendo a proposta do Ministro das Comunicações. O que nós queremos na realidade é ajudar as empresas a encontrar um novo mercado, porque, na medida em que elas vão perdendo o mercado a e b, que está passando para a telefonia Voz sobre IP, elas têm que conquistar o mercado C, D e E, que é exatamente o do trabalhador.

Eu vejo que nessas últimas semanas as empresas começaram a trabalhar no sentido de encontrarmos uma solução, e não simplesmente “jogar pedra” e dar “pancada” no Ministro das Comunicações.

Respondendo ainda à sua pergunta, quando você falou sobre a visão de mercado e a restrição do mercado que aconteceu no passado, quando tivemos de decidir que tipo de televisão em cores teríamos no Brasil, é importante lembrar que a decisão errada daquela época, quando nós, ao invés de assumirmos

um padrão europeu ou um padrão americano, decidimos pelo Pal-M, foi uma decisão tão isolada que, até hoje, só existem dois países que tem o sistema Pal-M: o Brasil e o Laos. Agora, não me perguntem por que o Laos tem, porque eu não tenho a menor idéia por que o Laos tem um sistema Pal-M. Possivelmente, deve ter passado algum Ministro brasileiro muito competente no Laos e conseguiu vender para eles uma coisa impossível de ser vendida.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Duas ditaduras, dois regimes militares, de visões diferentes.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Possivelmente. Possivelmente se entenderam maravilhosamente bem.

Agora, indo diretamente à sua pergunta, há duas observações técnicas a serem feitas no que diz respeito à questão de qual é o procedimento para as concessões de rádio e para as concessões de televisão.

Em primeiro lugar, a TV digital e o rádio digital envolvem um procedimento que tem de passar pelo Ministério das Comunicações e pela Anatel, que é a recanalização do sistema. Na televisão, tem seis canais no sistema VHS e tem, pelo menos, 100, 180 canais no sistema UHF. Com a digitalização, está-se produzindo, na realidade, dezenas de outros canais. Vão se produzir inúmeros outros canais, mas há um detalhe: para se transmitir, hoje, analogicamente, tem-se um canal que foi concedido pelo Governo. Para se começar a transmitir, principalmente na televisão, digitalmente, é preciso juntar quatro canais de 1,5 MHz, para se fazer o total de megahertz necessários para transmitir uma imagem digitalizada.

Então, veja só: precisa-se de um canal cheio, que nós chamamos, para transmitir digitalmente, e já se tem um canal cheio transmitindo analogicamente. Então, o que acontecerá? Você terá de receber do Governo esse canal, porque senão não consegue fazer TV de alta definição, nem sequer a TV *standard* definição, muito menos a alta definição.

Portanto, você receberia um canal de 6 MHz para poder fazer a TV digital. O que dizem as leis americana, européia e japonesa? As empresas de comunicação de lá também estão recebendo esse canal. Agora, a partir do momento em que elas conseguem completar o circuito da digitalização, elas têm de devolver esse canal, para que possa, evidentemente, entrar no procedimento de ser licitado já como um canal digital, porque os canais analógicos, em cinco anos, têm de ser convertidos para canais digitais e, quando eles estiverem totalmente convertidos, o canal que foi emprestado tem de ser devolvido ao Governo.

Na realidade, o procedimento é simples nesse sentido. A canalização permitirá a utilização de inú-

meros canais de televisão. Em cada cidade, tem-se um aumento aí de, pelo menos, cinco vezes o número de canais existentes hoje, porque, para cada canal, pode-se produzir, no mínimo, quatro outros canais. Evidentemente, nenhuma empresa de televisão no Brasil pretende transmitir 24 horas por dia de TV de alta definição. Então, o que acontecerá? Você criará um horário nobre com a TV de alta definição, possivelmente entre sete e dez horas da noite, onde se usará todos os quatro canais para poder transmitir a imagem de alta definição. Agora, nas outras horas, pode-se dividir esse canal em quatro canais.

Assim, esperamos que se faça a escola pública nacional por intermédio de um desses canais. O Governo pode, inclusive, por uma lei do Congresso Nacional, dizer: de seis a sete da manhã, todas as empresas têm de usar um dos canais da digitalização para transmissão da TV escola – coisas dessa natureza. Você poderá usar um canal para transmitir alguma coisa relacionada com atendimento público. O outro canal pode transmitir procedimentos administrativos. Pode-se criar um canal de arte se quiser e, no horário que será considerado nobre da televisão, juntam-se esses quatro canais e transmite em alta definição. Até porque, normalmente, os filmes produzidos até hoje, neste momento, as películas cinematográficas já são em alta definição. Então, quando se projeta em alta definição, tendo o transmissor em alta definição, já se está produzindo uma imagem digitalizada se quiser, se o transmissor for digitalizado. Tudo isso é perfeitamente prático. Vamos precisar especificamente da ação do Congresso no que diz respeito à normatização desses procedimentos.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Em relação ao rádio é a mesma lógica?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Em relação ao rádio – eu até citei, no começo da minha fala, que ontem iniciamos o procedimento dos testes do rádio digital –, do ponto de vista técnico, há duas coisas específicas: o rádio FM e o rádio AM.

Quanto ao rádio AM, do qual estamos conduzindo o teste inicial em dez cidades brasileiras, há uma maneira mais simples de se produzir a digitalização porque apenas tem de se acoplar ao seu transmissor analógico um excitador de rádio digital, que custa a bagatela de R\$90 mil nos Estados Unidos, ou seja, aproximadamente US\$30 mil. Neste momento, estamos inclusive pedindo ao corpo técnico brasileiro, aos cientistas brasileiros, a instituições importantes, como Inatel e como o próprio CPqD, que tentem desenvolver um excitador de rádio digital porque não vejo como cobrar de alguém US\$30 mil ou R\$90 mil aproximadamente por um aparelho que produzirá o rádio digital. É evidente

que isso custa menos. Na realidade, está envolvida aí a tecnologia que gastaram para fazer isso.

O rádio digital é muito mais simples. Com o sistema, por exemplo, americano, que está sendo testado no Brasil, chamado Iboc (*In-Band-On-Channel*), consegue-se, dentro do seu próprio canal, do lado direito, do lado esquerdo, na sua própria banda, incluir novos canais digitais. Esse sistema americano, que está sendo testado, permite que você continue transmitindo analogicamente e, ao mesmo tempo, paralelamente transmitir digitalmente, enquanto que o sistema europeu, o DRM, lamentavelmente não dá essa condição dupla. Ele só usa um sistema: ou se faz o rádio digital e pára o analógico, ou se cria uma estrutura totalmente paralela ao rádio analógico. Não por imposição do Ministério, evidentemente, mas as empresas de comunicação estão optando pelo Sistema Iboc porque ele oferece melhores condições técnicas de implementar o rádio digital.

Da mesma forma, teremos de ter o sistema de canalização. Aí, sim, o Ministério das Comunicações, Anatel e, espero, o Congresso poderão atuar mais antes de deixar que a Anatel resolva sozinha sobre a canalização ou que o Ministério se veja obrigado a publicar uma portaria ou insistir, até mesmo com medidas provisórias, para resolver essa questão. Ainda há tempo de iniciarmos, na Comissão de Educação, um procedimento de canalização do rádio digital para facilitar a utilização deste extraordinário sistema de comunicação que será o nosso rádio digital.

Estou querendo dizer que é uma nova era. Estamos abrindo, na realidade, o espectro radioelétrico de forma espetacular, tudo aquilo que estava comprimido, apertado, um já invadido o campo do outro, uma emissora se acavando em cima da outra.

Em São Paulo, há um problema sério. Na Avenida Paulista, por exemplo, não se consegue mais ouvir as rádios. Uma está em cima da outra. Estamos, inclusive, passando por uma situação quase constrangedora em São Paulo porque a Anatel está, permanentemente, tentando fiscalizar essas coisas. Há problemas ainda mais sérios do que simplesmente o acasalamento das frequências, Senador Romeu Tuma. Em São Paulo mesmo, recebi agora um relatório técnico do perigo que representam as rádios-piratas na região do aeroporto de Guarulhos, quando, na realidade, uma frequência emitida por uma rádio-pirata, na rota de um avião que está descendo por instrumentos, pode levá-lo a 50 metros de distância da pista do aeroporto. É algo rigorosamente perigoso e que precisa ser imediatamente resolvido.

Estamos vendo que o rádio digital causará o descontingenciamento e o descongestionamento dessas

frequências. Inúmeras emissoras de rádios poderão ser utilizadas, mas todas elas terão de passar pelo processo de canalização e de concessão.

É mais ou menos, Senador Sérgio Cabral – voltando à telefonia celular –, o que estou pedindo para fazer com o celular. Outro dia, em uma entrevista, causei o maior rebuliço com alguns companheiros meus da imprensa porque eu disse que estamos falando de duas coisas. Quando falo de comunicação, refiro-me quase especificamente às emissoras de rádio e televisão. Mas quando falo de comunicação, de telecomunicação, quando falo de telefonia, temos de... Lá na frente, sim, elas vão se encontrar, porque, de repente, todas essas modernas tecnologias acabam se encontrando digitalmente. Mas, enquanto analógicas, são coisas diferentes. Então, se alguém teve autorizado o procedimento para transmitir voz por telefone, eu tenho de saber quando ele começa a usar o telefone celular para transmitir torpedo, para transmitir retrato, transmitir imagens, transmitir televisão, até que ponto ele está autorizado a fazer isso. Quando eu faço essa pergunta, eu recebo no mínimo umas dez “pancadas” no dia seguinte, mas, de qualquer maneira, acho que é um procedimento de que temos de cuidar. Aqui mesmo, no Senado Federal, há alguns projetos de lei que tratam já desta questão. Sei que o Senador Maguito Vilela tem um procedimento aqui para fazer uma emenda constitucional, e eu alerto a Comissão de Comunicações, que é a Comissão de Educação, para que entre e se aprofunde nesse procedimento, porque nós estamos sem legislação para telefonia de terceira geração e já estamos entrando na telefonia de quarta geração. Nós não temos sequer ainda a lei da terceira e já estamos chegando à quarta geração de telefonia celular. Então, nós temos de fazer alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Próximo orador inscrito: Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Ministro Hélio Costa, depois da exposição de V. Ex^a e a inteligência, a lucidez e o conhecimento do Senador Sérgio Cabral sobre o assunto, praticamente ficamos deslumbrados com o aspecto do aprofundamento que têm nossas autoridades, que aqui, no Senado, acompanham de perto essa evolução tecnológica. Entendemos de analógico e digital como usuários de telefonia. Em algumas cidades que visitamos, o sistema digital não funciona, tendo de ficar no analógico, e a bateria em meia hora vai embora. Então, sentimos a diferença da importância do desenvolvimento da tecnologia.

Quero abrir um parêntese, não sei se ao Dr. Igor ou não. Quando Secretário desta Casa, a Comissão me pediu a contratação de especialistas em TV digital. Fomos procurados por empresas japonesas, americanas,

que já queriam tentar começar a implantar o sistema importado, e o Brasil, como V. Ex^a disse, não desenvolver uma tecnologia especial, mas trazer a tecnologia para conhecimento dos nossos técnicos, das nossas universidades. E tudo isso senti no depoimento de V. Ex^a e nas palavras do Senador Sérgio Cabral.

Chamei o Dr. Sérgio Pena, que é o grande chefe da nossa Consultoria, e falei que eu não gostaria de ter de contratar alguém. Não gostaria. Será que não tem um consultor que possa se especializar em legislação sobre sistema digital? Ele disse: “Há um rapaz que está se aprofundando”. Eu falei: “Manda-o fazer todos os cursos que existem, para que o Senado tenha, realmente, em mãos”... Não sei se foi o Igor que desenvolveu, que trabalhou nesse sentido ou não, mas dois rapazes daqui acompanharam de perto toda a discussão que o Governo Federal instalou numa comissão especial. Nós temos uma comissão especial, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E aqui se aprofundaram ao máximo e foram autorizados a acompanhar o desenvolvimento dentro desta Comissão. Então, sinto-me feliz hoje, realizado como 1º Secretário, que pegou o caminho correto. Não me desviei da rota da importância do Senado em trazer para esta Casa o conhecimento, porque V. Ex^a mesmo agora se referiu aos projetos que estão em andamento, e nós teremos que ter a Consultoria em condições de nos informar como devem ser realmente construídos esses projetos. E, é claro, com V. Ex^a como Senador, ajudando na orientação.

Então, eu acredito... Outro dia, Ministro Hélio Costa – às vezes ligo Nextel, um equipamento que é muito bom, porque se fala com cidades de quase todos os Estados brasileiros e com o exterior sem precisar fazer nenhuma modificação, como se perto estivesse. E quando se liga o Nextel, aparece Java e um tipo de uma chama. Eu não sabia o que era aquilo, achei que era da própria companhia Nextel, um símbolo deles. Agora V. Ex^a me deu uma aula de Java, que é um *software* hindu. Eu quero saber como é que vou usar no Nextel esse *software*, porque sou meio de jardim de infância na área de computação.

Peço licença a V. Ex^a e ao Presidente para dar os meus pêsames à Senadora Iris pela perda da mãe, ocorrida ontem. Infelizmente, nós soubemos depois, mas as nossas orações são para que ela tenha realmente um descanso em paz.

Eu não vou fazer pergunta porque é difícil. Vou visitar o Mackenzie, porque vou falar com o Cláudio Lembo, que é o nosso Vice-Governador, foi reitor do

Mackenzie, para ver essa parte do instituto, porque aprendemos com a curiosidade.

Quero fazer um pequeno protesto aqui com os organizadores do lançamento da rádio digital em São Paulo, que não convidaram os Senadores de São Paulo. E eu já teria uma carona de volta, Senador Augusto Botelho. Com certeza, o Senador Hélio Costa me traria mesmo às três da manhã, mas em boa companhia e provavelmente um bom café durante o voo, aprendendo um pouco mais desse sistema de modulação para TV digital.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Senador, ainda bem que o senhor falou voltar, porque, na verdade, como eu tinha uma reunião com o Presidente da República, entre cinco e seis horas, eu tive de ser levado a São Paulo e voltar hoje de madrugada. Então, para ir, lamentavelmente depois de 30 minutos de voo, perdemos todos os instrumentos de aferição de altitude no avião. Tivemos de voltar para Brasília, porque São Paulo estava com o teto encoberto, não conseguiríamos descer sem instrumentos, e voltamos para cá. E fomos de novo para São Paulo. Mas, na vinda, veio tudo certo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se fosse digital, não teria acontecido.

Quero cumprimentar V. Ex^a e gostaria que esta Subcomissão presidida pelo Senador Sérgio Cabral e a outra presidida pelo Senador Flávio Arns fosse permanentemente informada por V. Ex^a, mesmo que não houvesse convite para sua presença aqui. Mas que toda evolução que fosse surgindo, o Igor ou alguém pudesse comunicar ao Senado para acompanharmos de perto. Sei que o Senador Sérgio e o Senador Arns são interessados, mas essas informações do dia-a-dia e também, V. Ex^a tem lá a Anatel, o combate às rádios-piratas é uma coisa profundamente séria. Eu era diretor da Polícia Federal, já estou há 10 anos no Senado, e ela continua. Porque ela perturba realmente alguns setores de segurança. E aqui temos, não sei se o nosso Júlio sabe, quantas mil rádios comunitárias existem para serem aprovadas aqui. Foram mil e quinhentas rádios no ano passado, segundo o nosso querido Júlio, e mais mil este ano, de rádios comunitárias autorizadas. Essas provavelmente foram fiscalizadas para não intervirem no procedimento de comunicações importantes. As piratas são um negócio maluco. Às vezes, há autoridades por trás e ficam intervindo junto à Polícia Federal, pressionando politicamente para que voltem a funcionar. Isso é um crime, porque ameaça a vida de muita gente. Tem aquele ondômetro, que fiscaliza, mas acho que a fiscalização tem pouco equipamento para localização de rádios-piratas.

Então, faço um apelo a V. Ex^a para que esteja, para que o Governo lhe dê verba para, cada vez mais, aumentar a tecnologia de fiscalização de rádios-piratas.

Cumprimento V. Ex^a e agradeço sua presença e também do nosso Sérgio Cabral.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Em primeiro lugar, muito obrigado, Senador Romeu Tuma, pelas suas palavras.

Também quero lamentar o falecimento de um ente querido da nossa querida Senadora Iris e dizer ao Senador Tuma que, no que diz respeito ao trabalho legislativo do Senado Federal com respeito à tevê digital, eu até tenho baseado muito as minhas consultas no trabalho feito pelo Igor Vilas Boas, que é assessor do Senado Federal, que produziu uma série de *papers*, trabalhos sobre a tevê digital. Na realidade, isso faz parte da biblioteca do Senado, todo esse trabalho. São vários compêndios. Quem quiser realmente ter uma idéia muito lúcida do que é a TV digital, da maneira como ela foi trazida, inserida no sistema, partindo do Congresso, aqui no Senado especificamente, deve ler esse trabalho do Igor Vilas Boas.

Em segundo lugar, com respeito às rádios-piratas, Senador Romeu Tuma, temos que lamentar o grande número. Até os números não são necessariamente estes que são citados aqui. Temos informações de que o número de rádios-piratas no Brasil chega a cerca de 10 mil. São 10 mil rádios-piratas!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há setores no Nordeste, no sertão, em que fazem...

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Veja só, Senador...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há rádios comunitárias que não se preocupam nem em tentar legalizar.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Não é necessariamente a rádio comunitária. A rádio comunitária não pode ser penalizada pelo fato de estarmos sofrendo esta verdadeira invasão de rádios-piratas, porque temos, oficialmente...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A rádio comunitária é legalizada, porque está autorizada.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Há, oficialmente, em torno de três mil rádios comunitárias no Brasil inteiro que seguem rigorosamente aquilo que foi determinado na passagem do procedimento pelo Congresso Nacional: na Câmara dos Deputados e, depois, terminativamente, aqui.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aliás, quero, Presidente, Ministro e Senador Sérgio Cabral, se me permitirem, sugerir uma Subcomissão. Há pessoas que propõem que não se discuta o problema de rádios

comunitárias. Eu penso o contrário. Temos de ficar vigilantes acerca disso. O Senado não pode abrir mão de tratar deste assunto, que é próprio da imposição constitucional. Então, se formos abrir mão disso, vamos acabar perdendo tranqüilamente o controle.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Na realidade, a situação só é controlada na medida em que o procedimento é um pouco complicado e até mesmo demorado, porque começa no Ministério das Comunicações, é mandado para a Presidência da República, que envia o projeto para a Câmara dos Deputados. Lá, há um Relator que faz, evidentemente, seu trabalho. É aprovado pelo Plenário, enviado para o Senado e aqui, terminativamente, é que se aprova, na realidade, o procedimento para uma rádio comunitária.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Ministro, pela ordem.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Só um minutinho, Senador. Só que eu também queria dizer aos Senadores Romeu Tuma e Leonel Pavan que tive, há cerca de duas semanas, a preocupação de fazer uma solicitação aos Promotores Públicos. Fui aos Promotores, em Minas Gerais especificamente, e pedi a eles que entrassem em contato com seus colegas no Brasil inteiro. Deveria até ter participado de uma reunião dos Promotores aqui em Brasília. Só não fui por um problema pessoal que tive no dia. Mas é por intermédio da Promotoria Pública que vamos resolver a questão não da rádio comunitária, mas da rádio pirata, que se diz comunitária, porque é uma autoridade ouvida no interior. Lamentavelmente, Senador...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Concorde com V. Ex^a, mas precisa da Polícia por causa do mandado de busca e apreensão.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Sem dúvida nenhuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque se não apreender o equipamento ou lacrá-lo, como membro da agência de controle, a Justiça acaba tendo dificuldade de promover o cancelamento do funcionamento total da empresa. Tem de haver o mandado de busca e apreensão. O Promotor tem que acompanhar. Mas creio que as diligências são feitas pela Anatel e pela Polícia. É claro que, quando houver qualquer procedimento, é preciso mandar para o Ministério Público para abertura do inquérito que venha a punir os responsáveis.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Estamos preocupadíssimos com esta questão. Certamente, temos envolvido sempre a Polícia Federal, a Polícia Estadual. E agora estamos também envolvendo o Ministério Público.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– O próximo orador inscrito é o Senador Roberto Saturnino. Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Queria justamente saber quantos inscritos há?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O senhor é o próximo, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Como nesta Comissão são discutidos vários temas da questão do audiovisual, dos artistas e também da imprensa, permita-me, Presidente, comunicar – é claro que todos já devem estar sabendo – que, hoje, dia do aniversário da TV Record, 52 anos, infelizmente, perdemos Ronald Golias, um grande artista que começou a carreira na Rádio Record e na TV Record. Registro essa perda irreparável desse grande artista nacional e também deixar nossas homenagens à TV Record, lamentar a perda do Ronald Golias e deixar aqui as homenagens à TV Record.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra, o Senador Roberto Saturnino, por cinco minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Menos que isso, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar o Ministro pela sua exposição e fazer umas perguntas breves, de respostas creio que também breves.

A primeira é a respeito do fundo, o Funtel. Se o Ministro tem idéia de quanto arrecada o Funtel e se para o desenvolvimento da TV Digital esses 38 milhões já liberados, com mais 12, que S. Ex^a disse que estão solicitados, são suficientes.

Porque eu não saberia dizer onde nem quando, mas ouvi que seria necessário algo como 80 milhões. E isso, em relação ao Funtel, representa o quê, mais ou menos?

A segunda pergunta é sobre rádio, porque a idéia que temos é que o meio de comunicação rádio é um meio bastante mais democrático, por necessitar de muito menos capital para a sua implantação. Com a introdução da rádio digital, esse quadro não será alterado, passando a ser um meio altamente exigente e, por conseguinte, concentrando também o poder de comunicação no rádio?

E a terceira pergunta é sobre a Lei Geral de Telecomunicações. V. Ex^a tem alguma notícia a nos dar a esse respeito, e algum prazo em vista a esse respeito?

É tudo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito bem. Senador Saturnino, vou só informar que já existe um requerimento aqui para que o Ministro venha fazer uma audiência pública também a respeito dos fun-

dos administrados pelo Ministério das Comunicações. Já está aprovado, com data a ser marcada.

Com a palavra o Ministro Hélio Costa.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Inicialmente, quero fazer minhas as palavras do Senador Leonel Pavan, com o sentimento de pesar que nós todos temos, e eu, de forma muito especial, com o falecimento do Ronald Golias. Até porque conheci o Ronald Golias, convivi com ele durante o meu período como repórter e jornalista de televisão. Era uma pessoa extremamente agradável, um *gentleman*, muito solitário, por incrível que pareça, apesar de humorista. Aliás, os humoristas, de um modo geral, são solitários. E nós perdemos um grande artista, uma figura humana excepcional. Então, faço minhas as palavras do Senador Leonel Pavan, com o sentimento que vai nas minhas palavras pela morte, hoje de madrugada, do humorista Ronald Golias.

Quero, inicialmente, responder ao Senador Saturnino – sinto-me honrado em estar aqui para responder às perguntas de V. Ex^a, Senador –, dizendo que o Funtel arrecada anualmente em torno de R\$600 milhões. É um fundo muito bem utilizado. Ele, na realidade, tem um repasse automático para o CPqD, que é a fundação de pesquisas, que antigamente estava vinculada ao Ministério das Comunicações e que, hoje, é uma fundação independente, mas que é responsável pelo procedimento de todas as pesquisas ligadas ao setor de telecomunicações e que tem relação direta com os projetos governamentais.

Ao mesmo tempo, os recursos do Funtel é que estão financiando esses estudos que estão direcionando o Governo e as empresas com respeito à televisão digital. Quando eu me refiro aos 38 milhões e mais aos 12 milhões que estão comprometidos, são, na realidade, recursos do Funtel. Esses recursos é que estão sendo canalizados para essa grande pesquisa que se faz, há cerca de dois anos, com resultados excepcionais, até agora, e que vão nos orientar para que possamos fazer a implantação do sistema brasileiro de TV Digital.

Com respeito ao montante que foi inicialmente anunciado, eu sei que na época do Ministro Miro Teixeira, quando ele anunciou que o Brasil estava, a partir daquele momento, até por força do Decreto nº 4.901, do Presidente da República, instituindo o sistema brasileiro de TV digital, falou-se, na época, em 80 milhões.

Não havia, na realidade, uma determinação nem do Governo nem do Funtel nem do Ministério das Comunicações nem de nenhum outro setor, especificando 80 milhões. As cartas-convite foram apresentadas, por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia, e, dentro delas é que foram estabelecidos os progra-

mas que deveriam ser feitos de acordo com a decisão técnico-científica.

Então, para dar uma idéia para o Senador, veja só: no projeto de transmissão e recepção, temos um procedimento que está custando cerca de R\$2,795 milhões; possivelmente, o mais caro deles é o projeto de canal de interatividade. Conforme disse, dentro dos aplicativos da TV digital, o que mais vamos utilizar é a interatividade, é a maneira como vamos fazer com que a parte dos aparelhos da TV digital se comunique com os programas necessários à TV digital. Nesse particular, estamos investindo cerca de R\$5,576 milhões. Esses recursos não são determinados pelo CPqD ou pelo Funtel ou pelo Governo. A sua determinação depende da planilha de custos que apresenta a instituição que está encarregada de fazer essa pesquisa.

Então, até agora, disponibilizamos, para os cientistas R\$38 milhões e temos o compromisso de mais R\$12 milhões. Agora, como o projeto está no fim, e entendemos que até o dia 10 de dezembro vamos ter um relatório final, é desnecessário dizer que não vamos chegar aos R\$80 milhões.

Agora, veja só a diferença: se estamos empregando, então, algo em torno de R\$50 milhões para o desenvolvimento do sistema brasileiro de TV digital, em comparação com o que foi investido no exterior para a produção desses instrumentos da TV digital, é simplesmente quase inadmissível. Os americanos investiram cerca de US\$3 bilhões em 10 anos para produzir um sistema de TV digital. Da mesma forma, conforme disse, os europeus e os japoneses, em torno de US\$2 bilhões a US\$2,5 bilhões. Ninguém conseguiu falar em sistema brasileiro – já não estou falando mais em padrão de TV digital, estou falando em sistema – com menos de US\$500 milhões no exterior. E estamos conseguindo produzir nosso sistema brasileiro de TV digital com cerca de R\$60 milhões a R\$50 milhões, o que é, na realidade, a prova da criatividade dos nossos cientistas, dos nossos técnicos, dos nossos institutos de pesquisa.

Acho que tinha mais alguma coisa que o Senador perguntou. Ah, o Senador manifesta a preocupação com respeito ao rádio digital, dizendo que possivelmente ele acaba sendo, vamos dizer assim, um investimento muito alto. Já não é baixo. Na verdade, para se fazer uma rádio bem-feita não é como se colocar no ar uma rádio comunitária; exige-se dinheiro, recurso.

Não fico preocupado, Senador Roberto Saturnino, porque, embora, neste instante, o primeiro aparelho que se usa para fazer a digitalização do rádio AM esteja na faixa, conforme disse, de US\$30 mil – o excitador –, ontem mesmo encontrei um empresário em São Paulo, durante essa cerimônia do lançamento do

rádio digital, que disse que, no máximo em seis meses, a empresa dele vai colocar no mercado um excitador de rádio digital que não vai custar R\$10 mil. Quer dizer, a criatividade do empresário brasileiro, a capacidade que têm os brasileiros do setor de realmente poder fazer bem feito e melhor. Até conheço esse cidadão e estava-lhe dizendo que o exemplo típico é o de que todas as rádios do interior do Brasil gostariam de ter um compressor de áudio muito bom, um do tipo Urban americano, que custa US\$5 mil, mas, não tendo US\$5 mil para gastar, compravam um compressor de áudio que ele fazia há 20 anos, em São Paulo, que custava simplesmente 10% dos US\$5 mil americanos e que oferecia rigorosamente o mesmo resultado. Então, isso vai acontecer de novo.

Não vou ficar neste momento muito preocupado, porque eventualmente vamos ter essa transição do rádio analógico para o rádio digital; as empresas estão absorvendo facilmente esse investimento. Acho que, no caso da televisão, o impacto é bem maior, porque a televisão vai exigir realmente um investimento pesado das empresas.

E, sobre a Lei Geral de Telecomunicações, ainda na semana passada, a Ministra Dilma Rouseff, da Casa Civil, fez um decreto criando a comissão especial que começa a discutir a maneira como vamos apresentar a proposta da Lei Geral de Comunicação de Massa. O que a Ministra Dilma está tentando dizer é que não vamos cometer o mesmo erro que fizemos no ano passado, de simplesmente apresentar ao Congresso uma proposta que vinha cheia de intrusões, vamos dizer assim, no sistema, em que as emissoras de televisão e de rádio se sentiam praticamente ameaçadas, porque se falava na cobrança de 4% do faturamento bruto das emissoras de televisão e de rádio para se fazer a criação da Ancinav e em se fazer uma espécie de verificação diária da programação das emissoras de televisão, ou seja, um negócio que fazia até lembrar, de certo modo, o regime ditatorial, o regime da ditadura militar.

Isso foi afastado. Hoje o procedimento, à luz do que pretende a Ministra Dilma Rouseff, é fazer com que a discussão da Lei Geral de Telecomunicações comece, sim, como está começando, com a criação dessa comissão especial, mas também com que se alerte o Congresso – e faria novamente um apelo; faço-o especificamente ao meu companheiro e amigo Senador Gerson Camata –, para que aqui, nesta Comissão de Educação, que trata das comunicações, possam ser produzidas as discussões exatamente sobre a Lei Geral de Comunicação de Massa. Cabe ao Congresso definir rigorosamente o que deve ser colocado na Lei Geral.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Mais uma indagação?

O quarto inscrito é o Senador Leonel Pavan, a quem concedo a palavra pelo período regimental.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ministro, primeiro quero cumprimentá-lo. Para nós, é uma alegria, um motivo de orgulho ver uma autoridade que, tantas e tantas vezes, aqui conduziu os nossos trabalhos, sempre com competência, e que agora retorna como Ministro, ensinando-nos, mostrando-nos o caminho, principalmente na área da comunicação. Cumprimento-o pelo brilhante trabalho que exerce como Ministro das Comunicações.

Ministro, vou fazer uma pergunta sobre a teoria digital; a outra já fiz no próprio Ministério. As tevês repetidoras, as tevês geradoras instaladas em cidades em que só há uma geradora, quando há TV a cabo, têm preferência no canal. A lei diz que uma tevê geradora, sendo a única em uma cidade onde há TV a cabo, tem preferência no canal.

Algumas vezes fui reivindicar justamente a questão de que, em Balneário Camboriú, minha cidade, a TVA, que tem TV a cabo, não coloca a tevê geradora da cidade no canal, conforme diz a lei. Ela poderia colocar um canal alto, poderia escolher, enquanto outra tevê comunitária está num canal de preferência.

Queria saber de V. Ex^a se há punição, quando não se atende a decisão do Ministério. Temos um ofício do Ministério, encaminhado à TVA, para que seja atendida a reivindicação da tevê local, geradora, e não se atende. Há punição para esse tipo de questão?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Senador Leonel Pavan, em primeiro lugar, há uma enorme distinção entre a lei que regulamenta as tevês abertas e a que regulamenta as TVs a cabo. Na realidade, a lei que regulamenta a TV a cabo ainda precisa de uma série de regulamentações, de aperfeiçoamentos, que têm que ser feitos aqui. Nós mesmo, nesta Comissão, já fizemos vários procedimentos em torno do aperfeiçoamento da legislação sobre a TV a cabo.

Não existe nenhuma obrigatoriedade específica na lei, para que uma emissora de TV a cabo, em determinada cidade, tenha de colocar a tevê aberta daquela localidade no sistema a cabo, a menos que seja um procedimento comercial. O que chamo de procedimento comercial? A emissão da TV a cabo, na realidade, não é necessariamente local. É uma emissão que vem de fora, adicionada ao sistema de cabo. Eu entenderia que uma empresa de tevê a cabo no interior teria de ter, no mínimo, a preocupação de colocar a tevê aberta no sistema a cabo. Ela não é necessariamente obrigada a isso, porque é um procedimento comercial;

na realidade, não ocorre, com no caso da tevê aberta, uma concessão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Um artigo da lei da tevê a cabo diz da obrigação. Inclusive, Ministro...

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Veja só, ela tem obrigação de colocar uma. Se estiver colocando uma televisão nacional, automaticamente...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não, só há um canal, uma tevê na cidade, geradora. As TVs usam os postes, encham de fio a cidade, poluem, não pagam o ISS para o Município. Acho que quem paga é o Estado, não sei. Eu era Prefeito, e havia cabo espalhado em todo lugar, de toda forma. Isso polui visualmente. Quando o Município determina algumas questões, não se atende. Como V. Ex^a diz que não há obrigação, vou, então, vou comunicar isso ao Município.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – É uma decisão que V. Ex^a pode tomar em nível local. Como se trata de uma empresa local, a tevê a cabo dessa determinada cidade a que V. Ex^a está-se referindo é um empreendimento municipal, uma tevê que está no sistema a cabo na cidade. V. Ex^a pode fazer uma lei municipal que obrigue a tevê a cabo daquela cidade a incluir, na sua pauta de canais, a emissora de tevê aberta da cidade. Isso V. Ex^a pode fazer, mas, na realidade, não existe nenhuma obrigatoriedade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Município pode criar uma lei?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Claro, nesse sentido, sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Certo. Ministro, agora a questão sobre a tevê digital. Desculpe-me ter entrado na questão anterior. O tema é a tevê digital, mas queria ter uma informação, até porque estão assistindo; pelo menos isso fica mais claro.

Ministro Hélio Costa, Miro Teixeira, quando Ministro, disse que, em dois anos e meio, as tevês digitais estariam instaladas no Brasil. Eu me recordo de que V. Ex^a disse, uma vez, aqui que era impossível isso acontecer. Mas o Lula afirmou: “nós vamos assistir à Copa do Mundo, em 2006, por meio da tevê digital.” É possível isso ocorrer?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Deixe-me fazer um ligeiro reparo na declaração que V. Ex^a faz, atribuindo-a a mim. Eu não disse que era impossível fazer a tevê...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Em dois anos e oito meses.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Eu disse que era impossível fazer o padrão de tevê digital. Não era necessariamente implantar um sistema de tevê digital, até porque, Senador, a tevê digital já existe no Brasil

em nível de satélite. Todas as transmissões por satélite, no Brasil, são feitas em tevê digital. Se V. Ex^a tiver, na sua casa, um aparelho de 1.080 linhas, dotado dos recursos técnicos para receber a tevê digital em determinadas transmissões, principalmente internacionais – vou-lhe dar um exemplo, o canal Discovery –, receberá em tevê digital. Então, ele já existe por satélite. O que não existe no Brasil é a rede terrestre de tevê digital, que é, evidentemente, um empreendimento muito mais complicado, muito mais caro, que exige um investimento muito maior.

Então, quando eu disse que era impossível fazer o padrão da tevê digital, citei várias vezes que se levou de cinco a dez anos, para se fazer o padrão americano, o europeu, o japonês, e gastou-se muito dinheiro. Conforme afirmei, ninguém gastou menos de US\$1 bilhão para fazer o desenvolvimento de um padrão. Agora, o sistema, não. O sistema, na realidade, foi iniciado, conforme disse, há dois anos e meio, na época do Ministro Miro Teixeira, no Ministério das Comunicações. Ele está sendo desenvolvido pelo grupo de trabalho, que é organizado pelo CPqD, com a participação de engenheiros, cientistas, instituições e universidades. O relatório já está praticamente elaborado e será apresentado até o dia 10 de dezembro. Tenho certeza de que, daí para frente, vamos consegui-lo.

O que vamos fazer com relação à Copa do Mundo, que o Presidente Lula quer ver por um sistema brasileiro de TV digital? Creio que, até junho do próximo ano, vamos estar em condições de disponibilizar o sistema de TV digital nas principais capitais. Estamos pensando inicialmente em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro. Evidentemente, vamos partir lá para o seu Estado. Todas as principais capitais, inclusive Belo Horizonte, serão contempladas. Vamos chegar lá. Vamos promover inicialmente nas grandes capitais. Então, em julho, certamente vamos estar em condições de, em determinados pontos, receber a TV digital terrestre, porque, na verdade, se tudo acontecer de errado, vamos ainda poder receber a Copa do Mundo no Palácio do Planalto para o Presidente ver na TV digital, via satélite.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Wellington Salgado de Oliveira, querendo homenagear seu pai.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Bom dia, Srs. Senadores, Sr. Presidente, Sr. Ministro. Fiquei até preocupado, porque, na semana passada, defendi a melhoria das aeronaves e agora soube que V. Ex^a, Sr. Ministro, ontem teve um problema na viagem. Eu, como seu suplente, preciso

ter atenção e me preocupar com isso. (Risos.) Temos ainda uns 20 ou 30 anos de política pela frente. Então, queria dizer ao pessoal das Forças Armadas, da Aeronáutica...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Corrija que não foi intencional. (Risos.)

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O Senador Leonel Pavan já pensou de outro jeito. Estou pensando no futuro. Mas queria pedir à Aeronáutica que disponibilizasse as aeronaves melhores para V. Ex^a, Ministro. Estou defendendo as Forças Armadas, solicitando mais verbas, e o que acontece? Justamente o contrário. Não sei se ela está querendo agradar-me. É um problema.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – As Forças Armadas entenderam erradamente o recado do Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – (Risos.) Mas não é isso, não. Pelo amor de Deus!

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Na realidade, é até importante citar o seguinte...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Imaginem o que pensa o Vice-Presidente, José Alencar. (Risos.)

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Só uma observação: tenho certeza de que o Senador Wellington Salgado de Oliveira está preocupado com a minha saúde.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Muito. Carne, não; só aspargo.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Aliás, não é à toa que, volta e meia, quando tomamos café ou almoçamos juntos, S. Ex^a está sempre preocupado com o que como.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – (Risos.) São 3,5 milhões de votos, Ministro. (Risos.)

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Acabei de ler no **New York Times**, hoje, pela manhã, na Internet, que não faz muita diferença para a longevidade o que se come ou não. Considero isso meio estranho. Vou até voltar a ler a notícia à tarde. Mas V. Ex^a pode estar certo de que estou cuidando da saúde. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar o profissionalismo da equipe, dos oficiais da FAB, que cuidam da aviação, em especial da Presidência da República. O que aconteceu ontem conosco acontece em qualquer circunstância, com qualquer avião. Saímos e, de repente, pifou um instrumento importantíssimo para a navegabilidade do avião. Então, tivemos de voltar. E voltamos por quê? Porque estávamos no meio do caminho e não tínhamos como descer num lugar onde tivéssemos de descer por

instrumento. Então, voltamos para Brasília e acabamos chegando, ainda a tempo, a São Paulo. Saímos de lá por volta de duas horas da manhã.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, é melhor explicar para não entenderem de outro jeito as Forças Armadas.

Ministro, quando V. Ex^a assumiu o Ministério, tivemos algumas conversas sobre o Código de Ética, sobre os temas que abordaríamos – e tenho respeitado muito bem isso. Então, vou fazer-lhe uma pergunta que jamais faria pessoalmente, a não ser aqui, nesta Comissão.

Primeiro, uma pergunta só explicativa.

Temos ouvido falar muito em sistema *wireless*. Isso, com a questão da inclusão digital, com o Funtel, poderia ser de alguma maneira utilizado? Já existe algum plano do Ministério nesse sentido?

A segunda pergunta é sobre as retransmissoras. Para a televisão, as geradoras têm autorizado uma série de retransmissoras pelo País. E o que acontece? Essas retransmissoras não podem gerar imagens, matéria local, a não ser que se faça matéria local e se mande por fita para a geradora pôr no ar, ou usando alguma fibra ótica que possa mandar também para o local gerador. Existe algum estudo, visto que as retransmissoras poderiam – claro que isso afeta toda a questão – ter um período de geradora? Existe algum plano do Ministério para transformar essa geradora a fim de que possa gerar duas horas de programação local, como já existe um projeto, se não me engano, para a grande Amazônia ou para Tocantins?

A terceira pergunta, Ministro, nunca faria pessoalmente ao senhor, a não ser em uma Comissão. Na briga da Telecom Itália com a Brasil Telecom, não há como o Ministério tomar uma decisão ou intervir, para normalizar a situação, visto que há empresas internacionais mexendo com as comunicações no País, e não se chega a um acordo? A toda hora isso está em manchete, gerando sempre uma inconsistência que não normaliza o mercado. Existe legalmente alguma maneira de o Ministério intervir, para criar uma normalidade nessa empresa ou nesse grupo?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Em primeiro lugar, quero responder de uma forma bem mais ampla à sua primeira pergunta, com respeito ao sistema *wireless*, que é o sistema sem fio de transmissão de Internet que, diga-se de passagem, é o mais importante projeto quando da nossa passagem pelo Ministério das Comunicações. Levei ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma proposta de se fazer a inclusão digital no País, por meio dos dois sistemas: o *wireless*, que é o *wimax*, Internet sem fio banda larga; e o *wifi*, que é um sistema sem fio de Internet.

O Presidente gostou da minha proposta. Nós estamos, no momento, desenvolvendo o procedimento. Há dois projetos importantíssimos, em andamento no País, um deles, em Ouro Preto, Minas Gerais, onde, por razões até da topografia da cidade, está sendo testado um sistema de Internet banda larga sem fio, que leva a Internet a cerca de 10Km a 40Km de distância. Isso tudo veio de uma realidade que encontramos, ao chegarmos ao Ministério das Comunicações, cujo principal programa de inclusão digital se chama GSAC, que é o Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão. Esse GSAC tinha uma série de dificuldades momentâneas. Há 3.200 pontos instalados no País inteiro; são pontos de recepção de Internet banda larga, supostamente em lugares isolados, onde não há sequer uma linha telefônica para se fazer a recepção da Internet por telefone. Esse sistema tinha de atender, vamos dizer, na região do Amazonas, no interior dos Estados, onde há um distrito sem comunicação telefônica.

Infelizmente, fomos fazer uma inspeção, uma auditoria nesse programa, até para começarmos a atualizá-lo, e descobrimos uma série de irregularidades. Em primeiro lugar, dos 3.200 pontos, mil não funcionavam, ou porque a antena, que devia estar direcionada para uma direção, saiu da posição com um vento mais forte que aconteceu, ou porque alguma coisa cortou o procedimento do computador. De certo modo, dos 3.200 pontos, mil não funcionavam.

Outros 350 pontos tinham sido cedidos às Forças Armadas e não sabemos onde estão. E 450 pontos não estavam sendo utilizados, segundo informa a empresa americana de satélite Vicom.

Então, mandamos fazer uma total remodelação desse sistema e estamos apresentando a proposta de integração do sistema GSAC com a da Internet banda larga sem fio, usando um sistema moderno que se chama *wimax*. Esse *wimax* consiste em pegar um ponto em qualquer cidade do interior e, a partir dele, enviar não apenas para uma escola, como faz o GSAC hoje, mas para todas da cidade, da comunidade.

Nós temos, sim, um procedimento encaminhado, para ver se podemos utilizar os recursos do Funtel, para fazer essa inclusão digital. Na pior das hipóteses, se não tivermos condição de fazer isso por meio do Funtel – que o Funtel se dispõe principalmente a fazer o desenvolvimento de projetos –, para a execução do projeto já temos praticamente garantida a utilização de recursos do Fust para o ano que vem.

Nós conversamos insistentemente com o Presidente da República e com o Ministro Palocci sobre a importância da utilização dos recursos do Fust, que estão, na realidade, parados desde o Governo Fernan-

do Henrique. Há cerca de R\$3,8 bilhões no Fundo da Universalização das Telecomunicações. Precisamos utilizar esses recursos, até porque este é o momento de fazermos a universalização. Há alguns setores do território brasileiro em que a universalização do sistema de telefonia não chega a 20%. Precisamos fazê-lo.

Queremos, também, ver se conseguimos fazer a inclusão digital com recursos do Fust. Dessa forma, vejo que temos, sim, um grande caminho pela frente com o sistema *wireless*, ou seja, sem fio, da Internet banda larga.

Falarei a respeito das retransmissoras, das chamadas RTVs, embora na Região Amazônica funcionem como retransmissoras de televisão e também como geradoras, ou seja, além de retransmitir, podem gerar imagens locais. É um procedimento que está em estudo no Ministério das Comunicações há vários anos transformar, em algumas regiões, as RTVs em geradoras. Evidentemente, isso vai depender de um estudo no plano básico de canais, que é feito pela Anatel. Onde a Anatel determinar que existe a viabilidade do canal, evidentemente poderemos discutir a possibilidade de transformar uma RTV em GTV. Sobre tudo, é importante lembrar que, no momento em que estamos implantando a tevê digital, o simples fato de termos a possibilidade de multiplicação de canais com a tevê digital, no instante em que estiver implantada, já vai simplificar todo esse procedimento de transformar a RTV em GTV. Com a tevê digital, ter-se-á um número muito maior de canais disponíveis na própria localidade.

Inclusive, estamos conversando tecnicamente com os representantes desse consórcio que está preparando as soluções técnicas para o sistema de televisão digital. Referi-me àquela caixinha que vamos ter em cima do televisor analógico, para acessar os canais digitalizados. Teremos a opção não só de ter essa caixinha, atendendo ao sistema de televisão digital que seja compatível com a HD TV, ou seja, com o sistema de tevê *standard* de alta definição, mas também de fazer uma caixinha híbrida para receber a transmissão digital terrestre e a transmissão digital por satélite. Se essa caixinha pode ser feita por via terrestre ou digital, é outra solução extraordinária que ocorre com a tevê digital. Pode-se ter uma rede de televisão digital instalada em um piscar de olhos. Na medida em que se vai ter, pela Anatel, a canalização, com centenas de canais de televisão disponíveis no Brasil inteiro, cria-se uma rede nacional de televisão digital simplesmente com um procedimento junto à Anatel. Aí entra, mais uma vez, a certeza de que temos de fazer passar pelo Congresso Nacional uma maneira de normatizar essa questão.

Estamos trabalhando com a tevê digital, pensando que, nos próximos meses – e até o final do ano que vem –, teremos condição de botar o sistema funcionando nas principais capitais, tudo isso sob a orientação da Anatel, do Ministério das Comunicações, sem invasão de território, sem um entrar no canal do outro, sem que ninguém interfira em absolutamente nada.

A partir do ano que vem, 2007, teremos de ter uma normatização do setor. Teremos de começar a legislar isso, senão será, na realidade, uma situação complicadíssima.

Com relação à telefonia celular, essa pendência entre as empresas brasileiras e a italiana precisa ser resolvida. Estamos, sobretudo, preocupados, porque isso acaba interferindo na maneira como o mercado se comporta com relação às empresas de telefonia. Qualquer movimentação no setor de telefonia celular representará um impacto muito grande. Se olharmos a Bolsa de Valores de São Paulo, imediatamente, tudo que se faz é em torno dessa disputa e tem reflexos diretos lá. Isso pode, certamente, amanhã, trazer preocupações para DRs brasileiras no exterior. Quer dizer, tudo isso tem de ser visto com muito cuidado. Se chegarmos ao ponto em que, não havendo uma decisão negociada, começar-se a prejudicar até mesmo a economia do País no setor de telecomunicações... V. S^a me perguntou se o Ministério pode fazer uma interferência. Pode. Desde que, evidentemente, o Presidente da República instrua o Ministro nesse sentido.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Quer dizer que ele pode fazer uma intervenção de nomear um interventor *pro tempore* e aí ajeitar a Casa. É isso? É possível fazer isso?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Desde que, evidentemente, instruído tecnicamente, a Anatel vai dizer: pode-se fazer desta forma, e, é claro, alguém vai ter de assumir essa responsabilidade, não é o Ministro das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está bom!

Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de registrar a presença do Deputado Sandes Júnior, do PP de Goiás, do ex-Deputado José dos Santos Freire Júnior, que é Assessor Parlamentar do Ministério, e do Sr. Diône Craveiro, Diretor da ABTA, Associação Brasileira de TV por assinatura.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra, o Senador Reginaldo Duarte, após as palavras do Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não entendi bem essa última resposta do Ministro Hélio Costa! Na

verdade, é o seguinte: quer dizer que V. Ex^a acha que, se houver algum problema numa dessas empresas privadas, como é o caso da Telemar ou outra qualquer, o Governo pode intervir na empresa privada?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Não, eu não disse isso, Senador. O Senador não me perguntou isso, não! Está-se referindo a uma contenda entre duas empresas que estão dentro do mesmo setor e pertencentes, na realidade, a uma outra facção, e que começa a trazer uma série de desconfortos para as outras empresas e para o próprio sistema econômico nacional. Então ele me pergunta se o Ministério pode fazer uma intervenção nesse sentido. Eu disse: olha, existem condições legais de se exigir uma decisão. Agora, tome uma decisão, alguma coisa tem de ser feita. Não pode é ficar nessa pendenga, eternamente, sem uma solução. Pode até mesmo decretar amanhã uma intervenção, colocar um interventor para fazer valer os estatutos da empresa, sim, mas não para impor a posição do governo. Não que o governo queira intervir para fazermos esta ou esta modificação. Não! Pelo contrário, para fazer funcionar, para fazer complementar uma negociação que não chega ao fim e que está prejudicando todo o sistema de telefonia e a economia nacional.

Mas, evidentemente, conforme disse para ele, não será este Ministro que vai fazer ou que vai tomar qualquer providência nesse sentido. Mas que a lei permite, permite! Não tenho a menor dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra, o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caro Ministro Hélio Costa, primeiramente, quero demonstrar a satisfação de todos em termos a presença aqui de V. Ex^a, em sua Casa, nesta Casa, e principalmente nesta Comissão de Educação, onde V. Ex^a presidiu até a sua ida para o Ministério, com muita competência, com muita parcimônia e com muita justiça.

Sr. Ministro, cheguei um pouco atrasado e não me atentei sobre toda a sua oitiva aqui nesta Comissão. E gostaria que o senhor falasse mais um pouquinho sobre a rádio digital, sobre as rádios FM, AM, e também gostaria de saber como seria o processo de transformação dessas rádios AM e FM em digital. Porque, como V. Ex^a sabe, o interior do País ainda é muito ligado às rádios, e são as rádios, hoje, naquelas partes mais longínquas onde a televisão não alcança e onde não existe a parabólica, que transmitem todas as notícias e informam a grande parte da população do Brasil.

Então vi apenas que V. Ex^a falou que o custo para a transformação de uma rádio, de uma emissora, de

AM, digamos, em digital é de cerca de R\$90.000,00 (noventa mil reais), R\$100.000,00 (cem mil reais), por aí. Agora, queria saber de V. Ex^a se esses custos serão como os dos aparelhos celulares, no início. Quando comprei meu primeiro aparelho celular, custava R\$1.000,00 (um mil reais), e hoje há aparelhos até de R\$90,00 (noventa reais), de R\$100,00 (cem reais).

Então gostaria de saber, primeiro, se podemos fazer essa digitalização moduladamente ou de uma vez. Se é necessário comprar novos equipamentos para essas emissoras, inclusive os equipamentos que existem nas antenas, como link, etc., para transmissão, para os estúdios das rádios. Eu gostaria que V. Ex^a atentasse mais um pouquinho sobre a digitalização das rádios porque sobre a televisão V. Ex^a falou muito e com muita propriedade.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Bom, veja só ilustre Senador Reginaldo Duarte, o rádio digital é bem mais simples de ser implementado do que a televisão. Até porque o rádio tem um menor número de equipamentos para ser produzido. A sofisticação do equipamento é bem diferente da sofisticação que exige a TV Digital. E o procedimento da digitalização está condicionado em duas fases: primeiro a mudança de equipamentos necessários para a transmissão digital dentro da emissora e, evidentemente, a aquisição do rádio receptor digital.

No que diz respeito à mudança dos equipamentos dentro das próprias emissoras, nós estamos fazendo uma lembrança do que no passado aconteceu com o rádio de um modo geral. O rádio começou com ondas médias, depois vieram ondas curtas, ondas tropicais, as ondas curtas com largas distâncias que poderiam chegar, as ondas médias, evidentemente, em médias distâncias e posteriormente no começo da década de 50, no começo da década de 60 veio a implantação da rádio FM do Brasil.

Quando surge a rádio FM no Brasil houve mais ou menos a mesma situação que nós estamos começando a viver a partir de hoje com a implantação da rádio digital. Por que? Porque é uma tecnologia diferente.

Então, você para sair daquela transmissão de Rádio AM, naquela época, para rádio FM o que você tinha que fazer. Você tinha que trocar o transmissor, você tinha que trocar o seu *link* para enviar ondas para o transmissor central. Você tinha que trocar toda a sua mesa de som. Isso tudo foi reformulado para você passar de AM mono para FM estéreo. Nós estamos mais ou menos no mesmo procedimento no que diz respeito a rádio digital. Porque você pode pegar sim um transmissor de AM hoje, acoplar a esse transmissor de AM apenas um excitador que é um único aparelho de rádio digital AM e você produzir o efeito do rádio digital.

Evidentemente que você está perdendo em qualidade, porque a sua mesa tem que ser uma mesa estéreo. Todos os seus equipamentos têm que ser digitais e você não vai trocar tudo isso. Você pode fazer os testes, os experimentos partindo apenas de uma transmissão digital e não ter o resultado esperado. Quer dizer, hoje mesmo eu tentei fazer uma certa colocação que pode ajudá-lo no entendimento do que vem a ser o rádio digital. O rádio digital funcionaria assim, grosso modo, quando você digitaliza o sistema AM de rádio ele passa a ter um som estéreo como se fosse o FM e quando você digitaliza o FM você passa a ter um som igualado ao que você tem no tocador de CD na sua Casa.

Então, são procedimentos técnicos que começam, sim, nas emissoras de rádio e vão demandar um certo investimento.

Agora, a preocupação do Governo, Sr. Senador Reginaldo, é que nós não obriguemos ninguém, absolutamente ninguém, a fazer o investimento como um todo. Nós achamos que o Governo não pode interferir desta forma, as emissoras de rádio são analógicas, elas podem continuar transmitindo analogicamente, aquelas que quiserem fazer a conversão para o rádio digital fazem o pedido à Anatel, têm autorizadas as suas licenças e vão começar a transmitir digitalmente. Mas isso não vai impedir que nenhuma emissora de rádio no Brasil inteiro continue funcionando do jeito que está.

A minha previsão é de que nós levemos de cinco a dez anos para fazer a conversão como hoje já aconteceu, inclusive, porque nós precisamos incluir em cada aparelho de rádio, que vai ser comprado a partir do ano que vem, a capacidade de receber digitalmente. Aconteceu a mesma coisa há vinte anos quando os rádios que comprávamos não tinham FM só vinham com AM ondas médias, ondas curtas e alguns vinham até com ondas tropicais. De repente, os rádios passaram a ser fabricados apenas com AM e FM e já nem traziam mais a capacidade de receber as ondas tropicais e as ondas curtas. É mais ou menos a situação que nós vamos viver a partir do ano que vem.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Ministro, V. Ex^a sabe que, nesses últimos anos, quando apareceram as emissoras FM, elas tomaram o espaço das AM naturalmente pela boa qualidade do som. Então, com a digitalização as emissoras AM retornarão ao seu papel anterior, porque a rádio AM tem longo alcance, dependendo da quantidade de quilowatts que tem na antena.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – É a revitalização do sistema AM de rádio e com um detalhe Senador, se me permite entrar rapidamente numa explicação

técnica, quando se transmite analogicamente transmite-se com todos os ruídos da transmissão analógica. Você pega o microfone, joga num transmissor comum e transmite a sua voz e todos os ruídos eletrônicos. Quando se transmite digitalmente não se transmite sons mas sim dados, zeros e uns sem ruído. Então, tecnicamente você vai receber esse som, até onde chegar, rigorosamente perfeito, fidedigno. Também tem uma diferença: como você se lembra, da época da telefonia celular analógica, você estava na estrada e seu telefone celular começava a ratear, começava a ter dificuldade de recepção e você até parava o carro para continuar a sua conversa. Na telefonia celular GSM já não acontece isso. Quando pára é de vez, ele não vai piorando e pára. Chega num ponto em que você não recebe mais a informação digital. Onde você recebeu é perfeito, mas a partir do momento em que você não recebeu ela não chega mal, ela vai ou não vai.

Essa é mais ou menos a situação que teremos no rádio digital. Você vai ter, na realidade, um problema que estamos discutindo amplamente em termos de Anatel, que é o exatamente o fato de que o rádio digital, na medida em que começar a ser transmitido, por se tratar de uma informação digitalizada, vai aumentar a distância em que chega um sinal digital. Então, se com 10 quilowatts, em ondas médias, você manda a sua rádio a 10 quilômetros de distância, quando você digitalizar o som da sua rádio, transmitindo em 10 quilowatts, é possível que você transmita o som digital da sua rádio a 90 quilômetros de distância. Você vai ter que combinar com o vizinho que, se estiver na mesma frequência que você está transmitindo, vocês vão acabar esbarrando. Mas, como na rádio digital você tem uma amplitude tão grande de canais, evidentemente na canalização você vai ter a preocupação, como sempre se teve nos canais analógicos, de você não deixar que haja a convergência de um canal em cima do outro.

Mas imagine você que o que hoje se transmite a 10 quilômetros e no décimo quilômetro já se tem uma recepção, de certo modo, prejudicada, você pode chegar até a 90 quilômetros com o som rigorosamente perfeito.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – É mais ou menos, Sr. Presidente, como comparar o analógico e o digital a minha modesta voz e a voz do Senador Hélio Costa, a minha é analógica e a dele é digital.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Você é um artista, Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O próximo orador inscrito é o Senador José Jorge. Já temos uma Senadora e um Senador depois do Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ministro Hélio Costa, é um prazer tê-lo aqui como ex-Presidente desta Comissão e como Ministro das Comunicações. Como não tive a oportunidade de assistir o início do debate e acho que esse tema específico TV Digital já está bastante detalhado, tenho ficado preocupado com a questão das agências reguladoras no nosso País, não só com a questão da Anatel como com as demais agências reguladoras.

O Governo atual do Presidente Lula tem sido um padraço ruim, porque tem padraço bom e ruim para as agências, tratando como se as agências fossem pouco importantes, não fossem uma evolução no sentido da estruturação da infra-estrutura brasileira. Elas têm os recursos que são cobrados do consumidor para fazer fiscalização, são constantemente contingenciados e até este ano conseguimos incluir na LDO, via emenda que apresentei na Comissão de Infra-Estrutura, um artigo proibindo o contingenciamento de recursos das agências e esse foi um dos artigos vetados nos 22 artigos que foram vetados pelo Governo. Evidentemente, não precisaria desse artigo se os orçamentos das agências fossem feitos numa base realista.

Por outro lado, as agências também discutem os seus orçamentos com o Ministério respectivo onde está localizada. Fui Ministro das Minas e Energia, e no seu Ministério há duas agências importantes: ANP e Aneel. E o Governo faz tudo para, de certa forma, desprestigiá-las. Em primeiro lugar nem nomeia seus dirigentes. Começa logo por aí. O presidente atual da Agência Nacional de Petróleo, uma das agências mais importantes em qualquer país, mesmo porque o petróleo é a US\$ 60, deve ser importante, mas aqui não é. O presidente da ANP terminou o seu mandato em janeiro, o Governo mandou um nome para cá, foi rejeitado pela Comissão de Infra-estrutura, e nem o Governo bota o nome rejeitado para ser votado e nem manda outro. Completará oito meses que a ANP está sem presidente.

Isso também aconteceu com a Aneel. O vencimento de dois diretores do mandato foi em maio. A Aneel tem cinco diretores, esses dois ainda não foram indicados ao Senado. Quando indicarem, vão querer aprovar em 24 horas.

Eu mesmo sou relator e vou demorar um mês, estou logo avisando, porque não é possível isso. Já sabíamos que esses dois mandatos iriam terminar, não é surpresa. É feito um nascimento de um filho, sabe que demorará nove meses. Então, esse mandato já tinha data marcada para terminar. Poderiam ter mandado antes, mas não mandaram, faz quatro meses. Isso mostra o descaso.

O projeto para melhoria das agências está na Câmara sem pai, nem mãe. Ninguém cuida dele, está lá, o projeto era péssimo, hoje é ruim. Ninguém quer aprová-lo, está lá. E as agências não têm pessoal, têm dificuldades.

Fiquei preocupado quando ouvi uma declaração de V. Ex^a em relação à nomeação dos Superintendentes das agências nos diversos Estados. A Agência tem que ter autonomia para nomear os seus diretores, aprovados no Congresso, e, a partir daí, ela tem que ter autonomia para que possa se autodesenvolver. Agência não é subordinada ao Ministério porque não é um órgão do Poder Executivo, é um órgão do Estado. Então, fiquei preocupado porque há tantos problemas nas agências, se agora os Ministros quiserem nomear os dirigentes estaduais da agência, vai haver uma politização, a meu ver, desnecessária. Temos que caminhar no sentido contrário, de que a agência funcione independente do governo do dia. Estou dizendo isso mesmo sabendo que acho que vamos ganhar as próximas eleições, vamos ser governo. Se não nesse, na outra. Isso ficará alternando, como é em todo país democrático. Acho necessário que todos tenhamos a agência como órgão do Estado e que esteja acima disso.

Fiquei preocupado e, assim, gostaria de ouvir uma explicação de V. Ex^a sobre esse tema.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Muito obrigado, Senador José Jorge, pela sua exposição.

Certamente nada tenho a comentar a respeito das observações feitas pelo Senador no que diz respeito à ANP e à Aneel, que têm que ser respondidas pelo ministro da área, o Ministro das Minas e Energia.

No que diz respeito à Anatel, e de uma forma muito especial porque ela está vinculada ao Ministério das Comunicações, posso garantir ao Senador José Jorge que não houve, não há e não haverá nunca a interferência do Ministério ou do Ministro das Comunicações nos procedimentos da agência no que diz respeito às suas atribuições. A atribuição da agência é regular e fiscalizar.

Agora, no que diz respeito notadamente no ponto em que V. Ex^a toca, com respeito às superintendências, à composição da Anatel, a Lei Geral de Telecomunicações diz e é muito clara, posso estar enganado, parece ser o art. 23: todas as modificações que serão efetuadas dentro da agência reguladora têm que ser comunicadas ao Ministro das Comunicações e têm que ser submetidas ao Presidente da República. E só por um decreto seu é que se pode fazer modificação no regimento ou no decreto, que institui a agência.

Na medida em que esse projeto estava sendo na suposição de que o art. 48 da Lei Geral de Telecomunicações fosse modificado como estava sendo proposto

e foi enviado ao Ministro das Comunicações, o qual não acolheu a sugestão de modificação do art. 48, que daria total e absoluta liberdade à Anatel. O Ministro não concordou e não enviou ao Presidente da República. A Casa Civil não recebeu. Então, evidentemente, que toda e qualquer modificação que está sendo feita ou que se propôs fazer na estrutura da Agência está ilegal. Ela não pode ser feita. O Ministério não interfere, definitivamente, em qualquer ação da Agência no que diz respeito à sua ação fiscalizadora e regulamentadora, mas, no que diz respeito a como a Agência se constitui, ela faz parte, sim, de uma estrutura do serviço público.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, mas e na nomeação das pessoas, por exemplo?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Não temos a menor influência...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Porque na declaração que li de V. Ex^a – não estou com ela aqui –, entendi que se referia à nomeação dos superintendentes, e não à estrutura.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Não, pelo contrário. O Ministério não interfere no que diz respeito a quem deverá ser indicado como superintendente da Anatel.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O que V. Ex^a, na realidade, acha que o Ministério, legalmente, deve interferir é em alguma modificação estrutural interna que a Agência deva fazer internamente.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Claro, sem dúvida. Ela tem que submeter ao Ministro. Por exemplo, entendo que, se você vai alterar o número de superintendências de seis para dez, é uma mudança no decreto. Ao ser uma mudança no decreto, tem que passar pelo Ministro, pela Casa Civil, pelo Presidente da República, porque esse decreto é do Presidente da República.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Acho que isso aí é o seguinte: o que foi definido por decreto do Presidente Sua Excelência tem que aprovar. Se foi definido na lei, o Congresso tem que aprovar. O que foi definido internamente na Agência, ela pode modificar sem falar a ninguém.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Sem dúvida.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Entendo que o princípio deve ser esse no sentido de que a Agência, efetivamente, tem a autonomia porque isso é importante para o País.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Definitivamente, o Ministério, ou o Governo, como um todo, ou a Casa Civil, ou o próprio Presidente da República vai

interferir na ação fiscalizadora da Anatel. Não tenho a menor dúvida disso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O próximo orador inscrito é a Senadora Íris de Araújo, por cinco minutos.

A SR^a IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Ministro, primeiramente, gostaria de cumprimentá-lo, dizer da nossa satisfação de tê-lo conosco, mesmo que temporariamente, nesta audiência pública, e agradecer as manifestações de pesar de V. Ex^a e dos colegas Senadores pelo passamento de minha mãe. Minha pergunta, Sr. Ministro, é aparentemente simples, mas diz respeito a essa grande maioria que representamos. Pergunto: na visão de V. Ex^a, haverá geração de empregos na criação da TV digital no Brasil? Segundo: qual o custo para a população, principalmente a de baixa renda, que tem na televisão a sua única fonte de lazer, para transformar o seu aparelho em TV digital? Nesse finalzinho da audiência, essas são as perguntas que gostaria de deixar a V. Ex^a.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Acho extremamente apropriadas as suas perguntas, Senadora Iris de Araújo, a quem cumprimento. Em primeiro lugar, no momento em que fazemos a digitalização das emissoras de televisão, no processo de digitalização da TV no Brasil, estamos, na realidade, iniciando vários procedimentos que envolvem a preparação, inclusive, de pessoal técnico especializado, a preparação de pessoas que vão se envolver com a produção de televisão, estamos lidando com uma capacidade tão extraordinária de geração de empregos, porque, na medida em que estamos pensando que cada canal, na realidade, vai ser multiplicado por quatro, cada emissora de televisão vai ter mais um canal e, certamente, para ter mais um canal, ela tem que empregar mais dez, quinze, vinte pessoas, que vão cuidar desse canal. É um procedimento que, em primeiro lugar, está gerando empregos em todos os setores da TV digital. Já começou mesmo antes de existir, porque o próprio Governo injeta R\$38 milhões para agitar, por assim dizer, toda a comunidade científica ligada às universidades públicas, privadas e institutos de pesquisa. Vamos chegar a R\$60 milhões. Já é, na realidade, um resultado formidável. O próprio CPqD teve que contratar inúmeros profissionais e cientistas para poder atender à demanda do projeto de TV digital.

Nesse sentido, não temos a menor dúvida de que, para o profissional de comunicação, que tem sido na realidade tão prejudicado nesses últimos anos, em razão da crise do setor de comunicação, que vivemos durante esses últimos três anos, vejo que ele será

regiamente contemplado com o sistema brasileiro de TV digital.

Eu gostaria até de voltar a insistir, na medida em que falei aqui, como Presidente da Comissão de Educação na época, da importância de se abrirem linhas de crédito para as emissoras de televisão grandes e pequenas, para os jornais grandes e pequenos, para as emissoras de rádio grandes e pequenas. E quando propus essa linha de crédito no BNDES, fui bombardeado com uma série de indagações no Brasil inteiro e aqui mesmo, no próprio sistema político, achando que estávamos criando um PROER para as emissoras, para as rádios e TVs e empresas de comunicação. E não era isso. A proposta que se fez aqui, na época, era de juros, pelo BNDES, de recursos que poderiam ser utilizados, pagando, como qualquer empresa paga, utilizando recursos, sim, do BNDES, como qualquer empresa utiliza, mas para poder preparar as empresas para esta era que estamos vendo agora.

A previsão que fazemos hoje é de que as emissoras de televisão, só de televisão, vão gastar R\$1 bilhão, nos próximos cinco anos, para fazer a conversão para a digitalização. E no que diz respeito ao quanto vai custar para a população de baixa renda, estamos exatamente preocupados nesse sentido. E eu me reporte aqui sobre a caixinha que vai fazer a conversão do sistema analógico para o sistema digital. A primeira informação que temos é de que podemos produzir no Brasil essa caixinha, Senador Sérgio Cabral, por aproximadamente R\$40, que essa caixinha pode ser feita. Agora, como o chinês tem a capacidade de transformar tudo em 1/5 do preço, qualquer coisa, em qualquer lugar, sabemos que um ano depois que essa caixinha for vendida, no Brasil, por R\$30, aparece um chinês vendendo a mesma caixinha por R\$10. Então, também não tem muita dificuldade em pensar que no futuro vamos encontrar uma solução.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Obrigada, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Obrigada, Senadora.

PAREI AQUI O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra. PTB – RN) – Agora, o último orador inscrito. Com a palavra, por cinco minutos, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Hélio Costa, eu gostaria, preliminarmente, de cumprimentar V. Exª pela forma democrática com que vem dirigindo o seu Ministério. Aliás, o Presidente Lula colocou o homem certo no lugar certo. Quando se falava, por ocasião da reforma ministerial, de que V. Exª poderia ir para outro Ministério, eu tomei conhecimento de que o Senador

Hélio Costa disse que somente poderia participar do Governo se fosse para um lugar onde S. Exª pudesse ajudar, contribuir. De fato, o Governo acertou em cheio ao convidá-lo para ocupar uma pasta cujos assuntos V. Exª conhece em pormenores, conhece com muito brilhantismo, e está exercendo o seu mister de dirigir um órgão tão importante que é o das Comunicações.

Portanto, os meus parabéns pela atuação marcante à frente do Ministério, que é um orgulho para todos nós, já que somos seus colegas, e temos o maior prazer em ouvir noticiário elogiando o seu trabalho.

De fato, a TV digital, este modelo, vai trazer, sem dúvida alguma, uma situação verdadeiramente revolucionária no setor de comunicações de nosso País. Mas de 80% dos brasileiros já têm televisão. E ela não só traz cultura, educação, entretenimento e lazer, como traz informação. E no mundo globalizado em que vivemos, quanto mais moderna for a televisão, mais moderno poderá se tornar o conhecimento popular.

É um órgão que democratiza a informação. Por isso, eu louvo a intenção do Governo em fortalecer esse conjunto de comunicação no Brasil, incluindo-o nesse o novo modelo.

Três países disputam o mercado – segundo dados técnicos – de mais de US\$100 bilhões: o Japão, a Inglaterra, que deu início ao processo, e os Estados Unidos. Cada um tem o seu modelo, o seu padrão. O japonês pegou um pedaço de um e de outro e terminou fazendo o seu sistema próprio. O Brasil, que se definiu por um sistema próprio, naturalmente fará mais ou menos como o Japão. É o que eu espero: que o brasileiro seja um japonês também evoluído, pegando o que há de melhor nos três sistemas e fazendo um quarto que possa servir bem ao nosso País.

Mas há, Sr. Ministro, preocupações. Nós somos pessoas que queremos que o Brasil desenvolva a sua tecnologia de forma apropriada e prestigie o mundo científico e tecnológico. Afinal, o Brasil tem condições efetivas para criar o seu próprio sistema.

Eu fiz um discurso aqui no Senado, no dia 5 de junho de 2002, sobre televisão digital e enfoquei uma preocupação da Faculdade Senac de Comunicação e Artes, por meio do professor Vicente, que adverte o seguinte: ao fazer a escolha do modelo de televisão digital, a preocupação é não repetir o erro cometido na implantação da televisão em cores no Brasil. Por quê? Porque naquela época, quando se escolheu, por intermédio de um sistema híbrido, pegando uma parte do sistema de cores da Alemanha e criou aqui o Sistema Pal-M – o da Alemanha era PAL. Esse sistema realmente tornou o Brasil detentor de um dos maiores sistemas modernos de cores de televisão. Ocorre que, com o tempo, esse sistema se tornou obsoleto, não

houve investimentos nessa área, e o fato é que o Sistema Pal-M de cores ficou isolado, diz o professor, tanto do ponto de vista tecnológico quanto comercial.

Então, pergunto a V. Ex^a sobre o sistema digital a ser implementado em nosso País. Segundo o nosso Governo, estudos indicarão a melhor solução. Esse sistema terá como se aperfeiçoar adequadamente todos os anos, modernizar o seu parque de produção televisiva? Os investimentos ficarão garantidos, para que não ocorra tal como aconteceu com Pal-M? O sistema próprio híbrido do Brasil, o sistema digital do Brasil, não será desatualizado e inadequado no futuro?

Criou-se o Sistema Pal-M aqui, mas quando precisamos comprar um videocassete, se ele vem do Japão, dos Estados Unidos ou da Europa, logo temos que colocar um *transcoder*, se a televisão não tiver o Sistema NTSC, para fazer a conversão do Sistema NTSC para o Pal-M.

Então, pergunto a V. Ex^a: o Brasil está se preparando para essa obrigação de estar sempre se atualizando, investindo no sistema, para que não seja passado para trás pelos sistemas fortes, americano, japonês e europeu?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Em primeiro lugar, vamos lembrar um pouquinho a implantação do sistema de TV em cores no Brasil, que é o sistema Pal-M, conforme V. Ex^a disse.

Naquela ocasião o que se fez, na realidade, por ingerências governamentais, diga-se de passagem, foi pegar um sistema europeu a cores, com 625 linhas, que era o sistema PAL, adaptá-lo para o sistema americano de 525 linhas – a NTSC. Então, nós ficamos com as linhas do sistema americano e com as cores do sistema europeu. Aí criamos esse monstro que é o Pal-M. Conforme eu disse aqui no começo da minha fala, só o Brasil e o Laos é que conseguiram, na realidade, utilizar este sistema. Isso sem contar que as próprias emissoras de televisão, que tiveram que lutar com esta dificuldade de produzir equipamentos de gravação, principalmente, e de coleta de imagens no sistema Pal-M, num determinado momento, esquecem do sistema Pal-M para a produção, passam a utilizar o sistema NTSC, do modelo americano e fazem apenas a transmissão final da imagem em Pal-M. Isso tudo era feito para, simplesmente, criarmos um mercado brasileiro para venda de aparelhos de televisão. Hoje tudo isso está superado porque um pequeno *chip* japonês faz com que o seu aparelho receba todo e qualquer sistema sem problema nenhum.

Nós não vamos cometer esse erro novamente. Essa tem sido a preocupação, evidentemente, dos técnicos que estão sendo, na realidade, coordenados

pelos professores e dirigentes da CPQD, que está, na realidade, conduzindo esses trabalhos da pesquisa que estão a direcionar a forma como nós vamos decidir a questão do sistema brasileiro de televisão.

Agora, sobretudo, é importante lembrar o que Senador deixou muito claro: nós não estamos fazendo um padrão de TV digital; nós estamos fazendo um sistema brasileiro de TV digital. Então, dentro deste modelo de TV digital que nós estamos fazendo, temos produtos importados, vamos ter produtos brasileiros e nós vamos estar, evidentemente, em condições de estar, permanentemente, atualizando este sistema. São produtos que, inevitavelmente, compõem o modelo ou qualquer modelo de TV digital.

Vejam só: o modelo europeu não é todo europeu. Ele tem alguns componentes que servem a todos os sistemas, como é o caso, por exemplo, do sistema de transporte no modelo europeu. É o mesmo sistema no modelo europeu, no modelo japonês; é o mesmo sistema no modelo americano. Quando você fala em modulação, você tem um sistema americano e tem um sistema que atende ao modelo japonês e ao modelo europeu. Quando você fala em aplicações, você tem vários modelos, todo mundo contribui, todo mundo participa.

Então, isso aqui é um procedimento que, inevitavelmente, estará, permanentemente, sendo atualizado. São produtos de tecnologia, são instrumentos eletrônicos e são ferramentas de informática colocados em um conjunto para se criar um padrão de TV digital.

Então, quanto a sua preocupação de que nós vamos estar permanentemente atualizando, aperfeiçoando o nosso sistema, eu não tenho a menor dúvida; inclusive com a participação do produto brasileiro que, eventualmente, poderá ser aplicado. E eu citei aqui, especificamente, o caso da caixinha para fazer a recepção do analógico para o digital. Eu citei programas que estão sendo financiados dentro da proposta científica, no que diz respeito à interatividade. Nós temos ótimos programas de interatividade sendo desenvolvidos no Brasil dentro deste projeto da TV digital.

A meu ver, nós estamos rigorosamente no caminho certo com o modelo que nós estamos criando, onde o Brasil, certamente, dá um passo na esperança de que os países do Hemisfério Sul possam acompanhar a nossa posição; onde o Brasil estará em condições técnicas de se comunicar com o sistema japonês, com o sistema europeu, com o sistema americano. Mas o governo não quer e não vai, pelo menos com o Senador Hélio Costa à frente do Ministério das Comunicações, fazer a imposição do sistema; pelo contrário. Desde que cheguei no Ministério das Comunicações, tenho desenvolvido uma relação com as emissoras de tele-

visão, com todos os grupos, todas as redes brasileiras para saber o que elas pensam, o que o SBT pensa, o que a Globo pensa, o que a RedeTV pensa, o que a Bandeirantes pensa com respeito à decisão que vai ser tomada em janeiro sobre o padrão de TV digital.

Por exemplo, o padrão de modulação é uma questão que depende mais das emissoras que do Governo. Eles é que vão ter que decidir isso. Nós vamos acompanhar, facilitar. E o que fez o Ministro? Propôs ao Presidente – e este me autorizou a falar com o Ministro Palocci – que, dentro do modelo digital que iríamos utilizar, com essas ferramentas de informática e esses equipamentos de tecnologia que precisaríamos importar, ele encontrasse as possibilidades de se estabelecer uma alíquota quase zero para a importação desses equipamentos.

Sei que será um grande investimento. Todas as emissoras de televisão terão que investir muito dinheiro para fazer a digitalização. Mesmo pensando que vamos começar pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Salvador, enfim, todas as capitais, ainda assim é um grande investimento a ser feito. Parte deste equipamento será inevitavelmente importado.

Então, vamos reduzir a alíquota de importação a praticamente zero.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Ministro Hélio Costa, por último, sabemos que o nosso País é pobre, subdesenvolvido, em que o cidadão faz um sacrifício enorme para comprar uma televisão, geralmente a crédito, passando de dois a três anos para pagá-la. É isso que acontece com a maioria da população.

É lógico que, numa primeira hora, numa primeira fase, a televisão não será digital. Haverá a “caixinha”, ou o conversor, ou o receptor, qual seja o nome dado na época, mas o importante é que aquele aparelho comprado com tanto sacrifício será preservado. Agora, quero saber: por quantos anos? Porque os aparelhos de televisão vão ser produzidos e comercializados. É preciso que se dê um prazo razoável – dez anos –, para que a televisão analógica seja utilizada sem nenhum problema de reposição de peças, de consertos etc.

Então, gostaria de saber como o Ministério quer compor essa situação futura do aparelho de televisão analógico.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Na realidade, tenho até algumas boas notícias nesse sentido. A partir do instante em que começamos a discutir seriamente o sistema brasileiro de televisão digital, a partir do instante em que, há dois meses, quando chegamos ao Ministério, estabelecemos que até o fim do ano teremos um Relatório Final e que definiremos um

padrão até fevereiro do ano que vem e que, em julho do ano que vem, na pior das hipóteses, vamos ter, em algumas capitais, a transmissão digitalizada da Copa do Mundo, aumentaram em mais de 80% a venda de televisores digitais no País. Quer dizer: só com a idéia de que vamos ter a televisão digital, já houve um aumento na venda das televisões, já preparadas para receber o sinal digital.

Isso não quer dizer que ele precise da transmissão digital, evidentemente, para poder receber uma imagem, porque, conforme disse inicialmente, pode-se recebê-la via satélite, ou então para reproduzir um DVD, pode-se comprar um DVD de alta definição, que está no mercado, e reproduzir o seu DVD de alta definição.

Bem, isso tudo nos leva à seguinte posição: a preocupação do Governo é de não permitir que aquele cidadão usuário da televisão comum seja prejudicado na convergência da tecnologia.

Então, dez anos é pouco. Acho que vamos ter de continuar trabalhando com a TV analógica e esquecer que temos uma data para ela terminar. É mais ou menos o que aconteceu com a televisão preto e branco. Há praticamente 40 anos estamos produzindo TVs preto e branco. Só no ano passado é que deixamos de produzir no Brasil aparelhos de TV em preto e branco. Agora, quem compra ainda televisor preto e branco? Não sei, mas tem gente comprando, porque eles estavam produzindo até o ano passado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Para sistema de segurança, é muito utilizada a televisão em preto e branco.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Monitores, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sim, monitores.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – É; mas estou me referindo a aparelhos de televisão mesmo, com tecnologia ainda em preto e branco, os quais muita gente ainda compra. Apenas no ano passado deixamos de produzir esses aparelhos.

Veja só a diferença de regimes, conforme V. Ex^a mostra claramente: moramos em um país em que é difícil comprar um televisor, é difícil para um assalariado investir dois ou três salários na compra de um aparelho digital no caso. Por outro lado, o que aconteceu nos Estados Unidos este ano é uma prova da diferença entre as culturas. Lá houve um decreto do Presidente da República que estabelecia o seguinte: a partir do dia 31 de julho, todas as emissoras de televisão, as cinco mil emissoras do país, teriam de estar digitalizadas e ponto final.

No dia 31 de julho, houve um outro decreto do Presidente – aliás, um presidente que nunca nos demonstrou ser autoritário. Ele diz assim: “Em 31 de julho, todos os aparelhos de televisão nos Estados Unidos têm que estar digitalizados”.

Então, lá no Meio-Oeste americano – e tenho amigos nos Estados Unidos que me disseram isso –, de repente, ou você comprava a “caixinha”, ou você comprava um novo aparelho, ou acabou: no aparelho analógico não entrava mais a imagem da televisão! Isso aconteceu este ano nos Estados Unidos por imposição governamental, por decreto.

Aqui não. A nossa preocupação é deixar claro que, se o cidadão quiser continuar vendo o seu aparelho analógico, não há problema algum. Agora, eventualmente, vai chegar um momento em que deixaremos de continuar produzindo a TV analógica, assim como aconteceu com a TV em preto e branco recentemente. Não sei quando isso vai acontecer, mas não será nunca em detrimento daquele usuário da televisão, daquele telespectador que só tem o aparelho analógico e não tem como investir no aparelho digital.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – Vou passar agora a palavra ao Senador Sérgio Cabral, Presidente da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, para agradecer, em nome da Comissão de Ciência e de Tecnologia e da de Educação, a palestra do Ministro.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Exato, Senador Augusto Botelho. É com muita satisfação que agradeço à palestra tão clara, brilhante e pragmática do Ministro Hélio Costa, Ministro das Comunicações, que, com muita clareza e competência, demonstrou o seu compromisso com as telecomunicações neste País, com esse segmento tão importante, mas sem perder o foco na população, na democratização desses importantes instrumentos de comunicação, aliando tecnologia com a própria realidade do povo brasileiro.

Então, o Ministro está de parabéns pela sua exposição, pela clareza com que expôs. Fico muito otimista. Como autor do requerimento, espero que o Senador Hélio Costa, meu colega de requerimento, também tenha ficado satisfeito com a exposição do depoente. Tenho certeza de que o Ministro está desempenhando um belo papel.

Realmente, como diz o Senador Antonio Carlos Valadares, a pessoa certa no lugar certo. Oxalá o Brasil avance na tecnologia da televisão digital! Que o povo brasileiro possa usufruir não só dessa tecnologia, como de todas as tecnologias ofertadas hoje ao mundo, combinando a possibilidade de o mercado desenvolver-se com a realidade brasileira.

O Ministro Hélio Costa entende com profundidade essa equação: das novas tecnologias, de que muitas dessas tecnologias só podem ser desenvolvidas em escala e, ao mesmo tempo, adequando-a. Como disse bem o Senador Hélio Costa, o Brasil tem inteligência, é capaz de acompanhar esse processo, mas sem uma visão xenófoba.

Então, V. Ex^a está de parabéns!

Estamos no caminho certo, Sr. Presidente.

Pediria, Sr. Presidente, mais um segundo para fazer um apelo ao Senador Hélio Costa. Como ele foi, até há poucos meses, Presidente da Comissão de Educação, e aqui discutiu conosco o papel da Ancine, a questão da Ancinav, conseguindo lutar pela Agência Nacional de Cinema, sei que não é da área de V. Ex^a, mas tem uma interface muito grande com o seu Ministério.

Estou apresentando um Projeto de Lei Autorizativo, com o propósito de provocar o assunto, já fizemos aqui, já na sua ausência, com o Senador Gerson Camata, que tão bem sucedeu a V. Ex^a, juntamente com o Senador Augusto Botelho, um debate sobre a renovação do art. 1º sobre a renovação da Lei do Audiovisual, que é o artigo fundamental da Lei.

Ele tem vigência até 2006, mas o segmento da indústria nacional de cinema já se preocupa com isso. Como V. Ex^a é um aliado da indústria brasileira de cinema, temo – e já tenho informações – que, no Governo, haja setores interessados em ampliar a mudança. Quer dizer, além de renovar o art. 1º, enfiar outros pontos dentro da Lei do Audiovisual. Isso preocupa o setor.

Na semana passada, recebi o Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, o cineasta Geraldo Moraes, fiz aqui uma audiência com os Colegas Senadores, que foi excepcional, com diversos representantes dos segmentos da indústria do cinema, preocupados com a possibilidade de perder o foco na questão da renovação do art. 1º da Lei do Audiovisual, que é fundamental para o cinema. Ela é que permite o financiamento do cinema nacional, que tão bem caminha nestes últimos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Ministro Hélio Costa para as suas considerações finais.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Perfeitamente pertinente a preocupação do Senador Sérgio Cabral. Eu vou levar à Ministra Dilma Rousseff e ao Ministro Gilberto Gil, os dois Ministérios que estão intimamente ligados à questão do audiovisual, a preocupação que nós mesmos temos, aqui mesmo como Presidente da Comissão, discutindo amplamente a questão apresentada pelo Governo passado, com a proposta da

Lei Geral de Comunicação de Massa, com relação à necessidade de se dar condições à Ancine, que ficou, naquele momento, prejudicada, porque não se criou a Ancinave, e não se deram os recursos necessários àquela.

Isso tudo passou aqui pela nossa Comissão de Educação. Tenho certeza de que, agora, quando chega essa nova proposta, ela já vem de uma forma muito mais inteligente, pois ela vem para abrir a discussão.

Levarei essa questão à Ministra Dilma e ao Ministro Gil. Se necessário, evidentemente, penso que a Comissão e a Subcomissão devem convidar o Ministro Gil e a sua assessoria para virem aqui discutir, de forma mais ampla, os detalhes que incomodam. Tenho certeza que V. Ex^a tem razão, no que diz respeito ao art. 1º.

Quero finalizar, apenas agradecendo a cada um dos meus companheiros, Senadores e Senadoras, especialmente ao Senador Augusto Botelho, pela condução dos trabalhos nessa audiência pública. Também faço um agradecimento ao nosso Presidente, Senador Gerson Camata, e a todos que participaram dessa discussão.

Para nós todos, deixo até para o final a ênfase que deve ser dada ao modelo de negócio da TV digital, porque discutimos com competência a questão técnica da TV digital, temos instrumentado toda essa questão com os cientistas brasileiros, qualificados, evidentemente com os recursos que o Ministério alocou através do (?). Todo um procedimento para a criação do sistema brasileiro de TV digital foi feito tecnicamente. Envolvemos as emissoras de televisão, na realidade, aqueles que têm o controle das empresas de comunicação de televisão no País. Agora, fica faltando, na realidade, o produto final de todo esse contexto – que é o modelo de negócio.

Ou seja, como é que iremos fazer com que essa maravilha da TV digital chegue à população, de que forma ela é um benefício para o povo, de que maneira as pessoas mais carentes, que precisam dos recursos da TV digital, para poder ter um pouco mais de cultura no seu televisor, de ter um instrumento de aprimoramento e aperfeiçoamento das suas qualidades. Tudo isso a TV digital representa. Como é que vamos, num modelo de negócio, fazer com que as emissoras de televisão usem esse instrumento extraordinário, que é a TV digital, para criar novas fontes de trabalho, novas fontes de renda, porque se trata de uma operação, quase que totalmente, com raríssimas exceções – entendo que as TVs públicas venham a participar -, da iniciativa privada, com relação aos investimentos que vão ser feitos nesse setor.

Tenho lembrado sempre nas nossas reuniões a diferença que o Ministério das Comunicações tem feito, no sentido de deixar bem claro, para os empresários do setor, para os cientistas e professores que estão cuidando do sistema, no sentido de que o nosso Ministério não interfere, não é impositivo, mas um orientador. Queremos trabalhar esse procedimento sempre de comum acordo com aqueles que estão envolvidos, com aqueles que estão investindo no procedimento, nunca de forma impositiva, nunca de forma autoritária. É dessa forma que vamos conseguir resultados e um grande sucesso com a TV digital a partir do ano que vem.

Muito obrigado a todos e, em especial, ao nosso companheiro Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h.)

Ata da 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de outubro de 2005.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores Geraldo Mesquita, Maria do Carmo Alves, Wellington Salgado de Oliveira, Íris de Araújo, Aelton Freitas, Flávio Arns, Cristovam Buarque, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Marco Maciel, Romeu Tuma, Paulo Paim e Delcídio Amaral, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, e José Jorge, que justifica a ausência. O Presidente, Senador Gerson Camata, registra a presença para acompanhar a audiência pública das seguintes personalidades: o Senhor Deputado Wilson Cignachi (PMDB/RS), Deputado Estadual Sérgio Leite (PT/PB), os Senhores Diône Craveiro e Gisele Artur, respectivamente, Diretor de Relações Institucionais e Assessora Parlamentar da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA; Rildson Alves Moura, Assessor Parlamentar do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária – CONAR e Disraeli Galvão

Guimarães, Relações Governamentais da Companhia de Bebidas das Américas – AMBEV. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 012-CE de 2004, de autoria do Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque, que tem como objetivo instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 035 de 2000, que “Determina a obrigatoriedade de a embalagem, o rótulo e a propaganda de bebida alcoólica conterem advertência sobre a proibição de sua venda a menores de dezoito anos e prejudicialidade à saúde, e dá outras providências”; do Projeto de Lei do Senado nº 182 de 2003, que “Altera a Lei nº 9294, de 15 de julho de 1996, para modificar a definição de bebidas alcoólicas e algumas normas relativas às advertências sobre o seu consumo e à propaganda em serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em serviços de televisão por assinatura”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 352 de 2004, que “Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para ampliar as restrições à propaganda das bebidas alcoólicas e modificar sua definição e as normas relativas às advertências sobre o seu consumo”. Comparecem à Audiência Pública os seguintes convidados: Edney G. Narchi, Diretor Executivo do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária – CONAR; Luiz Eduardo Osório, Diretor do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja – SINDICERV; Cláudio Jerônimo da Silva, Professor da Universidade Federal do Estado de São Paulo – UNIFESP; Gustavo Leme, Vice-Presidente de Programação da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA; Pedro Gabriel Delgado, Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde; Danilo Cavagni, Presidente da União Brasileira de Vitivinicultura – UVIBRA e Frederico Nogueira, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Geraldo Mesquita, autor do PLS nº 182/03; Augusto Botelho e Wellington Salgado de Oliveira. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata,

que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Declaro aberta a reunião.

Trata-se da 41ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que está sendo realizada exatamente nesta quarta-feira, dia 19 de outubro de 2005, às dez horas.

Os que são favoráveis à dispensa da leitura e à aprovação da Ata da reunião anterior mantenham-se como estão. (Pausa.)

Determino à Secretaria da Mesa que introduza no plenário os convidados que irão falar sobre os três projetos que tramitam no Senado, que limitam ou proíbem a propaganda de bebidas alcoólicas no território nacional.

Estarão presentes nessa audiência pública o Dr. Edney Narchi, Diretor Executivo do Conselho de Autoregulamentação Publicitária, o Conar; o Dr. Luiz Eduardo Osório, Diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Cerveja, Sindicerv; o Dr. Cláudio Jerônimo da Silva, Professor da Universidade Federal do Estado de São Paulo; o Dr. Gustavo Leme, Vice-Presidente de Programação da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura; o Dr. Pedro Gabriel Delgado, Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde; o Dr. Danilo Cavagni, Presidente da União Brasileira de Vitivinicultura, Uvibra; e Frederico Nogueira, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Rádio Difusores, ABRA.

Recebemos aqui um ofício da Abert cujo representante convidado, o Dr. José Inácio Pisani, está, hoje, participando de um encontro de radiodifusores da América Latina, em Santiago do Chile, por isso não pôde comparecer a esta audiência e nos enviou uma exposição que ele já fez no Conselho de Comunicação Social com as opiniões exaradas pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

Dando início, vamos pela ordem dos convites que foram expedidos.

Temos alguns que vão utilizar o sistema do *Power Point* e vou convidar para fazer a sua primeira exposição pela ordem do requerimento de convocação que é o Dr. Edney Narchi, Diretor Executivo do Conselho Nacional de Autoregulamentação Publicitária, o Conar. Ele tem quinze minutos para a sua exposição e as perguntas serão dirigidas depois pelos Senadores a todos os expositores assim que eles terminarem a sua exposição.

Com a palavra o Dr. Edney Narchi.

O SR. EDNEY NARCHI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos. Bom dia aos Srs. Parlamentares aqui presentes. Em nome do Conar, Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, incumbe-me agradecer o honroso convite e trazer as desculpas do Presidente da entidade que, por problemas de saúde, não pode se locomover a Brasília nesta data, mas ele me incumbiu de trazer aos senhores uma breve exposição a respeito de alguns pensamentos da nossa entidade que cuida da ética publicitária no País a respeito de anúncios de bebidas alcoólicas.

A publicidade de bebidas no Brasil é extremamente controlada do ponto de vista legal. A Constituição Federal, Capítulo V, quando cuida da comunicação social, no art. 220, disciplina que a...

Sr. Presidente, tenho a impressão de que a minha exposição não está sendo exibida para os presentes ainda, o que facilitaria a compreensão.

A Constituição Federal já cuida do tema no art. 220, § 4º, prevendo a possibilidade de anúncios de bebidas alcoólicas sofrerem restrições legais. A Lei nº 8.078/90, o nosso Código de Defesa do Consumidor, proíbe anúncios publicitários que, de qualquer forma, possam ser, ou enganosos, ou abusivos.

Existe uma previsão legal de restrição e, inclusive, de privação de liberdade para quem cometeu o delito da propaganda enganosa e da propaganda abusiva.

A Lei nº 8.389, de 1991, que criou o Conselho de Comunicação Social, prevê que aquele órgão assessor do Congresso Nacional também se debruçará a respeito da regulamentação, prestará informações e colaboração às Casas de Leis do País a respeito de anúncios de bebidas alcoólicas.

Caminhando cronologicamente, em 1996, foi aprovada a Lei nº 9.294, batizada de Lei Murad, que tem como seu objetivo principal a regulamentação daquele artigo constitucional que dispôs sobre a possibilidade de restrições a cinco categorias de produtos e serviços; produtos de fumo, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, terapias e medicamentos. E essa Lei nº 9.294, de 1996, que já sofreu algumas atualizações, já sofreu algumas modificações, é a lei que efetivamente disciplina como devam ser exibidos os comerciais de bebidas alcoólicas em nosso País.

Mencionei também os decretos regulamentadores, tanto do Código do Consumidor quanto da Lei Murad.

Mas ao lado do controle legal sobre publicidade, ao lado do controle exercido pelas leis nacionais existe no nosso País o controle ético sobre propaganda. O Brasil é um dos países, um dos vários países do mundo que adota um sistema misto de controle sobre

propaganda – o que se denomina na Europa a co-regulação e no Brasil os doutrinadores tratam como sistema misto de controle – exercido pelo Conar, Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária, que recebeu do universo da propaganda brasileira a missão de fiscalizar o cumprimento, aplicar sanções pelo descumprimento e trabalhar pela disseminação dos princípios éticos dispostos num código, o Código Brasileiro de Auto-regulamentação Publicitária.

Esse Código, aprovado em 1978, desde essa data, 1978, já tinha a disciplina para duas categorias dos segmentos de bebidas alcoólicas. De um lado as cervejas e vinhos, disciplinados no Anexo P, e, de outro lado, todas as demais bebidas, sejam elas destiladas, fermentadas ou obtidas por mistura, qualquer que seja a forma de sua fabricação, enquadradas no Anexo A. Essas regras tradicionalmente eram apenas restritivas, elas cuidavam de classificar as bebidas nessas duas grandes categorias, elas cuidavam de dar proteção a públicos aos quais elas não deveriam ser dirigidas, como crianças e adolescentes, previa uma indicação de consumo responsável e previa as restrições a determinadas mídias e horários de veiculação das propagandas.

Com o passar do tempo, como eu lhes disse, isso era de 1978, com o passar do tempo foi demonstrando uma desatualização de normas. Ficou demonstrado que a sociedade brasileira, aliás, a sociedade internacional buscava uma modernização nos controles sobre a comercialização de bebidas alcoólicas. E dentro da comercialização, dentro de todo o *marketing*, publicidade é um dos vetores disso, publicidade faz parte da comercialização do *marketing*. Então, também se discutiu, passou a se pensar em novas formas de controlar do ponto de vista ético a publicidade de bebidas. E o Conar – que é o órgão responsável por isso no País – tomou essa iniciativa em 2003. Finalmente conseguimos, depois de longos estudos, muita análise comparada do que se fazia em outros países do mundo, conhecendo a legislação e a auto-regulamentação européia, norte-americana, conseguimos trazer para o País uma completa releitura dos Anexos A, Bebidas em Geral, do Anexo P, Cervejas e Vinhos, e criamos um novo Anexo T, letra te, que cuida das bebidas prontas para beber, *red to drink*, no Brasil batizadas de *ices*, que são bebidas obtidas por mistura entre algum tipo de bebida alcoólica e água ou suco ou refrigerante. Era uma nova modalidade de bebida alcoólica, recente, que não existia em 1978, para a qual se considerou conveniente criar também um conjunto de normas para sua publicidade.

Então, os senhores vêem que controles há, tanto do ponto de vista legal como do ponto de vista ético.

Em que pese isso, e talvez motivado por aquela desatualização que eu lhes relatei há poucos minutos, o Congresso Nacional durante muitos anos se preocupou também em tentar traduzir essa preocupação social e buscar novas formas de controlar a publicidade de bebidas alcoólicas no Brasil.

Então, eu pediria a gentileza de sucessivamente avançarmos nessa apresentação dos eslaides.

(Exibição de eslaide.)

Vocês vão ver dezenas e dezenas e dezenas e dezenas, e não estou exagerando, de iniciativas legislativas apresentadas no Congresso Nacional buscando a modernização desse controle legal para a publicidade de bebidas alcoólicas.

E, hoje, nós estamos aqui no Senado discutindo os últimos três que eu havia referido ali naquele *slide*, PLC 35, de iniciativa do Deputado Aírton Dipp, PLS 182, do Senador Geraldo Mesquita, que nos dá a honra da sua presença aqui, e PLS 352, do Senador Maguito Vilela. Mas o que ficou para nós muito claro, até pela própria exposição numérica e cronológica dos Projetos de Lei, é que as regras atuais de auto-regulamentação publicitárias adotadas no Brasil e cumpridas pelas agências de propagandas, pelas empresas anunciantes e pelos veículos de comunicação envolvidos nessa atividade, vieram para desestimular aquela alta, elevada, pesada produção legislativa, tentativa de modernização dos controles legais. Foram tão bem acolhidas pela sociedade brasileira, as nove normas éticas publicitárias, que a própria iniciativa legislativa refluiu. Refluiu. De 2003 para cá, vocês encontram um ou dois projetos de lei apenas apresentados a partir do novo controle, moderno, eficiente, rápido que a auto-regulamentação publicitária apresenta para a sociedade brasileira.

Eu devo confessar que trago para vocês uma lição que aprendi nos bancos escolares. Entendo que as normas de auto-regulamentação publicitária foram bem sucedidas, aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2004, foram bem sucedidas, foram bem acolhidas, foram praticadas e estão dando uma resposta madura, adulta, serena para a sociedade brasileira, e sua tentativa de melhor controlar a publicidade de bebida alcoólica, porque ela, a auto-regulamentação, está enquadrada nos indispensáveis princípios de razoabilidade e proporcionalidade na execução desses controles.

Sr. Presidente, eu me desculpo por ultrapassar o tempo, já ouvi aí o sino, mas estou à disposição de todos os senhores para eventuais dúvidas, perguntas e tentativa de aprofundamento desse resumo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Oportunamente, serão feitas essas perguntas.

E os Senadores, os relatores, as dúvidas que tiverem vão continuar, por meio das perguntas, solicitando esclarecimentos que forem necessários.

Concedo, agora, a palavra ao Diretor do Sindicato da Indústria de Cervejas, Sindicerv, que é o Dr. Luiz Eduardo Osório. Com a palavra para sua exposição, por dez minutos.

O SR. LUIZ EDUARDO OSÓRIO – Primeiramente, gostaria de dar bom dia a todos, agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Queria, se o senhor me permite, informar que todo o material audiovisual vai ser distribuído também para os Srs. Senadores em cópia de papel.

O SR. LUIZ EDUARDO OSÓRIO – Agradecer, primeiramente, ao Sr. Presidente da Mesa, Presidente da Comissão de Educação, Senador Gerson Camata, cumprimentar os demais participantes desta Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, a participação, a contribuição do Sindicerv, nesta audiência, é extremamente importante para debater matérias tão relevantes para a sociedade brasileira, como o PLC 35, o PLS 182 e o PLS 352.

Gostaria, primeiramente, de começar a minha exposição dando, simplesmente, alguns fatos e dados do mercado brasileiro de cerveja.

(Exibição de eslaide.)

A indústria de cerveja no Brasil é centenária, vem de mais de 100 anos. E como Diretor do Sindicerv, quero dizer que estamos comprometidos há mais de 100 anos. Queremos estar nesse mercado por mais 100 anos. Isso é possível exercendo a responsabilidade perante os nossos consumidores e toda a sociedade brasileira. E todas as empresas associadas ao Sindicerv, todo o setor, está comprometido com essa responsabilidade.

É um setor muito representativo em nossa economia. Um dos maiores contribuintes do País, com cerca de R\$7 bilhões em impostos. O faturamento total das empresas associadas está na ordem de R\$14,5 bilhões. Gera cerca de 35 mil empregos – esse dado está um pouco desatualizado – diretos e 140 mil indiretos.

Com relação à produção de cerveja, como os senhores podem ver, nos últimos dez anos, ela vem se mantendo estável. Teve um salto em 94 de 6,5 para 8 bilhões de litros, devido ao Plano Real ser extremamente importante, quando o aumento do poder aquisitivo, isso sim aumenta um pouco o volume. De 95 até 2004 ele se manteve estável, com um pique em 2001 de 8,45 bilhões de litros. Teve uma quedinha em 2003. E em 2004 voltou a 8,5 bilhões de litros.

Os tributos incidentes sobre a produção – e eu me refiro aos impostos indiretos, como IPI, ICMS, PIS,

Cofins – representam 13,2% com relação ao PIB. Se os senhores compararem com outros países desenvolvidos como a Alemanha, Japão, vemos que o País já é sobretaxado.

A carga tributária sobre a cerveja, 35,6%. Significa dizer que o consumidor final paga no ponto de venda um terço do preço em impostos. Isso é muito importante. Um setor, hoje em dia, com 15% de informalidade e sonegação, isso é um número muito expressivo, da ordem de 750 milhões, sendo muito importante combater essa informalidade. O sindicato vem combatendo isso com muita força e sempre em contato e reuniões com a Receita Federal, porque isso causa uma competição desleal muito grande. Não tem como aumentar a produção em um terço para compensar uma informalidade, uma sonegação desse porte.

E o consumo de cerveja? O Brasil é conhecido por muitos como o País do futebol e da cerveja. Certamente do futebol, mas o país da cerveja é a República Tcheca. O consumo **per capita** litros por habitante/ano é de 159,4 litros. O Brasil tem a 27ª posição, com 50 litros **per capita**/ano.

Para V. Ex^{as} terem uma idéia, a Inglaterra que está ali na 7ª posição, tem o dobro do nosso volume per capita.

O consumo de cerveja no Brasil está estável há dez anos. Em 1994 refletiu, como eu disse, o Plano Real, o aumento do poder aquisitivo, o aumento no consumo per capita, mas ele vem se mantendo estável. Em 1995 chegou a 50 litros por ano; teve uma leve queda em 1999; e em 2004, 47,6 litros por ano.

Entretanto, apesar do mercado estável, de uma produção estável, como nós vimos na última década, o consumo irresponsável, não moderado de bebida alcoólica causa graves problemas na sociedade e o sindicato e as empresas associadas estão absolutamente comprometidas, como disse anteriormente, com a solução desse problema social que aflige a todos nós, todos os entes da sociedade brasileira. Tanto é que em 2003 a Organização Mundial de Saúde, convidou o representante da indústria para tratar do tema ingestão do álcool e saúde pública. Dessa reunião diretrizes do OMS ressaltaram a importância da cooperação entre a sociedade e o poder público para combater dois grandes males muito presentes na nossa sociedade. Não somente na brasileira, mas em todo mundo: beber e dirigir, e o consumo de bebidas alcoólicas por jovens.

Essas diretrizes foram novamente ressaltadas na última resolução da Organização Mundial de Saúde que foi aprovada em assembléia em maio de 2005, que nos itens dois e sete recomendava a intensificação da cooperação entre parceiros, para reduzir os problemas

associados ao uso indevido do álcool e a realização de consultas públicas com representantes da indústria, com o objetivo de buscar limitar o impacto nocivo do uso indevido do álcool.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para passar a cópia dessa resolução à comissão, que acho importante para o conhecimento de todos os Srs. Senadores.

A indústria de bebidas alcoólicas, os produtores reconhecem que o consumo irresponsável de álcool causa problemas sociais. Está muito preocupada com isso e vem exercendo a sua responsabilidade de forma ativa e transparente. Esses problemas são multifatoriais e complexos, não se dão simplesmente através da existência do álcool, como vimos na história recente, a lei seca nos Estados Unidos, o banimento da bebida não fez com que as pessoas parassem de beber, ao contrário, agravou os problemas de saúde pública, sonegação, gangsterismo, e outras coisas. Então, o problema é multifatorial e muito complexo. A indústria entende que não existe solução simples para um problema complexo como este. Somente o somatório das ações de todos os entes da sociedade civil, em parceria que vão trazer soluções efetivas para a solução desse problema tão grave na nossa sociedade.

A publicidade e o consumo.

Estudos recentes da Universidade da Pensilvânia e de Montana – um estudo econométrico de 2001 e um outro mais recente, em 2003 – fizeram uma análise e constataram que a propaganda tem pouco ou nenhum efeito no total do consumo de bebidas alcoólicas. Como disse o professor Nelson, “nossos resultados colocam em dúvida a eficácia das restrições à propaganda, em face de outras políticas públicas no setor.”

O SR. (Orador não identificado) – Então vocês estão gastando dinheiro à toa?

O SR. LUIZ EDUARDO OSÓRIO – Não, e eu vou chegar lá.

Sr. Senador, o dinheiro que se coloca na propaganda – e V. Ex^a vai vê ao longo dessa exposição – ele é feito para migração de marca. O que quero dizer com isso? O consumidor de cerveja é absolutamente infiel; se você não coloca dinheiro na propaganda ele migra para outra marca. Na verdade a propaganda serve para fidelizar o consumidor de outra marca para a sua. Por isso que o mercado é extremamente competitivo, a briga entre as marcas é muito grande. V. Ex^{as} devem ter acompanhado a propaganda do “Experimenta” da Schincariol e a da Ambev, com essa briga não aumentou o volume, mas houve a migração de uma marca para outra.

Esse estudo econométrico do Professor Luciano Coutinho, economista, fez uma correlação de volume de

vendas em dúzia com GRP, que é a medida comparativa do impacto quantitativo de uma campanha publicitária. Do ponto de vista estatístico, a correlação é 0,05, não dá para fazer uma afirmação que é estatisticamente significativa que o aumento de GRP gera aumento de volume. Então, isso foi visto em casos internacionais e trazido para a sociedade brasileira.

Os senhores verão que na Alemanha e no Reino Unido o consumo de bebidas...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Só para deixar bem claro, o Senhor está afirmando que, se de uma hora retirássemos a propaganda, por exemplo, de cerveja, o consumo não alteraria.

O SR. LUIZ EDUARDO OSÓRIO – O que digo é o seguinte: se o aumento na publicidade não aumentou o volume, podemos concluir que o seu banimento não vai reduzir o volume. Eu gostaria de mostrar dados. Na Alemanha e no Reino Unido, apesar do grande crescimento de propaganda, não caiu, e os Estados Unidos se mantêm estável nos últimos 10 anos. Os senhores podem ver na coluna amarela o enorme crescimento em investimento em publicidade e o lido per capita como vem caindo nos últimos anos.

O Reino Unido aumento nos últimos 15 anos em cinco vezes o seu investimento em publicidade e o mercado continua estável.

Esse é um estudo que também gostaria de passar, foi feito pela Federação Americana de Comércio e foi apresentado ao Congresso americano que demonstra que a linha azul é o aumento em publicidade, o vermelho e verde, no primeiro gráfico superior, é o volume de vendas e o volume per capto. Ele basicamente manteve-se estável, apesar do aumento em publicidade.

Embaixo é um gráfico que demonstra o resultado do que foi feito em escolas americanas, onde o consumo entre menores vem caindo. A conclusão, Sr. Senador, é que se o aumento de publicidade não aumenta o volume e serve para a fidelização do consumidor, podemos entender que o banimento da publicidade não vai também resolver esse problema, porque é um problema multifatorial e complexo.

Aí quero pedir licença, porque acho importante demonstrar esses dados, mas a solução do problema não é simplesmente uma solução simples de banimento de publicidade, mas um conjunto de diversas ações somadas que vão trazer uma solução eficaz. Se o Senhor me permitir, gostaria de entrar um pouco mais na solução deste assunto. Do ponto de vista de um caso concreto, a Tailândia que publicamente defende o banimento da propaganda, que está entre os 20 países mais populosos do mundo, com 63 milhões de habitantes, em 2003, praticamente baniu a propagan-

da da televisão e do rádio. Entretanto, no seu relatório de saúde pública do ano de 2005, que tenho comigo e que vou passar a V. Ex^{as}, relata que o número de jovens com idade inferior a 18 anos que consomem bebidas alcoólicas aumentou, ou seja, uma medida simplista não necessariamente vai trazer a solução que é do desejo de todos, inclusive dos produtores de bebidas alcoólicas que é o não consumo por menores de idade.

Quanto ao problema de álcool e direção, no exterior o número de acidentes foi significativamente reduzido com aumento de campanhas educativas, rigor na fiscalização e penas mais severas.

Esse é um gráfico da redução do número de acidentes com mortes nos Estados Unidos que reduziu em 39% em 1982.

Um outro estudo dessa (*Inaudível.*), demonstra que a principal motivação para o início do consumo entre jovens se dá por influência dos pais, em 76% dos casos, dos professores 23% dos casos, dos melhores amigos em 22% dos casos.

Quero dizer aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que é importante ressaltar que todos nós – instituições, cidadãos – temos uma co-responsabilidade com relação a esse assunto. Nós, pais, precisamos ter uma atuação dentro de casa, de diálogo com os nossos filhos. Os educadores precisam abordar o assunto e alertar para os ricos de consumo de bebida alcoólica. O poder público precisa continuar fiscalizando, cumprir as leis que já existem. A indústria aumentar cada vez mais suas campanhas educativas e por aí vai.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. LUIZ EDUARDO OSÓRIO – Já estou terminando, Sr. Presidente.

Quando se fala de leis, não é preciso criar novas leis, mas cumprir as que já existem. A lei que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica por menores de idade é de 1941, entrou em vigor em 1942 e ela foi novamente inserida no Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, é preciso intensificar a fiscalização, aumentar as penas e se cada um fizer a sua parte, certamente vamos ter soluções mais eficazes na nossa sociedade.

Falam de leis, falando somente para ressaltar, que não há solução simplista para problema complexo, a polêmica da Lei Seca, por exemplo, é muito associada, costumamos ler na grande imprensa, à redução de índices de criminalidade em algumas cidades.

Eu gostaria de parabenizar o trabalho da Prefeitura de Diadema. Diadema não fechou os bares, fez um Programa Jovem Aprendiz para os jovens, aumentaram a fiscalização, há maior incentivo aos policiais, campanhas educativas para conscientizar a população. Esse

conjunto de ações fez com que o índice de criminalidade venha caindo na cidade. Entretanto, em Barueri, que também tem a Lei Seca desde 1991, o índice de criminalidade não caiu. Santo André, que não tem Lei Seca, tem uma série de conjuntos de ações como essas que tratei aqui, no caso Diadema, vem significativamente reduzindo os índices de criminalidade.

Isso não sou eu que estou dizendo, Sr. Presidente. Estou aqui com um relatório que quero lhe passar em mãos. O próprio coordenador de análise e planejamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo diz que, “ainda que parcerias, os dados sugerem que a Lei Seca contribui para aprofundar a queda dos homicídios verificados na grande São Paulo a partir de 2001, mas não é condição necessária, pois a queda também ocorre em alguns Municípios sem Lei Seca. Também não é condição suficiente, pois alguns Municípios com Lei Seca tiveram aumento dos homicídios.”

Eu estou com o relatório aqui, Sr. Presidente. Quero lhe passar em mãos.

Resumindo, para enfrentar esses problemas tão sérios na nossa sociedade, precisamos intensificar as campanhas educativas – daí a importância do canal de comunicação, da publicidade, maior rigor na fiscalização e parcerias. É o somatório das ações de todos os entes da sociedade civil que farão com que nós tenhamos uma solução eficaz para esses problemas.

Aqui, apenas rapidamente, a empresa líder do setor vem intensificando muito suas campanhas educativas de consumo responsável. O senhor pode passar de forma corrida. Campanhas para educar.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O senhor já ultrapassou cinco minutos.

O SR. LUIZ EDUARDO OSÓRIO – Mais um minuto, Sr. Presidente.

Pode correr. Essas são algumas campanhas que os Senhores têm visto na televisão de alguns pontos de venda sobre o risco de bebida e direção e alertado o dono de ponto de venda de que bebida não pode ser vendida para menor de idade.

Estou aberto a perguntas, Sr. Presidente.

Desculpe ultrapassar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – As perguntas serão feitas no final, depois da exposição de todos.

Muito obrigado pela exposição.

Agora, eu queria registrar a presença do Deputado Wilson Cignachi, do PMDB do Rio Grande do Sul; do Diretor da ABTA, Diône Craveiro; da Assessora Parlamentar da ABTA, Gisele Arthur; do Assessor de Assuntos Parlamentares do Conar, Hudson Alves Moura e do Diretor de Relações Governamentais da Ambev,

Disraeli Galvão Guimarães, que se encontram aqui. E também dos nossos companheiros Senadores Geraldo Mesquita, Wellington Salgado de Oliveira, Aelton Freitas, Sérgio Zambiasi e Augusto Botelho.

O professor Cláudio Jerônimo da Silva, da Universidade Federal do Estado de São Paulo é o terceiro expositor. Com S. S^a a palavra.

O SR. CLÁUDIO JERÔNIMO DA SILVA – Srs. Deputados, Srs. Palestrantes e Srs. Senadores é um prazer estar aqui. Acho que esse encontro foi esperado por muito tempo e creio que ele seja um avanço.

Quero começar dizendo que existe um conflito de interesse entre a academia e a indústria da bebida, porque um quer vender mais, a menos que a indústria seja irresponsável, porque, se eu tivesse uma indústria, eu gostaria de vender meu produto e a academia, por meio de vários trabalhos científicos, apresenta que quanto mais se expõe o jovem ao álcool, maior a chance de ter problema e de ter dependência. Portanto, queremos diminuir o número de vendas. Não há parceria entre a academia e a indústria em hipótese alguma. Não estou falando de acadêmicos individualmente, eu estou falando em nome da academia.

Colocamos um consenso nos encontrando, no qual constam as ações para redução e para o controle do consumo de álcool. A Associação de Controle do Consumo de Álcool, que é uma sociedade organizada, tem um *site*, começou com uma sala com 30 pessoas, hoje temos um milhão de assinaturas até o final do ano, chegaremos em um milhão de assinaturas e há várias instituições, universidades e associações, os senhores podem entrar no *site* e conferir.

Como estamos fazendo um controle, o que já é uma palavra que já nos traz alguma recordação eventualmente ruim, eu gostaria de dizer que o princípio do controle do uso da bebida é muito simples: todas as pessoas têm direito a uma família, comunidade, ambiente de trabalho protegidos de acidentes, violência e outras consequências negativas ao álcool. Ninguém haveria de discordar – eu penso – dessa frase. Todas as crianças e adolescentes têm o direito de crescer num ambiente protegido das consequências negativas do consumo do álcool, na medida do possível, e da promoção de bebidas alcoólicas.

Peço desculpa, porque alguns *slides* estão em inglês. Eu os coletei de alguns lugares e não foi possível traduzir, foram apresentados em outros locais. Eu já coloquei assim: por que o controle e como se faz esse controle? Ali há várias coisas, como diminuir a venda, diminuir os horários de dias em que vende, maior efetividade em prevenção e restrição à propaganda.

(*Exibição de eslaide.*)

Aqui estão algumas estratégias que são ineficazes, do ponto de vista epidemiológico. Não estou falando de um ponto de vista mais micro, estou falando de quem olha o todo, a população brasileira. Por exemplo, educação na escola tem baixa eficácia. Mensagens em serviços públicos, contrapropaganda, porque nunca teremos dinheiro, o Estado não vai ter dinheiro que a indústria tem para fazer contrapropaganda à altura.

Aqui eu já coloquei as idéias melhores e práticas. Então, tem que ter uma idade mínima – e isso é papel do Governo, regulamentar essas coisas é papel do Estado. Assim como é papel do Estado proteger os seus cidadãos de eventuais riscos à sua saúde, de eventuais coisas que coloquem em risco a sua vida. Então, é responsabilidade do Estado, então, é o Estado que deve fazer essas restrições de horários de venda, de densidade de locais que vendem, e a controversa taxa, aumento de taxa, aumentando assim o preço. Isso, com certeza. Políticas públicas são um conjunto de ações, como em Diadema, onde conseguimos uma ação, e que houve sim uma melhora e que prova que essa ação sozinha, isolada, eventualmente não é eficaz em outros contextos, como, por exemplo, Barueri.

Outra coisa que eu gostaria de dizer rapidamente é que o Brasil está hoje no 27º lugar, como apresentou o colega, em consumo *per capita*. Hoje, a Organização Mundial da Saúde não faz mais cálculos baseados em consumo *per capita*, porque não é só o quanto se consome que é importante, mas como se consome. E o Brasil consome bebida alcoólica de um modo perigoso, tanto que o risco, que vai de um a quatro para o país ter problema relacionado ao álcool, no Brasil é três. E países que usam muito mais bebida que nós, o dobro, o risco é um, porque existem esses controles.

Sem dúvida, a discussão maior ficou em torno de qual bebida, o que é bebida alcoólica: é bebida que tem álcool. Bebida alcoólica é bebida que tem álcool. Para nós, e acredito que para a sociedade, fica muito difícil entender, por que fazer essa classificação, que me parece arbitrária e tira da lei algumas coisas, principalmente cerveja e vinho.

Com relação a beber e dirigir, também há que se ter um controle, intervenções breves, que são diagnósticos precoces, com programas de saúde da família, antes de chegar especialista, etc.

Aqui está o gráfico do número de homicídios de Diadema. Houve aquela ligeira queda, e essa queda teve significância estatística.

Homicídio: em dois anos, houve essa redução de 46%, com uma significância estatística aceitável.

Aqui, violência contra a mulher, que é uma coisa que pouco se fala.

Os projetos que estão aqui estão mais relacionados ao § 1º da lei, que fala sobre o teor alcoólico; o art. 3, que limita horário de propaganda, modelos de propaganda. Porque há advertências que dizem: “consuma com responsabilidade” ou “beba com moderação”. Os senhores sabem o que é beber com moderação? O que é? Quanto se pode beber? Para mim, a mensagem que fica é “beba”. Então, é preferível dizer quanto é que se pode beber, do que eventualmente fazer... depende muito. Então, há vários projetos que contemplam isso, colocar que é proibida a venda, fazer como se fez com o cigarro. Mas acho que tem que ter um certo cuidado no que vai colocar. Porque, se colocar muito genérico, como “álcool mata”, para o adolescente é muito longe. Então, o modelo de propaganda é muito importante. Discordo com relação a esse tipo de propaganda sobre a bebida, pois ela não está voltado para o adolescente, por uma série de fatores.

Já estou terminando, Sr. Presidente.

O preço, então, a taxação.

Diminuição do acesso. É aí que entra a propaganda também.

O que eu disse sobre contrapropaganda, ou tem uma eficácia que pelo menos não conhecemos. Informações no rótulo, também, não sabemos direito. A campanha na mídia é melhor diminuir a campanha da cerveja, em vez de aumentar a contrapropaganda de cerveja. Criar formas de avaliação constante, que a meu ver é a sociedade. Mudar a atitude da sociedade. Há muitas pessoas na sociedade que sofrem com bebida alcoólica, que concordariam com muitas das coisas que falei.

Eu só queria dizer ainda que existe uma tentativa de parceria da indústria com a academia ou com algumas pessoas da academia – algum ou outro acadêmico foi. E isso já ocorreu no passado, na Organização Mundial de Saúde. Uma pessoa saiu da coordenação da Organização Mundial de Saúde, foi trabalhar na indústria e fez a releitura dos estudos, inclusive dos que ele havia feito lá na Organização Mundial de Saúde, mudando um pouco a visão.

Então, quando se fala em trabalho científico, há de se pensar em metodologia e uma série de coisas, que não vem ao caso aqui falar.

Muito obrigado pela paciência, Sr. Presidente, e os senhores também.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência agradece a exposição do professor Cláudio Jerônimo da Silva. Quero informar que ele veio substituindo um outro professor, de forma que ele teve, no dia de ontem, apenas a tarde para se preparar. Por isso, alguns *slides* vieram em inglês.

O SR. CLÁUDIO JERÔNIMO DA SILVA – Tive a dura responsabilidade de substituir o professor Ronaldo Laranjeira.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Exatamente.

O próximo expositor é o vice-presidente de programação da Associação Brasileira de Televisão por assinatura – ABTA, Dr. Gustavo Leme, a quem passo a palavra para sua exposição.

O SR. GUSTAVO LEME – Sr. Presidente, muito obrigado pelo convite. Eu gostaria de cumprimentar nossos colegas de Mesa, os Senadores presentes. Pouco me restou a falar sobre publicidade na tevê por assinatura depois da brilhante apresentação do Sr. Edney Narchi, que é Diretor Executivo do Conar, uma entidade que, apesar de a BTA não ser uma entidade diretamente associada, somos parceiros de um mesmo mercado. Então, seguimos as mesmas regras. As agências, que são os nossos principais clientes, são seguidoras das normas do Conar, então, por consequência, a tevê por assinatura também segue as normas do Conar. Foi muito bem explicado por ele que a publicidade dentro da tevê por assinatura já sofre muitas regulamentações, e essas regulamentações ficaram comprovadas serem eficientes e suficientes na atual conjuntura. Também gostaria de dizer que, se for o caso de se tomar novas medidas educativas, a tevê por assinatura tem um papel muito importante por se tratar de um meio que está colocado em uma parcela pequena da população – apenas 8% dos domicílios com tevê -, porém uma parcela que tem um poder muito grande, que são domicílios de classe mais alta, A e B, principalmente, e tem um poder de formação de opinião muito grande. Portanto, estamos nos colocando à disposição caso haja o desenvolvimento de uma campanha de educação, que eu vejo como sendo uma medida complementar muito inteligente a ser tomada. Essa é a posição da tevê por assinatura.

Eu quero agradecer a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência, em nome da Comissão, agradece a exposição que V. Ex^a fez, e, com a economia do tempo, vai propiciar um debate maior no final.

O próximo expositor é o Dr. Pedro Gabriel Delgado. Ele é o Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, que tem um grupo instituído pelo próprio Presidente da República, destinado a estudar o problema da propaganda, do uso e das políticas públicas com relação a bebidas alcoólicas.

Com a palavra o ilustre Dr. Pedro Gabriel Delgado.

O SR. PEDRO GABRIEL DELGADO – Sr. Senador Gerson Camata, Sr. Senador Augusto Botelho,

Vice-Presidente da Comissão e também representante do Senado na Câmara Técnica de Álcool, que é do Conad, Conselho Nacional Anti-Drogas, que passará a se chamar Conselho Nacional de Políticas para Drogas e que é coordenado pelo Ministério da Saúde.

Eu queria também cumprimentar os demais Senadores e participantes da Mesa e, como os expositores anteriores, mencionar que considero extremamente importante essa discussão, embora seja uma discussão que venha se repetindo ao longo do tempo. Esse é um debate que não se dá aqui a primeira vez. Trata-se de uma questão que vem, de alguma forma, se caracterizando para a saúde pública no Brasil como um impasse a ser superado. Precisamos, de fato, produzir uma evolução nesse debate legislativo a respeito da propaganda e do controle da venda de bebidas alcoólicas. A minha exposição vai ser muito no ponto de vista da saúde pública.

Só para mencionar rapidamente o que é conhecimento público, o álcool é um grave problema de saúde pública no mundo inteiro, não só no Brasil. É importante mencionar que o número de consumidores é muito elevado, o número de pessoas que têm algum tipo de agravo relacionado ao consumo de álcool também é muito elevado e as mortes relacionadas ao consumo são extremamente expressivas, de magnitude importante e se dão tanto pelos agravos diretos à saúde pelo consumo do álcool como também pelos danos associados, acidentes, violência, etc, como já foi mencionado aqui.

É importante também mencionar para os Srs. Senadores que, de todas as drogas – esses são dados reiteradamente mencionados pela Organização Mundial de Saúde –, o álcool é o que causa maior dano à saúde, é o que tem maior impacto a respeito do bem-estar. São anos de vida perdidos, indicador extremamente importante que a saúde pública utiliza. Ele é dez vezes mais danoso do ponto de vista de saúde pública do que o conjunto de todas as demais drogas ilícitas. Eu estou excluindo o tabaco, que, também, é oito vezes mais danoso do que as demais drogas ilícitas.

(Exibição de eslaide.)

Rapidamente, desses dados de epidemiologia de 2002, queria chamar a atenção para dois pontos. Primeiro, um elemento nos servirá para discutir que a política para o álcool não pode ser também uma política nem intolerante, nem excessivamente tolerante. O uso na vida, para todas as faixas etárias no Brasil, está em torno de 68,7%. Ou seja, em torno de 70% da população faz uso do álcool na vida, o que significa que o consumo da bebida alcoólica está incorporado à vida e à cultura das pessoas, e a saúde pública não

pode ter uma medida ou um conjunto de medidas que desconheçam esse impacto expressivo que o consumo de bebidas alcoólicas tem na cultura, inclusive, um impacto – digamos assim – positivo como alguma coisa inserida na cultura desde o início dos tempos.

Por outro lado, no outro campo, temos ali um indicador da dependência que mostra que, no Brasil, de acordo com esse estudo, 11,2% das pessoas de 12 a 65 anos estão afetadas pela dependência do álcool. A dependência do álcool é o grau – digamos assim – mais grave de afetação pelo consumo do álcool. Ou seja, se, por um lado, temos que considerar que não é possível, nem desejável, nem racional, nem eficaz desenvolver uma política antialcoólica, dizendo à população que não beba em hipótese nenhuma, que o álcool é o elixir do diabo, por outro lado, não podemos deixar de reconhecer que o álcool causa graves danos à saúde pública, e alguma medida tem que ser tomada.

Aí são os custos para a saúde pública. Esses custos são apenas os das internações, que são subestimados porque o sistema de apuração desses custos é complexo, pois a pessoa se afeta pelo consumo de álcool também indiretamente com uma série de problemas de saúde secundários ao consumo do álcool, como é de conhecimento de todos.

Bom, agora queria falar, então, desse grupo de trabalho. Esse grupo de trabalho foi criado pelo Presidente Lula em 2003, é coordenado pelo Ministério da Saúde. Nele estão representados 14 órgãos federais. Ele ouviu diversas instituições. As instituições que estão aqui na mesa foram ouvidas nesse grupo de trabalho, durante esse período de dois anos e meio.

Foram feitas reuniões temáticas com especialistas, gestões de saúde, com a mídia, com a indústria de bebidas e ele resultou como produto em 53 recomendações para uma política para o álcool. Ou seja, produziram-se, discutindo no âmbito do Governo e na discussão com a sociedade, as recomendações que tenham esse caráter abrangente, que não seja nenhuma recomendação do tipo puritana antialcoólica e ineficaz, mas nem que seja também um conjunto de recomendações que desconheça a gravidade do problema do álcool.

As recomendações.

A primeira delas diz respeito diretamente aos três projetos que estão em discussão aqui. A alteração do conceito de bebida alcoólica. Consideramos inadequado, do ponto de vista legislativo, que uma lei – a Lei 9.294, de 1996 – trate, de maneira separada, as bebidas do ponto de vista conceitual.

Também estou de acordo com os expositores: bebida alcoólica é a bebida que contém álcool. Do ponto de vista técnico, a recomendação técnica do Ministé-

rio da Agricultura é que 0,5% como concentração é suficiente para definir a bebida alcoólica e, ao mesmo tempo, impede complicações, em algumas os sucos são fermentados, têm uma graduação bastante baixa que não gera problemas para a saúde.

Medidas.

É preciso alterar o conceito de bebida alcoólica. Os três Projetos de Lei que estão aqui propõem isso. A nossa proposta é que, em vez de estipular o líquido potável com qualquer teor alcoólico, se utilize, por razões puramente técnicas, o nível de 0,5%.

É preciso haver medidas visando à restrição da propaganda, horário e conteúdo. Vou comentar: considero muito oportunas as exposições do Conar e do Sindicato dos Produtores de Cerveja. Mas o que temos que contrapor – é um diálogo que já vimos tendo desde a constituição desse grupo – é que a propaganda tem um efeito comprovado sobre a questão dos padrões de consumo. Ela se dirige ao público jovem, induz padrões de consumo nocivo. O que o Prof. Jerônimo mencionou está no relatório sobre drogas da Organização Mundial de Saúde de 2004, um relatório que foi lançado no Brasil. O Brasil fez o lançamento mundial desse relatório, que mostra que a questão não é só quantidade de bebida **per capita**, mas as pessoas que bebem e de que modo bebem.

E nós interpretamos, pensamos, avaliamos que o tipo de propaganda que se faz no Brasil induz a um padrão de consumo perverso. O que significa isso? É o padrão de consumo, principalmente por jovens, associado a riscos, a consumo excessivo em momentos definidos. Por exemplo, é o consumo excessivo nos finais de semana. E associam-se a essa comportamentos, tanto de violência por conta do modo de apresentação. Na verdade, essa propaganda induz a um consumo nocivo.

Não discuto essa questão técnica, se visa à fixação de marco ou não. O que quero dizer é que, independentemente de aumentar ou não o consumo **per capita**, aumenta o consumo entre jovens. O consumo entre jovens – está comprovado estatisticamente – aumenta. E ela induz padrão de consumo nocivo. O padrão brasileiro de consumo é o padrão dos países na antiga União Soviética. É o padrão de beber de forma associada a outros danos, como violência, acidente e o consumo excessivo no final de semana.

Também recomendamos a vedação ao apoio a eventos públicos co-patrocinados pela indústria de bebidas. Estamos discutindo, no âmbito do Governo, da necessidade de haver controle do patrocínio de eventos, feito por empresas governamentais. Há um comitê de controle da publicidade, coordenado pela Secom, e estamos propondo ao comitê que examine

todos os patrocínios e não co-patrocine eventos ligados a bebida.

São 53. Estou resumindo bastante. Quanto à auto-regulamentação. Então, 53 recomendações foram passadas ao Sr. Presidente já anteriormente e compõem, na verdade, um elenco de medidas que pode já resultar numa política racional.

Vou fazer o comentário da auto-regulamentação. Pensamos – e temos dito às indústrias de bebidas e ao Conar – que há um esforço válido, que reconhecemos o esforço da auto-regulamentação, mas consideramos que é insuficiente e que é preciso haver uma avaliação mais sistemática do impacto que ele tem. Ele tem limites. Essa adesão voluntária a mudar o padrão de consumo tem limites. Não temos a avaliação de que a auto-regulamentação iniciada em 2004 produziu efeitos benéficos. Não temos, aliás, avaliação de que tenha produzido ainda nenhum efeito, porque a propaganda não cessou de recrudescer, inclusive com técnicas que consideramos que induzem a um consumo precoce, de acordo com a avaliação desse grupo de trabalho.

Também defendemos que se faça – o Conar sabe disso – um termo de ajustamento de conduta. Se vai ser feita a auto-regulamentação, até termos uma lei que controle a propaganda, que essa auto-regulamentação seja colocada no papel com quais os limites. E aí, o grupo de trabalho e a Câmara Técnica, hoje, no Conad tem recomendações sobre isso. Por exemplo: a indução de bebidas pelos jovens, a associação de bebida com desempenho esportivo, desempenho sexual, etc, que são técnicas utilizadas pela propaganda justamente para induzir o consumo da cerveja, e a cerveja é a bebida mais largamente consumida no Brasil de fato.

A saúde pública argentina está preocupada agora com a mudança do padrão de consumo na Argentina. Os jovens estão deixando de tomar vinho e estão tomando só cerveja, porque essa mudança desse padrão de consumo culturalmente arraigado vai induzir o padrão de consumo nocivo.

Concluindo, os avanços que se conseguiu depois da implantação desse grupo de trabalho que apresentou seu relatório foi: o tema do álcool está colocado na agenda da saúde pública brasileira definitivamente. Embora esta reunião seja uma de várias, eu acho que nós estamos caminhando para produzir uma solução.

A ampliação do atendimento dos usuários de álcool no SUS já vem sendo conseguida com bastante expressividade, porque os usuários de álcool também não tinham um lugar para serem atendidos. Eles eram atendidos sempre com má vontade no sistema de saúde. Eles eram vistos como aqueles pacientes que são pacientes por fraqueza de caráter, porque bebem

porque querem. Então, na verdade, os hospitais gerais se recusam a atendê-lo, nós criamos um programa agora para os hospitais atendê-los e não queremos que eles sejam internados em hospitais psiquiátricos, porque os hospitais psiquiátricos agravam o problema dessa situação do isolamento, os problemas sociais e o estigma associado ao consumo do álcool.

Finalmente, quanto à criação de associações da sociedade civil para controle do álcool, nós vemos essa iniciativa como um esforço meritório.

Houve a criação, portanto, dessa Câmara Especial de Políticas, que quero dizer aos Srs. Senadores que é o órgão, mais até do que o Ministério da Saúde, de interlocução, para discutir a legislação, discutir as políticas, porque ele é coordenado pelo Ministério da Saúde, mas ele tem essa perspectiva setorial. Ele é coordenado pelo MS, com 16 representações de associação, inclusive representantes aqui, como eu disse ao Senador Augusto Botelho, do Senado e da Câmara, e representação do Conar. É o órgão onde se debate e se faz essa pactuação.

Creio que é um problema muito grave e é um problema que exige, de fato, pactuação entre os atores implicados.

Agora a posição do MS em relação a isso.

O Ministério da Saúde apóia todas as iniciativas que sejam importantes do ponto de vista da saúde pública. Consideramos importante, do ponto de vista da saúde pública, o controle da propaganda. O GTI não se pronunciou pelo banimento da propaganda. Ele se pronunciou pelo controle.

Nós achamos que não são as bebidas destiladas que têm que ter o controle do horário. Nós achamos que são todas as bebidas. A questão da propaganda afeta obviamente mais a cerveja, porque o mercado de vinhos não anuncia tanto nos horários e nem tão profusamente como a cerveja faz. Então, é o controle do horário e do conteúdo.

As propostas que estão aqui consideramos que são relevantes. Se for possível até uma redação única – aí não entendo da técnica parlamentar – de tal maneira que esses projetos pudessem caminhar de uma forma mais unificada na sua trajetória aqui no Parlamento. E adotar o conceito que está no Projeto de Lei do Senado nº 352, do meio grau da Lei Gay-Lussac, para eliminar uma polêmica inútil, porque essa polêmica inútil de 0.5 é apenas a graduação técnica de alguns tipos de sucos de fruta.

Era essa a contribuição que o Ministério queria trazer a esta audiência.

Obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência agradece, em nome do Senado,

a contribuição que a exposição do Dr. Pedro Gabriel Delgado traz a esse debate, e esta audiência pública, Dr. Pedro, objetiva realmente tentarmos uma redação única para os três projetos.

A Presidência também está na presença dos Senadores Cristovam Buarque e Marco Maciel, que estão agora presentes na reunião.

O próximo expositor é o Presidente da União Brasileira de Vitivinicultura Uvibra, Dr. Danilo Cavagni.

Com a palavra, para sua exposição.

O SR. DANILO CAVAGNI – Gostaria de, inicialmente, cumprimentar o Senador Gerson Camata, Presidente desta Comissão, o Senador Sérgio Zambiasi, que está aqui presente, o Deputado Wilson Cignachi, que são dois dos nossos grandes companheiros do setor de vinícolas do Rio Grande do Sul e expor, talvez aqui já esteve exposto o contraditório, mas vamos discutir sobre ele.

(Exibição de eslaide.)

De toda maneira, quero dizer que o setor vitivinícola do Rio Grande do Sul especialmente é composto por um universo de 16 mil famílias de pequenos produtores rurais, que englobam o universo também de cerca de 100 mil pessoas, direta ou indiretamente, trabalhando nessa atividade, e quero falar, sim, do consumo **per capita** brasileiro, porque acredito que é o único dado confiável que temos hoje, é efetivamente o volume produzido e volume consumido **versus** população brasileira. Esse consumo hoje não chega e historicamente nunca ultrapassou a 1.7 **per capita**/litro, quando sabemos que os franceses tomam 60 litros **per capita**/ano; os espanhóis tomam 55; os italianos, 55; os nossos irmãos argentinos tomam 40; os uruguaios tomam 33, nós tomamos 1,7 litro **per capita**/ano.

Então, não acredito que também o vinho possa ser classificado como um dos produtos que tenha ou deva estar causando qualquer malefício à saúde pública brasileira. Pelo contrário, queremos colocar a nossa posição de que o vinho efetivamente é um produto de saúde.

Nessa situação, gostaria de invocar, antes disso, um projeto do Senador Pedro Simon, Projeto nº 395, de 2003, que altera a Lei nº 7678, que é a lei específica de vinhos. Em seu art. 3º, essa alteração diz o seguinte:

“Vinho é o alimento obtido exclusivamente pela fermentação alcoólica do mosto simples da uva sã, fresca e madura.”

Vinho é isso. A classificação do vinho seria alimento. E isso já o Parlamento espanhol, numa recente lei, também de 2003, fez essa mudança na lei espanhola e transformou o vinho na consideração de que

seja um alimento em função de todos os seus componentes e suas virtudes até terapêuticas em função do seu consumo regular.

Hipócrates, há 400 anos antes de Cristo, já dizia que o vinho é uma bebida maravilhosamente apropriada ao homem, tanto na saúde quanto na doença, se bebido com moderação e na bebida adequada à constituição de cada indivíduo.

Acrescentaria mais – esse já é mais ou menos a cópia da afirmação de Hipócrates –, diria mais, que essa vontade de dizer que a bebida alcoólica faz mal à saúde, no caso específico do vinho, que também pode ser considerada uma bebida alcoólica, eu diria é que meia verdade. A outra meia verdade é de que o vinho, existem provas científicas, se tomado em certas condições, é benéfico à saúde.

Essa é a contradição que existe e deve ser colocada.

De toda maneira, vemos hoje, com uma frequência muito grande a Medicina ligando o vinho à saúde e falando da Medicina e do vinho.

Este é o paradoxo francês, que já é bastante conhecido nos meios médicos, que diz que os franceses têm uma maior longevidade – e se estudou isso cientificamente –, consomem cerca de cem garrafas de vinho por ano; comem o maior índice de gorduras, que são os queijos, especialmente, e bebem vinhos nas refeições. Por isso, essa curva que existe é de que o consumo de vinho diminui os riscos de morte por acidentes cardiovasculares. Então, isso está provado cientificamente.

Na verdade, é necessário dizer que vinho tomado com moderação, – que se sabe quanto é hoje; representa um a três copos por dia – regularidade e durante as refeições, porque vinho é um complemento alimentar, é benéfico à saúde.

Esse diagrama mostra, de certa maneira, uma pessoa que come comidas ricas em gordura e toma vinho – faz a ingestão de 250ml de vinho. Vejam a curva que se estabelece. Depois de quatro horas a absorção e diluição de gorduras chegando praticamente ao índice de antes de iniciada a refeição. Esse é um dado científico que existe.

Então, vinho – segundo estudos – é benéfico ao pulmão. Esse é um estudo do Instituto Nacional do Coração e Pulmão, de Londres. Diminui citocinas inflamatórias dos macrófagos alveolares do pulmão, pela ação do resveratrol, um componente que existe no vinho.

Trata-se de um estudo da Universidade de Búfalo, nos Estados Unidos, que diz que o vinho melhora a função pulmonar, especialmente os vinhos brancos. Existem estudos do vinho e a menopausa, do Dr.

Calabrezzi, na Itália, em que também novamente o resveratrol e também a quercitina são componentes importantes e eliminam isso.

Eu peço desculpa para os senhores porque não sou médico; sou contador de profissão. Mas essa é uma matéria levantada por um médico, Dr. Jairo Monson Filho, que talvez pudesse aqui melhor explicar toda essa situação.

É uma pesquisa feita na França, bastante abrangente, para a qual pesquisaram-se 7.598 mulheres com mais de 75 anos, em que 60% não bebiam vinho e outras 40% bebiam. Os resultados foram de que de uma a três taças houve um aumento da massa óssea. Com mais de três taças os efeitos se transformaram em danosos aos ossos. Quer dizer que novamente houve a volta à moderação.

Também existe ligação de vinho com longevidade. Por intermédio de um estudo do Dr. Michel Roizen, diz-se que uma ou duas taças de vinho por dia atrasam o relógio biológico.

É um estudo de vinho e demência, que diz que quem ingere 250ml a 500ml de vinho por dia, nas refeições, tem 75% menos chance de desenvolver a doença de Alzheimer.

Então, as evidências são de que o vinho tem características cardioprotetoras, tem efeitos antioxidantes potentes, antibióticos, antivirais, anticancerígenos, anti-inflamatórios, rejuvenecedores. Enfim, o que se pode esperar de melhor no vinho.

Nós achamos que dentro dessa matéria haveria o lado bom de poder dizer que o vinho é benéfico se tomado com moderação, regularidade e durante as refeições. Não se vê jovem tomando vinho por aí, nos bares. É difícil ver isso. É muito difícil, hoje em dia, ver isso, porque o vinho é um produto ligado à alimentação. Então, se tomado dentro dessas condições, ele é benéfico à saúde. Sendo assim, gostaríamos que o vinho tivesse, sim, tratamento especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência agradece a exposição do Dr. Danilo Cavagni. O próximo e último expositor – logo em seguida, serão abertas as perguntas – é o Dr. Frederico Nogueira, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra).

Com a palavra o Dr. Frederico para sua exposição.

O SR. FREDERICO NOGUEIRA – Bom dia. Obrigado, Senador Gerson Camata, Presidente da Comissão, e demais Senadores. Em nome da Abra – Associação Brasileira dos Radiodifusores, entidade que congrega a Rede TV, a Rede Bandeirante de Televisão e o SBT, que congrega mais de uma centena de

rádios espalhadas pelo Brasil, entre elas, a Band FM, a Rádio Bandeirantes, a Rádio Alfa, a Rede 89 de Rádio, agradecemos o convite feito ao nosso Presidente João Carlos Saad, que, infelizmente, não pôde estar presente na reunião desta Comissão.

Depois de tudo o que foi falado até o presente momento, o grande x da questão é a dicotomia entre a restrição e a proibição da publicidade. É disso, em suma, que estamos falando. No caso da Abra, advogamos que o que temos de cuidar é, único e exclusivamente, da restrição. E a restrição já vem sendo feita. Acreditamos nisso porque cremos que o principal ponto dessa questão é a educação, a qual vai do fortalecimento da família, do seu embrião nato, que é a questão familiar. A Abra, nesse sentido, tem apoiado todas as campanhas de utilidade pública do Ministério da Saúde – não só do Ministério da Saúde, mas também de outros Ministérios –, seja por meio da veiculação graciosa ou da veiculação de campanhas educativas de forma gratuita.

Ainda, por meio de nossa programação televisiva, temos procurado mostrar, de forma educativa, nas nossas séries e novelas como são e os transtornos causados pelos drogados, pelos bêbados. Então, temos consciência de que, do ponto de vista educacional, temos contribuído muito.

Acreditamos que a restrição já está embasada na Lei nº 9.294, de 1996, e em todos anexos do Conar, que também tratam do mesmo assunto.

Cremos que não há necessidade da proibição porque ela tem demonstrado, como em alguns casos que passarei a citar a seguir, que não tem dado o efeito da maneira como se gostaria. Por exemplo, podemos citar o caso do próprio Brasil, onde a proibição do cigarro na publicidade não trouxe uma diminuição na fabricação de cigarros. Muito pelo contrário, houve um aumento da produção de cigarros nos últimos anos. Podemos citar o caso da Inglaterra, onde os bares fecham às 23h, mas, de qualquer maneira, o consumo **per capita** tem subido de forma assustadora. Podemos citar o caso dos Estados Unidos, onde há restrições ferozes e críticas, principalmente em alguns Estados, e o alcoolismo feminino tem sido uma questão grave e séria e está sendo tratado como um problema de saúde pública. Em outros países, podemos citar, de maneira genérica, o caso das drogas ilícitas, que não têm obviamente permissão para a publicidade e, mesmo assim, têm crescido de forma assustadora.

No nosso entender, o que de mais importante tem a ver com essa questão é que, se formos buscar o preceito constitucional que trata do assunto, ele fala, de forma muito clara, em restrição e não fala, em momento algum, em proibição.

Essa é a opinião da Abra. E, por ser o último a falar, obviamente, teria que falar muito pouco para não ser repetitivo nem enfadonho.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado. Muito agradecido ao Dr. Frederico Nogueira, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra).

Proponho ao Plenário, aos Senadores já inscritos, que façamos todas as perguntas e, depois, todos responderão. O primeiro inscrito é o Relator, Senador Sérgio Cabral, um dos autores do convite. S. Ex^a não pôde comparecer. Então, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, autor de um dos projetos, será o primeiro a fazer as suas perguntas.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. convidados e expositores, de fato esta audiência, particularmente para mim, tem sido muito esclarecedora e absolutamente útil para as minhas reflexões acerca do tema. Em princípio, já me declaro logo, não sou hipócrita, sou usuário extremamente moderado de bebida alcoólica, tomo o meu vinhozinho, em homenagem até ao Senador Sérgio Zambiasi, até porque estou perdoado eternamente, porque Cristo tomava vinho, então, não tenho esse peso na consciência de estar cometendo nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a, então, está convidado para ir, hoje à noite, à Embaixada da Argentina, que fará uma exposição de vinhos argentinos e carnes.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Que beleza!

Também, Senador, não sou falso moralista. Faço questão de registrar esses dois fatos, porque vou me referir a outros que alguém lá na frente poderia dizer: “O Geraldo está aí cheio de...” Então, quero deixar isso muito claro.

Na verdade, o projeto que ofereci ao Senado... Por sinal, Senador Zambiasi, o interessante é que pouco tempo atrás percebi que os nossos projetos, na verdade, não são nossos, mas do Senado. Neste ponto, operamos com perfeição, está aqui: projeto de lei do Senado, não é projeto de lei do Senador Geraldo Mesquita, é do Senado. Considero isso muito apropriado, porque dilui a responsabilidade no tocante ao que propomos aqui.

Declarei logo a minha condição de usuário moderadíssimo de bebida alcoólica porque seria um contrassenso eu vir aqui ao Senado propor a ingestão ou uso

de bebida alcoólica. Como diz o pessoal aí no meio da rua: quem quiser beber, beba, quem não quiser, não beba. Não estou preocupado com esse aspecto em particular. A preocupação básica que me levou a formular esse projeto e oferecê-lo à Casa prende-se, basicamente, a dois aspectos: o primeiro, já abordado aqui pelo Dr. Pedro, por alguns outros expositores, que é a questão da conceituação. O que é bebida alcoólica? E, para não me mostrar intransigente, se isso é uma questão técnica, não sou especialista no assunto, como disse o Dr. Pedro, para superar qualquer questão técnica, ele sugere, e a própria comissão designada pelo Presidente da República propõe, que bebida alcoólica seja aquele líquido que tenha acima de 0,5% de álcool. Concorde, não tem problema algum. Essa, como já foi dito aqui, é uma tentativa de se consolidar uma legislação nesta Casa. Nesse ponto, estou de acordo, não tenho o menor problema.

A questão que sucede a essa e que, para mim, é de tamanha importância também, é o envolvimento do próprio Estado. O meu raciocínio é o seguinte: ele é linear, mas acredito que...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Já, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – São três minutos, mas V. Ex^a tem mais um minuto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Entendo o seguinte: o Estado que, a rigor, é o titular das emissoras de televisão e rádio – tanto assim que são concedidas à iniciativa privada, por sinal, nesta Casa aqui – recebe com uma mão e entrega com a outra. Eu, até hoje, não tinha encontrado assim um argumento positivo forte, decisivo, para sustentar a minha tese da supressão do comercial de bebida alcoólica. E foi o Dr. Luiz Eduardo que me deu esse argumento decisivo, por incrível que pareça. É por isso que pedi que o senhor fixasse aquela afirmação que o senhor fez de que a supressão da propaganda de bebida alcoólica não diminuiria o consumo da bebida. Portanto, não diminuiria o recolhimento de tributos ao Estado. Isso é fundamental, porque eu palidamente sustentava a minha tese no fato de que o Estado se apropria da arrecadação dos tributos – e este é um aspecto positivo da propaganda de bebida alcoólica –, mas, seguramente, desembolsa, do outro lado, nos hospitais, no trato dos agravos resultantes da ingestão de bebida alcoólica, tanto ou mais do que arrecada, seguramente.

Então, a minha tese sempre foi essa. Repito, para que fique bem definida essa questão. Não estou aqui propondo a proibição. Se Cristo tomava o seu vinhozinho, não sou eu que vou ser aqui a palmatória do mundo e propor algo que proíba a ingestão de bebida alcoólica. Agora, é apenas um contra-senso que o Estado, mediante instrumentos seus que são concedidos à iniciativa privada, permita – repito ainda mencionando mais uma vez o Dr. Frederico e outros aqui – que a juventude seja atraída para uma verdadeira armadilha no nosso País.

Por isso que falei aqui que não sou falso moralista. Mas a propaganda de bebida alcoólica – e cerveja, para mim, é bebida alcoólica. Falo cerveja, porque, talvez, 90% da propaganda de bebida se refira à cerveja no nosso País. Tenho-a inclusive como concorrência desleal com os filmes pornôns, que só são veiculados em canal fechado, com assinatura etc. –, a propaganda de bebida alcoólica, particularmente de cerveja, em nosso País, faz uma verdadeira concorrência desleal com os filmes pornôns divulgados na televisão fechada no nosso País. É uma verdadeira armadilha à juventude do nosso País.

Depois que o Dr. Luiz Eduardo afirmou peremptoriamente que a supressão da propaganda nas televisões e rádios não diminuiria o consumo, quem sou eu para dizer o contrário? Acho que diminuiria. Mas é ele, com a autoridade de diretor de sindicato, que está afirmando isso. Não sou seu. Acho que diminuiria, porque estamos em um raciocínio também linear, considerando o seguinte: “Olha, vamos proibir hoje, e amanhã já diminui”. Ora, desde menino que vejo propaganda de bebida. Não digo na televisão, porque já estou muito velho, e, televisão, comecei a ver depois de 12, 13 anos de idade. Há um tempo enorme assistimos ao massacre, àquela propaganda massiva, maciça, à indução, à coerção, por vezes.

Então, não seria de uma hora para outra que teríamos como mensurar essa... o Dr. Luiz Eduardo citou aqui estatísticas de outros países e tal. Quem sou eu também para duvidar disso? Eu apenas... A minha convicção pessoal é de que, pelo menos o Estado – estou me referindo aqui ao Estado –, poderia ficar com a consciência tranqüila de que não coloca um instrumento seu, ou seja, rádios e televisões a serviço do assédio à juventude deste País, a serviço da cooptação da juventude deste País para o vício.

O Dr. Frederico, por exemplo, repetiu a mesma coisa no tocante ao consumo de tabaco e cigarro, ou seja, que a supressão da propaganda não diminuiria o consumo.

Permito-me aqui modestamente discordar dos dois. Acho que diminuiria sensivelmente, embora am-

bos tenham muito mais autoridade do que eu para dizer que não diminuiria.

Então, para resumir: o que propõe o Senado? Que bebida alcoólica seja aquela que contenha a partir de 0,5% de teor alcoólico, apesar de, inicialmente, eu ter proposto que fosse aquela que contivesse qualquer teor alcoólico. Mas, após ouvir o Dr. Pedro apresentar as questões técnicas, que não conheço em profundidade, concordei com ele. Agora insisto e vou defender com unhas e dentes aqui nesta Casa que trabalhemos no sentido de estabelecer limites. Neste ponto não concordo com o Dr. Pedro, que acha que a supressão total aprovada pelo menos nos veículos públicos, concedidos à iniciativa privada, não diminuiria o consumo de bebida alcoólica. Está aí o argumento decisivo dado pelo próprio Sindicato dos Produtores de Cerveja; não sou eu que estou oferecendo o argumento, é o Sindicato.

A preocupação do Estado é sempre esta: a arrecadação. Dessa forma, não diminuiria a arrecadação. Portanto, o Estado poderia estar tranqüilo de que não estaria se colocando como instrumento de cooptação, de envolvimento da nossa juventude no tocante ao consumo de bebida e também tranqüilíssimo em relação à permanência, à continuidade da sua arrecadação, que sei que é grande, é expressiva. O Estado continuaria recolhendo os tributos tranqüilamente, sem qualquer problema decorrente da diminuição da arrecadação dos mesmos.

Então, continuo a defender a supressão total do anúncio de bebidas alcoólicas na televisão e nas rádios brasileiras. E repito, para que fique bem claro, que quem quiser fazer propaganda que faça de qualquer outra forma, menos em um veículo público, que é colocado à disposição da população e que alcança grande massa, inclusive. Portanto, é uma responsabilidade do Estado, passa a ser uma responsabilidade do Estado.

O projeto que eu ofereci e que o Senado adotou está aí para que possamos, a partir dele e de outros, continuar essa discussão, que acho salutar. Espero que possamos chegar a bom termo e a um consenso com vistas a uma única redação.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita. As respostas serão dadas depois a todos os inscritos.

Inscrito ainda o Senador Augusto Botelho e, logo a seguir, o Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Bom dia a todos. Agradecemos a presença de todos os senhores aqui.

Gostaria só de dar um enfoque: estamos discutindo aqui um assunto que trata de uma doença grave, que atinge, no nosso País, a cifra de 11,2% de uma população de 180 milhões. Portanto, 20 milhões de pessoas são dependentes de álcool em nosso Brasil, ou seja, 20 milhões de pessoas só vivem se tomarem um pouco de bebida alcoólica. Esta é a situação em que se encontra o nosso País.

Estamos falando em propaganda e tal, mas o foco principal é as pessoas doentes deste País, as 20 milhões de pessoas que estão nessa situação. A Amazônia tem 22 milhões de habitantes. Seria toda a Amazônia doente de alcoolismo.

A minha visão é no sentido de que realmente não podemos ser radicais em não conversar, não discutir, não dialogar. Cento e setenta mil empregos são gerados pela indústria, no caso específico da cervejaria. Mas os 20 milhões a que me referi correspondem a toda a indústria do álcool no Brasil.

A nossa proposição é no sentido de conversarmos a fim de encontrarmos soluções e caminhos. Se os caminhos forem suprimir a propaganda no horário em que as crianças assistem à televisão – qualquer tipo de propaganda de bebida alcoólica –, eu concordo que ele tenha que ser seguido. Terão prejuízo as empresas de propaganda, talvez as empresas produtoras de cerveja, mas isso não é nada diante dos vinte milhões de pessoas que são doentes, que são dependentes alcoólicos. Eles próprios são dependentes alcoólicos. Nós não estamos considerando a morbidade causada pelo alcoolismo em torno do eixo familiar, da estrutura familiar: as agressões à mulher, às crianças. A maioria dos homicídios ocorridos neste País tem álcool no meio. Mais da metade dos acidentes de trânsito tem álcool no meio.

Assim, nós estamos aqui – é lógico, cada um está defendendo o seu ponto de vista –, mas não podemos perder o foco das pessoas que sofrem com isso aí. Essa é uma responsabilidade tanto da indústria da cerveja como também nossa, desta Casa que legisla, como do Ministério da Saúde e da Universidade. Não podemos radicalizar e brigar. Temos que achar soluções e caminhos nos quais possamos caminhar. Um exemplo é o cigarro. Estamos com a intenção de tentar substituir a cultura do cigarro por outras culturas que não sejam tão agressivas. Com relação ao cigarro, estamos mais à frente do que com o álcool.

Eu quero deixar bem claro na cabeça de V. S^{as} e dos ouvintes da TV Senado que é isso que estamos discutindo. Não existe uma família que não tenha um caso de alcoolismo nesta Casa. Tenho certeza disso.

Eu gostaria de obter mais detalhes do Dr. Pedro Gabriel. Na minha cabeça, realmente 0,01% de álcool

já seria bebida alcoólica. Eu entendia assim. Mas, hoje de manhã, ele me explicou um pouco sobre isso. Eu gostaria que ele explicasse melhor por que o Ministério da Saúde admite 0,5% de bebida alcoólica.

Eu devo dizer que eu tenho alcoolistas nos dois lados da minha família, materno e paterno. Festejamos em Roraima, o Dia do Médico, a Semana do Médico, e eu bebi duas latas de cerveja. Não sou totalmente contra o álcool, mas sou contra o pai, por exemplo, induzir seu filho a beber por achar que ele já está ficando adulto. Existem certas filosofias, neste Brasil, que temos que mudar. Refiro-me não só ao álcool, mas também “ao rouba, mas faz”, que se fala tanto neste País. Alguns, da nossa política, ficam impunes, porque roubam, mas fazem. Agora estamos em outra fase. Rouba, mas faz, mas vai preso. Graças a Deus, estamos evoluindo para isso. *[Risos.]*

Eu não entendi bem quando ele disse que a propaganda do álcool não influi no consumo da cerveja. Eu gostaria de obter mais esclarecimentos do Dr. Luiz Eduardo Osório sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado, Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente desta Comissão.

Concedo a palavra agora ao Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Componentes da Mesa, caros Senadores, eu realmente hoje vim mais para ouvir e acabei me interessando pelo assunto. O Sr. Mozarildo e o Sr. Botelho estão de parabéns, porque é muito importante este debate.

A questão fundamental foi colocada pelo Luiz Eduardo. Eu não colocaria essa posição num debate se estivesse no seu lugar. Se ela for verdadeira, vou defendê-la até o final. Ou seja, que a propaganda não vai alterar o consumo. Em sua exposição, V. S^a citou dois países onde não existe mais mercado e, assim, lá se pode fazer propaganda à vontade porque o consumo não vai aumentar. Esse é um caso completamente diferente do Brasil. Eu acho que aqui a propaganda aumenta o consumo sim.

Nos dados que V. S^{as} apresentaram, vi coisas interessantes. Primeiro, a questão da violência contra a mulher. Eu acho que isso é fundamental na propaganda de bebida. Isso porque colocam lá sempre alguém bebendo com uma mulher maravilhosa. O cara bebe, chega em casa tem uma mulher feia, bate nela. *[Risos.]* Ele já está bêbado... Vocês sempre colocam alguém com uma mulher maravilhosa... Eu tomei só um porre na minha vida, na cidade do nosso Presidente, em Vitória, e foi por causa de mulher bonita também. Sentei, comecei a beber uma vodca, conversando

– só tomei um na minha vida –, e aí quando você vê você tomou um porre, a louca foi embora... *[Risos.]* ... eu nunca mais vi.

Então, o segredo é realmente essa propaganda, que induz, concordo plenamente com o nosso Senador.

E a segunda também, é outro dado interessante, é que se você tomar mais do que três doses você vai diminuir o osso e até três doses aumenta. Então, padre que reza mais de três missas tem problema. *[Risos.]* Porque vai tomar vinho, não é isso?

E achei também superinteressante a posição de V. S^a, que não planta uva, não produz vinho, é contador e é Presidente da Associação, então deve beber bem, deve entender. É isso não é? Deve ser.

O SR. DANILO CAVAGNI – É verdade. Faço controle de qualidade diariamente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É claro. Tem que ser por uma razão dessas.

Então, está de parabéns o Senado por trazer este debate. A propaganda realmente induz os jovens, tem que ser controlada. Fiz uma pergunta ao Senador Marco Maciel, que é o grande guru do Senado: por que, em filmes americanos, quando aparece bebida, ela está sempre dentro de um saco e fica lá dentro enquanto é ingerida? Alguém sabe responder isso? Algum dos componentes da Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – É proibido beber em público.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Proibido beber em público. Isso não temos no Brasil. Porque em todo filme americano quando o camarada vai beber, põe no saco, bebe, e no momento em que fecha já não é mais beber em público. Então, também na lei poderia ter alguma coisa nesse sentido, na nossa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – *[Inaudível.]* em público não é proibido beber.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eram essas as colocações que queria fazer. A análise dos dados leva a conclusões diferenciadas. A questão do padre, do espancamento da mulher. Acho que o segredo está justamente aí na propaganda, que induz, sim, o jovem a beber, e se ele beber vai se um homem de sucesso, a verdade é essa, ele vai conquistar muitas mulheres bonitas, vai ter dinheiro, vai ter carros maravilhosos. Essa é a grande questão aqui. Está induzindo o jovem a isso. Na verdade, se não trabalhar não vai ganhar dinheiro, não vai ter mulher maravilhosa, não vai ter nada. O segredo da vida é realmente trabalho.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Presidente pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador.

Pela ordem, Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Tenho um outro assunto que queria apresentar e não o fiz porque não achei oportuno, preferi iniciar o debate com o tema aqui discutido. Trata-se de um assunto que diz respeito a todos nós, ao Senado, aos expositores, ao Senador Gerson Camata, a todos, enfim, ao País e, particularmente, às universidades públicas deste País.

Queria, a título de sugestão à Presidência da Comissão de Educação nesta Casa, uma Comissão respeitável que tem na sua Presidência um Senador de igual responsabilidade e respeito e que goza da confiança de todos nós, sugerir, Presidente, o comando de greve das universidades federais está tentando, há vários dias, eu diria até desde o início da deflagração da greve, uma audiência com o Ministério da Educação. Por incrível que pareça, essa audiência ainda não se realizou.

O comando de greve está já apelando a esta Comissão, me pediram os representantes do movimento de greve, que recomendasse, que sugerisse à Presidência desta Comissão que intercedesse junto ao Ministério da Educação, junto ao Ministro da Educação para que S. Ex^a, de forma democrática, de forma civilizada, receba o comando de greve, seus representantes, e abra ou reabra o debate para o que for, mas reabra o debate. Isso é o mínimo que S. Ex^a deve às instituições de ensino neste País. Acho que a postura intransigente do não recebimento, do não diálogo é uma postura que por si só demonstra a ausência do espírito democrático que deve nortear principalmente um Ministério como o Ministério da Educação.

Portanto queria deixar a título de sugestão, que V. Ex^a, com a autoridade que tem de Presidente da Comissão de Educação, interceda particularmente junto ao Ministro da Educação para que o comando de greve seja recebido e as negociações sejam reabertas para que possamos decidir essa questão que já pende de decisão há quase dois meses.

Era a sugestão que queria deixar a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – *[Falha na gravação.]* de V. Ex^a está até para receber o comando de greve aqui exatamente para conversar e queria convidá-lo, assim que tivermos a data e a hora, para participar da reunião.

A informação que tenho é que o Ministro chegou hoje com o Presidente da República, S. Ex^a estava no exterior acompanhando o Presidente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – *[Fora do microfone.]* mas o Ministro se nega a receber.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Aliás, esse Ministro me pareceu, eu o ouvi na reunião da Unesco, de um bom preparo, S. Ex^a fez uma coisa muito interessante, desculpe-me dizer aqui. Quando se fala em português numa reunião da ONU, paga-se uma taxa extra para o tradutor, porque o português não é considerado idioma da ONU. Então o Ministro chegou com o discurso em português e traduzindo na hora leu o discurso no espanhol de Cervantes. Não portunhol não, espanhol. Depois, eu o acompanhei na reunião que S. Ex^a teve com a Ministra da Educação dos Estados Unidos, que lá se chama Secretária de Educação, e a Ministra da Educação da África do Sul, S. Ex^a também falando um inglês muito bom, de modo que tem uma boa circulação. Ele é muito conhecido na área internacional. Pareceu-me que um Ministro que dialogou tão bem lá na Unesco certamente vai dialogar bem aqui com nossos professores.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – *[Fora do microfone.]*... que S. Ex^a dialogue em espanhol. *[Risos.]*

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Fiquei impressionado. É o Ministro mais jovem do Presidente e me pareceu de um preparo muito respeitável na área internacional. Tanto que chegou a ser dada na mão de S. Ex^a a presidência de uma daquelas reuniões. Foram debates muito proveitosos e o que interessa a nossa Comissão o problema da biotecnologia, bioética, a Unesco tenta fazer uma legislação única sobre os assuntos para o mundo inteiro, porque ocorre que se todos os países não fizerem uma lei igual, determinado grupo ou cientistas não-éticos poderão fazer experiências em outro país onde não exista uma legislação que coíba e regulamente determinados tipos de experiências, especialmente com genoma humano e de genética. Os norte-americanos querem, e aí houve um impasse, apenas um código de ética para o cientista e não para o país. Os assuntos estão lá ainda em debate.

Assim que marcar a data, chamo V. Ex^a para participar da reunião.

Citado nominalmente, primeiro concedo a palavra ao Dr. Luiz Eduardo Osório, Diretor do Sindicato Nacional da Indústria de Cerveja (Sindicerv), depois ao Dr. Pedro Gabriel, que também foi citado nominalmente, em seguida ao Dr. Frederico Cavagni e, finalmente, ao Presidente da Associação Brasileira de Ra-

diodifusores (Abra) e outros expositores que queriam se pronunciar.

Está inscrito também V. S^a, Dr. Edney.

O SR. LUIZ EDUARDO OSÓRIO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Senador Geraldo Mesquita, Senador Augusto Botelho, Senador Wellington Salgado, gostaria de começar a minha explanação afirmando novamente que a extinção da publicidade não resolve o problema de saúde público no País. Os objetivos do Sindicato, dos seus associados, dos produtores é contribuir para soluções eficazes para resolver esse problema de saúde pública tão importante no País; todos nós, cidadãos, temos uma co-responsabilidade diante desse problema.

A solução desse problema, e o sindicato defende isso, se dará com mudança de comportamento social. Sr. Senador, a restrição de publicidade, como afirmei que com ela não se diminui o consumo, não significa que as pessoas vão passar a consumir de forma responsável aquele produto, ou seja, por exemplo, em vez de tomar tudo numa sexta-feira, tomar de forma adequada em ocasiões sociais, em jantares etc.

A mudança de comportamento social – que é o que se defende internacionalmente – se faz com muita educação, campanhas educativas, fiscalização, parcerias. Com o fim da publicidade o que ocorreria? Mencionei aqui que a fidelidade do consumidor, especificamente o de cerveja, que é o dado que tenho, é muitíssimo baixo, então se se deixa de anunciar ele migra para um outra marca. Com o fim da publicidade o que ocorreria? O álcool viraria um *commodity*. O senhor mencionou a televisão, que passou a assistir televisão ainda adolescente e isso, ao longo da vida, lhe acompanha. Se pensarmos nas gerações futuras, a longo prazo, estou dizendo isso porque mudança de comportamento se faz a longo prazo, álcool viraria um *commodity* para os jovens. Como temos no Brasil problemas econômicos sérios de renda, o que acontece? Álcool virando um *commodity*, as bebidas mais quentes, com maior teor alcoólico, que são as bebidas mais baratas, que são as aguardentes, iriam ter uma preferência porque álcool seria tudo igual, não teria distinção, e isso agravaria problemas de saúde pública neste País. Como vimos, por exemplo, eu mencionei aqui um caso extremo, nos anos 1920, com a Lei Seca, não é questão de existir a propaganda que as pessoas vão deixar de consumir. As pessoas consumiam álcool feito nas banheiras de casa, sem nenhum controle sanitário. Durante a Lei Seca, nos Estados Unidos, morreram 4.500 pessoas envenenadas.

O que eu quero dizer, Srs. Senadores, é que não existe solução simples para um problema complexo como esse. É o conjunto de várias ações como au-

mentar as campanhas educativas, fiscalização e parcerias em todos os entes da sociedade que têm sua co-responsabilidade nesse assunto, inclusive individualmente, nós, como cidadãos e pais de família, temos uma responsabilidade enorme perante isso. Então, defendemos que, em vez de restringir publicidade – e o raciocínio que o senhor fez de que não ia acabar, diminuir a contribuição, mas isso não resolve o problema de saúde no neste País, que é o que estamos discutindo aqui –, deve-se intensificar as campanhas educativas, intensificar as mensagens. Tenho certeza de que o Dr. Edney Narchi vai aqui alertar que muito se fala do tipo de campanha que é feita...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. LUIZ EDUARDO OSÓRIO – Sr. Presidente, um minuto, por favor, se o senhor me permite. O senhor mencionou as campanhas etc. O Conar tem representado todos os entes da sociedade civil. Qualquer um de nós, como cidadãos e como entidade, via fax, petição, carta ou o que for, pode mandar uma representação dizendo que aquele comercial influi o jovem ou não, e aquilo será rapidamente julgado no Conselho de Ética do Conar com representação da sociedade civil, inclusive dois médicos. Então, o instrumento existe.

Por último, para responder ao Senador Augusto Botelho, para explicar um pouquinho a influência do consumo de cerveja, como eu havia dito, o senhor pode ver naqueles *slides* o volume **per capita** se manteve estável nos últimos dez anos. Então, o que eu digo é que toda a explanação que eu fiz foi para mostrar que a restrição não resolve o problema de saúde pública. Esse é o foco. Não estou aqui pensando em arrecadação, Sr. Senador. Estamos pensando em que se apenas restringirmos nós vamos, infelizmente, agravar o problema de saúde pública.

Essa é a contribuição que o Sindicato gostaria de dar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Agora, também citado nominalmente, a resposta do Dr. Pedro Gabriel Delgado, Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde à pergunta formulada pelo Senador Augusto Botelho.

O SR. PEDRO GABRIEL DELGADO – Em relação à questão técnica sobre o teor de concentração, essa orientação foi obtida pelo grupo de trabalho junto ao Ministério da Agricultura. Penso que poderíamos encaminhar a esta Comissão o parecer técnico do Ministério da Agricultura. Não há aí implicado nenhuma, digamos assim... Estou tratando essa questão como meramente técnica, porque, segundo o Ministério da Agricultura, se não se considerar teor algum de bebida

alcoólica, teríamos de fazer uma legislação restritiva em relação a qualquer bebida que utilizasse frutas por causa do processo de fermentação. Então, podemos retirar essa dúvida em um parecer técnico até mais circunstanciado do Ministério da Agricultura.

Mas eu queria aproveitar esta oportunidade para mencionar, já que foi citada também a posição do Ministério em relação...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Dr. Pedro, só para ficar bem claro, o 0,5% coloca no mesmo bisaco, digamos assim, todas as bebidas alcoólicas, não é isso?

O SR. PEDRO GABRIEL DELGADO – Não, exato. O que defendemos é o seguinte: é quase que o equivalente a dizer que todo líquido potável com qualquer teor alcoólico... Essa é uma precisão de que, na verdade, encontraremos em alguns alimentos... Bombons – ele está lembrando aqui – mas não bombons com álcool. Estou dizendo alimentos, de fato, pelo processo de fermentação. Acredito que essa não é uma questão... Ela pode ser resolvida com um parecer técnico. Penso que o que está em questão, principalmente é nós estarmos considerando inadequado...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Por exemplo, a bebida *ice*, qual é o teor dela?

O SR. PEDRO GABRIEL DELGADO – Não, a bebida *ice* é 5% a 6%.

Aliás, a bebida *ice*, que foi mencionada aqui, nós, do ponto de vista da saúde pública, consideramos um expediente extremamente danoso utilizado pela indústria. Nós estamos propondo até, na verdade, um controle mais rígido sobre a questão da bebida *ice*, porque ela se associa a uma bebida de menor teor alcoólico, ou outra de maior teor alcoólico – ela é uma mistura, não é isso? – e a potencializa, por exemplo, uma bebida energizante junto com uísque ou junto com outra bebida destilada. Nós consideramos que ela se dirige diretamente ao público jovem, adolescente, e tem uma grande capacidade de produzir danos associados. A bebida *ice* é um problema. Penso que se aumentar esse consumo, tornar-se-á ainda uma questão maior.

Agora, eu queria mencionar o seguinte: estou de acordo com o que tem sido dito, tanto pela Abert quanto pelo Sindicato dos Produtores e pela União Brasileira de Vitivinicultura, que a questão de saúde pública tem que ser tomada do ponto de vista abrangente. Estamos discutindo aqui a regulamentação da propaganda, mas é claro que uma política de álcool tem que ser feita com um conjunto de medidas abrangentes.

Por exemplo, a questão de violência. O Governo vem fazendo um esforço no sentido de buscar também a sociedade civil. A Associação Brasileira de Prefeitos junto com o Ministério da Saúde, a Senasp, que

é a Secretaria Nacional de Segurança Pública estão construindo um pacto nacional pela redução de acidentes e violência associados ao consumo de bebidas alcoólicas.

O exemplo de Diadema é importante, que foi colocado ali – e é importante que tenha sido colocado pela indústria – é um exemplo que nos interessa. De fato, não basta restringir o horário de venda; há que se ter uma política que seja abrangente e de redução dos danos associados. Nós temos em nosso grupo de trabalho a delegada de Diadema, justamente porque ela é Secretária de Segurança – não é isso? – do Desenvolvimento Social e é quem conduz essa política em Diadema.

Estou de acordo com o expositor que me antecedeu. A política só deu certo porque ela não se restringiu à Lei Seca, ela não se restringiu a fechamento de bares. Agora, a restrição do acesso de pontos de venda e um controle sobre a venda é absolutamente indispensável para uma política que seja eficiente. Temos, segundo o próprio Sindicato da Cerveja, um milhão de pontos de vendas. É uma informação que obtivemos de reuniões anteriores. Desses pontos de venda, em algumas áreas mais carentes do Brasil – foi feito um estudo feito pela Universidade, em São Paulo – existe uma relação de dez domicílios para um ponto de venda. Quer dizer, há um ponto de venda de bebida alcoólica para dez domicílios. Ou seja, há excesso de oferta e penso que a propaganda reproduz esse excesso de oferta. Você não vê uma propaganda feita com uma mesa e um copo de cerveja, bebendo moderadamente. Vê-se sempre uma propaganda com várias garrafas de cerveja para induzir, nós entendemos, um padrão de consumo que seja... Então achamos que é preciso medidas que sejam abrangentes, das quais a regulação da propaganda é uma delas, o que consideramos eficiente. Para terminar: não rejeitamos a auto-regulamentação, porque achamos que, como não temos uma legislação que ainda permita essa restrição da propaganda, a auto-regulamentação pode ser um passo, pode ser uma contribuição, enquanto não temos uma lei que permita a regulamentação da propaganda. Agora, a auto-regulamentação tem que ser feita em bases mais claras. Nós do Ministério da Saúde não consideramos que houve de fato um avanço significativo na regulamentação da propaganda; ao contrário, achamos que a propaganda da cerveja se mantém na mesma característica que vinha tendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado, Dr. Pedro Gabriel Delgado.

A Mesa registra a presença do Deputado Sérgio Leite, de Pernambuco, participando aqui da nos-

sa reunião; prazer, Deputado, e também do Senador Sérgio Zambiasi.

Citado também nominalmente, com a palavra o Dr. Danilo Cavagni.

O SR. DANILO CAVAGNI – Respondendo ao Senador, apenas uma incorreção da minha parte: quando falei contador de profissão, houve um pequeno equívoco porque é contador de formação. Na verdade, hoje em dia já exercia a profissão, mas sou diretor de uma empresa vinícola há 29 anos, conheço o caminho e os descaminhos do setor como um todo e gostaria de reafirmar o seguinte: para nós, para o setor vitivinícola, incomoda sobremaneira a questão da rotulagem. No momento em que se tem esse projeto do Senador Pedro Simon dizendo que vinho é alimento, daqui a pouco, na rotulagem do vinho, vai dizer: bebida alcoólica prejudicial à saúde, quer dizer, é uma espécie de contra-senso, por isso que fiz a ressalva da vontade que teríamos que isso não fosse pelo menos para a rotulagem do produto, até porque – já foi citado aqui anteriormente – o vinho, o setor vitivinícola faz muito pouca publicidade. Por que faz muito pouca? Porque não tem volume para fazer, quer dizer, não tem dinheiro para fazer porque vende muito pouco, é incipiente o volume comercializado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Fora a concorrência estrangeira agora que entrou forte.

O SR. DANILO CAVAGNI – Mas estão tomando, na verdade, o nosso mercado. De toda maneira, o mercado como um todo não cresce, não está crescendo. Eu queria dizer também que nós não deveríamos perder essa chance que nós... Hoje, que se fala muito em reforma agrária, Senador Zambiasi, nós fizemos lá, na Serra Gaúcha, uma reforma agrária há 120 anos, que foi um exemplo muito positivo que as famílias ficam no interior, o vinho tem um fator social muito forte; essas famílias estão colocadas no interior e é preciso de alguma forma que se olhe também para esse universo de cem mil pessoas com carinho. Hoje também tem que se pensar que no Brasil onze Estados brasileiros já estão produzindo uvas. É uma forma também de criar empregos e fixar o homem ao campo, não fazê-los irem todos à periferia das cidades.

Eram essas as observações que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Senador Sérgio Zambiasi deseja fazer uma pergunta. Logo a seguir, vou conceder a palavra a Dr. Edney e ao Professor da Universidade Federal, Dr. Cláudio.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Presidente Camata.

Quero dizer que pude acompanhar todos depoimentos e achei todos muito bem colocados, todos os argumentos são realmente excelentes. Confesso que, ao final, a gente fica muito na dúvida. Entendo os argumentos trazidos pelo setor da publicidade e dos meios de comunicação e quero dizer que acompanhei com todo o cuidado o Dr. Cláudio, trazendo o ponto de vista da comunidade acadêmica, mas gostei muito do Pedro Gabriel que trabalhou uma relação muito equilibrada. Acho que esse momento exige uma discussão de muito equilíbrio, porque à exceção obviamente de alguns excessos que é a questão da sexualização, especialmente na área da cerveja que talvez tenha excessos nesse sentido, acho que a publicidade em si, o efeito dela na conquista de novos consumidores, ele é efetivamente relativo, agora a forma indireta, aí, sim, ela pega muito mais.

O meu questionamento – e acho que ele até vai ficar no ar – é porque nós estamos limitando um tipo de publicidade, mas, ao mesmo tempo, acho que uma reportagem bem feita tem, muitas vezes, um efeito muito melhor que a publicidade. Por exemplo, fiquei entusiasmado em conhecer uns alambiques, porque vi, na revista do avião, uma reportagem muito bonita e muito charmosa sobre a produção da cachaça brasileira. Aquilo me chamou muito a atenção. É tão bem feita a reportagem que me levou a experimentar, porque foi tudo muito bem construído.

Então, têm alguns contra-sensos realmente nessas questões que acho que temos de estudar com o cuidado necessário. Acho que a publicidade para o veículo de comunicação é muito importante. A parceria que se estabelece entre ambos traz um resultado positivo para os dois lados. Eu entendo que, bem feita, ela também ajudar a conscientizar. Ela traz, ao final, um pouco de conscientização.

Discordando um pouco do estudo do Dr. Cláudio, acho que a discussão na escola é importante. Eu vi que, na sua lâmina, dizia-se que isso não trazia bons resultados, mas eu acho que traz os melhores resultados, porque cria a possibilidade da reflexão desde a infância, com a criança que, muitas vezes, em casa, é vítima do pai e, agora, até da mãe também, porque, infelizmente, já há muitas mulheres que acabam dependentes de algum tipo de bebida ou de outra situação qualquer. Entendo que o Governo poderia, sim, ter programas muito fortes com a saúde e a educação, lá nos primórdios da escola, no comecinho. O professor, bem orientado, poderia fazer esse debate com as crianças, que poderiam apresentar suas experiências familiares que são, muitas vezes, trágicas e ricas ao mesmo tempo, porque elas podem levantar os questionamentos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Isso contribuiria muito no sentido de criar uma nova cultura. Como bem disse o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que, como eu, não abre mão do seu cálice de vinho ou quem prefere a sua cerveja – hoje, têm tantas opções –, à medida que criamos essa consciência, o sujeito tem liberdade de opção. Se ele é suscetível à propaganda ou não, é uma coisa muito relativa.

Então, por conviver com o meio, acho que a propaganda, como ela é colocada, não cria grandes problemas. Ela poderia criar se utilizasse o comunicador como veículo para induzir o consumo. Por exemplo, está lá o comunicador na televisão ou no rádio e, no meio do comentário que ele faça sobre determinado assunto, ele sugere que gosta de tal bebida, da tal marca. Essa propaganda, sim, é fulminante, porque ela é altamente indutiva. Agora, como ela é trabalhada, ela realmente busca muito mais a questão da concorrência; na realidade, busca aproveitar muito mais a infidelidade do consumidor do que buscar novo consumidor. O novo consumidor surge, muitas vezes, até do convívio social ou até do charme como é vendido numa eventual reportagem. Isso aí produz um efeito realmente muito forte.

Não vou deixar nenhuma pergunta. Trouxe apenas um comentário de algumas experiências cotidianas.

Achei que, com a serenidade com que o Ministério está trabalhando essa questão, sem radicalizar, podemos chegar a leis adequadas que possam, enfim, de alguma maneira, corrigir eventuais desvios de rota e atuar com rigor. Muitas pesadas, Senador Geraldo Mesquita Júnior, pode ter certeza. Até pode surgir uma idéia de publicidade do Governo: quer dizer, beber em excesso pode custar, além das vidas que são as mais caras, muitas cervejas na multa que vem aí. Se houvesse realmente uma fiscalização mais agressiva, os cuidados, com certeza, seriam maiores.

Então, é um comentário sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa agradece, Senador Sérgio Zambiasi, e dá a palavra, então, agora, para suas respostas, ao Dr. Edney Narchi, Diretor-Executivo do Conselho Nacional da Auto-regulamentação Publicitária, Conar – ele foi citado também nominalmente.

O SR. EDNEY NARCHI – Obrigado, Sr. Presidente. Eu não fui citado nominalmente, mas o Conar foi citado várias vezes e, então, eu me inscrevi. Agradeço a sua gentileza.

Aproveitando estes minutos finais, eu precisaria explicitar a V. Ex^{as} quais foram as inovações introduzidas pelo Conar, que é uma instituição fundada e mantida por anunciantes, agências de veículos de comunicação para o controle ético da propaganda de bebidas alcoólicas, a partir de janeiro de 2004. Refiro-

me especialmente ao Senador Geraldo Mesquita Júnior que fez dois comentários incisivos a esse respeito.

Então, Senador, a partir de janeiro de 2004, a propaganda de bebida alcoólica no Brasil mudou – e mudou radicalmente. O Dr. Pedro Gabriel, que acompanhou nossos esforços nos anos de 2002 e de 2003, sabe que houve, sim, uma profunda alteração na propaganda de bebida alcoólica. Vou lhe dar alguns exemplos, Senador. A partir de janeiro de 2004, toda pessoa que aparece em anúncio de bebida alcoólica deve ser e parecer ser maior de 25 anos. A partir daquela data, os anúncios evitam a exploração de erotismo em circunstâncias nas quais há grosseria, baixaria, procedimentos anti-sociais. A partir daquela data, não se usam linguagem e recursos gráficos e audiovisuais que pertençam ao universo infantil, tais como animaizinhos humanizados, bonecos e animações outras que possam despertar curiosidade, interesse ou atenção de menores. Ainda mais – e isto é profundamente importante, Senador: nenhum anúncio, a partir de janeiro de 2004, contém cena, ilustração, áudio ou vídeo que apresentem a ingestão do produto alcoólico.

Vou mais além, agora mais tecnicamente falando: o planejamento de mídia leva em consideração que o anúncio se destina a público adulto e, portanto, ele não é inserido em programação, publicação, website dirigido predominantemente a maiores de idade. As peças publicitárias, Senador, em mídia exterior – V. Ex^a conhece bem esse assunto –, devem se limitar à exibição do produto, marca e *slogan*. Elas não têm nem personagem e não contêm recomendação de consumo. Elas estão também obrigadas à frase de advertência. A partir de janeiro de 2004, reconheceu-se a existência dos *ices* no mercado brasileiro e, portanto, foram incluídos *ices* nas nossas normas. Foram incluídos também, como obrigatoriamente atendendo a todas as normas, os estabelecimentos comerciais, atacadistas, importadores, distribuidores, bares, boates, restaurantes. Quando eles mencionam que vendem bebida alcoólica e mostram alguma, eles têm que cumprir todas as normas da auto-regulamentação.

Respondendo ainda a uma indagação sua, Sr. Senador, relativa a por que, então, não se altera a venda de produtos, a por que não se suprime esse anúncio, não se suprime porque é inconstitucional, Sr. Senador. Não se suprime a propaganda de nenhum produto ou serviço, porque seria inconstitucional, especialmente desses produtos que estão relacionados no art. 220, § 4º, da Constituição brasileira, que diz: “A propaganda comercial de tabaco, bebidas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais”. Quem fala em restrições legais está confirmando aquilo que, durante todo o processo constitucional, em que,

infelizmente, V. Ex^a não participou, discutiu-se muito, Senador. Durante o período constituinte todo, houve inúmeras apresentações de emenda para proibir anúncios de cigarros, de bebidas, de arma de fogo, de defensivos agrícolas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O que o legislador constitucional admitiu como passível de ser legal e de ser próprio para o momento da vida brasileira eram restrições, mas nunca a supressão, nunca o banimento de qualquer tipo de publicidade.

Só para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de trazer ao conhecimento dos Senhores – acho significativo para o Senador Sérgio Cabral e para os demais interessados no assunto – um livreto editado pela Comissão de Seguridade Social e Família de um seminário havido na Câmara dos Deputados, do qual participamos junto com o Dr. Pedro Gabriel e outras autoridades. Um seminário sobre alcoolismo e violência, onde uma das conclusões que sobressaiu, especialmente a partir da exposição do então Secretário Nacional de Segurança Pública, o Dr. Luiz Eduardo Soares, é que leis não faltam para o controle desses problemas, por exemplo, alcoolismo e violência. O que falta é o cumprimento das leis já existentes. O que falta é uma ação efetiva do Estado a respeito de pôr de pé todo esse arcabouço que já está montado. Pôr para funcionar o edifício do controle estatal a respeito de álcool.

O controle que se faz do lado do Estado e do lado da auto-regulamentação tem sido, a nosso entender, mais do que suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito bem.

O Senador foi citado nominalmente, se desejar responder.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, é só para, respeitosamente, discordar do Dr. Edney. Creio que inconstitucional, Dr. Edney, é colocarmos uma questão comercial acima de uma questão de saúde pública nacional. Penso que isso é inconstitucional.

Quando a Constituição usa uma expressão restrição, em absoluto, impede que essa restrição seja total. O senhor faz uma leitura e eu faço outra. Penso que inconstitucional é colocarmos uma questão comercial, de interesse comercial. Vamos abrir o jogo aqui, a indústria de bebida neste País é uma indústria forte. O argumento que o Dr. Luiz Eduardo apresentou para todos nós deu-me uma tranquilidade que eu não encontrava, porque eu não tinha esse argumento que

ele colocou aqui. Porque o argumento é dos governos, não é desse governo simplesmente.

Sempre foi este: a restrição imposta à indústria de bebidas desempregará, fará com que o Estado arrecade menos. Esse é o argumento sempre colocado. Então, o argumento do Dr. Luiz Eduardo acaba com essa mistificação, porque o que ele diz é exatamente que a supressão ou a restrição total de anúncios de bebida na televisão, seja onde for, instrumento público a serviço da comunidade, entregue por concessão à iniciativa privada, isso não representará desemprego, diminuição de arrecadação de tributos para o Estado. Estou-me apegando a esse aspecto fundamental, porque sempre foi o argumento colocado pelo Estado em conluio com a indústria de bebidas neste País. Esse é o argumento mais forte colocado.

Então, também não estou aqui desconsiderando a possibilidade e a necessidade, inclusive, de que se adotem várias políticas no tocante à bebida alcoólica no País. Não estou desconsiderando isso. Apenas me ative a um aspecto porque quis me ater a esse aspecto, em particular. Que o Estado possuidor, dono dos veículos de comunicação, concedidos à iniciativa privada, coloca-se numa posição no mínimo contraditória. Quando ele recebe tributos, etc, tudo bem, é o aspecto positivo. E gasta tanto ou mais do que isso na outra ponta nos hospitais, no tratamento das pessoas acometidas, seja de que agravo for em decorrência da ingestão de bebida alcoólica. Eu me ative apenas nesse aspecto, porque penso que ele é um aspecto, no conjunto das ações que devam ser adotadas, fundamental e relevante.

Agora, com todo respeito, discordo da sua interpretação constitucional do dispositivo, porque penso que restrição pode ser parcial ou total. A Constituição não adotou o termo supressão porque não era o caso. A restrição permite que se estabeleça, gradativamente.

Veja, com respeito à propaganda, a questão de fundo é essa, sempre houve – não é só desse Governo, de todos os governos, todo governo arrecada –, o argumento forte, decisivo de que o Estado não pode restringir, mais do que restringe, porque haverá desemprego na indústria, haverá diminuição da arrecadação tributária. O Dr. Luiz Eduardo acabou de dizer que isso não ocorreria.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Vão falar ainda o Professor Cláudio e depois o Dr. Frederico.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Quero pedir permissão, estou sendo convocado em outro ambiente da Casa, quero cumprimentar a todos e agradecer a possibilidade de ter participado desta audiência.

O SR. LUIZ EDUARDO OSÓRIO – Sr. Presidente, gostaria de dirigir a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Citado nominalmente, concedo a palavra ao Dr. Luiz Eduardo.

O SR. LUIZ EDUARDO OSÓRIO – Sr. Senador, acho que todos nós aqui nessa mesa temos a impressão de que o projeto de lei de autoria de V. Ex^a não tinha preocupação comercial, de propor a restrição à publicidade, e sim de ordem de saúde pública. V. Ex^a estava preocupado com as questões de consumo indevido entre menores de idade, mistura de bebida e direção entre outros problemas que afligem e que vivemos atualmente em nossa sociedade.

O que quero dizer aqui é que V. Ex^a está se apegando a um ponto econômico que não resolve questão de saúde pública, que é o cerne dessa discussão. Para se mudar comportamento social, para que não se tenha mais mistura de bebida e direção, para que não haja consumo entre menores é preciso campanhas educativas, intensificar campanhas educativas. E não se consegue intensificar campanhas educativas com restrição à publicidade. Daí por que fiz aquele raciocínio com relação ao álcool virar *commodity*.

Então quero dizer, Sr. Senador, que acho que a preocupação de todos nós aqui, nesse ambiente, no Senado, deveria ser olhar o aspecto da publicidade como um veículo fundamental para se reeducar um consumo responsável na sociedade; não ficar levantando as questões econômicas, porque o objetivo da restrição é saúde pública, não é penalizar a indústria.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – O senhor quer me convencer que a propaganda da cerveja na televisão é educativa?

O SR. LUIZ EDUARDO OSÓRIO – Quero convencê-lo, Sr. Senador, que o sindicato, as indústrias associadas estão incentivando as suas responsabilidades.

Passo às mãos do Sr. Senador campanhas educativas de consumo responsável. Gostaria que V. Ex^a, depois, tivesse oportunidade de ver como foi a minha apresentação. No final, esclareço como as campanhas educativas estão sendo intensificadas em todos os veículos de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Professor Cláudio Jerônimo da Silva, da Universidade Federal do Estado de São Paulo, para considerações finais.

O SR. CLÁUDIO JERÔNIMO DA SILVA – Quero ressaltar dois pontos, o primeiro é o que foi colocado pelo Sr. Senador Wellington, que já saiu, mas gostaria de deixar claro que, tecnicamente – não vou fazer ne-

nhuma interpretação da Lei, etc —, o álcool tomado em certa quantidade, não quero dizer que não faça nada, tem baixo risco, a gente chama de beber de baixo risco. Agora, quanto mais se expõe pessoas que bebem de baixo risco, mais aumentamos o número de pessoas que não conseguem ficar no baixo risco e têm problema com álcool, essa é uma questão. Propaganda é algo que marca: quem não lembra do “vem, vem Kaiser, vem”; quem não lembra da tartaruga, etc.

Acho que o fato de se propagar a tese de que a cerveja é igual aos destilados poderia aumentar o uso de destilados porque mais baratos, isso é uma tese. Não tem evidência científica disso; pelo contrário, tem evidência científica, sim, de que políticas públicas, ações, isso funciona. Há livros inteiros sobre isso. Não estou aqui dizendo uma opinião pessoal, estou me baseando em evidências.

Com relação à propaganda, acredito mesmo que ela não vá diminuir muito o consumo do dependente, porque depois que ficou dependente, não precisa mais de propaganda. Quem fuma não precisa de propaganda de cigarro. Vai sair de casa à noite, chovendo, e comprar cigarro, porque fica ansioso.

Então, outra questão é a educação. Acho fundamental a prevenção desde cedo, etc. Já fiz muita prevenção em escola e mudei de idéia, porque o que eu coloquei ali foi uma lista de ações que, isoladas, mostraram baixa eficácia. Não quero dizer que seja proibido fazer contrapropaganda na escola. Além disso, não estamos aqui, eu acho, tratando de um problema de saúde pública. Isso é muito pretensioso. Estamos tratando de uma questão em saúde pública, que é a propaganda sobre bebida. Então, é sobre isso que estamos tratando. E minimizar a prevenção em informar apenas ou educar, isso é, de certa forma, simplório do ponto de vista científico. Simplório e com baixa eficácia.

E está contra até o conceito que temos de dependência. Ao informar, você vai trazendo para o indivíduo, assim “Beba, se você quiser. Olhe, se você beber, vai fazer mal, “parará”, “parará”.” Sabemos que não é assim. É uma substância que age no sistema nervoso central e libera dopamina, que dá prazer, que tem uma questão física; que dá síndrome de abstinência, que dá vontade de usar mais quando usa. Então, álcool não é qualquer mercadoria. E ele não deveria estar sujeito às mesmas regras de qualquer outro produto no mercado.

Como se falou em questão econômica, não tenho dúvida de que há uma questão econômica, sim; que está aqui, embutida. E estamos discutindo, de fato, uma saída. E que essa questão econômica não seja nenhum empecilho para implantar evidências de que as universidades, não só brasileiras — não estou

falando da minha universidade, mas as do mundo... Há um livro da Inglaterra inteirinho só sobre esse assunto. Há um americano que trouxe comigo, mostrando só isso. Então, não dá para jogar isso no lixo. Nós levamos muito tempo para perceber que tabaco fazia mal. Acho que não deveríamos ficar esperando muito com relação ao álcool. Com relação a minha fala, em que talvez eu tenha sido enfático demais, é que foram citadas pelo colega determinadas pesquisas que são pinçadas. E pesquisa é a minha área. Isso, eu sei fazer. Isso eu conheço; eu li; eu estudei; eu fui para fora do Brasil; eu vi; eu sei.

O SR. LUIZ EDUARDO OSÓRIO — Sr. Presidente, eu fui novamente citado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB — ES) — Então, concedo a V. Ex^a um minuto.

O SR. LUIZ EDUARDO OSÓRIO — Eu também estudei fora do Brasil e pesquisa é a minha área. Eu quero dizer — e me espanta ouvir do Dr. Cláudio que não estamos discutindo aqui problemas de saúde pública, e, sim, de ordem econômica. A questão da publicidade, que é o cerne da discussão...

O SR. CLÁUDIO JERÔNIMO DA SILVA — Eu não disse isso.

O SR. LUIZ EDUARDO OSÓRIO — O problema que nós estamos discutindo aqui, que é a questão da publicidade é para, de acordo com as diretrizes da própria Organização Mundial de Saúde, que no seu relatório global, *Alcohol Police* afirma que ainda não há estudos científicos — posso até citar a página, 63 — de que a restrição publicitária é uma forma eficaz, efetiva para se diminuir o consumo irresponsável de bebida alcoólica.

Eu quero dizer mais uma vez, Sr. Senadores, isto é muito importante: precisamos ampliar a comunicação para se mudar um comportamento social. Esse problema é nosso. Não é um problema dos médicos nem dos dependentes. Dependência não se cria simplesmente pela existência do álcool. Há questões psicológicas, familiares, sociais, culturais, educativas. O problema é complexo, o problema é multifatorial.

O SR. CLÁUDIO JERÔNIMO DA SILVA — É uma questão ...

O SR. LUIZ EDUARDO OSÓRIO — Nós concordamos que é um problema social sério no Brasil. O Sindicato e seus associados estão exercendo a sua responsabilidade, no sentido de procurar, cada vez mais, encontrar uma solução eficaz.

O que eu quero deixar aqui como mensagem, Srs. Senadores, é que restrição à publicidade não resolve esse problema. Algumas pessoas podem ir dormir, botar a cabeça tranquilamente no travesseiro,

com uma solução simplista e que não vai resolver um problema complexo.

Nós estamos comprometidos com uma solução eficaz. Temos a convicção de que é somente aumentando as campanhas educativas, por meio dos meios de comunicação, é se vai mudar um comportamento social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Dr. Frederico Nogueira, Vice-Presidente da Abra.

O SR. FREDERICO NOGUEIRA – Eu queria primeiro reiterar as palavras do Senador Augusto Botelho que disse que estamos iniciando aqui um diálogo. Espero que seja assim. Dessa forma é que a Abra enxerga isso; ou seja, que estamos começando a conversar para tentar ver de que forma podemos conduzir essa discussão e evoluir nisso.

Eu queria dizer que as empresas que represento, do setor de radiodifusão, não se vêem de maneira nenhuma como empresas que não têm responsabilidade social. Muito pelo contrário, nós temos muita certeza de que somos concessionários de serviços públicos e, como tal, devemos prestar serviços ao público. Nesse sentido, temos feito campanhas educativas e estamos nos colocando aqui à disposição... Ficou claro aqui que deve haver mais campanhas. Vamos estar apoiando isso, vamos estar engajados nisso.

Quero reiterar o que disse, ou seja, que a proibição não é a solução. O exemplo disso é a questão da proibição do tabaco, que não trouxe – essa proibição já tem cinco anos – redução no consumo. As indústrias só aumentaram sua produção nesses últimos cinco anos. Se essa proibição tivesse que fazer algum efeito, isso já teria ocorrido no decorrer desses cinco anos.

Por último, queria reiterar que nós somos favoráveis à restrição conforme o preceito constitucional. Tanto somos favoráveis a ela que as nossas empresas são signatárias do Conar e esse órgão já tem hoje evolução acima da lei, já restringe mais do que aquilo que está na lei. É esse que é caminho que nós achamos que é o correto.

Procurei ser o mais rápido possível.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Alguém mais quer falar?

O SR. CLÁUDIO JERÔNIMO DA SILVA – Eu só quero citar aquela associação que nós formamos de bebida sem propaganda. Não somos contra o uso de álcool. Nós não estamos defendendo a lei seca, muito pelo contrário.

O SR. FREDERICO NOGUEIRA – A propaganda...

O SR. CLÁUDIO JERÔNIMO DA SILVA – Eu acho que estamos defendendo a idéia de que com mais propaganda mais pessoas vão ser expostas e mais problemas vão acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

Nós estamos ao vivo, agora.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Aquele gráfico mostra que o consumo de cerveja tem-se mantido estável durante esses últimos dez anos – 9 bilhões de litros. Nós temos vinte milhões de pessoas dependentes químicos alcoólicos, de dependentes do álcool. Desse percentual, se morrem 10%, talvez morram mais que 10% anualmente, nesses dez anos, nós teríamos que ter tido uma queda. Logo, a propaganda da bebida alcoólica talvez não aumente o consumo, mas ela o mantém estável. Para a saúde pública, que é nosso interesse, e para nós que queremos melhorar a saúde das pessoas, não queremos ficar estáveis em vinte milhões de dependentes alcoólicos no Brasil. Nós queremos diminuir essa dependência alcoólica. Por isso é que temos que trabalhar não só na propaganda – eles deixaram isso bem claro – mas também nas áreas da educação, trabalhar em conjunto. E acreditamos que a propaganda é uma das coisas que induz a juventude a substituir os 200 mil que morrem por ano – de 20 milhões, 10% são 200 mil – por novos consumidores. Então, temos que trabalhar no sentido de diminuir os consumidores. Como também trabalhar, num futuro muito distante, na elaboração de um protocolo para o álcool, como foi feito em relação ao fumo, de substituição da agricultura, da produção e dos empregos.

Mas, acho que temos que conversar, discutir e chegar a uma conclusão. Não podemos permitir que 20 milhões de pessoas fiquem dependentes do álcool na nossa frente sem que façamos algo para melhorar a vida dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Dr. Edney tem ainda um minuto.

O SR. EDNEY NARCHI – Muito obrigado. É que aprendi naquele seminário ao qual me refiro, o ano passado, que 10% da população brasileira tem problemas com álcool, mas não são dependentes de álcool, Senador.

O Dr. Pedro Gabriel, que é muito mais autoridade do que eu...

O SR. CLÁUDIO JERÔNIMO DA SILVA – Onze pontos dois por cento é dependente.

O SR. EDNEY NARCHI – Pois é. Ele falou 10%.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Onze por cento, mais um pouco.

O SR. CLÁUDIO JERÔNIMO DA SILVA – Onze ponto dois por cento é dependente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Onze ponto dois por cento de dependência alcoólica, ou doença do alcoolismo no Brasil. Dados do Ministério da Saúde, trazidos agora pelo Dr. Pedro Gabriel Delgado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Dr. Pedro Gabriel.

O SR. PEDRO GABRIEL DELGADO – O que eu queria mencionar rapidamente é que é claro que estamos tratando de um ponto da complexa política de saúde pública para a questão do álcool, o ponto da propaganda.

Quero reiterar que acho a auto-regulamentação bem-vinda, mas insuficiente. Acho que devemos, inclusive com a Abert, trabalhar mais no sentido de fixar melhor os pontos da auto-regulamentação.

O SR. FREDERICO NOGUEIRA – Dr. Pedro, a Abert não está presente. Quem está presente é a Abra, que representa a Rede TV, a Bandeirantes, o SBT e uma centena de rádios.

O SR. PEDRO GABRIEL DELGADO – Está certo. A Abra e o Conar, digamos o Conar que seria como uma interlocução principal. Acho que devemos colocar os pontos da auto-regulamentação através de um termo de ajustamento que pudesse definir claramente esses pontos – até que o Senador Sérgio Zambiasi mencionou – da questão da exploração de imagens sexuais, de sucessos, etc., que são associadas ao consumo da cerveja, principalmente.

Acho que seria uma boa sinalização para a população brasileira se houvesse uma regulamentação da propaganda. Não estou dizendo banimento, mais uma vez, mas uma restrição de horário e uma restrição de conteúdo. Seria extremamente importante para mostrar que há uma política conseqüente em marcha que não está fechando os olhos para a gravidade do problema da dependência e do uso problemático do álcool. A dependência, sim, a dependência atinge uma população entre 10% e 11%, de 12 a 65 anos. Os dados são, sim, muito elevados e muito graves. Mas, além da dependência, cerca de 30% da população daqueles 70% que consomem bebida ao longo da vida, 30% deles têm uso problemático, associado com acidentes de trânsito, acidentes no trabalho, violência contra a mulher, violência na saída dos estádios de futebol, etc.

O País agora está brutalizado novamente pela questão do recrudescimento da violência no esporte.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Burro é quem vai para o estádio.

O SR. PEDRO GABRIEL DELGADO – Não, mas o recrudescimento havia melhorado. O Estatuto do

Torcedor foi um avanço nesse sentido. Mas não existe nenhuma limitação na questão da venda – isso foi mencionado aqui – fora dos estádios. Acho que temos que construir, dentro da democracia, limitações aos pontos de acesso e limitações também à propaganda.

Queria agradecer ao Senador Sérgio Zambiasi, que mostrou, pelo menos reconheceu, o esforço de quem trabalha numa política complexa como essa; tem que ser, de fato, de um certo esforço de flexibilidade o tempo todo. Não adianta dizermos que vamos proibir a propaganda se a lei não nos autoriza, não é isso?

Então, temos que negociar no sentido da auto-regulamentação e negociar no sentido de uma modificação da Lei nº 9.294, dentro do que for possível.

A saúde pública é, por definição, pragmática, por isso que ela se define, por exemplo, na questão do desarmamento, contra o comércio de armas e munições, por uma questão pragmática. Porque só o Estatuto do Desarmamento já reduziu também os eventos, homicídios e tentativas, por projetos de arma de fogo.

No caso do álcool, também quero reiterar que a nossa posição é de negociação, é uma posição de ouvir todos os atores envolvidos, mas não concordamos com conceitos que são indefensáveis, aí respeitadamente. Não podemos dizer, do ponto de vista da saúde pública, que o vinho não é uma bebida alcoólica, porque o vinho contém um teor alcoólico acima de 12 graus, 13 graus. Portanto, ele tem propriedades que foram mencionadas aqui, dentro de um uso absolutamente restrito, até duas taças ao dia, e corresponde aos estudos também que conhecemos e divulgamos no Ministério da Saúde, é verdade, principalmente o vinho tinto brasileiro, para questão de problemas cardiovasculares. Mas sabemos também que existe o consumo do vinho de baixa qualidade pela população de baixa renda, e isso em alguns lugares é problemático. Por sorte, para a saúde pública, o vinho não é o grande problema. No Brasil, hoje, o problema para a saúde pública são as bebidas destiladas de baixo preço – e o Brasil tem a bebida destilada mais barata do mundo...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Um real o litro.

O SR. PEDRO GABRIEL DELGADO – Portanto, tem que haver uma política que incida sobre preço também, e o consumo das cervejas, principalmente na população mais jovem.

Temos que enfrentar esses problemas, com espírito desarmado, para tomar as medidas que possam de fato ter soluções a curto, médio e longo prazo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito bem.

Esse problema da cachaça, eles pegam – eu vi – um tonel enferrujado, enchem de álcool do posto de gasolina, colocam pó de madeira dentro, filtram, misturam com água, engarrafam e vendem como cachaça. Isso deve ser uma mistura... Chama-se pé-de-elefante. O sujeito bebe e fica com o pé igual a uma pata de elefante.

Dr. Luiz Eduardo, encerrando mesmo agora.

O SR. LUIZ EDUARDO OSÓRIO – Encerrando.

Eu gostaria só de sublinhar um dado que estava sendo destacado pelo Senador Geraldo Mesquita, que é importante deixar claro, muito importante para a nossa discussão, aproveitando o gancho do Dr. Pedro Gabriel, que falou do preço das bebidas mais quentes, como a cachaça, como uma das mais baratas do mundo. Como eu disse, com esta publicidade em longo prazo, o consumidor não vai mais fazer distinção – o álcool virou *commodity* – entre as marcas. Com isso, com o caráter que temos no Brasil, com população de baixa renda que prefere bebidas mais quentes, com maior teor alcoólico e menor preço, você vai ter, no médio e longo prazo, uma migração para essas bebidas que têm problema de saúde pública. E vai, sim, no longo prazo, não no curto prazo, obviamente, levar os consumidores desse segmento de cerveja para esses destilados que não têm uma fiscalização sanitária tão eficaz, porque vai fazer com que perca, a longo prazo, arrecadação, emprego, etc. e tal. Estou pensando na sustentabilidade nos próximos 100 anos, que foi como comecei esta apresentação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Senado agradece ao Dr. Edney Narchi, Dr. Luiz Eduardo Osório, Dr. Cláudio Jerônimo da Silva, Dr. Gustavo Leme, Dr. Pedro Gabriel Delgado, Dr. Danilo Cavagni, ao Dr. Frederico Guerra, às pessoas que acompanharam este debate até este momento. Estavam presentes também o Deputado Wilson Cignachi, que esteve aqui, o Sr. Diône Craveiro, diretor da ABTA; a Gisele Arthur, assessora parlamentar da ABTA; Rilson Alves Moura, assessor de assuntos parlamentares do Conar; e Disraeli Galvão Guimarães, relações governamentais da AmBev.

Foi uma audiência muito útil, muito esclarecedora. Quero cumprimentar o Ministério da Saúde, que já vai avançando nesse processo, e cumprimentar o Senador Augusto Botelho, que é o nosso representante na comissão, no grupo de trabalho do Ministério da Saúde, que, nas mãos do Dr. Pedro, já fez um bom avanço e que certamente tem bastante material para fornecer aos Relatores, no sentido de se encontrar um meio

termo entre a proibição total, que me parece um pouco ilegal, e as restrições que são necessárias.

Muito obrigado a todos.

Uma boa tarde.

(Levanta-se a reunião às 13h34min.)

Ata da 42ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 25 de outubro de 2005.

Às onze horas e sete minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Teotônio Vilela Filho, Geraldo Mesquita, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado de Oliveira, Íris de Araújo, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho, César Borges, Marco Maciel, Romeu Tuma, Luiz Otávio, Delcídio Amaral e João Ribeiro reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Leonel Pavan, José Maranhão, Gilberto Mestrinho e Sérgio Zambiasi. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata registra a presença, para acompanhar a reunião, do Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) não membro da Comissão. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a inversão da pauta, para iniciar as votações pelos Projetos de Decretos Legislativos, que é aprovado. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos. **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Piquete a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piquete, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais”. O relator designado

é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Aliança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arco Verde, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Luiz Moraes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vicência, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sarandi, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Club FM de Nova Aurora Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Aurora, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã – ARCI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Imbituba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de

Imbituba, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Difusão Comunitária de General Câmara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de General Câmara, Estado do Rio Grande do Sul”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Magia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Mãe Rainha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Edison Lobão e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a AMEI – Associação Comunitária Municipal Educacional e Informativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aragarças, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Serrote Educativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrolândia, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Independente – ACRDI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Passé, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Nova Espe-

rança de Promoção Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada de Pedras, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sócio Cultural dos Moradores de Itiúba/BA – ACSMI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itiúba, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Gráfica e Editora Diário do Sudoeste Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Livramento do Brumado, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Itagi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagi, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador César Borges e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza o Centro de Serviços Socioeducativos e Técnico-Científicos para o desenvolvimento Comunitário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Solânea, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Nevasca Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Portugal Telecomunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Finda a deliberação da pauta de Projetos de Decretos

Legislativos. A Presidência retorna ao início da pauta: **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 070, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República que, “Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal)”. O relator designado é o Senador Reginaldo Duarte e o parecer favorável é aprovado. Os Senadores Reginaldo Duarte pede a palavra e requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimento de sua autoria, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item Único: Requerimento de Urgência nº 033, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Reginaldo Duarte e Gerson Camata, que requer “... nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005, que ‘Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (permite que a união crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela administração federal)’”. O requerimento é aprovado. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 001, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Dispõe sobre percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer é favorável com as emendas oferecidas. A matéria é retirada de pauta atendendo a solicitação do relator, com a concordância do autor. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 426, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que “Estabelece princípios de equidade na oferta e no acesso à educação superior pública”. O relator designado é o Senador José Jorge e o parecer é favorável com a emenda oferecida. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator, para reexame da matéria. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 009, de 2005, (complementar)** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Edison Lobão, que “Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para admitir a conservação dos livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal em meio eletrônico que não permita regravação”. O relator designado é o Senador Aelton Freitas e o parecer favorável, com a emenda 01-CE, é aprovado. **Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 089, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Lobbe Neto que, “Acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos

superiores de graduação”. O relator designado é o Senador Roberto Saturnino e o parecer favorável é aprovado. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Mão Santa, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFPAR), por desmembramento da Universidade Federal do Piauí (UFPI)”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2005**, **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 027, de 2002**, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 081, de 2002**, **Item 09: Projeto de Lei da Câmara nº 079, de 2005** e **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 080, de 2005**. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue: **Comunica 01**: “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC 015.142/2004-5, Relatório de Monitoramento, Relatório e Voto que fundamentaram a deliberação. Os Senadores que desejarem uma cópia deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo”. **Comunicado 02**: “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da resposta do Excelentíssimo Ministro de Estado das Comunicações, Senhor Hélio Costa, recebida em 23 de agosto p.p., ao Requerimento de Informação nº 603/05, de autoria de Sua Excelência, o Senador Reginaldo Duarte, aprovado nesta Comissão em 17 de maio de 2005, solicitando informações sobre a concorrência pública que dá origem à Portaria n.º 450, de 28 de agosto de 2003, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pindoretama, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal n.º 1493 de 2004, e resposta complementar ao Requerimento supracitado (que estava sendo aguardada desde agosto do corrente) recebida nesta Comissão em 21 de outubro de 2005. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria desta Comissão. O requerimento foi anexado ao PDS 1493/04”. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a

presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. — Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) — Há número regimental.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a reunião. Os Senadores que concordam com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e sua aprovação, mantenham-se como estão. (Pausa.)

Aprovada a ata.

Vamos iniciar pelos projetos de decreto legislativo referentes às concessões de emissoras de rádio, e requeiro aos Srs. Senadores a possibilidade de inversão da pauta, porque o Relator do Item 1, o Senador Romeu Tuma, não está presente.

Autorizada a inversão.

Item 2: projeto que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Paraíso, em Minas Gerais, de autoria do Poder Executivo. O Relator é o Senador Wellington Salgado de Oliveira, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) — Trata-se de decreto legislativo que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 429, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Paraíso, no Estado Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) — O parecer do Senador Wellington Salgado de Oliveira é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, será votado ao final.

O Item 4 tem como Relator o Senador José Jorge, que não está presente. Oportunamente, será colocado em discussão.

Item 5: aprova o ato que renova a concessão da sociedade Padre Eduardo na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná. O Relator é o Senador Flávio Arns, a quem concedo a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, os Itens de 5 a 8 são todos projetos de decreto legislativo, e os pareceres desses quatro itens são favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os relatórios apresentados pelo ilustre Senador Flávio Arns são favoráveis.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, serão postos em votação ao final.

Com a palavra o Senador José Jorge, que acaba de chegar, para relatar o item 3, referente à Associação do Movimento Comunitário da Cidade de Arcoverde, em Pernambuco; depois, da cidade de Vivência, também em Pernambuco.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, o projeto será colocado em votação ao final.

Senador Romeu Tuma, V. Ex.^a é o Relator do item 1, que trata do ato que autoriza a Associação Comunitária de Piquete para executar serviços de radiodifusão naquela cidade.

Com a palavra o ilustre Senador Romeu Tuma para proferir o seu voto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se do projeto que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Piquete, uma cidade importante do Estado de São Paulo que tem, nesta hora de discussão de desarmamento, uma boa fábrica de munições e de armamentos para as Forças Armadas.

O nosso parecer é pela aprovação, conforme a juntada dos documentos necessários, na sua íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório do Senador Romeu Tuma é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, será votado oportunamente.

A Senadora Ideli Salvatti é Relatora dos Itens nºs 21 e 22.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti para proferir o seu relatório.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável às duas solicitações, tanto ao item 21, referente à Rádio FM Nevasca, no Município de São Joaquim, Santa Catarina, quanto ao item 22, que é da Portugal Telecomunicações, Município de Rio Negrinho.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os relatórios apresentados pela ilustre Senadora Ideli Salvatti são favoráveis.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, serão votados oportunamente.

Os Itens nºs 14, 15, 16, 17, 18 e 19 têm como Relator o ilustre Senador César Borges, que está com a palavra para proferir os seus relatórios.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Estamos apreciando diversos projetos. O Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2005, constante do Item 14, é relativo a ato que autoriza a Associação Serrote Educativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serrolândia, Estado da Bahia.

Somos favoráveis à aprovação sem qualquer restrição.

O Item 15 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2005, que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Independente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Passé, Estado da Bahia.

O nosso parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

O Item 16 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Nova Esperança de Promoção Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada de Pedras, Estado da Bahia.

Este Projeto de Decreto Legislativo preenche todos os requisitos legais, e o nosso parecer é favorável à sua aprovação.

O Item 17 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2005, que aprova ato que autoriza a Associação Comunitária Sociocultural dos Moradores de Itiúba, cidade importante do Estado da Bahia, a executar serviço de radiodifusão comunitária.

Da mesma forma, Sr. Presidente, esse Projeto preenche todos os requisitos legais, e o nosso parecer é favorável à sua aprovação.

O Item 18 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2005, que outorga permissão à Gráfica Editora Diário do Sudoeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Livramento do Brumado, no Estado da Bahia.

Esse Projeto de Decreto Legislativo merece a aprovação desta Comissão; nosso parecer é favorável.

E, por fim, o Item 19, Projeto de Decreto Legislativo nº 436, deste ano, que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Itajuípe a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do mesmo nome.

Também é um Projeto que merece a aprovação desta Comissão, pois o Decreto Legislativo preenche todos os requisitos. Somos favoráveis, Sr. Presidente.

Esses são os projetos que estamos aqui relatando, importantes para essas cidades não menos importantes do nosso Estado da Bahia, Sr. Presidente. O nosso parecer é favorável à aprovação de todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os pareceres apresentados pelo ilustre Senador César Borges, do Estado da Bahia, são favoráveis.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, serão votados oportunamente.

Os Itens nºs 10 e 11 têm como Relator o Senador Paulo Paim, que não está presente. A Presidência designa como Relatora desses dois itens a Senadora Maria do Camo Alves.

O Projeto de Decreto Legislativo constante do Item 10 autoriza a Associação Cultural Comunitária de General Câmara, na cidade de General Câmara, no Rio Grande do Sul, a executar serviço de radiodifusão comunitária. E o do Item 11 autoriza a radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Não-me-Toque, no Estado do Rio Grande do Sul.

Com a palavra, para proferir seus pareceres, a ilustre Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMOS ALVES (PFL – SE) – Os dois projetos têm parecer pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os pareceres são favoráveis.

Em discussão os pareceres. (Pausa.)

Não tendo quem queira discuti-los, serão votados oportunamente.

O Senador Sérgio Zambiasi não se encontra presente. A Mesa designa o Senador Edison Lobão para relatar o Item 12.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O parecer do Senador Edison Lobão é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, o projeto será votado oportunamente.

Item 13. O relator é o Senador Demóstenes Torres, que não está presente. A Mesa designa o ilustre Senador Geraldo Mesquita Júnior como relator *ad hoc* do Item 13, que trata da licença para a Associação Comunitária Educacional da cidade de Aragarças, do Estado de Goiás.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Sem Partido – AC) – Parabéns a Aragarça. O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Parecer é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, o projeto será votado oportunamente.

Item nº 20: trata-se de autorização para a Rádio Comunitária da cidade de Solânea, no Estado da Paraíba. Não estando presente o relator, Senador Ney Suassuna, a Mesa designa relator *ad hoc* o ilustre Senador Augusto Botelho, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O parecer do Senador Ney Suassuna é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Parecer favorável em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, o projeto será votado oportunamente.

Item 9. O relator é o Senador Leonel Pavan. Não estando presente, a Mesa designa a Senadora Ideli Salvatti relatora *ad hoc* do item 9, que trata da licença da rádio da cidade de Imbituba, Estado de Santa Catarina.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, para o seu relatório.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, o nosso parecer, acatando o parecer anteriormente apresentado pelo Senador Leonel Pavan, é favorável à permissão à Rádio Imbituba, no Município do mesmo nome.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Parecer favorável em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Votação nominal de todos os itens, que são projetos terminativos.

(*Procede-se à votação nominal.*)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Aprovados os itens que foram relatados.

Vamos para a pauta de projetos, que tem hoje projetos muito importantes e interessantes nesta 42ª ordinária.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, se não houver contrariedade dos demais membros da Comissão, eu solicito inversão de pauta do Item 3, cujo Relator é o Senador Jorge Jorge, eu sou a autora, tendo em vista que tenho CPMI dos Correios em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em votação o requerimento apresentado pela Senadora Ideli Salvatti de inversão de pauta. (Pausa.)

Não havendo quem se oponha, aprovado o requerimento.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, da mesma forma e com os mesmos argumentos da Senadora Ideli Salvatti, pois também sou membro da CPMI, peço inversão de pauta do Item 4.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Inversão de pauta do Item 4, que passa para segundo lugar, se o Plenário concordar. (Pausa.)

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O primeiro item passa a ser o Item 3, Projeto de Lei nº 426, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que estabelece princípios de equidade na oferta e no acesso à educação superior pública. O Relator é o Senador José Jorge, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se do parecer da Comissão de Educação sobre o PLS nº 426, de 2003, que estabelece princípios de equidade na oferta e no acesso à educação superior pública.

Relatório:

Em pauta nesta Comissão para decisão terminativa, o PLS nº 426, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, pelo qual se estabelecem princípios de equidade na oferta e no acesso à educação superior pública.

No art. 1º se esclarece que os princípios de equidade propostos se referem ao acesso às instituições públicas da educação superior em geral, enquanto que a oferta de vagas e investimentos financeiros se restringe aos cursos de graduação federais.

O art. 2º dispõe que o critério de equidade na oferta de vagas em cursos de graduação terá como base a relação entre o número de matrículas nas instituições federais e os habitantes de cada Estado, de tal forma que a ampliação de vagas e cursos se fará

nos Estados mais defasados e, dentro de cada Estado, nas regiões mais distantes da sede, considerada também sua densidade populacional.

O art. 3º trata da equidade nos processos seletivos para os cursos de graduação nas instituições federais, estaduais e municipais de educação, limitando a uma só para cada cidadão a inscrição semestral em vestibulares, a matrícula e a concessão de diploma. Isto é, só se pode fazer vestibular em uma universidade.

O art. 3º ainda dispõe que todas as instituições de educação pública superior terão, em seus cursos de graduação, reservas de vagas para alunos que cursaram integralmente o ensino médio e público em percentual no mínimo equivalente ao das matrículas públicas no ensino médio, em relação ao total do respectivo Estado. Ou seja, se num Estado o ensino público for 40%, então será 40%. Se for 30%, aplicar-se-á o mesmo percentual, e assim por diante.

O art. 4º assegura que será concedida ajuda de custo pela União aos estudantes dos cursos de graduação que comprovarem renda **per capita** no ano anterior menor que o salário mínimo, com duração do previsto para a realização de sua carga horária, com valor e contrapartida a serem regulamentados pelo Ministério da Educação, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

A justificação se divide em duas partes. Na primeira, é exposto alentado diagnóstico das desigualdades entre Estados quanto às matrículas e investimentos nas universidades federais, por meio de um quadro com dados de 2000 e 2001, obtidos dos censos demográficos e dos censos da educação superior respectivamente.

Ressalte-se que a Lei nº 10.172, de 2001, que fixou o Plano Nacional de Educação, não atentou para essa discrepância, que tende a se acentuar se o crescimento da oferta de vagas e dos investimentos ocorrer por movimento inercial, isto é, crescendo mais onde já há mais.

Na segunda, faz-se profunda análise do acesso dos alunos aos cursos de graduação à luz do princípio constitucional de igualdade de oportunidades. À medida que aumentam os ingressos do ensino médio, os candidatos naturais às vagas dos cursos de graduação em proporção maior ao crescimento das vagas nas instituições públicas, amplia a presença de cidadãos de classe média e alta principalmente nos cursos de maior concorrência.

O que se propõe é a inversão dessa lógica. A elevada proporção de alunos oriundos de escolas públicas usada como critério de distribuição de vagas nos concursos de acesso resgatará o aumento da oportunidade de jovens de classes populares a ingressarem

nas universidades públicas e atrairá certamente estudantes de ensino médio a se matricularem em escolas públicas, o que certamente lhes resgatará também a qualidade perdida.

Como vai haver essas vagas reservadas, alguém, com melhores condições, vai para a escola pública para concorrer a essa vaga.

O projeto tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi aprovado, e agora depende de decisão terminativa da Comissão de Educação, na qual não recebeu emendas.

Análise:

A educação superior no Brasil tem uma evolução assimétrica se comparada com os demais países da América Latina. Enquanto nesses últimos, criaram-se universidades desde 1536, o Brasil somente viu nascer cursos superiores, poucos, isolados geograficamente, embora concentrados em três áreas de profissionais liberais – Advocacia, Medicina e Engenharia –, nos meados do século XIX. Universidade propriamente dita somente surgiu na década de 30. Portanto, menos de cem anos atrás.

Entretanto, nos outros países, houve certa adequação entre o crescimento do acesso à educação básica e aos cursos superiores, de forma que, na Argentina e na Bolívia, por exemplo, a passagem dos cursos secundários públicos para os superiores, ambos gratuitos, faz-se num **continuum**, sem estrangulamento de demanda e, portanto, sem necessidade de concurso seletivo.

No Brasil, até 1950, o número de alunos egressos dos cursos secundários, principalmente se considerados os das capitais, onde havia cursos de graduação federais e estaduais, não excedia em muito as vagas oferecidas na educação superior. Praticava-se com certa tranquilidade uma política de seleção em que o número de aprovados nas provas vestibulares por nota de corte era pouco menor ou maior que as vagas previstas para cada curso. E à medida que aumentavam os candidatos, abriam-se novas instituições e novos cursos, o que ocorreu principalmente no início da década de 60.

Em vista da aceleração dos fenômenos da industrialização e urbanização, ocorreu então a explosão de matrículas nos cursos secundários. O resultado imediato foi a multiplicação de excedentes: alunos que eram aprovados nos vestibulares, mas não podiam ser matriculados pela insuficiência de vagas.

A reforma universitária de 68, Lei nº 5.540, resolveu a questão com um apenado: o vestibular se transformou em concurso classificatório, só era aprovado quem se enquadrasse no número de vagas previamente autorizado pela universidade. É óbvio que a verdadeira

solução do problema se operou no nível de uma nova acomodação social, não como política pública, mas propiciado pela abertura progressiva de milhares de vagas em instituições privadas. Também houve uma tentativa oficial de antecipar a formação para o trabalho para o nível de segundo grau pela chamada profissionalização compulsória da Lei nº 5.692, que era a antiga LDB, de 1961. Ela, em parte, funcionou para as camadas populares quando persistiram altas taxas de emprego e de crescimento econômico.

A estagflação dos anos 80, conjugada com a aceleração ainda maior de concluintes na década de 90, levou o processo seletivo de ingresso nas universidades públicas a um paroxismo, responsável por alguns absurdos que hoje presenciamos na nossa sociedade. De um lado, a pressão por cursos superiores forçou a que os Estados, principalmente os do Nordeste, investissem grande parte de sua arrecadação de impostos vinculada à manutenção do ensino na educação superior, descuidando da qualidade do ensino fundamental e médio – hoje as matrículas nas instituições estaduais superam as das federais –; de outro, os empresários descobriram o filão dos cursos de graduação: de um milhão de matrículas em suas instituições, em 1995, passaram para quase 3,5 milhões, em 2005. Essa explosão desmedida se sustenta por meio de sacrifícios inauditos das famílias e por verdadeiro confisco dos jovens e dos adultos trabalhadores que, muitas vezes, empregam 50%, 70%, até 90% dos seus salários no pagamento de mensalidades de cursos superiores, isso sem considerar os altos níveis de inadimplência, que fundamentaram a instituição do Programa de Crédito Educativo, transformado no Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – Fies.

Enquanto isso, reflorescem as injustiças nas universidades públicas, principalmente nas federais, de modo especial nos cursos de maior prestígio. Os estudantes das classes populares, que em número cada vez maior concluem o ensino médio – passaram de 300 mil, em 1993, os egressos de escolas públicas, para dois milhões, em 2003 –, dificilmente conseguem entrar nos cursos gratuitos mantidos pela União e pelos Estados. Os vestibulares são cada vez mais difíceis e se convertem em sessões semestrais de tortura.

Qual seria a solução? Negar o direito à educação superior consagrado na Constituição e na LDB; multiplicar as bolsas de gratuidade para carentes das instituições privadas; aumentar exponencialmente os recursos financeiros da União e dos Estados para oferecer acesso universal a um ciclo básico de educação superior gratuita; conservar a atual política restritiva de vagas e provê-las por meio de sorteio, como propõe o respeitável educador e psicanalista Rubem Alves?

O PLS nº 416, de 2003, propõe uma série de medidas dentro do critério ali denominado de equidade: limitações no direito de acesso para coibir abuso de superutilização pelo mesmo indivíduo das oportunidades escassas – para não se formar duas vezes em escolas públicas – e instituição no critério de proporcionalidade nos concursos seletivos entre candidatos oriundos de escolas públicas e privadas do ensino médio. Além disso, no caso das instituições federais, estabelece um critério na distribuição de vagas e no acréscimo de investimento que operacionaliza, de certa forma, o dispositivo de interiorização, que vigia no art. 60 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais até 31 de dezembro de 1996, que orientou algumas políticas públicas, de 1989 até aquela data.

Embora os dispositivos propostos não tenham o efeito mecânico de construir maior igualdade e superar as discrepâncias regionais e sociais, como estabelece o art. 3º da Constituição, eles são pertinentes e serão recebidos com aplauso pelos Estados menos aquinhoados com investimentos federais e principalmente pelos alunos do ensino médio das escolas públicas, que terão multiplicadas suas oportunidades de ingresso em cursos de medicina, direito, comunicação, engenharia, informática e outros.

Entretanto, não se pode mudar as regras de acesso no meio do caminho, querer que o dispositivo da proporcionalidade só seja aplicável para os alunos se matricularem no primeiro ano do ensino médio, após a publicação da nova norma legal.

Voto:

Diante dos argumentos expostos, nosso voto é favorável ao PLS nº 426, de 2003, com a seguinte emenda:

Emenda: Dê-se ao art. 5 do PLS nº 426, de 2003, a seguinte redação:

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ressalvada a vigência após três anos para os efeitos do dispositivo no inciso IV do art. 3º. Relator Senador José Jorge.

Sr. Presidente, este projeto da Senadora Ideli Salvatti é um daqueles projetos de reserva de vagas nas universidades; já aprovamos diversos na Comissão de Educação mudando os critérios como sociais, renda, racial, procedência escolar, de raça etc. Todos eles têm o mesmo objetivo, que é permitir que as vagas nas universidades públicas federais sejam mais bem divididas entre os alunos de classe de renda mais alta, que hoje ocupam a quantidade maior de vagas dos cursos onde há uma solicitação maior. Com isso se haveria mais oportunidade de outros estudantes de escolas públicas obterem essas vagas. O critério utilizado será a proporção entre a rede pública do en-

sino médio e a rede privada em cada Estado, o que vai variar ano a ano e o número de vagas será assim distribuído entre as duas redes.

Os projetos aprovados aqui têm o inconveniente de entrar na questão da autonomia da universidade, conquistada na Constituição de 1988, para realizarem seu processo seletivo. O melhor seria darmos uma indicação para as universidades e deixarmos que cada uma fizesse o processo de acordo com a sua região, com a cultura local, com as pressões existentes naquele momento.

Alguns projetos semelhantes a este, ou seja, com a mesma idéia de reserva de vaga, foram aprovados nesta Comissão. O da Senadora Ideli Salvatti tem alguns méritos, entra no aspecto do crescimento da rede federal, que os outros não entraram. Então, mesmo com a restrição que tenho quanto à filosofia da obrigatoriedade através de lei, como se todas fossem iguais, retirando um pouco a sua autonomia e descumprindo a Constituição, o meu parecer foi favorável, tendo em vista que os outros foram aprovados e não teria razão para negarmos este aqui.

Então, Sr. Presidente, o nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório do ilustre Senador José Jorge é favorável.

Em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, gostaria de enaltecer muito este projeto de lei. Concorde com os argumentos do Senador José Jorge em relação à dificuldade que se tem de se estabelecer, através de projetos de lei, regras uniformes para o Brasil. Apesar disso e considerando que a liberdade, autonomia acadêmica, a autonomia da instituição superior sempre tem que ser preservada, como prevê a Constituição, o parecer é favorável. Sob esse aspecto, também concordo.

Quero enaltecer o projeto sob outro ponto de vista. Há um debate permanente, dentro do Congresso Nacional e dentro da sociedade, das razões pelas quais alguns Estados têm várias instituições de ensino superior e outros Estados têm uma instituição de ensino superior. Quer dizer, qual é o critério que se estabelece para que haja uma igualdade, um processo democrático, um acesso em igualdade de condições entre os Estados de acesso aos recursos federais para o ensino superior. Podemos comparar dois Estados que conheço, os dois com o mesmo número de habitantes, e um dos Estados ganhando R\$800 milhões a mais por ano do que o outro Estado. São R\$800 milhões a mais por ano! Isso vai dinamizar não só o ensino

superior naquele Estado, mas também toda a economia. Será um Estado com melhores condições de ter um índice de desenvolvimento humano, de progresso, de desenvolvimento. Esse Estado poderá investir em recurso que destinaria para o ensino superior em outros Estados.

Então, este é um problema sério no Brasil, uma injustiça, eu diria, com muitos Estados, uma injustiça com a população. Eu até diria que o princípio federativo relacionado a isso está sendo rompido porque, por que privilegiar alguns Estados em detrimento de outros? E mesmo não usando a palavra privilegiar, termos critérios de justiça para que a população tenha acesso de maneira igualitária aos recursos federais para esta finalidade.

Este projeto de lei propõe um critério, que considero bastante adequado, que poderia, inclusive, ter outras complementações também, mas considero adequado, e eu diria que é um passo essencial para termos justiça no Brasil nesse sentido. Então, quero parabenizar a autora pela idéia. Há alguns problemas de redação, que podem ser melhorados no projeto, mas no aspecto de redação. O projeto de lei, a idéia é muito importante. Quero, como sempre, enaltecer o relatório do Relator José Jorge, que é especialista na área e sempre com uma visão muito clara sobre os caminhos que o nosso País deve trilhar nessa área.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Está inscrita para falar a Senadora Ideli Salvatti. Logo a seguir, o Senador Cristovam Buarque.

Pergunto à Senadora se ela, como autora, não preferiria falar ao final da discussão.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – AC) – Poder ser.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata) – Senador Cristovam Buarque com a palavra. Aliás, eu gostaria de dizer que o Senador Cristovam Buarque saiu da Comissão, foi retirado. Eu queria pedir ao Senador Wellington para irmos juntos ao Senador Ney Suassuna. Tem uma vaga do PMDB para oferecermos por que esta comissão não pode prescindir da presença do Senado Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Sr. Presidente, mas eu tenho direito a voz.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Tem direito a voz, mas nós queríamos que tivesse direito a voto.

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG) – E tem uma vaga do PDT também que ele pode ocupar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Com o maior prazer aceitarei, porque desta Comissão não saio. Vim para o Senado por causa desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Primeiro considero este projeto positivo, sobretudo por causa do art. 3º. Agora, tenho uma pergunta ao Senador José Jorge. Da maneira como está, não vamos transferir mais recursos federais para os Estados mais ricos? Não vamos provocar uma justiça injusta? O contrário das próprias quotas, que é uma maneira de proteger os menos favorecidos; iremos, aqui, favorecer os mais favorecidos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – não, porque será em relação à população.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito bem. Mas, em relação à população...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O grande problema que vejo. O problema que eu vi nessa questão é em relação ao Estado de São Paulo. Na verdade, eu não ia explicitar isso porque aqui somos representantes dos Estados. Então não tem sentido falar de outro Estado. Mas, na realidade, o que vai acontecer é que o Estado de São Paulo é o Estado que tem menos universidades federais no Brasil o porque lá praticamente o ensino superior é estadual. Tem apenas uma ou outra universidade. Então, no momento em que fizermos um critério objetivo como esse, pelo menos nos primeiros anos, na hora que se colocar no computador, ele irá dirigir os investimentos para São Paulo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – E hoje ele já tem os recursos através de universidades estaduais.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Então, eu penso que, talvez.. É uma questão política, não sei se a Senadora Ideli Savatti, como autora, não quer apresentar uma emenda retirando o Estado de São Paulo do critério, porque então ela depois terá de se entender com o Líder Aloísio Mercadante, futuro candidato a Governador.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso que é uma declaração de amor do Senador José Jorge. Ele me ama...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu sou só o Relator. V. Ex^a apresentou o projeto, que, na realidade é uma boa idéia do ponto de vista da distribuição, com esse inconveniente que o Senador Cristovam está dizendo, no sentido de que os Estados mais populosos terão mais universidades. Só que, agora, termina que os Estados que são mais populosos são os que têm presença política, portanto, eles já concentram nisso.

Quer dizer, eles já concentram tendo em vista exatamente o fato de terem bancadas, muitas vezes, maiores e que estão mais perto da decisão, etc.

Sr. Presidente, só o Estado de São Paulo, o Governo Federal passado, do Presidente Fernando Henrique era concentrado praticamente de pessoas de São Paulo. O Governo atual do Presidente Lula também é concentrado nas pessoas de São Paulo. Então, na realidade, penso que o inconveniente desse critério é essa questão de que inclui o Estado de São Paulo.

Em relação à observação do Senador Cristovam Buarque, penso que é válida, mas, de qualquer maneira, um critério objetivo para os Estados mais frágeis ainda é melhor do que deixar sem critério onde os Estados políticos podem verificar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Para concluir, Sr. Presidente, depois da resposta, quero dizer que isso vai de encontro à idéia do Fundef, do Fudeb, porque se valer para esses projetos a proporcionalidade por número, não tem sentido transferir recursos para o Nordeste, para o Amapá. Se vale para a universidade, por que não vale para o resto?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Porque, na realidade, o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino na base, na realidade, tem critérios diferentes do ensino superior. Na realidade, sempre, aqui no Brasil e no mundo, a universidade é uma universidade onde vão estudar aqueles estudantes que representassem uma elite técnica, não uma elite financeira, mas uma elite no sentido do conhecimento. Essa é a idéia que está por trás da universidade. Quer dizer que aquelas pessoas mais preparadas são aquelas sejam aquelas que vão para a universidade. Só que, com o critério atual, para as universidades públicas, termina que vira uma elite econômica. É isso que se quer evitar.

Então, na verdade, essa programação de natureza social, que investe mais recursos nos lugares mais necessitados, para um ensino de primeiro e segundo grau, tem uma lógica que, a meu ver, da lógica que tem na área de ensino superior, que hoje concentra nos Estados mais fortes. O Rio Grande do Sul e Minas Gerais, por exemplo, sem dúvida, são aqueles Estados que têm os maiores investimentos em ensino superior. Com esse mérito, se daria um equilíbrio melhor.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Bem, eu concluo alertando a Comissão. Se eu fosse membro da Comissão, pediria vista, porque acredito que merece analisar as consequências disso sobre a busca de justiça social no Brasil. Mas como não sou, apenas manifestei a minha opinião.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Edison Lobão, pela ordem.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – PE) – Sr. Presidente, procedeu muito bem o Senador Cristovam Buarque em nos alertar para essa dificuldade insanável como está no projeto. Eu acabo de conversar com a autora do projeto, que, com sensibilidade e até com senso de grande responsabilidade, concorda que se examine melhor esta matéria. Então creio que, acho que, em vez de pedir vista, suspender a votação para que o Relator e Autora reexaminem o assunto e posamos, na próxima sessão, voltar a discuti-lo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, autora do projeto.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, antes do Senador José Jorge sair, eu queria dizer que penso que a proposta do Senador Edison Lobão é altamente pertinente e a partir da reflexão feita pelo Senador Cristovam Buarque. Nós queremos criar algum critério que possa redistribuir melhor os recursos. Esse critério tem que ser justo, porque se não for justo não adianta ter critério, porque pressupõe a questão da justiça.

Esta situação, nós precisaríamos ser...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Até porque o avião de V. Exª faz escala em São Paulo toda semana.

A SRª IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Toda semana. Eu vou apanhar pouco cada vez que eu descer lá.

Temos algumas questões a analisar. Primeiro. A rede estadual de ensino superior pode ser uma oferta de rede pública que modifique esta tabela que temos apresentada na justificativa do projeto.

Temos situações diferenciadas. Por exemplo, quando se pensa nas universidades públicas de São Paulo, a maior parte, um volume significativo, não são alunos de São Paulo. É um volume grande de alunos de todo o País acabam indo exatamente pela excelência de uma USP, de uma Unicamp. Ou seja, as universidades do Estado de São Paulo são as mais cosmopolitas possíveis; tem gente de todos os Estados. Então precisaríamos fazer uma avaliação para podermos ter um critério melhor. Agora, eu não poderia deixar de registrar que, além dessa questão do critério da distribuição o mais equitativa, o mais justa possível dos recursos de ampliação, nós temos ainda no projeto a questão da realização dos vestibulares em um único dia para impedir aquelas pessoas que têm mais poder aquisitivo de fazer vestibulares em várias universidades

públicas. É importante, passam a ter mais chance. A questão de poder cursar um único curso público por pessoa durante um período, porque nós temos situações em que alunos com mais condições, inclusive por ter uma renda melhor, se preparam melhor para poderem fazer dois cursos públicos ao mesmo tempo. Então o projeto tem outras questões que seriam importantes também podermos...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, porque eu não posso mais ficar na reunião?

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – São duas coisas. Primeiro, na realidade, o projeto tem outras questões que foram citadas no meu relatório.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sim, exatamente, que eu agradeço por isso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu citei todas as questões que estão no projeto. São basicamente três ou quatro, que não vou repetir agora. Em segundo lugar, eu pediria ao Presidente, com o apoio da Casa, para que fosse retirado de pauta, para que, dentro da observação do Senador Cristovam Buarque, eu possa re-estudar novamente o parecer para verificar em outra sessão o que podemos fazer para adaptá-la. Era só isso. Vou me retirar.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu agradeço, Sr. Presidente, a compreensão do Relator para podermos fazer a construção e penso que o próprio Senador Cristovam Buarque, que levantou a questão poderia contribuir com alguma proposta de emenda. Para nós é muito importante que tivéssemos a capacidade de construir essa alternativa rapidamente tendo em vista que esse projeto é terminativo nesta comissão e nós estaríamos contribuindo com aquilo que aprovássemos aqui com a tramitação da reforma universitária que deverá tramitar inicialmente na Câmara. Ou seja, nós, aprovando aqui na Comissão de Educação, não havendo recurso ao Plenário ele iria para a Câmara e poderia, as sugestões e as propostas que saem deste projeto, com a participação de todos os Senadores e Senadoras, poderia contribuir de forma efetiva na discussão e no debate da reforma universitária.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa submete ao Plenário o requerimento do Relator e da Autora para a retirada de pauta. A Mesa submete agora uma re-inversão de pauta para, após o item 4, se voltar o item 1 a ser novamente o item a ser apreciado.

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu fui citado por V. Ex^a na questão do apoio ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a. Exatamente.

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG) – Realmente, por isso que V. Ex^a é o Presidente. V. Ex^a falou, antes de mim, que eu falei que já tinha visto aqui que o Senador Cristovam Buarque não tinha o nome para assinar a lista, quando ele estava assinando ao meu lado. Mas por quê? Ele me explicou que o PT o tinha tirado da Comissão de Educação. Eu, sinceramente, se o Senador Cristovam Buarque não estiver ao meu lado eu vou me sentir um pouco sem consulta para fazer, porque temos de dar um jeito, V. Ex^a e os demais Senadores, porque o Senador Cristovam é uma pessoa superimportante, que viveu os problemas sendo Ministro da Educação, e não pode deixar de fazer parte desta Comissão. Então, com certeza, vou acompanhá-lo para tentar que o nosso Líder, se o PDT não resolver essa situação, nós, como PMDB, que é um partido que sempre procura conciliar, é um partido que sempre procura as soluções com os demais partidos. Então vamos encontrar uma solução mas não podemos perder o nosso Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito bem. Obrigado, Ex^a.

Senador Augusto Botelho, pela ordem.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT - RR) – Apenas para defender o PDT. O Senador Cristovam Buarque muito nos honra no nosso partido, e a vaga dele está garantida aqui na Comissão. Não precisa fazer. Está garantida. As vagas do Senador Juvêncio da Fonseca foram naturalmente ocupadas por ele.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa aguarda ofício do partido.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT - RR) – O nosso Líder realmente viajou e o está substituindo o Senador Jefferson Peres. Por isso é que essas providências não foram tomadas. Mas eu lhe asseguro que vaga dele é garantida e que serão tomadas providências imediatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir também, é que foi dito aqui que o PT retirou. Eu queria dizer que se o PDT não assegurar o lugar do Senador Cristovam Buarque aqui, eu abro mão do meu lugar e deixo-o aqui na vaga do PT. Não é por aí. Acredito que o Senador Cristovam Buarque será eleito com o meu voto, na semana que vem, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Já estou fazendo campanha para ele.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Está certo. A Mesa vai encontrar uma solução junto com o Senador Wellington Salgado de Oliveira e com o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT - RR) – Eu tenho visto as colocações do Senador Paulo Paim, alguém que vem da Escola Técnica, que eu vi que era uma pessoa muito importante. Nós temos que resolver isso no PDT, porque também não abro mão do Senador Paulo Paim. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Vamos, então, ao item nº 4, a questão está praticamente decidida. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 009, de 2005, que é complementar. Altera a Lei nº 5.175, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional para admitir a conservação dos livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal em meio eletrônico que não permite regravação. O autor é o Senador Edison Lobão; o Relator é o Senador Aelton Freitas, que é favorável, com emenda oferecida.

Com a palavra o ilustre Relator Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente Senador Gerson Camata, Sr^{as} e Srs Senadores, nós já fizemos a leitura do relatório com o nosso parecer favorável na reunião anterior. O Senador Roberto Saturnino pediu vistas. Se V. Ex^a me permitir licença da leitura, passaremos a palavra para o nobre Senador e já colocaríamos em votação.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Dispensada a leitura, então, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, que pediu vistas.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, verifiquei, porque achava que era um assunto extremamente importante e um projeto inovador, criativo, daí o meu interesse em tomar conhecimento e aprofundar o exame, mas devolvi à Comissão sem nenhum reparo ao parecer do Relator, com o qual estou de acordo com o qual estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o autor, Senador Edison Lobão, se deseja se pronunciar.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, serei breve também. Trata-se de alteração do Código Tributário Nacional para a atualizá-lo. Hoje toda a documentação que diz respeito à organização de uma empresa é guardada em arquivos quilométricos. O que se propõe aqui é que isso seja informatizado e que, portanto, como vantagens de uso do processo de imagem digitalizada a maior nitidez por ela proporcionada à agilidade da recuperação da informação, o ganho de espaço físico e a redução de custos.

Então, Sr. Presidente, o que se procura fazer é apenas modernizar o sistema.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em votação.

A votação não é nominal, é simples; os que são contrários, e manifestem. (Pausa.)

Aprovado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O Item 1 volta, então, a ser o primeiro. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 070, de 2005. dá nova redação ao §5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela administração federal.

É um projeto de origem na Presidência da República muito importante para o quadro atual da educação no Brasil e o seu Relator é o Senador Reginaldo Duarte.

Com a palavra S. Ex^a para proferir o seu relatório.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005, originado do Projeto de Lei nº 3.584, de 2004, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao §5º do art. 3º da Lei nº 8.948, para permitir que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela administração federal.

O atual §5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica determina que a expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo e organizações não-governamentais, que serão as responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (grifo nosso). A alteração proposta substitui a palavra “somente” por “preferencialmente”, autorizando-se a União a criar novas unidades de ensino profissional, sem o instrumento da parceria e, por consequência, com o ônus da sua manutenção. Não foram oferecidas emendas ao projeto. Análise: a educação profissional, à qual todos os cidadãos têm direito, e, de forma especial, os adolescentes e jovens, é tradicionalmente oferecido pela Rede de Ensino Público Federal e Estadual, excepcionalmente pelos municípios e crescentemente por entidades privadas. Ela tem sido organizada em articulação ou em integração, como o Ensino Médio, quando se traduz em habilitações técnicas e, mais recentemente, em nível superior por meio dos mais variados cursos tecnológicos, equiparados aos de graduação. Também oferecido na modalidade de qualificação ou re-qualificação, independente de alguma etapa ou nível da escolaridade formal. No âmbito federal, desenvolveu-se, a partir do início do Século XX, uma rede de escolas técnicas e agrotécnicas, localizadas na maioria das capitais dos estados e municípios que capitalizaram as demandas

de formação profissional, paralelas ao seu desenvolvimento agrícola, industrial e do setor terciário da economia. Os estudos, por sua vez, também passaram a criar os seus estabelecimentos de ensino profissional sem que pudessem atender aos reclames da crescente demanda das comunidades e dos setores produtivos. Esses últimos, através do sistema patronal e de formação profissional, principalmente do Senai e do Senac, multiplicaram as suas ações com a oferta gratuita ou semigratuita de cursos de aprendizagem em nível fundamental e técnico de nível médio. Em 1971, houve uma tentativa por parte do Governo Militar de instituir a profissionalização compulsória do nível médio, transformando-se todas as escolas de segundo grau em estabelecimentos profissionalizantes. As reações foram de toda sorte e resultaram, de um lado, na banalização de muitos cursos profissionais e, de outro, na revogação da própria lei anos depois. No início da Década de 90, com a crescente dificuldade em os concluintes do Ensino Médio ingressarem nas universidades, retomou-se o movimento de reivindicação por cursos profissionais de nível médio. No governo Collor de Mello foi programada a criação de 200 novas escolas técnicas federais no país, que se somariam às cerca de 50 então existentes. Evidentemente, a União, já sobrecarregada com despesas na educação superior, não suportou essa nova responsabilidade. Daí a origem da norma draconiana de 1994: corte absoluto de qualquer novo investimento em educação profissional e a opção pelas parcerias, conforme o §5º do art. 3º da Lei 8.948. Passou a Década de 90. A maioria das escolas técnicas, grassando a evolução da demanda e a qualificação do seu corpo docente, transformou-se em centros federais de educação tecnológica, os Cefets. Muitos deles abriram extensões ou unidades descentralizadas para atender à demanda sem ferir a legislação. Centenas de novos estabelecimentos foram reformados num modelo de parceria, inclusive para receber recursos federais para investimento em construção e equipamentos. O presente projeto, ao substituir a palavra “somente” por “preferencialmente”, não anula o desiderato anterior, pelo qual se prioriza a responsabilização da educação profissional pelos entes subordinados e pelo setor produtivo, mas ele corrige o rigor extremo da legislação atual, que, ousamos dizer, contraria o art. 211 da Constituição Federal e os arts. 9º, 10, 11 da Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Fica claro, por esses últimos dispositivos, que o dever do estado se expressa pela responsabilidade da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios de oferecer, em regime de colaboração, educação escolar gratuita em todos os níveis, etapas e modalidades. A única restrição que se

faz aos municípios é de que só poderão ter despesas no Ensino Médio, inclusive profissional e no Superior se estiverem atendidas todas as demandas por Educação Infantil e Fundamental e, assim mesmo, com recursos acima de 25%, vinculados pelo art. 212 da Constituição Federal e à manutenção do desenvolvimento do ensino. O caráter do gasto da União, esse sim, é supletivo. Ou seja, não cabe ao Governo Federal assumir sozinho todos os encargos, em qualquer nível, etapa ou modalidade de ensino. Considero, portanto, o atual projeto uma iniciativa de reforma da União a seu compromisso de garantir educação pública em regime de colaboração com os Entes Federados e em associação às entidades civis que se dispuserem a cooperar na resposta à crescente demanda pela formação profissional da população. O voto. Pelo exposto, o meu voto é favorável ao PLC nº70, de 2005. Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª que pedisse urgência para a aprovação desse relevante projeto que acabei de relatar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Roberto Saturnino com a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, brevíssima palavra. Acho que o relator expressou muito bem todas as preocupações que temos. Trata-se de um projeto que retira uma restrição que se configura absurda, proibindo, enfim, investimentos federais que não sejam em parceria para atender a uma das prioridades maiores desta Nação, que é o ensino profissional. Por conseguinte, o projeto é extremamente importante, o relator fez um brilhante relatório, com o qual estamos de acordo. Também quero manifestar o meu apoio à preocupação dele com a questão da urgência desse projeto, dada a sua relevância.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, para discutir a matéria.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, fiz questão de ficar aqui nesta sessão da nossa Comissão, embora tivesse de estar numa sessão de homenagem ao Papa, recentemente falecido, a sessão será hoje em homenagem a ele, porque entendo que este projeto é de suma importância. Eu, que falo tanto em ensino profissionalizante, e sei que aqui os Senadores todos falam... O projeto só faz uma pequena mudança, muito pequena, apenas muda uma palavra, mas é uma palavra fundamental. Por isso, quero cumprimentar o Senador Reginaldo Duarte pelo seu

relatório, acatando essa mudança de “somente” por “preferencialmente”, que abre um leque bem maior para que a gente possa livremente ter neste país escolas profissionalizantes. Então, eu queria cumprimentar o Executivo pela iniciativa, cumprimentar todos os Deputados, que votaram em regime de urgência urgentíssima essa pequena mudança, mas abrangente, que vai permitir que os nossos jovens possam se preparar, já no 1º e 2º Graus, estando assim habilitados para entrarem no mercado de trabalho – mercado de trabalho tão disputado hoje em dia. Quem não tem formação técnica tem uma dificuldade enorme. E aqui o Relator – quero mais uma vez cumprimentar o Senador Reginaldo Duarte – lembra o esforço do Senai, do Senac, e de tantas outras escolas que, embora façam força, não conseguem atender à quantidade de jovens que se apresentam como candidatos para as escolas profissionais, mas que não têm como. Eu mesmo quando entrei – e repito sempre isso – disputei com quase mil candidatos, à época, ao Senai, e entraram duzentos. Calcula-se, então, a importância desse projeto.

Então, pediria, na mesma linha do Senador Saturnino e do Relator Senador Reginaldo Duarte e de todos os Deputados Federais – esteve aqui inclusive um Deputado agora nos pedindo para que, dentro do possível, acelerássemos e que ele fosse votado com urgência para ir à sanção, para podermos, quem sabe, um dia, dizer que em cada cidade desse país terá, no mínimo, uma escola profissionalizante. E nas cidades maiores, com certeza, teremos dezenas.

Obrigado. Parabéns, Senador Reginaldo Duarte e parabéns ao Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado para discutir.

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, realmente quando se fala em ensino técnico, sempre gosto de ouvir o Senador Paulo Paim, converso muito com ele. Outro dia, o ouvi falando no Senado sobre toda sua origem, seu caminho, estudou no Sesi e chegou a Senador da República.

E ele, a todo momento, colocava essa questão de que hoje não existe uma atenção do Governo ou do Ministério da Educação com relação ao ensino técnico. Exige uma necessidade de mercado; hoje sentimos que quem tem conhecimento na área técnica consegue ser absorvido no mercado. Tem que acabar com aquela história de que você só vence se tiver diploma. Acho que o grande problema da nação brasileira é casa própria e diploma, é o grande sonho do povo brasileiro. Se tenho uma casa própria e um diploma, consigo realmente chegar ao nível mais alto. E isso não é ver-

dade. Hoje a questão técnica é muito bem explorada no mercado e tem demanda por isso.

Então, iria pedir vista para dar uma olhada, e realmente, depois da exposição do Senador Paulo Paim muito bem colocada pelo Relator sobre a questão da necessidade, não vou pedir mais vista e vou votar com o Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Aliás, o ensino técnico, não só o Senador Paulo Paim começou no Sesi e chegou a Senador, como o Presidente Lula foi para o Sesi e chegou à Presidência da República. É um bom caminho para o futuro de todos nós.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o regime de urgência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa coloca agora em votação o Item nº 5, cujo Relator é o Senador Roberto Saturnino.

Trata-se de um Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005, que acrescenta o art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional com relação ao processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.

Autor: Deputado Lobbe Neto. Relator: Senador Roberto Saturnino.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino para proferir seu relatório.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, a proposição do Deputado, muito meritória, dispõe que as instituições de ensino superior devem tornar públicos os resultados dos seus processos seletivos, ficando obrigadas a divulgar a relação nominal dos candidatos classificados com a respectiva ordem de classificação, bem como o cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios de preenchimentos das vagas estabelecidas no edital.

É fato que muitos estudantes participam de diversos processos de admissão, em diferentes estabelecimentos de ensino, na busca de uma vaga na educação superior. Tais processos nem sempre primam pela clareza. Saber os prazos exatos envolvidos nos processos de admissão e a sua exata posição em relação aos demais candidatos é fundamental, para que os estudantes aprovados possam dimensionar suas reais possibilidades de ingresso nos cursos pretendidos,

sem correr o risco de perderem prazos importantes ou de terem seus resultados manipulados.

Como bem justifica o autor, zelar pela transparência e pela justiça nos processos de seleção para o ensino superior, é parte do dever constitucional do Estado garantir o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, nosso voto é favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Item nº 7. Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira. Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí. Autor: Senador Mão Santa. Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado de Oliveira para pronunciar o seu parecer.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, chega a essa Comissão o Projeto de Lei de autoria do Senador Mão Santa, que tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba por desmembramento da Universidade Federal do Piauí.

Os arts. 2º e 3º dispõem que a Universidade Federal do Delta do Parnaíba tenha como objetivo ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisas e promover a extensão com estrutura e forma de funcionamento a serem definidos segundo estatuto próprio e as normas legais pertinentes.

Pelo art. 4º fica o Poder Executivo autorizado a transferir saldos orçamentários da Universidade Federal do Piauí para a Universidade Federal do Delta do Parnaíba, observada a destinação dos recursos, bem como praticar os demais atos necessários a sua criação.

Por último, o art. 5º trata da cláusula de vigência. Na sua justificação, o autor ressalta, não somente a importância das universidades para o processo de desenvolvimento do nordeste brasileiro, como também a propriedade da medida de se criar uma instituição federal autônoma, exatamente numa região de alta demanda econômica, cultural e científica, amadure-

cida para sediar uma universidade pela presença, há décadas, do Campus Ministro Reis Veloso.

A capacidade ociosa das instalações, hoje utilizadas somente para quatro cursos de graduação no período noturno, se transforma em argumento a mais na luta dos milhares de estudantes que concluem o ensino médio a cada ano na região do Delta do Parnaíba (mais de 900 mil habitantes de 26 municípios do Piauí, 7 do Maranhão e 3 do Ceará). Hoje, obrigados, em sua maioria, a emigrar para as respectivas capitais ou a se matricular em instituições privadas.

Análise. Sobre a constitucionalidade e a adequação das normas orçamentárias do PLS nº 290, de 2003, obteve voto de aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Trata-se, na Comissão de Educação, de analisar seu mérito e adequação à Legislação Educacional. Em primeiro lugar, registre-se que a educação, inclusive a de nível superior, é direito de todos e dever do Estado, observada a capacidade de cada cidadão, incluindo o certificado de conclusão do ensino médio.

Nesse sentido, sendo todos os brasileiros iguais perante à Lei, tanto tem direito a pleitear um curso universitário o habitante de Brasília, como o de qualquer capital ou município do interior do país. Ante os recursos escassos de que dispõe a União para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, o mínimo de 18% dos seus impostos líquidos e da crescente demanda por vagas nos cursos de graduação, é imprescindível que se aleijam alguns critérios de equidade, inclusive considerando-se a injusta distribuição de instituições e matrículas de instituições federais em nível superior.

Três critérios parecem razoáveis restritos à questão do ensino: a relação entre a oferta de vagas e as universidades federais e a população do Estado; a relação entre a oferta de vagas, as universidades estaduais e a população do Estado; e a relação entre disponibilidade de recursos estaduais vinculados à MDE e os concluintes do ensino médio.

Sempre dentro do Princípio da Equidade, é sensato advogar que, quanto menor for a relação de vagas e a proporção da sua população, tanto mais credenciados estariam instados a sediar novos cursos ou novas instituições federais.

Nesse sentido, os Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul são os mais atendidos. Na outra ponta, os Estados de São Paulo, Bahia, Paraná, Ceará, Maranhão e Piauí são os que recebem menor apoio federal. Na falta de vagas nas instituições federais, os Estados tomam a iniciativa complementar de oferecer e financiar cursos superiores. Parece razoável que a União deveria investir prioritariamente nos estados cujos governos se sobrecarregam com essa despesa.

Pela ordem: Piauí, Paraná, Ceará, Bahia, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Quanto à relação recursos x demanda, o Piauí vem logo após o Maranhão, seguindo pela Bahia e o Ceará. Dessa forma, fica evidente que o critério de equidade indicaria o Estado do Piauí como o mais merecedor de novos investimentos do Governo Federal na área da educação superior.

Não fosse esse argumento de justiça federativa, importa invocar a oportunidade de se potenciar o patrimônio físico do Campus da Parnaíba, que não tem recebido a devida atenção, certamente pelo fato de depender de decisões da Universidade Federal do Piauí, centralizadas em Teresina.

Os já pagos recursos orçamentários da Universidade Federal se destinam prioritariamente a atender demandas da capital e das regiões interioranas do Estado, desprovidas totalmente de investimentos da União.

Por último, deve-se levar em consideração as potencialidades intrínsecas da região do Delta do Parnaíba no sentido das demandas por pesquisa e extensão, ditadas por sua localização geográfica e pela diversidade econômica e cultural de sua população.

No novo contexto da política do Ministério da Educação, sensíveis aos apelos do crescimento das atividades em instituições universitárias, cumpre ao Congresso Nacional manifestar explicitamente sua intenção de priorizar o Delta do Parnaíba em qualquer plano de expansão da presença Federal na educação superior brasileira.

Pelo exposto, Sr. Presidente, o voto dessa relatoria é inteiramente favorável à aprovação do PLS nº 290, de 2003, de autoria do Senador Mão Santa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata PMDB – ES) – O relatório é favorável.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou favorável à criação de novas universidades federais, desde que elas sejam descentralizadas e interiorizadas. Isso, se não me engano, é um pensamento do Ministro e também da Presidência da República. E, desde que assumiu a presidência, que ele se manifestou favorável à nova criação de universidades federais.

O relatório do Senador Wellington é muito pertinente; é extremamente pertinente criar uma nova universidade federal no Vale do Parnaíba. E acredito que se criarmos novas universidades federais, descentralizar o ensino superior, isso ajudará muito, não somente

as famílias do interior, como também aos estudantes, porque os pais de família, principalmente aqueles que têm baixa renda, são penalizados, os que moram no interior mandam seus filhos estudarem nas capitais. A descentralização acaba com esse problema.

E, Sr. Presidente, existe também uma grande distorção na criação de universidades federais. O nosso Senador Wellington aqui, o Estado dele é um dos mais privilegiados desse país. Tem exatamente entre 13 e 15 universidades federais. Parabéns. Não sou contra. O Estado de Minas Gerais trabalhou bem – e como trabalhou.

De forma que também apresento aqui o nosso protesto pelo Estado do Ceará, pelo Piauí, e por outros Estados da Federação. São Paulo, que é o carro-chefe dessa nação, só tem uma universidade federal.

Tenho um projeto de universidade federal, que lancei em 2000. Esse projeto está andando a passos de tartaruga, aqui e ali dou uma forcinha; ele foi aprovado aqui no Senado e hoje está tramitando na Câmara Federal. Esse projeto é de relevante importância para a minha região, porque a minha região tem um universo de um milhão e oitocentos mil habitantes; fica equidistante de todas as capitais do nordeste, entre 550 e 600 km. O raio de ação dessa universidade abrange os Estados do Piauí, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte – isso num raio de 150 km.

De forma que parabeno o relatório do Senador Wellington Salgado. E parabeno também o grande Senador Mão Santa pela idéia de também solicitar sua universidade federal para o Piauí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata PMDB – ES) – Em votação. (Pausa.)

Os Senadores que estavam presentes deixaram seus votos favoráveis. O projeto não é polêmico.

Aprovado.

Como vota o Senador Wellington Salgado? Voto conhecido.

Como vota o Senador Roberto Saturnino? Como vota o Senador Reginaldo Duarte? Também, voto conhecido.

Bem, dois projetos que estão na pauta, os relatores não se encontram presentes. Eles serão transferidos para a pauta da próxima reunião. A pauta foi praticamente cumprida.

A Mesa tem que comunicar aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adilson Mota, encaminhando cópia do acórdão proferido dos autos do Processo TC nº 015142, de 2004. Relatório de monitoramento, relatório e voto que fundamentaram

a liberação. Os Senadores que desejarem uma cópia, poderão procurá-la na Secretaria dessa Comissão.

E comunico também o recebimento de resposta do Sr. Ministro das Comunicações, Hélio Costa, ao Requerimento de Informação de autoria do Senador Reginaldo Duarte, aprovado nessa Comissão no dia 17 de maio – o Ministro foi rápido – solicitando informações sobre a concorrência pública que dá origem à Portaria 450, de 28 de agosto de 2003, do Ministério das Comunicações, que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda, para explorar os serviços de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Pindoretama*, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 1.493, de 2004.

A resposta complementar ao Requerimento supracitado estava sendo aguardada desde agosto do corrente, recebido nesta Comissão em 21 de outubro de 2005. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta deverão se dirigir à Secretaria dessa Comissão. O Requerimento foi anexado ao PDS nº 1.493, de 2004.

Declaro encerrada a reunião, com agradecimento aos Senhores Senadores que estiveram presentes na reunião de hoje e que abrilhantaram com suas palavras e seus votos essa reunião: Senador José Jorge, Senadora Maria do Carmo, Senador Edison Lobão, Senador Geraldo Mesquita, Senador Reginaldo Duarte, Senador César Borges, Senador Romeu Tuma, Senador Wellington Salgado de Oliveira, Senador Aelton Freitas, Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns, Senadora Ideli Salvatti, Senador Roberto Saturnino e Senador Augusto Botelho e ainda o Senador Cristovam Buarque.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 25 minutos.)

Ata da 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 16 de novembro de 2005.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Maria do Carmo Alves, Geraldo Mesquita, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado de Oliveira, Íris de Araújo, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Eduardo

Azeredo, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Romero Jucá, Fernando Bezerra, Delcídio Amaral e Juvêncio da Fonseca reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, Sérgio Cabral, José Maranhão, Gilberto Mestrinho, Fátima Cleide, Mozarildo Cavalcanti e Flávio Arns, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a inversão da pauta, para iniciar as votações pelos Projetos de Decretos Legislativos, que é aprovado. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos. **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Educacional e Ambiental do Município de Paulistas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulistas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza as Obras Sociais Dom Bosco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irapuã, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Novos Rumos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barbosa, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 490, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Santo Inácio a executar serviço de radiodi-

fusão comunitária na cidade de Santo Inácio, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Tibagi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tibagi, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cristã de Ação Social Comunitária do Cajuru a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cambaraense de Rádio Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambará, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco – ACODECAB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Saturnino e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Maia & Oliveira Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Costa Rica, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Rosário/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moema, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Exe-

cutivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Unisul FM – ACRU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de União do Sul, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Cidade de Denise – MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Denise, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Apoio à Comunicação Cristã – FACC para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Picos, Estado do Piauí”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Ney Suassuna e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana – FUNCRAVA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado do Piauí”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Ney Suassuna e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Princesa do Trairí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Trairí, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado é o Senador Fernando Bezerra e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 470, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Menina Tropical FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina”. A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Pojuca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pojuca, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 19: Pro-**

jeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Transviçosa de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Viçosa, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 450, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Agropastoril de Tuiutiba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Formoso, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária e Cultural de Adustina FM MHz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Adustina, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 453, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serrana FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Amaro, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária de Amparo Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anagé, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ação Candeias FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Riachão do Jacuípe, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Esperança e Liberdade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candioba, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é

o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amargosa, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. A Presidência retorna ao início da pauta e passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho para relatar o seguinte item: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 090, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho que, “Introduz modificações na Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para obrigar as emissoras oficiais de televisão a veicular imagens de pessoas desaparecidas.” O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CE, aprovada por quatorze (14) votos; rejeitando ainda a emenda de autoria do Senador Flávio Arns por quatorze (14) votos. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2005; Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 095, de 2003; Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2005; Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2000**, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2004, Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2003, Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2005**. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a reunião.

Os que são favoráveis à dispensa da leitura da ata e à sua aprovação permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a ata.

Passa-se à 45ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que

está sendo realizada extraordinariamente na quarta-feira, às onze horas.

Temos vários decretos legislativos relativos a concessões de emissoras de rádio e televisão.

No item 10, o Relator é o Senador Juvêncio da Fonseca. Está na página 84. Trata-se de projeto que aprova o ato de outorga de concessão a Maia & Oliveira Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Costa Rica*, Estado de Mato Grosso do Sul. A autoria é do Poder Executivo.

Com a palavra S. Ex^a o Sr. Senador Juvêncio da Fonseca para pronunciar seu relatório.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, Costa Rica é uma progressista cidade do Estado de Mato Grosso do Sul, no Norte do Estado, e que, recebendo agora esta concessão de uma rádio, naturalmente sua vida cultural, sua vida econômica, sua vida social vai receber uma influência bastante forte da comunicação, principalmente porque a concessão a Maia & Oliveira Ltda. para explorar essa rádio é de fundamental importância em todos os sentidos para aquela região.

Por isso nosso parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório apresentado por S. Ex^a o Senador Juvêncio da Fonseca é favorável ao projeto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação dar-se-á oportunamente, ao final da discussão de todos os projetos de decreto legislativo.

Vamos ao item 11.

Trata-se da concessão do ato que autoriza a Rádio Comunitária Rosário* a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moema*, no Estado de Minas Gerais. A autoria é do Poder Executivo. O Relator é S. Ex^a o Senador Eduardo Azeredo, a quem concedo a palavra para proferir seu relatório.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, este processo diz respeito a um ato de autorização para a Associação Rádio Comunitária Rosário/FM* na cidade de Moema, que fica no oeste de Minas Gerais.

O relatório é favorável, dentro da visão de que rádios comunitárias são exatamente as rádios destinadas a mostrar o que está ocorrendo na comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório apresentado por S. Ex^a o Senador Eduardo Azeredo é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação dar-se-á oportunamente.

Item 01. O Relator é o Senador Wellington Salgado de Oliveira. Trata-se da concessão de autorização para a Associação Cultural, Educacional e Ambiental do Município de Paulistas* a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulistas, Estado de Minas Gerais. A autoria é do Poder Executivo.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado de Oliveira para proferir seu relatório.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 444, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural, Educacional e Ambiental do Município de Paulistas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulistas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O voto apresentado pelo ilustre Relator, Senador Wellington Salgado de Oliveira, é favorável.

Em discussão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Apenas para endossar o relatório do Senador Wellington Salgado de Oliveira, meu companheiro do Estado de Minas Gerais, a cidade de Paulistas é uma cidade que também precisa desse serviço, na região do Sudoeste de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O parecer é favorável, com apoio do Senador Eduardo Azeredo.

A votação dar-se-á no momento oportuno, ao final das discussões dos projetos relativos a emissoras de rádio.

Para os Itens nºs 14 e 15, cujo relator é o Senador Mão Santa, não estando S. Ex^a presente, designamos relator **ad hoc** o Senador Ney Suassuna. Trata-se de duas concessões no Estado do Piauí. Estão à página 113.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o Decreto Legislativo nº 464, de 2005, da Câmara dos Deputados aprova o ato que outorga a permissão à Fundação Apoio à Comunicação Cristã para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Picos, Estado do Piauí.

O voto do relator, o qual tenho a honra de substituir, diz que, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 462, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. E não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, optamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação de Apoio à Comunicação Cristã, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Picos, Estado do Piauí, na forma do projeto do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os relatórios apresentados pelo Senador Ney Suassuna são favoráveis às duas emissoras.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, serão votados oportunamente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Queiria evidenciar que falei somente na cidade de Picos, a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a ainda é relator da radiodifusão valenciana, cidade de Valença.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Valenciana, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna para proferir o relatório.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O voto em relação a esse parecer é o seguinte: Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 483, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente. E havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana, Funcrava, a exercer serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado do Piauí, na forma do projeto do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório de S. Ex^a o Senador Ney Suassuna é favorável à concessão.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, a matéria será votada oportunamente.

Item nº 16:

Trata-se de ato que autoriza a Associação Comunitária Princesa de Trairí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento de Trairí, Estado do Rio Grande do Norte. Autoria do Poder

Executivo. Relator é o Senador Fernando Bezerra, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 442, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Princesa do Trairí a executar serviço a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento de Trairí, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do projeto do decreto legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O voto do Senador Fernando Bezerra é favorável à concessão.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, o projeto será votado oportunamente na sessão de hoje.

Itens nºs 2, 3 e 4:

Não estando presente o Senador Romeu Tuma, a Presidência designa relator **ad hoc** o Senador Geraldo Mesquita, que tem a palavra para proferir o seu relatório nos itens 2, 3 e 4, página 21.

O SR. GERALDO MESQUITA (S/Partido – AC) – Sr. Presidente, o Item 2, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2005, que aprova o ato que autoriza as Obras Sociais Dom Bosco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irapuã, Estado de São Paulo. O ilustre Relator, Senador Romeu Tuma, é favorável ao ato, e eu também aduzo da mesma forma.

O item nº 3 aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Novos Rumos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barbosa, Estado de São Paulo. Da mesma forma, parecer favorável tanto do ilustre Senador Romeu Tuma como meu.

O item nº 4 também, Júlio?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Item nº 4, que trata da cidade de Rio Claro. Tem V. Ex^a a palavra, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/Partido – AC) – O projeto aprova o ato que autoriza a Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil – é interessante – a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo. Da mesma forma, com parecer favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os três relatórios apresentados pelo Sena-

dor Geraldo Mesquita Júnior, são favoráveis às concessões.

Em discussão. (Pausa.)

Não tendo quem queira discutir, os projetos serão votados oportunamente.

Vamos agora aos Itens nºs 12 e 13, cujo Relator é o Senador Gilberto Goellner, que não está presente. A Presidência designa o Senador Augusto Botelho para relatar esses itens. Tem a palavra o nosso Vice-Presidente para relatar.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2005. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Unisul FM – ACRU* a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de União do Sul, Estado do Mato Grosso. O relatório do Senador Gilberto Goellner é favorável.

Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2005. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Cidade de Denise – MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Denise, Estado de Mato Grosso. O parecer do Senador Gilberto Goellner é favorável.

O meu parecer é favorável nos dois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os relatórios apresentados pelo Senador Augusto Botelho são favoráveis às concessões.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, serão votados oportunamente.

Itens nºs 5, 6, 7, 8, e 9. O Relator é o Senador Flávio Arns, que não pôde estar presente. A Presidência designa Relator **ad hoc**, também do seu Partido, o Senador Roberto Saturnino, que tem a palavra para proferir seus relatórios.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Decreto Legislativo nº 446 pede autorização para a Associação Cultural e Comunitária de Santo Inácio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Inácio, Estado do Paraná.

O item nº 6 trata da autorização para a Associação Comunitária de desenvolvimento Cultural e Artístico de Tibaji a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tibaji, Estado do Paraná.

O item nº 7 aprova o ato que autoriza a Associação Cristã de Ação Social Comunitária do Cajuru a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, capital do Paraná.

O item nº 8 trata da autorização à Associação Cambaense de Rádio Comunitária a executar servi-

ço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambará, no Estado do Paraná.

O item nº 9 trata da autorização para a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Castelo Branco, no Estado do Paraná.

Sr. Presidente, em todos os casos, o exame da documentação desses cinco pedidos de autorização não evidenciou violação da legislação pertinente e sobre elas não há reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade. Sendo assim, o Senador Flávio Arns opinou favoravelmente às cinco proposições e este é também o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os relatórios apresentados pelo Senador Roberto Saturnino são favoráveis aos cinco projetos de concessões de emissoras.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, os projetos serão votados oportunamente.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT - SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente

Passamos ao nº 17.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT - SC) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB - ES) - O Item nº 17 trata do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Menina Tropical FM para explorar serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina. A autoria é do Poder Executivo. A relatora é a Ilustre Senadora Ideli Salvatti, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT - SC) – Sr. Presidente, quero apresentar o meu parecer favorável à renovação da outorga à Rádio Menina Tropical FM, no Município de Blumenau, até pelos relevantes serviços que ela já presta à comunidade. É uma das rádios que tem um dos melhores índices de audiência em toda a região do Vale do Itajaí.

Portanto, o nosso parecer é pela renovação da permissão.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB - ES) - Ainda por cima, ela tem um nome bonito: Rádio Menina.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT - SC) – Rádio Menina. Mas tem meninos bonitos lá também.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB - ES) - O relatório apresentado por S. Ex^a a Senadora Ideli Salvatti é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação se dará oportunamente.

Os itens de nºs 18 a 26 tratam de concessões a emissoras de rádio e a rádios comunitárias no Estado da Bahia. Não estando presente S. Ex^a o Senador César Borges, a Mesa designa Relator **ad hoc** o Senador Juvêncio da Fonseca, que tem a palavra para proferir os seus relatórios.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

- Sr. Presidente, os projetos autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária nas seguintes cidades baianas:

Na cidade de Pojuca, pela Associação Comunitária de Pojuca;

Na cidade de Nova Viçosa, pela Associação Comunitária Transviçosa de Radiodifusão;

Na cidade de Campo Formoso, para a Associação Comunitária Agropastoril de Ituiutaba;

Na cidade de Adustina, para a Associação Rádio Comunitária e Cultural de Adustina;

Na cidade de Santo Amaro, para a Rádio Serana FM Ltda.;

Na cidade de Anajé, para a Rádio comunitária de Amparo Social;

Na cidade de Riachão do Jacuípe, para o serviço de radiodifusão e frequência modulada na cidade de Riachão, no Jacuípe, Estado da Bahia;

Na cidade de Candiba, para a Associação Esperança e Liberdade;

Na cidade de Amargosa, permissão ao Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

É tudo, Sr. Presidente.

O nosso voto é favorável a todos os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O nobre Relator **ad hoc**, Senador Juvêncio da Fonseca, é favorável a todos os projetos.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Nós os colocaremos em votação juntamente com todos os projetos referentes a concessões relatados até aqui.

(Procede-se à votação nominal)

As matérias foram aprovadas.

A Mesa fará comunicação ao Poder Executivo e à Presidência do Senado.

Na pauta de projetos que estão hoje em discussão, o item nº 1 seria a primeira vez. Trata-se do Projeto de Lei sobre alterações societárias das empresas jornalísticas e de radiodifusão. Não está presente o Senador Edison Lobão, que foi chamado. Se S. Ex^a

chegar, então, pediremos permissão para proceder à inversão de pauta.

O item nº 2 introduz modificações na Lei 4.111, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para obrigar as emissoras oficiais de televisão a veicularem imagens de pessoas desaparecidas. O autor é o Senador Rodolpho Tourinho. O Relator sou eu, favorável com emenda oferecida, rejeitando a emenda oferecida pelo Senador Flávio Arns.

Peço ao Ilustre Presidente, Senador Augusto Botelho, que assuma a Presidência para que eu pronuncie o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra, o Senador Gerson Camata para pronunciar o relatório.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de um projeto de lei que foi apresentado à Casa pelo ilustre Senador Rodolpho Tourinho, que consta no parecer por mim proferido.

No relatório inicial eu faço um histórico da apresentação do projeto. Como ele, anteriormente, foi lido aqui, quando do pedido de vista e da apresentação das emendas, eu me poupo de relê-lo.

Na análise. A solução de um grave problema enfrentado pela sociedade brasileira, o de pessoas desaparecidas, encontra, por meio da presente iniciativa, ajuda simples e valiosa. De fato, a modificação do Código Brasileiro de Telecomunicações, para dispor que as empresas de TV oficiais reservem ao menos um minuto por dia para divulgar fotos de pessoas desaparecidas, pode alcançar um grande público sem praticamente onerar as emissoras.

Não há que se falar em dificuldades técnicas, pois que não as há. A veiculação de fotos é operação simples. As fotos já se encontram em poder da polícia; é uma questão de fazê-las chegar ao público, uma vez que os três Poderes da República dispõem de produtoras e material televisivo e são perfeitamente viáveis à coleta, ao processamento e à disseminação das informações necessárias à veiculação ora cogitada.

Não há óbices de natureza constitucional ou jurídica para a proposta; tampouco se encontram reparos a fazer do ponto de vista da técnica legislativa. Apontem-se as penas previstas para o caso da violação da lei que se intenciona instituir e foram devidamente previstas no texto.

Eu vou apreciar as emendas. Merece modificação, contudo, a expressão “emissoras oficiais”, por não encontrar respaldo legal. Apresentamos a emenda de redação que substitui pela expressão mais adequada

“emissoras mantidas pelo Poder Público”. Essa última – note-se – é utilizada no art. 1º da iniciativa.

A emenda apresentada pelo Senador Flávio Arns procura dar maior alcance ao projeto e estender a obrigação nela prevista a todas as emissoras de televisão. Entendemos que a alteração proposta ensejará demasiada intervenção estatal na programação das emissoras comerciais. O fato de que tais empresas exploram serviços mediante delegação do Estado não autoriza este último a impor-lhes obrigações cujas finalidades podem ser alcançadas pelas emissoras estatais. Desta forma, feito o ajuste da redação apontado, exortamos o Colegiado a aprovar o projeto, despido da alteração de mérito que lhe foi proposta.

O voto, então, é pela aprovação do projeto de lei, com a rejeição da emenda do Senador Flávio Arns e aquela modificação de “emissoras oficiais” para “emissoras mantidas pelo Poder Público”.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação nominal.

Serão duas votações: uma para o projeto e outra para a emenda.

Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/Partido – AC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Wellington Salgado Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO OLIVEIRA (PMDB – MG) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senadora Iris de Araújo.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O projeto foi aprovado por unanimidade.

Eu gostaria de saber se os Senadores dão o mesmo voto para a aprovação da emenda?

Concordando, consideramos aprovada a emenda também.

Com a Presidência o Senador Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Eu quero agradecer o apoio dado ao relatório e também ao projeto muito importante.

Obrigado, Senador Augusto Botelho, que presidiu o item.

Bem, não está presente o Senador José Maranhão, que é relator do Item nº 3; e não está presente também o Senador Cristovam Buarque, que é o relator do outro item.

Senador Gilberto Goellner também não se encontra presente, que é o Relator dos dois itens seguintes.

Senador Leonel Pavan e Senador Sérgio Guerra, que é o Relator do referido projeto, também não se encontram presentes.

Também não está presente a Senadora Fátima Cleide, que é a autora do relatório seguinte.

Na próxima reunião, não estando presentes, serão designados relatores **ad hoc**.

A Mesa queria anunciar que teremos, amanhã... Depois desta reunião, agora, uma reunião para aprovar um requerimento de audiência pública para amanhã. Essa audiência pública vai tratar da instrução do projeto que dispõe sobre a prestação do serviço do correio eletrônico, por intermédio da rede municipal de computadores da Internet, e dá outras providências. O requerimento é dos Senadores José Jorge, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo. O Projeto é do Senador Delcídio Amaral. Relator Senador Eduardo Azeredo.

Estamos pretendendo fazer essa audiência amanhã com a presença de Plínio de Aguiar Araújo, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, da Anatel; Antônio Alberto Valente Tavares, da Abranet;

Marcelo de Carvalho Lopes, da GGIbr; Carlos Henrique de Brito Cruz, da Fapesp, de São Paulo; e Paulo Quintiliano da Silva, do Serviço de Perícia da Informática do Instituto Nacional de Criminalística da Diretoria Técnico Científica da Polícia Federal. É uma audiência muito importante que trata de um tema também muito importante.

Na subcomissão terá que ser aprovado um requerimento, que será feito logo depois desta reunião.

A Presidência quer agradecer a presenças dos Senadores que participarão desta reunião e abrilhantaram com suas presenças e seus relatórios a dita reunião.

Senadores: Geraldo Mesquita, Reginaldo Duarte, Eduardo Azeredo, Wellington Salgado, Ney Suassuna, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Fernando Bezerra, Juvêncio da Fonseca, e Senadoras: Lúcia Vânia, Íris de Araújo, Ideli Salvatti.

Agradecimentos. A Mesa encerra esta reunião e logo em seguida abre uma outra reunião da Subcomissão para aprovarmos o requerimento relativo à audiência pública de amanhã.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h48min.)

Ata da 46ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 08º Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de novembro de 2005.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Teotônio Vilela Filho, Geraldo Mesquita, Reginaldo Duarte, Valdir Raupp, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Augusto Botelho, Eduardo Azeredo, Delcídio Amaral, João Ribeiro e Juvêncio da Fonseca reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, José Maranhão, Ney Suassuna, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Fátima Cleide, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi e Flávio Arns, que justifica a ausência. Comparece a reunião o Senhor Deputado Federal Rodolfo Pereira (PDT/RR). Havendo número regimental

abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata passa a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho, que prosseguindo, inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 29, de 2005-CE e 11, de 2005-CESCT, de autoria dos Senhores Senadores José Jorge, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo, que tem como objetivo discutir e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2003, que “Dispõe sobre a prestação dos serviços de correio eletrônico, por intermédio da rede mundial de computadores – Internet, e dá outras providências”. Comparecem à Audiência Pública os seguintes convidados: Plínio de Aguiar Júnior, Presidente Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Antônio Alberto Tavares, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede de Internet – ABRANET; Marcelo de Carvalho Lopes, Coordenador do Conselho Gestor de Internet do Brasil – CGIbr; Luis Fernandez Lopez, Coordenador de Tecnologia da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e Paulo Quintiliano da Silva, Chefe do Setor de Perícia de Informática do Instituto Nacional de Criminalística – SEPINF/Polícia Federal. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Delcídio Amaral, autor do PLS nº 279/03; Eduardo Azeredo e José Jorge. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Declaro aberta a presente reunião extraordinária da Subcomissão de Educação e a 8ª reunião extraordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, que está sendo realizada, no dia 17 de novembro de 2005, quinta-feira, às 10h38min.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que são favoráveis à dispensa da leitura da ata da sessão anterior e sua conseqüente aprovação permaneçam sentados. (Pausa.)

Aberta a sessão, designo o Senador Eduardo Azeredo para introduzir os convidados, Dr. Paulo Quintiliano da Silva, Chefe do Setor de Perícia de Informática do Setor de Criminalística da Polícia Federal; o Dr. Plínio de Aguiar Júnior, Presidente-Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações; o Dr. Antônio Alberto Tavares, Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede de Internet – Abranet; Dr. Marcelo de Carvalho Lopes, Coordenador do Conselho Gestor da Internet no Brasil; e Dr. Luis Fernandez Lopez, Coordenador de Tecnologia da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp.

Estão presentes o autor do projeto, Senador Delcídio Amaral, e o Relator, Senador Eduardo Azeredo. Penso que esta reunião é muito importante pelo fato de que vamos debater com um pé no futuro mas com a cabeça e o corpo por inteiro.

Quero submeter ao Plenário o procedimento que adotaremos nesta reunião. Cada expositor teria dez minutos para fazer a sua exposição, um pouco flexível claro, e feitas todas as exposições, seriam feitas as perguntas do Relator e dos demais Srs. Senadores que aqui estiverem presentes.

O Senador Geraldo Mesquita acaba de chegar também.

Vou começar pelo Presidente-Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações, da Anatel, Sr. Plínio de Aguiar Júnior, que terá dez minutos para fazer sua exposição.

O SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, Srs. Senadores, Delcídio Amaral e Eduardo Azeredo, sou Presidente-Substituto atual da Anatel. É um esclarecimento inicial.

O advento da Internet traz benefícios enormes amplamente superiores aos prejuízos sociais e econômicos que ela traz, sobretudo em razão dos crimes cibernéticos.

O foco do Senador Delcídio é neutralizar o lado negativo do uso da Internet nos crimes cibernéticos. Especificamente, focaliza a questão do *e-mail*, que é o objeto deste Projeto de Lei.

A Internet traz em si, como benefício, uma difusão jamais vista na história: o avanço do acesso ao conhecimento, com uma velocidade e uma abrangência extraordinária. Há aplicações para a educação, para o entretenimento, para o comércio eletrônico, para o governo eletrônico, para o sistema bancário *on-line* e

até para o Imposto de Renda, que também pode ser declarado via Internet.

Essa questão é tão importante que está acontecendo uma cúpula mundial esta semana em Túnis: a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI). Uma das questões mais importantes a ser tratada ali é a governança da Internet, ou seja, como o mundo vai governar, ordenar esse ambiente tão importante para o mundo hoje. Um dos aspectos, evidentemente, é a segurança.

Serei breve na minha apresentação.

A Anatel foi chamada a participar, provavelmente por considerarem que ela poderia contribuir para a regulação do uso dos *e-mails* na Internet no ambiente brasileiro. Então, já vou anunciando que nós não temos no Brasil, na nossa legislação, na nossa regulamentação, instrumentos eficazes para tratar dessa questão. Para nós, o setor de comunicação, o *e-mail*, o seu conteúdo, o seu uso, não é um serviço de telecomunicações. Eu vou mostrar um pouco adiante isso. A Anatel não regula o conteúdo das telecomunicações.

A Internet é um serviço de valor adicionado na legislação, na regulamentação brasileira; não é um serviço de telecomunicações básico, é um serviço de valor adicionado sobre o qual se desenvolve a prestação de serviços de correio eletrônico, por exemplo. Em si, o acesso à Internet e aos outros serviços no ambiente da Internet não configuram um serviço de telecomunicações propriamente dito e, como tal, está fora da alçada da Anatel regulamentá-lo, fiscalizá-lo e administrá-lo, como veremos a seguir.

Está aqui presente o Coordenador do Comitê Gestor de Internet, que é um foro extremamente interessante, um exemplo mundial de articulação de Governo, sociedade civil e o terceiro setor, do qual a Anatel participa, e eu também. Essa é uma maneira de nós ajudarmos na chamada governança da Internet no Brasil. O companheiro Marcelo é o Coordenador do Comitê Gestor de Internet. Serei breve, porque é muito importante ouvi-lo hoje a respeito desse assunto.

O que é então o serviço de telecomunicações segundo a nossa Lei Geral de Telecomunicações? No art. 60, da referida Lei, está assim definido: “Serviços de telecomunicações é um conjunto de atividades que possibilitam a oferta de telecomunicação, ou seja, transmissão, emissão ou recepção por fio, radioeletricidade, meios óticos, ou qualquer outro processo eletromagnético de transmissão de símbolos, caracteres, sinais escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza”. Essa é a transcrição desse artigo 60 da nossa Lei Geral de Telecomunicações.

O art. 61 define o que é o serviço de valor adicionado. O acesso à Internet é caracterizado pela lei

como sendo um serviço de valor adicionado. O art. 61 esclarece que “Serviço de Valor Adicionado é a atividade que acrescenta a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se confunde novas utilidades relacionadas ao acesso, ao armazenamento, à apresentação, à movimentação ou à recuperação de informações”. O serviço de valor adicionado não constitui serviço de telecomunicações.

Um provedor desses serviços de valor adicionado, que é o acesso à Internet, classifica-se como usuário de serviços de telecomunicações que lhe dá suporte, com os direitos e deveres inerentes a essa condição.

As duas redes básicas que dão suporte a serviço de acesso à Internet são as redes das operadoras de telefonia no País, telefonia local e a de TV a cabo, as concessionárias de TV a cabo. “É assegurado também”, segundo o art. 61, “aos provedores, o uso das redes de telecomunicações para prestação de serviço de valor adicionado, cabendo à agência, para assegurar esse direito, regular condicionamentos, assim como o relacionamento entre aqueles e as prestadoras de serviços de telecomunicações”. Ou seja, a agência apenas intervém nesse relacionamento entre essas empresas, esses interessados, para garantir o uso das redes de serviços de telecomunicações das prestadoras pelos provedores. Um exemplo de intervenção nessa área da Embratel foi quando para resolver um contencioso, uma disputa entre a Intelig, que queria fazer esse serviço, um *backbone*, como se chamam as redes de apoio, de suporte à Internet. E a Embratel não queria permitir a ligação com um *backbone* da Embratel, que é o primeiro grande e o maior *backbone* de acesso à Internet. Então, houve a intervenção da Anatel em dois provedores de serviços de telecomunicações de valor adicionado, para que houvesse essa interconexão. Em nenhum momento, a agência deve regulamentar, fiscalizar, ou mesmo administrar prestação de serviço de valor adicionado.

Agora, quanto às competências legais dadas à Anatel pela Lei Geral de Telecomunicações concernentes a esse tema que nós estamos abordando, o art. 1º, da LGT estabelece que compete à União, por intermédio do órgão regulador e nos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, organizar a exploração dos serviços de telecomunicações, incluindo entre outros aspectos, o disciplinamento e a fiscalização da execução comercialização e o uso dos serviços de telecomunicações e da implantação e funcionamento de redes de telecomunicações, bem como da utilização dos recursos de órbita e espectro de frequências.

No art. 19, dentre outras competências, cabe à Anatel expedir normas quanto à outorga, prestação e

fruição dos serviços de telecomunicações, nos regimes públicos quanto privados. Cabe também editar atos de outorga e extinção de direito de exploração de serviços de telecomunicações nos regimes públicos e privados.

Eu estou mencionando os serviços de telecomunicações, estou insistindo nisso, diferentemente, para mostrar que a nossa competência se restringe e está detalhada aos serviços de telecomunicações, não estendendo-se aos de valor adicionado.

Há outras competências também, em relação à expedição de normas e edição de atos de outorga e extinção de direitos de uso e a fiscalização e aplicação de sanções, no que diz respeito à administração do espectro de frequência e tal.

Posso usar mais dois minutinhos?

Eu só queria chamar a atenção para um tipo de serviço que tem atraído muito interesse de empresários aqui no Brasil. É o serviço de comunicação multimídia. É um serviço cuja outorga é bem facilitada, que tem uma regulamentação muito leve e é muito barato de se conseguir implantar.

Por exemplo, todos os provedores, grande parte dos provedores de Internet hoje em dia, pedem uma autorização para a exploração desses serviços de comunicação multimídia. Por quê? Porque com a concessão desse serviço de comunicação multimídia eles conseguem a proteção do arcabouço regulamentar que vai permitir a interconexão, que as outras operadoras de serviços de telecomunicações são obrigadas a prestar a essas operadoras de serviços de comunicação multimídia.

E também no futuro, Senador, esses serviços de comunicação multimídia terão também um plano de numeração específico, semelhante ao da telefonia.

Então, essa questão, mais à frente, com a convergência tecnológica e o mundo cada vez mais IP, cada vez mais no ambiente IP é admitido que haja fusão entre os ambientes de Internet, de IP e de telefonia, a ponto de a própria numeração ser um mesmo ambiente de numeração de telefonia como de Internet futuramente.

Portanto, fica a nossa mensagem de caracterização da competência da Anatel para atuar no que concerne apenas à prestação de serviços de telecomunicações, como previsto na LGT. Dessa forma, a Anatel não tem competência legal para administrar o serviço de correio eletrônico prestado sobre a rede de Internet.

Eu queria lembrar, como estava falando com o Senador Camata, há pouco, que a Suprema Corte Americana este ano julgou um caso, eles chamam de *docket* sobre uma pequena provedora de acesso à

Internet, a Brand X, que, não satisfeita com a atuação da FCC a respeito de não considerar que o serviço de acesso à Internet não era telecomunicações, porque essa pequena empresa queria ter conexão com os operadores de TV a cabo. Essa questão foi levada à Suprema Corte americana, que decidiu que, dentro do arcabouço legal e regulamentar dos Estados Unidos, não é considerado um serviço de telecomunicações – na legislação americana é considerado um serviço de informação e, como tal, não teria os benefícios e o tratamento da regulamentação de telecomunicações uma operadora de serviços de acesso à Internet. Era uma microempresa – dez empregados só. Mas chegou à Suprema Corte para tirar essa dúvida atual. É possível que os regulamentos da Anatel mudem com alguma frequência; as leis mudam com menos frequência, são mais estáveis. Mas temos que admitir que a evolução tecnológica e as inovações são muito rápidas e podem mudar na frente. Mas, com o nosso arcabouço legal e regulamentar, como eu disse, a Anatel não pode ser um instrumento de fiscalização do ambiente de correios eletrônicos na Internet.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

Agradecemos as informações e os esclarecimentos trazidos pelo Dr. Plínio. Registramos a presença do Senador José Jorge, que se junta a nós nesta audiência importante, e passamos a palavra ao Dr. Antônio Alberto Tavares, Presidente da Abranet.

O SR. ANTÔNIO ALBERTO TAVARES – Exmo. Sr. Senador Geraldo Mesquita Jr., Exmo. Sr. Senador Delcídio Amaral, Exmo. Sr. Senador Eduardo Azeredo, Exmo. Sr. Senador José Jorge, senhoras e senhores, a Internet é uma instituição internacional. Por isso não estranhem o sotaque; isso faz parte do jogo democrático que a Internet representa.

Em primeiro lugar, fico muito honrado, como Presidente da Abranet, de vir aqui para discutir um tema tão importante como *e-mail* e no âmbito de uma Comissão de Educação. A Internet deve ser tratada, antes de mais nada, sob o nível educativo. Precisamos pensar na Internet como algo que estamos formando, nada que nos está sendo imposto. A Internet, no Brasil, até a própria identidade já tem, e ela tem tanto uma identidade que se diferencia e é modelo para outros países. Então, quero trazer aqui uma mensagem, em nome dos provedores brasileiros, de agrado por ver o Congresso Nacional se preocupar com a regulamentação da Internet. E, por outro lado, quero trazer uma preocupação.

Quando olhei o projeto do Senador Delcídio Amaral e vi que ele é de julho de 2003 – e as coisas na Internet acontecem a cada segundo –, precisamos ter, talvez, uma forma um pouco mais dinâmica de encon-

trar soluções e talvez uma forma de comunicação mais intensa entre os organismos que fazem a governança da Internet no Brasil, como o Comitê Gestor da Internet, que o Dr. Marcelo Lopes irá abordar, e o Congresso Nacional e todas as instâncias.

E para referir rapidamente, a Abranet, na semana passada, assinou um convênio com o Ministério Público Federal em que os grandes provedores – a Abranet como interveniente-anuente e o Comitê Gestor da Internet – firmam um convênio em que se formaliza a intenção de facilitar a justiça na pesquisa, na busca e na investigação dos processos. Até agora, recentemente, o que acontecia é que, em nome da proteção da privacidade, havia uma certa dificuldade de os provedores passarem a identificação dos seus usuários. É claro para nós que nos compete facilitar a justiça e que os provedores tenham o seu próprio papel.

Naturalmente, quando vejo o projeto de S. Ex^a o Senador Delcídio Amaral, ficou preocupado com alguns pontos, como “dez anos para a guarda dessas informações”. Primeiro porque o criminoso não leva 10 anos para se apresentar; ele atua muito rapidamente. Então, as informações **login** e **logout** são as informações importantes, que permitem chegar até o pretenso criminoso que pretende usar a Internet. Um **login** de três anos é suficiente. Então, a primeira indicação, a primeira recomendação que eu gostaria de deixar, é que nós pensemos em alguma coisa do tipo três anos.

Depois, também, em função da dinâmica do que já falamos, eu gostaria que passássemos a pensar que, em vez de propormos projetos de lei, talvez pudéssemos ter os projetos de lei, mas, também, algo mais dinâmico como portarias. Se me permitem dar um exemplo, os sistemas de registro de domínio da Internet no Brasil funcionam perfeitamente. Não há nenhuma lei que estabeleça como ele deve funcionar. Existe apenas uma resolução do Comitê Gestor da Internet, que data de 1995, e que faz com que ele funcione absolutamente. Então, essa resolução deve ser encarada como alguma coisa que faz com que todos os componentes da Internet ajam de forma interessada. E quais são esses componentes? É cadeia de valores. São os provedores, são os usuários, é a sociedade civil, é a Anatel. Precisamos fazer um parêntesis para dizer que a Anatel realmente tem um papel regulador das telecomunicações, mas ela tem que estar presente nesse processo sim, inclusive para cuidar, porque o papel da Anatel é cuidar dos usuários. E como muito bem disse o Dr. Plínio, o provedor de acesso à Internet é um usuário das redes de telecomunicações, e muitas vezes comete-se alguma injustiça quando se diz que o provedor é um atravessador.

Final para que provedor se a operadora pode prestar o serviço?

Na realidade, quem presta o serviço técnico de acesso é a operadora, mas quem faz a autenticação, quem educa o usuário, quem faz a pulverização da Internet no Brasil são os provedores, e muitas vezes pequenos provedores que fizeram de suas economias e coragem um investimento para que a Internet tivesse a dimensão que ela tem.

Então, sem querer me alongar muito, eu queria deixar clara a intenção de que nós devemos preservar, eu sei que há projetos novos de lei geral de telecomunicações. Por favor, tenhamos em conta que a cadeia de valores, com todas as vantagens que gera, como competição tem que ser respeitada, e não podemos em nenhum momento pensar que os provedores são atravessadores e estão ali para ganhar. Os provedores têm um papel fundamental, eles tiveram um papel de educadores, de fomentadores, enfim, têm o seu próprio papel. Eu não quero me alongar mais e fico à disposição para qualquer questão que os senhores me façam.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria, especificamente, que cada um dos convidados manifestassem sua opinião sobre a questão específica do projeto de forma explícita, porque esse projeto, foi apresentado pelo Senador Delcídio, há um parecer favorável do Senador Eduardo Azeredo, que são dois dos principais Senadores da Casa, e eu modestamente achei que, na verdade, antes de aprovarmos o projeto, deveríamos ouvir algumas pessoas. Então, na realidade, sou o mais inseguro daqui. Eu gostaria que cada um dissesse se realmente esse projeto deve ser aprovado ou não da forma que está.

É lógico que nós vamos analisar, mas penso que é muito importante, porque – como essa questão da Internet sempre é muito livre – achei que essa idéia de cadastrar pudesse de certa maneira perturbar. Mas, se não perturba, não há por que não aprovarmos o projeto. Então, eu gostaria que fosse explicitada essa opinião, porque não entendi bem se foi ou não.

O SR. ANTÔNIO ALBERTO TAVARES – Se V. Ex^a me permite, eu diria que, da forma que está o projeto precisa ainda ser modificado, ele não está pronto para ser aprovado.

Em termos dos tempos e em termos das formas, eu acho que ele necessita, e esta sessão é muito importante, de mais informações, mais colaboração.

Nós, do Comitê Gestor, podemos nos comprometer de imediato a enviar todos os trabalhos que têm sido feitos por grupos de trabalho, como, por exemplo, do anti-spam, que trazem contribuições que vão ajudar a fazer esse projeto efetivo.

Neste momento, da forma que está, em especial aos tempos que são propostos, etc., peço desculpas, mas ele não estaria pronto para ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE) – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Ela disse que não tem nada a ver com isso porque ela mexe com telecomunicações, e o foco dele é informação. Em princípio, eu não concordaria com isso.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE) – Sim, mas em relação ao projeto qual é a opinião.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – O resumo dos doze minutos dele é o seguinte: eu mexo com telecomunicações, e o foco da Suprema Corte Americana é informações. É nessa informação a Anatel, no momento atual, não...

O SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Eu gostaria de esclarecer. O foco que o senhor percebeu perfeitamente. O foco da manifestação formal da Anatel é esse. Como profissional do setor, comungo com a sua inquietação a respeito da segurança na Internet. Mas há uma questão que é um fato bem concreto: boa parte dos provedores de *e-mails* usados por brasileiros não está aqui no Brasil, os provedores são internacionais. A eles não se pode obrigar que atendam a essa questão, a não ser que houvesse, conforme menção anterior, um concerto mundial numa tentativa de se chegar lá. Está sendo criado esta semana – espero, Senador – o Fórum de Governança Mundial da Internet.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Está sendo feito.

O SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Encerra-se amanhã a reunião em Tunis.

Com um concerto mundial a respeito de certos limites, de princípios de uso da Internet, isso seria mais efetivo porque se poderia cobrar de qualquer provedor mundial o mínimo de comportamento e de diretrizes para ordenar essa questão que preocupa a todos, sobretudo porque, para evitar preocupações maiores do público, não são nem divulgados todos os crimes cibernéticos que há e quanto perdem com isso bancos, seguradoras, cartões de crédito. Realmente é uma questão muito importante, Senador. Contudo, se só dez países fizerem isso, os outros 180 vão acolher, vão sediar essas instituições e as nossas medidas não terão sido tão eficazes.

Essas são as minhas observações como pessoa física, como engenheiro e como participante do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Eu gostaria de fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge. PFL – PE) – Pois, não.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Foi dito muito bem que os crimes que acontecem na Internet hoje são incontrolláveis, e não podemos adotar alguma forma de controle, e um dos objetivos do projeto, entre outros, é exatamente estabelecer minimamente algum tipo de controle. Isso não é novidade no Brasil. Vários países discutem isso abertamente porque estão vendo que isso não pode continuar dessa maneira. Como foi dito, muitos crimes que acontecem via Internet ao público não é dado conhecimento porque as pessoas ficariam absolutamente horrorizadas. Então, se é através de um trabalho, como disse o Dr. Antônio Alberto, a questão dos dez anos, dos três acho absolutamente razoável, até porque estamos muito mais preocupados com a comunidade que usa a Internet para operar outras coisas absolutamente condenáveis do que com a comunidade que busca informação na Internet. Acho que, minimamente, precisamos começar a pensar em uma legislação porque, mais cedo ou mais tarde, essa legislação virá, com todas as dificuldades, se é escala mundial ou não, se os provedores estiverem lá fora ou não. Acho que precisamos atentar para essas questões porque é preciso haver algum tipo de controle na Internet, senão vamos criar um verdadeiro Frankenstein.

Nesse discurso de “Ah, deixa porque tem muita gente, tem provedor de fora, são poucos países que discutiram isso...”, nos estaremos abrindo um “avenidão” para quem vai usar a Internet de outra maneira.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. S/Partido – AC) – Senador Delcídio, sua preocupação é relevante.

Vamos dar continuidade à audiência, ouvindo o Sr. Marcelo de Carvalho Lopes, Coordenador do Comitê Gestor da Internet no Brasil. Talvez ele tenha informações importantes para nos brindar.

O SR. MARCELO DE CARVALHO LOPES – Senador Geraldo Mesquita Júnior, demais Senadores, senhoras e senhores colegas da mesa, o Comitê Gestor da Internet tem atribuição no Brasil de coordenar o “.br”. Todos os nomes de domínio que têm a terminação “.br” são registrados e controlados pelo Comitê Gestor da Internet brasileira.

Como nosso colega Plínio falou no início, estamos em um momento importante com relação a governança mundial da Internet, quando acontece em Tunis

a Conferência Mundial da Sociedade da Informação em que deverá ser criado um fórum internacional de controle porque os Estados Unidos têm uma posição muito firme a respeito desse processo e, pelo que ouvi nas notícias e inclusive sobre a posição brasileira, já que o Brasil tem participado ativamente de todos os fóruns de discussão da Internet, será uma conquista se o governo americano pelo menos aceite que se crie esse Fórum, mesmo que a coordenação, o controle dos servidores-raiz e a designação de nomes de domínio e de números de IPs continuem sob um controle muito forte do Departamento de Comércio Americano. Essa é uma questão importante pois, se é o Departamento de Comércio Americano que tem o contrato de gestão com a *Icann*, já deixa claro qual é a percepção que os Estados Unidos têm da importância cada vez maior que essa ferramenta terá do ponto de vista do comércio, que vem crescendo significativamente ano a ano.

Essa discussão é extremamente relevante. O Brasil tem se posicionado muito bem. O Comitê Gestor da Internet no Brasil é composto por 21 conselheiros e por nove representantes de Governo. Portanto, não há maioria de Governo nesse fórum. Estamos, inclusive, propagando nessas discussões em Tunis esse modelo. Isso já prosperou nas discussões que houve na ONU, em Genebra, sobre a proposta desse novo modelo de fórum que incluía a participação dos diferentes atores da sociedade interessados no tema.

No Comitê Gestor da Internet no Brasil, temos a participação do Governo, que coordena. Coordeno o Comitê, como representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas há a participação de representantes do setor empresarial, do setor acadêmico e do terceiro setor, dando um pluralismo importante para o processo.

Concordo plenamente com a manifestação do Senador Delcídio Amaral a respeito da necessidade de legislação. Como estamos na vanguarda desse processo de governança, não tenho dúvida nenhuma disso.

Participei de uma reunião em Bruxelas na qual a comunidade européia acabou revisando sua posição. Esse é o grande fator que está levando à discussão da governança da Internet. Enquanto eram o Brasil, a China, enfim, um conjunto de países, sem adesão da comunidade européia, essa discussão não evoluiu. O Brasil teve um papel importante e, talvez, possa, consolidando essa legislação, sair na vanguarda desse processo de controle. Esse é um dos temas. Quem não controla, não tem atribuição nenhuma. Já vi que no Comitê Gestor da Internet no Brasil já se trata desses assuntos e, no Fórum que deverá ser criado, também se tratarão de assuntos como Spam, crimes cibernéticos e

segurança da rede, criando efetivamente uma estrutura que seja responsável por isso em nível global.

Senador, peço licença para ler uma manifestação técnica da equipe do CGI/Br, redigida pelo Dr. Demi Getschko, a pessoa que trouxe a Internet para o Brasil. Era um pesquisador e, quando começou a Internet, recebeu da *Icann* a designação para criar um ponto “.br” no País. Ele poderia ter feito de forma privada e criado a sua empresa para fazer esse registro, mas preferiu compartilhar isso com o País. Naquele momento, no início, ele poderia ter feito isso, mas compartilhou e daí veio a legislação, o Comitê. O Demi é uma pessoa extremamente avalizada para se posicionar sobre esse tema. Eu gostaria de ler a nota técnica, sem fazer nenhuma correção ou alteração no texto que ele nos encaminhou.

O texto coloca o seguinte:

Sempre foi posição do Comitê Gestor da Internet que um provedor deve estabelecer vínculos com seus usuários, o que inclui dados cadastrais, cláusulas que permitam agir em caso de descumprimento – dados falsos, conteúdo inadequado, no caso de sítios hospedados em provedor, comportamento indevido etc.

Também é consenso que o usuário é o responsável pelos dados que ele fornece. No registro “.br”, as coisas também são assim. É um registro declaratório. Assumimos que o usuário declara a verdade até que alguém nos aponte o contrário, caso em que se inicia um processo de verificação.

E-mail pode ser via *webmail* ou não. É um serviço cujo provedor não é necessariamente o provedor de acesso do usuário. Assim, um provedor de acesso deveria manter o registro de acesso com base de tempo seguro por algo entre três e cinco anos. Um provedor de serviço de *e-mail* deveria manter o registro do *log* do servidor por algo entre três e cinco anos. Um provedor de serviço de *e-mail* deve ter dados dos usuários, titulares dos serviços. Note-se que um usuário pode ter diversas contas de *e-mails* no mesmo provedor para si ou para seus dependentes. Nesse caso, valem os dados do titular.

Especificamente quanto ao projeto de lei, pode-se exigir o cadastro dos usuários de *e-mail* junto aos provedores estabelecidos no País. Isso pode gerar um diferencial negativo a eles em termos de competição com provedores internacionais, mas, por outro lado, pode iniciar o estabelecimento de boas normas e de paradigmas a serem seguidos.

A co-responsabilidade do provedor parece inadequada e exagerada a par de ser praticamente inexecutável. Melhor trabalhar como citado acima, em que o provedor tem obrigação de iniciar um processo de verificação uma vez recebida a denúncia e possuir

um contrato adequado que permita a ele agir contra o usuário, caso seja a situação.

Dez anos de *log* é claramente um exagero. Nada na área virtual tem essa duração e, mesmo nas comunicações tradicionais, o prazo de armazenamento de *logs* na telefonia é de cinco anos. Sugere-se mudar de dez para três anos e insistir num *log* de qualidade com base de tempo homologado.

Deixar a cargo da Anatel a fiscalização dessa atividade também parece inadequado. Não se trata de nada que tem a ver com telecomunicações. Ao contrário, parece mais efeito a serviços como os dos correios. Uma idéia pode ser autofiscalização, como, no caso, o Conar, ou a auto-regulamentação.

Comentário final

A contribuição do projeto, a diminuição do crime será, infelizmente, mínima ou marginal, dado a que não há uniformidade da legislação em nível global. Ao menos pode estabelecer-se a necessidade de *logs* e de padronização. Certamente os remetentes de *e-mails* maliciosos ou fraudulentos não usam contas em provedor para fazer isso, e há todo um mundo lá fora que oferece *e-mail* grátis de excelente qualidade, sem pedir nada, exceto um nome que pode ou não ser o do usuário.

Não há ilusões aí. O que pode restar é um esforço à imagem de que estamos interessados em coibir o mau uso, e esse pode ser um ganho a ponderar.

Essas são as avaliações técnicas de quem trouxe a Internet no Brasil. Ressalto que, com essa legislação, fazendo esses ajustes de tempo, como foi colocado, pode haver uma efetiva contribuição, inclusive do ponto de vista internacional, de o Brasil puxar algo concreto, no sentido de cobrar algo que permita rastreabilidade de quem envia *e-mail*.

Como temos discutido isso numa posição extremamente positiva e forte em função da organização do Comitê em todos os fóruns, na *Icann* e, agora, em Tunis, poderemos também – por que não? –, em articulação como o Congresso Nacional, puxar as discussões em nível internacional para que, tendo sido criada a nossa legislação, defendamos nesse Fórum internacional que deverá ser criado que os outros países também tenham que estabelecer suas legislações, suas formas de controle porque esse tema certamente virá num crescente – tudo vai crescer nesse processo e certamente os crimes cibernéticos também – e é preciso que tenhamos ferramentas para fazer a rastreabilidade desse processo e criar dificuldades para que sejam cometidos crimes utilizando a rede.

Esse é o posicionamento que eu gostaria de trazer, em nome do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Sem dúvida nenhuma, Senador, essa é uma discussão bem menos árida aqui do que as discussões que V. Ex^a vem...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Graças a Deus.

O SR. MARCELO DE CARVALHO LOPES – Sem dúvida nenhuma, V. Ex^a traz uma contribuição importante para essa ferramenta, que, sem dúvida nenhuma, passa a ser crucial no desenvolvimento da sociedade de forma global, seja pelo fluxo de informações que traz seja pelas possibilidades de utilização no comércio, enfim, de ensino a distância e também dessas que temos de nos precaver que são as utilizações para uso indevido.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um esclarecimento ao Sr. Marcelo de Carvalho. Na verdade, no Senado há vários outros projetos sobre a área, digamos assim. Sobre Spam, por exemplo, há projetos dos quais sou relator de um deles. Um deles é uma proposição do Senador Renan Calheiros que é mais restrito por não ser um projeto para tratar do ambiente informático e da Informática como um todo. É um projeto mais específico, como o Senador Delcídio colocou, para a questão de cadastramento mesmo. Das outras questões estamos tratando em outros projetos.

O senhor tem informação sobre percentuais de utilização dos provedores brasileiros e internacionais, como Hotmail e assim por diante? Qual o percentual dos internautas brasileiros que usa provedores nacionais e internacionais?

O SR. ANTÔNIO ALBERTO TAVARES – Não existe uma estatística. Aliás, na próxima semana, o Comitê Gestor da Internet no Brasil, por sua própria iniciativa, estará lançando algo muito importante e que serão os indicadores oficiais da Internet, através de pesquisas patrocinadas pelo próprio Comitê. Não existe essa informação.

Sabemos que os provedores internacionais, como o que a V. Ex^a se referiu, o Hotmail, que, na realidade, é o MSN, está presente no Brasil e é um dos grandes, assim como o Gmail, que é do Google e fica lá fora. Qual é a diferença? Eles oferecem vantagens adicionais sem custos. Eu poderia dizer que a presença dos provedores internacionais que oferecem serviços aos usuários brasileiros é muito forte e não dá para quantificar. Contudo, creio que poderemos estabelecer com eles relações para que, no Brasil, essas normas sejam cumpridas com usuários brasileiros. O próprio fórum global pode ajudar.

Se V. Ex^a me permitir, vou me referir ao seu primeiro comentário. Quando me referi ao Spam, con-

cordo que ele deve de ser tratado em outro assunto, mas não há como dissociá-lo. Por que procedimentos de anti-Spam? Se eles não forem cuidadosos, podem legitimar o Spam. Se eles não forem cuidadosos e não gerarem procedimentos entre os provedores, eles podem facilitar a fraude e o crime. Acho que tem de haver. Da mesma forma como tenho conhecimento de que houve a aglutinação de outros projetos, temos que trabalhar em conjunto. Esse projeto deve levar em consideração o que está sendo feito nas Comissões para que possamos ter um resultado efetivo e rápido.

Acho que o Comitê Gestor da Internet, a Abranet, enfim, todos nós que estamos aqui temos obrigação de enviar contribuições para que os senhores possam entender exatamente o que está sendo feito em outras camadas da sociedade civil, junto com a Polícia Federal e com Ministério Público.

Eu próprio trouxe e me proponho a deixar aqui o convênio assinado com o Ministério Público para que sirva como referência e para que se veja em que nível de intimidade estamos tratando o assunto para facilitação do processo.

Não discordo do que V. Ex^a falou, mas quero dizer que há uma conexão que, para melhor eficiência, deve ser buscada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. S/Partido – AC) – Agradecemos ao Dr. Marcelo.

Dando continuidade, vamos ouvir o Dr. Luís Fernandez Lopez, Coordenador de Tecnologia da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

O SR. LUIS FERNANDEZ LOPEZ – Bom-dia. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer aos ilustres Senadores a oportunidade de falar a esta Comissão.

Como sou professor, trouxe uma apresentação em *slides* porque não podemos deixar de fazer isso. Está pronta a apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. S/Partido – AC) – Esclareço ao Dr. Luís Fernandez que estamos com um problema na rede, uma questão de instabilidade. Talvez a gente não tenha sucesso.

Aproveito a oportunidade para passar a Presidência ao ilustre Senador Augusto Botelho.

O SR. LUIS FERNANDEZ LOPEZ – Enquanto não temos os *slides*, vou seguindo. Tenho naturalmente uma visão do processo da Internet no Brasil. Quero, hoje, poder ajudar os ilustres Senadores a tomarem decisão colocando alguns pontos que considero muito importantes na questão da Internet e do *e-mail*. Então, o sumário da conversa hoje é o seguinte: vou falar o que é o correio eletrônico, vou contar rapidamente a história do correio eletrônico, dizer como ele funciona, quais são as características-chave e a situação atual.

Próximo *slide*, por favor. Basicamente o correio eletrônico é um sistema para envio de mensagens de texto de uma pessoa para outra através de um computador ou uma rede de computadores. Assim que existiram dois terminais ligados a um computador, o pessoal começou a fazer correio eletrônico, já no início dos anos 60. É o sistema ideal para enviar documentos que já estão no computador. Isso hoje já virou uma coisa normal. É um método que permite tanto a comunicação de uma pessoa que está nesta sala com a sala ao lado com uma pessoa que está do outro lado do mundo. É a mesma coisa, você usa o mesmo instrumento, tem o mesmo custo e procede da mesma maneira. E o que é mais importante? A história demonstrou que se existe um uso natural para a tecnologia que foi desenvolvida com a Internet esse uso natural é o correio eletrônico.

Próximo *slide*. Como surgiu o correio eletrônico? Como eu disse, assim que inventaram o sistema operacional de tempo compartilhado para os *mainframes* no início dos anos 60, surgiu o correio eletrônico, as pessoas começaram a trocar mensagens. Na Arpanet, que foi a primeira rede de computadores, que era a rede de defesa dos Estados Unidos, no início dos anos 70, foram produzidos dois programas, o *Sendmessenger* e o *Readmail* que são os programas que, vamos dizer, foram o embrião do que é hoje o correio eletrônico. Naquela época você tinha um programa que enviava *e-mail* e outro que recebia, não eram juntos, mas foi ali que se introduziu o padrão. Foi ali que se definiu o endereçamento de correio eletrônico. Isso no início dos anos 70. Em 72 veio o primeiro padrão de transmissão de correio eletrônico através das redes de computadores que é a RFC 385, que mais ou menos desenhou o correio eletrônico como ele é hoje.

Depois, em 75...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, desculpe-me por interromper por um instante, mas é apenas para pedir licença para me retirar, pois, infelizmente, há uma reunião da CPI a que tenho que estar presente, mas, de qualquer maneira, vou depois examinar. Na realidade, os dois principais atores, o Senador Delcídio, que é o autor, e o Senador Azeredo, que é o Relator, é que vão.

A minha idéia é somente de que isso fosse discutido. Peço desculpas por me retirar.

Muito obrigado.

O SR. LUIS FERNANDEZ LOPEZ – Pois não.

Próximo *slide*.

No início dos anos 80, então, surgiu o *send e-mail*, programa que se usa até hoje para trocar *e-mails*, que definiu o sistema de troca de *e-mails*. Surgiu no início dos anos 80. E, em 88, o Vinton Cerf, mais a empresa

americana de telecomunicações MCI, fez o primeiro serviço de correio eletrônico da história. E esse serviço é considerado o marco inicial da Internet comercial.

Naquela época, não se chamava Internet, não se usava TCP/IP. Naquela época havia várias redes experimentais, vários projetos. A NSF, a Happy Net, a Bit-Net, a Usenet. Havia várias redes.

Próximo *slide*, por favor.

Embora em 90 já houvesse 100 mil computadores na rede, uma coisa interessante a mostrar é que eles não usavam TCP/IP. Eles usavam protocolos que não vingaram. E um marco interessante é que o Brasil foi o primeiro País, fora dos Estados Unidos, dos projetos universitários dos Estados Unidos, a adotar em 91 o protocolo TCP/IP. Portanto, o Brasil é o primeiro País, além dos Estados Unidos, a participar da Internet. Pouca gente sabe disso, por isso citei esse subsídio. E com o advento da Web, em 93, o correio eletrônico então virou uma ferramenta popular e universal.

Próximo *slide*.

Como é que ele funciona? Aqui que começamos a ver as coisas interessantes. Ele troca mensagens usando um protocolo, que é o SMTP, o *Simple Mail Transfer Protocol*. Primeiro, se define endereços de correio eletrônico, que é aquele sistema usuário @ computador.

Veja que ele é um protocolo, uma camada que funciona sobre todas as outras camadas da Internet, que já funciona sobre a camada de telecomunicações. Então, ele é totalmente independente da tecnologia de telecomunicações.

Segundo, ele funciona através de servidores de correio eletrônico. Mas é importante dizer que o servidor de correio eletrônico é um programa, o *send e-mail*, não é um computador. Quer dizer, não precisa de um servidor, de um provedor de Internet ou de um provedor de conteúdo para mandar *e-mails*. O programa *send e-mail* pode ser colocado em qualquer computador e *e-mails* podem ser enviados de qualquer computador que esteja ligado na rede.

Mais recentemente, criou-se o conceito de cliente servidor no correio eletrônico, aí que veio o papel dos provedores. Quer dizer, há o servidor de *e-mails* no seu provedor e há, no seu computador, um cliente Imap ou um cliente Pop3 do seu sistema de correio.

Próximo *slide*, por favor.

Podemos pular esse desenho.

Está faltando um *slide*; volta um pouco. Aconteceu alguma coisa aqui. Deixe-me ver. Está faltando um *slide* sobre um assunto de que queria falar aqui. Está certo; era só o desenho.

Situação atual do correio eletrônico. Hoje, ele é uma ferramenta praticamente universal. As estimativas

indicam que, aproximadamente, 35% da informação do dia-a-dia do trabalho das empresas comerciais de todo o mundo, estão armazenadas na forma de correio eletrônico em seus servidores – isso não é pouca coisa. Hoje ele sofre – foi comentado aqui – com o problema da sobrecarga dos Spams, e hoje existe um esforço internacional para criar um novo padrão que seja uma mistura correta de legislação, tecnologia e direitos humanos.

Já vou voltar aqui porque fiz isso às pressas ontem e coloquei um pouco invertidos os *slides*.

Próximo *slide*, por favor.

Então, agora, o que eu queria colocar aqui para discussão.

O correio eletrônico tem algumas características-chave. Uma delas é a seguinte: ele é uma tecnologia chamada *push* – em inglês, *push technology*. Ou seja, ele não requer nem a solicitação nem a anuência do receptor. Quer dizer, você manda e pronto, você põe na rede. Essa é a razão pela qual existem os Spams. Agora, a tecnologia *push* tem, como tudo, algumas características interessantes e outras ruins. A parte ruim é que vem o Spam. Mas ela é uma tecnologia – a gente brinca no meio técnico – como tubo de pasta de dente: depois que tirou a pasta de dentro, não volta. Isso daqui, depois que você entregou o *send e-mail* para as pessoas, elas têm, e ninguém abre mão de poder mandar *e-mail* para quem quiser, não tem jeito.

Segundo. Mais do que isso, ela não requer a presença do receptor. Quer dizer, o correio fica no servidor esperando por ele. Então, é muito prático.

Terceiro. Ele é do tipo “um para muitos”. Quer dizer, uma pessoa pode enviar, ao mesmo tempo, um *e-mail* para um número infinito de pessoas.

Quarto – a questão-chave. Ele é muito barato, é quase de graça fazer um e-mail.

Então, o que isso implica? Por exemplo, a obrigatoriedade de se cadastrarem as pessoas no serviço de *e-mail*, no provedor de Internet. Ela é interessante porque a questão de manutenção dos cadastros é sempre interessante, mas, do ponto de vista do controle do crime e do Spam, é inútil porque você pode enviar *e-mail* do seu computador de casa sem passar por nenhum servidor, o Spam pode sair a partir, absolutamente, de qualquer provedor.

Volte o *slide*, por favor, porque eu o troquei.

Então, o Comitê Gestor já está fazendo isso. Quer dizer, agora você tem que trabalhar uma tecnologia que segure essa parte dos Spams e tem que misturar tecnologia e legislação. Mas há o problema de se respeitarem os direitos humanos aí – coloquei no sentido de preservar a privacidade não da pessoa,

mas do texto que ela manda, que é um direito constitucional da pessoa.

O que eu proporia que fosse colocado na lei – me parece que é mais ou menos o que o Demi mandou também, essas coisas não mudam muito – é que, em vez de se manter a obrigatoriedade do cadastro nos servidores, se mantivesse a obrigatoriedade de guardar os dados dos *e-mails* por um período de dois ou três anos e – o mais importante – guardar os *logs*, quer dizer, os registros de acesso. Porque o cadastro pode ser falso, mas o servidor do provedor tem condições de registrar todos os acessos que foram feitos daquela conta de *e-mail*, de onde eles vieram. Isso permite rastrear o usuário.

Eu creio que esta é a parte mais importante, Senador: guardar os registros de acesso para que a Divisão de Crimes Digitais da Polícia possa, quando necessário, rastrear o usuário.

É isso que eu queria colocar aos senhores sobre o correio eletrônico.

Mais uma questão levantada aqui que eu não havia preparado antes: a Internet nasceu e ainda é essencialmente uma atividade comercial. Então, a outra questão que tem que ser levada em conta no momento de regulamentar é que, na Internet, não se regulamentam telecomunicações. A regulamentação de telecomunicações serve para regulamentar a camada tecnológica, de tecnologia de comunicações que está por baixo da Internet. Mas, quando falamos de Internet, estamos falando de atividades comerciais. Então, é uma regulamentação muito mais de atividade comercial do que de atividade tecnológica.

Já estou encerrando.

Então há essa questão da regulamentação como atividade comercial, que acho que é muito importante, muito essencial nessa questão.

E eu gostaria de terminar dizendo o seguinte: a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) pode não jogar um papel importante neste momento, mas ela terá um papel muito importante no futuro porque é uma questão de um ou dois anos para que venham por aí as rádios digitais. Quando a rádio digital estiver na praça, vamos poder transmitir milhões de emissoras de rádio na mesma frequência de FM. Quer dizer, onde hoje temos um espectro com 20 emissoras de FM nós vamos poder transmitir milhões de emissoras.

E existe um projeto hoje, dentro do MIT (Massachusetts Institute of Technology), nos Estados Unidos, o GNU Radio, que se propõe a gerar uma placa para o micro, para o PC, que, por algo entre US\$ 50,00 e US\$ 100,00, permita você transformar seu PC num rádio digital que transmite a 40 km ou 50 km de distância.

Então, a Anatel terá de lidar com isso daqui para frente. Vamos ter a Internet muito mais, daqui para frente, como uma questão de atividade comercial de um lado e regulamentação do substrato tecnológico dessa atividade comercial, por outro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Normalmente, no Senado Federal, os senhores fazem a exposição e, depois, os Senadores fazem as indagações. Se algum tiver alguma dúvida para trocar entre outros pode fazê-lo, mas primeiro todos têm de falar.

O próximo orador é o Sr. Paulo Quintiliano da Silva, Chefe do Setor de Perícia de Informática do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal. S. S^a é o último orador.

Após, os Srs. Senadores terão a palavra, e depois os senhores, se quiserem fazer uma observação sobre a fala do outro, também terão direito.

Com a palavra o Sr. Paulo Quintiliano da Silva.

O SR. PAULO QUINTILIANO DA SILVA – Bom dia a todos.

Primeiramente eu gostaria de agradecer esta oportunidade de participar desta audiência para tratar deste assunto importante, que é justamente a utilização dos *e-mails*.

Na nossa apresentação, daremos um enfoque mais voltado para a parte criminal, ocorrência de crimes no espaço cibernético.

Preparei a palestra para um pouco mais de tempo, então teremos que pular alguns pontos. Vamos começar falando das dificuldades que temos nas investigações relativas às práticas de crimes por *e-mail* do espaço cibernético.

Com relação aos provedores de *e-mail*, eles não têm cadastro. Isso realmente atrapalha em muitas situações, ainda que, com relação aos crimes praticados por meio de *e-mail*, de envio de mensagens eletrônicas, a quase totalidade dos criminosos utilizam *e-mails* de provedores estrangeiros. Isso dificulta muito nosso trabalho. Temos de contar com a cooperação policial internacional, com nossos colegas no exterior. Temos muito contato com eles. Estamos conectados a uma rede 24 por 7 para efeito de cooperação policial internacional.

Os provedores de domínio, que também não têm cadastro, são outra dificuldade. Os provedores de conteúdo também. E a questão do *cyber* café e dos chamados *airport points* ou pontos de aeroportos também são uma situação que talvez seja das mais complexas que temos e que ocasiona mais dificuldades. Nas telas seguintes falaremos um pouquinho de cada um desses daí.

Também há a questão de que os provedores de serviço de Internet não preservam as informações que vão comprovar a materialidade e a autoria dos crimes pelo tempo necessário de que precisamos. E aqui ainda não temos nenhuma lei que obrigue esses provedores a preservarem esses históricos de acessos e essas informações que vão possibilitar a identificação da materialidade e a autoria do crime.

E outro ponto também importante é a questão da cooperação policial internacional para os casos em que os crimes cibernéticos envolvem mais de um país. Isso se está tornando cada vez mais comum, temos sentido em nosso trabalho.

Vamos falar um pouco dessa questão que está mais ligada a esse projeto de lei, que é a questão dos provedores de *e-mail*, o projeto que prevê a exigência de cadastro confiável. Nós somos favoráveis a esse projeto nesse sentido, acho que isso é importante, mas sabemos, no entanto, que os outros países, principalmente esses grandes provedores estrangeiros, não exigem nada dos criminosos. As pessoas mal-intencionadas que vão utilizar esses *e-mails* sempre colocam informações falsas quando são exigidas. Agora, não é por isso que nós devemos abrir mão de ter um projeto que exija esse cadastro. Acho que nós, o Brasil, temos de fazer nossa parte, independentemente de os outros não estarem fazendo. Acho que se pode tornar uma situação em que outros países sigam o nosso exemplo e estabeleçam leis nesse mesmo sentido, obrigando que os usuários forneçam cadastros e que os provedores sejam responsáveis pela manutenção e pela verificação da veracidade e confiabilidade desses cadastros.

O que temos observado em nossas investigações é que realmente os criminosos, as pessoas mal-intencionadas sempre usam provedores gratuitos estrangeiros, que não exigem nenhuma informação de cadastro, e essas informações, quando dadas, nesses casos são sempre falsas.

Os provedores de domínio, principalmente os estrangeiros, nada exigem para que seja registrado um domínio. Na verdade, a única informação correta que se tem de colocar é uma conta de *e-mail*, que pode ser criada na hora, para essa finalidade, para contato com o provedor, um número de cartão de crédito, ou às vezes pode ser pago por um boleto, e quando eles usam cartão de crédito, muitas vezes são cartões de crédito furtados ou roubados. Isso dificulta muito o trabalho de identificarmos os responsáveis por aquele registro, por aquele provedor. Então, identificamos as informações de registro, de cadastro dos responsáveis pelo provedor que está, por exemplo, divulgando informações criminosas, quer seja pornografia infantil,

tráfico de drogas etc., e essas informações, quando existem, são falsas. Às vezes colocam qualquer coisa, como “xx”, e não temos como, por esse meio, chegar aos responsáveis pelas informações criminosas.

Percebemos que os criminosos brasileiros, quando fazem esses registros de domínio, sempre utilizam provedores de domínios estrangeiros. No Brasil, sabemos que, felizmente, a situação é bem mais controlada hoje do que no exterior. Os criminosos sempre colocam informações falsas e os provedores também não preservam as informações por tempo razoável.

Pessoalmente, já tive reuniões com o pessoal da Yahoo! no exterior, em um evento de que participei, e eles nos afirmaram que preservam essas informações por até três meses. Esse tempo, realmente, não é suficiente para que realizemos todas as atividades de investigação e todos os procedimentos policiais para chegarmos aos responsáveis por aquela prática criminosa. Então, é realmente importante que esse prazo seja dilatado. Eu gostaria de que fossem cinco anos.

E os provedores de conteúdo também nada exigem de informação de cadastro, principalmente os estrangeiros – no Brasil a coisa está bem melhor –, para que a pessoa armazene conteúdo naquele provedor. Normalmente o provedor de conteúdo, muitas vezes, é o próprio provedor de domínio.

Quando as informações são fornecidas, em se tratando de pessoas mal-intencionadas, criminosos, essas informações são todas falsas. E os provedores também não preservam as informações de *logs*, de registros históricos que poderiam permitir que chegássemos à autoria, à materialidade do crime.

E hoje, como sabemos, existem muitos provedores brasileiros registrados no exterior que fornecem esse tipo de serviço, inclusive com pagamento por meio de boleto bancário para registrar um domínio, fazer registro de conteúdo, ou melhor, hospedagem de conteúdo. Isso facilita muito a atuação dos criminosos porque realmente a garantia do anonimato fica muito boa porque eles não precisam nem de informar um cartão de crédito para pagar. Se eles fossem fazer esse registro no exterior eles teriam de informar um cartão de crédito, que seria uma forma de eu chegar até o titular daquele cartão de crédito. Mas os provedores nacionais já dão essa possibilidade de você pagar com um boleto e fazer o registro de um domínio estrangeiro, hospedar essas informações no estrangeiro. Isso facilita muito mais o anonimato dos criminosos.

Outro ponto importante – até já começamos a falar – é a questão do *cyber* café e dos pontos de aeroportos. Acho que, no nosso entendimento, esse ponto deveria ser abordado nesse projeto de lei, pois se trata também de um cadastro que poderíamos fazer

porque algumas das situações mais complexas, em termos de investigação de crimes cibernéticos, que enfrentamos são justamente quando os criminosos fazem suas atividades ilícitas a partir de *cyber* cafés. Sabemos que nesses locais não existe nenhum cadastro, nenhum registro dos usuários. Inclusive nesses pontos de aeroportos, sabemos que nos principais aeroportos do mundo, e já hoje em muitos *shopping centers*, temos aqueles computadores, aquelas estações, você coloca lá uma moeda, coloca uma cédula e você tem acesso à Internet, você pode praticar todas as suas atividades criminosas sem nenhum registro, sem nenhuma identificação, ou seja, o anonimato é praticamente garantido.

Então, acho que, nesse projeto de lei – ou em outro projeto, não sei –, na minha opinião seria interessante prever o registro das pessoas usuárias do *cyber* café porque o criminoso que realmente entende, que percebe a fragilidade da investigação nesses casos faz suas atividades criminosas no *cyber* café, lá no ponto de aeroporto ou num ponto onde ele não tem de se registrar. Ele coloca lá a cédula de R\$ 10,00, sei lá quanto, e faz todos os seus acessos ali, pelo *cyber* café ou pelo aeroporto, e o anonimato é praticamente garantido.

Temos até conseguido algum sucesso nesses crimes que são praticados em *cyber* café, mas a dificuldade é enorme, temos de ter uma investigação de campo, um trabalho muito grande. Até existe aquela máxima de que o criminoso sempre volta ao local do crime, e nesse sentido é que já temos conseguido algum sucesso, mas é difícil. Então, acho que teríamos de ter o registro das pessoas que usam o *cyber* café. Teria de ser exigido, levar esses *cyber* cafés ou pontos de aeroportos à condição de um provedor de serviço de Internet, que teria de fazer o registro das informações dos usuários.

Então, no exterior realmente o descontrole é total, ou seja, não se exigem cadastros, não se exige nada para que a pessoa registre um domínio, para que a pessoa se cadastre e gere uma conta de endereço eletrônico nem nada. Acho que o Brasil poderia muito bem fazer o seu papel e já começar essa exigência.

Acho que a cooperação policial internacional é fundamental nesses casos. Temos já algumas iniciativas. Porque o caminho normal seria essa carta rogatória, que sabemos que demora mais de dois anos, três, quatro, cinco anos. Temos conhecimento de uma carta rogatória que demorou seis anos para cumprir todos os procedimentos. Então é complicado.

Se não tivermos esses controles, esses cadastros, esses registros, essa preservação de evidências, em boa parte das vezes o nosso trabalho realmente

fica frustrante porque, quando chegamos ao ponto, os *logs* já não existem, não existem dados armazenados, então realmente complica bastante.

Então era essa nossa apresentação.

Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Passamos à segunda fase.

Concedo a palavra para o Senador Delcídio Amaral, com a permissão do Senador Eduardo Azeredo, Relator do projeto.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Meu caro Presidente Senador Augusto Botelho, inscrevi-me primeiro porque tenho uma agenda a cumprir no STF, de assuntos relativos à CPI dos Correios, então pedi para falar primeiro para, infelizmente, voltar à minha velha agenda complicada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador, interrompo V. Ex^a apenas para registrar a presença do Deputado Federal do meu Estado de Roraima, Rodolfo Pereira, do PDT, que está acompanhando a audiência.

Obrigado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Roraima sempre presente.

Primeiro, acho que a iniciativa de se fazer um debate nesse nível foi muito importante. Acho que as ponderações feitas aqui, não só pelo Dr. Plínio de Aguiar Júnior, da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), como pelo Dr. Antônio Alberto Tavares, Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede de Internet (Abranet); nosso Secretário do Ministério de Ciência e Tecnologia, Dr. Marcelo de Carvalho Lopes; Dr. Luis Fernandez Lopez, uma apresentação mais à frente, mais ousada um pouco – se é que podemos chamar de ousadia, num negócio em que a ousadia, acima de tudo, prevalece, ousadia tecnológica, ousadia de informação e ousadia dos crimes que o próprio Dr. Paulo Quintiliano da Silva aqui relatou muito rapidamente –, entendendo, pelas ponderações que foram feitas – estava conversando também aqui com o Senador Eduardo Azeredo, que é o Relator do projeto – que é perfeitamente compatível que, à luz das informações aqui colhidas, dos comentários apresentados, nós possamos aperfeiçoar, quer dizer, que o Senador Eduardo Azeredo possa implementar melhorias ao projeto, fruto até das ponderações que foram aqui apresentadas.

Entendo que, com relação a essa questão do órgão controlador ou do órgão gestor, também vamos precisar analisar muito bem, até em função daquilo que foi aqui colocado. Creio que fizemos uma avaliação muito rápida, porque o Senador Eduardo Azeredo falou sobre os outros projetos que tramitam aqui, des-

sa questão do Spam. Entendo que, se fizéssemos um grande projeto açambarcando os demais, isso seria uma novela interminável. Então, é importante promover essas melhorias, mas atacar determinadas questões que são mais urgentes.

Sr. Presidente, penso que podemos fazer um trabalho articulado, talvez mais focado no Dr. Marcelo, como Coordenador do Conselho Gestor da Internet, e, aí, operaríamos matricialmente com os demais agentes para preparar esse texto, fazer esses aperfeiçoamentos e aprová-lo aqui, na Comissão de Educação.

Foi muito interessante o registro, Dr. Antonio, para se discutir este tema aqui, na Comissão de Educação, pois, o maior instrumento que a educação terá no mundo será a Internet. Acredito nisso extraordinariamente; portanto, o registro foi fundamental. Esse *link* da Internet com a educação é absolutamente necessário e fundamental, para, inclusive, queimarmos várias etapas na formação do nosso povo.

Então, eu queria só fazer esse registro. Infelizmente, vou ter de sair para cumprir a minha agenda de Presidente da CPI no STF.

Agradeço mais uma vez, vou fazer contatos e conversar com o Senador Eduardo Azeredo...

O SR. MARCELO DE CARVALHO LOPES – Posso fazer um aparte, Senador?

Quero lhe dizer que, como o Plínio e o Tavares participam do Comitê Gestor, pretendemos convidá-lo para ir a São Paulo para passar uma tarde conosco trocando idéias sobre esse tema. E fora desse...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Muito bom.

E eu poderia ir junto com o Senador Eduardo Azeredo.

Coloco-me à disposição. Terei de me retirar agora, mas o que o Senador Eduardo Azeredo combinar, acertar e encaminhar, estou com ele e não abro.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Vou sugerir 24 de dezembro, porque é o único dia que s. Ex^a deverá ter folga. (Risos.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Vocês viram que não pára: vem Deputado brigando, alguém que preparou parecer; é assim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo, Relator da matéria.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Considero que foi muito importante e elucidativo ouvir os senhores expositores.

Essa questão dos *e-mails* não desejados ou criminosos precisa realmente ter uma legislação mais rápida, porque várias pessoas, empresas já tiveram

problemas com isso. Então, o que o Senador Delcídio coloca aqui é mais uma questão de estratégia, porque, se formos realmente fazer um projeto muito amplo, o prazo pode ficar muito lento. Aliás, normalmente, o processo parlamentar já é lento, pela questão de ter de ouvir todo mundo, vários prazos. Vejam que o projeto é de 2003, e já estamos terminando 2005. Há um outro projeto de crimes de informática tramitando, que já está até com mais tempo do que isso, que aborda a questão do cartão de crédito, telefone celular.

Vou conversar um pouco mais com o Senador Delcídio, mas, de início, a nossa idéia é focar realmente. Vamos acertar essa parte da legislação e vamos acertando as outras em outros projetos, para conseguir mais rapidez.

A questão da educação está muito bem colocada aí, porque, realmente, é impressionante como a Internet modifica o processo de aprendizado. Daí, a preocupação grande com a chamada exclusão digital, porque, quem tem acesso ao computador, acaba levando uma vantagem comparativa muito grande. Podemos ver isso em nossas próprias casas. Tenho um filho mais novo de 17 anos, que, outro dia, estava fazendo um trabalho, e fiquei impressionado de ver a rapidez com que ele consegue puxar um dado, pegar uma estatística sobre determinado assunto que não consigo, eu que sou um velho da informática. Era um trabalho sobre hidrelétrica, então, falei com ele que tinha uma hidrelétrica na China que ia passar Itaipu, e, daqui a pouco, ele já tinha feito os quadrinhos todos comparando Itaipu com a hidrelétrica da China. Então, esse é um ponto sobre o qual temos de nos debruçar também, além da questão da legislação. Aliás, ainda ontem eu falei aqui à 1h da manhã, na verdade, hoje, com o Ministro Palocci, sobre a questão do Fust, que é um fundo que tem esse objetivo de universalização do serviço telefônico, de telecomunicações. Na verdade, o Ministro não é o responsável nesse caso, são outros órgãos do Governo, está mais para a Anatel essa questão de como fazer para usar esse dinheiro, esses R\$4 bilhões, que começou ainda no Governo Fernando Henrique, quando se tentou fazer uma primeira licitação que deu problema, e já estamos há três anos sem conseguir fazer uso desse recurso para levar essa inclusão digital às escolas públicas, que é o objetivo.

Mas eu diria, então, voltando um pouco ao texto, que essa questão do prazo da guarda de dados, pelo que entendi, há uma proposta de três anos, mas o Dr. Paulo Quintiliano, da Polícia Federal, considera que talvez cinco seja um prazo melhor. Seria essa a idéia, talvez pudéssemos partir para isso.

Sobre a questão da responsabilidade do Comitê, um dos encaminhamentos seria talvez de o Comitê mesmo ficar como responsável.

A questão de guarda de *logs*, falou-se também que seria importante nós termos um prazo a mais para esse armazenamento.

Dentro desse escopo do projeto, acredito realmente que está sendo importante, mas, para finalizar, eu gostaria de saber se algum dos senhores ainda tem alguma colocação adicional em relação ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O Antônio Alberto Tavares vai usar a palavra para responder.

O SR. ANTÔNIO ALBERTO TAVARES – Srs. Senadores, Sr. Senador Eduardo Azeredo, quando me referi à educação, foi no sentido de como vemos a Internet, pois, antes de vê-la como uma ameaça pelos crimes que pode permitir, é uma excelente ferramenta de integração, de crescimento e de equalização do Brasil aos países mais desenvolvidos e de cultura.

Penso que nós, no Comitê Gestor, temos vários pecados. Primeiro, porque, ao contrário da galinha, colocamos o ovo e não cacarejamos: tem sido feita muita coisa e não tem sido divulgada. Há muito material que pode ser trabalhado e enviado para o Congresso, de tal forma que, ao se elaborarem projetos, haja um mínimo de informações que a própria Internet propicia para as pesquisas e para que esses projetos possam ser talvez mais objetivos e mais rápidos.

Eu gostaria de fazer alguns comentários aqui porque fiquei preocupado. Quando aqui se falou na apresentação do Dr. Luis López, tenho certeza que não foi com essa intenção, mas ele sugeriu que se guardassem conteúdos de mensagens, e isso não existe. Haja recursos financeiros... (Risos.)

É só o endereço para onde está sendo enviada a mensagem.

O SR. ANTÔNIO ALBERTO TAVARES – OK. Os *logs*. Vamos continuar no nível dos *logs*.

O SR. LUIS FERNANDEZ LOPEZ – É que separei, deixe-me explicar aqui, duas coisas: como o *e-mail* é um sistema cliente servidor, quer dizer, está a pessoa num cliente, o *e-mail* vai para o servidor dela, ela envia para outro servidor, este outro servidor passa para o cliente dele. Então, dois *logs*, na verdade, têm de ser mantidos: um *log* é o endereço para onde o *e-mail* está sendo enviado; e o outro *log*, é o endereço do cliente, de onde o dono da conta de *e-mail* acessou a conta dele. Não sei se isso é possível,...

O SR. ANTÔNIO ALBERTO TAVARES – Vou pedir-lhe desculpas...

O SR. LUIS FERNANDEZ LOPEZ – ... praticamente, do ponto de vista dos provedores.

O SR. ANTÔNIO ALBERTO TAVARES – Vou pedir que tentemos tratar isso, em nível de Comitê Gestor, para encontrar a forma, e, assim, termos alguma coisa mais objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O senhor aproveita também para fechar. OK?

O SR. ANTÔNIO ALBERTO TAVARES – OK. A preocupação da Polícia Federal faz todo o sentido, mas eu não sei se... Quando se diz que há dados falsos e que é preciso retê-los, para que servem os dados falsos? Creio que a materialidade está na máquina dos criminosos. E tal como as conversas telefônicas não são todas gravadas, só quando a Justiça solicita, penso que num processo desse há de a Justiça determinar que o provedor atue no sentido de guardar essas mensagens. Assim, faz sentido.

Quanto a aeroportos, hotéis, motéis, *lan houses* é um processo que tem de ser estabelecido, com certeza, por lei, para que só possa usar quem esteja perfeitamente identificado. Isso, sim, é simples de fazer e temos todos os decoros e não acho que o provedor tenha tanto esse papel de obrigação, são os próprios locais físicos que têm obrigação de fazer isso.

Quanto ao registro de domínios, o brasileiro é exemplar. O tempo não nos permite, mas no nosso trabalho de casa, com certeza, vamos explicar por que no Brasil é o Comitê Gestor que cuida do ponto br e não empresas particulares como nos Estados Unidos etc., porque a marca ponto br é muito bem cuidada pelo Comitê Gestor, o que permite evitar que muitas coisas que acontecem nos Estados Unidos, onde qualquer um apenas com o cartão de crédito pode ter um domínio, no Brasil, há que se ter a identificação total, completa, com responsável técnico, com responsável administrativo, o que limita desde já a atuação desses criminosos.

Esses eram os comentários que eu queria fazer, prometendo que o dever de casa será feito.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Alguém quer fazer algum comentário a respeito do que falou o Senador Azeredo?

Paulo Quintiliano com a palavra, aproveitando para encerrar também. São cinco minutos para cada um.

O SR. PAULO QUINTILIANO DA SILVA – Bom, defendi a questão desse cadastro, muito embora saiba que o que realmente vai provar a autoria do crime, a materialidade do crime, vai ser de onde partiu o ataque, de onde partiu aquela mensagem. Vamos rastrear, identificar o IP daquela máquina e tudo. Casos em que o crime ocorreu por intermédio de uma mensagem eletrônica, a pessoa – e investigamos isso todo dia – enviou uma mensagem eletrônica, por exemplo,

ofendendo a honra de alguém, de uma autoridade. Se esse usuário tivesse um cadastro com todas as suas informações cadastradas, realmente seria muito fácil eu saber quem foi e, naturalmente, ele poderia estar usando uma conta eletrônica de um terceiro de boa-fé que não tivesse nada com aquilo, e eu também poderia fazer o rastreamento do IP para chegar na máquina que fez o acesso. Muitas vezes, o que acontece? Eles fazem essa ação criminosa a partir de um *cyber* café. E chegar a um *cyber* café ou a um ponto de aeroporto, alguma coisa não registrada, isso realmente dificulta o nosso trabalho.

Por isso, penso que deve ser colocado nesse projeto de lei, como sugestão para ser estudada, a exigência de que os proprietários das empresas que têm esses pontos de *cyber* café registrem os usuários que vão fazer uso do seu serviço. Porque, hoje, a pessoa vai a um *cyber* café, só paga e faz tudo o que tem de ser feito, passa horas ali fazendo, muitas vezes, atividades criminosas, sem nenhum registro. Portanto, os donos dos *cyber* café deveriam ser obrigados a registrar todos os que querem usar o lugar; acho que eles deveriam apresentar identidade para fazer o cadastro com todas as informações: registra o número da máquina, número de IP, hora em que começou. E, quando terminar o uso, registrar a hora que fechou. Então, naquela faixa de tempo, aquela pessoa identificada é responsável por todas as ações praticadas naquela máquina, naquele IP. Se isso for feito, vai facilitar muito o trabalho de investigação, porque vamos, com certeza, sempre chegar ao criminoso, identificar o responsável por aquelas ações criminosas.

Então, a iniciativa é muito boa. Penso que esse projeto tem de ser levado à frente, naturalmente com alguns ajustes, conforme sugestões feitas.

Muito obrigado pela oportunidade de participação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado.

Com a palavra o Luis Fernandes López, por cinco minutos.

O SR. LUIS FERNANDEZ LOPEZ – Para encerrar, só completando a questão dos *logs*, para esclarecer isso, estamos acostumados a misturar o conceito correio eletrônico com o endereço. Então, na minha fala, quando eu disse para guardar os correios eletrônicos, o Tavares quase caiu da cadeira. Mas isso não só não é viável como não pode ser feito porque tem a questão da privacidade do correio. O que se pode guardar é como faz o serviço telefônico: para onde foi enviado. E guardar o *log* de qual local a pessoa acessou o servidor, que é a questão que realmente mais cria problemas para a polícia quando se trata de ser-

vidor. Então, é só esclarecer esse detalhe para não haver dúvidas.

Sobre a questão do cadastro, o modelo que o Comitê Gestor usa é bom. Responsabilizar o provedor da Internet pelos dados do usuário é uma coisa muito complicada, porque implicaria em que o usuário para se registrar num provedor de Internet tivesse de comparecer lá pessoalmente levando sua documentação. Isso é uma coisa muito complicada e que traria um problema muito sério. Como eu disse, Internet é uma atividade comercial, e não se pode colocar em risco a atividade comercial em si.

Então, é mais viável que se mantenha o cadastro, como se faz no caso do Comitê Gestor, ou seja, a pessoa tem de colocar lá nome, endereço, RG, CPF; ela tem de dar seus dados. A consistência desses dados é fácil ser checada, assim como o Comitê Gestor checa e, caso haja alguma denúncia, alguma coisa, vai-se confirmar isso, vai-se atrás, para saber o que está acontecendo. Essa é a forma mais viável, Senador. Não podemos criar um problema que torne a atividade produtiva impossível ou muito difícil. Tenho acompanhado... Quem vai tirar, por exemplo, um certificado digital tem esse problema. Ou seja, você se inscreve pela Internet, depois tem de ir lá na certificadora digital com seus documentos para poder... Porque lá, claro, é uma certidão de autenticidade, e isso é muito difícil.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra, para o seu encerramento, o Sr. Marcelo Lopes, Coordenador do Conselho Gestor da Internet do Brasil.

O SR. MARCELO DE CARVALHO LOPES – Sr. Presidente, eu queria somente saudar a iniciativa do Senado de trazer à Casa essa discussão sobre esse tema que é extremamente relevante, iniciativa do Senador Delcídio de apresentar o projeto do Senador Eduardo Azeredo e colocar o Comitê Gestor da Internet à disposição para auxiliar os Senadores nesse processo de construção de um marco legal que faça com que a Internet seja utilizada preponderantemente no máximo que pudermos fazer para o bem.

Agradeço o convite e coloco-me, mais uma vez, à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Sr. Plínio Aguiar Júnior, Presidente Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel.

O SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Srs. Senadores, muito obrigado pelo convite à Anatel para participar. Faço minha as palavras do Marcelo e dos companheiros, fazendo uma síntese do que nós, que somos do ramo, estamos recomendando: primeiro,

que tanto a Anatel quanto o próprio Comitê Gestor de Internet estão totalmente disponíveis para mais esclarecimentos; segundo, que a questão apenas do cadastro declaratório, como aqui foi chamado na apresentação lida pelo Marcelo, ela tem alguma fragilidade. O que o companheiro da Fapesp mencionou sobre o *log*, do registro que também seria mais interessante para a investigação por parte da Polícia Federal, por exemplo, ele também tem a sua fragilidade, mas ele é mais difícil de ser burlado. Então, o criminoso especialmente bem dotado, de alta tecnologia, pode ter recurso também, mas é mais um instrumento de controle do crime cibernético que tanto mal faz para a gente. Parabenizando os Srs. Senadores pela iniciativa, estamos todos à disposição.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O senhor tem alguma notícia do Fust para nós?

O SR. PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR – Eu ouvi o senhor ontem. Já era 1 hora de hoje, e fiquei muito satisfeito com a sua observação porque, em 2003, eu estava no Ministério das Comunicações, fui chamado pelo Ministro Miro, e a minha experiência pessoal é realizar o que considero um verdadeiro sonho: 182 mil escolas públicas, neste País, poderem ter em muito pouco tempo, Senador, banda larga, o acesso à Internet banda larga. São trinta e tantas milhões de crianças nas escolas públicas deste País, nas bibliotecas todas, toda essa grande arquitetura que poderia atender o Fust. E pode dizer ao Ministro Palocci, uma recomendação, que pode manter os 4 bilhões do Fust lá, fazendo lastro para a economia, contanto que libere os cerca de 600 milhões anuais. Isso já dá para fazer, em cerca de dois ou três anos, atingir o seu objetivo, que é de emocionar qualquer brasileiro, levando esse instrumento fantástico de difusão de conhecimento para todas as nossas crianças, em 182 mil escolas. Isso é realizável, plenamente realizável. A questão é a gente definir isso. O TCU tem um acórdão sobre essa questão. É mais uma arquitetura política de tratamento disso, o que não é muito o meu domínio, Senador, mas é realizável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Bom, quero agradecer a presença dos senhores aqui nesta nossa reunião e dizer que vocês têm no Senador Eduardo Azeredo, na nobre pessoa dele, um grande defensor dos interesses da área de informática, pois ele está o tempo todo presente, lutando para normalizar isso.

O SR. (Orador não identificado. Fora do microfone.) – À 1 hora e pouco da manhã o Senador lembrou da questão do Fust... Pela TV. (Risos.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Na verdade, sou um “informata”, digamos assim, porque entrei na área de computadores em 1972. Comecei mexendo com os *mainframes*, trabalhando sempre não só na área privada como na pública, no Serpro, na Prodabel, na Prodemge, na Datamec. Então, às vezes eu brinco dizendo que, nos intervalos, eu vou para a política. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Então, eu sugiro aos senhores usar o entusiasmo dele, porque a gente vai andar muito no Brasil nesse sentido. Aliás, o entusiasmo e o conhecimento que ele tem.

Bom, recebemos um ofício, que vou ler. A nossa é a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia e ela integra a Comissão de Educação do Senado. Recebemos um ofício do Presidente Gerson Camata:

De acordo com o art. 89, § 4º do Regimento Interno do Senado Federal, indico os nomes dos Exmos. Srs. Senadores Reginaldo Duarte, PSDB do Ceará; Gilberto Mestrinho, PMDB do Amazonas; Antonio Carlos Valadares, PSB de Sergipe; e Aelton Freitas, PL de Minas Gerais, nas vagas de 1º suplente do Bloco da Minoria do PFL/PSDB; 1º suplente do PMDB e na 2ª e 3ª vagas de suplente do Bloco de Apoio ao Governo, PT, PSB e PL, nessa ordem, para compor os quadros da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, remanejando o Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia, para a 3ª vaga de titular do PMDB.

Gerson Camata.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos, do Srs. Senadores, e declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h22min.)

Ata da 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, Realizada em 29 de novembro de 2005.

Às onze horas e dezenove minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Gerson Camata e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Teotônio Vilela Filho, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado de Oliveira, Íris de Araújo, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Gilberto Goellner, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca, Mão Santa, Delcídio Amaral e João Ribeiro reúne-se a Comissão de Edu-

cação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, José Jorge, Marcelo Crivella, Sérgio Cabral, José Maranhão, Gilberto Mestrinho e Flávio Arns, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a inversão da pauta, para iniciar as votações pelos Projetos de Decretos Legislativos, o que é aprovado. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Apuaê de Sananduva a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Radiodifusão Ramadam Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio das Missões, Estado do Rio Grande do Sul”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Íris de Araújo e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Dixseptiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Dix-Sept Rosado, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por dezessete (17) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata passa a Presidência ao Senhor Senador Roberto Saturnino, para relatar o seguinte item: **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 471, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Rádio Comunitária de Central Carapina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. O Senhor Senador Gerson Camata reassume a Presidência, para dar prosseguimento a deliberação da pauta. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para conceder preferência, no financiamento de equipamentos de telecomunicações, a produtos que utilizem “software aberto”. O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 359, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que “Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para elevar o percentual da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares destinado ao fomento das práticas desportivas”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo a solicitação do relator, para re-exame do parecer. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2000**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “Acrescenta artigos à Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2000**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti que, “Dispõe sobre reserva de 5% (cinco por cento) das vagas em concursos públicos realizados em todo o território brasileiro aos índios”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer é pela aprovação do PLS 155/00, com as emendas oferecidas e pela rejeição do PLS 136/00. A Senadora Fátima Cleide apresenta, para inclusão extra-pauta, requerimento de realização de audiência pública para instrução do projeto, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 38, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que “Requer, nos termos do art. 93, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2000, que ‘Dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas’, com a presença dos seguintes convidados: 1) Senhor Francisco Avelino Batista, Representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; 2) Doutora. Déborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Subprocuradora Geral da República; 3) Senhor Vilmar Martins Moura Guarany, Coordenador Geral de Defesa dos Direitos Indígenas da Funai; 4) Senhor Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão”. O requerimento é aprovado. Em virtude da aprovação do requerimento fica sobrestada a apreciação da matéria na Comissão, até a realização da audiência pública.

Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2004, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que “Institui formas de pagamento de financiamento para estudantes do ensino superior”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o parecer é pela rejeição. É concedida vista coletiva, pelo prazo regimental de cinco (5) dias. **Item 06: Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Laura Carneiro, que “Declara Patrona do Feminismo Nacional a escritora Rose Marie Muraro”. A relatora designada é a Senadora Íris de Araújo e o parecer favorável é aprovado. É aprovado Requerimento de Urgência para o projeto (Extra-Pauta: Item 02) **Item 07: Projeto de Resolução do Senado nº 082, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valmir Amaral, que “Institui o Diploma Vladimir Herzog de Direitos Humanos e dispõe sobre a sua concessão”. A relatora designada é a Senadora Íris de Araújo e o parecer favorável é aprovado. **Item 08: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 37, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “Requeiro, nos termos regimentais, seja incluído na lista de convidados relacionados no Requerimento nº 37/05, de autoria dos Excelentíssimos Senhores Senadores Cristovam Buarque e Wellington Salgado, aprovado em 22/11/05, o nome da Senhora Maria Eleonora Barroso Santa Rosa, Secretária de Cultura do Estado de Minas Gerais, para participar nesta Comissão, de Audiência Pública que irá instruir o Projeto de Lei do Senado nº 287/2005, que ‘Insere § 3º, no art. 27 da lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para obrigar a pessoa jurídica a beneficiar, também projeto cultural de outra instituição ao realizar doação ou patrocínio ao projeto cultural de instituições culturais sem fins lucrativos, criadas pelo doador ou patrocinador’ e avaliar a aplicabilidade da Lei Rouanet após quatorze anos de experiência”. O Requerimento é aprovado. Nesse momento, os Senhores Senadores Leonel Pavan, Íris de Araújo e Wellington Salgado de Oliveira requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Projeto de Lei da Câmara e Requerimentos, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento de Urgência nº 39, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Íris de Araújo, que “Nos termos do Artigo 336, Inciso II, combinado com o artigo 338, Inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer Urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2005, que ‘Declara patrona do feminismo nacional a escritora Rose Marie Muraro’”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 097, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Rogério Silva, que “Insti-

tui o ano de 2006 como Ano do Turismo”. O relator designado é o Senador Leonel Pavan e o parecer favorável é aprovado. É aprovado Requerimento de Urgência para o Projeto (Extra-Pauta: Item 04). **Extra-Pauta, Item 04: Requerimento de Urgência nº 40, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Leonel Pavan, que “Nos termos do Artigo 336, Inciso II, combinado com o Artigo 338, Inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer Urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 97, De 2005, que ‘Institui o ano de 2006 como ano do Turismo’”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 05: Requerimento de Informação nº 41, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, Inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, as seguintes informações: no que diz respeito às reuniões do Conselho Nacional de Educação, desde a nomeação do Sr. Nelson Maculan Filho, Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, em quantas reuniões esteve ele presente, e em que datas. Tal Requerimento se justifica pela necessidade de maior publicidade e transparência na gestão de órgão sujeito à fiscalização deste Senado Federal”. O requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do relator a seguinte matéria da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003**. O Senhor Presidente, Senador Gerson Camata, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e doze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Invocando a proteção de Deus, há quórum, declarado aberta a 49ª reunião extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, que se realiza neste dia 29 de novembro de 2005, às 11h.

Os que são favoráveis à dispensa da leitura da ata e sua aprovação mantenham-se como estão. (Pausa.)

Temos vários projetos, entre os quais projetos relativos à concessão de emissoras de rádio e televisão.

Item nº 9:

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 448, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária APUAÊ, de Sananduva, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul.

A autoria é do Poder Executivo, e o relator é o Senador Paulo Paim. Por estar ausente, e o seu parecer é favorável, designo como relator **ad hoc** o Senador Juvêncio da Fonseca.

Concedo a palavra a S. Exª para proferir o seu relatório.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Sr. Presidente, o projeto tramitou regularmente, e o nosso voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – **Item nº 10:**

Projeto (*falha na gravação*) 485, que trata da radiodifusão sonora em frequência modulada em Santo Antônio das Missões, Estado do Rio Grande do Sul. Estando ausente o Senador Paulo Paim, designo relatora **ad hoc** a ilustre Senadora Íris de Araújo. Item nº 10, referente a rádio na cidade de Santo Antônio das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Com a palavra a ilustre Senadora Íris de Araújo para proferir o seu relatório.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Gostaria de ler a análise, porque o relatório já está feito.

“Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa dessas proposições.”

O processo vem muito bem fundamentado, e gostaria, Sr. Presidente, se V. Exª me permitisse, de passar para o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 485, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Radiodifusão Ramadam Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório apresentado pela ilustre Senadora

Íris de Araújo e, também, o relatório apresentado pelo Senador Juvêncio da Fonseca são favoráveis.

Em discussão. (Pausa.)

Não tendo quem queira discutir, a matéria será votada oportunamente.

Item nº 11:

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2005. Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Dixsept Ciência a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Dixsept Rosado, estado do Rio Grande do Norte. A autoria é do Poder Executivo, e a relatoria é do Senador Garibaldi Alves. Estando o mesmo ausente, designo relator **ad hoc** o Senador Wellington Salgado, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, quero dizer que para mim é uma honra muito grande ser relator **ad hoc** de um projeto do Senador Garibaldi, futuro Governador do Estado do Rio Grande do Norte.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 462, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Dixsept Ciência a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Dixsept Rosado, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Somos favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O relatório apresentado pelo Senador Wellington Salgado é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a matéria será votada oportunamente.

Solicito ao Senador Roberto Saturnino que assumira a Presidência da Casa, pois sou Relator do próximo item.

Com a palavra S. Ex^a na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ) – **Item nº 12:**

Trata-se de item terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 471, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Rádio Comunitária de Central Carapina a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo. O Relator é o Senador Gerson Camata, nosso Presidente, a quem passo a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se do Decreto

nº 471, que autoriza o serviço de rádio comunitária na Cidade da Serra, mais precisamente no bairro de Carapina, vizinho de onde se encontra hoje a maior usina de aço do Hemisfério Sul, que produz 20% das placas de aço consumidas hoje no mundo, a CST, que mudou de nome agora e se chama Arcelor, juntamente com a antiga Belgo Mineira e também com a Catarinense. São três grandes usinas dessa empresa.

O relatório é favorável.

Peço voto para o mesmo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. PT – RJ) – Em discussão. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores quer discutir, encerrada a discussão.

O projeto será votado oportunamente.

Devolvo a palavra ao Presidente, Senador Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Item nº 1:

O Relator, Senador José Jorge, não está. Vamos ter que votar com a ausência dos Relatores.

Os projetos são terminativos e referentes a rádios. Em votação. A votação é nominal, pois eles são terminativos.

(Procede-se à votação.)

Os projetos foram aprovados.

Pelo item nº 1, nós temos aqui o Projeto nº 473, cujo Relator é o Senador José Jorge.

O mesmo se encontra ausente.

Fica adiado para a próxima reunião.

Item nº 2:

O Relator é o Senador Gilberto Goellner. Até que o mesmo compareça, passemos ao item 3.

Item nº 3:

Trata-se do projeto de Lei nº 359, de 2005. Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para elevar o percentual de arrecadação bruta dos concursos de prognósticos de loterias federais e similares destinados ao fomento das práticas esportivas.

Autor: Senador Papaléo Paes.

O Relator é o Senador Wellington Salgado de Oliveira, e seu parecer é favorável.

A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos. Com a palavra, S. Ex^a o Senador Wellington Salgado de Oliveira para proferir o seu relatório.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu queria que o senhor o retirasse de pauta, porque eu fui procurado pelo pessoal da Caixa Econômica, e eles querem conversar

comigo sobre esse assunto. Então, eu preferiria que o senhor retirasse de pauta, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Submetido ao Plenário, ninguém se manifestando contra o reexame, o parecer é retirado de pauta a pedido do ilustre Relator.

Item nº 4:

O item nº 4 engloba dois Projetos de Lei, de nºs 155 e 136. De ambos o Relator é o ilustre Relator Juvêncio da Fonseca, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

Foi lido o relatório na reunião passada, desculpem-me.

Há um requerimento referente à tramitação desses projetos. É de autoria da Senadora Fátima Cleide. Diz o seguinte:

Requeiro nos termos do art. 93 do Regimento Interno, a realização de audiência pública para a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2000, dispondo sobre a reserva de vaga nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas, com a presença dos seguintes convidados: Francisco Avelino Batista, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia; Dr^a Débora Macedo Duprat Britto, Subprocuradora-Geral da República; Vilmar Martins Moura Guarani, coordenador-geral da defesa de direitos indígenas da Funai; e Sr. Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em discussão, o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Os projetos ficam sobrestados até que ocorra a audiência pública.

Item nº 5:

O Relator, novamente, é o Senador Juvêncio da Fonseca. Institui formas de pagamento de financiamento para estudantes do ensino superior.

Com a palavra o ilustre Senador Juvêncio da Fonseca para proferir o seu relatório.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Sr. Presidente, costumo ser objetivo nos meus relatórios, porém este aqui depende um pouco mais de esclarecimento porque trata de assunto de relevante importância.

O nosso voto é pela rejeição.

Vem a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2004, de autoria do Senador Marcos Guerra, que tem por objetivo a criação de mecanismos de geração de emprego destinados aos beneficiários de financiamento do ensino superior.

Para isso, o art. 2º do projeto estabelece que os estudantes beneficiados por financiamentos do ensino superior poderão pagar o saldo devedor por meio das seguintes formas:

Prestação de serviços ao Estado, seja como estagiário, durante o curso, ou como profissional já formado;

Emprego em média, pequena ou microempresa, cujas vagas serão criadas mediante a concessão de incentivos tributários.

Nesse último caso, o art. 3º estabelece que os incentivos tributários seriam usufruídos enquanto durarem os novos vínculos empregatícios, limitados ao período de pagamento do financiamento, desde que o empregador mantenha o número médio de empregados.

Por sua vez, o art. 4º propõe que os incentivos tributários seriam a isenção da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins – sobre a folha de pagamento dos novos contratados e a dedução das despesas geradas com a criação desses empregos no Imposto de Renda, limitada a 10% do imposto devido.

O art. 5º constitui a cláusula de vigência.

Em sua justificativa, o autor alega ser necessário criar mecanismo de geração de emprego para os estudantes de ensino superior que estão tendo dificuldades em saldar os financiamentos contratados em virtude de problemas como a elevada taxa de desemprego, a exigência de experiência anterior para ingresso no mercado de trabalho e a impossibilidade de as famílias desses estudantes arcarem com o ressarcimento.

A proposição foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, sendo aprovado o parecer do Relator Gilberto Mestrinho pela rejeição do projeto. Em seguida, foi encaminhado a esta Comissão.

Análise.

Impende analisar preliminarmente que não se encontra óbice de ordem constitucional no tocante à iniciativa desta lei por membro do Senado Federal, nos termos do art. 61 da Constituição Federal.

Também não há obstáculo constitucional quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União referente às áreas de educação e de Direito Tributário, nos termos do art. 24 da Constituição Federal.

No que se refere ao mérito, entretanto, o PLS em análise é questionável. Em primeiro lugar, ele teria efeitos negativos sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies – já que é prevista a possibilidade de pagamento do saldo devedor do financiamento por meio da prestação de serviço ao Estado. Isso abre a perspectiva do não-ressarcimento

dos recursos financeiros aplicados pelo Fies e a perda dessa fonte de recursos poderia comprometer a sua viabilidade. Ademais, cumpre salientar que o PLS em tela apresenta vários problemas de ordem legal. O primeiro é que para se beneficiarem da isenção da Cofins e da dedução do Imposto de Renda as empresas não poderiam aderir ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuição das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples. Esse sistema consiste em uma forma simplificada e unificada de recolhimento de impostos por meio de aplicação de percentuais favorecidos e progressivos incidentes sobre uma única base de cálculo, a receita bruta.

O Simples foi instituído pela Lei nº 9.317, de 1996, e tem desonerado e facilitado consideravelmente a vida das micro e pequenas empresas, as quais são responsáveis pela grande maioria dos empregos gerados no País.

O segundo é que o § 6º do art. 150 da Constituição Federal determina que a concessão de incentivos tributários somente poderá ser feita por meio de lei específica.

Por fim, a proposta de os estudantes pagarem o saldo devedor por meio da prestação de serviços ao Estado como profissionais formados colide com o princípio condicionado à necessidade de aprovação prévia em concurso público para investidura em cargo ou em emprego na Administração Pública.

Portanto, o PLS apresenta elementos que o comprometem quanto ao mérito, na medida em que oferece alternativas pouco efetivas para a solução do problema a que se propõe e que cria regras que colocam em risco a sobrevivência do Fies.

Ademais, cabe lembrar que o Ministério da Educação vem procurando novos mecanismos para facilitar o acesso de estudantes mais pobres à educação superior, entre os quais se destaca o Programa Universidade para Todos – Prouni.

Além disso, o projeto apresenta problemas jurídicos, ao incluir tema que somente pode ser regulado em lei específica e ao confrontar-se com a regra constitucional da exigência do concurso público.

Tal como na Comissão de Assuntos Econômicos, o nosso voto é pela rejeição do projeto de Lei do Senado nº 172, de 2004, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O parecer apresentado pelo ilustre Senador Juvêncio da Fonseca é pela rejeição do Projeto nº 172, de autoria do Senador Marcos Guerra.

A votação deve ser nominal, porque a decisão é terminativa nesta Comissão.

O voto “Sim” concorda com o Relator e rejeita o projeto.

Em votação.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, não haverá discussão?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em discussão. Eu me escuso perante V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu gosto muito desse debate. Às vezes passamos rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Desculpe-me. Tem a palavra V. Ex^a para discutir.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, o que está acontecendo hoje com relação a financiamento de estudantes? Não encaramos o financiamento como investimento. Em qualquer país do mundo, o financiamento para esses alunos é encarado como investimento. No Brasil, não. O que acontece? O Governo faz o financiamento – muito bem feito, por sinal, para esses alunos – esses alunos não pagam depois e fica aquela briga de executa-protesta, coloca no Serasa, e o aluno acaba tendo problemas, inclusive na vida profissional.

Essa situação colocada, com relação à prestação de serviços para o Governo, para a União, é muito interessante. Muitas vezes temos problemas com relação a médicos do interior, fisioterapeutas, enfermeiros e, de repente, poderíamos, durante um período, cobrir. Eu não sei, pois foram colocadas muitas questões constitucionais. O Senador Juvêncio colocou aqui questões de legislação. Eu acho que nós poderíamos tentar – não nesse projeto, com toda essa dificuldade que está surgindo – criar um novo projeto. Porque, hoje, o Prouni ainda é algo sensacional criado, porém, ainda está em fase de experimentação, porque o aluno não é só a mensalidade que o aluno tenha para poder ir para a aula da qual ele está isento. Ele tem que comprar livro, tem que se alimentar, tem que fazer uma série de coisas e, muitas vezes, não tem esse recuso dado pelo Governo. Então, o Prouni está numa fase experimental, vai ser medido, talvez, no final deste ano para ver quantos alunos continuam ainda no sistema.

Então, Senador Juvêncio, essa questão de o aluno pagar com prestação de serviço será algo muito importante para o País. Realmente, colocar para as empresas que assimilarem esses alunos ter isenção complica. Talvez pudéssemos fazer um projeto de outra maneira, encontrando uma solução jurídica, constitucional, para esses alunos poderem pagar essa dívida com prestação de serviços, porque acredito que o País precise disso, e esses alunos precisam também dessa oportunidade, porque eles se formam e não conseguem entrar no mercado de trabalho. Durante o

período em que ele não entra, o taxímetro está ligado, está pagando juros sobre a dívida dele. Quando ele consegue um emprego, que vai começar, não dá para pagar, a prestação é muito maior do que ele arrecada. Ele fica inadimplente, tem que primeiro sobreviver. Aí, vai nome para o Serasa, protesta, executa, e fica aquele jogo de dar desconto de 80% para pagar. Vira uma confusão infernal.

Vou votar com o Senador Juvêncio, mas fica aqui minha manifestação de que parte desse projeto é muito interessante. Verei se até o final do mandato consigo colocar algo similar para ver se aprovamos aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Edison Lobão para discutir.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, o ensino superior no mundo inteiro, sobretudo nos países ricos, é realmente pago pelo estudante, com financiamento público facilitado.

O que se propõe a fazer aqui é seguir mais ou menos os mecanismos existentes nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Japão, e assim por diante.

Essa fórmula de estagiários para compensar o pagamento do empréstimo obtido para o custeio do curso superior me parece realmente engenhosa.

O Senador Juvêncio da Fonseca não tinha realmente outra alternativa a não ser se manifestar contrariamente ao projeto ou emendá-lo para encontrar uma fórmula jurídica de resolver o impasse, porque ele realmente parece ser inconstitucional.

Não há dúvida de que, quanto ao mérito, o projeto o tem, e se fosse encontrada uma fórmula intermediária para permitir esse tipo de estágio remunerado, com o qual o aluno estaria resgatando a sua dívida contraída do Poder Público para o custeio do seu estudo universitário, seria o ideal.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Continua em discussão.

Senador Juvêncio da Fonseca, Relator.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Sr. Presidente, sugiro ao Senador Wellington – que é um *expert* no assunto – e também ao Senador Edison Lobão que, talvez num pedido de vista de uma semana ou duas, pudessem fazer uma tentativa de voto em separado com uma emenda que pudesse dar uma solução para essa questão.

É uma sugestão que faço, porque é importante.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa consulta o pedido de vista.

Pedido de vista concedido.

A matéria fica adiada.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Com o Senador Lobão me acompanhando neste projeto.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Peço vista também, Sr. Presidente, acompanhando o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pode passar para o Senador Lobão, e eu acompanho o senhor. Prefiro assim.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pedido de vista coletiva.

Concedido pedido de vista coletiva, a Mesa retorna ao Projeto terminativo do item 2.

Item nº 2:

Trata-se do Projeto de Lei que altera a Lei nº 9.998, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para conceder preferência, no financiamento de equipamentos de telecomunicações, a produtos que utilizem *software* aberto. A autora é a Senadora Serys Slhessarenko. O Relator é o ilustre Senador Gilberto Goellner, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chega à Comissão de Educação, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 308, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que pretende conceder, a produtos que utilizem *software* livre ou aberto, preferência na utilização de recursos do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações – Fust.

Nesse sentido, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fust, que estende tal privilégio aos equipamentos terminais a serem instalados nos estabelecimentos de ensino e bibliotecas e aos equipamentos de *interface*, que facilitam o acesso aos serviços de telecomunicações por deficientes.

O Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2005, não recebeu emendas no prazo regimental.

Análise.

Depois de quase 5 anos de arrecadação, o Fust dispõe de volume expressivo de recursos, mais de R\$4 bilhões, a serem aplicados em prol da universalização do acesso a serviços de telecomunicações considerados essenciais ao desenvolvimento de qualquer país, como telefonia e acesso à *internet*.

Embora a aplicação desses recursos ainda esteja paralisada por questões jurídicas, o Ministério das Comunicações avalia que a solução definitiva para o impasse virá em 2005.

Sendo assim, adquirem relevância propostas como o PLS nº 308, cujo principal objetivo é garantir

que os recursos do Fust sejam utilizados de forma eficiente.

Com efeito, a adoção de plataformas abertas normalmente reduz o custo de aquisição, pois desonera o produto dos *royalties* e das licenças de uso do programa de computador nele residente e, no momento seguinte, o custo de adaptação das funcionalidades do equipamento às demandas do projeto.

Na definição proposta por esse projeto, considera-se aberto o programa de computador a cujo código-fonte se tem acesso total e sem ônus e no qual as alterações, ou seja, as adaptações de características funcionais não dependam da prévia autorização do fabricante ou fornecedor do produto.

A adoção do software aberto tornou-se política do governo com a edição, pelo Presidente da República, do Decreto de 29 de outubro de 2003, que institui um comitê técnico, hoje sob a coordenação do Instituto Nacional de Tecnologia à Informação – Iti, com o objetivo de gerir e articular o planejamento e a implementação de softwares livres.

Nesse contexto, nada mais coerente e, a nosso ver, adequado do que dar preferência na utilização das verbas do Fust a produtos que se dispõem a utilizar programas de computador abertos.

O voto é pela aprovação desse projeto, pela significância do mesmo e pela necessidade de se utilizarem esses recursos de forma eficiente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O parecer de S. Ex^a o Senador Gilberto Goellner é pela aprovação do projeto.

O projeto está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para discutir.

A Mesa quer antes, com a permissão do ilustre Senador Eduardo Azeredo, informar ao Senador Paulo Paim que seus relatórios favoráveis à Rádio Comunitária de Sananduva e também à Rádio Santo Antônio das Missões, do Estado de V. Ex^a, foram aprovados, ambos lidos pelo Senador Juvêncio da Fonseca e pela Senadora Iris de Araújo.

Meus cumprimentos pela aprovação de mais duas emissoras para o seu Estado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o mérito do projeto é interessante porque se dá prioridade para um software que não tem custo. Acontece que esse software, na verdade, não tem custo de aquisição, mas pode ter um custo até maior de treinamento das pessoas que vão utilizá-lo em relação a outros programas que são mais conhecidos.

O mais importante é que estamos tentando fazer uma legislação para um fundo que não funciona, que não é utilizado. É uma vergonha que esse Fust tenha

mais de R\$4 bilhões arrecadados e que não se consiga utilizar um tostão dele para fazer a inclusão digital.

Então, não sei se devemos fazer uma legislação sobre um fundo que não está funcionando. Acho que seria até uma maneira de protestarmos contra o não-funcionamento do Fundo não fazer legislação a esse respeito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, o ilustre Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, não é sobre este tema, mas só para adiantar o serviço, se for necessário o trabalho.

Há um projeto de lei aqui que institui o ano de 2006 como o ano do turismo. Gostaria de pedir ao Presidente se é possível incluir esse projeto como item extrapauta. Se for possível, agradeceria ao Presidente. Essa é a minha reivindicação.

Hoje mesmo abrimos a 7^a Sebratur, e os debates foram muito importantes. Falava-se que no ano que vem haverá inúmeros projetos, investimentos e até o orçamento será de R\$1bilhão para 2006. Então, nada melhor do que instituímos o ano de 2006 como o ano do turismo em nosso País.

Gostaria de pedir à Presidência que colocasse esse projeto como item extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa informa ao ilustre Senador Leonel Pavan que logo após esta votação – pois já estávamos no processo de discussão e votação – vou submeter ao Plenário.

Não é praxe da Casa, mas, como estamos no final do ano, e há necessidade de se aprovar o projeto para o ano que vem, vamos abrir uma exceção e permitir.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – V. Ex^a, como o homem sensível que é e de um Estado de turismo, certamente vai abrir essa exceção.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em votação o relatório apresentado pelo Senador Gilberto Goellner. Votação nominal e terminativa.

(Procede-se à votação nominal.)

Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Com o Relator, mas com esse protesto pela não-utilização do Fust até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O projeto foi, então, aprovado.

Vamos, então, submeter, extrapauta, por solicitação do Senador Leonel Pavan, um projeto de lei da Câmara que institui o ano de 2006 como o ano do turismo – trata-se do Projeto nº 97, de 2005.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a inclusão extrapauta queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Está incluído.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

A Senadora Íris estava aguardando.

Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2005, que declara patrona do feminismo nacional a escritora Rose Marie Muraro.

Autora: Deputada Laura Carneiro.

A Relatora é a Senadora Iris de Araújo, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

A SR^a IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar a leitura do relatório, gostaria de dizer que fico muito feliz neste momento de estar aqui fazendo a relatoria deste projeto, uma vez que ele vai homenagear uma mulher que vem prestando um serviço muito importante à causa feminina.

Chega ao exame da Comissão de Educação o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2005, PL nº 4.293, de 2005, na origem, de autoria da Deputada Laura Carneiro, que declara patrona do feminismo nacional a escritora Rose Marie Muraro.

O referido projeto foi aprovado nas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania na Câmara dos Deputados.

Não foram apresentadas emendas.

Em sua justificação, a autora do projeto lembra a carreira da eminente escritora, hoje com 74 anos, que em 1966 escreveu o seu primeiro livro, “Mulher na construção do mundo futuro”, que vendeu 10 mil exemplares em apenas 3 meses.

Em 1968, escreveu o seu segundo livro, “Automação e o futuro do homem”, seguido, em 1970, pelas obras “Liberação sexual da mulher”, “As mais belas orações de todos os tempos” e “As mais belas orações de nosso tempo”, sendo as duas últimas em parceria com o Frei Raimundo Cintra.

Além de ser escritora, merece destaque a sua atuação nas editoras Vozes e Forense. Como editora da Vozes, trouxe ao Brasil, em 1971, a escritora norte-americana Betty Friedan, fato que desencadeou ampla discussão sobre o feminismo no País e foi um fato dos mais importantes no trabalho de respeito à luta da mulher pelo seu espaço.

Em 1975, ela foi membro fundador do Centro da Mulher Brasileira e, no mesmo ano, teve os seus livros proibidos pelo então governo militar brasileiro, o que não impediu que em 1977 realizasse uma série de viagens aos Estados Unidos, onde proferiu conferências em mais de 40 universidades.

Em 1983, publicou o seu aclamado livro *A Sexualidade da Mulher Brasileira* – corpo e classe social no Brasil, publicado pela editora Vozes, que permaneceu durante seis meses na lista dos mais vendidos do País.

Também foi membro fundador do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985 e, no mesmo ano, juntamente com diversos teólogos, escreveu “Sexualidade, libertação e fé por uma erótica cristã”, publicada pela editora Vozes.

Em 1986, foi desligada da editora por ordem do Vaticano, junto com Frei Ludovico de Castro e Frei Leonardo Boff.

Após a saída da editora Vozes, atuou no ramo editorial, tendo fundado as editoras Espaço e Tempo e Rosa dos Tempos. Sua produção literária continuou prolífica com: “Seis meses em que foi o Homem”, “A mulher no terceiro milênio”, “Memórias de uma mulher impossível”, “Masculino e feminino”, “Uma nova consciência para o encontro de diferenças”, “Um novo mundo em gestação”, “Por que nada satisfaz as mulheres” e “Os homens não as entendem” e “O amor de A a Z”.

Rose Marie Muraro recebeu, ao longo de sua vida, várias honrarias, dentre as quais mencionamos: “Intellectual do Ano”, pela União Brasileira de Escritores, “Medalha de Ouro Alvorada”, do Governo Federal, “Medalha Tiradentes”, da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, “Trocéu Teotônio Vilela”, “Prêmio Ênio da Silveira” como a mais importante editora da resistência à ditadura militar. Realizou várias conferências e cursos no Brasil e no exterior e sempre colocou sua inteligência e sua coragem a serviço das mulheres do seu País.

Do exposto, reconhecendo o mérito da homenagem pela extensa contribuição de Rose Marie Muraro em favor das mulheres e da democracia e considerando a constitucionalidade, a juridicidade e a boa técnica legislativa, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2005.

Conforme eu já havia pedido a V. Ex^a, que nós fizéssemos um requerimento de urgência para que fosse logo a Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata PMDB – ES) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que são favoráveis permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, o requerimento de urgência para que seja remetido com urgência ao Plenário. (Pausa.)

Também aprovado.

Item nº 7:

Projeto de Resolução nº 082, de 2005, que institui o diploma Vladimir Herzog de Direitos Humanos e dispõe sobre a sua concessão.

Autor: Senador Valmir Amaral.

A Relatora é a Senadora Iris de Araújo, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu gostaria de passar para a análise.

No que concerne ao mérito do que deve ser apreciado pela Comissão de Educação, nos termos do permissivo regimental, cumpre-nos manifestar a mais ampla adesão à proposta suscitada, haja vista o seu incontestável mérito. Ademais, o projeto em análise é de relevante conveniência e oportunidade, ao homenagear vulto ilustre da história brasileira, mártir de uma causa que a todos incumbe, qual seja, a luta pela liberdade e pela dignidade humana. Cumpre ainda destacar ser o projeto altamente pedagógico, ao enaltecer e projetar socialmente valores fundamentais como a coragem, a abnegação e o idealismo patriótico de Vladimir Herzog. Aqui, um comentário da relatora no que diz respeito da questão da coragem, da abnegação e do idealismo patriótico que nos tem feito muita falta na atualidade.

O voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 82, de 2005, que institui o diploma Vladimir Herzog de Direitos Humanos e dispõe sobre a sua concessão.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – O parecer apresentado pela ilustre Senadora Iris de Araújo é favorável.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem deseja discutir, está em votação.

Os que são contrários se manifestem.

Aprovado o Projeto nº 082.

Há ainda na pauta normal um aditamento ao Requerimento nº 37, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que solicita que seja incluída a ilustre Drª Maria Eleonora Barroso Santa Rosa, Secretária de Cultura do Estado de Minas, para participar da audiência pública que irá instruir o Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2005.

Concedo a palavra ao ilustre autor do requerimento para apresentar a defesa do mesmo, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o objetivo é que possamos ter aqui a colaboração da Secretária de Cultura de Minas sobre essa discussão da Lei Rouanet. A Secretária Eleonora conhece bem a Lei Rouanet. Anteriormente a assumir o cargo de Secretária de Minas,

ela trabalhava exatamente nessa área de captação de recursos, ela colaborou muito na implantação da Lei de ICMS cultural do Estado de Minas Gerais, de maneira que considero que seria muito importante a sua presença aqui para nos auxiliar na discussão desse tema que objetiva a realização da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – Continua em discussão o aditamento ao Requerimento de 37, de 2005. (Pausa.)

Não havendo mais quem deseja discuti-lo, está em votação.

Aprovado o requerimento do ilustre Senador Eduardo Azeredo.

Extrapauta, autorizado pelo plenário da Comissão, o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2005, que institui o ano de 2006 como o ano de turismo.

O Relator é o ilustre Senador Leonel Pavan, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentá-lo porque vamos encerrar o ano certamente com a pauta totalmente atendida.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – Graças a Deus.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – E para que isso aconteça completamente, Sr. Presidente, eu, além de pedir a aprovação deste projeto, requeiro também a V. Exª que seja encaminhado com urgência para o Plenário para que se vote este ano, sem o que não poderá prevalecer o projeto.

Então, para completar esse projeto, para termos sucesso nesse projeto, é preciso que também vá com urgência.

Porém, me permito fazer aqui a leitura da análise. Ela é pequena, porém de extrema importância para este projeto.

A indústria do turismo é atualmente a atividade que apresenta os mais elevados índices de crescimento no mundo, movimentando milhões de dólares e gerando milhões de empregos.

Na França, por exemplo, considerado o maior destino turístico do mundo, a indústria do turismo é considerada responsável por cerca de 6,5% do Produto Interno Bruto. Espanha e México, por meio do turismo, reencontraram o caminho do desenvolvimento e se fixaram como destinos turísticos mundiais importantes, conhecidos, desejados e explorados de maneira rentável e racional.

O Brasil, Srs. Senadores, possui inegável vocação para o turismo. Além de suas belezas regionais, do litoral gigantesco, do acervo histórico, da exuberância natural e do clima invejável, conta também com a característica de sua gente alegre, amável e hospitaleira.

Apesar de tudo isso, falta ao País um grande projeto para o turismo, uma ação coordenada que junte todas as pontas e os agentes do setor promissor. Bem planejada, a indústria do turismo pode dar a resposta mais rápida na retomada do crescimento do Brasil, a ser uma importante fonte de empregos, de renda e de geração de divisas.

Dessa forma, a instituição do ano do turismo, como propõe o projeto em análise, pode representar a oportunidade para que todos os setores envolvidos direta ou indiretamente com o segmento concentrem esforços na busca de soluções para os problemas e ofereçam alternativas que possibilitem ao País explorar seu potencial turístico de maneira adequada, a fim de beneficiar a todos.

Sr. Presidente, ainda para completar, nós aprovamos recentemente uma lei denominando a profissão de turismólogo. O Brasil inteiro dessa área comemorou. Porém, eu acabei acatando um pedido do Senador Eduardo Azeredo para que não deixasse uma emenda nossa que exigia, para ser turismólogo, quatro anos, no mínimo, de trabalho numa agência ou num equivalente turístico. Retiramos para ser aprovado o projeto.

Infelizmente, Senador Eduardo Azeredo, eu não deveria ter aceitado, porque parece que o Presidente deverá vetar, já que o projeto diz que é quem tiver apenas um ano. Estamos pedindo para que ele vote apenas, então, aquele item para depois reformulá-lo.

Como estamos investindo tanto no turismo, e o Ministro Walfrido Mares Guia é uma exceção neste Governo, já que tem atendido as nossas emendas – refiro-me às dos parlamentares –, me parece que 100% delas, o que é uma exceção, estamos evoluindo nesse setor e precisamos que este Brasil gigante, de um potencial enorme, que pode realmente oferecer para o mundo inteiro alternativas diferentes de turismo, desde a neve às praias quentes, a lugares fantásticos, exuberantes, é preciso que este Brasil ofereça um ano para o turismo.

Por isso, peço aos Srs. Senadores que votem favoravelmente, para que no ano que vem nós tenhamos o ano do turismo, conforme o projeto de lei da Câmara Federal, de modo que mostremos que as duas Casas estão imbuídas e sensibilizadas com esse setor.

O relatório é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – O relatório de S. Ex^a o Senador Leonel Pavan é favorável.

Em discussão.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo para discutir.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu hoje estou animado, estou falando sobre todos os projetos aqui.

Quero apenas explicar aquilo que o Senador Leonel Pavan colocou sobre esse projeto do turismólogo. Na verdade, eu não quis induzi-lo a erro – evidentemente não é isso. É no sentido de que o objetivo – que o Senador, inclusive, entendeu bem – foi que nós pudessemos ter a aprovação do projeto, considerando que ele já estava com seis anos de tramitação entre a Câmara e o Senado. É melhor nós termos um projeto bom do que um ótimo que nunca é aprovado.

Então, este é que foi o objetivo: buscar a questão prática. Aprovamos desta maneira e vamos corrigir agora alguma coisa inadequada como essa. De repente, o próprio Presidente veta. Acho que é uma alternativa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Vou pedir um aparte só para ter a palavra novamente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Perfeito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Eu não estou fazendo crítica. Ao contrário, estou elogiando a saída, a iniciativa que V. Ex^a teve para aprovar. Mas poderemos correr o risco de o Presidente não ser sensível a essa causa e querer vetar o projeto. Esperemos que não vete.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim. Vetar o projeto todo não. Quer dizer, acho que tem o compromisso do Ministério de que não vai vetar. O Ministério tinha interesse em aprovar esse projeto como ele estava. E a essa questão de o ano ser o ano do turismo também eu quero dar o meu apoio do projeto do Senador Pavan, que é de um Estado que já tem uma força turística muito importante no País como um todo e tem essa sensibilidade de dar o parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – Continua em discussão.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, Senador Camata.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu acho que o Senador Leonel Pavan é talvez um dos homens que temos aqui que mais entende de turismo, não só por seu Estado ter dado bons resultados, mas também porque ele traz essa causa como sua causa aqui no Senado.

Então, independentemente, o meu voto acompanha o Senador Leonel Pavan com relação a turismo. Até numa viagem, se for, eu acompanho também, Senador. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – Continua em discussão.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Apenas para exaltar a luta que o Senador Leonel Pavan teve para reconhecer essa profissão aqui dentro. Ele tem realmente lutado pelo turismo aqui no Brasil e, inclusive, tem-me estimulado, já que me contou a história de uma região de seu Estado em que, apesar de não haver turismo, surgiu a Faculdade de Turismo e hoje existem mais de trinta pousadas geridas pelos alunos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quinhentos e quarenta e seis ou quinhentos e cinquenta cursos no Brasil já.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR) – Então, como o turismo é uma das indústrias da nossa época, eu parabeno o Senador pelas suas conquistas e espero que continue lutando, como luta pela BR-101, em relação à qual nunca mais o ouvi fazer discursos empolgados reclamando das mortes que ocorrem lá.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Eu subscrevo as palavras dos oradores que me antecederam, inclusive do Senador Augusto Botelho e do Senador Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os que são contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovado o relatório do Senador Leonel Pavan.

Urgência requerida pelo Relator em votação. (Pausa.)

Não tendo quem se manifeste contrariamente, está aprovada também a urgência.

Nós temos ainda dois assuntos.

O primeiro é que amanhã nós teremos audiência pública sobre o problema do contingenciamento dos recursos do Ministério da Cultura especificamente para o setor de artes cênicas e a inclusão das empresas de teatro no Simples.

Estarão presentes o Dr. Elson, o Prof. Sérgio Leitão, o Prof. Eduardo de Souza Barata, Ney Piacentini,

da Cooperativa Paulista de Teatro, Oséas Borba, do Teatro Nordeste, e Marley Danckwardt, representando o setor teatral da região Centro-Sul, e o Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, além do Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. A audiência será amanhã.

Concedo a palavra ao nobre Senador Wellington Salgado para apresentar um requerimento do qual é signatário.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, eu estou encaminhando um requerimento ao Presidente do Conselho Nacional de Informação em que ele presta informações de quantas vezes e em que data o Secretário de Ensino Superior, Sr. Nelson Maculan Filho, participou das reuniões. Eu tenho tido informação de que ele não é uma pessoa muito presente no Conselho Nacional da Educação, acho isso problemático.

Então, eu estou encaminhando requerimento para que o Presidente do Conselho me informe quantas vezes o Sr. Nelson Maculan esteve presente às reuniões. O Sr. Nelson Maculan está relacionado para ser o possível Reitor da UNU, Universidade das Nações Unidas, onde já tivemos o Sr. Heitor Gurgulino, que hoje é o nosso Reitor da Universidade do Senado.

Então, eu queria fazer um levantamento para ver se vamos estar bem representados na UNU, porque com o Sr. Heitor Gurgulino nós fomos muito bem representados, inclusive muito aclamado, e voltou para cá para ser Reitor da Universidade do Senado.

Então, só isso que eu queria, para começar a ver se ele, realmente, está – digamos assim – todo “direitinho”.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – Em discussão, o requerimento apresentado pelo Senador Wellington Salgado.

Não havendo quem deseje discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Ninguém se manifestando contra, está aprovado o requerimento de S. Ex^a.

Estou solicitando aos Relatores que têm processos que os remetam, se puderem, já relatados, porque senão nós não teremos nem pauta na próxima semana. A Comissão está esgotando, graças à assiduidade dos nossos companheiros Senadores, os 1.200 projetos que até agora, neste ano, já aprovamos. Estamos prestes a esvaziar a pauta.

De modo que quem tiver projetos para ser relatados que nos remetam para que possamos fazer a pauta da próxima semana.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB-ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, há pouco fiz um cumprimento pelo trabalho de V. Ex^a, mas quero estendê-lo ao Diretor Júlio e aos funcionários da Casa pelo esforço que tiveram. Onde nós estivermos eles vão-nos buscar para votar – inclusive são incansáveis –, e nós temos que nos dobrar. Graças ao empenho desses seus comandados é que nós conseguimos prestar um grande serviço a esta Comissão.

Quero estender também a eles os meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Em nome dos nossos funcionários, muito obrigado, Excelência.

Eu quero agradecer aos Srs. Senadores Jorge Bornhausen, Edison Lobão, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado, Iris de Araújo, Paulo Paim, Fátima Cleide, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Gilberto Goellner, Marco Maciel, Eduardo Azeredo, Juvêncio da Fonseca e Mão Santa, que, com suas presenças, suas palavras, seus apartes e seus relatórios, abrilhantaram está reunião de hoje. Convido-os para a audiência pública de amanhã.

Novamente solicito àqueles que tiverem projetos para ser relatados que possam encaminhá-los até a próxima terça-feira para que eles sejam colocados na pauta.

Muito obrigado a todos pela presença e até a reunião de amanhã e a reunião ordinária da terça-feira.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h12min.)

Ata da 50ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 06 de dezembro de 2005.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia seis de dezembro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência e com a presença dos Senhores Senadores Jorge Bornhausen, José Jorge, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Íris de Araújo, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Gilberto Goellner, Cristovam Buarque, Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Aze-

redo, Lúcia Vânia, Juvêncio da Fonseca, Mão Santa, Luiz Otávio, Fernando Bezerra, Delcídio Amaral e João Ribeiro reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Maria do Carmo Alves, Reginaldo Duarte, Gerson Camata, José Maranhão e Gilberto Mestrinho. Justificam a ausência os Senadores Flávio Arns e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário a inversão da pauta, para iniciar as votações pelos Projetos de Decretos Legislativos, o que é aprovado. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos. **Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 512, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Pedra (ASMOAPE) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Leonel Pavan e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 498, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à SBC – Sistema Brasileiro de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Nossa Bom Repouso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Repouso, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Geraldo Mesquita e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São José de Lagoa Grande do Maranhão – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Grande do Maranhão, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 515, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Barreirinhas FM – ACR-

BFM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinhas, Estado do Maranhão”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 497, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Gurinhatãense – Rádio Novo Horizonte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurinhatã, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 501, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Centro de Assistência Social e Educacional ‘John F. Kennedy’ (CASE) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Cuiabá Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Pedra Lavrada (AMPLA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Lavrada, Estado da Paraíba”. O relator designado é o Senador Ney Suassuna e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 516, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Abaíra – BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaíra, Estado da Bahia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Mensageiros da Paz de Iepê a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iepê, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Jorge e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo,

que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Itaiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaí, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 518, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Martinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Finda a deliberação da Pauta de Projetos de Decretos Legislativos, a Presidência retorna ao início da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que “Dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências”. O relator designado é o Senador José Jorge e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido, rejeitando as emendas oferecidas pelo Senador Antônio Carlos Valadares. Os Senadores Cristovam Buarque e Juvêncio da Fonseca apresentam, para inclusão extra-pauta, requerimento de realização de audiência pública para instrução do projeto, o que é aprovado. **Extra– Pauta, Item Único: Requerimento nº 42, de 2005-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Juvêncio da Fonseca, que “Requer audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 473/03, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que ‘dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências’, com a presença dos seguintes convidados: 1) Presidente do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, Paulo Nathanael Pereira de Souza; 2) Consultor da Confederação Nacional da Indústria – CNI, José Pastore; 3) Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho; 4) Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad; e 5) Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Estágios – ABRES, Carlos Henrique Menacci”. O requerimento é aprovado. Em virtude da aprovação do requerimento fica sobrestada a apreciação

da matéria na Comissão, até a realização da audiência pública. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE, é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcos Guerra, que “Institui formas de pagamento de financiamento para estudantes do ensino superior”. O relator designado é o Senador Juvêncio da Fonseca e o projeto é rejeitado por quatorze (14) votos. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 001, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Dispõe sobre percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. Em virtude do Senhor Senador Papaléo Paes, não mais pertencer aos quadros desta Comissão, o Presidente designa o Senador Sérgio Zambiasi como novo relator, que solicita a retirada de pauta, para reexame da matéria. **Item 05: Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Institui o ano de 2006 como ‘Ano Nacional Santos Dumont’”. O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o parecer pela rejeição da emenda é aprovado. **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2005**, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Jorge, que “Institui o Dia Nacional de Prevenção da Catapora ou Varicela”. O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda n.º 01-CE, aprovada por quinze (15) votos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho passa a Presidência ao Senhor Senador Juvêncio da Fonseca, para relatar os seguintes itens: **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 055, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer pela prejudicialidade é aprovado. **Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 096, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomanno, que “Institui o Dia Nacional de Consientização da Esclerose Múltipla”. O relator designa-

do é o Senador Augusto Botelho e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CE, é aprovado. O Senhor Senador Augusto Botelho reassume a Presidência, para dar prosseguimento a deliberação da pauta. **Item 09: Projeto de Lei da Câmara nº 098, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Beto Albuquerque, que “Confere ao município de Passo Fundo o título de ‘Capital Nacional da Literatura’”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 092, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Max Rosenmann, que “Denomina ‘Rodovia Governador José Richa’ o trecho da rodovia BR-476 entre as cidades de Adrianópolis e Curitiba, no Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer favorável é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência da relatora a seguinte matéria da pauta: **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2005**. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e dezessete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta 50ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, hoje, 6 de dezembro, terça-feira.

Passamos à pauta de projetos de decretos legislativos. Solicito ao Senador Leonel Pavan relatar **ad hoc**, no lugar do Senador Reginaldo Duarte, o item 1.

Item 1:

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, o Relator é o Senador Reginaldo Duarte, e vou relatar **ad hoc**? É isso?

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 512, de 2005, não evidenciou violação de legislação pertinente e não havendo reparos quanto a aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Pedra a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza. Somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Muito obrigado, Senador Leonel Pavan.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos passar ao próximo item.

Chamo o Senador Ney Suassuna para relatar o item 9.

Item 09:

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se da votação, nesta Comissão, em caráter terminativo, do Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2005 (na Câmara dos Deputados teve o nº 1.694) que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores de Pedra Lavada, cidade do Cariri paraibano, a executar serviços de radiodifusão comunitários, na cidade de Pedra Lavada – PB.

O voto é o seguinte, Sr. Presidente. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 510, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Moradores de Pedra Lavada a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Lavada, Estado da Paraíba, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, vamos passar ao próximo item.

Convido o Senador Juvêncio da Fonseca para relatar o item 8.

Item 08:

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Sr. Presidente, é o projeto que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Cuiabá. O Relator titular é o Senador Gilberto Goellner, que não se encontra presente, mas fez um belo relatório, analisou todo o projeto e seu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Juvêncio da Fonseca, que relatou **ad hoc** em lugar do Senador Gilberto Goellner.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, aguardamos para votá-lo depois.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, o item 2 não é terminativo. Havia uma resistência por parte do Governo, que me informou que, agora, está liberado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Ainda estamos nas rádios, Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita, para relatar **ad hoc**, no lugar do Senador Wellington Salgado de Oliveira, os itens 2 e 3.

Itens 02 e 03:

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/Partido – AC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de dois Projetos de Decreto Legislativo nºs 498 e 505, cuja relatoria coube ao eminente Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O PDL nº 498 aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Brasileiro de Comunicação para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Timóteo, no Estado de Minas Gerais.

E o PDL nº 505 aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Nossa Bom Repouso a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Repouso, no Estado de Minas Gerais.

Os dois pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que relatou **ad hoc**, em nome do Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Os dois projetos, itens 2 e 3, estão em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, vamos passar aos itens 4 e 5.

Chamo o Senador Marco Maciel para relatar **ad hoc** no lugar do Senador Edison Lobão.

Itens 04 e 05:

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, caro Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, o item 4 diz respeito a projeto de decreto legislativo que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São José de Lagoa Grande, no Maranhão, a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de mesmo nome, no Estado do Maranhão.

Tendo em vista o processado está devidamente instruído, o meu parecer, Sr. Presidente, é favorável.

Com relação ao item 5, que se trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2005, este aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Barreirinhas FM a executar serviços de ra-

diodifusão comunitária na cidade de mesmo nome, no Estado do Maranhão.

Tendo em vista que a proposição está de acordo com a lei e as prescrições regimentais, o meu parecer também é igualmente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Em discussão os itens relatados pelo Senador Marco Maciel. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, passamos aos próximos itens 6 e 7.

Chamo o Senador Eduardo Azeredo para relata-los.

Itens 06 e 07:

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o item 6 se refere à Associação Comunitária de Rádio Guriatanhense, Rádio Novo Horizonte, na cidade de Guriatã, no Triângulo Mineiro, que tem a direção da jovem Prefeita Cecília. E essa cidade terá, portanto, uma nova rádio FM da Associação Comunitária, se todos os Sr^{as} e os Srs. Senadores aprovarem, tendo em vista não haver nada que obstaculize a sua aprovação.

O item 7 diz respeito à Associação Centro de Assistência Social Educacional John Kennedy, na cidade de Belo Oriente, também uma cidade mineira, na região de Ipatinga, sede de uma fábrica de papéis, onde também é importante que possa ter essa rádio comunitária.

O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Em discussão os itens 6 e 7 relatados pelo Senador Eduardo Azeredo.

Não havendo quem queira discuti-los, passamos para os próximos itens 10 e 11.

Chamo o Senador José Jorge para relata-los **ad hoc** pelos Senadores César Borges e Romeu Tuma, respectivamente.

Itens 10:

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente,

Sr^{as} e Srs. Senadores, o item 10 é terminativo. Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 516, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Abaíra – BA a executar os serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Abaíra, no Estado da Bahia. A autoria é do Poder Executivo; Relator Senador César Borges; o parecer é favorável.

Item 11:

Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2005, que aprova o ato que autoriza a Associação Mensageiros da Paz de Iepê a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Iepê, no Estado

de São Paulo. A autoria é do Poder Executivo; Relator Senador Romeu Tuma; o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Muito obrigado, Senador José Jorge.

Em discussão os itens relatados pelo Senador José Jorge. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, vamos passar aos próximos itens 12 e 13.

Chamo o Senador Wellington Salgado de Oliveira para relatar **ad hoc**.

Itens 12 e 13:

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma honra para mim relatar **ad hoc** no lugar do Senador Romeu Tuma.

Trata-se, na verdade, do Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2005, de caráter terminativo, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Itainhense a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Itaí, Estado de São Paulo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 513, de 2005, não evidenciou violação de legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Itainhense a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Itaí, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados. Este é o item 12.

O item 13 é o que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Martinópolis a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Martinópolis, no Estado de São Paulo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 518, de 2005, não evidenciou violação de legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Martinópolis a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Somos favoráveis aos dois projetos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT

– RR) – Muito obrigado, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Em discussão os itens 12 e 13, relatados pelo Senador Wellington Salgado de Oliveira. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, vamos passar à votação de todos os itens da pauta: do item 1 ao item 13.

A votação é nominal.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Os itens 1 a 13 foram aprovados por unanimidade.

Passamos, agora, à nova pauta. São projetos de lei do Senado.

Item 1:

Chamo o Senador José Jorge para relatar a matéria. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do Ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial, e dá outras providências.

Com a palavra o Relator, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Relatório: o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, chega a esta Comissão para análise em decisão terminativa.

O projeto trata de matéria de alta complexidade, qual seja, os estágios de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e do Ensino médio, incluindo aqueles das modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial.

O art. 1º estabelece que a finalidade do estágio é proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem com vistas à preparação para o trabalho.

O **caput** do art. 2º dispõe que todo estágio deve fazer parte do projeto pedagógico da instituição e do plano curricular do curso, podendo ter caráter profissional, sócio-cultural ou científico.

Os parágrafos detalham essa tipologia.

O art. 3º faculta que pessoas jurídicas de direito privado, instituições públicas e instituições de ensino possam receber estagiários sob condições que enumera desde que matriculados em cursos superiores profissionais de Ensino médio.

O art. 4º reconhece a possibilidade de intermediação entre as escolas e as empresas para efeito de recrutamento e orientação dos estágios da instituição, denominadas de agentes da integração, desde que oficialmente credenciadas e registradas em órgãos competentes.

O art. 5º trata da jornada do estágio a ser definida entre a instituição de ensino, a parte concedente e o próprio estudante, não podendo ultrapassar a seis horas diárias e trinta semanais, no caso de educação superior e profissional, e três horas diárias e doze semanais para alunos do ensino médio.

O art. 6º detalha o contido no art. 82 da Lei nº 9.394, de 1996, dispondo que o estágio não cria vínculo empregatício, mas deve ser remunerado com uma bolsa de estudos com valor a partir de um salário mínimo, salvo condições mais favoráveis aos estagiários.

O art. 7º limita o número total de estágios por empresa, que não poderá exceder a 20% dos seus empregados.

No prazo regimental, foram apresentadas duas emendas pelo Senador Antonio Carlos Valadares. A primeira dispõe que no caso de Ensino médio só poderá haver estágio se agregado à disciplina profissionalizante. A segunda suprime a expressão “quando remunerado” constante do § 2º do art. 4º, argumentando que ao estágio e à empresa corresponderá, obrigatoriamente, bolsa de estudo ou condições mais favoráveis.

Análise.

Inicialmente, deve-se registrar que o PLS nº 473, de 2003, dispõe sobre o estágio de estudantes e não sobre trabalho de cidadãos que estudam. É diferente.

Esse projeto é muito complexo, na verdade. Tivemos, junto com a assessoria, muito trabalho para elaborar esse parecer, visto que há muitos pontos. Não é uma coisa simples como aparentemente pode parecer. E a primeira diferença é exatamente esta: uma coisa é o estágio de um estudante; outra coisa é legalizar o trabalho de um cidadão que estuda.

Este último é objeto do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é a Lei nº 8.069, de 1990; da Lei do Aprendiz, que é a Lei nº 10.097, de 2000; bem como da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que é a Lei nº 9.394, de 1996, no capítulo da educação de jovens e adultos, no art. 37, § 2º.

A análise acurada do PLS nº 473, de 2003, revela uma série de qualidades que precisam ser registradas. Consideramos meritórias as disposições que defendem o estudante contra a tendência de algumas empresas de utilizar-se do estágio para ocultar um contrato de emprego, destituindo aquele de seu caráter criativo e pedagógico e fugindo dos encargos sociais incidentes sobre o último. O mesmo se diga das precauções quanto à possibilidade de as empresas contratarem mais estagiários do que trabalhadores formais.

Já a classificação dos estágios, art. 2º do PLS, acaba admitindo a possibilidade de uma forma de estágio não curricular, sem dosagem, controle e avaliação da instituição educativa.

“§ 3º – Todo estágio deve ser parte integrante do projeto pedagógico da escola e do plano curricular do curso.”

Trabalho é trabalho; estágio é estágio. E se é estágio, não se pode obrigar a parte concedente a uma remuneração por meio de bolsa de estudo ou forma

mais favorável. O que se pode prever é possibilidade dessa remuneração, que irá, inclusive, determinar as opções do estabelecimento de ensino e dos alunos.

Não se pode obrigar a que uma empresa pague um estágio, pois há determinadas ONGs que não têm condições de pagar absolutamente nada, mas o estágio serve ao aluno e serve também à empresa.

Por outro lado, poderia se argumentar que essas posições não deveriam constituir uma lei específica, centrada no estágio visto como atividade das empresas. Se o estágio é, por definição e origem, atividade da escola, da escolaridade, do currículo, os dispositivos gerais que lhe são concernentes, e aplicáveis a todo o sistema de ensino, deveriam ser parte integrante das diretrizes e bases da educação escolar.

A discussão que tivemos foi no sentido de que se esse projeto não deveria, isto sim, fazer parte da LDB e não ser um projeto à parte. Mas depois chegamos à conclusão de que como tem uma série de detalhes, não seria conveniente estar contido na LDB, apenas ser citado.

Entretanto, transportar esses valiosos, mas numerosos dispositivos para o corpo da LDB pode ferir o princípio da proporcionalidade. Atualmente, o assunto é objeto de um único artigo, o de nº 82, no Capítulo das Disposições Gerais. A solução mais aconselhável parece ser que exista, sim, uma lei específica sobre estágio, mas que o trate sob a perspectiva pedagógica e das alternativas de realização, na própria escola, de matrícula do estagiário, ou em instituições públicas e privadas que queiram receber sob condições que, de forma geral, a própria lei irá dispor.

Nesse sentido, propus o substitutivo.

Voto.

Pelo exposto, o nosso voto é pela rejeição das duas emendas e pela aprovação do PLS nº 473, de 2003, na forma do substitutivo apresentado a seguir.

Substitutivo.

Vou ler o substitutivo porque, de toda maneira, ele é esclarecedor.

“Art. 1º. Os estágios supervisionados de cursos superiores de graduação, inclusive os tecnológicos, e de cursos profissionais técnicos de nível médio visaram a integração entre teoria e prática e deverão ter carga horária suficiente para desenvolver nos estudantes as competências de trabalho inerentes à respectiva habilitação.

Art. 2º. O estágio poderá ser realizado no próprio ambiente escolar ou mediante convênios em órgãos e fundações públicas e em empresas privadas que se disponham a colaborar na formação dos alunos e na avaliação do desenvolvimento de suas habilidades.

§ 1º – No caso de realização de estágio em empresas privadas ou em órgãos e fundações públicas, observar-se-ão entre outras normas a critério do sistema de ensino as seguintes:

1 – O estágio não estabelece vínculo empregatício;

2 – A carga horária total do estágio, sempre supervisionada pela instituição de ensino onde o aluno está matriculado, poderá ser ampliada até duas vezes a prevista no plano curricular, a critério do colegiado gestor da escola, não podendo ultrapassar quatro horas diárias quando realizado concomitantemente no curso e a sete horas quando lhe for subsequente [isto é, quando o aluno já tiver deixado a escola].

3 – O estágio poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordado, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária.

4 – O estagiário deverá estar segurado quanto a acidentes pessoais a cargo da empresa.

Art. 3º. Os cursos de ensino médio, ainda que não de modalidade profissional, poderão incluir em seus currículos estágios supervisionados de preparação geral para o trabalho nas áreas primárias, secundárias e terciárias da economia, com carga horária nunca superior a trezentas horas, ficando seus alunos, quando estagiarem em empresas, sujeitos à mesma norma do artigo anterior.

Parágrafo único – Poder-se-ia incluir estágio supervisionado no ensino fundamental nas modalidades de educação especial e de educação de jovens e adultos, quando assim os recomendarem os interesses da aprendizagem e as condições dos alunos, por iniciativa das instituições de ensino e a critério dos órgãos normativos dos respectivos sistemas [dos conselhos etc].

Art. 4º. A avaliação e certificação do estágio são de responsabilidade da instituição de ensino. Quando realizada em empresas, a supervisão escolar poderá ser compartilhada por meio de acompanhamento de trabalhadores de reconhecida experiência que orientarão as atividades e atestarão o desempenho dos estudantes nos termos da proposta pedagógica.

§ 1º – O calendário de realização do estágio seguirá o da instituição de ensino e do curso em que o estudante estiver matriculado, sendo garantidas, em qualquer hipótese, férias de pelo menos trinta dias ao final do ano letivo e 15 dias no recesso a cada semestre de estágio.

§ 2º – Experiências de trabalho do estudante, inclusive as previstas nos arts. 60 e 68 da Lei nº 8.069, de 1990, poderão ser aproveitadas e consideradas como estágio quando afins aos objetivos do curso, até o limite de um terço de sua carga horária, a critério do

sistema de ensino e mediante avaliação de seu relatório pelo colegiado gestor da escola.

Art. 5º. – As instituições de ensino e as empresas concedentes de estágio poderão recorrer aos serviços de agentes de integração pública e privada mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, cabendo a este último, como auxiliares:

1º – identificar a oportunidade de estágio;

2º – ajustar suas condições de realização;

3º – fazer o acompanhamento administrativo;

4º – executar o pagamento de bolsa quando for o caso.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revoga-se a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1997.”

Essa que se revoga é uma lei referente também a estágio. A atual é uma espécie de modernização, pois já existia uma lei.

Sr. Presidente, para encerrar, gostaria só de dizer que, na realidade, em relação a essa questão de estágio, temos dois aspectos importantes a serem debatidos. Primeiro, a questão do estágio como complementação do aprendizado. Segundo, a utilização do estagiário como mão-de-obra barata, vamos dizer assim.

Na realidade, para essa questão da utilização como mão-de-obra barata já existem outras leis. Nesta presente lei, estamos exatamente tratando da questão do estágio, da necessidade de se ter um estágio de boa qualidade.

Nosso parecer é favorável, na forma deste substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Sr. Relator, em discussão, mas há sobre a mesa um requerimento de audiência para instruir o Projeto de Lei nº 473/03, assinado pelo Senador Cristovam Buarque, que poderia explicar, para encaminhar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, creio que este é um Projeto de Lei com muito boa intenção, e o Substitutivo do Senador José Jorge agrega e melhora o projeto inicial. Mesmo assim, creio que um assunto desse mereceria uma análise ainda mais cuidadosa. Vemos isso pela quantidade de vezes que o Senador José Jorge usou a palavra “entretanto” durante o parecer dele.

Minha primeira reação foi pedir vista. Mas, depois achei melhor, mais do que pedir vista, provocar um debate sobre o assunto.

Esse assunto é fundamental para a educação que, cada vez mais, vai ser feita com estágios, e menos com salas de aula. Mas ao mesmo tempo diz respeito ao problema trabalhista muito sério nesse risco de subs-

tituição de mão-de-obra formal por mão-de-obra informal. Nesse sentido, queria submeter a esta Comissão a idéia de uma audiência pública, para discutir de uma maneira mais ampla possível o problema da relação entre educação, trabalho e estágios. É neste sentido que apresentei esse requerimento, sugerindo aqui a presença de pessoas como José Pastore, do CNI, Luiz Marinho, Ministro de Estado, Fernando Haddad, Ministro da Educação, Carlos Henrique Mencaci, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Estágios, e o Presidente do Centro de Integração Empresa Escola, o CIEE, Paulo Natanael Pereira de Souza.

Submeto a esta Comissão o adiamento da aprovação de uma proposta tão interessante, para que possamos ganhar levando ao Brasil inteiro o debate deste assunto por meio de uma audiência pública.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pois não. Com a palavra o Senador Marcelo Crivella, para discutir.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, a proposta do Senado Cristovam Buarque preenche uma lacuna que está na alma de cada um de nós. É um projeto extremamente importante. É fundamental que vençamos todos os obstáculos para poder ter uma legislação moderna que possibilite ao estudante brasileiro a complementação do seu ensino por meio de estágio.

O Senador José Jorge pegou essa intenção que a lei deve ter com muita propriedade, trabalho é trabalho, estágio é estágio, e penso que devemos aprofundar no sentido de que quando esse projeto sair daqui, Sr. Presidente, ele realmente seja um projeto, eu diria, imbatível, um projeto formado da nossa sociedade, dos agentes que interagem nesse processo, e possamos oferecer ao estudante brasileiro, que já enfrenta tantas dificuldades na sua formação, a despeito da sua capacidade e do seu cabedal, que todos sabemos é extraordinário.

Devemos isso, sim, Sr. Presidente, ter uma audiência pública, cada um de nós, nos seus gabinetes, aprofundar esse debate, trazer sugestões e elaborarmos um projeto à altura das expectativas e das necessidades dos estudantes, num país onde a educação, sem sombra de dúvida, precisa ser fundamental, o que ainda não é. Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Senador Wellington Salgado de Oliveira, para discutir.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Para discutir.) – Sr. Presidente, foi tudo muito bem colocado pelo Senador José Jorge, que é especialista na área de educação, e também pelo ex-Ministro e Senador Cristovam Buarque, assim como pelo Senador Marcelo Crivella. Agora, tem uma coisa muito importante que, na prática, presenciei e que eu queria ver se na audiência pública ou em alguma mudança, se houver, podíamos colocar.

Vou dar o exemplo do curso de enfermagem. Toda pessoa que agora trabalha em hospital tem que ter curso superior de enfermagem. O que acontece, Sr. Presidente? Os hospitais montaram um cartel e cobram para as universidades colocarem o estagiário lá. E o que é pior: ainda assinam contrato. Cobram por cabeça da instituição de ensino o estagiário que vai trabalhar no hospital. Você não tem a opção de colocar o estagiário porque eles formam verdadeiro cartel.

Em algumas cidades, os hospitais se unem e dizem que para o aluno estagiar lá custa de R\$120,00 a R\$140,00 por mês. O que é totalmente contraditório. Primeiro, que ele goza de não ter tudo com relação à lei para o estagiário, e ele executa o serviço acompanhado. Segundo, esse recurso que é pago para a instituição que recebe aquele estagiário poderia ser dado para o aluno como bolsa, pelo menos para locomoção, e a instituição acaba pagando pela vaga dele, Senador Cristovam, o que é um absurdo. Mas não se tem como fugir desse cartel e acaba se submetendo. E o pior: ainda se assina um contrato disponibilizando tantas vagas para o estagiário, a um custo de R\$120,00 por cabeça etc.

Quer dizer, não sei se nesta lei, em algum lugar, Senador José Jorge, se poderia criar alguma coisa nesse sentido. Acredito até que algo desse tipo o Ministério Público já era para ter entrado e discutido isso. Acaba que as instituições de ensino se submetem a isso. Não sei se é legal ou ilegal, compete aos órgãos ver, mas é totalmente contraditório. Refiro-me às instituições da área de saúde – V. Ex^a é médico, Sr. Presidente – porque nas outras áreas não acontece. Talvez nesse momento efervescente do curso de enfermagem, cuja demanda pelo curso cresceu bastante, com muitos alunos, e agora há uma oferta de estágio muito grande; e aí está acontecendo isso. Talvez num outro momento, quando a demanda cair, porque vai atender o mercado, o que chamamos de demanda reprimida, e aí cai, talvez acabe com isso. Mas nesse momento está acontecendo isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, apenas para registrar

que este projeto é do Senador Osmar Dias, sempre estudioso e preocupado com as questões sociais. O projeto é complexo mas foi oportuno para que pudéssemos estudar com bastante acuidade a questão do estágio nas universidades do Brasil.

Portanto, parabéns ao Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Juvêncio.

Concedo a palavra ao Senado José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, na realidade, não tenho nada contra que se faça uma audiência pública. Só acho que para fazermos uma audiência pública seria necessário, primeiro, que os Senadores se debruçassem sobre o projeto e oferecessem algumas sugestões em termos de emendas, para que essas emendas pudessem ser discutidas na hora em que a audiência pública fosse realizada, porque senão vamos assistir aqui a uma palestra sobre estágio. Ora, infelizmente, não tenho tempo para assistir palestra, nem idade. Faço parte de quatro comissões e tenho que ficar correndo de um lado para outro. Talvez o Senador Cristovam e os outros, o Senador Wellington, enfim, todos os Senadores da Casa pudessem. Reconheço este como um dos projetos mais difíceis de serem relatados. Fui relator, e o professor está aqui testemunha, porque trabalhou comigo, e na realidade é um projeto muito difícil porque há uma série de interesses; não interesses negativos, interesses positivos. Há muitas divergências. É muito difícil.

Então, seria necessário que, antes da audiência pública, – peço isso aos Senadores – fossem apresentadas suas emendas, para que possamos aqui ter uma discussão em cima das modificações que devem ser feitas, senão haverá uma audiência pública e, no final, ficaremos com as mesmas dúvidas e não vamos conseguir definir.

Essa é a minha idéia. Sou a favor da audiência pública nessas condições.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito grato, Senador José Jorge.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, compreendi exatamente os argumentos do Senador José Jorge, mas, ficamos naquela história de quem vem primeiro, o ovo ou a galinha. É claro que, ouvindo essas pessoas, eles vão trazer aqui contribuições importantes, com as quais os Senadores poderão apresentar ou não para emendas. Também podemos transformar em pedido de vista, para que possamos nos debruçar sobre o projeto. Estou vendo

essa matéria pela primeira vez hoje. Mas me lembro, quando era estudante de engenharia, da época em que fui procurar estágio. Na minha área, por exemplo, de calculista de estrutura, ninguém aprende a calcular um edifício nos livros ou nas aulas da faculdade. É preciso sentar ao lado de um calculista e ver como se faz aquilo na prática.

É fundamental que possamos elaborar um pensamento, apresentar as emendas que o Senador José Jorge propõe, mas também é importante que possamos ouvir especialistas que vão nos orientar nessa questão.

Portanto, podíamos, rapidamente, porque esse projeto é fundamental para o nosso País – quem sabe já podemos aprová-lo antes mesmo de começar o próximo ano letivo – mas que ouçamos esses especialistas recomendados pelo nosso ex-Ministro da Educação e, assim, venhamos todos a aperfeiçoar o nosso projeto, que é o objetivo, tenho certeza, do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Crivella, muito obrigado.

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, só para finalizar o assunto.

Tenho sentido aqui na nossa Comissão o seguinte: mandamos o comunicado fazendo o convite para as pessoas virem aqui e elas não vêm. Mandamos requerimento para o MEC e o MEC não responde. O que está acontecendo? Por exemplo, o Fernando Haddad, que é o nosso Ministro, a quem admiro, só o vejo nos jornais. Já lhe fizemos um convite. Sobre a discussão da greve nas universidades públicas, ainda não fizemos?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Encaminhamos requerimento.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Já encaminhamos o requerimento. Quer dizer, temos que colocar, Sr. Presidente, – outro dia colocamos isso em outra comissão – que fazemos o requerimento, convocando, e não vem. Temos que ser um pouco mais firmes a respeito disso e trazê-lo aqui para discutir.

Sou a favor do que o Senador Cristovam colocou para ver se o Ministro vem aqui. Estou querendo muito ver o Ministro Fernando Haddad.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Sendo aprovado esse requerimento, providenciaremos os convites às pessoas aqui relacionadas, mas creio que essa audiência só se realizará no ano que vem. Estamos a poucos dias de trabalho para o encerramento.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Está bom, mas apóio a audiência pública para ver se consigo trazer para esta Comissão o nosso Ministro, porque a coisa mais difícil, Senador, é virar Senador; Senador é que é difícil – chegar aqui é difícil; tem que pedir voto, ter o voto, a pessoa acreditar no que está falando. Agora, Ministro é indicação. Só que quando o Ministro chega lá, pensa que é mais importante do que Senador. E não é mais importante do que Senador, porque aqui é no voto e lá é indicação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Mas creio que se o Ministro for convidado ele virá aqui, com certeza.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Estou torcendo para isso. Vou aguardar, Sr. Presidente. Apóio o encaminhamento do Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Vou colocar em votação o requerimento do Senador Cristovam Buarque, que requer audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 473, de 2003.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento de audiência queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria fica sobrestada até a realização da audiência.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, sou autor do item 6 mas vou ter que me retirar. Gostaria de, antes de me retirar, dar uma pequena explicação.

Na verdade, trata-se de um projeto bastante simples, terminativo, mas que eu gostaria de vê-lo aprovado hoje. Talvez pudéssemos pedir a inversão para que eu pudesse dar a explicação. Ele é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Submeto o pedido de inversão da Pauta do Senador José Jorge para o item 6.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 6:

Com a palavra o Senador José Jorge para relatar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não posso relatar porque sou o autor. Vou falar como autor.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Desculpe. V. Ex^a tem razão.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, Sr. Presidente, esse projeto institui o dia nacional de prevenção da catapora.

A catapora é uma doença que – V. Ex^a, Sr. Presidente, é médico e sabe melhor do que eu – atinge muita gente e, na maior parte dos casos, é benigna. Na verdade, existe também a catapora maligna. Eu mesmo, este anos, tive um sobrinho de 16 anos, que tinha uma saúde perfeita e que teve catapora. Depois de passar 45 dias na UTI de um hospital, aqui em Brasília inclusive, veio a falecer, com 16 anos e tinha a saúde perfeita.

Por conta mesmo dessa tragédia, recebi uma série de informações adicionais sobre a questão da catapora. O que se verifica é que hoje já há vacina contra a catapora. As pessoas já podem ser vacinadas contra a catapora.

Mas, na verdade, o Governo ainda não vacina as crianças contra a catapora: a doença, na realidade, não faz parte do plano nacional de vacinação, sob a alegação de que a vacina ainda é cara.

Muitos rapazes, moças e adultos morrem em decorrência da catapora, quando poderiam ter sido vacinados.

À conta disso, apresentamos este projeto, apresentamos algumas sugestões ao Ministério da Saúde, numa campanha para que a catapora faça parte do conjunto de doenças para as quais o Governo vacinaria todas os brasileiros, no sentido de evitar que pessoas morram por doença para a qual já há vacina que pode ser feita no mercado.

É um projeto terminativo na Comissão de Educação que cria o Dia Nacional de Prevenção à Catapora. Formalmente, não podemos aqui apresentar, como eu queria, um projeto de lei que tornasse obrigatória a vacinação contra a catapora, já que esta é uma atribuição do Executivo. Na realidade, estamos criando esse dia para que, a partir daí, se possa criar esse projeto.

Vejo que o Relator, Senador Mão Santa, já chegou.

Era somente esta a explicação que eu queria prestar.

Devolvo a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Item 6. Com a palavra para relatar, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Prefeito... Não, disse isso porque estava impressionado, porque ele é o meu médico. Eu o escolhi por estar com problema de saúde.

Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, passo a ler o relatório, em transmitida sobre o Projeto de Lei

do Senado que institui o Dia Nacional de Prevenção à Catapora ou Varicela.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 6 de outubro de 2005, apresentado a esta Casa pelo Senador José Jorge, que institui o Dia Nacional de Prevenção à Catapora ou Varicela.

A proposição em análise compõe-se de dois artigos. O primeiro institui o Dia Nacional de Prevenção à Catapora ou Varicela. O segundo artigo estabelece a cláusula de vigência e determina que a lei, em que o projeto eventualmente se transformar, em vigor a partir da data de sua publicação.

Encaminhado a esta Comissão para decisão terminativa, o PLS nº 352, de 2005, não recebeu emendas.

Análise.

O objetivo do PLS nº 352, de 2005, é conscientizar a população brasileira a respeito da importância da vacinação contra a catapora, conhecida no meio científico como varicela. A catapora é uma infecção viral altamente contagiosa. Quando ocorre em crianças saudáveis, é auto limitada. No entanto, ela pode acarretar complicações sérias, incluindo a morte, principalmente quando afeta paciente imunocomprometidos, recém-nascidos, mulheres grávidas e adultos normais, especialmente os fumantes, que apresentam riscos de pneumonia.

A par de uma letalidade elevada em determinados grupos populacionais, a catapora apresenta um risco de infecção secundária grave pela bactéria **Streptococcus pyogenes**, caso em que muitas vezes evolui para a síndrome de choque tóxico ou para um quadro necrosante grave que, não for fatal, é mutilante. Outras causas de óbito são as encefalites e pneumonias virais.

A catapora é uma doença que sofreu profunda mudança de imagem. Considerada no passado como uma doença benigna de infância, hoje ela é vista como um sério problema de saúde pública. A catapora apresenta custo social e econômico expressivo, nos quais se incluem despesas médicas, como consulta, uso terapêutico sintomático ou antiviral, hospitalizações devido a complicações e principalmente o ônus financeiro relacionado ao absenteísmo dos responsáveis pela criança, pois esta necessita ser afastada da escola ou creche e ser cuidada em domicílio.

Em 1975, uma vacina contra a catapora foi desenvolvida no Japão. Desde então, vários estudos demonstraram que a vacina é segura e eficaz na proteção contra qualquer forma de doença. Ademais, apresenta boa tolerabilidade, com poucas reações colaterais locais. Antes da ampla utilização da vacina, a catapora acometia aproximadamente quatro milhões de pesso-

as por ano nos Estados Unidos. Desde 1995, ocorreu uma drástica redução tanto da incidência da doença, em torno de 90%, quanto da mortalidade acarretada por ela, cerca de 66%.

Atualmente, a vacina faz parte do calendário de rotina de vários países, pois a análise dos custos e benefícios da vacinação contra a catapora mostrou ser custo-efetiva. No Brasil, a imunização contra a catapora ainda não faz parte do programa nacional de imunizações, porém a vacina está disponível nos centros imunobiológicos especiais para uso em situações específicas.

Enfim, por entendermos que ponto da proposição pode ser aprimorado, em termos de clareza e concisão, sem que haja alteração significativa em seu conteúdo e mérito, elaboramos uma emenda para o projeto de lei em pauta.

Esclareço, por outro lado, que não há o que questionar quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição em apreço.

A emenda proposta retira do parágrafo primeiro do PLS a menção “a varicela”, mantendo apenas o termo “catapora”. O objetivo dessa sugestão é consagrar a terminologia popular e evitar possíveis equívocos de ambigüidade.

Ressaltamos que a conscientização da população é um passo decisivo para ampliar a prevenção da doença e, desse modo, evitar mortes e sofrimentos, além de servir de alerta para que as autoridades sanitárias promovam a inserção da imunização contra a catapora nos calendários vacinais.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 352, de 2005, com a seguinte emenda.

Resumindo e entendendo, essa patologia é muito antiga e são dois vírus diferentes: um causa a varicela, que, popularmente, é a catapora; o outro, mais grave, de mortalidade muito mais grave, que é a varíola – há nove tipos dessa doença, sendo o mais comum o chamado (*Incompreensível.*), na classificação de Dixon, e para a qual existe uma vacina antiga. Agora surgiu, como diz o autor, o Senador José Jorge, uma vacina japonesa contra a catapora (varicela). Vacina-se contra a varíola e não há nada contra, porque realmente tem-se de conscientizar primeiro o Governo a adquirir a vacina contra a varicela. O Governo já vacinava, ao longo dos anos, contra a varíola, com um resultado satisfatório.

Então, o que quero é o seguinte. Emenda: “Suprima-se a emenda do art. 1º do PLS nº 352, de 2005 (...)”

Antes da minha fala, quero fazer uma emenda. Eu falei – acho que foi o espírito, sou médium – que V.

Exª deve ir para o Executivo. Eu disse “prefeito”, mas foi por conta do espírito. Eu acho que V. Exª deve ser o próximo Governador do Estado de Roraima. Uma grande melhoria e V. Exª é um dos Parlamentares. E quero advertir V. Exª de que só palavras, este Legislativo e leis não resolvem. Seguimos Cristo, não porque o Pai dele mandou as leis, “bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”, os discursos, mas porque ele fez obras, e quem faz obras é o Executivo. Ele fez cego ver, aleijado andar, surdo-mudo, limpou...

Então, quero fazer uma emenda. O espírito disse prefeito, mas é que V. Exª deve ser o próximo Governador de seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão.

Votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, quero cumprimentar o autor pela iniciativa da proposição. Acompanhei o sofrimento da família, por ocasião do falecimento do sobrinho do Senador José Jorge, e considero a iniciativa, por todos os títulos, merecedora, portanto, dos nossos encômios. Também estendo as minhas felicitações ao denso parecer oferecido pelo Senador Mão Santa.

A proposição merece ser acolhida pelos motivos expostos tanto pelo autor da proposição quanto pelo Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Aprovado por unanimidade.

Passa-se ao item...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Leonel Pavan, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É uma questão de informação apenas. Tenho uma audiência marcada com o Ministro das Cidades agora e pergunto a V. Exª, Sr. Presidente, que caminho devo tomar no que se refere à empresa Vivo, sobre os nossos celulares. Não consigo, no meu Estado, ligar para telefones fixos com o telefone Vivo aqui de Brasília. Há mais de 20 dias, tento falar com telefones fixos e não consigo, e eles não resolvem.

Queria que o Presidente me dissesse que caminho devo tomar contra a Vivo. Deve ter pessoas aqui ligadas à empresa e quero tomar providências severas porque não consigo falar com telefones fixos com essa

empresa aqui de Brasília. Nada contra, apenas não resolvem. Não tenho mais como manter contato com telefones fixos porque eles não conseguem resolver e têm uma mídia mentirosa na imprensa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, foi aprovado um requerimento nosso solicitando a presença do Ministro da Educação, primeiro para conhecermos S. Ex^a, porque o Brasil não o conhece; eu não o conheço. Houve 54 Ministros da Educação neste País. Conheço todos. Solicitamos a vinda do atual para que possamos conhecê-lo.

Irresponsavelmente, já está no quarto mês a greve de 500 mil estudantes universitários. Então, peço providências, que o Presidente em exercício, Senador Gerson Camata, que amizade com ele e nos solicitou. Mas vou exigir e começar a pedir o *impeachment* do Presidente da República por irresponsabilidade quanto ao futuro de nossa mocidade.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Serão tomadas as providências em relação à Anatel quanto à queixa do Senador.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Quero me solidarizar, porque é comum, ao sair de Brasília, não conseguir usar esse telefone da Vivo para me comunicar com outras partes.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Obrigado, Senador.

Passa-se ao item 2, cujo Relator é o Senador Cristovam Buarque.

Item 02:

Com a palavra para relator o item 2, Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, relato com muito prazer este projeto do Senador Paim, dizendo apenas que faço uma pequena sugestão de emenda.

O projeto chega a esta Comissão para o parecer, nº 351, de 2004, que altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, que, todos sabem, é uma reserva de recursos que o Ministério das Comunicações tem para aplicar na educação, por meio de incentivo à informatização.

O projeto do Senador Paulo Paim propõe determinar que pelo menos 30% dos recursos do Fust sejam destinados à Educação.

O Senador Paulo Paim, por sua proposição, tem por objetivo determinar que esses 30% fiquem na Educação, e não apenas os 18%, que é o que está previsto no § 2º do art. 5º da Lei nº 9.998.

A matéria já foi distribuída às Comissões de Assuntos Econômicos, de Educação e de Infra-Estrutura. A esta última, a nossa, cabe a decisão em caráter terminativo. Não houve apresentação de emendas ao projeto. Na Comissão de Assuntos Econômicos, a proposta foi aprovada sem alterações, nos termos do parecer exaurado pelo nobre Senador do Piauí, Mão Santa.

Análise.

O Fust foi criado pela Lei nº 9.998, de 2000, como fonte de financiamento para o cumprimento de obrigações de universalização de serviços de telecomunicações. Seus recursos devem ser aplicados de acordo com planos de universalização previamente aprovados em programas, projetos e atividades em conformidade com os objetivos previstos no art. 5º.

Entre os intentos colimados pela norma, destacam-se aqueles com finalidades educacionais, como os contemplados nos incisos VI e VIII do mencionado dispositivo.

É de se assinalar que o §2º do art. 5º da Lei nº 9.998, de 2000, destina 18% dos recursos do Fust para aplicação em educação e estabelecimentos públicos de ensino.

O presente projeto do Senador Paulo Paim busca ampliar esse percentual para 30%, o que, a nosso ver, constitui iniciativa meritória de grande repercussão para a Educação no Brasil. Não há mais educação de qualidade e restrita ao quadro-negro e giz. Hoje, o professor se comunica com o aluno por meio dos modernos sistemas de teleinformática. Sem computador, uma escola de hoje é igual a uma escola sem quadro-negro de há 20 anos.

Não obstante todo esse meu parecer favorável, entendemos pertinente alterar a proposição com o propósito de direcionar os recursos do Fundo para aplicação prioritária na educação básica.

Esta é a emenda que faço ao projeto do Senador Paulo Paim.

Cuida-se de tentativa de corrigir as distorções existentes nos mecanismos de financiamento da educação no Brasil. Hoje, como se sabe, os gastos em investimentos federais em educação destinam-se majoritariamente ao ensino superior, restando aos Estados e Municípios a responsabilidade pela educação infantil, fundamental e média. A educação básica representa o indispensável primeiro passo na transformação do País em uma Nação verdadeiramente integrada. Até

mesmo uma universidade não terá qualidade enquanto a educação básica não for de qualidade.

Por essa razão, entendemos que a União deve assumir maior responsabilidade nessa seara, conforme projeto que tenho de nacionalização da educação.

Nesse sentido, propomos a aprovação do projeto do Senador Paulo Paim com a emenda que apresentamos. Mantêm-se os 30% propostos pelo Senador Paulo Paim, que é um grande avanço no destino dos recursos do Fust, mas apenas gostaria de acrescentar – e é a emenda que fiz – que onde se diz “educação” se diga “educação básica” nos estabelecimentos públicos de ensino.

Esse é o voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004, com a louvação à proposta com esta única palavra adicionada “básica” depois de “educação”. O §2º ficaria: “...do total de recursos do Fust, 30%, no mínimo, serão aplicados em educação básica nos estabelecimentos públicos de ensino.”

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão o projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, quero enaltecer tanto o autor quanto o Relator porque, sem sombra de dúvida, a educação em nosso País precisa de recursos, sobretudo a educação básica. Vou além, a pré-escola também. Isso porque, além de escassos, os recursos são contingenciados.

Ofereço como exemplo o Fust, que é um fundo que hoje tem milhões, mas que não se consegue gastar. Não se consegue aplicar esses recursos em sua totalidade, no prazo e na velocidade que precisamos, para dar apoio à educação em nosso País, exatamente por conta de uma política econômica contracionista, que sempre contingencia recursos do orçamento público e, quando os libera, o faz a toque de caixa, como está acontecendo no final deste ano, por conta do seguinte: a vaca foi para o brejo. O nosso PIB caiu, no terceiro trimestre, em 1,2%, e agora, para que não caia mais – e caiu numa época em que historicamente cresce –, mas, neste ano, caiu. Não sei se é possível, acho que será possível quando o orçamento se tornar obrigatório, mas é uma pena que estejamos debruçados sobre um projeto tão relevante, tão importante, discutindo o percentual que será destinado ao ensino básico, mas não temos a confiança de que esses recursos serão obrigatoriamente aplicados ou serão contingenciados. Aliás, é um projeto de comissão que deveríamos apresentar proibindo o contingenciamento de verbas orça-

mentárias da área de educação. Contingenciamento de valor e de prazo porque, às vezes, o Governo, na sua estratégia de gerir o orçamento votado aqui, não faz um contingenciamento de valor, mas faz de prazo; deixa aquele dinheiro dormitando no sistema financeiro, ou em conta de superávit primário, deixando de aplicar na data certa, postergando por um, dois, três meses, e acaba liberando. Não fez um contingenciamento de valor, mas fez um contingenciamento tão grave de prazo. Acho que devemos nos debruçar sobre isso. O Brasil merece que a nossa Comissão elabore alguma proposição no sentido de que verbas para educação não sofram contingenciamento, seja de valor, seja de prazo.

Porém, quero terminar enaltecendo o Senador Paim, que sempre traz às nossas discussões assuntos tão importantes, tão bonitos, que nos remetem à educação, às nossas crianças, aos nossos jovens, à prioridade que devem ter nas nossas ações políticas, nos debates desta Casa. E ao Senador Cristovam Buarque que tem a autoridade de ter sido Ministro, reitor de uma universidade, para fazer um relatório breve, mas que nos leva a todos, acredito eu, a votar na aprovação desses projetos.

Era o que tinha a falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Crivella.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado, para discutir.

O SR. WELLINGTON SALDADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, quando vim participar desta Comissão – eu, que fui um homem com toda a minha cultura na área da educação privada –, eu pensei que aqui eu veria grandes debates. Eu vejo que, na verdade, estou concordando com tudo o que está acontecendo aqui. É impressionante como esta Comissão, independente das suas origens e do público privado, converge para o que tem que acontecer com a Educação brasileira. Toda a colocação é a questão histórica que devemos investir na parte do I Grau, do II Grau, no setor público.

E, quanto à questão do Senador Paim, cada vez o admiro mais, Sr. Senador, porque realmente S. Ex^a, que fez toda a sua educação na área técnica, chegou a Senador de um Estado importante do País, e vem com o seu jeito discutindo questões importantes, fazendo um trabalho excepcional na área de Educação. Toda a vez S. Ex^a aparece com alguma proposição, devagarzinho faz, vem e aprova, mudando a Educação como um todo, com os itens de projetos dentro desta Casa.

Agora, temos aqui um projeto de autoria de S. Ex^a sendo relatado por um ex-Ministro da Educação

– e lamento muito que S. Ex^a não tenha permanecido mais tempo à frente daquela Pasta. Eu lamento. Acho até S. Ex^a um pouco anárquico, além de progressista, mas tem as condições... Pode ser anarquista para o governo que está aí, para um governo com medo de aplicar grandes mudanças, e que, na hora em que nomeia um Ministro da Educação, não sei o que acontece que esse Ministro – e não se dá somente com o Fernando Haddad, que até admiro muito – mas, repito, quando esse Ministro chega, ele só vê o III Grau. Acho que é aquela questão de que “agora eu sou parte daquela elite pensante do País...”. E esquece a base.

Por isso, Senador Paim, digo que gostaria de vê-lo no Ministério. E falo aqui para todo mundo, porque, talvez, V. Ex^a fizesse um choque de gestão, de alguma maneira, que seria uma revolução lá dentro, pela sua origem, pela sua formação e por suas idéias. Cada vez o admiro mais, e, veja bem, temos posições diferentes com relação ao ensino. Um projeto como esse é fenomenal, ainda mais tendo na relatoria um ex-Ministro da Educação.

Então, Sr. Presidente, acho o momento que estamos vivendo aqui é maravilhoso. Continuo esperando que não seja pelo menos até o final do meu mandato. Senador Paim, se o Presidente indicasse V. Ex^a para Ministro seria uma revolução total. Acho que estamos precisando disso, sair do marasmo, da mesma coisa, falando sempre as mesmas coisas, ninguém muda nada. Temos que fazer uma mudança séria, temos que voltar às origens para ver se oxigenamos, pô. Uma árvore, quando está velha, damos uma poda nela para que venha com mais força. Acho que estamos precisando disso no Ministério, na Educação no Brasil.

Então, Senador Paim, Relator Senador Cristovam, V. Ex^{as} estão de parabéns, tenho o maior orgulho em estar de acordo com o relatório de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)

– O autor quer fazer alguma observação?

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida, depois das falas do Senador Salgado, Senador Crivella e Senador Cristovam, que continua sendo o nosso Ministro da Educação, com todo o respeito aos Ministros que lá estiveram e estão. Claro que fiquei muito feliz quando o Senador Cristovam, além de relatar, melhora o projeto na sua essência, no meu entendimento, coerente com o discurso de S. Ex^a aqui no Congresso, a preocupação com o ensino básico.

Quero, também, cumprimentar o Senador Mão Santa pelo brilhante relatório que ele também fez na Comissão de Economia, conseguindo a aprovação por unanimidade.

A preocupação com a educação tanto básica como de nível superior é de todos nós, de todos os Senadores. Provocado por intelectuais que atuam nesta área, para que eu apresentasse este projeto, aumentando de 18 para 30% o dinheiro do FUST, e com a Emenda apresentada pelo Senador Cristovam para a educação básica.

Sr. Presidente, como tenho repetido algumas vezes, agradeço a todos os Senadores e Senadoras pela forma carinhosa e respeitosa, inclusive como tratam os projetos aqui apresentados, enaltecendo, além do mérito deste Senador, as claro que para mim, que vim da área dos operários, é muito bom estar aqui com V. Ex^{as}, e digo aqui, sem medo de errar, tenho visto que nós avançamos muito mais aqui no Senado do que, inclusive, nos dezesseis anos que estive na Câmara. Então, estou recebendo uma lição positiva pela maneira como estão se dando os grandes debates e, também, por um projeto como esse, que há de ser aprovado por unanimidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Obrigado, Senador Paim.

Com a palavra o Senador Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, depois da manifestação do Senador Salgado, resta-me, como conterrâneo, colega e amigo do Senador Paim, avalizar as suas palavras, Wellington. Conheço o Paim há muito tempo e sei da sua altíssima sensibilidade social, além da sua vocação para esses temas. Quero, portanto, deixar aqui o meu registro como admirador, como fã do Paim desde as suas lutas sindicais, a sua passagem pela Câmara dos Deputados e hoje aqui no Senado, como companheiro, como conselheiro, inclusive, de quem chegou antes aqui no Congresso Nacional. Portanto, S. Ex^a tem uma experiência maior neste processo.

Este é o típico projeto, Paim, que deveria ter um caráter impositivo, como bem comentou o Senador Crivella; é um projeto que deveria ter um carimbo impositivo, especialmente para aquelas escolas periféricas lá dos fundos.

Paim, há poucos dias recebi um telefonema absolutamente comovente de uma professora da área indígena de Nonoai, lá no nosso Rio Grande do Sul, pedindo um modo de receber alguns computadores para que pudesse promover uma inclusão digital, Internet, para os seus alunos índios; que pudessem instalar naquela escola que recolhe, que acolhe a comunidade indígena e aqueles jovens e, através dali, pudesse, inclusive, comunicar-se com outras nações indígenas, outras comunidades indígenas do mundo

por meio da Internet. Por meio de parcerias privadas, fomos buscar empresas que estão mudando os seus equipamentos, a possibilidade de lá serem instalados esses computadores. Por isso, nada melhor que ter na sua pessoa a autoria, e na pessoa do Senador Cristovam a relatoria, exatamente por suas origens e suas vocações. Estamos muito felizes por podermos vivenciar este momento e avalizarmos as palavras aqui comentadas. Parabéns a ambos.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Senador Zambiasi, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sem querer alongar o debate, apenas para dizer que o respeito que V. Ex^a tem pela minha caminhada, pode escrever – e V. Ex^a sabe que é verdade o que estou dizendo – tenho o mesmo pela sua história. V. Ex^a também veio com humildade. V. Ex^a chegou na Assembléia Legislativa sempre como o Deputado estadual mais votado no Rio Grande do Sul, e eu cheguei aqui atrás de V. Ex^a. V. Ex^a teve uma votação, pelo seu trabalho aqui, que demonstra ser mais do que justa. Tenho uma alegria enorme em dizer que sou seu parceiro nessa caminhada no Senado da República.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Romeu Tuma com a palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, tenho assim uma alegria no coração, Senador Paim, em sempre me manifestar a respeito dos projetos de V. Ex^a. Senadora Íris, falamos muito no aspecto social do atendimento à população menos favorecida e V. Ex^a sempre vai à tribuna defender essa população. Mas o Senador Paim acompanha de perto os projetos, as propostas do Governo, e suas interferências são sábias e cheias de amor ao semelhante menos favorecido.

Ainda ontem o Presidente falava para uma rádio pedindo pela aprovação do FUST. Acho que essa proposta de V. Ex^a tem a sabedoria de uma visão do futuro. Por quê? Porque quando falamos em criminalidade, fala-se muito que a educação primária, aquela em que o cidadão começa a sua vida, é que terá valor no futuro para a diminuição da violência e criminalidade. E V. Ex^a coloca aqui, pelo relatório inteligente do Senador Cristovam Buarque, que é um homem da Educação, essa proposta que o Senador Sérgio tão bem colocou.

Acho que temos que valorizar esses projetos com a aprovação unânime e pedir urgência ao Plenário, e

assim ganharmos tempo. Porque se aprovado o FUST, ele tenha incluída essa proposta tão bem redigida pelo Senador Cristovam Buarque.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 351, do Senador Paulo Paim.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator Cristovam Buarque, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em relação ao item anterior, que nós votamos terminativo, gostaria de saber se os Srs. Senadores mantêm a sua posição em relação ao Projeto 6?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Como eu não votei, eu voto na emenda.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Passemos, agora, ao Item 3.

Nós temos mais oito itens. Se abreviássemos as nossas discussões, conseguiríamos. São itens bem simples, são cinco que podem ser votados.

Projeto de Lei do Senado nº 172, que institui formas de pagamento e financiamento para estudantes de ensino superior.

De autoria do Sr. Senador Sérgio Guerra. Relatoria do Senador Juvêncio da Fonseca.

O parecer foi pela rejeição. Na reunião do dia 29/11/05 foi concedida vista coletiva. Não houve manifestação por escrito.

Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, esse relatório, como disse V. Ex^a, já foi lido. Na reunião passada, houve um pedido de vista coletivo, mas não houve oferecimento de emendas.

O nosso parecer foi pela rejeição do Projeto e nós continuamos no propósito da rejeição diante da ausência de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Em discussão o Projeto de Lei nº 172. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação nominal do projeto, que é terminativo.

Quem votar “Sim”, vota pela rejeição do projeto, de acordo com o parecer do Senador Juvêncio da Fonseca. Quem votar com o relator, vota pela rejeição.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O projeto foi rejeitado por unanimidade.

O SR. SATURNINO BRAGA (PT – RJ) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Desculpe-me, Senador Saturnino, V. Ex^a estava atrás do Senador Juvêncio.

Como vota o Senador Saturnino Braga.

O SR. SATURNINO BRAGA (PT – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com o nosso Juvêncio.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Passamos agora ao **Item 4**:

Projeto de Lei nº 001, que dispõe sobre o percentual de vagas semi-gratuitas em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior.

Autoria: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Papaléo.

Como S. Ex^a saiu desta Comissão, designo o Senador Zambiasi para relator do projeto.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pois não.

Sr. Presidente, eu apenas aceito com muito prazer, pois é um privilégio este compromisso de relatar um projeto da dimensão e da importância social que este representa.

Dispõem, Senador Paim, sobre o percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação de instituições privadas de educação superior.

Solicito, apenas, a compreensão do Sr. Presidente para um prazo para examinar o relatório do Senador Papaléo Paes, e encaminhar o novo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedido o prazo, Sr. Senador.

Passamos, agora, ao **Item 5**:

Projeto de Lei do Senado nº 293/2003, que institui...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, se o senhor puder, posteriormente, colocar o meu voto, pois tenho que ir à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Depois desse, farei a inversão da pauta; esse é rápido.

Institui o ano de 2006 como o Ano Nacional de Santos Dumont. Autoria da Câmara dos Deputados, e relatoria do Senador Marcelo Crivella.

Nós vamos discutir apenas a emenda do Senador Marcelo Crivella, apresentada pela (*Inaudível.*)

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, nós estamos mantendo o projeto que é para transformar o ano que vem, o ano de 2006, no

Ano Nacional de Santos Dumont, isso porque no ano que vem completará cem anos do primeiro vôo do 14 Bis. Portanto, nada mais justo do que nós adotarmos de maneira inalterada o elevado intento do projeto de lei de instituir por via legislativa o Ano Internacional de Santos Dumont, ao tempo em que nos associamos ao Poder Executivo em benefício de uma programação à altura do fato histórico a ser celebrado.

Pelo exposto, manifestamo-nos pela rejeição da emenda da Câmara dos Deputados e ao Projeto de Lei do Senado nº 293/2003.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – PR) – Obrigado, Senador.

Em discussão o projeto de emenda da Câmara dos Deputados, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 293.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, nós estamos votando...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – PR) – Estamos votando a rejeição da emenda da Câmara. O projeto já foi aprovado. Logo após foi feita uma emenda na Câmara, voltando para cá depois.

O SR. (Orador não identificado) – O que diz essa emenda?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Para que seja considerado o ano do Santos Dumont por um decreto do Executivo, e nós queríamos que fosse um decreto legislativo. Nós achamos que deve ficar conosco, aqui, essa prerrogativa. Chega de medidas provisórias.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, só para adiantar, tive com o Prefeito da Cidade de Santos Dumont e ele me falou que já existe uma programação para o ano que vem completa na Cidade, em função dos 100 anos. E acho muito importante, porque tem que ser um ato nosso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Wellington, tem que ser um convite especial feito pelo Senador Crivella.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Claro. Muito bem colocado, Senador Tuma. Vou encaminhar ao Prefeito a sua sugestão, e o senhor é até um pouco parecido com Santos Dumont. (Risos.)

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Falta o bigode.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Só falta o chapéu e bigode, com certeza.

O SR. (Orador não identificado) – Eu gostaria de ter a inteligência de Santos Dumont. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – PR) – Está encerrada a discussão.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Apenas para me manifestar favoravelmente ao projeto e contra essa emenda instituindo o ano de 2006 como o ano nacional de Santos Dumont.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com o chapéu torto e bigode...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – PR) – Vai entrar em votação a emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 293. O parecer do Senador Crivella era pela rejeição da emenda.

Os Srs., Senadores que votam com o Relator queiram permanecer sentados, ou seja, quem vota com o Relator rejeita a emenda. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Está rejeitada a emenda.

Item 7:

Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves

Agora passaremos à votação da inversão da pauta, proposta pelo Senador Romeu Tuma do item 10.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 10:

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou ser sucinto.

Trata-se de um projeto dentro do plano nacional viário da rodovia BR-476, que figura nessa relação descritiva do Sistema Rodoviário Federal, em que se propõe dar o nome do ilustre ex-Senador, ex-Governador do Paraná, infelizmente falecido, José Richa – Rodovia Governador José Richa. Acho importante que seja aprovado esse projeto, porque o mérito da biografia do Senador José Richa faz parte da história contemporânea da República brasileira. Participou de todos os eventos que devolveram a democracia ao País. Sempre foi atuante, um grande Senador, um grande Governador e um homem de bem. Portanto, peço a aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – PR) – Em discussão o projeto relatado pelo Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar, também, favoravelmente ao projeto. É com muito justiça que se homenageie o Senador José Richa, que foi um grande Governador do Paraná, fundador do nosso Partido, PSDB, e pai do atual Prefeito de Curitiba, Beto Richa.

José Richa realmente deixou muita saudade e foi um homem público exemplar.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – PR) – Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Presidente, Senador Augusto Botelho, eu gostaria de subscrever aqui o que falou há pouco o Senador Eduardo Azeredo, para cumprimentar o autor e o relator pelo encaminhamento favorável da proposição. Eu gostaria de dizer que realmente tinha vontade de conviver com o Senador José Richa. Ele foi um excelente parlamentar, Senador, foi também, como disse o Senador Azeredo um competente Governador do seu Estado, Paraná, e merece, portanto, que lhe seja tributada a minha homenagem, ora proposta, que tem o acolhimento do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – PR) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, serei rápido. Quero apenas registrar a minha posição. Convivi aqui no Congresso com o Dr. José Richa e, ao lembrar-me dele, lembro também Mário Covas. Eu diria que eles foram fundamentais na elaboração da Constituição cidadã. Então, é mais do que justa a homenagem a José Richa. Até tomaria a liberdade de falar ao PSDB que seria importante. Só eu sei o quanto Mário Covas foi importante para a nossa Constituinte, pois ele praticamente liderou o Bloco Progressista. Por extensão, estou fazendo uma homenagem a José Richa e a Mário Covas.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Quero também me manifestar dando todo meu apoio. Tivemos alguns contatos e sinto por ele uma grande admiração. Gostaria de incorporar ao papel dele na Constituinte o papel dele na luta pela democratização no Brasil. Por isso, é uma homenagem mais do que justa a um grande brasileiro.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Consta do relatório a luta pela democratização. V. Ex^a tem toda a razão. É uma figura exponencial à época das dificuldades que o Brasil passou. V. Ex^a é uma testemunha nobre em nosso passado recente. Como fui subordinado a V. Ex^a naquela época, acompanhei de perto toda a atividade de José Richa, de V. Ex^a e de outros que participaram dessa luta. Qualquer manifestação do Senador Cristovam Buarque para ser acrescentada ao relatório é bem-vinda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, gostaria de dar uma explicação para real-

mente consolidar o meu currículo. Quando o Senador Romeu Tuma diz que fui chefe dele, refere-se a eu ter sido chefe de gabinete do Ministro Fernando Lyra quando o Senador era Diretor da Polícia Federal. De fato, no meu currículo, posso colocar esse dado, o que muito me honra.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

A matéria continua em discussão. Algum dos Srs. Senadores ainda gostaria de usar da palavra?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, vamos homenagear José Richa procedendo à votação.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, não tive a oportunidade de conviver com o Sr. José Richa, apenas acompanhei os fatos pelos jornais, pois não participava da vida política naquele momento, mas não estou muito triste, porque hoje convivo com grandes Senadores da República, como os Senadores Marco Maciel, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Cristovam Buarque. Não vivi aquele momento no passado, mas quero registrar também o meu apoio.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – A única coisa com que o José Richa, lá no Céu, ficará triste é com estado dessa rodovia, que está caindo aos pedaços e poderia estar muito melhor. Falta dinheiro para a infra-estrutura, para termos uma estrada melhor.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas a estrada será nova.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Encerrada a discussão.
Em votação.

O parecer do Senador Romeu Tuma é pela aprovação do projeto que denomina Rodovia Governador José Richa o trecho da BR – 476 entre as cidades de Adrianópolis e Curitiba, no Paraná.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Romeu Tuma queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer.

Passo a Presidência ao Senador Juvêncio da Fonseca, pois vou relatar o **Item 8**:

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Ao assumir honrosamente o lugar do Senador Augusto Botelho na Presidência, submeto à apreciação do Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 55, não-terminativo, que dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil – Argentina e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Augusto Botelho. O parecer é pela rejeição.

Tem a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, deixe-me esclarecer uma coisa sobre esse projeto: não é simplesmente pela rejeição. O dia que o Senador escolheu, 30 de novembro, já é o Dia da Amizade Brasil – Argentina, instituído no tempo do Presidente Alfonsín. Por isso, a matéria foi rejeitada. A idéia do Senador de criar esse dia é muito boa, mas ele já existe.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Tem a palavra o Senador Marcelo Crivella, autor do projeto.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, eu realmente não sabia desse detalhe. No encontro no Copacabana Palace, o Presidente Lula e o Presidente Kirchner, no § 8º do que Suas Excelências chamaram Ata de Copacabana, disseram que “seria conveniente e oportuno instituir-se comemoração do dia amizade Brasil – Argentina”. Então, é possível que o Presidente Kirchner e o Presidente Lula não saibam que já existe esse dia, como eu também não sabia, porque o estabeleceram no consenso da Ata de Copacabana, no § 8º.

Sendo assim, se já existe o dia, fica registrada a intenção. Vou mandar um comunicado ao Presidente Kirchner e ao Presidente Lula avisando-os de que o Presidente Alfonsín...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Pois não, Senador, com o maior prazer.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Senador Marcelo Crivella, como nós, no PSDB, temos dito, o Presidente Lula acha que tudo começou agora, depois que Sua Excelência assumiu a Presidência.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador Marcelo Crivella, devo dizer que fiquei com esse projeto muito tempo, não querendo rejeitá-lo, porque eu o achava justo. Mas a minha assessoria pesquisou e descobriu que, quando eram Presidentes Sarney e Alfonsín, instituiu-se a data e justamente no dia 30 de novembro, o dia que V. Ex^a escolheu.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Esse dia é escolhido porque é data simbólica tanto na Argentina quanto no Brasil.

Agora, enganaram-se o Presidente Lula, o Presidente Kirchner e eu.

Sr. Presidente, acho que nem há o que se discutir, porque não se pode legislar sobre o que já existe.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Com a palavra o Senador Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, ontem tive a oportunidade de ser convidado pela CBF para assistir à entrega do prêmio com a finalização do campeonato de 2005. E o melhor jogador da temporada e o grande centro avanço foi o Tevez, da Argentina, ou seja, no País do Futebol, tivemos como melhor jogador da temporada um argentino. Então, esse Dia da Amizade Brasil – Argentina está sendo todos os dias, depois que o Tevez está jogando aqui, sendo idolatrado e eleito o melhor jogador da temporada. Ontem, tivemos até de parabenizá-lo, mas sem muita euforia.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – A matéria continua em discussão.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – O professor e Senador Wellington Salgado me fez uma pequena provocação positiva, porque eu quero, na verdade, concordar com S. Ex^a. Fiquei muito feliz ontem, porque o Brasil homenageou o jogador argentino Tevez como o melhor jogador do campeonato. É bom que sirva como lição àquele time da Argentina, quando um dos seus jogadores esteve aqui e fez uma agressão racista e desnecessária ao Grafite, em São Paulo. O povo desse Estado assim como o povo brasileiro faz uma homenagem, a que eu e o Senador Wellington nos somamos, ao Tevez, que, sem qualquer dúvida, mereceu o título. Parabéns ao Senador pela lembrança.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ) – Senador Paulo Paim, essa é a formação de nosso povo e precisamos ressaltá-la. Não somos negros, que vieram da África; não somos índios, que eram daqui; não somos brancos, que vieram da Europa, mas somos o povo brasileiro que, no fundo da sua alma, não revida, não aceita caminhar para o preconceito, para o racismo, para a discriminação. O povo é tolerante e faz um gesto como o que ressalta o Senador Paulo Paim e que talvez não víssemos em lugar algum do mundo. O povo brasileiro, que sofreu com a discriminação de um argentino em relação ao Grafite, responde elegendo como o melhor da nossa temporada um argentino, que é um jogador controverso, pois já fez críticas ao nosso Presidente da República que foram até indelicadas. Mas não importa. No campo, foi o craque, foi eleito, recebeu as honras.

Senador Paulo Paim, isso é que faz de nós um povo único neste mundo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma última observação.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Para mim, Senador Marcelo Crivella, o maior craque deste Brasil chama-se Romário, que tem a maior média de gols por jogos. Para mim, ele sempre será o craque. Ele chegou, recebeu o prêmio e foi embora. Qualquer um pode ganhar depois dele, mas quem o viu jogar, quem acompanhou sua carreira sabe que o Romário é um jogador talentoso e tem o direito de ter um pouco de marra, como na entrega do prêmio de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Dada a divergência de opinião nesse setor, encerramos a discussão e passamos à votação.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma correção no voto.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Com a palavra o Relator.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, gostaria de mudar o termo: em vez de votar pela rejeição, é pela prejudicialidade do projeto, porque já existe outro.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o parecer queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 11:

Farei autoritariamente uma invasão de pauta, porque o item 11 também é relatado pelo Senador Augusto Botelho. Para não ficar um troca-troca de presidentes, submeto à apreciação do Plenário o item 11, Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005, que institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla. Autoria: Deputado Celso Russomanno. Relatoria: Senador Augusto Botelho. O parecer é favorável, com a emenda oferecida.

Com a palavra o Relator.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, passarei direto à análise do projeto.

O Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005, propõe a instituição de data a ser lembrada como Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla. Essa providência, por parte do Poder Legislativo, é bastante oportuna, pois objetiva possibilitar a promoção de campanhas públicas de captação de recursos para pesquisa e também de divulgação para a sociedade de informação sobre os sintomas e consequências da doença, a fim de facilitar o diagnóstico precoce.

A esclerose múltipla é uma doença neurológica crônica caracterizada por grave lesão do sistema nervoso central. A inflamação e a desmielinização da

substância branca desse sistema interfere na transmissão dos impulsos nervosos, o que dificulta o controle de diversas funções orgânicas, tais como a visão, a locomoção e, em particular, as funções fisiológicas, e resulta em vários sinais de sintomas neurológicos.

A doença inside normalmente entre os 15 e 50 anos de idade e incapacita o portador para as atividades laborais e sociais.

Segundo a Associação Brasileira de Esclerose Múltipla, essa doença é de caráter progressivo e não existe forma de prevenção. No entanto, com diagnóstico precoce e tratamento, é possível minimizar o avanço e agravamento da doença.

Diagnosticada a doença, o paciente poderá ser atendido na rede credenciada pelo Sistema Único de Saúde e receber gratuitamente os medicamentos necessários ao tratamento da doença e incluídos no rol de medicamentos (*Inaudível.*)

A instituição do Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla é proposta como um meio de informar a sociedade brasileira sobre as formas e os sintomas dessa grave doença neurológica e de chamar sua atenção para importância de se buscar precocemente seu tratamento.

Além de meritória, a proposição de autoria do Deputado Celso Russomanno não contradiz disposições constitucionais nem a legislação infraconstitucional, além de não apresentar vícios de técnica legislativa.

Salientamos somente a necessidade de implementar pequena correção na redação do projeto, razão por que propomos a emenda abaixo apresentada.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005, com a seguinte emenda:

“A ementa e o art. 1º do PLC nº 96, de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

Institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla:

Art. 1º Fica instituído o dia 30 de agosto como o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esclerose Múltipla.”

É esse o meu parecer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, para meu esclarecimento, tenho a impressão de que é uma emenda de redação. Conseqüentemente, o projeto não precisa retornar à Câmara.

Então, cumprimento o Senador Augusto Botelho pelo relatório e o Deputado Celso Russomanno pela autoria do projeto.

O Deputado Celso Russomanno, na área de saúde e de portadores de deficiência, está fazendo de fato um grande trabalho na Câmara. S. Exª é o Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência, na Câmara. Há poucos dias, eu falava com o Deputado e sinto que

surgirá um belo substitutivo de um projeto que deixei lá ainda quando era Deputado.

Sou totalmente favorável à aprovação do projeto e vou deixar um apelo para que a Câmara vote com a mesma agilidade os projetos oriundos do Senado que chegam àquela Casa, como estamos fazendo aqui com os projetos que vêm da Câmara, que estão sendo aprovados, eu diria, em 90% dos casos, como o exemplo que temos aqui em que houve apenas uma emenda de redação.

Parabéns ao Deputado Celso Russomanno e ao Relator Augusto Botelho!

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Senador Paulo Paim, temos feito o esforço contínuo de mostrar que somos rápidos na devolução dos projetos já votados e aprovados. Infelizmente, não tem repercussão na Câmara dos Deputados. Nós sabemos disso.

A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório e a emenda queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passo a Presidência ao Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O próximo item tem como Relator o Senador Paulo Paim.

Item 9:

Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2005, que confere ao Município de Passo Fundo o título de Capital Nacional da Literatura. Autoria: Deputado Beto Albuquerque. Relatoria: Senador Paulo Paim. O parecer é favorável.

Com a palavra o Relator.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, é o Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2005, que confere ao Município de Passo Fundo o título de Capital Nacional da Literatura. O autor é o Deputado Beto Albuquerque, do PSB do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, as jornadas literárias de Passo Fundo, promovidas pela Universidade de Passo Fundo e pela Prefeitura há vinte anos, trazem para o planalto gaúcho, distante da capital, uma efervescência cultural que muito tem contribuído para a formação de novas gerações de leitores e para a ampliação dos horizontes culturais de milhares de moradores da região.

Durante o evento, que atrai multidões, ocorrem debates, conferências, cursos, shows musicais, espetáculos teatrais, exposições de artes, fotografias, mostras de filmes, entre outras atividades.

Entre os escritores que já passaram pelas jornadas destacam-se: Ignácio de Loyola Brandão, Luís

Fernando Veríssimo, Zuenir Ventura, Deonísio da Silva, Alcione Araújo, Frei Beto, Maria Adelaide Amaral, Emir Sader, Afonso Romano Santana, Marina Colasanti, Ziraldo, Ruth Rocha, Edgar Morin, entre outros.

Entre os estrangeiros que lá estiveram, podemos citar o chileno Antonio Skarmeta, o argentino Alberto Manguel e a angolana Ana Paula Tavares.

A obstinação e a ousadia da comunidade de Passo Fundo e, especialmente, dos professores que se ressentiam pelo fato de os alunos não gostarem de ler garantiram às jornadas relevância nacional e internacional.

Nada mais justo do que a iniciativa do Deputado Beto Albuquerque.

Por isso tudo, Sr. Presidente, conversava com o Senador Cristovam Buarque, que esteve lá por duas vezes fazendo palestras, que devemos dar o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Sr. Relator.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, esse evento é uma daquelas coisas que orgulham o Brasil. É uma pena que ainda nem todos saibam o que são essas jornadas. Durante dias, dezenas de milhares de pessoas se reúnem para ouvir os escritores, conversar com eles e conhecer o que eles escrevem.

Faço questão de citar a professora Tânia Rosing, a grande mentora desse evento, uma mulher de heroísmo incrível, que transforma uma pequena cidade, como Passo Fundo, em uma capital da cultura latino-americana ou mesmo mundial, durante alguns dias. Estive lá duas vezes e sou um admirador profundo do trabalho ali realizado.

Fico contente com o projeto do Deputado Beto Albuquerque, ao qual quero dar todo o meu apoio. O Brasil precisa olhar o que acontece em Passo Fundo durante as semanas dessas jornadas e ficar orgulhoso. Isso se deve, sobretudo, à Universidade e ao trabalho desta heroína, a professora Tânia Rosing.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, para discutir, o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, sigo a linha do Senador Cristovam Buarque e do relatório do Senador Paulo Paim. A aprovação desse projeto é uma homenagem do Deputado Beto Albuquerque à sua terra – S. Ex^a é cidadão de Passo Fundo –, mas caberia a qualquer Parlamentar brasileiro apresentar um projeto dessa dimensão. Efetivamente, o trabalho da professora Tânia Rosing é reconhecido aqui e agora com a aprovação desse projeto de lei da Câmara.

Eu conheço a professora Tânia, fui presidente da Assembléia do Rio Grande do Sul e tive o privilégio, nas edições de 2001 e 2002, de levar o patrocínio da-

quela Casa legislativa até Passo Fundo, pois eu entendia que o Parlamento deveria ser parceiro, associado, patrocinador de eventos de tamanha dimensão. Com muito orgulho, pude, pela primeira vez na história da Casa, depois de vinte edições, a própria Assembléia gaúcha, também, a partir de então, estamos instituindo na realização das jornadas literárias de Passo Fundo, que não são mais de Passo Fundo. São jornadas universais, por sua dimensão, e que devem ser copiadas seguramente, por outros municípios. Não interessa o seu tamanho, importa exatamente o estímulo à leitura, a provocação à leitura, enfim, a possibilidade de oferecer à juventude o prazer da leitura.

Este projeto é, acima de tudo, uma homenagem a esta mulher e àqueles que com ela trabalham porque, enfrentando todas as dificuldades naturais de quem promove eventos dessa natureza, consegue levar a sua 23ª edição.

Parabéns, Senador Paim, e obrigado ao Senador Cristovam pelas citações.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estão de acordo com o parecer do Senador Paulo Paim queiram permanecer sentados.

Aprovado o Projeto de Lei que confere ao Município de Passo Fundo o título de Capital Nacional da Literatura.

Muito obrigado, Srs. Senadores. Gostaria de agradecer a tolerância e paciência de V. Ex^{as}.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, se me permite, eu queria só cumprimentar o Senado da República, já que estamos ao vivo. Depois de anos e anos de luta, felizmente, amanhã, por iniciativa do Presidente do Senado e do Presidente da Câmara, ao meio-dia, na Presidência do Senado, vamos instalar a Comissão Mista que vai decidir sobre uma política permanente de salário mínimo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE () Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Agradeço a presença dos Senadores, porque o **quorum** foi bastante alto. Esgotamos toda a pauta. Só não foi votado o projeto que não podia ser votado.

Muito obrigado, senhores, e até a próxima reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h17min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata da 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 1º de junho de 2005.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia primeiro de junho de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Sérgio Cabral e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Hélio Costa, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Papaléo Paes, Cristovam Buarque e Aelton Freitas. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Cabral, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo o Senhor Presidente, inicia a deliberação da pauta. Primeira Parte, Item 1: Eleição do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente, Senador Sérgio Cabral convida os Senhores Senadores Hélio Costa e Valdir Raupp para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Vice-Presidente – Senador Demóstenes Torres, oito (08) votos. Prosseguindo, o Presidente, Senador Sérgio Cabral, proclama eleito e empossado o Senador Demóstenes Torres como Vice-Presidente da Subcomissão. A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra ao Vice-Presidente recém empossado, Senador Demóstenes Torres. Findo o pronunciamento do Vice-Presidente eleito passa-se a segunda parte da reunião Segunda Parte, Item 01: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Hélio Costa e Sérgio Cabral, que “Com amparo no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Educação em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, para a discutir a Implantação da TV Digital no Brasil. deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir: 1 – Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações, Paulo de Tarso Lustosa da Costa. 2 – Presidente da Associação Brasileira de Emis-

soras de Rádio e Televisão (ABERT), José Inácio Pizani. 3 – Presidente da Associação Nacional dos Prestadores de Serviço Móvel Celular (ACEL), Amadeu de Paula Castro Neto. 4 – Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), Ruy de Salles Cunha. 5 – Diretor da TV Digital da Fundação CPQD, Ricardo Benetton”. O requerimento é aprovado. Item 02: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Roberto Saturnino e Paulo Paim, que “De acordo com o que preceitua o art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiências públicas, no âmbito da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, para tratar do tema ‘Regionalização da Produção Audiovisual para Televisão’”. O requerimento é aprovado. Item 03: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Demóstenes Torres e Paulo Paim, que “De acordo com o que preceitua o art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiências públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, para tratar da aplicação dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST). Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista, na primeira audiência, as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir: 1 – Eunício Oliveira, Ministro das Comunicações; 2 – Ruy de Salles Cunha, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE; 3 – Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações; 4 – Tadao Takahashi, Diretor-Geral do Instituto Sociedade da Informação – ISI; e 5 – Cassio Vecchiatti, Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (ABRANET)”. O requerimento é aprovado. Item 04: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim, que “Com amparo no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiências públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, para tratar da pirataria na indústria do audiovisual, convidando todos os setores envolvidos na discussão do tema”. O requerimento é aprovado. Item 05: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Hélio Costa, Sérgio Cabral e Flávio Arns, que “De acordo com o que preceitua o art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal,

combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social em conjunto com a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Educação, para debater a regulamentação dos arts. 221 e 222 da Constituição Federal, cujo Projeto de Lei encontra-se em elaboração no âmbito do Poder Executivo, com suporte no Decreto de 26 de abril de 2005". O requerimento é aprovado. Item 06: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Leonel Pavan e Valdir Raupp, que "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, destinadas a aprofundar a discussão sobre a indústria cinematográfica, especificamente no que se refere aos setores de distribuição, exibição e infra-estrutura". O requerimento é aprovado. Item 07: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi e Roberto Saturnino, que "Com amparo no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiências públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, para tratar de uma modalidade de difusão de sinais de televisão, a retransmissão institucional (RTVI), criada pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005. deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir: 1 – Sérgio Luiz de Moraes Diniz, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações; 2 – Marcus Vinícius Di Flora, Secretário-Adjunto da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica; 3 – Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM); 4 – Eugênio Bucci, Presidente da Empresa Brasileira de Radiodifusão (RADIOBRÁS)". O requerimento é aprovado. Item 08: Requerimento, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Roberto Saturnino e Sérgio Cabral, que "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, para tratar do aperfeiçoamento da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual), para tanto, deverão ser convidados representantes do Ministério da Cultura, Representantes da Sociedade Civil, Especialistas no Setor e Entidades relacionadas com a Produção de Cinema e Audiovisual". O requeri-

mento é aprovado. Prosseguindo o Senhor Presidente, Senhor Sérgio Cabral, submete a apreciação dos Senhores Senadores para que a Subcomissão encaminhe um expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, solicitando que inclua na pauta de votação do Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002, que "Altera os artigos 18 e 26 da Lei nº 8313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à cultura", de autoria do Senador Luiz Pastore. O que todos concordam. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Cabral, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador Sérgio Cabral, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura. A presente reunião tem por finalidade a eleição do Vice-Presidente da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

Foi registrado, até o presente momento, a candidatura única e absolutamente festejada do Senador Demóstenes Torres para Vice-Presidente da Subcomissão.

Sobre a mesa, encontram-se, à disposição dos Srs. Senadores, células de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Será procedida, neste momento, a chamada nominal, obedecida a composição partidária.

Os Srs. Senadores já podem votar.

Está iniciado o processo de votação.

O Senador Hélio Costa, que nos honra com a presença, Presidente da Comissão de Educação.

Vou começar pelo Senador Romeu Tuma, do PFL.

(Processo de votação.)

Senador Demóstenes, acredito que não há desejo do Sr. Presidente, neste momento. Se bem que estaria mais bem entregue à Presidência.

Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia. Por favor, Senador, só para Vice-Presidente, por favor, hein!

Acredito que já tenha havido até propostas publicitárias no Estado de Rondônia de aparelhos de barbear, para o Senador Valdir Raupp tirar a barba!

Encerrada a votação, convido o nobre Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão de Educação, e o Senador Valdir Raupp para servirem como escrutinadores.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Arrumaram uma urna maior do que todas que há no Congresso!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Senador Demóstenes! Senador Romeu Tuma, V. Ex^a, que é do partido do Senador Demóstenes, sabe do prestígio que o Senador Demóstenes goza nesta Casa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Durante os 10 anos que estou na Casa, é a maior urna que já vi. Uma homenagem aos dois, ao Presidente e ao vice, pela grandiosidade da obra do coração de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Votaram 8 Srs. Senadores. 8 votos para Vice-Presidente Senador Demóstenes Torres!

(Palmas. Muito bem!)

O Senador Demóstenes Torres, que foi Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, grande Promotor Público, grande Procurador de Justiça!

O Senador Demóstenes Torres, e quem acompanha o Senado tem percebido isso, é um homem ligado à cultura brasileira, um homem que demonstra, inclusive, ao discursar, ao se manifestar sobre assuntos até muito áridos a sua erudição e o seu conhecimento da cultura brasileira, sobretudo, da música brasileira. Eu posso testemunhar porque o meu pai, que é um escritor e jornalista ligado à música brasileira, é um admirador do Senador Demóstenes, que tem uma formação cultural belíssima e que, certamente, trará muitas contribuições à esta Comissão. Eu fico muito feliz de tê-lo como o nosso Vice-Presidente na Subcomissão Permanente de Cinema Teatro e Comunicação Social.

Bom passaremos agora, nesse momento, a palavra ao Sr. Vice-Presidente, para agradecer aos seus eleitores.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço penhoradamente a essa confiança que me foi depositada para substituir o nosso Presidente Sérgio Cabral Filho, homem que já nasceu no ambiente cultural fantástico, filho de dois grandes promotores da cultura no Brasil, e que muito bem está presidindo esta Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

Ao me fazer o convite para ser candidato a Vice, ele me disse que é objetivo desta Comissão fazer com que nós possamos reverter e até consolidar, para dizer

a verdade, reverter porque nós passamos por momentos terríveis no cinema nacional, no teatro nacional, na nossa comunicação social, mas felizmente nós estamos vivendo tempos novos e precisamos consolidar esses tempos novos.

Eu lhe disse que para mim seria uma honra, seria um prazer, porque essa talvez seja a melhor Comissão do Senado, a qualidade dos integrantes, Senador Hélio Costa, Saturnino Braga, Geraldo Mesquita, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Flávio Arns, entre outros asseguram que nós vamos poder realizar um grande trabalho.

Daí por que agradeço penhoradamente a essa confiança que os senhores em mim depositaram para substituir esse guerreiro, e que nós possamos cumprir a nossa missão, que é ajudar mesmo que esses setores tão importantes da cultura nacional possam florescer e ajudar a nossa população a ser mais acendradamente reconhecida por nossos momentos culturais, que nossos artistas possam reconhecer e serem valorizados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Antes de passar a palavra a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, concedo a palavra ao Senador Hélio Costa que prestigia a Subcomissão que, diga-se de passagem, é a Subcomissão Permanente mais antiga do Senado Federal, foi a primeira a ser criada no âmbito do Senado Federal.

Então, eu passo a palavra ao Senador Hélio Costa a quem quero agradecer penhoradamente pela forma sempre generosa e condutente no apoio à Subcomissão.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Meu Presidente da Subcomissão, Senador Sérgio Cabral, eu tinha ficado muito feliz e muito tranquilo com a eleição de V. Ex^a para esta Subcomissão, porque sendo do ramo de comunicação, e estando na realidade no título desta Subcomissão, a preocupação com a comunicação social, eu tinha em V. Ex^a a certeza de que nos íamos fazer um belíssimo trabalho, com relação ao cinema, ao teatro, incluído nesta Subcomissão e com a comunicação social.

Agora com a eleição do seu Vice, eu reafirmo esta minha convicção, porque, o Senador Demóstenes Torres é um dos mais brilhantes Senadores neste Casa, não só na sua larga experiência no setor jurídico, ele é um jurista de renome que tem sido da maior importância na condição dos trabalhos ajudando ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Antonio Carlos Magalhães, mas agora ele demonstra nesse momento a sua vocação também natural que é de partici-

par do meio cultural desta Subcomissão, e já vem com a bagagem porque na verdade é um autor premiado, é um autor exaltado. Ainda recentemente nós tivemos a oportunidade de ir até Goiânia para o lançamento dos seus livros. Ele fez o lançamento de dois livros no mesmo dia, que mostram o seu trabalho no Senado e a qualidade do seu trabalho como jurista.

Os Senadores Sérgio Cabral e Demóstenes Torres, como Presidente e Vice-Presidente desta Subcomissão, são a garantia de que vamos fazer uma belíssima discussão sobre os problemas do cinema, do teatro e da comunicação social.

Parabéns ao Senador Demóstenes e, sobretudo, ao meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Muito obrigado, Senador Hélio Costa.

Antes de passarmos aos requerimentos, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Serei rápido, Sr. Presidente. Venho hoje a esta Subcomissão, principalmente em homenagem ao homem de sete instrumentos do PFL, nosso Senador Demóstenes Torres. Quero carregar a mala dele sempre que ele for a alguma atividade, porque é um quadro importante do Partido e aqui do Senado. Eu o conheci na atividade principal da sua vida, de sua formação, como Secretário de Segurança, e tivemos oportunidade de participar de alguns debates. Estive sempre a favor dele, principalmente em alguns debates na área de segurança do País.

Quero dizer que passei por um período difícil na vida política, o período da censura. Realmente, não podemos relegar a um segundo plano o que aconteceu naquele período. É claro que não é hora de discutirmos esse assunto, talvez um dia esta Subcomissão poderá discuti-lo. Tive oportunidade de estar chefiando a Polícia Federal quando se extinguiu a censura, é claro, dando função diversificada àqueles que por anos participaram dessa atividade, que era do regime militar, à época.

Não estou criticando o regime, mas houve muito prejuízo para a cultura, porque não havia uma linha de conduta coletiva do que se podia ou não, dependia do censor, da sua cultura e formação e do bem querer ou não de algumas atividades da cultura. Então, o cinema perdeu muito. Glauber Rocha fez seu último filme, que agora estão tentando reproduzir, e tantos outros.

Depois, imediatamente, houve um estouro e todos passaram a ser amantes da cultura, a escrever livros, teatro e tal, e isso já está sendo disciplinado pelo próprio interesse da sociedade. A sociedade vai ver aquilo que gosta. Precisamos lutar para que a cultura não seja só para as elites. Tenho sentido, em São Paulo, a

diversificação dos teatros distritais, onde a população mais carente pode participar de espetáculos de teatro. Temos um avanço da cultura, principalmente para a criança e para o adolescente.

Dessa forma, penso que esta comissão tem um valor inestimável sob o ponto de vista histórico.

Aprendi a admirar V. Ex^a, a bem querer. O árabe quer bem ao seu semelhante. Então, mesmo com a passeata gay, não tenho vergonha de beijar os amigos, não tenho vergonha de abraçar e dizer que amo os amigos, porque acho que é uma coisa do coração e da alma e o árabe sente isso de perto.

O primeiro contato que tive com o Senador Sérgio Cabral foi no Rio de Janeiro, ele presidia a Assembléia Legislativa e eu presidia uma CPI. Ele abriu as portas, inclusive me pagou o almoço, o que eu queria que ele repetisse porque foi gostoso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– No histórico Passo Imperial na Praça 15.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi uma delícia. Acredito que vai muita gente do teatro e da cultura ali.

Quero cumprimentar V. Ex^{as} e, mesmo como suplente, acho que poderei, dentro do que for necessário, colaborar com os senhores para a vitória.

Quero cumprimentar nossos sempre presente Presidente Hélio Costa, que tem feito um trabalho excepcional na Presidência da Comissão de Educação, auxiliado pelo Júlio, que tem sido sempre o “sombra” nosso aqui, para quebrar os nossos galhos. O Senador Hélio Costa tem tido um comportamento eficaz, tem produzido muito, não há moleza na Comissão dele e ainda há diversificação das Relatorias, porque em algumas Comissões só se dá para um – não é o seu caso, Senador Demóstenes Torres. Mas aqui, mesmo como suplente, recebemos a relatoria de vários casos, mesmo na CCJ – estou brincando, eu também recebo do Presidente Antonio Carlos Magalhães. Mas eu até falei demais, é que vemos o passado e o presente como se fosse um filme, então nossa memória anda para trás e faz uma projeção para frente, sabendo que a cultura – e mesmo o Ministro Gilberto Gil, que tem sofrido com corte de verbas, tem dito que ele permanece firme porque sabe das dificuldades – poderá ter uma grande colaboração desta Subcomissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, eu só quero dizer que as expressões usadas em relação ao Senador Demóstenes Torres são absolutamente justas e compartilhadas por todos nós, que estamos aqui. Certamente V. Ex^a terá um Vice-Presidente à altura das responsabilidades que V. Ex^a terá, dirigindo esta importantíssima Subcomissão.

Parabéns, Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Trata-se do nosso antecessor na Subcomissão, Senador Roberto Saturnino.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL

– AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL

– AC) – Meu caríssimo amigo Presidente, normalmente – e aqui não vai nenhuma crítica, é apenas uma constatação – não é raro, nesta Casa, nos envolvermos naquelas sessões de “rasgar seda”, mas no caso de V. Ex^{as}, ela perde essa característica, sem brincadeira. São duas figuras fantásticas, o Senador Sérgio, por exemplo, eu trato por Serginho, e o Senador Demóstenes, por exemplo, é o único aqui no Senado que me trata pelo nome que sou conhecido na minha terra, Geraldinho. Isso é uma demonstração a mais de apreço, que nos une, e confesso que me sinto muito à vontade nesta Subcomissão, enaltecendo essas duas figuras, que tenho certeza absoluta de que imprimirão um ritmo de trabalho interessante.

Esta é uma Subcomissão muito importante, ela é a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social. Normalmente, quando se fala de cinema e teatro, e já não diria comunicação social, mas nessas duas áreas o nosso pensamento sempre se remete à participação das elites deste País, como se isso fossem nichos exclusivos de parcelas da população brasileira. Tenho certeza absoluta de que, nesta Subcomissão, sob a Presidência do Senador Sérgio Cabral e da Vice-Presidência do Senador Demóstenes Torres e com a participação de Senadores tão preocupados com a necessidade de fazermos cultura, cinema, teatro neste País de forma genuinamente democrática, faremos com que ela se espraie por este País afora, o nosso País, que ostenta ainda índices vergonhosos no que diz respeito ao analfabetismo. No nosso País, um quarto da população brasileira, ou um pouco mais, ainda é analfabeta. No meu Estado, por exemplo, Senador Sérgio Cabral, mais de um terço da população ainda é analfabeta, ou seja, são pessoas que estão cada vez mais distantes daquilo que nós tratávamos aqui nesta Subcomissão, no que diz respeito ao funcionamento cada vez melhor do cinema, do teatro, da cultura do nosso País.

Então, creio que nós precisamos, cada vez mais, enxergar o que fazemos nesta Comissão como uma necessidade premente de desconcentrar, tanto a produção como o acesso à cultura, através do cinema, do teatro, da música brasileira e da comunicação social como um todo. Eu tenho grandes expectativas

de que nesta Subcomissão possamos avançar ainda mais no sentido de usarmos esses mecanismos que permitam tirar essas parcelas da população da ignorância, da escuridão na qual elas estão submetidas vergonhosamente.

Então, tenho certeza de que aqui vamos produzir ou sugerir e propor as condições para que avancemos nessa área e tiremos, de uma vez por todas, essa área que tem o cinema, o teatro e a música brasileira como elementos, como ferramentas de utilização da elite brasileira.

Essas são ferramentas que devem ser utilizadas pelo povo brasileiro, na sua inteireza, para que a comissão se justifique como promotora da democratização desses instrumentos. Como disse há pouco, façamos que cinema, teatro, comunicação social, música brasileira, se espraie por este País afora e que sejam instrumentos para retirada de grande parcela da população brasileira da escuridão e da ignorância que ainda teima em maltratar a nossa querida população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Obrigado Senador Geraldo Mesquita pelas palavras, assim como Senador Romeu Tuma.

Vamos passar aos requerimentos.

Do Senador Hélio Costa e meu requerendo, no âmbito da Comissão de Educação, onde já foi aprovado e agora no âmbito da Subcomissão, a discussão para implantação da TV Digital no Brasil.

A proposta é no sentido de convidar para expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir: Secretário Executivo do Ministério das Comunicação, Paulo de Tarso Lustosa da Costa; Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert, José Inácio Pisani; Presidente da Associação Nacional dos Prestadores de Serviço Móvel Celular, Amadeu de Paula Castro Neto e o Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abin, Rui Sales da Cunha e o Diretor da TV Digital da Fundação CPQD, Ricardo Benneton.

O requerimento foi aprovado na Comissão de Educação, na reunião do dia 24 de maio...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não estou vendo aqui, mas ontem foi criada a Abra – Associação Brasileira de Rádio e Televisão, presidida pelo João Saad, da TV Bandeirante, que forma uma frente TV Bandeirante – Rede TV – SBT. Portanto, não sei se seria interessante incluí-los aqui ou não. Só estou querendo lembrar para ver se cabe ou não nesse requerimento a indicação...

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Na verdade, nós imaginamos que tendo sido criada ontem – e

esse requerimento foi aprovado na semana passada – evidentemente não poderíamos incluir inicialmente a nova associação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ela não foi criada ontem. Ontem foi a apresentação.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – A nossa sugestão é de que no decorrer dessas audiências públicas que vamos realizar sobre a implantação da TV Digital – e não será apenas uma, mas no mínimo três ou quatro audiências – possamos trazer uma entidade de classe. Como trouxemos agora a Abert na próxima ficaria acertado que...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Concordo com V. Ex^a até porque é um assunto bastante delicado a TV Digital. Temos pressão do grupo japonês, do grupo americano e do grupo europeu para adotarmos o sistema e há interesse de criarmos um sistema brasileiro de Televisão Digital.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Passo a palavra ao autor do requerimento. O Senador Hélio Costa quer fazer uma discussão sobre o assunto. Gostaria de ponderar sobre a ponderação do Senador Romeu Tuma e lembro que na Abra – estou falando de TV aberta – estão a Bandeirantes, a RedeTV e o SBT, e a Record parece que está em outra Comissão, Abratel. Então, Senador Hélio Costa, V. Ex^a como autor e eu na condição de seu parceiro nesse requerimento, parece-me pertinente essa ponderação do Senador Romeu Tuma.

V. Ex^a com a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Em princípio não existe nada que possa impedir a presença também de outras entidades. A nossa preocupação, levando em consideração outras reuniões, é que, quando passa de cinco, fica muito difícil fazer um debate ouvindo vinte minutos cada um, e acaba chegando a um ponto em que não tem um bom aproveitamento da audiência pública. A partir de cinco, fica complicado. Evidentemente que estamos inteiramente abertos para aumentar o número de participantes.

Gostaria, Sr. Presidente, de destacar a importância dessa audiência pública sobre a implantação da TV Digital no Brasil, porque estamos na melhor das expressões mais uma vez atrasados com relação a um procedimento que já deveria ter sido iniciado, que já deveria estar em andamento. E, infelizmente, ainda estamos nas conversas, nas discussões, as mais elementares, diga-se de passagem. E, mesmo, nessas discussões elementares, com a criação de uma comissão pelo Executivo para tratar da implantação da TV Digital e das bases em que esta televisão Digital será colocada, será transformada num consumo de massa no Brasil, esta Comissão, e disse ontem aqui, não tem

a presença do Congresso Nacional, o Senado não foi chamado a participar, a Câmara não foi chamada a participar. Então, acho que num fórum como este na Comissão de Educação, da Subcomissão de Cinema, Teatro, Comunicação Social, Televisão, Rádio e na Comissão Ciência e Tecnologia e na Subcomissão, podemos fazer a discussão desse tema.

A minha proposta é que façamos a reunião em conjunto da Comissão de Educação com a Subcomissão de Cinema, Teatro, Comunicação Social, Televisão, Rádio e Subcomissão Ciência e Tecnologia, que hoje terá a sua Presidência e Vice instaladas. Agora, por que penso que devemos iniciar essa discussão rapidamente? Fazemos duas, três, quatro audiências públicas, Presidente? No mês passado, tive a oportunidade de participar de uma reunião anual que se faz nos Estados Unidos com os dirigentes de emissoras de rádio e televisão, agora incluíram evidentemente todo o setor de informática, internet, etc, e pude ver a maneira como estamos lidando com o assunto que o mundo já está lá na frente, notadamente os Estados Unidos, Europa.

Vejam bem, um julho agora, mês que vem, nos Estados Unidos, já será obrigatória a utilização do sistema digital pelas emissoras de televisão. Todas as emissoras americanas de televisão têm de estar funcionando digitalmente a partir do dia 15 de julho, abertas e a cabo, todas. É lei.

Vejam o que está acontecendo com alguns setores nos Estados Unidos, vi lá dentro um debate feito durante uma hora e meia sobre as reclamações que estão sendo apresentadas. Inúmeras pessoas estão chegando à conclusão que o aparelho de televisão, o televisor, que comprou no mês passado não receberá as imagens da TV Digital, a menos que tenha uma caixinha que custará mais 70 dólares, não poderá ver as imagens transmitidas pela TV Digital. Então, começa por aí. Como vamos resolver esse problema? Vamos implantar a TV Digital, mas ficará com uma elite que tem direito e condição de pagar 70 reais por mês pela TV a Cabo. Vai ficar com aquele grupo que consegue pagar a Sky ou a NET, via satélite. Mas o povão como entra nesse procedimento? Porque, na realidade, a implantação da TV Digital é importante na medida em que multiplica canais, na medida em que abre todo esse horizonte extraordinário para a utilização da televisão. Se tivesse que fazer uma pequena comparação técnica, diria, dos meus velhos ainda de repórter, que, quando se fazia uma transmissão via satélite, precisava de um canal de satélite para transmitir voz e de doze canais de voz para fazer uma transmissão de imagem. Então, simplesmente, bloqueava-se o satélite na medida em que se usavam todos os canais para transmitir uma ima-

gem simples. Hoje, com a Televisão Digital, utilizam-se 10% do que utiliza um canal de voz para se transmitir uma imagem digitalizada com a maior perfeição. Isso quer dizer que vamos poder expandir de tal forma o uso da televisão, dos canais de televisão, que poderão ser dedicados, uma televisão totalmente dedicada à educação, outra, ao esporte, e, outra, à segurança. Cada canal poderá ser utilizado evidentemente porque vamos ter como ampliar este número de canais. Vamos ter como participar. Essa é a Televisão Digital que imagino. Não é necessariamente a transmissão em alta definição. Vamos ter uma imagem tão perfeita quanto uma fotografia digital vista no computador. É possível isso. Também temos que discutir essa questão, Sr. Presidente, porque o modelo americano que está sendo imitado no Brasil para fazer a implantação digital tem um erro gravíssimo. Para se transmitir a televisão em alta definição, são precisos quatro canais comuns. Então, a tendência aqui é dar mais três canais para cada canal de televisão existente para que ele possa transmitir tv em alta definição.

Ora, se já estamos com este sistema de canais saturado em várias cidades, como vamos dar mais três canais para cada emissora de televisão? Afinal de contas, ao presentear com esses três canais, você tem que saber se essa televisão está contribuindo para a melhoria da televisão como um todo, como é que a televisão está sendo usada do ponto de vista educacional, artístico e cultural. Não vejo várias redes de televisão no Brasil muito empenhadas na produção própria, na valorização do profissional de comunicação, na valorização do artista ou daquele que produz para a televisão. Quer dizer, tudo isso tem que ser discutido. Essa é a razão pela qual temos que dar o **start**, começar essa grande discussão sobre a Tv Digital. Não é simplesmente criar uma comissão que nem sequer, conforme disse, tem a nossa presença e ela vai dizer as bases da implantação da tv, depois vai mandar para o Congresso, que vai ficar mais um ano e meio discutindo isso.

Temos que chegar para o Executivo e dizer que isso aqui é o resultado de uma longa discussão sobre a tv digital. Achamos que deve ser assim. Se quiserem, evidentemente, aceitar as nossas sugestões, acho que, no mínimo, elas serão amplamente técnicas e bem fundamentadas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)
– O Senador Hélio Costa fez uma justificativa mais do que ampla e profunda sobre o tema. O que proponho, em função da ponderação inicial do Senador Hélio Costa, nesse seu **speech** em relação à quantidade de pessoas para a audiência pública, para não prejudicar a qualidade, e como acho fundamental que os repre-

sentantes da Abra e da Abratel estejam presentes, é aprovar esse requerimento e já propor uma nova audiência pública, dando seqüência primeiramente sobre esse assunto tão importante.

Em votação o requerimento do Senador Hélio Costa e meu.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 2 da pauta

Requerimento de autoria dos Senadores Roberto Saturnino e Paulo Paim, no sentido de audiências públicas no âmbito da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social para tratar do tema “regionalização da produção audiovisual para a televisão”, um tema também que, de fato, vem sendo discutido pelo Congresso Nacional e, se não me engano, foi pauta da última reunião do Conselho de Comunicação Social, que é, inclusive presidido pelo Professor José Paulo Cavalcanti Filho e que é subordinado ao Congresso Nacional. É um órgão auxiliar.

Tem a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)
– Sr. Presidente, trata-se de um tema muito importante em que se verifica um conflito mesmo de interesses que é preciso reconhecer para que se busque a solução de harmonização desse desencontro de interesses. De um lado, há o interesse da cultura nacional e o fortalecimento das expressões regionais dessa nossa cultura; e de outro lado, os interesses de todas as emissoras em não elevar demasiadamente os seus custos de produção com essa regionalização.

Há um projeto da Deputada Jandira Feghali, que se arrasta em uma tramitação. Ele foi aprovado na Câmara e agora está aqui no Senado; há a intermediação do Conselho de Comunicação Social. Mas acho interessante que nós realizemos aqui, no âmbito desta Comissão, uma audiência pública, para buscarmos exatamente uma solução de compromisso entre esses desencontros de interesses - é preciso reconhecer que existem - para ver se podemos nós sugerir e formular uma solução.

Essa é a razão do requerimento que apresentamos eu e o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)
– O Requerimento não inclui a sugestão de nomes e entidades. Ficam em aberto, para a Secretaria da Comissão elencar os nomes sugeridos. Os autores do requerimento obviamente.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Item nº 3 é um requerimento para a realização de audiência pública, para tratar da aplicação dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações – o FUST. Deverão ser convidados a expor os seus pontos de vista, na primeira audiência, as autoridades representantes das entidades nominadas a seguir: **Eunício Oliveira** – Ministro da Comunicações; **Rui de Sales Cunha** – Presidente da Abine; **Elifas Chaves Gurgel do Amaral** – Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações; **Tadao Takahashi** – Diretor-Geral do Instituto Sociedade da Informação (ISI) **Cássio Gekiati** – Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet – Abranet.

Os autores são os Senadores Demóstenes Torres e Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o objetivo desse requerimento é ver como faremos para que esses recursos parados no FUST, de R\$4 bilhões, desde o ano 2000. Segundo informações da nossa assessoria, são quase R\$4,5 bilhões parados, necessitando de investimentos, sem problema de quem vai fazer gestão, em relação ao TCU.

Então, vamos enfrentar essa discussão, porque esse é um dinheiro que precisa ser aplicado. Assim, o objetivo é fazer essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Maravilha. Retirar do superávit primário e colocar nas mãos do povo brasileiro.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 4

Proposta de realização de Audiências Públicas, sem nominar os participantes, mas cujo tema é tratar da pirataria do audiovisual, convidando todos os setores envolvidos na discussão do tema.

Os autores são os Senadores Romeu Tuma e Paulo Paim.

Vou passar para o próximo item, pois o Senador Romeu Tuma se ausentou por alguns minutos, e já retorna.

Então, vamos ao Item nº 5 da pauta.

Requerimentos para realização de audiências públicas para debater a regulamentação dos arts 221 e 222 da Constituição Federal, cujo Projeto de Lei encontra-se em elaboração no âmbito do Poder Executivo, com suporte no Decreto de 26 de abril de 2005, de autoria do Presidente da República. Portanto, trata-se de um assunto extremamente recente.

Os autores são os Senadores Hélio Costa, Flávio Arns e Sérgio Cabral.

Senador Hélio Costa, por favor, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, mais uma vez eu acho que precisamos ressaltar a importância da discussão que tem de ser feita nesta Comissão e na Comissão de Educação, porque os arts. 221 e 222 da Constituição determinam regras aos meios de comunicação social eletrônica, mas não definem precisamente quais seriam esses meios. Então, veja o que acontece: sem a regulamentação, diversos setores da comunicação social, como um todo, serão afetados, principalmente provedores de acesso à Internet e emissoras de rádio e de televisão. Quer dizer, isso aqui precisa ser repassado a limpo.

Agora, algo me preocupou, especialmente nessa questão, exatamente no que diz respeito aos serviços de telecomunicações. Por quê? Porque nós estamos chegando num momento em que a telecomunicação via telefone celular está interferindo diretamente no processo de comunicação de massa: é o chamado Sistema 3G que está sendo implantado. Diga-se de passagem, esta semana nós já temos várias situações que estão sendo colocadas no mercado, inúmeras companhias que começam a chegar ao Brasil, para disputar o quê? O espaço da transmissão de imagem seqüenciada pelo telefone celular. Então, o telefone celular passa a ser um aparelho de televisão.

Agora, a pergunta que se faz e que eu gostaria de discutir aqui é a seguinte: para poder transmitir imagem de televisão tem que ser uma concessionária de serviço público de telecomunicações. Muito bem. Só que a lei e a própria constituição são muito claras no sentido de que empresas estrangeiras não estão autorizadas a transmitir imagens de televisão no Brasil. Então, como essas empresas estrangeiras, notadamente de telefonia, – porque todas elas praticamente são de capital estrangeiro, seja espanhol, português, americano ou o que for – estão invadindo esse mercado de transmissão de imagens via telefone celular, Senador Saturnino, se não estão autorizadas a isso? Quer dizer, deve-se legislar sobre isso. Nós precisamos fazer leis. Nós temos que imediatamente criar uma regulamentação: como eu vou transmitir imagem pelo meu celular? As companhias telefônicas vão ter que entrar numa licitação e disputar um canal para poder transmitir a imagem e chegar no meu aparelhinho de celular, que virou um aparelho de televisão? Quer dizer, tudo isso deve passar pelo crivo da lei.

Não há nenhuma discussão nesse sentido. Neste caso em particular o Brasil não pode ser chamado de atrasado no setor, porque vários países estão na

mesma situação; diversos países estão tendo a mesma dificuldade de como estabelecer os parâmetros para a utilização desses novos sistemas de transmissão de imagem.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– E de fato os arts. 221 e 222 são extremamente complexos, importantes e fundamentais.

Eu estou inteiramente de acordo e cumprimento o Senador Hélio Costa pela apresentação desse requerimento. Secundando as suas palavras, eu acho até que talvez devêssemos, nesta Comissão, procurar uma iniciativa de uma lei particular para esse caso, porque se formos esperar a elaboração e a aprovação da lei geral, nós vamos deixar passar alguns anos e de repente esse mercado já estará invadido. Então, talvez seja o caso, eu estou apenas especulando, de nós tentarmos a elaboração de uma lei específica para essa questão, enquanto corre a discussão da lei geral.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Se V. Ex^a

me permite, eu vou tentar enviar, ainda esta semana, para o seu gabinete, a proposta de projeto de lei que eu elaborei, com a participação de um dos mais notáveis advogados especializados em assuntos de comunicação do meu Estado de Minas Gerais e do Brasil, um jovem chamado Marcelo Bechara, que se debruçou sobre esse assunto durante quase um ano para produzir um parecer altamente técnico que balizou todas as informações que eu estou utilizando para preparar exatamente o projeto de lei que V. Ex^a está fazendo, porque se nós não tivermos essas leis, vai virar o velho “samba do cidadão doido”, para não ter conotações racistas e estar politicamente correto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Em votação o requerimento do Item 5, de autoria dos Senadores Hélio Costa, Flávio Arns e Sérgio Cabral.

Os senhores que aprovam permaneçam como estão. (Pausa).

Aprovado.

Voltamos, então, ao Item nº 4, cujo autor é o Senador Romeu Tuma, em dobradinha com o Senador Paulo Paim, solicitando audiência pública para tratar da questão *pirataria na indústria do audiovisual*.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presi-

dente, essa noite, fiz esse requerimento. Então, não tenho a justificativa por completo, mas é um assunto que, há anos, vem trazendo graves conseqüências até para o Brasil, com essa pressão americana, no sentido de taxar o Brasil como um dos principais países da pirataria. Nesse sistema de audiovisual, incluiria DVD e tanta coisa que hoje algumas pequenas indústrias, principalmente na área do Paraguai, têm trazido graves problemas para nós, e a população compra essas falsi-

ficações, prejudicando os equipamentos e os autores, que não recebem **royalties** a respeito.

Tanto é assim, se o indivíduo for à 25 de Março hoje, existe uma prancha. Se eles abrem, está exposto; vem a fiscalização, fecha, pega a malinha e vai embora. Em Nova York também acontece igual. Quer dizer, não adianta uma queixa. Na **China Town**, há um carrinho; o chinês vai lá, abre; você escolhe, chega; eles fecham e saem correndo com o carrinho, porque me parece que a Polícia só pode apreender, nos Estados Unidos, o que estiver parado. Eles não mechem no que estiver em movimento. Então, tanto faz como fez. Não adianta acusar só o Brasil, porque isso atinge, hoje, qualquer parte do mundo.

Como tivemos a CPI da Pirataria aqui, que se envolveu muito na investigação nessa parte de produtos falsificados, nessa área de radiodifusão e audiovisual, gostaria que aproveitássemos para requerer já uma cópia do Relatório da CPI, se for possível, Sr. Presidente, que envolva isso, para que possamos discutir e preparar uma agenda sobre esse tipo de importância para a Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Então, já determinamos à Secretaria a solicitação da cópia do Relatório da CPI e algumas sugestões. Como V. Ex.^a não fez a formalização dos nomes a serem convidados, a Secretaria da Mesa vai preparar uma série de nomes. Já houve quem sugerisse que o Embaixador da China fosse convidado a vir aqui.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aplauda a

sugestão e acredito que ele virá. Diante dessa pressão da Organização Mundial do Comércio e tantas outras, já que o Brasil declarou ser um país que deve ser incluído na OMC, há que se respeitar as regras, sem críticas à China, que tem tido uma progressão bastante acentuada.

Hoje, estava ouvindo que há, na China, mais de 100 mil chineses multimilionários. Estava tomando café da manhã com esse pessoal da Abra, e eles estavam falando sobre o progresso da China. Disse que a concentração econômica na mão do Governo é uma coisa, quando começa a se diluir no meio do povo, começa a mudar-se o aspecto político-social. Já há 100 mil milionários na China, ou seja, quando eles vão comprar gravatas **Hermès**, eles compram os originais e vendem os falsificados. Desculpe a liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Em votação o requerimento do Senador Romeu Tuma.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos ao Item nº 06, de autoria dos Senadores Leonel Pavan e Valdir Raupp, que solicitam audiência pública, destinada a aprofundar a discussão sobre a indústria cinematográfica, especificamente no que se refere aos setores de distribuição, exibição e infra-estrutura.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, vou ler o requerimento, já que estou com uma rouquidão, em função da Festa do Pinhão, em Lajes, Santa Catarina. Pegamos dias de frio e, até agora, não nos recuperamos.

Queremos, no nosso requerimento, dizer que, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e dos art. 90, Incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, destinadas a aprofundar a discussão sobre a indústria cinematográfica, especificamente no que se refere aos setores de distribuição, exibição e infra-estrutura.

A justificativa, na última década do Século XX e nos anos iniciais desse século, ficaram cada vez mais caracterizadas tanto a importância do cinema brasileiro quanto a necessidade de ultrapassar o sentido estritamente cultural da produção cinematográfica nacional e de assumir o seu legítimo sentido econômico.

A demonstração de vigor renovado de cinema brasileiro e o seu conseqüente potencial de crescimento a gerar emprego, renda e divisa ao País tem alcançado essa discussão ao patamar de questão de estado.

Por outro lado, não há como ignorar as deficiências e as demandas reiteradamente expostas pelo setor. O crescimento do mercado interno e o potencial cultural e comercial das novas mídias também contribuem para tornar pertinente o aprofundamento da discussão sobre a indústria cinematográfica brasileira.

Levando-se em conta as lacunas observadas no trato dos aspectos especificadamente, relacionados à distribuição e exibição, bem como a situação e as providências requisitadas pelo desenvolvimento da infra-estrutura da indústria fílmica, entendemos que a Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social cumpre seus objetivos ao propor abertura de espaço para o depoimento dos agentes do Poder Público, dos especialistas e dos profissionais relacionados a esses segmentos.

Essa intenção que norteia o presente requerimento destinado à realização de audiências públicas, voltadas à ampliação de apoio e da valorização da indústria cinematográfica brasileira.

Sr. Presidente, não sei se deu para entender.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Quero parabenizar V. Exª pela iniciativa por se tratar de um assunto extremamente importante, envolvendo três segmentos da produção do audiovisual e que raramente são ouvidos, sobretudo pelas autoridades do setor de distribuição, exibição e infra-estrutura, de laboratório, de quem está no **backstad**, e que é muito fundamental para a produção do audiovisual. Existem problemas graves no sentido de exibição, exibidores brasileiros inclusive que sofrem e, quem sabe, enfrentam problemas que numa audiência pública, solicitada por V. Exª, poderemos nos tornar catalisadores de soluções junto ao Executivo, ou de produção legislativa que facilitariam a vida da infra-estrutura do audiovisual no Brasil.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, só para cumprimentar pelo requerimento que é assinado pelo Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Maravilha.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 7

De autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi e Roberto Saturnino, que solicita audiência pública para tratar de uma nova modalidade de difusão de sinais de televisão, a Retransmissão Institucional – RTVI – criada pelo Decreto 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, este ano. Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir: Sérgio Luiz de Moraes Diniz, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica, do Ministério das Comunicações; Marcus Vinícius de Flora, Secretário -Adjunto da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica; Paulo Zilkovisky, Presidente da Confederação Nacional de Municípios; Eugênio Butti, Presidente da Empresa Brasileira de Radiodifusão Radiobrás.

Para justificar, Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)

– Presidente Sérgio Cabral, Hélio Costa, primeiro quero cumprimentar nosso Presidente da Comissão de Educação, Senador Hélio Costa, pela sensibilidade de receber, aprovar e instalar a Subcomissão sugerida pelo nosso Senador Sérgio Cabral, de Cinema, Teatro e Comunicação Social. Acho que este é o local para discutirmos esses temas todos que foram colocados hoje aqui como propostas de audiências públicas. A audiência pública tem esta possibilidade de esclarecer situações muitas vezes complexas, de difícil aceitação inclusive. O caso do Decreto 5.371, de 17 de

fevereiro de 2005, é uma demonstração clara sobre esta questão. O Executivo publica um decreto sem ouvir a sociedade e a reação é imediata, as críticas, a falta de informações adequadas. Entendemos que isso é extremamente importante, Senador Sérgio Cabral, que tenhamos aqui estas autoridades para que possamos ouvir esses pontos de vista. A questão da retransmissão institucional, a crítica vinda das tevês convencionais, comerciais, abertas, e de outros setores da comunicação e a interpretação de que se ofereceria muitas vezes o espaço para uso meramente político na prefeitura. São questões que eu gostaria realmente de acompanhar e esclarecer. Eu sugeriria, inclusive, Senador Sérgio Cabral e Senador Hélio Costa, a possibilidade de convidar, se não para compor a mesa, para expor pontos de vistas, mas para acompanhar os depoimentos. E, depois, inclusive, sugerir, contribuir e quem sabe no futuro estabelecer convênios já que são transmissões institucionais, representações da TV Senado, TV Câmara, Interlegis, que podem ser grandes parceiros nesta proposta do Decreto 5.371, que em boa hora foi corrigido, mas que realmente exige uma discussão pública, uma audiência pública dessa dimensão e aqui nesta subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Com a palavra o Senador Hélio Costa para discutir o requerimento.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente e Senador Sérgio Zambiasi, esse problema todo surgiu e partiu até de uma provocação oriunda da TV Senado. Uma das mais brilhantes idéias, diga-se de passagem no primeiro mandato ainda do Senador José Sarney, a **TV Senado** hoje se estabeleceu no Brasil inteiro como uma referência no Congresso Nacional. E certamente é raro você chegar a qualquer lugarzinho no interior do meu estado de Minas Gerais, que uma pessoa não diga: estou acompanhando o seu trabalho no Senado pela TV Senado. Tenho certeza que acontece com V. Ex^a no Rio Grande do Sul e com todos os meus companheiros. Mas a necessidade de se colocar no Município a recepção local da **TV Senado** e de outras emissoras estatais é que gerou toda essa conferência. A partir daí, havia necessidade de se estabelecer o canal local. Para se ter um canal local retransmitindo uma imagem, a imagem inicial, pela lei, só pode partir do que se chama cabeça de rede, ou seja, tem que ser uma transmissão aberta, dedicada, para que ela possa se converter em cabeça de rede, ela possa transmitir aquela imagem para o Brasil inteiro. E o que aconteceu? De repente faz-se um decreto, esse decreto estabelece o poder discricionário de se criar emissoras de televisão. É atribuição do Ministério das Comunicações, aprovado pela Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados, que veio

para a Comissão de Comunicação, que é a Comissão de Educação do Senado em caráter terminativo. Acho e sou contra a qualquer ato que autorize uma única assinatura a criação de uma emissora de televisão. Por quê? De repente, por mais que eu tenha inúmeros amigos que são Prefeitos no meu Estado de Minas Gerais, que são homens íntegros e que têm por obrigação evidentemente desempenhar o seu papel que lhe foi dado pelo voto popular. Você não pode entregar uma emissora de televisão para o Prefeito do Município, você pode entregar para a Câmara de Vereadores, que representa o Legislativo, o povo, mas para uma entidade política em si, acho complicado, Sr. Presidente, extremamente complicado, porque, veja só: isso é um poder extraordinário que você vai entregar para uma entidade política, que eventualmente não vai sair nunca mais do poder, porque, com uma emissora de televisão na mão, quem perder o poder é porque é totalmente incompetente, é incapaz. Então temos que estudar isso aqui com o maior cuidado, Senador Roberto. Entendo que a Assembléia Legislativa tem o todo o direito, a Câmara de Vereadores tem todo o direito, mas o Executivo, não. Imagine você se amanhã vamos colocar para cada Governador de Estado uma emissora de televisão dedicada, para o Presidente da República uma emissora de televisão dedicada, para o Prefeito de qualquer cidade uma televisão dedicada, evidentemente nós vamos perder todo o sentido do que é a verdadeira lição da televisão e da comunicação social, porque ela passa a ser um instrumento político poderoso. Quando cai em mãos corretas e honestas, tudo bem, mas e quando não cai?

Então, Senador Zambiasi, é a razão pela qual concordo plenamente com a discussão deste assunto e acho que é muito apropriado que se faça isso imediatamente.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)

– Entendo inclusive, Senador Hélio Costa, que deveria ser discutida também aqui, nesta mesma linha, a questão de emissora de rádio de propriedade de prefeituras. Acho que é hora de rever esta questão porque, no período do mandato do prefeito, ele é o proprietário, ele se instala como proprietário da emissora.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Rigorosamente com a razão V. Ex^a, exatamente.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS)

– E os servidores ali têm que se submeter muitas vezes à vontade do chefe, que é o prefeito, que passa a utilizar um veículo de comunicação social a seu serviço e deveria estar a serviço da sociedade realmente. Então entendo que talvez a Comissão possa também provocar essa discussão para rever esse tema que realmente é muito sério.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– E ferindo o princípio constitucional de não se utilizar para proveito próprio qualquer tipo de instrumento de propaganda paga pelo contribuinte. Eu diria até que, no Estado do Rio de Janeiro, já há algumas experiências de Câmaras Municipais – não sei se Minas também – utilizando a Tv a Cabo. Lembro-me de Angra dos Reis, sei que lá a Câmara Municipal tem uma tv.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Porque, na verdade, a lei, Senador Sérgio, ela concede ao Município o direito de utilização de um canal do sistema a cabo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Mas V. Ex^a tem toda a razão, Senador Zambiasi, pela pertinência do requerimento.

Em votação.

Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

Aprovado.

Último item da pauta: solicitação de audiência pública, assinada pelo Senador Roberto Saturnino e por mim, para tratar do aperfeiçoamento da Lei nº 8.685, a Lei do Audiovisual, de 20 de julho de 1993. Para tanto, deverão ser convidados representantes do Ministério da Cultura, representantes da sociedade civil, especialistas no setor e entidades relacionadas com a produção de cinema e audiovisual. Há uma demanda, Senador Saturnino, do segmento solicitando isso.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– E esta lei termina a sua vigência no ano próximo. Então, a partir da experiência adquirida, é nossa responsabilidade sugerir não só a prorrogação, se for o caso, mas o aperfeiçoamento dessa lei. É matéria da maior importância para a indústria cinematográfica, para a indústria audiovisual brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– V. Ex^a tem toda a razão. Alguns dispositivos da lei caducam no ano que vem e, enfim, é uma lei festejada, mas que deve ser aperfeiçoada...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Já pela experiência adquirida.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– ... pela experiência adquirida nesses doze anos.

Então, com isso, coloco em votação o requerimento.

Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.

Aprovado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Pela ordem, Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão de Educação.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Ilustre

Presidente, eu esperei o final desta reunião da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social exatamente para fazer uma observação que deveria ter feito no início, mas que preferi fazer agora ao final.

A Comissão de Educação é uma Comissão tão ampla, ela tem tantos deveres, é a Comissão de Educação, é a Comissão de Ciência e Tecnologia, é a Comissão de Cinema, é a Comissão de Teatro, é a Comissão de Esportes, tem tantos afazeres esta Comissão que a única maneira de tornarmos efetiva a participação da Comissão é prestigiando as subcomissões. É prestigiando a Subcomissão de Cinema, de Teatro e Comunicação Social, é prestigiando a Comissão de Ciência e Tecnologia porque na medida em que as subcomissões podem apresentar uma pauta de trabalho como esta, tenho certeza de que o resultado final é o resultado da Comissão que engloba todas essas atividades.

Senador Sérgio, esteja certo da presença, do apoio e da participação sempre efetiva do seu companheiro e admirador, Presidente desta Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Muito bem, isso prova que ninguém é Hélio Costa por acaso. Pela sua dimensão humana e a sua compreensão de que se cresce delegando, se cresce descentralizando. V. Ex^a tem razão, há, inclusive, um projeto sobre esse aspecto porque a Comissão de Educação, a comissão-mãe, muitas vezes as pessoas não sabem das suas funções, sobretudo o cidadão comum. Há uma proposta de ampliação do nome, sou até relator dessa proposta dando o título à Comissão, ampliando para ser educação, ciência e tecnologia – quero até submeter à V. Ex^a.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Proposta de V. Ex^a e certamente isso aí vai contemplar a comissão porque ela que já é educação, comunicação, ciência e tecnologia, cultura e esporte, vai ter essa...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– O único problema é o resumo da sigla, porque há essa exigência no Regimento Interno e quero discutir isso com V. Ex^a, que é bom de marketing e comunicação.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Educação, Ciências e Artes.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Antes, porém, queria submeter também, até por uma orientação da nossa Secretaria da Comissão de Educação, um requerimento do Senador Osmar Dias.

A Presidência do Senado, na verdade, é uma inclusão na pauta – solicitar ao Senador Renan Calheiros, já há 2 anos, um projeto em que fui o Relator, ampliando a Lei Rouanet, o autor, se não me engano, foi o Senador Luiz Pastore, do Espírito Santo. É um

projeto que democratiza mais ainda a Lei a Rouanet e que está parado. Vamos fazer essa solicitação.

Dito isso, temos 2 requerimentos que não foram postos em votação por conta de ainda estarem sendo amadurecidos. É uma discussão sobre teatro que até a imprensa cobriu – é uma lei geral para o teatro brasileiro, isso motivou muito a classe teatral e estamos aguardando sugestões preliminares da própria classe teatral para promover essa audiência pública e acho que até a discussão da lei do audiovisual ajuda e estimula a proposta de uma lei geral para o teatro brasileiro.

O outro ponto, o Senador Sérgio Zambiasi já nos deixou e ele que é um homem de rádio, sobretudo, eu lia na publicação **Meio e Mensagem**, que é uma publicação respeitada no meio publicitário que o setor rádio está bem avançado na questão digital e que já foi, inclusive, definida a tecnologia, será tecnologia americana, me parece.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Já estamos em transmissões digitais em várias emissoras do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – E também seria talvez uma proposta de discussão de audiência pública como é que isso está se dando no Brasil, como está se implantando o processo digital nas rádios brasileiras.

Isso é uma pré-proposta de requerimento para o futuro.

Antes de encerrar, a Presidência agradece aos Senadores e solicita que os membros da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia permaneçam para a instalação da Subcomissão.

Vejo que o Presidente Hélio Costa tem mais trabalho pela frente aqui nesta sala.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 52 minutos.)

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 22ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e da 03ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 08 de junho de 2005.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia oito de junho de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Hélio Costa e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Geraldo Mesquita, Reginaldo Duarte, Maguito

Vilela, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, José Maranhão, Flávio Arns, Roberto Saturnino, Augusto Botelho, Marco Maciel, Romeu Tuma e Garibaldi Alves Filho, reúne a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Teotônio Vilela Filho, Leonel Pavan, Hélio Costa, Gerson Camata, Wirlande da Luz, Gilberto Mestrinho, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi e Mozarildo Cavalcanti, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 17-CE, de 2005 e 01-SCTC, de 2005, de autoria dos Senhores Senadores Hélio Costa e Sérgio Cabral, que tem como objetivo debater sobre a “Implantação da TV Digital no Brasil”. Comparecem à Audiência Pública os seguintes convidados: Paulo de Tarso Lustosa da Costa, Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações; Fernando Bitencourt, Consultor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Fernando Guerra, Diretor da Área de Componentes Eletrônicos da Associação Nacional da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE e Ricardo Benetton Martins, Diretor da TV Digital da Fundação CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações. O Senhor Amadeu de Paula Castro Neto, Presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares – ACEL, justifica a ausência. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Hélio Costa e Valdir Raupp. Antes de finalizar a reunião, a Presidência faz o comunicado que se segue: Comunicado: “De acordo com o que preceitua o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado, fica designado o Senador Flávio Arns para compor o quadro da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social pelo Bloco de apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL/PPS)”. O Senhor Presidente, Senador Hélio Costa, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador

Sérgio Cabral, Presidente da Subcomissão Permanente; Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social de Educação.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Bom dia, Sr^{as} e Sr^s. Senadores.

Estamos iniciando a 22ª reunião extraordinária e 3ª reunião extraordinária da Comissão de Educação e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da 52ª Legislatura, hoje, dia 8 de junho, com a finalidade de ouvir, em audiência pública sobre a implantação da TV digital no Brasil, os seguintes convidados: Sr. Paulo Lustosa da Costa, Secretário Executivo do Ministério das Comunicações; Sr. Fernando Bittencourt, Consultor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Abert; Sr. Fernando Guerra, Diretor da Área de Componentes Eletrônicos da Associação Nacional da Indústria Eletroeletrônica, Abinee; Sr. Ricardo Beneton Martins, Diretor da TV Digital da Fundação CPqD, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações.

O Sr. Amadeu Castro, Presidente da Acel – Associação Nacional das Operadoras de Celulares, foi convidado com uma antecipação de duas semanas, e nos mandou uma cópia do art. 60 do seu Estatuto, dizendo o seguinte:

“Art. 60 – Nas situações de ausência, vacância ou impedimento do Presidente Executivo, este será representado por um dos diretores previamente aprovados pela Diretoria-Executiva.”

Como ele disse anteriormente que não houve tempo para reunir a Diretoria-Executiva, não pôde mandar nem sequer o seu representante.

Este é o Estatuto de uma associação que não se modernizou, que não pega o telefone celular para chamar outro Diretor da Associação das Empresas de Telefonia Celular para mandar comparecer – o que é muito honroso – a uma audiência pública do Senado.

O que nós vamos fazer é o seguinte: como estão criando CPI para tudo nesta Casa, nós vamos pedir uma CPI sobre toda essa questão de comunicação, então convocaremos esse cidadão para vir aqui.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL-AC) – Era isso que eu ia sugerir a V. Ex^a, Senador Hélio Costa, que seja convocado para prestar depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Da próxima vez, será convocado. Não será convidado.

Por favor, solicito ao nosso Secretário Júlio Linhares que faça entrar e tomar assento à mesa o ilustre

Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, Dr. Paulo de Tarso Lustosa da Costa, jornalista conhecido de todos nós; o Sr. Fernando Bittencourt, Consultor da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão, Abert, que, diga-se de passagem, é o exemplo contrário do que fez a Acel – o Presidente da Abert, que está em viagem, não pôde comparecer, pegou o telefone da Acel, ligou para o Fernando Bittencourt, pediu-lhe que comparecesse, e ele está aqui, participando conosco; o Sr. Fernando Guerra, Diretor da Área de Componentes Eletrônicos da Associação Nacional da Indústria Eletroeletrônica, Abinee – nós convidamos o Presidente da Abinee, que está em viagem e não pôde estar presente, mas nos mandou o Fernando Guerra, que é altamente qualificado para responder a qualquer pergunta relacionada com a empresa, sobretudo com a indústria eletroeletrônica; e o Dr. Ricardo Beneton Martins, que é Diretor da TV Digital da Fundação CPqD, o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento de Telecomunicações.

Agradeço a todos os que atenderam a este convite e se encontram aqui presentes para discutirmos esta questão extremamente importante: a implantação da TV digital no Brasil.

Ao meu lado está o ilustre Senador Sérgio Cabral, que é Presidente da Subcomissão de Teatro, Cinema e Comunicação Social e que, junto comigo, assinou o requerimento para a realização desta audiência pública. O Senador Sérgio Cabral vai nos ajudar na condução destes trabalhos, até porque é do ramo, conhece todas as questões relacionadas com a televisão e a televisão digital e poderá, juntamente com os nossos convidados, discutir a questão.

Como de praxe, vou deixar para fazer os comentários iniciais no instante em que, como autor do requerimento, tiver a oportunidade de apresentar as minhas perguntas e, ao mesmo tempo, fazer as minhas colocações.

Inicialmente, vamos convidar o Dr. Paulo de Tarso Lustosa da Costa, Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, para fazer a sua exposição.

Cada expositor terá quinze minutos. Ao final do tempo, vai soar automaticamente a campainha, então a pessoa deverá fazer um resumo de tudo e passar a palavra, para que todos possam também fazer as suas exposições.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo de Tarso, Secretário Executivo do Ministério das Comunicações.

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA

– Meu caro Senador Hélio Costa, meu caro Senador Sérgio Cabral, Srs. Senadores, senhores participantes desta audiência pública, senhores jornalistas convidados, minhas senhoras e meus senhores, em primeiro

lugar, meu caro Presidente, sinto-me profundamente gratificado pela oportunidade de comparecer a esta Casa, porque tenho sido, pelo menos por dez anos, Parlamentar, tendo convivido com vários companheiros presentes nesta audiência pública, sinto-me à vontade para trazer algumas das minhas ponderações e observações em nome do Ministério das Comunicações sobre essa questão relacionada ao sistema brasileiro de TV digital.

Antes de mais nada, queria dizer que há, da parte do Ministério das Comunicações, um empenho muito grande em ter definições claras relacionadas a essa questão, pois temos uma noção precisa do quanto isso envolve uma série de questões e interesses de nível nacional, não apenas um interesse de universalização de comunicações, um dos grandes propósitos nossos, fazendo com que as pessoas tenham acesso a esse instrumento mais moderno de interatividade.

Mas, ao mesmo tempo, estamos muito atentos àquilo que representa o interesse das empresas de televisão e de rádio, porque elas necessitam urgentemente se integrar a esse novo mundo da digitalização. Da mesma forma, também temos uma noção muito precisa da urgência das decisões nessa área, uma vez que isso afeta a nossa indústria, que tem um peso muito significativo, não só na América Latina, como também em nível internacional, envolvendo também os nossos programas e os nossos interesses no programa de inclusão digital.

Sem maiores delongas, queria fazer, então, algumas colocações rápidas sobre o sistema brasileiro de TV digital.

Aqui há um histórico rápido sobre a TV digital em teste no Brasil. Foram feitos testes com o sistema americano, ATEC, o sistema europeu, DVVT, e o sistema japonês, GSDB. A condução foi feita pela Sociedade de Engenheiros de Telecomunicações e pela Abert, depois, pela Anatel, como está mostrado. Os testes de laboratório foram feitos no Instituto Presbiteriano Mackenzie, em 1999 e 2000; os testes de campo dependem da situação de transmissão da TV Cultura e os pontos de medida, até 40km de transmissor.

Em 2001, houve uma consulta pública, com relatório integrador feito pela Anatel, com o apoio do CPqD. Depois foi feito um trabalho pela Anatel, de CPqD da análise de risco da implantação de TV digital no Brasil, em função da escolha de um dos três padrões existentes. A análise de risco é mais a avaliação das implicações de se escolher o padrão japonês, que tem mais mobilidade, o padrão americano, de alta definição, ou o padrão europeu, um pouco mais próximo do que seriam as demandas da sociedade brasileira, mas também não atendendo efetivamente.

Foram feitas essas análises de risco das várias limitações, para se adaptar ao perfil socioeconômico e às expectativas da sociedade brasileira. Em 2002, houve uma espécie de paralisação das ações relacionadas aos vários trabalhos e estudos em relação à TV digital.

Em novembro de 2003, foi criado o Decreto nº 4.901, que institucionalizou uma maneira de tentar buscar essa definição da alternativa brasileira para a televisão digital.

Essa concepção, como é bem cabível na lógica da administração pública brasileira, embora não possamos aceitar, tanto que, como dizia o nosso Millôr Fernandes, o único animal desenhado por um grupo de trabalho foi um dromedário, por isso ele é difícil de ser utilizado, de se cavalgar...

Foram criados o Comitê de Desenvolvimento, o Comitê Construtivo e um grupo gestor, com atribuições específicas para cada um. Os membros dos vários grupos estão aí definidos. O Comitê de Desenvolvimento fixa as políticas, os critérios, estabelece diretrizes estratégicas, define o planejamento das ações, controla e acompanha as ações e o desenvolvimento das pesquisas.

Cabe ainda ao Comitê de Desenvolvimento decidir sobre as propostas de desenvolvimento, fixar as diretrizes, apresentar relatório, contendo propostas referentes à definição do modelo de referência do sistema brasileiro de TV digital, ao padrão de televisão digital a ser adotado no País, à forma de exploração do serviço de TV digital, ou seja, o modelo de negócio, e ao período e o modelo de transição do sistema analógico para o digital.

O prazo de apresentação desse relatório para decisão política do Presidente da República foi estabelecido: fevereiro de 2003. Isso já está estabelecido e não há como fazer alterações de prazo, porque complicaria bastante não apenas as questões relacionadas à adequação das estruturas das empresas operadoras de telefone e à própria indústria, mas também uma outra questão que deve ser considerada seriamente: devemos ter uma cautela para que países... Digamos que o nosso caro Presidente Hugo Chaves ache que o modelo mais adequado seja o japonês, por ter as suas restrições aos americanos, resolvendo adotá-lo, que os chilenos, pela sua intimidade e proximidade com os americanos, resolvam adotar o modelo americano, e os argentinos, porque são bastante europeus, embora falem espanhol, queiram adotar o modelo europeu, então haverá uma dificuldade enorme para a integração, inclusive para a própria indústria.

Estamos levando isso em conta e correndo para que essas ações sejam definidas da maneira mais rápida.

Para que não haja apenas essa decisão de membros do Governo, porque, como os senhores viram, o Conselho de Desenvolvimento é todo montado com entes de Governo, temos um Conselho Consultivo, que é a sociedade civil representada. Distribuímos esse Conselho em algumas câmaras específicas para apresentar sugestões, proposições e avaliar o que o próprio Comitê de Desenvolvimento está fazendo.

O Conselho de Desenvolvimento objetiva a definição de estratégia das grandes linhas; o Comitê Consultivo serve para alimentar o sentimento, a avaliação e o pensamento da sociedade civil envolvida direta ou indiretamente no processo, tanto na parte da indústria como na parte dos operadores, do pessoal da área de engenharia, dos produtores, da comunidade acadêmica, e o Grupo Gestor é formado pelo pessoal que tem uma responsabilidade mais direta de operar as várias decisões relacionadas ao encaminhamento dos estudos e dos trabalhos relacionados ao tema. É composto por vários membros mencionados e lhe compete fundamentalmente a execução das ações relativas à gestão operacional e administrativa voltada para o cumprimento das estratégias e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Desenvolvimento, usando, para a sua operação, a Finep como um instrumento de contratação da comunidade científica, aliada à indústria para desenvolver os vários itens que compõem os estudos relacionados à TV digital e ao CPqD, que é uma entidade de reconhecida competência e respeitabilidade, que é financiada, inclusive, pelos nossos recursos. Aliás, atualmente nos toma por ano, de forma direta 50,5% dos recursos de que dispomos para estudos e pesquisas e, de forma indireta, às vezes atinge até 80%. Quer dizer, nós vivemos para ajudar o CPqD a construir o conhecimento científico e a pesquisa na área de telecomunicações.

Temos estabelecido também para esse Grupo Gestor o prazo até 10 de dezembro para que tenha todas as alternativas e opções técnicas relacionadas ao sistema de transmissão definidas, ao *middle ware*, à parte da própria definição de conteúdos – não que se vá estabelecer nada da forma de tratamento dos conteúdos –, aos modelos de negócios, respaldado em cenários plausíveis do desenvolvimento da área de televisão digital e, inclusive, dentro desse cenário que vivemos hoje, de convergência tecnológica.

Farei um histórico rápido.

Eu e o Ministro Eunício assumimos o Ministério das Comunicações em 2004, mas, no final do mês, veio a época de reflexões mais profundas – o Carnaval –,

e só pudemos realmente fazer as coisas operarem em março, quando criamos todos os entes de um modo geral, qualificamos, até junho, as entidades de pesquisa, fizemos emissão de carta-convite, através da Finep e do CPqD, principalmente através da primeira, de agosto a outubro de 2004, e há ainda uma pequena parte que está sendo contratada para quase todos os segmentos da área de pesquisa.

Fizemos o lote 1, o lote 2, já em andamento, e o lote 3, que está sendo contratado. Estamos enfrentando pequenos problemas relacionados a contingenciamentos, a limite de empenho, a limite de pagamento, pequenas questões que, às vezes, angustiam existencialmente o gestor público.

Sei que todos conhecem essas questões, mas dizem que não devemos ter medo do óbvio. Às vezes, o óbvio não é tão óbvio para algumas pessoas.

Aqui há algumas indicações dos benefícios da digitalização das comunicações, e, quando se fala em digitalização, não é só para a televisão, mas também para o rádio digital; ambos terão benefícios. Implica a transferência do meio com relação aos conteúdos transmitidos, isto é, transmite qualquer tipo de conteúdo, espanhol, francês, de qualquer natureza, de qualquer meio; proporciona a convergência de mídias, o barateamento do processamento de informação e maior flexibilidade do serviço. Tudo é feito na configuração de serviços por software, o que reduz os custos, inclusive para determinadas mudanças e alterações no processo.

E aí vêm os demais benefícios.

No caso específico da radiodifusão, melhor qualidade de som, maior alcance do sinal, permite a utilização do espectro eletromagnético e maiores possibilidades de oferta de conteúdo.

Na rádio digital, podem-se ter quatro programações definidas para uma emissora de rádio; na própria televisão digital, pode-se separar em quatro ou em cinco a sua recepção de imagem e som, ao mesmo tempo em que há toda a capacidade de guardar programas, porque se faz um DVD embutido na própria televisão. Também existe aquela história: se o leite está derramando, dá-se um pause na novela, fecha-se o fogão e volta-se para continuar vendo a novela. Existem todas essas facilidades, além da possibilidade de transmitir conteúdo de outras mídias, que é a convergência de mídia.

Quanto aos benefícios da digitalização, apenas apresentarei rapidamente, porque já é reconhecido.

Em termos de resolução de imagem, qualidade da imagem, qualidade do áudio e dos novos recursos, o que nos interessa muito em relação à questão da interatividade. Há chance de existirem múltiplos fluxos

de áudio e vídeo com a potência transmitida, porque se gasta menos energia – no sistema analógico gasta-se até 100 quilowatts, enquanto no digital são 10 quilowatts. A otimização do espectro permite, hoje, no caso de se querer usar o canal 5, depois o 7 e, em seguida, o 9... Há um caso um pouco distinto que os técnicos depois podem explicar, mas se pode fazer isso sem que ocorra a poluição do espectro. Há uma nítida limpeza do espectro.

A fase 1 foi de apoio à decisão até fevereiro de 2006; é a fase que vamos ter a partir de agora, com esses elementos todos apresentados em dezembro que serão levados ao Presidente da República. A decisão será política. Podemos concluir que é melhor utilizar um sistema X de transmissão ou um *mix* desse sistema – misturar japonês com americano – para se tornar um sistema específico, que atenda particularidades.

A experiência do Pal-M não nos traz boa lembrança. Tenho certeza plena de que isso não irá ocorrer. Até lá, haverá uma definição do ambiente social, econômico, cultural, regulatório e técnico, modelo de negócio. A partir da decisão, haverá algo muito importante.

Só o trabalho do Brasil ao tentar mexer com a comunidade científica e acadêmica, indústrias e universidades, para trabalharem nesse projeto já permitiu que os sistemas americanos, europeus, japoneses fizessem alterações, modificações, nos próprios conceitos do seu sistema de TV digital para que, aos poucos, ajustem-se àquilo que seria uma demanda, uma necessidade brasileira.

Temos também que fazer algo fundamental nesse processo. Há 60 milhões de aparelhos de televisão, e 75% desses aparelhos têm quatorze polegadas com antena interna. Já temos desenvolvido, para algumas áreas, o *set up box*, que receberá a imagem digital e fará a conversão para analógica com chip de memória e todas as vantagens, como melhor definição, sem chuveiro, etc. Isso já está bem definido.

O que se pretende, em nosso projeto, é que haja robustez, como está registrado, em termos de recepção, para que possa ser recebido bem por qualquer tipo de equipamento de televisão; flexibilidade, permitindo que as emissoras escolham esquema de programação e modelo de negócio de acordo com sua estratégia; evolução e implantação gradual – todos esses países estão fazendo implantação de forma gradual; ninguém a fez de uma vez; interatividade e inclusão digital, que é uma das grandes questões de que estamos perseguindo, instrumento fundamental para nos garantir a inclusão digital.

Existem alguns problemas tecnológicos a serem vencidos. Na transmissão por satélite, não se conseguem devolver 60 milhões de sinais dos internautas.

Se fosse da televisão, podem-se receber 60 milhões. Mas ainda é muito complicado, hoje em dia, transmitir de volta com múltiplas combinações. Há muito o que se fazer nisso. E a baixa complexidade para o usuário. Está dito, mais uma vez, o que se pretende com o projeto de TV digital.

Já que se encerrou meu tempo, quero dizer que uma série de outros aspectos desse programa será debatida e analisada pelo Beneton, nosso coordenador do CPqD.

Para nós, muito já está em processo. De acordo com o cronograma, essa parte do planejamento já está vencida. Agora estamos na parte de concepção e depois entraremos no processo de construção de protótipos, softwares e hardwares de serviço, testes unitários e documentação técnica. No final, haverá a parte de integração, realização de testes integrados e consolidação das recomendações tecnológicas para modelo de referência.

Sr. Presidente, para não ultrapassar o tempo previsto, concluo, dizendo que o Ministério das Comunicações não tem nenhuma preferência, entusiasmo ou interesse específico no modelo A, B ou C. Segundo ponto, o Ministério das Comunicações não admite a presunção de que, de repente, iremos – já até paguei um preço por esta frase – reinventar a roda. Estamos trabalhando nisso e já conseguimos grandes avanços porque trouxemos a comunidade científica brasileira, que está fazendo alguns trabalhos interessantes. Se, por acaso, ao final disso tudo, conseguirmos pelo menos aumentar a capacidade de barganha na negociação com o sistema que escolhermos e julgarmos mais adequado, podemos embarcar numa série de softwares desenvolvidos, qualificações e adequações que atendam aos interesses da sociedade brasileira, o que já será um grande ganho. Pretendemos chegar lá. Se, porventura, conseguirmos desenvolver, por exemplo, um *middle ware* – não entendo desta questão, mas o *middle ware* seria algo que nos permitiria ler qualquer aplicativo e qualquer conteúdo de quem que fosse e, ao mesmo tempo, transmitir para qualquer chip de qualquer equipamento – Samsung, LG, qualquer um –, uma espécie de biblioteca da TV digital em si –, o *set up box* adequado, o sistema de transmissão, mas estabelecendo mais um modelo de negócio que atenda àquilo em que as empresas de televisão estão interessadas e pretendem fazer, se conseguirmos desenhar esse projeto, já teremos alcançado aquilo que o brasileiro deseja: colocar à disposição da sociedade.

Mas não olhamos apenas o problema das TVs, como **Globo**, **Bandeirantes**, etc., nem da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee); olhamos aqui a questão da sociedade brasileira dispor

dessa conquista, que, num acesso adequado em termos de custos, poderá nos integrar não só em termos de América Latina, mas de mundo, fazendo com que tenhamos a chance, inclusive, de ter um espectro de radiofrequência de tal maneira organizado e otimizado que nos permita garantir vários usos para rádio, televisão, celular, saindo da segunda para a terceira geração, de 2G para 3 G, fazer com que a frequência de 450 possa ser usada por Ymax, o que nos dá chance de promover inclusão digital de uma maneira excepcional. Enfim, o que queremos é que se resguarde o interesse maior da sociedade brasileira, mas sem que o trabalho que estamos desenvolvendo comprometa os planos de negócio dos investidores, dos operadores, da indústria e dos produtores de conteúdo como um todo.

Eu me penitencio pela pressa em concluir em prazo adequado e também pelas lacunas e talvez omissões ou imprecisões nas quais tenha incorrido durante esta breve exposição sobre o sistema brasileiro de TV digital.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Nós é que agradecemos a Paulo de Tarso Lustosa da Costa, Secretário Executivo do Ministério das Comunicações, pela sua exposição.

Ao passar a palavra ao Fernando Bittencourt, que é consultor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), devo falar da importância da participação dos executivos e dirigentes das emissoras de televisão e de rádio numa audiência pública como esta, porque, ainda recentemente, cerca de mês e meio atrás, participei, nos Estados Unidos, daquela grande feira, a NAB, que é a associação dos dirigentes de rádio e televisão do mundo inteiro que se reúnem anualmente para discutir os caminhos da indústria. Participei de uma palestra em que havia uma grande preocupação de uma região dos Estados Unidos onde a televisão digital está sendo implantada agora em julho, e foram todos colhidos de surpresa – isso nos Estados Unidos, imaginem! –, porque seu aparelho não ia mais captar as imagens de televisão. A menos que se comprasse o tal *set up box*, que é essa caixinha conversora, não haveria televisão. E foi uma gritaria enorme. V. Ex^a certamente estava lá presente também.

Então, ao passar-lhe a palavra, espero que possa, ao final de sua palestra, nos dizer como vamos resolver esse problema no Brasil. – **Fernando Bittencourt**, Consultor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT).

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Senador, muito obrigado pelo convite para a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) participar deste fórum de debates. É realmente muito

importante discutirmos este tema, que é bastante complexo, não é fácil, tanto no lado de negócios, quanto no lado tecnológico.

Preparei uma apresentação que seria um pouco didática em relação a este assunto, e queria chamar a atenção para um aspecto interessante: talvez não mais que dez anos atrás – 10, 12 anos atrás –, a única forma de assistir à televisão era pelo ar. Tínhamos que colocar uma antena em nossa casa e receber pelo ar a televisão; a única forma de vídeo em casa era pelo ar. E o sistema de telecomunicações, na época, estatal, simplesmente fazia a comunicação de voz, isso não mais do que 10 anos atrás.

Hoje, o cenário de mídias mudou inteiramente. Neste painel, tentarei mostrar como ele está hoje.

Do lado de cá, estou simbolizando toda a atividade de geração de programa e de conteúdo e, do lado direito, as formas de distribuição desse conteúdo.

Há 10 anos, como falei anteriormente, a única forma de recepção de televisão era pelo ar; produzia-se o programa e distribuía-se pelo ar. De lá para cá, começaram a surgir outras mídias.

A primeira mídia que surgiu foi o cabo, que começou a distribuir também conteúdo. As pessoas passaram a receber esse conteúdo por meio de cabo em casa.

Em seguida, surgiu o satélite. Hoje, o satélite também é uma forma de receber programação em casa. Tudo isso, evidentemente, competindo com o sinal que está no ar.

Recentemente, com o surgimento da Internet, especialmente a de banda larga, pode-se consumir conteúdo de som e de imagem pela rede de telecomunicações, o que já é algo bastante utilizado.

Simultaneamente, surgiu outra forma de consumir conteúdo que não apenas os programas gerados tempo real, que chamei aqui, mas também os programas armazenados. Ou seja, hoje, por meio da Internet e da rede Telecom, posso consumir programas *on demand*, programas sobre demanda do usuário, portanto, não estou mais limitado a assistir ao programa na hora em que ele é exibido; posso assisti-lo quando quiser, por meio da Internet, via rede de telecomunicações.

E não pára por aí. Hoje, temos também a rede celular, que há alguns anos era puramente de comunicação de voz. A rede celular também começa a oferecer conteúdo de som e de imagem. Há outras mídias, como DVD, cinema, etc. Estou listando todas as formas de se consumir som e imagem que surgiram nos últimos anos.

Vivemos hoje uma miríade de tecnologias, todas elas já digitais. Hoje há o satélite, o cabo está digitalizando, a Telecom já é digital, a Telecom Celular é digital e o DVD é digital. A única mídia que não é digital é a TV

aberta, é a TV chamada de radiodifusão. É importante chamar a atenção, pois quando falamos de TV digital estamos nos referindo a este setor, a esta transmissão. A produção do conteúdo já é digital e não está em discussão neste momento. Estamos discutindo neste momento como transmitir esse conteúdo digital.

Essa é a situação atual. Como vemos isso no futuro? É fundamental essa visão de futuro para analisar como deve ser a televisão digital.

No futuro, cada vez mais, esses provedores de conteúdo vão prover conteúdos de alta qualidade, bem como essas três mídias pagas – satélite, cabo e Telecom –, que oferecerão conteúdos ditos de alta definição.

A televisão não surgiu como está hoje, com 525 linhas, como vemos hoje na nossa casa; a televisão surgiu há 50 anos, com a qualidade muito inferior. Ela foi evoluindo, o número de linhas foi aumentando, passou de preto e branco para cores, aumentou o número de linhas, até chegar ao ponto em que estamos hoje. Ela continuará evoluindo, evidentemente, como tudo na vida. A televisão caminha para ser de alta definição, que é uma definição similar à de cinema, com o número de linhas que é o dobro do que temos hoje em casa, ou seja, uma definição seis vezes maior do que a que nós temos em casa, digital.

O que se entende é que essas mídias, que não têm problema algum de regulamentação, de banda, de capacidade, vão oferecer para o consumidor conteúdos de alta qualidade.

Aqui, simbolizei um televisor de alta resolução, com tela ampla, larga e coloquei um computador simbolizando que estes aparelhos, no futuro, serão um misto de computador e televisão. O televisor será um aparelho inteligente que vai armazenar e gravar conteúdo, quer dizer, será um misto de computador e televisão.

Outras mídias também vão evoluir. A telefonia celular vai encaminhar, como já está encaminhando, para capacidades maiores e poderá oferecer vídeos de qualidade. Hoje, com a tecnologia que temos no Brasil, o conteúdo de vídeo é pobre, de baixa resolução, mas, fatalmente, como já está acontecendo em países, como Japão e Coreia, e na Europa, a telefonia celular vai oferecer vídeo de boa qualidade.

O DVD, que hoje tem resolução melhor que a televisão, vai se tornar um DVD de alta definição, ou seja, o DVD é uma mídia que também caminha para a alta qualidade.

O que eu reparo é o seguinte: todas essas mídias são pagas. O que está faltando neste gráfico é exatamente a televisão aberta, a televisão radiodifusão.

E vou voltar rapidamente para dizer a radiodifusão é a única mídia livre e gratuita, e deverá continu-

ar assim com a digitalização; vai continuar vivendo de publicidade.

Então, como nós vemos a televisão aberta, radiodifusão, inserida nesse cenário de mídias? A televisão aberta deve chegar à casa do consumidor em condições de oferecer altíssima qualidade também, porque, primeiro, tem que competir com essas outras mídias; segundo, também tem que oferecer, para quem não pode pagar, tecnologia de alta qualidade. Ela tem de estar em condições, tanto regulamentais quanto de tecnologia, de oferecer mídia, programas, de alta qualidade, ditos programas de alta definição. Coloquei esta setinha para mostrar que ela também vai chegar às casas das pessoas, competindo com as outras três, em condições de transmitir com alta qualidade.

Mas não é só isso. Ela também, como é possível fazer com televisão digital, poderá oferecer conteúdo para ser recebido em aparelhos móveis, ou seja, para ser recebido fora de casa, o que hoje não é possível. Hoje, se V. Ex^{as} ligam o televisor, ou no ônibus ou no carro, não conseguem receber com qualidade. Com a TV digital, isso será possível, o que consideramos fundamental, porque será uma forma de deixar as pessoas informadas e de entretê-las fora de casa. Coloquei aqui um ônibus somente como símbolo. Pode ser carro, táxi, trem ou qualquer outra coisa móvel.

Além disso, esse mesmo conteúdo poderá ser oferecido no telefone celular. Esse telefone celular que já vai receber o vídeo pela rede Telecom também terá a possibilidade de receber vídeo do lar em um modelo interessante que detalhei aqui. Este é um aparelho celular capaz de receber o conteúdo via televisão aberta, livre e gratuito, assim como pela rede Telecom. Há diferenças muito grandes neste processo, porque este conteúdo é pago, e caro, será sempre caro, porque é especificamente para ser visto por aquele usuário que demandou; é o que nós chamamos de um para um. Se recebo um conteúdo, estou recebendo um conjunto de programas só para mim. Esse conteúdo que vem por aqui é gerado por televisão tradicional, aberta, ou seja, é o conteúdo broadcast, que recebi simultaneamente por todos.

Citarei um exemplo bastante interessante que fatalmente ocorrerá no futuro: você está assistindo a um jogo de futebol pela televisão aberta, livre e gratuito, que está dois a zero. Se você quer assistir aos gols daquele jogo, basta demandas, você pede o gol por meio da rede Telecom e assiste àqueles gols que você perdeu. Claro que você pagará por isso, pois é um conteúdo pago. Essa é uma convivência que visualizamos para o futuro entre a televisão digital aberta e a rede de telecomunicações digital.

Esse é o cenário. Consideramos essas aplicações fundamentais para a sobrevivência da televisão aberta e para o benefício da sociedade, eu diria, porque se oferece conteúdo de alta qualidade para ser visto em elementos móveis e portáteis. Essa é a análise do cenário.

Quero falar rapidamente agora sobre a situação no mundo. A televisão digital, como falei, tem duas aplicações muito importantes: a alta definição e a mobilidade. A alta definição é algo que está sendo difundido fortemente em todos os países que já aplicaram a TV digital. Os Estados Unidos são os primeiros deles. Nos Estados Unidos, a aplicação maior é a televisão de alta definição. Tenho um detalhe da grade de programação de uma das emissoras americanas, a CBS, a grade de programação do horário nobre. Tudo que está colorido aqui representa os programas gerados em alta definição neste momento.

Há outro detalhe aqui das vendas de aparelhos de alta definição nos Estados Unidos. Percebe-se esta curva: aparelhos vendidos versus tempo de lançamento, os anos de lançamento. Reparem como foi lento o crescimento da venda de TV em cores nos Estados Unidos. Aqui está registrado o crescimento da venda de aparelhos de alta definição, do DVD, ou seja, as coisas atualmente ocorrem muito mais rapidamente do que no passado.

O modelo adotado na Europa anteriormente não foi de aplicação da alta definição; eles optaram por múltiplos programas no ar. Porém, nos últimos anos, eles estão revendo esse modelo e já começam a produzir e a distribuir programas em alta definição por meio de cabos e de satélites. Um exemplo típico da adoção de alta definição na Europa é que a Copa do Mundo do próximo ano, que se realizará na Alemanha, será toda produzida e exibida em alta definição. Todos os jogos serão gerados em alta definição.

O Japão é o país da alta definição, que foi desenvolvida lá. Não há dúvidas de que só se fala nisso naquele país. Esses outros países já anunciaram a adoção da tecnologia de alta definição nas suas aplicações.

Falarei rapidamente sobre a mobilidade que também está surgindo no mundo inteiro. Não voltarei a esse assunto, porque o meu tempo estourou, mas falarei rapidamente sobre o Brasil. O que consideramos? No Brasil, a adoção da televisão digital deverá, como comentei anteriormente, obrigatoriamente permitir que as emissoras façam e transmitam alta definição, mobilidade e interatividade. São aplicações fundamentais para a sobrevivência dessa mídia da radiodifusão no Brasil.

Posteriormente, poderei fazer outro comentário sobre a televisão no Brasil, mas, enfim, acho que o mais importante...

Posso falar por mais cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Cinco minutos.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Acreditamos que esse modelo de negócio de que falei há pouco deve ser utilizado. Refiro-me à questão da alta definição e da mobilidade. Aqui há uma análise interessante que é importante ser comentada.

Muito se tem falado no Brasil que temos que começar a TV digital com aparelhos muito baratos, com *set up box* muito baratos para que a introdução seja viável e aplicada rapidamente às classes de baixa renda.

Essa assertiva nos causa grande preocupação. Muito mais importante do que o custo inicial dos aparelhos é escolher o modelo bem adequado. Pode-se decidir por um modelo com custo inicial baixo, mas, se não for universal... E aqui há uma curva muito interessante. Supondo um aparelho de baixo custo que só tenha o Brasil como cenário de consumo e um aparelho de alto custo, massificado mundialmente, a tendência desse aparelho com a massificação mundial é baixar de preço e, a médio prazo, ficar mais barato do que outro que tem um universo de consumo muito menor.

Então, consideramos muito perigosa essa assertiva de que temos que começar com modelos muito baratos. O importante é que sejam sistemas e tecnologias massificadas mundialmente, para que o custo abaixe. Hoje, um telefone celular custa R\$200,00 porque decidimos por uma tecnologia mundial. Se, há dez anos, tivéssemos decidido pelo GSM do B, com certeza, não teríamos hoje um aparelho de R\$200,00.

Então, é muito perigosa essa questão da tecnologia brasileira exclusiva, algo que não existe no mundo, porque certamente vai onerar o consumidor brasileiro. É algo que tem que ficar bastante claro, porque tem sido bastante comentado no Brasil.

Temos muita preocupação em relação ao tema sistema brasileiro de televisão digital que seja diferente, com característica diferente do resto do mundo.

Só para os senhores terem uma idéia, de todos os países que já adotaram a TV digital, 70% adotaram alta definição, portanto a tendência é de que os aparelhos de alta definição caiam de preço fortemente, em face da massificação mundial.

Os preços do *set up box* de alta definição e de não alta definição tendem a baixar fortemente, porque a maioria dos países já adotou o sistema de alta definição.

Vou voltar rapidamente, para falar sobre a questão do prazo.

O prazo de definição já está atrasado. Estamos imputando uma perda em relação à nossa indústria de consumo, que está parada, esperando a definição do cenário brasileiro. Enquanto isso, em países que já decidiram, as indústrias estão evoluindo e produzindo não só para seu País, mas exportando. Ou seja, estamos perdendo a oportunidade de ganhar mercado com a TV digital.

Há um último ponto que considero fundamental e que já foi comentando. Trata-se da questão do espectro, o último item.

Com a TV digital, haverá uma liberação do espectro analógico. Com a TV analógica, como é hoje, os canais analógicos serão liberados, o que significa reuso do espectro para outras aplicações, inclusive para outras televisões. Isso implica muito dinheiro para o Estado, para a sociedade. É o que está acontecendo no mundo inteiro. Todos os países que já adotaram a TV digital estão acelerando o processo para liberar os canais analógicos e utilizá-los para outras coisas.

Há um interesse inerente da sociedade em acelerar esse processo, porque isso se reverte em benefício dela própria. Inclusive, países como a Itália estão subsidiando os aparelhos de TV digital do consumidor, para que o processo seja acelerado.

Vamos ficar durante muitos anos com TV digital e analógica no ar, até que todos recebam a TV digital e o analógico seja apagado. Esse apagamento gera um espectro que vale bilhões. Por conseguinte, o atraso nesse processo significa atrasar também o uso desse espectro que vale bilhões.

Tive que correr, mas enfim cheguei ao final.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Obrigado ao Fernando Bittencourt, representando aqui a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

Vamos, agora, passar a palavra ao Diretor da Área de Componentes Eletrônicos da Associação Nacional da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee, Fernando Guerra.

O SR. FERNANDO GUERRA – Prezados Senador Hélio Costa, gostaria de reforçar a satisfação que a Abinee tem ao participar desta audiência. O nosso objetivo é partilhar com V. Ex^{as} a visão que a indústria eletroeletrônica tem do assunto TV e rádio digital. Esse material foi preparado pelo nosso colaborador Toshiro Komatsu para uso da Abinee há quinze dias passados, em São Paulo.

Os tópicos que pretendemos compartilhar são: impacto na indústria de componentes com a implantação da TV digital, do ponto de vista de uso dos componentes e como isso será afetado; as oportunidades que teremos para o que chamamos de remodelamento do

complexo eletrônico no País; o impacto eventual disso na balança comercial do setor eletrônico e o ponto de vista de fabricação dos componentes disponíveis no Brasil, hoje.

Começando pelo impacto da produção da TV digital para a indústria de componentes, é importante deixar claro que, independente do sistema escolhido, a indústria brasileira já tem disponível boa parte desse tipo de componentes necessários. O grande desafio que se iniciaria a partir do momento que fosse definido o sistema de transmissão estaria mais relacionado ao software do que ao hardware propriamente dito. Uma vez escolhido esse sistema, teremos capacidade para analisar a disponibilidade de componentes locais e aquilo que eventualmente será necessário desenvolver com tecnologia local.

Do ponto de vista de componentes, falando especificamente da base dos produtos eletrônicos, que é a placa de circuito impresso, não haveria necessidade de nenhum tipo de investimento para suportar qualquer que fosse a escolha do sistema de transmissão digital, uma vez que temos hoje empresas capacitadas, ou até poderia dizer supercapacitadas, para a aplicação em questão.

Em termos de componentes passivos e conectores, a indústria atual também tem esses produtos disponíveis. Não existe nada de que tenhamos conhecimento por intermédio dessa tecnologia disponível em outros países que implicaria desenvolvimento específico para o Brasil.

Entrando agora na parte crítica, os semicondutores, que o Brasil não fabrica. Teríamos uma grande oportunidade para, eventualmente, por escala, justificar ou viabilizar a indústria de componentes semicondutores.

Os circuitos integrados específicos para a função de TV digital poderiam ser planejados para serem fabricados no Brasil em diversas fases, obviamente partindo de uma fase inicial, em que poderíamos ter um baixo investimento na parte de hardware e um alto investimento na parte de software para suportar esses componentes locais.

Do ponto de vista de memórias, temos hoje disponíveis no Brasil tecnologias superiores às demandadas pelo sistema específico. A grande vantagem que visualizamos nesse assunto é a sinergia que existe com a área de tecnologia de informação, que é o nosso principal driver para a definição dos investimentos nas tecnologias de memórias, por exemplo.

Entrando na questão de CRT, que é o Tubo de Raios Catódicos, hoje temos a indústria nacional produzindo no Brasil até 29 polegadas. Obviamente, se houvesse necessidade de ajustes, essa indústria é

bastante experiente e detém tecnologia nas suas corporações que poderia ser rapidamente transferida para fabricação local.

No tópico específico de HDTV, ou seja, TV de alta definição, teríamos duas opções de tubo de imagem: o LCD e o display de plasma. No Brasil, nenhuma das duas tecnologias é fabricada hoje. Esse também é um requisito para a área de monitores, para aplicação em informática. Há, nesse caso também, uma grande oportunidade eventual para que se faça um trabalho de nacionalização, uma vez que a escala já vem sendo bastante crescente.

As oportunidades que visualizamos para um remodelamento da política industrial do complexo eletrônico no País.

Poderíamos ter uma reversão do déficit do setor – na próxima transparência, teremos acesso aos números desse setor –, poderíamos ajudar na formação do capital intelectual por meio do desenvolvimento de software e hardware, então, obviamente, estaríamos ajudando na linha principal do Governo, que busca incentivar alguma empresa no mundo para que faça investimento na fabricação de semicondutores e eventualmente até microprocessadores no Brasil. Obviamente, na carona disso, o software é consequência.

Dentro do tema de modelo industrial, temos a situação atual da TV analógica, que gostaríamos de dividir com V. Ex^{as}.

Hoje o sistema consiste da seguinte forma: montagem de um conjunto mais agregação final. Com esse modelo, o que tem acontecido? O Brasil vem diminuindo, ano a ano, o conteúdo local para componentes fabricados aqui.

Temos agora esse quadro, por área de atuação, da indústria eletroeletrônica, de 2002 a 2004, onde todos os números demonstram um crescimento nas importações, com exceção de equipamentos industriais. O gráfico procura mostrar a balança comercial do setor, em que podemos notar claramente um déficit relevante. E, dentre os componentes mais importados, temos os semicondutores, com uma variação de 38%, de 2003 para 2004; componentes para telecomunicações, e aí entra uma quantidade muito grande de produtos, 58%; também nos chama a atenção o cinescópio, com 56% de crescimento nas importações.

Continuando, então, com o modelo industrial, quais são as possibilidades que teríamos para a TV digital? Basicamente continuar no mesmo modelo que vem sendo utilizado para a analógica, que, na posição da Abinee, seria uma continuidade da situação que acabamos de expor. E as oportunidades que teríamos para a mudança seria sintonizarmos isso com a atual política industrial, através do apoio e desenvolvimento

do projeto, do software e da fabricação de mais componentes no Brasil.

Com isso, certamente aproveitaríamos o momento da inclusão de uma tecnologia de importância relevante para o País para auxiliar o Governo na implementação da indústria local, que está alinhada com a política industrial.

Os componentes que temos, hoje; padrões disponíveis no Brasil.

Como já cometei, a placa de circuito impresso é a base onde se montam os componentes eletrônicos, alguns semicondutores. Aí se incluem as memórias, mas não se incluem os de maior valor agregado, que seriam microprocessadores e periféricos do microprocessador, componentes passivos. Todos estão disponíveis. Temos displays, porém não temos ainda o LCD e plasma em alta definição, a não ser na forma standard, que não acredito que será demandado na inclusão da TV digital, porém a base está aí, está disponível. É uma questão, como comentei antes, de que essas grandes empresas corporativas de atuação global façam a transferência dessa tecnologia muito rapidamente para o Brasil. Obviamente os componentes indicados vão nascer com essa nova tecnologia e, certamente, incentivamos que o projeto e o desenvolvimento do software tenham oportunidade de ser desenvolvidos no Brasil, gerando, como consequência, benefício para a área de hardware.

Alguns exemplos de como poderemos fazer a implantação da disponibilidade de componentes dedicados.

Poderemos dividir em três etapas ou três fases; em cada fase, efetuaremos um tipo do estágio do processo de fabricação, da concepção até a montagem e caracterização.

Precisaríamos buscar – e esta tem sido uma bandeira da Abinee – regras definidas e claras por intermédio da política industrial do Governo: pensar não só no curto prazo, mas no longo prazo; continuar com componentes de fabricação local; uma melhor clareza na definição do modelo industrial que possa ser rediscutido na fase de implantação dessa nova tecnologia, trazendo uma esperança renovada para a indústria de componentes.

Muito obrigado.

Era o que tinha a apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Vou dar crédito ao senhor de três minutos e 19 segundos, para as outras perguntas e respostas.

O SR. FERNANDO GUERRA – Ok. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Então saldo à disposição da Abinee para responder a outras perguntas. *(Risos.)*

Vou passar a palavra ao Ricardo Beneton Martins, Diretor da TV Digital da Fundação CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações), sabendo que aqui do seu lado está o Paulo de Tarso, que falou que vive em função de arranjar dinheiro para o CPqD. Não se esqueça disso.

Com a palavra o Ricardo.

O SR. RICARDO BENETON MARTINS – Dr. Hélio Costa, em nome do CPqD, cumprimento as autoridades presentes nesta sala, outras autoridades presentes, senhoras e senhores, muito bom dia a todos.

Antes de mais nada, é uma honra estar aqui, inclusive, como já foi dito, sendo pago pelo Dr. Paulo Lustosa. (*Risos.*)

Não vou fazer apresentação com slides; acho melhor falar um pouco do que o CPqD vem fazendo nesse trabalho e como se insere a metodologia que o CPqD adotou para atuar neste assunto, que, como os senhores estão vendo, é bastante interessante.

O CPqD foi chamado pelo Governo, na verdade, como órgão de apoio à decisão. Como o Dr. Paulo Lustosa mostrou muito bem, esse projeto precisou, por assim dizer, em função da sua complexidade e dos interesses que existem em jogo, de uma fase de apoio à decisão. O Brasil entendeu que era melhor pensar com muito cuidado no que vai fazer com relação a essa transição que poderia ser meramente tecnológica e se mostrou muito mais do isso, como os senhores viram aqui, em apenas dois grupos diferentes de interesse; teremos outras opiniões, outros interesses, outros desejos, todos eles expressados por meio do Comitê Consultivo, por exemplo.

Então o que ficou claro é que temos em nossas mãos uma decisão que ultrapassa em muito a questão tecnológica, envolvendo política industrial, modelo de negócio e uso adequado do espectro, assuntos prementes que estão na mídia o tempo todo.

Em função disso o CPqD foi chamado e desafiado – vou fazer uma brincadeira com o Dr. Paulo Lustosa, se ele me permitir – a evitar o “dromedário”, ou seja, como poderíamos, num grupo de trabalho envolvendo dez Ministérios, um Comitê Consultivo com mais de 30 representantes e interesses tão diversos em assuntos aparentemente desconexos, como tecnologia, política, inclusão digital, ação social, coordenar tudo isso em uma única metodologia, de forma a permitir uma análise consistente e séria que possibilitasse a decisão mais adequada possível? Esse desafio o CPqD encampou com maior tranquilidade, porque, na verdade, ele já vinha nessa direção há muito tempo. No início de 1998, como disse o Professor Paulo Lustosa, o CPqD já havia iniciado esse trabalho da TV digital.

Também iniciamos com uma visão meramente técnica, mas, ao longo dos trabalhos, nos relatórios integradores, contamos com as respostas da sociedade organizada. No trabalho que fizemos com a Natan, em 2002, percebeu-se claramente que o assunto ultrapassava em muito a questão técnica e que se deveriam discutir vários outros aspectos além da questão técnica.

Em 2003, então, houve a demanda de ampliar esse debate. O Governo expressou o seu desejo de verificar as possibilidades de usar essa transição tecnológica para obter outros resultados, como, por exemplo, uma melhoria da inclusão digital, conforme observado pelo pessoal da Abinee, e o fortalecimento da nossa indústria de cultura audiovisual. Na verdade, todos esses atores entraram em jogo, tornando a análise do sistema bastante complexa.

Vou falar rapidamente como o CPDQ está fazendo esse trabalho junto com o Grupo Gestor e o Ministério das Comunicações.

Adotamos uma abordagem chamada – desculpem o tecnicismo – *forecasting*, que nada mais é do que trabalhar com análise de riscos e cenários. Os cenários com os quais trabalhamos não são previsão de futuro. Não é possível prever o futuro da TV digital. O que se faz é traçar cenários possíveis, cenários plausíveis do que seria o Brasil com a TV digital. Esse tipo de análise é o que chamamos cenário de cadeia de valor.

Fizemos um levantamento das diferentes possibilidades de integração ou não dos diferentes atores da indústria, produtor, consumidor final, usuário e emissoras atuando no mundo com a TV digital em função dos diferentes modelos existentes. A partir desses cenários, é possível começar, por exemplo, a externar questões do tipo: como fica, então, o mundo da política industrial e o setor eletroeletrônico em cada um desses cenários?

Para isso foram levantados esses tipos de cenários. Pedimos à sociedade civil organizada que se imaginasse nesses possíveis cenários e verificasse o que atenderia a sua expectativa com relação à introdução da TV digital.

Além desses cenários de cadeia, também fizemos análise de cenários macroeconômicos e observamos algo muito importante para nós e do qual não podemos abrir mão: a renda disponível do brasileiro. Fizemos uma análise macroeconômica, trouxemos para a microeconomia e concluímos que o Brasil tem um sério problema de renda – é claro, todos sabemos disso.

Temos uma certeza muito clara de que não podemos impor à sociedade brasileira o desejo de comprar um equipamento sem que isso traga nenhum tipo de benefício, muito menos se esse custo for elevado.

É claro também que temos de respeitar, como disse muito bem o Fernando Bittencourt, o Brasil. Nós sabemos, o senhor melhor do que eu, que o Brasil tem uma pirâmide social muito díspar e, portanto, não se pode, numa tentativa de trazer benefícios às pessoas de baixa renda, criar legados ou dificuldades para o setor que vende, para as pessoas que, efetivamente, podem consumir.

Isso traz, além do aspecto político, um outro desafio para o nosso projeto: o aspecto tecnológico. Mais de 800 mil pesquisadores foram contratados para trabalhar soluções tecnológicas que permitam, se possível, o que chamamos de modelo flexível. O que seria isso? De que forma seria possível garantir que as emissoras que queiram passar a HDTV ou SDTV ou programas interativos possam fazê-lo à vontade e que o usuário final tenha usufruto dessa possibilidade sem um ônus excessivo por isso?

Como muito bem disse o Bittencourt, vemos hoje a situação do HDTV e do SDTV. Há uma diferença de preço significativa entre esses dois, por enquanto. Há uma tendência de que boa parte dessa CPU, desse computador, tenda a baixar de preço ao longo do tempo. Mas nós temos uma questão de implantação no Brasil. Sabemos que vamos passar pelo menos 10 ou 15 anos nessa transição simultânea, quer dizer, analógica e digital ao mesmo tempo. E é um tempo muito longo. Também se sabe que, durante esse tempo muito longo, como muito me disse o Senador Hélio Costa, regiões e pessoas não vão querer fazer esse tipo de coisa.

Então, como posso garantir que a indústria ofereça equipamentos tanto de baixo custo, para aquelas pessoas que querem pouco ou não querem muito, quanto de alto custo, para aquelas pessoas que terão na sua casa um televisor de plasma de 42 polegadas, por R\$ 19 mil, e tudo mais?

O grande desafio do projeto é definir uma arquitetura de sistema que seja suficientemente flexível para garantir que a indústria possa produzir equipamentos tanto sofisticados quanto muito mais simples, garantindo à população de baixa renda o acesso a essa tecnologia e também à população com mais poder de compra o acesso ao HDTV e a todas as possibilidades de alto custo que envolvem a TV digital.

Aqui, abro um parêntese – desculpem-me. É bom lembrarmos sobre o *set up box*, essa caixinha que vai ficar colocada em cima do televisor que vai fazer a conversão digital/analógico. Hoje, quem tem TV por assinatura – todos aqui devem ter – tem em casa isso, a caixinha que recebe um sinal ou do cabo ou do satélite e que converte para um sinal na sua televisão, que pega em PAL-M, analógico. O digital será uma coisa

muito parecida. Algumas pessoas poderão comprar um televisor integrado que já vem com um conversor embutido ou nem converter mais, pois tudo será digital. Outras pessoas ainda vão passar um bom tempo comprando apenas o conversor, porque não terão condições de comprar o televisor digital inteiro.

Esse conversor nada mais é que um pequeno computador. É um computador simplificado, com algumas funções como as de um computador. Então, quando ouvimos palavras assim como *middleware* ou *set up box*, pensem que é um pequeno computador, uma caixinha, que tem dentro algo muito parecido com um computador. Vai haver lá o seu disco rígido, a sua memória fixa, a sua memória RAM, a sua memória operacional, um sistema de software que vai fazê-lo funcionar quando é ligado e os aplicativos que todos usamos aqui – seja Windows, seja Linux, todos usamos esses pacotes de aplicativos - que são, na verdade, os programas de televisão que vão estar entrando lá dentro. É uma arquitetura muito parecida com a de um computador.

Portanto, não há nenhum problema em imaginarmos arquiteturas que resolvam problemas brasileiros e elas não se tornarem uma arquitetura isolada. Isso é muito importante. Não tem mais sentido compararmos essa questão do padrão brasileiro com o PAL-M, por exemplo. Na verdade, o PAL-M foi uma decisão de transição analógica, uma decisão de se fazer uma transmissão em cores. Discutiu-se somente a questão da transmissão e é analógico. Com o digital, agora, quando se fala em fazer uma arquitetura digital, pode-se fazer uma arquitetura de computador que seja, por exemplo, voltada a um tipo de público, mas que funcione e para o qual se encontrem componentes no mundo inteiro. Hoje em dia, o próprio programa PC Conectado é isso. Na verdade, é uma tentativa de procurar diferentes arquiteturas de computadores que abaxiem o preço, mas os componentes estão aí no mercado. Então, é muito difícil – eu diria que é quase impossível – fazermos algum sistema ou desenvolvermos uma arquitetura que vai me isolar do mundo. Não tem como. Na verdade, vamos estar sempre comprando peças, partes, conjuntos para montar esse circuito impresso, como foi dito pelo pessoal da Abinee.

O desafio tecnológico que está sendo colocado agora no Brasil é que tipo de projeto o País tem condições de fazer, então volta o que disse o pessoal da Abinee. O projeto, a arquitetura do sistema é a inteligência do processo. Que tipo de projeto podemos fazer para atender a essa complexidade e flexibilidade, que também provoque, por exemplo, a indústria audiovisual para que ela possa atingir o mercado que deseja e a política industrial, a indústria de condutores, de semi-

condutores e componentes, para que ela possa também produzir mais software e componentes, a fim de dar ao Brasil uma certa autonomia nesse aspecto?

O CRT é um exemplo muito claro. Sabemos muito bem que, se nada for feito, com a televisão digital entrando no Brasil, nossos monitores vão ser todos importados – vamos ter de realmente pensar nisso.

Além disso, temos o projeto. Podemos imaginar uma espécie de uma Embraer. Não é preciso fazer o avião com peças nacionais, mas pode-se pensar o avião com várias peças importadas e montar um avião que tenha a cara do Brasil.

Na verdade, nada impede que esse mesmo conjunto arquitetônico seja muito bem exportado, porque se pode exportar o *set up box* ou exportar partes dele, pode-se exportar o projeto do *set up box*, pode-se adaptá-lo para diferentes países, como acontece exatamente hoje na indústria de semicondutores, na indústria digital, na indústria de computadores. Há diferentes arquiteturas para diferentes usuários e diferentes mercados. A mesma coisa acontece com o celular. O celular, hoje em dia, é um pequeno computador também, em que há diferentes possibilidades de arquitetura para atender a celulares que vão desde R\$100 até R\$1500, em função do que se quer oferecer naquele pequeno componente eletrônico. A mesma coisa se aplica à TV digital.

Com relação ao que o CPqD está fazendo é, de um lado, trabalhando de forma integrada com o grupo gestor, procurando oferecer, em função das demandas desse grupo, as informações significativas, relevantes, apoiadas em decisões outras que tecnológicas, além da tecnológica. Essa questão do modelo de exploração, do modelo de negócio, como vai ser feita a outorga. Tudo isso está em discussão.

Por outro lado, o CPqD trabalha também como integrador, ou seja, ele recebe todas as informações desses vinte consórcios que foram formados pelas universidades, que estão trazendo pedaços desse pequeno computador. É a camada de transporte. Vamos imaginar pequenas pecinhas que montam essa caixinha. O CPqD está recebendo isso e montando; nós dizemos “integrando” isso tudo, porque, no final, não vai sair um dromedário, e sim alguma coisa que funcione e que tenha uma configuração interessante para o mercado.

Então, esse trabalho vem sendo feito pelo CPqD como instrumento de apoio ao Governo. Vamos deixar isso claro. As decisões são tomadas pelo Governo. O CPqD é apenas o instrumento demandado para fazer o levantamento de algumas questões e entregar essas informações para o Governo, que as analisa e toma as suas decisões a partir delas. Depois, então, o CPqD

incorpora as informações em função do que o Grupo Gestor decidiu.

Então, prefiro dar esse mapa muito rápido de como o CPqD está trabalhando. Depois, durante a discussão, se houver algumas perguntas, poderei apresentar alguns desses pontos com mais detalhes.

Aproveitando esse gancho, eu gostaria de mencionar outra coisa importante. A questão da interatividade é outra coisa que o Brasil elegeu como diferencial. É bom deixarmos muito claro.

Quando o Governo lançou o desejo de desenvolver o padrão nacional, ele colocou claramente o desejo de ver o quanto esse padrão pode ajudar na inclusão digital. Esse é um diferencial do Brasil em relação ao resto do mundo, tanto que, não sei se os senhores sabem, na Europa há um projeto chamado Atenas. É um projeto da Comunidade Européia, que está discutindo exatamente como vão fazer o desligamento.

Como disse o Fernando Bittencourt, em algum momento, terá que ser desligada a transmissão analógica, para ficar apenas a digital. Na Europa, alguns países não tiveram e não vão ter problemas, como é o caso da Alemanha, da Dinamarca e da Noruega. Mas boa parte dos países da Europa do Leste tem sérios problemas. Eles não estão sabendo como promover em uma população de baixa renda, de uma renda bastante reduzida, o desejo de comprar um receptor digital, porque ela não sabe o que vai fazer com isso.

Citaram, nesse documento deles que saiu no início deste ano, o Brasil como grande exemplo. A idéia do Brasil de considerar a televisão como instrumento, de trazer *set up box* como instrumento para favorecer a inclusão digital pode ser, sim, um vetor que promova nas pessoas de baixa renda o desejo de adquirir o *set up box* para ver televisão e também para outros serviços que elas queiram usufruir. O Brasil é citado em documento da Comunidade Européia como um bom exemplo de país que teve uma decisão interessante, que pode ser rica no momento do *sitting off*.

Com isso encerro e fico à disposição de perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Obrigado ao Sr. Ricardo Beneton Martins, Diretor da TV Digital da Fundação CPqD.

Como autor do requerimento, juntamente com o Senador Sérgio Cabral, peço permissão aos meus colegas Senadores para fazer a apresentação das minhas propostas de perguntas para os ilustres convidados, inicialmente, manifestando a preocupação da nossa Comissão em discutir esta questão amplamente e obter as informações que estamos tendo a partir desta audiência pública.

Vejo, por exemplo, que o Paulo de Tarso Lustosa da Costa trouxe informações importantíssimas. Nem o Ministério das Comunicações nem ele, como Secretário Executivo, estão preocupados com o que nós chamamos de atraso da implantação da TV digital, citando datas muito definidas, como dezembro do ano que vem. Então, temos uma data marcada. O nosso encontro com a TV digital já tem data, não é uma coisa perdida no espaço.

Não sabendo quando esta Comissão vai se manifestar e quanto tempo terá a indústria, principalmente aqueles diretamente envolvidos na produção de TV para implantar a TV digital, senti nas palavras de Fernando Bittencourt o otimismo com que ele encara a implantação da TV digital, concentrando praticamente as suas observações sobre a HDTV, ou seja, a televisão de alta definição. Nesse sentido, vou fazer-lhe uma pergunta na sequência.

Fernando Guerra, certamente, mostrou que a indústria está se adaptando, adequando-se a uma nova era que está chegando, e com data marcada, conforme dissemos.

Há a preocupação do Ricardo Beneton Martins com o sistema, que é analógico/digital. Como vamos nos enquadrar nessas necessidades?

Citei, no início de nossas observações, a questão americana. Nos Estados Unidos, está havendo uma dificuldade imensa para determinados setores absorverem a TV digital, que entra em operação agora em julho. Imaginem para nós, que temos, conforme disse Paulo Lustosa, 80% de nossos aparelhos ainda com 14 polegadas, muitos em preto-e-branco. Ainda estamos muito atrasados nesse departamento para falarmos de uma forma tão especial da HDTV, mas não da TV digital. Não podemos nunca fazer confusão entre TV digital e TV de alta definição. TV de alta definição é para rico – vamos colocar nesses termos. Quem tem TV de alta definição já pagou US\$1 mil, R\$3 mil para ter um bom aparelho de TV digital. A TV digital, nesse momento, tem que ser via satélite. São mais R\$70,00 por mês. Assim, vão-se somando as coisas.

Quando a TV de alta definição vai chegar ao povo? No Brasil, não sei. É algo tão remoto que não me atrevo a dizer quando vamos chegar a ter TV de alta definição lá na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, Senador Roberto Saturnino, ou em um conglomerado de qualquer grande cidade do Brasil.

Agora farei as perguntas, iniciando pelo Dr. Paulo de Tarso, meu amigo.

Paulo, o Governo teve a preocupação de retirar o PIS/Cofins do programa do PC Conectado. A Receita Federal, que não abre a mão de nada, é munheca, aperta todo mundo pela cabeça, fez uma concessão,

porque se trata de um programa que tem a chancela do Presidente Lula e do Palácio do Planalto.

Primeiramente, queriam vender computadores ao pobre por R\$1.600,00, a prestação. Já chegaram à conclusão de que ofereceram por R\$1.600,00, mas as lojas todas de eletrodomésticos anunciaram por R\$850,00. Para montar em casa sai por R\$700,00. Então, retiraram o PIS/Cofins do PC Conectado.

Pergunto a Paulo Lustosa se é possível tirar o PIS/Cofins e o Ministério fazer esse entendimento com a Receita a respeito do *set up box*. Se ele é tão importante para fazer-se a interação digital da sociedade, quem não puder comprar um aparelho de TV digital poderá comprar o *set up box*? Se essa caixinha é tão importante, é evidente que o Governo deve defender que não haja tributação, principalmente de PIS/Cofins. É a mesma coisa que se fez com o PC Conectado. Quem tiver o PC Conectado deverá ter a caixinha de conversão. É a primeira pergunta. Podemos fazê-lo. Se pudermos, vamos trabalhar nesse sentido.

Há outra coisa importante para tratarmos com o Paulo. Fiz aqui uma série de anotações importantíssimas.

V. S.^a recorda-se de que a MP nº 195, a respeito dos bloqueadores nos aparelhos de televisão, foi rejeitada no Senado? Vinha corrigindo uma MP anterior e foi rejeitada. Ao rejeitarem essa MP, a indústria ficou em uma situação complicada. A partir de junho de 2004, a indústria tinha que implantar em cada aparelho de televisão produzido no Brasil esse dispositivo bloqueador. Não o está fazendo. A multa para quem não está fazendo a inclusão do bloqueador é de 30% sobre o valor do aparelho. Então pergunto mais uma vez ao Paulo: o que está sendo feito no Ministério das Comunicações para encontrarmos uma solução para isso? Já temos dez milhões de aparelhos feitos, cinco milhões de consumo interno; eles não estão vindo com esse bloqueador, e, de repente, se tiver que pagar essa multa de 30%, vai quebrar a indústria toda. Pergunto a opinião, primeiro, do Paulo Lustosa, e, evidentemente, quero também ouvir o nosso Fernando Guerra, Diretor da Abinee, sobre o que essa situação.

Devo apresentar ao Fernando Bittencourt, com relação à Abert, a preocupação maior, porque notei o grande entusiasmo dele com relação a todos os sistemas que serão disponibilizados. Ele fez uma exposição muito qualificada, mostrando que todo o resto, fora a TV aberta, é pago, quer dizer, telefonia celular, imagens seqüenciadas, 3G, tudo isso é pago, TV a cabo, etc. Mas na TV aberta é que eu estou interessado, porque a TV digital, da maneira como nós pretendemos implantar no Brasil, vai abrir uma extraordinária avenida de opções para toda aquela população que

usa TV aberta, que não tem recursos para pagar TV a cabo, que não tem como acessar a TV via satélite, que terá que conviver com a TV a cabo. Então, o que essa TV digital vai conseguir colocar no mercado para todos nós?

Ainda agora pela manhã, ouvindo os nossos consultores – nós pedimos insistentemente e conseguimos incluir nessa famosa comissão que está estudando a TV digital, Paulo Lustosa, dois jovens competentes, consultores do setor de apoio legislativo do Senado, o Igor Villas Boas e o Luís Fernando, que estão acompanhando esses entendimentos –, é exatamente o que nós estávamos discutindo agora há pouco, porque um dos serviços que serão colocados à disposição do grande público dizem respeito à educação à distância, que vai usar um desses canais, quando se produzir televisão de alta definição. Nós precisamos de quatro canais – isso já foi falado aqui várias vezes. Cada um tem 1,5 MHz, então se juntam os quatro para fazer uma transmissão em alta definição. Mas pode-se fazer isso à noite, no Jornal Nacional, no filme das nove horas da noite, agora não precisa fazer com aqueles apresentadores da tarde, aqueles programinhas que, na verdade, pouco têm a ver com televisão instrutiva em alta definição. Não preciso ver a barriga de ninguém em alta definição, ou a feiúra de ninguém em alta definição; pode ser em baixa definição. Prefiro usar os canais para situações muito mais produtivas, como, por exemplo, a educação à distância.

Então, você pegaria um desses quatro canais e converteria num portal da educação interativa. Por isso a TV digital é importante. O Telecurso, da TV Globo, por exemplo, foi um grande sucesso, mas não tinha interatividade. Com a TV digital será possível ter a interatividade? Sim.

Já existe hoje uma larga discussão – e o Paulo Lustosa está acompanhando – a respeito da utilização dos canais, cinco e seis, exatamente para fazer o acesso de retorno. Eu estarei em casa, assistindo a um curso, com a TV digital, daqui a quatro, cinco anos, mas poderei falar também; não vou apenas ouvir e ver, mas poderei falar, dar a minha opinião, discutir, perguntar.

Essas coisas todas é que me fazem considerar a TV digital como algo da maior importância. Não é, necessariamente, para nós assistirmos a uma TV de alta definição, porque, se eu quiser TV de alta definição, já tenho. Alugo um DVD, coloco no meu aparelho; se ele tiver número de linhas suficiente para ser um aparelho de alta definição, não preciso de mais nada, já tenho televisão de alta definição em casa. Ou então qualquer uma dessas transmissões via satélite, alguns dos canais, até os melhores, diga-se de passagem. O

Discovery, por exemplo, é em alta definição. Basta ligar no Discovery para ver uma belíssima imagem.

Preocupo-me em saber de se nós estamos orientando toda essa proposta de TV digital para que a grande população tenha acesso e possa receber todos os benefícios que a TV trará. Caso contrário, será um grande esforço que vai, na realidade, atender aos ricos, como eu falei, não àqueles que realmente precisam dessa interatividade.

Preciso que o Paulo me diga rapidamente como está a liberação de recursos no Ministério das Comunicações, porque, vez ou outra, o Dr. Palocci interfere nesse processo e contingencia o que deveria liberar. A palavra é difícil de se falar, mas fácil para o Ministério da Fazenda pôr em prática. Colocou o dedo na frente, não sai um tostão.

O que está acontecendo com os recursos destinados à implantação da TV digital? O Ministério está conduzindo, por intermédio desse projeto especial, dez projetos importantes que contam com a participação de 80 instituições brasileiras. Houve liberação de uma parte dos recursos, mas precisamos liberar mais. Como está isso? As notícias são boas ou más? Como estamos caminhando?

Não quero ficar falando o tempo todo sem dar oportunidade para os meus companheiros Senadores. Prefiro passar a palavra a V. Ex^{as}.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Convidados e Palestrantes, inicialmente quero parabenizar o Presidente pela iniciativa de promover esses debates tão importantes para esclarecer não só aos Senadores, mas à sociedade brasileira sobre a TV digital no Brasil.

A pergunta que vou fazer é para o Dr. Paulo Lustosa. Todas as palestras foram importantes, elucidativas e fiquei preocupado com a possibilidade de se instalar na América do Sul, nos países do bloco comum do Mercosul, modelos diferentes: um opta pelo japonês; outro, pelo americano; e um terceiro, pelo europeu. Já temos problemas na área de energia elétrica da conexão – as redes de transmissão de energia elétrica dos países da América do Sul são diferentes –, o que cria muitas dificuldades. A integração ferroviária dos países da América do Sul também representa uma grande dificuldade em função das diferenças de bitola dos trilhos. Gostaria de saber se está havendo alguma tratativa dos Governos desses países no sentido de colocar um sistema comum que facilite a indústria do Mercosul e todo o trabalho nessa área digital?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Foram muito interessantes as exposições, mas preferiria ouvir

as respostas principalmente às indagações do Presidente que foram extremamente oportunas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Passo a palavra ao Dr. Paulo de Tarso Lustosa.

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA

– Meu caro Senador, fiquei feliz com a intervenção de V. Ex^a. A marca maior da política do Governo na área de telecomunicações ou na área de comunicações **latu sensu** é a responsabilidade constitucional. Somos responsáveis pela formulação e implementação das políticas de comunicação do Governo: a comunicação rádio televisiva, a comunicação digital e a comunicação postal. Todas essas políticas devem convergir para um processo de inclusão social, tanto é que a grande marca – e isso foi bem colocado pelo Senador – da política de comunicação do Governo é a política de universalização do acesso. Estimulamos a competição entre os operadores exatamente para reduzir custos e ampliar a universalização, que é o ponto focal.

V. Ex^a colocou muito bem quando disse *high definition*. É ótimo termos 1.460 megapictures por 1360, mas podemos ter, no nosso sistema de televisão digital, algo em torno de 480/480, o que possibilita uma belíssima definição, sem chuva. Não tenho dinheiro para comprar um DVD; a minha TV digital vai ser o meu DVD. Não tenho chance de ter três ou quatro televisões, mas a minha mulher pode assistir à televisão numa banda e eu, ao jogo da seleção brasileira em outra banda. Posso fazer aquilo que o Sr. Senador falou: interatividade. Posso ter canal de retorno para ter interatividade. Com isso, a educação à distância passa ser muito mais sofisticada.

Fico muito feliz com a sua exposição, Senador, porque bate com o que estamos pensando. Não estamos olhando se teremos *high definition* ou não. Os seus consultores aqui já falaram. Com uma TV de plasma, uma tela de LCD a imagem possui uma qualidade belíssima, mas quem pode ter acesso a isso? Na área da telefonia celular estamos estimulando a migração do 2G para 3G para melhorarmos a qualidade, mas as pessoas poderão pagar? Aqui no Brasil usa-se o celular para falar, mas, na China – e estive lá –, ele é usado para ouvir, porque o pré-pago é só para ouvir. É um instrumento fundamental para a inserção no mercado de trabalho, o bombeiro, eletricista, etc. Na China, o celular desses profissionais é usado somente para curtas mensagens. Essa é uma característica da sociedade porque o mandarim opera por ideogramas, e um ideograma fala por uma frase enorme. Por isso, 60% das receitas dos celulares da China provem das pequenas mensagens.

Temos 60 milhões de televisores de tamanho ínfimo, e estão incentivando o PC conectado. Sou to-

talmente de acordo com a idéia de dar incentivo para que se tenha um *set up box*. Também temos de discutir com as redes de televisão aberta, inclusive com a Abinee, pois com a quantidade de *set up box* que vamos fazer, só com o tamanho da produção necessária, o preço cairá de maneira dramática. Em segundo lugar, se reduzirmos os tributos federais, se excluirmos os tributos que ainda não existem nos Estados, já que temos uma tributação enlouquecida nos Estados – em termos de serviços industriais de utilidade pública as tributações vão de 25% a 35% de ICMS, e provavelmente embutiram esse valor nos equipamentos –, se tivermos uma redução... E como se trata de parceria por adesão dos Estados, a redução é plenamente aceitável. Essa alternativa também é viável para as redes, já que elas vendem publicidade, ou seja, quanto mais cabra, mais cabrito, quer dizer, quanto mais gente assistindo à televisão, melhor para eles. As redes também devem colaborar para a redução do preço do *set up Box*. O anúncio do Bombril chegará a um número maior de pessoas e venderá com muito mais facilidade.

A segunda colocação feita pelo Senador diz respeito à MP-195, aos bloqueadores. Na verdade, houve um atraso geral nessas definições. Entramos em contato com a Casa Civil e sugerimos uma dilação de prazo. Isso foi feito. A Abinee foi comunicada desse adiamento. Mas, Senadores Roberto Saturnino e Valdir Raupp, temos de começar a criar uma lógica, uma regra para as relações do Estado com o cidadão. Não é possível impor uma multa ao cidadão se a precariedade, a falha, a indefinição e a indecisão foi do Estado. Temos que começar a estabelecer um tipo de relação de reciprocidade Estado/cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Fiz essa observação, Dr. Paulo, porque está em vigor a multa.

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA

– Mas sugiro até que a Comissão proponha uma alternativa. Já que o Senador Renan Calheiros está propondo um fórum de desburocratização, essa é uma medida para chegar até o próprio Congresso Nacional. Será a Comissão dizendo que não tem sentido impor a multa se o atraso deriva de uma indefinição por parte do Governo.

Essa é a posição que queria expor.

Como foi dito pelo Beneton, e queria apenas fazendo uma referência ao Fernando Bittencourt, a arquitetura não é isolada. Mais uma vez, insisti com aquilo em que fui mal interpretado. Não estamos querendo reinventar a roda. As tecnologias estão aí. Sabem qual é o lado bom da globalização? É quando vemos que o Prêmio Nobel não é mais de apenas uma pessoa, mas de quatro, cinco. Tem uma pessoa em Bangladesh e

outra na Boca do Acre trocando informações, experiências e conhecimentos, promovendo essa sinergia. Isso é importante. Hoje, a velocidade da inovação tecnológica, a instantaneidade da informação e o processo de integração do sistema em todo o mundo não nos permitem pensar em inventar. Você está querendo fazer o quê? Aquilo que disse o Senador de maneira muito objetiva e precisa: queremos que o povo tenha acesso. Não é demagogia. Não é populismo barato. Estamos olhando os modelos de negócio... Eu, pessoalmente, tenho uma tese: não quero nenhuma empresa nem tem a responsabilidade social. O empresário sim, mas a empresa não. A empresa é para dar lucro, para ser competente. E o Estado é para cobrar os tributos delas. Queremos que as empresas dêem resultado, que elas não devam, apesar das muletas oficiais para nada, das reservas de mercado, das proteções e que possamos dar acesso. O que estamos querendo...

O senhor falou no PC conectado. Agora estamos lutando por algo chamado professor conectado e aluno conectado, porque acreditamos que será o maior instrumento de política pública. Por isso estamos discutindo hoje o *laptop* de 100 dólares. Pode até não sair. E já começamos. Uns "milicos" que trabalhavam com informática já estão querendo apresentar e trazer um protótipo deles. O pessoal da USP e o Negro Point, nos Estados Unidos, também. Se o *laptop* não for por 100 dólares, mas se conseguirmos chegar aqui por 200 ou até 300 dólares para vender e fazer um esquema em que o Governo Federal entre com um bônus, o estadual, com outro, o municipal, com outro, e o professor, que ganha uma renda muito miserável, entre com uma parte pequena, financiada na base da TJLP, não será nem de 2%, que não é justo; devia ser pela TJLP.

Alonguei-me um pouco nessas colocações. O último ponto a falar para os Senadores seria relacionado aos recursos.

A vida de gestor público é um negócio. Um das meninas da imprensa até se comprometeram a escrever para mim, ajudar-me a ser *ghost writer* no livro que quero mostrar a via *crucis* do gestor público, porque ele sonha com algo bacana e, depois de seu projeto passar por uma série de passos dramáticos, em um momento como o de agora, vem o contingenciamento, como disse o Senador. Lamentavelmente, depois de dois meses, o ano estava rolando, veio o contingenciamento...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Aliás, vou mudar essa palavra. Em vez de contingenciamento, que é tão difícil, vou botar "palocciamento".

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA – Mas isso não é culpa do Ministro Palocci. Isso é

uma crônica de uma morte anunciada. Essa história já vem de muito tempo.

Mas vem o tal do contingenciamento – temos que aumentar o superávit fiscal, etc. Aí o sujeito comunica assim: secretário executivo, avise o Sr. Ministro que precisamos fazer um contingenciamento de apenas 70% dos seus recursos. E acrescenta: não dá para pagar nem o plano de saúde. Mas dá. Aperta, faz a racionalização. Então, o contingenciamento nos levou a alguns problemas dessa natureza, mas não é apenas ele. Depois que se contingencia, vem outra etapa: limites de empenho. Aí você fica esperando o decreto. Vem o decreto do limite de empenho e permite empenhar bem pouquinho. Mas é possível dar um jeito, dá para resolver uns negócios. Mas não saiu o seu limite de pagamento. Então, não adianta nada. Ganhou, mas não tem como pagar. Então, a novela, normalmente, é essa lógica de operação dos recursos do setor público.

Quero apenas dizer que nós liberamos. Está aqui. Vou dizer para o Senador o que já deliberamos. Temos três lotes dos estudos de pesquisa, fora os trabalhos desenvolvidos pela CPqD. Quanto ao valor total da primeira parcela, já liberamos 19 milhões só para a Finep. Ela ainda não desembolsou tudo. Está fazendo um pouquinho de caixa. Porque esse negócio de fazer caixa ficou uma lógica de todos. Todos querem fazer um pequeno superávit. Ela não desembolsou tudo por causa do andamento dos cronogramas. Falta liberar isso. Nós assinamos anteontem os contratos. O Dr. Gadelha está aqui. Todos já assinamos os contratos; empenhamos, pois só podíamos assinar o contrato depois de estar empenhado. E todos da CPqD cobravam os contratos e eu falava "Como é que eu assino o contrato, se não tem empenho?" Recebi o limite de empenho, empenhei ontem onze milhões e poucos para o programa. Estamos esperando o decreto que não saiu. Saiu de todos os Ministérios, mas o nosso não saiu. Eu falei que foi um erro do tipógrafo – mas não existe mais tipógrafo agora -, da pessoa lá, do revisor, que não colocou o nosso limite. Deve ter saído o digitador.

Então, estamos já programados para pagar um milhão e meio que falta de saldo do primeiro e do segundo lote, e liberar mais oito milhões do terceiro lote. Já está tudo pronto para ser realizado dessa maneira. Agora, se houver um empenho adicional para liberar mais rápido esses limites para nós, isso entra em um fluxo normal e natural.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Muito bem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)
– Pois, não, Senador.

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA
– O Senador é um grande amigo-irmão, meu patrocinador, e eu esqueço exatamente de Casa. Nós temos feito o seguinte trabalho: temos mantido contato com vários países - o Dr. Gadelha e a Dr^a Regina estão conosco -, em reuniões constantes e permanentes, para que não ocorra isso, pois temos o temor de sermos atropelados por decisões de outros países. A princípio, os entendimentos estão indo muito bem, e nós estamos resguardando essa questão. Não vai acontecer como as bitolas dos *trainers*, nem as redes de energia elétrica, com alteração de tensão dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)
– Há até uma explicação. O Senador Valdir Raupp deve certamente conhecer isso. As bitolas eram feitas diferentes, porque nós tínhamos medo de os argentinos invadirem e aproveitar os nossos trilhos. O Brasil colocava bitola estreita na fronteira.

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA
– E não dava para eles chegarem aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)
– E agora não existe mais isso.

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA
– Então estamos atentos a isso. Estamos procurando desenvolver. Mas algo foi colocado e ressaltado mais uma vez o que falou o nosso Senador, também corroborando as colocações aqui: estamos prontos em termos de indústria para tudo e temos algo objetivo. Nós insistimos. Isso foi até presidido por mim. O Ministro não estava. O Dr. Gadelha e a Dr^a Regina sabem disso, na reunião em que eu disse “Não tem jeito. O Decreto vai ter o prazo fatal. No dia 10 de dezembro, vocês têm de entregar esse trem todo. Tem de ser tudo já devidamente com as convergências todas, ouvida a indústria, tudo, a conciliação. A conciliação, não. Como se chama? O processo de integração das propostas, nos termos do modelo de negócio, respaldado o tipo de avaliação da demanda pelo serviço, o modelo de transmissão, os softwares que nós podemos embarcar, nacionais, etc.” Até o dia 10 de dezembro isso será entregue ao Presidente, que terá dois meses para tomar a decisão política sobre qual é a melhor opção, o melhor caminho, a melhor alternativa.

Então, como V. Ex^a mesmo disse, nós temos prazo definido. A indústria e os operadores de televisão podem trabalhar. Agora, existem coisas relacionadas a, por exemplo, essa idéia de *set up box*, colocada pelo Senador. Nós já vamos propor ao próprio Conselho que estude isso para que seja alguma recomen-

dação. E propor às indústrias e aos operadores que comecem a fazer um cenário para baratear o *set up box*, com a colaboração das televisões abertas e da Abinee, para reduzir o valor e dar uma contribuição social mais ampla.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)
– Na sequência, nós vamos ouvir o Fernando Bittencourt, que vai responder às perguntas que foram feitas, mas queria acrescentar à pergunta que fiz para o Fernando Bittencourt, relativa à educação à distância, de que maneira nós poderemos utilizar a TV digital para fazer com que ela chegue ao povão, não só a educação à distância, mas também o acesso a serviços de governo.

O Governo usa hoje o cadastro, banco de dados, informações do SUS, a Receita Federal, as certidões, imposto de renda, tudo isso são informações que podem ser canalizadas dentro de um dos canais de televisão. Há então a TV de acesso institucional, que poderia ser também uma das utilizações dos quatro canais, desde que não estejamos transmitindo 24 horas por dia a TV de alta definição; além, evidentemente, do acesso também à própria rede mundial de computadores por meio dos canais da televisão.

Com a palavra, Sr. Fernando Bittencourt.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Obrigada, Senador.

Voltando ao tema da alta definição, de que falei bastante, nós, que vivemos nesse mundo da televisão, sabemos – eu acabei de chegar, há um mês, de uma feira em Las Vegas sobre equipamentos e tecnologia de televisão – que realmente a televisão do futuro é a de alta definição. Assim como hoje ninguém mais fala “TV a cores”, e sim “televisão”, daqui a dez anos a televisão será a de alta definição. Talvez, daqui a dez anos, a alta definição seja outra coisa. Então, do nosso ponto de vista, não há dúvida de que a televisão do futuro é a hoje chamada de televisão de alta definição, e o que não estiver nessa mídia será visto como um produto de segunda categoria.

Eu diria, fazendo uma analogia bem grosseira, que é como se há trinta e cinco anos se dissesse que televisão a cores somente haverá no cabo e no satélite; a televisão no ar não existe a cores. Evidentemente, quem está no ar será considerado um produto de segunda categoria. Ou então, quando se decidiu por TV a cores, que dissessem que a TV educativa não seria a cores.

Nós estamos discutindo algo para daqui a vinte ou trinta anos, não para amanhã. Uma visão de curto prazo nesse processo pode criar legados e soluções para os quais nós vamos pagar caro nas próximas décadas. Então, a visão é de que todo e qualquer produto

que seja feito daqui a dez ou mais anos seja produzido na alta definição; caso contrário será considerado produto de segunda categoria, inclusive a TV educativa. Pensar vamos segmentar o espectro e fazer quatro ou cinco programas de TV educativa é ilusório. Pode funcionar a curto prazo, mas daqui a dez ou quinze anos ninguém vai assistir, porque será um produto de baixa qualidade.

Evidentemente, há solução para a educação: são os atuais canais educativos que poderão utilizar a TV digital muito melhor do que hoje, com interatividade e mais qualidade. Eles serão mais atraentes do que hoje. É uma ilusão pensar que daqui a dez ou quinze anos alguém vai transmitir uma qualidade inferior e consequirá ser visto. Não vai, porque existirá, no canal do lado, algo de muito maior qualidade que vai atrair os telespectadores.

Então, esse processo, no meu entender, é inexorável. A TV vai evoluir para uma televisão de mais qualidade. Claro que não será da noite para o dia. Com a TV a cores, nós levamos dez ou quinze anos para aumentar a programação. No entanto, hoje eu diria, sem conhecer profundamente, que 90% a 99% de quem mora na Rocinha tem TV a cores, com certeza.

O processo, como todos, começa com aparelhos caros, como foi com o celular. Quanto custava um aparelho celular há dez anos? US\$5 mil? Hoje custa R\$200. Quanto custava um DVD há quatro anos? R\$3 mil ou R\$4 mil? Hoje custa R\$200. É assim que tudo começa, e a TV digital começará também.

Nós temos que desenhar o modelo correto, evidentemente, bem discutido com a indústria e com as áreas de produção de conteúdo, para que seja introduzido de maneira a se disseminar de cima para baixo. Não vejo como poderá ser diferente. Quem vai pagar a conta será realmente as classes A e B, como pagou a conta do celular, do DVD e do CD. No meu entender, isso será dessa forma. Hoje um celular custa R\$200 porque a classe A começou a comprar por R\$5 mil ou R\$10 mil há alguns anos.

A discussão do modelo é importante, pois ele precisa ser bem introduzido e decidido. O custo inicial? É natural a queda do custo do modelo bem decidido.

Não sei se respondi a tudo, mas tentei fazê-lo. Quanto à questão da TV educativa, eu diria que nós temos uma vasta rede de TV educativa no Brasil que, usando a TV digital corretamente, vai se beneficiar muito e alavancar bastante a educação

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Como sou autor da pergunta, vou usar o direito da réplica e, conseqüentemente, lhe darei a tréplica.

É muito importante ressaltar o que eu disse: nós não podemos confundir TV digital com TV de alta de-

finição. Evidente que não há ninguém contrário à TV de alta definição. No futuro, espero que o Brasil inteiro possa comprar caríssimos televisores de alta definição e que todas as emissoras brasileiras estejam transmitindo 24 horas por dia em alta definição, essa é a minha posição, mas lamento dizer, meu caro Fernando Bitencourt, que você está no Brasil com a cabeça americana, você está pensando que temos “um Estados Unidos” dentro do Brasil, e é até verdade. Existe uma França dentro do Brasil? Sim. Agora, quando pensamos no Brasil inteiro, tem que ser por etapas.

Eu morava nos Estados Unidos quando da implantação da TV em cores. Lá, com todos os recursos, com o salário mínimo de US\$1.700,00 por mês, levamos cinco anos para fazer uma conversão do preto e branco para o colorido; o Brasil levou quinze anos para fazer a conversão e ainda produz aparelhos de televisão em preto e branco.

Nos Estados Unidos, 2005 é o último ano em que se produz televisão analógica; o nosso Fernando sabe disso. A indústria americana, a partir deste ano de 2005, não produz mais televisão analógica, só televisão digital para forçar o consumidor americano a trocar o seu aparelho. Nós não podemos fazer isso. Teremos que fazer isso devagar, vamos adotar o mesmo procedimento que fizemos para passar do preto e branco para a televisão a cores, para que a TV em cores chegue a toda a população, aos mais pobres. E, até ela chegar, vai levar um tempão.

Então devemos fazer uma adaptação, sim. Nós não precisamos necessariamente transmitir, conforme eu disse, em alta definição 24 horas por dia. Nós não temos a obrigação de transmitir os apresentadores barrigudos da televisão brasileira em alta definição. Podemos nos limitar a transmitir os programas educativos, as novelas maravilhosas, os nossos documentários muito bem feitos. Podemos transmitir os filmes que já são tecnicamente em alta definição. Mas por que razão transmitir programa de discussão de auditório? Por que transmitir programas de entrevistas em alta definição? Não há necessidade alguma. Agora – vou até me alongar um pouquinho nessa discussão –, se cada emissora brasileira tivesse que comprar e pagar em licitação pública, feita pelo Ministério das Comunicações, por três canais para completar os quatro canais necessários para a transmissão de TV em alta definição, duvido que alguma delas se propusesse a comprar três canais, mas, como será dado, como o Ministério das Comunicações vai disponibilizar esses canais gratuitamente para cada emissora de televisão que transmitir em digital...

Veja a diferença. Lá nos Estados Unidos, as emissoras comerciais estão recebendo os canais para com-

por os 6 megahertz para transmitir em alta definição, mas terão que devolver. Depois de implantada a TV digital, depois de tudo funcionando direitinho, terão que pagar o canal ou devolvê-lo. Aqui, não; aqui você vai dar um canal. Por isso existe essa pressa de todos em fazer HDTV. Todos querem fazer alta definição porque querem ganhar mais um canal.

Como é vamos fazer nas grandes capitais? Já não há mais espaço, está tudo tomado. Vamos dar mais um canal para cada um? Quando abrir a TV digital, todos vão receber um canal? Há emissoras, como a própria **Rede Globo**, que o Fernando conhece tão bem, que têm condições, sim, de fazer um belíssimo aproveitamento da TV a cabo, como o **SBT**, e outras redes, mas a grande maioria não tem. O investimento é uma coisa gigantesca para se produzir um estúdio em alta definição.

Aqui no Senado, passamos por essa experiência. Recentemente, o estúdio da **TV Senado** foi convertido em HDTV; custou cinco vezes mais. Tudo é mais caro. É importante? Sim. Temos que nos adaptar às necessidades do momento. Lá na frente, vamos transmitir tudo em HDTV. Agora vamos transmitir utilizando os recursos que a televisão digital nos oferece, que é a educação à distância, conforme eu disse, o portal para a educação, o acesso à rede mundial de computadores, com canal via Internet para interação, acesso de serviços de governo, cadastro, SUS, Imposto de Renda, etc. Tudo isso é serviço da TV digital. É assim que vejo a TV digital; não apenas transmitindo TV de alta definição.

O senhor tem direito à tréplica.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Com relação à questão da devolução do canal, não tenho dúvida de que no Brasil vai acontecer igualzinho.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Mas a lei não diz isso.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Não. Esse é um item da regulamentação da TV digital que deverá sair até final do ano. Parece que isso aconteceu no mundo inteiro e vai acontecer no Brasil também. As emissoras que ganharam canal de televisão vão ficar durante um período, provavelmente durante uns 10 anos ou mais, transmitindo nos dois canais, até que a população inteira toda receba o digital, então o canal analógico será apagado e devolvido. E, quando me referi, na minha apresentação a esse canal devolvido para o Estado, significaria um recurso fantástico.

Então eu diria que o interesse é inerente ao processo de aceleração da transição, porque isso vai gerar benefícios muito grandes para a sociedade, na medida em que esses canais analógicos devolvidos poderão ser usados para outras emissoras de televi-

são ou para outros serviços. Então não tenho dúvida de que no Brasil vai acontecer igualmente em termos de devolução do canal.

Eu diria o seguinte, com experiência própria, porque trabalho na **Globo**: todos sabem que a **Globo** já produz programas em alta definição, e o custo de produção não é mais alto, é um custo muito próximo do atual. O cuidado da produção tem que ser maior, mas o custo...

Hoje em dia dos equipamentos, já têm custo muito próximo. Ninguém mais compra equipamento que não seja de alta definição. O custo das câmeras é mais ou menos o mesmo, e alguns equipamentos, uns ou outros, são um pouco mais caros, mas a tendência é que fiquem iguais e até caiam.

Falei nessa feira de Las Vegas, em que estive há um mês. Ali só existiam equipamentos de alta definição. Se alguém quiser comprar uma câmara que não seja de alta definição não consegue mais, porque as câmeras já são todas de alta definição. Não é algo que seja inviável. Consideramos que o futuro é esse e tem que ser. Estamos discutindo algo que vai acontecer no Brasil daqui a 10 ou 15 anos, então não podemos perder essa perspectiva.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG) – Antes de passar a palavra para o Fernando Guerra, da Abinee, eu queria dizer ao Fernando Bittencourt que estive na mesma feira. Há câmeras, todas elas digitalizadas, de 10 mil até 500 mil; você compra a que você quiser. Há câmeras de 10, de 20, de 30, de 50, de 100, de 200, de 300, de 400, de 500 mil dólares. Você compra a que quiser.

Dr. Fernando Guerra, Diretor da Área de Componentes Eletrônicos da Associação Nacional da Indústria Eletroeletrônica.

O SR. FERNANDO GUERRA – Nessa questão dos bloqueadores, para a Abinee, somos muito mais um meio que um fim. Representamos uma classe da indústria que segue a legislação e, de uma certa forma, transformamos sonho em realidade, porque apuramos a necessidade da sociedade em termos de consumo de produtos eletroeletrônicos e, através de procedimentos que são muitas vezes corporativos, seja de grandes multinacionais ou de empresas nacionais, executamos e entregamos o produto na casa do nosso cliente, seja o cliente final ou o nosso distribuidor.

Para nós, essa questão do bloqueador é clara. Se recebermos a diretriz através da nossa indústria, ou seja, a nossa indústria receberá a diretriz de que temos que colocar e ativar os bloqueadores, isso é tão simples quanto uma chave de software dentro dos equipamentos de *set up box*.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– E representa quanto de custo?

O SR. FERNANDO GUERRA – Não tenho idéia do que representaria de custo. Imagino que o software hoje disponível dentro dos equipamentos não deva ser mais do que 5% do valor total de venda do produto.

A questão que nos preocupa é – estendendo um pouquinho da nossa responsabilidade – que a sociedade brasileira, infelizmente, não respeita essa questão de bloqueadores ou de misturadores, como o americano chama. Nos Estados Unidos ou numa sociedade desenvolvida, o que, infelizmente, como brasileiro, não posso dizer que sejamos, nos Estados Unidos e na Europa, todos sabem que quem for pego burlando um sistema de bloqueador será preso, independe do sobrenome da família ou da função; ele simplesmente vai preso. Por isso a quantidade de pessoas que se arriscam a ter o benefício é muito menor. Já, no Brasil, infelizmente, temos conhecimento de que, em relação ao *top box* atual da TV paga, existe uma quantidade muito grande de infrações.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Passo agora a palavra a Ricardo Benetton Martins para suas observações com relação às perguntas colocadas.

O SR. RICARDO BENETTON MARTINS – Agradeço muito.

Vou aproveitar e responder de trás para frente.

O bloqueador, por exemplo, na nossa visão, tem dois mundos: um mundo analógico e um mundo digital. O bloqueador no mundo analógico infere em custos, sim, porque, na verdade, tem que colocar semicondutores e chip no televisor, então aumenta o valor do televisor. Já no caso digital, sem dúvida, ele será facilmente incorporado em nível de software, deve ser quase irrisório o custo pensando como bloqueador de canais.

Agora, muito cuidado com o exemplo que citamos com relação à TV por assinatura, porque, na verdade, aquele codificador serve para evitar que você tenha acesso à informação que você já paga, e isso encarece. Então, por exemplo, no caso do Brasil, também sabemos – esse é um problema que aconteceu na Europa... A Inglaterra, por exemplo, quando começou com a TV digital, imaginou que o modelo adequado era a TV digital paga, a TV que era, originalmente aberta, a TV terrestre, seria um modelo pago. E colocaram o *set up box* para vender com esse decodificador, que custava na faixa de US\$300,00. O modelo não funcionou e, assim que eles começaram a vender os *top boxes* chamados *fitware*, ou seja, sem bloqueador, que é muito mais sofisticado do que o bloqueador da MPC, como se fosse TV por assinatura, porque codifica todos os canais, baixou para US\$100,00.

Portanto, se for um bloqueador como na TV por assinatura, ele encarece mesmo no caso da TV digital terrestre. Se for um bloqueador apenas, como no caso da MPC, para evitar alguns canais, ele não vai encarecer em nada, porque é uma questão de software: não vai ter que codificar; você terá apenas que proibir que aquele sinal seja acessado, fazendo uma programação nos *top boxes*. Então, com relação a isso, podemos resumir dessa forma.

Quanto à questão de HDTV, que o Bittencourt mencionou, a preocupação da televisão aberta, considero bastante pertinente. Concordo com todos os senhores que a HDTV é realmente inexorável, não há como evitar esse tipo de coisa, mas o que eu queria deixar claro para os senhores é o seguinte: no processo de análise que nós estamos fazendo junto com o Governo, foi bem colocado pelo Dr. Paulo Lustosa que estamos numa fase de apoio à decisão. Vocês devem lembrar que virá depois a fase de desenvolvimento e fase de implantação.

Dentro dos cenários que estamos traçando e discutindo com o Governo, já consideramos desenvolvimento e implantação, ou seja, estamos justamente oferecendo para o Governo os cenários de produtos industriais e de modelos de exploração, imaginando que, em função da escolha de cenários com relação à implantação e ao desenvolvimento, ele opte, por exemplo, pela implantação gradual. Existe nos estudos: se a implantação for gradual, o que significa isso? E se liberarmos um canal, parte dele ou o canal inteiro, mas solicitarmos algumas coisas a mais, como aconteceu, por exemplo, na Austrália? Nos estudos que estamos fazendo, essas possibilidades todas estão sendo traçadas e levadas até o limite, para saber o que isso significa para todos os atores envolvidos: emissores, produtores de conteúdo, TVs universitárias, fabricantes de equipamentos, Governo e população.

Então, dados os cenários que estamos analisando e as condições propostas para a sua implantação, o que vai acontecer?

A nossa intenção é justamente verificar, em função da escolha da implantação, o que será mais favorecido ou menos favorecido, o que vamos privilegiar. E isso faz parte do estudo.

Então, quando a decisão for tomada, ela levará em conta a forma de implantação e o desenvolvimento. Portanto agora estamos decidindo, sem dúvida, o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Passamos agora às considerações finais de todos os Srs. Convidados.

Concedo, inicialmente, a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações, Dr. Paulo de Tarso Lustosa da Costa.

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA

– Srs. Senadores, em nome do Ministro Eunício Oliveira e da nossa equipe que está cuidando dessa questão no Ministério das Comunicações, queremos agradecer esta oportunidade de discutir vários aspectos. Deixamos para os Srs. Senadores um CD-rom que resume os nossos avanços, os cenários plausíveis e o que já foi feito, para uma avaliação mais profunda. O Conselho está totalmente à disposição. Proponho, inclusive, um contato mais próximo com a Comissão, para que, surgindo novas idéias, sugestões ou propostas, possamos incorporá-las ao trabalho que vamos realizar.

O nosso maior interesse é este, e nos fixamos nesta preocupação: a política pública de comunicação no Brasil tem que ser voltada para a inclusão social; deve ser instrumento fundamental de inclusão social. Oferecer computador não resolve problema de ninguém, mas, se pudermos oferecer um computador conectado, a um preço adequado, ou, caso não haja como viabilizar essa sugestão, se pudermos organizar telecentros, como sugeriu o Senador, já haverá uma melhora.

A nossa experiência com o “Exporta Fácil” está excepcional. Temos cinco mil e quinhentas micro e pequenas empresas exportando para 150 nações e, se o limite fosse aumentado para US\$20 mil, chegaríamos, este ano, a mais de US\$ 200 milhões.

Então há um espaço grande...

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Já ultrapassamos a China em exportação, não é mesmo?

O SR. PAULO DE TARSO LUSTOSA DA COSTA

– Um pouquinho acima, uns 10% mais.

Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade e me penitenciar se porventura algumas das colocações não se adequaram à precisão e à expectativa desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Agradecemos, Paulo Lustosa, a sua presença e as suas informações muito detalhadas e competentes.

Concedo a palavra agora ao Fernando Bittencourt.

Fernando, o fato de termos sido colegas me permite discordar concordando, e a você, também concordar discordando.

O SR. FERNANDO BITTENCOURT – Para terminar, reforço que não podemos perder a perspectiva da TV digital. Posso aparentar pouca modéstia, mas o Brasil deve se orgulhar da sua televisão aberta. É uma das melhores do mundo. Não podemos perder essa oportunidade, pois a TV digital vai valorizar ainda mais a TV brasileira. A nossa TV tem importância cultural, é uma fonte fundamental de entretenimento. Outras mídias inclusive dependem da TV aberta, como cinema, teatro e diversas outras atividades culturais. É

uma atividade que exporta a imagem do Brasil para o mundo inteiro. Assim sendo, a TV digital tem que ser vista no sentido de valorizar essa TV aberta, e não de pulverizá-la, de maneira a colocar em risco esse recurso de que devemos nos orgulhar.

Em relação a isso, é importante que os prazos sejam cumpridos, porque já estamos defasados em relação a outros países onde a televisão não é tão importante. Tais países já estão com o processo de televisão digital em andamento, mas nós estamos ainda discutindo. Enquanto a maioria dos países discute o fim da TV analógica, estamos discutindo ainda o início da TV digital.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Muito bem.

Concedo agora a palavra ao Dr. Fernando Guerra, Diretor da Área de Componentes Eletrônicos da Associação Nacional da Indústria Eletroeletrônica – Abinee.

O SR. FERNANDO GUERRA – Mais uma vez, a Abinee agradece a oportunidade e, como mensagem final, relembro alguns números que foram citados: a tendência do custo de hardware para o usuário final vem caindo de forma dramática. Temo o dia em que vamos analisar quanto pagar para fornecer um tipo de produto para o nosso cliente. Sou um pouco cético, porque, pela formação de engenharia e teoria de limites, fico preocupado quando vejo nos gráficos onde estaremos passando de 2020.

Obviamente, contamos com o bom senso do Governo e o apoio dos governos e das entidades afins, no sentido de realmente pensar numa política industrial.

Existem alguns segmentos hoje, dentro da indústria eletrônica, que estão pagando mais impostos do que o nosso cliente final, que importa e paga impostos sobre o produto final. Essa situação é totalmente contraditória, mas é de conhecimento do Governo, já virou até choradeira da Abinee. É um fato.

Esperamos que nesse projeto de suma importância, porque é um grande *driver* da indústria eletrônica para o futuro, ter a oportunidade de pelo menos eliminar essas discrepâncias e ter uma indústria competitiva e competente.

Coloco-me à disposição para eventual pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa. PMDB-MG)

– Para as suas considerações finais, o Sr. Ricardo Beneton Martins, Diretor da TV Digital da Fundação CPqD.

O SR. RICARDO BENETON – Agradeço ao Senador Hélio Costa este convite e fico à disposição também.

O CPqD tem o maior interesse em fornecer mais explicações sobre o trabalho que vem fazendo, de forma totalmente transparente. Não sei se vou tranquilizar

zá-los ou não, mas, na verdade, só gostaria de fazer um pequeno marketing.

A metodologia que estamos usando é aplicada em países da Europa para fazer estudos de políticas públicas, portanto não estamos tirando nada da cartola. A abordagem que o CPqD usa já é de consenso, inclusive adotamos pontos voltados a países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Estamos sendo elogiados na própria Europa por pesquisadores, pessoas que estudam políticas públicas, pela nossa metodologia. Somos considerados uma referência nesse assunto.

O Brasil está tratando de forma bastante consistente essa decisão. Tenho certeza de que chegaremos a bom termo, porque, se os atores são ouvidos e inseridos de forma consistente na discussão, todos os anseios, ou praticamente todos eles, serão atendidos. Trata-se simplesmente de acertar a forma através das políticas adequadas de governo.

Muito obrigado.

Fico à disposição para qualquer nova eventualidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio Costa) – O Fernando Bittencourt mencionou, de forma muito objetiva, o fato de o Brasil, ao discutir a TV Digital, ter um histórico que precisa ser destacado: a qualidade da TV brasileira.

Somos testemunha do que o mundo pensa da nossa televisão.

Como jornalista, passei por 73 países. É raro o local aonde se chega em que a TV brasileira não tenha presença. Da China ao Japão, à Índia ou a qualquer país africano, há sempre um programa produzido no Brasil.

Recordo-me de que era momento de muita emoção, e até ficava muito honrado, quando, no exterior, alguém dizia que assistia a um programa da **TV Globo** na TV local. Abre as portas para toda e qualquer conversa o fato de pertencer ao chamado grupo das grandes redes de televisão do mundo: as três redes americanas, **ABC**, **CBS** e **NBC** – agora existe uma quarta, a **Fox** – e a **Rede Globo**.

O primeiro produto de exportação do talento brasileiro foi o programa de televisão. Por mais que no passado o cinema brasileiro tenha feito algumas incursões de sucesso lá fora, como no caso de “O Pagador de Promessas”, etc., foram instantes pontuais do talento brasileiro. Com a televisão, isso não ocorreu. Ela se fixou, mostrando a sua capacidade de produzir com a qualidade da televisão internacional.

Realmente esse é um momento importante e temos que destacar que sabemos fazer televisão. Agora vamos aprender a fazer, e fazer bem, a TV digital.

Faltou – e este é meu comentário final – o representante das operadoras de telefonia celular. Ele, lamentavelmente, não participou porque não quis,

mas fica convidado para qualquer hora que quiser comparecer.

Teremos, eventualmente, que discutir a questão da telefonia celular. Como ela entra nesse contexto, transmitindo imagens, ao se tornar um aparelhinho de televisão, um instrumento de comunicação poderoso?

Espero que tenhamos, nos próximos meses, leis que regulamentem principalmente a cobrança de impostos. Todo este trabalho feito hoje pelas operadoras de telefonia celular representa valor agregado, tem que ser taxado, cobrado.

Devemos que ter muito cuidado, porque, na medida em que descobrirem os anunciantes, e vão transmitir essas imagens muito bonitinhas pelo telefone, roubarão os seus anunciantes. Sabemos disso. Eles serão uma pequena emissora de televisão.

Temos que discutir tudo isso neste fórum importante que é a Comissão de Educação, que também é a Comissão de Comunicações do Senado Federal.

Muito obrigado ao Senador Roberto Saturnino, a todos os Srs. Senadores que estiveram presentes, aos senhores convidados, meu caro amigo Lustosa, a todos os presentes.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 51 minutos.)

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata da 04ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 22 de junho de 2005.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Sérgio Cabral e com a presença dos Senhores Senadores Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Hélio Costa, Roberto Saturnino, Cristovam Buarque, Sérgio Zambiasi, Maria do Carmo Alves, Romeu Tuma e Flávio Arns, reúne a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Valdir Raupp, Papaléo Paes e Aelton Freitas. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Cabral, submete

à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 06/2005-SCTC, de autoria dos Senhores Senadores Leonel Pavan e Valdir Raupp, destinadas a aprofundar a discussão sobre a “Exibição, a Distribuição e a Infra-estrutura na Indústria Cinematográfica Brasileira”. Comparecem à Audiência Pública os seguintes convidados: Bruno Wainer, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores Independentes – ABRADI e Sócio-Diretor da Lumière/EBA; Silvia Rabello, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Infra-estrutura Cinematográfica e Audiovisual – ABEICA; Edina Fujji, Gerente-Geral da QUANTA e Luiz Gonzaga Assis de Luca, Diretor Secretário da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas – FENEEC e Diretor de Relações Institucionais do Grupo Severiano Ribeiro. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Roberto Saturnino, Sérgio Cabral e Leonel Pavan. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Cabral, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador Sérgio Cabral, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Havendo quórum regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

O assunto da audiência pública é a exibição, a distribuição e a infra-estrutura na indústria cinematográfica brasileira. Os autores do requerimento são os Senadores Leonel Pavan e Valdir Raupp. Os convidados são, e gostaria já de chamá-los para compor a Mesa, Silvia Rabello, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Infra-Estrutura Cinematográfica e Audiovisual; Bruno Weiner, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores Independentes (Abradi) e Sócio-Diretor da Lumière; Luiz Gonzaga Assis de

Luca, Diretor-Secretário da Federação Nacional das Empresas Exibidoras e Cinematográficas (Feneec) e Diretor de Relações Institucionais do Grupo Severiano Ribeiro; e a Srª Edna Fuji, Gerente-Geral da Quanta, que ainda não chegou a esta reunião.

Esta Subcomissão já promoveu na semana retrasada uma importante reunião sobre a implantação da TV Digital no Brasil.

Temos ainda os seguintes requerimentos já aprovados: audiência pública sobre a regionalização da produção audiovisual para a televisão; discussão sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações, o Fust; audiência pública sobre a pirataria na indústria do audiovisual; e debate sobre a regulamentação de dois artigos da Constituição Federal referentes à comunicação social, arts. 221 e 222.

Passarei a palavra, da minha direita para minha esquerda, para a Srª Silvia Rabello.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Pela ordem, Senador Leonel Pavan, um dos autores do requerimento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Sérgio Cabral, permita-me usar a palavra antes da explanação dos nossos convidados, pessoas ilustres e de grande importância para a indústria cinematográfica do nosso País.

Gostaria, Sr. Presidente, imensamente, de aqui permanecer, ouvir e debater todos os esclarecimentos e as opiniões, mas saiba V. Exª que, na CPMI, já estão me chamando, que, na Comissão de Infra-Estrutura, relato dois projetos e sou autor de um e que tenho uma reunião agora com o Sr. Nelson Jobim sobre **royalties** do petróleo, matéria de interesse do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – V. Exª me faz lembrar aquele poema do grande Mário de Andrade: sou 300, sou 360.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não fazemos parte dos 300 picaretas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Não. Estou me referindo a Mário de Andrade, Senador Leonel Pavan, o grande brasileiro Mário de Andrade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Apesar de terem muitos ainda no Congresso. Mas estamos trabalhando tanto, e essa é a nossa missão, esse é o nosso compromisso, até porque é muito difícil... “O que vocês fazem lá? O que estão fazendo por nós?”

Estamos vendo aqui os funcionários da Comissão de Educação, Júlio e a sua equipe, esforçando-se, buscando Senadores nos corredores, tirando de uma comissão, tirando de outra, para tentar preencher todos os compromissos que o Senado Federal

tem com os problemas do nosso Brasil e para buscar as soluções.

Por isso, quero agradecer os convidados. É muito importante a presença de V. Ex^{as}. Nós queremos contribuir, queremos ajudar, queremos participar. Temos esse compromisso com a indústria cinematográfica, com a cultura do nosso País.

Aliás, Sr. Presidente, Senador Sérgio Cabral, amanhã, começa no México um encontro com lideranças de todos os países do Mercosul, que é o Parcum. Quem representou o Congresso Nacional recentemente no Chile fomos eu e o Senador Sérgio Guerra. Lá, discutimos muito sobre a questão da pirataria do audiovisual. Discutimos sobre CDs e inúmeras coisas em Santiago, no Chile. Essa discussão vai continuar, começando amanhã no México. Esta comissão mandou para o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, a indicação dos Senadores para representar o Congresso Nacional e o Brasil. E nós não vamos. Eu não vou também pedir para ir, porque eu não preciso... Eu fui indicado para ir, eu não quero viajar, eu tenho compromissos. Eu fui indicado para ir e eu não vou mais, porque não há mais tempo. Há mais de um mês, estamos encaminhando: ‘temos de representar o Brasil, temos de discutir essa questão da pirataria no México’. Há mais de um mês. Aí, ‘fale com o Senador Renan Calheiros, fale com o Presidente’.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Permite um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu não tenho de falar, porque eu fui indicado. Lamentavelmente, o Brasil não se fará presente, porque não há mais tempo para se organizar, a fim de estarmos no México para representar o Brasil.

Pois não, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Cabral, e Senador Leonel Pavan, considero a importância desta subcomissão. V. Ex^a, Senador Sérgio Cabral, dá o esplendor que ela merece com a sua competência, com os seus conhecimentos. Esse requerimento do Senador Leonel Pavan, inclusive com essas planilhas que foram juntadas, dá-nos a idéia da importância da indústria cinematográfica e de tantas outras, em que o Brasil hoje se insere, no contexto internacional, como um dos principais produtores.

Se o Brasil deixa de participar de reuniões internacionais, onde se discutem questões, nas quais o Brasil é acusado de ser o principal país da pirataria e da cópia, ele não tem fórum para se defender e para oferecer a honestidade da indústria produtora. Vamos sempre perder espaço.

Então, provavelmente, tem de haver uma alerta ao Presidente do Senado Federal pela responsabilidade

que se tem. Ao criar esta subcomissão, dá-se o valor àquelas pessoas que se dedicam de corpo e alma à produção do cinema. Ainda ontem, nós nos referimos à indústria, usando muita violência, como figura importante no comércio internacional de cinema, no exterior, o que, às vezes, denigre a imagem do País.

Assim, acho que V. Ex^a tem razão. Peço até desculpas. Sou suplente aqui, mas sou apaixonado pelo tema e principalmente por respeitar V. Ex^a como um grande amigo e um grande Senador que, quando preside um setor aqui, leva com seriedade.

Então, acho que o Senador Leonel Pavan tem razão. A revolta dele é correta, pelo que significa internacionalmente a participação do Brasil na produção cinematográfica.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para finalizar a minha questão de ordem, quero deixar registrado mais uma vez o trabalho do Júlio e de toda equipe aqui... Trabalhando um “monte”.

Quero dizer o seguinte, Presidente Sérgio: eu reivindiquei em Santiago do Chile que o próximo encontro para discutir a cultura do Mercosul fosse no Brasil e foi aprovado em Santiago do Chile – e até reivindiquei que fosse em Santa Catarina, no meu Estado. E o tema se daria à continuidade agora no México, porque agora os mexicanos entram no Mercosul, com tudo. Principalmente a questão cultural, para discutir a cultura do Mercosul. Agora que entraram, e é a segunda reunião, por isso está sendo no México.

E vai ter uma grande mobilização lá. Só que não vamos estar lá para defender o Brasil. Infelizmente, não podemos ficar pagando as passagens do meu bolso para ir discutir uma questão nacional. Até poderia, mas também tenho outros compromissos. Preciso ser dispensado do Congresso. Mas agora não há realmente mais tempo, porque eu não me preparei para que pudesse até arrumar a minha documentação para que pudéssemos viajar... Então, que fique registrado o nosso protesto.

Estamos discutindo a pirataria de audiovisual e justamente quando se inicia uma discussão sobre a pirataria no México. São artistas reclamando dos seus direitos. São todos os artistas do Mercosul. E essa é a discussão que será feita lá no México e da qual, infelizmente, o Brasil estará ausente.

Quero cumprimenta a todos e dizer que infelizmente tenho outros compromissos...

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Agradeço a V. Ex^a, que tem sido um dos membros mais atuantes desta Subcomissão e, no que diz respeito ao Parcum, ao Parlamento do Mercosul para a área da cultura, V. Ex^a tem sido extremamente atuante.

Como Presidente da Subcomissão, vou interceder junto à Mesa Diretora para que isso não volte a ocorrer, porque realmente é um desprezo e um erro. Tenho certeza de que isso não passou pelas mãos do Senador Renan Calheiros.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – “Fale com o Presidente, Fale com o Presidente”. Eu não tenho que estar pedindo, não é para mim. Parece que é ...obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Claro. Esse é um assunto digno de ser objeto de futura audiência pública em nossa Subcomissão.

Bom, vamos então entrar no assunto da audiência pública de hoje, a exibição, distribuição e a infra-estrutura na indústria cinematográfica brasileira, lembrando também aos nossos convidados e membros da Subcomissão que outro assunto importante a ser discutido em uma futura audiência pública é a questão da Lei do Audiovisual, que tem prazo de vigência e que no ano que vem termina o prazo de vigência e nós temos que discutir isso junto com o Governo Federal e com os **players** da indústria cinematográfica brasileira.

Passo a palavra...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Sr Presidente, só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Eu acho que seria mais indelicado ainda sair sem pedir desculpas, mas sou presidente de uma Comissão que se reúne agora, às 11h, e que terá mais dificuldade do que esta para conseguir quorum, pois esta tem um charme especial e, se não fizermos a reunião, duas embaixadas brasileiras ficarão vazias, porque será a sabatina de dois Embaixadores.

Vou pedir licença, mas tenho de estar lá nesses oito minutos que faltam, tentando atrair Senadores. Um deles, o Senador Roberto Saturnino, que de qualquer maneira, vou liberar para que fique aqui algum tempo, mas não por muito tempo.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – E eu ainda sou membro da CPI, e ela está rolando.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PT – DF) – Mas o que me anima, senhores e senhoras, é que esse evento ele não é apenas para conversar conosco, os Senadores, e sim com o Brasil inteiro, por meio da televisão, que leva para o Brasil inteiro esse debate.

Ao falar aqui, mesmo que não haja ninguém ouvindo no recinto, o Brasil estará ouvindo e isso é o fundamental. Depois, nos Anais, nos chama a atenção.

Peço desculpas, mas sei que a população brasileira estará assistindo pela televisão. Isso é fundamental, para despertar para assunto dessa importância.

Sou um aliado de V. Ex^{as} nessa luta, embora não possa ficar aqui assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Senador Cristovam, V. Ex^a tem toda a razão no dever de presidir a Comissão de Relações Exteriores do Congresso Nacional. Em relação à produção cultural brasileiro, V. Ex^a não tem o que explicar do seu compromisso, pois toda a população está ciente. Só não despreze o seu charme.

Concedo a palavra ao nosso convidado Bruno Weiner. Nossa convidada, Sílvia Rabello, que começamos pelo Bruno, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores Independentes. Por favor, Bruno, serão 15 minutos de exposição.

O SR. BRUNO WEINER – Bom dia!

Creio que estamos muito íntimos nesta nossa reunião. De qualquer maneira, cada espaço que temos para poder debater as idéias tem que ser aproveitado porque os espaços são, realmente, pequenos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – E resistem os Senadores Saturnino Braga e Geraldo Mesquita.

O SR. BRUNO WEINER – Sou Diretor da empresa Lumière, que é uma empresa brasileira e independente de distribuição. Também sou presidente da Abrade, que é uma associação brasileira dos distribuidores independentes. Essa associação foi criada no ano passado – e consolidada este ano – porque os distribuidores independentes, diante das discussões que estavam ocorrendo a respeito da política cinematográfica – com a proposta da Ancinave – achamos que era importante que tivéssemos uma representação institucional definida. Até então, o setor de distribuição, quando era convocado para as discussões, era confundido. No mesmo saco havia os distribuidores americanos e os distribuidores brasileiros independentes. Na verdade, nossos interesses em alguns momentos são comuns, mas em muitas outras horas são conflitantes. Resolvemos, realmente, separar os canais para ficar bem claro que existem, no setor de distribuição, os distribuidores norte-americanos e os distribuidores brasileiros. Na verdade, vim dar o meu depoimento representando o meu setor – que é o de distribuição – sobre o que está acontecendo com a colocação do cinema brasileiro no seu próprio mercado. Na realidade, já é um consenso, uma análise comum a todo o mundo. É do conhecimento de todos que o cinema brasileiro, depois de um apogeu, de um auge, em 2003, quando ocupou praticamente 20% do mercado, vendendo mais de 20 milhões de ingresso. Na verdade, depois desse ano o cinema brasileiro começou perder espaço. Em 2004, houve uma queda da participação do cinema brasileiro no mercado. Enquanto o mercado todo cresceu de

100 milhões de expectadores para 115 milhões de expectadores, o cinema brasileiro vendeu cinco milhões de ingressos a menos. Na verdade, já se sabia, desde 2002, que 2005 ia ser pior. As previsões para 2005 eram mais pessimistas ainda. Estão se confirmando este ano. Este ano a previsão de performance do cinema brasileiro em seu próprio mercado reduziu-se substancialmente.

Desde já, as previsões de performance para o cinema brasileiro para 2006, 2007, já poderemos dizer, desde já, que são mais sinistras ainda. O cinema é uma atividade que exige um tempo entre o plantar e o colher. Esse tempo é de mais ou menos de dois ou três anos. O que se decide hoje será colhido daqui a dois, três anos. Na verdade, já sabemos o que a gente espera colher daqui a dois, três anos. Enfim, precisamos tentar explicar essa razão sob o meu ponto de vista, sob o ponto de vista da distribuição. Na verdade, as análises, os diagnósticos, já são um pouco comuns. Até recomendo a V. Ex^{as} o Manuel Rangel, que é o novo diretor da Ancine, no Estado de S. Paulo, em abril. S. Ex^a fez um diagnóstico preciso, geral, do setor. Por que esse ciclo teve seu apogeu em 2003 e por que, enfim, precisa ser revisto, por que não deu sustentabilidade para a indústria brasileira ir para frente e crescer cada vez mais, ocupar cada vez mais espaços.

Vou tentar dar o depoimento do meu ponto de vista, que é o ponto de vista do distribuidor. Para tentarmos entender essa questão, é preciso que vocês compreendam que o setor de distribuição é a premissa básica para se fazer uma política audiovisual. Ela parte do setor de distribuição, que é o mecanismo fundamental para o financiamento da produção e para a estratégia de ocupação ou de resistência do seu próprio mercado. E isso é assim no mundo inteiro. Para entender rapidamente, na verdade, quem financia a produção dos filmes norte-americanos, no mundo, são as distribuidoras, porque a chave do cofre pertence a quem tem os direitos de exploração daqueles filmes. A questão, hoje em dia, é que, economicamente, já não importa qual é a nacionalidade do filme, que tem uma importância cultural, mas sim a nacionalidade do dono do filme. Essa que é a questão!

Essa política de distribuição sempre existiu no Brasil também. Só para uma rápida lembrança, na verdade, durante a ditadura militar até o Governo Collor, a política de distribuição, de ocupação do cinema brasileiro, era por meio de uma distribuidora estatal, que era a Embrafilme. Essa era uma política clara. A Embrafilme era a grande financiadora dos filmes e fazia operação direta da distribuição deles. Era uma política absolutamente clara e que deu certo durante

um tempo, mas que, depois, se desgastou e acabou junto com o próprio regime.

Houve, então, o nosso período negro com o Collor, mas, logo depois, com o Itamar e com o Fernando Henrique, iniciou-se uma nova política de distribuição, baseada, sobretudo, na Lei do Audiovisual, criada em 1995, determinando um outro caminho. Os recursos continuam públicos, mas as decisões do investimento passam a ser terceirizadas. Nessa Lei do Audiovisual, existem dois artigos fundamentais, que são o art. 1º e o art. 3º. O art. 1º permite que as companhias destinem uma parte do seu Imposto de Renda para a produção de filmes, e aí é que entraram os grandes agentes, que são as grandes estatais, Petrobras, Eletrobrás etc, que tiveram uma política firme de investimento no cinema brasileiro. E o art. 3º da Lei do Audiovisual permite que as distribuidoras que lidam com filmes estrangeiros possam destinar uma boa parte do Imposto de Renda que pagam, na hora da remessa do **royalty** para fora, na produção de filme brasileiro. Então, na verdade é uma política de entregar a distribuição do filme brasileiro para as companhias que lidam com filmes estrangeiros. E, obviamente, que as grandes companhias que lidam com os grandes filmes estrangeiros são as companhias americanas. Essa foi uma escolha que é defensável ou não, dependendo do ponto de vista.

Gostaria de explicar por que, do ponto de vista da distribuição, essa escolha chegou ao seu teto. Primeiramente, por uma questão matemática muito clara. O que acontece? No Brasil, são distribuídos por volta de 250 filmes por ano, e esse número está crescendo, pois, a cada ano, mais filmes entram para serem distribuídos aqui. Tenho um levantamento, os números estão aí à disposição de vocês todos, mas dá uma média de 250 filmes por ano. Desses 250 filmes, 200 são americanos e estão nas mãos das companhias americanas. São cinco companhias americanas, que são Columbia, Buena Vista, Fox, Warner, UIP, além dos filmes que elas mesmas produzem, criando o seu braço independente.

Um parêntese rápido: nos anos 90, houve o fenômeno do cinema independente no mundo, que começou a conquistar uma fatia importante do mercado. E o que fizeram as companhias, as grandes **majors** – e essa palavra não é nem adequada, pois, na verdade, são as grandes corporações, hoje em dia, a nacionalidade perdeu um pouco o sentido –, as grandes corporações diante de um fenômeno independente? Elas compraram e incorporaram no seu acervo as companhias independentes. Hoje em dia cada grande corporação tem o seu braço. Por exemplo, a Warner comprou a New Line; a Disney, a Miramax; e assim por diante.

Além disso, houve uma nova concentração de filmes na mão das grandes corporações. São 200 filmes por ano e quatro companhias: uma média anual de 40 filmes distribuídos por cada companhia. Há um número limitador nas janelas de cinema. É claro que existem outras janelas importantes, mas a de cinema é a principal. O resultado do filme do cinema vai determinar a carreira comercial do filme no vídeo, na televisão, na **pay-per-view**, etc. Só que o mercado de cinema tem uma limitação: são 52 semanas e duas mil salas de cinema. Não é como vender no supermercado. Não é possível abrir uma nova quitanda e colocar o seu filme para exibir. É necessário aquele espaço para dividir o seu filme. Os 40 filmes distribuídos, por ano, por companhia divididos por 52 semanas resulta em uma média de um filme lançado a cada nove dias. Quantos filmes essas empresas estão capacitadas a absorver, já que há um filme para ser lançado a cada nove dias?

Os números estão aí. Não estou inventando. De 2000 a 2005, na verdade, nunca houve mais de 20 filmes distribuídos pelas companhias americanas, uma média de quatro filmes por companhia. Essa é a verdade. Foi o máximo que as companhias americanas... É um vício, desculpe. Foram as grandes corporações internacionais. Não há espaço. Essas estruturas foram criadas e montadas, primeiro, para vender o produto que vem de fora. Essa é a prioridade. A briga está no campo da ocupação do mercado. É o **market share**, a ocupação do mercado. A prioridade é para o grande produto internacional.

Obviamente que esse ano é um ano que está ruim geral, o número de ingressos diminuiu devido, entre outros fatores, a uma má safra de grandes filmes internacionais. Então, para esse ano seria perfeito se houvesse uma boa safra de filmes brasileiros, porque você poderia preencher o buraco vazio. Mas em um ano de grandes produções internacionais? Como é que você pode conciliar um ano de grandes produções internacionais com muitas boas produções internacionais, com muitas boas produções nacionais. Tem uma hora que vai haver uma briga pelo espaço pela sala de cinema e tudo o mais.

Se quem tem detém o poder decisão sobre que vai no cinema for detentor dos dois títulos, tem uma hora que o detentor tem que escolher qual o filme vai ter a prioridade para aquela data. É uma questão... É um armário e tem que caber as coisas lá dentro.

Então, por causa desse fator eu atribuo porque o cinema brasileiro atingiu o seu pico em 2003 e não tem condições esse é um ano excepcional porque se nós formos ver de novo, sempre mais de 90% dos in-

gressos vendidos pelo filme brasileiro ao longo desses cinco anos foram vendidos no máximo oito filmes, é o máximo, nunca é mais de oito filmes. Então, o que acontece. Qual é o nosso drama? O nosso drama é o seguinte: é que se você produz dentro dos 50 filmes que foram produzidos por ano no Brasil só oito vão defender a bilheteria, você está se referindo a no máximo seis produtores. Se pintou um dor de barriga em dois, três, quatro acabou o ano. Se faltou a criatividade ou se cada produtor desse teve uma dificuldade adicional de captar recurso para acabar o seu filme por outros problemas, acabou o mercado, o mercado é mínimo para o cinema brasileiro.

A indústria do cinema brasileiro, na verdade, é mínima porque quem move a indústria são oito filmes, porque são oito ou dez filmes que têm uma consequência econômica, que tem um compromisso com ocupar, com vender ingresso, etc. e tal.

Então, eu acho que, para que saíamos, obviamente aconteceu...

Esse é o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Não, esta campanha é automática, não fui eu que apertei, não.

V. S^a fique à vontade porque sua exposição está muito interessante e a prorrogamos por cinco minutos.

O SR. BRUNO WEINER – Obrigado.

Ao mesmo tempo – estamos colhendo hoje, dois anos, como eu disse, é o tempo de dois ou três anos -, o que aconteceu? Em 2003, assumiu um novo Governo que resolveu discutir a política cinematográfica e apresentou um projeto, que criava a Ancinave e que tinha muitos pontos interessantes. Mas, na minha opinião, ele abordou o tema pelo lado errado. Se formos analisar o projeto da Ancinave, a questão da distribuição é pouquíssimo contemplada. Ela mal é citada.

Outra medida que o Governo tomou foi redirecionar os investimentos das empresas estatais com o discurso da descentralização, da democratização, da produção, etc. e tal. Então, pulverizou os recursos. Infelizmente, a atividade de cinema não é democrática, mas é uma atividade “meritocrática”. É preciso destinar os recursos para os produtos que terão consequência numa estratégia feita pelo Governo.

Esses recursos das estatais foram pulverizados. Então, aquele produtor que produz aquele grande filme, por ano, ficou com dificuldade de captar os seus recursos para poder produzir o seu filme, porque a outra parte do seu orçamento, que vem justamente do art. 1º e das estatais não veio. Então, nós estamos, dois anos depois, vivendo este problema, está faltando

filme porque, há dois anos, mudou-se uma das fontes de financiamento.

Por outro lado, volto a dizer, não se discutiu o problema principal, que é o problema da distribuição. Se queremos ter um cinema brasileiro forte e que ocupe, cada vez mais, o espaço aqui dentro, é preciso que se dê a possibilidade aos distribuidores brasileiros de defenderem esse filme, para começar, dentro do próprio mercado.

Obviamente que, quando eu tenho um filme brasileiro, e posso falar com alguma autoridade, porque nos últimos quatro anos – enfim há muito tempo que a Lumière está nessa briga – nós, como os outros distribuidores independentes compramos filmes estrangeiros e geramos alguns artigos, terceiros, que faz com que estejamos nessa luta.

Mas existe até uma contradição, uma coisa louca, quanto mais dinheiro você ganha com filme estrangeiro sendo distribuído no Brasil, mais recursos você vai ter para investir em cinema brasileiro. Há uma lógica que não se fecha nessa coisa.

Gostaria muitíssimo de poder abrir mão, cada vez mais, de filmes estrangeiros para lançar mais filmes brasileiros. Eu tive muito boas experiências. A minha empresa co-produziu e distribuiu Cidade de Deus, Os Normais e Olga, e todos os três foram grande sucesso de bilheteria, além de inúmeros filmes que tiveram uma performance não tão espetacular, mas que tiveram uma grande importância dentro do pacote do cinema brasileiro, como os filmes do Walter Salles, o Abril Despedaçado e uma série de outros. Falo com alguma autoridade porque sei o que estou falando.

Para terminar, por que eu defendo que é o distribuidor nacional que tem que ter o acesso e a possibilidade de ter na sua mão, de adquirir, os grandes filmes brasileiros?

O que acontece é que lançar um filme nacional dá muito trabalho. Quando recebemos um filme estrangeiro, ele vem semipronto. É igual uma pizza que vem semipronta. Ele já foi testado lá fora, você já sabe qual é o público que gosta do filme, ele já está com o seu material pronto, está tudo pronto. Quando o filme chega ao Brasil, você dá uma nacionalizada, bota um dendê no filme e pronto. Com um lançamento, a cada nove dias, não há tempo para fazer mais do que isso mesmo.

Um filme nacional dá muito trabalho, porque não se sabe, na verdade, qual é o marketing a fazer, qual é o público que ele vai alcançar, você tem que segurar na mão do produtor, do diretor, enfim, para que o cinema brasileiro seja bem atendido é preciso que existam estruturas prontas para atendê-lo. E volto a dizer que as melhores estruturas para atender ao cinema

nacional são as empresas nacionais. Posso falar isso por minha própria experiência.

Para finalizar, o que estou defendendo aqui, o meu ponto de vista, é lógico – existem outras razões, mas estou aqui para falar do meu setor –, é que nós, aproveitando o fato de que, no ano que vem, a Lei do Audiovisual, em vários aspectos, vai caducar, enfim, é preciso discutir isso, o momento... Já estamos atrasados, o momento é agora para podermos determinar o que vamos plantar para sabermos o que vamos colher, não mais em 2006 ou 2007, mas agora já temos que pensar em 2008, 2009, 2010.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Obrigado, Sr. Bruno Weiner.

Em vez de estabelecer agora o contraditório entre o distribuidor e o exibidor, vamos passar pela infra-estrutura. Vamos ouvir a Sr^a Sílvia Rabello, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Infra-Estrutura Cinematográfica e Audiovisual (Abeica).

A SRA. SÍLVIA RABELLO – Obrigada.

Bom dia a todos. Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Perdão. Registro que nossa Edna já chegou.

A SRA. SÍLVIA RABELLO – Inclusive eu queria pedir desculpas pelo atraso, mas nós ficamos, só em cima de Brasília, uma hora voando para esperar vaga para estacionar o avião.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Também registro, Dona Sílvia, mais uma vez interrompendo, a presença do Senador Sérgio Zambiasi, do PTB do Rio Grande do Sul.

A SRA. SÍLVIA RABELLO – Já é a segunda vez que venho aqui, nesta Comissão. A primeira vez foi para discutir a medida provisória que criou a Ancine (Agência Nacional do Cinema) e agora, especificamente, o assunto “Exibição, Distribuição e Infra-estrutura”.

Na realidade, eu sou, além de Presidente da Abeica, que é também uma associação que foi criada justamente porque quando nós iniciamos nossa atividade na área de laboratório nós sentimos que as discussões da indústria audiovisual brasileira passavam sempre pela produção, distribuição e exibição. A infra-estrutura estava, de alguma forma, nesse bolo chamado produção, mas nunca se dava atenção a ela como uma indústria porque, na realidade, para se ter o produto para ser distribuído, necessariamente o País tem que dispor de uma infra-estrutura que permita uma qualidade técnica, até para alcançar o público. Hoje, ainda mais com a evolução das técnicas de finalização de filmes, mais e mais o produto brasileiro precisa ter qualidade para competir nesse mercado extremamente sofisticado das produções cinematográficas.

Então, nós temos empresas associadas em todas as atividades: de laboratório, de aluguel de câmara, de locação de luz, de sonorização, de estúdio, todas as empresas, é uma área bastante abrangente.

E hoje, quando, um tempo atrás, os dois Diretores da Ancine tomaram posse, o discurso do Ministro Gilberto Gil foi extremamente decepcionante para nós, que atuamos nessa atividade há bastante tempo, principalmente quando ele disse que apenas a exibição investiu recursos próprios na atividade audiovisual. Isso demonstra, no mínimo, um desconhecimento muito grande do Ministro da própria área onde ele está atuando, porque a infra-estrutura tem investido recursos próprios sem se utilizar de nenhum benefício fiscal ao longo desses anos. E se hoje o Brasil tem uma possibilidade de finalização de alta qualidade, competitiva em nível internacional, isso se deve ao investimento das empresas de infra-estrutura, que carregam uma carga tributária pesada e muitas vezes inviabiliza até mesmo a nossa possibilidade de mais investimentos, porque a carga tributária vai de 17% a 80% sobre peças, equipamentos que nós necessitamos. Toda matéria-prima de um laboratório é um filme, um filme é um **commodity** que só é fabricado em três lugares do mundo: no Japão, nos Estados Unidos e na Europa, na Bélgica. Então, não tem como usar filme brasileiro, não tem como usar equipamentos de finalização brasileiros porque essa indústria não existe no Brasil, nem se justificaria, devido aos elevados preços.

Então, a nossa briga ao longo do tempo tem sido a desoneração da cadeia tributária – o Senador Roberto Saturnino conhece bem essa nossa luta – e o reconhecimento dos investimentos que vêm sendo feitos nesses últimos anos – a Edna vai poder complementar muito bem todas essas informações que eu estou dando neste momento.

E, mais ainda, a infra-estrutura tem atuado como uma segunda lei do audiovisual, porque ao longo do meus sete anos que estou à frente do laboratório Labocine, no Rio de Janeiro, nós fizemos mais de 40 co-produções, investindo dinheiro bom, ou seja, entrando com parte dos serviços para que se viabilizem as produções nacionais.

Então, se hoje o filme brasileiro tem a qualidade que tem, a questão de colocação no mercado é outra, mas a qualidade técnica de finalização dos filmes brasileiros hoje em nada fica a dever a nenhum filme estrangeiro. Isso também não tem sido reconhecido. Estamos há anos nessa luta, temos brigado e não se consegue a sensibilidade das autoridades brasileiras para essa situação, ou seja, que os produtos usados na infra-estrutura, a cadeia tributária tem que ser desonerada. Eu não quero não pagar impostos; eu quero

pagar impostos que sejam compatíveis com a atividade que venho desenvolvendo, porque a produção nacional – e o Bruno muito bem disse qual é o problema e de onde esgotou os recursos, porque o governo tem que ser um catalisador e quando isso não acontece significa que aquela fonte está esgotada e tem que ser revista, reestudada, novos mecanismos têm que ser criados.

O governo não pode ficar eternamente injetando recursos numa atividade que não consegue se desenvolver sozinha. É lógico que temos a parte do cinema, da diversidade cultural, da manutenção, que precisam ser das novas imagens, dos novos talentos, enfim, toda a diversidade de linguagem e que para isso temos um Ministério da Cultura. Agora, se o país pretende ter uma indústria cinematográfica e do audiovisual ela tem que alcançar o mercado. O filme brasileiro tem que ser visto pelos brasileiros e o brasileiro tem que gostar do filme brasileiro, o brasileiro tem que ter orgulho de seu filme, como hoje já tem, porque produções como Cidade de Deus, Carandiru, Olga, Os Normais, Cazuza, no ano passado foram filmes que atingiram um grande número de público deu orgulho.

Então, vemos que hoje as pessoas vão ao cinema para ver um filme brasileiro porque gostam, porque o brasileiro tem que se ver na tela e não implantar uma cultura de só reconhecer uma bandeira estrangeira, porque ele vem sendo massacrado por uma cultura estrangeira? Esse é um problema muito sério e a participação da infra-estrutura nas co-produções brasileiras não é reconhecida, não é vista e desanima muito quem está investindo, colocando toda a sua energia para que isso aconteça e não ter o reconhecimento sequer do próprio Ministro no discurso de posse da diretoria da Ancine. Isso é uma coisa que me deixou bastante aborrecida e no dia manifestei para os assessores dele e disse que a minha vontade é pegar o laboratório, vender, transformar em um supermercado e na hora de fazer o filme brasileiro vocês vão ver onde vão terminar os seus filmes.

Então, vou ser bem breve. Acho que se houver perguntas eu prefiro respondê-las mas dizer que a infra-estrutura tem sido um investidor no cinema brasileiro apenas e tão-somente de recursos próprios. As empresas atualmente existentes no mercado são praticamente brasileiras, a não ser um grupo em São Paulo que vem da América Latina, mas todas as empresas laboratório finalizadoras são brasileiras com 100% de capital nacional. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Quero agradecer a excelente exposição da Sílvia Rabello e passar para a Edna, da Quanta, que também vai nos trazer uma exposição na área de infra-estrutura.

A SRA. EDNA FUJI – Pelos mesmos motivos, parece que houve um problema de radar em Brasília e os aviões ficaram sobrevoando a cidade. Desculpem-me o atraso.

Fiz alguns trabalhos com a Sílvia através da própria Abeica, tem uma outra associação em São Paulo, Abele, e já estou...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Edna, só um minuto. Cometi uma indelicadeza. Quero registrar a presença do nosso Presidente da Comissão-mãe, que tanta força e importância dá à indústria cinematográfica brasileira, que é o eminente Senador Hélio Costa, Presidente da Comissão de Educação, que nos prestigia com a sua presença.

A SRA. EDNA FUJI – Como vinha falando, já pude participar de vários trabalhos. Estou no mercado há mais de trinta anos. Dirijo a empresa há vinte e cinco anos. E fiz aqui um resumo, que V. Ex^{as} irão receber. Fiz um trabalho de mercado também, que entreguei ao Ministro Gilberto Gil, na época formação da comissão do Conselho Superior de Cinema, da qual faço parte. Durante os trabalhos de reunião da Comissão, fiz um levantamento do mercado, porque realmente, e a Sílvia tem razão, o Governo não sabe o que é e quais as empresas que compõem a infra-estrutura do cinema brasileiro. Então, trouxe esse levantamento, que posteriormente será distribuída cópia a V. Ex^{as}, mostrando quantos laboratórios, quantas empresas de locação, que investe em câmaras, áudio, vídeo.

Temos graves problemas em nosso mercado. Um deles é, por exemplo, o áudio. Para V. Ex^{as} terem uma idéia, é o próprio operador que tem o seu próprio áudio. Muitas vezes os cachês, depois de feitas a captação, todas as despesas, o orçamento BO, que é super baixo, os cachês são mínimos, que é o pago para o operador de som, que ainda leva os seus materiais. A mesma coisa é em relação à locadora de luz de câmara.

Estou falando aqui de todo o mercado, do laboratório, enfim. Tive a oportunidade de convencer a mesa e os Conselheiros do que precisaria para termos no projeto de lei da Ancine, Ancinave, sei lá o quê, a mim não me importa, alguns itens se suma importância. Acho que não precisamos ter isenção total de imposto. Acho que não devemos ter isso, mas poderíamos ter, por exemplo, o que investimos no cinema, as empresas de infra-estrutura ajudando a co-produzir ou sendo produtora associada do filme, poderíamos ter bônus, bônus no valor que investimos. Então, isso também está aqui desenhado.

É uma luta que venho empreendendo há mais de vinte anos, desde o Gedic, desde muitos. Já mandei isso para o ex-Ministro Francisco Weffort, para o Mi-

nistro Gilberto Gil. Venho brigando por isso. Gostaria que V. Ex^{as} o lessem porque é algo justo.

Trouxe aqui também um resumo. Para V. Ex^{as} terem uma idéia: a empresa que trabalho, porque sou apaixonada por cinema, fiz um resumo do que a Quanta, somente ela, investiu no cinema brasileiro nos últimos anos. Não quero falar só da quanto, quero que o Labocine, que também investe e outras empresas que queiram investir. Se elas tiverem em troca bônus, um certificado aprovado pelo nosso contrato – que trouxe também –, contrato de co-produção, um modelo que pode se basear por isso, sendo registrado. Se aqui comprovar que entrei no filme com R\$400,00, maravilha. Vou acumulando esse bônus. Quando eu for desembaraçar minha mercadoria... Lamentavelmente, pelo fato de não termos uma indústria cinematográfica, não há empresários interessados em desenvolver esses equipamentos altamente tecnológicos no Brasil. Tomara que isso aconteça um dia, mas está aqui. Então, seria uma troca justa, troca do que investi em bônus. Acumulo bônus, vou à Receita Federal e desconto isso do imposto que deveria pagar, que é efeito cascata. Por esse motivo, ele se torna uma lâmpada que vai no refletor, que não há similar brasileiro. Ela fica, na média, 168% a mais do valor de origem, fora que a nossa moeda não é muito valorizada. Então, tem que se pagar em dólar.

A empresa como a Quanta, por exemplo, que posso falar por mim, tenho crédito lá fora, porque pagamos tudo direitinho lá. Maravilha. Consigo um financiamento de três anos lá fora. Pago em dólar, tudo direitinho. Mas quando o container chega aqui, tenho que desembaraçar. Aí é que pega, porque, muitas vezes, não temos uma rentabilidade. O próprio cinema não dá essa rentabilidade. Houve um período em que a publicidade era riquíssima. Na década de 80 a 90, a publicidade tinha uma rentabilidade que fez surgirem empresas como a Quanta, Labocine, Casablanca. Não foi por conta do cinema brasileiro. O cinema brasileiro, ao contrário, nos anos 80, foi caindo, caindo até que se fechou a Embrafilme. Quero dizer que a publicidade foi excelente porque ela tinha uma rentabilidade que nos deu condições de aumentar o nosso parque de iluminação.

Eu fui co-produtora, a Sílvia falou, no caso da Lumière, ele falou do Cazuya, Cidade de Deus. Em todos esses filmes, a iluminação foi nossa, exceto Olga. E o que acontece? Filmes como Olga, Cazuya, Cidade de Deus, se tivermos quatro produções simultâneas e mais um mercado publicitário, que hoje é muito pouco, não temos refletores, não tem câmara, não tem som. Hoje, há também um movimento em que as cidades estão abrindo as **film commission**, os birôs, porque

o que quer o Governo? Ele quer mostrar a nossa cara, o Brasil, o nosso turismo. Está certo. As nossas cidades são maravilhosas, lindas, só que, para isso, temos que ter estrutura.

Então, tenho passado pelos maiores problemas, porque há produtoras muito bem no mercado, como Conspiração e O2, que têm trazido produções estrangeiras de comerciais para serem realizadas no Brasil, mas não temos equipamentos eficientes. Eles pedem 14, 18 mil. Entre São Paulo e Rio, tem sete. Isso não é a Quanta, são todas as locadoras. Só há sete.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Sete o quê?

A SRA. EDNA FUJI – Sete HMI 18000, que é um aparelho em que só a parte da cabeça, que é o refletor: custa R\$60 mil. Fora o balaste, que é o que dá essa potência de 18 mil.

Então, vejam que, se queremos fazer uma indústria, mostrar o nosso País, ter o turismo divulgado, nós precisamos ter a base. E para isso eu penso que – e eu também quero isenção de imposto – eu trocaria essa isenção, porque todos se beneficiariam. O meu investimento que está aqui, só em longa-metragem, nos últimos dez anos, eu posso dar um número para vocês. Nós investimos 12 milhões. Isso, é óbvio, tem de ter lista de preços, um certo regulamento e regras. Mas aqui está. Eu uso a minha lista de preço normal. Entro com a metade, sempre a metade. Sou co-produtora.

Olhe, em longa-metragem, está aqui “Documentários”. Em 95, eu fiz três. Em 2004, dezesseis. No total, 103. Curta, eu entrei com 19, fiz 55. E longa-metragem, eu tenho, no último ano de 2004, 28. E minha empresa tem 25 anos. São 25 anos a duras penas. Mas estamos aí. Estou na briga. Eu tenho aqui todos esses dados.

Eu fiz uma explanação meio rápida, e eu gostaria que vocês entendessem. Outro ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção de vocês é para a mão-de-obra. Nós não temos uma escola técnica. Nós temos sim, a universidade possui formação de diretor, de diretor de arte, de roteirista, isso, contadores de histórias, o que dirige, isso tem tudo. Mas não temos um formador da mão-de-obra técnica que seja a pessoa que vai fazer a revelação. Isso quem faz é a Silvia. A minha empresa, a mesma coisa. Eu faço workshops, oficinas, participação em festivais, está aqui. Eu fiz esse levantamento. Por quê? Eu trouxe, inclusive, um projeto aqui, para aproveitar muito bem vocês, de uma escola técnica, elaborado pela Indústria Cinematográfica de São Paulo. Por quê? Porque não temos maqui-nista, não temos continuísta, não temos contra-regra; não temos maquiador, não temos figurinista. Nós não temos nada. Essa formação é autodidata. Eles se for-

mam no mercado. É o primo do primo que entra para ajudar e aí vai. Só que os diretores e diretoras de fotografia querem, um exemplo, equipamento de ponta, de alta tecnologia. Nós pagamos muitas vezes em um **kit**, um Arvisan, que é um **kit** sofisticado, US\$15 mil, e o colocamos nas mãos de uma pessoa que não tem a menor condição de operar isso. E fazemos um trabalho de tentar reciclar. Só que isso não é muito aceito. Teria de ser uma escola técnica, aprovada pelo MEC, que qualificasse essas pessoas, para que nós tenhamos segurança. No final do ano passado havia muitos comerciais estrangeiros, como eu falei, e havia alguns filmes rodando. Nós temos somente cinco **gaffer**, entre São Paulo e Rio. Cinco. E não tinha mão-de-obra. Estava um inferno dos produtores conseguirem isso.

Então, eu tenho tudo aqui. Não quero me estender porque há outras falas. Estou à disposição para depois dar maiores detalhes, porque eu gostaria muito de aproveitar. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Eu agradeço à Edna Fuji e passo, então, a palavra para o Luiz Gonzaga Assis de Luca, Presidente da Federação Nacional de Empresas Distribuidoras e Diretor do Grupo Severiano Ribeiro. Por favor.

O SR. LUIZ GONZAGA ASSIS DE LUCA – No caso, vou apresentar um **power point**.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Eu sugiro apagar a daqui de cima. Facilita. Contra a câmera, para a câmera...

O SR. LUIZ GONZAGA ASSIS DE LUCA – Bom, normalmente, Sr. Presidente, é perigoso ser o último, não é? Ou falaram tudo o que tinha que falar... Mas, no caso, eu tive vantagens, porque me facilitaram a vida.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Na área da exibição...

É importante registrar que todos os Membros da Subcomissão, Edna, receberão o material mencionado pela senhora. E o do Luiz também.

O SR. LUIZ GONZAGA ASSIS DE LUCA – Por favor, pode mudar o **slide**.

Bom, eu falarei sobre a sala de exibição. Exatamente sobre a sala de exibição e sobre mercado exibidor. Por favor, mude o **slide**. O próximo **slide**.

Então, a primeira coisa que eu acho importante... Vou fazer alguns apanhados sobre mercado exibidor brasileiro hoje e também sobre algumas questões conceituais da questão cinematográfica.

A primeira é a definição, por lei, do que é uma obra audiovisual no Brasil. Então, qualquer forma captada e colocada em movimento é cinema. Ou seja, isso é uma definição da década de 70, da Unesco, que felizmente foi adotada pelo Brasil. No momento em que

vivemos a chamada convergência dos meios, ou seja, que vai permitir a exibição de qualquer tipo de material na sala de cinema, então é muito importante essa conceituação do que seja cinema.

Hoje existem testes até de exibição simultânea, Inglaterra e Espanha, de um jogo de **videogame**. Uma platéia de mil pessoas em cada sala e uma pessoa da Espanha jogando **videogame** na tela com a Inglaterra. Cada vez mais essa questão interativa da obra audiovisual substituindo o tradicional filme é muito importante que seja adotada.

Por favor, próximo **slide**.

Hoje é muito parecido com o mercado internacional. Ou seja, a sala de cinema tem um significado muito pouco importante dentro da indústria. As duas atividades que são comerciais, não com sessões públicas, cinema e a venda de vídeo ou de DVD, representam um pouco mais de 10% da atividade. O resto são atividades de concessões públicas, como a televisão aberta, a TV paga, a Internet e assim vão surgindo. A telefonia cada vez mais vai... O cinema perde o seu significado econômico.

Por favor, próximo **slide**.

Então, por que o cinema é importante? E como funciona essa indústria hoje? A importância do cinema está diretamente ligada à forma com que a indústria opera. O conceito básico – o cinema aprendeu no confronto com a televisão e depois com o vídeo – de que não é possível se oferecer o mesmo material ao mesmo tempo em dois meios ou veículos. Então, estabeleceu-se que cada veículo – ou meios chamados janelas de emissão – terá uma exibição exclusiva e que cada país, cada mercado cinematográfico, estipula uma forma operacional. No caso, tem-se uma sequência de exibição no cinema, depois no vídeo ou DVD, depois na televisão paga e depois na TV aberta. Isso é fundamental. Caindo essa forma de operação, há a queda da sobrevivência da forma operacional existente.

A sala de cinema é importante porque é exatamente o ponto inicial. O filme somente terá valor comercial no vídeo, no Pay-TV ou na televisão aberta, ou em qualquer outro meio que venha a ser criado, se ele for um sucesso no cinema. Não descobriram outra metodologia ainda. Eu até gosto de brincar de que Titanic não é mais um filme de navio que afundou porque ele foi ao cinema e foi um grande sucesso. Não se tem como fazer sucesso que não seja no cinema. E todos os investimentos pesados para que seja um sucesso são feitos nas salas de cinema.

O próximo **slide**, por favor.

Agora, um pouco mais de Brasil. O Brasil, na década de 70 – para ser exato, em 1975 –, tinha oficialmente 3.276 salas. Teve um declínio. Há diversas

razões, mas basicamente a primeira é a penetração da televisão de forma maciça e, depois, no final da década de 80, por conta do vídeo, a ponto de chegar, em 1997, a 1.075 salas.

Por que 1997 é a base desse gráfico? Porque em 1997 foi quando entraram os grandes grupos internacionais exibidores no Brasil.

A partir de então, houve uma reversão, e praticamente se dobrou o número de salas no Brasil, chegando a 2.000 salas.

O próximo **slide**, por favor.

Aqui se fala de frequência – lá era de salas –, de número de expectadores. Ou seja, o auge do cinema no Brasil e o auge do cinema brasileiro também, até pela massificação, pela disponibilidade de salas em todos os lugares, foi exatamente em 1975, quando houve oficialmente quase trezentos milhões de ingressos.

Entre 1975 e 1980 houve uma queda muito grande. Há um número 80 lá que é exatamente a penetração maciça e a cobertura quase integral do território nacional pela televisão. Então, em 1987 é o segundo baque da exibição, que é a massificação do videocassete.

Vamos chegar a, em 1992, 75 milhões e, em 1997, 52 milhões de expectadores.

A partir de então, com a abertura de novas salas e com a modernização dos circuitos, se tem uma tendência que praticamente mais que dobrou o número de expectadores existentes no Brasil.

O próximo **slide**, por favor.

Aqui eu retomo a questão de 1997, que é a entrada dos grupos estrangeiros, porque é dito que a entrada dos grupos estrangeiros reverteu a tendência. Não, isso não é real. O que aconteceu é que os grupos estrangeiros trouxeram uma concorrência efetiva e uma modernização do circuito nacional. E, contrariamente aos outros países da América Latina, as salas brasileiras não estão maciçamente nas mãos dos estrangeiros. Ao contrário, nos últimos dois anos, a proporção de salas abertas por operadores nacionais é maior do que a dos estrangeiros. Portanto, a tendência é de queda de participação dos operadores estrangeiros. Os operadores estrangeiros no Brasil são o Cinemark, YUCA, Box e Hoyts. Muito pelo contrário, o Brasil não foi considerado um bom território para eles.

O único que investiu maciçamente e continua investindo é o Cinemark, inversamente ao que ocorre em outros países. O México, que parece com o Brasil – ou seja, é 45% –, na realidade, só está com uma grande participação de capital nacional, ou seja, 55%, por conta de um único exibidor que hoje possui 40% das telas do México, que é o Ramirez, que pegou grandes financiamentos nos Estados Unidos e comprou – usando exatamente a Alca, a (ininteligível) ou

a Nafta – uma série de pequenos circuitos mexicanos. Então, o Ramirez tem uma participação de quase 40% no mercado mexicano; existem, na realidade, internacionais e Ramirez no México, o que não é a característica do Brasil.

Na Argentina está praticamente todo internacionalizado o circuito.

No Chile, pode-se falar que a origem do capital no circuito é praticamente internacional.

Por favor, próximo **slide**.

O que mudou em relação a essa internacionalização? Na realidade, com uma concorrência estrangeira moderna – eles não trouxeram a geração de multiplex de primeira geração; eles trouxeram a terceira geração, o que foi um salto, trouxeram as tendências que ocorriam em 1997 na Europa e nos Estados Unidos –, você tinha um mercado decadente, morrendo, enquanto você tem um mercado extremamente vivo e com características diferenciadas. Tecnicamente, as salas são excepcionais, as salas de rua que fecharam – são cinemas antigos que ficavam em ruas, e não em avenidas, praças ou **shopping centers** – começam a ter uma reciclagem. Já existe o caso do Espaço Unibanco, em Botafogo; Artplex, em Botafogo, no Rio; o Rox São Luís, no Rio. Em São Paulo, já existe o Bristol, já existe o Reserva Especial. A tendência é de reabertura dessas salas de rua, transformadas em pequenos multicinemas com uma tendência de atendimento do bairro, ou seja, um espaço comunitário próprio, o que é uma tendência européia, inclusive. As salas são muito sofisticadas. Os shoppings reverteram sua tendência, pois achavam o cinema um mal necessário, porque era ruim para o **shopping** por pagar pouco de locação, ocupar muito estacionamento, exige segurança e uma série de coisas. Há, de alguma forma, uma reversão completa e que pode ser mensurado por um investimento, nesse período, demais de US\$300 milhões, realizado em cerca de sete a oito anos de iniciativa privada.

Por favor, os próximos **slides**.

Como em quase tudo no Brasil, ou seja, nós, cerca de 80% dos cinemas brasileiros estão instalados no Sul, no Sudeste e em Brasília, Distrito Federal. Isso corresponde a 83% da arrecadação nacional, e as sete maiores capitais brasileiras correspondem a 30% da arrecadação nacional.

Quando falamos da relação de número de habitantes por sala existente, o Brasil é uma das piores do mundo, nem vamos falar dos Estados Unidos, que têm sete mil habitantes por sala. Mas, qualquer coisa que falasse que para ter um mercado, inclusive, propiciasse a produção de filmes brasileiros, ou seja, de auto-sustentabilidade, teria de ter uma relação de 25

mil habitantes, no máximo 30 mil por sala. Qualquer tentativa...

O SR. (orador não identificado) – E a França?

O SR. LUIZ GONZAGA ASSIS DE LUCA – A França não está aí, ela está em torno de 17 mil. Evitei muitos países da Europa exatamente para não dizer que eu estaria pegando a nata. Não! Pego países como Argentina, México e mesmo África do Sul, ainda com as consequências da Apartheid, que tem uma relação que é quase a metade do Brasil.

Por favor, o próximo **slide**.

Bem, depois de toda essa estória boa, ou seja, o (ininteligível) já avançou, o ano de 2005 é um mau ano, a produção internacional foi muito ruim. Até o presente momento, comparado com o ano passado, caiu 30% do mercado. Diferentemente do ano de 2003, que ia ter uma tendência negativa, este ano é um mau ano de produção de filme nacional também. Ou seja, você não tem nem uma bóia para se salvar. É muito ruim! Há uma interrupção de abertura de salas, o mercado está parado e com uma agravante: os exibidores nacionais que operaram, por conta de cinco anos, com crescimento real de 10%, fizeram dívidas, estão hoje pendurados com endividamentos bancários – não são endividamentos junto aos fornecedores. Então, há um momento meio dramático na exibição.

Por favor, o próximo **slide**.

Tentarei ser um pouco mais rápido. A partir do cenário colocado, apresentarei os grandes problemas da exibição no Brasil hoje. Primeiro, a pirataria. Se nós temos uma sistemática baseada na carência de exibição; se você exhibe o filme pelo vídeo ou pela televisão, é um insucesso suficiente para mostrar que historicamente quase se acabou com a atividade de exibição no Brasil. Então, a pirataria é o grande problema hoje. Mesmo antes de o filme entrar em cartaz, compra-se o DVD. E o DVD não tem nenhum custo. Ou seja, mesmo industrialmente, ele não é parte de uma atividade industrial... Normalmente ele vem da China, produzido em grande escala. Então, ele cria um problema sério de concorrência. Mais que isso, ele começa a quebrar a sistemática. O que acontece? Os distribuidores de vídeo começam a antecipar os lançamentos dos vídeos. Ou seja, a janela é reduzida, a carência entre as janelas é reduzida. Se o acordo entre distribuidores e exibidor é de 150 dias, hoje têm sido lançados filmes em 100 dias, 90 dias. O que significa isso? Significa que os filmes não chegam ao interior. Os exibidores do interior terão grandes dificuldades. Ou, então, exige-se que o distribuidor faça mais cópias. Então, reduz a rentabilidade e mesmo a capacidade de investimento para os filmes que não são grandes. Então, se pegar

um filme com 40, 45 cópias e que tem um razoável sucesso no cinema de partida, sem dúvida alguma uma sala que esteja no interior do Paraná, por exemplo, não vai conseguir exibir o filme. Então, sem dúvida alguma, pirataria é o maior perigo da exibição e é o principal limitador do aumento do circuito.

Por favor, o próximo **slide**.

A outra questão é a prática de preços. Ou seja, a coisa que mais ouço é que o cinema está caro. Também acho que está caro. O preço nominal do cinema está caro. Ah, o cinema custa R\$16. Não, o cinema não custa R\$16,00. O preço mais alto é R\$16, porque no Brasil existe a obrigatoriedade da meia-entrada, que foi estipulada ainda no Governo de Getúlio Vargas, com uma outra realidade totalmente diferente, e é o único país do mundo hoje que pratica a obrigatoriedade da meia-entrada. E quando se fala de meia, o estudante sempre terá direito a meia de qualquer preço praticado. Não posso falar: hoje vou fazer uma meia de R\$5 para todos. Estudante tem direito a R\$2,50. Então, com isso, você tem o... E, para piorar a situação, recentemente foi mudada a legislação brasileira, onde se deixou de ter uma central de emissão de carteiras de estudante, era a Une/Ubes. Não que eu ache que a Une/Ubes tenha qualquer tipo de papel legal de emitir carteiras. Mas era, de alguma forma, uma triagem. Então, hoje você é obrigado a aceitar qualquer carteira. Há um exemplo muito bem citado: chega-se no cinema com uma carteira do Colégio São José: como vou saber se existe Colégio São José ou não? Então, o número de fraudes aumentou muito e tem cidades que chegam a 80% de meia. E sempre neste caso: ou seja, meia do menor preço. Então, se estiver praticando uma promoção, vai ocorrer.

É muito curioso que o único lugar do Brasil que não tem meia-entrada é o Rio Grande do Sul, onde o Governo Estadual não implantou a meia-entrada, não concordou, e, com isso, como se abriram muitas salas, há uma concorrência muito grande, e o preço médio de ingresso lá é muito baixo. Ou seja, é onde tem mais promoções, mais meias-entradas dedicadas a segmentos da população. Então, funciona assim: um exibidor coloca "hoje metalúrgico vai pagar meia". Então, faz a meia para metalúrgico; amanhã é meia para professores; toda quinta-feira é meia para professores; meia na sexta... Ou seja, com isso, a concorrência faz com que o outro exibidor estipule mecânicas iguais. Então, hoje Porto Alegre é um sucesso, você tem um aumento de número de salas, um aumento de número de expectadores e uma queda efetiva do preço, com um dos melhores serviços ofertados no País.

Próximo **slide**.

Repassando: o que é importante é o preço médio do ingresso, não é o preço cheio. O preço médio do ingresso é exatamente o resultado de todos os preços praticados. O preço médio no Brasil, para se ter uma idéia, é em torno de seis reais e pouco. Então, um cinema que tem um preço de R\$16, o preço médio dele vai estar em torno de R\$9. O preço real do cinema é mais ou menos 55%. É uma mera matriz matemática, onde o preço mais alto e a composição de diversos fatores preços promocionais, meias, etc., vão dar o preço final. É isso, estipula-se o preço por meio dessa composição de matriz. Na realidade, a meia-entrada é um fator de punição da população brasileira. Elimina-se a população de baixa renda ou até mesmo a classe média baixa dos cinemas por conta da meia-entrada. Ou seja, quem não tem carteira de estudante? É exatamente o operário, a pessoa de classe baixa. Ele não tem acesso sequer a uma carteira falsa.

Por favor.

A outra grande questão da exibição até está aqui. Existe um projeto, que é o Projeto de Lei nº 532, de 2003, tem uma emenda do Senador João Capiberibe, que é a questão de direitos autorais. Oitenta por cento das arrecadações do cinema no Brasil vem de filmes estrangeiros, em especial os norte-americanos. Em 1949, a Suprema Corte decidiu que esses filmes não têm direitos autorais sobre as trilhas, ou seja, quando o autor do filme paga a inserção da trilha, está quitado, não existe direito de reprodução. Mas, no Brasil, a Lei nº 9.610 reconhece, embora o Ecade – que, no caso, representa, por meio de convenções de convênios, a sociedade norte-americana – não tenha como comprovar que ele possui a procuração ou o direito de recolher o nome de autor, por convênios internacionais, ele é recolhido sob percentual de bilheteria.

Para piorar a situação com o nosso Collor, já citado aqui, ele extinguiu o CNDA. E, ao fazer isso, ficou sem nenhum órgão normativo que regule essa relação dos direitos autorais.

Então, o Ecade, embora seja uma entidade de direito privado, ela se auto-autoriza como sucessora da CNDA. E pior: embora, no Brasil, nenhuma instituição possa arbitrar de forma não conceitual e que não seja arbitrária mesmo, o Ecade arbitra sem nenhum tipo de controle essa tabela. E, no caso, o cinema estabeleceu que é 2,5% da renda bruta. É quase uma guerra bastante complicada.

Por favor, o próximo **slide**.

A outra questão é que as diversas esferas administrativas do País legislam sobre cinema, ou seja, é uma loucura! Embora o cinema não seja uma concessão... Não se regulamenta a televisão, não se regulamenta a exibição de filmes brasileiros, não se

regulamenta uma série de coisas sobre a televisão. Mas sobre cinema, que é um comércio, ou seja, é eminentemente e constitucionalmente comércio, todo mundo se sente à vontade. Então, há prefeituras que decidem que têm que passar propagandas de turismo. Aí se pergunta: “cadê o filme”? Não existe, mas tem que passar. Curta metragem, gratuidade para idosos, gratuidade para professores, meia-entrada, aí se cria um pandemônio legislativo e, muitas vezes, até fora da realidade brasileira, como, por exemplo, há diversos Municípios querendo estabelecer a obrigatoriedade – e Estados também – do lugar numerado, quando se sabe que, no Brasil, não se chega ao cinema para comprar ingresso com mais de dez ou quinze minutos. Então, tem-se de vender 500, 600 ingressos. Como as bilheterias são múltiplas, é comum se ter de vender, em quinze minutos, mil ingressos. Portanto, para o lugar numerado vai-se conseguir vender exatamente 50, 100 ingressos.

Legisla-se de uma forma maluca, sem nenhum critério. E tem sido comum, quando há bom senso, que se deva esconder a lei, como já ocorreu em alguns Municípios, como em São Paulo. Ou seja, a lei sai: “não vamos regulamentar porque ela é problemática”.

Então, há uma preocupação muito grande do setor de exibição exatamente com a intervenção, até porque o cinema, a atividade de exibição cinematográfica, como atividade comercial específica, é controlada pela União, ou seja, ela deve ser regulamentada pela União, e não pelo Município, pelo Estado.

Por favor, o próximo **slide**.

Só para acabar, todo o crescimento do circuito exibidor brasileiro foi feito com recursos próprios. É claro que não se tem mais dinheiro. Para haver um avanço desse circuito, para atender uma alta sustentabilidade dos setores da exibição, distribuição – precisaríamos de quase cinco mil salas –, precisa-se de recursos. Brilhantemente, o BNDES soltou uma Carteira em que transporta para o Finem o financiamento de salas de exibição. Isso cria grandes condições, só que não se consegue, em um ano – nenhum exibidor tirou ainda – tirar o financiamento, porque isso exige garantias reais. Nenhum tirou até agora. E o BNDES tem tentado fazer isso, mas não consegue. Quando se constrói uma fábrica, a garantia é a fábrica, é o imóvel da fábrica, a instalação, o equipamento. No caso do cinema, constrói-se em um **shopping**; faz-se a instalação de equipamentos em um **shopping**, que é de terceiros. Então, a garantia imobiliária é impossível. Por outro lado, a receita da bilheteria não é um recebível, porque ela não é garantida, ou seja, não é um título público ou uma nota promissória, uma duplicata.

Então, sem dúvida alguma, há necessidade, conforme já temos discutido isso com o BNDES, de se criar um fundo de aval por meio dos bancos estatais, para que isso seja possível, transformando a questão das instalações, do fundo de comércio, dos equipamentos e transformação do próprio recebível. Existem mecânicas que são possíveis. Bancos, agentes financeiros privados não vão querer, jamais, fazer esse tipo de prática.

Então, para encerrar, por favor, o próximo **slide**: o mercado brasileiro cresceu, dobrou o número de expectadores, atende as classes A, B, um pouquinho da C, não popularizou, está centralizado no Sudeste, o circuito exibidor não viabiliza a produção de filme brasileiro, mesmo a distribuição é dificultada pelo circuito que existe, ou seja, com duas mil salas não é viável, mesmo, montar grandes empresas de distribuição. O Bruno pode discordar, mas fica dependendo de safras e não há uma regularidade, ou seja, se você tem três grandes filmes por ano, você consegue ter um bom ano. Se não consegue, fica difícil a distribuição. Então, para que se tenha um crescimento do mercado, é fundamental que essas cinco questões sejam vistas com muita atenção, muito apuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Obrigado, Dr. Luiz Gonzaga.

Após as exposições, registre-se que esta Subcomissão resiste à demanda de CPIs.

Quero citar que a Comissão, talvez, mais tradicional da Casa e de todos os Parlamentos, que é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como fui informado, não se reunirá por falta de quórum, mas nós resistimos, com o nosso Cinema.

Concedo a palavra ao brilhante Senador Saturnino Braga, meu colega de Senado e de representação de Estado, referência não só no Rio, mas no Brasil, e que me antecedeu na Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, para formular as perguntas.

Eu também gostaria de fazê-lo depois.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Presidente, eu achei interessantíssimas as exposições e muito úteis para que participemos da discussão e da revisão da lei de audiovisual. Teremos que ingressar com muita disposição e com muita informação nesse debate.

Foram apresentados, aqui, não só aspectos de que não tínhamos muito conhecimento, como idéias e sugestões importantes para que participemos dessa discussão, como no caso da infra-estrutura e da desoneração ou criação de bônus. É, realmente, essencial pleitearmos e demonstrarmos a necessidade

da revisão e, também, da inclusão da formação técnica entre os setores que podem merecer incentivos e enquadramento na lei de audiovisual. Coisas muito interessantes.

Nessa questão do financiamento, todos estávamos muito otimistas com a entrada do BNDES no financiamento das salas de exibição, mas, de repente, temos o conhecimento de que não está funcionando. Por quê? Porque falta a garantia. É claro, nenhum banco empresta sem garantia e é preciso que se criem os mecanismos para isso.

Quanto à distribuição, eu queria aproveitar o Bruno para nos dar indicações do que, concretamente, se poderia pleitear nessa revisão.

Por exemplo, eu não tenho idéia da distribuição, do rateio dos frutos, da receita da atividade cinematográfica. Como é que, mais ou menos, isso é distribuído? Vejo que a própria co-produção já introduz coeficientes de rateio que ficam muito complicados. Não é simples esse rateio e como é que sobrevive, de que vive o distribuidor, como ele aufere as suas receitas para poder não só exercer a sua atividade, como crescer e implementar uma política de crescimento?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Curiosamente, o meu entendimento foi semelhante ao do Senador Saturnino Braga, e eu, para otimizar, gostaria de acrescentar, e depois do Bruce, se mais algum outro expositor quiser se manifestar, e em seguida encerraríamos a reunião.

Também gostaria de chamar a atenção – como disse o Senador Saturnino Braga, homenageado com o Prêmio Eusélio Oliveira há duas semanas no Festival de Cinema de Fortaleza, do Ceará, com muito justa razão – que, em relação ao tema infra-estrutura, abordado pela Sílvia e pela Edna, há questões práticas a serem tomadas, sobretudo aproveitando a Lei do Audiovisual, e a vigência dela se encerrando no ano que vem, alguns pontos...

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Um reconhecimento mais firme da importância da infra-estrutura nesse...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Claro. No caso do laboratório, chegar a 80% de tributação é algo impressionante. O Bruno me dizia – para eu entender um pouco mais do que a Sílvia falava, em relação à reprodução de filmes – que a Sílvia representa um laboratório brasileiro, e 80% da demanda de cópias, a grande maioria das cópias são feitas no laboratório internacional, até por acordos internacionais, prejudicando o laboratório brasileiro. Só para chamar a atenção de um ponto.

Um outro ponto, no caso da Edna, ela vive basicamente da indústria nacional, da produção nacional

de cinema. Falava-se aqui da questão da isenção fiscal. A indústria editorial brasileira tem isenções fiscais, os jornais brasileiros têm isenções fiscais, a televisão brasileira tem isenções fiscais, e esse segmento importante não recebe isenções fiscais. Esta Subcomissão se propõe – quero deixar bem claro aos nossos convidados – ser objetiva, a inclusive apresentar projetos de lei, encaminhar ao Executivo. Temos muito o que fazer nessas duas áreas, consolidar os interesses dessas áreas e propor ao Governo. Nesse caso, propor ao Governo ou emendar quando o Governo enviar a Lei do Audiovisual, se não contemplar esses benefícios fiscais, que possamos aqui fazer um **tour de force** para incluir benefícios fiscais inteligentes e que não sejam nenhum favor, mas a consolidação dessa indústria no Brasil.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – E participar mesmo na própria elaboração do projeto antes do envio para cá.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Exatamente, porque não podemos de livre iniciativa propor, seria inconstitucional, seria vício de iniciativa. O legislador não pode tomar a iniciativa de propor alterações tributárias, isso cabe ao Executivo. Mas podemos emendar ou, como disse o Senador Roberto Saturnino, influenciar na elaboração do anteprojeto.

Em relação à questão da exibição, acho que é por aí – e o Senador Roberto Saturnino foi importante nessa vitória do BNDES –, deixar a Subcomissão à disposição dos exibidores para essa ação junto ao BNDES e encontrar uma solução para as garantias de que o financiamento possa ser posto em prática. Discordo do exibidor quando fala que os descontos para estudantes prejudicam a população. Não é assim nos países civilizados. Geramos formação de platéia com esse tipo de desconto. O filho do operário também é estudante e se beneficia disso. São raros os filmes que dão 100% de ocupação das poltronas. Estimular o idoso e o estudante a freqüentar cinema é muito bom e acaba comercialmente gerando, formando platéia e estimulando essas pessoas a saírem de casa e ocuparem as poltronas ociosas, que não dariam nenhum lucro para os exibidores. Exatamente como comecei, eu queria, Bruno, entender melhor o papel dos distribuidores. Na produção da próxima Lei do Audiovisual, que apito tocam os distribuidores, de tal forma que a Subcomissão possa entender e colaborar com os distribuidores nacionais?

O SR. BRUNO WEINER – Eu até ia sugerir ao Júlio... Bom, somos tão poucos que a gente pode desligar os microfones e tomar um café e falar informalmente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Não, mas por conta da TV Senado.

O SR. BRUNO WEINER – Ah, bom, talvez sejam muitos, então.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – São milhões acompanhando.

O SR. BRUNO WEINER – Eu até ia sugerir ao Júlio que... Na verdade, as questões são tão complexas, que seria interessante, mais adiante, que se fizessem reuniões específicas com cada setor, para que possamos aprofundar o tema, sobretudo o distribuidor, porque ele é quase um ectoplasma, não é uma coisa concreta, como a infra-estrutura, a exibição. Qual é a função do distribuidor? Como falei aqui, o distribuidor faz o elo justamente entre o produto e o encontro desse produto com o público. E no mundo, como falei aqui – será rápida minha explanação –, o distribuidor precisa adquirir os direitos de distribuição daquele filme. Como ele adquire os direitos de distribuição do filme? Quando ele participa, na maioria das vezes, no financiamento da sua produção. Em troca de um recurso para financiar a produção do filme, ele tem, além de uma participação como co-produtor, os direitos de distribuição desse filme.

O SR. (orador não identificado) – Quer dizer, é sempre assim?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Quase sempre.

O SR. BRUNO WEINER – Esse é que é o negócio. Qual o negócio da distribuição? Distribuir. Por exemplo, quando o distribuidor consegue aportar recursos numa produção e, com isso, ele garante o direito de distribuição, ele está exercendo o seu ofício em troca de recursos para financiar o filme e a produção. Basicamente, esse é o primeiro ponto: financio um pedaço da produção e, em troca, tenho o direito de distribuição.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Exclusivo.

O SR. BRUNO WEINER – Exclusivo. Quer dizer, eventualmente, dependendo do negócio, o produtor pode conseguir um pedaço do recurso com um distribuidor que só vai distribuir o filme na janela de cinema, um outro pedaço de recurso com o distribuidor que vai distribuir na janela de vídeo, e assim por diante.

Obviamente, quando esse filme ficar pronto, no cinema, por exemplo, o distribuidor tem, na maioria das vezes, que arcar com a responsabilidade dos custos para comercializar o filme, que já é o custo de cópia, publicidade, cobrança, distribuição, etc.

E como o distribuidor se remunera? Ele está numa posição privilegiada de remuneração nessa cadeia. Por exemplo, no cinema, – rapidamente o senhor vai entender – o filme deu R\$100 mil. Grosso modo, tirando os impostos, 50% ficam com o exibidor, 50% vão

para o produtor. Desses 50% que vão para o produtor, o distribuidor é o primeiro a ser remunerado, ele tem uma comissão lá em cima, uma comissão-distribuição. Então, ele tem 20% sobre os 50%. Do dinheiro que sobra, o distribuidor se recupera das despesas que ele avançou para a comercialização do filme – para pagar cópia e publicidade. E aí, sim, se sobrar dinheiro, o produtor se remunera.

Qual é a situação hoje em relação ao cinema brasileiro? A Nação decide dar para companhias já altamente capitalizadas – porque elas têm o melhor da produção internacional – incentivos fiscais, dinheiro público, para que essas empresas, com o dinheiro público, adquiram o direito de distribuição do melhor da produção nacional. Porque, num processo, como eu falei, que não se explica na lógica a partir de um certo momento, quanto mais rica e quanto mais produtos estrangeiros ela trouxer para o mercado brasileiro, mais incentivo fiscal ela vai ter para, com esse incentivo, negociar com o produtor como se aquele incentivo fosse um dinheiro bom. E aí as condições de negociação são livres – o dinheiro é público, mas as negociações acontecem como se aquele fosse um dinheiro tirado do bolso.

O SR. (orador não identificado) – Mas para filmes nacionais?

O SR. BRUNO WEINER – Para filmes nacionais. Se eu quero produzir um filme do Senador Saturnino com o meu dinheiro, em princípio, posso impor as condições que eu quiser, o senhor aceita ou não; mas, com dinheiro público, as negociações serem livres?

Mais do que isso, qual a consequência disso? Com o dinheiro da Nação, está sendo dado mais capital para essas empresas que já são concentradoras. Elas já distribuem os produtos que vêm de fora, e a concentração será ainda maior se distribuírem os produtos produzidos no Brasil. Como têm a maior quantidade de dinheiro incentivado, elas podem, obviamente, disputar os filmes, aparentemente, com mais possibilidades comerciais.

Quais são as consequências disso? Em primeiro lugar, para mim óbvio, é que se aumenta a concentração na mão dessas companhias distribuidoras. Como falei erradamente, não são americanas; são corporações transnacionais globalizadas. Mas qual é a primeira consequência? A relação entre o setor de distribuição e o setor de exibição fica prejudicada. Por quê? É como no supermercado: se só houver um fornecedor de arroz, ele vai impor o preço; quando há quatro ou cinco fornecedores de arroz, o dono do supermercado pode negociar melhor.

Sinto que é um prazer para o exibidor quando uma companhia distribuidora, como a minha, aparece

com um filme grande e importante, pois é a única hora em que ela pode dispensar a corporação transnacional dizendo que não precisa do filme, porque tem outro filme para colocar no lugar.

O problema é quando se concentra o poder na mão do distribuidor. Qual é a consequência? Não é pelo filme bom, porque todos querem exibir o filme bom. No entanto, para exibi-lo, será necessário exibir outros 20 filmes mais ou menos. E a única hora em que o exibidor pode dizer que não precisa exibir os outros 20 filmes ruins é quando existe concorrência na distribuição.

Então, já que existem recursos públicos para fortalecer a indústria, o elo fundamental a ser fortalecido é o da distribuição. Aí, sim, o distribuidor nacional poderá disputar com o distribuidor transnacional o espaço. Existe guerra pelo espaço. Então, se o distribuidor internacional pode ocupar o espaço com o melhor das superproduções americanas e, além disso, ocupa esse mercado com o melhor da produção brasileira, bancada pela Nação, desculpe-me, mas é como entregar a chave do galinheiro para a raposa! Está, aqui, por favor, raposa, faça o que quiser.

Mais do que isso, só para completar, acontece o seguinte: o art. 3º, na verdade, pertence à companhia lá na sua sede de origem, lá fora. Por quê? É um imposto. **Royalties** estão sendo remetidos para uma companhia lá fora, e quem paga o imposto sobre os **royalties** é o recebedor lá fora. Em vez de receber 100, ele receberá 75 e será o pagador desse imposto.

Na verdade, estão sendo transferidas para uma companhia estrangeira as decisões sobre o que vai ser produzido no Brasil e se será produzido ou não. Acontece algo lógico: se, por exemplo, o cinema brasileiro – é um pouco a teoria da conspiração, mas a vida é assim – tiver muito forte, ocupando demais o espaço, talvez a companhia estrangeira, dona do incentivo fiscal, diga que se estão produzindo filmes brasileiros demais e que preferem pagar o imposto e não produzir o filme, porque não é obrigada a fazê-lo.

Mais do que tudo: decidirá o que será produzido. A decisão sobre o que é produzido não é tomada pelos interesses locais, mas por interesses internacionais. Pode-se dizer que essa política foi feita porque as distribuidoras estrangeiras são as competentes. Competentes para quem?

Eu tenho a experiência; eu sou a experiência viva. Eu lancei, por exemplo, “Cidade de Deus”. Quem poderia imaginar que “Cidade de Deus” seria o grande sucesso que foi? Naquela época, um filme sobre população pobre, miserável, nenhum ator conhecido, etc. O que acontece? Eu e a Embrafilme, na época em que a Embrafilme funcionava também... Os operadores

locais para distribuição de filmes locais são muito mais competentes do que os distribuidores internacionais em razão daquele problema que expus aqui no início: porque o distribuidor internacional já está muito ocupado tendo de lançar os 40 filmes que chegam anualmente aqui. Ele não tem tempo. A máquina, a estrutura, não é feita, voltada para atender o produto local.

Quando for feita uma reunião com os produtores, garanto que eles vão confirmar o meu depoimento. A atenção que uma distribuidora não brasileira dá para um produto brasileiro é muito menor do que eu dou. Isso é óbvio, porque eu tenho todo o tempo disponível do mundo. Se eu pudesse...

Há, obviamente, uma outra grande diferença entre a atividade do meu setor e a atividade das companhias **majors**, multinacionais. É que nós compramos os filmes lá fora, nós vamos aos mercados independentes e compramos os filmes lá fora. Essas companhias recebem os filmes de graça há cem anos. Eles vêm aqui de graça. Então, o que acontece? Para eu gerar artigo terceiro, eu precisaria aumentar o meu investimento lá fora. Enfim, é uma lógica que não se sustenta.

Quanto a como o distribuidor se remunera. No cinema é assim; no vídeo, ele paga **royalty**; na televisão, ele tira uma comissão. Essa é a maneira. Qual seria uma proposta concreta de solução? Eu diria que, pelo fato, justamente, de o setor distribuidor ser um setor, digamos assim, ectoplasmático, as soluções...

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – É estratégico!

O SR. BRUNO WEINER – É estratégico, é fundamental. Aliás, é uma coisa simples. É só ver o seguinte: qual é o país, no mundo, que mais... A briga é a seguinte: é por ocupação ou por resistência. O campo de guerra está definido: de um lado, as companhias multinacionais querendo chupar o máximo possível do mercado aqui, impondo e vendendo seus produtos e, do outro lado, o produto local tentando resistir no contexto dessa, eu diria, guerra santa.

Houve um determinado momento, em 1994, com o fim da Embrafilmes, em que realmente a solução possível... O produtor brasileiro é, antes de tudo, um sobrevivente; ele se adapta: caiu a bomba atômica, é deserto, ele vai começar a comer areia, ele se adapta. Então, naquele momento, com o fim do modelo da intervenção direta do Estado, criou-se essa possibilidade.

É muito claro dizer o seguinte. Qual é a vantagem dessa lei? É que essa lei impede que esses recursos vão para um fundo. Gerido por quem? Por burocrata? Contingenciado? “Ah, o fundo está lá, mas agora não pode porque não-sei-quem...” Na verdade, a solução é complexa, mas existe.

A verdade é que não existe só o preto o ou branco: ou entrega nas mãos das multinacionais ou vai virar um fundo gerido, como falei aqui, com critérios que não são claros. Não existe isso.

Basta pegarmos um exemplo concreto, o exemplo da França. A França é o país no mundo que mais resiste ao domínio das grandes empresas transnacionais em seu país, com a sua própria cinematografia e com o controle do direito do filme. A França ocupa há anos, entre quarenta e cinquenta... Um ano é pior, porque é uma questão de safra, cai para trinta e cinco, mas, muitas vezes, a ocupação do cinema francês em seu próprio território vai a mais de cinquenta por cento. Quem são os distribuidores do cinema francês na França? São as distribuidoras francesas. É claro, porque aí ela tem disponibilidade para lutar pelo espaço.

As soluções são complexas. Eu não tenho experiência legislativa, tenho de tocar o meu negócio – já é uma guerra danada –, mas, como colaboração, com o aprofundamento dessa questão – ela exige, infelizmente, que a gente quebre a cabeça –, podemos achar um jeito de transferir uma parte...

Obviamente, não se pode pregar aqui o seguinte: vamos acabar com o artigo terceiro sem ter algo muito concreto para colocar em seu lugar, porque, mal ou bem, é com esse modelo que o cinema vai indo – vai indo cada vez pior! De qualquer maneira, não se pode tirar sem colocar alguma coisa muito boa em seu lugar. É uma questão complexa, é uma questão complicada, mas é uma questão crucial. Sem o controle da distribuição, da aquisição dos direitos do filme, você está simplesmente entregando o ouro ao bandido, acabou o assunto.

Obrigado.

Desculpem a minha inflamação, mas é que esse tema, realmente...

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Claro, claro.

O distribuidor nacional tem gerado receita com o artigo terceiro, por exemplo, de filme europeu, latino-americano...

O SR. BRUNO WEINER – Ou americano independente também, claro. Tem gerado. Mas é simples, as estatísticas estão aí. Não importa, a verdade é a seguinte: grosso modo, as **majors** detêm entre 80 e 90% do mercado, logo, em contrapartida, elas têm de 80 a 90% dos recursos gerados pelo artigo terceiro. Os 10% que faltam são gerados pelas independentes. Então, é 10 contra 90; é 15 contra 85.

Fora o seguinte: muitas vezes... Por exemplo, o meu caso: eu sou um distribuidor de filmes nas janelas de cinema e televisão, não tenho uma empresa de vídeo. Numa companhia transnacional, ela junta o artigo

terceiro gerado com o cinema, o vídeo e a televisão. É uma loucura, não dá.

Aí o senhor pode me perguntar: mas como é que você conseguiu distribuir o Cidade de Deus, Os Normais e o Olga? É porque a gente, como produtor brasileiro, é sobrevivente, “dá nó em pingo d’água”. Então, eu vou, me junto com uma empresa de vídeo, a gente junta os nossos recursos, corro na frente, descubro o projeto antes... Mas eu só tenho capacidade de, no máximo, conseguir meio grande projeto importante brasileiro. Para o outro meio eu tenho que me juntar com alguma outra, e é uma luta ferrenha. E tenho que contar com um acerto constante, porque, se eu erro, acabou: eu não tenho capital.

Então, na verdade, essa é que é a questão.

E eu fico contente. Em 2002, que foi o grande ano da Lumière com o cinema brasileiro, eu mandei uma carta para o jornalista do **Filme B**. É uma publicação que aconselho todos os senhores a acompanhar, é uma publicação semanal para a indústria brasileira que sai na internet, com os dados. É importante. Toda a indústria está ligada no **Filme B**, terça-feira, para saber qual filme deu, qual filme não deu.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Só para esclarecer aos nossos telespectadores, na internet tem o **site**?

O SR. BRUNO WEINER – É Est lá, é de leitura obrigatória para quem quer entender o mercado. Em 2002 foi o grande ano da Lumière, que foi quem mais vendeu ingresso no cinema brasileiro; entre as dez maiores bilheterias, a gente tinha cinco filmes, etc.

Só um minuto.

“Pedro, como você deve imaginar, a Lumière está radiante com a performance dos filmes brasileiros em sua carteira de 2002. O sucesso alcançado com o lançamento do filme Cidade de Deus, que já ultrapassou três milhões de expectadores, é o ponto alto da história da companhia.

Além disso, há outro fato importante a comemorar: entre as dez maiores bilheterias de 2002, quatro foram distribuídas ou co-produzidas por nós.

(...).

Este momento de felicidade não me impede de estar muito preocupado com a relação entre os filmes brasileiros previstos para serem lançados em 2003 e o setor de distribuição. A razão da minha preocupação é a seguinte: nem a Lumière nem nenhuma outra distribuidora independente teve capacidade de planejar e conseqüentemente assegurar a aquisição de filmes nacionais potencialmente fortes. A razão dessa falta de planejamento está diretamente ligada à estratégia montada durante os anos 90 baseada na aliança en-

tre o setor de produção brasileiro e as distribuidoras **majors** norte-americanas.

Essa aliança se dá, na prática, através do art. 3º, que permite reinvestir, em filmes nacionais, 70% do imposto. Eis os filmes que, em princípio, têm as maiores chances de alcançar grandes resultados em 2003: Estação Carandiru, Deus é Brasileiro, Sandy e Júnior, O Homem que copiava, Redentor, Casseta e Planeta e Os Normais.

Por um lado, podemos prever um ano de ouro para a produção nacional. Nunca, desde a retomada, houve tantos filmes com tamanho potencial num único ano. Porém, o que todos esses filmes têm em comum? Todos, com exceção de Os Normais – que foi distribuído por mim –, “serão distribuídos por distribuidoras **majors**. Minha preocupação principal se deve ao aspecto do controle do mercado. Enquanto o cinema brasileiro ocupar uma porcentagem baixa do mercado, tudo bem: há capacidade de absorver esse nível de ocupação. Mas, na hora em que o cinema brasileiro quiser crescer para valer, a briga pelo espaço de exibição vai-se tornar dramática.

Aí eu te pergunto: será estrategicamente interessante deixar nas mãos das **majors** o controle absoluto, praticamente o monopólio, da distribuição dos filmes brasileiros de real potencial comercial? Quais filmes as **majors** vão favorecer nessa hora? Os locais ou os da matriz? Basta olhar a experiência internacional – a França, de que falei aqui, que não vou repetir. Quero deixar claro que não sou contra a participação das **majors** no processo de produção e distribuição dos filmes brasileiros” – eu estava fazendo política, eu sou contra.

“Sabemos todos que desde a retomada, o mecanismo do art. 3º da Lei do Audiovisual foi e ainda é o componente de maior importância, mas nem por isso devemos deixar de analisar e apontar as contradições e as falhas da política em vigor. A Nação, através do art. 3º, renuncia impostos e entrega sem nenhuma contrapartida”.

O problema é esse. Na França, existe uma contrapartida: você recebe os incentivos do Governo, mas você tem que devolver os incentivos para poder tê-los de volta. Simplesmente, é o seguinte: você transforma dinheiro de incentivo num capital privado, que você faz o que quiser com ele. E assim foi em 2002.

Então, eu disse:

“Por isso, considero fundamental uma política de valorização das distribuidoras nacionais. A permanecer a atual política, as distribuidoras nacionais nunca conseguiram ser competitivas em relação às **majors**; o volume de recursos entre as empresas é incomparável. Não entendo nada de legislação, estou começando a

entender, porém o roteiro desse filme já é conhecido: sem um incentivo à distribuição independente nacional, o final dessa história nunca será feliz.”

É o que a gente já está vendo aqui, agora. Uma parte é por isso; a outra parte acho que é devido à decisão do Governo de ter pulverizado os recursos. Acabou. Não montou. Então, na verdade, a distribuição é fundamental. Devíamos transformar coisas complicadas em coisas mais simples, uma política de governo. Quantos filmes o Brasil quer produzir? Produzimos oito com competição de mercado, vamos produzir 20. Como faz para produzir 20? E os outros filmes, os autorais? Também são importantes, porque de lá que se retiram os talentos para o mercado. Quantos são importantes para produzir no Brasil por ano? Vinte, trinta. E não o que está acontecendo hoje, quando se tem 300 filmes. Li um artigo na **Folha de S.Paulo**, na semana passada, dizendo que tem 360 filmes em produção, mas 340 não têm acordo com o distribuidor. Depois, o cineasta fica com o filme pronto e reclama que não tem espaço. Claro! Até o filme autoral tem um comprometimento com o mercado.

Não sei se os senhores estavam a par daquele movimento Dogma 95, de cinema feito em vídeo, produção baratíssima. Parece que o filme não tinha comprometimento econômico, mas tinha. O filme custava aquilo, mas eles sabiam muito bem quais eram os distribuidores que iriam absorvê-lo. É preciso ter, em todos os níveis, um compromisso de mercado. Não quer dizer que um filme que tenha 50 mil expectadores não tenha compromisso de mercado. É preciso fazer uma política. Manuel Rangel diz que, no ano passado, o Governo destinou, entre incentivos etc., R\$160 milhões para produzir filmes. Bom, com essa quantia acho que dá para produzir uns 15 grandes filmes brasileiros e, com o troco, ainda dá para produzir mais uns 30 filmes com um comprometimento menor.

Eu vou parar, senão vou longe. Queria deixar isso claro. Obrigado pela sensibilidade de entender que o setor de distribuição é complexo, não é firme, escorrega, mas é fundamental.

Estou à disposição para aprofundarmos essas questões em um momento mais oportuno.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Agradeço e esclareço que faremos, na Subcomissão, debates por setor. Por exemplo, com relação ao setor de infra-estrutura, muito esquecido, hoje a Sílvia e a Edna deram esclarecimentos fundamentais. Deve-se aprofundar o debate nesse segmento, que é prejudicado pela carga tributária e pela competição internacional e deve ser revisto e incluído na legislação de audiovisual.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Quer dizer, considerar a infra-estrutura e, paralelamente, a formação técnica, que é muito importante e também costuma ser marginalizada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Exatamente, a carência de profissionais nesse segmento quando a demanda aperta.

A SRA. SÍLVIA RABELLO – É o único setor da atividade – a distribuição também, em menor número – que gera empregos fixos, porque, independente de termos ou não filmes, termos ou não comerciais, temos uma mão-de-obra fixa. Já ouvi diretor dizendo que a produção de um filme brasileiro gera mais emprego do que um laboratório. Sim, por um período de tempo, por três meses, dois meses. O laboratório e todas as empresas da infra-estrutura geram empregos fixos durante o ano inteiro, tendo ou não filmes.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Então, chamo a atenção de que faremos o debate por setor. Teremos, já em agosto, um debate mais amplo sobre a Lei do Audiovisual. Os debates por setor serão fundamentais para enriquecer o afunilamento...

A SRA. EDNA FUJI – Já foi aprovado no projeto de lei um programa para infra-estrutura chamado Proinfra, onde poderá ser aportado até o distribuidor. Eu trouxe os artigos. É o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Infra-Estrutura do Cinema e Audiovisual. São os artigos que já foram aprovados...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Mas a senhora está se referindo a que projeto?

A SRA. EDNA FUJI – Ao projeto da lei da Ancinave.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – É o anteprojeto, que começou de uma maneira muito tortuosa, houve uma rejeição muito grande, e o Governo ficou de revê-lo para discutir. Inclusive, o Ministro Gilberto Gil assumiu esse compromisso de discutir conosco.

A SRA. EDNA FUJI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Em relação à exposição do Bruno, ele fez referências ao art. 3º. Nós temos de ser pragmáticos e nos debruçar sobre a alteração desse artigo. Particularmente, concordo com V. Exª.

O SR. BRUNO WEINER – Não podemos perder a esperança, não podemos ficar com medo, não é isso? Então, não vamos ficar com medo de encarar o assunto. Se, no final dos debates, chegar-se à conclusão de que é melhor não mexer, que não se mexa, mas não podemos dizer que não vamos nem falar sobre o assunto, porque senão...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Claro.

O SR. BRUNO WEINER – Temos de ter coragem de encarar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – V. Sª abordou outro ponto importante, que diz respeito mais à gestão executiva do que ao nosso papel, mas a que temos de chamar a atenção, em que pese o Senado ser a Casa da representação equânime dos 27 Estados da Federação.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a produção cinematográfica está na Califórnia, na Flórida e em Nova Iorque. A diversificação regional é muito perigosa; V. Sª tem toda a razão. Quer dizer, tudo bem que critiquem tanto a concentração no Rio e em São Paulo, não é isso, Senador Roberto Saturnino?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Eu tenho defendido a descentralização, mas não se pode confundir-la com pulverização; são coisas inteiramente diferentes. Ajudar outros pólos, muito bem, mas, se houver pulverização, acabará tudo.

O SR. BRUNO WEINER – Exatamente.

Então, agradeço a todos os convidados. A reunião foi excepcional, não foi em vão, não só por nossas modestas presenças – a do Senador Leonel Pavan, que chegou para acompanhar o final dos debates, a do Senador Roberto Saturnino, a dos Senadores que passaram por aqui –, mas sobretudo pela exibição na TV, pelo registro nos Anais e pelo que ela vai contribuir, de forma prática, para um fato concreto que é a vigência da Lei do Audiovisual, esse anteprojeto da Ancinave que começou muito mal e que recebeu, na Comissão de Educação, uma reação firme de nós, Senadores – assim como da imprensa –, e no qual vamos debruçar-nos, de maneira a aperfeiçoar e a valorizar a indústria nacional, pegando o que Sílvia disse na sua exposição e que é fundamental: o brasileiro poder ver-se, cada vez mais, nas salas de cinema.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, desculpe-me; permita-me falar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Pois não, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Antes de V. Exª fazer o encerramento, queria, mais uma vez, justificar minha ausência e do Senador Valdir Raupp, já que fomos nós que requeremos esta audiência pública. Infelizmente, em função de outros compromissos, não pude presenciar, ouvir a explanação dos convidados, porém já requisitei ao Júlio cópia das explicações, das declarações de cada um. Ainda poderemos acompanhar as discussões, em outras audiências que certamente ainda ocorrerão, para ajudarmos o setor audiovisual, cinematográfico, que é importante para o nosso País.

Agradeço a Sílvia Rabello – permita-me, Sr. Presidente –, ao Bruno Weiner, a Edna Fuji e a Luiz Gonzaga. Agradeço a todos, em nome também do Senador Valdir Raupp. Coloco-me à disposição.

Apesar de a discussão dessa questão ir ainda muito longe, esperamos poder ajudar a solucionar todos esses problemas.

Obrigado a V. S^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Obrigado, Senador Leonel Pavan. V. Ex^a é um Senador de muito compromisso com a cultura, é o rei de Balneário de Camboriú, onde a efervescência cultural e turística é enorme.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h43min.)

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata da 05ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24 de agosto de 2005.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Sérgio Cabral e com a presença dos Senhores Senadores Leonel Pavan, Wellington Salgado, Roberto Saturnino, Maria do Carmo Alves, Romeu Tuma, Reginaldo Duarte, Paulo Paim e Flávio Arns, reúne a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita, Valdir Raupp, Papaléo Paes, Cristovam Buarque, Aelton Freitas e Sérgio Zambiasi. Comparece a reunião o Senhor Senador Gerson Camata, Presidente da Comissão de Educação e o Senador Augusto Botelho (PDT/RR), não membros. O Senhor Presidente anuncia a presença dos Senhores João da Silveira, Manoel Rangel, Diretores da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; Senhor Pedro Jorge de Castro, Professor da UnB e Cineasta; Moacir Oliveira, Ex-Presidente da EMBRAFILME, Jacqueline Safe Carneiro, Assessora da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras e Operadoras de Multiplex e Vera Zaverucha, Assessora da Agência Nacional do Cinema – ANCINE. Havendo

número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Cabral, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 08/05 – SCTC, de autoria dos Senhores Senadores Sérgio Cabral e Roberto Saturnino, para tratar do aperfeiçoamento da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual). Comparecem à Audiência Pública os seguintes convidados: 1) Gustavo Dahl, Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE; 2) Cícero Aragon, Vice-Presidente da Fundação Cinema RS – FUNDACINE; 3) Wolney Oliveira, Associação dos Produtores de Cinema do Norte e Nordeste, 4) Roberto Farias, Codenador Geral do Fórum do Audiovisual o Cinema – FAC e 5) Ícaro Martins, Presidente da Associação Paulista de Cineastas – APACI. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Roberto Saturnino, Sérgio Cabral, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Gerson Camata e Wellington Salgado. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Cabral, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador Sérgio Cabral, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Está aberta a 5ª reunião extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, na forma de audiência pública, aprovada por meio de requerimento de minha autoria e do Senador Roberto Saturnino Braga, destinada a debater a Lei do Audiovisual, que, em seu art. 1º, permite que as emissoras públicas e privadas invistam 3% de seu Imposto de Renda devido na produção cinematográfica e que cessa seus efeitos já no ano de 2006, o que – devo dizer aos senhores – preocupa sobremaneira esta Subcomissão, o que suscitou a realização desta primeira audiência, solicitada pelo eminente Senador Roberto Saturnino e por mim e aprovada pela Comissão.

Quero também declarar aos senhores convidados e aos Senadores que estão imbuídos desse sentimento que o nosso intuito é realizar tantas audiências quantas forem necessárias para debater esse importante assunto.

Registro a presença dos Senadores Reginaldo Duarte, Gerson Camata e Roberto Saturnino. O Senador Gerson Camata, que nos prestigia, é o Presidente da Comissão de Educação, a Comissão-mãe, que abriga a nossa Subcomissão.

Registro a presença dos nossos cinco convidados: Gustavo Dahl, Presidente da Agência Nacional do Cinema – Ancine; Roberto Farias, coordenador-geral do Fórum do Audiovisual e do Cinema; Wolney Oliveira, Associação dos Produtores de Cinema do Norte e do Nordeste; Ícaro Martins, Presidente da Associação Paulista de Cineastas; e Cícero Aragon, Vice-Presidente da Fundação Cinema do Rio Grande do Sul.

Vamos acertar quinze minutos de exposição para cada convidado.

O primeiro a usar da palavra é o Presidente da Ancine, Gustavo Dahl.

O SR. GUSTAVO DAHL – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Diretores da Ancine que estão presentes, João da Silveira e Manuel Rangel, colegas da mesa, é sempre um prazer estar aqui na Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação. Este é um foro que já desempenhou um papel muito grande dentro da discussão do cinema e do audiovisual brasileiro e se mantém à altura desse desempenho dando início à discussão sobre a renovação da vigência do art. 1º da Lei do Audiovisual, que tem muito mais importância do que parece.

Na verdade, em 1990, depois da tristemente famosa extinção dos órgãos de cinema, da Embrafilme e do Concine, a produção brasileira caiu a zero e foi através da Lei Rouanet, mas, sobretudo, da Lei do Audiovisual, que ela pôde se restabelecer. É evidente que há um axioma básico para discutirmos as questões de fomento às cinematografias nacionais: só há uma cinematografia que trabalha em escala mundial, que hoje já não é mais a cinematografia americana, ela já pode ser considerada transnacional e tem essa característica de ter numa escala mundial. Os cinemas nacionais trabalham fundamentalmente dentro de seu próprio mercado. A diferença é entre a perspectiva planetária e outra exclusivamente nacional. Isso faz com que o cinema necessite de incentivo – o cinema nacional necessita de incentivo governamental para existir.

O art. 1º tem vigência até 2006, mas é necessário que comecemos a pensar imediatamente na sua prorrogação, porque, nos últimos dez anos, o cinema brasileiro dependeu dele.

Como uma das missões da Agência Nacional de Cinema é dar transparência às informações sobre o mercado e divulgá-las, trouxe alguns dados impressos que já foram distribuídos. Falarei rapidamente sobre eles para não fazer os Senadores submergirem numa multidão de dados. Espero que estejam legíveis.

Voltemos ao tema anterior. É importante ver que em 1995 tínhamos 1.033 salas – depois de havermos tido 3.000 na década de 70 –, mas foram aumentando. Em 2004, chegamos a 1.997 salas, ou seja, o universo de cinema está aumentando.

Se olharmos o público total, veremos que aumentou: passou de 85 milhões para 114 milhões em 2004. Note-se que a renda diminuiu, entretanto, de qualquer maneira, vem aumentando nos últimos anos.

Podemos ver também o significativo aumento do número de filmes nacionais – eram 12, depois 22, 26, 34, 35, 33, e, em 2004, passaram a ser 48 títulos.

Pode-se notar também o aumento do público. Em 2003, ano excepcional, foram 22 milhões de pessoas; em 2004, 16 milhões. Em alguns momentos, os filmes estrangeiros aumentaram.

A participação do filme nacional no mercado, em 1995, era de 3,5%; chegou a 2%; foi de 21%, em 2003; no ano passado, 14%; e hoje pode diminuir.

Vemos um gráfico com uma curva relativamente modesta. O interessante é o óbvio: quando o cinema brasileiro sobe, o cinema estrangeiro diminui, ou seja, o crescimento do cinema brasileiro, no seu próprio mercado, reflete na presença do filme estrangeiro. Chegamos um pouco mais perto do cinema estrangeiro de acordo com essa lâmina. O universo contemplado é de praticamente dez anos. Ao longo desses anos, foram feitos 207 filmes. Somando os 52 documentários, totalizam 259. Foram 144 as empresas que trabalharam, 120 praticamente apenas em cinema, 141 diretores e há também distribuidores.

O dado da captação é interessante. Ele não está analisado e corrigido, mas dá para ter uma idéia. Foram captados praticamente 400 milhões. Somando os documentários, 416 milhões. A renda nas salas é mais ou menos equivalente, ou seja, o que entrou, terminou sendo equivalente à movimentação do conjunto da economia, o que entrou como incentivo terminou sendo equivalente a isso.

Vamos avançar.

Aqui temos nas 119 empresas, em relação ao longa-metragem, produziram 207 filmes dirigidos por 141 diretores.

Vamos avançar.

Aqui, já temos um quadro revelado dos efeitos da Lei do Audiovisual. Note que produtoras que fizeram um filme ao longo destes 10 anos foram 78 produto-

ras, que fizeram dois filmes foram 22 e lançaram 44 filmes, há oito produtores que lançaram 24 e mais de três filmes são 11 produtoras que fizeram 61 títulos de longa metragem. Pelo que podemos ver também aí uma diferença no número de telespectadores, os que fizeram o filme deram mais ou menos 14 milhões, com 78 produtoras fizeram 14 milhões e indo na ponta de lá vemos que 11 produtoras fizeram 32 milhões. Isso indica, digamos, o aproveitamento do subsídio. Tenho que ir rápido porque o tempo corre, aquele relógio é implacável.

Ali, vemos que 78 filmes ou produtoras deram 19% do público, estamos vendo ali que produtoras de dois filmes tiveram 44, e, quando chegamos aqui, vemos que as produtoras com mais de três filmes fizeram 61 e tiveram com o número equivalente de títulos atingiram uma parcela bem maior do público.

Vamos avançar.

Está faltando...

Bem, aqui vemos os níveis de captação, os níveis de expectadores, de um lado, o total de filmes, o número de expectadores obtidos e a parcela da captação obtida. Indo para o final do quadro, vemos também que as produtoras, digamos, de mais de três filmes, captaram também razoavelmente, mas têm um aproveitamento em relação ao público muito maior. E devo dizer que isso também é mais ou menos natural, a resposta do público em cinema é muito concentrada. Estamos vendo ali o equivalente, digamos, entre esses três grupos. E isso é um dado importante, 78 produtoras produziram um filme ao longo de dez anos, e estamos vendo ali a curva de rendimento em termos de expectadores, de público: são 14 milhões para um, 12 para os de dois, 15 para os de três e as que fizeram mais de três 32.

Vamos em frente.

Isso é auto-explicativo.

Agora, este é um panorama interessante. Vemos que as produtoras com um filme fizeram 56 filmes abaixo da faixa de 50 mil a 75 mil expectadores, enquanto aquelas com mais de três fizeram 21 filmes. Quando se vem para a faixa abaixo, que é considerada de sucessos médios a sucessos, vemos que as produtoras com mais de três filmes fizeram 26 filmes que atingiram essa faixa, e as produtoras com um filme só fizeram oito filmes nessa faixa.

Vamos avançar?

Aqui reside um pouco o coração do problema. Eu acho que temos, atualmente, em preparação 56 filmes. Ali, projetos autorizados de captação autorizada. Ali, os valores autorizados, dos quais uma parte já está liberada. A parcela liberada é de R\$38 milhões para os filmes em preparação. Para os filmes em finaliza-

ção, temos ali 71 filmes em finalização, com valores efetivamente captados e liberados na ordem de R\$17 milhões, o que significa que temos, neste momento, 126 filmes em processo de produção.

Finalizados e não lançados estão ali. São filmes que estão prontos.

Agora, o interessante é vermos que, dos valores autorizados, que são 426 milhões, efetivamente captados são 207 milhões – praticamente 50%, ou seja, há uma diferença entre o que é proposto para a captação e o que se consegue.

Vamos avançar.

Aqui o interessante é vermos como vai aumentando o total de captação, para chegarmos... Começamos com 25 milhões, vimos vindo; no ano de 2004, estamos com 140 milhões de recursos captados. Houve um aumento significativo nesses últimos dez anos.

O meu tempo está acabando. Peço um mínimo de tolerância,...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Por favor.

O SR. GUSTAVO DAHL – ...considerando que essa parte... Vamos parar a projeção aqui, porque foi distribuído e o resto vocês podem dar uma olhada e examinar lá.

Agora, o que eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Eu acho que vale a pena concluirmos esta exposição.

O SR. GUSTAVO DAHL – Então, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Vale a pena, ela é bem elucidativa.

O SR. GUSTAVO DAHL – Agradeço a boa vontade do Presidente. Eu sou disciplinado.

Agora, estamos vendo ali. Estamos vendo tudo em relação... Art. 1º. É a Lei do Audiovisual, neste Senado está considerada a Lei Rouanet e está sendo dividida em pessoa física, privada, enquanto privado e público. Público não é o público, público é o investimento público. Então, vemos ali que, no art. 1º, o incentivo fiscal que está em questão, em relação ao investimento público, é maior que o investimento público. As empresas públicas normalmente preferem a Lei do Mecenato, donde a importância da discussão do art. 1º. Vemos que começa com 24 milhões. Estou vendo o privado e o público. Em 2004, a renúncia privada aumenta para 28 milhões. E há uma ligeira queda do investimento público no art. 1º considerado.

Em 2005, considerado o primeiro semestre, vemos ali a presença, uma diminuição no investimento do ativo privado, uma diminuição também no investimento público. Essas estatísticas, que se referem normalmente ao primeiro semestre, não dão a projeção

inteira, na medida em que no segundo semestre é que as empresas fazem um investimento mais forte.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Posso pedir uma explicação?

O SR. GUSTAVO DAHL – Pois não.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – É pessoa física mesmo que tem essa aplicação tão volumosa assim?

O SR. GUSTAVO DAHL – Eu vou pedir à minha assessora-chefe, que é uma *expert* na área para responder ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Aproveito para registrar a presença da Vera Zaverucha.

A SRA. VERA ZAVERUCHA – Sim, Senador, é permitido a pessoas físicas investirem através da Lei do Audiovisual e do Mecenato. No audiovisual isso não acontece praticamente, mas no mecenato vem acontecendo.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Eu estou surpreso com o volume. Eu sabia que era permitido...

A SRA. VERA ZAVERUCHA – Isso também me surpreendeu.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Mas o volume é muito grande. Os privados são as empresas privadas?

A SRA. VERA ZAVERUCHA – São empresas privadas e o público são as empresas públicas.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Para mim, é algo surpreendente, o investimento, a aplicação de pessoa física no mecenato.

O SR. GUSTAVO DAHL – É uma possibilidade interessante essa da pessoa física. É também uma velha reivindicação do setor, digamos, no sentido de aperfeiçoar os mecanismos em relação à pessoa física.

Vamos avançar?

Aqui nós temos, nos últimos três anos, esta coluna explica a anterior, este gráfico explica o anterior. Aí vemos o que já estava estabelecido.

É interessante vermos o quanto está cotado em euros. A Argentina, aproximadamente, em 2003, investiu 5 milhões de euros. O Brasil investiu 36 milhões de euros. A Argentina fez oitenta longos. Com relação àqueles trinta ali, eu desconfio um pouco desse dado. A Espanha investiu 600 milhões. Os Estados Unidos têm uma situação diferente, mas é engraçado verificarmos que são 77 milhões por filme. É só multiplicar 459 por 77 para vermos qual é a escala com a qual trabalha o cinema americano. Eu comecei distinguindo as duas escalas do cinema: a transnacional e dos cinemas nacionais.

Podemos ver ali também que o México investe 5 milhões de euros. Portugal investe 10 milhões de euros. Ou seja, o investimento brasileiro está razoável.

Terminada esta apresentação, quero concluir com algumas colocações. O que vemos nesse panorama é que a Lei do Audiovisual democratizou muito a produção, a capacidade de produzir. Por outro lado, ela desprofissionalizou. Ou seja, os resultados obtidos – estamos falando em termos de mercado e não em termos de imagem –, os resultados de um filme ou são de mercado ou são de imagens, os dois são igualmente válidos. Mas a questão da Lei do Audiovisual é que o investimento é feito, digamos, por conta de quem se beneficia do incentivo fiscal. A idéia de qualificação do investimento é alguma coisa que pode ser contemplada. Eu acho que muito pode ser resolvido por regulamento, por meio de decreto, sobretudo das instruções normativas da Ancine, de classificação de empresas, de liberação de recursos. Agora, isso coloca uma questão latente no bojo de tudo isso, que é o estabelecimento de uma meritocracia na atribuição desses recursos. De uma forma geral, eles tiveram uma grande importância. Os senhores viram o crescimento. Eles ressuscitaram, revitalizaram o cinema brasileiro. É evidente que a manutenção e a prorrogação do art. 1º é fundamental, mas é também uma oportunidade de refletirmos sobre algumas mudanças na base legal que permitissem, que possibilitassem depois que, por regulamento, se resolvesse essa questão do que chamo de meritocracia, de uma qualificação do investimento público que, insisto em dizer, não se dá só em termos de mercados, mas em termos de imagem. Ele não se dá só em apoio às empresas tradicionais. É necessário também o recrutamento de novos talentos. O que quero dizer, para terminar, é que é importantíssimo criar um sistema de pesos e contrapesos. A Lei do Audiovisual é indispensável, deixa aberta também a possibilidade ou a necessidade de o Estado brasileiro vir a pensar em outros termos e mecanismos de investimento que permitam também um investimento mais direto no mercado. Agradeço a boa vontade do Presidente e fico por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Por enquanto por aqui. Será devidamente explorado pelos Srs. Senadores. Quero registrar a presença dos diretores da Ancine, o João da Silveira e o Manoel Rangel, que se encontram presentes; da Vera, cuja presença não só já foi registrada, mas também requisitada pelo palestrante; da Jaqueline Carneiro, que representa a Associação Brasileira das Empresas Exibidoras e Operadoras de Multiplex; do Pedro Jorge de Castro, que é professor da Universidade de Brasília, cineasta, que nos prestigia.

Esta Subcomissão, diante de três CPIs funcionando na Casa, sessão em homenagem ao centenário de nascimento do escritor Érico Veríssimo e a Comissão de Orçamento, está com um quorum muito bom. Três Comissões permanentes. A CCJ está com um quorum menor do que o nosso, o Júlio já nos informou. Vamos, então, passar a palavra ao Cícero Aragon, Vice-Presidente da Fundação de Cinema do Rio Grande do Sul.

O SR. CÍCERO ARAGON – Exmº Sr. Presidente da Mesa, Exmºs Srs. Senadores, Presidente da Ancine, Gustavo Dahl, colegas de classe, senhoras e senhores, jornalistas e colegas de Mesa. Inicialmente, gostaríamos de agradecer a oportunidade de estarmos aqui representando a classe audiovisual do Rio Grande do Sul, que, muitas vezes, pela questão da dimensão deste País, acaba ficando um pouco não tão próxima das decisões; agradecer o trabalho da Ancine, que eu não poderia deixar de registrar, através de seu presidente, Gustavo Dahl, que vem desde a sua instalação efetiva, em 2002, realizando um trabalho excelente, essencial para o cinema brasileiro.

Continuando, a partir do que o nosso presidente, Gustavo Dahl, apresentou, é óbvio que a Lei do Audiovisual é extremamente essencial hoje para o desenvolvimento do cinema brasileiro. Ela é, sem dúvida, a ferramenta mais eficiente de que venhamos a dispor. E, no momento em que estamos analisando e discutindo a renovação do seu art. 1º, eu não poderia deixar de registrar que seria inconcebível não continuar com esse importante instrumento.

Na verdade, inicialmente, falarei da ampliação dos limites de incentivo fiscal. Em 1997, por meio da Lei nº 9.532, houve um limite para que as empresas investissem em cultura no máximo 4%. Isso acabou ocasionando um impacto significativo dentro da atividade audiovisual brasileira. Por quê? Se pegarmos os números, em 1997, veremos que foram investidos R\$75 milhões, por meio da Lei do Audiovisual. No ano seguinte, esse número baixou para cerca de R\$35 milhões. Acontece que, com o limite, as empresas têm de acabar optando ou dividindo seu capital financeiro de investimento cultural que, no caso, é de 4%. Anteriormente, a empresa poderia colocar os 3% dentro do limite da Lei do Audiovisual, e poderia colocar os 4% dentro da Lei Rouanet. Com o surgimento desta Lei, que seria transitória por motivos externos, ou seja, seria descontingenciada, o que não aconteceu, faz com que muitas empresas, hoje, às vezes por seu foco, acabam direcionando seus recursos para a Lei do Audiovisual – acredito que o Wolney vivenciou uma experiência dessa no Estado do Ceará, e vai colocá-la posteriormente –, enfim, isso fez com que se hou-

vesse concorrência com outras áreas da cultura, fato que não acontecia antes. Gostaríamos de registrar isso. Já que se está discutindo a Lei do Audiovisual, art. 1º, que se pense, sim, na desvinculação desses dois mecanismos. Isto, com certeza, traria um efeito significativo dentro da produção audiovisual brasileira e também acabaria com a concorrência existente hoje nas áreas culturais pelos mesmos recursos. Esse nosso desejo já foi apresentado ao Governo, ao Ministro Gilberto Gil, e estamos agendados, pendentes ainda, para sermos atendidos pelo Ministro Palocci. Mas, em função dos acontecimentos desses últimos meses, isso não foi possível ainda. Faço esse registro.

Existia, na longa história da Lei do Audiovisual, um mecanismo extremamente eficiente, e que também foi amputado no decorrer dos anos. Refiro-me à possibilidade da chamada emissão privada naquela época. Ou seja, os produtores poderiam, sem intermediação de uma corretora de valores, fazer emissão de certificados de investimentos, que eram registrados na CVM, possibilitando que a relação com o empresário fosse mais ágil, mais rápida, muitas vezes evitando a intermediação de uma corretora de valores e de um captador de recursos. Pela característica do produtor brasileiro, muitas vezes ele acaba levando e apresentando seus projetos aos empresários que desejam investir. Só que ele não tem, por meio da Lei do Audiovisual, a possibilidade de negociar diretamente esse recurso. Ou seja, ele depende da utilização de uma corretora para gerir e administrar esses recursos. Não sei se seria exatamente a volta de uma emissão privada; fala-se até em um mecanismo que viabilize um artigo um pouco diferenciado, que possibilite o investimento direto. Temos algumas experiências com a Lei Rouanet, por exemplo, em que os empresários preferem nela investir pelo fato de existir investimento, incentivo cultural e não existir a necessidade de, por cinco anos, ele ter que pegar esses certificados de investimentos e os lançar na contabilidade dele, às vezes, certificados que não geram recursos, enfim, que gerem centavos de recursos de retorno financeiro. Isso faz com que muitas vezes, na hora de captar, tenha um não-parceiro dentro da empresa, digamos, que são os contadores, que vêem muitas vezes esse mecanismo como mais uma função e mais um compromisso a ser lançado.

Gostaríamos também de sugerir que, dentro do projeto da Ancinave, muitos dos artigos ali contidos foram reivindicações do cinema brasileiro. Essas reivindicações, foram colocadas ali, enfim, entendeu-se que deve ser reexaminado dentro da lei geral, então, sugerimos que alguns mecanismos não conflitantes poderiam ser retirados e colocados dentro da Lei do

Audiovisual. Um deles talvez seria, no caso dos Funcines investirem em empresas de S.A. de capital fechado. Hoje, não tenho notícias de uma empresa produtora audiovisual que contenha ações de capital aberto em bolsa. Com isso, a possibilidade de os Funcines, que são os fundos de investimentos, torna-se inócua. Então, gostaria de sugerir, o que já existia, para que pudesse ser analisada a possibilidade de ser incluído dentro da Lei do Audiovisual, de que possamos vir a ser beneficiados com investimentos por intermédio de empresas S. A de capital fechado.

Gostaríamos também de sugerir um limite no valor dos projetos incentivados. Entendemos que está existindo – falo isso pelo Rio Grande do Sul, claro, não por todo o sistema brasileiro –, uma concentração muito grande de projetos. Os projetos cinematográficos estão cada vez crescendo, quer dizer, tínhamos projetos de R\$13 milhões, R\$5 milhões, R\$7 milhões, hoje já se fala em projetos de R\$17 milhões, R\$18 milhões, todos eles feitos com lei de incentivo. Então, sugerimos que, ao mesmo tempo, por um lado, solicitamos um descontingenciamento, um desencavalamento da Lei de Audiovisual com a Lei Rouanet, por que, como contrapartida, então – imagino que deva existir alguns limites de recursos e de isenção fiscal por parte do Governo e vai existir –, que existam limite, por exemplo, R\$7 milhões, R\$8 milhões por projeto e, a partir disso, outros recursos, o grande produtor, que certamente será um grande produtor pelo fato de estar com um projeto para superar R\$10 milhões, venha buscar isso por meio de investimentos de iniciativa privada, etc., para que possamos democratizar mais os investimentos, para que possamos ter um maior número de filmes produzidos. A experiência mostra, se pensarmos em grandes mercados, que o volume de produção muitas vezes possibilita o nascimento de cineastas, ou seja, o volume possibilita que tenhamos a qualidade não necessária, mas, nos possibilita, por meio das várias produções, que venhamos a descobrir cineastas como recentemente temos descoberto.

Como última contribuição, gostaríamos também de sugerir, não– excludente à Lei do Audiovisual, vou deixar claro, a Lei precisa permanecer, a criação de algum fundo em relação a outro mecanismo que existia e, na verdade, existe dentro da Lei do Audiovisual, que inclusive o Senador questionou sobre investimentos de pessoas físicas. Hoje em dia, a pessoa física, que acaba por investimento nos projetos, tem que ter um grande imposto a pagar, para que, em cima disso, ela possa estar direcionando, e que vale a pena perder tempo analisando um projeto e investir nele. Antigamente, tínhamos um processo, acho que o próprio Gustavo poderia nos esclarecer isso, em que as pessoas físicas

poderiam, sim, diretamente em seu Imposto de Renda definir que uma parte dos seus recursos, em cima do limite, iria para um Fundo, o de nº 157, que seria utilizado para produção audiovisual, para a cultura, enfim. Entendemos que isso seria uma ferramenta a mais e atenderia o espírito da Lei de Audiovisual, que quando foi criada, imaginava-se que pessoas físicas poderiam, sim, investir em grande quantidade, mas isso não se concretizou, mesmo sendo um mecanismo bastante simples. Claro que isso depende, mais uma vez, do Ministério da Fazenda, mas seria mais uma forma de ejetar recursos dentro da atividade.

O Rio Grande do Sul, especificamente, entende também que o art. 3º, apesar de estarmos tratando do art. 1º basicamente, acaba concentrando, através dos investimentos, da renúncia dos 3% das programadoras, novamente, os recursos nas grandes produções ou em produções que já têm na sua história um investimento maior. A gente gostaria também de sugerir que talvez parte desses recursos possam ser divididos para um fundo. Quer dizer, 50%, esse valor seria utilizado, continuaria sendo utilizado para a distribuição de filmes, mas parte desses recursos poderiam ser utilizados para esse fundo também. Então teríamos várias fontes desse recurso.

Para concluir, gostaria de colocar que no Rio Grande do Sul, hoje, temos treze longas metragens em processo de fim de captação, autorizados a captarem vinte e dois milhões de reais. Quer dizer, isso significa que de fato a lei gera recursos e gera produção audiovisual. Nos últimos anos tivemos, entre longa e média metragem, mais de quarenta projetos envolvidos diretamente com a lei do audiovisual. De forma que, sem dúvida alguma, focando no nosso Estado, a Lei do Audiovisual contribui e muito para a produção do cinema brasileiro feito no Rio Grande do Sul.

Penso que essas seriam as minhas contribuições. Agradeço a oportunidade mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Cabral) – Muito obrigado ao Cícero, Vice-Presidente da Fundacine, do Rio Grande do Sul. Registrar também a presença da Senadora Maria do Carmo, do PFL de Sergipe, aniversariante da semana, ontem. Meus parabéns! Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina, também nos prestigiando. Dizer que esta Subcomissão tem o interesse de não só discutir o art. 1º, que finda em 2006, como também, se possível, ampliar. Essa é a questão: se renova o art. 1º ou se aproveita para ampliar e discutir outros pontos da Lei do Audiovisual. E a nossa idéia é abrir uma consulta pública, até em parceria com a Ancine, que a Subcomissão do Cinema seja uma captadora, usando uma expressão do setor,

dessa área, da Lei do Audiovisual, de sugestões de todo o Brasil. Essa é a nossa idéia.

O terceiro expositor é o Sr. Wolney Oliveira, da Associação dos Produtores de Cinema do Norte e Nordeste, Presidente da Associação.

O SR. WOLNEY OLIVEIRA – Não, estou representando.

Bom dia! Gostaria de inicialmente saudar os Exm^{os} Senadores Sérgio Cabral, Roberto Saturnino Braga, Senadora Maria do Carmo, Leonel Pavan, Senador Gerson Camata e, por último, o Senador Reginaldo Duarte, que é meu conterrâneo – sou cearense – e, como eu, afilhado do Padre Cícero.

Gostaria de fazer as minhas colocações em dois pontos, que acho que são fundamentais, em relação à Lei do Audiovisual: um deles é a organização política do cinema brasileiro e o outro é a descentralização. Sou, digamos, um jovem cineasta cearense, ou seja, estou concluindo agora o meu segundo longa metragem, o primeiro longa de ficção, o meu primeiro longa metragem se chama “Milagre em Juazeiro”, Senador, que costume dizer que não foi um filme, foi uma promessa que paguei ao Padre Cícero, porque foram sete anos de batalha, foram dez viagens a Juazeiro, por terra, mais de dez mil quilômetros, e que só faltou colocar lá nos pés da imagem do nosso Santo, o Padre Cícero, as quatro latas do “Milagre em Juazeiro”. Bem, esse filme foi viabilizado graças à Lei Jereissati, que é uma lei estadual de incentivo à cultura, do governo do Estado do Ceará. Como o nome já diz, foi criada no período em que o atual Senador Tasso Jereissati era governador do Estado.

O “Milagre em Juazeiro” custou R\$ 1.200.000,00, dois quais R\$ 500.000,00 através da Lei Jereissati, que é em cima do ICMs, e R\$700 mil por meio da Lei do Audiovisual. Estes R\$700 mil, que vieram por meio da Lei do Audiovisual, foram fundamentais, não só para a produção do filme, mas também para o lançamento que foi singelo, simples. Ele foi viabilizado totalmente no Estado do Ceará, por intermédio de empresas cearenses. Não teve um centavo sequer de nenhuma estatal.

Por falar nas estatais, se entrarmos no *site* do BNDES, uma das principais estatais que patrocinam o cinema brasileiro, veremos que eles têm um levantamento feitos nos anos de 1994 a 2004. Certo? Se pegarmos de 1994 a 2002, portanto, os dois anos do Governo Fernando Henrique, tivemos 172 filmes produzidos entre curtas, médias e longas metragens. Infelizmente, só temos, da Região Nordeste, dois longas, produzidos com recursos do BNDES, durante oito anos. O que, na realidade, era um verdadeiro absurdo, porque o cinema brasileiro tem que ser plural, tem que

ser descentralizado, ou seja, não tenho nada contra os cineastas e produtores do eixo Rio/São Paulo, os principais pólos de produção do cinema brasileiro –, mas essa lógica era cruel e não permitia que surgissem novos cineastas em outras regiões do País. Ainda no *site*, nos anos de 2003 e 2004, nos dois anos do novo Governo, podemos ver que a Região Nordeste tem cinco longas, que estão sendo produzidos com recursos do BNDES, entre eles o “Minerva é nome de mulher”, que é o meu segundo longa e que está sendo finalizado agora, inclusive ganhou o edital da Ancine, há recursos da Ancine também, e está entre os filmes que foram patrocinados pelo BNDES. Vemos um aumento também dos filmes em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul e em Brasília. Então, penso que isso é o resultado de duas coisas fundamentais: em primeiro lugar, a organização política do cinema brasileiro. Em várias associações essa reorganização começa por meio do CBC – Congresso Brasileiro de Cinema. Tivemos, em 1999/2000 – se não me engano –, o III Congresso Brasileiro de Cinema, que aconteceu em Porto Alegre, após 50 anos em que o cinema brasileiro não se reunia em um congresso. Em 2002, tivemos o IV Congresso Brasileiro de Cinema, realizado na cidade do Rio de Janeiro. No final de 2003, tivemos o V Congresso Brasileiro de Cinema, realizado em Fortaleza, Ceará, do qual eu tive a honra de ser o Secretário Executivo, já que eu fazia parte da Diretoria do Congresso Brasileiro de Cinema. E agora, no final de 2006, teremos o VI Congresso Brasileiro de Cinema, que vai acontecer em Recife, Pernambuco. A partir daí, começamos a perceber que o cinema brasileiro se organiza mais, além do surgimento de novas entidades. Tivemos, em relação às entidades – aqui estou representando o cineasta Rosemberg Cariri e também a APCNN – a Associação dos Produtores de Cinema do Norte e Nordeste –, que é a mais nova das entidades dos cineastas e dos produtores de filmes de longa metragem, que surgiu durante o V Congresso Brasileiro de Cinema, em Fortaleza, e foi batizada pelo Ministro Gilberto Gil, de APC Nenê, então, trata-se de uma entidade nova. Temos também a Aprocine, entidade que congrega os realizadores de longa metragem de Brasília. Temos a MC, que é a mineira. Temos uma reorganização do cineclubismo no País, o que eu acho fundamental. Então, a partir dessa reorganização política, começamos a pressionar pela descentralização. Logicamente, foi fundamental o trabalho do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, que formou uma bela equipe, composta por um Secretário de Audiovisual, Orlando Senna, que é cineasta, roteirista, enfim, uma pessoa da classe e que conhece o cinema, os seus problemas e vários projetos que foram lançados, entre eles

o DocTV, que vai para a sua terceira edição. Ou seja, vão ser 26 Estados – o primeiro foram 20 Estados – produzindo documentários de 55 minutos de duração, exibidos pela TV Cultura. E agora, já no terceiro, serão 26 Estados que estarão participando desse Projeto. E também o Projeto Revelando os Brasis, para cidade de no máximo 20 mil habitantes.

Também a vontade política do novo Governo em descentralizar os recursos é fundamental para o surgimento de novos realizadores em todo País. Falando da Lei do Audiovisual, também fechamos com a entidade do Rio Grande do Sul. Achemos que é fundamental o desatrelamento das duas leis, ou seja, ainda no Governo Fernando Henrique você podia captar, na soma da Rouanet e da Audiovisual, 6%; isso caiu para 4% nas duas leis. E uma coisa que acontece, logicamente, não só no Ceará, mas em todo o Brasil, é que as grandes empresas estão criando as suas fundações, os seus institutos e estão revertendo esses recursos em benefício próprio.

Então, o que acontece com isso? Por exemplo, para citar um caso específico no Ceará: o Grupo Edson Queiroz, que é gás butano e Água Indaiá, ou seja, um dos maiores grupos do Ceará, um dos maiores grupos do Brasil, abriu uma entidade e patrocina os projetos que ele tem interesse. A partir do momento em que se faz esse desatrelamento das duas leis, isso vai possibilitar que o Grupo continue patrocinando os projetos de interesse dele, mas também vai deixar uma abertura para incentivar o cinema brasileiro; que ele possa, também, patrocinar o cinema brasileiro. Acho que isso é fundamental.

Estou realizando agora o meu segundo longa, que é o “Minerva é Nome de Mulher”, meu primeiro longa-metragem de ficção, em co-produção com Cuba e Espanha. A realidade em relação à captação da Lei do Audiovisual é totalmente diferente do primeiro filme. Tenho o apoio da Eletrobrás, tenho o apoio dos Correios, tenho o apoio do BNDS em relação às estatais. São três estatais que entraram – e também a Eletrobrás – que entraram com valores significativos e se não fosse essa descentralização, se não fosse o apoio das estatais, eu não conseguiria viabilizar esse filme. O filme também ganhou o prêmio da Ancine e do Ibermedia, um Fundo Ibero-Americano.

É fundamental pensarmos nesse desatrelamento.

A outra colocação do Cícero é em relação à contribuição da pessoa física. Trata-se de um campo que está praticamente virgem, mas que as pessoas ainda têm medo de aplicar – a pessoa física. Ou seja, seria fundamental que pudesse ser, no final do ano, descontado o Imposto de Renda devido.

Esses dois pontos em relação à Lei do Audiovisual, que é, justamente, a descentralização dos recursos e essa organização política do cinema brasileiro, colaboraram para que pudessem surgir novos cineastas. Acho que é fundamental a continuação da lei, mas com alguns ajustes que podem melhorá-la.

A minha colaboração, então, vai nesse sentido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Maravilha.

Registro a presença do Senador Wellington Salgado de Oliveira, do PMDB de Minas Gerais. O Senador Gerson Camata formalizou a indicação do Senador Wellington na nossa Subcomissão como membro permanente do Cinema, Teatro e Comunicação Social. Aliás, tivemos, no início deste ano, a mudança do nome da Subcomissão. Ela agora é: Cinema, Teatro e Comunicação Social, elevando o **status** do teatro brasileiro dentro do Congresso Nacional.

Estaremos juntos com o Ministro Gilberto Gil, na próxima segunda-feira, num debate no Teatro Leblon, com a presença do Ministro Gilberto Gil, para discutirmos com produtores teatrais, atores e atrizes, a questão do teatro nacional. O Ministro Juca Ferreira também estará presente, como palestrante, junto com o Ministro, Antônio Grassi, Presidente da Funarte, Sérgio Xavier, Secretário de Fomento do Ministério da Cultura, eu estarei também debatendo, enfim, diretores de grandes empresas nacionais, estatais e privadas e também diretores de emissoras de televisão.

Será um belo encontro no próximo dia 29, para debater teatro.

Com a palavra, o Coordenador-Geral do Fórum do Audiovisual e do Cinema, o produtor e diretor de cinema Roberto Farias.

O SR. ROBERTO FARIAS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, colegas da Mesa, Gustavo, Presidente da Ancine, os outros diretores da Ancine aqui presentes, senhoras e senhores, quero agradecer, primeiro, a oportunidade de estar aqui presente para discutir e falar um pouquinho mais a respeito da nossa atividade. Estava pensando: aqui, nesta Mesa do cinema, praticamente todos nós somos artistas. Nós somos diretor de cinema, produtores, e a dureza de fazer cinema no Brasil acaba por nos transformar em especialistas de números, estatísticas, leis, até desvirtuando um pouco o nosso papel. O Gustavo, por exemplo, é um belo diretor de cinema, tem belos filmes feitos e há anos, anos, ele não faz um filme. Ele está dedicado à luta pela emancipação do nosso cinema, das dificuldades que encontramos.

Creio que não há mais necessidade de se falar sobre a importância dos incentivos para o cinema bra-

sileiro. A importância do cinema brasileiro e a história do cinema brasileiro merecem isso. O audiovisual é visto no mundo inteiro, respeitado no mundo inteiro e, no entanto, ainda, com mais de 100 anos de idade, não conseguiu conquistar seu próprio mercado, por causa do desequilíbrio de forças, países desenvolvidos que se adiantaram, duas grandes guerras mundiais, que facilitaram a concentração dos filmes pelos Estados Unidos e conseqüente domínio mundial, e é claro que os senhores sabem que, mesmo dentre os países desenvolvidos, todos, com exceção dos Estados Unidos, precisam da proteção, da ajuda, da contribuição, do incentivo do Estado para a sobrevivência cultural do seu cinema...

Temos passado por crises intermináveis. De vez em quando, elas voltam. Há pouco tempo, na época do ex-Presidente Collor, o cinema brasileiro, que já tinha conhecido nos anos anteriores momentos brilhantes, de chegar quase a conquistar 40% do seu mercado, voltou a estaca zero e começou de novo.

A criatividade dos diretores, a criatividade do artista cinematográfico acaba por ficar sugerindo aos governos as diferentes possibilidades de sair dessas crises; uma delas foi a Lei do Audiovisual, que agora está vencendo, sempre na esperança otimista de que, cumprido o prazo do incentivo fiscal, o cinema brasileiro já tenha conseguido a sua emancipação e já não seja mais necessária a injeção dos incentivos fiscais.

Como toda iniciativa, essa também teve seus defeitos. Já os dois colegas que estão ao meu lado apresentaram algumas sugestões no sentido de aperfeiçoar a Lei do Audiovisual e outras que regem a nossa atividade.

No entanto, hoje, a coisa mais importante que temos a discutir é a prorrogação, talvez até menos otimista, para que consigamos mais prazo ainda para a prorrogação desse art. 1º, que vence no ano que vem, da Lei do Audiovisual.

Essa situação mostra que ainda não temos uma indústria. De repente, erramos na dose. Por exemplo, o Wolney estava falando aqui a respeito da diversificação, do incentivo aos novos diretores, etc. Na apresentação do Gustavo, vemos a quantidade de novos diretores. Talvez o Brasil seja um dos países do mundo onde haja mais diretores. É uma quantidade enorme. É claro que isso resulta na renovação, sempre aparecem talentos, filmes extraordinários e diferentes, que oxigenam, mas, talvez, essa oportunidade seja de encontrar os meios de consolidar o lado industrial do cinema brasileiro também, porque cinema é também uma indústria cultural e de entretenimento. É uma das principais indústrias dos Estados Unidos e pode vir a ser uma das principais indústrias do Brasil. Por quê?

Porque poucos são os países continentais no ocidente que têm a vocação do audiovisual.

A televisão brasileira já é um exemplo disso porque exporta para diversos países do mundo. Não há outras grandes redes no Brasil porque o mercado publicitário ainda é pequeno. Li um dia desses que o bolo da publicidade no Brasil é menor do que o de Porto Rico. Ou seja, o crescimento da indústria audiovisual nas televisões e, conseqüentemente, refletindo no cinema, marcha paralelamente ao desenvolvimento do próprio país.

Precisamos de um País que inclua os excluídos, precisamos de um País em que as pessoas possam sobreviver e ainda terem recursos para o entretenimento, para sair de casa, para ir ao cinema, para ir ao teatro. Sabemos que esta Casa se esforça nesse sentido, que estamos avançando, mas ainda não chegamos lá. Precisamos trabalhar nesse sentido muito mais ainda, e é claro que isso vai se refletir na nossa atividade.

Há pouco tempo o Governo Federal diminuiu ou aboliu os impostos da indústria do livro.

Vamos para o último quadro porque daqui a pouco acabará o meu tempo.

Foram R\$130 milhões de incentivos que geraram mais de R\$250 milhões de impostos, considerando todos os filmes lançados. Em 2004, o cinema nacional pagou cerca de R\$68 milhões de impostos, equivalentes a 52% dos incentivos que recebeu. O que significa isso?

O SR. (orador não identificado) – Seria o *trade*, toda a cadeia.

O SR. ROBERTO FARIAS – É. Toda cadeia. Inclui vídeo, cinema, distribuição, produção e exibição.

O SR. (orador não identificado) – Só do nacional?

O SR. ROBERTO FARIAS – Não. É a indústria do cinema no Brasil.

Há vinte ou trinta anos, o Brasil tinha mais de três mil salas de cinema. Houve uma queda. Chegamos a menos de mil e agora temos, mais ou menos, 1.900 salas, como o Gustavo apresentou. Mas a relação sala de cinema/*per capita* é muito baixa no Brasil, é muito menor que no México ou nos Estados Unidos.

Se houvesse uma atenção no sentido de possibilitar à indústria de cinema no Brasil, com salas de cinema, distribuição, produção, etc, uma diminuição de impostos para oxigenar mais essa indústria, conseqüentemente, haveria um aumento dessa riqueza e aumento de salas de cinema.

Minha empresa, a RF Farias, produziu cerca de 40 filmes. Nos últimos 20 anos, produziu apenas dois ou três filmes porque o mercado diminuiu. Quando não se pode valer do mercado, o investidor, o empresário,

sai fora. Quanto mais salas de cinema houver no Brasil, de menos incentivo precisaremos.

Hoje, excepcionalmente, um filme brasileiro, mesmo de grande sucesso, consegue amortizar os custos no mercado. Se não houvesse incentivo fiscal, não haveria cinema mesmo, porque não haveria um único investidor que quisesse colocar seu dinheiro no cinema.

Vejo como muito importante, primeiro, a prorrogação do art. 1º da Lei do Audiovisual. É indiscutível, consenso, etc. Quanto ao aperfeiçoamento, cada setor, cada grupo tem suas sugestões, entende e vê esse mesmo quadro de ângulos diferentes.

É importante a renovação. São importantes os novos cineastas, mas é importante que cineastas do porte de Nelson Pereira dos Santos e outros, como Arnaldo Jabor, que foi fazer jornalismo e deixou o cinema, também possam fazer filmes. Esses homens, quando faziam filmes, faziam filmes de público, de mercado, e contribuíam para aumentar a quantidade relativa de espectadores por filme brasileiro, comendo – como mostrou a curva apresentada pelo Gustavo Dahl – do cinema estrangeiro, buscando e encontrando melhor equilíbrio entre a cultura que importamos por meio do cinema e a que fazemos aqui.

É isso, em suma, o que eu gostaria de dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Obrigado, Roberto Farias.

Ouviremos o último – *last but not least* –, o Presidente da Associação Paulista de Cineastas, o cineasta Ícaro Martins. Que bom que um crítico é do ramo! É crítico, mas é do ramo.

O SR. ÍCARO MARTINS – Não sou crítico. Sou cineasta também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Ah, o senhor é Presidente da Associação Paulista de Cineastas. Eu li “críticos”. Perdão! É Presidente da Associação Paulista de Cineastas.

O SR. ÍCARO MARTINS – Somos críticos enquanto cineastas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Perdão, Ícaro.

O SR. ÍCARO MARTINS – Tudo bem!

Ex^{mo} Sr. Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados desta Comissão, o problema de ser o último falar é que muitos já falaram parte do que íamos falar. De qualquer maneira, vou repisar alguns pontos, dando mais ênfase a algumas coisas. Como Gustavo Dahl, Presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine), Roberto Farias também, vou começar lembrando o que aconteceu, quando a produção cine-

matográfica, que, na década de 80, chegara a alcançar um pico de cem filmes por ano, caiu praticamente a zero, com o fim da Embrafilme. Além dos milhares de empregos e investimentos perdidos, jogou-se fora um trabalho de anos na construção de uma indústria de cinema e essa experiência provou o quanto o cinema brasileiro está sujeito às ações do Estado. Isso resultou em cinco anos da mais completa estagnação e retrocesso, tanto na infra-estrutura – na desatualização de equipamentos, laboratórios –, como em parte da mão-de-obra técnica especializada, que migrou para outras atividades, inclusive como citou Roberto Farias, o nosso amigo Arnaldo Jabor, que foi ser jornalista, até que aos poucos, graças às leis de incentivo, dentre as quais a de maior importância, justamente a Lei 8.685, ou Lei do Audiovisual, como é conhecida, essa indústria ressurgiu das cinzas, mas sem, é preciso dizer, ter chegado ainda ao mesmo patamar que estávamos no início da década de 80.

Durante esse período, chamado de “retomada do cinema brasileiro”, a normatização do uso das leis de incentivo à cultura em geral e ao cinema em particular sofreu algumas alterações tópicas, aperfeiçoando-se em muitos pontos, como no sentido de coibir abusos, equivocando-se eventualmente em alguns outros, mas, de modo geral, manteve o seu rumo.

Assim, produzimos filmes expressivos, que conquistaram inúmeros prêmios e reconhecimento internacional e começaram a reconquistar também o nosso próprio público. Filmes que não só contribuíram para mudar a maneira de enxergarmos o nosso País, como divulgaram mundialmente a imagem do Brasil. Alcançamos nesse período de dez anos uma taxa de ocupação de nosso mercado, de salas exibidoras, que, saindo do zero, chegou a mais de 10% do mercado nacional. Chegamos, inclusive – como já falou o Presidente da Ancine, Gustavo Dahl –, dois anos atrás, graças ao sucesso surpreendente de alguns poucos filmes, a dar um salto para até 21% de ocupação de nosso mercado exibidor. E o investimento subsidiado teve um papel fundamental nesse resultado.

É importante dizer que, por sua enorme importância cultural e estratégica, na maior parte do mundo, os Estados desenvolvidos se preocupam em estabelecer ações e mecanismos, sem os quais a sua indústria cinematográfica não sobreviveria. Além da complexa cadeia produtiva que o cinema envolve, com investimentos em infra-estrutura, que vão de equipamentos, laboratórios, cada filme brasileiro cria em média, entre empregos diretos e indiretos, cerca de 500 postos de trabalho. Entretanto, é claro que, depois do salto abrupto de público, mais que duplicando o número de espectadores num único ano, a ocupação das salas

iria recuar. Não existe um crescimento assim, de choque. Aproveitando-se disso e da aproximação da data de expiração do art. 1º da Lei do Audiovisual, surgiram na mídia, na imprensa algumas opiniões que começam a defender mudanças muito profundas na Lei do Audiovisual.

Nós, da Associação Paulista de Cineastas, gostaríamos de deixar bem claro que a freqüente mudança dos modelos de financiamento tem sido talvez o maior inimigo do cinema brasileiro. Cada alteração que se faz equivale a uma cirurgia profunda num paciente recém-nascido. Envolve riscos, e, mesmo quando tudo corre bem, o prazo de recuperação, de normatização do mercado e da produção geralmente é longo e penoso. Isso – é claro – não significa que a Lei do Audiovisual não possa ser aperfeiçoada. Ela pode, e deve, mas com um cuidado extremo e levando-se em conta sua interação com os outros mecanismos de financiamento da atividade como um todo.

Ainda nesse sentido, nós, da Associação Paulista de Cineastas (Apaci), gostaríamos de enfatizar que o cinema brasileiro sempre conseguiu firmar-se pela diversidade de criação, o que expressa a própria natureza da Nação, e que os momentos de maior sucesso, tanto comercial, quanto de crítica, foram justamente os de afirmação dessa condição, dessa diversidade do País. E, aliás, essa não é uma característica apenas nossa. No mundo todo, as cinematografias que conseguem firmar-se o fazem justamente pelo incentivo à diversidade de produção e pela multiplicidade de agentes econômicos em sua cadeia produtiva e de comercialização interna.

Dessa forma, ao renovar a Lei do audiovisual, não podemos concordar com quaisquer raciocínios que possam porventura embutir uma atitude concentracionista restritiva e limitadora. A Apaci discute permanentemente tanto a conjuntura quanto as alternativas para o cinema paulista e também brasileiro, do qual somos parte integrante e essencial.

Por isso, a seguir, vamos apresentar algumas propostas relativas à Lei do Audiovisual e à política cultural.

1. A imediata prorrogação do art. 1º da Lei nº 8.685 por mais 10 anos, preservando-se tal qual já está na lei o princípio da exclusividade de seu uso para produção independente. E aqui frisamos que não se pode, em hipótese alguma, abrir exceção de permitir seu uso para grupos de comunicação ou emissoras de tevês públicas ou privadas que utilizem para fins de produção própria, pois isso implicaria uma enorme desigualdade nas condições de concorrência entre essas instituições e os produtores independentes.

2. Por outro lado, apoiamos a extensão para as redes e emissoras de tevês públicas e particulares dos benefícios de investimento do art. 3º da Lei do Audiovisual. Ou seja, esse art. 3º, como todos sabem, autoriza os contribuintes do Imposto de Renda sobre o crédito ou remessa para o exterior de rendimentos decorrentes da exploração comercial de obras audiovisuais estrangeiras no Brasil a utilizarem 70% do imposto devido para investimento na co-produção de obras cinematográficas brasileiras de produção verdadeiramente independente. Isso, além de estender a essas empresas um benefício que as grandes distribuidoras de filmes estrangeiras já usufruem como investidoras, deve estimular a aliança entre as tevês e a produção cinematográfica, que achamos uma coisa fundamental.

E aqui cabe um esclarecimento também. Por se tratar de dinheiro proveniente de renúncia fiscal, isto é, público, esses recursos devem ser tratados como investimento de incentivo direcionado ao setor. Recomendamos, portanto, que sejam criadas normas, intermediadas pela Ancine, que façam observar os princípios da democratização, transparência de sua aplicação, de acordo com o preceito constitucional da produção independente, e destinada prioritariamente ao mercado de salas de cinema. O mesmo deve ser considerado para o uso do art. 3º já em vigor.

3. Como meu colegas falaram também, que haja total e completa desvinculação entre a Lei do Audiovisual e a Lei Rouanet, por entendermos que esses são mecanismos distintos e a sua vinculação tem prejudicado enormemente a captação de recursos para atividade cinematográfica. Pois quando a Lei nº 9.532, de 1997, restringiu a captação dos dois mecanismos limitando a 4% a isenção utilizada em cultura pelas empresas, estas tiveram que optar, a partir de 1998, entre a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual, com sistemático prejuízo do cinema brasileiro. O universo de empresas que de fato investem em cultura já é muito pequeno, e a desvinculação aumentará o espectro dessa participação, horizontalizando o investimento das empresas nos diversos setores culturais.

A respeito da quantidade de recursos públicos que são injetados na atividade cinematográfica como um todo, é importante notar que o total de captação alcançado por uma renúncia fiscal é muito inferior ao limite estipulado, ou até autorizado, como ficou muito claro na exposição do Gustavo Dahl.

Para se ter uma idéia, segundo os dados da Ancine, reforçando a coisa, nos últimos quatro anos, foram investidos no setor, pelas leis de incentivo, uma média de aproximadamente R\$100 milhões ou US\$40 milhões por ano. Isso significa, para termos uma refe-

rência, o preço de apenas um filme menor de um estúdio americano. E mesmo se considerarmos o total investido nesses quatro anos, ainda assim mal chega ao valor de uma única megaprodução norte-americana, dessas que são lançadas em dúzias por ano no Brasil. Portanto, um valor insuficiente para o tamanho do país e muito aquém de suas necessidades e potencial de público.

Relembrando, também, o que falou Roberto Farias nesse sentido, nós também gostaríamos de lembrar que o mercado brasileiro de salas de exibição tem uma proporção de salas por habitante mais de duas vezes inferior a da Argentina e três vezes pior que a do México. O mercado, portanto, é muito menor que as necessidades do País e está basicamente concentrado nos grandes centros urbanos, o que exclui parte significativa da população.

Diversas experiências pontuais feitas para levar o espetáculo cinematográfico às populações que não têm acesso a ele – isso vale tanto para o interior do País como para a periferia das grandes cidades – não têm mais do que demonstrado a necessidade premente do aumento de números de salas e da democratização do acesso ao cinema.

Embora esse ainda não seja um assunto referente à renovação da Lei do Audiovisual, gostaríamos também de registrar a sugestão, lembrada *en passant* pelo colega do som, de que na Lei Rouanet seja estabelecido o limite máximo de 50% dos recursos aplicados, para que empresas públicas ou privadas destinem a instituições e/ou fundações culturais próprias, pois, a nosso ver, a falta desse parâmetro gerou uma distorção do espírito original da lei, que visava justamente estimular a diversidade de produção e de criação.

Queremos ainda acrescentar um comentário sobre as nossas posições a respeito da relação cinema e TV. Também na imprensa tentou-se criar um antagonismo de interesses. Do nosso ponto de vista, consideramos essencial uma aliança entre os diversos formatos audiovisuais. Isso ocorre em diversos países do mundo e no Brasil deve ocorrer também.

Já é um fato público e notório que uma grande parcela de nossos profissionais – eu inclusive – trabalha, direta ou indiretamente, para a televisão, seja pela produção própria das emissoras ou de filmes. Não temos, portanto, nenhum *parti pri* contra a televisão. Muito pelo contrário. No momento, a Apaci, inclusive, está empenhada, juntamente com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e diversas emissoras de TV, na criação de um grupo de trabalho, visando justamente à criação de um programa de produção de telefilmes. Isso está começando agora.

É importante salientar que a televisão brasileira só alcançou seu estágio de excelência atual, competindo em condições de igualdade ou até de superioridade com diversas TVs de países desenvolvidos, porque teve regras estáveis durante mais de 40 anos e um investimento direto do Estado brasileiro, tanto em infra-estrutura quanto em receitas proporcionadas pela publicidade oficial infinitamente maior do que o cinema já teve.

Graças a décadas de investimento, aliado ao talento de nossos profissionais, que hoje a TV brasileira é um caso de sucesso. Já estou chegando ao fim. No Brasil, 90% do financiamento de nosso cinema vêm justamente por meio da Lei do Audiovisual e da Lei Rouanet. O art. 1º permite a pluralização das fontes e é o sistema que dá maior abertura para a sociedade empresarial brasileira estabelecer os princípios dos mecanismos de investimento do cinema, vislumbrando uma rentabilidade de mercado e, assim, acenando para um caminho que pode desembocar em uma ainda remota, mas plenamente viável, auto-suficiência.

Pedirei um minuto a mais para chamar a atenção para a urgência da renovação do art. 1º da Lei do Audiovisual. A demora no processo de renovação começa, em geral, uma instabilidade no setor, na produção. Se o prazo médio de captação de um filme é de três, quatro anos, basta pensarmos na insegurança de um investidor que recebe um projeto apenas um ano ou meio ano antes de expirar a lei, o mecanismo. Então, é importante a urgência da renovação.

Cinema é uma questão de auto-estima, de identidade cultural, de cidadania e também de inclusão social. Essa é a importância do trabalho desta Comissão. Se os dispositivos da lei, que expirarão no próximo ano, não forem renovados, é muito possível que, em janeiro de 2007, estejamos enterrando mais um ciclo do cinema brasileiro e jogando novamente fora dez anos de tudo o que acumulamos nesse tempo.

A duras penas, todos nós já aprendemos que, para destruir, basta uma penada, mas, para construir, demora anos. Temos todas as condições para impedir que isso aconteça novamente. Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Agradeço ao cineasta Ícaro Martins pela sua exposição. Vamos proceder ao debate.

Pela ordem, Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a pelo seu empenho, principalmente para que essa cultura seja reconhecida cada vez mais e que não perca forças. Temos que aumentar

nossas forças. Cumprimento o próprio Júlio, que tem insistido para que possamos participar ativamente e estar juntos nesta batalha.

Estou recebendo 25 Prefeitos que chegaram de Santa Catarina para buscar nada, pois, do jeito que está, dificilmente vão levar alguma coisa, e vou ter que atendê-los. Registro aqui o meu apoio a todos. O que esta Subcomissão definir, eu apoiarei. Estou à disposição para fazer pronunciamentos no Senado com o objetivo de ajudar a pressionar e de fazer uma mobilização nacional.

As conquistas não podem ser diminuídas, nem perdidas. Temos que aumentá-las e, se possível, fortalecê-las ainda mais, já que a Lei nº 8.685, de 1993, deveria ser não só renovada, mas trazer ainda outros benefícios, outras vantagens a esse setor. Perdê-la seria realmente um atraso, um retrocesso, ainda mais de um Governo que se elegeu dizendo que investiria na cultura. Temos que cobrar isso do Governo, ainda mais que há pessoas no Ministério, há pessoas ligadas ao Governo que trabalham no setor e que têm esse compromisso histórico. Então, contem conosco. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Obrigado, eminente Senador Leonel Pavan. Espero que não seja em vão a vinda dos 25 Prefeitos do Estado de Santa Catarina, em que pese o contingenciamento do Orçamento e a carência de recursos.

Registro a presença de Moacir Oliveira, que foi Presidente da Embrafilme, que nos prestigia mais uma vez nesta reunião.

Vamos passar às perguntas dos Srs. Senadores. Eu e o Senador Roberto Saturnino temos a prioridade na iniciativa das perguntas por conta de sermos os autores do requerimento. Apenas, Senador Roberto Saturnino, para otimizar o tempo, os Senadores farão as perguntas e depois os expositores se pronunciarão.

Quanto a esta primeira audiência pública, de uma série que faremos, a minha preocupação, pensando em 2006 como um ano de eleições, um ano tumultuado, com o Congresso Nacional com dificuldades e, do ponto de vista fiscal, o que isso pode gerar de temor. Quer dizer, falou-se aqui de planejamento, acatar o que o Ícaro abordou, dando ênfase ao final da sua exposição, creio que tínhamos que fazer um *tour de force* com o *trade* cinematográfico junto ao Governo, tendo em vista essa questão que me parece acima de qualquer discussão, parece-me uma unanimidade. Ouvimos aqui representantes do Sul, do Nordeste, do Sudeste. Há um consenso em torno da renovação do art. 1º. Que isso possa nascer daqui como um estímulo para que o Executivo envie, no mais breve prazo possível, essa mensagem ao Congresso Nacional. Não

sei nem se por edição de medida provisória, já que o Governo usa tanto a medida provisória para tanta bobagem, para isso, justificar-se-ia.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Vou dizer a V. Exª, Presidente, que o Congresso reclama do Poder Executivo por editar muitas medidas provisórias. Mais da metade é de Congressistas que vão pedir ao Governo, porque é urgente, para editar a medida provisória. Não é nesse Governo, não; é em todos. Então, a gente reclama da nossa lentidão...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – E tem a urgência constitucional também. O projeto de lei com urgência e também tem esse atributo. O meu temor, Senador Camata, é que cheguemos ao ano de 2006 e vai ser a medida provisória mesmo. Essa era a minha única observação: unirmos força em torno desse tema.

Senador Saturnino Braga, por favor.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, ilustres convidados, quero cumprimentar a todos pela densidade da exposição, mas a minha preocupação coincide com a do Presidente e com a de todos aqui, muito especificamente ressaltada pelo Roberto Faria, ou seja, garantir minimamente a renovação dos dispositivos do art. 1º do audiovisual, quer dizer, a prorrogação e evitar que novas proposições ou aperfeiçoamentos possam embarçar esse pleito da renovação.

Entretanto, escutei propostas de aperfeiçoamento que me pareceram muito importantes e até viáveis que não, a meu juízo, não dificultariam muito o pleito da reedição do art. 1º.

De um lado, o desatrelamento, a ampliação do limite. Essa é uma reivindicação que acho extremamente importante e que se casa com a própria necessidade da prorrogação, mas, com certeza, vai encontrar resistências, obstáculos por parte do Ministério da Fazenda; e temos que jogar politicamente para ver o que é possível ou pelo menos abrir prazos para que haja essa ampliação do limite ou o desatrelamento e independização de cada uma das leis de incentivo.

A outra que me pareceu muito interessante é essa da criação de um novo Fundo 157 específico para as pessoas físicas poderem fazer as suas aplicações dentro de um fundo que seria destinado à produção cinematográfica. O incentivo à pessoa física já existindo e captando, como vimos, de uma forma que não é nada desprezível pode ser perfeitamente ampliada por meio de um mecanismo desse e, penso, não encontraria muita resistência por parte das autoridades da Fazenda.

Há também a sugestão do Ícaro de permitir a aplicação, a inclusão das empresas de televisão no

art. 3º. É uma sugestão interessante, mas não sei que tipo de resistência poderia haver. É preciso ser mais trabalhada, mas também é uma abertura interessante para reforçar e, principalmente, fazer isso que é extremamente importante e decisivo para a consolidação da indústria nacional de cinema: o entrelaçamento da televisão com o cinema.

Se esse for um caminho para que isso avance, penso que devemos lutar por ele porque valerá a pena lutar por ele. Enfim, Sr. Presidente, devemos nos concentrar no esforço político de garantir a prorrogação e ver que outros melhoramentos são viáveis, mas sem prejudicar o pleito fundamental que é o da prorrogação do art. 1º.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino.

O lema é o “ótimo é inimigo do bom”. Então, temos essa preocupação e a nossa idéia é, na próxima reunião, como o Senador Roberto Saturnino colocou, trazer, convidar a esta Subcomissão representantes do Ministério da Fazenda e da Secretaria da Receita.

Senador Gerson Camata, Presidente da Comissão-Mãe, a Comissão de Educação.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Bem, eu quero, primeiro, cumprimentar o Senador Sérgio Cabral pela oportunidade deste encontro. Eu mesmo estava distraído, não estava percebendo que estava terminando o prazo de vigência desse art. 1º. E concordo com o Roberto Farias quando diz: “Sempre há aquela esperança. Vamos para mais cinco anos, porque aí vai ficar autônomo”. Então, não fica.

E eu conversava há pouco com o Roberto Farias, que disse que o cinema tem uma outra coisa muito importante: a perpetuação da imagem para fazer história. Eu vi há poucos dias um documentário da TV Record sobre a Jovem Guarda. O único que tinha imagens bonitas para exibir era o Roberto Carlos, porque o Farias fez muitos filmes com ele. Dos outros, no meio magnético, o Gustavo Dahl sabe disso, porque está na área também, vinham aquelas imagens... Hoje em dia, mesmo que você tenha guardado a fita do VT antigo, de turbina, aquilo tudo, você não tem mais máquina para ler. A imagem magnética vai sumir um pouco. Eu estou até preocupado, porque já estão querendo fazer cinema também só com imagem magnética. Daqui um pouco a história vai embora.

Então, o celulóide é importante. Mesmo quando se faz no meio magnético, deve-se guardar um celulóide. Vejo esses filmes antigos. Eles vão ao laboratório, recuperam, o filme fica bom. Outro dia vi um filme de chanchada com imagem melhor do que a que vi quando era menino. Estava todo “recuperadinho”, bonitinho. E o meio magnético você não recupera mais.

Então, o cinema marca, faz a história, guarda a memória pelo resto da vida, para que os pósteros possam participar e ver.

Outro problema que acho interessante, pelo qual vocês deviam se bater, e o Wolney colocou claro isso, são as leis locais. Por exemplo, o Espírito Santo tem uma lei segundo a qual qualquer produtor brasileiro que filmar um pedaço do filme lá tem incentivo do Governo do Espírito Santo. A Prefeitura de Vitória já tem outra lei que estabelece que se filmar no município de Vitória, leva uma rebarbazineira.

Então, sai a cena, divulga e leva. E fica lá a memória da cidade de Vitória e do Estado do Espírito Santo. Acho que essas leis locais vão ajudar muito, futuramente – como foi dito aqui, há também a Lei Jereissati.

Uma outra coisa muito interessante também é que, hoje em dia, está muito em moda no mundo o imposto – não sei como se fala em português – de ocasião, o imposto que eles chamam *ocasional*. É o imposto que é dirigido para aquele momento. Por exemplo, em várias cidades norte-americanas, e na Europa, eu já vi isso. Você vai ao supermercado, compra uma cerveja por um euro e meio; você vai ao bar para bebê-la, e ela custa 3 euros; domingo, ela custa 7 ou 8 euros. É um imposto que é retirado na hora para o acidente de carro provocado por gente que bebeu no fim de semana. Ele é feito para aquela ocasião. Supõe-se que se você leva a bebida para casa, você não vai sair dirigindo depois, vai ficar na sua casa e não vai causar acidente.

Mas já existem esses tributos, que, cada vez mais, estão aumentando. Então, por exemplo, se você coloca R\$1,00 a mais no filme estrangeiro, a pessoa vai se sentir pagando um imposto justo e se arrecadam mais R\$100 milhões para subsidiar o filme brasileiro. É muito justo. Naquela ocasião fazer aquilo. E é até uma maneira de retaliar coisas que fazem conosco, pior. Fizeram com a nossa laranja agora. E um monte de coisas que fazem. Vamos fazer uma coisa parecida com eles.

Uma outra coisa que colocou certo ali o Aragon foi o seguinte: as empresas... Fui ajudar uma amiga minha que estava fazendo um curta metragem sobre a história do Espírito Santo, ela me pediu e telefonei para algumas empresas. Então, disseram que fariam uma agenda com esse dinheiro. Mas – eu perguntei – como? Colocamos um quadro de um pintor na capa, fazemos uma agenda e distribuimos de brinde de Natal.

Mas a lei não foi feita para isso não. Quer dizer, usam para promoção da empresa. Acho que na mudança que for sendo feita depois no audiovisual e na Rouanet, tem que colocar para o que é aquilo, porque acaba sendo algo para a promoção só da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Essa é a queixa do teatro brasileiro, Senador Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Exatamente, porque cada empresa puxa a sardinha para a brasa dela, o que não é bom. E a outra coisa interessante que estou observando é que este ano vários prefeitos do Espírito Santo, pelo menos uns três nestes últimos dias, estão me procurando para colocar uma verbinha no orçamento, porque eles estão fazendo um cinema e querem terminar. Lá no Espírito Santo. É, as prefeituras estão fazendo cinema. Está interessante esse movimento. Tinha até o Gustavo Dahl, que trabalha com isso, bem ali, que deve falar com o Gil para dar uma enquadradinha aí. Sabe do que estão reclamando? É interessante – o prefeito estava me contando. As empresas de turismo – nessas cidades pequenas do interior, cada cidade tem três, quatro ônibus de aluguel – lotam aqueles ônibus e vão para a capital, onde existe um *shopping*, onde passam o dia a assistir filmes e desviam o imposto que aquele homem ia pagar na cidade se ele comprasse camisa, calça, vai todo para a capital. O prefeito quer construir um cinema na cidade dele porque aí as pessoas não vão mais para a capital ver filmes, vêm na cidade deles e gastam na cidade deles. Pelo menos uns três, quatro prefeitos. Agora, um prefeito nunca me pediu dinheiro para fazer um cinema. Agora já estou com uns três quatro pedidos, o que é bom.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Senador Camata, vale lembrar que aprovamos aqui na Comissão que V. Ex^a preside o projeto terminativo do Senador Aloizio Mercadante, que foi para a Câmara, terminativo, já está na Câmara, aprovamos agora em junho, e que incentiva a construção de cinemas pelas prefeituras com menos de 100 mil habitantes.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – O que é uma grande coisa para o cinema brasileiro. Vamos ampliar o mercado, como disse o Roberto Farias.

Então, acho que eram essas as colocações. Não vou fazer uma pergunta. Agora, os Senadores Sérgio Cabral e Wellington e eu vamos almoçar daqui um pouco com o Jacques Wagner, que é o coordenador político do Governo, já devemos abrir seus olhos para a urgência de mandar o anteprojeto para cá com a vigência da urgência constitucional. Agora, neste minuto. Já estamos correndo porque é um ano complicado este ano, este fim de ano. O Ícaro disse certo, porque se tiver incerteza não se faz nada nem este ano. A lei já morreu este ano.

Cumprimentos ao Roberto Saturnino e a todos e parabéns também ao Gustavo Dahl pelo belo trabalho que está fazendo na Ancine.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – É bom ouvir dois dos eminentes Senadores nos seus terceiros mandatos. É o terceiro mandato do Saturnino Braga nesta Casa e o terceiro mandato do Senador Camata nesta Casa.

Vamos ouvir agora o “afilhado de Padre Cícero” (risadas), Senador Reginaldo Duarte, grande Senador pelo Ceará, grande homem público.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Presidente Sérgio Cabral, que luta muito pelo desenvolvimento do cinema e do teatro no País, acredito que nos anos 50 e 60 o cinema se desenvolveu muito mais na sua terra, no Rio de Janeiro, do que em qualquer outro Estado da Federação. Também quero cumprimentar os senhores expositores e dizer que sempre é um prazer recebê-los aqui, porque sou um aficionado do cinema e venho sentindo que o cinema que está caindo, conforme ficou demonstrado aqui.

Mas também os senhores vieram mais aqui falar sobre incentivos fiscais, mais patrocínio do Governo através de impostos, para que possa a cinematografia brasileira não perder o seu ritmo de crescimento. Agora, os senhores, em parte, são responsáveis por determinadas coisas. Fiquei aqui até achando que as contribuições de pessoas físicas não teriam incentivo, agora fiquei sabendo, como também o nosso Senador Camata, que o Governo dá um incentivo fiscal para todas as pessoas físicas que queiram, através da sua declaração de renda, determinar nelas a sua doação para o cinema, o teatro, etc.

Gostaria de saber por que os filmes nacionais não passam também na tevê. Naturalmente, com as inserções desses filmes nacionais na tevê, os produtores recebem alguma contribuição, não é isso?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES) – E os atores também.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – E os atores.

O SR. ÍCARO MARTINS – Sim, recebem. Passam, mas passam pouco. Outras pessoas devem até saber explicar isso melhor do que eu. Mas, basicamente, tirando algumas exceções, filmes que são super-sucessos, a tevê costuma pagar muito pouco pelo filme nacional. O que acontece. O preço médio de uma produção normal estrangeira que chega à tevê é muito baixo, é um filme vendido para o mundo inteiro. Então, digamos, o preço médio de um filme comum é US\$30 mil... O filme nacional, dificilmente... As experiências que têm, sempre que passa um filme nacional, sobe a audiência... Acho que outras pessoas aqui têm mais informações. Mas é uma questão... Justamente a gente quer incentivar a TV a participar mais do cinema brasileiro. Esse casamento, que todo mundo fala, ele precisa

de alguns incentivos... Agora ele está começando. As TVs estão percebendo o *recall* do cinema brasileiro. Mas é um processo longo, é um processo demorado, e o filme brasileiro enfrenta uma concorrência de custo desleal, porque tem... Um telefilme – a produção de filme desses enlatados (como nós chamamos) – é superbarato. O preço de um capítulo de série de TV (enlatado), então, é baratíssimo. É muito menos, ainda. Então... Nós estamos, justamente, em São Paulo, conversando com algumas TVs sobre isso, ou seja, sobre como viabilizar esse tipo de coisa.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – As empresas produtoras de novela são da própria empresa, por exemplo: da **TV Globo**, do **SBT**, ou são produzidas fora, por vocês, e se elas recebem também esse incentivo da Lei 8.685?

O SR. GUSTAVO DAHL – Não. Elas não recebem. E o modelo da televisão brasileiro privilegia, digamos, a produção própria. As televisões, elas mesmas, a partir da maior representante...

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Se autofinanciam.

O SR. GUSTAVO DAHL – Não. Produzem dentro da própria estrutura. Isso acontece com a Globo e agora está acontecendo com a Record, com o SBT e a Bandeirantes, que também estão produzindo novelas e não se beneficiam de incentivo fiscal.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Vamos só a uma última explicação. Não é bem explicação, mas um último conselho que eu gostaria de dar a vocês: que vocês colocassem, em todos os filmes que vão passar, no preâmbulo, uma propagandazinha sobre esse incentivo fiscal da pessoa física, que não é difundido. São muitas leis neste País, e os brasileiros não têm conhecimento de 5% ou 10% dessas leis. Então, talvez isso favorecesse ainda mais para que aumentasse a participação das pessoas físicas nesse processo. Obrigado.

O SR. WOLNEY OLIVEIRA – Senador, queria só completar aqui. Acho que o senhor tocou em um tema que é fundamental para a sobrevivência do cinema brasileiro que é, justamente, essa parceria cinema e televisão. Eu acho que é impossível o cinema brasileiro se tornar uma indústria se não tiver essa parceria forte. Infelizmente, ela ainda acontece de uma maneira muito tímida. A **Rede Globo**, todos os anos, realiza uma retrospectiva do cinema brasileiro. O Roberto, que é da **Rede Globo**, se não me engano, sabe que é de 70% a audiência dos filmes brasileiros quando exibidos na **Globo**. E seria fundamental que essa parceria fosse aumentada para a continuidade do cinema brasileiro. Nós temos o **SBT**, que está criando o **SBT Filmes**, a **Bandeirantes Filmes**, a **Record Filmes**, ou seja, todas

as televisões estão pensando nesse nicho aí. Eu acho que é fundamental essa parceria cinema/televisão.

O SR. ROBERTO FARIAS – Sobre isso, é interessante notar como a televisão, sobretudo a **Globo**, que é a que faz uma quantidade maior de dramaturgia brasileira, enfrenta o mercado. Eu, atualmente, dirijo na **TV Globo** um programa “Sob Nova Direção”. Ele vai, depois do “Fantástico” todos os domingos. E a minha... Naturalmente, todos que trabalham em televisão e em cinema vivem da audiência. Na Televisão, isso é uma angústia permanente. Esse meu programa custa qualquer coisa em torno de R\$300 mil – por programa. Os nossos concorrentes colocam em cima dele filmes americanos caríssimos, e temos de estar lá ganhando no Ibope porque senão o programa sai, e eu perco o emprego. As pessoas não percebem muito bem isso.

A televisão brasileira não recebe incentivo fiscal para fazer seus programas. Ela vive de um mercado diferente, não é o mercado do bilhete, é o mercado da publicidade, e ela precisa de audiência.

Acho que a liderança da Globo está exatamente na descoberta de que o produto nacional é mais querido pelo povo que o produto estrangeiro. Vejam o seguinte: o filme estrangeiro na televisão não passa no horário nobre; no horário nobre é o que é nacional, porque o povo brasileiro prefere o nacional.

Então, a concorrência do filme nacional com o filme estrangeiro na televisão é exatamente a mesma que acontece no cinema, com a diferença de que, no cinema, a tradição no mercado proporciona a quem tem o filme uma participação na renda. O universo econômico da televisão é feito de uma outra forma. O que acontece? Ali, o filme brasileiro concorre, como o Ícaro falou, com produto estrangeiro que chega já amortizado, a preços de escala universal.

Para o cinema brasileiro, vender um filme para a televisão não acrescenta muito. Isso é importante para que o povo veja o filme nacional, mas, do ponto de vista financeiro, não acrescenta muito. Esse é um ponto em que o poder público poderia encontrar uma maneira de incentivar o filme nacional e de complementar aquilo que ele deveria receber se ele estivesse sendo exibido num mercado nativo e, conseqüentemente, fundamental para a sua sobrevivência, porque é muito complicado para o cinema brasileiro competir com o cinema hegemônico que tem escala. O cinema brasileiro não tem escala, ele precisa fundamentalmente do mercado brasileiro.

Por exemplo, como eu disse ainda agora a respeito do bolo publicitário, os incentivos fiscais da televisão fariam, com certeza, com que as outras emissoras, que não têm como competir com a **TV Globo**, também fizessem mais produto nacional. Por que elas

compram as novelas mexicanas e não sei mais o quê? Porque a liderança da audiência da **TV Globo** leva a uma participação do mercado muito maior e eles não têm ou têm pouco dinheiro para investir na produção do produto nacional. Então, uma coisa bem pensada de forma a incentivar a parceria com a produção independente seria muito importante, para desenvolver ainda mais e para que o povo brasileiro pudesse ver mais produto nacional nas televisões. Se as outras emissoras não passam muito não é porque – imagino – eles não querem, não é porque são incompetentes; é porque o dinheiro não dá. Se o dinheiro não dá e é importante e estratégico que o público brasileiro veja produto nacional, qual é a saída? Ou se faz uma coisa que país democrático nenhum do mundo fez, que é barrar o produto importado para o mercado ser somente do produto nacional – ninguém apregoa isso – ou, então, incentiva-se a produção nacional.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Permite?

O SR. ROBERTO FARIAS – Claro.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Há uma coisa muito interessante de se colocar: nós, mais antigos aqui, somos da geração dos enlatados. A televisão brasileira era criticada: enlatado, enlatado. O Brasil evoluiu tanto nisso que hoje você vê o português reclamar do enlatado brasileiro que dominou a televisão portuguesa. Você não vê um autor brasileiro, de literatura brasileira, ou um autor da pintura brasileira dominar o mercado português, a não ser o Paulo Coelho na literatura. Mas você vê a televisão brasileira dominar. Até a produção, hoje, da TV portuguesa não é mais aquele modelo europeu: o jogo de imagem, a duração de cena, é tudo no esquema da tevê brasileira. Quer dizer, mudou.

E é uma coisa interessante: a minha família é de origem italiana. Em 1975, fui pela primeira vez à Itália visitar parentes meus. Eles não sabiam nada do Brasil, não sabiam sequer que língua se falava aqui, porque não se interessavam. Veio a guerra e não se comunicaram mais, era muito pobre o pessoal lá.

Em 1986, eu voltei lá e havia entrado “A Escrava Isaura” e algumas outras novelas da **Globo**. Eles sabiam tudo, sabiam que se falava o português, sabiam tudo. É a colonização cultural. Atrás foi o açúcar brasileiro, a sandália havaiana. E vai tudo quanto é produto.

O americano não faz filme bom e joga o filme com uma voracidade dessa no mercado por ser bonzinho. Ele sabe que atrás vai a colonização cultural, vai o hábito, vai a gravata, o sapato e a tecnologia deles. É um meio de dominação branda, legítima, que o Brasil também tem de praticar por meio do seu cinema e

das suas manifestações culturais, que vão invadindo, tomando conta, e atrás vão produtos brasileiros.

Poucos brasileiros se aperceberam, com a eleição do Lula, o que aconteceu na Europa: ficou toda verde e amarela. Entrou a moda brasileira, tênis brasileiro, camisa, tudo. Não ia ficar assim dois anos. Mas há pouco mais de um ano que a Europa está toda verde e amarela. É um fenômeno impressionante.

Eu cheguei no Chile há uns oito meses, nem parecia que o Brasil não entrara na onda brasileira. Mas no Chile havia vitrines verde-amarelas. Em Florença, há um ano, estava tudo verde e amarelo. Havia tênis, camisas, tudo verde e amarelo e com o nome “Brasil”.

Por quê? Foi a eleição de um Presidente operário, mais a televisão, o futebol, a música...

O SR. (orador não identificado) – Quando ganharmos a Copa no ano que vem vai ser de novo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – ...a Copa do Mundo. Essas coisas todas favoreceram e com isso muita coisa vai atrás.

Era só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Tem a palavra o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Primeiramente, quero parabenizá-lo, Senador Sérgio Cabral, que está sempre ligado nesse tipo de atividade, sempre lutando por isso. Acho que dever ser uma questão genética. Você deve ouvir sempre isso. Já que estamos no assunto, eu estava vendo televisão à noite, eu não dormia, e vi um programa do Pasquim, as filmagens, e seu pai. Àquilo tudo não tive acesso e, de repente, tive acesso àquelas informações.

Outra coisa: tenho sentido o nosso Presidente muito animado e agora descobri o porquê. Porque assistia filmes de pornochanchada de outro jeito. Eu queria pedir que ele me emprestasse o filme.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – De chanchada, não de pornochanchada.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Não comprometa o Senador Gerson Camata. Ele está falando da Atlântida, de Oscarito, Grande Otelo...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu queria o filme emprestado também, porque essa nova versão deve ser muito motivante.

Mas realmente tive oportunidade, no Nordeste... Inclusive, eu era presidente de uma universidade até pouco tempo e tive que me afastar devido a minha posse. Eu patrocinava o Festival de Cinema de Recife – patrocino ainda, na universidade à qual pertencço.

Depois, pegamos também o prédio da **Manchete**, e um dia a Carla Camurati pediu emprestado o teatro para filmar o Mistério de Irma Vap. Quando eu cheguei, nunca tinha visto tanta parafernália para fazer um filme. Temos a imagem de que um filme é uma câmera, está ali o personagem, e você filma.

Quando cheguei, era equipamento, gente, alimentação. Eu acho que as pessoas não têm noção do que é fazer um filme realmente. Tem-se a idéia de que em uma salinha se faz um filme. E não é assim. Há uma estrutura por trás... Marco Nanini e Ney Latorraca, sozinhos, já fazem um inferno os dois.

Realmente, essa noção do que é fazer um filme eu não tinha. E isso não é passado, Senador Sérgio Cabral, para as pessoas. Eu acho que valeria a pena, durante a filmagem de um filme, os patrocinadores serem convidados para ver como é fazer um filme. Muitas vezes só liberam o dinheiro, e não sabem o que é. Não é isso? A verdade é essa. No entanto, há toda uma estrutura. Quando a essa questão de sempre dar cinco, três anos, é uma tutela incrível. Estão sempre ali: “vamos dar uma cordinha, mas puxar depois, porque não sabemos o que podem fazer”.

Não sei se Roberto Farias comprou os direitos sobre o livro do Lula. Foi você que comprou, Roberto?

O SR. ROBERTO FARIAS – Não. Foi Luiz Carlos Barreto.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Luiz Carlos Barreto comprou. Quer dizer, já está também. O que vai filmar? O que vai passar?

O SR. ROBERTO FARIAS – E onde vai arrumar dinheiro também.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – E se é interessante para o Governo deixar com que ele arrume dinheiro para fazer o filme. Essa é a grande questão. Será que é bom deixá-lo arrumar o dinheiro? Fazer um filme depois de tudo o que está acontecendo! Como será o final do filme? Então, essa tutela é uma escravidão. Vamos ver até onde vão. Creio, Senador Sérgio Cabral, que, se pudéssemos – e claro que o ideal é renovar – também perpetuar... Quem quiser, depois, que mude a lei. Que o grupo ou o governo depois façam uma mudança. Mas não essa tutela. Creio que tutela é algo não democrático, que escraviza. Tem que estar bem aberto.

O Senador Camata falou que temos, realmente, um almoço com o Secretário de Política, de interlocução. Poderíamos falar sobre isso. Creio que V. Ex^a é a pessoa ideal para falar, já que está à frente desse movimento. Poderá, também, contar com o meio apoio. O Senador Sérgio, hoje, tem uma Bancada do PMDB, que

é a maior do Senado. Se o Senador Sérgio sustentar, a Bancada inteira para apoiá-lo com certeza.

No entanto, vou dizer a V. Ex^{as} que não adianta vir à Comissão falar se não trabalhar. Esta Casa exige trabalho aqui dentro. No Senado é mais fácil, são oitenta e um Senadores, mas na Câmara são mais ou menos quinhentos. Então, se não trouxerem alguma artista famosa para ficar desfilando...

O SR. ROBERTO FARIAS – Para fazer um filme aqui no Senado, para mostrar como é.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Fazer alguma coisa para chamar a atenção, não é Senador Sérgio? Tem que se chamar a atenção. Com esse esquema de CPI e não sei o que mais, tudo está voltado para uma coisa só. V. S^{as} vieram em um momento ruim, foi o que o Senador Sérgio Cabral falou. Se entrar no ano que vem, esqueçam; será um ano eleitoral, e todos estarão ligados em manter o seu mandato. Mas se vocês começarem a fazer alguma atividade aqui dentro... Não sei como, mas V. S^{as} melhor do que nós saberão como fazê-lo. Podem fazer um filme aqui dentro, como mencionou o Roberto, sei lá, para chamar a atenção. Atualmente, o tema é ótimo. Se não chamarem a atenção, Roberto, não irá sair mesmo.

Chegando ao Senado, caminhará rapidamente; mas a Câmara é mais problemática. Conte com o apoio não só de Wellington, mas também de toda a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Muito obrigado, Deputado Wellington.

Vale registrar que a primeira Subcomissão criada no Senado Federal foi a de Cinema. Foi fundamental, inclusive, para a produção da Lei do Audiovisual. O Senador Francelino Pereira foi o grande Relator. Portanto, é uma Subcomissão atenta a todos os temas. Temos, agora, um desafio que tem como gancho o vencimento do prazo do art. 1º, que tanto preocupa a nós, Senador, sobretudo ao *trade* cinematográfico.

Antes de encerrar, gostaria de saber se algum dos expositores gostaria de fazer algum tipo de abordagem.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Gostaria de fazer uma pergunta muito rápida.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Claro.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT-RJ) – Cícero Aragon, gostaria de saber o que faz a Fundacine? É a única fundação estadual que existe aqui no Brasil? O que faz? Rápida e brevemente.

O SR. CÍCERO ARAGON – Tivemos a felicidade de criá-la no Rio Grande do Sul. É uma fundação que trouxe para dentro de si patrocinadores, o Governo Es-

tadual, o Governo Municipal, a Federação das Indústrias. Enfim, são várias entidades que, de certa forma, eram responsáveis. Os exibidores também estão dentro da fundação. De uma forma que pudéssemos ter, praticamente, toda uma cadeia audiovisual que trabalhava, que influenciava sua existência no Estado, para contribuir. Então, conseguimos coisas inéditas como colocar o exibidor e o produtor – que geralmente tem problemas com o espaço de exibição, aquele velha história – dentro de um mesma fundação. É um excelente exemplo que tem sido seguido. Na verdade, outras fundações têm sido criadas com esses moldes no Brasil. Então, por exemplo, dentro dela, temos o Sindicato da Indústria Audiovisual, da qual sou o Presidente; temos a Associação dos Técnicos; temos, como falei, a RGE, que é a maior patrocinadora do cinema brasileiro, que patrocina o maior concurso brasileiro. Na verdade, são três longas metragens, com 1,5 milhão, cada um, então são 4,5 milhões em nível de concurso; temos a Prefeitura de Porto Alegre, o Governo do Estado; temos a Federação da Indústria, a Federasul; temos o Sesc, que faz parte também, enfim, de forma que pegamos vários entes e trabalhamos juntamente.

Já respondendo isso, gostaria de aproveitar para dar a sugestão de que, ao mesmo tempo em que estivermos trabalhando com a renovação do art. 1º, o artigo que limitou os 4%, é uma lei fora da Lei do Audiovisual. Então, creio que poderíamos tentar trabalhar num caminho com a Lei do Audiovisual, mas, paralelamente, tentar excluir essa segunda lei.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Por favor.

O SR. CÍCERO ARAGON – Gostaria de aproveitar a deixa do Senador Wellington Salgado de Oliveira para fazer uma colocação que tinha esquecido, que é uma proposta também da APCNN.

Atualmente, temos um limite de captação na Lei do Audiovisual, mas não temos esse limite na Lei Rouanet. Uma proposta seria em relação, não só à Lei do Audiovisual, mas à Lei Rouanet, à existência de um limite máximo para a produção de filmes brasileiros. É um assunto que deveria ser discutido 6, 7, 8, 9 ou 10 milhões de vezes, mas, infelizmente, você não tem como medir o sucesso, ou não, daquele filme. Temos, desde filmes como “Amarelo Manga”, um filme belíssimo do Cláudio Assis, que é um diretor pernambucano, e que custou R\$700 mil, portanto um BO, um filme de baixo orçamento; e temos filmes como Chatô, do Guilherme Fontes, que até hoje não foi concluído e que custou mais de R\$10 milhões. Certo?

Então, como você vai medir isso? Não há como medir a qualidade do filme! Você pode criar mecanismos de julgamento e também de um teto para não permitir

que se ultrapasse esse teto. Hoje você pode fazer filmes de 18, de 20, de 20 e poucos milhões, o que creio ser um absurdo, pois você não tem esse limite.

E em relação à fala do Roberto gostaria de acrescentar que, como o Roberto mesmo colocou, o cinema é a segunda maior indústria dos Estados Unidos, a primeira é a indústria bélica, e pode vir a ser também a segunda do Brasil, mas vamos precisar, sim, de mais cineastas. Quanto mais cineastas, melhor! Isso é fundamental! Entretanto, é necessário que você crie limites, também em relação ao julgamento dos projetos, mas penso que um filme que custa R\$700 mil, R\$1 milhão, e outros que custam R\$10 milhões, e não têm retorno algum, os que são de BO e dão retorno serão bem melhores para o cinema brasileiro do que as grandes produções.

O SR. ROBERTO FARIAS – Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Por favor.

O SR. ROBERTO FARIAS – Prometi não polemizar. Não é o caso nem a hora! Mas uma indústria de cinema não pode ser feita apenas com base em editais, porque tira do cineasta, do produtor, uma coisa sagrada que é a escolha do seu projeto, do projeto que vai fazer, daquilo que acredita que vai consolidar a sua indústria. Estou de acordo que é importante a renovação e que haja muito diretores, mas não se pode fazer uma indústria, como o Gustavo demonstrou claramente, com 148 diretores, cada um fazendo um filme! Isso é uma coisa inviável! Creio que seja importante, mas penso que temos que ter um pouco de visão industrial também.

Porque, para que a indústria cinematográfica brasileira consiga chegar a se transformar numa das principais indústrias brasileiras, é preciso que se encontrem mecanismos para isso, independentemente do estímulo à renovação, ao jovem cineasta, de se ajudarem às universidades nos cursos de Comunicação e de Cinema. Mas, naturalmente, a ênfase e a paixão com que cada um de nós sempre defende o seu ponto de vista faz com que, de repente, possamos estar mostrando, convencendo os nossos ouvintes com caminhos que, de repente, preponderam de uma forma que não é totalmente benéfica para o setor.

Quer dizer, é preciso haver um equilíbrio maior. Tenho certeza, inclusive, que as pessoas que estão à frente dos nossos organismos têm bastante clareza e estão permanentemente pensando o cinema no sentido de abranger todas as áreas e satisfazer todas as necessidades.

Obrigado.

O SR. ÍCARO MARTINS – Só para reforçar o que o Roberto falou, não existe indústria cinematográfica

ou cinematografia que se faça com apenas um gênero de filmes. O filme grande precisa do filme pequeno e do filme médio, assim como o filme pequeno e o filme médio precisam do filme grande. Inclusive, na demonstração do Gustavo, vimos como dois ou três grandes sucessos puxam a renda dos filmes como um todo.

No ano de 2003, houve dois ou três grandes sucessos, mas, se formos observar, a média dos filmes pequenos também aumentou em razão disso, porque se cria um círculo virtuoso na coisa, um reforça o outro. É importante ter clareza de que precisamos ter todos os tipos de filme. Tenho certeza que o senhor também pensa nisso, é só uma questão de se ter pontos de equilíbrio. As pessoas podem, eventualmente, discordar em nuances, mas acho que do princípio básico todos participamos.

O SR. CÍCERO ARAGON – Os filmes de um orçamento grande eu acho que têm que ter um limite.

Por exemplo, tivemos agora em Gramado, o lançamento do filme “Dois Filhos de Francisco” que, por sinal, é uma produção da **Globo Filmes** e é um filme maravilhoso. Foi aplaudido de pé. Eu, pessoalmente, não gosto de Zezé Di Camargo e Luciano, mas fiquei apaixonado pelo filme. E é um filme que, se não me engano, custou R\$6 milhões e que vai dar um retorno ao público.

Sou a favor, sim, de um limite de financiamento, a ser discutido, não sei, de nove, sete ou dez milhões, mas sou contra que isso seja aberto, ou seja, que se possa fazer um filme de R\$50 milhões e depois não tenha nenhum retorno.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Aos 44 minutos do segundo tempo a partida estava morna, mas, já se encerrando...

O SR. ROBERTO FARIAS – Eu pediria para falar.

Juro que será a minha última intervenção.

O SR. ROBERTO FARIAS – Há pouco estávamos fazendo comparações entre os custos dos filmes nacionais e os dos filmes americanos. Quer dizer, toda a verba junta dos filmes brasileiros não dá um filme de baixo orçamento americano.

Estamos falando aqui de lei e sabemos como é difícil mexer em lei. É extremamente perigoso estabelecermos um limite mínimo e máximo na lei, talvez isso possa ocorrer por regulamento da Ancine. Primeiro, são raríssimos os produtores que conseguem captar nesse nível. As pessoas sequer cogitam de fazer um filme desse tamanho. De repente, há um doido que resolve e faz um orçamento de R\$20 milhões, mas dificilmente ele vai conseguir captar isso.

Não queria falar isso, mas a Lei do Audiovisual, no fundo, é um pires para os produtores e para os re-

alizadores. Não se trata de um incentivo fiscal dado diretamente ao cinema, mas às empresas, a quem temos que recorrer para pedir que coloquem dinheiro no nosso filme. E pode acontecer, como disse o Senador Gerson Camata, que o homem do *marketing* diga: não, estamos fazendo uma agenda.

Então, há um consenso de que é necessária a prorrogação do art. 1º.

Agora, como o Senador Roberto Saturnino falou, nós temos que ter cuidado na hora de começar a mexer muito nessa lei, porque, de repente, em vez de atingirmos o objetivo primordial, principal, que é a prorrogação, quer dizer, nós, do cinema, temos o seguinte princípio: de conquista a gente não abre mão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Sr. Roberto Farias, só para adendar e ilustrar, tivemos uma experiência quando esta Subcomissão era presidida pelo Senador Roberto Saturnino, e o Senador Osmar Dias e depois o Senador Hélio Costa presidiram esta Comissão, que foi o desastre do debate da Ancinave (Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual).

O SR. ROBERTO FARIAS – Não, não vamos entrar nessa não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Não, para ilustrar o que o senhor está colocando, a questão da iniciativa, o negócio do “o ótimo é inimigo do bom”. Quer dizer, pensa-se em melhorar, em mudar a Lei do Audiovisual, e se acaba criando um mostrego e uma discussão. V. Sª colocou muito bem: são 513 Deputados Federais e 81 Senadores, não é fácil alterar lei. Quando se tem um consenso, quer dizer, se a própria indústria cinematográfica tem consenso sobre isso, é muito mais fácil eu sair daqui, procurar o Ministro Jacques Wagner e dizer: “olha, acabamos de fazer uma reunião e nos parece...” E o Governo sentir isso...

O SR. ROBERTO FARIAS – Tranquilo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Não, e o Governo sentir isso, o Governo tem interlocução com o setor, o Ministério da Cultura, a Casa Civil, a própria Presidência da República sentir que esse é um sentimento único de renovação, porque se for mudar aqui ou acolá é arriscado.

O SR. CÍCERO ARAGON – Não, só para enfatizar que, na verdade, todas as entidades aqui apoiaram – não vou deixar de enfatizar isso – a renovação da forma que está, e, sim, apresentaram sugestões. Enfim, até, como foi colocado muito bem pelo Senador, algumas coisas, sim, podem ser implementadas sem absolutamente nenhum conflito, e outras, não. Mas, em nenhum momento as entidades aqui vieram dar qualquer tipo de sugestão que pudesse gerar qualquer

tipo de polêmica, nossa idéia foi contribuir em cima de pequenas alterações. Eu imagino que nenhuma das sugestões dadas foram alterações mais profundas, foram só, simplesmente, sugestões, mas é consenso que ela deve ser aprovada como está.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Com a palavra, o Sr. Gustavo Dahl, Presidente da Ancine (Agência Nacional do Cinema) para dar o arremate.

O SR. GUSTAVO DAHL – A questão que está sendo discutida aqui, uma das questões que levantou o debate, essa questão de limite em orçamento é alguma coisa que pode ser discutida, agora, dentro de uma visão geral.

Nós estamos num momento em que estamos procurando a integração da produção de cinema com televisão. Nós estamos num momento no qual vemos que o mercado de DVD está crescendo. Nós estamos num momento em que já constatamos que os cinemas nacionais, o cinema brasileiro, ele tem competitividade dentro do seu próprio mercado com o de grandes filmes americanos. Esse tipo de competitividade se dá a partir da qualidade, mas se dá, também, a partir de valores de produção. Se formos examinar os resultados na bilheteria, veremos que os filmes de porte de produção, eles naturalmente têm também esse resultado.

Em que insisto sempre? A temática do resultado, seja ele em mercado, seja ele em imagem, é que deve presidir, digamos, um critério de alocação de recursos.

Eu acredito também que é absolutamente indispensável que o cinema brasileiro participe não só... Participe também da sua... Digamos que, para atingir o público do cinema brasileiro, ele tenha alguma coisa que é uma vitalidade social. Essa vitalidade social é o que estou dizendo, é essa questão de participação no processo histórico. Não estou usando já a velha consciência crítica dos anos 60, mas é algo que estamos vendo agora com o cinema argentino, que, investindo menos que o Brasil, de repente, a partir da sua vitalidade social, consegue inclusive uma relação com o público. A grande questão que está latente por baixo disso tudo é, digamos, a relação do produto propriamente dito não só com o mercado, mas, sobretudo, com a sociedade brasileira. Até que ponto o sistema de subsídio total da produção, de 95% subsidiado, criou uma acomodação da produção brasileira tanto no nível comercial quanto no nível expressivo é um tema que está latente e acho que devemos pensar. O que estou dizendo é que o momento de repensar o papel social do subsídio ao cinema brasileiro, o lapso é fantástico, é o cinema e o problema brasileiro é agora.

Não posso deixar de me regozijar e de me colocar, assim como a Ancine e a sua diretoria que está aqui representada, à disposição da Subcomissão de Cinema.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Maravilha. Agradeço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, às senhoras e aos senhores que nos acompanharam e aos nossos convidados palestrantes.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h52min.)

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ata da 6ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 14 de setembro de 2005.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia quatorze de setembro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Presidente Eventual, Senhor Senador Flávio Arns e com a presença dos Senhores Senadores Geraldo Mesquita, Valdir Raupp, Roberto Saturnino, Aelton Freitas, Marco Maciel, Delcídio Amaral, Paulo Paim, Augusto Botelho, Eduardo Azeredo e Mozarildo Cavalcanti, reúne a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social em conjunto com a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Leonel Pavan, Marcelo Crivella, Sérgio Cabral, Wellington Salgado de Oliveira, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Lúcia Vânia, Gerson Camata e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. O Senhor Presidente anuncia a presença do Senhor Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, submete às Subcomissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 03/2005-SCTC, de

autoria dos Senhores Senadores Demóstenes Torres e Paulo Paim, para tratar da aplicação dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST). Comparecem à Audiência Pública os seguintes convidados: Senhor João Tranchesi Júnior, Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet – ABRANET; Senhor Luiz Cláudio Rosa, Diretor da Área de Telecomunicações da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE; Senhor Rogério Gonçalves, Diretor de Assuntos Regulatórios da Associação Brasileira de Usuário de Acesso Rápido – ABUSAR e Senhor Joa Nilson Barbosa, Secretário de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Roberto Saturnino, Augusto Botelho, Marco Maciel, Valdir Raupp e Eduardo Azeredo. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, solicita a Secretaria que providencie Nota Técnica sobre os assuntos suscitados na audiência. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e dois minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão de Ciência e Tecnologia lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador Flávio Arns, Presidente Eventual da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

O Senador Sérgio Cabral, Presidente da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social está a caminho e, na condição de Presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia Permanente, tenho a honra de abrir esta reunião extraordinária das duas Subcomissões.

Agradeço a presença dos convidados para discutir um assunto fundamental para o Brasil, que é a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações – Fust. A autoria do requeri-

mento para esta audiência pública é dos Senadores Demóstenes Torres e Paulo Paim.

Os convidados aqui presentes são o Sr. João Tranchesi Júnior, Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (Abranet); o Dr. Tadao Takahashi – que vai se sentar à esquerda, já está na Casa e está se dirigindo a esta Subcomissão –, Diretor-Geral do Instituto Sociedade da Informação (ISI); o Dr. Luiz Cláudio Rosa, à direita, Diretor da Área de Telecomunicações da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee); Rogério Gonçalves, Diretor de Assuntos Regulatórios da Associação Brasileira de Usuários de Acesso Rápido (Abusar); e Joa Nilson Barbosa, à minha direita, Secretário de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

Em primeiro lugar, gostaria de explicar aos convidados que as duas Subcomissões são fundamentais para o andamento de processos essenciais para o Brasil. São duas Subcomissões da Comissão de Educação do Senado Federal. Inclusive esta Subcomissão de Ciência e Tecnologia foi criada há dois anos pelo atual Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa, que presidiu a Subcomissão de Ciência e Tecnologia. Trata-se de um assunto tão importante que envolve duas Subcomissões permanentes. Além da de Ciência e Tecnologia, como foi dito, a Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

Todas as audiências públicas já aprovadas nestas Subcomissões vêm sendo realizadas. Existem desdobramentos posteriores à realização desta audiência pública, como já ocorreu e vem ocorrendo com outras já realizadas, e há uma expectativa e um anseio muito grande da sociedade em relação ao conhecimento do atual estágio do Fundo de Universalização das Telecomunicações, o Fust, que implica em alguns bilhões de reais para o País, e há uma discussão permanente a respeito das particularidades que envolvem os entraves, os problemas, as questões jurídicas e administrativas, que serão objeto do debate no dia de hoje.

Gostaria também de justificar aos expositores que há inúmeras atividades acontecendo neste momento no Senado Federal: três CPIs – a dos Correios, a do Mensalão e, pouco depois, às 11h, a CPI dos Bingos; três Comissões Permanentes; além de inúmeras outras reuniões.

É fundamental a discussão não apenas para o conhecimento do Senado Federal, para a tomada de iniciativas, mas todo o Sistema de Comunicação do Senado Federal também está envolvido com o debate, que será multiplicado para o Brasil, na seqüência. E já dizemos, inclusive, a todos que vão acompanhar,

que nos próximos dias exposições serão feitas nesta audiência pública, que a Comissão de Educação e, particularmente, as Subcomissões estão totalmente à disposição para receberem os questionamentos, sugestões e encaminhamentos em relação a um assunto desta magnitude, desta importância, que é o Fundo de Universalização das Telecomunicações.

Com grande alegria, com grande prazer, daremos início às exposições. Passamos, em primeiro lugar, a palavra ao Sr. João Tranchesi Júnior, Presidente do Conselho de Estudo Jurídico da Associação Brasileira de Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet – Abranet.

Concedo a palavra ao Sr. João Tranchesi Júnior.

O SR. JOÃO TRANCHESI JÚNIOR – Inicialmente, Sr. Presidente, gostaria de agradecer, em nome da Abranet, o convite para participar desta douta Comissão e de ter a oportunidade de apresentar, ainda que muito brevemente, o pensamento e as preocupações de nossa associação, a Abranet, a respeito da utilização do Fundo de Universalização das Telecomunicações.

Meu bom dia às senhoras e aos senhores aqui presentes, autoridades, Senadores.

A Abranet congrega atualmente cerca de 300 provedores de acessos, serviços e informações à rede internet, e sua representatividade, ou o alcance da atividade de seus associados, está espalhado pelo Brasil inteiro.

A Abranet foi constituída em 1996, no primeiro momento da indústria de internet no Brasil, e, graças ao esforço de seus associados, o Brasil se encontra em uma posição bastante relevante em termos de utilização dos recursos da rede internet.

É importante mencionar o trabalho de desbravamento realizado por esses empresários que hoje congregam nossa associação no sentido de que, no primeiro momento, quando os serviços de provimento de internet deixaram de ser um monopólio do Estado e passaram a ser franqueados à indústria em geral, esse segmento recebeu valiosos investimentos de empresas pequenas, médias e grandes, nacionais e estrangeiras. E hoje, graças a esse esforço, podemos contar com uma internet em português. Muito diferente do que ocorre na maior parte dos países, onde a língua geral da internet ainda é o inglês. Isso porque tivemos a oportunidade de desenvolver no Brasil não apenas o sistema de acesso, mas também o conteúdo em língua portuguesa. Dessa forma, atualmente, dos dez primeiros *sites* mais acessados no Brasil, sete são em língua portuguesa. Isso não ocorre em nenhum outro país da América Latina e, evidentemente, comparando não em língua portuguesa, mas em

língua espanhola. Na Argentina, dos dez *sites* mais acessados, sete são em língua inglesa. Isso demonstra a importância da indústria de serviços de internet desenvolvida no Brasil.

Quando analisamos o volume de recursos hoje existentes no Fust e a necessidade de disciplina pela sociedade para a utilização adequada desses recursos, não podemos deixar de mencionar que a inclusão digital, ou seja, os serviços de acesso à rede Internet, às redes de ensino e às redes de pesquisa, devem ser um dos maiores beneficiários da alocação desses recursos.

Não pretendo aqui discutir tecnicamente como a utilização desses recursos poderá melhorar o desempenho da indústria, mas, sim, como ele pode melhorar o alcance e o desenvolvimento pessoal e educacional do País, permitindo o ensino a distância, a educação a distância, o eventual treinamento a distância, aumentando a participação da população no acesso à cultura e ao lazer e sua difusão por meios digitais.

Sem dúvida alguma, esperamos que a utilização desse fundo seja feita de forma ordenada para proporcionar à indústria já existente de serviços de acesso à rede Internet e aos serviços de rede de pesquisa e de educação privilégios em relação àqueles outros serviços que poderiam pleitear recursos desses fundos.

O investimento na universalização dos serviços de telecomunicação deve, na opinião da Abranet, ser entendido como um investimento na possibilidade de acesso digital às populações que, hoje, por dificuldades econômicas, culturais ou técnicas não têm acesso a esses serviços. A universalização de telecomunicações a Abranet entende como possibilidade de inclusão digital. Nesse sentido, a utilização do Fust para melhorar a inclusão digital é de extrema relevância.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a participação, neste primeiro momento, do Sr. João Tranchesi Júnior, da Abranet.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Cláudio Rosa, Diretor da Área de Telecomunicações da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee.

O SR. LUIZ CLÁUDIO SANTOS ROSA – Muito obrigado.

Bom dia a todos. Antes de mais nada, agradeço a oportunidade concedida à Abinee – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, que congrega, entre os seus membros, todo o parque nacional de fabricantes de equipamentos de telecomunicações e de informática.

A Abinee vê com muita preocupação, com muita consternação o fato de ainda não podermos encontrar uma forma de resolver o que, na nossa avaliação, é

um imbróglio legal, talvez um misto de falta de vontade e de perseverança sob a ótica política e também de algumas dificuldades de ordem jurídica para viabilizar o uso do Fust.

Numa primeira perspectiva, o Fust, como a lei determina, pode ser usado apenas para a universalização, repito que isso consta da lei. Por outra perspectiva, vê-se que essa universalização só pode ser realizada por quem tem a obrigação de fazer a universalização, que, no caso, são as concessionárias. Aí, tem um terceiro elemento, que concessionárias de telecomunicações só têm obrigação de fazer universalização em serviços de voz, o que, na nossa visão, não é suficiente. Entendemos que para dar fluidez a tudo o que o Dr. João Tranchesí mostrou com relação as potencialidades de levar todo esse conteúdo, toda essa fantástica Internet que temos em língua portuguesa, para viabilizar e possibilitar levar o conhecimento, o acesso à educação, saúde, todos os elementos que hoje podemos usufruir da infra-estrutura de comunicações, tem que ser uma nova modalidade de universalização que não é a universalização de telefonia de voz, porque ela não tem condições de dar conectividade para se dar acesso em banda larga para permitir esses serviços que hoje estão presentes apenas e tão-somente em poucos municípios brasileiros. O Brasil tem mais de 5 mil municípios – 5.700, aproximadamente – e, desses municípios, apenas 300 deles têm serviço celular – estou falando de serviço celular, o que significa que para a banda larga, que é essa universalização que gostaríamos de ver implantada no Brasil, essa realidade é ainda menor. Banda larga é um serviço que só está presente em menos de uma centena de municípios com mais de 300 mil habitantes – são 75, se não me engano.

O que vemos como uma possibilidade, talvez uma grande oportunidade que esse evento está trazendo e congrega a sociedade brasileira o Congresso, a indústria, a sociedade civil organizada, em construir um plano como foi feito por outros países. O exemplo da Coreia. A Coreia lançou um plano há 6 anos, chamado I-Coreia – posso disponibilizar essa informação para a subcomissão, depois. O interessante é que ele foi lançado paralelamente ao período em que lançamos o nosso plano de universalização através de telefonia.

O Plano I-Coreia foi, diferentemente do nosso, focado em banda larga. Entre estudos e análises de crescimento socioeconômico que a sociedade coreana conseguiu, é lógico que a realidade do Brasil é um pouco distinta, mas a sociedade coreana conseguiu crescimento socioeconômico pelo fato de levar banda larga e acesso ao conhecimento, à informação, à

saúde, à sua população, indiscriminadamente porque fez acesso em banda larga já há 4 anos.

É evidente que a realidade socioeconômica brasileira não permite aventurismo, mas acreditamos que o governo federal, a sociedade civil organizada, a Abinee, assim como os seus membros, a indústria já está se colocando, sempre se pôs e continua se disponibilizando para ajudar o país a conseguir fazer com que tenhamos condições de materializar um sonho que temos dentro da Abinee, qual seja o de fazer com que cada uma dessas crianças, dessas populações presentes nesses mais de 5 mil municípios que não têm acesso à Internet banda larga, que essas pessoas, essas crianças consigam ter acesso à informação que seria como instalar **software** na cabeça de crianças que são, fundamentalmente, grandes computadores.

Como vimos hoje esses 5 mil municípios sem conectividade, sem possibilidade de acesso à informação, é como se tivesse uma máquina, que toda criança é, um grande, enorme e extremamente potente computador, supercomputador, só que não tem nenhuma instalação de **software**, que é conhecimento, não tem nenhuma instalação de informação, que é acesso à educação, à saúde, instalada nessas máquinas. É evidente que é um desperdício de recursos.

Hoje, há estudos de diversos países que mostram que não há prioridade maior para quem está pensando num país que tende ou quer ser grande, que não disponibilizar o acesso à informação, o acesso ao conhecimento, a maior possibilidade ao maior volume possível da sua população. A Abinee continua como um elemento presente, como elemento atuante, participante da sociedade brasileira, empenhada em apresentar contribuição. Aqui no Brasil, todos os nossos sócios, todos os nossos fabricantes, muitos fazendo **software** aplicativo e de ensino à distância, como foi comentado anteriormente, mas, infelizmente, essas informações não são disponibilizadas à maioria da população, porque não há uma ferramenta que obrigue as concessões, hoje presentes, de levar esse tipo de funcionalidade para essas localidades.

Há, portanto, na nossa visão, a necessidade de uma participação efetiva do Estado como indutor, não necessariamente como empresário, mas um indutor para fazer com que essas localidades tenham esses serviços.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a participação do Sr. Luiz Cláudio Rosa, da Abinee, diretor da área de telecomunicações da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. Rogério Gonçalves, diretor de Assuntos Regulatórios da Associação Brasileira e Usuários de Acesso Rápido – Abusar.

O SR. ROGÉRIO GONÇALVES – Obrigado, Senador; obrigado aos presentes. Agradeço também pelo convite formulado à Abusar para que pudéssemos estar aqui representando os usuários.

O que estamos a dizer da Abusar, por exemplo, é que somos uma associação estritamente voltada para a defesa dos interesses dos usuários dos serviços de telecomunicações em geral, especialmente Internet, tanto banda larga quanto discada, não há discriminação. O nosso *site* costuma ter vinte e cinco mil acessos por dia. Nós contamos com cerca de quatro mil associados.

O que vamos dizer aqui tem a ver com proposta. Vamos tentar demonstrar o que está acontecendo, o que está impedindo que as verbas do Fust possam ser utilizadas nos programas, de acordo com pesquisas que realizamos. Vamos tentar falar de forma sucinta.

A nossa observação é que a Anatel está impedindo que a verba do Fust seja utilizada. A agência reguladora, que deveria ser a defensora da LGT – porque ela foi criada inclusive para isso – de 2001 para cá, tem tentado criar artifícios para entregar os serviços de comunicação de dados do Fust para concessionárias de telefonias. É só pesquisarmos os acórdãos no TCU, pesquisarmos as propostas, vermos o edital de 2001.

Assim, está muito claro que se hoje o Fust está travado, a principal culpada é a agência reguladora das telecomunicações.

Nesse caso, também seria bom ressaltar que a Lei 9.998, a Lei do Fust, em seu art. 5º, incisos V a VIII, aqueles serviços cuja universalização está prevista ali, são serviços de comunicação de dados que, inclusive, representam a convergência tecnológica dos serviços de telecomunicações. Hoje em dia todo o serviço de telecomunicação é computadorizado. A comunicação de dados está prevista expressamente na própria LGT, no art. 69, parágrafo único. Está previsto que deve existir a telefonia, comunicação de dados, telegrafia e transmissão de imagens.

É inadmissível que ainda não tenha sido criada uma regulamentação para a comunicação de dados. Caso ela existisse, o problema do Fust já teria sido resolvido ainda em 2001. Não teria havido tanta postergação, tanta discussão, tanta briga de tribunal, tanta invenção de serviço que não serve para nada, mas só para burlar a LGT.

Eu também gostaria de deixar claro aqui que no nosso entendimento e nos termos da Lei 9.649, art. XIV, inciso V, a competência para a regulamentação, a

fiscalização e a outorga de serviços de telecomunicações é do Minicom e não da Anatel. Isso vem desde a MP 813, que foi emitida em 1995, republicada quarenta e cinco vezes. A Lei 9.649, além de ser específica, além de regulamentar o Poder Executivo, ela é mais nova e prevalece sob a LGT. Essa lenda criada sobre a Anatel ser um órgão de Estado, pelo menos para nós, da Abusar, isso não existe.

Continuando, fica claro então que o Minicom deveria fazer a sua parte, porque não está cumprindo a sua atribuição legal de regulamentar a área de telecomunicações e criar um regulamento para a comunicação de dados prevista no art. 69 da LGT. Quanto ao Fust, para poder ser atendido o art. 5º – o próprio TCU também já se expressou, através de acórdão –, vai ser necessário criar uma concessionária de comunicação de dados. Assim como existe a concessionária de telefonia, tem de ser criada uma concessionária de comunicação de dados. A outorga da concessão dessa modalidade de serviço deveria ser feita pelo art. 210 da LGT. Nesse caso, vai ter de ser feita, porque a outorga é de concessão, de acordo com o que o TCU decidiu, inclusive. No entanto, esse tipo de outorga, se for colocada em licitação, sobre ela incidirão dois custos absurdos. Primeiro, são os computadores para as 13 mil entidades beneficiárias do Fust. Isso vai dar uma conta absurda. O segundo ponto é que os incisos V e VI da Lei do Fust, no art. 5º, prevêem que tem de existir o acesso às redes digitais de informação e Internet. Isso significa a instalação de um acesso físico em cada instituição dessa. E essa instalação de acesso físico implica que as redes IPs, que são as redes utilizadas na Internet, tenham de chegar nessas regiões remotas, porque, caso a concessionária não cumpra essa meta de universalização, ela pode até sofrer intervenção. Então, significa que o custo para se implantar essas redes IPs vai ser absurdo.

No caso de pretendentes interessados em serem concessionários do serviço de comunicação de dados a apresentarem propostas, o valor da tarifa resultante desse investimento monstruoso vai ser altíssimo. O que vai acontecer? A comunicação de dados só vai poder ser prestada para as instituições do Fust, ela não vai poder ser ampliada para outros setores da sociedade, porque a tarifa vai ficar absurda, vai ser astronômica. Então, no caso de fazer concessão para a iniciativa privada, não seria interessante. Por outro lado, as concessionárias de telefonia reclamam de 11 milhões, talvez 12 milhões, de uma capacidade de tráfego ociosa, suficiente para a instalação de 12 milhões de linhas telefônicas. Então, a nossa idéia, a nossa proposta é a seguinte: caso o Fust seja explorado por empresa estatal, se for copiado aquele mo-

delo que resultou no desmembramento da Telebrás, que foi se criar empresas de economia mista e dar uma concessão para cada empresa de acordo com o Plano Geral de Outorgas, estipulado para o serviço de comunicação de dados, então, seria possível, considerando que a capacidade de transmissão ociosa das concessionárias de telefonia é bem reversível à União, ou seja, pertence ao povo, seria possível, já que vai ter a renovação dos contratos de concessão no final do ano, antes de se fazer, de se renovar os contratos de concessão, que fosse feito um inventário até para que essas concessões sejam renovadas, fiquem enxutas, porque essa capacidade ociosa onera a tarifa dos assinantes, que já pagaram muito até por essa capacidade ociosa. Ou seja, seria importante que fosse retirado da concessão das concessionárias de telefonia essa capacidade ociosa, que é bem reversível à União, e que essa capacidade ociosa fosse realocada para as concessionárias estatais de comunicação de dados. Por quê? Porque o tipo de serviço do Fust tem a cara de empresa estatal, não tem cara de iniciativa privada. Continuando nesse raciocínio, essa locação das redes IPs, que estão ociosas nas concessionárias de telefonia, permitiriam que a tarifa do Fust, explorado por empresa estatal, ficasse muito mais baixa e permitiria até que esse serviço fosse oferecido também a qualquer público em geral. Nesse caso, permitiria até a desoneração dos recursos do Fust, que é o objetivo do Governo, porque senão esse fundo vai ficar pagando eternamente e nunca vai receber nada.

Então, a idéia da Abusar – inclusive desculpem os quinze minutos, eu estava procurando falar rápido por isso – a nossa proposta é essa, Ex^{as}, deixar claro que tem que ser feito; a nossa sugestão é que seja feito por empresa estatal e, principalmente, aproveitando essa capacidade ociosa das concessionárias de telefonia.

E tem mais um detalhe, como o plano geral de metas de universalização da telefonia fixa comutada previa que tivessem instalado os 33 milhões de terminais, no dia 31 de dezembro de 2001, as concessionárias de telefonia instalaram, por conta própria, uma capacidade de tráfego para 49 milhões de linhas. Então, esse excesso onerou o bolso dos consumidores e esse dinheiro também vai ter que voltar ao bolso dos consumidores. Nesse caso, havendo essa realocação da capacidade ociosa da telefonia para comunicação de dados, obviamente esses valores seriam apurados e deveriam ser convertidos em ações e essas ações deveriam ser distribuídas para os assinantes da telefonia fixa, que bancaram a instalação dessa capacidade ociosa das concessionárias de telefonia fixa.

Isso é o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flavio Arns. PT – PR) – Agradeço a participação do Sr. Rogério Gonçalves.

Quero esclarecer que essa campanha que bate é automática. Quando falta um minuto assim para o término do prazo, mas aí nós perfeitamente, em função da fala, podemos prorrogar o tempo para que não haja prejuízo na explicação. Inclusive esta Comissão de Educação, através das subcomissões está recebendo documentos dos expositores, que ficarão à disposição de todas as pessoas que acompanham essa audiência pública pelo Brasil. Reforçando, inclusive, esperamos receber contribuições, em função das exposições, de todas as pessoas que acompanham essa audiência pública, para que seja um momento de debate, de discussão, mas que, na seqüência, possamos ter desdobramentos em função das sugestões apresentadas.

O SR. ROGÉRIO GONÇALVES – Obrigado. Só para lembrar que esse resumo que fiz aqui está todo contido num documento chamado “Legalidade nas Telecomunicações e o Fust”, que está disponível aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Flavio Arns. PT – PR) – E à disposição de todo o Brasil também.

Agradeço então a participação e passo, em seguida, a palavra ao Sr. Joaílson Barbosa, Secretário de Comunicação Eletrônica, do Ministério das Comunicações.

O SR. JOANILSON BARBOSA – Bom dia, Sr. Presidente Flávio Arns, demais Senadores, companheiros da Mesa, é com grande satisfação que o Minicom, Ministério das Comunicações, se faz representar nesta audiência e uma grande responsabilidade por ser uma comissão já presidida pelo nosso Ministro. Quando ele me alocou para vir aqui, quando ele me convocou para vir aqui eu disse a ele que era uma grande responsabilidade, mas, sobretudo, é um grande prazer.

Eu gostaria de iniciar dizendo o seguinte: todos os meus companheiros de Mesa acabaram refletindo, não esvaziaram o que eu tinha a dizer em nome do Ministério, mas acabaram refletindo o verdadeiro imbróglio que é o Fust. Queria chamar a atenção para um processo histórico.

O Fust foi criado num momento em que se originou uma seqüência de outras situações, como privatizações, tínhamos uma demanda reprimida enorme no país por terminais de voz, os serviços de comunicação de dados ou toda essa tecnologia que hoje está aí, vinha a passos muito lentos no país. E a tecnologia é muito mais rápida do que temos capacidade de fazer leis para acompanhar, porque a tecnologia não está sob controle do governo, ela está sob controle do mercado. O Ministério também não é, já foi dito em

várias situações, o Ministério passou por um processo de quase extinção. Isso fez com que os seus ativos, em termos de inteligência, em termos de pessoas, de engenheiros, fossem todos transferidos para a Anatel. Isso é um processo histórico conhecido, reconhecido por todos. Sou Secretário de Comunicação Eletrônica e tenho hoje na casa... Recebi a casa com quarenta mil processos de outorga, pós-outorga, fiscalização parados.

O Ministro Hélio Costa deixou claro que não fomos para o Ministério para ficar chorando o passado ou culpando pessoas que passaram por lá, estamos lá para achar soluções. Uma série de ações, nesses quarenta e cinco dias que o Ministro assumiu, estão sendo tomadas. Estamos revendo processos de procedimentos. Várias coisas que foram faladas aqui têm realmente pertinência. Existe uma zona de sobreposição de responsabilidades entre a Anatel e o Ministério, mas sou obrigado a dizer que não encontro hoje nenhuma resistência na Anatel para nenhuma proposta do Ministério, não tenho encontrado. Temos feito inúmeros grupos de trabalhos técnicos. O nosso consultor jurídico está aqui presente, o Dr. Marcelo, e a consultoria jurídica da Anatel em permanente trabalho. Exatamente para acabarmos de vez com essa história, que a Anatel e Ministério estão em pontos equidistantes, opostos e se batendo. Não vou discutir aqui o passado, posso discutir a gestão do Ministro Hélio Costa. Na gestão do Ministro Hélio Costa, a Anatel e Ministério têm trabalhado de uma maneira cooperativa.

Por um outro lado, também sentimos, tão logo chegamos lá, que todas as entidades representativas da sociedade, inclusive o mundo empresarial, todos querem participar do debate Fust, querem contribuir no debate do Fust, não só no debate do Fust, mas tudo que falo, em tevê digital, rádio digital, que é tudo que está batendo na nossa porta. E o país está muito lento nas suas definições.

É uma determinação do Sr. Ministro que ouçamos a todos, façamos a ponderação de todos os lados, mas não podemos fugir, eu também fiz chegar até o Presidente uma nota técnica, que não podemos fugir do que é a legislação. O Ministério não vai fugir da legislação. Não adianta criar hoje mais fantasmas. O Fust é um fundo fantasma. Quando digo fantasma, tem até gente aí, muita gente, aqui mesmo no Congresso, dizendo que ele está contingenciado para superávit primário. Eu não tenho notícia de que esse fundo esteja servindo a superávit primário, o que há é uma falta de definição dos atores envolvidos que possibilite aplicar os recursos dos Fust com a devida segurança e transparência para a sociedade brasileira. Nós, os técnicos, que eu também sou técnico, temos

que tomar um grande cuidado. Muita coisa que foi falada aqui são excelentes, boas idéias, o processo da Coréia, o processo de outros países, mas a Coréia é infinitamente menor que o Brasil, não tem a realidade que temos. E estou ouvindo muito falar em inclusão digital, inclusão digital, mas o fundo foi criado para a universalização do sistema de telecomunicações, a inclusão digital é uma coisa posterior a isso, a inclusão digital é uma opção de governo, uma opção de povo, uma opção de crescimento numa sociedade. Tanto nos interessa a inclusão digital que o Ministério tem programas, ele tem dois outros programas de inclusão digital, disponibilizando, hoje, é um programa que se chama GSAC, disponibilizando hoje cerca de três mil e duzentos pontos de acesso em satélite em banda larga para locais que não têm acesso.

Por um outro lado, temos um programa de convênio com os municípios, porque quando se fala em inclusão digital, se fala em inclusão social, e em um país com a diversidade que temos, temos que respeitar cada **status** e estágio das comunidades nas pontas. Não somos nós aqui do gabinete que vamos determinar o que é bom ou ruim, em termos de inclusão, para uma camada de sociedades no Norte ou Nordeste ou no Sul. São realidades totalmente diferentes.

Então, o Ministério não está parado no que tange a fazer e desenvolver programas de inclusão digital. Nós gastamos com a inclusão digital, somente com o Programa Gesac, algo em torno de 40 milhões por ano. Apenas nos pontos de satélite. Já chegamos e encontramos esse Programa e estamos reestruturando-o. Estamos enfrentando uma grande dificuldade diante das comunidades organizadas de *software* livre, que, aliás, são os nossos parceiros, estamos encontrando uma grande dificuldade quando nós constatamos que a grande maioria deles precisa ser reestruturada, porque eu tenho outras tecnologias nos locais muito mais baratas para utilizar com mais retorno.

Bem, estou fazendo essa introdução para deixar claro que o Ministério das Comunicações não está parado. Projetos vêm sendo desenvolvidos e servem de exemplo para, em conjunto com os demais atores, quando nós acharmos as saídas jurídicas que dêem garantias para isso.

Se nós tivéssemos um fundo com R\$ 4 mil, talvez não chamaria tanto a atenção da sociedade. Mas nós temos um Fundo com mais de R\$ 4 bilhões. E hoje, o Fust do ano já ultrapassou a casa dos R\$ 400 milhões.

Para os senhores terem idéia, nós recebemos o Ministério com a previsão no orçamento de R\$ 30 milhões do Fust, dos recursos do Fust, para aplicar R\$ 30 milhões. Mas eu não posso aplicar R\$ 30 milhões

dos recursos do Fust se eu não tiver segurança jurídica para isso. Então, por determinação do Sr. Ministro, está sendo feito todo um arcabouço jurídico que nos permita aplicar os recursos do Fust de forma que contemple essa convergência, essa palavra que tanto tem nos perseguido – até um tempo atrás era globalização, hoje é convergência tecnológica.

Temos uma meta e nossa responsabilidade com o cidadão, como agentes públicos. Nós sabemos disso. Mas, primeiro, nós precisamos encontrar um arcabouço jurídico que nos permita agir. Este é o momento em que nós pretendemos nos empenhar muito. Temos um grupo de trabalho junto à Anatel e demais atores. Agora, não adianta eu convidar toda a sociedade para o processo porque eu tenho que cumprir a lei. A lei determina que eu, Ministério das Comunicações, quer dizer, nós, Ministério das Comunicações, cumpramos a nossa obrigação, que não foi cumprida até então, que é regulamentar a forma de utilizar o Fust.

Eu acho que os nossos antecessores, os Ministros que lá passaram, tentaram fazer o possível. Todos tentaram fazer o possível.

O Ministro Miro chegou e tentou, de todas as formas, aplicar os recursos de acordo com o que estava previsto, os editais já previstos na Anatel. Ele não pôde fazer isso porque o Tribunal de Contas imediatamente contingenciou e cortou o edital. Foi suspenso o edital. Foi cancelado o edital.

A partir daí isso serviu de orientação para nós. E tudo que tem acontecido nesse dia-a-dia do Fust tem servido de orientação para nós para que não incorramos nos mesmos erros ou nos mesmos enganos ou nas mesmas consequências de falta de uma legislação apropriada.

Então, hoje, a nossa Consultoria Jurídica junto à Consultoria Jurídica da Anatel está estudando um arcabouço para que isso seja aplicado e que haja menos contestação. Nós não temos a ilusão de imaginar que, colocando os primeiros projetos de Fust ainda este ano para serem debatidos, nós não receberemos críticas. Nós sabemos que receberemos críticas, mas, sobretudo, cumpriremos a lei. A lei determina hoje os parâmetros. Há um documento que eu repassei, que é bem simples e tem apenas quatro páginas. Está com a Mesa. Trata-se de uma nota técnica.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Só quero dizer que todos os Senadores já receberam uma cópia do documento e fica à disposição também na Comissão.

O SR. JOANILSON BARBOSA – E todas as opções ou as cinco opções mais viáveis, de acordo com a lei de aplicação do Fust, estão aí; foi feito o es-

tudo, e os senhores podem nos orientar e nos ajudar com isso.

Quanto a capacidade ociosa, estatizar ou não o serviço de comunicação de dados, isso extrapola muito a minha competência aqui hoje e, sobretudo, a minha autonomia para tratar desses assuntos. São assuntos extremamente polêmicos. E hoje, no Brasil, no momento atual, fala-se em rever contratos, mas não rever contratos porque a lei prevê e, sim, para quebrá-los, alterar os processos de contratos, num mercado altamente disputado, em que se tem milhões e milhões de investimentos externos. E isso vai criar um arrepio em todos que estão investindo e investiram para tornar esse sistema que ainda não é equânime – nós estamos discutindo muito no Ministério a taxa de teledensidade, ou seja, temos plena consciência de que a taxa de teledensidade – presença de aparelhos por habitantes – ainda não está dentro do que é possível. Fixar novas metas de universalização é nossa competência e nós a estamos exercendo e vamos exercê-la. Ajuda-nos muito toda contribuição que a Casa Legislativa, e mesmo os nossos companheiros que são líderes de mercado e que representam as camadas da sociedade, têm a dar.

Estamos há, mais ou menos, 45 dias no Ministério. E hoje trago mensagem do Ministro Hélio Costa. S. Ex^a fez uma determinação, de imediato. Quis saber onde estava o Fust de que todos falavam, que existia mas que ninguém conseguia gastar. Então, tivemos que entender o que estava acontecendo, ou seja, a realidade do Fust. Entendemos que há um imbróglio jurídico, um problema de definição. Houve, sobretudo, problemas políticos de relação entre o Ministério das Comunicações e a Anatel. Sim, momentos de muita turbulência nas relações que acabaram por fazer com que o Fust crescesse estrondosamente, porque o Fundo é dinâmico; ele é recolhido mensalmente. E nós do Governo não tivemos a agilidade adequada para acertar todas essas pendências. Então, agora, nós estamos trabalhando muito fortemente e muito rapidamente.

Criar novos serviços, abrir novas concessões num horizonte em que eu, como Secretário, tenho 40 mil processos de concessão e revisão parados. Tenho processos parados que me assustam num aspecto, de que eles são de antes do ano 2 mil e estão para ser liberados. E tenho certeza de que o Dr. Marcelo que está ali – que é o nosso Consultor Jurídico –, na Consultoria Jurídica, tem uma quantidade parada semelhante à minha. Temos toda uma reestruturação a fazer; o Ministro está chamando de choque de gestão no Ministério.

Temos todos os procedimentos de engenharia, extremamente complexos, que precisam ser revistos e reestudados para agilizar esses procedimentos.

Digo que se hoje o Ministério fizesse um concurso público – que já está autorizado a fazer – e contratasse a mesma quantidade de engenheiros que temos lá hoje, não resolveria o problema em curto prazo, porque nós temos problemas de processos, de procedimentos e de estrutura de funcionamento do Ministério que, todos em conjunto, estão sendo atacados pelo Ministro e o seu grupo de trabalho.

Agradeço a todos e era o que tinha a colocar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Muito bem.

Agradeço a participação do Dr. Joanilson Barbosa e lembro que, na Justificação do Requerimento para a realização desta audiência pública, nos dois primeiros parágrafos, está escrito, de uma maneira muito clara que, desde que foi instituído pela Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, o Fundo de Universalização das Telecomunicações acumulou um patrimônio de cerca de R\$ 4 bilhões, sem que tenha sido aplicada qualquer quantia para os fins que motivaram a sua criação: controvérsias jurídicas, disputas políticas, contingenciamentos – que já foi explicado – do Orçamento Geral da União. O Fust representa um custo de oportunidade ainda mais significativo para as empresas do setor que contribuem mensalmente com o caixa do Fundo e para a sociedade que aguarda ansiosa pelos benefícios resultantes da aplicação de montante tão expressivo.

E esta audiência pública tem por objetivo a discussão das causas que ainda emperram a liberação dos recursos, as providências que estão sendo utilizadas e os desdobramentos que – insisto – devem ocorrer a partir disto e da contribuição que a sociedade e o Senado Federal poderão dar para esses debates.

Passo, em seguida, a palavra ao Senador Paulo Paim. (Pausa.)

O Senador Paulo Paim, que é um dos autores deste requerimento, está em outra comissão relatando um projeto, como também o Senador Demóstenes Torres. Mas S. Ex^{as} estão sempre presentes e participando intensamente dos trabalhos desta Subcomissão.

Passo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, para os seus questionamentos e posicionamentos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Convidados, Srs. Deponentes, efetivamente, a opinião corrente no Senado dava conta de que a falta de utilização do Fust se devia em parte a dificuldades de natureza jurídica e a uma imposição do Ministério da Fazenda, que queria esses recursos para somar no superávit fiscal. Hoje estamos verificando que não é bem assim. Pode até haver uma

interferência da Fazenda na questão orçamentária, mas o problema maior está realmente na área jurídica.

Lembro-me de que, quando o Fust foi aprovado – eu estava aqui no Senado –, a finalidade era dupla: a universalização dos serviços de telefonia, de serviços de voz, e a ampliação da inclusão digital.

Agora, faço a primeira pergunta: na questão da universalização dos serviços de telefonia, o objetivo está sendo cumprido, quer dizer, dos serviços de voz? O Fust está sendo aplicado e essa universalização está-se dando segundo as metas e os objetivos do Governo? Eu dirigiria esta pergunta ao Dr. Barbosa diretamente.

O SR. JOANILSON BARBOSA – Sr. Senador Roberto Saturnino, é muito apropriada a pergunta de V. Ex^a.

A questão da universalização é regulamentada nos próprios contratos. Isso é acompanhado pelo Ministério e pela Anatel – Anatel em primeira instância e o Ministério em segunda instância – dentro do que está determinado nos seus respectivos contratos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Posso introduzir uma pergunta paralela?

Quem é que estabelece essas metas contratuais: é a Anatel ou é o Ministério?

O SR. JOANILSON BARBOSA – As metas contratuais são estabelecidas pela Anatel. O Ministério acompanha e regulamenta esse processo, ou seja, convalida. Mas quem estabelece é a Anatel. O contrato de concessão é feito com a Anatel, então ela é que tem esse procedimento de revisão contratual e de cumprimento das metas, inclusive as metas de universalização.

Para a telefonia de voz as metas de universalização vêm sendo cumpridas. Uma coisa é falar meta de universalização; outra coisa é falar em teledensidade. Nós estamos propondo a discussão já em teledensidade, porque quando eu falo que tenho que colocar tantos telefones numa região x, eu coloco. Por outro lado, será que essa região cresceu populacionalmente? Ela é conurbada? É uma área que necessita de mais terminais? Então, essa é a revisão em cujo caminho hoje nós estamos.

Toda a nossa discussão interna tem sido em cima de teledensidade, porque eu não posso dizer que as concessionárias não estejam cumprindo as suas metas. Se elas não estivessem, a Anatel já daria tê-las punido.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Não, eu compreendi.

Agora, desculpe, não sei se entendi bem, mas acho que essa distinção de campos de responsabilidade entre ministério e agência é sempre uma delimi-

tação meio delicada e difícil de estabelecer, mas me parece que, por exemplo, fixação de metas de universalização é política do setor, e política do setor deve ser do Ministério. Quer dizer, a Anatel deveria fiscalizar se a política estabelecida está sendo cumprida, mas a definição de política deveria ser do Ministério e a fixação dessas metas nos contratos deveria partir, a meu juízo, do próprio Ministério. Se não foi feito assim no passado, na revisão dos contratos, deveria haver isso, porque eu acho que a fixação da política deve ser do Ministério.

O SR. JOANILSON BARBOSA – Hoje, estamos trabalhando exatamente nesse sentido. Haverá uma renovação de contratos agora, no final do ano, e o Ministro já chamou todas as empresas e disse que quer mudar essas metas. A Anatel estava presente na reunião, com a presença do seu Presidente, e isso já tem sido tratado entre o Presidente da Anatel e o Ministro.

O Ministro não está disposto a carimbar simplesmente o que a Anatel determinar. Isso posso garantir ao senhor.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Agora, quanto a essas aplicações do Fust, se eu bem entendi, este ano, o Fust está...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Se o Senador permite, o Dr. Rogério queria fazer também uma observação em relação a essa resposta.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Vou me dirigir brevemente ao Dr. Barbosa, porque queria uma informação. O Fust estaria arrecadando algo em torno de R\$ 400 milhões por ano?

O SR. JOANILSON BARBOSA – Este ano já tem isso arrecadado até o presente momento.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Até o presente momento. Essa arrecadação está sendo acumulada? Não está sendo gasta ou revertida para o bolo geral do Tesouro?

O SR. JOANILSON BARBOSA – Não, de forma alguma. O Fundo está lá. De acordo com as regras criadas, ele está lá. Volto a insistir: não conheço nenhuma notícia de contingenciamento do Fundo. Agora, não adianta nada eu apresentar no meu orçamento para o próximo ano que eu vou gastar o Fust do ano, se eu não tenho um arcabouço legal para tal, se eu não tenho projetos para tal e se não vamos conseguir realizar.

É até papel da Fazenda realmente. Nesse caso, não é a Fazenda, é Planejamento, desculpe. É papel deles, quando vai fechar o Orçamento, falar: mas onde estão os seus projetos, onde está o arcabouço legal? Não tem, então o Fundo está...

Quando se diz que o Fundo está contingenciado, não está contingenciado para cobrir déficits ou gastos

do Governo. Ele está contingenciado da seguinte maneira: não tem o arcabouço legal que permita fazê-lo andar ainda.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – E esses R\$ 30 milhões que estão sendo gastos por exemplo? Eles estão sendo gastos na universalização da telefonia de voz?

O SR. JOANILSON BARBOSA – Não, os R\$ 30 milhões que nós solicitamos ao Ministro Palocci, na semana passada, que aumentasse o limite do Ministério, porque, aí sim, estava contingenciado. Então, pedimos que ele aumentasse o limite do Ministério, para que nós pudéssemos colocar alguns projetos de forma a debater com a sociedade a respeito deles, ou seja, se esses projetos serão ou não o modelo que aplicaremos no próximo ano.

Quer dizer, o nosso desafio é colocar ainda este ano alguns modelos de projeto, para que, no próximo ano, possamos, então, utilizá-los.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Esses projetos são referentes à inclusão digital?

O SR. JOANILSON BARBOSA – Nesses projetos, nós estamos usando o conceito da convergência tecnológica. Para que eu possa atender toda a nomenclatura da lei, estou usando a tecnologia, inclusive para ter aumento de telefonia, mas eu vou usar um telefone via Internet. Hoje nós já temos tecnologia para isso.

Não é inclusão digital, mas vou usar o meio digital hoje disponível, para que eu possa, inclusive, liberar a telefonia. Não preciso fazer a telefonia pelos moldes tradicionais. Posso fazer via IP, que é hoje uma coisa bastante utilizada pelas grandes corporações. As grandes corporações, no Brasil, já utilizam hoje telefonia via IP. Hoje, já estamos prevendo isso nos nossos projetos.

Para tal, tenho que estabelecer a infra-estrutura. Essa é a nossa preocupação agora nos próximos projetos que pretendemos aprovar este ano. Se conseguirmos aprovar isso, vamos, sim, contemplar toda a palavra universalização como um todo, desde a transmissão de dados até a parte de voz.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Passo a palavra ao Dr. Rogério, que pediu também um aparte nas explicações, para completar o seu ponto de vista.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Ia agora pedir ao Dr. Rogério que fizesse algum comentário, uma vez que disse que, na opinião dele, a Anatel é que está bloqueando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Eu quero dizer também a todos os componentes desta audiência pública, que, quando o Senador estiver fazendo uma ponderação a um dos participantes, se alguém

desejar fazer algum aparte ou acrescentar alguma informação, por favor, só sinalize para a Presidência que tomaremos a iniciativa pertinente.

Com a palavra, o Sr. Rogério Gonçalves.

O SR. ROGÉRIO GONÇALVES – Senador Roberto Saturnino, do Rio de Janeiro, nós somos conterrâneos.

Quanto à universalização, o art. 79 da LGT prevê que é o Poder Executivo que cria o Plano Geral de Metas de Universalização. Os contratos são regidos pelos decretos. A Anatel só tem de copiar o que Poder Executivo determinou. Essa é a regra. Se não está acontecendo assim, deveria ser. Pelo que conheço, pelo menos, o último foi feito assim.

Segundo ponto: o art. 5º da Lei do Fust diferencia o que é universalização da telefonia do que é universalização da comunicação de dados. O próprio artigo faz essa distinção.

Terceiro ponto: quanto ao que o senhor comentou sobre o fato de as metas terem sido cumpridas ou não, o Tribunal de Contas da União, no ano passado, publicou um acórdão, inclusive, por acaso porque ele fez uma inspeção na Anatel, como parte de um programa de cooperação com o Governo da Inglaterra. Uma equipe do TCU foi fiscalizar – não sei – o desempenho da agência ou outra coisa e acabou descobrindo que o sistema de acompanhamento de universalização da telefonia, desenvolvido pelo Centro de Pesquisa da Telebrás, nunca havia entrado em funcionamento. Ou seja, as informações de universalização que a Anatel possui são apenas aquelas fornecidas pelas concessionárias. O ex-Ministro Eunício de Oliveira chegou a citar, nominalmente, em entrevista, localidades do Ceará onde não existia telefone. O Plano Geral de Metas de Universalização prevê o atendimento de 100% das metas em 2003 nas localidades com até 300 habitantes, se não me engano.

Ninguém pode garantir que a universalização da telefonia foi feita. Ninguém tem como comprovar isso. Inclusive, esse foi um dos motivos do afastamento do Edmundo Matarazzo, Superintendente de Universalização da Anatel, que pediu o afastamento em fevereiro deste ano, o que quase não foi divulgado. A universalização da telefonia na Anatel é uma caixa-preta. Ninguém sabe de nada.

É isso o que eu gostaria de acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Passo, em seguida, a palavra ao Senador Augusto Botelho para suas considerações.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Inicialmente, gostaria de me dirigir ao Dr. Joanilson Barbosa.

Sou do Estado de Roraima, onde há 15 Municípios e muitas comunidades de 20, 30, 40 casas. Muitas dessas nossas comunidades não dispõem de telefone público. O Fust seria talvez o recurso que chegaria a essas comunidades. Eu vou à Telemar e essa diz que não está dentro do seu plano ou do seu contrato. E ficamos sem conseguir soluções.

Já que haverá renovação do contrato da concessão agora, eu gostaria que incluíssem uma cláusula ou algo para defender as pequenas comunidades de até um número determinado de famílias, de 10 a 12 famílias.

Estou falando das comunidades da região sul do meu Estado. Na região norte, nas áreas indígenas, eles são mais abandonados ainda. A inclusão da voz ainda não chegou ao meu Estado, às pequenas comunidades. E não são comunidades tão distantes. Nas mais distantes, o que existe de telefonia pública é o que já estava no tempo da Telaima, a telefônica anterior. A nova, que se apropriou da telefonia, não está cumprindo o contrato. Ela diz que não está no contrato e que tem de haver um número maior de habitantes. Temos de reduzir. Não precisa haver 50 famílias. Onde existem 10 famílias, existem 50 pessoas praticamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Passo a palavra ao Dr. Joanilson. Mas queria também complementar a indagação, se seria o caso de regulamentar ou de simplesmente aplicar a legislação em função do que o Senador Augusto Botelho vem colocando. Apenas para acrescentar isso na pergunta.

O SR. JOANILSON BARBOSA – Senador Augusto Botelho, V. Exª faz uma colocação correta. Pode não haver no contrato, porque onde não houver um volume, acima de, se não me engano, 100 habitantes – não tenho aqui o número de cabeça –, é para ser coberto exatamente com o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. O Fust foi criado para isso. Onde não há viabilidade econômica de se levar um ramal ou se levar uma estrutura de telefonia pelos meios privados, tem que ser feito com o Fust. Aí V. Exª está exatamente colocando um dos problemas da nova aplicação do Fust.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – E como é que eu vou conseguir levar a voz para essas pessoas? É lógico que eu gostaria de levar também um ponto de informática, algo mais, mas inicialmente é só a voz, que é questão de sobrevivência. Eles estão a 60 ou 70 km de onde passa uma estrada razoável. Então, acontece um acidente, é uma coisa triste para eles. E se for mordida de cobra, então, a situação se complica mais.

O SR. JOANILSON BARBOSA – No grupo de trabalho que o Ministro Hélio Costa já estabeleceu,

todas essas questões estão sendo levantadas. As próprias concessionárias estão trazendo esse problema, porque, como V. Ex^a mesmo colocou, elas sofrem uma pressão da comunidade. Todo mundo está ligando para o 0800 deles e está cobrando: “Poxa, cadê meu telefone?” Por incrível que pareça, eles também estão trazendo para nós assim: “Libera o Fust para eu poder cobrir em localidades onde estou sendo pressionado”. Coincidentemente, a Telemar é a que mais pede a liberação do Fust, porque ela cobre uma área geográfica maior, e a palavra que tenho, V. Ex^a me permita, é dizer que, nessas horas, nos sentimos um pouco “sanduíche”: apertado por um lado, apertado por outro e temos que achar a saída. Então, temos que, realmente, achar um meio de regulamentar o uso do Fust para que eu possa cumprir também a finalidade dele na voz, porque concordo plenamente e sou solidário ao que V. Ex^a está colocando. Não adianta ficarmos aqui discutindo em vários pontos do País, mais ricos e mais próximos da tecnologia, com mais recursos, e haver lugar a que nós não conseguimos levar nem a voz. Então, isso é preocupante e é esse o ponto que estamos trabalhando.

A discussão do Fust tem sido muito conduzida para a parte de “inclusão digital! Inclusão digital!”, mas ainda temos bolsões aí que não têm nem voz. Então, preocupa-me e preocupa especialmente ao Ministro Hélio Costa que consigamos agora, nessas renovações de contrato, não só fazermos imposições de metas economicamente inviáveis e injustificáveis em alguns pontos porque existe o Fundo para isso. Então, temos é que descontingenciar o uso do Fundo. Volto a dizer: quando falo “descontingenciar”, não é porque ele está contingenciado em função de definição de orçamento ou disso e daquilo. Realmente, temos que achar uma saída, um arcabouço jurídico para a aplicação desse Fundo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Agora, Dr. Rogério Gonçalves, em relação a se fazer uma estatal para fornecer os pontos. Eu fico preocupado com estatal. O senhor é mais ou menos da minha idade, nós vivemos a época em que a telefonia era estatal. Se formos estatizar também os pontos de bancos de dados e tudo, nós vamos ter complicação. Creio que temos que viabilizar a forma de que eles evoluam, as empresas façam as coisas. É lógico, porque senão, se a formos estatizar, iremos continuar naquele tempo em que se pagava por uma linha telefônica US\$ 2 mil, esperava-se dois anos para ver ela poderia sair. Depois que privatizou, todos passaram a ter telefone. Eu sou contra também àquela taxa mensal de telefone, temos que acabar com ela, porque não justifica mais

haver aquilo. Mas eu gostaria de saber como é essa estatização desse ponto que o senhor sugere.

O SR. ROGÉRIO GONÇALVES – Bom, isso...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Sr. Rogério com a palavra.

O SR. ROGÉRIO GONÇALVES – Obrigado, Senador. Desculpe-me.

Lembrando o tempo da telefonia estatal, o senhor deve considerar que naquele tempo havia ainda muitas centrais daquelas que pareciam... A central era um prédio exatamente. E, atualmente, quando falei com o senhor em convergência tecnológica, aconteceu o seguinte: as centrais telefônicas atuais são computadores; elas usam sistema de sinalização por canal comum nº 7, são redes de comunicação de dados. Então, naquele tempo, custava muito caro colocar uma linha. Hoje em dia, não, está muito mais barato; uma central telefônica coloca 20 mil terminais, coisas assim. E também lembrar que naquele tempo nós pagávamos R\$1.117,63, era o preço do plano de expansão, mas nós recebíamos ações da Telebrás em troca. A nossa linha era de graça naquele tempo, Senador, porque depois nós vendíamos as ações da Telebrás. Era tão bom negócio que o próprio Salvatore Cacciola comprou 400 mil linhas telefônicas, em 1997, só para especular. Então, esse mito criado da linha telefônica custar dois mil e não sei que, custava caro porque havia falta de linhas e no mercado paralelo o senhor pagava até R\$10 mil. Mas quando o senhor conseguia entrar no plano de expansão, a sua linha custava R\$1.100, que eram reembolsados em ações inclusive.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Eu posso dar um aparte, se o Presidente me permite? Essa questão... As pessoas mais antigas como eu, que conviveram com o sistema antes da estatização, que foi basicamente feita no regime militar, lembram-se do que era o inferno de uma ligação interurbana. Era um absurdo! Você tinha que marcar com um dia de antecedência para falar do Rio para fora. Para falar do Rio para Recife era um negócio louco. Agora, Rondônia, Roraima, nem pensar. Ou seja, a gente tem que “relativizar” as coisas. (Risos.)

O SR. ROGÉRIO GONÇALVES – Eu gostaria de acrescentar também para o senhor, Senador, o seguinte: o caso da verba do Fust, o senhor está falando de localidades com menos de 100 habitantes. Então, no caso das verbas do Fust, a necessidade de regulamentação é só para os incisos V a VIII, que é comunicação de dados. O caso que o senhor fala é o inciso I do art. 5º. Isso não precisa regulamentação nem nada. O senhor já deveria, o Ministério das Comunicações já deveria ter orientado, desculpe-me, no caso a Anatel, em função das regras criadas pelo Mi-

nicom, já deveria ter passado para o senhor, lá para as suas localidades, o formulário através do qual o senhor apresentaria o projeto a ser encaminhado para o Minicom, que se transformaria em meta de universalização, para ser implementado com o dinheiro do Fust imediatamente. No caso só está faltando, como o Dr. Joanilson citou, arrumar o método, a operacionalização da coisa. Porém, não precisa de nada em termos regulatórios. Talvez uma norma da Anatel, uma coisa assim, mas não tem nada que possa complicar. Esse tipo de verba pode ser liberada com a legislação atual, não precisa mudar nada. É isso que eu gostaria de acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – O Dr. João gostaria...?

Só penso assim: a gente daria esses apartes para não prejudicar a participação dos Senadores Marco Maciel e Valdir Raupp, que também pediram a palavra, mas depois poderemos concluir as idéias também a fim de que o encaminhamento adequado seja feito.

O Dr. João Tranchesi tem a palavra.

O SR. JOÃO TRANCHESI JÚNIOR – A minha observação é sempre muito breve. Às vezes parece que há um conflito entre a inclusão digital e o serviço de comunicação de voz, ou o serviço de comunicação de dados. Acho que quando a gente pensa na lei geral de telecomunicações, no fundo estamos pensando na forma de comunicação. O que se comunica, sejam dados, vozes, a convergência digital, que é outra coisa que foi discutida aqui, vale para todos esses aspectos da comunicação. Então, se estamos aqui pensando em achar uma forma transparente, fiscalizada pela sociedade, de usar um fundo, que hoje está acumulado, de universalização dos serviços de telecomunicação, nós estamos pensando em encontrar uma forma de disponibilizar para o maior número de cidadãos do País os serviços de comunicação que vão permitir que sejam transferidos entre eles voz, dados e outras coisas que a tecnologia nos trouxe.

Então, deveríamos fugir um pouco da discussão de transmissão de dados e de voz, porque estaríamos, de certa forma, segregando aquela população que mais precisa, como bem destacou o nosso Senador, de serviços de comunicação e dando a ela um serviço de comunicação menor do que aquelas outras comunidades que já têm o serviço de comunicação capaz de transmitir voz e dados. O que devemos fazer é nos preocupar com os serviços de comunicação em toda a sua potencialidade.

Era só esta a minha observação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Vamos fazer o seguinte: ouvir o Senador Marco Maciel, com o máximo prazer, como sempre; o Senador

Valdir Raupp, na seqüência. Inclusive, o Dr. Rogério mencionou que gostaria até de dar a resposta melhor em relação à questão da estatal e, então, poderia até haver apartes dos Senadores no conjunto, na seqüência toda das respostas. Creio que ficaria algo dinâmico também e permitiria que os esclarecimentos fossem dados.

Com a palavra, o Senador Marco Maciel. Na seqüência, ouviremos o Senador Valdir Raupp.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Expositores, eu queria basicamente fazer duas intervenções. A primeira refere-se à proposta de uma das questões suscitadas pelo Senador Augusto Botelho. Fico sempre pensando que essa questão também reside muito na compreensão que as concessionárias têm da natureza do serviço que prestam, porque, na verdade, elas não têm a compreensão de que é um serviço que se dirige à comunidade – e aí envolve também as comunidades não atendidas por qualquer tipo de sinal.

Entendo a ponderação do Senador Augusto Botelho, mas, às vezes, as pessoas não têm nem direito à voz. Quer dizer, é uma coisa mais elementar. Fico também com a convicção de que há certa insensibilidade social. Quer dizer, há uma preocupação mais com o lucro, com o desempenho, com o posicionamento no mercado etc, deixando de atender a esses segmentos, que, às vezes, aparentemente, não dão retorno, porque, depois que se instalam, certamente algum retorno virá.

Também penso que falta um enlace melhor com a questão do Fust, visando permitir liberação de recursos para essas regiões, pois isso ajudaria a integrar o País e a dar o mínimo de condições de inclusão aos cidadãos que estão nos lugares mais afastados do País.

Fui Governador de Pernambuco numa época em que, como lembrou o Senador Roberto Saturnino, cidades, Municípios do meu Estado não tinham nenhum tipo de acesso à voz, o que era algo realmente inaceitável. À ocasião, fizemos um programa com a Telebrás e com a Embratel e conseguimos viabilizar. Evidentemente, o Governo do Estado tinha participação financeira e implantamos o sistema para deixar todas as cidades, todas as sedes dos Municípios pelo menos com acesso à voz.

A segunda questão que gostaria de suscitar diz respeito, mais uma vez, ao problema do Fust. Tenho aqui em mãos uma entrevista que saiu no jornal **Valor** e esta pergunta se dirige um pouco ao Dr. Joanilson, que aqui representa o Ministro Hélio Costa, que presidiu a Comissão de Educação da Casa até recentemente. Peço ao Dr. Joanilson que leve o meu abraço por seu intermédio.

Mas o que vi aqui foi uma entrevista do Ministro Sérgio Rezende traçando um quadro, a meu ver, extremamente sombrio com relação aos fundos e à liberação de recursos dos fundos.

E vou apenas ler dois ou três pontos. Na primeira questão, ele disse: A Proposta Orçamentária que o Governo apresentou para o próximo ano [esse de 2006] prevê que somente 40% dos recursos arrecadados pelos fundos de apoio à pesquisa serão aplicados em projetos de pesquisa.

Diz mais adiante: A Proposta estima que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – esse fundo esteve para desaparecer e eu consegui, através de um projeto de lei, fazê-lo revigorar, aquilo que nós chamamos, em linguagem jurídica, de reprivatização. Então, esse fundo conseguiu, graças a Deus, sobreviver – arrecadará mais de 2 bilhões, mas dará ao Ministério liberdade para investir apenas 850 milhões e que essa redução [presumo que é resultado da fala do Ministro com o jornalista Ricardo Baltazar], essa diferença de um bilhão e duzentos milhões foi classificada pela equipe econômica como reserva de contingência, e só poderá ser usada com autorização especial do Congresso Nacional.

Esses fundos começaram em 2001 – e eu vivi isso quando se estava inclusive discutindo e votando aqui no Congresso. Eu estava exercendo as funções de Vice-Presidente da República, mas acompanhei isso direto, muito proximamente, inclusive vendo a aprovação dessas matérias e tentando contribuir para que isso acontecesse –, mas em 2001, quando a maioria desses fundos começou a ser estruturada, e até o fim de 2004 [diz a matéria], 2,8 bilhões do FNDCT ficaram retidos nos cofres federais por determinação da área econômica do Governo.

Então, tudo isso, sem querer me alongar – pois há uma série de outras considerações –, gera a expectativa de que realmente a destinação prevista até em norma constitucional e legal de recursos para esses fins, e que ajudaria, e muito, o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mas ajudaria também muito a fazer essa inclusão social, é algo que está sendo comprometido pela política econômica que está sendo executada, que tem suas razões de gerar um superávit primário mais alto etc, mas, de alguma forma, torna inviável cumprir aqueles objetivos da lei, que eram no sentido de chegar a todos e a cada um e, conseqüentemente, aos mais carentes.

Eu perguntaria então ao Dr. Joanilson Barbosa quais são as expectativas que ele tem com relação especificamente a essa questão? Porque acredito que as concessionárias não vão, apesar dos apelos e tudo, se mover muito na direção de atender essas deman-

das, eventualmente usando recursos de que poderiam dispor etc. Mas, já que elas não terão essa preocupação, talvez, se o Governo não poderia vir em socorro dessas comunidades, aportando algum recurso sob a expressa condição de que esses recursos deveriam ser aplicados nesse processo de inclusão social, num País de grandes dimensões, e que, obviamente, deve ter isso como uma de suas grandes prioridades.

Era o que eu tinha a colocar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a participação do Senador Marco Maciel e passo, em seguida, a palavra ao Senador Valdir Raupp. Assim, as respostas e a discussão podem acontecer em conjunto com os participantes da mesa.

Então, com a palavra, com alegria, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente Flávio Arns, Srs. Senadores, Srs. Senadoras, Srs. Expositores, eu não pude participar. Ouvi a introdução dos expositores, pois estava na Comissão de Agricultura relatando alguns projetos. Mas desde que o Miro Teixeira assumiu o Ministério das Comunicações, foi o primeiro Ministro do Governo Lula, já estávamos aqui na Comissão de Educação e tivemos a oportunidade de ouvi-lo algumas vezes. Naquela época, já se falava nos recursos do Fust, que já tinha na época R\$1,5 bilhão a R\$2 bilhões, e que hoje já somam R\$4 bilhões. E num País com tanta carência, com tantas dificuldades, ficar R\$4 bilhões sem destinação, sem investimentos, é realmente desanimador.

Pergunto ao Dr. Joanilson, que praticamente representa o Ministério neste momento: Os falados Centros Tecnológicos de Inclusão Digital – que já se falava também no início do Governo e sei que cada Ministro que entra tem esse propósito de expandir pelo País esses Centros Tecnológicos –, se tem nesse momento algum em construção, ao custo de quanto e quantos milhões têm sido destinados para esse tipo de programa?

Sabemos que a telefonia se expandiu bastante, nos últimos 15, 20 anos, e o Brasil deu um salto gigantesco na área da comunicação. Lá no meu Estado mesmo, Rondônia, onde estou há quase 30 anos, quando chegamos lá, não havia comunicação; o que tinha era algumas cabines telefônicas em prédios da telefônica, e você tinha que gritar. Quase que as pessoas que você queria mandar o recado ouviam os gritos. Segredo nem pensar, porque na fila as pessoas ouviam o que estava sendo falado nas cabines telefônicas, dada a precariedade. Tinha até um ditado, uma brincadeira, que dizia que, quando você queria mandar um recado, porque não tínhamos nem telefonia fixa e nem celular, tinha o “molecolá”. Era só dizer: manda o

moleque lá. (Risos.) Se era para mandar um recado a alguém, dizia-se: manda o moleque lá. (Risos.)

Então a telefonia hoje avançou consideravelmente. O meu Estado tem cidades pequenas onde há briga de três telefônicas, três operadoras de telefonia celular: a Vivo, a Claro e a Brasil Telecom. Cidades pequenas que foram implantadas recentemente e as três já estão brigando pela clientela pequena, às vezes de uma cidade pequena. Então, nessa área, estamos bastante avançados.

Mas na inclusão digital, a nossa comunidade é pobre, a nossa população nas pequenas cidades é de baixa renda e as crianças não têm acesso à informática, à Internet, ao computador. E vejo que, com essa montanha de dinheiro, poderia se fazer muita coisa para levar a inclusão digital nas pequenas comunidades, ou nas escolas com convênio com os Governos Estaduais, com as Prefeituras Municipais e gastar um pouco desse dinheiro.

Espero que o Ministro Hélio Costa, com a sua competência e inteligência, possa conseguir melhor do que os primeiros deste Governo, o Miro Teixeira e o Eunício, que, mesmo tendo boa vontade, não conseguiram levar avante esse programa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flavio Arns. PT – PR) – Passo a palavra ao Dr. Joanilson, em primeiro lugar, para as considerações.

O SR. JOANILSON BARBOSA – Senador Marco Maciel, em primeiro lugar; depois vou responder ao ilustríssimo Senador Valdir Raupp.

Senador Marco Maciel, V. Ex^a tocou num assunto interessante. Já tínhamos comentado esse assunto e V. Ex^a acabou puxando também, que é a questão da falta de telefone. Concorro plenamente com o meu companheiro aqui, que estamos parecendo que se está discutindo: uma coisa é voz, outra coisa é dado, outra coisa é isso e outra coisa é aquilo. Não é, tecnologia é uma só.

Como homem técnico, sou obrigado a dizer, sem querer entrar na área técnica definitiva, que vou trazer outro ingrediente para esse bolo que estamos discutindo. Segundo as pesquisas que dispomos, temos hoje pais de família que estão preferindo comprar um computador a preço de mercado, colocar uma banda larga e cortar o telefone fixo. Porque, como o computador é a banda larga, tem telefonia IP, tem um *software* hoje que está aí de graça em que se fala com o mundo inteiro... Eu falo com quem eu quiser e com uma nitidez muito grande. Basta entrar na rede, na Internet, baixar o *software* e aquela coisa toda. Bem, obviamente, ele vai até um certo ponto, dali para frente tem que pagar,

porque no mundo de serviços é serviço, é valor agregado e tem que se pagar por isso.

Mas é muito interessante isso. A pesquisa que fizemos foi exatamente sobre a discussão que o Ministro Hélio Costa levantou, logo que assumiu, a respeito de assinatura básica. S. Ex^a apanhou tanto quando falou em acabar com a assinatura básica que até processos foram gerados, porque tem contrato, está no contrato, pode, não pode... Aí quando ele apoiou algumas iniciativas aqui da Casa mesmo, de alguns Parlamentares, a própria Anatel derrubou a liminar. A Anatel derrubou a liminar! Então, quer dizer, é uma situação... Eu só estou dizendo...

Acho fantástico o que o nosso amigo Rogério está dizendo, nossos companheiros estão dizendo, mas isso na prática é uma pouquinho diferente. A situação na prática, quando falamos num contrato, que tem milhões de cláusulas, milhões de situações, detalhes, vírgulas que nós todos, como pessoas físicas ou jurídicas, enfrentamos. Quando assinamos lá os nossos contratinhos, aí alguém fala assim: você leu aquela letrinha miudinha? E assim vai...

Não estou dizendo que o Ministério está abrindo mão da sua obrigação de ler os contratos, de entender, mas o próprio dia-a-dia, volto a dizer, quando fala em... Eu, agora, não vou falar como Secretário, não vou falar como homem público; eu vou falar agora como cidadão. Quando se fala em estatizar qualquer serviço eu fico um pouco preocupado, porque, volto a dizer, tenho 40 mil processos de outorga de fiscalização, o Ministério Público está no meu pescoço querendo que eu apresente um plano de fiscalização de conteúdo de TV.

Então, eu fui discutir com o Ministério Público e disse para eles: os senhores têm que me ajudar. Estou contando para V. Ex^{as} porque é importante V. Ex^{as} acompanharem esse dia-a-dia nosso às vezes, porque a discussão aqui é fantástica, é em alto nível. Mas estamos convivendo com o seguinte problema: temos problemas de zonas negras sobre a Avenida Paulista que forcem o desvio de aviões porque, senão, eles caem; eu tenho problema de rádio pirata hoje: se pegar fogo, se houver um incêndio na Avenida Paulista teremos problemas graves, os helicópteros não descem.

Então é muito fértil estarmos discutindo o Fust, discutindo tudo isso. Mas temos uma série de outros problemas que apresentam risco ao cidadão, uma série de outras coisas e estamos convivendo com isso no dia-a-dia buscando soluções que, aliás, essa é a nossa obrigação.

Quando o Ministro me convocou para ser um Secretário dele e me nomeou, eu não tenho o direito de recusar qualquer discussão aberta, frente à sociedade, que é obrigação como homem público.

Um fenômeno interessante, não é julgamento de valor meu, pois ouvi esse nome: os pais estão comprando computadores, colocando bando larga e comprando um “telefone celular pai-de-santo”. Fiquei assustado com isso. O que é um “telefone pai-de-santo”? Só recebe. Então, eu vou lá, compro um cartãozinho de pouco mais de R\$ 20,00 e fujo desse negócio chamado assinatura básica.

O Ministro Hélio Costa quando colocou assinatura básica disse que nunca viu coisa mais injusta. Dr. Marcelo, qual é o faturamento hoje das empresas só com assinatura básica, o senhor sabe, por mês? É de R\$1,6 bilhão só com assinatura básica, por mês.

Então, vejam bem, qual é o papel do Ministério? Quando o Ministro propôs que nós temos que acabar com a assinatura básica pelo clamor popular e chamou todas as telefonias, todas as operadoras e disse: “Esqueçam, por favor, um pouco a lei e vamos ouvir o clamor popular”, Sua Excelência foi massacrado na imprensa, foi massacrado por todo lado. E abriu-se até um *site* na Internet que já estava com quatro mil assinaturas para que ele fosse exonerado.

Então, não fugindo da nossa responsabilidade, o que estamos fazendo? Estamos convidando todas as teles com uma série de pesquisas, uma série de trabalhos que estamos fazendo – e, por exemplo, essa colocação de V. Ex^a ajuda muito –, mostrando para eles o seguinte: Agora nós vamos falar um pouco na regra de mercado: ou os senhores vão contingenciar isso e vamos mudar essa meta de universalização, vamos começar a trabalhar de outra forma, ou a telefonia fixa vai acabar. O mercado vai acabar com ela. Isso é uma realidade em bolsões nos morros do Rio de Janeiro, em vários locais. Nós temos essa pesquisa.

Então, o que estamos colocando é o seguinte: Nós chamamos à luz da discussão, eles que vieram, que compraram, puseram capital e fizeram uma série de coisas, para conversar e dizer-lhes: “Ou vocês vão flexibilizar, ou vocês vão ouvir, ou vocês vão querer dialogar...” Porque eles não queriam nem dialogar; quando se falava em assinatura básica, diziam que “Isso é quebra de contrato, você discute com o meu advogado!” Bom, quando dissemos a eles que ou se adequavam à situação ou... Porque é o mercado que está trazendo, isso se chama competitividade, não obstante eu acreditar que ainda existe baixa competitividade no que tange ao sistema de telefonia fixa e, na verdade, existem outros meios de aumentarmos essa competitividade, agregando tecnologia, fazendo convergência tecnológica. Essa é a realidade que estamos vivendo.

Então esta é uma realidade que eu conheci recentemente no Ministério: “O que o senhor tem? O se-

nhor tem telefone?” “Tenho; celular”. “Por que o senhor não tem o fixo?” “Ah, não; tem que pagar assinatura básica”. A assinatura básica no Estado de São Paulo é de quase R\$80,00! É de quase R\$80,00! O pai ou a pessoa compra o telefone, o “pai-de-santo”, paga o cartãozinho dele e recebe a chamada por três, quatro meses, perfeito? E usa a Internet.

Orçamento para pesquisa. Eu não estaria adequadamente comentando todos os fundos que V. Ex^a colocou. Eu posso falar dos fundos que o Ministério opera. O Ministro Hélio Costa está articulando diretamente com o Planejamento, com a Casa Civil, com a Presidência da República para que o Funtel – Fundo de Desenvolvimento Tecnológico de Telecomunicações, que é o fundo que origina toda a pesquisa, não seja contingenciado, e tem obtido sucesso. O Fundo arrecada por ano alguma coisa perto de R\$400 milhões, tem aplicado só no CPqD, que é um centro de pesquisa reconhecido internacionalmente, um volume expressivo em cima dos projetos de TV digital, rádio digital, e não só desses projetos, mas também projetos voltados para melhorar a universalização. Essas pesquisas que estamos dizendo aqui, que são qualificadas, estão vindo por meio desses convênios. Então eu entendo que o Ministro Hélio Costa tem sido um hábil articulador junto à Presidência da República, à Casa Civil e ao Ministério do Planejamento, e ele tem obtido um enorme sucesso. A sensibilidade do Presidente para esse assunto é muito grande.

Para dar uma demonstração disso, estamos criando, definitivamente, no nosso Ministério, a Secretaria de Inclusão Digital. Já é oficial, por quê? Os projetos de inclusão digital no Governo atual estavam espalhados, cada um tinha o seu. O ministério tal tinha o dele; a Casa Civil coordenava o PC Conectado; o ITI estava fazendo o Computador Para Todos e vai por aí afora. Quer dizer, cada um tinha o seu.

Toda vez que se fala em inclusão digital, remete-se ao nosso Ministério; ou seja, estava uma dicotomia, estava um processo complexo de se administrar. O Presidente, sensível a isso, autorizou que a gestão de todos os projetos de inclusão digital em curso e todos que virão tem que ser através do Ministério das Comunicações. Então, estamos criando uma secretaria para isso. Como há um contingenciamento de DAS, ou seja, de poder nomear – isso já é conhecido e notório –, o Presidente abriu mão de DAS dele, da Presidência da República, para que pudéssemos criar lá. Então, foi aberta uma exceção e foram levados em consideração os apelos do Ministro. E V. Ex^a, que já foi Vice-Presidente da República, sabe que apelos, muitas vezes, são válidos, mas é preciso que haja fatos.

O que estamos fazendo nesses 45 dias de Ministério é levar ao conhecimento da Presidência da República e demais Ministérios os fatos. Não podemos mais trabalhar com conjecturas. Não tem condição de eu trabalhar com uma conjectura em cima de um fundo que tem R\$4 bilhões. A sociedade inteira está de olho na solução que vamos dar para esse fundo. Pode ser... Eu garanto para V. Ex^{as} que todos têm uma solução fantástica para o Fust. Mas quando vamos aplicar, vem a CGU ou vem o Tribunal de Contas e fala “não pode, não pode, não pode, porque, baseado na lei original, é assim, assim, assim”. Bom, estamos buscando contingenciar.

Nesse grupo, quero dizer também que estamos agregando TCU... Precisamos achar uma solução conjunta. Não podemos ficar cada um no seu local, no seu gabinete, esperando que um faça e que tramite o processo para o outro. Então, estamos reunindo e estamos fazendo.

Assim, não conheço nenhum contingenciamento desses fundos para o ano que vem, fora da nossa proposta orçamentária. Temos uma proposta orçamentária. Não conheço contingenciamento nesse sentido. O Ministro Hélio Costa está articulando fortemente. Havia uma proposta de deixar, no Funtel, uma reserva e o Ministro já está articulando nesse sentido. Então, nos fundos nossos, não. O Fust é uma outra situação. Ele não foi nem aplicado. Não é que ele esteja contingenciado. Nem ele foi aplicado, nem foi apresentado nenhum projeto que foi aceito juridicamente na forma perfeita da lei, para ser aplicado.

O Senador Valdir Raupp me fez uma pergunta sobre os telecentros ou os centros tecnológicos. O Ministério, sensível à dificuldade da aplicação dos recursos do Fust, viabilizou um contingente de verbas para ser aplicado especificamente em inclusão digital. Lá, vários Municípios têm nos procurado e convênios são realizados com os Municípios - hoje, em torno de 26 milhões. Eu diria a V. Ex^a que tivemos um problema, na passagem do ano anterior para este ano - não é na nossa gestão, na gestão do Ministro Eunício Oliveira. Quando fazemos um convênio com um Município - isso é uma outra coisa que estamos tentando reestruturar no Ministério - e eu tinha lá mais de 250 convênios com os Municípios a serem executados, na hora de executar, o Município está devendo o Cadin. Eu não vou negar a V. Ex^a que 60% a 70% dos convênios não andam e ainda geram um problema enorme para nós, porque fico com a verba empenhada e não consigo executar, porque os Municípios estão devendo ao Cadin ou estão com problemas de cadastro. Então, estamos achando outras soluções para isso, porque o que queremos é executar as verbas e os projetos, que

são de extrema necessidade. Temos vários Municípios, inclusive, no seu Estado. Então, o Ministro Hélio Costa colocou uma equipe para cuidar disso. Existe uma equipe para cuidar dos telecentros, exatamente para que não tenhamos de perder essas verbas ou deixá-las em restos a pagar.

Existem projetos estruturados para se realizarem telecentros. É convênio com a entidade local. Por que digo convênio com a entidade local? Porque a nós, Ministério das Comunicações, cabe prover o acesso tecnológico, mas cabe a uma parceria com o agente local a aplicação do que é, na concepção daquele agente local, um projeto de inclusão digital.

Por exemplo, estamos fazendo projetos, a partir do Ministério do Meio Ambiente, com as comunidades indígenas, o que, para nós, tem sido muito gratificante de fazer. Na comunidade indígena, não adiante botar um telecentro e falar com ele assim: use o computador. Para começar, ele classifica o computador como a caixa vazia. Dentro da sua sábia colocação, eles falam assim. Então, estamos reestruturando isso, porque não adianta nada colocar telecentros em aldeias indígenas, se não se disponibilizarem esses telecentros na linguagem que esses cidadãos vão realmente utilizar aquilo.

Sobre o Gesac, volto a dizer que Gesac, Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão, é um programa que foi criado para prover acesso via satélite a localidades, em que não há outro meio. Temos um contrato em vigor. Temos 3.200 pontos ligados. O projeto é magnífico e é o maior projeto de inclusão digital da América do Sul, mas o estamos revendo. O Ministro Hélio Costa também foi muito criticado na imprensa quando exonerou o gestor desse projeto e está reestruturando o projeto. Por que estamos reestruturando esse projeto? Porque o gasto com esse projeto, por mês, é algo... Há 3.200 pontos e, já em orçamento, mais mil pontos, ou seja, 4.200 pontos. Mas eu não me sinto... O Ministro não se sente confortável quando tem de fazer um relatório e prestar contas à sociedade quando ele vê que 30% desses pontos não tem sequer tráfego, ninguém está fazendo absolutamente nada com eles, ou quando nós recebemos denúncia do nosso Estado inclusive - eu sou de Minas Gerais - e na região do Vale do Jequitinhonha temos lá alguns telecentros onde chegaram denúncias para nós de que a diretora da escola... O assunto é empolgante e eu preciso encerrar. Desculpe-me, eu vou encerrar, mas eu preciso dar esse depoimento. A diretora das escolas onde estão instalados os telecentros, desculpe o Gesac - o Gesac foi instalado 70% dos pontos a critério do MEC. Aí ela falou que na minha escola ninguém usava mesmo não. Mas por que não usa, mi-

nhá senhora? Aí, algumas professoras denunciaram no Estado de Minas Gerais e nós temos algumas denúncias, estamos apurando, estamos abrindo os procedimentos para apuração. “Não posso usar. A diretora está cobrando do aluno para usar”.

Ora, se eu estou pagando o ponto do satélite a R\$1.200,00 ao mês. Coloquei os telecentros, coloquei os computadores, instruí o que deve ser feito, e a diretora da escola está cobrando para o aluno usar, há alguma coisa de errada. Então, isso, para mim, é caso de Polícia, não é caso apenas do Ministério. Então, nós estamos tomando as medidas cabíveis para isso.

Bem, essa é a situação de gestão desse projeto que nós encontramos. Então, o Ministro Hélio Costa não parou o projeto. A determinação dele é não, o avião está voando. Vamos corrigir a sua turbina. Ele tem de voar mais rápido, gastando 10% do combustível que está sendo gasto. Não estou aqui discutindo o Fust. Eu diria que com os 50 milhões que eu tenho para usar no Gesac, se eu usar a convergência tecnológica e tudo que foi dito aqui, com certeza eu tenho uma plataforma para atender 10 a 20 vezes o que eu atendo hoje, e não os 3.000 pontos. Ou seja, eu tenho até o final do ano que vem, em projeto, para usar 11.000 pontos. Eu quero ir a 40 mil pontos, mas eu tenho de reestruturar o projeto.

Era isso que eu queria dizer ao Senador Valdir Raupp, e ele pode encaminhar através dos seus municípios os pedidos do seu Estado para instalar os telecentros, nos limites das verbas que temos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT PR) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Só uma observação. Quando me reporte à matéria do jornal **O Valor**, lamentavelmente quando foi tirada a xerox, a pessoa que o fez não colocou a data, mas tenho a impressão de foi do fim da semana passada. Ela se refere ao Fndct, quer dizer, abrigam 15 fundos alimentados por contribuições. É possível que isso atinja, passo pelo pressuposto de que atinja também o Funtel, presumo porque... Eu levantei essa questão, porque vejo que esses fundos, ao final, não estão cumprindo o papel para o qual eles foram criados, por conta justamente desses contingenciamentos que certamente vão ser objeto de uma conversa quando o Ministro da Ciência e Tecnologia aqui comparecer. Presumo que está previsto... Talvez o Presidente Arns possa dar alguma informação...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Quero dizer até que nós tivemos em relação aos fundos vetoriais da Ciência e Tecnologia, nós tivemos realização a audiência pública, com o representante inclusive do Ministério. E já foram estabelecidos con-

tatos com o Ministério do Planejamento, para que lá realmente de acordo com o Professor Ênio Candotti estão realmente contingenciados, e há a necessidade de discussão com o Ministério no sentido de que esses valores sejam liberados para os objetivos da ciência e tecnologia, onde haveria o impacto também nesta área, porque está tudo interligado.

Já foi oficiado e vamos inclusive como subcomissão discutir isso com o Ministro do Planejamento nos próximos dias.

Antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, o Dr. Rogério havia solicitado também para complementar as informações que foram prestadas.

O SR. ROGÉRIO GONÇALVES – Obrigado, Senador. Apenas para complementar o depoimento do Secretário Joanilson, o Gesac e o Fust, na realidade, vão se encontrar lá na frente, porque quando as redes de comunicação de dados do Fust chegarem a estas localidades, acaba o *linking* por satélite, então o custo vai cair direto e, Dependendo do caso, ali há lugar para gerar recursos para o Fust, não só para tirar recursos do fundo. Quanto à idéia das estatais, Senador Augusto Botelho, queria lembrar que no caso de uma licitação, nos termos do art. 210 da LGT, que é para outorga de concessão para prestação de serviço em regime público, aconteceria o seguinte: o interessado em se tornar concessionário deveria fazer a negociação dos computadores, deveria negociar com as concessionárias de telefonia, a desagregação de elementos de rede para poder criar seus circuitos. Isso é previsto na lei. Também prever o custo para levar a universalização em localidades remotas. Esse custo do Gesac seria absorvido por essa concessionária, um custo similar – é o que estou dizendo.

O que aconteceria? O art. 83 da LGT prevê que a licitação é feita em função da tarifa apresentada. Então, a concessionária tem que pegar todo esse custo, dividir, botar um tarifa que vai ser amortizada em tanto tempo. A lei do Fust prevê que essa tarifa que vai ser coberta, parte da tarifa ou toda a tarifa, no caso de escolas ou bibliotecas, seria coberta com os recursos do Fust. Lá criar uma tarifa monstruosa que ficaria eternamente dependente de verbas do Fust. Ninguém, o vizinho lá daquela escola que se interessasse em utilizar os serviços daquela concessionária não poderia porque, sei lá, uma tarifa de R\$500,00 por mês não teria como pagar. Entendeu?

No caso da empresa estatal seria a criação de sociedades de economia mista, nos mesmos moldes que eram as antigas, as que a gente chamava de telestaduais. Nesse caso poderiam ser feitas licitações fundamentadas na Lei 8.666/93. Então, os computadores, para essas empresas, já que o Estado estaria

participando diretamente no capital da empresa, poderiam ser regidas pela Lei nº8.666. Então, isso já aliviaria o custo da tarifa, no final.

O caso das redes de comunicação é o ponto chave da coisa. A LGT prevê, no seu art. 110, III, que a inadequação do serviço causará a intervenção na empresa. Se a concessionária está prestando hoje um serviço, se por um sapato 33 está oferecendo um sapato 49 e se o custo deste está pesando no bolso do usuário: isso é uma adequação de serviço que precisa ser corrigida urgentemente, inclusive. Então, não é o caso de negociar. A lei diz que deve ser corrigido esse problema.

Por outro lado, no caso da concessionária do Fust ser estatal. A concessão implica bens reversíveis à União. Isso o que está sobrando nas concessionárias de telefonia, que é peso morto para elas, é prejuízo para os assinantes. De acordo com a LGT essa gordura vai ter que ser retirada das concessionárias. Vão ter que ser revertidas à União, porque é quem tem a obrigação de universalizar e garantir o serviço. Esses bens são da União. Sendo a União acionista de uma sociedade de economia mista poderá pegar os seus bens e reverter para aquela empresa da qual é sócia também. Isso tornaria o custo dessa tarifa final bastante acessível para a população. Por quê? A concessionária de comunicação de dados não vai ser uma concessionária de serviços exclusiva para o Fust. Vai ser uma concessionária de prestação de serviços para o público em geral. Para prestar serviços ao público em geral e poder ser competitiva tem que ter uma tarifa baixa. A única forma de essa tarifa ficar em um nível aceitável é se a empresa for estatal. Uma vez implantado o serviço, e a tarifa estando baixa, nada impede que aconteça o que aconteceu com a telefonia. Façam-se leilões de privatização e privatizem as empresas. Ela não precisa ser estatal para sempre. É uma necessidade de um momento, para que o serviço de comunicação de dados possa existir e os problemas do Fust possam dar. Só isso. Não significa que ela vai ser estatal para sempre.

Agora, o Senador Flávio Arns permitiu, e gostaria de fazer uma observação aqui, pois, como todo usuário, representante de associação de usuário, não sabemos quando será a próxima chance de falarmos isso, então... Acontece o seguinte: fala-se muito na assinatura de telefonia, principalmente no fim da assinatura dela. Mas acontece que a assinatura da telefonia é um direito nosso, não é um encargo, não é um ônus. Vou tentar explicar melhor. A nossa tarifa de assinatura que se paga, hoje, corresponde à utilização pelo direito de a pessoa ser usuária do serviço de telefonia fixa. Acontece que o art. 214, inciso II, da LGT diz que os

contratos de concessão seriam regidos pelas normas que estivessem em vigor na época em que eles foram assinados. Isso nos leva à Portaria nº216, de 1991, do Minicom, que continua em vigor, e consta no Anexo III dos contratos de concessão atual.

E essa Portaria nº216/91 prevê três tipos de tarifação da telefonia, por quê? É o pagamento pelo uso do serviço de telefonia, que corresponde à intercomunicação por voz entre usuários. Então existem três tipos de tarifação: Processo de Tarifação Sem Medição; Processo de Tarifação por Medição Simples; e Processo de Tarifação Multimedição pelo método Karlsson acrescido.

Esses três métodos existem. O que significam?

Processo de Tarifação Sem Medição. Consta na Portaria nº216 que, se a pessoa pagar uma assinatura mensal, vai ter o direito de fazer quantas ligações quiser, no serviço de telefonia local, sem pagamento de qualquer outro custo. Ou seja, não existe a incidência nem de pulsos, nem de tarifação por minuto. Então, nesse caso, chamamos de tarifa Flat, que é a mesma que existe nos Estados Unidos e em vários outros países, e que, inclusive, foi citada pelo Ministro Hélio Costa, na sua entrevista de posse, concedida dias antes da posse. Só que não ressaltou isto: que, nos Estados Unidos, por \$12 ou \$19 dólares, as pessoas ligam à vontade. Não há pulso e não há minutagem em telefonia local. E, no Brasil, a pessoa paga R\$30,00 (trinta reais) ou R\$40,00 (quarenta reais) só para ser usuário do serviço de telefonia, apesar de a LGT ser bem clara, dizendo que “é dever do estado garantir o acesso aos serviços de telecomunicações”. E ali não diz que a concessionária de telefonia pode cobrar por esse direito.

E, para completar, consta no Anexo III dos contratos de concessão que estão em vigor atualmente os dois processos de tarifação da Portaria nº216: o pulso único, que é a tarifação simples, e o método karlsson, que é o de Multimedição, pelo qual se cobram pulsos. Porém, a Anatel, ao invés de simplesmente transpor para o contrato de concessão aquilo que dirigia a norma de regência, que é a Portaria nº216, alterou, por conta própria, os termos da Portaria nº216, ou seja, trocou o que seria o Processo de Tarifação Sem Medição e disse que as concessionárias estariam autorizadas a cobrar uma tarifa de assinatura pela manutenção do direito de uso. Então isso é fraude, senhores. Isso aí não poderia constar naquele contrato. No contrato, ao invés de tarifa de assinatura por manutenção de direito de uso, deveria estar tarifa de assinatura correspondente ao Processo de Tarifação Sem Medição. Isso é uma coisa que estou falando para constar na gravação, na nossa audiência, porque se fala muito em tarifa de

economia, se fala muito em respeitar contrato, mas também tem que se falar muito que se deve respeitar, acima do contrato, as normas de regência daquele contrato. E a Anatel desvirtuou, ela alterou a regulamentação via contrato de concessão. Isso aí está aí para quem quiser verificar e se os senhores tiverem a oportunidade de verificar essa informação.

Era o que tinha a dizer, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Antes de passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo como último participante deste debate para as considerações, eu gostaria que a assessoria da Comissão de Educação e particularmente da Ciência e Tecnologia, em função da denúncia que é muito séria em relação a esses aspectos todos, pegasse as notas taquigráficas e inclusive conversasse com o Dr. Rogério na sequência para que quaisquer outros subsídios possam ser dados, para que esta Comissão possa também tomar as medidas cabíveis no caso, para que os desdobramentos em função do que foi feito, do que foi dito possam também ser levados para os órgãos próprios.

Então, em a palavra o nobre Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Expositores eu não pude assistir à exposição pois estava participando da reunião da Comissão de Constituição e Justiça e, lamentavelmente, não pude ouvi-los. O Fust é um tema que tem me preocupado desde que tomei posse aqui como Senador. Nós já estamos no terceiro Ministro das Comunicações no Governo Lula e essa questão vai, cada vez mais, ficando difícil de ser explicada. Ainda em 2002, foi feita uma licitação, no Governo Fernando Henrique, aconteceram críticas em relação ao edital e acabou que não se fez nada, por conta da ação de objeção na época. E nós já estamos aí realmente com mais de quatro bilhões arrecadado por este Fust.

Evidentemente, que não tenho que repetir a importância do Fust, porque ele foi criado, a sua universalização, o fato de nós estarmos cada vez mais ampliando a diferença entre as crianças e os jovens que têm acesso aos computadores e os que não têm, quer dizer, a importância da inclusão digital. Eu acho que é desnecessário repetir aqui, mas, hoje, qualquer emprego a pessoa precisa saber utilizar computador na área urbana. Inclusive nas áreas rurais começa a ser utilizado e infelizmente o Fust fica com o dinheiro parado. Eu já fiz esse questionamento na época ao Ministro Miro, depois ao Ministro Dionísio agora tenho o Ministro Hélio Costa.

Então, eu gostaria de saber do Dr. Joanilson Barbosa que representa o Ministério quando é que

vamos ter uma solução. E eu sei que existem empecilhos burocráticos, é evidente que sei. Essa questão ficou parada no TCU por um certo tempo, porém não é possível que já estejamos no mês de setembro no terceiro ano do Governo Lula e a questão permaneça sem uma solução. Se é do ponto de vista legal que se tome uma posição, o que não se pode é continuar nessa questão de explica para cá, explica para lá, enfim, muitas explicações e muitas desculpas. Nós precisamos de ações. Gostaria de saber também onde foram utilizados esses recursos porque, na verdade, eu sei que não é só para a inclusão digital. Eu sei que existem outros objetivos com o Fust. A questão, por exemplo, da telefonia celular, ela hoje acaba sendo um empecilho para o desenvolvimento de muitos municípios, pois uma empresa não quer se instalar em determinados municípios, porque lá não há telefonia celular. Não são todos os municípios que têm a telefonia celular. Não há como negar que a privatização das teles foi realmente de sucesso. Se há uma área que nós podemos dizer que deu certo a privatização foi a área de telecomunicações. Hoje, nós temos mais de 70 milhões de telefones celulares, os preços já baratearam muito em relação ao que era no princípio, nós temos a própria telefonia fixa bem espalhada; portanto, a telefonia celular precisa ainda chegar em todos os recantos do País.

De maneira que nós gostaríamos de saber quais os prazos que nós teríamos para efetivamente a inclusão digital começar a acontecer.

Com relação a essa denúncia, Dr. Joanilson, relacionada a uma escola em Jequitinhonha, se pudesse depois me dizer se é uma escola estadual para que eu posso até conversar com o Governo de Minas, para que isso seja averiguado; se for municipal eu tenho que ver qual o município, não é.

Mas eu acredito que isso deva ser uma fatia pequena de mau uso de telecentros. Outro dia assisti o Ministro Patrus Ananias expondo a questão do Bolsa Família e fiquei feliz quando ele reconheceu que alguns erros infelizmente acontecem e ele lembrou que o *food stamp* dos Estados Unidos, um programa que existe há muitos anos, tem um nível de fraude da faixa de 2% ou 3%. O Ministro foi correto ao reconhecer que na Bolsa Família também existem algumas fraudes mas têm que ficar limitada a um percentual pequeno. Então, acho que não podemos pegar um exemplo desse para desfazer um projeto. Vamos fazer como o Ministro Patrus, vamos insistir para que seja bem reduzido o percentual, vamos buscar resolver e implantar novos telecentros que são importantes.

Essa é a colocação e se o Senhor puder nos dar prazo e se, por acaso, alguma parte dos 4 bilhões

foram utilizadas em outras funções além de fazer o superávit fiscal.

O SR. JOANILSON BARBOSA – Prezado Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a fez uma colocação muito apropriada. Estamos há 45 dias no Ministério e ao chegarmos nos deparamos com toda sorte de denúncias no que tange ao Gesac, que não é telecentro, quer dizer, tem uma diferença nesse processo, o Gesac é ponto de satélite em locais onde não haja outra tecnologia. É exatamente isso que o Ministro Hélio Costa defende. Ele disse que havia problemas de gestão e vamos corrigi-los. Vou pegar uma carona com o Ministro Patrus, que é nosso conterrâneo, o Ministro Hélio Costa, apesar de estar assumindo naquele momento, ele disse que não estava criticando para trás e sim fazendo *mea culpa* e se é problema de gestão vamos resolver. Ele está resolvendo montando grupo de trabalho, agregando tecnologia, estamos acompanhando todos os *links* de satélite, estamos promovendo convênios para que o próprio MEC para que esses acompanhamentos do uso do Gesac sejam instantâneos, até porque só posso disponibilizar recurso onde ele está sendo utilizado e bem utilizado.

Telecentro é um processo que temos de convênio com uma entidade local, como uma prefeitura. Não temos o controle de gestão. Nós montamos o processo junto com a prefeitura e, a partir daí, ela apresenta o projeto e gerencia. Então, o telecentro não tem nossa gerência. Basicamente, nós disponibilizamos o recurso para montagem do telecentro, em média 20 computadores, com impressoras interligadas em rede e mais acesso à Internet.

Prazos. Eu não tenho para dar ao Senhor. O Ministro Hélio Costa – acho que ele vai vir aqui – com certeza trará o plano que ele vai apresentar à sociedade brasileira para aplicar os recursos que estavam no orçamento que recebemos e que é algo perto de 32 milhões. Conforme ditado do nosso Estado, melhor do que gastar tudo é gastar alguma coisa e bem.

Então, o nosso objetivo é pegar os 32 milhões, que já temos, que o Ministro Palocci nos deu aumento de limite, porque ele estava no orçamento mas não estava no limite do orçamento e já nos autorizou o limite do orçamento, a partir do dia 23 agora, e vamos construir uma solução. Agora, a solução vai ter que ser construída com todos os atores, porque é realmente um desgaste. O edital de 2002 teve um veto do TCU, não houve só uma crítica mas um veto e tinha vários processos em andamento, a Anatel tinha vários projetos em andamento...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – A crítica foi mais política, da Oposição da época.

O SR. JOANILSON BARBOSA – Perfeito. Então, houve o veto do TCU e estamos trabalhando em cima desses vetos, com a ajuda da CGU, que é a Consultoria Geral, e estamos construindo esse arcabouço.

Na minha ótica, na hora em que conseguirmos atingir um resultado de arcabouço jurídico, que eu diria ao senhor que não tenho nenhuma expectativa de agradar a todos – aliás, nesse ponto, nós, que assumimos a vida pública temos que tomar determinadas decisões, e o senhor, que foi prefeito, sabe que tem que tomar determinadas decisões que não agradará a todos –, temos a certeza de que temos o objetivo de, até o final deste ano, retomar os projetos do Fust. Se conseguirmos fazer com que esses projetos andem, digamos assim, que criem na sociedade uma cobrança não para que os recursos não sejam aplicados, mas que sejam aplicados, com certeza, no próximo ano, não teremos problema de contingenciamento nenhum, porque o Fust está lá.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Mas o senhor está falando de R\$33 milhões. Isso é menos de 1% dos R\$4 bilhões já arrecadados. Claro que vamos aplicar os R\$33 milhões, está ótimo, antes isso do que nada, mas está muito longe. Precisamos de ter uma solução encaminhada, um plano, porque já foram arrecadados R\$4 bilhões com esse objetivo de universalização do serviço de telecomunicações.

O SR. JOANILSON BARBOSA – Com certeza. No que tange aos processos de inclusão digital, vamos aplicar os R\$32 milhões que estão no orçamento do ano passado. O nosso objetivo é criarmos um modelo de aplicação disso e, a partir daí, começarmos a aplicar os recursos. Esse é o objetivo que temos.

Com certeza, daqui a 30 dias, quando o Ministro vier aqui, vai trazer o plano, vai submeter o plano e vai apresentá-lo aos senhores. Mas posso garantir a V. Ex^a que estamos trabalhando fortemente nesse contexto. Existem empecilhos, com certeza, de área de atuação entre a Anatel e o Ministério, definição de quem faz o quê e como, mas o *mea culpa* tem que ser feito. O Ministério das Comunicações, desde o Governo anterior, não fez o seu dever de casa no que tange a definir claramente como aplicar os recursos do Fust. Isso não está claramente colocado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Deixe-me interrompê-lo para dizer que acho que o Ministro Pimenta da Veiga fez a parte dele. O que acontece é que houve uma crítica da Oposição da época, hoje Governo, no sentido de que se estava definindo um software só, que era o Windows, o que na verdade não foi. O que estava se definindo era que a diretora da escola é quem definiria o software. E a maioria estava optando pelo Windows, porque é o mais utilizado.

O que coloco é isto: a Oposição da época, que é Governo hoje - não estou falando do senhor, que está somente há 45 dias -, tem já quase três anos e não usa os R\$4 bilhões. Estamos discutindo aqui que, desses R\$4 bilhões, aplicaram-se R\$33 milhões. Faltam R\$3,067 bilhões, o que é muita coisa. Está ótimo, estou satisfeito que se apliquem os R\$33 milhões, mas precisamos usar o restante! Não podemos mais ficar desse jeito. Vamos parar de cobrar da população então. Eu, todo o mês, estou pagando a minha conta lá, como todo o mundo. Então, vamos parar de pagar esse 1%. Não é possível. Onde estão sendo usados esses outros R\$3 bilhões? Foram todos para a conta superávit?

O SR. JOANILSON BARBOSA – Se V. Ex^a me permite, primeiro que V. Ex^a não recolhe para o Fundo, para o Fust. Ninguém recolhe para o Fust.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Olha, na minha conta telefônica, vem escrito lá 1% para o Fust.

O SR. JOANILSON BARBOSA – Vem só para lhe dar uma posição de que aqueles fundos estão sendo alimentados com a sua conta em “x”, mas o senhor não está pagando não. Quem está pagando é a empresa.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Desculpe-me, aqui eu pago a conta.

O SR. JOANILSON BARBOSA – Quem paga é a operadora.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, mas paga com o dinheiro que paguei a ela. Não é dinheiro dela não.

O SR. JOANILSON BARBOSA – Não sei se o fundo está...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O Fundo está na conta. O Fundo está incluído na conta como um todo.

O SR. JOANILSON BARBOSA – Juridicamente, Dr. Marcelo, nosso procurador jurídico, ele é incluído na conta?

O SR. MARCELO BECHARA - Não é incluído na conta.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Ele sai do lucro da operadora?

O SR. MARCELO BECHARA – O Fundo é destacado na conta, mas ele não é calculado sobre o valor da sua conta. Ele não entra na soma total. Não é como o ICMS, por exemplo, que o senhor paga 25%, e esse, sim, soma ao final da conta. Esse ICMS o senhor paga realmente ao final, como pessoa. É passado para ele. O Fundo não. Ele é destacado sobre o valor da conta, mas quem paga é a operadora.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Do lucro da operadora então? Porque a operadora não faz dinheiro. A receita da operadora é dos assinantes. Então, para mim, dá na mesma.

O SR. JOANILSON BARBOSA – Senador, permita-me...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não estou me convencendo não. A receita da operadora é o pagamento de contas. Se o pagamento de contas vira um bolo, e, desse bolo, a operadora paga 1%, dá na mesma. É questão de vasos comunicantes. É o meu dinheiro que está indo para a operadora, a qual está pagando o fundo.

Desculpe-me, não sou advogado, mas, como consumidor, continuo recebendo a minha conta com isso escrito lá. Então, vocês têm que tomar providências para dizer para a operadora retirar o que está escrito ali, porque ela continua escrevendo: 1% para o Fust. Se esse 1% vem da operadora, veio da fonte de receita da operadora, que é o pagamento de contas de telefone, de telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Apenas quero apresentar a todos os que acompanham esta audiência o Dr. Marcelo, que acaba de nos dar informações. Ele é consultor jurídico do Ministério das Comunicações.

Também quero destacar que as ponderações do Senador Eduardo Azeredo são muito pertinentes. Ora, se vai sair do bolo, é o contribuinte que está pagando para o bolo também. Isso tem que ser bem explicado, para sabermos exatamente o que está acontecendo. Quanto às ponderações do Senador Eduardo Azeredo, inclusive eu havia dito particularmente ao Dr. Joanilson que a sociedade, realmente, não pode admitir mais que se tenha passado tanto tempo e ainda estejamos discutindo o arcabouço jurídico de como aplicar esse recurso, pois existe uma necessidade de desenvolvimento de comunicação social intensa no Brasil. Essa legislação já foi criada no ano de 2000, e, como V. Ex^a menciona, já se passaram três anos neste Governo. Então, que seja o desafio para este ano regulamentarmos a matéria. Estamos em setembro. Até o final deste ano, este assunto tem que estar debatido, regulamentado, e precisamos usar esses recursos que são da área.

Desculpe-me ter interrompido V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – V. Ex^a me ajuda na argumentação.

O SR. JOANILSON BARBOSA – Esse é exatamente o nosso objetivo. Pretendemos, até o final do ano, regulamentar o uso e aplicar o recurso a partir do próximo ano. Vamos aplicar esses R\$32 milhões em alguns exemplos de como fazer, como medir. Todos os

atores que participaram do processo do TCU estão participando conosco ativamente disso. O Ministério está liderando isso, sob a batuta do Ministro Hélio Costa. Com certeza, mais uns trinta dias, S. Ex^a já vai ter o plano para disponibilizar.

Volto a dizer: daqui a 30 dias, quando o Ministro Hélio Costa apresentar o plano, teremos exatos 65, 70 dias de Ministério. Esse é um problema que estamos assumindo. Não vamos fugir da responsabilidade de que ele é nosso. A partir do momento em que sou um agente público, não posso culpar o meu antecessor. Eu tenho que olhar para frente. Então, esse é o nosso plano. Vamos olhar para frente, com toda a segurança do arcabouço jurídico, com toda a segurança dos atores principais participando desse processo. Esse é o nosso objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Senador Eduardo Azeredo, até queria propor que esta Subcomissão de Ciência e Tecnologia realizasse outra audiência pública, convidando, talvez, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento e o TCU, para discutirmos o que está emperrando o processo e para darmos a solução para tudo isso, exatamente junto com o Ministério das Comunicações. Talvez pudéssemos até propor, na próxima reunião desta Subcomissão, a realização de um debate especificamente a respeito dos entraves do arcabouço jurídico e sobre o que está acontecendo que possa agilizar, porque considero essencial essa providência. Há um debate no Brasil inteiro sobre esses R\$4 bilhões do Fust, é uma necessidade do País, há cinco anos isso está sendo debatido. Portanto, está chegando a hora, quer dizer, já passou da hora de termos um encaminhamento. Como o Ministro está há 45 dias, eu diria que todos podemos contribuir para que, no mais breve espaço de tempo possível, porém não ultrapassando o final do ano, porque acho que seria uma data limite...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – O Ministro está há 45 dias, mas o Presidente já está há quase três anos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Até nem há necessidade, de acordo com o que a assessoria me informa, de haver aprovação de outro requerimento.

Passo a palavra em primeiro lugar, para as considerações finais, ao Dr. Joanilson, que inclusive tem um compromisso do qual ele tem de participar. Depois, terão a palavra os demais membros da Mesa.

O SR. JOANILSON BARBOSA – Srs. Senadores, considero extremamente válido este nosso evento de hoje. Todas as vezes que esta Casa mergulhou em determinado assunto e o levou a fundo, esse assunto obteve efetivamente os seus desdobramentos. A Casa

legislativa merece todo o nosso respeito, e, sem ela, não vamos chegar a lugar algum.

Vou para o meu compromisso e, depois, vou atualizar o Ministro. Começo a achar que estamos todos falando a mesma língua, porque a indignação de todos, a indignação do povo brasileiro e da sociedade é a mesma do Ministro. E volto a dizer que estou me sentindo o recheio do sanduíche, porque estou no Ministério há menos tempo do que S. Ex^a; fui nomeado há menos tempo. Estou há trinta dias, e o Ministro, quando assumi, falou assim comigo: “Como o senhor será o coordenador de todos os projetos de inclusão digital deste Ministério, o senhor, por favor, me responda por que não consigo usar esse tal de Fust.” Eu falei: “Tá bom, Ministro. O senhor pode me exonerar amanhã, que estou voltando para casa, porque milagre eu não sei fazer. O meu nome não é Maria, e não dá para brincar com esse tipo de coisa.”

Então, os grupos de trabalho estão trabalhando fortemente, e eu tenho certeza de que, em um prazo de tempo curto, o Ministro trará isso.

Agora, eu gostaria de chamar a atenção também - volto a dizer; eu já disse e volto a reforçar – para o fato de que temos 40 mil processos. Recebemos o Ministério com cerca de 38 mil processos de outorga, de revisão de radiodifusão parados. Estamos fazendo um choque de gestão nessa forma de atuar do Ministério e estamos obtendo resultados muito positivos. Não temos previsão agora, em curto prazo, de novo concurso, e, como todos sabem, a Casa ia ser desmontada no processo de fortalecimento da Agência. No Governo atual, está sendo retomado esse processo. E aí estão se redefinindo papéis.

Agradeço a todos, em especial aos Senadores e ao Senador Eduardo Azeredo, que é meu conterrâneo. Sobretudo gostaria de agradecer e dizer o seguinte: por favor, nos ajudem, chamando aqui todos os Ministérios e perguntando a eles e ao TCU por que o Fust ainda não saiu. Façam isso, por favor. Mas façam rápido, porque assim o nosso planejamento vai sair mais rápido ainda. Esta Casa, quando empurra, o negócio anda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT - PR) – Agradeço, então, a participação valiosa do Dr. Joanilson Barbosa. Entendo que o senhor tenha de se retirar, mas lhe agradeço e peço que envie ao Ministro o abraço desta Comissão.

Passo a palavra, para as considerações finais, ao Dr. Luiz Cláudio Rosa, diretor da área de telecomunicações da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROSA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria fazer referência ao documento de nota técnica que o Ministério das Comunicações distribuiu. No Item 2, primeiro parágrafo, é dito que “a expectativa mais realista aponta na direção de inevitáveis manifestações de desagrado, diante de qualquer alternativa que se imponha com maior firmeza.”

Como foi comentado aqui pelo representante do Ministério, quando se tentou eliminar a tarifa de assinatura básica de R\$40,00, ou R\$80,00, houve manifestação imediata de mais de quatro mil assinaturas em um *site*, pedindo a sua exoneração. O que fica claro para mim é que talvez nenhum Ministério tenha condições, isoladamente, de fazer frente a essas forças que se articulam sempre que houver qualquer risco, ou pelo menos quando houver mais riscos do que benefícios. E são vários atores que têm participação efetiva para implementar uma solução de País que não segue a lógica de mercado.

Então, a primeira colocação que eu gostaria de fazer aqui, em nome da Abinee, é dizer que a indústria brasileira está pronta, ela tem um parque portentoso, um parque com competência técnica e com manufatura local em plenas condições de atender o Brasil em todas as suas necessidades de inclusão digital, nos mesmos moldes utilizados pela Coreia. As mesmas tecnologias que existem lá existem aqui. É só uma questão de ajustar a forma para torná-las disponíveis dentro da nossa realidade, pois, evidentemente, tem que ser olhada a realidade brasileira. Mas a indústria está pronta.

Então, um dos elementos fundamentais para equacionar esse fosso que temos imposto às pessoas que moram em municípios mais carentes é justamente a indisponibilidade de meios de comunicação, mas a indústria tem condições de atender a essas demandas.

Evidentemente, há outras questões: a questão de sustentabilidade econômica, da impossibilidade de se transferir para a iniciativa privada a responsabilidade que ela não tem contratualmente, que é a de levar essa tecnologia mais moderna para esses mais de cinco mil municípios no Brasil, como o Senador comentou, que não têm essas facilidades. A iniciativa privada não tem capacidade de prover esses serviços que são cada vez mais importantes - volto a frisar -, se quisermos pensar num país grande.

Então, eu já estou tirando a Abinee, e vou aproveitar a oportunidade para colocar um posicionamento pessoal como cidadão brasileiro, como pessoa que trabalha há 25 anos na indústria de telecomunicações no Brasil. Já faço essa observação de que não falo

mais em nome da Associação, mas em nome pessoal, aproveitando a oportunidade, se o Sr. Presidente me permite.

Eu entendo e compreendo todos os paradigmas que foram colocados. Um dos paradigmas, só para simplificar a questão, é que custa R\$40,00 a assinatura básica, e as pessoas das classes D e E, os maiores interessados em ter essa disponibilidade de recursos mais modernos, ganham, em média, segundo o IBGE, R\$400,00 por ano, ou R\$500,00 por ano. É evidente que ou ele vive ou ele paga o telefone, mesmo o telefone convencional.

Outra coisa interessante é que a lógica do setor de telecomunicações é a única que não segue a lógica de qualquer outro mercado de qualquer outra indústria, por exemplo, o setor imobiliário. No ramo imobiliário, se você está perto do grande centro ou dentro de um grande centro de uma capital qualquer, são mais caros os imóveis. Se você se desloca para áreas onde vivem as pessoas de mais baixa renda, que são áreas mais afastadas, tudo é mais barato, e elas podem morar lá. Só que essas pessoas pagam mais por telecomunicações, porque estamos falando de R\$40,00 a assinatura, mas em área urbana. Se você sair da área urbana, que é onde está a maioria... Evidentemente, essa equação não fecha! Mesmo que nós levemos, por intermédio do Fust, serviços de telecomunicações para essa população, como é que ela vai pagar?

Então, há de se pensar em soluções que, na minha opinião - aí é pessoal -, pressupõem, como o Dr. Rogério comentou, uma ação coordenada em que o Estado tenha uma participação efetiva. Isso só será possível se o Estado fizer o primeiro movimento, como todos os países fizeram - eu citei a Coreia aqui, mas há outros exemplos -, para viabilizar uma infraestrutura que chegue a uma comunidade. E, a partir desse momento, pode-se abrir um espaço para que haja exploração comercial, não só dos serviços, com o arcabouço legal existente, mas até para o serviço futuro dessa mesma infraestrutura, que poderá ser também concedida por meio de um processo de licitação, de um processo de concessão.

Eu não vejo outra forma de transformarmos essa realidade - se me permite, Sr. Presidente -, senão voltaremos a discutir as mesmas coisas no próximo Governo, porque esses não são problemas presentes; infelizmente, são problemas perenes em nossa sociedade, e eu acho que, sem uma articulação que transcenda o único Ministério... Porque o Ministério aqui assumiu que não tem condições ou força de fazê-lo. Colocou aqui que houve risco de exoneração do próprio Ministro, com poucas semanas à frente do Ministério, talvez menos de 45 dias.

Então, há de se usar a força e a importância que tem este Senado Federal - eu concordo com o que mencionou o Dr. Joanilson -, há de se aproveitar a oportunidade de articulação da sociedade civil organizada, os atores aqui presentes, e o Brasil não tem que se envergonhar das dificuldades. Eu costumo dizer que não temos que se envergonhar de sonhar. O mesmo País que não tem condições de dar telefonia para as pessoas é o que tem indústria de ponta de aviação, é o líder em prospecção de petróleo, tem a maior empresa petrolífera do mundo. Quer dizer, com certeza, nós temos condições de fazer, sim, uma grande empresa de telecomunicações, complementar a essa que está aí.

A privatização teve um papel importante, que foi o de desonerar o Estado na prestação de serviços e melhorar a qualidade, baixar os custos e ampliar essa prestação. Mas parou nisso! Agora, qual é o próximo passo? É levar essas competências, essas capacidades, essas redes modernas para outras localidades. Não há obrigação. Não há presença do Estado nisso. Isso não é uma ação de mercado. Não acontecerá por uma ação isolada de mercado.

O que eu acho é que há a necessidade de haver uma articulação, o Governo tem que atuar, a sociedade também. Mas eu só queria colocar essa questão dos paradigmas. Nós temos vários paradigmas - educação, a taxa de renda -, mas todos eles são resolvíveis; o não podemos é deixar de sonhar, porque acho que o processo de transformação da realidade para um sonho, ou para um sonho diferente, passa por algumas etapas. A primeira etapa, para mim, é a indignação; nós, como sociedade, temos que nos indignar com essa realidade; enquanto não houver indignação, não vai haver transformação. O passo seguinte ao da indignação é o do inconformismo; você pode ficar indignado e conformado, como vi várias pessoas em outros fóruns mostrar indignação, mas conformismo: "É assim mesmo, o Brasil não dá certo, aqui é muito longe, a comunidade é muito distante". Não é verdade. Há soluções que resolvem esse problema.

A indústria fez um experimento no passado com a Anatel que mostrou meios de resolver esse problema. Então, a indignação e o inconformismo é que levam à ação de sonharmos juntos por uma realidade diferente no futuro e implementá-la. Não podemos deixar passar a oportunidade. Eu não sei se haverá outras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT - PR)

- Agradeço as palavras do Dr. Luiz Cláudio Rosa. Se o senhor me permite, eu até acrescentaria a suas etapas da indignação e do inconformismo o "vamos fazer juntos", quer dizer, a ação deve ser conjunta, pois juntos podemos.

Passo, em seguida, a palavra ao Sr. João Tranchesi Júnior, que é da Abranet - Associação Brasileira dos Provedores de Acessos, Serviços e Informações da Rede Internet, em que ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos.

O SR. JOÃO TRANCHESE JÚNIOR - Inicialmente, gostaria de agradecer a oportunidade que nos foi dada de estarmos presentes a este debate que foi, acredito, bastante elucidativo.

Como conclusão, acho que existe uma situação que ficou muito clara. Num País de tantas carências, nós estamos discutindo uma verba existente de R\$4 bilhões até o começo do ano - hoje já R\$4 bilhões e alguns milhões de reais e, provavelmente, até o meio do próximo ano, R\$5 bilhões. E confesso a minha ignorância, pois não sei desses números pessoalmente: não sei se esse é um valor suficiente para fazer a inclusão social, a extensão dos serviços de telecomunicações a todas as comunidades, desde a comunidade indígena mais carente, como lembrou o Senador, até aquela pequena escola no Vale do Jequitinhonha, como lembrou outro Senador. Pode ser que não seja suficiente, mas acho que há um volume de recursos mais do que razoável para que façamos esse necessário e criativo esforço de unir todos os atores desse conjunto para levarmos esse serviço a um maior número de brasileiros.

Aí eu gostaria de fazer uma observação. Os serviços de comunicação dependem de uma infra-estrutura, dependem de equipamentos, dependem dos serviços efetivamente prestados por concessionárias ou por não-concessionárias. Existem diversos serviços que estão absolutamente livres, como foram os serviços de provimento de acesso à rede Internet, serviços de comunicação da rede Internet, que nunca foram regulados no Brasil e que funcionavam, porque aí nós tivemos uma questão de economia de mercado. O problema da economia de mercado é que ela considera só o que é mercado, e nós estamos precisando estender serviços a futuros mercados ou àqueles que hoje não são mercados. E como se faz isso? Se faz isso por iniciativa do Governo, com a integração de todos os outros elementos da cadeia de valores adicionados, desde o produtor de conteúdo ao produtor do equipamento. Por isso, estranhei hoje - e não é crítica, senhores - que não estivesse presente um representante da Anatel a este debate. Acho que teria sido bastante conveniente.

Como sugestão, a Abranet se coloca à disposição desta Casa, em qualquer outro foro necessário, para trazer as idéias das contribuições que os provedores de serviços da rede Internet podem dar a este assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT - PR) – Agradeço a participação do Sr. João Tranchesi Júnior e recebemos a sugestão da participação da Anatel. Sem dúvida, deverá haver outras audiências públicas, e a Agência certamente estará presente como convidada em outra ocasião.

Concedo a palavra ao Dr. Rogério Gonçalves, Diretor de Assuntos Regulatórios da Associação Brasileira dos Usuários de Acesso Rápido – Abusar.

O SR. ROGÉRIO GONÇALVES – Gostaria de agradecer à Comissão pelo honroso convite e pela oportunidade de nós, usuários, virmos aqui falar ao vivo e a cores para todo mundo.

Aproveito para comentar a afirmação do Dr. João Tranchesi de que o Fust não é só para levar telecomunicação à comunidade remota; ele é também para levar emprego para essas comunidades e poderá gerar conteúdo local nesses lugares, poderá gerar mão-de-obra para consertar computadores, para montar computadores, para cuidar das antenas, para tudo que agregue bens à prestação dos serviços de telecomunicações. Então, a verba do Fust é muito mais importante, vai muito além do que simplesmente levar Internet, levar telefone para as pessoas; ela agrega muito valor às comunidades.

Outro ponto que eu gostaria de destacar é quanto à atitude do Ministério das Comunicações. O Dr. Luiz Cláudio citou aí o exemplo do Hélio Costa, que ficou ameaçado, não sei o quê, porque o *site* fez protesto. No entanto, está em vigor a Lei nº 9.649, que dispõe sobre a atribuição legal do MiniCom de regulamentar, fiscalizar e proceder as outorgas na área de telecomunicações. Então, quanto ao fato de o Ministro Hélio Costa não tomar uma atitude imediata, não cair mesmo dentro, encarar essa briga com a Anatel, independentemente dos resultados que possam advir disso, é importante dizer o seguinte: o fato de ele não exercer a sua competência legal, de acordo com a nossa lei, é prevaricação. Isso poderia motivar que o cidadão entrasse com processo de crime de responsabilidade contra ele, o que seria muito pior do que quatro mil ou não sei quantas mil assinaturas de protesto num *site* da Internet. É bom que fique claro isto: é dever do MiniCom assumir a iniciativa de fazer o projeto do Fust andar. Ele tem que providenciar as regulamentações necessárias e fazer realmente isso andar, porque a competência é única e exclusiva dele. À Anatel, de acordo com a Lei nº 9.998, compete apenas implementar as políticas estabelecidas pelo MiniCom.

Então, acho que o Ministério tem que ser cobrado, sim. Se não têm quadros, não têm recursos, não têm meios, ele que arrume os meios, porque a Lei nº 9.649 precisa ser cumprida, e a Lei nº 9.998 também.

É isso que tínhamos a dizer, e agradecemos a atenção de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT - PR) – Já solicitamos à assessoria técnica do Senado, que está aqui presente também, para que, em função das várias observações, mas particularmente em relação à questão da assinatura básica, já faço o detalhamento do estudo em função da denúncia apresentada, em eventuais dúvidas, entre em contato com o Dr. Rogério Gonçalves para os esclarecimentos necessários, a fim de que haja os encaminhamentos decorrentes desta audiência pública.

Esta audiência foi das mais proveitosas e contou com a participação muito adequada e brilhante de todos os expositores.

Agradeço a presença dos expositores e dos Srs. Senadores.

Lembro aos que estão participando desta audiência pública ou assistindo em todo o Brasil que a Comissão de Educação está aberta a receber sugestões e posicionamentos que visem a possibilitar que os resultados desta audiência sejam sentidos pelo Brasil.

Agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada esta audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 13h02min.)

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Ata da 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e 05ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 27 de setembro de 2005.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e vinte minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência e com a presença dos Senhores Senadores José Jorge, Teotônio Vilela Filho, Geraldo Mesquita, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte, Wellington Salgado de Oliveira, Íris de Araújo, Valdir Raupp, Sérgio Cabral, Ney Suassuna, Aelton Freitas, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sérgio Zambiasi, Marco Maciel, Romeu Tuma, Lúcia Vânia, Luiz Otávio, Delcídio Amaral e Antônio Carlos Valadares, reúnem-se a Comissão de Educação, a Subcomissão Permanente

de Cinema, Teatro e Comunicação Social e a Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Jorge Bornhausen, Maria do Carmo Alves, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Gerson Camata, José Maranhão, Gilberto Mestrinho, Mozarildo Cavalcanti, Papaléo Paes e Fátima Cleide, que justifica a ausência. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, registra a presença, para acompanhar a audiência pública, da Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT) não membro da Comissão, do Deputado Federal Sandes Júnior (PP/GO), do Ex Deputado Freire Júnior, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério das Comunicações, dos Senhores Igor Villas Boas, Roberto Pinto Mateus e José Vicente, Assessores do Ministro das Comunicações, do Senhor Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações e do Senhor Dione Craveiro, Diretor da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, submete à Comissão e às Subcomissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 017-CE de 2005, Requerimento nº 001-SCTC de 2005 e Requerimento nº 010-SCT de 2005, de autoria do Senhor Senador Sérgio Cabral e do então Senador Hélio Costa, que tem como objetivo discutir a Implantação da TV Digital no Brasil. Comparece à Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Sérgio Cabral, autor do Requerimento e Presidente da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, Romeu Tuma, Roberto Saturnino, Leonel Pavan, Wellington Salgado de Oliveira, Reginaldo Duarte, José Jorge, Íris de Araújo e Antônio Carlos Valadares. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Augusto Botelho, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Pre-

sidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador Augusto Botelho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação; Senador Sérgio Cabral, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social; Senador Flávio Arns, Presidente da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Havendo quórum, declaro aberta hoje, 27 de setembro, terça-feira, a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, 7ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social e 5ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

Ouviremos hoje a exposição do Sr. Ministro Hélio Costa, em razão de um requerimento feito pelo então Presidente, Senador Hélio Costa, e Senador Sérgio Cabral, para que o Ministro das Comunicações viesse aqui fazer uma exposição sobre a implantação da TV Digital no Brasil.

Sr. Ministro, V. Exª tem trinta minutos para sua exposição e mais o que for necessário.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Inicialmente, quero cumprimentar o Presidente Augusto Botelho e dizer que recebi uma ligação, hoje pela manhã, do meu querido amigo, Senador Gerson Camata, dizendo que está lá no Espírito Santo esperando a chegada do Presidente da República para com ele viajar para o norte do Estado. S. Exª está se desculpando por não estar aqui presente, para participar conosco desta audiência sobre a TV Digital.

Ao mesmo tempo, quero dizer as Srªs e aos Srs. Senadores o quanto me sinto feliz e orgulhoso de estar aqui nesta Comissão de Educação e Comunicações, que me deu o privilégio de sentar nesta cadeira, conduzir os seus trabalhos e participar com V. Exªs de uma extraordinária aventura, de um extraordinário momento para mim, em especial.

Para me ajudar a expor a questão da TV Digital, trouxe dois assessores que são especialmente competentes tecnicamente e que vão estar disponíveis, a qualquer momento, para que possam esclarecer algum detalhe técnico. O primeiro deles é o Dr. Igor Villas Boas de Freitas. Ele é, na realidade, um assessor do Senado Federal e que está indo para o Ministério das Comunicações, especialista que é no setor de telecomunicações, especialmente da TV Digital. Todos os trabalhos que foram feitos, no Senado, sobre a TV Digital são assinados pelo Dr. Igor Vilas Boas.

Trago também o Dr. Roberto Pinto Martins, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações e que está aqui conosco. Ele é um técnico que veio do Ministério da Ciência e Tecnologia e que está conosco no Ministério exatamente pelo seu farto, pelo seu enorme conhecimento do setor.

Também está me assessorando o Diretor do Departamento Jurídico do Ministério das Comunicações, Dr. Marcelo Bechara, que, apesar de toda a sua juventude – está sentado na primeira cadeira ao lado –, é um especialista no setor de telecomunicações e comunicações, com um currículo invejável, como de resto todos os outros assessores que levamos para o nosso Ministério das Comunicações.

Está aqui ainda o meu querido amigo, chefe do meu gabinete aqui no Senado, José Vicente, que me acompanha em todas as minhas participações nesta Comissão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho que informar a cada um, em primeiro lugar, da extraordinária festa, do evento espetacular que me levou a São Paulo, ontem, fazendo-me chegar a Brasília, às 3h30min. Refiro-me ao lançamento do rádio digital. Ao abrir esta audiência pública, quero fazer menção ao extraordinário sucesso que foi o lançamento, ontem, em São Paulo, do lançamento do rádio digital, com a presença de representantes de radiodifusores de todo o Brasil, organizados pela Abert e pela Associação de Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo.

Fomos representando o Presidente da República, e é o marco inicial, deste ano, no Ministério das Comunicações, esse procedimento que dá às emissoras do Brasil condições técnicas de começarem a fazer o rádio digital.

Depois de 84 anos no Brasil, o rádio, que é esse extraordinário veículo de comunicação, tem essa capacidade de se renovar de tal forma, de uma maneira tão espetacular, que vamos ter uma nova era do rádio. É o começo de uma nova era para o rádio. O evento marcou o dia de ontem, que, na realidade, é quando se comemora o Dia do Rádio. E foi levado para São Paulo exatamente porque de lá surgiram as primeiras emissoras que se prontificaram a fazer o teste. Imediatamente, emissoras do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de várias capitais... Então, hoje, temos dez emissoras de rádio no Brasil já no procedimento de testar o rádio digital com as frequências que foram estabelecidas pela Anatel a pedido do Ministério das Comunicações.

Ontem à tarde, já éramos informados de que trinta emissoras, em várias capitais, já tinham feito solicitações à Anatel para também iniciar a sua participação nos testes do rádio digital. Conforme disse, uma nova

era, deixando bem claro que o rádio, esse extraordinário veículo de comunicação, tem agora, com a digitalização, uma nova vida pela frente. Começamos com as rádios AM, que estavam, certamente, precisando de um reforço para que pudessem reviver os momentos de glória do passado do rádio AM, que, de certa forma, foi ofuscado com a chegada do rádio FM, há cerca de vinte anos, e que agora tem essa injeção de tecnologia e de ânimo com a vinda do rádio digital.

Até mesmo sobre esse assunto, evidentemente, toda e qualquer questão que pudermos responder, até pela curiosidade que o assunto tenha despertado em todo o Brasil, estamos inteiramente à disposição.

Feito isso, vamos à descrição do Sistema Brasileiro da TV Digital, que é instituído pelo Decreto nº 4.901, assinado pelo Presidente da República no final de 2003, o que, na realidade, é o primeiro passo oficial do Governo para a criação de um sistema brasileiro de TV digital. Esse procedimento levou o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério das Comunicações a prepararem uma série de procedimentos técnicos que tinham de ser cumpridos.

No caso específico do Ministério da Ciência e Tecnologia, que é, juntamente com o Ministério das Comunicações, quem tem a capacidade de orientar a utilização dos recursos do Funtel, que são os recursos que patrocinam todo esse procedimento que vai instruir o processo da TV digital, foram feitas três cartas-convite. Essas cartas-convite foram colocadas exatamente para serem respondidas por aquelas instituições, por aquelas organizações públicas e privadas que quisessem participar, que quisessem tomar um rumo decidido na proposta que o Governo fazia para a criação de um sistema brasileiro de TV digital. Essas três cartas foram respondidas por cerca de cem instituições, que envolvem aproximadamente 1.200 cientistas e técnicos do Brasil inteiro. São universidades, institutos de pesquisa, organizações não-governamentais, participação direta do próprio Governo, das faculdades, das escolas públicas e particulares. Empresas de comunicação de todos os tipos participaram desse chamamento que foi feito pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, em conjunto com o Ministério das Comunicações, para então iniciarmos esse trabalho de pesquisa.

Tive a oportunidade, inclusive, de pedir à minha assessoria que preparasse a informação sobre quais os institutos, quais as instituições que estão participando ativamente do sistema, e posso garantir a todos os senhores que são as mais importantes universidades do Brasil, são as mais importantes instituições de pesquisa, coordenadas pelo CPqD, que é uma fundação, que no passado estava diretamente ligada ao Ministério das Comunicações e, depois, com a rees-

truturação do Ministério passou a ser uma fundação de pesquisa. O CPqD é que organiza esse estudo que está sendo realizado.

Temos estudos em andamento hoje no que diz respeito à transmissão e recepção, codificação, canal e modulação. Temos codificação de sinal-fonte, o chamado *middleware*, que é dispositivo que vai interligar a parte de *software* com a parte de *hardware*, ou seja, os equipamentos com aplicativos. Temos projetos de serviços e aplicações de conteúdos na área da saúde, serviços e aplicação de conteúdos em aplicações da TV digital, serviços e aplicações de conteúdo, codificações de sinal. Tudo isso compõe os estudos que estão sendo realizados.

Agora, para entender a necessidade desses estudos que estão sendo feitos pelas universidades, pelos institutos de pesquisas, é importante levar em consideração que a TV digital é composta de um conjunto de produtos, são produtos instrumentos eletrônicos e são produtos de programas de computador.

Quando nós, no passado, há cerca de dois anos, tivemos a informação de que o Governo estava desenvolvendo um padrão de TV digital, isso acabou por trazer, de certo modo, uma certa confusão até no meio acadêmico e, principalmente, junto à população de modo em geral, porque ficou parecendo que o Brasil estava partindo para fazer o desenvolvimento de um padrão de TV digital.

Ora, na realidade já tínhamos em andamento, há cerca de cinco anos, o desenvolvimento de um padrão de TV digital japonês, já tínhamos um padrão já pronto de TV digital da Europa e tínhamos um padrão de TV digital americano. Cada um desses padrões, excepcionalmente o padrão de TV digital, custou em torno de US\$2 a 3 bilhões. E cerca de 5 a 10 anos para ser desenvolvido.

Então, é evidente que quando nos dispusemos a fazer um sistema brasileiro de TV digital, não estávamos dizendo que iríamos desenvolver um padrão brasileiro de TV digital. Há uma diferença muito grande entre as duas coisas. O que estamos, na realidade, fazendo é usando todos os recursos da tecnologia brasileira, a capacidade dos técnicos brasileiros, a criatividade dos nossos cientistas, para que eles possam contribuir dentro da pirâmide de produtos técnicos e de *softwares* que vão compor a TV digital com o produto brasileiro.

Por exemplo, quando se fala em compor esse conjunto de produtos da TV digital, temos que ter produtos de modulação. Então, produtos de modulação, conforme eu disse, o sistema americano que é o 8VSB, tem o sistema europeu, que também é o sistema japonês, praticamente em conjunto os dois, que se chama COFDM.

Esse produto é o mais importante da TV digital, aquele que, na realidade, vai fazer com que a TV digital exista. Estamos, neste momento, com uma pesquisa sendo realizada pelo Instituto Mackenzie, em São Paulo, que está avançada no sentido de mostrar uma grande contribuição brasileira no sistema de modulação da TV digital.

Esperamos, evidentemente, que lá na frente possamos vir a utilizar o desenvolvimento da modulação brasileira. Não quer dizer que possamos fazer isso a partir de janeiro, mas, eventualmente, vamos poder utilizar um produto brasileiro em modulação.

Da mesma forma, dentro desse conjunto de produtos da TV digital, é preciso ter o transporte, que é feito por meio de produtos que todos conhecemos. Cada um de nós que já mexeu com computador e sabe o que é MPEG-2, 3 e 4, sabemos que o transporte da TV digital é feito com um arquivo chamado MPEG-2.

Bom, esse arquivo serve para todos os sistemas: serve para o sistema americano, europeu e japonês. Então, é evidente que nós, no Brasil, não vamos tentar inventar um MPEG qualquer outra coisa se já temos um sistema que atende ao sistema japonês, americano e europeu. Então, o MPEG-2 é o produto que vai compor essa cesta da TV digital, porque é reconhecido internacionalmente. Ele está aprovado pela convenção internacional, ele passa por todos esses setores de aprovação e chancela dos produtos digitais no mundo inteiro.

Da mesma forma, para fazer a TV digital, é necessária a compressão do áudio, do vídeo. Isso tudo também é feito através de programas de computador. Nós temos o MPEG-2, temos o sistema *Dolby* americano, temos um sistema europeu que usa o MPEG-2. Estou tentando colocar aqui, de uma forma menos técnica possível, o que é o conjunto desses produtos que compõe a TV digital.

São todos produtos conhecidos, que podem evidentemente ser licenciados para o sistema brasileiro de TV digital. Não há, dentro da comunidade científica brasileira, a pretensão de se criar um sistema já existente. Pelo contrário, o que estamos querendo é encontrar caminhos onde possamos colaborar. Por exemplo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro está desenvolvendo um sistema de MPEG-4, que tem melhor compressão de áudio do aquele que está sendo, neste momento, sendo montado para fazer o sistema europeu de TV digital.

Se, amanhã, nós conseguirmos registrar internacionalmente esse MPEG-4, que está sendo desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é claro que ele vem compor essa cesta de produtos do nosso sistema de TV digital. Se ele ficar pronto em

janeiro, ele entra. Se ele não ficar pronto em janeiro, ou fevereiro, vamos usar o sistema europeu e, depois, vamos substituí-lo pelo produto brasileiro.

Da mesma forma é o chamado *middleware*, que é esta interação entre a parte eletrônica e a parte evidentemente dos produtos de *softwares* dos computadores. Esse *middleware* é o que nos dá a chance de podermos discutir tanto com os japoneses, quanto com os europeus e os americanos, qual vai ser a participação brasileira no modelo que queremos para a TV digital, modelo de negócio que precisamos para a TV digital no Brasil. Na verdade, temos capacidade tecnológica para criarmos esse instrumento, começando inclusive com aquela caixinha que vai ser colocada no topo de cada televisor, na sua residência, para que o televisor, que for analógico, venha a funcionar como um televisor digital.

Na realidade, hoje, o que é que acontece? Os aparelhos de televisão produzidos no Brasil são feitos com um número mínimo de linhas para atender à demanda do mercado. Então, nós temos aparelhos de 450 linhas, que tecnicamente têm acrescentados mais 75 linhas, fazendo o sistema, que normalmente comporta o sistema chamado Pal-M, o sistema brasileiro de cor, com 525 linhas.

Esses aparelhos todos são analógicos. Eles só recebem informações analógicas. Para ele receber uma informação digital, da TV digital que será implantada no País a partir do ano que vem, ele precisa ter uma caixinha, como se fosse aquela da TV a cabo, que vai receber através de uma antena, no topo da sua casa, ou até mesmo aquela antena interna, que até há pouco tempo existia, para que possa converter as informações digitais que está recebendo, pois ele não as recebe mais. O som por AM, que acontece na televisão comum, não recebe imagens analógicas, como acontece na televisão comum. Ele recebe 0 e 1, informações digitais, converte essas informações em imagens e sons, só que, ao converter, ao transformar zeros e uns em imagens e sons, ele vai estar transformando isso em imagens e sons digitais. Ou seja, o som que você vai ter é o mesmo daquele DVD rodado em casa; a imagem é a de um DVD na sua casa. Essa é a grande transformação, a grande revolução.

Nós podemos participar desse modelo de negócio. Aqui, a política industrial brasileira tem de entrar. Eu já conversei na semana passada com o Ministro Furlan, do Ministério do Comércio Exterior, porque é importante saber se os americanos estão dispostos a vir conversar conosco e se querem vender o seu modelo de TV digital, se eles querem vender para nós o seu produto de modulação, que é caríssimo. Ele, na

realidade, é determinado pelo número de telespectadores que se vai ter no País.

Então, a cobrança, normalmente, vai ser como se faz na TV a cabo. Se houver 30 milhões de telespectadores, vai haver uma cobrança de 0,1 centavo de dólar, possivelmente, em cima da aplicação nesse sistema da TV digital. Quer dizer, queremos discutir com os americanos, com os japoneses e com os europeus qual a nossa participação. Se temos condição de fazer em São Paulo, no Rio de Janeiro, ou em Minas Gerais – diga-se de passagem, temos inclusive um projeto em andamento em Santa Rita do Sapucaí, fazendo a caixinha que vai fazer a conversão do analógico para o digital –, será que eles estarão dispostos a comprar a nossa caixinha? Porque estamos falando em poder fornecer milhões e milhões dessas caixinhas para o mundo inteiro, para aqueles que, certamente, vão adotar o sistema de TV digital.

Evidentemente, temos de tomar algumas precauções, porque nós já temos os conselhos: o conselho gestor, o conselho consultivo, que envolve toda a estrutura da empresa de televisão no Brasil, os próprios representantes dos pesquisadores. Estamos tentando, através desses conselhos, mostrar que, em alguns lugares, ocorreram erros.

Por exemplo, na Europa, ao se determinar o modelo da TV digital, determinaram errado o modelo da caixinha. Então, ela veio para atender, na realidade, o *standard definition*, ou seja, a definição *standard* da TV digital, que é o SD TV. Quando lançaram o HD TV, na Europa, ou seja, a TV de alta definição, tiveram que trocar todas as caixinhas, porque ela não comportava os dois sistemas. Ela recebia a definição *standard*, mas não recebia televisão de alta definição.

Então, a nossa proposta é que, por mais que se faça um sacrifício agora, nós queremos ter uma posição de não precisarmos ficar nessa eventual necessidade de ficar trocando equipamentos.

A preocupação do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e de toda a sua equipe técnica é a de que a transição da TV analógica para a digital não seja impositiva. Não posso impedir que uma pessoa receba as imagens de televisão na sua casa, porque estamos com a preocupação de colocar no Brasil a TV digital.

Então, essa interação tem de existir e vai existir, de cinco a dez anos, o procedimento em que nós transmitimos analogicamente, ou seja, a mesma imagem que o telespectador sempre recebeu na sua casa, mas vamos transmitir também digitalmente. Se o indivíduo quiser, poderá comprar, na sua casa, um televisor de 1.080 linhas, de alta definição, coloca a caixinha para receber – normalmente, esses televisores nem precisam da caixinha, porque eles já vêm preparados para

a TV de alta definição – uma imagem espetacular, um som igualado ao CD e, evidentemente, vai estar participando ativamente da digitalização da televisão.

Acredito que a grande contribuição que o Brasil pode dar é exatamente nos aplicativos, porque temos uma indústria de *software* no nosso País, que, lamentavelmente, ainda não é reconhecida mundialmente como deveria. Por exemplo, se investirmos, colocarmos cada vez mais recursos dentro da produção dos *softwares* que vamos precisar para a TV digital, vamos fazer uma verdadeira revolução industrial e científica neste País à luz do que se faz através da TV digital.

Veja o que aconteceu na Índia, por exemplo. Esse país é um grande produtor de programas de computação. Talvez seja o maior produtor de programas de computador do mundo. Temos toda a capacidade técnica no Brasil de fazer rigorosamente a mesma coisa, e não estamos explorando esse extraordinário potencial do nosso povo e da nossa gente, principalmente dos nossos jovens.

Tenho sido extremamente criticado, porque tenho assumido algumas posições que vão contra alguns interesses, alguns *lobbies* muito fortes e poderosos neste País, principalmente no que diz respeito às grandes empresas de telefonia multinacionais.

Vejam só que coisa curiosa. Cada telefone desse aí se propõe, com a própria televisão digital, a receber um canal de televisão em qualquer lugar que se vá, porque ele vai dar mobilidade. Pode-se ter a imagem digitalizada no aparelho celular; onde se estiver, pode-se-á ver o programa preferido. A Bandeirantes, inclusive, está fazendo experiências em São Paulo nesse sentido, mas não temos legislação sobre isso.

Então, toda a vez que eu digo que precisamos fazer leis para regulamentar a utilização desses extraordinários recursos que a telefonia, juntamente com a comunicação, pode fornecer, sou criticado, porque estou ferindo interesses poderosos de algumas grandes empresas, notadamente na área de telefonia.

Agora, eu esperava que essas empresas pudessem dar-nos serviços. Por exemplo, para você produzir essas imagens num pequeno celular você usa normalmente o sistema Java. Ora, sabe onde esse programinha, esse sistema Java do telefone é feito? Na Índia. Se exigíssemos das companhias que fizessem esse programa no Brasil, você estaria criando milhares de empregos, dezenas de empresas que poderiam estar trabalhando dentro desse sentido.

E, lamentavelmente, essas coisas é que podem e devem ser vistas pelo Congresso, têm que ser colocadas em pauta, discutidas e não simplesmente deixar que essa moderna tecnologia seja usada do jeito que querem as empresas, como querem, sem dar bola

para ninguém, sem dizer o que estão fazendo, como é que estão fazendo.

E quando aparece um ministro que diz “isso tem que ser regulamentado”, ainda ganha editorial num determinado jornal de São Paulo, dizendo que é um retrocesso. Retrocesso porque estou ferindo os interesses corporativos, e ninguém vai me intimidar nesse sentido.

Bom, vejo que, do ponto de vista do que tecnicamente estamos fazendo, esses aplicativos, que são, conforme disse, a última etapa nessa pirâmide da composição dos produtos da TV digital, esses aplicativos são o caminho para a participação brasileira ampla no sistema brasileiro de TV digital. Tenho certeza de que poderíamos praticamente assumir esse modelo com a América Latina, podemos vender os nossos produtos na Europa. Precisamos investir nesse procedimento, porque é aí que está o nosso talento, onde mais rapidamente vamos obter sucesso.

Tudo me leva a crer que estamos no caminho certo com as pesquisas que estamos realizando. O Brasil, o governo do Presidente Lula já destinou R\$38 milhões para o consórcio do sistema brasileiro de TV digital para que as três cartas-convite que foram apresentadas e que estão sendo desenvolvidas pelas universidades, pelos centros de pesquisas, pelos engenheiros e cientistas brasileiros, possam ter efeito.

Diga-se de passagem, estamos hoje anunciando oficialmente o comprometimento do governo de mais R\$12 milhões para que esses estudos sejam complementados e para que sejam finalizados até o dia 10 de dezembro, data estabelecida para o encerramento das discussões desses procedimentos que vão direcionar a maneira como serão tomadas as decisões para a TV digital.

A partir do dia 10 de dezembro, o governo deve receber esse relatório do consórcio que está fazendo as pesquisas do sistema brasileiro de TV digital. O governo tem sessenta dias para, em cima daquele relatório, decidir quais os produtos que vamos utilizar no nosso sistema. Aí, sim, vamos saber se foi desenvolvido um sistema de modulação brasileiro. Nesse caso, vamos usar o sistema brasileiro. Se foi desenvolvido um sistema de compressão de áudio e vídeo em um desses laboratórios que participaram da pesquisa, usaremos o sistema brasileiro. O transporte será feito assim. Quais os programas da interatividade que vamos ter? De que maneira vamos aplicar esses programas dentro desse conteúdo da TV digital?

Ao mesmo tempo, não podemos mais evitar a necessidade de se fazer a TV digital a partir do primeiro semestre do ano que vem, porque precisamos da TV digital para que possamos fazer uma grande rede de

educação neste País, uma grande participação popular na televisão, uma grande interatividade por meio da televisão. Queremos fazer, ao contrário do que os europeus e os americanos estão fazendo com a TV digital, que é simplesmente produziu uma belíssima imagem digitalizada, a HDTV, queremos que no Brasil ela seja um instrumento de cultura, de informação, de democratização do sistema de comunicação nacional.

Então, essa tem sido a nossa preocupação. A decisão que será tomada sobre qual o padrão que será utilizado no sistema brasileiro de TV digital envolve diretamente as emissoras de televisão, as empresas de televisão.

Por essa razão – e também tenho sido criticado neste sentido –, tenho feito reuniões setoriais com os dirigentes das emissoras de televisão no Brasil. Foi a primeira vez na realidade que fizemos isto, chamamos os dirigentes, não só os técnicos dessas emissoras, mas os donos das emissoras, porque queremos saber se eles estão em condições de fazer os investimentos que a TV digital exige. Quer dizer, nós estamos falando de investimento de um, dois, três milhões de dólares. No Brasil, nós vamos gastar R\$1 bilhão para fazer a digitalização com as empresas. Imaginem, por exemplo, uma empresa de televisão que retransmite uma determinada rede em uma região. Essa região tem 180 cidades e cada uma dela tem que ter uma RTV, uma retransmissora de televisão. Para fazer a digitalização – e nós estamos falando da digitalização terrestre –, tem de digitalizar a empresa principal que é a geradora e depois tem que digitalizar cada uma das retransmissoras nas 180 cidades.

Então, V. Ex^{as} imaginem o investimento que vai ser feito nesse sentido. Quer dizer, nós entendemos que o procedimento será começar pelas capitais, depois as cidades pólo com mais de quinhentos mil habitantes, trezentos mil habitantes, chegando pelo interior. Eu entendo que, no espaço de cinco a dez anos, teremos condições de fazer esse procedimento.

A minha sugestão é que estamos no caminho certo. Nós estamos agora com data marcada para fazer o início da TV digital funcionar no País. Nós temos a certeza de que estamos no procedimento certo. E eu gosto de fazer algumas comparações no sentido de simplificar, até mesmo para benefício dos nossos telespectadores da TV Senado, qual é a relação, na realidade, entre a composição dos produtos da TV digital, no que diz respeito à modulação, no que diz respeito à transmissão, no que diz respeito ao *software* que vai interligar essas partes, e o Sistema Brasileiro de Televisão Digital.

Veja só, é mais ou menos o que aconteceu com uma empresa brasileira que para nós todos é motivo

de muito orgulho, que representa quase quatro bilhões de vendas ao exterior que é o caso da Embraer. A Embraer, na realidade, hoje, é reconhecida pela sua extraordinária capacidade de fazer um produto nacional colocado no mundo inteiro. Ela faz o avião, mas o sistema de modulação dela, que são as turbinas, vai buscar lá fora. Por quê? Porque não tem economia de escala. Quer dizer, ela não tem como produzir, com resultados financeiros corretos, trezentas turbinas de avião. Então, ela tem que comprar de alguém que produza três mil turbinas de avião. Então, o que ela faz? Ela produz um belíssimo avião, mas as turbinas, que são o coração do avião na realidade, é o sistema de modulação do avião, ela compra lá fora, senão o avião dela não tem condição de competir no mercado.

É mais ou menos o que nós estamos vendo acontecer agora com a TV digital. Nós estamos prontos. Se, amanhã, a Embraer conseguir produzir uma turbina para o seu avião em condições de competir no mercado internacional, certamente ela vai usar a turbina brasileira. Enquanto isso não acontecer, ela usa turbina importada. É mais ou menos o que vai acontecer com a nossa TV digital.

Eu acho que já passei um pouquinho do nosso tempo, Sr. Presidente, então eu vou deixar mais para que os meus colegas e colegas possam, evidentemente, brincar com as suas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Os Srs. Senadores terão cinco minutos para fazer as perguntas e o Sr. Ministro cinco minutos para responder e dois minutos para réplicas.

As inscrições já estão abertas. Pela ordem de inscrição, o Senador Sérgio Cabral, autor do requerimento, é o primeiro.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente desta reunião, Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, eminente Ministro e Senador Hélio Costa, o interessante é que sou autor desse requerimento junto com o Senador Hélio Costa. Assinamos juntos o requerimento convocando autoridades do Executivo para debater esse tema.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Eu espero ter correspondido à sua expectativa.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Correspondeu e muito, Ministro Hélio Costa.

Eu vou fazer algumas observações, Senador Augusto Botelho, muito à vontade. Eu sou Senador pelo mesmo Partido que o Senador Hélio Costa, o PMDB, sou 1º Secretário da Executiva Nacional do PMDB, mas sempre tive uma postura nesta Casa de independência em relação ao Governo do Presidente

Lula, com muito respeito, mas não de alinhamento ao Presidente. Então, falo muito à vontade sobre o Ministro Hélio Costa.

Primeiro, quero parabenizá-lo, Ministro, pela sua postura em relação a algumas questões da vida como ela é, do brasileiro comum que precisa ter uma autoridade com a visão que V. Ex^a está tendo das relações de consumo entre produtos oriundos das telecomunicações e o cidadão comum.

Na questão da telefonia, por exemplo, o Brasil avançou muito nesses últimos anos, e há que se reconhecer. Entretanto, do ponto de vista do consumidor, creio que o legislador esqueceu de muitos pontos em defesa desse consumidor. V. Ex^a, recentemente, chamou a atenção de um ponto fundamental em relação à telefonia fixa, que é a cobrança da assinatura básica. Fiz coro a V. Ex^a e quero parabenizá-lo. Fui Relator no Senado de um projeto que está tramitando na Casa, em defesa da extinção dessa barbaridade que é a assinatura básica. É muito interessante ver grandes grupos empresariais defenderem o livre mercado, mas, ao mesmo tempo, defenderem um cartório, uma exploração contra o cidadão brasileiro, que é a cobrança da taxa da assinatura básica. Isso não existe. Isso é uma vergonha.

Então, V. Ex^a está de parabéns pela sua postura! A luta em relação à telefonia celular, do cartão e do prazo de validade do cartão, é um escárnio, um deboche. E V. Ex^a vem defendendo a flexibilização desse prazo com muita contundência. Parabéns por colocar o prestígio de V. Ex^a e do Ministério que ocupa em defesa do consumidor!

V. Ex^a tem características que me parecem perfeitas para o lugar que ocupa. V. Ex^a é jornalista, foi um grande jornalista, um grande repórter e tem prazer de dizer que foi repórter de televisão. V. Ex^a é um cidadão do mundo, conhece o mundo, conhece comunicação, viveu as agruras de colocar no “ar” uma matéria, viveu as agruras de conviver com equipamentos e com conteúdo. V. Ex^a, então, conhece bem o assunto. V. Ex^a junta duas características: a mineirice de Barbacena e os anos que passou na cidade mais cosmopolita do mundo que é Nova York.

E parece-me que V. Ex^a está no caminho certo, sendo pragmático, sem uma visão xenófoba, uma visão que, na década de 60, levou o Brasil a se atrasar na questão da informática com a reserva de mercado, mas, ao mesmo tempo, sem uma visão *laissez-faire*, *laissez-passé*, viva o mercado e o Governo não tem nada a ver com isso. Ao contrário, V. Ex^a está preocupado em incluir o Governo, em incluir a sociedade, em incluir a Inteligência brasileira, a Academia Brasileira nesse processo e tirar o que for de melhor, de provei-

to, para a economia brasileira e para a Inteligência brasileira.

Concordo com V. Ex^a de que tem que ter prazo. A pior decisão para uma sociedade é a não decisão. Quando se criam muitas comissões e conselhos e não se decide, quem sai perdendo é o cidadão comum.

Tivemos o início da Rádio Digital, ontem, com eventos em São Paulo. Estamos tendo de V. Ex^a palavras que me deixam muito otimista em relação ao pragmatismo do prazo e do compromisso com o resultado.

O que eu pergunto a V. Ex^a é o seguinte: levando em consideração que a tecnologia digital é uma tecnologia que permite um campo multifacetado, tanto no rádio quanto na TV, no uso da comunicação, no uso do mercado, no uso da educação, enfim, na interação entre o consumidor, o cidadão e o veículo, quais são as perspectivas do Ministério, tanto em relação à rádio digital, quanto à TV digital em relação à política de concessões para os veículos? Altera-se? Com a rádio digital, parece-me que há uma multiplicidade de possibilidades de novas emissoras de rádio. Parece-me que, em relação à TV, pode também ocorrer o mesmo.

Ao mesmo tempo em que se discute a tecnologia, que se discute a modalidade, se européia, se japonesa – e vejo que V. Ex^a está flexível, querendo aproveitar o que há de melhor de cada sistema para compor o sistema brasileiro –, eu pergunto: quais são as perspectivas quanto à concessão? O que se pode vislumbrar no curto, no médio e no longo prazo quanto à concessão de novos veículos nestes dois segmentos: rádio e TV?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Muito obrigado, Senador Sérgio Cabral, primeiro, pelas suas palavras tão elogiosas à minha carreira de jornalista...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Merecidas. Como homem público.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – É muito grande a honra minha de estar ao seu lado aqui, no Senado da República.

Eu gostaria de fazer, antes de entrar na pergunta específica, menção a dois pontos em particular que V. Ex^a citou, que é a questão da telefonia fixa.

Infelizmente, nós estamos, conforme V. Ex^a disse, numa situação quase de barbaridade no setor, porque nós temos uma comparação a ser feita com o que existia há cinco anos. Há exatamente cinco anos, tínhamos quarenta milhões de telefones fixos no País e tínhamos vinte milhões de telefones celulares. Hoje, cinco anos depois, continuamos tendo quarenta milhões de telefones fixos – em algumas pesquisas dizem até que caíram para trinta e oito milhões –, enquanto que

o telefone celular foi para setenta e cinco milhões de aparelhos no País.

Então, o que é que aconteceu? O telefone celular foi substituindo a telefonia fixa. E por quê? Porque, na visão mais simples que se pode ter do que aconteceu na telefonia fixa, o pobre está pagando pelo telefone do rico. Veja só, quando o cidadão contrata um telefone para sua casa, quando faz a habilitação do telefone, ele paga R\$40 pelo telefone mensalmente. Mas, nesses R\$40, estão embutidos quatrocentos minutos.

Como o trabalhador tem medo de tocar no telefone, porque só de tirar o telefone do gancho ele paga quatro minutos e, se falar, paga mais quatro, então, para dizer “alô! Oi, estou chegando para o almoço”, paga oito minutos, ele não toca no telefone. O telefone dele é chamado de pai-de-santo: só recebe. Ele não é usado para falar.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Permita-me, Sr. Ministro! Para o bem da população, vem aí a tecnologia VoIP...

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Isso. Nós vamos chegar lá. Do outro lado, em comparação, aquele usuário da telefonia fixa que pode pagar, que ganha seis, sete salários, na realidade, usa os quatrocentos minutos que estão embutidos na mensalidade, na assinatura básica, e ainda usa mais duzentos, trezentos minutos. Então, a média que o trabalhador paga pelo minuto é de R\$0,56, enquanto que a média da classe média alta é R\$0,16 pelo minuto de telefone. Veja só: o pobre paga pelo telefone do rico.

Em vista disso, nós reunimos as empresas de telefonia, no Ministério das Comunicações, fizemos três reuniões importantíssimas de onde conseguimos extrair várias propostas das empresas de telefonia. E nós estamos para anunciar amanhã, Senador Sérgio Cabral, um grande passo com relação à telefonia fixa no País. Eu até, como vim de Minas Gerais esta semana, já deixei a manchete do **Estado de Minas** mais ou menos aqui, porque dei uma entrevista lá e já conseguimos este resultado extraordinário, que é a redução de, no mínimo, 50% para a assinatura básica do telefone para aquelas pessoas que têm uma renda entre dois e três salários mínimos. Veja só o que é que significa isso: nós vamos poder colocar mais vinte milhões de telefones no mercado.

E a minha sugestão é exatamente em função... Tenho conversado muito com as empresas de telefonia porque esta semana a revista **The Economist**, a mais importante revista econômica do mundo, traz esta capa: como é que a Internet matou as empresas de telefone, as companhias telefônicas. Matou por quê? Porque, lamentavelmente, elas não quiseram entender a revolução a que se refere o Senador Sérgio Cabral

que é a telefonia Voz sobre IP. Ou seja, eu tenho o meu computador, coloco um programinha nele, falo com o mundo inteiro de graça. Evidentemente que interligo todos os meus amigos, todos os meus parentes, todas as pessoas que conheço. Se for uma empresa, todos os meus escritórios...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – E hoje, com a tecnologia *wireless*, não precisa nem conectar no computador. Com um *access point* você tem esse serviço.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Então, na realidade, nós estamos no limiar de uma grande revolução na telefonia. Agora, felizmente, as empresas de telefonia estão entendendo a proposta do Ministro das Comunicações. O que nós queremos na realidade é ajudar as empresas a encontrar um novo mercado, porque, na medida em que elas vão perdendo o mercado a e b, que está passando para a telefonia Voz sobre IP, elas têm que conquistar o mercado C, D e E, que é exatamente o do trabalhador.

Eu vejo que nessas últimas semanas as empresas começaram a trabalhar no sentido de encontrarmos uma solução, e não simplesmente “jogar pedra” e dar “pancada” no Ministro das Comunicações.

Respondendo ainda à sua pergunta, quando você falou sobre a visão de mercado e a restrição do mercado que aconteceu no passado, quando tivemos de decidir que tipo de televisão em cores teríamos no Brasil, é importante lembrar que a decisão errada daquela época, quando nós, ao invés de assumirmos um padrão europeu ou um padrão americano, decidimos pelo Pal-M, foi uma decisão tão isolada que, até hoje, só existem dois países que tem o sistema Pal-M: o Brasil e o Laos. Agora, não me perguntem por que o Laos tem, porque eu não tenho a menor idéia por que o Laos tem um sistema Pal-M. Possivelmente, deve ter passado algum Ministro brasileiro muito competente no Laos e conseguiu vender para eles uma coisa impossível de ser vendida.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Duas ditaduras, dois regimes militares, de visões diferentes.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Possivelmente. Possivelmente se entenderam maravilhosamente bem.

Agora, indo diretamente à sua pergunta, há duas observações técnicas a serem feitas no que diz respeito à questão de qual é o procedimento para as concessões de rádio e para as concessões de televisão.

Em primeiro lugar, a TV digital e o rádio digital envolvem um procedimento que tem de passar pelo Ministério das Comunicações e pela Anatel, que é a recanalização do sistema. Na televisão, tem seis canais no sistema VHS e tem, pelo menos, 100, 180 canais no

sistema UHF. Com a digitalização, está-se produzindo, na realidade, dezenas de outros canais. Vão se produzir inúmeros outros canais, mas há um detalhe: para se transmitir, hoje, analogicamente, tem-se um canal que foi concedido pelo Governo. Para se começar a transmitir, principalmente na televisão, digitalmente, é preciso juntar quatro canais de 1,5 MHz, para se fazer o total de megahertz necessários para transmitir uma imagem digitalizada.

Então, veja só: precisa-se de um canal cheio, que nós chamamos, para transmitir digitalmente, e já se tem um canal cheio transmitindo analogicamente. Então, o que acontecerá? Você terá de receber do Governo esse canal, porque senão não consegue fazer TV de alta definição, nem sequer a TV *standard* definição, muito menos a alta definição.

Portanto, você receberia um canal de 6 MHz para poder fazer a TV digital. O que dizem as leis americana, européia e japonesa? As empresas de comunicação de lá também estão recebendo esse canal. Agora, a partir do momento em que elas conseguem completar o circuito da digitalização, elas têm de devolver esse canal, para que possa, evidentemente, entrar no procedimento de ser licitado já como um canal digital, porque os canais analógicos, em cinco anos, têm de ser convertidos para canais digitais e, quando eles estiverem totalmente convertidos, o canal que foi emprestado tem de ser devolvido ao Governo.

Na realidade, o procedimento é simples nesse sentido. A canalização permitirá a utilização de inúmeros canais de televisão. Em cada cidade, tem-se um aumento aí de, pelo menos, cinco vezes o número de canais existentes hoje, porque, para cada canal, pode-se produzir, no mínimo, quatro outros canais. Evidentemente, nenhuma empresa de televisão no Brasil pretende transmitir 24 horas por dia de TV de alta definição. Então, o que acontecerá? Você criará um horário nobre com a TV de alta definição, possivelmente entre sete e dez horas da noite, onde se usará todos os quatro canais para poder transmitir a imagem de alta definição. Agora, nas outras horas, pode-se dividir esse canal em quatro canais.

Assim, esperamos que se faça a escola pública nacional por intermédio de um desses canais. O Governo pode, inclusive, por uma lei do Congresso Nacional, dizer: de seis a sete da manhã, todas as empresas têm de usar um dos canais da digitalização para transmissão da TV escola – coisas dessa natureza. Você poderá usar um canal para transmitir alguma coisa relacionada com atendimento público. O outro canal pode transmitir procedimentos administrativos. Pode-se criar um canal de arte se quiser e, no horário que será considerado nobre da televisão, juntam-se

esses quatro canais e transmite em alta definição. Até porque, normalmente, os filmes produzidos até hoje, neste momento, as películas cinematográficas já são em alta definição. Então, quando se projeta em alta definição, tendo o transmissor em alta definição, já se está produzindo uma imagem digitalizada se quiser, se o transmissor for digitalizado. Tudo isso é perfeitamente prático. Vamos precisar especificamente da ação do Congresso no que diz respeito à normatização desses procedimentos.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Em relação ao rádio é a mesma lógica?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Em relação ao rádio – eu até citei, no começo da minha fala, que ontem iniciamos o procedimento dos testes do rádio digital –, do ponto de vista técnico, há duas coisas específicas: o rádio FM e o rádio AM.

Quanto ao rádio AM, do qual estamos conduzindo o teste inicial em dez cidades brasileiras, há uma maneira mais simples de se produzir a digitalização porque apenas tem de se acoplar ao seu transmissor analógico um excitador de rádio digital, que custa a bagatela de R\$90 mil nos Estados Unidos, ou seja, aproximadamente US\$30 mil. Neste momento, estamos inclusive pedindo ao corpo técnico brasileiro, aos cientistas brasileiros, a instituições importantes, como Inatel e como o próprio CPqD, que tentem desenvolver um excitador de rádio digital porque não vejo como cobrar de alguém US\$30 mil ou R\$90 mil aproximadamente por um aparelho que produzirá o rádio digital. É evidente que isso custa menos. Na realidade, está envolvida aí a tecnologia que gastaram para fazer isso.

O rádio digital é muito mais simples. Com o sistema, por exemplo, americano, que está sendo testado no Brasil, chamado Iboc (*In-Band-On-Channel*), consegue-se, dentro do seu próprio canal, do lado direito, do lado esquerdo, na sua própria banda, incluir novos canais digitais. Esse sistema americano, que está sendo testado, permite que você continue transmitindo analogicamente e, ao mesmo tempo, paralelamente transmitir digitalmente, enquanto que o sistema europeu, o DRM, lamentavelmente não dá essa condição dupla. Ele só usa um sistema: ou se faz o rádio digital e pára o analógico, ou se cria uma estrutura totalmente paralela ao rádio analógico. Não por imposição do Ministério, evidentemente, mas as empresas de comunicação estão optando pelo Sistema Iboc porque ele oferece melhores condições técnicas de implementar o rádio digital.

Da mesma forma, teremos de ter o sistema de canalização. Aí, sim, o Ministério das Comunicações, Anatel e, espero, o Congresso poderão atuar mais antes de deixar que a Anatel resolva sozinha sobre

a canalização ou que o Ministério se veja obrigado a publicar uma portaria ou insistir, até mesmo com medidas provisórias, para resolver essa questão. Ainda há tempo de iniciarmos, na Comissão de Educação, um procedimento de canalização do rádio digital para facilitar a utilização deste extraordinário sistema de comunicação que será o nosso rádio digital.

Estou querendo dizer que é uma nova era. Estamos abrindo, na realidade, o espectro radioelétrico de forma espetacular, tudo aquilo que estava comprimido, apertado, um já invadido o campo do outro, uma emissora se acavalandando em cima da outra.

Em São Paulo, há um problema sério. Na Avenida Paulista, por exemplo, não se consegue mais ouvir as rádios. Uma está em cima da outra. Estamos, inclusive, passando por uma situação quase constrangedora em São Paulo porque a Anatel está, permanentemente, tentando fiscalizar essas coisas. Há problemas ainda mais sérios do que simplesmente o acasalamento das frequências, Senador Romeu Tuma. Em São Paulo mesmo, recebi agora um relatório técnico do perigo que representam as rádios-piratas na região do aeroporto de Guarulhos, quando, na realidade, uma frequência emitida por uma rádio-pirata, na rota de um avião que está descendo por instrumentos, pode levá-lo a 50 metros de distância da pista do aeroporto. É algo rigorosamente perigoso e que precisa ser imediatamente resolvido.

Estamos vendo que o rádio digital causará o descontingenciamento e o descongestionamento dessas frequências. Inúmeras emissoras de rádios poderão ser utilizadas, mas todas elas terão de passar pelo processo de canalização e de concessão.

É mais ou menos, Senador Sérgio Cabral – voltando à telefonia celular –, o que estou pedindo para fazer com o celular. Outro dia, em uma entrevista, causei o maior rebuliço com alguns companheiros meus da imprensa porque eu disse que estamos falando de duas coisas. Quando falo de comunicação, refiro-me quase especificamente às emissoras de rádio e televisão. Mas quando falo de comunicação, de telecomunicação, quando falo de telefonia, temos de... Lá na frente, sim, elas vão se encontrar, porque, de repente, todas essas modernas tecnologias acabam se encontrando digitalmente. Mas, enquanto analógicas, são coisas diferentes. Então, se alguém teve autorizado o procedimento para transmitir voz por telefone, eu tenho de saber quando ele começa a usar o telefone celular para transmitir torpedo, para transmitir retrato, transmitir imagens, transmitir televisão, até que ponto ele está autorizado a fazer isso. Quando eu faço essa pergunta, eu recebo no mínimo umas dez “pancadas” no dia seguinte, mas, de qualquer maneira, acho que é

um procedimento de que temos de cuidar. Aqui mesmo, no Senado Federal, há alguns projetos de lei que tratam já desta questão. Sei que o Senador Maguito Vilela tem um procedimento aqui para fazer uma emenda constitucional, e eu alerto a Comissão de Comunicações, que é a Comissão de Educação, para que entre e se aprofunde nesse procedimento, porque nós estamos sem legislação para telefonia de terceira geração e já estamos entrando na telefonia de quarta geração. Nós não temos sequer ainda a lei da terceira e já estamos chegando à quarta geração de telefonia celular. Então, nós temos de fazer alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Próximo orador inscrito: Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Ministro Hélio Costa, depois da exposição de V. Ex^a e a inteligência, a lucidez e o conhecimento do Senador Sérgio Cabral sobre o assunto, praticamente ficamos deslumbrados com o aspecto do aprofundamento que têm nossas autoridades, que aqui, no Senado, acompanham de perto essa evolução tecnológica. Entendemos de analógico e digital como usuários de telefonia. Em algumas cidades que visitamos, o sistema digital não funciona, tendo de ficar no analógico, e a bateria em meia hora vai embora. Então, sentimos a diferença da importância do desenvolvimento da tecnologia.

Quero abrir um parêntese, não sei se ao Dr. Igor ou não. Quando Secretário desta Casa, a Comissão me pediu a contratação de especialistas em TV digital. Fomos procurados por empresas japonesas, americanas, que já queriam tentar começar a implantar o sistema importado, e o Brasil, como V. Ex^a disse, não desenvolver uma tecnologia especial, mas trazer a tecnologia para conhecimento dos nossos técnicos, das nossas universidades. E tudo isso senti no depoimento de V. Ex^a e nas palavras do Senador Sérgio Cabral.

Chamei o Dr. Sérgio Pena, que é o grande chefe da nossa Consultoria, e falei que eu não gostaria de ter de contratar alguém. Não gostaria. Será que não tem um consultor que possa se especializar em legislação sobre sistema digital? Ele disse: “Há um rapaz que está se aprofundando”. Eu falei: “Manda-o fazer todos os cursos que existem, para que o Senado tenha, realmente, em mãos”... Não sei se foi o Igor que desenvolveu, que trabalhou nesse sentido ou não, mas dois rapazes daqui acompanharam de perto toda a discussão que o Governo Federal instalou numa comissão especial. Nós temos uma comissão especial, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E aqui se aprofundaram ao máximo e foram autorizados a acom-

panhar o desenvolvimento dentro desta Comissão. Então, sinto-me feliz hoje, realizado como 1º Secretário, que pegou o caminho correto. Não me desviei da rota da importância do Senado em trazer para esta Casa o conhecimento, porque V. Exª mesmo agora se referiu aos projetos que estão em andamento, e nós teremos que ter a Consultoria em condições de nos informar como devem ser realmente construídos esses projetos. E, é claro, com V. Exª como Senador, ajudando na orientação.

Então, eu acredito... Outro dia, Ministro Hélio Costa – às vezes ligo Nextel, um equipamento que é muito bom, porque se fala com cidades de quase todos os Estados brasileiros e com o exterior sem precisar fazer nenhuma modificação, como se perto estivesse. E quando se liga o Nextel, aparece Java e um tipo de uma chama. Eu não sabia o que era aquilo, achei que era da própria companhia Nextel, um símbolo deles. Agora V. Exª me deu uma aula de Java, que é um *software* hindu. Eu quero saber como é que vou usar no Nextel esse *software*, porque sou meio de jardim de infância na área de computação.

Peço licença a V. Exª e ao Presidente para dar os meus pêsames à Senadora Iris pela perda da mãe, ocorrida ontem. Infelizmente, nós soubemos depois, mas as nossas orações são para que ela tenha realmente um descanso em paz.

Eu não vou fazer pergunta porque é difícil. Vou visitar o Mackenzie, porque vou falar com o Cláudio Lembo, que é o nosso Vice-Governador, foi reitor do Mackenzie, para ver essa parte do instituto, porque aprendemos com a curiosidade.

Quero fazer um pequeno protesto aqui com os organizadores do lançamento da rádio digital em São Paulo, que não convidaram os Senadores de São Paulo. E eu já teria uma carona de volta, Senador Augusto Botelho. Com certeza, o Senador Hélio Costa me traria mesmo às três da manhã, mas em boa companhia e provavelmente um bom café durante o voo, aprendendo um pouco mais desse sistema de modulação para TV digital.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Senador, ainda bem que o senhor falou voltar, porque, na verdade, como eu tinha uma reunião com o Presidente da República, entre cinco e seis horas, eu tive de ser levado a São Paulo e voltar hoje de madrugada. Então, para ir, lamentavelmente depois de 30 minutos de voo, perdemos todos os instrumentos de aferição de altitude no avião. Tivemos de voltar para Brasília, porque São Paulo estava com o teto encoberto, não conseguiríamos descer sem instrumentos, e voltamos para cá. E fomos de novo para São Paulo. Mas, na vinha, veio tudo certo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se fosse digital, não teria acontecido.

Quero cumprimentar V. Exª e gostaria que esta Subcomissão presidida pelo Senador Sérgio Cabral e a outra presidida pelo Senador Flávio Arns fosse permanentemente informada por V. Exª, mesmo que não houvesse convite para sua presença aqui. Mas que toda evolução que fosse surgindo, o Igor ou alguém pudesse comunicar ao Senado para acompanharmos de perto. Sei que o Senador Sérgio e o Senador Arns são interessados, mas essas informações do dia-a-dia e também, V. Exª tem lá a Anatel, o combate às rádios-piratas é uma coisa profundamente séria. Eu era diretor da Polícia Federal, já estou há 10 anos no Senado, e ela continua. Porque ela perturba realmente alguns setores de segurança. E aqui temos, não sei se o nosso Júlio sabe, quantas mil rádios comunitárias existem para serem aprovadas aqui. Foram mil e quinhentas rádios no ano passado, segundo o nosso querido Júlio, e mais mil este ano, de rádios comunitárias autorizadas. Essas provavelmente foram fiscalizadas para não intervirem no procedimento de comunicações importantes. As piratas são um negócio maluco. Às vezes, há autoridades por trás e ficam intervindo junto à Polícia Federal, pressionando politicamente para que voltem a funcionar. Isso é um crime, porque ameaça a vida de muita gente. Tem aquele ondômetro, que fiscaliza, mas acho que a fiscalização tem pouco equipamento para localização de rádios-piratas.

Então, faço um apelo a V. Exª para que estabeleça, para que o Governo lhe dê verba para, cada vez mais, aumentar a tecnologia de fiscalização de rádios-piratas.

Cumprimento V. Exª e agradeço sua presença e também do nosso Sérgio Cabral.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Em primeiro lugar, muito obrigado, Senador Romeu Tuma, pelas suas palavras.

Também quero lamentar o falecimento de um ente querido da nossa querida Senadora Iris e dizer ao Senador Tuma que, no que diz respeito ao trabalho legislativo do Senado Federal com respeito à tevê digital, eu até tenho baseado muito as minhas consultas no trabalho feito pelo Igor Vilas Boas, que é assessor do Senado Federal, que produziu uma série de *papers*, trabalhos sobre a tevê digital. Na realidade, isso faz parte da biblioteca do Senado, todo esse trabalho. São vários compêndios. Quem quiser realmente ter uma idéia muito lúcida do que é a TV digital, da maneira como ela foi trazida, inserida no sistema, partindo do Congresso, aqui no Senado especificamente, deve ler esse trabalho do Igor Vilas Boas.

Em segundo lugar, com respeito às rádios-piratas, Senador Romeu Tuma, temos que lamentar o grande número. Até os números não são necessariamente estes que são citados aqui. Temos informações de que o número de rádios-piratas no Brasil chega a cerca de 10 mil. São 10 mil rádios-piratas!

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há setores no Nordeste, no sertão, em que fazem...

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Veja só, Senador...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há rádios comunitárias que não se preocupam nem em tentar legalizar.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Não é necessariamente a rádio comunitária. A rádio comunitária não pode ser penalizada pelo fato de estarmos sofrendo esta verdadeira invasão de rádios-piratas, porque temos, oficialmente...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A rádio comunitária é legalizada, porque está autorizada.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Há, oficialmente, em torno de três mil rádios comunitárias no Brasil inteiro que seguem rigorosamente aquilo que foi determinado na passagem do procedimento pelo Congresso Nacional: na Câmara dos Deputados e, depois, terminativamente, aqui.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aliás, quero, Presidente, Ministro e Senador Sérgio Cabral, se me permitirem, sugerir uma Subcomissão. Há pessoas que propõem que não se discuta o problema de rádios comunitárias. Eu penso o contrário. Temos de ficar vigilantes acerca disso. O Senado não pode abrir mão de tratar deste assunto, que é próprio da imposição constitucional. Então, se formos abrir mão disso, vamos acabar perdendo tranqüilamente o controle.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Na realidade, a situação só é controlada na medida em que o procedimento é um pouco complicado e até mesmo demorado, porque começa no Ministério das Comunicações, é mandado para a Presidência da República, que envia o projeto para a Câmara dos Deputados. Lá, há um Relator que faz, evidentemente, seu trabalho. É aprovado pelo Plenário, enviado para o Senado e aqui, terminativamente, é que se aprova, na realidade, o procedimento para uma rádio comunitária.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Ministro, pela ordem.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Só um minutinho, Senador. Só que eu também queria dizer aos Senadores Romeu Tuma e Leonel Pavan que tive, há cerca de duas semanas, a preocupação de fazer uma solicitação aos Promotores Públicos. Fui aos Promotores, em Minas Gerais especificamente, e pedi a eles

que entrassem em contato com seus colegas no Brasil inteiro. Deveria até ter participado de uma reunião dos Promotores aqui em Brasília. Só não fui por um problema pessoal que tive no dia. Mas é por intermédio da Promotoria Pública que vamos resolver a questão não da rádio comunitária, mas da rádio pirata, que se diz comunitária, porque é uma autoridade ouvida no interior. Lamentavelmente, Senador...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Concorde com V. Ex^a, mas precisa da Polícia por causa do mandado de busca e apreensão.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Sem dúvida nenhuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Porque se não apreender o equipamento ou lacrá-lo, como membro da agência de controle, a Justiça acaba tendo dificuldade de promover o cancelamento do funcionamento total da empresa. Tem de haver o mandado de busca e apreensão. O Promotor tem que acompanhar. Mas creio que as diligências são feitas pela Anatel e pela Polícia. É claro que, quando houver qualquer procedimento, é preciso mandar para o Ministério Público para abertura do inquérito que venha a punir os responsáveis.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Estamos preocupadíssimos com esta questão. Certamente, temos envolvido sempre a Polícia Federal, a Polícia Estadual. E agora estamos também envolvendo o Ministério Público.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O próximo orador inscrito é o Senador Roberto Saturnino. Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Queria justamente saber quantos inscritos há?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O senhor é o próximo, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Como nesta Comissão são discutidos vários temas da questão do audiovisual, dos artistas e também da imprensa, permita-me, Presidente, comunicar – é claro que todos já devem estar sabendo – que, hoje, dia do aniversário da TV Record, 52 anos, infelizmente, perdemos Ronald Golias, um grande artista que começou a carreira na Rádio Record e na TV Record. Registro essa perda irreparável desse grande artista nacional e também deixar nossas homenagens à TV Record, lamentar a perda do Ronald Golias e deixar aqui as homenagens à TV Record.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra, o Senador Roberto Saturnino, por cinco minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Me nos que isso, Sr. Presidente. Eu queria cumprimentar o Ministro pela sua exposição e fazer umas perguntas breves, de respostas creio que também breves.

A primeira é a respeito do fundo, o Funtel. Se o Ministro tem idéia de quanto arrecada o Funtel e se para o desenvolvimento da TV Digital esses 38 milhões já liberados, com mais 12, que S. Ex^a disse que estão solicitados, são suficientes.

Porque eu não saberia dizer onde nem quando, mas ouvi que seria necessário algo como 80 milhões. E isso, em relação ao Funtel, representa o quê, mais ou menos?

A segunda pergunta é sobre rádio, porque a idéia que temos é que o meio de comunicação rádio é um meio bastante mais democrático, por necessitar de muito menos capital para a sua implantação. Com a introdução da rádio digital, esse quadro não será alterado, passando a ser um meio altamente exigente e, por conseguinte, concentrando também o poder de comunicação no rádio?

E a terceira pergunta é sobre a Lei Geral de Telecomunicações. V. Ex^a tem alguma notícia a nos dar a esse respeito, e algum prazo em vista a esse respeito?

É tudo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito bem. Senador Saturnino, vou só informar que já existe um requerimento aqui para que o Ministro venha fazer uma audiência pública também a respeito dos fundos administrados pelo Ministério das Comunicações. Já está aprovado, com data a ser marcada.

Com a palavra o Ministro Hélio Costa.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Inicialmente, quero fazer minhas as palavras do Senador Leonel Pavan, com o sentimento de pesar que nós todos temos, e eu, de forma muito especial, com o falecimento do Ronald Golias. Até porque conheci o Ronald Golias, convivi com ele durante o meu período como repórter e jornalista de televisão. Era uma pessoa extremamente agradável, um *gentleman*, muito solitário, por incrível que pareça, apesar de humorista. Aliás, os humoristas, de um modo geral, são solitários. E nós perdemos um grande artista, uma figura humana excepcional. Então, faço minhas as palavras do Senador Leonel Pavan, com o sentimento que vai nas minhas palavras pela morte, hoje de madrugada, do humorista Ronald Golias.

Quero, inicialmente, responder ao Senador Saturnino – sinto-me honrado em estar aqui para responder às perguntas de V. Ex^a, Senador –, dizendo que o Funtel arrecada anualmente em torno de R\$600 milhões. É um fundo muito bem utilizado. Ele, na realidade, tem um repasse automático para o CPqD, que é a funda-

ção de pesquisas, que antigamente estava vinculada ao Ministério das Comunicações e que, hoje, é uma fundação independente, mas que é responsável pelo procedimento de todas as pesquisas ligadas ao setor de telecomunicações e que tem relação direta com os projetos governamentais.

Ao mesmo tempo, os recursos do Funtel é que estão financiando esses estudos que estão direcionando o Governo e as empresas com respeito à televisão digital. Quando eu me refiro aos 38 milhões e mais aos 12 milhões que estão comprometidos, são, na realidade, recursos do Funtel. Esses recursos é que estão sendo canalizados para essa grande pesquisa que se faz, há cerca de dois anos, com resultados excepcionais, até agora, e que vão nos orientar para que possamos fazer a implantação do sistema brasileiro de TV Digital.

Com respeito ao montante que foi inicialmente anunciado, eu sei que na época do Ministro Miro Teixeira, quando ele anunciou que o Brasil estava, a partir daquele momento, até por força do Decreto nº 4.901, do Presidente da República, instituindo o sistema brasileiro de TV digital, falou-se, na época, em 80 milhões.

Não havia, na realidade, uma determinação nem do Governo nem do Funtel nem do Ministério das Comunicações nem de nenhum outro setor, especificando 80 milhões. As cartas-convite foram apresentadas, por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia, e, dentro delas é que foram estabelecidos os programas que deveriam ser feitos de acordo com a decisão técnico-científica.

Então, para dar uma idéia para o Senador, veja só: no projeto de transmissão e recepção, temos um procedimento que está custando cerca de R\$2,795 milhões; possivelmente, o mais caro deles é o projeto de canal de interatividade. Conforme disse, dentro dos aplicativos da TV digital, o que mais vamos utilizar é a interatividade, é a maneira como vamos fazer com que a parte dos aparelhos da TV digital se comunique com os programas necessários à TV digital. Nesse particular, estamos investindo cerca de R\$5,576 milhões. Esses recursos não são determinados pelo CPqD ou pelo Funtel ou pelo Governo. A sua determinação depende da planilha de custos que apresenta a instituição que está encarregada de fazer essa pesquisa.

Então, até agora, disponibilizamos, para os cientistas R\$38 milhões e temos o compromisso de mais R\$12 milhões. Agora, como o projeto está no fim, e entendemos que até o dia 10 de dezembro vamos ter um relatório final, é desnecessário dizer que não vamos chegar aos R\$80 milhões.

Agora, veja só a diferença: se estamos empregando, então, algo em torno de R\$50 milhões para o desenvolvimento do sistema brasileiro de TV digital, em comparação com o que foi investido no exterior para a produção desses instrumentos da TV digital, é simplesmente quase inadmissível. Os americanos investiram cerca de US\$3 bilhões em 10 anos para produzir um sistema de TV digital. Da mesma forma, conforme disse, os europeus e os japoneses, em torno de US\$2 bilhões a US\$2,5 bilhões. Ninguém conseguiu falar em sistema brasileiro – já não estou falando mais em padrão de TV digital, estou falando em sistema – com menos de US\$500 milhões no exterior. E estamos conseguindo produzir nosso sistema brasileiro de TV digital com cerca de R\$60 milhões a R\$50 milhões, o que é, na realidade, a prova da criatividade dos nossos cientistas, dos nossos técnicos, dos nossos institutos de pesquisa.

Acho que tinha mais alguma coisa que o Senador perguntou. Ah, o Senador manifesta a preocupação com respeito ao rádio digital, dizendo que possivelmente ele acaba sendo, vamos dizer assim, um investimento muito alto. Já não é baixo. Na verdade, para se fazer uma rádio bem-feita não é como se colocar no ar uma rádio comunitária; exige-se dinheiro, recurso.

Não fico preocupado, Senador Roberto Saturnino, porque, embora, neste instante, o primeiro aparelho que se usa para fazer a digitalização do rádio AM esteja na faixa, conforme disse, de US\$30 mil – o excitador –, ontem mesmo encontrei um empresário em São Paulo, durante essa cerimônia do lançamento do rádio digital, que disse que, no máximo em seis meses, a empresa dele vai colocar no mercado um excitador de rádio digital que não vai custar R\$10 mil. Quer dizer, a criatividade do empresário brasileiro, a capacidade que têm os brasileiros do setor de realmente poder fazer bem feito e melhor. Até conheço esse cidadão e estava-lhe dizendo que o exemplo típico é o de que todas as rádios do interior do Brasil gostariam de ter um compressor de áudio muito bom, um do tipo Urban americano, que custa US\$5 mil, mas, não tendo US\$5 mil para gastar, compravam um compressor de áudio que ele fazia há 20 anos, em São Paulo, que custava simplesmente 10% dos US\$5 mil americanos e que oferecia rigorosamente o mesmo resultado. Então, isso vai acontecer de novo.

Não vou ficar neste momento muito preocupado, porque eventualmente vamos ter essa transição do rádio analógico para o rádio digital; as empresas estão absorvendo facilmente esse investimento. Acho que, no caso da televisão, o impacto é bem maior, porque a televisão vai exigir realmente um investimento pesado das empresas.

E, sobre a Lei Geral de Telecomunicações, ainda na semana passada, a Ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, fez um decreto criando a comissão especial que começa a discutir a maneira como vamos apresentar a proposta da Lei Geral de Comunicação de Massa. O que a Ministra Dilma está tentando dizer é que não vamos cometer o mesmo erro que fizemos no ano passado, de simplesmente apresentar ao Congresso uma proposta que vinha cheia de intrusões, vamos dizer assim, no sistema, em que as emissoras de televisão e de rádio se sentiam praticamente ameaçadas, porque se falava na cobrança de 4% do faturamento bruto das emissoras de televisão e de rádio para se fazer a criação da Ancinav e em se fazer uma espécie de verificação diária da programação das emissoras de televisão, ou seja, um negócio que fazia até lembrar, de certo modo, o regime ditatorial, o regime da ditadura militar.

Isso foi afastado. Hoje o procedimento, à luz do que pretende a Ministra Dilma Rousseff, é fazer com que a discussão da Lei Geral de Telecomunicações comece, sim, como está começando, com a criação dessa comissão especial, mas também com que se alerte o Congresso – e faria novamente um apelo; faço-o especificamente ao meu companheiro e amigo Senador Gerson Camata –, para que aqui, nesta Comissão de Educação, que trata das comunicações, possam ser produzidas as discussões exatamente sobre a Lei Geral de Comunicação de Massa. Cabe ao Congresso definir rigorosamente o que deve ser colocado na Lei Geral.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Mais uma indagação?

O quarto inscrito é o Senador Leonel Pavan, a quem concedo a palavra pelo período regimental.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Ministro, primeiro quero cumprimentá-lo. Para nós, é uma alegria, um motivo de orgulho ver uma autoridade que, tantas e tantas vezes, aqui conduziu os nossos trabalhos, sempre com competência, e que agora retorna como Ministro, ensinando-nos, mostrando-nos o caminho, principalmente na área da comunicação. Cumprimento-o pelo brilhante trabalho que exerce como Ministro das Comunicações.

Ministro, vou fazer uma pergunta sobre a teoria digital; a outra já fiz no próprio Ministério. As tevês repetidoras, as tevês geradoras instaladas em cidades em que só há uma geradora, quando há TV a cabo, têm preferência no canal. A lei diz que uma tevê geradora, sendo a única em uma cidade onde há TV a cabo, tem preferência no canal.

Algumas vezes fui reivindicar justamente a questão de que, em Balneário Camboriú, minha cidade, a

TVA, que tem TV a cabo, não coloca a tevê geradora da cidade no canal, conforme diz a lei. Ela poderia colocar um canal alto, poderia escolher, enquanto outra tevê comunitária está num canal de preferência.

Queria saber de V. Ex^a se há punição, quando não se atende a decisão do Ministério. Temos um ofício do Ministério, encaminhado à TVA, para que seja atendida a reivindicação da tevê local, geradora, e não se atende. Há punição para esse tipo de questão?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Senador Leonel Pavan, em primeiro lugar, há uma enorme distinção entre a lei que regulamenta as tevês abertas e a que regulamenta as TVs a cabo. Na realidade, a lei que regulamenta a TV a cabo ainda precisa de uma série de regulamentações, de aperfeiçoamentos, que têm que ser feitos aqui. Nós mesmo, nesta Comissão, já fizemos vários procedimentos em torno do aperfeiçoamento da legislação sobre a TV a cabo.

Não existe nenhuma obrigatoriedade específica na lei, para que uma emissora de TV a cabo, em determinada cidade, tenha de colocar a tevê aberta daquela localidade no sistema a cabo, a menos que seja um procedimento comercial. O que chamo de procedimento comercial? A emissão da TV a cabo, na realidade, não é necessariamente local. É uma emissão que vem de fora, adicionada ao sistema de cabo. Eu entenderia que uma empresa de tevê a cabo no interior teria de ter, no mínimo, a preocupação de colocar a tevê aberta no sistema a cabo. Ela não é necessariamente obrigada a isso, porque é um procedimento comercial; na realidade, não ocorre, com no caso da tevê aberta, uma concessão.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Um artigo da lei da tevê a cabo diz da obrigação. Inclusive, Ministro...

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Veja só, ela tem obrigação de colocar uma. Se estiver colocando uma televisão nacional, automaticamente...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não, só há um canal, uma tevê na cidade, geradora. As TVs usam os postes, enchem de fio a cidade, poluem, não pagam o ISS para o Município. Acho que quem paga é o Estado, não sei. Eu era Prefeito, e havia cabo espalhado em todo lugar, de toda forma. Isso polui visualmente. Quando o Município determina algumas questões, não se atende. Como V. Ex^a diz que não há obrigação, vou, então, vou comunicar isso ao Município.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – É uma decisão que V. Ex^a pode tomar em nível local. Como se trata de uma empresa local, a tevê a cabo dessa determinada cidade a que V. Ex^a está-se referindo é um empreendimento municipal, uma tevê que está no sistema a cabo na cidade. V. Ex^a pode fazer uma lei municipal

que obrigue a tevê a cabo daquela cidade a incluir, na sua pauta de canais, a emissora de tevê aberta da cidade. Isso V. Ex^a pode fazer, mas, na realidade, não existe nenhuma obrigatoriedade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Município pode criar uma lei?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Claro, nesse sentido, sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Certo. Ministro, agora a questão sobre a tevê digital. Desculpe-me ter entrado na questão anterior. O tema é a tevê digital, mas queria ter uma informação, até porque estão assistindo; pelo menos isso fica mais claro.

Ministro Hélio Costa, Miro Teixeira, quando Ministro, disse que, em dois anos e meio, as tevês digitais estariam instaladas no Brasil. Eu me recordo de que V. Ex^a disse, uma vez, aqui que era impossível isso acontecer. Mas o Lula afirmou: “nós vamos assistir à Copa do Mundo, em 2006, por meio da tevê digital.” É possível isso ocorrer?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Deixe-me fazer um ligeiro reparo na declaração que V. Ex^a faz, atribuindo-a a mim. Eu não disse que era impossível fazer a tevê...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Em dois anos e oito meses.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Eu disse que era impossível fazer o padrão de tevê digital. Não era necessariamente implantar um sistema de tevê digital, até porque, Senador, a tevê digital já existe no Brasil em nível de satélite. Todas as transmissões por satélite, no Brasil, são feitas em tevê digital. Se V. Ex^a tiver, na sua casa, um aparelho de 1.080 linhas, dotado dos recursos técnicos para receber a tevê digital em determinadas transmissões, principalmente internacionais – vou-lhe dar um exemplo, o canal Discovery –, receberá em tevê digital. Então, ele já existe por satélite. O que não existe no Brasil é a rede terrestre de tevê digital, que é, evidentemente, um empreendimento muito mais complicado, muito mais caro, que exige um investimento muito maior.

Então, quando eu disse que era impossível fazer o padrão da tevê digital, citei várias vezes que se levou de cinco a dez anos, para se fazer o padrão americano, o europeu, o japonês, e gastou-se muito dinheiro. Conforme afirmei, ninguém gastou menos de US\$1 bilhão para fazer o desenvolvimento de um padrão. Agora, o sistema, não. O sistema, na realidade, foi iniciado, conforme disse, há dois anos e meio, na época do Ministro Miro Teixeira, no Ministério das Comunicações. Ele está sendo desenvolvido pelo grupo de trabalho, que é organizado pelo CPqD, com a participação de engenheiros, cientistas, instituições e universidades. O

relatório já está praticamente elaborado e será apresentado até o dia 10 de dezembro. Tenho certeza de que, daí para frente, vamos consegui-lo.

O que vamos fazer com relação à Copa do Mundo, que o Presidente Lula quer ver por um sistema brasileiro de TV digital? Creio que, até junho do próximo ano, vamos estar em condições de disponibilizar o sistema de TV digital nas principais capitais. Estamos pensando inicialmente em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro. Evidentemente, vamos partir lá para o seu Estado. Todas as principais capitais, inclusive Belo Horizonte, serão contempladas. Vamos chegar lá. Vamos promover inicialmente nas grandes capitais. Então, em julho, certamente vamos estar em condições de, em determinados pontos, receber a TV digital terrestre, porque, na verdade, se tudo acontecer de errado, vamos ainda poder receber a Copa do Mundo no Palácio do Planalto para o Presidente ver na TV digital, via satélite.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Wellington Salgado de Oliveira, querendo homenagear seu pai.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Bom dia, Srs. Senadores, Sr. Presidente, Sr. Ministro. Fiquei até preocupado, porque, na semana passada, defendi a melhoria das aeronaves e agora soube que V. Ex^a, Sr. Ministro, ontem teve um problema na viagem. Eu, como seu suplente, preciso ter atenção e me preocupar com isso. (Risos.) Temos ainda uns 20 ou 30 anos de política pela frente. Então, queria dizer ao pessoal das Forças Armadas, da Aeronáutica...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Corrija que não foi intencional. (Risos.)

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O Senador Leonel Pavan já pensou de outro jeito. Estou pensando no futuro. Mas queria pedir à Aeronáutica que disponibilizasse as aeronaves melhores para V. Ex^a, Ministro. Estou defendendo as Forças Armadas, solicitando mais verbas, e o que acontece? Justamente o contrário. Não sei se ela está querendo agradar-me. É um problema.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – As Forças Armadas entenderam erradamente o recado do Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – (Risos.) Mas não é isso, não. Pelo amor de Deus!

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Na realidade, é até importante citar o seguinte...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Imaginem o que pensa o Vice-Presidente, José Alencar. (Risos.)

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Só uma observação: tenho certeza de que o Senador Wellington Salgado de Oliveira está preocupado com a minha saúde.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Muito. Carne, não; só aspargo.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Aliás, não é à toa que, volta e meia, quando tomamos café ou almoçamos juntos, S. Ex^a está sempre preocupado com o que como.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – (Risos.) São 3,5 milhões de votos, Ministro. (Risos.)

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Acabei de ler no **New York Times**, hoje, pela manhã, na Internet, que não faz muita diferença para a longevidade o que se come ou não. Considero isso meio estranho. Vou até voltar a ler a notícia à tarde. Mas V. Ex^a pode estar certo de que estou cuidando da saúde. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar o profissionalismo da equipe, dos oficiais da FAB, que cuidam da aviação, em especial da Presidência da República. O que aconteceu ontem conosco acontece em qualquer circunstância, com qualquer avião. Saímos e, de repente, pifou um instrumento importantíssimo para a navegabilidade do avião. Então, tivemos de voltar. E voltamos por quê? Porque estávamos no meio do caminho e não tínhamos como descer num lugar onde tivéssemos de descer por instrumento. Então, voltamos para Brasília e acabamos chegando, ainda a tempo, a São Paulo. Saímos de lá por volta de duas horas da manhã.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, é melhor explicar para não entenderem de outro jeito as Forças Armadas.

Ministro, quando V. Ex^a assumiu o Ministério, tivemos algumas conversas sobre o Código de Ética, sobre os temas que abordaríamos – e tenho respeitado muito bem isso. Então, vou fazer-lhe uma pergunta que jamais faria pessoalmente, a não ser aqui, nesta Comissão.

Primeiro, uma pergunta só explicativa.

Temos ouvido falar muito em sistema *wireless*. Isso, com a questão da inclusão digital, com o Funtel, poderia ser de alguma maneira utilizado? Já existe algum plano do Ministério nesse sentido?

A segunda pergunta é sobre as retransmissoras. Para a televisão, as geradoras têm autorizado uma série de retransmissoras pelo País. E o que acontece? Essas retransmissoras não podem gerar imagens, matéria local, a não ser que se faça matéria local e se

mande por fita para a geradora pôr no ar, ou usando alguma fibra ótica que possa mandar também para o local gerador. Existe algum estudo, visto que as retransmissoras poderiam – claro que isso afeta toda a questão – ter um período de geradora? Existe algum plano do Ministério para transformar essa geradora a fim de que possa gerar duas horas de programação local, como já existe um projeto, se não me engano, para a grande Amazônia ou para Tocantins?

A terceira pergunta, Ministro, nunca faria pessoalmente ao senhor, a não ser em uma Comissão. Na briga da Telecom Itália com a Brasil Telecom, não há como o Ministério tomar uma decisão ou intervir, para normalizar a situação, visto que há empresas internacionais mexendo com as comunicações no País, e não se chega a um acordo? A toda hora isso está em manchete, gerando sempre uma inconsistência que não normaliza o mercado. Existe legalmente alguma maneira de o Ministério intervir, para criar uma normalidade nessa empresa ou nesse grupo?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Em primeiro lugar, quero responder de uma forma bem mais ampla à sua primeira pergunta, com respeito ao sistema *wireless*, que é o sistema sem fio de transmissão de Internet que, diga-se de passagem, é o mais importante projeto quando da nossa passagem pelo Ministério das Comunicações. Levei ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma proposta de se fazer a inclusão digital no País, por meio dos dois sistemas: o *wireless*, que é o *wimax*, Internet sem fio banda larga; e o *wifi*, que é um sistema sem fio de Internet.

O Presidente gostou da minha proposta. Nós estamos, no momento, desenvolvendo o procedimento. Há dois projetos importantíssimos, em andamento no País, um deles, em Ouro Preto, Minas Gerais, onde, por razões até da topografia da cidade, está sendo testado um sistema de Internet banda larga sem fio, que leva a Internet a cerca de 10Km a 40Km de distância. Isso tudo veio de uma realidade que encontramos, ao chegarmos ao Ministério das Comunicações, cujo principal programa de inclusão digital se chama GSAC, que é o Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão. Esse GSAC tinha uma série de dificuldades momentâneas. Há 3.200 pontos instalados no País inteiro; são pontos de recepção de Internet banda larga, supostamente em lugares isolados, onde não há sequer uma linha telefônica para se fazer a recepção da Internet por telefone. Esse sistema tinha de atender, vamos dizer, na região do Amazonas, no interior dos Estados, onde há um distrito sem comunicação telefônica.

Infelizmente, fomos fazer uma inspeção, uma auditoria nesse programa, até para começarmos a atuali-

zando-lo, e descobrimos uma série de irregularidades. Em primeiro lugar, dos 3.200 pontos, mil não funcionavam, ou porque a antena, que devia estar direcionada para uma direção, saiu da posição com um vento mais forte que aconteceu, ou porque alguma coisa cortou o procedimento do computador. De certo modo, dos 3.200 pontos, mil não funcionavam.

Outros 350 pontos tinham sido cedidos às Forças Armadas e não sabemos onde estão. E 450 pontos não estavam sendo utilizados, segundo informa a empresa americana de satélite Vicom.

Então, mandamos fazer uma total remodelação desse sistema e estamos apresentando a proposta de integração do sistema GSAC com a da Internet banda larga sem fio, usando um sistema moderno que se chama *wimax*. Esse *wimax* consiste em pegar um ponto em qualquer cidade do interior e, a partir dele, enviar não apenas para uma escola, como faz o GSAC hoje, mas para todas da cidade, da comunidade.

Nós temos, sim, um procedimento encaminhado, para ver se podemos utilizar os recursos do Funtel, para fazer essa inclusão digital. Na pior das hipóteses, se não tivermos condição de fazer isso por meio do Funtel – que o Funtel se dispõe principalmente a fazer o desenvolvimento de projetos –, para a execução do projeto já temos praticamente garantida a utilização de recursos do Fust para o ano que vem.

Nós conversamos insistentemente com o Presidente da República e com o Ministro Palocci sobre a importância da utilização dos recursos do Fust, que estão, na realidade, parados desde o Governo Fernando Henrique. Há cerca de R\$3,8 bilhões no Fundo da Universalização das Telecomunicações. Precisamos utilizar esses recursos, até porque este é o momento de fazermos a universalização. Há alguns setores do território brasileiro em que a universalização do sistema de telefonia não chega a 20%. Precisamos fazê-lo.

Queremos, também, ver se conseguimos fazer a inclusão digital com recursos do Fust. Dessa forma, vejo que temos, sim, um grande caminho pela frente com o sistema *wireless*, ou seja, sem fio, da Internet banda larga.

Falarei a respeito das retransmissoras, das chamadas RTVs, embora na Região Amazônica funcionem como retransmissoras de televisão e também como geradoras, ou seja, além de retransmitir, podem gerar imagens locais. É um procedimento que está em estudo no Ministério das Comunicações há vários anos transformar, em algumas regiões, as RTVs em geradoras. Evidentemente, isso vai depender de um estudo no plano básico de canais, que é feito pela Anatel. Onde a Anatel determinar que existe a viabilidade do canal, evidentemente poderemos discutir a possibilidade de

transformar uma RTV em GTV. Sobretudo, é importante lembrar que, no momento em que estamos implantando a tevê digital, o simples fato de termos a possibilidade de multiplicação de canais com a tevê digital, no instante em que estiver implantada, já vai simplificar todo esse procedimento de transformar a RTV em GTV. Com a tevê digital, ter-se-á um número muito maior de canais disponíveis na própria localidade.

Inclusive, estamos conversando tecnicamente com os representantes desse consórcio que está preparando as soluções técnicas para o sistema de televisão digital. Referi-me àquela caixinha que vamos que ter em cima do televisor analógico, para acessar os canais digitalizados. Teremos a opção não só de ter essa caixinha, atendendo ao sistema de televisão digital que seja compatível com a HD TV, ou seja, com o sistema de tevê *standard* de alta definição, mas também de fazer uma caixinha híbrida para receber a transmissão digital terrestre e a transmissão digital por satélite. Se essa caixinha pode ser feita por via terrestre ou digital, é outra solução extraordinária que ocorre com a tevê digital. Pode-se ter uma rede de televisão digital instalada em um piscar de olhos. Na medida em que se vai ter, pela Anatel, a canalização, com centenas de canais de televisão disponíveis no Brasil inteiro, cria-se uma rede nacional de televisão digital simplesmente com um procedimento junto à Anatel. Aí entra, mais uma vez, a certeza de que temos de fazer passar pelo Congresso Nacional uma maneira de normatizar essa questão.

Estamos trabalhando com a tevê digital, pensando que, nos próximos meses – e até o final do ano que vem –, teremos condição de botar o sistema funcionando nas principais capitais, tudo isso sob a orientação da Anatel, do Ministério das Comunicações, sem invasão de território, sem um entrar no canal do outro, sem que ninguém interfira em absolutamente nada.

A partir do ano que vem, 2007, teremos de ter uma normatização do setor. Teremos de começar a legislar isso, senão será, na realidade, uma situação complicadíssima.

Com relação à telefonia celular, essa pendência entre as empresas brasileiras e a italiana precisa ser resolvida. Estamos, sobretudo, preocupados, porque isso acaba interferindo na maneira como o mercado se comporta com relação às empresas de telefonia. Qualquer movimentação no setor de telefonia celular representará um impacto muito grande. Se olharmos a Bolsa de Valores de São Paulo, imediatamente, tudo que se faz é em torno dessa disputa e tem reflexos diretos lá. Isso pode, certamente, amanhã, trazer preocupações para DRs brasileiras no exterior. Quer dizer, tudo isso tem de ser visto com muito cuidado. Se chegarmos ao

ponto em que, não havendo uma decisão negociada, começar-se a prejudicar até mesmo a economia do País no setor de telecomunicações... V. S^a me perguntou se o Ministério pode fazer uma interferência. Pode. Desde que, evidentemente, o Presidente da República instrua o Ministro nesse sentido.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Quer dizer que ele pode fazer uma intervenção de nomear um interventor *pro tempore* e aí ajeitar a Casa. É isso? É possível fazer isso?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Desde que, evidentemente, instruído tecnicamente, a Anatel vai dizer: pode-se fazer desta forma, e, é claro, alguém vai ter de assumir essa responsabilidade, não é o Ministro das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está bom!

Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de registrar a presença do Deputado Sandes Júnior, do PP de Goiás, do ex-Deputado José dos Santos Freire Júnior, que é Assessor Parlamentar do Ministério, e do Sr. Diône Craveiro, Diretor da ABTA, Associação Brasileira de TV por assinatura.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra, o Senador Reginaldo Duarte, após as palavras do Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não entendi bem essa última resposta do Ministro Hélio Costa! Na verdade, é o seguinte: quer dizer que V. Ex^a acha que, se houver algum problema numa dessas empresas privadas, como é o caso da Telemar ou outra qualquer, o Governo pode intervir na empresa privada?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Não, eu não disse isso, Senador. O Senador não me perguntou isso, não! Está-se referindo a uma contenda entre duas empresas que estão dentro do mesmo setor e pertencentes, na realidade, a uma outra facção, e que começa a trazer uma série de desconfortos para as outras empresas e para o próprio sistema econômico nacional. Então ele me pergunta se o Ministério pode fazer uma intervenção nesse sentido. Eu disse: olha, existem condições legais de se exigir uma decisão. Agora, tome uma decisão, alguma coisa tem de ser feita. Não pode é ficar nessa pendenga, eternamente, sem uma solução. Pode até mesmo decretar amanhã uma intervenção, colocar um interventor para fazer valer os estatutos da empresa, sim, mas não para impor a posição do governo. Não que o governo queira intervir para fazermos esta ou esta modificação. Não! Pelo contrário, para fazer funcionar, para fazer complementar uma negociação que não chega ao fim e

que está prejudicando todo o sistema de telefonia e a economia nacional.

Mas, evidentemente, conforme disse para ele, não será este Ministro que vai fazer ou que vai tomar qualquer providência nesse sentido. Mas que a lei permite, permite! Não tenho a menor dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)
– Com a palavra, o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caro Ministro Hélio Costa, primeiramente, quero demonstrar a satisfação de todos em termos a presença aqui de V. Ex^a, em sua Casa, nesta Casa, e principalmente nesta Comissão de Educação, onde V. Ex^a presidiu até a sua ida para o Ministério, com muita competência, com muita parcimônia e com muita justiça.

Sr. Ministro, cheguei um pouco atrasado e não me atentei sobre toda a sua oitiva aqui nesta Comissão. E gostaria que o senhor falasse mais um pouquinho sobre a rádio digital, sobre as rádios FM, AM, e também gostaria de saber como seria o processo de transformação dessas rádios AM e FM em digital. Porque, como V. Ex^a sabe, o interior do País ainda é muito ligado às rádios, e são as rádios, hoje, naquelas partes mais longínquas onde a televisão não alcança e onde não existe a parabólica, que transmitem todas as notícias e informam a grande parte da população do Brasil.

Então vi apenas que V. Ex^a falou que o custo para a transformação de uma rádio, de uma emissora, de AM, digamos, em digital é de cerca de R\$90.000,00 (noventa mil reais), R\$100.000,00 (cem mil reais), por aí. Agora, queria saber de V. Ex^a se esses custos serão como os dos aparelhos celulares, no início. Quando comprei meu primeiro aparelho celular, custava R\$1.000,00 (um mil reais), e hoje há aparelhos até de R\$90,00 (noventa reais), de R\$100,00 (cem reais).

Então gostaria de saber, primeiro, se podemos fazer essa digitalização moduladamente ou de uma vez. Se é necessário comprar novos equipamentos para essas emissoras, inclusive os equipamentos que existem nas antenas, como link, etc., para transmissão, para os estúdios das rádios. Eu gostaria que V. Ex^a atentasse mais um pouquinho sobre a digitalização das rádios porque sobre a televisão V. Ex^a falou muito e com muita propriedade.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Bom, veja só ilustre Senador Reginaldo Duarte, o rádio digital é bem mais simples de ser implementado do que a televisão. Até porque o rádio tem um menor número de equipamentos para ser produzido. A sofisticação do equipamento é bem diferente da sofisticação que exige a TV Digital. E o procedimento da digitalização está

condicionado em duas fases: primeiro a mudança de equipamentos necessários para a transmissão digital dentro da emissora e, evidentemente, a aquisição do rádio receptor digital.

No que diz respeito à mudança dos equipamentos dentro das próprias emissoras, nós estamos fazendo uma lembrança do que no passado aconteceu com o rádio de um modo geral. O rádio começou com ondas médias, depois vieram ondas curtas, ondas tropicais, as ondas curtas com largas distâncias que poderiam chegar, as ondas médias, evidentemente, em médias distâncias e posteriormente no começo da década de 50, no começo da década de 60 veio a implantação da rádio FM do Brasil.

Quando surge a rádio FM no Brasil houve mais ou menos a mesma situação que nós estamos começando a viver a partir de hoje com a implantação da rádio digital. Por que? Porque é uma tecnologia diferente.

Então, você para sair daquela transmissão de Radio AM, naquela época, para rádio FM o que você tinha que fazer. Você tinha que trocar o transmissor, você tinha que trocar o seu *link* para enviar ondas para o transmissor central. Você tinha que trocar toda a sua mesa de som. Isso tudo foi reformulado para você passar de AM mono para FM estéreo. Nós estamos mais ou menos no mesmo procedimento no que diz respeito a rádio digital. Porque você pode pegar sim um transmissor de AM hoje, acoplar a esse transmissor de rádio digital AM e você produzir o efeito do rádio digital.

Evidentemente que você está perdendo em qualidade, porque a sua mesa tem que ser uma mesa estéreo. Todos os seus equipamentos têm que ser digitais e você não vai trocar tudo isso. Você pode fazer os testes, os experimentos partindo apenas de uma transmissão digital e não ter o resultado esperado. Quer dizer, hoje mesmo eu tentei fazer uma certa colocação que pode ajudá-lo no entendimento do que vem a ser o rádio digital. O rádio digital funcionaria assim, grosso modo, quando você digitaliza o sistema AM de rádio ele passa a ter um som estéreo como se fosse o FM e quando você digitaliza o FM você passa a ter um som igualado ao que você tem no tocador de CD na sua Casa.

Então, são procedimentos técnicos que começam, sim, nas emissoras de rádio e vão demandar um certo investimento.

Agora, a preocupação do Governo, Sr. Senador Reginaldo, é que nós não obriguemos ninguém, absolutamente ninguém, a fazer o investimento como um todo. Nós achamos que o Governo não pode interferir desta forma, as emissoras de rádio são analógicas, elas podem continuar transmitindo analogicamente,

aquelas que quiserem fazer a conversão para o rádio digital fazem o pedido à Anatel, têm autorizadas as suas licenças e vão começar a transmitir digitalmente. Mas isso não vai impedir que nenhuma emissora de rádio no Brasil inteiro continue funcionando do jeito que está.

A minha previsão é de que nós levemos de cinco a dez anos para fazer a conversão como hoje já aconteceu, inclusive, porque nós precisamos incluir em cada aparelho de rádio, que vai ser comprado a partir do ano que vem, a capacidade de receber digitalmente. Aconteceu a mesma coisa há vinte anos quando os rádios que comprávamos não tinham FM só vinham com AM ondas médias, ondas curtas e alguns vinham até com ondas tropicais. De repente, os rádios passaram a ser fabricados apenas com AM e FM e já nem traziam mais a capacidade de receber as ondas tropicais e as ondas curtas. É mais ou menos a situação que nós vamos viver a partir do ano que vem.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Ministro, V. Ex^a sabe que, nesses últimos anos, quando apareceram as emissoras FM, elas tomaram o espaço das AM naturalmente pela boa qualidade do som. Então, com a digitalização as emissoras AM retornarão ao seu papel anterior, porque a rádio AM tem longo alcance, dependendo da quantidade de quilowatts que tem na antena.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – É a revitalização do sistema AM de rádio e com um detalhe Senador, se me permite entrar rapidamente numa explicação técnica, quando se transmite analogicamente transmite-se com todos os ruídos da transmissão analógica. Você pega o microfone, joga num transmissor comum e transmite a sua voz e todos os ruídos eletrônicos. Quando se transmite digitalmente não se transmite sons mas sim dados, zeros e uns sem ruído. Então, tecnicamente você vai receber esse som, até onde chegar, rigorosamente perfeito, fidedigno. Também tem uma diferença: como você se lembra, da época da telefonia celular analógica, você estava na estrada e seu telefone celular começava a ratear, começava a ter dificuldade de recepção e você até parava o carro para continuar a sua conversa. Na telefonia celular GSM já não acontece isso. Quando pára é de vez, ele não vai piorando e pára. Chega num ponto em que você não recebe mais a informação digital. Onde você recebeu é perfeito, mas a partir do momento em que você não recebeu ela não chega mal, ela vai ou não vai.

Essa é mais ou menos a situação que teremos no rádio digital. Você vai ter, na realidade, um problema que estamos discutindo amplamente em termos de Anatel, que é o exatamente o fato de que o rádio digital, na medida em que começar a ser transmitido, por

se tratar de uma informação digitalizada, vai aumentar a distância em que chega um sinal digital. Então, se com 10 quilowatts, em ondas médias, você manda a sua rádio a 10 quilômetros de distância, quando você digitalizar o som da sua rádio, transmitindo em 10 quilowatts, é possível que você transmita o som digital da sua rádio a 90 quilômetros de distância. Você vai ter que combinar com o vizinho que, se estiver na mesma frequência que você está transmitindo, vocês vão acabar esbarrando. Mas, como na rádio digital você tem uma amplitude tão grande de canais, evidentemente na canalização você vai ter a preocupação, como sempre se teve nos canais analógicos, de você não deixar que haja a convergência de um canal em cima do outro.

Mas imagine você que o que hoje se transmite a 10 quilômetros e no décimo quilômetro já se tem uma recepção, de certo modo, prejudicada, você pode chegar até a 90 quilômetros com o som rigorosamente perfeito.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – É mais ou menos, Sr. Presidente, como comparar o analógico e o digital a minha modesta voz e a voz do Senador Hélio Costa, a minha é analógica e a dele é digital.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Você é um artista, Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O próximo orador inscrito é o Senador José Jorge. Já temos uma Senadora e um Senador depois do Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ministro Hélio Costa, é um prazer tê-lo aqui como ex-Presidente desta Comissão e como Ministro das Comunicações. Como não tive a oportunidade de assistir o início do debate e acho que esse tema específico TV Digital já está bastante detalhado, tenho ficado preocupado com a questão das agências reguladoras no nosso País, não só com a questão da Anatel como com as demais agências reguladoras.

O Governo atual do Presidente Lula tem sido um padraço ruim, porque tem padraço bom e ruim para as agências, tratando como se as agências fossem pouco importantes, não fossem uma evolução no sentido da estruturação da infra-estrutura brasileira. Elas têm os recursos que são cobrados do consumidor para fazer fiscalização, são constantemente contingenciados e até este ano conseguimos incluir na LDO, via emenda que apresentei na Comissão de Infra-Estrutura, um artigo proibindo o contingenciamento de recursos das agências e esse foi um dos artigos vetados nos 22 artigos que foram vetados pelo Governo. Evidentemen-

te, não precisaria desse artigo se os orçamentos das agências fossem feitos numa base realista.

Por outro lado, as agências também discutem os seus orçamentos com o Ministério respectivo onde está localizada. Fui Ministro das Minas e Energia, e no seu Ministério há duas agências importantes: ANP e Aneel. E o Governo faz tudo para, de certa forma, desprestigiá-las. Em primeiro lugar nem nomeia seus dirigentes. Começa logo por aí. O presidente atual da Agência Nacional de Petróleo, uma das agências mais importantes em qualquer país, mesmo porque o petróleo é a US\$ 60, deve ser importante, mas aqui não é. O presidente da ANP terminou o seu mandato em janeiro, o Governo mandou um nome para cá, foi rejeitado pela Comissão de Infra-estrutura, e nem o Governo bota o nome rejeitado para ser votado e nem manda outro. Completará oito meses que a ANP está sem presidente.

Isso também aconteceu com a Aneel. O vencimento de dois diretores do mandato foi em maio. A Aneel tem cinco diretores, esses dois ainda não foram indicados ao Senado. Quando indicarem, vão querer aprovar em 24 horas.

Eu mesmo sou relator e vou demorar um mês, estou logo avisando, porque não é possível isso. Já sabíamos que esses dois mandatos iriam terminar, não é surpresa. É feito um nascimento de um filho, sabe que demorará nove meses. Então, esse mandato já tinha data marcada para terminar. Poderiam ter mandado antes, mas não mandaram, faz quatro meses. Isso mostra o descaso.

O projeto para melhoria das agências está na Câmara sem pai, nem mãe. Ninguém cuida dele, está lá, o projeto era péssimo, hoje é ruim. Ninguém quer aprová-lo, está lá. E as agências não têm pessoal, têm dificuldades.

Fiquei preocupado quando ouvi uma declaração de V. Ex^a em relação à nomeação dos Superintendentes das agências nos diversos Estados. A Agência tem que ter autonomia para nomear os seus diretores, aprovados no Congresso, e, a partir daí, ela tem que ter autonomia para que possa se autodesenvolver. Agência não é subordinada ao Ministério porque não é um órgão do Poder Executivo, é um órgão do Estado. Então, fiquei preocupado porque há tantos problemas nas agências, se agora os Ministros quiserem nomear os dirigentes estaduais da agência, vai haver uma politização, a meu ver, desnecessária. Temos que caminhar no sentido contrário, de que a agência funcione independente do governo do dia. Estou dizendo isso mesmo sabendo que acho que vamos ganhar as próximas eleições, vamos ser governo. Se não nesse, na outra. Isso ficará alternando, como é em todo país democrático. Acho

necessário que todos tenhamos a agência como órgão do Estado e que esteja acima disso.

Fiquei preocupado e, assim, gostaria de ouvir uma explicação de V. Ex^a sobre esse tema.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Muito obrigado, Senador José Jorge, pela sua exposição.

Certamente nada tenho a comentar a respeito das observações feitas pelo Senador no que diz respeito à ANP e à Aneel, que têm que ser respondidas pelo ministro da área, o Ministro das Minas e Energia.

No que diz respeito à Anatel, e de uma forma muito especial porque ela está vinculada ao Ministério das Comunicações, posso garantir ao Senador José Jorge que não houve, não há e não haverá nunca a interferência do Ministério ou do Ministro das Comunicações nos procedimentos da agência no que diz respeito às suas atribuições. A atribuição da agência é regular e fiscalizar.

Agora, no que diz respeito notadamente no ponto em que V. Ex^a toca, com respeito às superintendências, à composição da Anatel, a Lei Geral de Telecomunicações diz e é muito clara, posso estar enganado, parece ser o art. 23: todas as modificações que serão efetuadas dentro da agência reguladora têm que ser comunicadas ao Ministro das Comunicações e têm que ser submetidas ao Presidente da República. E só por um decreto seu é que se pode fazer modificação no regimento ou no decreto, que institui a agência.

Na medida em que esse projeto estava sendo na suposição de que o art. 48 da Lei Geral de Telecomunicações fosse modificado como estava sendo proposto e foi enviado ao Ministro das Comunicações, o qual não acolheu a sugestão de modificação do art. 48, que daria total e absoluta liberdade à Anatel. O Ministro não concordou e não enviou ao Presidente da República. A Casa Civil não recebeu. Então, evidentemente, que toda e qualquer modificação que está sendo feita ou que se propôs fazer na estrutura da Agência está ilegal. Ela não pode ser feita. O Ministério não interfere, definitivamente, em qualquer ação da Agência no que diz respeito à sua ação fiscalizadora e regulamentadora, mas, no que diz respeito a como a Agência se constitui, ela faz parte, sim, de uma estrutura do serviço público.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, mas e na nomeação das pessoas, por exemplo?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Não temos a menor influência...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Porque na declaração que li de V. Ex^a – não estou com ela aqui –, entendi que se referia à nomeação dos superintendentes, e não à estrutura.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Não, pelo contrário. O Ministério não interfere no que diz respeito a quem deverá ser indicado como superintendente da Anatel.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O que V. Ex^a, na realidade, acha que o Ministério, legalmente, deve interferir é em alguma modificação estrutural interna que a Agência deva fazer internamente.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Claro, sem dúvida. Ela tem que submeter ao Ministro. Por exemplo, entendo que, se você vai alterar o número de superintendências de seis para dez, é uma mudança no decreto. Ao ser uma mudança no decreto, tem que passar pelo Ministro, pela Casa Civil, pelo Presidente da República, porque esse decreto é do Presidente da República.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Acho que isso aí é o seguinte: o que foi definido por decreto do Presidente Sua Excelência tem que aprovar. Se foi definido na lei, o Congresso tem que aprovar. O que foi definido internamente na Agência, ela pode modificar sem falar a ninguém.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Sem dúvida.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Entendo que o princípio deve ser esse no sentido de que a Agência, efetivamente, tem a autonomia porque isso é importante para o País.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Definitivamente, o Ministério, ou o Governo, como um todo, ou a Casa Civil, ou o próprio Presidente da República vai interferir na ação fiscalizadora da Anatel. Não tenho a menor dúvida disso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O próximo orador inscrito é a Senadora Íris de Araújo, por cinco minutos.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Ministro, primeiramente, gostaria de cumprimentá-lo, dizer da nossa satisfação de tê-lo conosco, mesmo que temporariamente, nesta audiência pública, e agradecer as manifestações de pesar de V. Ex^a e dos colegas Senadores pelo passamento de minha mãe. Minha pergunta, Sr. Ministro, é aparentemente simples, mas diz respeito a essa grande maioria que representamos. Pergunto: na visão de V. Ex^a, haverá geração de empregos na criação da TV digital no Brasil? Segundo: qual o custo para a população, principalmente a de baixa renda, que tem na televisão a sua única fonte de lazer, para transformar o seu aparelho em TV digital? Nesse finalzinho da audiência, essas são as perguntas que gostaria de deixar a V. Ex^a.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Acho extremamente apropriadas as suas perguntas, Senadora Iris de Araújo, a quem cumprimento. Em primeiro lugar, no momento em que fazemos a digitalização das emissoras de televisão, no processo de digitalização da TV no Brasil, estamos, na realidade, iniciando vários procedimentos que envolvem a preparação, inclusive, de pessoal técnico especializado, a preparação de pessoas que vão se envolver com a produção de televisão, estamos lidando com uma capacidade tão extraordinária de geração de empregos, porque, na medida em que estamos pensando que cada canal, na realidade, vai ser multiplicado por quatro, cada emissora de televisão vai ter mais um canal e, certamente, para ter mais um canal, ela tem que empregar mais dez, quinze, vinte pessoas, que vão cuidar desse canal. É um procedimento que, em primeiro lugar, está gerando empregos em todos os setores da TV digital. Já começou mesmo antes de existir, porque o próprio Governo injeta R\$38 milhões para agitar, por assim dizer, toda a comunidade científica ligada às universidades públicas, privadas e institutos de pesquisa. Vamos chegar a R\$60 milhões. Já é, na realidade, um resultado formidável. O próprio CPqD teve que contratar inúmeros profissionais e cientistas para poder atender à demanda do projeto de TV digital.

Nesse sentido, não temos a menor dúvida de que, para o profissional de comunicação, que tem sido na realidade tão prejudicado nesses últimos anos, em razão da crise do setor de comunicação, que vivemos durante esses últimos três anos, vejo que ele será regamente contemplado com o sistema brasileiro de TV digital.

Eu gostaria até de voltar a insistir, na medida em que falei aqui, como Presidente da Comissão de Educação na época, da importância de se abrirem linhas de crédito para as emissoras de televisão grandes e pequenas, para os jornais grandes e pequenos, para as emissoras de rádio grandes e pequenas. E quando propus essa linha de crédito no BNDES, fui bombardeado com uma série de indagações no Brasil inteiro e aqui mesmo, no próprio sistema político, achando que estávamos criando um PROER para as emissoras, para as rádios e TVs e empresas de comunicação. E não era isso. A proposta que se fez aqui, na época, era de juros, pelo BNDES, de recursos que poderiam ser utilizados, pagando, como qualquer empresa paga, utilizando recursos, sim, do BNDES, como qualquer empresa utiliza, mas para poder preparar as empresas para esta era que estamos vendo agora.

A previsão que fazemos hoje é de que as emissoras de televisão, só de televisão, vão gastar R\$1 bilhão, nos próximos cinco anos, para fazer a conversão

para a digitalização. E no que diz respeito ao quanto vai custar para a população de baixa renda, estamos exatamente preocupados nesse sentido. E eu me reporte aqui sobre a caixinha que vai fazer a conversão do sistema analógico para o sistema digital. A primeira informação que temos é de que podemos produzir no Brasil essa caixinha, Senador Sérgio Cabral, por aproximadamente R\$40, que essa caixinha pode ser feita. Agora, como o chinês tem a capacidade de transformar tudo em 1/5 do preço, qualquer coisa, em qualquer lugar, sabemos que um ano depois que essa caixinha for vendida, no Brasil, por R\$30, aparece um chinês vendendo a mesma caixinha por R\$10. Então, também não tem muita dificuldade em pensar que no futuro vamos encontrar uma solução.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Obrigada, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Obrigada, Senadora.

PAREI AQUI O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra. PTB – RN) – Agora, o último orador inscrito. Com a palavra, por cinco minutos, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Hélio Costa, eu gostaria, preliminarmente, de cumprimentar V. Ex^a pela forma democrática com que vem dirigindo o seu Ministério. Aliás, o Presidente Lula colocou o homem certo no lugar certo. Quando se falava, por ocasião da reforma ministerial, de que V. Ex^a poderia ir para outro Ministério, eu tomei conhecimento de que o Senador Hélio Costa disse que somente poderia participar do Governo se fosse para um lugar onde S. Ex^a pudesse ajudar, contribuir. De fato, o Governo acertou em cheio ao convidá-lo para ocupar uma pasta cujos assuntos V. Ex^a conhece em pormenores, conhece com muito brilhantismo, e está exercendo o seu mister de dirigir um órgão tão importante que é o das Comunicações.

Portanto, os meus parabéns pela atuação marcante à frente do Ministério, que é um orgulho para todos nós, já que somos seus colegas, e temos o maior prazer em ouvir noticiário elogiando o seu trabalho.

De fato, a TV digital, este modelo, vai trazer, sem dúvida alguma, uma situação verdadeiramente revolucionária no setor de comunicações de nosso País. Mas de 80% dos brasileiros já têm televisão. E ela não só traz cultura, educação, entretenimento e lazer, como traz informação. E no mundo globalizado em que vivemos, quanto mais moderna for a televisão, mais moderno poderá se tornar o conhecimento popular.

É um órgão que democratiza a informação. Por isso, eu louvo a intenção do Governo em fortalecer

esse conjunto de comunicação no Brasil, incluindo-o nesse o novo modelo.

Três países disputam o mercado – segundo dados técnicos – de mais de US\$100 bilhões: o Japão, a Inglaterra, que deu início ao processo, e os Estados Unidos. Cada um tem o seu modelo, o seu padrão. O japonês pegou um pedaço de um e de outro e terminou fazendo o seu sistema próprio. O Brasil, que se definiu por um sistema próprio, naturalmente fará mais ou menos como o Japão. É o que eu espero: que o brasileiro seja um japonês também evoluído, pegando o que há de melhor nos três sistemas e fazendo um quarto que possa servir bem ao nosso País.

Mas há, Sr. Ministro, preocupações. Nós somos pessoas que queremos que o Brasil desenvolva a sua tecnologia de forma apropriada e prestigie o mundo científico e tecnológico. Afinal, o Brasil tem condições efetivas para criar o seu próprio sistema.

Eu fiz um discurso aqui no Senado, no dia 5 de junho de 2002, sobre televisão digital e enfoquei uma preocupação da Faculdade Senac de Comunicação e Artes, por meio do professor Vicente, que adverte o seguinte: ao fazer a escolha do modelo de televisão digital, a preocupação é não repetir o erro cometido na implantação da televisão em cores no Brasil. Por quê? Porque naquela época, quando se escolheu, por intermédio de um sistema híbrido, pegando uma parte do sistema de cores da Alemanha e criou aqui o Sistema Pal-M – o da Alemanha era PAL. Esse sistema realmente tornou o Brasil detentor de um dos maiores sistemas modernos de cores de televisão. Ocorre que, com o tempo, esse sistema se tornou obsoleto, não houve investimentos nessa área, e o fato é que o Sistema Pal-M de cores ficou isolado, diz o professor, tanto do ponto de vista tecnológico quanto comercial.

Então, pergunto a V. Ex^a sobre o sistema digital a ser implementado em nosso País. Segundo o nosso Governo, estudos indicarão a melhor solução. Esse sistema terá como se aperfeiçoar adequadamente todos os anos, modernizar o seu parque de produção televisiva? Os investimentos ficarão garantidos, para que não ocorra tal como aconteceu com Pal-M? O sistema próprio híbrido do Brasil, o sistema digital do Brasil, não será desatualizado e inapropriado no futuro?

Criou-se o Sistema Pal-M aqui, mas quando precisamos comprar um videocassete, se ele vem do Japão, dos Estados Unidos ou da Europa, logo temos que colocar um *transcoder*, se a televisão não tiver o Sistema NTSC, para fazer a conversão do Sistema NTSC para o Pal-M.

Então, pergunto a V. Ex^a: o Brasil está se preparando para essa obrigação de estar sempre se atualizando, investindo no sistema, para que não seja

passado para trás pelos sistemas fortes, americano, japonês e europeu?

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Em primeiro lugar, vamos lembrar um pouquinho a implantação do sistema de TV em cores no Brasil, que é o sistema Pal-M, conforme V. Ex^a disse.

Naquela ocasião o que se fez, na realidade, por ingerências governamentais, diga-se de passagem, foi pegar um sistema europeu a cores, com 625 linhas, que era o sistema PAL, adaptá-lo para o sistema americano de 525 linhas – a NTSC. Então, nós ficamos com as linhas do sistema americano e com as cores do sistema europeu. Aí criamos esse monstro que é o Pal-M. Conforme eu disse aqui no começo da minha fala, só o Brasil e o Laos é que conseguiram, na realidade, utilizar este sistema. Isso sem contar que as próprias emissoras de televisão, que tiveram que lutar com esta dificuldade de produzir equipamentos de gravação, principalmente, e de coleta de imagens no sistema Pal-M, num determinado momento, esquecem do sistema Pal-M para a produção, passam a utilizar o sistema NTSC, do modelo americano e fazem apenas a transmissão final da imagem em Pal-M. Isso tudo era feito para, simplesmente, criarmos um mercado brasileiro para venda de aparelhos de televisão. Hoje tudo isso está superado porque um pequeno *chip* japonês faz com que o seu aparelho receba todo e qualquer sistema sem problema nenhum.

Nós não vamos cometer esse erro novamente. Essa tem sido a preocupação, evidentemente, dos técnicos que estão sendo, na realidade, coordenados pelos professores e dirigentes da CPqD, que está, na realidade, conduzindo esses trabalhos da pesquisa que estão a direcionar a forma como nós vamos decidir a questão do sistema brasileiro de televisão.

Agora, sobretudo, é importante lembrar o que Senador deixou muito claro: nós não estamos fazendo um padrão de TV digital; nós estamos fazendo um sistema brasileiro de TV digital. Então, dentro deste modelo de TV digital que nós estamos fazendo, temos produtos importados, vamos ter produtos brasileiros e nós vamos estar, evidentemente, em condições de estar, permanentemente, atualizando este sistema. São produtos que, inevitavelmente, compõem o modelo ou qualquer modelo de TV digital.

Vejam só: o modelo europeu não é todo europeu. Ele tem alguns componentes que servem a todos os sistemas, como é o caso, por exemplo, do sistema de transporte no modelo europeu. É o mesmo sistema no modelo europeu, no modelo japonês; é o mesmo sistema no modelo americano. Quando você fala em modulação, você tem um sistema americano e tem um

sistema que atende ao modelo japonês e ao modelo europeu. Quando você fala em aplicações, você tem vários modelos, todo mundo contribui, todo mundo participa.

Então, isso aqui é um procedimento que, inevitavelmente, estará, permanentemente, sendo atualizado. São produtos de tecnologia, são instrumentos eletrônicos e são ferramentas de informática colocados em um conjunto para se criar um padrão de TV digital.

Então, quanto a sua preocupação de que nós vamos estar permanentemente atualizando, aperfeiçoando o nosso sistema, eu não tenho a menor dúvida; inclusive com a participação do produto brasileiro que, eventualmente, poderá ser aplicado. E eu citei aqui, especificamente, o caso da caixinha para fazer a recepção do analógico para o digital. Eu citei programas que estão sendo financiados dentro da proposta científica, no que diz respeito à interatividade. Nós temos ótimos programas de interatividade sendo desenvolvidos no Brasil dentro deste projeto da TV digital.

A meu ver, nós estamos rigorosamente no caminho certo com o modelo que nós estamos criando, onde o Brasil, certamente, dá um passo na esperança de que os países do Hemisfério Sul possam acompanhar a nossa posição; onde o Brasil estará em condições técnicas de se comunicar com o sistema japonês, com o sistema europeu, com o sistema americano. Mas o governo não quer e não vai, pelo menos com o Senador Hélio Costa à frente do Ministério das Comunicações, fazer a imposição do sistema; pelo contrário. Desde que cheguei no Ministério das Comunicações, tenho desenvolvido uma relação com as emissoras de televisão, com todos os grupos, todas as redes brasileiras para saber o que elas pensam, o que o SBT pensa, o que a Globo pensa, o que a RedeTV pensa, o que a Bandeirantes pensa com respeito à decisão que vai ser tomada em janeiro sobre o padrão de TV digital.

Por exemplo, o padrão de modulação é uma questão que depende mais das emissoras que do Governo. Eles é que vão ter que decidir isso. Nós vamos acompanhar, facilitar. E o que fez o Ministro? Propus ao Presidente – e este me autorizou a falar com o Ministro Palocci – que, dentro do modelo digital que iríamos utilizar, com essas ferramentas de informática e esses equipamentos de tecnologia que precisaríamos importar, ele encontrasse as possibilidades de se estabelecer uma alíquota quase zero para a importação desses equipamentos.

Sei que será um grande investimento. Todas as emissoras de televisão terão que investir muito dinheiro para fazer a digitalização. Mesmo pensando que vamos começar pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Salva-

dor, enfim, todas as capitais, ainda assim é um grande investimento a ser feito. Parte deste equipamento será inevitavelmente importado.

Então, vamos reduzir a alíquota de importação a praticamente zero.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Ministro Hélio Costa, por último, sabemos que o nosso País é pobre, subdesenvolvido, em que o cidadão faz um sacrifício enorme para comprar uma televisão, geralmente a crédito, passando de dois a três anos para pagá-la. É isso que acontece com a maioria da população.

É lógico que, numa primeira hora, numa primeira fase, a televisão não será digital. Haverá a “caixinha”, ou o conversor, ou o receptor, qual seja o nome dado na época, mas o importante é que aquele aparelho comprado com tanto sacrifício será preservado. Agora, quero saber: por quantos anos? Porque os aparelhos de televisão vão ser produzidos e comercializados. É preciso que se dê um prazo razoável – dez anos –, para que a televisão analógica seja utilizada sem nenhum problema de reposição de peças, de consertos etc.

Então, gostaria de saber como o Ministério quer compor essa situação futura do aparelho de televisão analógico.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Na realidade, tenho até algumas boas notícias nesse sentido. A partir do instante em que começamos a discutir seriamente o sistema brasileiro de televisão digital, a partir do instante em que, há dois meses, quando chegamos ao Ministério, estabelecemos que até o fim do ano teremos um Relatório Final e que definiremos um padrão até fevereiro do ano que vem e que, em julho do ano que vem, na pior das hipóteses, vamos ter, em algumas capitais, a transmissão digitalizada da Copa do Mundo, aumentaram em mais de 80% a venda de televisores digitais no País. Quer dizer: só com a idéia de que vamos ter a televisão digital, já houve um aumento na venda das televisões, já preparadas para receber o sinal digital.

Isso não quer dizer que ele precise da transmissão digital, evidentemente, para poder receber uma imagem, porque, conforme disse inicialmente, pode-se recebê-la via satélite, ou então para reproduzir um DVD, pode-se comprar um DVD de alta definição, que está no mercado, e reproduzir o seu DVD de alta definição.

Bem, isso tudo nos leva à seguinte posição: a preocupação do Governo é de não permitir que aquele cidadão usuário da televisão comum seja prejudicado na convergência da tecnologia.

Então, dez anos é pouco. Acho que vamos ter de continuar trabalhando com a TV analógica e esquecer

que temos uma data para ela terminar. É mais ou menos o que aconteceu com a televisão preto e branco. Há praticamente 40 anos estamos produzindo TVs preto e branco. Só no ano passado é que deixamos de produzir no Brasil aparelhos de TV em preto e branco. Agora, quem compra ainda televisor preto e branco? Não sei, mas tem gente comprando, porque eles estavam produzindo até o ano passado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Para sistema de segurança, é muito utilizada a televisão em preto e branco.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Monitores, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sim, monitores.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – É; mas estou me referindo a aparelhos de televisão mesmo, com tecnologia ainda em preto e branco, os quais muita gente ainda compra. Apenas no ano passado deixamos de produzir esses aparelhos.

Veja só a diferença de regimes, conforme V. Ex^a mostra claramente: moramos em um país em que é difícil comprar um televisor, é difícil para um assalariado investir dois ou três salários na compra de um aparelho digital no caso. Por outro lado, o que aconteceu nos Estados Unidos este ano é uma prova da diferença entre as culturas. Lá houve um decreto do Presidente da República que estabelecia o seguinte: a partir do dia 31 de julho, todas as emissoras de televisão, as cinco mil emissoras do país, teriam de estar digitalizadas e ponto final.

No dia 31 de julho, houve um outro decreto do Presidente – aliás, um presidente que nunca nos demonstrou ser autoritário. Ele diz assim: “Em 31 de julho, todos os aparelhos de televisão nos Estados Unidos têm que estar digitalizados”.

Então, lá no Meio-Oeste americano – e tenho amigos nos Estados Unidos que me disseram isso –, de repente, ou você comprava a “caixinha”, ou você comprava um novo aparelho, ou acabou: no aparelho analógico não entrava mais a imagem da televisão! Isso aconteceu este ano nos Estados Unidos por imposição governamental, por decreto.

Aqui não. A nossa preocupação é deixar claro que, se o cidadão quiser continuar vendo o seu aparelho analógico, não há problema algum. Agora, eventualmente, vai chegar um momento em que deixaremos de continuar produzindo a TV analógica, assim como aconteceu com a TV em preto e branco recentemente. Não sei quando isso vai acontecer, mas não será nunca em detrimento daquele usuário da televisão, daquele telespectador que só tem o aparelho analógico e não tem como investir no aparelho digital.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – Vou passar agora a palavra ao Senador Sérgio Cabral, Presidente da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, para agradecer, em nome da Comissão de Ciência e de Tecnologia e da de Educação, a palestra do Ministro.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Exato, Senador Augusto Botelho. É com muita satisfação que agradeço à palestra tão clara, brilhante e pragmática do Ministro Hélio Costa, Ministro das Comunicações, que, com muita clareza e competência, demonstrou o seu compromisso com as telecomunicações neste País, com esse segmento tão importante, mas sem perder o foco na população, na democratização desses importantes instrumentos de comunicação, aliando tecnologia com a própria realidade do povo brasileiro.

Então, o Ministro está de parabéns pela sua exposição, pela clareza com que expôs. Fico muito otimista. Como autor do requerimento, espero que o Senador Hélio Costa, meu colega de requerimento, também tenha ficado satisfeito com a exposição do depoente. Tenho certeza de que o Ministro está desempenhando um belo papel.

Realmente, como diz o Senador Antonio Carlos Valadares, a pessoa certa no lugar certo. Oxalá o Brasil avance na tecnologia da televisão digital! Que o povo brasileiro possa usufruir não só dessa tecnologia, como de todas as tecnologias ofertadas hoje ao mundo, combinando a possibilidade de o mercado desenvolver-se com a realidade brasileira.

O Ministro Hélio Costa entende com profundidade essa equação: das novas tecnologias, de que muitas dessas tecnologias só podem ser desenvolvidas em escala e, ao mesmo tempo, adequando-a. Como disse bem o Senador Hélio Costa, o Brasil tem inteligência, é capaz de acompanhar esse processo, mas sem uma visão xenófoba.

Então, V. Ex^a está de parabéns!

Estamos no caminho certo, Sr. Presidente.

Pediria, Sr. Presidente, mais um segundo para fazer um apelo ao Senador Hélio Costa. Como ele foi, até há poucos meses, Presidente da Comissão de Educação, e aqui discutiu conosco o papel da Ancine, a questão da Ancinav, conseguindo lutar pela Agência Nacional de Cinema, sei que não é da área de V. Ex^a, mas tem uma interface muito grande com o seu Ministério.

Estou apresentando um Projeto de Lei Autorizativo, com o propósito de provocar o assunto, já fizemos aqui, já na sua ausência, com o Senador Gerson Camata, que tão bem sucedeu a V. Ex^a, juntamente com o Senador Augusto Botelho, um debate sobre a

renovação do art. 1º sobre a renovação da Lei do Audiovisual, que é o artigo fundamental da Lei.

Ele tem vigência até 2006, mas o segmento da indústria nacional de cinema já se preocupa com isso. Como V. Ex^a é um aliado da indústria brasileira de cinema, temo – e já tenho informações – que, no Governo, haja setores interessados em ampliar a mudança. Quer dizer, além de renovar o art. 1º, enfiar outros pontos dentro da Lei do Audiovisual. Isso preocupa o setor.

Na semana passada, recebi o Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, o cineasta Geraldo Moraes, fiz aqui uma audiência com os Colegas Senadores, que foi excepcional, com diversos representantes dos segmentos da indústria do cinema, preocupados com a possibilidade de perder o foco na questão da renovação do art. 1º da Lei do Audiovisual, que é fundamental para o cinema. Ela é que permite o financiamento do cinema nacional, que tão bem caminha nestes últimos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Ministro Hélio Costa para as suas considerações finais.

O SR. MINISTRO HÉLIO COSTA – Perfeitamente pertinente a preocupação do Senador Sérgio Cabral. Eu vou levar à Ministra Dilma Rousseff e ao Ministro Gilberto Gil, os dois Ministérios que estão intimamente ligados à questão do audiovisual, a preocupação que nós mesmos temos, aqui mesmo como Presidente da Comissão, discutindo amplamente a questão apresentada pelo Governo passado, com a proposta da Lei Geral de Comunicação de Massa, com relação à necessidade de se dar condições à Ancine, que ficou, naquele momento, prejudicada, porque não se criou a Ancinave, e não se deram os recursos necessários àquela.

Isso tudo passou aqui pela nossa Comissão de Educação. Tenho certeza de que, agora, quando chega essa nova proposta, ela já vem de uma forma muito mais inteligente, pois ela vem para abrir a discussão.

Levarei essa questão à Ministra Dilma e ao Ministro Gil. Se necessário, evidentemente, penso que a Comissão e a Subcomissão devem convidar o Ministro Gil e a sua assessoria para virem aqui discutir, de forma mais ampla, os detalhes que incomodam. Tenho certeza que V. Ex^a tem razão, no que diz respeito ao art. 1º.

Quero finalizar, apenas agradecendo a cada um dos meus companheiros, Senadores e Senadoras, especialmente ao Senador Augusto Botelho, pela condução dos trabalhos nessa audiência pública. Também

faço um agradecimento ao nosso Presidente, Senador Gerson Camata, e a todos que participaram dessa discussão.

Para nós todos, deixo até para o final a ênfase que deve ser dada ao modelo de negócio da TV digital, porque discutimos com competência a questão técnica da TV digital, temos instrumentado toda essa questão com os cientistas brasileiros, qualificados, evidentemente com os recursos que o Ministério alocou através do (?). Todo um procedimento para a criação do sistema brasileiro de TV digital foi feito tecnicamente. Envolvemos as emissoras de televisão, na realidade, aqueles que têm o controle das empresas de comunicação de televisão no País. Agora, fica faltando, na realidade, o produto final de todo esse contexto – que é o modelo de negócio.

Ou seja, como é que iremos fazer com que essa maravilha da TV digital chegue à população, de que forma ela é um benefício para o povo, de que maneira as pessoas mais carentes, que precisam dos recursos da TV digital, para poder ter um pouco mais de cultura no seu televisor, de ter um instrumento de aprimoramento e aperfeiçoamento das suas qualidades. Tudo isso a TV digital representa. Como é que vamos, num modelo de negócio, fazer com que as emissoras de televisão usem esse instrumento extraordinário, que é a TV digital, para criar novas fontes de trabalho, novas fontes de renda, porque se trata de uma operação, quase que totalmente, com raríssimas exceções – entendo que as TVs públicas venham a participar -, da iniciativa privada, com relação aos investimentos que vão ser feitos nesse setor.

Tenho lembrado sempre nas nossas reuniões a diferença que o Ministério das Comunicações tem feito, no sentido de deixar bem claro, para os empresários do setor, para os cientistas e professores que estão cuidando do sistema, no sentido de que o nosso Ministério não interfere, não é impositivo, mas um orientador. Queremos trabalhar esse procedimento sempre de comum acordo com aqueles que estão envolvidos, com aqueles que estão investindo no procedimento, nunca de forma impositiva, nunca de forma autoritária. É dessa forma que vamos conseguir resultados e um grande sucesso com a TV digital a partir do ano que vem.

Muito obrigado a todos e, em especial, ao nosso companheiro Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h.)

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ata da 08ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de novembro de 2005.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senhor Senador Sérgio Cabral e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Wellington Salgado de Oliveira, Íris de Araújo, Roberto Saturnino, Aelton Freitas, Maria do Carmo Alves e Reginaldo Duarte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Geraldo Mesquita e Sérgio Zambiasi. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Cabral registra a presença, para acompanhar a reunião, do Senador Eduardo Azeredo (PSDB/MG) não membro da Subcomissão. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Cabral, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada e passa a Presidência ao Senhor Senador Reginaldo Duarte, uma vez que é o autor dos dois requerimentos a serem apreciados. Item 01: Requerimento n.º 09/05-CESCTCS, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que “Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiências públicas para discutir o contingenciamento dos recursos destinados ao Ministério da Cultura, especificamente o setor de artes cênicas, e a inclusão das empresas produtoras de teatro no Simples. Sugiro que para a primeira audiência pública sejam convidados: 1 – Representante do Ministério da Fazenda; 2 – Representante do Ministério da Cultura; 3 – Presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro – APTR/RJ; 4 – Presidente da Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo – APETESP; 5 – Representante do Teatro da Região Norte / Nordeste; 6 – Representante do Teatro da Região Sul / Centro-Oeste”. O requerimento é aprovado. Item 02: Requerimento nº 10/05-CESCTCS, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que “Nos termos do disposto no art. 58, §

2º, II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiências públicas para discutirmos a elaboração de uma lei específica para o setor teatral”. O requerimento é aprovado. O Senhor Presidente Eventual, Senador Reginaldo Duarte, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador Reginaldo Duarte, Presidente Eventual da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Havendo número regimental, declaro a 8ª reunião extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da 3ª sessão legislativa ordinária da 52ª legislatura.

Hoje temos dois itens não-terminativos na pauta; são dois requerimentos de minha autoria. Portanto, passo a Presidência ao eminente Senador Reginaldo Duarte para que ele possa fazer a leitura, a votação e o procedimento desses dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Duarte. PSDB-CE) – Esse requerimento é do Senador Sérgio Cabral.

“Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública para discutir o contingenciamento dos recursos destinados ao Ministério da Cultura, especialmente o setor de artes, ciências, e a inclusão das empresas produtoras de teatro no Simples.”

Passo a palavra ao autor, Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Obrigado, Senador Reginaldo Duarte.

A razão da solicitação dessa audiência pública foi após uma reunião histórica realizada na nossa Comissão de Educação, na Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, em que 118 representantes do setor teatral brasileiro... Vale a pena registrar que essa Comissão de Educação, que já tinha uma subcomissão de cinema abraçou a causa do teatro brasileiro. Então, desde esse ano, a Subcomissão não é só do cinema,

mas também do teatro brasileiro. Tivemos uma grande reunião com produtores teatrais, atores, cenógrafos, proprietários de teatros, enfim, com o segmento teatral aqui, nesta sala, e tivemos informações absolutamente assustadoras quanto à crise por que passa o setor teatral e – o que é mais importante – o contingenciamento dos já poucos recursos destinados à cultura e ao teatro brasileiros. Para que V. Exas. tenham noção, a liberação dos recursos na área da cultura, para investimento, não chegaram a 30% do previsto – isso é muito grave. E há, inclusive, liberação específica para o teatro que está matando o teatro brasileiro. Por isso, se faz importante a convocação de uma audiência pública. Estamos sugerindo um representante do Ministério da Fazenda – porque sem ele, também, não adianta nada, um representante do Ministério da Cultura, o Presidente da Associação de Produtores de Teatro do Rio de Janeiro e de São Paulo, um representante das organizações de teatro do Norte e do Nordeste, que também estavam presentes na reunião a que me referi, e um representante do teatro das regiões Sul e Centro-Oeste.

Então, essa é a proposta, Sr. Presidente, para que possamos fazer essa reunião, que, me parece, já está agendada para quarta-feira que vem, e as autoridades do Ministério da Cultura e do Ministério da Fazenda já confirmaram presença. Então, teremos, quarta-feira que vem, daqui a uma semana, caso aprovado este requerimento, esta reunião importante, que tenta salvar algum recurso para o teatro brasileiro neste final de ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Duarte. PSDB-CE) – Em discussão, o requerimento do Senador Sérgio Cabral. (Pausa.)

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Sr. Presidente, apenas para concordar com o Senador Sérgio Cabral. Minas Gerais está sempre apoiando o Rio de Janeiro. (Risos.)

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Não fosse o fato de termos mais de 1 milhão de mineiros morando no Rio de Janeiro e de o Senador Eduardo Azeredo ser muito querido pelo povo do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Duarte. PSDB-CE) – Não havendo mais quem queira discutir, está em votação o presente requerimento. (Pausa.)

Aprovado.

Em seguida, passamos ao Item nº 2 da pauta. Trata-se de requerimento do nobre Senador Sérgio Cabral.

“Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a realização de audiências públicas para discutirmos a elaboração de uma lei específica para o setor teatral.”

Passo a palavra ao autor, Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Obrigado, Senador Reginaldo Duarte.

Como falei anteriormente, a Subcomissão do Cinema foi ampliada para Subcomissão do Teatro também. E aprovamos ontem, aqui, na Comissão de Educação, uma vitória histórica para o cinema brasileiro, cujo setor anda muito preocupado por conta da Lei do Audiovisual. A Lei do Audiovisual, em 1993, foi sancionada pelo Presidente Itamar Franco. Essa lei foi elaborada aqui, no Senado Federal, quer dizer, melhorada, aperfeiçoada, e salvou o teatro. Vínhamos de 1989, no governo Collor, com o fim da Embrafilme, aquela política horrorosa do Collor para a cultura, e o cinema brasileiro se afundou, não tinha mais cinema brasileiro, havia acabado.

Com a Lei do Audiovisual, foi permitido o ressurgimento do cinema brasileiro, porque é uma lei muito bem elaborada e que permitiu que o empresariado pudesse participar da produção por intermédio de incentivos fiscais. O art. 1º dessa lei, acho que sabiamente, estabeleceu um prazo de 13 anos para que esses incentivos fiscais fossem válidos, e aquele art. 1º da Lei do Audiovisual caduca no ano que vem. E nós, então, aqui, eu tomei a iniciativa de apresentar um projeto – V. Exª participou da votação ontem – simples, enxuto, renovando por mais dez anos essa garantia dos incentivos fiscais. Por quê? Porque o governo brasileiro não tomou nenhuma iniciativa ainda; o Ministério da Cultura conversa, conversa, mas não decide; nós tivemos aquela experiência da Ancinave, que já começou malograda; e o tempo da duração de um filme é muito longo, não é do dia para a noite. Então, se atravessássemos de 2005 para 2006 sem uma peça legislativa de renovação do art. 1º, certamente o setor do Audiovisual, o setor de cinema, teria muita dificuldade de captação de recursos para produções futuras. E ainda vai enfrentar dificuldades se o Congresso não aprovar rapidamente esse nosso projeto.

Então, a Lei do Audiovisual salvou o cinema brasileiro. Estamos praticamente terminando 13º ano da lei com o filme “Dois filhos de Francisco”, que bate todos os recordes nacionais. Desde “Dona Flor e seus dois maridos”, que foi um espetáculo no final da década de 70 – foram quase oito milhões de expectadores – não

se tem caso igual. O filme “Dois filhos de Francisco” chegou agora a quase seis milhões. Não bateu o recorde de “Dona Flor e seus dois maridos”, mas, nos últimos 20 anos, é o filme brasileiro mais visto nas salas de exibição no Brasil. É uma beleza de filme e merecedor de todo esse sucesso.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – Apesar da pirataria

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Apesar da pirataria. Tem gente vendo filme indevidamente. O Senador Leonel Pavan lembra muito bem: é um péssimo exemplo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC) – É verdade. Eu recebi de presente um DVD deste filme, coloquei-o no aparelho e não funcionava direito. Fui ver e constatei que era pirata. Então, “apesar da pirataria”. Todos os camelôs estão vendendo.

Lembra-me bem o Senador Sérgio Cabral aqui: o Presidente Lula viu no avião esse filme. Apesar do incentivo que o Lula dá, há pirataria.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Então, Senador Reginaldo Duarte, essa foi uma grande vitória do cinema brasileiro. A Lei do Audiovisual estamos procurando preservar. Por que estou falando da Lei do Audiovisual e do cinema brasileiro? Porque a nossa proposta, com esse requerimento – que será, em função do calendário, obviamente, aprovado aqui, mas, caso assim aconteça, só será realizada a audiência no começo do ano que vem –, é um desafio ao teatro brasileiro: solicitamos ao segmento, produtores de teatro e atores, que apresentasse um pré-projeto semelhante à Lei do Audiovisual para o teatro brasileiro. Eles ficaram eufóricos. Estão estudando, consultando, inclusive, tributaristas ligados ao setor cultural, para que seja elaborado um pré-projeto, nascido desta Comissão com o setor, para o teatro brasileiro.

Esta é a fundamentação do requerimento: para que possamos, juntos, numa audiência pública, começar a materializar a possibilidade de se fazer um projeto semelhante ao do Audiovisual para o teatro brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Duarte. PSDB-CE) – Em votação o requerimento do nobre Senador Sérgio Cabral. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, o requerimento está aprovado.

Parabenizo o Senador Sérgio Cabral pela sua compreensão e pela sua luta em favor do cinema e do teatro brasileiros.

Muito obrigado.

Está encerra a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h58min.)

SENADO FEDERAL**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

Ata da 9ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 30 de novembro de 2005.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia trinta de setembro de dois mil e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Sérgio Cabral e com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Geraldo Mesquita, Wellington Salgado de Oliveira, Íris de Araújo, Roberto Saturnino, Aelton Freitas, Romeu Tuma, Reginaldo Duarte, Luiz Otávio e Paulo Paim, reúnem-se a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Leonel Pavan, Valdir Raupp e Sérgio Zambiasi. O Senhor Presidente Senador Sérgio Cabral, registra a presença, para acompanhar a audiência pública, dos Senhores Senadores Gerson Camata (PMDB/ES), Cristovam Buarque (PDT/DF), Heráclito Fortes (PFL/PI) e Eduardo Azeredo (PSDB/MG) não membros da Subcomissão, Deputado Sandi Júnior (PP/GO), e das Senhoras Andréa Ribeiro Alves e Thereza Teller, da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro – APTR e Senhores Marbo Giannaccini, Diretor Executivo do Núcleo de Arte e Cultura – NAC; Antônio Carlos Bernandes, do Centro Brasileiro de Teatro para a Infância e Juventude, Silvio César, cantor e Zezé Mota, atriz e cantora. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 009-CESCTC de 2005, de autoria do Senhor Senador Sérgio Cabral, que tem como objetivo discutir o contingenciamento dos recursos destinados ao Ministério da Cultura, especificamente para o Setor de Artes Cênicas, e a inclusão das Empresas Produtoras de Teatro no Simples. Comparecem à Audiência Pública os seguintes convidados: Senhor Oséas Borba Neto, Representante do Setor Teatral das Regiões Norte e Nordeste; Senhor Sérgio Sá Leitão, Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura; Senhor Ney Piacentini, Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro; Senhora Marley Danckwardt, Representante do Setor

Teatral das Regiões Centro-Oeste e Sul; Senhor Hércio Tokeshi, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e Senhor Eduardo de Souza Barata, Presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro – APTR. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão presentes. Usam da palavra os Senhores Senadores Íris de Araújo, Roberto Saturnino, Geraldo Mesquita, Wellington Salgado de Oliveira e os Senadores Cristovam Buarque e Heráclito Fortes, não membros da Subcomissão. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Cabral, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador Sérgio Cabral, Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

NOTA TAQUIGRÁFICA

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral – PMDB – RJ) – Declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura. A audiência pública desta manhã tem como objetivo a discussão do contingenciamento dos recursos destinados ao Ministério da Cultura, especificamente para o setor de artes cênicas e a inclusão das empresas produtoras de teatro no Simples. Estão presentes os Senhores Oséas Borba Neto, representante do Setor Teatral das Regiões Norte e Nordeste; Dr. Sérgio Sá Leitão, Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, Sr. Ney Piacentini, Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro; a Sr. Marley Danckwardt. Acertei? Que bom! Nós temos aqui uma Silhessarenko que já nos faz treinar as pronúncias. Representante do Setor Teatral das Regiões Centro-Oeste e Sul, o Dr. Hércio Tokeshi. A acentuação está correta?

O SR. HÉLCIO TOKESHI – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral – PMDB – RJ) – Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, e o Dr. Eduardo de Souza Barata, Presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro. Temos aí a ilustre presença do nosso Presidente da Comissão de Educação, Senador Gerson Camata, do ilustre Senador Rober-

to Saturnino Braga, que me antecedeu na Presidência desta Comissão e do Senador Geraldo Mesquita. Essa Subcomissão e a Comissão de Educação vêm, ao longo desses últimos anos com o Senador Osmar Dias e com o Senador Camata, se dedicando e se aprofundando na questão do teatro brasileiro. Combinou, este ano, com a inclusão do teatro brasileiro na Subcomissão do Cinema, na Subcomissão do Audiovisual. Esta audiência pública é consequência de uma reunião que fizemos com o *trade* teatral, com o setor teatral aqui nesta sala. Uma reunião muito proveitosa com todos os segmentos do setor: atores, produtores, diretores, cenógrafos, coreógrafos, até porque havia também representantes da dança dentro dessa preocupação. E nós tivemos, vale ressaltar, uma vitória extraordinária, dentro da Comissão de Educação, com o apoio do Senador Camata e de todos os membros dessa Comissão de Educação, quando conseguimos aprovar uma emenda à Comissão de Orçamento, que está sendo discutido no Congresso Nacional, o orçamento para 2006, de cerca de R\$100 milhões. Dentre as emendas que cabiam à Comissão de Educação, numa luta difícil. Quem acompanhou viu, porque, evidentemente, a demanda é muito grande e é algo absolutamente novo, dentro do Senado Federal, a preocupação de incluir emendas de Senadores para o teatro brasileiro. Mas fomos vitoriosos com a compreensão e ajuda de todos os membros da Comissão. Cerca de R\$100 milhões para o teatro e para a dança. Então, essa foi uma conquista importante que será, é claro, consolidada no Orçamento. Com o Sub-Relator dessa área, do Orçamento, teremos uma audiência amanhã, e com o próprio Relator Geral do Orçamento. Tem um clipe sendo distribuído com a memória, exatamente, desta luta a que me refiro. Então, vamos conceder 10 minutos a cada expositor, para que sejamos sucintos e eficientes e possamos aprofundar o debate. E eu convido, para fazer a exposição, para iniciar as exposições, o Dr. Sérgio Sá Leitão, Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura. Por favor... Agradecendo pela presença.

O SR. SÉRGIO SÁ LEITÃO – Muito obrigado, Senador Sérgio Cabral, bom-dia a todos, bom-dia ao Senador Saturnino que, como o Senador Sérgio Cabral, é Senador pelo meu Estado, Senador Gerson Camata, Senador Geraldo Mesquita... Bom, todos os que estão aqui nessa Comissão. Eu, em primeiro lugar, gostaria de compartilhar com os senhores uma mensagem do Ministro Gilberto Gil. Inicialmente, o convite havia sido feito a ele. Ele havia demonstrado um grande interesse em estar aqui presente e participar mas ele foi convidado pelo Presidente para acompanhá-lo em algo muito importante, também, para nós que é esse

evento que, neste momento, está se realizando, celebrando a amizade entre o Brasil e a Argentina. Não sei se os senhores têm essa informação mas o Mercosul Cultural está a pleno vapor – está avançando bastante. Daí, o interesse estratégico do Ministério da Cultura em estar presente neste evento. De qualquer maneira, enfim, ele pediu que transmitisse essa informação, aqui, aos senhores e dizer que ele se coloca à disposição desta Comissão para, numa outra ocasião e em outro momento, debater esse mesmo tema ou quaisquer outros temas de interesse da Comissão e dos Senadores.

Em relação ao tema específico que nos traz, aqui, hoje, eu gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar esta Comissão – o esforço do Senador Sérgio Cabral – e, também, das Associações de Teatro para que nós conseguíssemos essa Emenda a que o Senador se referiu agora – essa Emenda ao Orçamento da União que destina R\$100 milhões no Orçamento do Ministério da Cultura à área de artes cênicas, incluindo teatro e dança, com destinação específica para a Funarte que, dentro do Ministério da Cultura, é o órgão encarregado da gestão da política para o setor. Eu acredito que isto vem reforçar todo o esforço que nós temos feito em conjunto com o setor e, também, em conjunto com o Congresso, no sentido de elevar os recursos orçamentários do Ministério da Cultura e, portanto, elevar os recursos para todos os seguimentos, incluindo este seguimento de artes cênicas. Enfim, acho que isto vai ser um reforço absolutamente considerável. Se nós conseguirmos fazer com que esses recursos sejam efetivamente disponibilizados para o Ministério, nós poderemos ter, em 2006, o maior investimento com recursos orçamentários que já foi feito no setor de artes cênicas, teatro e dança. Nós consideramos isto absolutamente importante e fundamental.

O Estado brasileiro, hoje, em nível federal, tem, basicamente, quatro formas de investimento em cultura. A primeira forma, como os senhores sabem, é o Orçamento do Ministério e, dentro do Orçamento do Ministério, estão contempladas duas formas – uma é o recurso que é disponibilizado para investimento, pelo Ministério, através das suas instituições e o segundo mecanismo é o Fundo Nacional de Cultura.

Em segundo lugar, nós temos o incentivo fiscal, através da Lei de incentivo à cultura, a chamada Lei Rouanet, e, no caso do cinema, a Lei do Audiovisual. São os dois instrumentos disponíveis, hoje, no momento.

Depois, nós temos, também, crédito, ou seja, os recursos que agências de financiamento do Executivo ou os bancos públicos como o BNDES, o Banco do

Brasil, a Caixa Econômica podem disponibilizar para o setor.

Finalmente, nós temos os recursos de comunicação das estatais. É preciso fazer uma diferenciação porque, na verdade, como as estatais investem recursos em patrocínio cultural, majoritariamente, através das leis de incentivo, esses recursos, então, já estão considerados quando eu falo da rubrica Lei de Incentivo. Mas as estatais investem um pouco mais porque, aí, são recursos de comunicação mas que se somam, também, ao conjunto de recursos que são destinados à cultura.

Então, basicamente, são essas quatro maneiras. Eu acho que sempre tem duas formas de nós encararmos as coisas e nós temos que buscar uma mediação entre elas. Uma forma é a forma de se comparar o que existe na realidade com o ideal, com aquilo que você gostaria de fazer, com aquilo que você gostaria de atingir ou mesmo com aquilo que a realidade coloca ou impõe como necessidade. A segunda maneira que, digamos, é a maneira mais poliânica, é você comparar com o que já existia, ou seja, com o que você encontrou. Em comparação com o que existia, o que nós temos hoje? Penso que a visão que temos e que o Ministro nos inspira a ter é de buscar conciliação entre essas duas coisas. Sabemos que é absolutamente inviável que um déficit histórico de investimento público na cultura seja revertido da noite para o dia, ao mesmo tempo em que precisamos reconhecer as diferenças, as mudanças que aconteceram em relação ao que existia antes até para amparar o crescimento dessa demanda. É preciso reconhecer isso e fazer uma mediação dessas duas coisas.

Digo isso para compartilhar com os senhores o sentimento que temos no Ministério da Cultura de que, efetivamente – citarei dados que amparam essa constatação –, tivemos mudanças significativas no financiamento público da cultura neste Governo. Não nos satisfizemos com essas mudanças, porque elas ainda não conseguiram nos aproximar do ideal nem mesmo dar conta da totalidade das demandas que a realidade nos coloca. Então, no jogo entre essas duas questões, é preciso que nos situemos.

Quais são as mudanças ou as conquistas significativas? É fato, citarei os números depois, que o investimento em cultura, por meio das leis de incentivo, cresceu muito nessa gestão em relação ao que tínhamos antes. E esse crescimento, descontada a taxa de inflação que, enfim, é muito pequena, mas existe, enfim, é um investimento real que aumentou muito. O investimento orçamentário também cresceu. Sei que o representante do Ministério da Fazenda tem dados

absolutamente precisos em relação a isso. Ele vai poder compartilhar melhor do que eu esses dados.

O investimento orçamentário do Ministério da Cultura, portanto, do Governo Federal no setor também cresceu significativamente. Um dado basta para termos clareza disso: o orçamento do Ministério da Cultura, enviado a esta Casa pelo Executivo, portanto, sem contar as emendas que os senhores estão destinando a ele no sentido de elevar esses recursos – só a mensagem do Executivo já dobra o orçamento do Ministério da Cultura em relação a 2002, último ano do Governo anterior.

Na verdade, estamos assistindo a uma evolução natural. Há uma percepção cada vez maior por parte dos dirigentes brasileiros, dos políticos brasileiros e do conjunto da sociedade da importância da cultura, inclusive, da importância da contribuição da cultura para o desenvolvimento do País, à medida que as atividades econômicas relacionadas à cultura são geradoras de emprego e de renda e dinamizadoras de uma série de outras atividades. As pessoas compram eletroeletrônicos para terem acesso a conteúdos culturais, então, a cultura dinamiza inclusive outros setores da economia. Isso está crescendo no Brasil e é muito positivo. Na verdade, não é uma questão que se deva atribuir a um ou outro Governo, mas está crescendo, no Brasil, a percepção do papel estratégico, central que a cultura tem e isso está se refletindo progressivamente nesses números.

Vou acelerar minha fala para não tomar muito tempo. Quero compartilhar uma informação que talvez os senhores não tenham. O Senador Sérgio Cabral, nesta Comissão, abriu um *front* de diálogo muito profícuo com o setor das artes cênicas e também com o Ministério da Cultura, fazendo essa ponte, essa mediação. Senador, estivemos juntos no gabinete do Ministro Gilberto Gil há um mês e meio, há quase dois meses. O Ministro se sensibilizou muito com as questões a que o Senador se referiu e nos deu a diretriz de trabalhar junto às empresas estatais para que, ao lado das medidas estruturantes, pudéssemos tentar viabilizar um investimento significativo expressivo neste final de ano no setor de artes cênicas.

Tínhamos viabilizado junto à Petrobras um recurso no valor de R\$3 milhões para um edital que se agregaria aos demais editais que a estatal já faz. Enfim, e agora, muito a partir desse encontro, dessas conversas, conseguimos que a Petrobrás acrescentasse aí mais R\$10 milhões a esse edital, que vai ser lançado agora na primeira semana de dezembro. É um edital conjunto da Funarte com a Petrobrás, devotado especificamente às artes cênicas. O Ministério vai colocar também mais três milhões, que foram descontingentes

ciados agora pela junta econômica. Isso vai perfazer um edital total de R\$16 milhões para o setor, que é o maior edital que já foi feito para esse setor.

Rapidamente, para compartilhar informações com V. Ex^{as}, no que diz respeito ao incentivo fiscal, o total dos recursos que têm sido disponibilizados para o investimento em cultura pulou de 211 milhões, em 1999, para 496 milhões, em 2004. Portanto, temos aqui mais do que o dobro de 1999 para 2004. Já temos – o dado agora é de 28 de novembro – 329 milhões até agora, em 2005, o que, pelas curvas dos anos anteriores, permite-nos projetar algo em torno de 550 milhões este ano, por meio da Lei de incentivo Rouanet. Aqui é só Rouanet. O audiovisual vai fechar em cerca de 60 milhões, que é a média histórica dos últimos três anos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral – PMDB – RJ) – Dr. Sérgio, vou-lhe conceder mais dois minutos.

O SR. SÉRGIO SÁ LEITÃO – Está certo. No caso das artes cênicas, especificamente, pulamos de 30 milhões, em 1999, para 97 milhões, em 2004. Portanto, nós aqui mais que triplicamos esse investimento no setor de artes cênicas. E, até agora, em 2005, temos R\$59 milhões. Além disso, conseguimos, por meio de gestões junto às estatais que investem no setor, que esse investimento fosse, de certa maneira, descentralizado para que ele se tornasse disponível para produtores culturais de outras regiões do País. Também houve uma política de investimento muito profunda, nos festivais de teatro, porque são instrumentos importantíssimos de circulação, inclusive de intercâmbio de linguagem. Agora temos algumas companhias teatrais, como o Teatro de Oficina, como o galpão, etc., que são patrocinados de maneira constante, o que nos permite desenvolver um trabalho permanente no setor. Além disso, aumentou o investimento do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal nos espetáculos que são realizados nos seus centros culturais. Diria o seguinte: esse segmento de artes cênicas é o segmento que mais recebeu recursos na história da lei de incentivo à cultura, mais do que o cinema, mais do que a música, mais do que qualquer outro setor. São números que estão nos demonstrando isso.

Recursos orçamentários. Já investimos 21 milhões nos dois primeiros anos no setor, e o investimento, este ano, vai ser de 11 milhões, sem contar esse edital a que me referi.

Em relação à questão do Simples, para encerrar a minha participação, o Ministério apóia a demanda dos produtores. Consideramos que isso pode ter um impacto positivo, inclusive na dinamização econômica do setor, e, portanto, na própria geração de impostos

que a atividade do setor gera na sua ponta. Agora, consideramos que essa é uma questão complexa que temos que nos preparar muito bem, temos que nos informar muito bem. O que fizemos? Há duas ou três semanas, em função de uma sugestão da câmara setorial de artes cênicas, contratamos um grande tributarista aqui de Brasília, especializado no assunto de questões tributárias, etc., que está nos preparando, até o início do ano que vem, um estudo sobre essa questão para analisar a viabilidade da proposta, qual seria o impacto, inclusive levantando argumentos econômicos que possam favorecer ou amparar que essa proposta seja levada a cabo. Fico à disposição de V. Ex^{as} para prestar outros esclarecimentos. Se eu tiver algum tempinho no final, eu gostaria de compartilhar uma proposta que estaremos trazendo aqui para a Comissão em breve, a questão do ticket-cultural, que achamos ser uma proposta que tem a contemplar bem o setor de artes cênicas, e também satisfazer as diretrizes que têm sido colocadas aqui nessa discussão.

Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, gostei do entusiasmo do expoente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Muito obrigado, Dr. Sérgio de Sá Leitão. Agradecer ao Senador Romeu Tuma, Íris de Araújo, da Sr^a Andréa Ribeiro Alves da PTTR, a Sr^a Tereza Teller, da PTTR, o Sr. Mabur Gianatinni, diretor executivo do Núcleo de Arte e Cultura – NAC – e o Sr. Antonio Carlos Bernardes, do CBTis. Muito obrigado pela presença. Desculpe a omissão.

Convido agora para fazer uso da palavra, vamos tentar respeitar o tempo para que a gente possa entrar no debate. É evidente que o Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura será depois, certamente, provocado ao debate, com certeza, para o bom debate. Agradeço a exposição. Foi ótima, competente. Solicito a exposição do Sr. Oséas Borba Neto, representante do setor teatral das regiões Norte e Nordeste.

O SR. OSÉAS BORBA NETO – Bom-dia, Sr. Presidente e Srs. Senadores, bom-dia, colegas de teatro. Nós do Norte e Nordeste ficamos contente com a presença do representante do Ministério da Cultura, Secretário Sérgio de Sá Leitão.

Gostaria de salientar a ele que essa descentralização tem que ser ainda maior. O Ministério da Cultura tem que buscar dados para que se torne mais concreta essa descentralização. Para nós do Norte e Nordeste ainda tem uma visão vinda do MINC que no Norte e Nordeste ainda se faz teatro com menos dinheiro. Isso não é verdade, principalmente se levarmos em consideração a região Norte, onde todos os produtos para confecção de cenário, adereços que vêm do Sul

do País. Para se fazer um circuito entre os estados vizinhos, normalmente tem que se valer mão do avião, então os custos são muito maiores e na distribuição do Ministério da Cultura, a região Norte é que fica com o menor percentual. O Nordeste, do qual faço parte, sou de Pernambuco, certo? Nós estamos desacreditados com as leis de incentivos do Ministério da Cultura. Lei Roane, Lei Funart, Petrobrás e quando vemos o Presidente da Funart, Grassi mostrar os números, temos aqui, distribuímos a verba de acordo com o número de inscrição. O que acontece na nossa região é que a grande maioria das pessoas não se inscreve nos projetos por descrédito completo. Para se ter uma idéia, Pernambuco, no Prêmio Funart/Petrobrás apresentou 25 projetos, São Pulo foram 200 e poucos. Em Pernambuco, desses 25, dois são meus. Então, quer dizer que os meus correspondem a 10% do Estado de Pernambuco? De Recife a Petrolina a distância é a mesma que de Recife a Fortaleza. Então, precisa ser melhor revista a questão das verbas, a questão das informações e esses números têm que ser trazidos ao Ministério da Cultura por outra fonte de dados. Talvez o IBGE seria uma das nossas reivindicações, levantar quantas pessoas realmente trabalham com cultura em cada região, quanto é gasto realmente com cultura nessas regiões, para poder descentralizar, ser mais democrático em nível nacional.

Um País tão grande, o mínimo que a gente pede é que seja mais democratizado não só os recursos, mas também as informações. Esse é o motivo por que o Norte e o Nordeste pleitearam vaga nessa discussão do teatro. Temos nossa cadeira na câmara setorial e queremos sempre estar participando das discussões. Que as discussões não fiquem tanto aqui para baixo, subam um pouquinho. Nós também fazemos cultura, nós também fazemos teatro de qualidade, temos grandes grupos de teatro, de dança, de artes visuais, de música. A prova é que agora, que temos pessoas atuantes lá, é que no Conselho Nacional de Políticas Culturais temos três pernambucanos e um baiano na dança. Então, nas câmaras setoriais, quatro são nordestinos. Que o Ministério da Cultura veja o Brasil como um todo. Não estou pedindo para tirar do Rio e São Paulo, mas que também veja o Norte, o Nordeste, o Sul, o Centro-Oeste, para que possamos trabalhar com dignidade. O nordestino sofre muito em outras áreas para ter que sofrer também na cultura. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Vamos ouvir agora Marley Danckwardt, representante do setor teatral das Regiões Centro-Oeste e Sul. Por favor, Marley.

A SRA. MARLEY DANCKWARDT – Bom-dia a todos, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, Senhoras e

Senhores, primeiramente em nome da classe teatral quero agradecer aos Senadores que apresentaram a nossa emenda e que levaram adiante esse projeto, que temos sonhado há muito tempo e que estão empenhados em acompanhar esse trâmite todo. Senador Gerson Camata, muito obrigada; Senador Geraldo Mesquita, muito obrigada; Senador Sérgio Cabral, muito obrigada; Senador Roberto Saturnino, muito obrigada; Senador Sérgio Zambiasi, nosso relator, lá do Rio Grande do Sul, meu parceiro, muito obrigada; Senador Paulo Paim, também nos ajudou (falha na gravação) muito obrigada; Senador Romeu Tuma, que estava presente, muito obrigada; Senadora Iris de Araújo, muito obrigada.

Espero que a gente consiga agora levar adiante, nessa outra trilha que temos, com esta emenda.

Cito a Constituição brasileira, o art. 215: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará, incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Nesses três últimos anos de governo, o teatro brasileiro foi contemplado com somente um edital, edital para circulação de produção que atende apenas uma pequena parte das variadas e urgentes demandas do setor no País. A crise econômica nacional em que vivem as companhias, as produtoras e os artistas de teatro é o reflexo da falta de uma política cultural de Estado, integrada nas três fases, nas três esferas: Estadual, Municipal e Federal, deixando, então, a produção cultural a mercê das disposições ocasionais de mercado. Nesses 3 anos de falta de uma política estadual para a cultural, o que se produziu no Brasil não tem a cara do Brasil, não retrata a cultura regional, o folclore ou a identidade de um povo, mas sim, o que se produziu tem a cara da iniciativa privada. Produz-se o que vende, o que convém levar a marca dos investidores nas leis de incentivo à cultura.

Não estamos aqui de nenhuma forma criticando ou menosprezando as leis de incentivo. Elas são necessárias sim, mas como complemento de uma política cultural.

E, Senhores, Lei de permuta não é política cultural. Queremos o direito de produzir desastrelhado da veiculação de marcas e campanha de marketing, queremos ter o direito de fazer nossa arte pela arte, pela cultura de um povo, pela necessidade de expressão individual. E para isso estamos necessitando de uma política cultural de Estado voltada ao fomento da produção cultural. Um programa de ações públicas que contribua para a criação de redes de produção e circulação cultural, a exemplo da emenda aprovada no dia

22 pela Comissão de Educação e Cultura destinada especificamente ao teatro e à dança.

Como a política é alicerçada por leis com orçamento próprio, podemos começar a pensar a formação de desenvolvimento continuado no setor, longe dos casuísmos e oportunismos, mas consolidado nacionalmente. Esta combinação poderá alimentar uma cadeia produtiva tão forte e continuada, que a informalidade em que vivem os artistas poderá ser substituída por contratos estáveis, de remuneração constante, que provoca ascensão social com previdência e saúde.

Essa cadeia produtiva que movimenta a economia gera postos de trabalho, produtos, impostos e consumo de bens culturais, é a chamada economia da cultura, que amplia a democratização dos meios de produção e o acesso ao universo cultural, elemento fundamental na formação da construção da cidadania. Aumentar para 2% o orçamento da cultura, conforme recomendado pela ONU, é também incentivar a cadeia produtiva da economia da cultura, por outro lado, temos essa cadeia sem o alicerce do Estado sofrendo a sobrecarga tributária. Propomos que seja feito um estudo com a Fazenda e as entidades culturais para que, juntos, encontremos soluções e ajustes, uma revisão tributária eficaz que produza um real impulso ao setor.

Dessa forma, fica o nosso apelo para que seja garantida a liberação da emenda da Comissão de Educação e Cultura, orçamento de 2006 sem contingenciamento, o saldo do orçamento de 2005 liberado, parece que, agora, temos um pedacinho, aumento para 2% do orçamento da cultura, discussão da reforma tributária para as empresas culturais e inclusão no Simples e a concretização de uma política nacional de fomento ao teatro que garanta a dignidade do artista e a identidade cultural do País. Baseado no princípio de que a cultura é uma força social de interesse coletivo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Agradeço a exposição da Sr^a Marley Danckwardt, Representante do Setor Teatral das Regiões Centro-Oeste e Sul.

Passo a palavra para o Dr. Hércio Tokeshi, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, que vai usar o *PowerPoint* para fazer uma exposição.

O SR. HÉLCIO TOKESHI – Primeiro, eu gostaria de agradecer imensamente o convite para estar presente nesta Comissão.

Vou repetir um pouco o que o Sérgio Sá disse, do ponto de vista de desculpas, só que, agora, são, obviamente, as desculpas do Ministro Palocci, que também está acompanhando o Presidente no mesmo evento de comemoração da amizade Brasil/Argentina, e, por

isso, não pôde estar aqui, pessoalmente, para prestar os esclarecimentos. Mas estou eu aqui, humildemente, tentando substituí-lo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Mas ele tem vindo com frequência a este Congresso.

O SR. HÉLCIO TOKESHI – Sim e, como já disse, está à disposição para outras convocações, em outras ocasiões.

Senadores Sérgio Cabral, Iris de Araújo, Roberto Saturnino, Geraldo Mesquita Júnior e demais presentes, eu trouxe aqui uma pequena, a apresentação vai ser muito rápida, só para prestar alguns esclarecimentos a respeito dessa dinâmica de orçamento, não tanto para os Srs. Senadores, mas talvez para alguns integrantes da Mesa que não conhecem exatamente como é feita essa sistemática do orçamento, que é uma seqüência progressiva de ações. Vou falando porque ainda não chegou na parte onde tem os números.

A sistemática de orçamento no Brasil é uma das coisas que, eu, como Economista, diferentemente do pessoal de teatro, gosto de coisas estranhas, considero linda.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Fora do microfone)

O SR. HÉLCIO TOKESHI – Gosto de teatro também, e o Sérgio sabe que sou cinéfilo, mas sempre que posso, vou ao teatro, inclusive, tenho pessoas na família envolvidas diretamente com a área de teatro, mas, infelizmente, vou menos do que gostaria.

Voltando para a sistemática do orçamento, é um conjunto de ações sucessivas e tem uma seqüência progressiva. Existe um plano plurianual que o Governo faz com metas, os principais programas, as principais diretrizes, que traçam um planejamento de médio prazo para o Governo e para as suas ações traduzidas em números, em dinheiro. Isso dá origem, todo ano, a uma Lei de Diretrizes Orçamentárias. Tem várias premissas a respeito de crescimento da economia, taxa de inflação e assim por diante. A Lei de Diretrizes Orçamentárias é submetida ao Congresso e aprovada, é discutida com o Congresso e aprovada. Isso, por sua vez, dá origem a um projeto de lei de orçamento anual, que, de novo, discutido e emendado pelo Congresso se transforma então no Orçamento Geral da União. E, por fim, ao longo do ano, esse orçamento vai sendo executado de acordo com um decreto de programação financeira. Esse decreto, a cada bimestre, é revisto e rediscutido, porque a economia cresce mais, cresce menos, as ações da Receita Federal funcionam melhor ou não tão bem. Enfim, e isso define então toda uma sistemática de desembolso ao longo do ano com essa revisão bimestral que é feita pela Junta de Exe-

cução Orçamentária, que não é apenas o Ministério da Fazenda, inclui também a Casa Civil e o Ministério do Planejamento.

Esse decreto de programação financeira tem dois tipos de limites, tem limites orçamentários, são os valores efetivamente disponíveis aos diferentes Ministérios e áreas de governo para empenho, ou seja, para assunção de uma despesa, e tem limites financeiros que é o dinheiro efetivamente em caixa disponível para ser gasto.

A razão pela qual acho essa sistemática muito boa e foi um avanço fundamental e importantíssimo para o Brasil, é porque quando você passa de uma economia de inflação alta para uma economia de inflação baixa, cada Real é um Real de verdade. E, portanto, as discussões e as decisões a respeito do dispêndio de cada um desses Reais, que são de todos nós, porque afinal de contas é do nosso imposto, é uma discussão que de fato faz diferença se aquele Real vai para um programa ou vai para outro programa.

Então, na medida em que temos uma sistemática estruturada, dentro do contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal, isso implica em que quando a gente decide que vai usar o dinheiro numa certa área, numa certa política, esse dinheiro é um dinheiro que efetivamente vai gerar impacto real na sociedade, na economia. Esse conjunto de regras, que é de fato complexo e intrincado, mas que passa por todo esse processo de discussão com o Congresso, justamente para que a sociedade, representada no Congresso, possa direcionar a ação do governo, é um mecanismo absolutamente fundamental do processo de discussão democrática de quais são as prioridades e quais são os focos que o governo e a sociedade que o governo tenha.

Especificamente com relação ao Ministério da Cultura, e, infelizmente, acho que distribuíram cópias em papel, não é? E na pág. 3 temos aí um gráfico e uma tabela mostrando a dotação, o empenho e o pagamento efetivo de recursos pelo Ministério da Cultura de 2000 até 2005. 2005 é uma projeção baseada nos dados efetivos até outubro, apenas com uma projeção para novembro e dezembro. Então, esse número aqui está muito próximo do que efetivamente ocorrerá.

O que queria destacar neste gráfico é o seguinte: É que se você comparar os três últimos anos do governo Fernando Henrique, dos quais a gente tinha informação imediatamente disponível, a gente vai ver que a média, e não estou falando da média de dotação, que é o que está no Orçamento, mas o que efetivamente foi pago, a gente tem uma média de cento e sessenta e cinco milhões de reais, que foi o pagamento efetivo do Ministério da Cultura nos últimos anos do governo Fernando Henrique. Se você comparar isso com a projeção, o

pagamento efetivo que vai ocorrer em 2005, você vai ver que isso dá um aumento de 122%, ou 369 milhões de pagamento efetivo que ocorrerá em 2005, versus a média dos últimos anos do governo Fernando Henrique. Vou repetir: Um aumento de 162%, nominal. Como a inflação foi muito baixa, isso mais do que dobrou, em Reais, que tem poder de compra efetivo. Mesmo dentro do governo Lula, o valor de 2005, comparado com o que foi pago efetivamente em 2004, representa, em um único ano, um aumento de 34%.

Esse é o terceiro maior aumento de pagamento efetivo de dispêndio real de qualquer Ministério do Governo Lula. Os dois únicos Ministérios que tiveram um aumento maior do que esse foram os Ministérios dos Transportes e o Ministério de Tecnologia. Os Transportes obviamente porque existe essa necessidade premente de investimento em estradas, na área de logística, Ciência e Tecnologia também porque também é uma área de prioridade, mas o aumento em Ciência e Tecnologia não foi muito maior do que esse do próprio Ministério da Cultura que é um sinal, assim, evidente, claríssimo da prioridade que o Governo Lula dá a essa área de cultura.

Na página 4, aí a gente tem uma comparação ano a ano, mês a mês entre 2004 e 2005. E a única coisa que eu gostaria de ressaltar neste gráfico é que o aumento real que acontece de 2004 para 2005, claramente indica que houve ao longo do ano de 2005, já há uma execução, isso permite uma execução muito mais tranquila e um volume de desembolsos, que é crescente e sempre mais tranquilo do que em 2004.

Com.... Então, isso apenas corroborando que o Sérgio já estava dizendo, que essa não é... ao contrário de outras situações, onde você não tinha todos esse arcabouço de responsabilidade fiscal, quando você está numa ambiente como o que foi construído ao longo dos últimos anos e que o Governo Lula preservou, que é esse ambiente de responsabilidade fiscal, quando a gente, e quando o Congresso decide, e quando se vota uma emenda, e quando se tem recurso para se executar uma emenda e que aumenta os recursos para um certo programa, para uma certa área isso é, dentro do que é possível, mas quando isso acontece, isso é um dinheiro que de fato vai ter impacto real nas atividades, na vida das pessoas. Então, é... E esse aumento que o Governo Lula tem promovido é... não é mais uma ficção ou simples discurso de campanha.

Especificamente com relação ao Simples, o que eu... que é o segundo tema que nos foi colocado, eu queria rapidamente dizer o seguinte. A Lei do Simples – Simples é apenas uma sigla, que na verdade era a Lei do Sistema Integral de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de

Pequeno Porte – foi feita em 1996 e era uma regulamentação de um artigo da Constituição que dizia que era... A Constituição mandava que se criasse um regulamento e um tratamento diferenciado e simplificado para o pagamento de impostos e contribuições das micro e pequenas empresas. Ela basicamente engloba todos os tributos federais, IRPJ, PIS e PASEP, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Cofins, para as empresas industriais que têm que recolher ao Ipea e IPI e as contribuições patronais.

Microempresa, hoje, após algumas emendas, está definida como qualquer empresa.... as empresas têm receita bruta abaixo de 240 mil por ano. Empresas de pequeno porte são aquelas que têm receita bruta entre 240 mil e 2 milhões e 400 mil reais.

A lógica de criação dada aí, do Simples, então essa é uma lógica de simplificação tributária não necessariamente, não era necessariamente uma lógica de favorecimento de redução da carga de tributo, porque aqui, de novo, dentro da lógica de respeito de responsabilidade fiscal, o que se estava procurando fazer era uma simplificação dos recolhimentos de diversos tributos. Então, ao invés de ter que recolher e ter que preencher formulários de tributos para diversos impostos, você simplifica isso, que é, assim, uma tabela progressiva com apenas alguma, com uma única alíquota para englobar todos os tributos, mas o fluxo total de receita para esses impostos foi calibrado de forma a preservar a arrecadação tanto da Receita, e muito importante também, da Previdência Social.

Agora, para fazer essa simplificação houve um trabalho na época muito rigoroso, criterioso da Receita e depois também no trabalho e na discussão do Congresso de conseguir escolher e delimitar o tipo de atividade econômica que no qual seria plausível você fazer essa simplificação, justamente para não perder as receitas que são necessárias para a Receita quanto para a Previdência Social.

Então, por isso, quando você olha aí na página 7, na Lei do Simples existe um Capítulo, não é, um artigo existe um Capítulo que diz das vedações à opção ao Simples. Esse Capítulo tem o art. 9º, que diz que não poderá optar pelo Simples a pessoa jurídica. E, aí, tem vários incisos porque todos eles foram necessários para poder fazer essa delimitação – de que tipo de atividade havia a segurança, por parte do Governo do Estado, de que poderia ser feita a simplificação sem correr risco para os recursos da Previdência Social e que o próprio Tesouro precisa. Então, entre esses, existiam incisos – 13 – onde ali estavam vários tipos de profissionais liberais, também caracterizado o ator, o empresário, o diretor ou o produtor de espetáculos.

Não foi maldade do Secretário da Receita da época. Foi o resultado de um estudo aprofundado e de uma calibragem fina que foi feita. Entre todos os tipos de atividades da economia, nós vamos procurar delimitar que eles, onde nós podemos avançar no sentido da simplificação, sem correr riscos exagerados do ponto de vista dos recursos que são necessários para sustentar a aposentadoria de todos nós e o equilíbrio do Orçamento do Estado. A inclusão de novos setores nessa sistemática do Simples, obviamente não está excluída a priori mas ela deve ser feita respeitando a intenção do legislador e o cuidado que houve na época. Esta é uma área na qual todos – este Secretário da Receita agora não é este ministério que está fazendo agora. É claro que sempre há o tempo e sempre existem as demandas e as pressões das diferentes áreas de grupos da sociedade, querendo, também, se incluir no Simples porque, de fato, é mais fácil, mais simples e não necessariamente mais barato porque é calibrado para ser a ótica de simplificação. Existe sempre uma resistência muito grande no Ministério da Fazenda e do Secretários da Receita em fazer esta mudança. Por que? Porque, na medida em você abre para um tipo de profissão liberal onde os mecanismos de controle e a calibragem do nível de alíquota que você consegue fazer com uma única alíquota – e substituir todos esses outros impostos, na hora em que você abre para uma profissão liberal, existe o risco muito grande porque faltam os argumentos – vão faltar os argumentos. Se permitiu para os produtores teatrais, por que não pode os produtores de cinema, porque não podem os dentistas...? E este risco foi já foi calculado R\$3 bilhões a R\$5 bilhões ao ano. Então, não é uma coisa trivial de ser mexida e tem que ser vista – como o próprio Sérgio falou – com muito cuidado e muita responsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Quero agradecer ao representante do Ministro Antonio Palocci, Dr. Hércio Tokeshi, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Aliás, quero ressaltar que nos dois Ministérios, tanto o Ministro Gil como o Ministro Antonio Palocci, tiveram a felicidade de escolherem exatamente – acho que dois representantes estratégicos porque são os representantes conceituais tanto da política cultural quanto da política econômica e que são as pessoas mais interessantes para discutirem essa matéria. Esta questão do Simples, por exemplo, já estimula um debate interessante. Foi bom que o Dr. Hércio Tokeshi, aplicadamente, tenha tocado – foi uma das razões desta audiência pública.

Quero citar, aqui, a presença ilustre que nos honra muito – de dois grandes artistas brasileiros, meus queridos amigos – o cantor Silvio César, um grande cantor e um grande artista, e a querida cantora e atriz, esta representante maravilhosa das artes brasileiras que é a Zezé Mota. Muito obrigado pela presença de ambos.

Continuando o debate, passamos a palavra, então, ao Sr. Ney Piacentini, Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro.

Por favor, V. S^a tem a palavra.

O SR. NEY PIACENTINI – Bom-dia a todos, bom-dia Srs. Senadores, presentes à Mesa, Colegas, Senhoras e Senhores:

Nós, do setor teatral, estamos, muito proximamente, as ações do Ministério da Cultura, da Funarte e não só neste Governo mas, também, no Governo anterior. O Governo anterior lançou um Projeto chamado “Encena Brasil”, por uma ou duas ocasiões, com recursos da ordem de R\$2,5 milhões, distribuídos no Brasil, na casa de 15, 20, 30 mil reais para as companhias produzirem e circularem. Fez também um projeto que buscou recursos no FAT de formação profissional, cujos recursos de execução foram infinitamente menores do que os recursos que foram dedicados à gravação do vídeo do recurso dirigido.

Esse Governo quando entrou, no primeiro ano, fez uma reforma ministerial. O Ministério estava praticamente fechado para a sociedade com a alegação de que estavam promovendo reformas estruturais, internas. No primeiro e no segundo ano, nós participamos de inúmeras consultas públicas através do seminário Cultura para Todos. Não nos furtamos em sequer uma ocasião de debater com o Governo tanto incentivo cultural através do incentivo fiscal quanto políticas públicas. Levamos esse debate a sério, com rigor em todo o País e todos os nossos representantes participaram dessas consultas.

Quando, então, era esperada a ação de governo a partir dessas consultas, aí veio a grande frustração. Pro mercado ligado ao incentivo cultural há promessa de uma reforma da Lei Rouanet. Há promessa de um decreto que está para ser assinado e a gente não tem notícias de quando esse decreto vai ser assinado.

No setor das políticas públicas propriamente dito, a Funarte desenhou um edital para teatro e dança, o Prêmio Klaus Vianna e Emílio Muniz com anuência do setor, com consulta no setor e esse prêmio foi anunciado em março, no Salão Gilberto Freyre do prédio do Capanema, no Rio de Janeiro, na presença do Ministro e de todo o seu staff e de toda a classe teatral. Havia lá cerca de oitocentas pessoas acompanhando

o anúncio desse prêmio, paralelo ao anúncio das câmaras setoriais.

Obviamente que a classe interpretou aquilo como o lançamento de uma política pública. Desde então, o edital não foi lançado, fomos também mais uma vez noticiados de que a impossibilidade? Se devia ao contingenciamento do Ministério da Cultura, que é 0,34 e houve contingenciamento de mais de 50% esse ano, salvo engano. Então, começamos a nos articular nacionalmente, fizemos um abaixo-assinado para o qual estamos recolhendo cada dia mais assinaturas pró 2% e também pelo descontingenciamento do Orçamento desse ano com a nítida noção de que se houvesse o descontingenciamento o setor seria contemplado nos seus programas públicos.

E essa informação da progressão do descontingenciamento o setor não teve. Apesar de trabalhar em parceria com a Funarte e com o Governo e com o Ministério da Cultura, o setor foi privado dessas informações. Fizemos no dia 10 de agosto manifestações em todo o Brasil, em todos os Estados, pelo descontingenciamento, ou seja, a favor do MinC, a favor da Funarte, solicitando à equipe econômica do Governo que promovesse esse descontingenciamento para que o reflexo chegasse até a nossa área e viemos a Brasília recentemente, visitamos o Secretário Executivo e viemos a essa Casa.

Nos corredores do Ministério da Cultura, fomos informados de que o Ministério já havia recebido cerca de 79% dos seus recursos. Essa informação foi confirmada aqui no Senado na manhã seguinte. E aí nós ficamos estupefatos. Estamos lutando pelo descontingenciamento e o Ministério não nos avisa que a maioria dos recursos já foram descontingenciados. E se foram descontingenciados – aí eu vou pedir a confirmação dos representantes do Governo – quanto foi descontingenciado, quanto falta para ser liberado esse ano. E se as informações que nós recebemos são verdadeiras, por que os programas públicos não vieram à tona? Qual é o ruído que há entre o Ministério da Cultura, entre Funarte ou os outros órgãos pro setor teatral não ter programa algum esse ano? O prêmio Funarte – Petrobras é de 3 milhões. É pífio, e é da Petrobras; não é da Funarte, não é do governo.

A circulação, como já foi citada aqui pela colega Marley, foi no ano de 2003 pra 2004. Então, é surpreendente que um governo dito popular e democrático, que tem uma reserva no setor cultural importantíssima, histórica, uma militância, num momento como esse fique à revelia. É incompreensível.

Nós aplaudimos as iniciativas do Ministério quanto ao audiovisual, aplaudimos a iniciativa do Ministério em relação aos pontos de cultura e tantas outras ações

e os progressos que existem, mas é inadmissível pro setor teatral o Ministério não responder à altura da demanda, da importância, da penetração, em todos os termos que já foram aqui citados, tanto tributários quanto de geração de postos de trabalho. Contribuímos com a Previdência, sim. Contribuímos com o Imposto de Renda e, agora, com outros tributos que incidem na nossa área injustamente, do nosso ponto de vista. Então, fica essa dúvida.

O Ministério está anunciando um prêmio agora, mas o Prêmio Emílio Martins originalmente era de R\$30 milhões para este ano. Sem dúvida, seria um avanço. Conforme o Secretário Sérgio Sá anunciou aqui, este ano o prêmio será da ordem de R\$16 milhões, uma raspa de tacho no final do ano que a gente louva. É uma resposta à nossa pressão, é uma resposta à nossa organização. Cento e dezoito entidades, movimentos e fóruns do País inteiro estiveram representados aqui. Vemos o prêmio como uma resposta mínima para a situação do setor.

A emenda proposta aqui é importantíssima, é histórica porque a sociedade e o Legislativo pautam o Executivo nesse momento. Se o Poder Executivo não tem uma política clara para o setor, vemos que a nossa casa, que é o Legislativo, indica, sensibiliza-se e reconhece o problema através dessa emenda. Por isso, estamos aqui solicitando que os senhores trabalhem com todo empenho possível para que ela seja levada a cabo.

Mais do que isso, o setor avança, o setor não está parado. O setor de teatro está produzindo um projeto de lei para o setor que está sendo discutido no País inteiro e que está sendo trabalhado nas nossas bases. Não estamos esperando que o Governo faça, estamos propondo. Somos proponentes, propositores. Em breve, apresentaremos aos senhores uma anuência do setor em relação a isso.

Por fim, gostaria de fazer um comentário sobre a tributação. Acho mais do que legítima essa solicitação, mas vou puxar um pouco a brasa para a nossa sardinha. Hoje, as cooperativas de culturas no País não são poucas, assim como as de teatro. Atualmente essas cooperativas sofrem taxaço do PIS – Cofins. Além de contribuímos com o INSS e com IR, o que é justo porque fazemos parte do todo da Nação, contribuímos com o ISS local. Temos a taxaço como cooperativa que não tem fim lucrativo, cujo propósito, o princípio, é o modo de produção coletiva. Estamos sendo taxados e nossos advogados estão questionando isso junto às instâncias governamentais.

Era essa a minha contribuição.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Agradeço a exposição e a cooperação do Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro.

O último expositor – *last, but not list* – é o Sr. Eduardo Barata, Presidente da Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro.

Registro também que, com tantas CPIs e com Comissões permanentes em funcionamento ao mesmo tempo, temos **quorum** em quantidade e em qualidade.

Registro a presença do Senador Cristovam Buarque e do Senador Wellington Salgado Filho, que não havia registrado antes e que nos honram com as suas presenças.

Depois, vamos abrir o debate.

O Senador Geraldo Mesquita Júnior está inscrito para arguir, assim como o Senador Roberto Saturnino.

Por favor, Sr. Eduardo Barata.

O SR. EDUARDO BARATA – O fato de ser o último a falar acabou mudando todo o meu discurso. Falarei o que já tinha inscrito, mas há outras informações.

Quero falar que esse encontro também é resultado de um trabalho de um ano que EPTR, a PTESP (4:00) também começaram a fazer aqui dentro da Comissão e conseguimos, junto com os Senhores Senadores, conquistar que o teatro fosse incluído na Subcomissão de Cinema, Educação e Informática. Saiu a informática, e entrou a informática.

Há um ano começamos a discutir a possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – A informática não saiu. Foi para a Comissão de Tecnologia.

O SR. EDUARDO BARATA – Há um ano, começamos a discutir a possibilidade da criação de um projeto de lei específico para o nosso segmento.

Quero falar para o Sérgio que há algumas discordâncias sobre os números que ele apresentou. Se esses números aconteceram realmente, eles não chegaram até a produção independente teatral brasileira. O Ministério, nesses três anos, sempre falou que aconteceu uma grande retração de investimentos através da Lei de Incentivo no Rio de Janeiro. O discurso sempre foi o de que estava acontecendo a descentralização.

Quando, por intermédio do próprio Ministério, houve a possibilidade do encontro de entidades teatrais de todo o País por meio da Câmara Setorial, descobrimos que a descentralização não aconteceu, pelo menos, no segmento teatral. Isso realmente provocou grande espanto também.

Há um grande ruído de comunicação dentro do Ministério da Cultura com várias informações. Dita-se

uma coisa uma hora. Outra hora, dita-se outra coisa. É anunciado um prêmio no valor de 30 milhões com a presença do Ministro da Cultura, de todo o Ministério no Rio de Janeiro, a classe teatral do Brasil inteiro, mais de 800 pessoas presentes. Depois, descobre-se que o prêmio não existia e que era simplesmente um anúncio.

O Presidente da Funarte, na Câmara Setorial, solicitou que as entidades que compõem a Câmara Setorial viessem ao Senado e à Câmara para tentar fortalecer o descontingenciamento já que a culpa do não acontecimento do prêmio era o contingenciamento. Quando chegamos aqui, descobrimos que 70% da verba do Ministério já havia sido descontingenciada. Portanto, o teatro não faz parte de nenhuma prioridade do Ministério da Cultura. Para nós, isso é estarrecedor. Vimos conversando com o Ministério. Democráticos, não podemos dizer que eles não o são. Realmente, nós conversamos, conversamos, conversamos, conversamos. Mas soluções e resultados são diferentes.

O Rio de Janeiro atravessa uma retração muito forte no fomento do teatro. Se isso continuar a acontecer o que está acontecendo, daqui a pouco, podemos dizer que seremos o Acre daqui a uns três anos. O Ministério sempre falou que o Acre era tido como modelo de não ser contemplado em nenhuma lei de incentivo ou patrocínio ou fomento. O Acre sempre foi o exemplo. O Rio de Janeiro está virando, nesse discurso, o Acre da vez.

Já tenho falado que tem acontecido – o que foi muito eficiente – uma descentralização, mas uma descentralização da miséria no setor teatral. Essa descentralização foi bastante eficiente.

Vou ler o que escrevi. Primeiro – já segundo –, agradeço ao Presidente, aos Senadores e ao empenho do Secretário Executivo da Subcomissão e da Comissão. Este encontro é um resultado de muito tempo. Não é só marcamos e estarmos aqui.

Ressalto que entendemos que o Poder Legislativo e esta Comissão são os caminhos para a construção de uma política pública e não de uma política governamental para o nosso setor. Queremos e exigimos uma política pública por meio da nossa organização e entendemos que o Poder Legislativo é o melhor instrumento para que isso aconteça.

É necessário definir novos mecanismos que impulsionem o desenvolvimento da produção teatral brasileira, ampliando a economia cultural, gerando novos empregos, importando e exportando talentos nacionais, e movimentando toda a cadeia produtiva do teatro que está estagnada. Há muito desemprego. Os técnicos, camareiras, operadores de luz, operadores de som... Já vimos falando desses cursos. Realmente

vêm crescendo esse caos no setor teatral. Há possibilidade de os teatros fecharem suas portas. Está muito difícil a situação.

Estamos pleiteando que as empresas de produção teatral sejam inseridas no Simples ou que tenham outro tipo de benefício fiscal. Porém, de Simples o fazer teatral não tem absolutamente nada. Tudo começa com a batalha pela compra de direitos autorais que envolve uma conturbada linha de negociações; depois, os convites; fechamento com atores, diretores, criadores, técnicos; estratégia de lançamento, de comunicação e de circulação; em seguida, inscrição nas leis de isenção fiscal. Todas as leis têm uma burocracia danada. A gente enlouquece. Como nós não somos economistas de formação, tivemos de aprender a fazer isso. Mas é muito complicado. Depois, temos de prestar contas. Quase somos acusados de marginais. Temos de prestar contas da nota fiscal de um prego. Isso é enlouquecedor também. Algumas coisas têm de ser revistas nisso também. O produtor fica totalmente à mercê da precária estrutura técnica do Ministério e das Secretarias Municipais e Estaduais de Cultura. É bom ressaltar que os poucos funcionários que trabalham nesses locais muitas vezes nem Planos de Cargos e Salários têm, porém têm uma enorme dedicação e profissionalismo. E por falar em inglês, este ano o Minc implantou uma novidade na Rouanet*, que tornou a nossa atividade menos simples ainda: modificou para 30 de setembro a data limite de entrega dos projetos aptos à captação do ano vigente. O trâmite para ser aprovado na Lei Rouanet está funcionando da seguinte forma: mandamos os projetos para Brasília; estes são protocolados e, por falta de pareceristas, são enviados para o Rio de Janeiro, encaminhados à Funarte. Apesar de no *site* do Minc constar que o projeto já está sendo analisado no Rio, na verdade ele está aqui, em Brasília, perdido, num protocolo, dentro de uma caixa, não se sabe se ele foi para o correio, onde ele está, aí começa a maior confusão. A gente gasta muito dinheiro com interurbano, muito estresse e depois de muito tempo passamos por essa etapa, a gente chega ao parecer técnico, volta para Brasília, depois de ter rolado lá no Rio, aí acontece a reunião da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (Cnic). A reunião da Cnic era para acontecer a partir de ontem, agora. E não há nenhum conselheiro de artes cênicas disponível. Isso quer dizer que a gente corre o risco, se o Ministério não tomar uma... se o Ministério não fizer alguma coisa, a gente corre o risco de não ter o projeto, apesar de o termos entregue até dia 30 de setembro, na Rouanet aprovado, porque não tinha parecer e até agora não tem conselheiro da Cnic, está o cão essa história.

Bom, nós somos tributados de forma exagerada. Somos obrigados a conceder meia-entrada para quase todo o público, sem benefício algum – 80% a 85% das bilheterias teatrais são comprometidas com 50% de desconto para menores de 21 anos, idosos, estudantes, professores, deficientes físicos e outros mais. Entretanto, na hora da tributação, somos taxados como grandes empresas, pagamos impostos como bancos e planos de saúde, se é que eles não têm isenções, não é? Não sei. Além disso, em vários Municípios também pagamos 5% de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), descontados direto da bilheteria bruta. Na emissão de notas fiscais, somos tributados em quase 18%. Infelizmente, grande parte do setor é jogado, induzido e forçado a viver e sobreviver na informalidade. Recebemos patrocínios que não ficam nas nossas contas bancárias, não ficam nas contas das nossas empresas, e sim nas contas dos projetos. Somos agentes culturais, e não agenciadores de verbas. Enquanto isso, vários setores da economia, como automobilismo, a indústria de transformação, comércio, serviços e agricultura têm há décadas benefícios tributários.

O teatro e a cultura, de uma forma geral, fazem parte da formação da identidade do cidadão. Consideramos que, no âmbito do fomento e dos processos de financiamento e investimentos em cultura, o Estado e o mercado têm papéis complementares. Queremos que todos os cidadãos tenham o maior acesso possível a um bem cultural. Queremos praticar ingressos mais baratos. Queremos um setor forte, auto-sustentável e formal que independa, até, de leis de incentivo, mas para isso consideramos fundamental a inclusão de empresas produtoras de cultura no Simples ou que a gente tenha algum outro benefício fiscal, porque se 80% a 85% da nossa bilheteria, que é nossa receita, que é do que vivemos, é comprometida com meia-entrada, e a gente depois paga tributos de 100%, é um pouco incoerente isso. Então, a gente tem que ter algum benefício fiscal.

E para finalizar gostaria de dizer: graças às diferenças, nós, representantes de entidades teatrais, incorporamos o espírito da união de todo o Brasil e entendemos, como os personagens de “Os saltimbancos”, “Todos juntos fomos fortes/ Somos flecha e somos arco/ Todos nós no mesmo barco/ Não há nada para temer”. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Muito bem. Agradeço a exposição do Sr. Eduardo Barata. Vamos abrir, então, para os nossos Senadores.

O Senador Roberto Saturnino tem uma questão de ordem.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Eu vou pedir desculpas porque eu tenho que me ausentar – vou ter que presidir, aliás, uma Comissão difícil, para a qual eu já estou atrasado. Mas eu não queria deixar de me manifestar...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Por favor. Acho que o Senador Geraldo Mesquita Júnior e o Senador Cristovam Buarque são os inscritos, a Senadora Iris de Araújo...

O SR. ROBERTO SATURNINO (PT – RJ) – Eu serei breve, até porque eu tenho que ser.

Quero manifestar, primeiramente, regozijo por essa reunião que foi importante. Falta ainda fazer o encontro de opiniões e de informações diante de algumas divergências. Mas o fato é que é preciso saudar o crescimento em 2004 e em 2005 das aplicações na cultura. Efetivamente, acredito que essas liberações mostradas aqui de fato ocorreram, só que ocorreram para a cultura de um modo geral. Não sei como está o teatro, parece que não está muito bem situado dentro do bolo geral dos gastos com a cultura. Enfim, é preciso saudar e garantir a continuidade desse crescimento. A Marley Danckwardt falou muito bem, é preciso que os produtores culturais tenham a confiança de que haverá um crescimento de aplicação de recursos em cada um dos seus setores correspondente à importância, à prioridade que as atividades culturais têm para a formação da nacionalidade, o espírito da nacionalidade brasileira.

Que o teatro tenha um acesso um pouco melhor e seja encarado com mais prioridade, porque parece que, efetivamente, num passado mais recente não o foi. A própria inclusão do teatro na nossa Comissão e o próprio despertar do Congresso, especialmente do Senado, para as atividades do teatro vêm um pouco ao encontro dessa justa reivindicação dos setores teatrais.

Terceiro, reafirmamos aqui o apoio à inclusão dos produtores teatrais na tributação do Simples, o que é realmente justo. Disseram muito bem, os produtores teatrais não têm estrutura para lidar com a burocracia e as exigências da tributação e o simples vem para simplificar mesmo.

Por último, mais uma vez quero manifestar minha inconformidade com essa prática do contingenciamento, que, no fundo, é um desrespeito ao Congresso e, na medida em que seja um desrespeito ao Congresso, é um desrespeito à opinião pública e à sociedade de um modo geral. É claro que a gente entende que o Governo precisa de um certo mecanismo de acomodação e de flexibilização, mas não que vá aos cortes e aos contingenciamentos na proporção em que isso tem sido praticado no Brasil. Isso está criando no Congresso um

espírito de crescimento a favor do orçamento impositivo que estou vendo que acaba sendo implantado e a gente sabe que o orçamento impositivo também engessa a atividade do Executivo. A gente precisa encontrar um meio-termo, mas que a prática do contingenciamento seja reduzida ao mínimo necessário para o desenvolvimento das atividades do Executivo.

Minhas desculpas por ter que sair, meus cumprimentos ao Senador Sérgio Cabral e a todos que aqui estão. Agradeço aos expositores.

Peço licença para sair.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Obrigado, Senador Saturnino, que tem autoridade absoluta para abordar os temas pela dedicação à causa da cultura e, como Relator inicial do Orçamento do PPA foi de uma grandeza enorme em não aceitar certas metas de superávit que contrariam exatamente o que o Senador expôs aqui. Tem absoluta autoridade moral e de passado para falar dessas questões.

Passarei a palavra para a Senadora Iris de Araújo. Chamarei a atenção para algo que já foi mencionado pelo Sérgio Sá Leitão* e pelo Ney Piacentini*, de São Paulo, que é algo que nasceu aqui nesta Subcomissão e que está se desenvolvendo com intensidade, que é a criação de um projeto de lei voltado para o teatro brasileiro, é algo semelhante à Lei do Audiovisual, sobre a qual nós aqui nesta Comissão já iniciamos a discussão, já aprovamos e já está na Câmara. Já aprovamos em caráter terminativo a renovação do art. 1º da Lei do Audiovisual, que garante, evidentemente, a vida do audiovisual. Se pegarmos de 93 até o ano de 2005, quando a lei foi sancionada, a retomada do cinema brasileiro foi exatamente em função da Lei do Audiovisual, que tem no seu artigo 1º a sua essência, que nós aqui aprovamos. Aí o setor teatral brasileiro deseja a mesma coisa. Foi salientado aqui, e faço questão de sublinhar, porque é de fato um tema importante de garantias de recursos para o setor.

Com a palavra, a Senadora Iris Araújo.

A SRA. IRIS ARAÚJO (PMDB – GO) – Bom-dia, Presidente. Bom-dia a todos os representantes aqui presentes. Eu gostaria de dizer que pedi a palavra não pela ordem de importância, mas muito mais por uma questão de necessidade de me ausentar, mas eu não poderia deixar de me manifestar diante da palavra de cada um aqui presente.

Sr. Presidente, Srs. Representantes desta área tão importante que é o teatro, a cultura para nós, de uma maneira geral, acho que a arte é um dom de Deus. Mesmo que eu quisesse ser uma artista, e desejasse muito, e muitas vezes eu amanheci cantarolando no banheiro, “Como vai você”, a música do nosso compositor que estava aqui presente, logo cheguei à conclusão de que

quem nasce para Iris de Araújo jamais chega a Zezé Macedo. Porque você tem que ter o dom, é uma coisa que vem de Deus. Não adianta uma técnica apurada. Você pode chegar um pouquinho, não é?

E o Presidente Senador disse da questão das CPIs. Eu considero, Senador Paulo Paim, que se chegarmos a uma condição em que a nossa cultura realmente seja colocada como prioridade, nós vamos ter menos CPIs para apurar o que está acontecendo, porque teremos um povo informado, um povo capaz de decidir e não ser utilizado, como tem sido utilizado, politicamente. Infelizmente temos que colocar essa questão.

Hoje o País é muito rico de talentos. Eu estava a 250km de Goiânia, em uma cidade chamada Corumbáiba, no interior do Estado de Goiás, no final da semana passada, fazendo um trabalho político, quando me apresentaram duas crianças, uma de seis anos e outra de oito anos, compondo um quadro de pássaros. Eu fiquei tão impressionada com as crianças, eles falavam a linguagem dos pássaros piando, mas a gente entendia o que eles estavam falando. Duas criaturinhas pequenininhas, que pegaram num bairro não sei das quantas, com uma qualidade, um talento nato, que fiquei olhando para os meninos e falei: se eles estivessem com um microfone na lapela, quer dizer, o mínimo de ajuda para que aquele talento todo aflorasse. Todo mundo ficou de boca aberta assistindo a duas crianças de bairro, o que é mais importante colocarmos. Aí eu perguntei: quem foi que preparou essas crianças? Aí me apresentaram uma moça, Senador Cristovam Buarque, Senador Geraldo Mesquita, Senador Wellington, do bairro que não teve escola nenhuma, e me falaram: ela é a diretora deles, ela ensina dança, ensina isso, aquilo. E fiquei pensando, mas o nosso país está precisando realmente de muito apoio. Você está colocando a arte que nasce no coração das pessoas, que vem de Deus, não pode ser colocada em termos de troca, contingenciada. Eu vi aqui alguns dados a respeito. O lamento do nosso Eduardo Barato, colocando algumas coisas tão importantes. O Ney, o Oséias lá dessa nossa região tão sofrida. E ali ela representa a Região Centro-Oeste.

E hoje eu fiquei feliz de estar participando aqui deste momento porque acho que é da maior importância que este país inteiro, se estamos discutindo questões econômicas, com todos esses dados, com todos esses números, se nós não atentarmos que a cultura precisa do apoio, a informação, a educação, Senador, V. Ex^a que bate tanto por isso, nós não vamos chegar a lugar algum. E as CPIs vão crescer a cada momento.

De certa forma, desculpe-me, foi um desabafo também, mas, como eu senti isso aqui, preciso falar.

Farei uma pergunta ao Dr. Hécio e logicamente ao Dr. Sérgio Leitão, que me passaram um gráfico que eu gostaria de expor. Tenho uma curiosidade. O total de recursos para a Fundação Nacional de Artes – dotação inicial – foi de R\$15.909.196,00. Foram autorizados R\$15.879.196,00, empenhados R\$3.048.962,00 e liquidados R\$1.735.141,00. Por que há essa disparidade? Qual é a justificativa para o que foi empenhado? Por que há uma disparidade tão grande entre a dotação inicial e a execução?

Após fazer essa pergunta, eu gostaria de pedir licença a V. S^a para pegar esse mote que considero o máximo. Ao finalizar, parece que V. S^a disse algo sobre saltimbancos. Se V. S^a me permitir, vou apropriar-me dele.

É bom que se diga que estamos aqui para representá-los e, ao fazê-lo, precisamos saber dizer e traduzir nesta Casa o que V. S^{as} sentem. Encerro as minhas palavras, aproveitando para agir da mesma forma. Se nós políticos nos juntarmos a vocês da arte, seremos fortes, seremos flecha e seremos arco. Se todos nós estivermos no mesmo barco que é o Brasil, não há nada a temer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Agradeço à Senadora Iris de Araújo.

Vou adotar o mesmo procedimento utilizado em outras Comissões para dar mais objetividade aos trabalhos: três Senadores fazem as suas considerações e perguntas, e depois passamos às respostas. Estão inscritos os Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Cristovam Buarque, Paulo Paim e Wellington Salgado de Oliveira.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/Partido – AC) – Muito obrigado, meu querido amigo Presidente Serginho – permita-me carinhosamente tratá-lo assim.

A questão que V. S^a abordou sobre o comparecimento a esta audiência deve-se muito ao prestígio de V. Ex^a tem junto aos seus Pares e à eficiência da equipe que o assessora nesta Comissão. É importante que os convidados saibam disso.

Esta é uma das últimas reuniões que a Comissão de Educação realiza. Encerramos os trabalhos com esta reunião tão importante, discutindo um assunto tão vital, diria assim, para todos nós, para o nosso País, para a cultura, o teatro, a dança.

Sr. Eduardo, depois eu queria conversar particularmente com V. S^a para que me explicasse, tintim por tintim, essa história do Acre, porque eu fiquei...

O SR. EDUARDO BARATA – Posso explicar-lhe agora.

Quando começamos a conversar, há dois ou três anos, com o Ministério da Cultura, eles sempre falavam: “Vocês estão reclamando, mas vocês têm de pensar no Acre. Olhem a situação do Acre! Enquanto vocês captam R\$40 milhões, R\$50 milhões, o Acre capta R\$20 mil, R\$40 mil. Então, devemos pensar no Acre.” Agora, estou dizendo que o Rio de Janeiro é o Acre da vez.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/Partido – AC) – Está certo. Eu compreendi; é uma brincadeira.

Vim a esta Comissão com alegria, mas, por vezes, com preocupação. O Senador Roberto Saturnino inaugurou a fala a respeito de um tema que não preocupa apenas o setor de V. S^{as}, que também consideramos nosso. Há um tal de contingenciamento, que é uma espada que está sobre a cabeça de todos nós neste País, que paira sobre o Orçamento da União, penaliza não só o setor de teatro. Que isto aqui não sirva de consolo. Não estou dizendo aqui para servir de consolo, não, mas o Dr. Hécio sabe disso. Ele é lá do Ministério da Fazenda. Eu também o sou. É só para estabelecer um paralelzinho de como isso é uma coisa perversa no nosso País. Eu sou Procurador da Fazenda. O Dr. Hécio, nosso companheiro no Ministério da Fazenda. A atuação dos Procuradores da Fazenda resulta na arrecadação de recursos que vão para um fundo destinado a custear o aparelhamento do órgão, o aperfeiçoamento de seus profissionais. E esses recursos são contingenciados em média, anualmente, na faixa de 50 a 60%, dentro do Ministério da Fazenda.

O SR. HÉLCIO TAKESHI (Intervenção fora do microfone) – Dentro do Ministério, normalmente, é mais duro do que fora.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/Partido – AC) – Mais duro do que fora inclusive. O Dr. Hécio tem razão. Mas, Dr. Hécio, há uns três ou quatro meses, apresentei um requerimento que já se tornou famoso na CPI Bingos, convocando o Ministro Antonio Palocci. Foi logo quando a Comissão começou a reunir-se e que saíram notícias controversas. Então, pensei que o Ministro deveria comparecer e prestar alguns esclarecimentos e elaborei o requerimento.

Eu estou revelando-lhe isso, para dizer que, em detrimento do requerimento, tenho certa admiração e até respeito pelo Ministro Palocci. Mas sempre pensei que – aqui é de corpo presente, mas paciência; gostaria até que o Ministro Cristovam não estivesse aqui ao meu lado – o Ministro da Fazenda deveria ser o Senador Cristovam Buarque. Saber por quê? Educação e cultura. O País todo, o Ministério da Fazenda,

todo o arcabouço institucional do País deveria entender que basicamente esses dois setores deveriam ser contemplados. O problema é que temos a mentalidade de pensar, por exemplo, com relação à destinação de recursos à educação, que é despesa. Não é despesa. É um investimento altamente precioso. Isso também acontece com o setor da cultura no nosso País. A Senadora Íris de Araújo citou o caso de duas crianças. É um caso emblemático. Isso ocorre aos milhares e aos milhões neste País. O quanto já vi de manifestação cultural que não tem o amparo institucional, que não tem amparo na sociedade, sequer da iniciativa privada que a nossa companheira Marley vê com certa preocupação e reserva! Ela tem razão. Quanto existe disso no nosso País que precisaria do amparo institucional, da parceria na sociedade, da parceria da iniciativa privada, e que não existe e que não ocorre! E ficamos a ver navios de fato. Essas crianças poderiam ter oportunidade na vida. Todo o País deveria assisti-las. Sei lá se elas vão ter essa oportunidade na vida. Sei lá se vamos ter essa oportunidade. Então, quanto ao setor de educação e cultura no nosso País, deveríamos encarar todo centavo carregado para esses dois setores como investimentos fundamentais.

A Senadora Íris de Araújo, mais uma vez, disse algo interessante aqui. Creio até que o Senador Cristovam Buarque deveria pegar esse mote e transformá-lo, com permissão da Senadora, num artigo. S. Ex^a, como ninguém, consegue elaborar por vezes. Se praticássemos isso com intensidade, não teríamos mais CPI no nosso País. Entre tudo o que ouvimos aqui, valeu nossa presença, Senadora Íris de Araújo, porque é fundamental o que S. Ex^a disse, é uma afirmação que casa com que pensamos aqui.

Eu estou me estendendo e não gostaria de me estender mais ainda, mas queria saber de todos vocês inclusive. É uma preocupação que tenho. Estamos tratando da atividade, do funcionamento da vida cultural ligada ao teatro, à dança, o que existe.

O que me preocupa muito é a partir do meu próprio Estado e tenho andado muito no País. Não vejo assim que estamos investindo na formação. Temos escolas federais profissionais. Não me consta, não me ocorre que elas existam no tocante à área cultural, à área do teatro. Agora, assim, de forma maciça, intensa, em larga escala a formação que, se casarmos com a área de educação, seria algo como uma alavanca fantástica, por exemplo, uma formação que abrigasse profissionalmente essas crianças ou outras, milhões que estão no nosso País.

Eu não vejo e, o Senador Sérgio Cabral, pode até depois me esclarecer com mais profundidade porque está nisso há muito mais tempo, mas não enxergo em

nosso País essa preocupação de instituímos estruturas de formação e não precisaríamos nem sair por aí construindo nada. Por exemplo, na capital do meu Estado há uma escola de ensino médio moderna, bem equipada, com um auditório bonito que fica fechada a noite e poderia servir como escola profissional de teatro, de dança, de música, seja lá do que for. Não precisaríamos nem construir muita coisa, Senador Cristovam. Precisaríamos nos organizar para isso melhor e pensarmos em recurso.

Dr. Hécio, louvo a sua iniciativa de nos esclarecer acerca da evolução da colocação de recursos nesse setor. É um outro defeito que temos. Nós sempre tomamos como base as inversões anteriores. Ora, em uma área em que as inversões financeiras já são precaríssimas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Senador Geraldo, só lembramos que V. Ex.^a está há quase que dobrando o tempo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/Partido – AC) – Vou encerrar.

Em uma área em que os recursos são precaríssimos, tomarmos por base o que ocorreu no ano passado ou em 99 não é grande coisa. Acho que deveríamos tomar por base a evolução da demanda. A evolução da demanda dentro do setor, aí sim, seria um critério.

Para encerrar, quero dizer que fiquei muito satisfeito com a presença de todos vocês aqui esclarecendo questões fundamentais, nos permitindo participar desse debate importantíssimo e declarar que fiquei feliz por colocar a minha assinatura nessa proposta de emenda de autoria do Senador Sérgio e queria que alguns de vocês, aquele que tenha mais conhecimento do assunto, me fale acerca do nível de formação que temos, do apoio institucional que temos no País na área de formação cultural, teatro, dança e cinema.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/Partido – AC) – Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Senador Cristovam Buarque, agradeço as palavras de V. Ex.^a tão gentis a mim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Quero, em primeiro lugar, agradecer a indicação que o Senador Geraldo Mesquita me fez, mas eu não aceitaria por patriotismo, eu não seria um bom Ministro da Fazenda porque eu tenho prioridades.

O Ministro da Fazenda tem que ser frio. Quem define prioridades é o Presidente da República. Eu acho um equívoco estarmos jogando culpa no Palocci

e vou dizer que fiquei preocupado quando vi no jornal hoje o Ministro Palocci carregando criancinha.

O Ministro da Fazenda tem que se sem glândulas lacrimais. Ele em que ser um homem frio. Ele é o dono da chave do tesouro, mas ele abre para onde o Presidente mandar. E aí é que eu fico triste, porque eu vi o Presidente Lula, diversas vezes, dizendo a mim – estive com ele – que a cultura é um dos melhores investimentos que se pode fazer do ponto de vista político.

Quando eu, aqui, Governador, tinha um programa chamado Temporadas Populares, com o qual levávamos arte para todo canto, e um que se chamava Arte nas Escolas, ele me dizia: Que coisa boa isso, todo prefeito do PT devia fazer.

Porque realmente é muito barato e o impacto, como disse a Senadora Íris, é muito grande, no bem-estar, na alegria, na formação. E, lamentavelmente, não vemos essa sensibilidade.

Estive uma vez numa reunião no Ministério da Fazenda, quando era Ministro da Educação, e disse: se for preciso tirar 200 ou 300 milhões do MEC para a cultura, eu não vou criar nenhum problema, porque não muda nada no MEC. Um bilhão a mais, ou um bilhão a menos, aí mexe um pouco. Agora, na cultura, 200 milhões a mais fazem uma revolução. Eu disse isso, sugeri, numa reunião onde estava o Gil. O Ministro da Fazenda não estava, estava outra pessoa.

E eu lamento que não se esteja percebendo a excelente rentabilidade, não no sentido financeiro, mas do ponto de vista da consciência do investimento na cultura, e, portanto, no teatro. Especialmente no teatro, a que o povo quer ir.

Então, eu quero dizer aqui, primeiro, Senador Sérgio, que conte comigo nessa luta. Que o senhor tem razão, que isso atraiu gente. Eu estava aqui presidindo a Comissão de Direitos Humanos, e só tinha eu e o Vice-Presidente, que era o Senador Paim. O Sérgio passou, assinou, e saiu. Então, mostra um interesse.

E eu quero dizer que podem contar comigo, tanto para o Simples como para fazer um apelo à liberação de recursos. Só que eu acho que não deve ser só ao Ministro Palocci, deve ser diretamente ao Presidente da República, através do Ministro Gil.

Agora, quero concluir dizendo uma coisa: nós não vamos ter cultura no Brasil apenas com recursos fornecidos pelo Estado. Isso eu digo ainda mais para os cineastas, que, aí sim, precisam de muito dinheiro, mais do que o teatro. Nós não vamos ter esses recursos, Senador, enquanto não houver uma boa educação neste País. É lá na escola que começa o gosto pelas artes. O nosso sentimento estético começa na escola. Quem tem um pai e uma mãe que foram à escola...

Pode ser o pai ou a mãe, mas porque eles foram à escola, se não vem esse gosto.

Então, vocês têm que lutar por mais dinheiro para o teatro, mas têm que lutar também por uma revolução na educação. Não é só por mais dinheiro não, porque aí é mais do que dinheiro, aí é uma revolução, inclusive que leve a arte lá para dentro.

Então, ao mesmo tempo que estou com vocês nessa luta, porque me considero da área, do ramo, quero que vocês também se transformem em soldados da luta para o Brasil fazer uma revolução educacional. E aí vamos criar 40 milhões de pessoas que vão gostar de teatro. E aí não tem Ministro nem Presidente que segure o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Obrigado, Senador Cristovam. Quero registrar a presença ilustre do Senador Heráclito Fortes prestigiando este debate.

O último orador inscrito é o Senador Wellington Salgado. Eu sugiro então, Senador, que V. Ex^a faça também a sua observação e aí concluímos com a exposição dos palestrantes.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Sérgio Cabral, Srs. componentes da Mesa, eu queria elogiar mais uma vez o Serginho, chamando-o de Serginho, até porque ele, eu acho que é uma herança genética, está sempre lutando pela cultura, pelo teatro, pelo cinema.

E você sempre cria uma atividade, discute, e procura solucionar os problemas. Eu vejo isso sempre organizado por você. Então, eu queria parabenizá-lo por isso. E que todos na Mesa soubessem desse trabalho que é feito pelo Senador.

Agora, a questão do teatro. Aí, infelizmente, o Dr. Hércio Takeshi sempre paga a conta, porque é o homem que está ligado ao cofre. O que eu discordo nessa confusão toda é que eu acho que tudo na vida é fluxo de caixa. Quem me disse isso foi o Sr. Lázaro Brandão, quando queria me vender alguma coisa.

Se entrou no fluxo de caixa, você resolve o seu problema. Como é que dizem aí? *Happiness is a positive cash flow*. Não é isso? Então, o que acontece? Vocês pegam – desculpe, Sr. Hércio, você está pagando a conta –, mas dizem que vai ter um superávit de 4,25%. E aí chega um superávit de 6%. Vocês pegam realmente e não distribuem a diferença. Não quero saber se vai ser paga a conta toda de uma vez, é uma opção de vocês diminuir a dívida. Então, monte um fluxo de caixa, porque minha geração não aguenta mais pagar tanta conta. Veja você: há quanto tempo você não pisa numa grama descalço? Não, estou dizendo. Porque fui à audiência do Ministro Palocci e vi a equipe dele. Realmente eles estão obcecados por

número e só pensam nisso. A receita é arrecadar, e a de vocês é contingenciar – a verdade é essa. Então, acho que vocês já estão entrando num sistema que é a cobra querendo morder o rabo. Porque vocês só querem isso: Colocar para dentro, colocar para dentro, diminuir a dívida. Quero que vocês pensem um pouco a respeito disso. Não estou dizendo que vocês são incompetentes, não. Vocês são competentes. Mas precisamos também de comida, diversão e arte – não é isso que é a música? Estamos vivendo e não estamos curtindo a vida. E vocês estão dominando isso. É como se fosse um chefe de família que dissesse: olha, moçada, não vamos comer, não vamos ao teatro, não vamos ao cinema. Chega no final do mês e dizem assim: papai está com dinheiro no cofre, olha ali. Abre o cofre, mostra e fecha de novo. Olha, esse mês não vai de novo... Entendeu?

É o que está acontecendo realmente. Estou com 47 anos, cheguei ao Senado, temos que fazer alguma coisa, e não estamos conseguindo fazer. Peguei, até agora, com a minha Secretária e procurei ver o que era contingenciar, liguei lá para o gabinete para ver no Aurélio o que era. E já inventaram um verbo para uma desgraça que é isso. (Risos) Está aqui: “impor limite ou quota a (importação de determinada mercadoria, dispêndios à conta de uma rubrica orçamentária, etc)”. Quer dizer, virou verbo essa frase. Vocês conseguiram transformar isso, no Aurélio, em verbo. E virou um inferno. É verdade. Infelizmente, o Sr. Hércio, o Secretário, quando vem, acontece isso. É uma opção e, como o Senador Cristovam, ex-Ministro disse, é uma decisão do Presidente. Ele até disse: não é um projeto do Palocci, é do Governo – o Presidente deixou bem claro. Só que, se eu não falar isso, vou me sentir mal depois de tido a oportunidade de falar e não falei. Acho que você é da minha geração, então, já tivemos aí Presidente sendo deposto, já vivemos um monte de problemas.

E a questão da cultura. O grupo da minha família detém uma universidade, que é a Universo, e temos procurado fazer algumas coisas. Por exemplo: patrocinamos pela primeira vez o Galo da Madrugada, lá do Recife; o Festival de Cinema de Recife; pegamos algumas peças teatrais e começamos a levar para locais onde temos o campus universitário, levamos para Goiânia o Eri Johnson, levamos também uma série de atores, Cíntia Kraber – você deve conhecer. E o que acontece? Procuramos sempre fazer uma peça de graça para os alunos que chegarem na frente, uma peça que onde eles faturam. A despesa de levá-la é da universidade. Aí, a gente chega em Uberlândia, não tem teatro. Uberlândia não tem teatro! Tem um projeto parado pela metade, numa cidade de 500 mil habitan-

tes. Então, não há esse interesse em levar a cultura, o teatro para eles.

Então, eu queria, na verdade, Senador Sérgio Cabral, louvar a sua presença e fazer esse manifesto do que está acontecendo, Sr. Hércio, que o senhor levasse para a sua equipe, que é altamente competente – vi isso. Agora, realmente o pessoal de teatro, tenho presenciado, está sucateado, digamos assim. É como fazem com a nossa Força Aérea: há 80 aviões, onde, com 40, tiram peça de um para colocar em outro.

Então, o pessoal está lutando, está se organizando, brigando. O pessoal do cinema, a mesma coisa, está na pauta do Senado para discutir – e aí já é o direito que cobra sobre a música que toca, o Ecade. O cinema americano paga o Ecade aqui, mas para aonde vai o dinheiro? Vai lá para fora. Eles estão reclamando hoje, numa inflação baixa, como vocês estão conseguindo, 5%, 15%, é a margem de resultado, não vou falar nem em lucro, vou falar margem de resultado. E o teatro vem sofrendo isso. Tenho participado de alguma atividade e é difícil. Você faz conta de teatro, a bilheteria não paga a peça, eles vivem de patrocínio. Então, na verdade, eles vivem com um saquinho na mão, como as igrejas, correndo atrás disso para colaborar. E fiz a conta e vi que não dá viabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Se tivesse a eficiência de algumas igrejas, estava resolvido o problema. (Risos)

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – É, e que eles não... É.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – A arrecadação.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Arrecadação. (Risadas)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Eficiência entre aspas.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, Sr. Hércio, queria realmente que V. S^a, com uma atenção, representando a nossa geração, já vou apelar para isso, pudesse lutar um pouco por esse questionamento, por esse orçamento que estamos direcionando para o ano que vem para o teatro. Acho que eles merecem, acho que merecemos um pouco de cultura, de ter aquele momento de ver uma peça para relaxar. Tive a oportunidade de ir ao Rio junto com o Presidente Renan e fui com S. Ex^a assistir a uma peça do Eri Johnson, lá num teatro. E S. Ex^a estava até escondido para ninguém saber porque senão o Eri ia montar alguma coisa. Mas foi um momento em que S. Ex^a relaxou. Entendeu, Senador Sérgio Cabral? Acho que disso precisamos no dia a dia, até V. S^a mesmo, Hércio, deve estar com olheiras, está preocupado, de repente pega aí com ele uma in-

formação de uma peça boa e vai relaxar, leva o Palocci também. (Risadas.) Acho que estamos precisando de um pouco disso na nossa geração, não vamos pagar a conta de todo mundo, não é Senador, que já fez essa dívida antes de nós. Então monte um fluxo de caixa e dê um pouco de diversão e arte.

Muito obrigado.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Também poderíamos levar esse convite ao Presidente Lula para ir ao teatro. É muito importante para o teatro o Presidente da República prestigiar o setor.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Acho que o Lula sabe viver a vida, porque Sua Excelência leva um jeito de vida que está administrando tudo, está administrando nada e está feliz. (Risadas)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Senador.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, sério.

Era só isso que queria dizer, Senador Sérgio Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Agradeço, Senador Wellington Salgado.

Temos aqui o Dr. Hélcio Tokeshi, que é o poderoso Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, mas quem devia estar aqui ouvindo tudo isso era o Dr. Joaquim Levy, que é o Secretário do Tesouro.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, está demonstrando que o Congresso, e o Senado de uma maneira especial, é uma grande escola. Aqui se aprende de tudo. Pobre de mim se tivesse passado e não tivesse entrado nesta Comissão da qual não sou membro. Azar o meu, cheguei aqui no fim, tenho certeza de que se tivesse chegado no começo tinha aprendido muito mais. Aprendi agora com o Cristovam que Ministro não pode segurar criancinha, tem de deixar cair no chão. (Risadas) É assim, a vida do homem pública está desse jeito.

Eu vi a cena do Palocci ontem, parecia S. Ex^a em Roma sendo atacado por aqueles ciganos. Os ciganos jogam a criança nos braços de um transeunte qualquer, principalmente os de Primeiro Mundo, que não sabe o que é assalto, e ele vai segurar a criança e os ciganos levam tudo o que tem no bolso. Felizmente que o cofre do Palocci não está na mão de S. Ex^a senão... (Risadas) Daquela S. Ex^a escapou. Mas é isso mesmo. Ontem tivemos outro exemplo. Homens públicos levando bengalada no Congresso.

O que me deixa triste é querer fazer arte pensando em fluxo de caixa. Nem aqui nem em lugar nenhum

do mundo, meu caro Salgado, se consegue fazer arte com fluxo de caixa. Arte não tem preço. Faz-se de um gesto singelo ou até de uma superprodução.

Mas fico muito satisfeito, porque o Senador Sérgio Cabral tem um projeto que está na cabeça de S. Ex^a, projeto que vai vincular um pequeno percentual na arrecadação das escolas particulares do Brasil, e tenho certeza de que V. Ex^a vai ser o subscritor. (Risadas) Porque tenho a impressão de que a partir daí vamos poder ter dinheiro para a Arte brasileira sem depender da rubrica orçamentária. Esse seu projeto, quero ajudar, Sérgio, tenho certeza de que será um projeto que todos os proprietários de escola, S. Ex^a vai pedir a sua mãe, a escola não é sua. (Risadas) Mamãe vai concordar.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Artigo 14. Quero falar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mãe vai concordar, tenho certeza, porque é uma grande contribuição que vamos dar. E é o momento, meu caro Sérgio, de que, espontaneamente, comecemos a ajudar porque se formos depender de corações impenetráveis como o do Palocci, não se faz arte aqui e nem em lugar nenhum do mundo.

Vou sair daqui aprendendo. E quero parabenizar S. Ex^{as} que estão aqui por não perderem a fé. Acho que isso é o mais importante, porque se não tivessem essa determinação, o Brasil não tinha mais arte. Incentivo, estilo, muito pouco. Eu acompanhei ainda como Deputado, uma briga muito grande com relação a cinema, e o foco qual era, o filme do Chateaubriant. Acusaram o diretor, jogaram o diretor... Eu, ainda hoje, Senador Sérgio Cabral, tenho minhas dúvidas se aquele rapaz tem culpa. E vou explicar a vocês por quê. Vocês fazem o orçamento, quer seja para teatro ou para cinema. Pronto; o orçamento foi feito. Então, a Embrafilme, em uma solenidade imensa, com o Presidente da República, com todo mundo, promete, vamos supor, quinhentos milhões, o valor do projeto. Tudo bem. Então, fazem o organograma.

Na hora da liberação, o Palocci da época, quem sentou naquele lugar, naquela cadeira, fica com medo da urticária quando pega na chave do cofre, porque sabe as conseqüências. Então, o que acontece? A primeira parcela, que é para ser liberada – isso também acontece com as obras públicas brasileiras. E o nosso mal é que a Lei de Responsabilidade Fiscal só pune o gestor, o Prefeito, não pune quem não libera o recurso. Então é uma Lei de Responsabilidade Fiscal desleal, desonesta e desumana. Então, o que acontece? A primeira parcela, que é para sair, digamos, em 1º de fevereiro, sai em abril. A segunda, já não pode mais, não tem dinheiro, tem que ajeitar, fazer a média com

o FMI, o Dr. Hércio sabendo que é isso. Então, vamos embora. Essa história de romper com o FMI é só em palanque, quando assume, o FMI é prioridade. Termina pagando antecipado, pronto. Aí não pode. Só que o responsável pelo projeto contratou equipe, contratou groa, trouxe equipe de fora do País e é quem fica com a responsabilidade.

Nós não vamos exigir uma contabilidade perfeita de artista. Se artista tivesse a competência e a capacidade da contabilidade perfeita, estava no lugar do Pallochi ou do Hércio. Penso, Sérgio, que temos a responsabilidade de, com urgência, de rever essa questão específica do Chateaubriant. Se tirar a atual gestão, tudo bem. O que não podemos deixar é que se perca todo o trabalho que foi feito, porque, daqui a pouco o elenco envelhece, não serve mais para continuar a peça e tudo o que foi colocado, está perdido.

Agora, meu caro Barata, se der tudo certo, o filme do Chateaubriant terá autenticidade, porque nada envolvendo o Chateaubriant, sem calote e sem rolo financeiro, não existe! (Risos) De forma que penso que arte deve ser tratada dessa maneira, com a compreensão e, acima de tudo, com a sensibilidade do brasileiro de que é preciso fazer arte. Fez-se arte na ditadura, e foi talvez a arte da ditadura que deu ao brasileiro a força da resistência. Na música, no teatro, as peças cifradas, até eu acho que quando se vive na plenitude democrática, a arte cai um pouco, a inspiração diminui, porque o artista é o fustigador. De forma que penso que louvo essa sua iniciativa, e acredito que o Senado está cumprindo o seu papel.

Tenho certeza, que mamãe vai concordar e vamos ter muito dinheiro vindo das escolas para incentivar arte no Brasil.

Parabéns e muito obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)

– Obrigado ao Senador Heráclito Fortes pela contribuição.

Vou conceder a palavra... Foram fustigados para responder a questão da Senadora Íris de Araújo, o Sérgio Sá Leitão e o Hércio Tokeshi.

Não sei se o Oséas que dar uma palavra final, estamos em processo de encerramento da nossa audiência pública.

O SR. OSÉAS BORBA NETO – Não, penso que, de um modo geral, todos os nossos companheiros aqui falaram pouco. Eu queria só falar para o Secretário, já que da primeira vez eu falei para o Secretário do Ministério da Cultura, para o Hércio Tokeshi que, quando ele fala na questão do Imposto Simples, que cairia a arrecadação, que é muito complicado incluir a classe dos artistas no Imposto Simples, eu queria saber se o Ministério tem os dados de quantos empregos são

gerados com a cultura e devido a grande arrecadação que hoje é feita pelo Imposto Simples, o número de informalidade que hoje existe.

Eu penso que, a partir do momento em que o Ministério da Fazenda conseguir incluir a categoria dos artistas no Imposto Simples, com certeza, a arrecadação vai subir, porque a informalidade hoje é uma realidade no País. É impossível, a não ser que recebamos realmente as verbas da cultura, e será descontado na fonte, fazermos artes da maneira como somos tributados.

Tenho certeza de que se o Ministério tiver essa consciência mais atores e produtores vão contribuir e a arrecadação vai subir, e não diminuir.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PSDB – RJ)

– Muito obrigado Oséas.

A Marley, representando o setor teatral das Regiões Centro-Oeste e Sul, por favor.

A SRA. MARLEY – Sr. Senador Cristovam Buarque e Senador Mesquita, nós estamos já fazendo nacionalmente um projeto de aproximação do MinC com o MEC. A proposta da Câmara Setorial de Teatro, uma das prioritárias propostas, é essa de conseguirmos nacionalmente trabalhar com os dois Ministérios para a formação de platéia. Precisamos disso, precisamos ter na educação básica a inclusão do teatro como uma cadeira obrigatória. Vamos formar o cidadão e formar a platéia da nossa Nação lá nos bancos da alfabetização.

Então, eu gostaria de dizer que já estamos trabalhando nisso em âmbito nacional.

Quero apenas reforçar as palavras do companheiro Oséas, de que a inclusão do Simples, já apontamos isso. Não somos muito bom de números, mas apontamos que a inclusão aumenta com a inclusão do Simples.

A iniciativa privada, o fomento, enfim, da iniciativa privada é muito bom, mas deve fazer parte de um todo, de uma ação conjunta, porque não podemos jogar toda a cultura nacional encima da iniciativa privada. Também não está certo. Temos de ter uma política maior do que isso. Quero voltar a bater no ponto do descontingenciamento já. Que a gente garanta para 2006 o descontingenciamento. Que nós consigamos sair daqui com a garantia de que a cultura não será contingenciada e que a nossa emenda atravessasse esses salões de espelhos que ela tem de atravessar por aí, com a ajuda de todos nós.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PSDB – RJ)

– Obrigado, Marley.

Com a palavra o produtor teatral Ney Piancetini, Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro.

O SR. NEY PIANCETINI – Bem, eu vou ser bastante breve e fazer mais uma vez um apelo ao representante do Ministro, fazer ecoar as palavras do ator Marco Nanini, domingo na **Folha de S. Paulo**, quando disse que o Ministro não usa o teatro em seus discursos. E também do autor Paulo Autran, hoje, na **Folha de S. Paulo**...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PSDB – RJ) – Qual Ministro...

O SR. NEY PIANCETINI – Ministro Gil. Que se pergunta o que o Ministério da Cultura vem fazendo pelo teatro? Quero fazer ecoar vozes representativas do nosso setor e questionar a falta de diálogo diretor do Ministro com o setor. Recentemente, convidamos o Ministro e seus assessores para a Rede Moinho, que vai acontecer agora em Belo Horizonte, dias 05, 06 e 07, que reúne coletivos teatrais do País inteiro. O convite não foi aceito. Estamos sem uma resposta positiva.

Por último, quero propor ao Ministério da Fazenda que tenhamos acesso, que criemos um grupo de trabalho para discutirmos essas questões econômicas, a questão do contingenciamento principalmente, uma vez que aqui na Casa o trabalho está andando e acreditamos piamente que a emenda vai passar com o apoio de todos os Senadores.

O teatro...a nossa reivindicação não é para o artista, o produtor ou para o diretor. A nossa reivindicação é para a população. Nós somos meio, somos os professores nesse processo de educação cultural. Então, o nosso fim último é a população, que ela tenha acesso, que possa contribuir com o processo civilizatório e tenha consciência crítica de todos esses procedimentos. Talvez assim diminuam as CPIs como, brilhantemente, a Senadora apontou.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PSDB – RJ) – Registro a presença do Senador Eduardo Azeredo, que também prestigia a nossa audiência pública, assim como o Deputado Sandes Júnior, do PP de Goiás.

Vamos passar a palavra ao Eduardo Barata. Em seguida, aos ilustres representantes do Governo Federal.

O SR. EDUARDO BARATA – Eu gostaria de ressaltar a importância da descoberta, para nós, desde o ano passado, da Comissão de Cultura e Educação, da Subcomissão e da inclusão do teatro nessa Subcomissão. Creio que agora temos, realmente, um instrumento em que a gente se sinta representando, que nossos anseios sejam discutidos e em que a gente aprofunde todas as etapas de produção, todas as formas diferentes do fazer teatro no Brasil. Não somos elite. Somos trabalhadores, somos empreendedores.

Geramos emprego, pagamos impostos. Queremos, cada vez mais, fortalecer o nosso setor.

Há uma palavra que, creio, é fundamental e verdadeira: acesso. Queremos que toda a população tenha acesso a esse bem cultural. É importante para a continuidade da existência do teatro. Não somos privilegiados e estamos reclamando que perdemos um quinhãozinho. Queremos que haja uma estrutura consistente e verdadeira do segmento teatral no Brasil. Creio que o Senado, que o Poder Legislativo, são instrumentos verdadeiros e consistentes para que tudo se estabeleça de forma definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Obrigado, Barata.

Antes de passar a palavra aos dois representantes do Ministério da Cultura e do Ministério da Fazenda, quero fazer uma observação ao representante do Ministério da Fazenda.

Agradeço a presença de todos. Esta Comissão tem avançado muito. Em menos de oito meses incluímos o teatro na Subcomissão. Já estamos constituindo um pré-projeto para o teatro brasileiro, semelhando ao de audiovisual. Já aprovamos a renovação do art. 1º do audiovisual, que já está na Câmara dos Deputados. Quero aprofundar a observação, Dr. Hércio, do Ney, que é produtor de teatro em São Paulo, e dos demais produtores aqui presentes. Na verdade, na vedação à inclusão no Simples traz uma distorção:

Não poderá optar pelo Simples a pessoa jurídica (inc. XIII, art. 9º) que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculo, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, professor, jornalista, publicitário, fisiculturista.

Creio que incluir o produtor de espetáculos nessa categoria é a grande distorção. A lei estabelece, por temores do Ministério da Fazenda. É o temor à evasão fiscal. A gente sabe. Na verdade, são profissionais liberais que não poderiam estar enquadrados, como diz o final do texto: “Ou assemelhados e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação legalmente exigida.”

É compreensível essa preocupação. Só que o produtor teatral é um outro processo. O produtor teatral não é um jornalista, não é um publicitário, não é um ator, não é um cantor. É o empresário que contrata o cantor, o ator. É uma outra lógica no processo produtivo. Creio que a grande questão – corresponde ao pedido do Ney para a abertura desse canal e o Ministério da Cultura poderá colaborar muito com isso – é exatamente excluir o produtor dessa sequência de ve-

dação ao Simples. Estaremos dando uma contribuição efetiva para a produção cultural brasileira.

Colocar o produtor nessa linha do que se chama de habilitação profissional é uma distorção.

Concedo a palavra ao Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, Dr. Sérgio Sá Leitão, para suas palavras finais. Em seguida, concedo a palavra ao Dr. Élcio.

O SR. SÉRGIO SÁ LEITÃO – Muito obrigado, Senador.

Quero reiterar meu agradecimento e o agradecimento do Ministro Gilberto Gil para que o Ministério pudesse se fazer representar nesta audiência pública sobre um tema que, enfim, é tão importante para todos nós, como os Senadores expuseram muito claramente.

Vou pegar o seu gancho, Senador Sérgio Cabral, para fazer minha fala de encerramento.

O Ministério concorda absolutamente com o seu argumento. Na verdade, até já tive a oportunidade de dizer aqui que já contratamos um estudo a respeito desse assunto, e a tese principal que colocamos foi justamente esta, ou seja, que o produtor, seja ele de cinema, de teatro, musical, – porque, na verdade, somos o Ministério da Cultura, portanto temos de pensar a Cultura como um todo, e não apenas seus segmentos – é o empresário da atividade cultural. Muitas vezes, não pensamos assim e, por isso, não nos capacitamos enquanto tal. Mas o fato é que, querendo ou não, somos os produtores, somos os empresários da atividade e, portanto, devemos ter o tratamento legal, compatível com essa função que ocupamos aí no processo produtivo da cultura brasileira. Então, de fato, esse é o principal argumento que enseja essa discussão, e é por esse viés, inclusive, que estamos trabalhando esse estudo, que teremos o grande prazer de apresentar aqui, quando ficar pronto, e é claro que vamos encaminhar ao Ministério da Fazenda para continuar o diálogo que já temos travado com eles a respeito disso.

Antes de ser do Ministério da Cultura, sou um produtor cultural, quer dizer, atuo nesse meio e em outro segmento que não o do teatro, mas com grande trânsito e ligação este, e trago uma convicção pessoal dessa militância e dessa vida profissional anterior ao trabalho no Ministério da Cultura, que é a seguinte: só vamos conseguir fazer com que as demandas históricas do setor, que são absolutamente legítimas, especialmente quando levam em consideração a questão da ampliação do grau de acesso da população brasileira e do grau de diversidade da produção, quando fizermos com que esse debate esteja presente, com destaque, na agenda da sociedade brasileira. Ou seja, quando

esse debate transcender o nosso meio, o nosso ambiente da cultura, da produção cultural e até do Ministério da Cultura. Porque, na verdade, o que caracteriza um governo que privilegia a cultura é até menos a política cultural do Ministério da Cultura e a faceta cultural do conjunto das políticas desse governo.

Então, na verdade, temos procurado atuar neste sentido, no Ministério: de tentar trazer o tema da cultura à tona para que se torne uma bandeira do conjunto da sociedade brasileira. E, para isso acontecer, é preciso que tratemos a cultura como um todo, e não apenas por meio de uma das suas partes. E essa é uma reflexão que temos de fazer aqui.

Só para concluir, gostaria de responder à pergunta da Senadora em relação à Funarte. A informação de que disponho é de que 100% do orçamento da Funarte está liberado, hoje, neste momento, e sendo gasto. Esses recursos foram de 21 milhões de reais nos dois primeiros anos de governo e, neste momento agora, são de 15 milhões de reais, que se somam àquele conjunto de outros recursos de investimento no setor.

Gostaria de dizer que o Ministério da Cultura esteve, e ainda está, aberto ao debate, à discussão, ao diálogo com o setor. A Câmara Setorial de Teatro, nesse sentido, foi uma conquista muito importante. As demandas que estão sendo colocadas por meio da Câmara Setorial estão circulando, hoje, no Ministério e estão produzindo, diria, resultados, no sentido de que estão levando o Ministério, inclusive, a elevar o seu grau de conhecimento das especificidades do setor e a buscar os meios necessários, além dos já existentes, para que essas demandas sejam efetivamente atendidas. Então diria que o Ministério, hoje, está inteiramente disponível e, mais do que isso, é um entusiasta dessa causa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Agradeço as palavras do Dr. Sérgio Sá Leitão e registro a presença do nosso Senador Demóstenes Torres que me honra com a Vice-Presidência da Subcomissão.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/Partido – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria só permitir para me retirar e cumprimentar a todos e agradecer sensibilizado...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Vamos ouvir apenas o Dr. Hércio para encerrar a reunião. Já que V. Ex^a foi o primeiro a chegar, fecha com “chave de ouro”, aguarda mais um minutinho, que o Dr. Hércio será sucinto como um bom economista, pragmático e objetivo, Dr. Hércio, por favor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Eclesiástico está certo: “O homem é dono da palavra guar-

dada e escravo da palavra anunciada.” Se ele estivesse ficado quietinho não tinha tido problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – *Last but not least*, Dr. Hécio, para dar boas informações ao teatro brasileiro.

Dr. Hécio eu também só para formalizar uma solicitação que passa a ser desta Comissão e dos Senadores para abertura deste canal do setor, por intermédio dessas obrigações com o Ministério da Fazenda, para dar um *follow up* a essas demandas.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Se possível o compromisso aqui de uma agenda.

O SR. HÉLCIO TAKESHI – Eu estou tentando aqui atender ao pedido de ser sucinto, vou sintetizar aqui várias perguntas que tocaram no mesmo tema e por contingenciamento vou tentar aqui atender e responder as perguntas, se eu não conseguir, podem perguntar novamente, se eu deixar alguma coisa escapar.

Com relação ao contingenciamento, como eu disse no começo, que eu achava que a atual sistemática era uma sistemática boa, eu estava dizendo que ela era uma sistemática perfeita, obviamente.

Essa é simplesmente mais uma das instituições que nós todos como sociedade construímos para fazer essa discussão, sobre não é fluxo de caixa, é uma discussão de prioridade, é uma discussão da intenção que nós, como sociedade, e das prioridades que nós como sociedades queremos ter para o uso dos nossos recursos.

Então, não acho que já esteja perfeito o sistema. É obviamente essa sistemática de contingenciamento foi um avanço fundamental em relação à falta completa de controle que havia antes, porque, de fato, totalmente antes o orçamento era uma peça de ficção.

O fato de que nós temos esta discussão e estamos aqui fazendo este diálogo ilustra, exatamente, o fato de que o mecanismo existe e tem uma certa efetividade, e agora, certamente, pode ser discutido e pode ser melhorado.

Agora eu não sei se o caso de termos um orçamento totalmente determinativo que como o qual o Senador Saturnino Braga havia dito que é indigesto demais, então, um outro caminho certamente pode ser construído, o Ministério da Fazenda não está se opondo a fazer essa discussão.

Eu acho que em várias outras intervenções do próprio Senador Geraldo Mesquita, quando mencionou a idéia da utilização de uma escola à noite para que possamos usar primeiros os recursos de uma maneira mais eficaz, esta é justamente discussão saudável que eu acho que essa realidade nova de controle de ajuste fiscal impõe a nós como sociedade, mas que é absolutamente fundamental de ser feito, mas que

é aquele mesmo recurso público, para que o mesmo montante de recursos que nós já temos investido na forma de escolas, de prédios e aqueles fluxos de recursos que todo o ano nós, como sociedade, tiramos do nosso bolso, colocamos no caixa do Tesouro e aí definimos para onde vamos gastar, já que é apertado mesmo, porque infelizmente herdamos uma dívida grande, temos um histórico no passado e um histórico de fortes desequilíbrios fiscais, cada real daqueles é incrivelmente suado, porque sai do bolso do trabalhador que ganha salário mínimo, sai do bolso de toda a sociedade.

Então, essa discussão de como gastar da melhor forma absolutamente possível, essa é uma obrigação nossa, nós temos que usar a criatividade e buscar essas soluções por meio das quais a gente consiga extrair o máximo de feito, de impacto daquele recurso na hora que ele é devidamente destinado.

E este tipo de idéia criativa, eu acho que é exatamente o tipo de coisas que felizmente a restrição fiscal nos leva a fazer, porque aí não deixa de ser uma ficção o que estamos aplicando de recursos, mas é dinheiro de verdade sobre o qual a gente tem idéias criativas, gera impacto real e muito mais eficaz.

Com relação a essa questão do incentivo fiscal, considero muito positivo que os setores estejam discutindo sobre como criar um outro mecanismo de incentivo. Acho que a cultura, de fato, concordo totalmente, não é apenas uma mercadoria. Ela tem essa dimensão de ser distribuída também através de mecanismos de mercado, mas não apenas, ela tem um valor, que não é apenas aquele do recurso e do dinheiro do ingresso, tem também um impacto e um efeito na sociedade que não se mede apenas pelos centavos e pelos reais que são gerados. Até por isso considero muito importante que exista esse apoio do Estado na forma de incentivos. Mas quero lembrar que o Estado também tem outras demandas e num país incrivelmente desigual como o nosso as demandas são enormes, são imensas. Desconfio que, infelizmente, Senador Geraldo Mesquita, ao contrário do que V. Ex^a diz, nós não podemos calibrar a alocação dos recursos pela demanda, porque certamente as demandas serão muito maiores, infinitamente maiores, do que os recursos disponíveis.

O único alerta que eu faço, do ponto de vista dos incentivos, pessoalmente tenho uma séria restrição à forma como foi feita a própria Lei do Audiovisual, não que não deva existir o incentivo. Mas existe na Lei do Audiovisual uma discussão que é a seguinte: Não só nós damos isenção de 100% dos recursos que são investidos em audiovisual, como ainda permitimos que as empresas peguem o que elas abateram no Imposto de Renda como incentivo, na hora em que elas inves-

tiram em uma produção, em audiovisual, e lancem de novo como despesa, o que acaba significando que, para cada um real que ela investe, ela deixa de pagar R\$1,25 de imposto. Considero essa distorção perigosa e acredito que ela deve ser pensada agora nesse processo.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O nosso projeto não é de incentivo fiscal, ele é de investimento direto do Estado.

O SR. HÉLIO TAKESHI – O que eu acho muito saudável, porque é mais transparente, a gente fazer uma discussão, assim...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Dr. Hécio, pelo amor de Deus, eu só quero advertir ao senhor que, graças a essa Lei do Audiovisual, o cinema brasileiro, que foi destruído na época do Governo Collor, ressuscitou. E nós tivemos um filme chamado Os dois filhos de Francisco que bateu recorde.

O SR. HÉLIO TAKESHI – Que é fantástico!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Pois é, não só ele, como Cidade de Deus e vários filmes.

O SR. HÉLIO TASKESHI – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Então, pelo amor de Deus, com essas restrições que o senhor faz, nós aprovamos aqui a renovação do art. 1º, em caráter terminativo, está indo para a Câmara, eu faço um apelo ao senhor, como Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, que não faça restrições neste momento à renovação desse art. 1º, porque a sua vigência termina em 2006 e os empresários, para maturar um projeto cinematográfico, precisam de três, quatro, cinco anos.

Se nós não renovarmos esse art. 1º, o Governo Lula será responsável pelo retorno a Era Collor.

O SR. HÉLIO TAKESHI – Longe de mim querer que o setor de audiovisual fique sem o incentivo.

Eu só estou querendo fazer uma discussão sobre qual é a melhor forma de dar esse incentivo, sem criar distorções que não são necessariamente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – É melhor do que pagar a festa anual do Partido dos Trabalhadores na Churrascaria Porcão. O senhor pode estar certo disso. Eu quero fazer um apelo. O senhor tem preocupação com o dinheiro público e eu também tenho, agora quero chamar a atenção do senhor para a renovação da Lei do Audiovisual.

O setor está todo preocupado com isso e, se a Fazenda começar a fazer restrições e pedir aos Senadores e Deputados para estabelecerem “senões”, nós vamos entrar num calendário eleitoral no próximo ano, o Congresso, e é assim em qualquer lugar do mundo, o Parlamento diminui a sua velocidade em função da

natureza do calendário eleitoral, sobretudo com eleições gerais.

Então faço um apelo ao senhor para que essas restrições sejam vistas no futuro, como uma mensagem do Governo reequilibrando o que o senhor acha que é ruim para a Lei do Audiovisual.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, o senhor já tem informações sobre nova festa no Porcão?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Eu me refiro à última e a outras questões...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Exª poderia explicar melhor, eu acho que o Senador Efraim vai ficar satisfeito com essa colaboração que V. Exª dá ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ) – Eu me refiro às festas progressas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah bom!

O SR. HÉLIO TAKESHI – Posso apenas completar? Com relação ao Simples e à inclusão de produtor teatral no Simples, acho que faltou, da minha parte, deixar claro que a restrição a diversas profissões que está no Inciso XIII da lei é apenas uma. Existem incisos antes e vários depois do 13º do art. 9º da Lei do Simples. De fato, o produtor teatral parece não fazer parte do conjunto de outras profissões ali elencadas, que são mais de profissionais liberais.

Queria destacar, Senador Sérgio Cabral, que aquele inciso pode parecer deslocado de fato, mas enfatizo que aquilo é apenas uma das restrições nas quais infelizmente o Estado teve que fazer. De todo o elenco de setores de atividade da economia, consegui isolar e focar aqueles nos quais a sistemática poderia ser implantada, simplificando o negócio das pessoas sem correr risco demasiado. Aí a lógica não é apenas de escolher profissões liberais e por isso não incluí-las por causa do risco do ponto de vista das profissões liberais, mas principalmente quando se fixa uma alíquota única para cobrir RPJ, contribuição social e assim por diante, existe uma hipótese de quanto da receita bruta, na média das empresas micro e pequenas, qual é a participação da folha de salários e a margem de lucro encontrada naquele setor.

Certamente, podemos discutir se, por acaso, existem de fato mecanismos pelos quais consigamos ter uma estimativa adequada da divisão da receita bruta da produção de teatro, em função desses diferentes componentes, seja de custo ou de resultado, além de que existam formas e mecanismos de termos os controles adequados, que isso não crie brecha e a oportunidade de outros setores que não teríamos possibilidade de controle de expandir descontroladamente. Acho que

obviamente tenho que atender ao pedido de abrir o diálogo. Proporia que aguardássemos o término do estudo que o Ministério da Cultura já encomendou e, com base nesse estudo, que certamente vai nos trazer elementos muito mais concretos e a informação que vamos precisar, para iniciarmos esse processo de discussão para ver se há possibilidade ou não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Cabral. PMDB – RJ)
– Maravilha.

Agradeço as palavras do Dr. Hécio, a presença dos Senadores, aos palestrantes e ao Dr. Júlio Linhares e sua equipe pela eficiência do encontro.

Está encerrada a reunião.

(Encerrada a reunião às 12 horas e 59 minutos.)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ata da 9ª Reunião (Ordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 28 de junho de 2005, terça-feira, às 10:00 horas.

Às doze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e cinco, na sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador JUVÊNCIO DA FONSECA, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Reginaldo Duarte, Leomar Quintanilha, Sérgio Cabral, Cristovam Buarque, Paulo Paim, Álvaro Dias, Flexa Ribeiro, Mão Santa e Flávio Arns. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa ata da reunião anterior que é votada e aprovada, após dispensa sua leitura. A Presidência comunica aos Membros da Comissão encontrar-se na Secretaria da Comissão, a disposição de todos os interessados, cópia da resposta do Ministro das Comunicações, Sua Excelência Eunício Oliveira, em atendimento ao Requerimento de Informação nº 43, de 2005, do Senado Federal, de autoria da Comissão de Legislação Participativa e de iniciativa da Associação Comunitária Chonin de Cima, acerca da proposta de Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado. A presente reunião tem como principal objetivo deliberar as seguintes proposições: Item nº 01 – Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003 – complementar (PLP 52 de 1999, na origem) que “Acrescenta inciso ao art. 3º

da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que “cria o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen” e dá outras providências”, para incluir a manutenção das casas de abrigo”, de autoria: da Deputada Luiza Erundina, relatoria: Senador Edison Lobão, relatório: pela aprovação da matéria. Resultado: adiado. Item nº 02 – Projeto de Lei da Câmara nº 113, DE 2000 (PL 405, de 1995, na origem), que: “Estabelece precedência aos usuários que especifica, no atendimento em órgãos da administração direta da União e de suas entidades da administração indireta”. Autoria: Deputado Fernando Zuppo. Relatoria: Senador José Agripino. Relatório: Pela prejudicialidade da matéria. Resultado: Aprovado o relatório “Ad Hoc” pelo Senador Reginaldo Duarte, por unanimidade. Item nº 03 – Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2004 (PL 00781, de 2003, na origem). Assunto: “Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.” Autoria: Deputado Henrique Afonso. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Aprovado o relatório “Ad Hoc” pelo Senador Paulo Paim, por unanimidade. Item nº 04 – Projeto da Câmara nº 54, DE 2001 (PL 03786 de 1997, na origem). Assunto: “Dispõe sobre inscrições em Braille nos medicamentos”. Autoria: Deputado Fernando Zuppo. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório na forma do Substitutivo que apresentado pelo Relator, por unanimidade. Item nº 05 – Projeto de Lei do Senado nº 246, DE 2003 – terminativo. Assunto: “Dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda, nos programas oficiais de produção de moradia”. Autoria: Senadora Íris Araújo. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: adiado. Item nº 06 – Projeto de Lei do Senado nº 287, de 1999, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 569, de 1999 – terminativos. Assunto: Respectivamente “Dispõe sobre a concessão de desconto no valor de passagens para os maiores de sessenta anos” e “Determina desconto de 50% (cinquenta por cento) nas tarifas de passagens aéreas para os maiores de sessenta anos”. Autoria: Senadores Ramez Tebet e Luiz Estevão. Relatoria: Senador Sérgio Cabral. Relatório: Pela aprovação dos Projetos de Lei 287, de 1999 e 569 de 1999, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 07. Projeto de Lei do Senado nº 173, DE 2004 – terminativo. Assunto: “Acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas de cidadãos maiores de 60 anos que rece-

bam aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo”. Autoria: Senador Sérgio Cabral. Relatoria: Senador Reginaldo Duarte. Relatório: Pela aprovação da matéria com as 3 emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 08 – Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2003 – terminativo. Assunto: “Modifica dispositivo da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente” e dá outras providências”. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Lúcia Vânia. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 09. Projeto e Lei do Senado nº 66, de 2004 – terminativo – Assunto: “Acrescenta artigo à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, para incluir entre os beneficiários do passe livre os portadores de doenças graves e incapacitantes, inclusive em empresas de transporte aéreo quando o motivo da viagem for, comprovadamente, para fins de tratamento médico, e dá outras providências”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Romeu Tuma. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Adiado. Item nº 10 – Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2001 – terminativo na CCJ – Assunto: “Altera o Código de Trânsito Brasileiro para permitir, sob condições, que maiores de dezesseis anos obtenham permissão para dirigir”. Autoria: Senador Valmir Amaral. Relatoria: Senador Edison Lobão. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o Relatório “Ad Hoc” pelo Senador Romeu Tuma, por unanimidade. Item nº 11 – Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2003 – terminativo na CAS. Assunto: “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regula o trabalho do adolescente”. Autoria: Senador Gerson Camata. Relatoria: Senador Romeu Tuma. Relatório: Pela aprovação com as 3 emendas que apresenta. Resultado: Concedido vista ao Senador Flávio Arns. Item nº 12 – Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2005 – terminativo na CCJ. Assunto: “Altera o art. 80 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para tornar relativa a competência para processar e julgar as ações destinadas à proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais, indisponíveis ou homogêneos, dos idosos”. Autoria: Senador Francisco Pereira. Relatoria: Senador Edison Lobão. Relatório: Pela aprovação da matéria com as 2 emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 13. Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2001 – terminativo na CRA. Assunto: “Dispõe sobre a construção e o funcionamento de creches em assentamentos rurais”. Autoria: Senador Luiz Pontes. Relatoria: Senador

Jonas Pinheiro. Relatório: Pela aprovação da matéria com as 4 emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório “Ad Hoc” pelo Senador Flávio Arns, por unanimidade. Os Senhores Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Romeu Tuma e o Senhor Presidente, o Senador Juvêncio da Fonseca, expressam reconhecimento pelo profissionalismo e espírito de exemplo de funcionário público aos membros da Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e agradecem o empenho e dedicação dos servidores Altair Gonçalves Soares, Christiano de Oliveira Emery e Ana Carolina aos trabalhos desempenhados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Há número legal. Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Solicito às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a dispensa de sua leitura e a coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Comunico aos presentes no Plenário que se encontra na Secretaria Comissão à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores cópia da resposta do Ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, em atendimento ao Requerimento de Informação nº 43, de 2005, de autoria da Comissão de Legislação Participativa, acerca de proposta de regulamento sobre áreas locais para o serviço telefônico físico comutado.

Esse requerimento é em razão de um requerimento da Associação Comunitária de Chonin de Cima. A resposta encontra-se na Secretaria à disposição dos Srs. Senadores.

Passamos à apreciação da pauta.

A nossa pauta é bastante grande, mas só podemos apreciar hoje os projetos que não sejam de deliberação terminativa.

O Item nº 01 é um Projeto de Lei Complementar da Câmara. Não teríamos condições de votar nesta data.

O Item nº 02 é um Projeto de Lei da Câmara que estabelece precedência aos usuários que especifica,

no atendimento em órgãos da Administração Direta, da União e suas entidades da Administração Indireta.

O autor é o Deputado Fernando Zuppo; Relatoria, Senador José Agripino, que não se encontra presente, mas fez o Relatório pela prejudicialidade da matéria.

Nomeio como Relator **ad hoc** o Senador Reginaldo Duarte.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em conformidade com o disposto no art. 58, § 2º, inciso I, da Constituição e com o art. 91, §1º, inciso IV, do Regimento Interno do Senado, chega ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 113, de 2000 – Projeto de Lei nº 405, de 1995 na origem –, de autoria do Deputado Fernando Zuppo.

A referida proposição tem por objetivo assegurar o direito de precedência em órgãos da Administração Direta da União e de suas entidades da Administração Indireta os maiores de 65 anos, os portadores de deficiência e as gestantes com mais de seis meses de gravidez.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto foi submetido ao exame preliminar na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos, que lhe deu parecer favorável, com emendas ainda em 1995. Depois, ele foi analisado pela Comissão de Constituição, de Justiça e de Redação, que o aprovou já em meados de 2000, na forma da emenda substitutiva oferecida por seu Relator.

No processo de revisão do Senado, foi inicialmente dirigido para o exame exclusivo da Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania, porém, antes de ser ali apreciado, perdeu e readquiriu sua tramitação autônoma e foi redistribuído para análise da CDHLP.

Nesta Comissão, que se tornou competente para o exame da matéria, em decorrência das mudanças incorporadas ao Regimento Interno do Senado, pela Resolução nº 01, de 22 de fevereiro de 2005, o Projeto foi alvo de emendas no prazo regimental.

Análise.

De acordo com o art. 90, incisos I e XII, combinados com o art. 102, incisos IV e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa emitir parecer quanto ao mérito da proposição que trata dos direitos da mulher e da proteção das pessoas portadoras de deficiência e de idosos, tal como o faz o PLC nº 113, de 2000.

No caso, cumpre-lhe opinar ainda sobre a constitucionalidade e a regimentalidade do Projeto, na forma

do disposto do art. 91, §1º, do inciso IV, também do Regimento Interno do Senado Federal.

Ressalte-se, de saída, a elevada significação social desta proposta, que institui o atendimento prioritário para idosos, portadores de deficiências e gestantes, buscando, assim, melhorar o desconforto físico que o avanço dos anos ou o comprometimento da mobilidade pode acarretar.

É inesquecível, pois, o seu mérito, no sentido valorativo. Cuide-se, em última análise, do respeito à dignidade e da promoção do bem-estar dessas pessoas, dos principais princípios, aos que se reporta a Lei Maior brasileira, em seus arts. 1º, incisos I, III e IV, 193 e 230, **caput**.

Logo, não há o que questionar acerca da constitucionalidade e materialidade do Projeto.

Voto

O voto dado pelo Senador Relator da matéria, José Agripino, vai ser lido.

Diante do exposto, voto pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 103, de 2000, que se revela totalmente comprometido pela edição de lei superventiva.

Este é o voto do Senador Agripino Maia.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Obrigado, Senador Reginaldo Duarte.

Em discussão, a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação, o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000, com parecer pela prejudicialidade.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item nº 3:

Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2004 (PL nº 781 de 2003 na origem), que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.

Autor: Deputado Henrique Afonso; Relatora, Senadora Lúcia Vânia, pela aprovação.

Não estando presente a Relatora, nomeio Relator **ad hoc** o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a iniciativa do projeto do Deputado Henrique Afonso, relatado pela Senadora Lúcia Vânia. Até pedi a V. Ex^a que gostaria de relatar este Projeto, porque tenho na Casa um projeto bem mais amplo, mas com o mesmo objetivo – que é amparar o chamado povo que vive na rua. Entendo que o Projeto

do Deputado vem nesse sentido, e a Relatoria da Senadora Lúcia Vânia contempla, pelo menos em parte, tudo aquilo que gostaríamos.

Então, vou direto à análise, já que sou totalmente favorável à iniciativa. O princípio está correto, embora entenda que poderíamos ampliar e detalhar muito mais como a sociedade brasileira poderia amparar essa população toda, que fica jogada nas ruas, durante todos os dias. Vou além com um comentário: recentemente, a **TV Senado** ganhou um prêmio, inclusive da CNBB, exatamente porque fez um belíssimo trabalho sobre a população de rua em nosso País.

Análise

Quanto à iniciativa, a proposição em análise está em conformidade com o art. 22, XXIII, da Constituição Federal, que determina competir privativamente à União legislar sobre seguridade social.

Cumpra observar que, conforme definição constante do **caput** do art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social, *serviços assistenciais compreendem as atividades continuadas que visam a uma melhoria da vida da população, cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta Lei.*

Além disso, na redação atual do art. 23 da Lei Orgânica de Assistência Social, apenas a infância e a adolescência, em situação risco pessoal e social, recebem tratamento prioritário.

No que se refere ao mérito, o Projeto trata uma das mais importantes questões relacionadas à exclusão social no Brasil: a existência de um contingente de desabrigados evidencia as desigualdades sócio-econômicas que marcam historicamente o País e, ao mesmo tempo, demonstra a ineficiência do sistema de proteção social existente.

Assim, torna-se a parte mais visível do processo de exclusão social que se inicia, muitas vezes, na expulsão das cidades mais pobres, sem alternativas de emprego, de onde vem a maioria dos imigrantes.

Não há dúvida de que a proposição em exame, ao determinar a criação de um programa de amparo às pessoas que vivem em situação de rua, impele aos poderes públicos o cumprimento de suas responsabilidades sociais e fornece à sociedade civil mais um elemento de natureza legal, para exigir o cumprimento das obrigações constitucionais do Estado, no que se refere a essa parcela tão sofrida da população brasileira.

Voto

À vista do exposto, entendemos que a proposta e análise revestem-se de caráter meritório e não apre-

senta óbice, no que diz respeito à constitucionalidade e juridicidade. Quanto à técnica legislativa, a proposição não merece reparos, inclusive quanto à observância do que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 98.

Voto, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2004.

Cumprimento, mais uma vez, a Senadora Lúcia Vânia pela forma adequada e correta com que fez a análise, assim como o Deputado Henrique Afonso, que apresentou o projeto aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Nossa homenagem a V. Ex^a, que fez um relatório em lugar da Senadora Lúcia Vânia.

Em discussão, a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação o PLC nº 80/2004, com parecer favorável.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item nº 4

Projeto de Lei da Câmara nº 54/2001 (PL nº 03786/87 na origem), que dispõe sobre a inscrição, em Braille, nos medicamentos. Autor: Deputado Fernando Zuppo. Relator: Senador Flávio Arns. Parecer pela aprovação na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Relator, Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, passo a ler a análise do projeto, ao dizer que a proposição é justificada como uma medida para reduzir o risco de intoxicação e ingestão indevida de medicamentos por deficientes visuais em decorrência de não poderem identificar adequadamente esses produtos.

A preocupação procede, e a proposição tem mérito. Necessita, no entanto, de alguns aperfeiçoamentos. Em primeiro lugar, há que se explicitar que a exigência de informações em Braille deve-se aplicar à rotulagem do medicamento. Inclusive, o Senador Romeu Tuma, que está aqui, já teve um projeto de lei aprovado para se aumentar o tamanho da letra das bulas. Se fôssemos fazer a bula em Braille, se exigiria um papel multiplicado por três ou quatro em relação ao tamanho atual.

Em segundo lugar, além do nome do produto, deve-se exigir a impressão da data de validade – essas são coisas fáceis de serem feitas na caixa – por ser essa uma informação essencial ao consumidor e não onerar a produção, uma vez que, no processo de produção da embalagem, as impressões do nome, da

data e da validade, far-se-ão simultaneamente, é um processo simples. Outras informações, como indicação, posologia, reações adversas e interações sempre poderão ser fornecidas pelo médico que prescrever e pelo farmacêutico que dispensar o medicamento. A identificação do mesmo e de sua data de validade, no entanto, são estratégicas para o consumidor deficiente visual no momento em que for tomar o medicamento, pegando a caixa de medicamentos em casa; data e validade também.

Em terceiro lugar, faz-se necessário corrigir ainda a falha de técnica legislativa. Manda o inciso IV do art 7º da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei. Ora, essa matéria já é regulamentada pelo Título X (Da Rotulagem e Publicidade) da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, etc. Em vista disso, a disposição de que tratamos aqui deve ser trazida para o âmbito da lei de vigilância sanitária de medicamentos, acima citada, ao invés de constituir projeto de lei novo. Trazendo a nova disposição para o âmbito da Lei nº 6.360/76, seu descumprimento fica automaticamente tipificado como infração à legislação sanitária federal, conforme previsto na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências, tornando desnecessário tipificá-lo aqui e reinstaurar a sanção respectiva. Então, é mais adequado já pelas razões expostas na lei existente.

Não há óbices quanto à constitucionalidade.

À vista do exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei da Câmara, do Deputado Fernando Zuppo, grande amigo e colega na Câmara dos Deputados, na forma do seguinte Projeto de Lei da Câmara nº 54, substitutivo, de 2001.

Esse é o voto, Sr. Presidente. É um projeto, realmente, com muito mérito, muito necessário e que vai atender, na minha opinião, uma necessidade do cidadão com deficiência visual.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Feito o relatório pelo Senador Flávio Arns, em discussão a matéria.

Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Primeiro, gostaria de cumprimentar o Senador Flávio Arns que é um homem muito interessado, assim como o Senador Paulo Paim, na questão dos deficientes físicos em geral. Quanto ao problema dos deficientes visuais, ainda hoje recebi, com muita alegria, a notícia da sanção pelo Presidente da República do projeto do cão-guia. Nós o

discutimos, ficou algum tempo na Câmara, foi aprovado com algumas emendas e houve veto do Presidente a dois artigos que não sei bem quais são, porque só recebi ontem à noite a informação correta de que o Presidente havia sancionado esse projeto.

Esse problema das bulas é angustiante para as pessoas de mais idade. V. Exª sabe que o defendi aqui, principalmente para quem busca ler uma bula e seguir a sua orientação, embora não represente nada para o leigo. Ela vale mais para o interesse médico-científico, até as moléculas são desenhadas na bula, quer dizer, acho que o Braille tem uma vantagem. É claro que deveria haver uma visão do BNDES no sentido de financiar a aquisição de máquinas para a impressão em braile.

O Senado tem feito um trabalho muito bonito no interesse da sociedade, principalmente as entidades que conduzem as pessoas com deficiência visual. Porque o deficiente visual, Senador Paulo Paim, V. Exª já esclareceu ao Senador Flávio Arns, não é só o cego, é também aquele que tem grande dificuldade de visão. Então, esse projeto tem que ser aprovado e o BNDES deve financiar porque são máquinas difíceis. A maior reclamação que recebemos nas exposições de livros do Senado, os quais fazemos a legislação pertinente, a Constituição e várias outras leis, é que não há para os cegos em braile. Eles reclamam muito também que o Governo até hoje não ofereceu livros de história, de cultura, de aprendizado em geral para as escolas, pois são entidades particulares que o fazem e dizem que são muito caras as impressoras modernas.

Também gostaria de fazer uma recomendação, Senador, fora do projeto, de que o BNDES financie as gráficas que vão imprimir, para que realmente nesse ano, é um ano de prazo que V. Exª dá, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Na verdade, não existe o prazo, só a inclusão...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – São 360 dias para a entrada em vigor. Então é um ano depois de aprovado; seria o tempo suficiente para as gráficas se adaptarem para a impressão em braile dos poucos dados que precisam, porque para nós leigos não são necessários muitos dados, apenas como se toma o remédio, se pode tomá-lo com outro ou não, a data de validade, e o nome. Não há muito interesse científico na exposição que se faz na bula. Na verdade, não estou propondo nenhuma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só quero, em primeiro lugar, parabenizar o Senador Romeu Tuma pela sanção do Projeto do Cão-guia. De fato, a questão de locomoção, independência, acessibilidade, é um dos

grandes desafios da pessoa com deficiência visual. A pessoa cega pode usar a bengala, nem todos usam, mas o cão-guia é uma alternativa que vai conscientizar a sociedade, é um cão amestrado, orientado, as pessoas vão ter uma visão diferente sobre esse assunto pacífico. Então, acho que será um grande avanço, realmente, dentro da sociedade; é para os cegos, mas também para que as pessoas se conscientizem de uma maneira geral. Então, quero parabenizar o Senador Romeu Tuma.

Quanto ao projeto propriamente dito, as próprias empresas que fabricam medicamentos e que imprimem as caixas dos medicamentos vão ter que se adequar. E é muito simples de se fazer isso, para colocar o nome do medicamento e a data de validade em Braille. O cego estará manuseando esse material e tem de, pelo menos, ter essa informação. As outras, até pode tê-las com calma, discutindo com o médico, com o farmacêutico.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E isso está na própria embalagem?

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Na própria embalagem.

Mas considero essencial a sugestão do Senador Romeu Tuma em relação a linhas de financiamento, porque hoje há ainda uma dificuldade de as pessoas terem acesso a uma máquina de datilografia Perkins, em braile, a um computador com *softwares* também para uso da pessoa com deficiência visual ou a outros equipamentos essenciais para uma vida digna da pessoa com deficiência de uma maneira geral. Penso que, nesta Comissão de Direitos Humanos, podemos dedicar a isso também.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – A matéria continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, primeiramente, quero cumprimentar o Deputado Fernando Zuppo, pela iniciativa.

Sempre digo que acompanho o Senador Flávio Arns, que é o nosso líder maior nessa tema referente às pessoas com deficiência. Num tema como esse, num projeto que dispõe sobre a inscrição em braile nos medicamentos, entendo que é fundamental a iniciativa e o excelente relatório aqui apresentado pelo Senador Flávio Arns.

Cumprimento o Senador Romeu Tuma pela sanção do projeto que trata do cão guia. Penso que, com o seu projeto, estamos quebrando alguns tabus, e a sociedade terá, inclusive, de se adaptar a essa nova realidade. São mais de dois milhões de pessoas com dificuldade de visão, e passamos a nos perguntar sobre isso.

Uma pessoa que trabalha comigo é cega. E, quando digo deficiente visual, ela diz: “Paim, não é deficiente visual, não. Eu sou é cego mesmo!”. Essa é a forma como ele fala. O senhor o conhece: é o Santos Fagundes.

Mas, quando se chega com o cachorro ao banco ou a outro lugar, a sociedade terá de se adaptar. Por isso, ressalto o mérito do seu projeto. É preciso não só dizer que deve haver o cão guia; a sociedade terá de se adaptar a essa nova realidade do nosso povo, da nossa gente, respeitando todos. Como isso fica nos ônibus? Enfim, é preciso que haja sensibilidade para a realidade do nosso povo.

Quero, de público, cumprimentar o Deputado Fernando Zuppo e os Senadores Flávio Arns e Romeu Tuma, por esse projeto fundamental. Cumprimento também o Presidente Lula, que teve a sensibilidade de sancioná-lo ontem à noite. Por isso, não há o que se alongar na discussão. Apenas digo que todos nós estamos de parabéns, porque ajudamos no ato da votação, não é, Senador Romeu Tuma?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – A nossa Comissão de Direitos Humanos tem esse privilégio de reunir bons espíritos, homens que estão voltados essencialmente para a questão social. A grande solidariedade humana se faz presente aqui, na Comissão de Direitos Humanos. Com toda essa dificuldade de trabalho no Congresso Nacional, aqui é como se fosse um oásis, em que estamos em busca de boas soluções para a nossa comunidade.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001, com o parecer pela aprovação, na forma da emenda substitutiva.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ainda há o Item 10, que não é terminativo. Temos a possibilidade de votá-lo.

Item 10

Projeto de Lei do Senado nº 13 de 2001, terminativo na CCJ. Altera o Código de Trânsito Brasileiro para permitir, sob condições, que maiores de 16 anos obtenham permissão para dirigir.

Autoria: Senador Valmir Amaral.

Relatoria: Senador Edison Lobão.

Parecer: pela rejeição do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, como Relator **ad hoc**.

O parecer foi pela rejeição do projeto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PLS nº 13, de autoria do Senador Valmir Amaral, tem por objetivo possibilitar a condução de veículos automotores por menos de 18

anos nas condições que especifica. Para isso, propõe alteração do inciso I do art. 140 do Código de Trânsito Brasileiro, que define a imputabilidade penal como requisito para a habilitação de condutores, bem como o acréscimo de dispositivo novo destinado a estabelecer as condições em que o menor estaria habilitado para dirigir. A medida alcança apenas os jovens com mais de 16 anos e assegura a habilitação exclusivamente na categoria B.

De acordo com o projeto, o menor aprovado no processo de habilitação receberia uma permissão para dirigir, válida para utilização até que atingisse a maioridade. Nesse documento estaria registrada a condição especial do portador. Ao conduzir o veículo, o menor habilitado nesses termos deveria estar necessariamente acompanhado de um dos seus genitores ou responsável. Desse acompanhante, exige-se que seja pessoa penalmente imputável habilitada há três anos ou mais e que não tenha sido punida com a suspensão ou proibição de obter a permissão/habilitação para dirigir veículo automotor.

As multas devidas por infração praticada pelo menor ao volante teriam o valor duplicado em relação ao previsto pelo CTB para os demais condutores.

E, por fim, na hipótese de crime cometido na direção do veículo automotor seriam aplicadas ao menor medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, e o acompanhando considerado co-autor, conforme estabelecido no Código de Trânsito.

E segue a análise toda, Sr. Presidente, que está nas mãos de todos os Srs. Senadores.

O nosso Relator propõe a rejeição do projeto e dá as razões que ele vê como inabilidade para o menor dirigir dentro do aspecto legal vigente hoje no País.

Então, acho que temos que concordar, em princípio, a não ser que os Srs. Senadores discordem, que agora ainda não há possibilidade de se habilitarem menores, mesmo que provisoriamente, porque é algo difícil de se fazer um estagiário de direção. O que se entende aqui, pelo projeto, é dar-se um estágio de motorista, o que não é correto. Não existe estágio de motorista. O motorista, depois de habilitado, ainda passa por um período de adaptação ao volante, que é difícil. Então, vão-se dar três anos para o menor ser estagiário de direção, ter sempre um acompanhante. Quando ele tiver a autorização, ele não vai esperar. Já hoje, os meninos passam a mão no carro e não dão satisfação aos pais, praticam acidentes. E os pais têm que responder criminalmente hoje. Não é o garoto, são os pais. Até os pais sempre usam como argumento que o filho pegou as chaves sem eles verem.

Então, acho que o Senador Edison Lobão teve a cautela de fazer uma análise para depois se discutir com mais intensidade qual a alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente, porque esse Estatuto é atingido por esse projeto.

Então, o voto é contrário à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que é pela rejeição do projeto.

Nós havíamos dito que tínhamos apenas quatro projetos; mas temos, não-terminativos, ainda mais três, sendo que um deles é relatado pelo Senador Romeu Tuma.

Item 11

Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2003 (terminativo na CAS), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regula o trabalho do adolescente.

Autoria: Senador Gerson Camata.

Relatoria: Senador Romeu Tuma.

Com a palavra, o Relator.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Qual o item, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Item nº 11.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Considero esse assunto da mais alta relevância. Tudo que se trata de trabalho, primeiro emprego ou equivalentes para adolescentes, acho que temos que ver com toda a atenção. Existe um pleito para mim de que nós pensássemos em alguns aspectos antes de aprovarmos o projeto, que é fundamental. Então, eu pediria vênua ao Senador Romeu Tuma, até para agilidade, para pedir vista antes, ou se retirássemos...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A meu ver, é muito importante que isso seja feito, pois se trata de um assunto bastante delicado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Feito o relatório, poderá ser pedida vista.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então, farei um rápido resumo e abriremos para as vistas, ainda porque, como se trata de um Senador voltado para o

estudo desses problemas do menor e do adolescente, S. Ex^a poderá, sem dúvida, colaborar para a melhoria ou mesmo para a própria rejeição se entender que há alguma inconveniência, mesmo porque já fizemos algumas emendas a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Então, com a palavra o Relator.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Senador Gerson Camata, também um homem preocupado com esse setor, sugere que se faça isso no período de férias escolares, ou seja, que o trabalho do menor seja durante as férias escolares.

Mesmo hoje, Senador Flávio Arns, nós discutimos – e eu pedi até uma prioridade, porque foi requerida na Comissão de Educação, a juntada de um projeto de minha autoria, sobre o estágio de menores carentes, oriundos de escolas públicas, na administração pública federal, direta e indireta – a separação do projeto do menor e do adolescente, que tem outras vinculações, e faríamos o do estágio imediato, com o qual, se aprovado, criaríamos mais de cem mil vagas.

É claro que há de haver um cuidado muito acentuado com o critério de indicação para que o menor possa realmente trabalhar.

Apresentei um relatório com três emendas e ficaria agradecido ao Senador Flávio Arns se fizesse uma análise mais profunda até para que nós, amanhã, não tivéssemos no coração a sensação de que cometemos qualquer erro que possa vir a prejudicar essas crianças, principalmente as menos favorecidas.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Deferido o pedido de vista do Senador Flávio Arns.

Vamos passar ao item 12, não terminativo.

Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2005 (terminativo na CCJC), *que altera o art. 80 da Lei nº 10.741, de 2003 – Estatuto do Idoso, para tornar relativa a competência para processar e julgar as ações destinadas à proteção judicial dos interesses difusos, coletivos ou individuais, indisponíveis ou homogêneos dos idosos.*

Autor: Senador Francisco Pereira. Relator: Senador Edison Lobão, que profere parecer pela aprovação com as duas emendas que apresenta.

Não estando presente o Relator, nomeio Relator **ad hoc** o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, estou meio inseguro. Não sei se V. S^a sabe, mas tenho um carinho muito grande, como todos, por esse tema do idoso e acabei não podendo me aprofundar na análise das mudanças propostas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É que ele dispõe, no art. 1º...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – V. Ex^a, como Relator **ad hoc**, deseja adiar?

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Penso que devêssemos retirar de pauta. Eu me comprometo a, na próxima reunião, trazer o parecer, até mesmo pela aprovação. Contudo, gostaria de fazer uma análise com mais profundidade, porque o presente projeto altera o Estatuto do Idoso, que nós aprovamos por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Deferido o requerimento, fica adiada...

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Até entendo que a proposta do Senador Francisco Pereira é positiva...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas é que há um detalhe – e eu também não li: a competência para a ação de interesses difusos é privativa do Ministério Público. Esta é uma das competências delegadas pela Constituição de 1988. Então, temos de ver se realmente ele atinge ou não essa prerrogativa...

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Até para ver se não entra em choque, ainda porque o Ministério Público está fazendo um trabalho excelente nessa área do Estatuto do Idoso, quanto a sua aplicação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há um relatório longo e bem elaborado pelo Senador Edison Lobão, mas penso que realmente...

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Então, peço vistas, Presidente, e devolvo na próxima reunião.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Concordo com a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – V. Ex^a é o Relator **ad hoc**. Teríamos de retirar de pauta para que V. Ex^a apresentasse o relatório na próxima reunião.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Pois não, Excelência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pode ser até que, na próxima reunião, o Senador Edison Lobão compareça e V. Ex^a tenha condições de discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Deferido o requerimento, fica adiada a apreciação desse projeto para a próxima reunião.

Último item da pauta. Projeto não terminativo.

Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2001, *que dispõe sobre a construção e o funcionamento de creches em assentamento rurais.*

Autor: Senador Luiz Pontes. Relator: Senador Jonas Pinheiro.

Parecer pela aprovação do projeto com as quatro emendas que apresenta.

Não estando presente o Sr. Senador Jonas Pinheiro, nomeio o Senador Flávio Arns Relator **ad hoc**.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – O Senador Jonas Pinheiro, em sua análise, diz que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança, que ocorre em creches, que recebem crianças com até três anos, e pré-escola, que atendem a crianças de quatro a seis anos de idade. A educação infantil tem valor fundamental, essencial, porque é especialmente nos primeiros anos de vida que são fixados os alicerces da personalidade, inteligência e da socialização da criança. Além disso, trata-se de necessidade social, na medida em que pais e mães se integram ao mercado de trabalho, ausentando-se dos seus lares. As matrículas na educação infantil têm aumentado sensivelmente nos últimos anos. Para crianças de zero a três anos, o total de matrículas no Brasil, segundo censo escolar de 2004, é de 1.348.223. Entre as crianças de quatro a seis anos, o mesmo dado indica 5.555.357 matrículas em pré-escola, às quais vieram somar-se mais de meio milhão de alunos que já freqüentam o ensino fundamental.

Apesar desse crescimento, cerca de setenta por cento de crianças de até seis anos se encontram fora das creches e pré-escolas cadastradas nas redes públicas e privadas. Se nos detivermos nos dados referentes às zonas rurais, o índice de atendimento é ainda menor. Nos assentamentos rurais, objeto da presente lei, a situação é ainda mais grave: pouquíssimos são os que contam com prédio específico, adequado ao atendimento das crianças pequenas. A política de transporte escolar, talvez apropriada a crianças de sete anos em diante, que se deslocam para as vilas mais próximas, acabou por excluir ainda mais as de menores idades. Por não freqüentarem creches e pré-escolas, as crianças de até seis anos permanecem em casa – casebres ou barracos de lona, na maioria das vezes aos cuidados de uma irmã maior, ainda em idade escolar porque mãe e pai precisam trabalhar fora para a subsistência da família. Urge, portanto, dotar os assentamentos rurais e prédios destinados às creches e pré-escolas de modo a oferecer atendimento adequado a essas crianças.

Dessa forma, as mulheres principalmente poderiam contribuir com seu trabalho para o bem estar da família sem prejudicar a escolaridade obrigatória de filhos com mais de sete anos e sem impedir a antecipação saudável da escolarização de que goza a maioria das crianças urbanas.

O mérito da proposição é incontestável. Além do mais, não vislumbramos óbices de natureza econômica. Pelo contrário, os ganhos socioeconômicos decor-

rentes da maior participação das mães em atividades produtivas e iniciativas comunitárias contribuem decisivamente não apenas para o êxito dos assentamentos como também para o desenvolvimento econômico rural, gerando, em médio prazo, pela maior produtividade agropecuária, mais tributos.

Cabe aqui registrar que o papel semelhante a esse teve, em relação ao ensino fundamental, o salário educação, em décadas passadas, quando financiou milhares de escolas rurais no País, garantindo a cobertura quase universal do ensino obrigatório.

Assim sendo, a presente iniciativa irá consolidar as ações do Governo Federal na implantação da infraestrutura econômica e social dos assentamentos rurais, assim como complementar, na área da educação, o Proner e o Programa Nossa Terra, Nossa escola, desenvolvidos atualmente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra.

Convém, todavia, deixar claro que as creches bem como as pré-escolas, após sua construção, serão integradas às redes de ensino municipais, que são, de acordo com a LDB, as responsáveis pela oferta e manutenção de educação infantil no País. Por essa razão, são apresentadas quatro emendas ao texto original.

Em função do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2002, com as emendas a seguir: Emenda nº 1.

A ementa do PLS dispõe sobre a construção de prédio para funcionamento de creches e pré-escola em assentamentos rurais. O art. 1º que faz parte da emenda seguinte, passaria a ter a seguinte redação:

“O órgão federal executor do programa de reforma agrária incluirá a construção de prédios para funcionamento de creches e pré-escolas nas ações de implantação da infraestrutura comunitária dos assentamentos rurais”

O art. 2º, inciso III, passaria a ter a seguinte redação:

“(…) concessão de prioridade, pela maioria das famílias, à construção de prédio para creche e pré-escola”.

O art. 2º, inciso IV, passaria a ter a seguinte redação:

“(…) prévia celebração de convênio com a prefeitura municipal para manutenção do estabelecimento de educação infantil e incorporação à sua rede de ensino”.

Tenho a impressão de que as próprias prefeituras, na verdade, vão saudar esse projeto porque teriam também um apoio importante na construção de infraestrutura, e a manutenção, posteriormente, de acordo

com a LDB, faz parte do planejamento municipal que é essencial também. Inclusive nós nos detivemos muito nessa questão da educação infantil com a aprovação inclusive da emenda à Constituição da própria Senadora Heloisa Helena, que foi objeto de um debate muito interessante no Plenário desta Casa.

Esses são o relatório e o voto como Relator **ad hoc**.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Em discussão, a matéria.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Flávio Arns fazia o seu relatório, eu olhava com muito carinho todo o projeto e a justificativa do autor, Senador Luiz Pontes, e chego à conclusão de que, de fato, o projeto é muito bom, até porque, como aqui foi dito pelo Senador Flávio Arns, nós aprovamos uma emenda constitucional passando essa responsabilidade também para o Estado na situação das crianças de 0 a 6 anos.

Eu também apresentei um projeto de lei, Sr. Presidente, que regulamento o artigo já da Constituição existente como lei complementar que garante para o trabalhador, junto às empresas privadas, o atendimento em creche, enfim, com o pré-escolar, de 0 a 6 anos, e entendo que essa proposta vem nessa mesma linha desses projetos em debate já no Senado e também na Câmara dos Deputados, via emenda constitucional.

Por isso somos totalmente favoráveis. É uma brilhante iniciativa. Nossos cumprimentos aos Senadores Luiz Pontes e Flávio Arns, que fez aqui o relatório, e também ao Senador Jonas Pinheiro, que é o Relator original.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Senador Jonas Pinheiro foi o Relator original, e o Senador Flávio Arns acrescentou algo que a experiência indica da importância da aprovação desse projeto.

Senador Flávio Arns, Senador Paulo Paim e Presidente, temos ouvido muito falar, principalmente nas campanhas eleitorais, nas buscas de informações sobre a educação infantil, normalmente a grande promessa é a criação de creches e pré-escolas e, no fim, se dilui pelas dificuldades econômicas. Então essa obrigatoriedade vem sanar um buraco que provavelmente traria muito mais dificuldades aos assentamentos buscarmos a forma que pudessem encontrar para construir uma pré-escola ou uma creche, quase que inviável pela dificuldade que tem um assentamento, e assim o Estado se obrigando a isto, com convênio com os Municípios, sem dúvida nenhuma... V. Ex^a esteve agora lá, na sua cidade, na questão dos índios, em que, se tivesse uma

creche ou uma pré-escola, provavelmente, a própria formação, a educação e tudo evitaria aquelas mortes desnecessárias.

Então acho que temos que aprovar, e realmente a busca de uma cultura, desde criança, tem um resultado bastante positivo na adolescência e na idade adulta.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estejam de acordo com a proposta permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Srs. Senadores, acho que é bom... Temos dois assuntos que tenho que rapidamente relatar para os senhores. Primeiro, um pequeno relatório. Nós estamos... Foi criada a nossa Comissão neste ano. Temos aí, nos primeiros seis meses, na verdade, três ou quatro meses de atividade, já proposições em tramitação na CDH – temos 49. Hoje nós votamos aqui as cinco primeiras proposições, cinco primeiros projetos com os relatórios prontos, e tivemos aqui a grata satisfação de quorum, da presença dos senhores para que possamos dar esse *start*, esse início de trabalho nesta Comissão. São 49, ainda temos 44, dependendo de relatórios e alguns aqui são terminativos que não podem ser colocados em votação hoje em razão do quorum: PLC 8, PLS 27 e duas de sugestões populares; requerimentos são 12, todos aprovados; sugestões já têm 25 apresentadas; em reunião realizada na CDH, 8; a Subcomissão – e criamos duas Subcomissões: da igualdade racial e do idoso. A da igualdade racial e a do idoso.

A da igualdade racial, presidida pelo Senador Paulo Paim, que já promoveu seis audiências públicas, inclusive uma lá em Porto Alegre. Também a Subcomissão do Idoso, Presidida pelo ilustre Senador Sérgio Cabral, com uma audiência pública e nós também, aqui da própria comissão, com audiência pública lá em Dourados, em Mato Grosso do Sul, sobre a questão indígena. Portanto, estamos assim com atividade bastante boa, dinâmica, começamos agora a apreciar os projetos, mas acho que tínhamos que atacar um problema, no segundo semestre, analisar uma questão que acho que é de fundamental importância, entre outras, que já tem várias solicitações chegando: via telefone, via e-mail para que analisemos a questão do aborto. Parece que tem 40 projetos sobre a questão do aborto tramitando no Congresso Nacional.

Colocar aqui na comissão uma discussão científica, religiosa, ética, filosófica para discutir essa questão do aborto aqui na comissão. Acho que é o fórum adequado para essa grande discussão. Brevemente, tenho certeza que esses projetos começam a apare-

cer aqui na nossa comissão. Precisamos estar preparados, no sentido da boa informação para que possamos, na verdade, ter uma boa solução aqui nos nossos trabalhos.

Um outro assunto é a questão do encéfalo que está hoje em grande discussão, o feto com a formação do encéfalo praticamente destruída, ou não tem a formação completa, nasce sem ... tudo isso está sendo discutido, mas tem sobrevida após o nascimento. Tem uma série de questões a serem discutidas.

Outra questão que gostaria, outra vez de afirmar aqui nesta comissão: A questão indígena, lá em Mato Grosso do Sul e em outros Estados, onde existe o confinamento faz aldeias, que a população indígena esta crescendo, não tem a terra necessária para essa expansão e os conflitos já estão começando a acontecer, aquilo que já disse em reunião aqui, que vai acontecer morte, vai haver conflito físico. E já a primeira aconteceu em Mato Grosso do Sul, já morreu um índio em conflito. De que forma aconteceu?

Colocaram os índios em caminhões, despejam na frente da fazenda para fazer invasão, os índios ficam lá na fazenda, na invasão e desaparecem os promotores da invasão organizada.

Acho que isso não pode acontecer. Isso não pode acontecer e temos que tratar a questão indígena com mais carinho, com mais seriedade. Estou entristecido Senador Tuma, Senador Flávio Arns, Senador Paulo Paim, entristecido e frustrado, porque aquela proposta, de nossa autoria, da PEC possibilitando a desapropriação de terras de particulares, com indenização para esse atendimento dos indígenas, essa PEC está sendo destruída pelo Governo, não esta deixando caminhar. O Ministro da Justiça diz assim: – Ela é inviável. Não aprovo, porque ela gera despesa para a União.

Toda despesa gerada pelo povo para a sua qualidade de vida acho que não pode ser regateada pela União, de forma nenhuma. Então essa tristeza está aí, essa frustração está presente no nosso trabalho, mas não vamos esmorecer porque esta Comissão de Direitos Humanos ela tem uma força acima das forças de Governo, da própria comissão, que estão nos amparando para que possamos atender, sim, os nossos indígenas como deve ser atendido. Não é nesses conflitos absurdos que estão acontecendo, por falta de terra, a União simplesmente desaparecer do processo, cruzar os braços e dizer o seguinte: não temos competência para entrar nesses conflitos.

Como é que não tem competência? Arranje essa competência e entre no conflito! Essas mortes não podem continuar!

Lá em Raposa Terra do Sol, tudo bem, lá era um milhão setecentos e cinquenta mil hectares para quinze mil índios. Já em Mato Grosso do Sul a questão fundiária é diferente, só três mil e quinhentos hectares para onze mil e quinhentos índios. Olha só a inversão dos números. E pode dar o mesmo tratamento? Não pode. Não tem como dar o mesmo tratamento. É necessário que a União se responsabilize por esta solução dos nossos irmãos indígenas que estão sofrendo, inclusive essas baixas no conflito com os proprietários.

É necessário que entendamos também que, para resgatar a injustiça que já se cometeu neste País contra o indígena, não se pode cometer injustiça contra outros, contra os proprietários, essa injustiça bilateral para não se chegar a lugar algum.

Em Dourados, naquela reunião a que, infelizmente, acabei indo sozinho, perguntei a todos os 70 caciques que lá estavam o seguinte: de todas as invasões feitas violentamente, qual foi a que resultou em benefício para a comunidade indígena? Nenhuma. Nenhuma. Resultaram em quê? Em prejuízo. Inclusive, o representante nacional da Funasa, que esteve em audiência pública conosco, disse que as mobilizações indígenas para essas invasões é uma das causas da subnutrição, do abandono, da dificuldade de alcançar melhor qualidade de vida para o indígena.

Portanto, estão nas nossas mãos iniciativas no sentido de esclarecer a população e, ao mesmo tempo, insistir para que o Governo se sensibilize, a fim de que essa PEC deixe de ser obstruída e possamos alcançar resultado, sendo um instrumento na mão da União para administrar esse conflito.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores. Esta foi uma reunião proveitosa.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento V. Ex^a pela forma como tem dirigido esta Comissão. V. Ex^a tem sido generoso e solidário. A Comissão leva o nome de Direitos Humanos. V. Ex^a é humanitário e preocupado com a situação dos índios, que considero muito importante. Apreendi, ao longo de 20 anos nesta Casa, que a causa indígena não dá voto. Por isso, cumprimento V. Ex^a.

Essa questão é muito importante. Penso que todos nós temos de abraçar, cada vez mais, a causa indígena. Eu mesmo, que falo tanto da causa negra, quero estar ao lado de V. Ex^a em defesa do povo indígena, porque considero muito, muito importante.

Se V. Ex^a me permitir, também quero cumprimentar a sua equipe. Na audiência que tivemos em Porto alegre, acompanhou-nos o Cristiano, profissional do mais alto nível. Estávamos lá com pouca estrutura, mas ele fez, pela vida, como dizem, nos deu uma assessoria brilhante. Também cumprimento o Altair, que tem nos dado assessoria, em todas essas reuniões que fizemos, de forma exemplar. Hoje se fala tão mal dos servidores públicos, mas eu queria, na figura do Altair e do Cristiano, fazer uma homenagem aos servidores públicos brasileiros. Vocês são um exemplo. Eu gostaria de que pudéssemos ter tantos outros iguais a vocês. É claro que temos um time muito bom aqui no Congresso, mas se fala tão mal, hoje, do servidor público. A você também, Carol, que está sempre conosco nessa luta, eu gostaria de cumprimentar. Todos têm me ajudado muito. Já realizei, com o aval de V. Ex^a e com o apoio dos Senadores, seis audiências públicas. Eles têm uma equipe pequena, mas estão sempre dispostos. Se precisar viajar, viajam. É bom, é muito bom trabalhar com a sua presidência e com a equipe que V. Ex^a montou.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Obrigado, Senador Paulo Paim, pelo reconhecimento em razão dos bons serviços prestados pelos nossos servidores.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu não usaria a palavra, mas o Senador Paulo Paim me provocou. A audiência do Rio Grande do Sul é para resolver um problema dos quilombolas, comunidades africanas de escravos que se instalaram em vários Estados brasileiros como defensores da liberdade e da independência. Se eu estiver errado, me corrija, pois V. Ex^a conhece profundamente o caso. Eu acompanhei de perto alguns trabalhos do Governo em São Paulo, para reconhecer a terra dos quilombolas, que tem tido um bom efeito. Eu até precisei ir à igreja rezar, pedir perdão por não ter acompanhado o Senador Paulo Paim, por uma série de razões que me impediram. Fala com a alma da gente, Senador Paulo Paim, essa solidariedade àqueles que reivindicam um direito e que são esquecidos pela maioria dos governantes. Então, acho que esse trabalho que V. Ex^a sozinho fez valeu pela Comissão, em Dourados...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT-MS) – Só para registrar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Senador Mão Santa foi com o senhor.

O SR. (orador não identificado) – (Inaudível).

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Então. Mas ele já abençoou por nós lá.

Mas V. Ex^a foi e trouxe um quadro importante para a apreciação, quer dizer, o abandono do índio quando ele invade uma terra traz consequências graves até pela pouca resistência que ele tem no convívio com o branco. Então, as mortes traumatizaram qualquer um de nós, 28 crianças mortas por fome, Senador Paim, Senador Arns, é inacreditável que isso possa acontecer. Então, V. Ex^a tem feito um bom trabalho, acho que esta Comissão valeu a pena ser instalada. No início, pensava-se assim: o que se vai fazer nesta Comissão? E ela tem quase duas horas e ainda estamos discutindo. Sobre a atividade daqueles que colaboram nas Comissões, eu já fui Presidente de duas, Senador, é de uma eficiência, uma eficácia invejáveis. Dizem, acho que é correto, temos vários funcionários, em várias carreiras importantes, mas a de melhor qualidade é a do Congresso, principalmente do Senado, pela seleção que é feita. Digo os profissionais efetivos, que realmente se submeteram a concursos e fazem carreira aqui dentro. Por isso que digo assim: tem que botar o chefe de gabinete particular de confiança, negativo, tem que ser de confiança da Casa, porque eles conhecem profundamente toda a infra-estrutura e trabalham no interesse coletivo, não é no interesse do Senador individualmente. Então, quando se pede aqui qualquer minuta, qualquer coisa, em 24 horas, o senhor tem na mão um estudo aprofundado de pesquisa.

Então, quero me solidarizar com os cumprimentos que o Senador Paim faz aos funcionários desta Casa e acho que essa colocação vale a pena. Que venham os 15%, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Mas acho que posso, em nome dos servidores da Comissão, agradecer as palavras carinhosas dos Srs. Senadores e, ao mesmo tempo me associar aos Srs. Senadores com essas mesmas palavras em favor dos nossos servidores, porque sem eles nessa retaguarda, dificilmente o Senador teria condição de produzir o que produz.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Também quero me associar às manifestações dos Senadores Paulo Paim e Romeu Tuma, parabenizar a todos e dizer, especificamente no caso do Cristiano, que era assessor do meu gabinete e o perdi por uma causa maior, mais ampla, necessária como foi dito, e ficamos muito felizes com isso também porque ele está num papel, como os demais assessores, fundamental para esta Casa e para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Com os nossos agradecimentos por todas essas boas palavras, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h36min.)

SENADO FEDERAL**SECRETARIA DE COMISSÕES****COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Ata da 10ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 09 de agosto de 2005, terça-feira, às 09:30 horas.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia nove de agosto de dois mil e cinco, na sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores Edison Lobão, Jonas Pinheiro, Romeu Tuma, Fátima Cleide, João Capiberibe, Paulo Paim, Álvaro Dias, Luiz Otávio, Mão Santa, Flávio Arns, Sibá Machado e Aelton Freitas. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa ata da reunião anterior que é votada e aprovada, após dispensa sua leitura. A presente reunião tem com principal objetivo deliberar as seguintes proposições: Item nº 01 – Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003 – complementar (PLP 52 de 1999, na origem) que “Acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que “cria o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen” e dá outras providências”, para incluir a manutenção das casas de abrigo”, de autoria da Deputada Luiza Erundina e relatoria do Senador Edison Lobão, com voto pela aprovação da matéria. Resultado: aprovado o relatório. Item nº 02 – Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2003 – terminativo na CAS – que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regula o trabalho do adolescente”, de autoria do Senador Gerson Camata e relatoria do Senador Romeu Tuma, com voto pela aprovação com as 3 emendas que apresenta. Resultado: adiado. Item nº 03 – Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2005 – terminativo na CCJ – que “Altera o art. 80 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para tornar relativa a competência para processar e julgar as ações destinadas à proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais, indisponíveis ou homogêneos, dos idosos.” de autoria do Senador Francisoco Pereira e relatoria do Senador Edison Lobão, com voto pela aprovação da matéria com as 2 emendas que apresenta. Resultado: adiado.

Item nº 04 – Projeto de Lei do Senado nº 246, DE 2003 – terminativo. Assunto: “Dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda, nos programas oficiais de produção de moradia”, de autoria da Senadora Íris Araújo e relatoria do Senador Leomar Quintanilha, com voto pela prejudicialidade do Projeto. Resultado: adiado. Item nº 05 – Projeto de Lei do Senado nº 287, de 1999, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 569, de 1999 – terminativos, que respectivamente “Dispõe sobre a concessão de desconto no valor de passagens para os maiores de sessenta anos” e “Determina desconto de 50% (cinquenta por cento) nas tarifas de passagens aéreas para os maiores de sessenta anos”, de autoria dos Senadores Ramez Tebet e Luiz Estevão e relatoria do Senador Sérgio Cabral, com voto pela aprovação dos Projetos de Lei 287, de 1999 e 569 de 1999, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 06 – Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2004 – terminativo, que “Acrescenta artigo à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas de cidadãos maiores de 60 anos que recebiam aposentadoria da Previdência Social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo”, de autoria do Senador Sérgio Cabral e relatoria do Senador Reginaldo Duarte, com voto pela aprovação da matéria com as 3 emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 07 – Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2003 – terminativo, que “Modifica dispositivo da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente” e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim e relatoria da Senadora Lúcia Vânia, com voto pela aprovação da matéria na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item nº 08. Projeto e Lei do Senado nº 66, de 2004 – terminativo – que “Acrescenta artigo à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, para incluir entre os beneficiários do passe livre os portadores de doenças graves e incapacitantes, inclusive em empresas de transporte aéreo quando o motivo da viagem for, comprovadamente, para fins de tratamento médico, e dá outras providências”, de autoria do Senador Marcelo Crivella e relatoria do Senador Romeu Tuma, com voto pela rejeição do projeto. Resultado: Adiado. Item nº 09 – Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2003 – terminativo – que “Modifica o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 10148, de 8 de novembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim e relatoria do Senador Flexa Ribeiro, com voto pela aprovação na forma da Emen-

da Substitutiva. Resultado: adiado. Item nº 10 – Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2003 – terminativo – que “Acrescenta artigo à Lei 8069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre o funcionamento de casas de jogos em computadores”, de autoria do Senador Valmir Amaral e relatoria do Senador José Maranhão, com voto pela aprovação do Projeto e rejeição da Emenda. Resultado: adiado. Item nº 11 – Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2004 – terminativo – que “Torna obrigatória a identificação em braile nas teclas dos telefones fabricados e comercializados no País”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e relatoria do Senador Paulo Paim, com voto pela aprovação do Projeto. Resultado: adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e nove minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura.

A Ata da reunião anterior encontra-se sobre a mesa. Solicito às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores a dispensa da sua leitura e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Srs. Senadores, nesta semana, tivemos a ilustre visita do Senador italiano Enrico Pianetta, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Itália. S. Exª nos fez uma visita de cortesia e também de integração de trabalho, que nos trouxe a possibilidade de um trabalho conjunto em diversos setores, principalmente em relação à etnia indígena. As conversações prosseguem entre aquela e esta Comissão e possivelmente teremos encontro, seja na Itália, seja no Brasil, para que possamos otimizar essa pauta dos direitos humanos relacionada especialmente à etnia indígena. Estamos preparados para fazer um bom trabalho, mesmo porque as nossas audiências públicas, Senador Edison Lobão, feitas neste ano – foram seis ou sete –, com referência à mortandade de crianças indígenas em Mato Grosso do Sul e no País, estão tendo ultimado todo o seu relato, o seu trabalho final. Tenho certeza de que a nossa excelente assessoria parlamentar, com a

ultimação desses trabalhos, nos vai trazer iniciativas de importância e de repercussão nacional, inclusive.

O Item nº 1 da nossa pauta é o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003, complementar, e acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen, e dá outras providências, para incluir a manutenção das casas de abrigo. Autora: Deputada Luiza Erundina; Relator, o ilustre Senador Edison Lobão, cujo parecer é pela aprovação.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Edison Lobão, para proferir o seu relatório.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto a que alude V. Exª inclui no art. 3º da mencionada Lei a destinação de recursos do Fundo Penitenciário Nacional para a manutenção de casas de abrigo destinadas a acolher vítimas de violência doméstica. Em sua justificação, a autora enfatiza que o maior problema do crime de violência doméstica é a falta de condições que as vítimas enfrentam para sair das garras do agressor em face da dependência econômica existente. Assim, as casas de abrigo são essenciais para as vítimas da violência doméstica, pois nelas, além de estarem a salvo do agressor, receberão apoio material e psicológico.

Na Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania e de Redação da Câmara dos Deputados, a matéria foi considerada constitucional, jurídica e adequada sob o aspecto da técnica legislativa. Nesta Casa, a matéria não recebeu emendas.

A violência doméstica é uma questão política, cultural, policial e jurídica – todos sabemos. A casa de abrigo, por sua vez, torna-se instrumento eficaz de toda uma política de combate a esse tipo de violência. É um equipamento que funciona a partir de uma rede de atendimento capaz de identificar, tratar e encaminhar os casos de violência doméstica. A existência desse tipo de abrigo corresponde, pois, à necessidade de se garantir a integridade física e mental dos cidadãos e dos agredidos e, algumas vezes, a própria vida. É um lugar provisório onde cidadãs e cidadãos podem ser protegidos de forma segura e sigilosa.

Assim, no mérito, a proposição da Deputada Luíza Erundina, é extremamente positiva pois, em que pese o reconhecimento da importância dessas casas, seu número ainda é insuficiente no País por insuficiência absoluta de recursos.

Sob o aspecto da constitucionalidade, o Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003, atende os dispositivos da Constituição Federal quanto à competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e

dos Municípios, cuidar da saúde e assistência pública, e quanto à iniciativa de leis complementares.

Quanto às questões de juridicidade e técnica legislativa, não há reparos a fazer.

Voto:

Em face do exposto, não havendo qualquer óbice de natureza constitucional, jurídica, regimental e de técnica legislativa na proposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003, que tem parecer favorável.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Do Item 2 da pauta, o Relator é o eminente Senador Romeu Tuma, que falou que está chegando a esta reunião.

Passamos ao Item 3:

Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2005, terminativo na CCJ. Altera o art. 80 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, para tornar relativa a competência para processar e julgar as ações destinadas à proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais, indisponíveis ou homogêneos dos idosos. Autor: Senador Francisco Pereira. Relator: Senador Edison Lobão. O seu parecer é pela aprovação, com duas emendas que apresenta.

Com a palavra o ilustre Senador Relator.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, o Estatuto do Idoso é, sem dúvida, uma das leis mais importantes já votadas no Congresso Nacional. Ele tem prestado relevantes serviços aos nossos idosos.

O Brasil é um país que tem negligenciado um pouco os seus idosos. Se lançarmos os olhos sobre o Japão, país milenar, logo veremos que naquela nação os idosos são tratados com muito carinho e com comportamento diferenciado – para melhor – em relação aos não-idosos. Aqui no Brasil nós não temos adotado os mesmos procedimentos e os mesmos critérios. Portanto, esse projeto vem aperfeiçoar o Estatuto já votado e que presta, como disse, serviços significativos aos nossos mais velhos.

Sr. Presidente, a proposição compõem-se de apenas dois artigos, a seguir descritos. O primeiro determina a alteração do art. 80 da Lei 10.741, de 2003,

que é o Estatuto do Idoso, de modo que esse passe a estabelecer que as ações previstas no Capítulo III do Título V dessa Lei que versarem sobre direitos individuais indisponíveis do idoso serão propostas no foro de seu domicílio, ressalvada a competência da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais superiores.

O parágrafo único do art. 1º prevê que a competência relativa prevista no **caput** somente poderá ser afastada por iniciativa do próprio idoso que dela se beneficie.

Por fim, o art. 2º define que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, o nosso voto em razão dos motivos expostos é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2005, com as seguintes emendas:

Emenda nº 1: Altera o art. 80 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para suprimir a competência absoluta para processar e julgar as ações destinadas à proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos idosos, e tornar relativa a competência referente às ações que versarem sobre os seus interesses individuais indisponíveis.

Ou seja, em lugar de competência absoluta, transforma-se em competência relativa.

Emenda nº 2: Estabelece:

Art. 80 – As ações previstas neste capítulo que versarem sobre direitos individuais indisponíveis serão propostas no foro de domicílio do idoso, ressalvada a competência da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.

Parágrafo único – Somente por iniciativa do idoso poderá ser afastado o benefício previsto neste artigo.

Portanto, deixa de ser um dispositivo impositivo para ser um dispositivo que concede ao próprio interessado, no caso o idoso, a possibilidade ou não da presença dessa faculdade.

Sr. Presidente, esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Com a palavra a nobre senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, prezado Senador Edison Lobão, Senador Paulo Paim, embora seja favorável à aprovação da matéria, que é de um mérito indiscutível, gostaria de

pedir verificação de **quorum** porque penso que matérias tão importantes para os idosos e para a população em termos de direitos humanos deveria ter um **quorum** qualificado aqui. Inclusive a orientação do Governo na maioria das matérias é pela aprovação.

Faço esse pedido porque, neste momento, temos a Comissão de Educação funcionando, onde eu tenho um projeto do qual sou Relatora, também sou Relatora na Comissão de Infra-Estrutura. E temos iniciando, agora, as Comissões Parlamentares de Inquérito. Penso, então, que deveríamos procurar a Mesa do Senado Federal para que, mesmo que as Comissões Parlamentares de Inquérito se iniciem às 11 horas, haja uma ou no máximo duas Comissões acontecendo concomitantemente. Neste momento, temos quatro. E ainda temos a Comissão de Assuntos Econômicos. É impossível, assim, conseguirmos garantir o **quorum** neste momento.

Sei que as matérias são de relevância e, realmente, precisamos fazer esta Comissão funcionar – inclusive o Presidente sabe do meu compromisso com esta Comissão –, mas precisaríamos tentar um acordo com a Mesa para ter um **quorum** qualificado nas nossas reuniões.

Encontrei vários Senadores que gostariam de estar aqui, neste momento, mas também não podem em função de compromissos em outras Comissões. E sempre vamos ficar em segundo plano. No entanto, se tivermos apenas duas Comissões funcionando, creio que há uma possibilidade de, efetivamente, garantir **quorum** nas duas.

Por esse motivo é que gostaria de pedir a verificação de **quorum**.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Com a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, compreendo as preocupações da Senadora Fátima Cleide. E compreendo porque S. Ex^a inclusive arrola as demais Comissões que, neste momento, estão em pleno funcionamento.

Já tivemos **quorum** aqui, Senadora, **quorum** suficiente. E entendo também, como V. Ex^a, que uma matéria de tal envergadura precisa de fato ter uma participação mais intensa das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, inclusive no debate. Aqui está o Senador Paulo Paim que também se interessa muito por essas questões e eu que também não deixo de estar presente no debate delas, mas quero apenas adiantar um ponto. Embora concordando com as preocupações de V. Ex^a, o parecer do Relator é no sentido de ampliar os cuidados do autor do projeto para com os idosos. Estamos am-

pliando as vantagens que os idosos, merecidamente, têm no Estatuto e na proposta oferecida ao exame desta Comissão.

De toda maneira, entendo, como V. Ex^a, que devemos ter uma reunião plena para exame de matéria de tão grande profundidade e, como Relator, nada tenho a opor.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Obrigado, Senador Edison Lobão.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, entendo a posição da Senadora Fátima Cleide, do Senador Edison Lobão e dessa Presidência. De fato, esse tema mexe com as nossas emoções. Temas relacionados ao idoso, à criança e a deficientes mexem com nosso sentimento. Fui autor do Estatuto do Idoso, autor do projeto original, porque ele foi construído por todos os Deputados e Senadores, que melhoram muito a redação que dei ao projeto original. Claro que tenho orgulho de dizer que fui autor do projeto original. A redação final foi melhorada em muito. E percebo que se faz aqui uma alteração no Estatuto do Idoso. Sei, pela leitura rápida que fiz, que amplia o direito do idoso, o que é muito bom, com o relatório brilhante feito pelo Senador Edison Lobão.

Mas entendo também a situação da Senadora Fátima Cleide. Pela importância do projeto, merecia um quórum mais privilegiado. Mas fizemos um bom debate. Com certeza, vamos aprovar o relatório.

Por isso, quero apenas assinar abaixo da fala de ambos. Vamos marcar uma outra oportunidade para debater e aprovar o relatório. De antemão, estou dando minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – A Mesa agradece as palavras de cada Senador.

Gostaria que a Senadora Fátima Cleide ouvisse o que está sendo dito. Já existe acordo feito, a Mesa já diligenciou, já reuniu todo mundo, inclusive o Presidente de Comissão e Presidentes de CPIs. Ficou definido que, a partir das 11 horas e 30 minutos começariam as CPIs, e, a partir das 9 horas e 30 minutos, as Comissões.

Estamos aqui desde às 9 horas e 30 minutos. V. Ex^a talvez não tenha visto nosso trabalho desde o início, porque chegou agora. É importante que todos nós atentemos para os acordos da Mesa e cumpramos nosso horário. Só tinham duas comissões trabalhando: aqui e a CAE, ambas precariamente, devido ao baixo quórum. Portanto, não é uma questão de a Mesa tomar providências. Acho que nós, Senadores e Senadoras, temos de ter consciência de que temos de ter obriga-

ção com o horário. Se não tivermos obrigação com o horário, não vamos votar nunca esses projetos.

É por isso que, às vezes, dada a importância de um projeto como esse, que não é terminativo, não é votação nominal, até forçamos um pouco a aprovação. Isso porque a aprovação é simplesmente colocada para o Plenário que vota ou não, sem o voto nominal, porque sabe do seu interesse, sabe dos interesses importantes desse projeto, para que ele seja votado.

Temos mais oito projetos terminativos, que nem sequer a Mesa colocará para discussão, pois são terminativos e os votos são nominais. Portanto, quero apenas ressaltar a responsabilidade da Mesa do Senado e das Mesas das Comissões que fizeram acordo para que se desenvolva um trabalho eficiente. Mas é preciso que nós, Senadores, tenhamos responsabilidade no horário. É para começar às 9 horas e 30 minutos, às 9 horas e 30 minutos temos que estar aqui. Não pode começar às 11 horas, porque às 11 horas e 30 minutos já começa a CPI. Parece que estamos querendo dar uma desculpa pela nossa inoperância culpando a CPI. Mas o problema da CPI já foi resolvido: ela funcionará praticamente depois do almoço. E os membros das comissões devem estar aqui às 9 horas e 30 minutos para termos condições de trabalho. Para pegar doze, treze assinaturas aqui, fiquei desde às 9h até 9h30 correndo atrás de Senadores. Passando no corredor e pegando assinaturas. Só não achei V. Ex^a para pegar assinatura. Vamos pegar sua assinatura agora, graças a Deus, dada a sua espontaneidade.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Só para registrar, Sr. Presidente, estou na Casa desde às 8h, em outras reuniões preparatórias para outras coisas que temos de fazer aqui também. Só para registrar que estou na Casa...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Sim, mas o horário marcado para a reunião aqui é 9h30.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Da forma como V. Ex^a coloca, parece que chegamos aqui às 11h. Estou em outras Comissões, em outras reuniões. O que coloco para conversarmos com a Mesa é que, tudo bem, vamos trabalhar a partir das 9h30, mas não é possível ser em mais de duas Comissões. É humanamente impossível nós nos desdobrarmos e fazermos um trabalho que a Nação espera que façamos e com qualidade. Podemos vir aqui, assinar o livro para garantir quórum e ir para outro canto. Acho que não pode ser dessa forma, temos que assinar o livro e garantir a presença aqui, para fazermos a discussão da forma que a Nação precisa.

Fiz esse registro porque acho de fato que é muito importante que participemos efetivamente e não apenas assinando o livro.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Senadora, o Regimento Interno do Senado não permite que cada Senador titular em mais do que duas Comissões. Portanto, se alguém está querendo três, quatro colocações, está querendo trabalhar demais sem poder trabalhar, não terá tempo e está contrariando o Regimento. Então, acho que o Regimento está correto...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Dependendo do Partido, do número da Bancada, temos que nos desdobrar e V. Ex^a sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Sei, mas não importa. Mas isso também diz respeito à proporcionalidade e aproveitamento das Bancadas nas Comissões. Não queria polemizar isso, mas é importante fazê-lo, porque o Regimento é claro, está de acordo com a sua vontade e sei da preocupação de V. Ex^a, que é uma Senadora preocupadíssima com todas as questões sociais que são colocadas aqui nesta Comissão e nas outras. Mas é preciso que defendamos o direito que tem a Mesa, tanto de Comissão quanto a do Senado de mostrar que é eficiente e estamos trabalhando para um bom acordo. No entanto, está faltando que nós, Senadores, correspondamos a um acordo. Vamos cumprir: 9h30 todos nas suas Comissões. Cada Senador só pode ser titular em, no máximo, duas Comissões. Daria perfeitamente para trabalhar, basta que cumpramos horário.

Quanto à verificação de **quorum**, sabemos, Senador Edison Lobão, apesar da nossa boa vontade, é impossível estarmos aqui em minoria. Portanto, em razão da falta de **quorum**, encerraremos a reunião, salvo se V. Ex^a quiser usar da palavra.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Quero apenas dizer que, repetindo, compreendo as posições de todos, mas não posso deixar de sentir uma certa frustração pelo fato de que hoje, pela manhã, eu me encontrava lá no interior do meu Estado, em Imperatriz, nas fraldas da Amazônia Legal, e vim para cá e cheguei a tempo, apenas para emitir este parecer, considerando a importância para os idosos. Lamento que os nossos outros companheiros – aqui está o Senador Paulo Paim e a Senadora Fátima Cleide – não tenham podido estar presentes para o cumprimento desse dever, não para comigo, nem para com V. Ex^a, mas para com o idoso.

De toda maneira, temos de cumprir o disposto no Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só de-sejo dar minha opinião sobre essa situação de muita dificuldade em que nos encontramos.

Agora pela manhã, também, não por ser titular, pois sou titular só em duas Comissões... Aliás, não sei se nesta Comissão sou titular ou suplente; sou titular, se não me engano, só na Comissão de Assuntos Sociais. Mas o que aconteceu hoje pela manhã? Sou autor de diversos projetos que estão em debate. Se não me engano, estou com três na Comissão de Assuntos Econômicos, dois na Comissão de Assuntos Sociais e um ou dois, que seriam votados aqui hoje, inclusive. Então, há momentos em que se acumulam reuniões, apesar da maior boa vontade da Mesa, que, tenho certeza, fez um esforço enorme, e da Senadora Fátima Cleide. Não conseguimos estar em todos os lugares ao mesmo tempo.

Sei que V. Ex^a tem feito um esforço enorme. Comprometo-me com V. Ex^a – conforme fazíamos no início, nos debates das Subcomissões, como o que V. Ex^a suscitou e que foi feito na Comissão do Índio – em estar presente às 9h30min e fazer força para que outros também estejam, a fim de avançarmos nas matérias em pauta, principalmente nesse relatório do Senador Edison Lobão, que é brilhante e amplia – de novo, deixo claro o **(inaudível)** que fiz – os direitos dos idosos já contemplados no Estatuto do Idoso.

Parabéns à Mesa e à Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Agradecemos a participação dos ilustres Senadores. Somos testemunhas do esforço do Senador Paulo Paim para cumprir seu mandato com eficiência, de uma maneira exemplar para todos nós, assim como do Senador Edison Lobão, que tanto serviço tem prestado, no Senado, à nossa coletividade.

Como não existe quórum, porque há a ausência da maioria dos Senadores, encerramos a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 9 minutos.)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE DIRETOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ata da 11ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 30 de agosto de 2005, terça-feira, às 09:30 horas.

Às dez horas e quarenta e três minutos do trinta de agosto de dois mil e cinco, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Romeu Tuma, Reginaldo Duarte, Íris de Araújo, Sérgio Cabral, Paulo Paim, Heráclito Fortes, Álvaro Dias, Flexa Ribeiro, Luiz Otávio, Valdir Raupp, Sibá Machado e Aelton Freitas. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Sobre a mesa ata da reunião anterior que é votada e aprovada, após dispensa sua leitura. A presente reunião tem com principal objetivo deliberar as seguintes proposições: item nº 01 Requerimento CDH nº 13, de 2005 de “comparecimento do Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Serviço Social – INSS, Senhor Valdir Moysés Simão, para prestar esclarecimentos a respeito da grave crise de atendimento do INSS com os seus segurados”. Autor: Senador Sérgio Cabral e Leomar Quintanilha. Resultado: aprovado. Item nº 02, Sugestão nº 14, de 2005 que “propõe a revogação da Emenda Constitucional nº 15, de 1996, que dá nova redação ao parágrafo 4º do art. 18 da Constituição Federal”. Autor: Associação Comunitária de Chonin de Cima (Acocci). Relator: Senador José Agripino. Voto: pelo arquivamento. Resultado: adiado. Item nº 03, Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2003 – terminativo na CAS – que “altera a consolidação das leis do trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regula o trabalho do adolescente”. Autor: Senador Gerson Camata. Relator: Senador Romeu Tuma. Voto: pela aprovação com as 3 emendas que apresenta. Resultado: aprovado com 10 votos favoráveis. Item nº 04, Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2005 – terminativo da CCJ que “altera o art. 80 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para tornar relativa a competência para processar e julgar as ações destinadas à proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais, indisponíveis ou homogêneos, dos idosos.” Autor: Senador Francisco Pereira. Relator: Senador Edison Lobão. Voto: pela aprovação da matéria com as 2 emendas que apresenta. Resultado: aprovado com 10 votos. Item nº 05, Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2005 – terminativo na CCJ, que “acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências, para criminalizar a omissão de funcionários de laboratórios fotográficos que tomam conhecimento de fotos pornográficas envolvendo crianças ou adolescente.” Autor: Senador

Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Reginaldo Duarte. Voto: pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: aprovado com 10 votos. Item nº 06: Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2003 – terminativo – que “dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda, nos programas oficiais de produção de moradia”. Autora: Senadora Íris de Araújo. Relator: Senador Leomar Quintanilha. Voto: pela prejudicialidade do projeto. Resultado: adiado por falta de quorum qualificado. Item nº 07, Projeto de Lei do Senado nº 287, de 1999, tramitando em conjunto com o PLS 569, de 1999 – terminativos – que, respectivamente: “dispõe sobre a concessão de desconto no valor de passagens para os maiores de sessenta anos” e “determina desconto de 50% (cinquenta por cento) nas tarifas de passagens aéreas para os maiores de sessenta anos”. Autor: Senador Ramez Tebet e Luiz Estevão. Relator: Senador Sérgio Cabral. Voto: pela aprovação dos Projetos de Lei 287, de 1999 e 569 de 1999, na forma da emenda substitutiva que apresenta. resultado: Adiado por falta de quorum qualificado. Item nº 08, Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2004 – terminativo – que “acrescenta artigo à lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas de cidadãos maiores de 60 anos que recebam aposentadoria da previdência social até o valor equivalente a 1 (um) salário mínimo”. Autor: Senador Sérgio Cabral. Relator: Senador Reginaldo Duarte. Voto: pela aprovação da matéria com as 3 emendas que apresenta. Resultado: Adiado por falta de quorum qualificado. Item nº 09, Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2003 – terminativo – que “modifica dispositivo da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”. Autor: Senador Paulo Paim. Relatora: Senadora Lúcia Vânia. Voto: pela aprovação da matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: adiado por falta de quorum qualificado. Item nº 10, Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2004 – terminativo – que “acrescenta artigo à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, para incluir entre os beneficiários do passe livre os portadores de doenças graves e incapacitantes, inclusive em empresas de transporte aéreo quando o motivo da viagem for, comprovadamente, para fins de tratamento médico, e dá outras providências”. Autor: Senador Marcelo Crivella. Relator: Senador Romeu Tuma. Voto: pela rejeição do projeto. Resultado: adiado por falta de quorum qualificado. Item nº 11, Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2003 – terminativo – que “modifica o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dispõe sobre a prioridade de atendimento às pessoas que

especifica, e dá outras providências”. Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Flexa Ribeiro. Voto: pela aprovação na forma da emenda substitutiva. Resultado: adiado por falta de quorum qualificado. Item nº 12, Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2003 – terminativo – que “acrescenta artigo à Lei 8069, de 13 de julho de 1990 Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre o funcionamento de casas de jogos em computadores”. Autor: Senador Valmir Amaral. Relator: Senador José Maranhão. Voto: pela aprovação do projeto e rejeição da emenda. Resultado: Item nº 13, Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2004 – terminativo – que “torna obrigatória a identificação em braile nas teclas dos telefones fabricados e comercializados no país”. Autor: Senador Sérgio Zambiasi. Relator: Senador Paulo Paim. Voto: pela aprovação do projeto. Resultado: adiado por falta de quorum qualificado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze e horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.– Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Havendo número regimental, damos por aberta a 11ª Reunião da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, convocada para 30 de agosto de 2005, e com uma pauta de 13 itens, sendo 9 terminativos. Apenas os quatro primeiros não dependem de votação nominal.

A ata da reunião anterior está sobre a Mesa. Solicito dos Srs. Senadores a dispensa da leitura. Aqueles que concordam com a dispensa de leitura da ata permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Srs. Senadores, recebemos um ofício do Sr. Aníbal Wust do Nascimento Gaya, delegado da Polícia Federal, que encaminha cópia do relatório do IPL nº 0214, que pede algumas providências legislativas no sentido de sugestão para a Comissão de Participação Legislativa.

Nós, de plano, tomamos uma decisão, decisão esta que queremos que o Plenário confirme ou não. Vamos submeter à aprovação do Plenário. A resposta que demos ao Dr. Annibal é a seguinte:

Assunto – Sugestão de pessoa física referente à criação de legislação que disciplina e regulamenta o acesso a serviço de consulta a cadastro de devedores inadimplentes.

“O Sr. Annibal Wust do Nascimento Gaya, delegado da Polícia Federal, encaminha cópia do relatório

do IPL nº 0214, de 2004, que apura crime previsto no art. 10 da Lei Complementar nº 105, de 2001, fazendo o encaminhamento de sugestão legislativa, que discipline e regulamente o acesso a serviço de consulta a cadastro de devedores inadimplentes.”

A douta Advocacia-Geral do Senado Federal, por meio do Ofício nº 181, de 2005, dá parecer dizendo que a sugestão oferecida não encontra respaldo na competência desta Comissão por ferir o disposto no art. 102, “e”, do Regimento do Senado Federal, visto que o postulante é pessoa física, propondo, para atender o pedido, utilizar a técnica jurídica da interpretação extensiva.

Ou seja, só podemos receber sugestões legislativas de pessoas jurídicas, entidades da comunidade. Nesse caso, trata-se de um delegado de polícia, pessoa física, não se enquadrando, pois, na previsão regimental. No entanto, a Advocacia-Geral do Senado disse que poderíamos dar uma interpretação extensiva, ou seja, acabar acatando. Penso que, ao assim procedermos, estaríamos diante de um problema: criar uma jurisprudência anti-regimental, com a qual não podemos concordar.

Então, indeferimos, dizendo o seguinte:

“Entendo não ser possível acolher o parecer citado, visto que o art. 102, “e”, do Regimento Interno do Senado Federal só contempla a possibilidade de acolher sugestões apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil. O requerente, como delegado da Polícia Federal, poderá motivar uma associação ou o sindicato da classe para subscrever a sugestão.

Arquive-se, enviando cópia desse despacho ao requerente após a sua submissão ao Plenário desta Comissão.

Brasília, 18 de agosto de 2005. – Senador **Juvêncio da Fonseca**, Presidente da Comissão.”

Em discussão a nossa resposta. Acho que essa discussão é importante.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, queria, primeiramente, concordar com a interpretação de V. Ex^a e louvar a intenção do delegado... Como ele se chama?

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Annibal Wust do Nascimento Gaya.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Do Dr. Annibal pelo mérito de ter tomado a iniciativa e se preocupado com esse assunto.

Posso passar a esta Comissão a minha experiência no Estado do Rio de Janeiro. Lá, presidindo o Poder Legislativo Estadual, uma lei de minha autoria, já em vigor há alguns anos, regulamenta essa situação. Todo cadastro de inadimplentes, todos os serviços de

proteção ao crédito, o SPC, o Serasa, essas instituições são obrigadas a comunicar, com antecedência de dez dias úteis, a inclusão do cidadão nos cadastros de inadimplência. Tem dado certo, é um comunicado que se faz ao cidadão.

Eu observava, como legislador estadual, muitas reclamações de pessoas que iam fazer compras a prazo, financiamentos e eram surpreendidas com a informação do seu nome incluído ou no Serasa ou no SPC, para citar as duas instituições mais importantes de proteção ao crédito.

Então, estabelecemos essa lei, que funciona com regularidade no Estado do Rio de Janeiro. Apresentei aqui no Senado Federal uma proposta semelhante em âmbito nacional. Está tramitando na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Podemos, inclusive, Senador Sérgio Cabral, encaminhar, junto com essa resposta, uma cópia do seu projeto.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 1:

Requerimento nº 13, de 2005. Assunto: comparecimento do Diretor Presidente do Instituto Nacional de Serviço Social – INSS, Sr. Valdir Moysés Simão, para prestar esclarecimentos a respeito da grave crise de atendimento do INSS aos seus assegurados. Autores: Senadores Sérgio Cabral e Leomar Quintanilha.

Em discussão.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, agradeço.

Procurei trazer a justificativa desse requerimento verbalmente. Convidei o Senador Leomar Quintanilha, que é um Senador que dedicou muito do seu primeiro e segundo mandatos pelo Estado de Tocantins a essa questão da terceira idade, dos aposentados, das pensionistas, para se associar a esse requerimento.

Na penúltima sexta-feira, estive no bairro de Padre Miguel, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, às 7h da manhã, fazendo uma verificação do atendimento aos aposentados e pensionistas no posto de Padre Miguel. Depois percorri outros postos de atendimento do meu Estado. A situação é catastrófica, absolutamente catastrófica. O atendimento dado – sabemos que é crônico esse problema – chegou a uma situação absolutamente insustentável. Cidadãos, Sr. Presidente,

que chegam ao posto de atendimento às 19h, às 20h da noite do dia anterior, para tentarem ser atendidos a partir das 8h da manhã do dia seguinte. Senhas são entregues em número reduzido, funcionários não chegam para o atendimento. Grande parte dos segurados, aposentados, pensionistas ou trabalhadores que vão em busca de licença ou perícia médicas voltam para casa sem atendimento.

É grave a crise no atendimento do INSS. Chegando dessa minha vistoria, tomei a iniciativa de ligar ao Ministro da Previdência Social, Dr. Nelson Machado, que me atendeu de forma educada. Pude passar a S. Ex^a a impressão do que havia visto. S. Ex^a me disse, adiantou-me que, inclusive, o INSS lançaria uma nova diretoria, a de atendimento, reconhecendo que o grave problema do INSS é exatamente atendimento. De fato, na semana passada, lia, em todos os jornais do Brasil, a criação pelo INSS de uma diretoria nova, de atendimento.

Mas, Sr. Presidente, esse é um problema que ocorre no Mato Grosso do Sul, no Maranhão, no Pará, em Goiás – para citar os Senadores presentes. É um problema crônico no Brasil inteiro: cidadãos que contribuíram a vida inteira, na hora de serem atendidos no posto de atendimento do INSS, são tratados como cachorros. Então, eu disse ao Ministro que faria esse requerimento e, na condição de Presidente da Subcomissão do Idoso, pediria à Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa – tão bem presidida por V. Ex^a – que convocasse uma audiência pública para que o novo Presidente do INSS pudesse fazer uma exposição de como ele vê esse caos no atendimento daquela instituição e apresentasse as suas propostas para enfrentar esse problema. Ele disse que, da parte dele, não há nenhum problema. Pediu-me apenas que, aprovado o requerimento, desse um prazo de um mês, para que o novo Presidente do INSS pudesse trazer, inclusive, novos elementos a esta Comissão.

Então, Sr. Presidente, o intuito desse requerimento é trazer o Dr. Valdir Moysés Simão, novo Presidente do INSS, para que esclareça aqui na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa quais são as propostas que traz para resolver esse problema crônico, grave e que afeta milhões de cidadãos brasileiros, tanto aposentados como pensionistas, como trabalhadores que buscam o INSS para perícia, para informações e que são mal atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero associar-me ao Senador Sérgio Cabral e parabenizá-lo pelo requerimento que propõe a esta

Comissão. Esse fato lamentável se estende por todo o território nacional, esse atendimento desumano é permanente, como V. Ex^a muito bem qualificou aqui, e agora é agravado pela extensa greve que acometeu o INSS. Acho que este é o momento oportuno para a Comissão ouvir aqui em audiência o Presidente do INSS e saber quais as providências que o órgão vai tomar na solução definitiva do problema.

Como muito bem colocou o autor do requerimento, o cidadão contribui ao longo de sua vida e quando chega a uma idade em que precisa de um atendimento diferenciado o vemos pelas ruas em extensas filas, tendo que chegar no dia anterior, ou pela madrugada, para conseguir ser atendido – e muitas vezes, apesar de estar na fila, não é atendido e tem que voltar no dia seguinte ou em outros dias.

Portanto, quero parabenizar os Senadores Sérgio Cabral e Leomar Quintanilha pelo requerimento e dizer a V. Ex^a que é oportuno ouvirmos aqui Presidente do INSS, para que seja encontrada uma solução que atenda, de maneira humana, os nossos cidadãos que necessitam do serviço.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Gostaria de dizer ao Senador Sérgio Cabral que esta Comissão de Direitos Humanos se sente prestigiada com esse requerimento. Vamos atingir um dos grandes objetivos da própria Comissão com essa audiência pública de suma importância, no mínimo, para esclarecer, no futuro próximo, o que vai acontecer com toda essa população que se sente tão desamparada.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Obrigado, Sr. Presidente, por ter prestigiado o requerimento, tê-lo colocado como item 1 da pauta, e aos meus Pares pela aprovação desse importante requerimento, que objetiva trazê-lo aqui, como disse V. Ex^a e o Senador Flexa Ribeiro, para que ele esclareça e apresente as suas propostas. Aliás, estamos recebendo a mensagem do Executivo para o Orçamento de 2006. Então, quais são as perspectivas do INSS? Quais serão os investimentos em ser humano, em equipamento e em tecnologia? Do jeito que está... A TV Globo, domingo passado, apresentou mais uma matéria no “Fantástico” sobre as filas no INSS, demonstrando exatamente essa desumanidade a que o Senador Flexa Ribeiro se referiu no atendimento aos nossos irmãos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – O Relator do item 2 é o Senador José Agripino, que não se encontra presente. Do item 3, é o Senador Romeu Tuma, cujo avião chegou atrasado.

Item 4

Terminativo na CCJC. O relator é o eminente Senador Edison Lobão, que se encontra presente.

Com a palavra o relator.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 74, que visa alterar o art. 80 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, para suprimir a competência absoluta para processar e julgar as ações destinadas à proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos idosos, e tornar relativa a competência referente às ações que versarem sobre seus interesses individuais indisponíveis.

Submete-se à exame o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2005, de autoria do nobre Senador Francisco Pereira, tendo por objetivo tornar relativa a competência jurisdicional para processar e julgar as ações destinadas à proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis dos idosos.

A proposição compõe-se de apenas dois artigos: o primeiro determina a alteração do art. 80, de modo que este passe a estabelecer que as ações previstas no capítulo III, do título V dessa lei, que versarem sobre direitos individuais indisponíveis do idoso, sejam propostas no foro de seu domicílio, ressalvada a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores.

O parágrafo único do art. 1º prevê que a competência relativa prevista no **caput** somente poderá ser afastada por iniciativa do próprio idoso que dela se beneficie.

Por fim, o art. 2º define que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nos termos do art. 102, incisos VI e VII, acrescidos do Regimento Interno desta Casa pela Resolução do Senado Federal nº 1, de 2005, cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre a proteção dos idosos e sobre a fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais relativas à tal proteção.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, não há nada a opor ao PLS nº 74, de 2005, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito processual. A teor do disposto no art. 22, inciso I da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União Federal. Os termos da proposição não importam em violação de nenhuma cláusula

pétreia, e assim por diante. Ademais, não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afirma e se afigura correto. Já em relação ao mérito da proposta, para uma análise mais acurada, cumpre resgatar a redação vigente do art. 80 da Lei nº 10.741, de 2003. As ações previstas nesse capítulo da proteção jurisdicional dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis serão propostas no foro do domicílio do idoso, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa.

A justificação do PLS utiliza-se de artigo do professor Flávio Luiz para dar arrimo à argumentação de que a competência absoluta instituída pelo Estatuto, além de esdrúxula, porquanto determina, por critério territorial, o que poderia, em alguns casos, dificultar o acesso do idoso à Justiça, quando o que se deseja é exatamente facilitar esse acesso, produzindo, assim, efeito diverso ao originalmente pretendido pelo legislador. Ademais, em situações outras, aquela competência absoluta poderia ir de encontro a princípios de ordem pública.

Sr. Presidente, a modificação que se propõe com este relatório é simples, alterando apenas a ementa do Projeto e a modificação de absoluta para relativa.

O Relator apresenta duas emendas, como disse. Uma, à ementa do Projeto e a outra, ao art. 80, para promover a sua adequação no que diz respeito ao número da lei citada.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Em discussão o parecer.

Com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar o brilhante relatório do experiente e consagrado Senador Edison Lobão, que entendeu a índole da proposta, que é exatamente facilitar a vida jurisdicional do cidadão da terceira idade e o aperfeiçoamento com as suas emendas.

Então, quero parabenizá-lo.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, eu desejo fazer uma consideração final apenas por um pleito de justiça.

Trata-se do Estatuto do Idoso, que foi uma iniciativa do Senador Sérgio Cabral em boa hora. Essa é uma das leis mais justas deste País no seu elenco de leis modernas. Não se poderia continuar mantendo ao abandono os nossos idosos quando em muitos lugares do mundo, notadamente no Japão, o idoso tem preferência sobre as demais pessoas. O que fez o Senador Sérgio Cabral, que tão bem representa o povo do Rio de Janeiro? Ele procurou destinar ao idoso, a todos os idosos brasileiros – hoje são de uns; amanhã

de todos – um tratamento especial, diferenciado, justo para a sua idade.

Eu cumprimentei o Senador Sérgio Cabral àquela época e o faço redobradamente agora no convencimento de que se trata, portanto, de uma lei da melhor qualidade que foi produzida no Senado Federal e apoiada também pela Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Eu gostaria de associar-me também às palavras do Relator em relação à iniciativa de V. Ex^a com referência ao Estatuto do Idoso e ao primeiro item, o requerimento de convocação do Presidente do INSS para explicar essa situação sufocante, principalmente das pessoas idosas nas filas deste Brasil inteiro.

Portanto, V. Ex^a, a cada dia, dá cada vez mais provas de que está atento a esse problema do idoso no Brasil. Parabéns!

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Obrigado, Presidente Juvêncio, isso só me motiva a continuar nessa luta tão importante.

O Senado Federal, após a consagração do Estatuto Nacional do Idoso, teve a feliz iniciativa de transformar a Subcomissão do Idoso em Permanente, trazê-la para esta Comissão. Hoje, a prova da importância de estarmos aqui na Comissão de Direitos Humanos é a aprovação do requerimento e agora do aperfeiçoamento do Estatuto, com a colaboração eminente do Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS.) – Item nº 3: Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2003, que altera a Consolidação da Lei do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5452, de 1943, e pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, regulando o trabalho do adolescente.

Com a palavra o Relator, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Bom dia, senhores. Desculpem pelo meu atraso. Eu vou debitá-lo às companhias aéreas, ao Infraero ou ao DAC – não sei a quem. Ficar uma hora e dez minutos sobrevoando Brasília para poder pousar é uma agressão não só aos passageiros como à economia brasileira. O que se gasta de combustível! E não dá nem para ver, para a gente dizer que teve uma vista bonita de Brasília. Ficar

uma hora e dez minutos aqui em cima, Srs. Senadores, faz com que cheguemos nervosos aqui, revoltados. Eu gosto de vir na segunda, mas, infelizmente, eu tive que fazer alguns exames porque o meu joelho foi para a glória e não consegui pegar o vôo. Ontem, eu saí de casa por volta das 6 horas da manhã, peguei em torno das 7 horas e cheguei agora. Toda vez é a mesma coisa. Se não é o DAC, que não controla, é a Infraero ou a companhia aérea. Ninguém se responsabiliza. Nós, aqui, nesta Comissão, deveríamos fazer alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Senador Romeu Tuma, eu gostaria de testemunhar a assiduidade de V. Ex^a aqui no Senado Federal, em todos os trabalhos, em todas as Comissões e em Plenário. Portanto, a ausência de V. Ex^a, há questão de meia hora, já estava sendo sentida e já informavam que era a questão do avião que não havia pousado na hora certa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu fico muito aflito, porque temos responsabilidade aqui – temos os companheiros excelentes e, agora, a nossa Senadora aqui ao lado para trazer uma espiritualidade mais gloriosa. Tudo isso é gostoso. Trabalhar é bom. É o que eu peço a Deus: força para poder trabalhar, mais nada. Só isso. E ver aqui o meu companheiro Governador e – quicá! – Presidente da República.

Trata-se do Projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, para regular o trabalho do adolescente, de autoria do Senador Gerson Camata. S. Ex^a apresenta uma exposição completa sobre as alterações e, se V. Ex^a permitir, eu leria a análise e, em seguida, as emendas da Comissão de Direitos Humanos ao trabalho que foi feito pelo Senador Gerson Camata, nosso querido representante do Espírito Santo.

A proposição em exame busca aprimorar a proteção do adolescente trabalhador no espírito preconizado pelo art. 227, da Constituição Federal, que dispõe sobre os amplos direitos vividos pela família, pela sociedade e pelo Estado às crianças e aos adolescentes.

No que concerte às adequações postuladas pela CLT, somos do entendimento de que os dispositivos sugeridos efetivamente aperfeiçoam as normas de proteção do trabalho do adolescente – inciso II do proposto do art. 413. Contudo, está em dissonância com a determinação do art. 7, inciso XVI, da Constituição Federal, razão por que não deve ser objeto de emenda, a fim de fazer com que a remuneração do serviço extraordinário do adolescente seja superior a do trabalho normal em pelo menos 50%.

Julgamos, ademais, que o § 2º do art. 429, “b”, deve ter redação mais apurada em virtude da imprecisão da cláusula “aproveitamento razoável” pela constante. Parece-nos aconselhável utilizar a orientação análoga adotada no art. 433 da própria CLT. Dessa forma, será considerada justa causa para a dispensa do aprendiz não “a falta do aproveitamento razoável”, mas a falta do aproveitamento que implique em perda do ano letivo.

Então, verifica-se a intenção de que o menino não perca a dedicação ao estudo, quer dizer, passa a ser muito mais importante a dedicação dele ao estudo do que o aprendizado na produção, na indústria ou na atividade que ele faz como estágio.

Então, considero importante que ele não perca o sentido da importância da sua aplicação na escola.

No que se refere aos dispositivos a serem adicionadas ao ECA, temos o entendimento de que o art. 68-A oferece significativa contribuição para o combate ao trabalho do adolescente, uma vez que traz a proibição à escola de ter fins lucrativos.

Adicionalmente, manda esse tipo de instituição de ensino repassar aos alunos que contribuíram para o processo educativo os resultados nele obtidos, descontados os custos em que tal processo houver incorrido.

Parece desnecessário, entretanto, incluir no ECA as exposições do art. 69, A e B, pois o assunto, em sua quase totalidade, já se encontra disciplinado pela Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, e pelo Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, que a regulamentou.

Aquela norma jurídica dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior, ensino profissionalizante de segundo grau e Supletivo, e dá outras providências.

Em particular, a matéria de que cuidam os referidos dispositivos constantes do projeto em exame está regulada pelo art. 1º, 3º e 4º da Lei nº 6.494, de 1977, e pelos arts. 2º e 4º do decreto mencionado. Apenas o disposto no § 3º do art. 69-A, não tem previsão nas citadas normas jurídicas. Contudo, parece desaconselhável autorizar legalmente o estágio gratuito a adolescente, permissão que, indubitavelmente, laboraria a favor da exploração do trabalho juvenil.

Por esse motivo, manifestamos pela suspensão também do aludido parágrafo.

A disposição dos arts. 69 e 69-D, relativa às cooperativas-escolas suscita-nos a preocupação. Sabidamente, as denominadas cooperativas de trabalho têm freqüentemente servido de instrumento para encobrir a burla da legislação trabalhista.

Nesse caso, relações típicas de emprego assumem a forma de vínculo entre cooperativas.

Sabemos, Presidente, Srs. Membros da Comissão, que o Tribunal de Contas tem impedido a contratação de cooperativas para a prestação de serviço em órgãos públicos, razão direta por que falta contribuição individual e sai prejudicado o trabalhador. Creio que aqui o nosso Camata se preocupou com esse texto.

É forçoso reconhecer que a deficiente fiscalização diminui consideravelmente as possibilidades de coibir esse tipo de violação das leis de amparo ao trabalhador. Conquanto não se possa atribuir deformação apontada a todas as cooperativas, entendemos ser preferível proteger o adolescente trabalhador desse tipo de risco, por isso somos pela supressão dos arts. 69-C e 69-D.

Voto.

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do projeto de lei do Senado com as seguintes emendas:

“Emenda da Comissão de Direitos Humanos – dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2003, a seguinte redação:

Art. 3º. A Lei nº 8.069, de 03 de julho, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:
Art. 68-A.”

Outra emenda:

“Dê-se ao inciso II do art. 413 da Consolidação das Leis do Trabalho, nos termos em que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2003, a seguinte redação:

Art. 1º.

Art. 413. Excepcionalmente, por motivo de força maior, até o máximo de oito horas, com acréscimo salarial de, pelo menos, 50% sobre a hora normal e desde que o trabalho do menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.”

Outra:

“Dê-se ao § 2º do art. 429-B, nos termos em que dispõe o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 226 a seguinte redação:

Art. 429-B.

§ 2º – A falta reiterada do cumprimento da obrigação de que trata esse artigo ou a falta de aproveitamento que implique perda do ano letivo serão consideradas justa causa para a dispensa do aprendiz.”

Esse é o nosso relatório, e segue o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Em discussão. (Pausa.)

Antes da aprovação, gostaria de informar que esse projeto é de autoria do ilustre Senador Gerson Camata, que relevantes serviços tem prestado a este Senado. S. Ex^a está presidindo a Comissão de Educação, razão por que se encontra ausente. Mas não podemos deixar de exaltar, assim exaltamos e saudamos o belo relatório do Senador Romeu Tuma, que disciplina matéria tão importante.

Em votação o parecer, com as emendas do Senador Romeu Tuma, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2003, que altera a CLT e o Estatuto da Criança e do Adolescente para regular o trabalho do adolescente.

As Sr^{as} e os Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Item 5

Proposta de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que acrescenta artigo à Lei nº 8.609, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Relator: Senador Reginaldo Duarte, a quem concedo a palavra.

O SR. (Orador não identificado) – (*Fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Como item 1, inserimos um requerimento do ilustre Senador Sérgio Cabral.

Item 5.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vem a esta Comissão, para exame permanente, antes da sua remessa para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde será analisado em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Lei nº 8.169, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para criminalizar a omissão de funcionários de laboratórios fotográficos que tomam conhecimento de fotos pornográficas envolvendo crianças e adolescentes.

O projeto propõe criar um novo tipo penal – art. 241-A, do ECA – com a seguinte redação:

Deixar o responsável ou funcionário de laboratório fotográfico de comunicar, sem justa causa, à autoridade competente a revelação de fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes.

Pena: detenção de seis meses a dois anos.

O autor da proposta sublinha em sua justificativa a necessidade de se criar um dever de agir para tais

funcionários, cuja inobservância implicará responsabilidade criminal.

Esta Comissão, nos termos do art. 102, “e”, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, com redação determinada pela Resolução nº 281, de 22 de fevereiro de 2005, é regimentalmente competente para opinar sobre a matéria, que trata de proteção à infância e à juventude.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise

A justificação é clara quanto ao objetivo do PLS nº 213, de 2005, criar um dever de agir legal para os funcionários de laboratórios fotográficos. É uma estratégia legislativa perfeitamente legítima e reforça a necessidade de proteção à infância e à juventude porque vai ao encontro ao que prevê o art. 5º do ECA.

“Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido, na forma da lei, qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais.”

Portanto, parece-nos medida adequada e que se harmoniza com o espírito protetivo do ECA e da nossa Constituição Federal (art. 227). Não obstante, o projeto mereceria uma ajuste e uma complementação.

Como se trata de nova modalidade de dever de agir por força de lei, não há necessidade da expressão “sem justa causa” na redação do artigo proposto, o que poderá gerar confusão em relação à correta interpretação do tipo penal.

Outrossim, para reforçar responsabilidade criminal pela omissão, conviria acrescentar “o proprietário do laboratório” ao referido artigo.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do PLS nº 213, de 2005, com a apresentação da seguinte emenda:

Emenda CDHLP.

Dê-se ao artigo 241-A de que trata o art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2005, a seguinte redação:

Art. 1º. (...)

Art. 241-A Deixar o proprietário responsável ou o funcionário de laboratório fotográfico de comunicar à autoridade competente a revelação de fotografia ou imagem com pornografia ou cena de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente.

Pena: detenção de seis meses a dois anos.”

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Em discussão.

Com a palavra, o Senador Sérgio Cabral.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, manifesto-me apenas para festejar o brilhante relatório do Senador Reginaldo Duarte, a brilhante iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, que coincide com projeto anterior do brilhante Senador Gerson Camata, que o brilhante Senador Romeu Tuma tão bem relatou com uma visão também do Estatuto da Criança e do Adolescente quanto ao trabalho. O Senador Romeu Tuma aperfeiçoou o projeto do Senador Gerson Camata, que traz – o Senador Gerson Camata –, evidentemente, toda a bagagem da eminente Deputada Federal Rita Camata, que foi tão importante na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente e uma lutadora na defesa da criança e do adolescente. O Senador Romeu Tuma soube entender a índole do projeto, de proteção ao trabalho, da vinculação do trabalho com a questão escolar e, enfim, fez um brilhante relatório que aprovamos anteriormente.

Agora, o Senador Reginaldo Duarte aprimora o projeto do Senador Sérgio Zambiasi. Essa iniciativa de acrescentar a punição ao funcionário de laboratório fotográfico que não comunicar à autoridade competente a revelação de fotografia ou imagem com pornografia ou cena de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente – aí o Senador Reginaldo Duarte acrescenta o proprietário – é absolutamente correta. É uma medida absolutamente própria, sobretudo no momento em que encontramos, principalmente na Internet, verdadeiras máfias, gangues, figuras que nem sei como denominar – talvez o Senador Romeu Tuma, com sua experiência policial e que já viu tanta coisa na vida, saiba –, são pessoas que exploram crianças e envolvidas com pedofilia.

O Senador Sérgio Zambiasi foi muito feliz ao propor essa matéria legislativa de punição ao funcionário. E o Senador Reginaldo Duarte ainda mais feliz ao acrescentar o proprietário do laboratório na responsabilidade criminal.

Parabéns a ambos pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Continua em discussão.

Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço o Senador Sérgio Cabral pelas palavras amáveis.

Sentimos de perto, Senador Reginaldo Duarte, o crescimento da exploração sexual de menores, por meios da Internet, por meio de fotografias, por todos os sistemas que possam favorecer essa canalha que se serve da má-formação de pessoas que sentem prazer em ver uma criança desnuda, uma criança em ato

de sexo, uma violência contra a família. Na Comissão de Educação, tem havido uma discussão muito grande sobre os crimes de informática. Não só de quem pratica roubo, furto, através da informática, mas principalmente a exploração de menores. Tivemos uma Comissão, Senador Sérgio Zambiasi, presidida por nossa Senadora Patrícia Saboya Gomes, que chegou às profundezas do crime. Mas chegou e parou. Os processos, os sistemas continuam os mesmos, quer dizer, a própria imagem que vemos na novela “América”, daquele professor gentil, tranqüilo, tentando fotografar um menino filho daquele casal. Então, tudo isso demonstra que temos que agir.

Esse projeto – e bem falou o Senador Sérgio Zambiasi – alcança o dono, porque, senão, o dono vai fazer pressão sobre o funcionário que revela, não vai admitir que ele comunique, senão ele demite. Então, ele, sob pressão, pode sofrer. Incluindo o proprietário, que é o principal autor do delito, porque ninguém leva um filme sem dizer o que tem dentro. Quando ele tem qualquer coisa de sexo, qualquer violência, ele avisa o proprietário. Imediatamente ele não deve nem providenciar a revelação, e sim encaminhá-lo à autoridade competente para as providências.

Quero não só apoiar, mas também cumprimentar o autor, o Relator, e a exposição do Senador Sérgio Zambiasi com respeito a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Com a palavra a Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Quero apenas, Sr. Presidente, às palavras do nobre Senador Sérgio Cabral e do Senador Romeu Tuma, numa questão – e aí aproveito para cumprimentar o Senador Sérgio Zambiasi, o Relator que esteve há pouco, Senador Reginaldo Duarte, dentro dessa ótica e dessa percepção que o Senador teve em relação a essa proposição –, no que diz respeito a uma vivência que temos aos atentados que se promovem, Senador Sérgio Cabral, diariamente às crianças. São patentes os desrespeitos que ocorrem no nosso dia-a-dia. Basta ver a quantidade de crianças que, nos sinaleiros, são desrespeitadas à nossa vista. Então, considero válidas todas essas medidas que vêm sendo tomadas no sentido de coibir esse desrespeito. Vemos muito cenas, como disse o Senador Romeu Tuma, até na televisão e de uma maneira muito natural, como se aquilo fizesse parte de um contexto de modernidade, o que considero extremamente prejudicial às crianças.

No entanto, muitas vezes, nós políticos não temos a necessária coragem de tomar determinadas posições frente a essas atitudes. Lembrou bem o Senador Romeu Tuma acerca do trabalho da Senadora Patrícia,

que realmente trouxe um resultado importante, mas precisamos avançar mais.

Considero que neste momento promovemos mais um avanço. Quero cumprimentar o Senador pela iniciativa e a todos os Senadores que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PDT – MS) – Damos as boas-vindas à Senadora Iris Araújo, que retorna às atividades no Senado e que já prestou grandes serviços a esta Casa. Na área social, em Goiás, foi uma primeira-dama que trabalhou imensamente pelas questões sociais da sua gente e da sua terra. Sua presença novamente entre nós é motivo de alegria e satisfação, é um reencontro bom, para que incrementemos cada vez mais as ações do Senado em favor do nosso povo.

Obrigado pelo retorno.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Creio que encerramos a nossa pauta de projetos com decisão não terminativa.

Temos mais nove projetos para serem votados, todos com decisão terminativa, mas não temos quórum para esse tipo de decisão. Portanto, adiamos todos esses nove projetos para a próxima reunião, fazendo votos de que tenhamos o quórum de dez Senadores, no mínimo, para esta aprovação.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h33min.)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ata da 12ª Reunião (Ordinária) da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, convocada para o dia 20 de setembro de 2005, terça-feira, às 09:30 horas.

Às dez horas e nove minutos do dia vinte de setembro de dois mil e cinco, na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Juvêncio da Fonseca, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores Gilberto Goellner, Romeu Tuma, Reginaldo Duarte, Sérgio Cabral, Fátima Cleide, Paulo Paim, Demóstenes Torres, Maria do Carmo

Alves, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Mozarildo Cavalcanti e Aelton Freitas. Justificou ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A presente reunião tem com objetivo a realização de Audiência Pública para com vistas a esclarecer a crise do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS aos seus segurados, conforme o requerimento CDH nº 13, de 2005, com a presença do Senhor Valdir Moysés Simão, Presidente do INSS. O Senhor Leonardo José Schettino é convidado a sentar junto à Mesa e participar da audiência na condição de Diretor de Atendimento do INSS. Usaram da palavra os Senhores Senadores: Sérgio Cabral e Paulo Paim. Conclusa a explanação de todos e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Havendo número regimental, está aberta a 12ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura com o objetivo de realizar principalmente audiência pública.

A Ata da reunião anterior se encontra sobre a mesa.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Deixamos de colocar em pauta onze projetos terminativos em razão da exigência de quórum altamente qualificado, inclusive com votação nominal, para sua discussão e votação. Há também dois projetos da comunidade que oferece propostas, dentro da nossa competência da legislação participativa, com relatórios prontos, que também serão submetidos ao Plenário e que também dependem de quórum qualificado.

A nossa pauta de hoje destina-se à realização de audiência pública com vistas a esclarecer a crise de atendimento do Instituto Nacional de Seguridade Social, INSS, aos seus segurados, conforme Requerimento nº 13, de 2005, com a presença do Sr. Valdir Moysés Simão, Presidente do INSS, a quem convidamos para sentar conosco à Mesa. Se houver interesse de V. S^a, poderá se sentar à Mesa também assessor que queira que acompanhe V. S^a.

O requerimento é vazado nos seguintes termos:

Requeremos, nos termos do inciso V do art. 90 do Regimento Interno e do art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Presidente do INSS, Sr. Valdir Moysés Simão, para prestar esclarecimentos a respeito da grave crise de atendimento do INSS com seus segurados”.

Senador Sérgio Cabral, PMDB do Rio de Janeiro, e Senador Leomar Quintanilha, PMDB de Tocantins.

Ambos os Senadores são atuantes nesta Comissão. O Senador Sérgio Cabral é, inclusive, Presidente da Subcomissão Permanente do Idoso, que tem prestado serviço relevante à nossa Comissão, assim como o Senador Leomar Quintanilha, na área social de suma importância, que visa atender aos idosos.

Passo a palavra, de imediato, ao Dr. Valdir Moysés Simão para sua apresentação inicial. A Mesa e todos nós agradecemos a presença de V. Sª e o pronto atendimento não à convocação, mas ao convite que fizemos a V. Sª para que atendesse ao requerimento do eminente Senador Sérgio Cabral.

Com a palavra, o Sr. Valdir Moysés Simão, Presidente do INSS.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO – Bom-dia a todos, Senador Juvêncio da Fonseca, Presidente desta Comissão, Senador Sérgio Cabral. É um prazer muito grande para nós do INSS estarmos aqui para prestar os esclarecimentos. Apesar de a convocação se referir à grave crise, esperamos que, a partir de agora, isso se transforme em um plano de trabalho, que possa ser acompanhado por V. Exªs. É do nosso maior interesse que, durante o período em que estivermos à frente do INSS, tenhamos transparência, controle social e controle também do Legislativo, das suas Comissões que tenham a ver com o tema previdência social.

Sr. Presidente, preparei uma rápida apresentação sobre o plano estratégico da Previdência Social no período de setembro de 2005 a dezembro de 2006. Gostaria que V. Exª me permitisse a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Antes da sua apresentação, permita-me dar a palavra ao Senador Sérgio Cabral para justificar o requerimento que fez e para que V. Sª tenha também mais informações para sua explanação.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, agradeço o apoio de V. Exª, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. A Subcomissão Permanente do Idoso tem sido um apoio fundamental para que esta Subcomissão cumpra os seus deveres.

Agradeço a presença do Dr. Valdir Moysés e de sua assessoria, diretores do INSS.

O Dr. Valdir Moysés, Sr. Presidente, recém-chegou àquela Instituição e já demonstrou, de fato, interesse,

motivação e desejo de mudança no Instituto Nacional de Seguridade Social.

Sou testemunha disso, desse desejo, dessa vontade do Dr. Valdir Moysés, que me parece ser um servidor de carreira no Instituto Nacional de Seguridade Social.

O INSS foi vítima, ao longo dos anos, de muita indicação política, muita briga político-partidária e, ao mesmo tempo, fraudes, convivência entre advogados, magistrados e funcionários do INSS, enfim, desvio de dinheiro, e o Dr. Valdir me parece que vem com muita vontade de acertar. Não é fácil; é difícil.

No meu Estado do Rio de Janeiro – vou ter oportunidade mais tarde de falar sobre isso –, há problemas graves, sobretudo no atendimento, e o Dr. Valdir já aceitou um convite meu, Sr. Presidente. Na semana passada, fomos juntos verificar *in loco* o atendimento à população, aos segurados, em agências do INSS no Estado do Rio de Janeiro. O Dr. Valdir Moysés, às 7 horas e 30 minutos, já estava presente numa agência na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, em Padre Miguel, e depois fomos à Praça da Bandeira. Enfim, terei oportunidade de, mais tarde, abordar a questão do atendimento.

Este é o momento de ouvir nosso convidado, mas quero registrar meu entusiasmo em ver um funcionário de carreira à frente do órgão, sem nenhuma influência – política sempre há, imagina se vamos negar a política; pelo contrário, a política é feita com “P” maiúsculo. Vejo uma equipe desejosa de mudança e tenho certeza de que o Senado Federal apoiará todas as iniciativas que irão ao encontro do melhor atendimento da população, porque a situação hoje é realmente vergonhosa. Eu me guardo para mais tarde, para, após a exposição do Dr. Valdir, fazer as minhas considerações.

Obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Com a palavra o Sr. Valdir Moysés Simão, para sua exposição.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO – Bem, antes de iniciar minha apresentação, gostaria de apresentar à Comissão alguns diretores que me acompanham. O Dr. Leonardo é o Diretor de Atendimento do INSS, Diretoria criada recentemente, que ainda está sendo estruturada e que traduz nossa preocupação em resgatar a qualidade do atendimento na Previdência. O Dr. Álvaro é o Diretor de Orçamento, Finanças e Logística e é responsável pelo funcionamento de toda a rede, da máquina, e por oferecer os meios para que a Previdência opere com qualidade. O Dr. Paulo Zumpano é o Auditor-Geral do INSS, responsável pelo controle interno. O Dr. Aluizio Lucena é o procurador-geral do INSS.

Todas essas pessoas estão também chegando agora; todos os diretores do INSS hoje são técnicos, são servidores de carreira do serviço público – alguns do INSS, outros de fora –, e a primeira missão a nós dada foi atuar como equipe, e é isso que estamos procurando fazer, não só no âmbito do INSS, mas também do Ministério e da Dataprev.

Preparamos um plano de ação para o período de setembro de 2005 a dezembro de 2006, e, para se falar em planejamento estratégico, que é um período curto, é necessário termos foco num período que é nosso horizonte de trabalho.

Esse plano de trabalho tem três objetivos básicos, que direcionaram todo o conjunto de ações que foram estabelecidas: primeiro, melhorar a qualidade do atendimento aos beneficiários. Esse é o nosso negócio. O INSS, essencialmente, é hoje uma instituição – principalmente com a saída da área de arrecadação, da ida para a Receita Federal do Brasil – voltada para o atendimento a seus beneficiários ou a seus segurados, e precisamos ter qualidade nesse atendimento. Um segundo aspecto: reduzir vulnerabilidades às fraudes e pagamentos indevidos. Nossos sistemas ainda têm vulnerabilidades, precisamos identificá-las, mapeá-las e reduzi-las. Eu não usei a expressão eliminá-las, porque será muito difícil. Isso é um exercício constante, de autocontrole, identificação das falhas e correção dessas falhas. Isso é fundamental, porque sabemos que há pagamento indevido decorrente de fraudes, e reduzir desperdício de custos. É um terceiro aspecto que é fundamental, que a máquina do INSS opere otimizando os seus recursos orçamentários, que são sempre muito escassos. Então, precisamos otimizar esses recursos, reduzindo os custos, e para isso temos que ter foco.

São três grandes objetivos. Os indicadores para esses objetivos, de uma forma bastante simples. Primeiro, as filas. É o melhor indicador de desempenho do INSS. Enquanto houver fila, não a fila que existe do ponto de vista da organização do atendimento, que vai continuar existindo em qualquer lugar, vamos ter uma ordenação do atendimento em determinado momento de pico, mas o desastre que acontece às vezes numa agência que as pessoas chegam muito cedo, com medo de não serem atendidas, chegando no dia anterior. Isso tem que acabar. E a fila é o principal indicador se vamos ter sucesso nessa nossa missão ou não.

O segundo indicador é a resolutividade, ou seja, não me adianta ser atendido prontamente se o meu processo não é despachado no tempo que eu espero como conveniente. A lei estabelece o prazo de 45 dias, mas pretendemos reduzir inclusive esse prazo. E essa resolutividade quer dizer o seguinte: vou conceder ou

não o benefício. É lógico que há descontentamento – e o Senador Sérgio Cabral pôde verificar em uma pessoa que falou conosco na Agência Praça da Bandeira – quando a pessoa tem o seu benefício negado; o descontentamento é natural. Mas é uma decisão que tem que ser técnica, não tem que ser motivada por questões políticas ou de sensibilidade. É técnica, tem condições, preenche os requisitos ou não preenche os requisitos.

E o terceiro indicador é a implantação de sistemas. Há um conjunto de ações que estão voltados para a modernização tecnológica, e uma série de sistemas, novos sistemas para operação na Previdência Social vão ser implantados.

Então, são três grandes indicadores. É lógico que eles se desmembram em indicadores de desempenho para cada uma das ações, mas vamos ter foco nesses três aspectos.

Elegemos quatro grandes áreas de atuação para atingir os objetivos: Desenvolvimento organizacional, desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento de recursos humanos e comunicação social. A organização, processo de trabalho, tecnologia que dá suporte ao processo e às pessoas que compõem a organização são o tripé fundamental para o sucesso desse nosso plano. Se conseguirmos alinhar essas três dimensões, vamos ter sucesso, com certeza. E a comunicação social permeia isso tudo, orientando o nosso público e também os servidores.

Vamos conhecer um pouquinho dos objetivos de cada uma dessas áreas de atuação.

Desenvolvimento organizacional.

Os objetivos. Em primeiro lugar, integrar e harmonizar as ações do Ministério, do INSS e da Dataprev. O Ministério é o formulador de política; o INSS é o órgão operador do sistema; e a Dataprev é a fornecedora de tecnologia. As três casas têm que atuar conjuntamente, de forma integrada, com planos de ação integrada. Isso já está acontecendo. Este plano que estou apresentando não é um plano do INSS, é um plano da Previdência Social. Estamos resgatando a imagem do comitê de gestão estratégica que é composto pela administração das três casas para que, periodicamente, eles possam discutir e acompanhar o desenvolvimento das ações. Este plano vai ser acompanhado também de perto nesse nível estratégico, e o Ministro Nelson Machado será o grande patrocinador e o articulador das três Casas, para assegurar que possamos caminhar conjuntamente.

O segundo grande objetivo é estabelecer linhas claras de comando e controle. Havia um sentimento de que o INSS não tinha um comando claro e os papéis não estavam bem definidos. Nós tínhamos uma dire-

toria colegiada e 102 gerências executivas. Havia nove Superintendências do INSS que não tinham papel definido no comando, na gestão da casa. Eram unidades de representação compostas por um superintendente e dois assessores. Essas superintendências foram eliminadas. O colegiado foi eliminado. Agora, nós temos um presidente e os diretores de cada área, com responsabilidades claras para cada um deles.

E para preencher o vazio que antes existia entre as 102 gerências executivas e a direção central – e é muito difícil ter eco tendo 102 demandantes –, nós criamos cinco gerências regionais que atendem a uma lógica de atuação do INSS nos seus planos de ação. Desde 2001, o INSS divide a ação em cinco grandes Regiões no País: a Região Sul, composta pelos três Estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, uma outra região; o Estado de São Paulo, uma terceira; Nordeste, uma quarta região; e a quinta Região, a Norte e Centro-Oeste.

Definimos para cada uma dessas regiões um grande gerente articulador que não é a pessoa responsável, que não interfere na operação dos benefícios, na concessão, não cria burocracia; não é nada disso. São cinco pessoas vinculadas à direção do INSS que têm o papel de articular as gerências executivas na sua região. Hoje temos responsáveis por cada um dos problemas que a Previdência tem e pela solução desses problemas.

O terceiro grande objetivo do desenvolvimento organizacional foi reorganizar o atendimento. E quando falamos de reorganizar o atendimento, está embutida aí não só a estrutura gerencial – e para isso foi criada uma diretoria de atendimento no INSS, que não existia e que vai comandar toda a rede de atendimento às agências da Previdência Social, zelando para que elas funcionem adequadamente, não tenham os problemas que vivenciamos na sexta-feira, ou seja, de um sistema que teria que ser implantando, acabou dando erro e prejudicou todo o funcionamento das agências –, mas também estudar as nossas demandas e propor alternativas de atendimento com relação aos horários de funcionamento das agências, à utilização de atendimento remoto mediante Internet, PREVfone, que é fundamental operarmos com qualidade.

Então, essa diretoria que está sendo estruturada tem esse objetivo. Uma coisa que é importante e percebo que perdemos é resgatar o foco gerencial para essa questão. Cada gestor da Previdência Social tem que se preocupar com o atendimento, como o chefe da agência, o gerente executivo, o gerente regional, cada um dos diretores, o Presidente do INSS... Se não temos foco naquilo que precisamos fazer, não vamos

conseguir resolver os problemas. Logo, o atendimento foi eleito como fundamental, a bola da vez na Previdência, para que possamos resolver esse drama que estamos vivenciando.

O quarto objetivo dessa área de desenvolvimento organizacional é a redução de custos de materiais e serviços. Ainda há desperdícios no âmbito do INSS. Estamos mapeando os contratos. Para os senhores terem uma idéia, não temos hoje contratos assinados com os Correios, com o serviço de telefonia fixa... Temos 20 mil computadores e 8 mil impressoras das agências que eram alugados e estão sem contrato. A grande maioria venceu no ano passado, e nada foi feito para resolver isso. Então, é da crise que se gera oportunidade. Esse estado de terra arrasada, vamos dizer assim, é que vai nos permitir repensar tudo isso, fazer novos contratos e buscar otimizar os recursos orçamentários, reduzindo assim os custos, principalmente no fornecimento de materiais e de serviços.

A nossa expectativa é a de que tenhamos uma redução drástica de custos da operação da máquina. Quando falo de redução de custos, não estou falando em eliminar despesa necessária, reduzir material de consumo, mas em evitar o desperdício, de fato. Tenho certeza de que, no ano que vem, vamos ter uma redução bastante grande de custo, comparando com este ano e os anos anteriores.

E o último item é implementar uma política de gerenciamento do patrimônio imobiliário. O INSS tem um patrimônio imobiliário muito grande. Os imóveis não operacionais dão um trabalho enorme para o seu gerenciamento e é importante implementar uma política para isso. Isso está a cargo do Ministério, o Ministro Nelson Machado designou um assessor especial para cuidar dessa questão, para se estabelecer o que fazer com esses imóveis. Mapeá-los, identificar se eles estão sendo bem utilizados, do ponto de vista do retorno da locação, regularizar a situação desses imóveis, porque a situação dominial de boa parte deles não é clara, e, se for o caso, até, propor a alienação.

Na área de desenvolvimento tecnológico, um objetivo que tem impacto direto também na qualidade do atendimento é reduzir o tempo de respostas do sistema no processamento de benefícios. Cada segundo a mais que uma tela demora para virar, numa agência, é um segundo a mais de demora no atendimento ao beneficiário. E eu estou falando em segundos, mas, às vezes, a tela demora minutos para virar, o que gera, por parte do servidor, impaciência. Não tendo qualidade no seu ambiente de trabalho, ele acaba transferindo sua agressividade inclusive para o segurado, gerando no segurado uma insatisfação muito grande

– não só naquele que está atendido, mas nos demais que estão na fila.

Então, é fundamental o investimento nos sistemas operacionais da Dataprev, para que tenhamos maior capacidade de processamento. Existe um plano de investimento para a Dataprev, já para este ano e para o ano que vem, para melhorar isso.

Segundo aspecto: informatizar as agências da Previdência Social. Como disse para os senhores há pouco, grande parte dos computadores das agências é obsoleta. São computadores que foram adquiridos, foram locados há mais de 4 anos e estão sem contrato. Computadores com mais de 4 anos de uso já não têm a mesma capacidade de processamento. E nós estamos iniciando, começamos, no início de setembro, um processo de aquisição de 16 mil computadores e 3 mil impressoras este ano, e, no começo do ano que vem, vamos substituir todo o parque de 20 mil computadores das agências. São computadores novos, estamos comprando com transparência, através de pregão eletrônico, e tenho certeza de que vamos ter uma qualidade muito boa. São computadores simples, magros, mas que são os necessários para a operação dos sistemas. Isso vai dar para as agências e também para o servidor, agregando melhora no processamento, melhores condições de atendimento.

O terceiro aspecto do desenvolvimento tecnológico é reduzir a vulnerabilidade dos sistemas. Isso tem a ver com a Dataprev. Há atuação conjunta do Ministério, Auditoria do INSS, Auditoria da Dataprev, no sentido de mapear quais são as possibilidades de fraudar o sistema, para fechar essas portas nos sistemas centrais.

São vários os casos, desde o ingresso de um vínculo fictício no banco de dados até a entrada de alguém no sistema para mudar o *status* de um benefício já concedido, que está em manutenção. Então, várias dessas vulnerabilidades já foram mapeadas, agora precisamos eliminá-las efetivamente.

Eliminar pagamentos indevidos. E uma ação importante que está em curso é o censo virtual que vai ser realizado em parceria com os bancos, com tranquilidade, com seletividade e sem causar qualquer transtorno para o segurado. Principalmente benefícios muito antigos e com dados cadastrais incompletos serão identificados e os dados atualizados.

E, por último, eliminar a dependência tecnológica. A Previdência, em especial a Dataprev, ainda detém uma dependência muito grande de tecnologias que fazem com que a cada novo investimento estejamos acorrentados, sem possibilidade de buscar alternativas que possam parecer mais adequadas naquele momento. E essa dependência tecnológica é um proces-

so. Estamos falando em migração de base de dados que são de milhões e milhões de registros para novas tecnologias, mas temos que começar a fazer isso imediatamente, até porque há uma orientação não só do Ministério Público Federal, mas também do Tribunal de Contas da União, para que isso seja feito.

Recursos humanos.

Processo de trabalho e tecnologia não são suficientes; preciso ter as pessoas habilitadas e capacitadas para operar esses sistemas. Então, precisamos que nossos servidores tenham pleno conhecimento da operação dos sistemas. E nosso plano de capacitação vai ser de capacitação em serviços à distância, a cada novo aplicativo em que os servidores possam ser previamente instruídos sobre as mudanças que aconteceram naqueles aplicativos, para que isso não cause impacto no atendimento no momento em que o novo sistema chegar na agência.

Um segundo aspecto. O preparo do servidor é no sentido de ele ter um foco no atendimento; é preparar para que eles compreendam a verdadeira natureza do seu trabalho, ou seja, atender as pessoas. As pessoas têm direitos, direitos estabelecidos na lei, e merecem o respeito da Previdência. Na verdade, isso requer um conjunto de coisas. Preciso dar ao servidor qualidade no seu ambiente de trabalho, um sistema que funcione corretamente, uma máquina que consiga processar aquelas informações, e prepará-lo para que ele se sinta orgulhoso de ser previdenciário. E nós perdemos um pouco isso. Se o servidor tem vergonha de dizer que trabalha na Previdência Social, alguma coisa está errada. Infelizmente, o que ouvimos de críticas acaba maculando a imagem do INSS. Eu queria dizer o seguinte: deveria se criticar a gestão da Previdência, a gestão do INSS, não a instituição, porque a instituição é fundamental para o País. Então, separar uma coisa da outra. A missão da instituição só consegue ser realizada se seus gestores forem profissionais e responsáveis.

Então, qualquer falha que exista é falha de gestão, não do sistema. O sistema é concebido através do arcabouço legal, da própria Constituição, dos direitos que as pessoas têm e que até transcendem a própria Constituição, de ter segurança social, estabilidade em momentos de infortúnio, de velhice, de doença, de desemprego. Isso é fundamental para o Estado democrático de direito.

Se eu não tiver isso claro comigo, eu servidor, e se a sociedade não tiver isso claro, pomos em risco o próprio regime, o próprio sistema. Então, as críticas são muito bem-vindas e, nós gestores, temos que assumi-las como responsabilidade nossa, não maculan-

do a imagem do órgão ou da instituição Previdência Social.

Por último, a comunicação social, que é fundamental para difundir os direitos previdenciários. Muitas pessoas nem contribuem para a Previdência Social – você sabe muito bem disso –, algumas porque não têm capacidade de contribuir, outras porque não têm interesse, pois não dependem da Previdência, porque não acreditam no sistema, enfim, um conjunto de razões. Mas, precisamos difundir o papel da Previdência, os direitos que seus segurados têm; difundir as formas de acesso ao serviço da Previdência Social. É fundamental que a pessoa saiba que ela não precisa necessariamente de ir a uma agência da Previdência para obter informação do andamento do seu processo, que ela pode obter isso através do telefone, que é gratuito, por exemplo.

E, por último, a atuação da Ouvidoria, que é ouvir as pessoas, ouvir o beneficiário. Ouvir sugestões, críticas, para que a organização tenha esse *feedback* e saiba qual é o seu papel, se ela está exatamente cumprindo esse papel a contento, ou se ela está deixando a desejar.

Então, a comunicação social tem esse objetivo.

Bom, é um conjunto de objetivos, são mais de cinquenta ações que compõem esse grande plano de ação, está-se iniciando agora, e, como eu disse, com um horizonte até dezembro do ano que vem.

Muitos problemas nós não iremos resolver nesse tempo, e temos que ter o pé no chão, mas não vai faltar energia, não vai faltar gás e não vai faltar vontade para resolver grande parte deles. E esse sucesso vai depender do apoio de toda a Casa. Estamos divulgando isso para todas as pessoas, estamos visitando as agências, reunindo os gerentes, tentando resgatar aquilo que eu disse que está faltando: foco, foco no problema da Previdência.

O problema da Previdência é basicamente estar cara a cara com os seus segurados e poder olhar o rosto das pessoas com tranquilidade e dizer: seu benefício está concedido; o seu benefício não foi concedido por essas razões. Se formos transparentes e tivermos a capacidade de ser rápidos nessas respostas, eu tenho certeza de que vamos resgatar a imagem da Previdência Social.

Sr. Presidente, era isso que eu queria falar inicialmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Sr. Presidente do INSS, agradecemos o esclarecimento e a exposição feita por V. S^a.

Agora, damos a palavra ao Senador Sérgio Cabral, que é o autor do requerimento para esta audiência.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, conheci o Dr. Valdir Moysés Simão sexta-feira passada, como eu disse, às 8 horas da manhã, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, em Padre Miguel.

Vou dizer, Sr. Presidente, estou muito esperançoso, como bem disse S. S^a, até dezembro de 2006, certamente ele não terá condições de resolver todos os problemas do INSS, mas vejo no Dr. Valdir alguém com desejo, vontade e capacidade de realizar. Digo isso gratuitamente, nunca indiquei um *boy* para o INSS ao longo da minha vida pública; pelo contrário, já fiz foi investigar, denunciar as barbaridades do INSS, sobretudo no meu Estado, Rio de Janeiro, que é um dos piores INSS do Brasil, onde há mais corrupção, mais avacalhação, e onde mais maus-tratos os segurados receberam.

Quero fazer algumas considerações. A primeira, Dr. Valdir, que S. S^a nos fornecesse uma cópia dessa apresentação para nós membros. (Pausa.) Ótimo.

A segunda é a questão da superintendência. Eu nunca, como eu disse, participei de indicações políticas ao INSS. Então, é essa história da superintendência. A alegação de V. S^a é que, de fato, era um cargo político e que havia o superintendente, dois ou três assessores e... Então, eu quero manifestar apenas a minha observação e a minha preocupação se isso, de fato, não alterar a gestão, pelo contrário, melhorar a capilaridade da gestão central, Brasília, com os Estados, ótimo, menos gasto público com superintendente, automóvel, motorista, dois, três assessores e mais interlocução entre a direção central e os Estados. Quanto mais capilaridade, quanto menos instâncias intermediárias, melhor.

Isso que V. S^a abordou no final e de que fui testemunha *in loco*, quer dizer, presença, sobretudo, do Dr. Leonardo que assume a Diretoria de Atendimento, me parece que também o Dr. Leonardo é um funcionário de carreira da instituição. Dr. Leonardo, é tirar o bumbum da cadeira pelo menos uma vez por semana, ande por este País, visite as agências, não comunique ao gerente que V. S^a vai visitar as agências, porque o que engorda o boi é o olho do dono.

Por exemplo, é bom contar essa história, eu tinha ido, até estimulado pelo Presidente Juvêncio, como Presidente da Subcomissão do Idoso, há 40 dias e fiz a chamada *blitz* nessa agência do INSS de Padre Miguel. A repercussão foi grande no Estado, o Dr. Valdir... E foi aí que fiz o primeiro contato com S. S^a que tinha recém-assumido, me ligou e disse: “Senador, quero

visitar, quero ir lá". O próprio Ministro Nelson Machado me ligou, colocando-se à disposição, achei uma iniciativa muito interessante e inédita. Voltamos lá na sexta-feira e a informação de uma senhora que vende na porta da agência, há muitos anos, falou: "Senador, o senhor não faz idéia de como melhorou desde que o senhor passou por aqui". Então, tem que ir, tem que fiscalizar, tem que estimular, não só no sentido do chicote, mas do estímulo mesmo, do funcionário verificar que a direção central tira o bumbum da cadeira e anda, gasta a sola do sapato, quer ver como funciona, como anda a própria qualidade do trabalho desse servidor. Penso que isso é fundamental.

Quero chamar a atenção para o aspecto do atendimento. Todos os pontos foram abordados por V. S^a, a questão dos instrumentos funcionais, dos instrumentos de gestão, do estímulo ao funcionário, da questão do atendimento... Acho que está bem coberto na visão gerencial de V. S^a. Mas quero chamar a atenção, quanto ao atendimento, para o seguinte: Os bancos recebem – vamos tratar da outra ponta – os recursos do INSS. Quantos dias esse dinheiro fica em mãos dos bancos?

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO – Depende muito, porque temos muito depósito em conta do segurado. Aí é na conta do segurado, depende dele. Mas, Tesouro e crédito eu acho que é D+1, no máximo.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Meia hora já é muito tempo, imagina D+1 e mais o dinheiro em conta? O banco tem obrigação de abrir às 8 horas da manhã e atender com correção e muito carinho esse segurado. Parece que o acordo entre agências é abrir às 8 horas...

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Seria bom que V. S^a dissesse o que é D+1 para a população entender.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – É o depósito por um dia.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO – Seria um dia.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Acho que também é fiscalizar, nessa nova política de preocupação acentuada com atendimento, o atendimento dos bancos aos segurados. Melhorou muito nos últimos anos, mas penso que é fundamental a fiscalização do INSS nesse aspecto.

Bom, nessa linha do atendimento entre o segurado e o INSS, penso que V. S^a colocou muito bem, ao final da exposição, ao dizer que essencialmente o ganho de gestão é um dia o segurado sentar na frente do funcionário e ambos se olharem nos olhos com respeito, admiração, franqueza, porque, de fato, o que ocorre é isso.

O que sinto nessas minhas iniciativas, Sr. Presidente, é de um lado, o funcionário dizer "Ai, meu Deus, lá vem esse sujeito me incomodar e eu com tão poucas condições de trabalho!" E, do outro lado, o segurado também dizer "Já vou ser atendido por esse mal-educado, por esse sujeito que não quer me dar informações". Então esse ambiente de desconfiança, de descrédito, de ceticismo é que tem que ser superado. É impressionante a gente ver uma pessoa desde as 7 ou 8 horas da noite, do dia anterior, na fila para ser atendido no posto e, ao chegar lá, não conseguir ser atendido, ter a informação incompleta...

V. S^a falou em comunicação, em relacionamento com o cliente. Fomos lá na Praça da Bandeira, o Presidente do INSS foi orientado e nós íamos a Padre Miguel, mas certamente a assessoria o "brifou", dizendo o seguinte: "Padre Miguel não é muito bom. Mas na Praça da Bandeira, o senhor vai encontrar uma agência espelho, exemplo". (Risos.) E o que verificamos foi que Padre Miguel melhorou e a Praça da Bandeira, no centro da cidade do Rio, Senador Paulo Paim, a esculhambação era generalizada, faltava cadeira, reclamações e o gerente, irritado, tentou se explicar, dizendo "Mas isso não é comum!", como se houvesse um complô contra ele naquele dia. É porque o senhor está aqui com o Presidente do INSS, o Senador Sérgio Cabral, as pessoas estão aqui...". Eu disse: "Meu querido..."

E aí eu vi um outro lado que é muito importante nos homens públicos: a tranquilidade do Presidente, ouvindo todo mundo, tendo calma, reconhecendo os erros... Então o problema da comunicação me parece fundamental. Eu até apresentei um projeto, que vou passar às mãos de V. S^a.

Trata-se de um projeto, Sr. Presidente, que tramita aqui no Senado, que parte da inspiração da relação do cidadão com o FGTS. Permite, fica o Instituto Nacional de Seguridade Social, INSS, obrigado a fornecer aos participantes do sistema extrato semestral, remetido pelos Correios, contendo as seguintes informações: valor das seis últimas contribuições efetivadas em benefício do participante do sistema, tempo de contribuição do participante, tempo de contribuição necessário para que o participante possa obter a sua aposentadoria. Aqui, sugiro: os extratos de informações, referidos no art. 1º, serão enviados a partir de um ano da data de publicação desta lei, conforme o modelo elaborado em regulamentação efetivada pelo Ministério da Previdência. Isso permite que o Ministério se organize.

Assim, o segurado vai ter muito mais tranquilidade dos seus direitos e ainda das suas obrigações. Eu não entendo por que o INSS não fornece, periodicamente, como no caso do FGTS, essa informação ao seu se-

gurado. Isso traria também uma facilidade enorme na relação do segurado com o instituto.

O penúltimo ponto que eu queria abordar é a questão da perícia médica e a questão do benefício. O que eu vejo é que a perícia médica é um descabimento na maneira como é feita. Quem vai buscar a perícia médica é alguém que tem algum problema médico e os postos de atendimento não estão preparados se a pessoa tem um problema cardiovascular ou algum problema mais grave. A pessoa já fica ali esperando e, se a saúde dela não está boa, vai piorar com aquela espera de horas e horas. Não têm médicos. Lá, na Praça da Bandeira...

(Interferências fora do microfone.)

O Senador Paulo Paim fala em meses.

Um cidadão, na Praça da Bandeira, estava lá há três horas. Fomos perguntar por que ele estava há três horas aguardando e responderam que era porque o sistema caiu. Ora, mas não se pode fazer a perícia médica, anotar em um folha de papel – papel de pão – e, depois, passar-se para o computador? O cidadão está com a saúde ruim, Senador Paulo Paim e Senador Reginaldo Duarte, e ele acaba tendo um troço, piorando a situação. O posto de atendimento, Senador Juvêncio da Fonseca, não tem a estrutura para esse atendimento. Será que não seria o caso – claro que paulatinamente, o ótimo inimigo do bom – de ir separando e criando um atendimento específico, com mais condições médicas para que esse cidadão, trabalhador que vai em busca da perícia, possa ser atendido?

Por último, a contribuição da vida real, que vem de uma televisão, da RedeTV!. Ontem, um funcionário da produção da RedeTV! me ligou. Vou ler, porque é exatamente tudo isso que estamos discutindo aqui. O Caio Alex, da RedeTV! do Rio de Janeiro, mandou-me o seguinte e-mail:

Senador, no último dia 8 de agosto de 2005, o Sr. João Ramos da Nóbrega faleceu no Hospital Municipal Miguel Couto. Dois dias depois, em 10/08, a esposa dele, Dona Neusa Tito da Nóbrega, foi ao posto do INSS em Copacabana, na Zona Sul. Dona Neusa conseguiu dar entrada no benefício - fez o que eles chamam de habilitação do benefício. Na hora da habilitação, foi constatado que já havia uma outra pessoa recebendo uma pensão com o número do PIS do Sr. João Ramos da Nóbrega, desde 1984 - ele morreu agora, em 2005. Dona Neusa estava com toda a documentação, comprovando que o marido tinha morrido há dois dias da data em que ela procurou o posto. Desse dia em diante, Dona Neusa vem enfrentando uma verdadeira via-crúcis para provar que há um erro já comprovado no posto. A fraudadora já foi até identificada e seria

Maria Mesquita dos Santos. Essa mulher recebe benefício na Caixa Econômica Federal da Praça Seca. O pior é que Dona Neusa, mulher do Sr. João Ramos da Nóbrega, está passando por dificuldades. Já recebeu um comunicado de ordem de despejo. Só vai poder ficar na casa até o dia 08 de novembro de 2005. Dona Neusa já procurou o posto nesta última semana por duas vezes. Ontem, dia 19 de setembro, foi recebida pelo Chefe de Benefícios, o Sr. Tovar. O funcionário do INSS pediu para que ela voltasse dentro de vinte dias, já que não teve tempo ainda de ver e analisar o processo. A fraude, Senador Sérgio Cabral, está constatada. O INSS sabe que houve crime, mas quem está sendo prejudicada é a Dona Neusa Tito da Nóbrega.

Vou passar a todos no final da reunião.

É isso, Sr. Presidente.

O desafio é grande. Penso que as nossas comissões, como a Subcomissão do Idoso, dentro da comissão-mãe, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, estão aqui à disposição para lutar e enfrentar tudo isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Parabéns, Senador Sérgio Cabral.

Com a palavra, o Sr. Valdir Moysés Simão.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO – Senador, alguns breves comentários.

Com relação à Superintendência, de fato é isso e as gerências regionais não têm papel no processo decisório, de benefícios do processo, não cria...nenhuma atribuição da gerência executiva da agência foi alterada. Quer dizer, o atendimento tem de ser resolutivo na agência. O nosso único canal de relacionamento no atendimento tem de ser a agência da Previdência.

A gerência é um órgão de gerenciamento desse atendimento. A gerência executiva foi idealizada para que pudéssemos efetivamente fazer a fusão do laps com o Inps, que aconteceu em 1990, mas na prática, o Inss continuou operando a arrecadação e benefício separadamente. Criou-se a estrutura de Gerência Executiva, o único gestor para operar as duas áreas.

Essa lógica deixou de ser uma lógica a partir da criação da Receita Federal no Brasil e a transferência da área de arrecadação para lá. Então, o nosso negócio hoje é atendimento. A agência atende, a gerência supervisiona, gerencia o atendimento, fornece os meios para que a agência funcione, a gerência regional articula um conjunto de gerências é o elo entre a direção central e a gerência executiva e a direção central define estratégias e articula o nível tático com relação aos planos de ação.

Com relação ao atendimento, concordo, vamos fazer isso, vamos visitar as agências, o Dr. Leonardo

já está fazendo isso. Existe um plano de gestão do atendimento que vai interferir diretamente em todas as agências da Previdência, no sentido de melhorar o lado de dentro do balcão, os processos de trabalho, envolver as pessoas.

Com relação aos bancos, o contrato com a Federação ele tem um gestor do controle de qualidade, que tem esse papel de acompanhar a qualidade e, de fato, não está mencionado aqui, mas tem de ser uma preocupação nossa também o pagamento do benefício para que as cláusulas do contrato sejam atendidas e o nosso aposentado, a nossa pensionista receba o seu benefício com tranquilidade.

A perícia médica é um grande desafio. As duas agências que visitamos, se tivéssemos uma regularidade no fluxo de pessoas, o ambiente até que não é ruim. O que acontece é que quando essas agências foram idealizadas e eu participei da formatação desse tipo de atendimento, de você ter uma área para orientação, uma área para atendimento especializado, outra área para perícia, a realidade era bastante diferente do que é hoje. Os benefícios por incapacidade hoje são 70% dos requerimentos do INSS, o auxílio-doença saltou de 3 bilhões de reais em 2001 para 12 bilhões em 2004.

O Tribunal de Contas está iniciando uma auditoria para investigar esses números, saber o que está acontecendo; muitas mudanças aconteceram nesses quatro anos, desde a mudança na legislação, a restrição do acesso com limites de idade e aposentadoria que pode fazer com que uma pessoa que, antigamente, tivesse os requisitos para se aposentar e não tem hoje, opte pelo auxílio-doença, então, a clientela aumenta.

Tivemos a terceirização da perícia médica, que se está finalizando agora em fevereiro por uma determinação legal. Tivemos o fim da escala do salário-base, flexibilizando a contribuição do individual e do facultativo.

Então, nós precisamos investigar o que está acontecendo. Mas o fato é que tenho de ter uma preocupação especial hoje com o benefício por incapacidade, com a perícia médica. E a presença do segurado será necessária sempre. A nossa expectativa é termos um ambiente adequado para recebê-los para perícia com hora marcada.

Nós já temos um sistema pronto para isso, ele não está funcionando. Vamos precisar adequar algumas agências, principalmente nos grandes centros, nas grandes cidades, para que elas possam se preparar para essa nova realidade. Talvez até unidades específicas de perícia médica com acesso mais tranquilo para as pessoas que vão chegar de ambulância, e que a primeira etapa, que é o requerimento do benefício

possa ser feita à distância, desde a casa do segurado, desde a empresa em que ele trabalha.

A alternativa que estamos discutindo, no caso dos empregados, é que no rol dos segurados 70% são empregados. Que a empresa faça o requerimento. Já de incumbência dela os 15 primeiros dias. Então, que o requerimento seja feito diretamente pela empresa por meio da Internet. Com isso, o segurado vai uma vez só realizar a perícia. É mais ou menos essa a idéia que estamos trabalhando para fazer a perícia, sabendo que a gente vai ter que absorver uma demanda que, hoje, está nas mãos de médicos terceirizados.

O caso da fraude...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – A questão do comunicado, a minha sugestão do projeto de lei que tramita. É possível, do ponto de vista gerencial, esse comunicado ao segurado, que seja semestralmente?

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO – É possível. Quero ponderar com o senhor é como fazê-lo sem um impacto muito grande de custo. Uma correspondência vai custar, no mínimo, R\$0,50 para nós. São em torno de 28 milhões de pessoas hoje contribuindo.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Isso não é nada para o que se arrecada, para o compromisso social. Não é nada. Faça aí a conta.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO – Eu sei. Serão R\$14 milhões por mês, cento e sessenta milhões...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Isso é 3% do contrato de Marcos Valério. Não é nada.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO – Mas não seria todo mês.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Semestralmente.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO – Eu tinha entendido mensalmente.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Semestralmente, comunicando ao segurado os seus direitos, o que já contribuiu. Como se fosse uma conta corrente entre o INSS e o... Informação é tudo, meu Deus!

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO – É possível. Não haveria dificuldade operacional. A questão do orçamento – e a gente tem que bater nessa tecla – do INSS de custeio é limitado. Uma das alternativas que a gente tem hoje é com relação ao segurado que tem *e-mail*. Nesse recenseamento que estamos fazendo estamos perguntando se ele aceita receber comunicado via *e-mail*. Não tenho custo com isso. Vai diminuir bastante o impacto no meu custeio. A contribuição social que é arrecadada não pode ser utilizada como fonte de custeio. De fato, o funcionamento do INSS custa, sem a área de recursos humanos, 1 bilhão, por ano. Os recursos são sempre muito escassos. Vamos chegar a um

dia em que vou comunicar ao segurado: você já pode se aposentar, já pode requerer a sua aposentadoria imediatamente. Essa tem que ser a nossa expectativa. Você já preenche todos os requisitos.

Volto a dizer que a questão principal, fundamental, é o benefício por incapacidade, em especial o auxílio-doença. Precisamos saber o que está acontecendo. Não é possível a gente ter quadruplicado, em quatro anos, o gasto com auxílio-doença. Alguma coisa está errada. Existem auxílios-doença que estão sendo pagos há dois, três anos. Na agência Bandeira, tenho a agenda da perícia, há pessoas que iam fazer a vigésima perícia médica. Não tem sentido. A pessoa já deve estar aposentada por invalidez se essa incapacidade perdura ou então suspende-se o benefícios. Então, precisamos ter uma perícia que seja resolutive, de qualidade, e que decida, mesmo que seja no sentido de suspender o benefício porque o segurado já resgatou a sua incapacidade. Infelizmente, há um descasamento entre a política de seguro-desemprego e a Previdência. Seguro-desemprego é Previdência Social. A gente percebe – não temos estudos disso, mas é a intuição de quem estava na ponta até há poucos dias –, que a pessoa perde o emprego, tem o seguro-desemprego, então, ela vai procurar um meio de se sustentar, de ter uma renda, pelo auxílio-doença. Acontece muito.

Quero falar também sobre esse caso da fraude. É um caso que traduz aquilo que eu disse sobre a falha de cadastro. Não é possível essa falta de casamento. A pessoa tinha um PIS, que já era dado como morte, mas estava trabalhando em algum lugar. Quer dizer, se cruzo o cadastro vou verificar que há uma incoerência e que fiquei pagando. Para reaver esses benefícios pagos indevidamente será muito difícil

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Vinte e um anos.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO – Vai ser muito difícil. A lei estabelece, também, todo um procedimento burocrático para suspender esse benefício. Apesar de estar claro que...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – E a Dona Neusa aguardando!

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO – Nós vamos ter que notificar a pessoa por AR, se ela não comparecer, publicar edital, para poder suspender o benefício. E só assim, iniciar um novo pagamento. Mas eu vou levar, e vamos dar uma atenção especial a esse caso.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Juvêncio da Fonseca, quero cumprimentar, primeiro, o nosso Senador Sérgio Cabral pela iniciati-

va e digo a V. Ex^a que se antecipou, como sempre, de forma muito positiva, a uma iniciativa que está vindo lá do Rio Grande.

Há mais ou menos uns 15 dias, realizou-se em Porto Alegre um encontro estadual organizado por todas as centrais sindicais e confederações de trabalhadores para discutir exatamente o tema que V. Ex^a, agora, traz ao palco, aqui, nesta audiência pública. E vi que o nosso Presidente, o Sr. Valdir, falou muito aqui sobre as perícias, que são efetivamente o eixo do encontro de Porto Alegre. E a decisão tomada lá, que tem tudo a ver com essa audiência pública, foi de que uma comissão de sindicalistas viria a Brasília, e estão chegando hoje, onde teríamos três encontros, com o Ministro da Previdência, com o Ministro do Trabalho e com o Ministro da Saúde, para discutirmos o tema que o nosso Presidente já avançou aqui, ou seja, acidente no trabalho, doença no trabalho, enfim, que é o que está levando a um maior número de pedidos, hoje, de direito ao benefício. Eu, que fui sindicalista por muitos anos, apesar de estar aqui no Congresso há quase 20 anos, sei, mais ou menos, como funciona e tenho também, é claro, as minhas preocupações.

Mas vou fazer duas perguntas, porque V. Ex^a já respondeu, em parte, sobre algumas preocupações:

Primeira. Tenho recebido muitas reclamações, de novo, na linha da perícia, sobre a demora. Por isso que falei em meses. O cidadão não se sente apto a trabalhar, entra com o pedido, faz o requerimento pela Internet, já pode fazer pela Internet, só que a perícia é marcada para ele dentro de dois, três meses. E nesse período, um homem de boa-fé, claro, se efetivamente estiver doente, a empresa paga os primeiros quinze dias, vamos pegar o caso de estar empregado, depois não paga mais. Mas, se está desempregado, piorou ainda, porque já não recebe mais nada. Então a esperança dele, se não está apto a exercer uma outra função, enfim, voltar ao trabalho, é de receber o benefício. E as perícias vão sendo marcadas dentro de meses, meses e meses! Então essa é uma pergunta em relação ao tempo. Não vou entrar no mérito, porque o Senador já colocou muito bem quando um cidadão chega lá. Mas o do período da demora. Essa é uma situação.

Segunda. É sobre o pedido de revisão dos benefícios. Esse também o pessoal tem... Inclusive, recentemente, um grupo de advogados veio à minha sala, e até pedi que, de repente, fossem lá e conversassem com os senhores para ver se dá para agilizar a questão. Não estou entrando no mérito, se tem direito ou não, e sim do direito da resposta, tanto da perícia como também da revisão. Tem direito? Tem! Não tem? Não tem! Bom, daí vá procurar o espaço jurídico que entender adequado.

Então são essas as duas perguntas que faço. Porque, como vamos entregar um documento, não sou eu que vou entregar, é o movimento sindical que vai entregar ao Ministro um documento, que vai remeter a V. Ex^a, e, é claro, que vai analisar detalhe por detalhe, se procede ou não. Nesse encontro de Porto Alegre, ouvi inúmeras reclamações, mas vi que se entrou muito nesses dois pontos: da demora do perito em dar uma resposta, de ter o direito à perícia e à resposta; e a outra é sobre o período da revisão. Então são essas duas perguntas que gostaria que vocês respondessem.

É claro que não vou entrar aqui num outro tema que gostaria de discutir num outro momento, que é o tal do déficit. Se a Previdência tem déficit ou não tem. Tenho uma visão que eu mantinha nos outros governos e mantenho nesse: se todos recursos destinados à Previdência ficarem na caixa da Previdência e não forem desviados para outros fins, todos os recursos, e vou colocar só como ilustração, não é só a contribuição de empregado e empregador, porque, toda vez que me dizem que está em déficit, vou lá ver, e é aquela continha fácil de empregado e empregador. Mas eu, que fui constituinte, colocamos lá uma série de outros recursos que dariam sustentação à nossa Previdência Social, que, para mim, poderia ser o exemplo para o mundo, se não fossem desviados.

Tem um dado da Anfip que é assustador: nos últimos cinco ou seis anos, 250 bi foram destinados para outros fins, dos recursos da Seguridade Social. Veja bem! Não estou falando só Previdência. Mas isso não precisa nem responder, é um outro tema, eu acho que não é o momento. Eu ficaria com as duas perguntas que eu entendo mais imediatas se eu puder apontar caminhos, porque retorno ao Rio Grande neste fim de semana, e as pessoas vão perguntar e V. Ex^a, aqui, poderá responder sobre esse tema das duas perguntas muito melhor do que o Ministro, porque o Ministro é um cargo político e abrangente, e V. Ex^a é o Presidente do INSS e um profissional de carreira, o que eu acho que é muito positivo isso. Acho que valorizar os planos de carreira é fundamental em todas as instâncias de Governo.

No mais, cumprimento V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Concedo a palavra ao Sr. Valdir Moysés Simão.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador, eu acho que são dois pontos importantíssimos, mas o terceiro também o é, quem sabe a gente pode discutir depois.

Mas, com relação à perícia, quem está perdendo também é a Previdência. Vamos considerar o segurado

de boa-fé mesmo. Ele está doente, faz um requerimento pela Internet, por exemplo, é marcada a perícia daqui a quatro meses. Dentro de um mês ele recuperou a capacidade. Ele vai comparecer à perícia, porque ele tem um mês para receber, e o INSS paga os quatro meses, paga até a data do exame. Então, quem está perdendo somos nós por uma questão que é gerencial.

Então, eu acredito sinceramente que esse gasto com o auxílio-doença vai ser revisto se tomarmos as medidas gerenciais corretas. A perícia tem que ser realizada muito próximo do período da data da incapacidade. O ideal seria que ela fosse realizada no mesmo dia, mas seria impossível. E para isso nós temos que trabalhar em várias frentes. Primeiro, tendo mais flexibilidade na agenda. E a flexibilidade na agenda nós estamos buscando com uma medida que é de centralização de todas as agendas de perícia, talvez com um centro de perícia nos grandes centros, que é onde nós temos o maior problema, nas grandes cidades. Porto Alegre é uma situação peculiar. A agência, você deve conhecer a agência de Porto Alegre, fica em um prédio no segundo andar. Como é que uma pessoa que tem dificuldade vai ter acesso? Você tem um centro em que tenha uma agenda que seja razoável. E o nosso razoável é até no máximo 15 dias. No máximo! Para isso nós estamos trabalhando da seguinte forma: se a pessoa comparece, pede um benefício, está incapaz, quebrou o braço, o médico tem a exata noção do número de dias de que a pessoa vai precisar para a recuperação, até porque ele já tem a data da retirada da imobilização, etc. Então, ele vai marcar um número de dias... Até hoje ele marcava 60 dias para todo o mundo. Agora, ele vai marcar o número de dias necessário para a recuperação: 30, 45, 60, 90, até 180 dias. Terminou esse prazo, o segurado não precisa voltar à agência para que a cessação da incapacidade seja atestada pelo médico. Cessa o benefício. Se o segurado entender que ele continua incapaz, ele entra com o pedido de reconsideração de 5 dias antes até 30 dias depois da cessação do benefício sem solução de continuidade no pagamento do benefício, se por acaso for prorrogado. Com isso eu elimino o retorno. Não precisa ter o retorno do segurado. Vai me flexibilizar bastante a agenda de perícia.

Um outro aspecto que a gente está trabalhando é efetivamente com relação ao médico perito, ao perito médico da Previdência. Hoje é uma carreira estruturada com jornada de trabalho de oito horas, há uma estimativa de número de perícias que ele tem que realizar, são 24 perícias nessa jornada de oito horas, uma média de 20 minutos cada perícia, e isso é recomendação da Organização Mundial de Saúde. Lógico que há perícias mais demoradas, outras menos demoradas,

mas a gente está trabalhando com a possibilidade da criação de uma gratificação de produtividade vinculada à agenda de perícia. Ou seja, se a agenda tiver até “x” dias, 15 dias, por exemplo, essa gratificação seria de 100%. Acima disso ele começa a perder remuneração, para dar uma conotação mais gerencial à questão da perícia médica. Isso já está sendo discutido, inclusive com o Planejamento, porque dependemos efetivamente desse profissional para ter qualidade, resolutividade e tempo de espera razoável.

Estamos trabalhando com isso, e os casos em que vi mais absurdos foram numa agência em São Paulo onde estavam marcando para 120 dias a perícia médica. Não tem sentido isso, e nós estamos perdendo.

Com relação ao pedido de revisão.

Revisão e recursos são problemas sérios, há um projeto de revisão automática que vou pedir para o Leonardo explicar como funciona.

O SR. LEONARDO SCHETTINO PEIXOTO – Senador Paulo Paim, a revisão automática já tem levantamento em torno desse tempo, e temos hoje cerca de 280 mil processos de revisão tramitando na Casa, cerca de 70% dos quais dizem respeito a problemas de correção entre o salário de benefício e o salário mínimo. O cidadão, quando se aposenta, relaciona a sua aposentadoria a uma quantidade de salários mínimos. Acontece que, ao longo de três, quatro ou cinco anos, o salário tem um índice de correção, e a correção do benefício é de cerca de 60% a 70% do índice de correção do salário mínimo. Então, chega um momento em que a pessoa tem a seguinte noção: eu estava conversando com o meu sogro, ao me trazer ao aeroporto domingo. Bravo comigo, uma vez que agora sou diretor de atendimento e tenho que resolver essa questão, ele me falava que se aposentou com cinco salários mínimos, e a aposentadoria hoje não chega a três salários e meio. Parece que ele tem três a quatro salários de benefício.

Agora, para a gente rever essa questão e dar uma definição ao segurado, posso fazer isso de forma muito ágil e automática, porque é uma coisa mecânica. Na verdade, quando se pede isso, tenho que apresentar uma memória de cálculo, dizendo que a legislação prevê o seguinte índice de correção para o salário de benefício, e a correção do salário mínimo foi essa. Então, posso fazer uma revisão que chamo de automática, via sistema. O sistema daria uma resposta, você protocolaria isso pela Internet ou por qualquer outro canal, até mesmo nas nossas agências, e automaticamente o sistema identificaria e apresentaria uma memória de cálculo de forma fácil de ser assimilada por uma pessoa simples, que é a característica da maior parte da nossa clientela. Não preciso falar do artigo,

do inciso ou do parágrafo, mas demonstrar para ele, através de uma memória de cálculo simplificada, que existe esse descompasso entre a correção do salário mínimo e salário de benefício.

Com isso, via sistema, poderia dar resposta a 70% desses 280 mil pedidos de revisão. Os outros casos não, são mais complexos. Mas me dá gás: a partir do momento em que pego uma atividade, que é automática, e passo para o sistema rodar e executar, posso pegar o meu técnico e o analista para fazer isso, para dar agilidade a esses outros 30% desses 280 mil casos.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Complementando, a questão de ações já transitadas em julgado quantas são? Parece que são mais de 500 mil ações hoje. E por que o INSS não cumpre?

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO – Vou pedir ajuda ao Dr. Aluizio, que é o Procurador-Geral.

O SR. ALUIZO LUCENA – Bom-dia, Senadores. Na realidade, o INSS cumpre, sim, as execuções judiciais no prazo que os juízes estabelecem. Acontece que só recentemente, com a criação dos juzizados especiais – desde 2002, a demanda tem crescido de forma bem avassaladora –, é que está havendo dificuldades técnicas de cumprimento.

Recentemente, por exemplo, a turma recursal de São Paulo julgou 42 mil ações num só lote, de uma matéria específica. Isso é impossível de cumprir num prazo razoável, porque é uma determinação volumosa para que seja cumprida. Gostaria de fazer apenas um comentário em relação à questão da revisão, no que diz respeito à vinculação ao salário mínimo.

Acho que está claro que, na realidade, não há perda do valor real do benefício quando há essa diferença de salários iniciais. A própria Constituição diz que o salário mínimo não pode servir como vinculação a nada, nem a benefício também. Então, todos os índices de revisão do Governo têm sido maior que a inflação. Portanto, tem preservado o valor real do benefício. Somente para ficar claro que na realidade não é porque houve uma diminuição do número de salário mínimo que houve uma perda do benefício. O poder aquisitivo continua o mesmo. Ele só está diferente em relação ao salário mínimo, que tem um índice muito maior do que a inflação geralmente, quando é concedido inclusive com apoio desta Casa aqui. Mas as determinações, Senador, estão sendo cumpridas no prazo judicial fixado, exceto quando é um volume muito grande para se fazer.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Hoje, quantas mil ações transitadas em julgado não foram cumpridas ainda?

O SR. ALUIZO LUCENA – Não fizemos esse levantamento, mas deve ser um número muito pequeno, porque as dificuldades estão em cumprir aquelas que não estão transitadas em julgado, porque temos uma antecipação de tutela, e recorremos dessa antecipação de tutela. Então, temos um prazo processual para conseguirmos reverter essa situação. Mas, quanto às transitadas em julgado, apesar de não ter esse levantamento, pela experiência que temos, é muito pequeno esse índice de não-cumprimento.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÕES – Senador, eu gostaria de complementar. Há uma questão importante na revisão. Acabamos transferindo esse problema para o Judiciário, e o problema está voltando para nós por meio dos juizados especiais. A quantidade de Varas que estão para ser instaladas é algo que fará com que as nossas unidades trabalhem para os juizados especiais federais. Temos que passar cópia do processo digitalizada, mas nem *scanner* nós temos. Então, é um problema sério. O Dr. Aluizo, dentro desse plano, tem uma ação específica para tentar nos ajudar a estruturar nossas ações. Em parte se refere às ações de revisão. Quando o segurado entra com um pedido de revisão judicial, o pedido administrativo dele deveria automaticamente ser sobrestado. Não temos nem o *link* entre a ação judicial e a ação administrativa. Há muita coisa para ser feita nessa área de fato. Talvez seja um dos problemas que não conseguimos resolver definitivamente nesse curto período.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Como não há ninguém inscrito ainda, gostaria de fazer uma rápida consideração. Não sei se está na alçada de vocês, mas vou ter a liberdade de perguntar: aqui foi falado em ação transitada em julgado; quando as ações já foram definidas em última instância, então, viram direito do segurado; por que não se estende a todos os segurados aquele mesmo direito, que já está consumado, que já tem jurisprudência? Por que temos que fazer que o trabalhador pague advogado, se desgaste, recorra, quando já existe decisão?

Quanto à próxima pergunta, neste ponto tenho uma pequena discordância com o nosso advogado - não sou advogado. Infelizmente, os Governos - não estou excluindo nenhum -, infelizmente, na hora de calcular o valor do aposentado, acabam sempre usando o correspondente à inflação que mais interessa. Por isso tivemos algumas ações na Justiça e ganhamos. Busca-se o indexador que mais interessa - INPC, IPC, IRSM, salário mínimo -, e é claro que é uma conta que não fecha, e os aposentados acabam recorrendo à Justiça. E estão ganhando.

A Previdência, ao longo de sua história, deveria pelo menos trabalhar com um único índice. E sabemos

ainda que é polêmico esse debate, inclusive do salário mínimo. Acho que é polêmico, porque a história mostra que a inflação do idoso - isso é um estudo da Fundação Getúlio Vargas - é muito mais acentuada do que para outro cidadão. Se trabalhássemos com a inflação correspondente ao nosso idoso - e pelo Estatuto é sessenta anos -, nós, que trabalhamos tanto no Estatuto, veremos que esse tema é polêmico. Bom, sei que isso entra no campo jurídico, mas acho que no mínimo temos a obrigação de tentar mostrar o erro da forma como o indexador está sendo usado - no meu entendimento, vejam bem; não estou me referindo aos senhores, nem ao advogado, que estão aqui e são profissionais de carreira. Os Governos não estão sendo corretos. Você nem precisa responder, se não quiser.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÕES – Não. Só para reforçar que o INSS é o operador, um fazedor de coisas. Toda a defesa jurídica do sistema, toda a formulação não depende nem do Presidente do INSS: desistir de uma ação, mandar pagar, tal. Isso é de incumbência, inclusive, da Advocacia-Geral da União. Não é isso, Dr. Aluizo? É apenas para reforçar esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB - MS) – Eu acrescentaria o seguinte quanto à surpresa do Dr. Aluizo de 42 mil ações julgadas no juizado especial: graças a Deus julgou 42 mil. Seria pior se ela ficasse toda a vida esperando o julgamento ordinário, aquele processamento que não acaba nunca, e a pessoa aflita. Até acho que esse represamento vai ser atendido, e, depois, volta-se à normalidade, mas o importante é que as reivindicações sejam analisadas, que seja satisfeito o direito de cada um. A velocidade tem que ser a mais urgente possível, tem que ser hoje. E como seria tão bom se fosse hoje.

A palavra continua livre. (Pausa.)

V. S^a tem a palavra para suas considerações finais, porque não há mais perguntas.

O SR. LEONARDO SCHETTINO PEIXOTO – Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante registrarmos ações concretas em relação à melhoria do atendimento.

Nos últimos dois anos, foi desenvolvido em São Paulo, em cinco das dez maiores agências da nossa rede de atendimento – Santo Amaro, Vila Mariana, São Paulo centro, São Paulo oeste e São Paulo Ipiranga –, um programa denominado Programa de Gestão do Atendimento. É um programa que está sendo estendido agora para toda a nossa rede de atendimento. Começamos agora, a partir do mês de novembro.

Vale a pena ressaltar o resultado que conseguimos alcançar nesses pilotos. O Senador, que está muito ligado à questão previdenciária, já deve ter ouvido falar da agência de Santo Amaro e, ultimamente, não deve estar tendo notícias dessa agência. Santo Amaro

ocupava duas, três páginas na imprensa paulista toda semana, com críticas ao seu desempenho.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Dr. Leonardo, a agência do INSS é que nem juiz de jogo de futebol: quando vai mal, é xingado; quando vai bem, está cumprindo a obrigação.

O SR. LEONARDO SCHETTINO PEIXOTO – É isso mesmo, Senador.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, pegamos essas agências e temos como marco referencial de acompanhamento de resultados o mês de dezembro de 2004.

O conjunto dessas cinco agências tinha cerca de 20 mil processos represados. Agora, em julho de 2005, entregamos concluída a implementação desse programa, com 3 mil processos em estoque, e todos esses estoques dentro do prazo legal de 45 dias para que sejam definidos. É um crescimento de produtividade dos servidores de cerca de 150%.

Para dar um exemplo numérico, um servidor produzia nessas unidades, em dezembro de 2004, numa jornada de seis horas de trabalho, algo em torno de 1,9 processos de aposentadoria definidos. Hoje, esses servidores fazem, em média, 5,4 processos. No que diz respeito aos processos de auxílio-doença, esse número evoluiu de 4,5 para 13,5 processos por servidor/dia, trabalhando exclusivamente, neste caso do Programa de Gestão ao Atendimento, com gestão: melhoria de controle, melhoria de organização, melhoria de capacitação gerencial e capacitação técnica na área de benefício.

Esse modelo agora vai ser expandido, imediatamente, para as cem maiores unidades nas cinco regiões do País. Acredito que, com isso, começamos a mudar e a dar uma resposta para uma situação que existe e que é característica: existe uma lacuna gerencial muito grande na nossa organização.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Como é o *call center* hoje?

O SR. LEONARDO SCHETTINO PEIXOTO – Nós temos um *call center*, o nosso 0800-780191, e estamos em um processo, inclusive, de revisão.

Apenas para ilustrar com alguns números, Senador, hoje a nossa rede atende cerca de 3,6 milhões de pessoas por mês. Dessas, 1,080 milhão pessoas buscam uma orientação: “Como devo proceder para fazer a minha solicitação, o meu pedido, o meu protocolo?”

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Três milhões nas agências ou no telefone?

O SR. LEONARDO SCHETTINO PEIXOTO – Nas agências. E o restante desse 1,080 milhão de pessoas pedem informações sobre andamento do processo.

Então, olha que situação curiosa: a nossa baixa resolutividade alimenta a nossa demanda. Se eu ti-

vesse uma resolutividade dentro do prazo legal de 45 dias, provavelmente essas pessoas não iriam até as minhas agências, porque elas estão sendo atendidas dentro de uma regra. Elas têm confiança de que, num prazo de 45 dias, isso seria definido.

Agora, grande parte dessas informações e dessas orientações devemos incentivar que sejam migradas para o atendimento virtual, não só para o *call center*, mas também pela Internet. Então, está em curso também um estudo - tivemos uma reunião que terminou ontem, às dez horas da noite, discutindo isso - sobre a questão da amigabilidade da nossa página de serviço na Internet. A nossa população tem a característica de ser de pessoas simples, e a nossa página hoje pode ser melhorada, de forma a tornar a solicitação, os requerimentos e as informações mais amigáveis, mais didáticas. E já estamos desenvolvendo e trabalhando também nesse sentido.

Em relação ao *call center*, hoje nós não conseguimos capturar todas as chamadas. Algumas chamadas se perdem por falta de inoperância. Há muito a ser feito em termos de melhorar a nossa árvore de atendimento eletrônico. A nossa árvore hoje tem um tempo médio de duração em torno de três minutos. E vemos a possibilidade de reduzir isso para um minuto e meio e, com isso, capturar um percentual bastante representativo de chamadas que se perdem pela demora no atendimento. Isso melhora também a questão que foi falada pelo Dr. Valdir de desperdício de cursos, porque pagamos cerca de 15 centavos por minuto de ligação ao provedor do serviço.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, uma última observação. O Presidente Valdir Simões falava sobre comunicação social, já que falávamos em *call center*, em Internet, que são coisas bem óbvias, já que o setor financeiro, as grandes empresas, as grandes companhias telefônicas hoje interagem com seus clientes pela Internet, evitando a ida a agências, etc. Não faltam exemplos no Brasil.

Outro ponto é que o Governo Federal gasta muito dinheiro em publicidade. Eu não quero nem citar Marcos Valério, porque não é somente desse Governo, mas de tantos outros Governos também, de Governos anteriores, de todos os Governos. E ficam os Governos gastando dinheiro, Sr. Presidente. O Senador Paulo Paim foi constituinte e sabe que a Constituição teve a preocupação de despersonalizar, de proibir o uso do nome. Mas, de qualquer maneira, continua. Eu não sei o que podemos produzir, Senador Paulo Paim, de novas leis ou de regulamentação talvez desse item da Constituição. E aprofundar o uso. Isso me irrita profundamente. E posso garantir a V. Ex^a que, se um dia assumir um cargo executivo, jamais farei isso: “O meu Governo, o nosso Governo fez 35 mil quilômetros, não sei o quê, gastou, fez um hospital”. O que o Governo

tinha de fazer, em vez de ficar exaltando as suas realizações - que é um negócio ridículo, de quinta categoria -, seria usar o dinheiro público para prestar informações ao público. O que o Ministério da Previdência Social tem gastado com publicidade pelos diversos meios de comunicação - televisão, rádio, jornal - deveria ser usado para informar a população.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB - MS) - Quantos milhões tem o Duda Mendonça em paraíso fiscal?

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB - RJ) - Coloca a agência de publicidade que tem a conta do Ministério da Previdência Social, que tem a conta do INSS, "brifa" essa agência e discute com o Ministro, ou com o Gushiken ou com quem quer que seja, para fazer uma política de prestação de serviços. O governante da ocasião pode achar que isso não reverte em benefícios políticos eleitorais, mas reverte, sim. A boa informação reverte, sim. Por exemplo, a informação dos direitos aos cidadãos.

É isso que o Dr. Leonardo estava dizendo, da quantidade de cerca de um milhão de pessoas querendo saber dos seus direitos, dos seus benefícios, a quantas andam. E esse cidadão achará ótimo saber isso por telefone ou pela Internet. Como vocês estão se preparando para um novo momento, talvez, nesse novo momento, possa haver uma nova publicidade que seja exemplo até para os demais Ministérios. É a questão de gastar dinheiro com informações úteis para a população.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB - MS) - Eu gostaria de retornar a palavra para o Dr. Aluizo. Ele foi citado aqui várias vezes, e vejo que ele tem vontade de usar da palavra.

O SR. ALUIZO LUCENA - Obrigado, Presidente. Na realidade, é só um esclarecimento final, Senadores, acerca dessa informação que eu passei há pouco sobre as 42 mil ações. Nós recorremos nessas 42 mil ações e ganhamos todas elas. Isso representa um impacto de R\$ 600 milhões. Então, somente para ficar claro que às vezes nós temos de tomar uma medida processual para reverter a situação, porque os cofres podem sair prejudicados.

Em razão do trânsito em julgado, não existe neste momento nenhuma matéria pacificada, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que enseje a atuação do Advogado-Geral da União a autorizar a não-interposição de recurso. Existem algumas matérias discutidas em instâncias inferiores e que nós temos recorrido ao Supremo, que ainda não se pronunciou. Nós acreditamos que as nossas chances de reverter essa situação são boas.

Era apenas isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB - MS) - Com a palavra, o Sr. Valdir Moysés.

O SR. VALDIR MOYSÉS SIMÃO - Sr. Presidente, Senador Sérgio Cabral, agradeço a cordialidade e o respeito com que fomos tratados aqui e gostaria de reforçar que estamos abertos ao bom debate e a novas visitas que, com certeza, serão feitas. Os Senadores da Comissão estão convidados para quando quiserem acompanhar uma dessas visitas.

Digo que o nosso foco é o trabalho sério e o resgate da imagem da Previdência perante os seus servidores, perante os segurados e os outros Poderes: o Legislativo e o Judiciário. Tenho amigos juízes que costumam dizer que, quando recebem ações contra a Previdência, concedem na hora sem mesmo analisar o mérito, tal a fragilidade da nossa imagem.

Então, nós pretendemos que a Previdência seja vista como um instituto ou como uma organização importante, fundamental e profissional, porque ela opera benefícios que são contributivos. Somente têm direito a esses benefícios as pessoas que efetivamente preenchem os requisitos legais. Ela não pode fazer o papel de órgão de assistência social, apesar de operar para o Ministério do Desenvolvimento Social todo o benefício da Loas.

E é nesse aspecto que nós vamos trabalhar neste ano e meio, e coloco-me à disposição dos senhores para novos esclarecimentos e convites que possam ser feitos para prestarmos conta do nosso trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB - MS) - Senador Sérgio Cabral, tenho apenas a dizer, em relação à reforma do Judiciário, que os Governos sempre votam contra ela, trabalham contra ela. Quanto mais recurso houver no processo, melhor, porque, assim, a obrigação estatal não se cumpre, ou a demanda jamais chega ao final. Esse também é o entendimento que nós temos, porque todo Governo empurra essa reforma, inclusive o tal do recurso de ofício. Sabemos que, obrigatoriamente, o procurador tem que recorrer daquela decisão do juiz, que foi contra o Estado.

Ora, isso não deveria ser uma obrigatoriedade. Recorre-se se tiver a convicção de que ali cabe um recurso e que ele vai ter realmente um resultado social importante. Por que essa obrigatoriedade de recorrer? Recorre-se e ele vai para as gavetas. Nunca há solução para isso. Então, há dois lados. Nós precisamos mudar esta cultura, a cultura do juiz, a cultura do servidor, a cultura do povo.

E fico muito satisfeito quando vejo, numa audiência pública como esta, o Dr. Valdir Moysés, funcionário de carreira, Presidente do INSS. Isso é de fundamental importância para a mudança da nossa cultura, porque muitas coisas acontecem neste País em razão das

benesses políticas. E você não é apenas um cidadão. Deveria ser um cidadão o beneficiário do INSS em toda e qualquer ação do Estado, mas geralmente o beneficiário é eleitor e tem que ser agradado e tratado a pão-de-ló, às vezes contrariamente à própria lei.

Nós, políticos, ficamos em dificuldade de não atender ou fazer um pedido porque a cultura é a do “jeitinho”. Ora, precisamos chegar a um momento em que se diga “não”. No INSS, nós não vamos, de forma nenhuma, nomear político; será somente cargo de carreira. E em outras instituições mais, a fim de que se prevaleça a vontade manifestada aqui pelo senhor, pela sua Assessoria, pelo próprio Senador Sérgio Cabral, pelo Senador Paulo Paim e por outros Senadores, de ver esta Pátria crescer, eliminando esse apadrinhamento absurdo que existe nas instituições públicas, na gestão pública e, ao mesmo tempo, a própria gestão pública, aprofundando e incentivando essa cultura. Temos que buscar o caminho que é exatamente este: o *mea culpa* geral. Mas está bem identificado o mal nacional.

Hoje, com toda esta crise que está aí, com tanto mensalão que você afirmou, com Duda Mendonça cheio de dinheiro no exterior em razão dessa publicidade absurda que aí está, sobra dinheiro saindo pelo ladrão, sai pelas fronteiras do País e vai aplicar lá nos paraísos fiscais, porque aqui num há nem banco que receba mais. Tudo isso, e o nosso beneficiado do INSS com essa dificuldade toda e o povo pobre. Nós queremos agradecer muito a presença do Sr. Valdir Moysés Soares Simão, Presidente do INSS, e da sua assessoria – Dr. Aluizo, Dr. Leonardo, Dr. Álvaro e Dr. Paulo –, que nos proporcionaram este momento proveitoso nesta audiência pública, requerida pelo iminente Senador Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, sempre eficiente, operoso e sensível às questões sociais do País.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h43min.)

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da Décima Nona Reunião (Conjunta) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Vigésima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 10 de agosto de 2005.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia dez de agosto de dois mil e cinco, na Sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Flá-

vio Arns, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), reúnem-se, em conjunto, as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e a de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores: Edison Lobão, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Pedro Simon, Gerson Camata, Ana Júlia Carepa, Aelton Freitas, Marcelo Crivela, Romeu Tuma, Luiz Otávio, Eduardo Suplicy e Ideli Salvatti (os Senadores Rodolpho Tourinho e Jonas Pinheiro apresentaram justificativas pela ausência); e dos Deputados Federais Hamilton Casara, PL/RO, Celso Russomanno, PP/SP, Mendes Thame, PSDB/SP, e Jamil Murad, Pcdob/SP; e dos Senhores Moacyr Zitelli, Prefeito de Itápolis/SP, Rafael Aparecido Buschiero, Vereador de Tabatinga/SP, Valdir Buttarello, Presidente do Sindicato Rural de Itápolis/SP, Ciro Roberto Torres Arruda, Presidente do Sindicato Rural de Borborema, Mário Benelli, Antônio Dinizete Saulotto, Vereador de Itápolis/SP, Fábio Roberto Del Rovere, Secretário de Agricultura de Itápolis/SP, Kal Machado, Ex-Prefeito de Rio Claro e Diretor da Associação dos Municípios Citrículas, Davi Perez Aguiar, Ex-Prefeito de Bebedouro e Presidente da Associação dos Municípios Citrícolas do Estado de São Paulo, Virgílio do Amaral Filho, Membro do Cooquesel de Itápolis/SP, Dário Manelino Filho, Procurador Jurídico da Câmara de Itápolis, Vânia E. do Amaral, Representante dos Citricultores de Borborema, Vicente Paulo Gutouieri, Citricultor de Taiuva/SP, Irani Biazotti, Presidente da Câmara de Itápolis/SP, Fernando Truvesulo, Vereador, Isidro Baldo Geraldo Martins, Citricultor de Taiuva/SP, Luiz Alberto Vertuano, Citricultor da Fazenda Santa Terezinha/SP, Antônio Júlio Junqueira de Queiroz, Diretor da Sociedade Rural Brasileira, Domingos Aparecido Antonino, Citricultor de Taiuva/SP, José Renato Vidal, Citricultor de Taiuva/SP, Edson Assis Belizario Vieira, Citricultor de Taiuva/SP, Sávio Rafael Pereira, Ministério da Agricultura, Euclair A. Costa, Citricultor de Itápolis/SP, Fabrício Vieira Juntelli, Ministério da Agricultura, Luiz Antonio da Cunha, Diretor do Sindicato Rural de Itápolis/SP, Walter Cunha, Diretor da Coagrosol, Guido Mareonato, Afonso Rodrigues Neto, Membro da Coagrosol e Reginaldo Vicentim, Gerente Comercial da Coagrosol. O Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Flávio Arns, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A presente reunião destina-se à Audiência Pública com a finalidade de prestar esclarecimentos acerca do intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira, em cumprimento ao Requerimento nº 12, de 2005-CRA, de autoria do Senador Aelton Freitas, aprovado em 29/06/2005, e do Requerimento nº 24, de 2005-CAE, de autoria do Senador Eduardo

Suplicy, aprovado em 19/04/2005. O Senhor Vice-Presidente da CRA, Senador Flávio Arns, convida para compor a mesa a Dr^a. Bárbara Rosenberg, Diretora do Departamento de Proteção e Defesa Econômica (DPDE), da Secretaria de Direito Econômico – SDE; o Dr. Marcelo Saintive, da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SAE), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda; o Dr. Gustavo Henrique M. Firmo de Araújo, Fiscal Federal Agropecuário da Secretaria de Política Agrícola; o Dr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, Presidente da Associação Brasileira de Citricultores; e o Dr. Ricardo Wagner Garcia, Procurador Regional de Campinas, do Ministério Público Federal. A seguir, o Senhor Vice-Presidente da CRA, no exercício da Presidência, Senador Flávio Arns concede a palavra ao primeiro orador, Dr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, Presidente da Associação Brasileira de Citricultores e, logo após, a cada um dos outros oradores. Usaram da palavra durante a reunião os Senadores Eduardo Suplicy, Aelton Freitas, Pedro Simon, e o Senador Marcelo Crivella e ainda os Deputados Mendes Thame e Celso Russomanno. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

– Senador Flávio Arns, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 21^a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 19^a reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, reuniões extraordinárias da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, Srs. Senadores, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores das respectivas Comissões.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Consulto os Srs. Senadores se desejam fazer alguma observação.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Prezado Presidente, Senador Flávio Arns, os diversos interessados nesta audiência pública no Senado Federal vieram de muito longe, sobretudo das regiões produtoras de laranja, da região de Bebedouro, Itápolis, Itaiuva e outras – há alguns produtores de laranja, pequenos,

médios agricultores, produtores em geral; há prefeitos, ex-prefeitos, vereadores, presidentes de câmaras municipais – e alguns dos produtores de laranja vieram sem gravata, mas se nós os estivéssemos visitando no campo, nós estaríamos sem gravata. Então, vou pedir a compreensão de V. Ex^a no sentido de permitir que possam ocupar as fileiras aqui atrás, que possam se sentar onde houver lugar e assistir a esta importante audiência pública de interesse deles.

Era a sugestão que gostaria de formular a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Atendendo, então, à sugestão do Senador Eduardo Suplicy, solicito à Segurança que deixe as duas primeiras fileiras vagas para os Senadores e que a terceira fileira em diante possam ser ocupadas pelos produtores, agricultores, por todos que estão acompanhando esta audiência pública.

Quero dar uma explicação sobre por que temos que ter um espaço vago nas duas primeiras fileiras. Há muitos Senadores que estão participando de reuniões em seus partidos políticos, reuniões preparatórias para todas as questões que vêm sendo debatidas aqui no Congresso Nacional, e é bem provável que, como já vários Senadores estiveram aqui antes do início desta audiência pública, outros tantos ainda virão. Mas os assentos a partir da terceira fileira poderão ser ocupados.

Em relação às atas que foram aprovadas, quero apenas mencionar que as atas das duas comissões serão publicadas no **Diário do Senado Federal**, juntamente com as notas taquigráficas.

Esta audiência pública tem a finalidade de discutir sobre o intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira. Em atendimento ao Requerimento nº 12 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e ao Requerimento nº 24 da CAE, Comissão de Assuntos Econômicos. Ambos os requerimentos de 2005, de autoria dos Senadores Aelton Freitas, aqui presente, e Eduardo Suplicy, também aqui presente, respectivamente.

Para esta audiência pública foram convidadas algumas autoridades e passo a convidá-las a tomar assento à mesa.

Em primeiro lugar, convido a Dr^a Bárbara Rosenberg, Secretária Adjunta da Secretaria de Direito Econômico, órgão vinculado ao Ministério da Justiça e que, neste momento, está representando o Dr. Daniel Krepel Goldberg.

Em seguida, convido o Dr. Marcelo Saintive, substituto do Dr. Hélcio Tokesh, Secretário de Acompanhamento Econômico, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.

Convido o Dr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, Presidente da Associação Brasileira de Citricultores.

Dr. Flávio, seja bem-vindo.

Chamo o Dr. Antoninho Rovaris, Secretário de Políticas Agrícolas da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. (Pausa.)

Não está presente.

Chamo o Dr. José Luiz Cutrale, Presidente da Cutrale. (Pausa.)

Não está presente.

Dr. Gustavo Henrique Firmo de Araújo, Fiscal Federal Agropecuário da Secretaria de Política Agrícola, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Primeiramente, então, passo a palavra ao Dr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, Presidente da Associação Brasileira de Citricultores.

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS

— Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr^a Bárbara, representante da SDE, senhoras e senhores, nós estamos muito felizes pela oportunidade de ter uma reunião tão importante para discutir os enormes problemas que a citricultura está enfrentando, em virtude de um processo de concentração do setor industrial e exportador da nossa cadeia produtiva.

A citricultura vem sofrendo um processo predatório das empresas que controlam a industrialização, a logística e a comercialização dos sucos de laranja produzidos no País. As quatro principais empresas controlam praticamente a totalidade das exportações, e três delas, que têm entre si relações familiares ou de parceria comercial, controlam 100% do sistema de distribuição a granel do suco concentrado e congelado exportado.

O controle do sistema a granel é vital para a viabilização do negócio. Tal fator deve ser considerado e analisado muito cuidadosamente, porque essa tem sido a grande barreira para que haja a entrada de novas empresas e para que a concorrência se estabeleça nesse setor.

A teoria econômica demonstra que estão presentes no setor todas as condições para a cartelização e até mesmo para um acordo tácito pelas assimetrias dos dois principais elos da nossa cadeia produtiva. E, havendo as condições para a cartelização ou até um acordo tácito e havendo a existência das evidências e, talvez, até as provas, nós esperamos que o Governo e as entidades responsáveis pelo controle da concorrência investiguem profundamente esse setor e busquem as soluções para essa situação.

São de amplo conhecimento as práticas abusivas por parte das indústrias nas relações com os citricultores. A consequência para esses, em razão de décadas

de preços inferiores ao custo econômico de produção, tem sido a descapitalização e a inviabilização dos pequenos e médios citricultores. Está também evidente a ação coordenada entre elas por meio de condutas uniformes nos preços e condições de aquisição da laranja, mesmo sabendo que essas empresas têm estruturas diferentes, têm escalas diferentes, níveis de ociosidade diferentes, relações de integração vertical, quer dizer, algumas têm associações com grandes engarrafadores no exterior. Embora tenham níveis de verticalização, quer dizer, quantidade de fruta própria produzida, totalmente diferentes, estranhamente elas praticam os mesmos preços no mercado.

E não é só isso, a condução do processo de negociação implica em que os preços são sempre iguais e variam durante a safra. Por exemplo, eles iniciam uma safra, por exemplo, com preços baixos. Então, eles entram com uma oferta e compram uma certa quantidade naquele nível de preço. Param todas elas simultaneamente. Voltam ao mercado com outro patamar de preço, fazem uma outra posição nesse outro patamar, param simultaneamente de novo, voltam uma terceira vez, e assim por diante. Quer dizer, isso mostra que as empresas têm algum grau de relacionamento, de troca de informações, que têm sido usadas em detrimento dos citricultores.

Além disso, elas têm imposto contratos muito lesivos, contratos que têm cláusulas que permitem que, em qualquer momento, a empresa deixe de cumprir aquele contrato. Então, ela alega que a fruta não está na qualidade contratada, porque a especificação de qualidade é muito elevada e, em qualquer caso, você consegue refugar aquela laranja, e ela usa isso ou para renegociar o preço ou deixar de receber um contrato de um produtor que se negue a renegociar.

Além disso, eles usam o controle da colheita, que no passado era feito pela indústria, com todos os trabalhadores registrados na indústria, e que hoje foram repassados para os citricultores; quer dizer, os ônus diretos do custo da colheita, mas também os ônus trabalhistas envolvidos nesse setor. Mas toda essa operação é coordenada pela indústria, quer dizer, você tem a sua fruta pronta para ser colhida, você é obrigado a ter uma equipe de trabalhadores para a colheita, mas fica na dependência da indústria, se ela vai querer receber hoje ou amanhã. Então, você tem aqueles empregados sendo pagos e, muitas vezes, eles não podem trabalhar porque a indústria alega que a fruta não interessa naquele momento. Não interessa por questões operacionais e, às vezes, até por uma simples decisão que não tomamos nem conhecimento. Dizem: parei de colher.

Neste ano, por exemplo, a indústria começou a colher, nós contratamos trezes turmas, um grupo pequeno; tínhamos uma quota de dois caminhões por dia. Uma semana e meia depois, ela reduziu para a metade dessa quota. Então, ficamos com 50% das equipes ociosas, recebendo, sem nenhuma saída possível.

Essa situação se agrava devido à ausência do controle do Estado sobre as práticas abusivas das empresas. Há um trabalho de Nors que mostra que um Estado se tornaria rico se tivesse duas condições, tivesse instituições fortes e assegurasse a concorrência. Então, esperamos uma ação mais ampla que caberia aos Srs. Senadores de realmente fortalecer as entidades de defesa da concorrência e as instituições, de uma forma geral, porque o que nós temos visto é que muitas decisões tomadas corretamente, visando ao interesse dos citricultores, são, pura e simplesmente, deixadas de lado, não são cumpridas.

Nós notamos a posição da indústria. É a segunda audiência pública a que eles são convidados, e eles deixam de comparecer, porque acham que não devem satisfação a ninguém, ao Governo, do qual eles foram grandes beneficiários no início, com grandes financiamentos, com subsídios, com benesses de toda forma.

Então, temos de cobrar dessas empresas a sua responsabilidade social.

O setor industrial justifica suas ações predatórias, sua concentração e sua verticalização com o ganho de eficiência, e muita gente aceita isso passivamente. Quer dizer, eles deixam completamente de lado a sua responsabilidade social.

A citricultura é uma atividade distribuidora de renda, propiciadora de empregos, e eles estão concentrando essa atividade e tirando grandes vantagens. A citricultura, hoje, é conduzida 92% por pequenos citricultores, e esses pequenos citricultores, em regra geral, moram no Município citrícola, demandam não só os insumos necessários para a sua atividade, como também outros serviços: advogados, médicos, dentistas. Então, eles dinamizam a economia dos Municípios citrícolas.

A concentração leva ao grande proprietário, que vai residir em São Paulo, nos grandes centros, e o pequeno Município citrícola vai se transformar numa cidade dormitório dos trabalhadores rurais. Não é isso que queremos para o nosso País.

E isso se faz sem perda de competitividade. A citricultura é competitiva mesmo sendo conduzida por pequenos citricultores.

Quero lembrar que, em 1995, a Secretaria de Direito Econômico acatou a representação dos citricultores, sugerindo a condenação das empresas en-

volvidas no cartel. Porém, o Cade decidiu celebrar um compromisso de exceção, que não foi cumprido, a não ser nas cláusulas que eram de interesse das indústrias. Por isso, eles tiraram um chamado contrato padrão, que era um contrato parecido com o que se usa hoje na produção de cana, que gerava um excelente relacionamento entre citricultores e indústrias e assegurava uma remuneração adequada. Isso foi baseado numa decisão errada do Cade, e nós esperamos que ela seja revista, porque estamos no início de uma negociação, para a citricultura, similar à da cana.

Estamos também, neste momento, tratando da venda da Cargill. A venda da Cargill foi apresentada de forma totalmente diferente da que ocorreu na realidade. As empresas alegam que a Cutrale e a Citrosuco, independentemente, compraram ativos da Cargill, quando, na verdade, a Cutrale e a Citrosuco, conjuntamente, operaram no sentido de tirar do setor um concorrente importante, com a intenção de ficarem com o *market share* e a base dos fornecedores. Estranhamente, inclusive, todos os fornecedores estavam alocados numa das fábricas que foi comprada pela Citrosuco. Estranhamente, esses citricultores foram divididos entre a Cutrale e a Citrosuco, o que não teria cabimento dentro dessa negociação, da forma como eles apresentaram.

Além disso, nós sabemos que esse setor tem um excesso de capacidade enorme; tem capacidade para processar 500 milhões de caixas e tem processado 380 milhões de caixas. Por isso, não havia interesse nenhum em ampliar a capacidade de processamento.

Há outro erro importante nesse relatório: é que o sistema de transporte a granel que citamos anteriormente, que é a chave do nosso negócio, que a Cargill possuía – foi a introdutora desse sistema no nosso setor –, pura e simplesmente, não aparece ou aparece de forma inadequada no relatório.

Além disso, em declarações recentes na imprensa, o Presidente da Citrosuco afirma que a compra da Cargill foi feita de comum acordo ou foi feita em sociedade pela Cutrale e pela Citrosuco. Essa é uma violação clara, para mim, das regras da concorrência e deveria ser vista dessa forma e penalizada.

Seria muito importante que a SEAE e a SDE revissem esse relatório, porque ele está no Cade e não poderia ser julgado da forma como está. Também pediríamos que houvesse uma audiência pública, com a presença dos presidentes das indústrias envolvidas, antes do julgamento desse processo no Cade, porque é muito importante que eles realmente digam à Nação quais são as razões dessa negociação.

Aqui encerro a minha apresentação e fico à disposição para responder a qualquer questão.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Peço-lhe só um minuto, Senador Aelton Freitas.

Em primeiro lugar, agradeço a participação, neste primeiro momento, do Dr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, que apresentou um quadro bastante crítico, difícil. Esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal e a Comissão de Assuntos Econômicos desejam acompanhar esse processo e dele participar. Tanto é assim, que, inclusive, eu já havia indicado anteriormente o Senador Aelton Freitas para, representando a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, participar de evento em São Paulo.

Antes de passar a palavra ao Senador Aelton Freitas, que a pediu pela ordem, quero ler um documento que chegou do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, que havia sido convidado para esta audiência pública. É assinado pela Presidente, Dr^a Elizabeth, que diz da impossibilidade do Conselho de se fazer representar nesta audiência: “Na mesma data da reunião, este Conselho se reunirá, em sessão ordinária de julgamento, com uma pauta extensa também”, o que inviabilizaria a ausência do Conselheiro no Cade. “É importante, todavia, ressaltar que a participação deste Conselho na discussão do caso em pauta seria, de qualquer forma, limitada, isso porque os Conselheiros do Cade estão impedidos, por força do art. 10, inciso V, do Código de Ética do Cade, de se manifestarem sobre qualquer processo que ainda não tenha sido julgado, como é o caso dos processos que serão tratados na reunião conjunta, sujeitando-se, inclusive, diante do descumprimento de tal dispositivo, à perda de mandato.”

É essa a justificativa do Cade para não estar presente nesta audiência. Porém, ressalto que a audiência pública tem por objetivo ouvir todos os setores, para que estas Comissões do Senado acompanhem o processo a partir desses relatos e dos relatos que serão feitos.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores convidados, como membro indicado por esta Comissão – principalmente por V. Ex^a, Sr. Presidente, e pelo Plenário – para estar em Bebedouro, juntamente com o Senador Eduardo Suplicy, numa reunião promovida pela Associtrus, tive a oportunidade de ouvir de vários produtores, principalmente do Dr. Flávio Viegas, o que ele expôs aqui. E, ao chegarmos, nos sentimos não só na responsabilidade, mas na necessidade, de pedirmos esta reunião em conjunto, tanto eu quanto o

Senador Eduardo Suplicy, que, além de ser um Senador eleito pelos paulistas, estava lá presente.

Essa situação nos preocupou muito, e tivemos, senhores convidados, uma receptividade total, tanto é que foi aprovado por unanimidade nas duas Comissões o nosso requerimento. Peço aqui, como Senador membro desta Comissão, desculpas por este plenário não estar cheio. Todos se interessaram, e muito, e ficaram preocupados com a situação, mas a demanda de trabalho, principalmente neste momento, com três CPIs acontecendo, faz parecer vazia esta reunião. Mas, ao contrário, tenho certeza de que o País está vendo o nosso trabalho. E a nossa meta e a nossa obrigação como Parlamentar e membro titular destas duas Comissões é fazer o possível.

Os nobres representantes dos Ministérios, do Governo, aqui presentes, já ouviram o depoimento do Presidente da Associtrus, nosso convidado ilustre, Dr. Flávio Viegas. É uma situação muito preocupante. Fiz um resumo do que ouvi lá – e tenho certeza de que os senhores vão ouvir aqui –, e entendo que precisamos achar uma alternativa. Como engenheiro agrônomo, como ex-presidente de uma instituição muito voltada para o mini e o pequeno produtor, a Emater – Minas Gerais, eu já assisti a esse filme outras vezes, mas em segmentos menores, que não traziam tantos reflexos negativos à economia e à sociedade como o que está acontecendo agora tende a trazer, e já está trazendo, para o setor da citricultura.

A citricultura brasileira, Sr. Presidente, responde por nada menos do que 37% das laranjas plantadas no mundo e 52% do suco de laranja produzido no mundo. A cultura sempre foi desenvolvida com base em pequenos produtores...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Senador Aelton Freitas, só para nós pensarmos em conjunto sobre a forma de encaminhamento da reunião...

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Como V. Ex^a e o Senador Suplicy estiveram em São Paulo, e eu diria que os órgãos oficiais devem se posicionar em função da realidade, por isso que inclusive começamos com o Dr. Flávio, eu consideraria o seguinte: que, dentro desses dez minutos disponíveis, como V. Ex^a e o Senador Suplicy estiveram lá, talvez os dois Senadores, em conjunto, utilizando esses dez minutos, pudessem fazer um relato do quadro observado nessa reunião em São Paulo, como V. Ex^a vem fazendo, para que, depois, os órgãos oficiais do Estado, do Governo, se posicionassem não só em relação

a essa realidade, mas em relação à política de uma maneira geral.

Então, passaríamos a contar esses dez minutos para que V. Ex^a...

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Senador Suplicy, eu só preciso de mais dois. Oito minutos ficam à disposição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Então, mais dois minutos, e nós consideraríamos os dez minutos no geral como uma das apresentações, sem naturalmente perderem o benefício de, depois, também como autores do requerimento, questionarem todas as pessoas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Eu peço a compreensão de V. Ex^a e da Mesa, Sr. Presidente. Por ser membro titular da CPI dos Correios, eu tenho seis perguntas importantíssimas a fazer aos nossos convocados hoje, e também preciso estar lá. Então, caso não esteja presente, peço que nos compreenda.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Exato. V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – A cultura sempre foi desenvolvida com base em pequenos produtores, 90% dos quais possuem áreas inferiores a 40 hectares. Sempre foi uma atividade econômica presente na maioria dos Municípios paulistas, mais especificamente em 300 Municípios do Estado de São Paulo, gerando quatrocentos mil empregos diretos e proporcionando 1,2 milhão de empregos diretos e indiretos.

Segundo a Associtrus, a maioria desses produtores já abandonaram a atividade. A situação levou a uma queda de 27 mil citricultores para apenas 15 mil, em poucos anos. Ou seja, uma queda de praticamente 40%.

Segundo documento elaborado nessa reunião em que estivemos, “Manifesto da Citricultura”, apenas quatro indústrias hoje concentram o processamento de 86% das laranjas, não tendo assim muita opção de venda os pequenos agricultores, que se sentem nas mãos dessas grandes empresas. Isso impede o desenvolvimento dos pequenos e médios produtores, que respondem por 90% das propriedades de laranjas. Ou seja, a concentração está fazendo com que a atividade, que era o carro-chefe principalmente no interior de São Paulo e na minha região do Triângulo Mineiro, fique nas mãos de poucos.

Por me sentir tão incomodado com a situação que presenciei e sobre a qual ouvi relatos de todos os que estavam presentes naquela reunião em Bebedouro, é que tomamos a iniciativa de entrar com esse requerimento aqui na Comissão de Agricultura e Pecuária, bem como, simultaneamente, o Senador

Eduardo Suplicy pela Comissão de Assuntos Econômicos, no sentido de fazermos essa reunião em conjunto na data de hoje.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço ao Senador Aelton Freitas, inclusive pelo relato que fez.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, autor do requerimento, pela Comissão de Assuntos Econômicos. S. Ex^a também participou da reunião que deu origem a esta audiência pública no Estado de São Paulo.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, eu gostaria de me reservar para falar apenas no período de indagações, logo após a exposição dos convidados.

Gostaria, entretanto, de registrar a presença, entre nós – e não conseguirei falar de todos – do ex-prefeito de Bebedouro, atual Presidente da Associação dos Municípios Citrícolas do Estado de São Paulo, Sr. Davi Peres Aguiar; do Sr. Renato Toledo de Queirós, membro da Socitrus e citricultor em Bebedouro; do Sr. Vicente Paulo Antonino, citricultor em Taiúva, que representa a caravana daquela cidade paulista.

Levantem a mão os que são de Taiúva, por favor, para que possam ser reconhecidos.

Está também presente o Sr. Valdir Buttarello, produtor e Presidente do Sindicato Rural de Itápolis. Há diversas pessoas de Itápolis, a quem peço, igualmente, que levantem as mãos, por favor.

Esta presente também o Sr. Moacir Zitelli, Prefeito municipal de Itápolis. Seja bem-vindo!

Estão ainda presentes o Sr. João Roberto Garcia, membro da Associação de Amigos de Rio Turvo; o Sr. Machado, ex-prefeito de Rio Claro e também Diretor da Amcisp. Seja bem-vindo!

É possível que haja mas prefeitos ou presidentes de Câmaras de Vereadores. (Pausa.) V. S^{as} poderiam enviar seus nomes à Mesa, por favor, para o devido registro.

Sr. Presidente, eu agradeceria a V. Ex^a se pudesse nos informar se os presidentes da Citrosucos, Norberto Farina; da Cutrale, José Luís Cutrale; da Dreyfus, Kenneth Geld; da Citrovita, Mário Bavaresco Júnior; e da Associação Brasileira de Exportadores de Citros – ABCitros, Ademerval Garcia, mandaram comunicados relativamente à possível razão do impedimento de comparecerem a esta audiência pública, uma vez que foram respeitosamente convidados pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Agricultura. Seria importante o registro dessa infor-

mação, a fim de saber se houve algum impedimento de razão superior para que eles não comparecessem até o presente momento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Tanto quanto esta Presidência saiba, esses comunicados não chegaram a esta Casa. Todos confirmaram as suas presenças, segundo informa a assessoria, com exceção do Sr. Ademerval Garcia, que é Presidente da Associação Brasileira de Exportadores de Citros – ABCItros. Todos os demais haviam confirmado as suas presenças. Contudo, a justificativa pela ausência não chegou a esta Presidência.

Por outro lado, quero dizer a V. Ex^a que, sem dúvida alguma, as duas Comissões do Senado Federal tomarão todas as iniciativas ao alcance desta Casa para contribuir no encaminhamento da solução das dificuldades enfrentadas pela área.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pois não, Presidente.

Pelo que eu saiba, o tempo está bom, de forma que não houve qualquer impedimento aos vôos de Congonhas para cá, e não houve nenhum acidente aéreo. Espero, então, que S. S^{as} ainda possam chegar pelo menos... E, como a TV Senado ainda está transmitindo ao vivo, aproveito para fazer o apelo aos Presidentes dessas empresas para que diligenciem no sentido de ainda chegar a este Plenário ou fazer a devida comunicação, até por respeito a todos aqui presentes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, e solicito às Secretarias das Comissões, inclusive para registro nos Anais, que seja confeccionada uma lista de presença das pessoas que compareceram a esta Audiência Pública.

Na sequência, passo a palavra ao Dr. Gustavo Henrique Firmo de Araújo, Fiscal Federal Agropecuário da Secretaria de Política Agrícola, nesta audiência representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE FIRMO DE ARAÚJO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos!

Com relação às políticas agrícolas, às políticas públicas, eu gostaria de apresentar alguns números. Não sei se é possível projetar, mas, se não for, eu poderia falar.

O Ministério da Agricultura sempre tem atuado na parte de defesa fitossanitária e na parte de políticas de crédito de custeio e investimento. Por exemplo, nós temos os recursos do Prodefruta, que aplicou, na safra 2002/2003, R\$292 milhões, em termos gerais,

em toda a fruticultura. Em 2003/2004, R\$314 milhões; em 2004/2005, R\$403 milhões... Desculpem! Esses números que apresentei são relativos a custeio; então, aplicados especificamente na laranja, ou seja, esses números a que me referi foram aplicados no custeio da laranja. Cerca de 90% disso no Estado de São Paulo.

Com relação ao Prodefruta, que é um programa de investimento em recuperação de pomares etc., foi destinado, em 2000, apenas R\$1,2 milhão. Esse valor foi crescendo até atingir, em 2004, R\$89 milhões. Em 2005, até maio, foram aplicados R\$45 milhões.

Existem outros programas de investimento que podem ser utilizados pela citricultura, mas os dois mais importantes seriam esses que destaquei.

Gostaria de registrar também que o Ministério da Agricultura é favorável à criação do Consecitrus, que apoiamos, nos mesmos moldes em que foram feitos o Conseleite e o Consecana, bem como temos tentado apoiar a criação da Câmara Setorial da Citricultura. O pessoal da Coordenação-Geral de Câmaras Setoriais está aqui presente. Em termos gerais, apoiamos...

Como me informam agora, se os senhores quiserem ver os números, podemos projetá-los. Contudo, penso que não seja necessário.

Eu queria destaca, ainda, a atuação da Conab na previsão de safras de citros. Eles têm trabalhado no sentido de tentar fazer a previsão da safra de citros. Pelo que sei a Kátia é quem está fazendo o levantamento de campo, e a previsão de safra estaria dependendo apenas de se terminar esse trabalho de campo. Isso é importante para diminuir a assimetria de informações existente entre indústria e produtores. Estes têm uma dificuldade de associação, de cooperativismo, o que dificulta o acesso à informação sobre preços, safra etc. Essa é uma atuação importante que o Ministério apóia, conjuntamente com a Conab.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a participação do Sr. Gustavo Araújo, representante do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nesta audiência que tem por objetivo discutir o intenso processo – a palavra, inclusive, já mostra a grande preocupação – de concentração econômica, em algumas empresas, em curso na citricultura brasileira.

Em seguida, passo a palavra ao Sr. Marcelo Barbosa Saintive, representante do Dr. Hércio Tokeshi, Secretário de Acompanhamento Econômico – Seae, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Tem a palavra o Sr. Marcelo Saintive.

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE – Bom dia a todos!

Ilustres Senadores, companheiros de mesa, em primeiro lugar, agradeço o convite para participar desta Audiência Pública, esperando poder esclarecer alguns tópicos específicos.

Nós havíamos preparado uma apresentação um tanto exaustiva, mas, tendo em vista o prazo exíguo, vamos nos ater a três tópicos específicos sobre atos de concentração analisados, tanto pela Secretaria de Acompanhamento Econômico quanto pela Secretaria de Direito Econômico. De qualquer forma, esta apresentação está disponível aos presentes.

São três os aspectos debatidos relativamente aos atos de concentração, seja da Citrosucos adquirindo parte de ativos da Cargill, seja da Cutrale adquirindo outra parte de ativos da Cargill.

Um assunto importante nesse mercado é a logística. Nós sabemos que a produção nacional do setor agroindustrial de citricultura concentra-se fortemente no Cinturão da Laranja”, assim denominadas as macrorregiões de Sorocaba, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Campinas, em São Paulo, mais o Triângulo Mineiro. Dada essa localização, o ponto de escoamento economicamente viável para essa produção é o Porto de Santos. Então, repito, economicamente, a logística desse setor tende a escoar a produção de suco de laranja pelo Porto de Santos. No entanto, devo dizer, trata-se de um escoamento multimodal, em que se faz um transporte na modal rodoviária e, posteriormente, ao ser embarcado em navios, obviamente, o produto passa à modal marítima, sendo, então, transportado para os países de destino.

Pois bem; eu quis trazer essa questão ao debate porque identificamos que, na dinâmica desse mercado, um problema específico é o acesso ao Porto de Santos – e isso está claro para os órgãos de defesa da concorrência. Todavia, na operação em tela, o de que se trata, na verdade, é que a empresa Cargill, pré-operação, tinha uma cessão de contrato de locação de um terminal específico do Porto de Santos. Então, esse acesso à empresa Cargill inexistia antes da operação. O que a operação faz, desde que haja consentimento do órgão regulador – Codesp – para que isso seja feito, é que essa cessão seja passada para a adquirente. Portanto, na operação específica que está sendo analisada, o acesso, que inexistia antes, continua inexistindo depois, e, conseqüentemente, em termos de operação do sistema, é um efeito nulo.

É importante que esse ponto fique claro para os senhores. A operação tem uma dimensão micro – a troca de ativos e cessões de direitos feitas nas operações – e uma discussão mais ampla, que é a discussão sobre o acesso ao Porto de Santos, que envolve, sim, um problema para a dinâmica desse mercado.

Eu queria deixar isso bem claro, porque esse é um dos pontos discutíveis para esse setor: a logística do acesso ao Porto de Santos.

Um segundo ponto, já mencionado e que é importante ressaltar, diz respeito a que, quando você está analisando uma concentração horizontal de empresas que adquirem determinados insumos, o importante para o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é se essa concentração horizontal aumenta o poder de mercado dessas empresas na compra dos insumos. É isso que importa para nós do sistema. Nos casos em tela analisados – trata-se de uma concentração horizontal de produtores de suco de laranja – vamos verificar se houve ou não aumento significativo desse poder de compra. Nas duas operações analisadas, uma delas envolvia a Cutrale. A Cutrale, antes da operação, respondia pela demanda da compra de laranja **in natura** em 23%. Após a operação, ela passa a demandar 25%. Portanto, é um aumento que consideramos não significativo.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT – SP) – Após que operação?

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE – A operação envolvendo a Cutrale e Cargill.

Esses dados estão na apresentação que será deixada com os senhores. Na outra operação, que envolve a empresa Fisher e a Cargill, a Citrosuco, também analisamos se há um aumento significativo do poder de mercado na compra desses insumos. Nesse caso específico, a empresa pré-operação respondia por 18% da demanda de laranja **in natura**. Após a operação, passa a responder por 24%. Portanto, a princípio, também não é um aumento significativo, mas, tendo em vista a complexidade desse mercado, a existência de diversos problemas, avançamos na análise. Devo dizer, fazendo um parêntese, que em outras jurisdições que tratam de atos de concentração, muitas vezes – cito o exemplo da jurisdição americana – só se analisa aumento de poder de compra quando a demanda, após a concentração, passa a ser respondida a partir de 35%. Portanto, nesse caso especificamente, isso nem seria analisado. Mas nós aqui, entendendo o problema desse mercado, avançamos na análise. E, aí, uma das características de análise de defesa da concorrência é verificar se há entrada ou não no mercado.

Consultamos associações dos setores, obtivemos informações das requerentes no sentido de que havia, nos últimos três ou cinco anos, entrada de empresas na produção de suco de laranja, basicamente em torno de dez empresas na região analisada. Após essa informação, consultamos essas empresas para verificar se havia dificuldade de elas exportarem o suco de laranja, se elas conseguiriam, através de outros meios de

transportes, exportá-las, e elas nos responderam que sim. Tendo em vista essa informação obtida de empresas que, segundo identificamos, entraram no mercado de produção de suco de laranja, temos que seguir a análise com a seguinte realidade: houve a entrada e, portanto, o poder de mercado que porventura viesse a ocorrer após as operações analisadas, seriam contestadas pelas empresas entrantes.

Portanto, creio que foi assim submetido à análise. Esses são três tópicos específicos na análise feita pelas duas secretarias, que mostram o nosso rigor no entendimento de que o mercado tem seus problemas.

Um ponto que eu queria enfatizar, aproveitando a oportunidade, é que o CADE – o órgão judicante ainda não terminou o julgamento – estará sempre apto a receber novas informações e outros fatos que nós, da Secretaria de Acompanhamento Econômico, não recebemos à época de análise do caso me tela. Por fim – não sei se tenho tempo, talvez seja melhor trabalhar nas respostas às indagações – faço um breve comentário sobre a fala do Dr. Flávio. Ele citou o Economista, Prêmio Nobel de 1993, Douglas North, com cuja análise concordo plenamente. Na verdade, como todos vocês sabem, a discussão da reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência já existe há alguns anos, e é justamente a discussão dessa reforma, o encaminhamento dessa reforma para o ilustre Congresso é que vai tornar as instituições mais fortes e, especificamente nesse caso, as instituições que tratam de defesa da concorrência. Eram essas as minhas palavras. Estou aberto às possíveis indagações. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço ao Dr. Marcelo pela participação. Quero ainda ressaltar que a lista de presença está aqui, na frente. Quem desejar assinar deve levantar a mão, e a assessoria fará chegar a lista até vocês. Agradeço a todas as pessoas interessadas na área pela participação, pela realização dessa audiência pública. Passo, finalmente, a palavra a Dr^a Bárbara Rosemberg, Secretária-Adjunta da Secretaria de Direito Econômico, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, representando o Dr. Daniel Goldberg, que é o Secretário.

A SRA. BÁRBARA ROSEMBERG – Muito obrigada. Bom dia a todos, aos ilustres Senadores que cumprimento na pessoa do Presidente, bom dia aos colegas de mesa, como foi dito pelo Secretário-Adjunto de Acompanhamento Econômico, para a Secretaria de Direito Econômico também é importante ter esse contato, prestar esclarecimentos e dar toda a transparência à atividade que vem sendo desenvolvida nessa como nas demais áreas. Para a Secretaria de Direito Econômico, é importante estar aqui inclusive para dirimir quaisquer dúvidas. Mais do que isso: existe um

interesse em colher o máximo de informações pertinentes ao setor, na medida em que existem na Secretaria de Direito Econômico investigações relativas ao setor, existe um processo administrativo relativo ao setor e que ainda carece de instrução. Nesse sentido, toda e qualquer informação que seja atinente a esse mercado, ao setor citrícola brasileiro, é de extrema relevância.

Como já foi muito bem apresentado pelo Dr. Marcelo Saintive, as duas secretarias já se manifestaram em relação ao ato de concentração. Foi um parecer elaborado de maneira conjunta. Acho que esse é um esclarecimento importante na medida em que essa é uma prática relativamente recente das duas secretarias. Com o interesse e intuito de tornar a análise mais efetiva e mais eficiente para diminuir o prazo de análise das operações, as instruções e atos de concentração têm sido feitas em conjunto. Então, tudo aquilo que foi dito pelo Dr. Marcelo pode ser atribuído, naquilo que teve razão e naquilo que eventualmente lhe faltou razão, à Secretaria de Direito Econômico.

Gostaria de chamar a atenção particularmente ao se refere à questão da prática de condutas anticoncorrenciais. Foi descrito um cenário muito crítico pelo Dr. Flávio Viegas, ressaltado pelos Senadores Sérgio Guerra e Eduardo Suplicy. Esse cenário é, na realidade, o aspecto que está sob investigação na Secretaria de Direito Econômico. Saberemos se ficarão comprovadas as diversas práticas que foram narradas. Faço questão de ser extremamente cautelosa porque, dentro do poder/dever que a Secretaria tem de apurar práticas anticoncorrenciais, existe, por outro lado, o dever de não fazer qualquer tipo de prejulgamento até que esteja devidamente encerrada a investigação. Por outro lado, nos interessa colher o máximo de informações possíveis para instruímos os processos que estão em curso na Secretaria de Direito Econômico.

As diversas práticas, se resultado de condutas unilaterais das empresas, em princípio, num primeiro exame, talvez não configurassem, em si, como práticas anticoncorrenciais. Por outro lado, pelos contatos que temos tido com o setor, o ponto que parece ser mais sensível e mais grave é o fato de que essas práticas seriam realizadas de forma coordenada pelas diferentes empresas.

Já foi explicado, porque, sob o ponto de vista das Secretarias, o ato de concentração, em si, não alterou sobremaneira a estrutura do mercado, o que não significa que abuso do poder econômico decorrente dessa concentração econômica não tenha que ser apurado. Em sendo comprovado, deve ser devidamente punido.

A Secretaria de Direito Econômico tem feito um esforço muito grande para colher essas informações.

Também foi feita uma visita a Bebedouro, onde tivemos oportunidade de ter um contato mais próximo com produtores do setor citrícola. Pudemos colher informações mais para entender, na verdade, a dinâmica e funcionamento do mercado. Por outro lado, foi ressaltado a eles que o processo administrativo que está em curso na Secretaria ainda carece de provas suficientes para que possa ser concluído do ponto de vista da finalização da instrução. Nesse sentido, todos aqueles que tiverem dados ou informações devem comunicar porque a Secretaria tem todo interesse em receber essas informações, de tomar depoimentos de pessoas que podem contribuir para essa instrução. Cumprimento a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Agricultura, uma vez que, nesses contatos, é possível colher informações também úteis para a apuração dos fatos.

Nesse sentido, portanto, o foco principal da Secretaria de Direito Econômico tem sido o de envidar os maiores esforços no combate às condutas anticoncorrenciais dos mais diversos setores, inclusive utilizando métodos de investigação que antes não eram usados, entre os quais posso citar a realização de busca e apreensão, a realização de acordo de leniência, ou seja, a possibilidade de que pessoas que tenham atuado de forma ilegal nos termos da lei possam procurar a Secretaria de Direito Econômico para fazer algo que seria próximo, vamos dizer, à delação premiada.

Todos esses instrumentos modernos que a Secretaria tem utilizado têm gerado bons frutos. Repito: no setor citrícola a investigação ainda está no estágio não tão maduro e ainda é necessário que colhamos mais provas para concluir esse processo, mas existe uma vontade política de apurar e punir todas as práticas anticoncorrenciais nos mais diversos setores onde há investigação. A investigação está em curso, e interessa efetivamente à Secretaria punir esse abuso de poder econômico. É necessário ressaltar que o poder econômico em si não é objeto de punição, nos termos da lei – e temos que atuar restritamente nos termos da lei –, mas o abuso do poder econômico é punível. E, pelas descrições feitas pelos participantes do setor e pelos Senadores, não há dúvidas de que se trata de um setor problemático. Temos que diferenciar os problemas decorrentes do abuso econômico, que cabem exclusivamente aos órgãos de defesa da concorrência, dos problemas atinentes ao setor, que dependem da atuação de outros órgãos do governo, uma vez que a atuação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência é bastante direcionada e bastante objetiva, na medida em que tem, por objetivo, aplicar a Lei nº 8884, que é a lei que regula nossas atividades.

Da mesma forma que foi explicado pela Presidente do CADE, Dr^a Elizabeth Farina, não posso entrar nas minúcias da investigação, sob pena de, por um lado, estar prejudgando, e, por outro, de até prejudicar a investigação que está sendo feita. O posso dizer, com toda a transparência, é que existe uma prioridade nesse setor. Dado o volume de reclamações, a Secretaria está envidando os maiores esforços para apurar todas as práticas que estão sendo trazidas, inclusive com contato próximo com os participantes do setor. Estou absolutamente à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos. Posso também enviar, se for interesse da Comissão, uma cópia integral – não trouxe hoje porque são onze volumes de documentos juntados – do processo administrativo que está em curso ou de outros documentos públicos que estão na Secretaria. Nós nos colocamos absolutamente à disposição para encaminhar tudo aquilo de que dispomos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradecemos a Dr^a Bárbara pela fala importante, Secretária-Adjunta de Direito Econômico, como haviam sido também importantes as falas do Dr. Marcelo, representando a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, do Dr. Gustavo, do Ministério da Agricultura, em função da descrição do quadro preocupante, dramático e necessário de ser acompanhado não só pelo Executivo e pelos órgãos de fiscalização, mas também por este Senado Federal, e do Dr. Flávio, que é o Presidente da Associação Brasileira de Citricultores.

Abrimos agora a fase para a discussão com os Srs. Senadores. Lembro também que esta audiência pública é fruto de requerimentos dos Senadores Eduardo Suplicy e Aelton Freitas, respectivamente, membros da Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – essa última criada este ano.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, autor do requerimento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, gostaria inicialmente de ressaltar – ainda que estejam presentes representantes de produtores de laranja de várias regiões do Estado de São Paulo, como Bebedouro, Itápolis e outras – que a laranja é produzida em muitos Estados brasileiros, como Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Sergipe e outros. Portanto, esse é um assunto que interessa a todo o Brasil.

Primeiramente, gostaria que o Dr. Marcelo, representante da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, nos dê alguns detalhes a mais sobre o Parecer nº 6179, de 28 de abril

de 2005, que concluiu favoravelmente à operação de compras das fábricas de suco da Cargill pela Cutrale e Citrosuco, que causou bastante preocupação entre os produtores de laranja. Então, gostaria que nos informasse quais foram os eventuais aspectos positivos ocorridos para a citricultura brasileira. Houve, por exemplo, ampliação do nível de produção de laranja? Houve ampliação da produção de suco de laranja? Houve ampliação do nível de emprego no setor, seja na agricultura, seja na indústria? Na análise, houve a preocupação com esses elementos?

Do ponto de vista de uma das preocupações maiores dos produtores, o que aconteceu, por exemplo, com o preço do produto pago ao produtor? Terá havido alguma situação eventual de imposição na medida em que para um setor onde já há significativa concentração com quatro produtores obtendo hoje cerca de 86% do mercado na hora de adquirir a laranja? Será que a compra por duas empresas de outra que existia não agravou a possibilidade de transformar o setor ainda em mais concentrado? Será que o pequeno e o médio produtor de laranja não se viram em situação ainda mais difícil?

Ontem, encontrei a Sr^a Elizabeth Farina, Presidente do CADE, no mesmo voo, e ela pediu para ressaltar a importância da decisão que hoje está tendo o CADE em relação à Companhia Vale do Rio Doce, na sua disputa com a Companhia Siderurgia Nacional. Por essa razão, não estão aqui presentes os membros do CADE.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Nós lemos o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Informou-me a Sr^a Elizabeth que o CADE está atendo a tudo o que aqui foi informado. Ainda que aqui estivesse o representante do CADE, ele não poderia estar opinando, uma vez que está em processo de julgamento no CADE. Certamente as informações aqui registradas serão analisadas pelo CADE.

Gostaria de perguntar ao Dr. Flávio de Carvalho Viegas se pode nos informar qual é a expectativa dos citricultores em relação à decisão que está por vir do CADE? Será que gostariam os citricultores, quem sabe, pela voz de V. S^a, mas também, se houver alguns representantes do setor que vieram de longe – quem sabe o Dr. Flávio possa sugerir o nome de alguém –, de ressaltar, sinteticamente, ou de dar o seu próprio testemunho a respeito das dificuldades que terão? Que alerta gostariam de fazer ao CADE e aos representantes dos Ministérios da Agricultura, Fazenda e da Justiça com respeito ao que está ocorrendo e o que poderá acontecer? Hoje é a oportunidade.

Quando aqui chegamos, os produtores de laranja estavam a nos dizer que estão se sentindo um pouco asfixiados, que querem produzir e ter as condições adequadas para tal, mas as empresas de suco de laranja nem sempre estão proporcionando as melhores condições para aquilo que lhes interessa. Para continuarem a se desenvolver, a exportar, a fazer do Brasil um grande exportar, as empresas de suco de laranja obviamente dependem dos produtores. Mas acredito que a Dr^a Bárbara, o Dr. Gustavo e o Dr. Marcelo têm a oportunidade ouvir os produtores e, melhor do que eu, que sou urbano, e muitos Senadores aqui presentes, como o Senador Pedro Simon, que consome muita laranja e muito suco, o Senador Mão Santa também gosta muito de laranja.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas laranja a fruta. (Risos.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – No Rio de Janeiro também se produz laranja, Senador Crivella. Enfim, gostaria de perguntar à SDE e à SEAE se consideram importante tomar alguma medida no sentido de garantir a existência de um processo de negociação mais aberto e democrático entre a indústria de suco, os produtores agrícolas e os trabalhadores, para que, como numa câmara de representantes dos diversos segmentos, possa haver um melhor entendimento no sentido de amainar os conflitos que tenham corrido. Se há alguma sugestão nessa direção.

Essas são as questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy, um dos autores do requerimento, e passo, em seguida, a palavra ao Senador Aelton Freitas, outro autor do requerimento para esta audiência pública. Em seguida, será aberto um bloco para perguntas e respostas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Sr. Presidente, até para ganhar tempo, faço minhas as palavras do Senador Eduardo Suplicy, porque ele colocou muito bem. Prefiro ouvir a explanação do segmento que está sendo achatado, a fim de que os nossos diretores, tanto do Ministério da Agricultura, quanto da Agricultura e da Fazenda, revejam suas posições e as avaliem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Muito bem!

Então, em primeiro lugar, eu passo a palavra ao Dr. Flávio para as ponderações. E, em seguida, por solicitação do Dr. Flávio, passarei a palavra ao Dr. Ricardo Garcia – ele já está presente? – para que complementemente. Também as outras pessoas poderão fazer uso da palavra depois.

Com a palavra, o Dr. Flávio.

O SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS – Bom, respondendo à questão do Senador Suplicy,

nós ficamos muito preocupados com a decisão contida no parecer da SEAE, uma vez que não somos técnicos mas vivemos o setor. Estou nesse setor desde 1968, tendo trabalhado na indústria, na parte de pesquisa, fui Diretor de indústria e participei desse setor na área industrial e hoje estou na área agrícola, e sei do grau de concentração que esse setor tem, sei das atitudes e da forma de operar desses grandes industriais, que têm desde 1977, ou até antes, vindo num processo de aquisição, fechamento e expulsão de concorrentes. Fizeram, durante grande período de tempo, processos de inviabilizar indústrias, que depois terminavam com um leilão, no qual apenas esses cinco ou seis eram os compradores dos equipamentos, para que essas indústrias não tivessem nenhuma possibilidade de voltar a trabalhar.

No caso da Cargill, ela era a firma mais ética do setor, embora já tivesse perdido muito dessa ética, em consequência da convivência muito nefasta no setor. Mas ainda era a firma mais ética e eu me esforçava para ser o fornecedor da Cargill, e sempre evitei ser fornecedor do Cutrale. E não é que hoje eu caí no colo do Cutrale? Na divisão, me designaram como fornecedor do Cutrale, contra a minha vontade, contra a vontade da maior parte dos fornecedores.

Então, isso é uma manipulação brutal a que estamos sendo submetidos em face dessa venda. A outra questão é a seguinte: nós não concordamos com a forma como foi apresentada pelos advogados e aceita pela SEAE, e nós também não fomos consultados pela SEAE. Dentro daquele relatório da SEAE, há informações com as quais nós de forma alguma concordamos. Há, inclusive, informações – contradizendo informações anteriores, de que o setor era concentrado, de que existiam condições de cartel – dizendo que não, que há um grande número de compradores de lado a lado, que o setor não é concentrado, que há cento e vinte e cinco empresas compradoras e entraram mais dez. Essas dez nem bem chegaram a entrar já estão quebradas.

Quer dizer, esse relatório não retrata a realidade. Pode ser que ele retrate a informação que um dos parceiros, que é a indústria, colocou, mas não retrata a realidade da forma que é vista pelos citricultores. Acredito que se os senhores consultarem os citricultores presentes todos eles vão dizer que ninguém acredita que a venda foi feita da forma que foi feita, que a venda objetivava a compra de ativos. Como já disse anteriormente, a fábrica não vale nada, o que valeu foi a saída de um concorrente, uma concentração maior.

Como disse antes, o Cutrale e a Citrosuco têm um histórico de parceria. Em 1977, eles compraram três empresas, que foram fechadas imediatamente,

mas se mantiveram trabalhando em conjunto, até os anos 90, administrando conjuntamente as fazendas desse conjunto de indústrias que eles compraram. Isso mostra claramente que eles não são concorrentes, eles são sócios. Há informações – e eu gostaria que fossem investigadas – de que, quando a Citrosuco comprou os 50% do seu sócio alemão Eckes, o Sr. Fischer tinha condição de comprar 30%. Ele comprou 30%, e a Cutrale comprou 20%, conforme depoimento de ex-presidente da Citrosuco. E ele não tem notícias de que essa participação acionária foi, digamos, formalizada e nem de que essa dívida foi paga.

Quanto à Citrosuco e à Citrovita, existe uma relação de parentesco. A herdeira da Citrosuco casou-se com o controlador da Citrovita, que é da família Ermírio de Moraes. Então, essas três empresas têm vínculos muito fortes e não se caracterizam como empresas concorrentes.

Analisando uma palestra de que participamos na Semana da Citricultura, verificamos que essas empresas têm uma participação significativa e dominante no setor, têm manipulado o mercado, haja vista os preços de exportação do suco de laranja. Praticamente nos últimos cinco anos, os preços têm sido sistematicamente abaixo do custo, o que gerou uma ação *antidumping* contra o Brasil, que vai prejudicar ainda mais o País. Esse preço baixo significa que o Brasil está exportando patrimônio; e eles estão exportando para empresas deles mesmos no exterior. Antigamente essas empresas estavam em paraísos fiscais, hoje já não estão mais, mas eles usam ainda os recursos retidos lá no exterior.

Esse cartel iniciou-se em 1974, até sob a proteção do Governo, na época em que a Cacex tentou intermediar as negociações, que já eram conflituosas, entre os citricultores e as indústrias, e estabeleceu, junto com a indústria, cotas para cada uma das indústrias. Então, essa divisão do mercado em cotas é a origem do cartel.

Depois disso, tivemos uma situação muito estranha, em que vários integrantes da Cacex passaram a ser executivos das indústrias. Houve três ou quatro casos em que eles se tornaram presidentes das indústrias.

Então, nesse tempo todo, o Estado, em vez de defender o citricultor, que no mundo inteiro é subsidiado e protegido, aqui no Brasil não o faz. Aqui somos espoliados e não somos protegidos. Então, o que queremos é restabelecer a proteção do Governo, que o citricultor, o agricultor, de uma forma geral, merece e precisa, para que consigamos sobreviver nesse setor tão importante da economia nacional.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Muito bem.

Agradeço ao Dr. Flávio pela fala e quero dizer que as denúncias são muito sérias em relação ao que vem acontecendo no setor. Sugiro, peço, solicito para a assessoria que as notas taquigráficas sejam produzidas com a máxima urgência, inclusive para não haver problemas eventuais de retaliação contra pessoas que venham a se manifestar. Vou discutir com o Senador Sérgio Guerra e, se assim se demonstrar necessário, que haja até mesmo uma audiência secreta, se for o caso, da Comissão de Agricultura para reunirmos mais elementos para subsidiar, eventualmente, se esse for o caso, decisões e encaminhamentos dos órgãos competentes.

Passo em seguida a palavra ao Dr. Marcelo Saintive, que é da Secretaria de Acompanhamento Econômico.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Na verdade, ouviremos também o Dr. Ricardo Wagner Garcia, que é Procurador Regional de Campinas, mas até sugiro, com a compreensão do Dr. Ricardo, que primeiro a Dr^a Bárbara e o Dr. Marcelo se manifestem, até para V. S^a se inteirar do contexto todo que já foi debatido nesta audiência pública.

Por favor, Senador Luiz Otávio, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, V. Ex^a não gostaria de assumir a Presidência?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – *(Fora do microfone.)* A Comissão está mais bem presidida por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Obrigado.

Hávamos justificado a ausência dos Presidentes, em função de várias reuniões concomitantes que estavam acontecendo aqui no Senado, mas quero enaltecer e destacar para todos os presentes e para todos do Brasil o trabalho e a presença do Senador Luiz Otávio, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO SAINTIVE – Sr^{as} e Srs. Senadores, tentarei responder brevemente os questionamentos do Senador Eduardo Suplicy e de outros Srs. Senadores. Antes, no entanto, farei apenas um esclarecimento com relação à informação do Dr. Flávio.

No parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, elaborado conjuntamente com a Secretaria de Direito Econômico, e por dever de ofício, coletamos informações de todos os setores. Portanto, no próprio parecer, como V. Ex^{as} poderão constatar, os ofícios que

mencionamos estão lá descritos, até mesmo para a própria associação representada pelo Dr. Flávio, sendo ela a primeira a ser consultada nesse caso.

É uma questão de esclarecimento, que julgo importante.

Com relação aos questionamentos, responderei de trás para frente – talvez seja melhor. Penso que existem duas dimensões de questionamentos: uma com relação a questões de condutas anticompetitivas; outra do caso de concentração horizontal que analisamos.

As condutas anticompetitivas no setor – um exemplo delas é a imposição de preços –, se existem, ao que tudo indica, parecem existir antes do ato de concentração, e nada, a princípio, teria agravado isso. Só para reforçar um pouco a importância da instrução do processo, da coleta de informações já mencionada pela Dr^a Bárbara, afirmo que, se essas denúncias novamente são feitas e são informadas ao sistema da Secretaria de Direito Econômico, elas podem ser apuradas e serão certamente levadas em conta nos processos de investigação em curso na Secretaria. Creio que isso é que é importante mencionar.

É sabido que condutas anticompetitivas têm o seu histórico. Cartéis não se constituem da noite para o dia. Então, essas informações devem chegar ao sistema, e eu creio que as investigações indicarão se elas são pertinentes ou não para o setor.

No caso específico – e agora passando para a dimensão de atos de concentração –, de fato, quando analisamos as concentrações, a nossa preocupação última é o bem-estar da sociedade. Assim, estamos preocupados com o nível de preços praticados – que sejam competitivos – e com a quantidade produzida. Portanto, com a quantidade produzida, isso significa que, supondo que o emprego esteja sendo considerado, bem como o nível de produção, há preços que o mercado define como sendo competitivos. Então, essa é a linha geral de uma análise de concentrações no âmbito da defesa da concorrência.

No caso em tela, mais uma vez, procurei talvez detalhar especificamente diversas questões que poderiam suscitar que esse resultado não fosse obtido: a questão da logística, a questão do poder de monopólio, a questão da integração vertical, por exemplo. Esta não mencionei anteriormente, mas diminui com essa... a concentração analisada; ela não aumenta. A integração vertical nesse setor, com essas operações analisadas, diminui. Então, tudo na nossa análise levou a crer que o nível de produção não seria diminuído. Portanto, a produção não diminuindo, também o emprego, e a preços competitivos.

Agora, se nesse mercado há, de fato, denúncias de condutas de imposição de preços, elas devem ser

levadas ao sistema para que possamos analisá-las, mas não no âmbito de um ato de concentração, e sim no âmbito das investigações de condutas não-competitivas feitas pela SDE.

É por isso também – reforçando a informação da Dr^a Bárbara – que programas como o Leniência, implementados no atual Governo pela nova direção da Secretaria de Direito Econômico, são importantes para que essas informações aprimorem as nossas investigações.

Não sei se respondi a todos, mas, em breves palavras, era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Quero destacar, com muito prazer, a presença dos Deputados Federais Celso Russomanno e Mendes Thame – sejam muito bem-vindos –, ambos do Estado de São Paulo.

Concedo a palavra à Dr^a Bárbara, que é da Secretaria de Direito Econômico (SDE).

A SRA. BÁRBARA ROSENBERG – Muito obrigada.

Voltando a uma indagação feita pelo Senador Suplicy e já comentada pelo Dr. Marcelo Saintive, a análise de estruturas, a análise de processos de concentração leva em consideração se aquela operação estaria criando maiores problemas à concorrência naquele mercado; se ela estaria, de fato, gerando prejuízos à concorrência. Por outro lado, os órgãos de defesa da concorrência não têm como introduzir concorrência no mercado por meio da sua análise de atos de concentração.

Nesse sentido, portanto, é importante separar a atuação dos órgãos ressaltando o que já foi apresentado pelo representante da Seae. O que foi entendido nas Secretarias foi que esse ato não prejudicava adicionalmente a condição estrutural que já existia no mercado. De outra parte, quanto à análise, foi indagado se as Secretarias levaram em consideração os efeitos sobre o mercado, e a resposta é “sim”. As Secretarias, quando analisam, verificam se aquele ato de concentração está prejudicando a situação estrutural do mercado. E foi entendido, por razões já explicitadas, sob um ponto estritamente técnico, que isso na ocorreu. Se houve algum tipo de equívoco, se houve dados ou fatos analisados de forma equivocada, é importante que se chame atenção, para que, inclusive, possam ser direcionados.

De outra parte, quanto à afirmação de que as investigações de conduta são prioritárias e de que os cartéis são a prática anticoncorrencial mais deletéria para o sistema, disso a Secretaria não tem dúvida e tem investigado – o Deputado Celso Russomanno, inclusive, é o representante de um processo que está

em curso na Secretaria, relativo à cartelização no setor. Além disso, há outras informações mais recentes, que ainda estão em fase preliminar de investigação e que também têm contribuído. Mas reitero um pedido que já foi feito pelo Presidente da Mesa com relação a informações que possam ser trazidas e que possam contribuir.

Acredito que há um aspecto muito relevante, suscitado pelo Senador Suplicy e pelo Dr. Flávio Viegas, que se refere à questão da possibilidade de negociação entre os grupos. De fato, houve uma decisão do Cade em 2000 – não tenho dúvida alguma de que aquilo foi feito na maior das boas intenções, porque foi decorrência de um pedido, à época, dos produtores, mas pode ter sido ou um mau resultado ou uma má interpretação do pedido. Mas o fato é que algo que tem sido indicado pelos produtores é que não existe mais a possibilidade de negociação em virtude da decisão do Cade. As indústrias têm se eximido de negociar alegando que a decisão do Cade os impede de fazer. Se efetivamente for essa a situação, acredito que temos uma questão muito objetiva que pode ser levada, sim, ao Cade para revisão, porque de forma alguma seria objetivo dos órgãos de defesa da concorrência criar obstáculo para que o mercado funcionasse de forma mais harmônica.

Nesse sentido, portanto, até conforme outras conversas que tivemos com a Só Citrus, esse é um elemento importante. Temos que verificar qual é – surgiu esta semana e, portanto, ainda não verificamos – o melhor procedimento para que isso seja revisto. Mas eu não tenho a menor dúvida que, se é uma decisão do Cade que está impedindo essa negociação conjunta, essas negociações entre os dois lados envolvidos na questão, essa decisão tem que ser revista. De forma nenhuma é objetivo do Cade criar obstáculos. Acho que esse aspecto, Senador, é extremamente relevante e será levado à discussão dentro dos órgãos para que seja verificada a melhor forma procedimental de conduzi-lo. Eu não saberia nem adiantar a melhor forma de fazê-lo. Precisamos ver como foi tomada a decisão e qual é a melhor forma de encaminhar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Permita-me compreender melhor. Havia um procedimento de negociação e daí houve uma decisão do Cade para que não se prosseguisse? Eu só quero compreender bem. Há um histórico de negociação das empresas que adquirem laranja para produzirem suco de laranja. Considerou-se a hipótese de realizar um procedimento de câmara de negociação entre todas as partes. E o Cade avaliou que não seria bom fazer isso?

V. S^a está dizendo que talvez fosse positivo que o Cade reconsiderasse a decisão tomada. Isso pode vir acontecer e, então, se retornar a um processo de negociação entre todas as partes envolvidas, isto é, as empresas produtoras e os produtores de suco por meio de suas entidades para dirimir dúvidas. É isso? Eu só quero ter bem claro o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Dr^a Bárbara, com a palavra.

A SRA. BARBARA ROSENBERG – Perfeito. Na verdade, eu não entrei no detalhe, mas acho muito importante esse esclarecimento. Na realidade, havia uma investigação de cartel conduzida desde 95 na Secretaria de Direito Econômico que foi concluída e encaminhada ao Cade. Naquele momento – depois o Dr. Flávio pode complementar com questões mais factuais –, os citricultores questionavam alguns aspectos relativos ao contrato padrão, que era imposto pelas indústrias aos produtores, e solicitavam que aquilo fosse revisado.

Quando esse processo chegou ao Cade, foi conversado e se optou pela celebração de algo que era possível à época – e que hoje em dia não é mais possível para a prática de cartel – que era um compromisso de cessação de prática. Dentro dessa decisão, foi encaminhado pelo Cade que não haveria...E eu repito: eu não estava à época sequer no sistema de defesa da concorrência, mas li as decisões. O Plenário talvez tenha tomado uma decisão, tenho certeza de que na maior das boas intenções, mas talvez não tenha logrado aquilo que se buscava. Se, de um lado, os citricultores pediam a revisão dos termos do contrato padrão, entendeu-se que era o contrato padrão em si, a negociação de um contrato padrão de um lado pelas indústrias e dos produtores de outro, que estava gerando problema. E a decisão do Cade naquele momento foi que, portanto, uma vez que aquilo estava gerando problema, não deveria mais haver negociação entre os citricultores e os produtores.

Então, é importante ressaltar que o Cade não estava apreciando se era legítima ou legal a negociação entre os dois grupos. Na verdade, isso foi decorrência da interpretação que foi dada ao caso que já existia no Cade. Então, o Cade jamais disse que não poderia haver negociação, fazendo essa análise de forma específica. De outra parte, isso acabou resultando de uma investigação de cartel que já existia no Cade à época. Nesse sentido, portanto, é que eu digo que, tendo sido uma decisão que pode não ter atingido os objetivos pretendidos, é passível de, em relação ao procedimento, não sei se seria o caso de revisar uma decisão, mas de se iniciar algum procedimento que possa implicar uma interpretação do Cade em relação

a isso. Mas é importante chamar a atenção para o fato de que o Cade jamais disse que estava em desacordo com a Lei de Defesa da Concorrência na negociação entre os dois pólos. Porém, em decorrência de um termo de um compromisso de cessação, entendeu-se que os contratos padrão deveriam chegar ao final e, em decorrência disso, acabou-se com a negociação bilateral. Portanto, acredito que exista aqui um campo importante para ser explorado e que possa melhorar em última instância a dinâmica desse setor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Muito bem. Gostaria de passar a palavra ao Dr. Ricardo Wagner Garcia, que é Procurador Regional de Campinas e está à frente das audiências que tratam da colheita para as indústrias e conseqüente formalização de contrato de trabalho. Sua participação foi requerida pelo Dr. Flávio em ofício enviado à Sr^a Procuradora Chefe do Trabalho, Abiael Franco Santos.

Com a palavra o Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO WAGNER GARCIA – Inicialmente, quero agradecer o convite, porque raramente se vê, em um processo econômico, as conseqüências que sofrem os trabalhadores que vivem esse processo econômico. Então, fico muito feliz de trazer a esta Comissão não a realidade econômica das empresas ou do setor, mas a realidade social da cadeia produtiva do suco de laranja concentrado.

Nós, o Ministério Público do Trabalho, especificamente no interior do Estado de São Paulo, temos trabalhado com citricultura desde 1995, quando começaram a surgir as primeiras fraudes trabalhistas coletivas denominadas de cooperativas de trabalho. Nada mais eram do que empresas de fornecimento de mão-de-obra travestidas de cooperativas com objetivo de, retirando os direitos trabalhistas, baratearem o custo da mão-de-obra e, assim, baratearem o custo operacional das indústrias e dos citricultores.

Naquela ocasião, em 1995, surgiram dois fatos importantes simultaneamente. O primeiro fato foi esse “acordo” do Cade pondo fim ao contrato padrão, que retirou da indústria o dever que ela assumia por meio do contrato padrão de colher a fruta que ela esmagaria. A indústria, até então, por meio do contrato padrão, era responsável pela colheita da laranja. Com o fim do contrato padrão de direito, não de fato, a indústria atirou para os produtores rurais, para os citricultores essa responsabilidade e esse custo. Ela se desonerou desse custo, mantendo, entretanto, todos os demais termos do contrato padrão. O contrato continua sendo o mesmo. O contrato continua sendo imposto pela indústria aos citricultores sem que eles possam negociar outros preços, outras condições, com o ônus adicional de se responsabilizarem pela colheita. E aparentemente se

vestiu essa desoneração da indústria com a liberdade econômica do citricultor colher o seu próprio fruto.

Simultaneamente, foi aprovado um projeto de lei, que se transformou no parágrafo único do art. 442 da CLT, que reproduz o art. 90 das Leis das Cooperativas, que diz, em resumo, que não há relação empregatícia entre o cooperado e a cooperativa, acrescentando que também não há relação empregatícia entre o cooperado e o tomador do serviço, ignorando que não basta o rótulo de cooperativa para que a entidade seja efetivamente uma cooperativa.

Esses dois fatos simultâneos fizeram com que a indústria que domina a cadeia produtiva do suco de laranja desde a produção da laranja impusesse aos produtores não só a colheita, mas a colheita por meio de cooperativas. A Cutrale é pioneira nesse aspecto, porque diretores e altos funcionários desta indústria montaram cooperativas. Temos depoimentos colhidos em pomares – não só da Cutrale, mas de fornecedores dela – que asseguram que a Cutrale, em maio de 95, por meio de um diretor, Décio Torelli, reuniu vários fornecedores de mão de obra, os chamados “gatos”, em um barracão em Rio Preto e disse o seguinte: “De agora em diante, a colheita da laranja vai ser feita por meio de cooperativas e os “gatos” vão montar suas cooperativas e transformar os trabalhadores rurais em cooperados, e, só assim, a colheita será feita. Não há mais registro em carteira, não há mais contrato de trabalho.”

Essa foi a atitude da Cutrale, com resistência da Citrovita, no primeiro momento, e da Citrosuco também. Mas, como resultava num significativo ganho nos custos operacionais, as empresas foram obrigadas a aceitar essa forma de colheita, essa forma de contratação de mão-de-obra, ou essa forma – como chamamos e o Judiciário reconhece em ações civis públicas e nas dezenas de milhares de reclamações individuais – de fraude à legislação trabalhista, um verdadeiro estelionato praticado contra cerca de 100 mil trabalhadores rurais no interior do Estado de São Paulo.

Na época, havia cerca de doze indústrias cadastradas na Abecitrus, ou sócias da Abecitrus, cadastradas no *site* da Abecitrus. Dessas doze indústrias, apenas seis tinham uma produção significativa de suco concentrado de laranja para exportação: a Cutrale, a Citrosuco, a Coimbra, Frutesp, a Citrovita, a Cambuí e a Cargill. A Citrovita, no processo, acabou comprando a Cambuí; e a Cargill foi comprada pela Cutrale e pela Citrosuco. Conseqüentemente, hoje nós temos quatro indústrias que produzem mais de 90% – ou 92% – do suco de laranja exportado do Brasil.

Essa concentração, sob o ponto de vista dos trabalhadores, significa que eles não têm opção, a

não ser aceitar os termos ditados por essa empresa. A Cargill, segundo me disse um alto funcionário dela, saiu do setor e saiu do milho híbrido e foi para a cana, porque ela consegue trabalhar no setor sucroalcooleiro com 128 usinas em todo Estado de São Paulo, enquanto que na laranja ela tinha que se submeter à ditadura da Cutrale, Citrosuco e Citrovita, sem nenhuma outra opção.

A situação, na cadeia produtiva do suco de laranja, é tão grave sob o ponto de vista social que nós já ajuizamos cerca de dez ações civis públicas só contra as indústrias produtoras de suco de laranja, seja para combater a fraude que elas criaram por meio de falsas cooperativas de trabalho, seja para combater a truculência delas – especialmente da Cutrale, que num determinado momento se arrogou o direito de jogar sobre os trabalhadores veneno utilizado em gado para poder manter o controle fitossanitário dos seus pomares –, seja porque elas suprimem direitos relativos à segurança e saúde do trabalho, horas extras, jornada de trabalho.

A situação, hoje, do ponto de vista social e da legislação trabalhista, é calamitosa. E, com certeza, ela é assim porque a concentração econômica é grande, é insustentável, na verdade.

Falamos em cadeia produtiva – e nós vamos trabalhar com esse conceito cerca de três anos –, porque é impossível resolver os problemas trabalhistas se não considerarmos o conjunto dessa cadeia produtiva, o que significa dizer que o suco de laranja começa a ser colhido no pomar. O citricultor não tem condições, pelas características da sua produção, pelo tamanho e pela imposição do ritmo da colheita, bem como pela imposição de qualidade e de quantidade da fruta que a indústria produz, de arcar com os custos da contratação da mão-de-obra. Só a indústria é capaz disso. E a indústria domina a cadeia de tal modo que onera os produtores, os trabalhadores e se desonera, de modo a aumentar o seu lucro sem conseqüente aumento de sua responsabilidade.

Era isso o que tinha a informar.

Estou à disposição para qualquer outro esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)
– Agradeço a participação do Dr. Ricardo Wagner Garcia.

Esta Comissão apreciaria receber documentação que V. Ex^a julgar importante, pertinente, para apurar as denúncias, que são, em função de outros depoimentos, extremamente graves.

O SR. RICARDO WAGNER GARCIA – Encaminharei as decisões judiciais a respeito de todas as indústrias do setor, especialmente Cutrale e Citrosuco.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Agradeço a V. Ex^a.

Para este novo bloco de indagações, pediria dos que vão indagar a brevidade possível. Vamos estabelecer um tempo inicial de três minutos para as indagações.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Sr.

Presidente, eu queria saudar os nossos ilustres convidados e tecer alguns comentários que me preocupam muito.

Hoje estamos falando de um foco setorizado, de uma área da produção de laranja. Mas eu gostaria, Senador Eduardo Suplicy, de trazer ao debate a abrangência do nosso País, ou seja, os problemas que angustiam o cotidiano dos brasileiros: corrupção, poluição, miséria, opulência, violência, mistificação, ignorância. Todos esses problemas são causados fundamentalmente pela concentração de poder, que estão na raiz de todas as violações dos direitos humanos de primeira geração: econômicos, sociais, políticos, individuais; de segunda geração e até de terceira: o direito ao desenvolvimento, ao meio ambiente sadio etc.

Desde o final do século passado, estabelecemos no nosso País uma política neoliberal, com premissas implícitas de desregulamentação do mercado. É preciso considerar que o Estado mínimo, numa sociedade extremamente desigual, como a brasileira, acaba concentrando poder.

Escrevi algumas considerações que quero ler rapidamente. Sr. Presidente, quanto aos mercados de bens de serviço de capital de trabalho.

A concepção do neoliberalismo surgiu na Europa na época em que o Estado era um agressor, quer dizer, era um Estado grande que causava guerra, nazismo, fascismo etc. Era preciso diminuir o tamanho do Estado para acabar com as violações contra os direitos humanos. Na premissa disso, os mercados seriam disputados por empresas que hipoteticamente fariam uma livre concorrência, teriam acesso à tecnologia, igualmente ao conhecimento, não poderiam influir nos preços, não formariam cartéis, não seriam oligopolizadas, nem nacionalmente, nem multinacionalmente. O Estado foi, então, diminuindo e foi surgindo uma situação de concentração de poder e renda extraordinária.

Não sei se a Dr^a Bárbara Rosenberg ou se o Dr. Marcelo Saintive têm conhecimento de estudos feitos na Receita Federal. O senhor que discursou por último, eu não sei o seu nome...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Dr. Ricardo Garcia.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Dr.

Ricardo Garcia, os sintomas que o senhor nos relatou não abrange somente esse setor, mas todos. Hoje 7 mil brasileiros detêm 80% da dívida pública no Brasil! Sete mil brasileiros detêm 80% dos títulos da dívida pública! E vou nominá-los: os donos das mídias, do sistema financeiro, dos grandes grupos oligopolizados, grandes produtores rurais e as riquezas da época da colonização. No ano passado, pagamos para 7 mil famílias brasileiras mais de 100 bilhões de juros. Aí dirão: mas são contábeis, não sai dinheiro. São contábeis, mas o que ocorre é que somos obrigados a fazer um superávit para dar sinais a esse mercado. Caso contrário, essa turma troca em dólar e mandam para fora do País à medida que os juros caiam. É isso. Há mais de 20% da dívida pública que está hoje espalhada por mais de 10 milhões de brasileiros, que têm hoje 1, 2, 3, 4, 5 milhões. Artistas, jogadores de futebol que foram jogar no exterior, donos de lojas em *shoppings*, de cadeias de lojas, pequenos produtores, pessoas que têm hoje guardado...

Sr. Presidente, quando falo em concentração de poder econômico, estamos citando apenas números que conhecemos por levantamentos feitos no Governo, renda. Se falar de riqueza, aí é para pularmos da janela.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Só pediria a V.Ex^a brevidade para conclusão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) – Vou abreviar, Sr. Presidente. Precisamos, então, estabelecer o primeiro conceito: as violações contra os direitos humanos, a raiz disso tudo, é a concentração do poder econômico. Temos cartéis nos nossos grupos industriais que agora estão ligados a grupos multinacionais em todos os setores. O vidro, no Brasil, basicamente está na mão de duas empresas: Blindex e Santa Marina. O papel, Aracruz e Suzano. O cimento, minha área, engenharia civil, três ou quatro grupos. Siderurgia, dois ou três grupos. Trinta mil brasileiros detêm 150 milhões de hectares das áreas mais produtivas do Brasil; telecomunicações e energia, dois ou três grupos, três ou quatro famílias.

Sr. Presidente, eu queria saber dos eminentes palestrantes se o Governo não pensa em estabelecer em cada projeto de política pública que se faz neste País um controle, não de meio ambiente, pois já o temos, mas de concentração de poder. Será que não tínhamos que ter, antes de qualquer política pública a ser implementada, um controle de impacto de concentração de poder neste País, onde as pessoas pobres já não agüentam mais o processo de sobrevivência?

Sei que temos controle de meio ambiente, e isso é muito rígido porque os órgãos internacionais, os paí-

ses querem que haja desenvolvimento sustentável até porque não cumprem no seu país e querem manter no nosso. Refiro-me a água doce, reserva florestal, meio ambiente, etc. Mas existe, por parte do Governo, um controle ou uma idéia de se propor ou de se estabelecer que nenhuma política pública seja aprovada no País sem que haja um controle para saber o impacto na concentração de poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Agradeço.

Concedo a palavra ao Deputado Federal Mendes Thame. Em seguida, ao Deputado Federal Celso Russomanno.

Peço a compreensão de V. Ex^{as} no sentido de se ajustarem à brevidade necessária, pois várias CPLs aguardam a presença tanto de Deputados quanto de Senadores.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB – SP) – Sr. Presidente, Deputados convidados para esta audiência de citricultores, eu queria, na sequência da considerações oportunas do Senador Crivella, dizer que a legislação brasileira copia, há muitos anos, o modelo americano, de criar instituições para fiscalizar, para evitar o abuso do poder econômico. Essas instituições são a SDE – Secretaria de Direito Econômico, Secretaria de Acompanhamento Econômico e o Cade. Ocorre que vemos inúmeros questionamentos a respeito do funcionamento dessas instituições que já existem.

Farei uma pergunta objetiva, que dá para quantificar. Existe o Processo Administrativo, de 1999, nº 08012008372, que investiga o cartel de suco. Nos últimos dois anos e meio, não foi realizada nenhuma diligência a respeito. Parou. A primeira pergunta farei em bloco para ganhar tempo. Gostaria que a Secretaria de Direito Econômico informasse se esse mesmo procedimento de congelar, deixar no freezer um processo administrativo como esse ocorreu também para os demais setores citados pelo Senador Crivella ou se não há nenhum outro processo administrativo. Gostaria de saber se só existe lá um processo administrativo no caso do cartel de suco.

A segunda pergunta farei para a Secretaria de Assuntos Econômicos, do Ministério da Fazenda. No parecer que aprova a compra da Cargill pela Cutrale e pela Citrosuco, o Secretário da Secretaria de Assuntos Econômicos afirmou: “As requerentes não mencionam no requerimento inicial se haverá um contrato de escoamento de produção da Cargill com a Fischer. Desse modo, o presente negócio não afetará de forma direta o mercado de transporte de suco de laranja congelado concentrado”.(página 15)

Como os requerentes não mencionam no requerimento inicial se haverá um contrato de escoamento, “o presente negócio não afetará de forma o mercado de transporte de suco de laranja”. No dia 28 de julho de 2005, no entanto, a Cargill, contrariando a afirmação do Secretário da Secretaria de Acompanhamento Econômico, informou ao Cade que a alienação para a Sucocítrico Cutrale dos direitos relativos ao terminal utilizado pela Cargill, no Porto de Santos, acha-se claramente referida no contrato (folha 656). Ou seja, houve um parecer da Secretaria de Assuntos Econômicos, parecer decisivo para os estudos que o Cade está desenvolvendo para analisar se aprova ou não essa compra absolutamente distorcido porque não leva em conta o sistema logístico de exportação. Isso significa que se trata de um parecer absolutamente sem sentido, podendo afetar o resultado da decisão do Cade, com prejuízos para o setor, para o citricultor.

Na minha avaliação, os técnicos que deram esse parecer sem levar em conta a questão logística, que é um gargalo, que é o que dá poder de barganha às empresas, corre o risco de uma ação civil pública, de uma responsabilização por esse parecer esdrúxulo.

Terceira pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Peço a V. Ex^a que conclua.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME

(PSDB – SP) – Vou encerrar bem rápido.

A Secretaria de Assuntos Econômicos, em 2002, afirmou que existe um elevado grau de concentração, tanto na compra da fruta, como na venda do suco de laranja concentrado, no processo administrativo e que há cartel de suco. Como é que se pode, três anos depois – portanto, num espaço de tempo tão pequeno –, afirmar agora que o mercado é caracterizado pela presença de diversos demandantes e ofertantes, que o mercado não é mais oligopolizado, que não há mais grau de concentração? Também é algo muito estranho. São essas as principais observações.

Queríamos fazer uma última pergunta, de caráter político, que os senhores podem responder se quiserem. Gostaríamos de saber se a Secretaria de Assuntos Econômicos do Ministério recebeu alguma orientação, se houve alguma conversa com o Ministro da Casa Civil José Dirceu para tratar de assuntos referentes ao setor citrícola. Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Agradeço a V. S^a e concedo a palavra ao Deputado Celso Russomanno.

Quero também destacar a presença do Deputado Federal Jamil Murad, por São Paulo, pelo PCdoB.

Seja muito bem-vindo.

O SR. CELSO RUSSOMANNO (PP – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados Federais, senhores convidados e todos os presentes, principalmente os citricultores que vieram de ônibus para esta audiência, para acompanhar de perto o que acontece na vida de cada um deles.

Sr. Presidente, quero fazer um relato, rapidamente, atendendo a V. Ex^a, da minha história junto aos citricultores. Isso começa em 1998, quando fui procurado por um grupo de citricultores da região de Itápolis, Borema, Tabatinga e outras cidades da região, reclamando que o preço da caixa da laranja era R\$1,80 e que a laranja apodreceria no pé, visto que esse valor não pagava o custo da produção.

Diante desse fato, começamos a desenvolver um trabalho aqui em Brasília, e vi que aquilo, Sr. Presidente, não ia dar em nada. Só tinha uma fórmula: chamar a atenção da imprensa como um todo ou do Brasil para o que ocorria com a citricultura no Brasil.

Há uma diferença bem básica entre os pequenos e os grandes citricultores: os grandes estão acobertados pelas empresas; os pequenos estão jogados no fundo do quintal, e, quando há interesse, são olhados. Quando falta laranja no mercado, quando a safra não vai bem nos Estados Unidos, eles são vistos com bons olhos. Quando isso não acontece, eles são o lixo que sobra da citricultura. É assim que são tratados.

Com muita tristeza, vi a situação de muitos vendendo seus pomares para os grandes citricultores, ou melhor, para a indústria de esmagamento de laranja, encabeçada, evidentemente, pela Cutrale, que vem sempre norteando o caminho, apesar de muitas não concordarem a princípio, conforme foi falado aqui.

De uma forma ou de outra, em 1999, já não havia condição absolutamente mais de nada: ou se entregavam os pomares e vendia-se e saía-se do mercado, ou se falia. Então, os citricultores toparam junto comigo levar 40 caminhões de laranja e despejá-la no Anhangabaú, no centro de São Paulo, para que a população tivesse aquela laranja gratuita, porque era melhor dar para a população de São Paulo aquela laranja que deixá-la estragar no pomar. Eles arcariam até com o transporte disso. Entramos no dia 7 de setembro de 1999 com 40 caminhões, com mais ou menos 12 toneladas de laranja cada um, no centro da Cidade de São Paulo, contra a vontade do Prefeito. Despejamos a laranja toda na cidade, e a imprensa cobriu o episódio, que foi capa de todos os principais jornais do País. Com isso, chamamos atenção para o que acontecia com os citricultores. Naquele momento, as empresas que fazem parte desse cartel resolveram mudar os contratos, que estão figurando até hoje, mais ou menos.

Diante dessa posição do Cade, desse chamado contrato padrão... Na verdade, a posição do Cade era de que não se podia fazer um contrato padrão para todo mundo. Essa posição era boa. Mas eles usaram isso contra os citricultores – essa é a grande verdade: “Já que não podemos fazer contrato padrão, não vamos fazer contrato nenhum. Vocês vão ficar aqui à disposição do que a gente quer e do jeito que a gente quer”.

De lá para cá, não se mexeu muito nisso. Até existe um pedido de CPI na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, que tem como Relator o Deputado Robson Tuma, que “sentou em cima” – desculpe-me, é meu amigo pessoal – do projeto de resolução há dois anos, e não o relata. Não sei que força estranha existe por trás disso tudo, qual é a força do poder econômico, para levar as coisas do jeito que levam. Inclusive, pedi agora aos citricultores que visitem o Deputado Robson Tuma para que S. Ex^a explique por que está há dois anos para relatar o projeto de resolução que cria a CPI da laranja.

De uma forma ou de outra, quero dizer que a força do poder econômico é muito grande – já vou terminar, Sr. Presidente. Logo no começo deste Governo, a força do poder econômico mostrou-se tão grande que a Cutrale destinou R\$1 milhão ao programa Fome Zero, deixando bem claro ao Governo a força que esse segmento, que esse mercado tem para impedir que os pequenos produtores, os citricultores tenham o seu momento de sol, porque é humanamente impossível. Vemos hoje a continuidade disso.

Quero parabenizar o Senado e os Senadores presentes, incluindo os autores das propostas. Talvez, se o Senado se juntar à Câmara dos Deputados ou a alguns poucos Deputados que estejam presentes e que tenham interesse em ajudar esses citricultores, consigamos realmente melhorar a situação da citricultura no Brasil, para que todos ganhem, e não só alguma meia-dúzia de pessoas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a V. Ex^a a intervenção.

Passo a palavra aos membros da Mesa para as ponderações em relação às várias observações dos Srs. Senadores e Deputados.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, esta é realmente uma questão que vem de longe. Quando fui Ministro da Agricultura, sob a argumentação de que havia o cancro cítrico na produção do Paraná, o Estado do Paraná ficou anos proibido de produzir laranja. Com uma decisão que se tomou no Ministério da Agricultura, verificando-se que os casos eram tão

raros e não tinham nenhuma influência na produção, o Paraná foi liberado e passou a produzir.

Durante muito tempo, nós no Rio Grande do Sul fomos os grandes produtores cítricos do Brasil. A rigor, a produção de laranja e bergamota era lá no Rio Grande do Sul, até que São Paulo avançou, cresceu, desenvolveu, e é muito difícil para o produtor do Rio Grande do Sul conseguir colocar a laranja dele para vender no varejo, porque quem domina o atacado de São Paulo não o faz somente com relação à laranja, mas com laranja, flores, frutas, como figo. É um comércio tão estranho que o gaúcho de Caxias, a 80 quilômetros da central, não consegue vender senão por meio de um paulista que tenha, no Rio Grande do Sul, a concentração da venda de cravos, de tomates, de flores, de laranjas e de tudo o mais.

Estou falando isso, um anexo à questão, para mostrar como, na verdade, esse problema ocorre porque, no Brasil, não temos consciência da realidade, daquilo que nos Estados Unidos existe, que é um respeito aos grandes, aos pequenos, que é o controle efetivo, o combate ao monopólio em qualquer setor.

Quando aumenta a importância do nosso suco na pauta de exportação, temos que fazer uma luta, que é correta. Nos Estados Unidos, por defesa – é até compreensível –, quando há uma quebra muito grande na produção na Flórida, e o Brasil fica satisfeito porque vai vender mais, a sobretaxa da importação do nosso produto é maior, para, com esse dinheiro, compensarem-se os americanos que não produziram.

No meio de tudo isso, falta ao Brasil uma fórmula de garantia real e concreta. O senhor tinha dito, e é verdade – já víamos naquela época –, que essas cooperativas de mão-de-obra, na verdade, não são cooperativas, mas fórmulas escravagistas. As pessoas estão ali, sem vínculo com a empresa, que passa a olhá-las sem muita preocupação; e elas ficam escravas, porque ou fazem daquela maneira ou não há outra forma.

Não sei até que ponto o Cade está aparelhado. Lembro, por exemplo, aquela questão do chocolate entre a Garoto e a Nestlé. É uma confusão tão grande, que o tempo passa, e terminamos não sabendo qual é a solução. As questões realmente são grandes. Há essa questão da Vale do Rio Doce contra a siderurgia, que também é gigantesca. Não sei até que ponto a estrutura do Cade, de um lado, e a força do grande capital, do outro lado, com interesses enormes em jogo, pode fazer com que tenhamos realmente uma solução com a autoridade e com a independência que devia ter.

Defendi sempre, quando da estruturação do Cade, a sua autonomia. Era um absurdo o fato de o Cade funcionar sob a determinação da Secretaria de Econo-

mia do Ministério da Justiça. Não há lógica. Tudo leva a que o Cade tenha uma estrutura, uma autonomia, uma liberdade. Não pode o Ministro da Justiça ter interferência nas decisões do Cade, porque, aí, passa a ser uma outra realidade. O Cade é um órgão de importância tal que cada vez vai crescer e aumentar mais, e a sua independência é absolutamente necessária. Mas não sei se a estrutura dele é a ideal; não sei se, de certa forma, não temos ainda uma experiência, uma capacidade de decidir frente a grandes, a gigantescos detentores de capital, o que faz com que realmente eles dominem a própria imprensa, as notícias que saem e que não saem.

Daqui a pouco sai uma notícia dizendo que o fulano do Cade está comprometido, que deu um determinado parecer por algum motivo, e estamos num País onde a corrupção é uma realidade – é só falar, não precisa provar; é só levantar. Daqui a pouco, o Relator vai dar um parecer e, do outro lado, vão dizer: “ele falou por causa daquilo, não tem independência, não tem consistência”.

Por isso, considero muito importante esta reunião.

Nessa questão referente à laranja, não há dúvidas de que temos de encontrar meios. Não há por que um país com o tamanho do Brasil e com a capacidade do Brasil ter de se limitar a duas ou três empresas que monopolizam o setor.

Vivemos uma época – e o Ministro Furlan dizia isso – em que a palavra de ordem na produção brasileira se chama rede. No Rio Grande do Sul se está fazendo isso em alguns setores, nos quais pequenos produtores, que não têm nenhuma condição de sobreviver sozinhos, reúnem-se e organizam uma rede por meio da qual comprem, vendem e atuam em conjunto e, assim, passam a ter condições de fazer frente ao grande. Se não for assim, não têm nenhuma possibilidade.

No caso dos pequenos produtores de laranja, seria o caso de caminhar nesse sentido, de reunir os pequenos e organizar uma rede, e o Governo deveria dar proteção e garantia a essa rede para que ela pudesse existir, sobreviver, avançar e competir em condições de igualdade com os grandes. É aquilo que foi dito aqui: o pequeno produtor não pode sobreviver, não tem chance de sobreviver a não ser se entregando para o grande.

Agora, se o Governo fortalecesse esse sistema de redes, a situação poderia mudar. Foi o que aconteceu na Itália: 70% da produção italiana hoje, no meio desse mundo capitalista, é familiar, é produção de micro e pequenas empresas que se reúnem entre si e competem com os grandes. É preciso estudar uma fórmula para mudar a situação atual, porque, se

ficarmos apenas nisso, não teremos saída, porque o pequeno não tem condições de sobreviver, e duas ou três grandes empresas terão tranquilidade para estabelecerem o seu monopólio.

Era apenas isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Muito bem colocado, como de hábito.

Passo a palavra aos componentes da mesa para que façam as observações que julgarem necessárias neste último bloco de nossa audiência pública.

Em primeiro lugar, passo a palavra à Dr^a Bárbara Rosenberg.

A SRA. BÁRBARA ROSENBERG – Obrigada, Sr. Presidente.

Foram tocados alguns temas muito sensíveis e muito importantes. Há um primeiro esclarecimento que considero fundamental fazer – comentei isso antes, mas faço questão de reforçar. O sistema de defesa da concorrência tem o dever legal de prevenir a formação de estruturas econômicas anticoncorrenciais e de reprimir condutas anticoncorrenciais. O sistema de defesa da concorrência tem uma limitação, até legal, de introduzir a concorrência em setores onde não haja nenhum tipo de movimentação. Algumas questões trazidas de forma muito pertinente pelos Deputados e Senadores são efetivamente problemas, mas podem escapar à competência dos órgãos de defesa da concorrência.

Se há setores concentrados depois da privatização, se há setores que são concentrados em razão da dinâmica do mercado, mas isso não passa pela esfera... Quer dizer, sendo essa uma situação dada, o sistema de defesa da concorrência não tem como obrigar um setor a se desconcentrar **a priori**. Por outro lado, existe um aspecto, que foi comentado por vários dos senhores também, que diz respeito à própria estrutura do sistema de defesa da concorrência. De fato, foi muito bem colocado pelo Senador Pedro Simon que o sistema carece de uma estrutura que possa dar conta efetivamente de todas as práticas anticoncorrenciais que se dão no setor e fazer uma análise efetiva de todos os atos de concentração.

O sistema tem tentado, desde 2003 principalmente – posso falar desde quando esta nova gestão está atuando, mas sei que o esforço é anterior –, reunir esforços e trabalhar de forma mais efetiva e eficiente, inclusive de forma coordenada com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, para tentar, ainda que com recursos limitados, recursos escassos, trazer melhores resultados. Em nosso entendimento, nunca se fez tanto no combate a cartéis, casos extremamente relevantes têm sido concluídos, novas técnicas de investigação têm resultado em melhores condições pro-

batórias, mas temos de ser realistas: estamos tratando de uma secretaria, como é o caso da nossa, que tem trinta pessoas tratando de defesa da concorrência, sendo que há oitocentos casos, oitocentos procedimentos em curso na Secretaria.

Foi muito bem colocado pelo Deputado Mendes Thame que existem... Quer dizer, quais são os processos que existem? Temos 297 processos administrativos em curso na Secretaria, e há trinta técnicos responsáveis pelo seu encaminhamento. O fato de um processo estar sem movimentação, do ponto de vista dos autos, não significa que a Secretaria não esteja investigando. E aqui, até para zelar pela investigação e para que ela possa trazer resultados, não poderei entrar em detalhes quanto ao que está sendo feito, mas posso dizer que há uma atenção particular a todo o setor do agronegócio em função de sua importância. Inclusive, com relação a esse caso, temos mantido contatos constantes com o setor. Agora, de fato, sendo absolutamente realista, não há como conduzir oitocentas investigações com trinta pessoas e dizer que todas elas vão andar com a velocidade que gostaríamos que elas, efetivamente, caminhassem.

A questão da independência, que foi suscitada, é fundamental, e posso dar o meu depoimento pessoal de que não houve nenhum tipo de interferência, pelo menos desde 2003, ano em que assumi. Posso dar o meu depoimento com relação a essa prática, seja vinda de Casa Civil, como foi perguntado, seja vinda de qualquer outro órgão. Mas, de fato, há questões prioritárias que são encaminhadas e, entre essas, eu incluiria a questão do agronegócio, sim, e não só a questão da laranja, pois existem outros setores envolvidos. Este ano foi instaurado um processo administrativo com relação ao setor de carnes, que também tem semelhanças com o caso em questão, dentre uma série de outras investigações que estão sendo levadas adiante.

Hoje em dia, o Cade é um tribunal independente, é um tribunal que tem autonomia e não está sujeito ao Ministério da Justiça. As Secretarias são órgãos que fazem parte da estrutura dos Ministérios, mas, por outro lado, têm conduzido suas atividades com absoluta independência. Se, do ponto de vista técnico, entendeu-se que aquele era o convencimento, é isso que transparecem os pareceres. É claro que sempre pode haver equívocos – esses equívocos merecem ser revistos e corrigidos –, mas tudo tem sido feito, dentro da estrutura da escassez de recursos, principalmente escassez de pessoal, no sentido de tentarmos levar adiante da forma mais comprometida o combate ao abuso do poder econômico.

Nesse sentido, portanto, o projeto de reforma do sistema de defesa da concorrência mais uma vez

se torna premente. Mais uma vez resta muito clara a necessidade de reforçar e aparelhar efetivamente um órgão que sequer conta com técnicos de carreira permanentes. Há carência de uma série de recursos, o que é, efetivamente, um problema para que possam levar adiante as tarefas – como foi bem colocado pelo Senador –, não só nesse setor, mas em muitos outros setores que são objeto de abusos de poder econômico.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Muito bem. Agradeço a participação da Dr^a Bárbara.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo, pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae).

O SR. MARCELO BARBOSA SAINTIVE – Obrigado, Presidente. Vou procurar ser objetivo em minhas respostas.

Quanto ao questionamento do ilustre Deputado em relação ao parecer na compra da Cargill, ressalto que não foi à toa que comecei minha exposição aqui falando sobre a questão de logística. Na verdade, eu iniciei a minha breve apresentação justamente falando da logística e mostrando como ela é determinante na dinâmica do mercado.

O que procurei relatar naquela ocasião – talvez não tenha me feito claro – é que, no âmbito desse ato de concentração específico, não se tratava de uma aquisição de ativos, mas sim de uma transferência de cessão de locação de um determinado terminal no porto de Santos, que é autorizado pela Codesp. Portanto, o efeito nulo em termos de defesa da concorrência, em termos de concorrência nesse mercado não seria agravado com essa operação. Na verdade, eu já havia explicado isso anteriormente, entendendo que logística é uma questão importante, mas, nessa operação específica, nada foi alterado, e nenhum efeito negativo foi identificado nessa operação.

Com relação à questão da concentração e de que esse mercado teria sido assinalado em 2002, ao longo desse parecer pode-se identificar que nós entendemos que se trata de um mercado que tem concentração, que tem os seus problemas. Ao final dele, fazemos uma clara observação sobre isso, mas, mais uma vez, ao analisar estruturas de mercado, ao analisar concentrações horizontais, precisamos prever se haverá algum efeito negativo para aquele mercado e preveni-lo. Portanto, isso não foi, dentro da nossa análise, com as informações de que dispúnhamos à época, analisado. Esse era um ponto importante.

O terceiro questionamento do ilustre Deputado foi um questionamento político. A respeito dele devo dar um testemunho aqui. Participo do Governo desde o Governo anterior e, no Ministério da Fazenda, jamais recebi orientação que não fosse no sentido de anali-

sar tecnicamente um determinado assunto. Participei do outro Governo, fui convidado a ficar no cargo neste Governo e, em nenhum momento, seja o Ministro anterior ou o atual Ministro, solicitaram meus serviços para algo que não fosse expressar a minha opinião técnica sobre determinado assunto. Espero ter respondido a pergunta do ilustre Deputado.

Por fim, o ilustre Senador Pedro Simon tocou em questões bastante importantes. O que estamos discutindo aqui, novamente, é o reforço de uma instituição importante no sistema capitalista atual, uma instituição que tenta preservar a concorrência em determinados mercados. A lei de defesa da concorrência é recente, é de 1994, portanto, a tradição americana tem cem anos à nossa frente. No entanto, com a preocupação de reforçar as instituições e aparelhar melhor os técnicos que compõem essas instituições, podemos avançar nessas questões. Isso é muito relevante, e espero que V. Ex^{as} recebam em breve uma reforma do sistema que trate desses assuntos.

Eram essas as breves considerações que gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço ao Dr. Marcelo Saintive, que é da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae).

Passo a palavra ao Dr. Ricardo Garcia, Procurador do Trabalho Regional de Campinas, para também apresentar suas considerações.

O SR. RICARDO WAGNER GARCIA – O Senador Marcelo Crivella citou aqui o problema da concentração do poder, quis saber se há ou não algum projeto no sentido de controlar essa concentração.

Na verdade, o que vemos por parte do Estado brasileiro é uma compartimentação burocrática que o impede de controlar qualquer tipo de atividade. Ao contrário, normalmente, não raramente, órgãos diferentes do Estado brasileiro, divididos por matéria ou território, acabam dando tiro um no outro em função de desconhecer um a atividade do outro.

No caso específico da citricultura, o Ministério do Trabalho tem lavrado autos de infração com multas, muitas vezes altíssimas, especificamente em relação à Cutrale, mas o Ministério da Fazenda, por interesse de exportação, querendo trazer divisas e equilibrar a balança de pagamentos, acaba por neutralizar essa penalidade, conferindo impunidade à empresa, embora isso seja interessante sob o ponto de vista econômico. Quer dizer, são dois Ministérios do mesmo órgão agindo em sentido contrário, com reflexos positivos de um lado e negativos do outro, mas, a longo prazo, negativos.

O Senador Pedro Simon citou a presença do suco brasileiro nos Estados Unidos. Quero contar uma história dessa presença lá.

A Cutrale comprou uma fábrica de suco de laranja da Coca-Cola na Flórida. E lá, ao se instalar, introduziu o seu estilo de administração de pessoal, o que resultou na eclosão de uma greve quase que imediatamente, já que os americanos estão mais acostumados a verem seus direitos respeitados e têm mais força para isso. A Cutrale, com o seu método, demitiu duzentos empregados de sua empresa. Depois que a greve foi resolvida, num acordo em que a maior parte dos empregados foi readmitida, a Cutrale tentou comprar uma fazenda de laranja na Flórida para, evidentemente, também aumentar a sua presença. Foi barrada pelo Governo dos Estados Unidos, que agiram em interesse dos seus cidadãos. O Governo dos Estados Unidos conhecem o método contrário de administração de pessoal. Acho que devemos ter isso no Brasil também. Não devemos nos curvar aos americanos, mas devemos aprender com eles a defender os nossos cidadãos, a nossa legislação e a nossa soberania.

Nós aqui temos, às vezes, a satisfação de outorgar a empresas como Cutrale, como Citrosuco, o emblema de empresa amiga da criança, mas essas empresas estão criando verdadeiras favelas nas zonas de citricultura, propiciando o aumento do trabalho infantil, inclusive no campo. Como podem chamar empresa amiga da criança a empresas que criam o trabalho infantil, tiram crianças da escola e aumentam a miséria de suas famílias?

Era isso que queria dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço ao Dr. Ricardo Garcia, que foi indicado para esta audiência pública pela própria Associação Brasileira de Citricultores, em função de S. Ex^a, o Procurador-Regional de Campinas, estar tendo a responsabilidade de acompanhar as indústrias e a formalização dos contratos de trabalho no Estado de São Paulo.

Passo a palavra ao Sr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, Presidente da Associação Brasileira de Citricultores.

Quero até destacar que teríamos o máximo prazer de ouvir muitas outras pessoas nesta audiência pública, o que, sem dúvida, enriqueceria bastante a audiência, mas regimentalmente temos que observar que as pessoas que participam da audiência pública, em termos de expositores, são aquelas sugeridas pelos autores dos requerimentos, Senadores, membros da Comissão, e que foram formalmente convidadas para participar da audiência pública.

V. S^a, Presidente da Associação Brasileira de Citricultores, foi extremamente claro em todos os pontos

de vista, com denúncias contundentes e que devem ser acompanhadas pelo Executivo, pelo Legislativo, pelo Judiciário. V. S^a não poderia ter sido mais claro, eu diria, em relação aos graves problemas pelos quais a área de citricultura vem passando. Até enalteço o depoimento de V. S^a em termos de clareza, de compromisso com a área, inclusive fazendo jus ao cargo e ao encargo de ser Presidente da Associação Brasileira de Citricultura.

Esperamos todos podermos contribuir para os desdobramentos dessa audiência pública, porque esta não se esgota neste momento. Haverá outros debates, outros encaminhamentos, outros caminhos sendo tomados pelo Senado Federal para que haja resultado, em função de tudo que foi debatido no dia de hoje.

Com a palavra V. S^a.

O SR. FLÁVIO CARVALHO PINTO VIEGAS – Sr. Presidente, estamos enfrentando um problema porque vários dos citricultores e associados gostariam de fazer alguma colocação. Não havendo, regimentalmente, possibilidade de fazer dentro da audiência, seria possível abrir um espaço, depois do encerramento, para que eles tivessem oportunidade de fazer alguma colocação pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Eu quero só esclarecer a V. S^a que, em si, oficialmente, a audiência pública se encerra com a fala de V. S^a, mas as duas Comissões estão totalmente abertas, tanto a de Agricultura quanto a de Assuntos Econômicos, em receber todos os subsídios, todos os materiais que a Associação Brasileira julgar relevantes e importantes, inclusive destacando a necessidade de que...

Inclusive Deputados e Senadores que já passaram por esta Comissão vieram falar comigo porque tiveram que se deslocar para as outras Comissões das quais fazem parte, inclusive, como é do conhecimento público, há várias CPIs funcionando ao mesmo momento, exigindo a presença dos Srs. Parlamentares, mas as Comissões estão receptivas a acolher todos os documentos enviados.

O SR. FLÁVIO CARVALHO PINTO VIEGAS – Agradeço muito. Espero a compreensão dos nossos companheiros. Vamos receber todas as informações que vocês tiverem. Nós encaminharemos. Vocês também podem (*Falha na gravação.*) tenho certeza de que o Senado vai ser sensível aos nossos problemas.

Eu queria encerrar agradecendo a oportunidade de trazermos, nesta Casa tão importante, os problemas da citricultura, que é uma atividade importantíssima dentro da economia brasileira. Esperamos que, realmente, as imperfeições das entidades sejam corrigidas com mais recursos, melhores condições de trabalho, para que realmente possamos contar com o

apoio dessas instituições, que são fundamentais para o funcionamento da nossa economia. A economia brasileira não pode ficar submetida aos interesses de pequenos grupos que não são necessariamente ligados e alinhados com interesses brasileiros. Muitas dessas empresas têm (*Falha na gravação.*) em detrimento do nosso País, em detrimento do nosso setor. Eu gostaria que esse ponto fosse bem entendido. Imaginamos que esse processo de verticalização deveria ter algumas limitações, como foi sugerido aqui, que deveria haver alguma limitação também, pauta mínima de preço, algo que impedisse que se exporte e leve para fora produtos brasileiros abaixo do seu custo de produção, para que os lucros fiquem acumulados no exterior.

Então, todas as imperfeições, esperamos que sejam corrigidas, e contamos, como sempre contamos, com o apoio dessa Casa e do Legislativo, do Congresso Brasileiro.

Agradeço a oportunidade que tivemos aqui.

O SR. CELSO RUSSOMANO (PP – SP) – Sr. Presidente, antes de V. Ex^a encerrar, eu só queria fazer uma breve intervenção. Não será nem de trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Com a palavra o Deputado Celso Russomano.

O SR. CELSO RUSSOMANO (PP – SP) – Estou recebendo aqui denúncias dos citricultores de que, no ano passado, apesar dos contratos vigorarem com US\$3,5 a caixa da laranja, foi pago US\$3 apenas, por conta de dizerem que a laranja não está bem no mercado internacional. Ou seja, mostra-se aí mais uma prática. E aqueles que chiassem, que viessem a reclamar do feito, no ano seguinte correriam o risco de não terem as suas laranjas compradas e apodrecerem no pé.

Então veja que a prática continua mesmo fincada em contratos que deveriam ser cumpridos. Continuam não sendo cumpridos nem os contratos, pois eles fazem o preço do jeito que eles querem. Por isso, quero solicitar inclusive à Secretaria de Direito Econômico que, o mais rápido possível, tocassem para frente essas denúncias e recebesse de ofício aqui inclusive isso, porque é um absurdo que as práticas continuem ocorrendo da maneira como continuam ocorrendo.

Muito obrigado, Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Muito bem. Agradeço novamente a intervenção do Deputado Celso Russomano. Enalteço também a importância da realização desta audiência pública, como eu mencionei, por duas Comissões, em conjunto do Senado Federal: a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e Comissão de Assuntos Econômicos.

Enfatizo a importância dos requerimentos para que isso acontecesse, do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Aelton Freitas, também com total envolvimento nesse sentido. Também agradeço a participação de todas as pessoas componentes da Mesa: o Dr. Daniel Goldberg, que esteve representado pela Dr^a Bárbara Rosenberg, da Secretaria de Direito Econômico; Dr. Marcelo Saintive, da Secretaria de Acompanhamento Econômico; Dr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores; Dr. Gustavo Henrique Firmo de Araújo, representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Dr. Ricardo Wagner Garcia, Procurador-Regional de Campinas, São Paulo.

Enalteço, também, a presença dos prefeitos, vereadores, produtores e de todos os que estiveram aqui presentes e que todos sintam realmente a importância dessa audiência pública, realizada em conjunto pelo Executivo, pelo Senado, pela sociedade. E que todos nós em conjunto, na seqüência, possamos, mais pra frente, também festejar os desdobramentos que têm que acontecer, frutos da realização dessa audiência pública.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me uma breve sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Pois não, só um minutinho.

Nesse sentido, quero deixar bastante claro que esse trabalho não se encerra com a realização da audiência pública. Comentava, inclusive com o Dr. Marcelo e também com a Dr^a Bárbara, que eles estão representando duas Secretarias fundamentais nesse processo e naturalmente independente de qualquer formalização, que vai acontecer na seqüência também, e que já vão levar para os debates dentro dos Ministérios os pontos de vista externados por ocasião deste evento.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Gostaria de, consistente com o que V. Ex^a afirmou há pouco, de transmitir aos produtores de laranja para que possam, através de documentos encaminhados a nossa Comissão, trazer os elementos com a melhor informação possível para enviar, tanto aos três ministérios aqui representados, mas, também para que possamos encaminhar esses documentos, com a informação precisa a mais, para o CADE, que vai tomar uma decisão proximamente.

Então, toda e qualquer informação relativa a abusos que tenham sido cometidos e a atualização das informações, nos encaminhando, faremos questão de encaminhar aos ministérios e ao CADE.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Até quero destacar, reforçando o argumento de V. Ex^a, no sentido de que até é interessante que esses documentos venham por escrito, inclusive com as informações máximas possíveis para que essa Comissão de Agricultura e Assuntos Econômicos possa, com base nesses documentos, também formalizar os passos seguintes.

Agradeço a participação de todos. Enalteço a importância da área, a necessidade de que esses desafios, esses problemas, esses entraves todos, sejam encaminhados para o bem econômico e social, para o desenvolvimento do nosso país.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 16 minutos.)

Ata da Vigésima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de agosto de 2005, quinta-feira às 09:30 horas.

Às dez horas e doze minutos do dia onze de agosto de dois mil e cinco, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência interina do Vice-Presidente da Comissão, Senador FLÁVIO ARNS, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores: Ana Júlia Carepa, Osmar Dias, Heráclito Fortes, Leomar Quintanilha, Maguito Vilela, Rodolpho Tourinho, Juvêncio da Fonseca, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Reginaldo Duarte, Edison Lobão e Serys Slhessarenko. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Flávio Arns, comunica que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias cuja pauta foi divulgada previamente. Com a anuência do Plenário da Comissão, é votado, primeiramente, o REQUERIMENTO Nº 23, DE 2005-CRA, de autoria do Senador Heráclito Fortes, para a realização de audiência pública nas cidades de Tubarão-SC, Maceió-AL, Brasília-DF, e Irati-PR, além de município do RS (a ser escolhido) objetivando instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco. RESULTADO: APROVADO.: Discutem a matéria os Senhores Senadores Heráclito Fortes, autor do Requerimento, Osmar Dias e Flávio Arns. A seguir, o Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Flávio Arns, informa que o ITEM 01 da Pauta: SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO

SENADO Nº 36, DE 2003 que dispõe sobre a compra dos produtos alimentícios destinados aos programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome, de autoria do Senador Delcídio Amaral, e tendo como relator o Senador Osmar Dias, aprovado em reunião no dia 29/06/05, seria submetido ao turno suplementar, e, não havendo emendas, o substitutivo será considerado definitivamente adotado. Sobre o ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2004 – (TERMINATIVO) de autoria do Senador Efraim Moraes, tendo como relator o Senador Demóstenes Torres, que dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, o Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Flávio Arns, comunica que, tendo em vista a matéria exigir quorum qualificado e ainda por não estar presente o relator, estaria ADIADO. A respeito do ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 1995 (NÃO TERMINATIVO), que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem, de autoria da Comissão Temporária do “VALE DO SÃO FRANCISCO”, tendo como relator o Senador Pedro Simon, o Senhor Presidente em exercício, Senador Flávio Arns, comunica que o relator solicitou a retirada de pauta. O ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, DE 1995 (NÃO TERMINATIVO) que institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas e dá outras providências, de autoria do Senador Odacir Soares, tendo como relator o Senador Leomar Quintanilha é ADIADO, tendo em vista a ausência do relator. Passa-se, então, à apreciação do ITEM 5 da Pauta: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 87, DE 2002 (NÃO TERMINATIVO): que autoriza a criação de Programa Especial para Incentivo à Cultura do Café no Estado de Rondônia, de autoria do Senador Moreira Mendes, e tendo como relator o Senador Juvêncio da Fonseca. O relatório, que conclui pela aprovação, é lido e APROVADO. A seguir, é apreciado o ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2002 (NÃO TERMINATIVO), que dispõe sobre a inclusão do leite na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), de autoria do Senador Carlos Bezerra e tendo como relator o Senador Ramez Tebet. O relator apresenta parecer pela declaração de prejudicialidade. RESULTADO: APROVADA A DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE. Discutem a matéria os Senadores Osmar Dias, Maguito Vilela, Juvêncio da Fonseca e Flávio Arns. Passa-se, então, ao último item da Pauta ITEM 7: REQUERIMENTO Nº 22, de 2005-CRA, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que requer a realização de audiência pública com vistas a instruir a apreciação, por esta Comissão, do PLS nº 171, de 1999, que dispõe sobre as socie-

dades cooperativas, como também do PLS nº 428, de 1999 e do PLS nº 605, de 1999, que tramitam em conjunto. Após a discussão pelos Senhores Senadores Osmar Dias, Juvêncio da Fonseca e Flávio Arns, o Requerimento é REJEITADO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Flávio Arns, Presidente em exercício

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Havendo quórum regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária.

Sugiro aos Srs. Senadores, se não houver oposição, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Havendo anuência do Plenário, a Ata é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, quero dar conhecimento aos Srs. Senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária de alguns expedientes recebidos por esta Comissão.

O primeiro expediente refere-se ao Ofício Circular nº 10, de 2005, da Associação Brasileira de Produtores de Grãos (Abrasgrãos), reclamando que as promessas feitas por ocasião do tratoração ainda não se materializaram.

Portanto, sugiro que, por meio da Comissão, possamos reforçar esse expediente ao Ministério da Fazenda, para que as medidas naquela época negociadas possam, na verdade, se materializar.

Passo ao segundo expediente. Expediente da Abimilho, convidando para o Simpósio Nacional Abimilho, que ocorrerá no dia 06 de outubro, no Hotel Jaruá, em São Paulo. Também enviaremos esse expediente a todos os Membros da Comissão, inclusive indagando aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras se há interesse pessoal em participar desse evento a fim de que possa haver a indicação oficial por parte desta Comissão na participação.

Terceiro expediente diz respeito à Carta da Câmara Setorial da Cadeia do Fumo da Prefeitura de Santa Cruz do Sul, solicitando audiência pública em Canguçu, no Rio Grande do Sul. Como realizaremos, daqui a pouco, a discussão de um requerimento do Senador Heráclito Fortes sobre esse assunto, com essa preocupação, tenho a impressão de que, na aprovação do requerimento, esse ofício também poderá ser discutido.

O quarto expediente refere-se ao Ofício nº 54 da Prefeitura Municipal de Abelardo Cruz, em Santa Catarina, que apresenta proposta para a criação de reservas particulares do patrimônio natural. Como já fizemos audiências públicas nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, sobre a criação de reservas naturais, esse ofício poderá fazer parte, inclusive, desse debate que vem ocorrendo. Ao mesmo tempo, poderemos enviar, como Comissão, esse ofício ao Ministério do Meio Ambiente e também da Agricultura, para que os próprios Ministérios se manifestem a respeito do seu conteúdo.

Documento nº 5, encaminhado pelo Sr. Senador Jonas Pinheiro e intitulado Grito de Alerta de Querência, do Estado do Mato Grosso do Sul. Também solicito à Assessoria que envie cópia desse documento a todos os Membros da Comissão, para que tomem conhecimento da iniciativa do Senador Jonas Pinheiro.

Documento nº 6. Expedientes encaminhados pela Presidência do Sindicato Rural de Santarém, no Pará, que encaminha a Carta de Santarém, com reivindicações do setor produtivo e empresarial daquela região, e a Carta de Camapuã, que propõe, entre outros aspectos, a elaboração de um plano agrícola de longo prazo e que também está à disposição.

Comunico ainda à Comissão que, por ocasião da vinda da Delegação dinamarquesa que visitará o Brasil, será realizada audiência pública desta Comissão em conjunto com a Comissão de Agricultura da Câmara no próximo dia 25 de agosto. A Assessoria inclusive ressalta que a Comissão de Agricultura do Congresso da Dinamarca estará, no dia 25 de agosto, no Congresso Nacional, quando realizaremos a audiência pública conjunta das duas Comissões de Agricultura, tanto a da Câmara como a do Senado.

Passemos, neste momento, à apreciação dos projetos. Temos um requerimento extrapauta do Senador Heráclito Fortes. Em primeiro lugar, proponho aos Srs. Senadores, se todos concordarem, que haja inversão de pauta, para apreciarmos, em primeiro lugar, o Requerimento nº 23, de 2005, do Senador Heráclito Fortes. Aliás, nem propriamente inversão de pauta – peço desculpas – mas inclusão como primeiro item da pauta do requerimento do Senador Heráclito Fortes.

Se todos estão de acordo, está aprovado.

Passo a ler o requerimento, já que está aqui, e o Senador pode justificá-lo na seqüência.

Requerimento do Senador Heráclito Fortes, que requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiências públicas nas cidades de Tubarão (Santa Catarina), Maceió (Alagoas) e Brasília (DF), objetivando instruir o Projeto de Decre-

to Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003, com os seguintes convidados: representante do Ministério da Saúde; representante do Inca – Instituto Nacional do Câncer; representante da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisioterapia; ONG Tabaco Zero; representante da Fubra – Associação dos Fumicultores do Brasil; também da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo e Afins – Fentifumo; da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag; representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia e Alagoas; Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo e Alimentação de Cruz das Almas, Bahia.

Esses são os termos do Requerimento de nº 23, do Senador Heráclito Fortes.

Com a palavra, o Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, considero da maior importância a realização destas audiências públicas, até porque este é um assunto complexo. Existe uma expectativa muito grande com relação ao resultado.

Gostaria de pedir a V. Ex^a permissão para inclusão – que, por falha minha ou da minha assessoria não foi feita – de uma cidade do Paraná, no caso Irati, e de uma cidade do Rio Grande do Sul. Foi um compromisso que eu havia assumido para que se ouvisse. V. Ex^a mesmo já leu o requerimento que solicita isso...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Se V. Ex^a me permite, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná. Também pode ser?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Certo. Então, incluiríamos Paraná e Rio Grande do Sul no ofício para a realização das audiências públicas.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Pois não, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT - PR) – Apóio o requerimento do Senador Heráclito Fortes e agradeço o fato de incluir o Paraná. É muito oportuno convidar a Faep – Federação da Agricultura, que poderá representar, por uma pessoa só, todos os lados envolvidos nesta questão. Refiro-me à parte dos produtores.

Evidentemente, este é um assunto polêmico, mas há muita gente preocupada com este tema no Paraná. Tanto é que tanto V. Ex^a quanto eu temos recebido comitivas para tratar do assunto. E considero muito feliz a idéia do Senador Heráclito Fortes de sugerir uma audiência pública da qual nós participaremos também.

Endosso, ainda, o convite à Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Gostaria apenas de fazer uma pergunta a V. Ex^a, Senador Osmar Dias. Aqui consta Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Fetaep.

O SR. OSMAR DIAS (PDT - PR) – Poderia ser a Fetaep e a Faep.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – A Fetaep e a Faep, dos produtores e dos empregados, porque – até pergunto ao Senador Heráclito Fortes – nas outras representações convidadas não consta para os outros Estados as federações da agricultura.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Na realidade, Sr. Presidente, a nossa idéia, quando ficar definitivamente marcada a data, é nos reunirmos com a Bancada do Senado, porque a demanda maior recebem os Senadores. Então, o Relator se reuniria com os três Senadores de cada um dos Estados que vamos visitar exatamente para ver, em cada um desses Estados, onde há mais sensibilidade com relação ao problema para tornar o debate o mais amplo possível.

Por exemplo, em relação ao Paraná, V. Ex^a, o Senador Alvaro Dias e o Senador Osmar Dias darão a esse Relator a opinião sobre as pressões que recebem e as sugestões. Importante também é a participação da Bancada nessas audiências públicas. Essa é a nossa intenção.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, tenho a seguinte sugestão: uma vez que há outros Estados envolvidos, se cada um dos Estados mandar um representante da Federação, haverá muita gente, então, sugiro que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) envie um representante, que falaria pelas Federações de todos os Estados. Assim, reduziríamos o número de convidados. Então, um representante da CNA substituiria os Presidentes das Federações de Agricultura do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e de outros Estados que porventura tenham interesse.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Considero a sugestão do Senador Osmar Dias realmente muito pertinente, porque temos tido muitas dificuldades em termos de realização de audiências públicas com muitos convidados. Há uma dificuldade de todos se manifestarem como desejariam.

Então, continua em discussão o requerimento.

Na verdade, o que está sendo proposto é que o evento seja realizado em Tubarão, pela Região Sul. É isso, Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Essa foi, na realidade, a idéia inicial. Ocorre que havia compromisso assumido pelo Senador Sérgio Guerra, Pre-

sidente da Comissão, de que se estendessem essas audiências. Então, é simples: faz-se em um final de semana, faz-se pela manhã, ou um dia em cada uma dessas localidades. Creio que é o melhor caminho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Além de Tubarão, V. Ex^a citou Irati?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Irati e uma cidade no Rio Grande do Sul a ser definida.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Irati, Tubarão e uma cidade do Rio Grande do Sul a ser definida.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Que fique na região dos fumicultores.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Perfeito.

Em Maceió seria a segunda audiência pública e, em Brasília, a terceira. Na verdade, seriam cinco audiências públicas: uma em cada Estado do Sul, mais Maceió e Brasília, com essa discussão que V. Ex^a menciona em relação à participação em função da realidade específica de cada Estado.

Está encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o Requerimento nº 23, com os adendos mencionados há pouco.

Justificamos a ausência do Sr. Presidente, Senador Sérgio Guerra, que, no dia de hoje, teve que estar no Estado de Pernambuco.

Na pauta desta Comissão de Agricultura, o primeiro item é terminativo. Eu sugeriria ao Senador Osmar Dias que passássemos, neste momento, aos itens não-terminativos. Não sei como V. Ex^a pensa, em função do quórum existente.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Na verdade, teríamos que votá-lo em turno suplementar.

Eu consulto se em turno suplementar é necessária votação nominal. (Pausa.)

Se não há necessidade de votação nominal, podemos votá-lo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Não há emenda?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Certo. Então se V. Ex^a pudesse externar também...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – O parecer já foi aprovado na última reunião e, na verdade, o substitutivo que apresentei foi aprovado. Agora resta apenas confirmar a votação do substitutivo em turno suplementar, o que, no meu entendimento, não exige votação nominal e pode ser feito neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Muito bem. Então o Item nº 1 é o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2003, que dispõe sobre a compra dos produtos alimentícios destinados aos programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome.

De acordo com o art. 282 do Regimento Interno, a matéria será submetida a turno suplementar, uma vez que foi aprovada a emenda substitutiva. A aprovação da emenda já foi comunicada ao Presidente do Senado Federal.

Peço desculpas aos Srs. Senadores, mas, de acordo com a informação da assessoria, quando não há emenda o parecer é definitivamente adotado.

Item nº 2 da pauta, de origem terminativa, exige quorum qualificado, e o Sr. Relator não está presente também.

O Item nº 3 o Relator, Senador Pedro Simon, solicitou que fosse retirado de pauta.

O Item nº 4 é um item não terminativo, Projeto de Lei nº 108, de 1995. O Senador Leomar Quintanilha até o momento não está presente.

O Item nº 5 é o Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2002, que autoriza a criação de Programa Especial para Incentivo à Cultura do Café no Estado de Rondônia, e dá outras providências. O autor é o Senador Moreira Mendes, o Relator é o Senador Juvêncio da Fonseca, e o relatório é pela aprovação.

Passo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MT)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2002, de autoria do ilustre Senador Moreira Mendes, autoriza o Poder Executivo a criar Programa Especial para Incentivo à Cultura do Café no Estado de Rondônia.

Em sua justificação o autor do projeto informa que a tendência de queda das cotações no mercado internacional afeta negativamente a produção nacional, pois os exportadores brasileiros já venderam antecipadamente grande volume de café no mercado internacional, a preços baixos, e agora necessitam de recursos governamentais para financiar a colheita e a pré-comercialização da safra.

Como cabe a esta Comissão apenas opinar sobre o mérito da proposição, destacamos que a criação do Programa Especial de Incentivo à Cultura do Café no Estado de Rondônia possui relevância sobretudo para as populações rurais.

Os aspectos relativos à constitucionalidade da matéria serão posteriormente avaliados pela Comissão de Constituição e Justiça. No entanto, cumpre-nos alertar para o fato de que o estabelecimento, pelo Le-

gislativo, de políticas de desenvolvimento específicas é matéria controversa, pois trata de assunto da competência privativa do Poder Executivo.

Ocorre que o projeto de lei em questão é apenas autorizativo. Assim, ao tempo em que ressaltamos que somos favoráveis ao mérito do projeto, consideramos que caberá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar a respeito das questões relativas à constitucionalidade, inclusive no que tange aos pontos aqui levantados.

Voto

Do exposto e considerando o elevado mérito da proposição, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2002.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Está em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queria discutir, está em votação o parecer do Sr. Relator.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e posteriormente à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Passamos para o Item 6 da pauta:

Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2002, não terminativo nesta Comissão, que dispõe sobre a inclusão do leite na pauta de produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos. O autor é o Senador Carlos Bezerra, e o Relator é o Senador Ramez Tebet, cujo relatório vai pelo caminho da declaração de prejudicialidade.

Com a palavra o Relator, Senador e amigo, Ramez Tebet.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Em verdade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a prejudicialidade é inevitável neste projeto, porque o projeto de autoria do Senador Carlos Bezerra, datado de 2002, propõe incluir o leite na pauta de produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos. E isso, desde 2003, já vem sendo feito pelo Governo Federal. Atualmente, por exemplo, está em vigor o Decreto nº 4.922, de 14 de outubro de 2004, que estabelece os seguintes preços mínimos para o leite: R\$0,38 por litro para as praças do Sul e do Sudeste; R\$0,36 por litro para o Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Goiás; R\$0,33 por litro para o Mato Grosso e para os Estados da Região Norte e R\$0,38 por litro para o Nordeste.

O preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal serve de referência para os financiamentos de

comercialização, o que permite estocagem do produto na forma de derivados lácteos como queijo, manteiga, leite longa vida, leite em pó.

Assim, Sr. Presidente, impõe-se a declaração da prejudicialidade, porque a pretensão do projeto já está atendida. Mas não podemos deixar de neste momento lamentar que o preço mínimo seja esse. Sabemos o quanto os produtores de leite estão empobrecidos no País. Eles não têm incentivo para a produção do leite, principalmente os pequenos, aqueles do Estado de V. Ex^a, do meu Estado, do Estado de Goiás, do Estado do Paraná, do Estado do Senador Juvêncio e do Senador Heráclito – os do Estado do Senador Osmar Dias já citei. E acho que isso é insuficiente para termos uma política para um alimento tão importante para a população de uma maneira geral. Mas não há como este projeto ter outro destino, senão a sua prejudicialidade.

Portanto ao arquivo, registrando-se o mérito do projeto. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – O relatório do Senador Ramez Tebet, portanto, concluiu pela declaração de prejudicialidade do projeto.

Esta Presidência declara a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 102, de 2002, conforme o art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Submeto então à consideração da Comissão a decisão desta Presidência.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Em discussão a declaração de prejudicialidade. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Em primeiro lugar cumprimento o Senador Ramez Tebet que fez uma exposição clara da situação que vive o produtor de leite, que é histórica. Acho que não existe um alimento mais nobre que o leite. No entanto, não há uma política que possa garantir ao produtor de leite uma estabilidade no seu negócio. Ele vive sempre com a sazonalidade de produção. E o pior: os preços não acompanham essa sazonalidade. Quando vem a época da estiagem, ou a época de inverno em algumas regiões, a produção cai, praticamente, pela metade, se o produtor não tem um nível de tecnologia que permita estabular o rebanho, ou seja, tratar, na cocheira, o rebanho (no coxo). Com isso, a produção cai pela metade. Mas não há uma compensação no preço ao produtor. Se se verificar o que acontece, quando há uma diminuição da produção, o preço para o consumidor sobe; mas o preço para o produtor, não. Não há uma compensação. E o gráfico de preços acompanha, mais ou menos, uma linha durante todo o ano, não compensando, portanto, a queda de produtividade, o que é natural para quem não tem

suplementação de inverno, para quem não tem estrutura... E é a maioria! Eu posso dizer que a maioria dos produtores não possui essa estrutura, principalmente nos Estados do Centro-Oeste para cima. Eles acabam sendo penalizados por produzirem um alimento tão nobre. Mas insistem, com a esperança de que um dia algum governo vá olhar para esse setor e colocar em prática uma política diferenciada, porque há culturas que precisam de políticas diferenciadas. Não dá para se estabelecer uma mesma política agrícola para todos os produtos. E o leite é um desses produtos. Por suas características e circunstâncias, ele precisa de uma política diferenciada, até para estimular que os produtores continuem na atividade. Nós estamos ainda com o consumo desse produto muito abaixo do dos nossos vizinhos do Mercosul. E isso é um outro problema, porque, se tivéssemos um aumento do consumo, poderíamos ter uma equiparação de preços para que o produtor pudesse respirar, pois ele tem prejuízo, sim, na época de entressafra quando a curva de produção cai.

E faço um registro: lamento que o atual Governo tenha sido negligente e até desrespeitoso com o setor de produção. Não estou nem falando da política de câmbio que derrubou os preços. Mas falo, exatamente, do assunto de que trata o projeto, que o Senador Ramez Tebet muito bem relatou: o preço de garantia. O Governo brinca com o produtor rural, estabelece preço de garantia e não cumpre um preço de garantia sequer. Exemplo: trigo. O preço de garantia é R\$24,00 a saca, ou R\$400,00 a tonelada. Hoje, o produtor, se conseguir vender, estará vendendo o trigo da safra passada, porque ele ainda não conseguiu vender, porque o trigo nacional ficou fora de mercado, porque os moinhos preferiram importar o trigo da Argentina, em razão daquela esperteza Argentina de misturar 1/2kg de sal em 100kg de trigo, caracterizando assim uma mistura, derrubando a alíquota de 20% para 5%, porque, quando se trata de mistura na farinha de trigo, a alíquota, no Mercosul, cai de 20% para 5%. Então, os produtores brasileiros se viram fora de competição, não dá para concorrer. Para concorrer, o preço teve de cair. E há produtor que vende trigo a R\$17,00, a R\$18,00 a saca. E o Governo tem a obrigação de cumprir o preço de garantia. Como? Usando o AGF, que é um mecanismo de política agrícola, criado há muito tempo. Eu não vi nenhum governo deixar de cumpri-lo. Este é o primeiro Governo que não cumpre o AGF – Aquisição do Governo Federal, que significa comprar, colocar no estoque e usar esse estoque até como regulador de preço no mercado, posteriormente. Este Governo não usa essa estratégia na política de abastecimento alimentar do País. Com isso, faltará trigo no ano que

vem. Faltarão trigo, porque o produtor deixou de cultivá-lo. Só no Rio Grande do Sul, a área caiu 25%. E como o trigo é uma cultura regional, praticamente no Sul, um pouco no Centro-Oeste, o Governo não dá muita bola para isso e deixa que os produtores quebrem. Mas o trigo é muito importante, tanto na alimentação de todos os dias como para reduzir o custo relativo da cultura de verão, porque está em atividade o trator, o equipamento, a mão-de-obra. Mas o Governo prefere ver os moinhos dispensando mão-de-obra e comprando a farinha já pronta, da Argentina, sem garantir o preço que ele próprio estabeleceu como preço de garantia: R\$24,00. Outro exemplo: o arroz. É uma vergonha! Esse é um produto básico da cesta de alimentação da população brasileira. O produtor tinha um preço de garantia de R\$28,00. Há Estados em que, quando o produtor consegue vender, o preço está R\$10,00 a saca. Para quem não sabe, se o produtor quiser renovar a pastagem, Senador Maguito Vilela, vai pagar R\$12,00 em um quilo de semente de capim. E uma saca de arroz de 60 quilos custa R\$10,00. Que país é este, onde um quilo de semente de capim vale mais que uma saca de arroz, que é um alimento básico?

O Governo prometeu, durante o tratorado, que ia resolver o problema. Resolveu nada. Fez dois leilões de 150 mil toneladas, para uma produção de 13 milhões de toneladas que tivemos, para uma invasão de arroz uruguaio de mais de um milhão de toneladas, sem fiscalização nas fronteiras, sem classificação de tipo do arroz que está entrando, concorrendo com o nosso arroz.

Quando o Presidente Lula foi procurado pelas lideranças do setor, deu uma resposta que, para mim, é inusitada. Eu não estava na reunião, mas me contaram, e vou acreditar, porque vários líderes me contaram. O Presidente Lula falou: “Temos que continuar importando arroz do Uruguai para ajudar o Uruguai. Temos que continuar importando trigo da Argentina para ajudar a Argentina. E temos de encontrar alguma coisa da Venezuela também para importar da Venezuela, para ajudar a Venezuela.” Quem vai ajudar os produtores brasileiros? Se o Presidente Lula está preocupado com a Venezuela, com os produtores do Uruguai, com os produtores da Argentina, alguém tem de se preocupar com os produtores brasileiros, que estão vendendo arroz a R\$10,00, que estão vendendo trigo a R\$17,00, que estão quebrando, assim como os produtores de leite, que estão no sacrifício, como bem disse o Senador Ramez Tebet.

Então, está na hora de o agricultor voltar a ser respeitado neste País. Há um ou dois anos, eu dizia que a maior conquista dos produtores rurais brasileiros não é nem a safra que colhem, mas o respeito que a socie-

dade dedica a eles. O Governo não tem dedicado esse respeito ao produtor rural, no momento em que não cumpre sequer a política oficial de preços de garantia. Se não cumpre a política oficial de preços de garantia pode ser chamado de um Governo sem palavra, que não cumpre compromissos de verdade.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Continua em discussão, então, a declaração de prejudicialidade em relação ao parecer do Senador Ramez Tebet, para a questão da inclusão do leite na pauta de produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Osmar Dias está coberto de razão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Concorde.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Está havendo um desprezo muito grande a uma classe laboriosa e importante, que tem sido o sustentáculo desta Nação, que são os produtores rurais, de uma forma geral.

Na questão específica do leite, o leite talvez gere mais de três milhões de empregos neste País. Existem famílias que se sustentam, única e exclusivamente, do leite. São os pequenos chacareiros, são as pequenas propriedades em que os proprietários não têm alternativa a não ser o leite, até mesmo por falta de incentivos também do Governo Federal. Então, são milhões e milhões de pessoas.

Os preços sempre foram muito baixos. Além disso, há a importação. Esse é um grande problema. O Governo importa. Atualmente, o País está importando leite, às vezes de péssima qualidade, leite em pó, deixando de prestigiar e de dar o preço que realmente merece o leite brasileiro. Com isso, vem o desestímulo.

Com relação à tecnologia, é lógico que nem se compara. Creio que 2% dos produtores de leite têm ordenha mecânica, podem estabular, fazem silagens e assim por diante. Aqueles que fizeram isso – foram estimulados pelo próprio Governo – hoje estão pagando um preço muito grande por terem implantado tecnologias nas suas propriedades. Por quê? O que tira leite, o tradicional, solta a vaca no pasto, e o leite que ela der, deu, acabou, em função só do capim. Mas aquele que tem que pagar a silagem, tem que pagar a ração, está altamente sacrificado.

Assim estão os produtores de uma forma geral, os produtores de soja e de milho. Os produtores de milho, na minha região, não têm nem comprador, não há preço nem comprador. A soja está R\$24,00, quando o custo de produção está em torno de R\$31,00 ou R\$32,00. A situação é muito crítica e o Governo Federal não está dando a devida atenção. Praticamente todos os dias em que vou à tribuna do Senado falo sobre esses problemas, e o Governo, a meu ver, está insensível. E o País pagará um preço muito alto por isso, a partir do próximo ano, quando se reduzirá muito a área plantada. Quem tem moinho de calcário hoje está dizendo que, enquanto no ano passado, por exemplo, teria vendido já não sei quantas mil toneladas, neste ano não se vendeu nem 15% daquela quantidade. Ou seja, haverá uma redução drástica da área plantada. Concomitantemente, a produção também será baixíssima, o País deixará de exportar, de gerar empregos. Aliás, reduzirá empregos na agricultura, que é o emprego mais baixo deste País. A situação é realmente bastante crítica.

Todos os dias, nós que somos desta Região do Centro-Oeste, de Goiás, e naturalmente os matogrossenses também e os paranaenses devem estar recebendo todos os dias centenas de telefonemas de agricultores desesperados. Na minha cidade de Jataí, inclusive, um agricultor endividado, pressionado, suicidou-se. Estão lá os avalistas em tempo de seguir o mesmo caminho, porque não têm como fazê-lo e não há perspectiva nenhuma, o Governo não acena com possibilidade alguma. Foi um gaúcho, inclusive, de uma família grande em Jataí que se suicidou, desesperado com essa situação. O Governo tinha que dar uma atenção especial.

Há um Ministro que sabe de tudo isso de que estamos falando. É competente, é da área e tem o apoio dos agricultores. Esse Ministro teria que romper as barreiras da área econômica ou dar um jeito de falar com o Governo, com a área econômica ou com o Presidente. Ou atende os agricultores ou não faz sentido ter um Ministro da competência, da grandeza do Roberto Rodrigues, fazendo um papel que não é condizente com a agricultura brasileira.

Portanto, quero fazer coro com as palavras do Senador Osmar Dias e, mais uma vez, utilizar deste espaço para fazer um apelo às autoridades no sentido de olhar a agricultura com os olhos que ela realmente merece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria, em pri-

meio lugar, de louvar o brilhante relatório do Senador Ramez Tebet e fazer coro com as palavras que estão sendo ditas aqui com respeito à política agrícola do Brasil, um País em que sustentação econômica, emprego e equilíbrio da balança comercial estão centrados no agronegócio.

Se alguém lá de fora colocar uma lupa no Brasil pensará que a agricultura e a pecuária neste País devem ser muito fortes, bem organizadas e com muito incentivo, porque a grande sustentação do País realmente está na terra, está no produtor rural. E não é verdade. Se tratássemos a questão agrícola e pecuária com o mesmo carinho com que se trata da questão do mercado financeiro, tenho certeza de que estaríamos muitos passos à frente desses países do G-7 e do G-8. Mas parece que existe até uma orquestração, em que, na verdade, não temos condições de superação da nossa dificuldade, colocando um freio nos produtores rurais. Há obstáculos quase intransponíveis que, na verdade, mantêm esse ritmo de produção nacional, dada a teimosia, a coragem e a ousadia dos agricultores e dos pecuaristas. Essa é a grande verdade que se passa neste País. E como seria bom se transformássemos o preço do leite no preço da água mineral. Para a água mineral, não há praticamente nenhum esforço de busca nos mananciais, no engarrafamento e na sua colocação no mercado. Vejam a diferença de preço! Vejam a diferença, também, na qualidade do alimento! O leite é indispensável a todos nós. A água é também, mas não precisa ser tão diferente o comércio de um e de outro.

Portanto, deixo aqui minhas palavras – somadas às palavras dos meus companheiros Senadores que analisaram esse projeto. Que continuemos nessa luta. Continuemos na resistência por uma economia mais organizada, mais aplicada neste País para que possamos fazer com que o brasileiro tenha esperança de desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Quero, também, da minha parte, fazer minhas palavras e opiniões de todos os Senadores que já se manifestaram sobre esse assunto e também demonstrar, assim, perplexidade e estranheza em razão do tratamento que uma área tão fundamental para o Brasil recebe em termos de orçamento, de discussão, de valorização, sendo que o agronegócio, no ano passado, foi responsável por todo o saldo da balança comercial do Brasil – R\$35 bilhões –, o que vem sustentando, na verdade, o País por muitos anos. Com o dólar no valor que está, com as dificuldades de financiamento – mencionadas pelo Senador Osmar Dias – em termos de aquisição, pelo Governo Federal, dos produtos, além

de todos os outros problemas, realmente, temos que temer muito pelo futuro da área e pelas consequências em termos da riqueza de que o Brasil tanto precisa, e também em termos de geração de emprego, manutenção da tranquilidade e segurança.

Que esta Comissão de Agricultura e de Reforma Agrária possa, também, contribuir para que se ultrapassem esses problemas, sendo um mecanismo de diálogo, de entendimento e de pressão para a valorização que a área merece.

Não havendo mais quem queira discutir o projeto de lei, está encerrada a discussão.

Em votação o parecer do Senador Ramez Tebet.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a declaração de prejudicialidade permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Passaremos ao último item da pauta, Item nº 7.

Requerimento nº 22/2005, de autoria do Senador Demóstenes Torres. Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública com vistas a instruir a apreciação, por esta Comissão, do PL nº 171/1999, que dispõe sobre as sociedades cooperativas, como também do PLS nº 428/1999 e do PLS nº 605/1999, que tramitam em conjunto. O Sr. Senador Demóstenes Torres é o Relator das proposições que foram mencionadas.

Em discussão o requerimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Flávio Arns, Presidente, sou autor do Projeto nº 171/1999. Vou repetir: Projeto nº 171/1999.

Depois, o Senador Eduardo Suplicy apresentou o Projeto nº 428/1999 e o então Senador José Fogaça apresentou o Projeto nº 605/1999. Ficamos aqui reclamando que o Congresso não vota por conta das medidas provisórias. No entanto, vamos ser sinceros. Às vezes, o Congresso não vota porque não tem vontade de votar. Sinceramente, quando apresentei esse projeto, a cor da minha barba era igual à da sua. Já estou com a barba branca, e o projeto ainda está aqui. Já fizemos muitas audiências públicas! Muitas! E vamos fazer mais audiências públicas. Para esclarecer o quê? São seis anos, e esse projeto ainda está aqui para ser votado. Seis anos! Por que não o põem para votar, e quem for contra vota contra, quem for a favor vota a favor, quem não concordar apresenta emendas?

Agora, vamos fazer mais audiência pública. Lembro-me de que, na Comissão de Assuntos Econômicos, fizemos umas três audiências públicas; na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, umas quatro audiências públicas. E o projeto não foi votado depois de tantas audiências públicas! E sabem por quê? Porque a base aliada do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, na campanha, dizia que o cooperativismo era o principal instrumento de desenvolvimento do setor agrícola do País, que dizia que queria apoiar as cooperativas, não permitiu que se votasse o meu projeto, porque achou que era muito avançado e que dava muitas prerrogativas para as cooperativas. Sabe qual era a prerrogativa que se dava? Era exatamente o ato cooperativo, com o qual não concordaram, porque esse ato é aquele exercido entre a cooperativa e o cooperado. E, nesse ato cooperativo, há benefícios fiscais. Então tudo o que trata de benefício fiscal no País, o Governo não deixa votar. Agora, benefício fiscal para uma cooperativa significa promover desenvolvimento, e a arrecadação do Governo vai crescer com as cooperativas, com o produtor rural crescendo.

Bom, aí veio o Governo Lula. Eu falei: esse vai deixar votar, porque até o Suplicy apresentou um projeto. Que nada! Pediram mais audiência pública. Enrolaram-me! E, na verdade, estou sendo enrolado há 6 anos com esse projeto, pelo Governo anterior e pelo atual Governo! E aqui não vou culpar os governos, não. Vou colocar a responsabilidade no Congresso Nacional, no Senado Federal, porque não querem votar um projeto que pode modernizar a legislação do cooperativismo brasileiro, que poderia ter evitado, por exemplo, toda a discussão da qual participou o Senador Juvêncio da Fonseca, quando estávamos discutindo, num grupo com V. Ex^a também, o problema do PIS/Cofins, quando as cooperativas aqui estiveram e tivemos aquele problema sério do cooperativismo, e foi assumido um compromisso pelo Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, durante a votação. Cedemos na votação, porque houve um compromisso, que foi esquecido também, e as cooperativas continuam tendo que pagar PIS/Cofins e sendo penalizadas por contribuir com o desenvolvimento nacional.

Modernizar a Lei do Cooperativismo deveria ser um compromisso, não precisava nem de ter ido à campanha eleitoral, às cooperativas e dizer “Olha, se eu for presidente, o cooperativismo vai crescer comigo! Se eu for presidente, nós vamos fazer esse cooperativismo ser a principal ferramenta deste País!”, como disse também o Presidente Lula, quando foi lá à Cocamar, em Maringá, e V. Ex^a sabe disso, cooperativa da qual, inclusive, fui funcionário, quando comecei a minha vida como engenheiro agrônomo. Foi lá que comecei. E a

cooperativa ficou animada, só que não recebeu nada de apoio. E nem a lei permitem votar!

Então faço um apelo a V. Ex^a: vou votar contra a audiência pública. Vou votar contra, não vou pedir verificação de quórum. E creio que vai acabar empatando aqui, se o Juvêncio votar, tendo V. Ex^a que desempatar. Mas digo uma coisa: não há necessidade mais de audiência pública. Temos é que votar esse projeto, votar! O Relator pode apresentar um relatório para votarmos.

E peço que esse assunto seja colocado em pauta, porque, se não o for, vou usar o que determina o Regimento e pedir que seja colocado no plenário diretamente, porque faz 6 anos de Comissão. Está certo que esta Comissão levou 15 anos para ser criada, porque o projeto tinha 15 anos, mas, muitas vezes, não ficamos aqui dois, três mandatos para acompanhar os nossos projetos. Precisamos de dois mandatos, pelo menos, para acompanhar um projeto desse? É uma vergonha para o Congresso Nacional não votar um projeto desse, tão importante para o País. Quem não gosta do projeto, vote contra, mas vamos votar!

Por isso, vou votar contra a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Muito bem. Senador Juvêncio da Fonseca, com a palavra V. Ex^a!

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS)

– Jamais poderia votar contra uma proposição do Senador Osmar Dias, que é um dos Senadores mais atuantes, produzindo diuturnamente um trabalho eficiente aqui no Legislativo, no Senado Federal, com colocações sempre transparentes, lúcidas e necessárias para o povo brasileiro. Portanto, faço das palavras do Senador Osmar Dias minhas palavras.

Estamos sentindo, e esta é uma realidade, que o trabalho legislativo está desordenado e precisa ter mais eficiência. Temos tempo e condições para isso, mas não acontece a celeridade dos projetos.

Há projetos inclusive, Senador Osmar Dias, que, sequer contrariando interesse de Governo, andam. Por exemplo – vamos falar dos nossos projetos: tenho um projeto que proíbe a exigência de teste genético para que as pessoas ingressem em um contrato de plano de saúde; um teste genético que possa verificar a possibilidade de doenças degenerativas na velhice. Com isso, os planos de saúde não evitariam, de forma alguma, que fizéssemos a contribuição a vida toda e, no final, tivéssemos o nosso amparo à saúde, em razão de doenças degenerativas. Esse projeto já está na Casa há quase cinco anos, Senador Osmar Dias, e ainda não passou pela CCJ. É triste dizer isso.

E quando saímos do Senado e vamos mostrar a nossa folha de trabalho, só aparecem os projetos,

mas não a transformação desses projetos em lei. Parece até que votamos apenas aquilo que o Governo deseja e quer, e agora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)
– Muito bem.

Com todo o respeito que merece o Senador Demóstenes Torres, quero fazer uma sugestão e relatar inclusive toda a discussão que houve. Com relação aos argumentos trazidos quanto à demora na tramitação do projeto, há também a possibilidade de utilizarmos instrumentos menos formais que a audiência pública. Podemos, por exemplo, chamar as cooperativas para, em uma reunião de trabalho, opinarem sobre aquilo que julgarem importante, objetivando essa celeridade que foi proposta e com a qual concordo, inclusive diante dos argumentos do Senador Juvêncio da Fonseca.

De qualquer forma, já colocamos a matéria em votação, e o Senador Demóstenes Torres, sem dúvida, também entende toda essa preocupação externada nesta reunião.

Está encerrada a discussão.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Aceito a sugestão de V. Ex^a e me disponho a promover, entre o Senador Demóstenes e a OCB, que é a Organização das Cooperativas do Brasil, uma reunião de esclarecimento ao relator.

Depois, durante o processo de discussão, estaremos aqui para debater e esclarecer todas as dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)
– Exatamente.

Eu inclusive tenho participado de debates sobre a Lei do Ato Médico, cuja relatora, a Senadora Lúcia Vânia, tem feito reuniões de trabalho que apresentam um resultado muito positivo e permitem a pressa necessária, que aqui já se estende por alguns anos.

Nesse sentido, está encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O requerimento está rejeitado.

A Comissão fará esse esforço, que será bastante útil, no sentido de orientar a apresentação do relatório, a discussão e a votação dos projetos de lei que estão sob a responsabilidade de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Nada mais havendo a discutir no dia de hoje, está encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 11h05min.)

SENADO FEDERAL

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da Vigésima Primeira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 17 de agosto de 2005, quarta-feira às 09:30 horas.

Às dez horas e cinco minutos do dia dezessete de agosto de dois mil e cinco, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência interina do Vice-Presidente da Comissão, Senador Flávio Arns, e do Presidente da Comissão, Senador Sérgio Guerra, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a presença dos Senadores: Flexa Ribeiro, Gilberto Goellner, Heráclito Fortes, Ramez Tebet, Aelton Freitas, Osmar Dias, Leonel Pavan, Valdir Raupp, Sérgio Zambiasi e Augusto Botelho e ainda o Deputado Érico Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da reunião anterior que é dada como aprovada. O Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Flávio Arns, comunica que a presente reunião destina-se à Audiência Pública com vistas a tratar da orizicultura, bem como discutir alternativas para equalização do tema, uma vez que o setor orizícola dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul apresentam a maior crise de sua história, em cumprimento ao Requerimento nº 16, de 2005 – CRA, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, aprovado em 29 de junho de 2005. O Senhor Presidente em exercício, Senador Flávio Arns, concede a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias. Este propõe que os Senhores Senadores mudem a ementa acima enunciada, conforme descrita no Requerimento nº 16, de 2005, para que se discuta a crise na área do arroz em nível nacional e que não fique restrita aos Estados citados na ementa. Aprovado o adendo do Senador Osmar Dias, o Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Flávio Arns, concede a palavra ao primeiro orador, Sr. Juarez Petry de Souza, Vice-Presidente da Fedearroz. Após a explanação do convidado, o Senhor Vice-Presidente em exercício, Senador Flávio Arns, passa a condução dos trabalhos ao Presidente da Comissão, Senador Sérgio Guerra. O Senhor Presidente, Senador Sérgio Guerra, passa, então, a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias e, a seguir, aos Senadores Paulo Paim e Gilberto Goellner. Logo após, o Senhor Presi-

dente, Senador Sérgio Guerra, concede a palavra ao Sr. Marco Aurélio Tavares, do Instituto Rio-Grandense do Arroz – Irga e, em seguida, ao Sr. Carlos Sperotto, Presidente da Farsul. Após breve comentário sobre o tema da Audiência, o Senhor Presidente, Senador Sérgio Guerra passa a palavra ao Sr. José Maria dos Anjos, Diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário da Secretaria de Política Agrícola. O próximo orador a falar é o Sr. Ronaldo Lázaro Medina, Coordenador Geral de Administração Aduaneira da Receita Federal do Brasil e, logo após, o Embaixador José Antônio de Carvalho, Diretor-Geral do Departamento de Integração do Ministério das Relações Exteriores. Usam da palavra, ainda, os Senhores Senadores Leonel Pavan, Pedro Simon, Paulo Paim, Sérgio Guerra e Sérgio Zambiasi. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Sérgio Guerra, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Bom-dia a todos os presentes!

Há quórum regimental e, por consequência, declaro aberta a 21ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária(*).

Em primeiro lugar, requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a concordância do Plenário, é dada como aprovada.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu gostaria, no início da reunião, antes até de ouvirmos os convidados, de fazer um reparo no título, na ementa da convocação para esta audiência pública. Aqui diz: “Audiência pública com vista a tratar da orizicultura, bem como discutir alternativas par a equalização do tema, uma vez que o setor orizícula dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul apresentam a maior crise da sua história, em cumprimento ao Requerimento nº 16”.

De autoria dos Senadores Paulo Paim, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi. Aprovado em 29/06/2005.

Eu gostaria de propor que a crise na cultura do arroz fosse discutida porque ela existe no Brasil inteiro, e não apenas nesses Estados. Acho que, aqui, há uma restrição, e há outros Estados que sofrem da mesma crise. É só perguntar para o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, por quanto ele vendeu uma saca de

arroz no Maranhão, no Estado em que ele produziu o arroz. Ele vai confirmar que essa crise é generalizada, e aqui estamos para discutir a cultura do arroz.

Mas poderíamos discutir todas as outras culturas neste momento em que a agricultura se encontra também sufocada por uma crise cambial, já que o fator principal que existe hoje, na agricultura, além da estiagem, é esse câmbio irreal que estamos tendo de suportar, que derrubou os preços, mas que não teve a mesma influência nos preços dos insumos e do custo de produção, e estamos sofrendo exatamente por esse componente que muitos do Governo elogiam, mas que está matando a economia do País.

Eu estava lendo hoje os jornais e, em todas as manchetes, lê-se que há uma redução drástica no comércio das cidades do interior do Brasil, em função da crise na agricultura.

Então, essa situação está se acentuando, está se agravando, e eu gostaria de propor que não limitássemos a discussão a esses Estados, mas sim que a estendêssemos a todos o Estados brasileiros, porque a crise afeta todos os produtores de todos os Estados.

É a proposta que faço ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Certo.

Antes, eu gostaria de ressaltar que, de fato, a ementa para esta audiência pública foi transcrita, na verdade, do requerimento aprovado por esta Comissão. Mas quero também enfatizar que V. Exª está coberto de razão no sentido de que a crise na área do arroz não se restringe aos Estados citados na ementa. É uma crise nacional e, pelos fatores também levantados por V. Exª, ela se estende a outras culturas.

Se os Senadores presentes concordarem, mudaríamos essa ementa, porque o setor orizícula do Brasil apresenta a maior crise da sua história. Então, que abordássemos, nesta audiência pública – sem dúvida, seria este o objetivo –, não só os Estados do Sul e de Mato Grosso do Sul, mas do Brasil.

Se todos concordam, mudamos a ementa para “a maior crise do Brasil”. (Pausa.)

Está aprovada.

Agradeço a V. Exª.

Como já mencionado, esta audiência pública destina-se a tratar do tema orizicultura, conforme aprovação do Requerimento nº 16, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, informo que, no dia 19 de agosto, sexta-feira, conforme requerimento aprovado nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, haverá uma audiência na cidade de Irati(*), Paraná, para a discussão, com todos os seto-

res envolvidos, da Convenção Quadro, sobre controle do uso do tabaco, para cuja audiência pública todos os Srs. Senadores estão convidados.

Então, na próxima sexta-feira, dia 19 de agosto, na cidade de Irati, no Paraná – inclusive, a cidade de Irati foi proposição do Senador Osmar Dias, feita na última reunião desta Comissão, por estar inserida na região do Paraná, onde a plantação de fumo é bastante intensa. Assim, haverá maior facilidade para que as pessoas envolvidas possam participar dessa audiência pública.

A Mesa desta audiência pública é composta pelo Sr. José dos Anjos, Diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário, da Secretaria de Política Agrícola; à minha direita, pelo Embaixador José Antônio de Carvalho, Diretor-Geral do Departamento de Integração do Ministério das Relações Exteriores; também à minha direita, pelo Dr. Ronaldo Lázaro Medina, Coordenador-Geral de Administração Aduaneira da Receita Federal do Brasil; e, na minha esquerda, por Juarez Petry de Souza(*), Vice-Presidente da Federarroz(*), também pertencente ao Sindicato Rural de Tapes(*) e Sentinela do Sul, Rio Grande do Sul.

Cada integrante desta audiência pública terá o tempo de 10 minutos para discorrer sobre o assunto e, após esta apresentação, haverá a abertura para os questionamentos, perguntas e posicionamentos dos Srs. Senadores.

Em primeiro lugar, com prazer, passo a palavra ao Dr. Juarez Petry de Souza, Vice-Presidente da Federarroz.

O SR. JUAREZ PETRY DE SOUZA – Minha saudação a todos os membros que compõem esta Mesa de trabalho e, em especial, o agradecimentos dos produtores de arroz do Rio Grande do Sul.

Como ressalva, o Senador Osmar Dias disse que devemos tratar aqui, hoje, não do problema dos arrozeiros do Rio Grande do Sul, mas do País inteiro.

O agradecimento muito especial dos produtores de arroz, então, do Brasil aos Senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon, que, representando o Estado do Rio Grande do Sul, fizeram a solicitação desta audiência pública para tratar do assunto arroz.

A minha pessoa representa a Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul, o qual, particularmente, é o responsável por cerca de 50% de todo o arroz que é consumido nos 5.551 Municípios brasileiros. Nós produzimos esse arroz na metade sul, em 131 Municípios. Então, isso é para deixar bem clara a importância econômica que tem a produção orizícola naquela região extrema do Brasil.

Além disso, hoje, o Mato Grosso é o segundo produtor de arroz brasileiro, Santa Catarina é o terceiro, o Maranhão é o quarto, e assim por diante.

O quadro dessa crise que estamos denunciando ocorre em função de que o próprio Governo, por meio de órgãos ligados ao Ministério da Agricultura, aponta-nos um custo de produção do arroz em torno de R\$30,00 por saca de 50 quilos. E, hoje, o mercado está remunerando em torno de R\$18,00 a R\$19,00 por saca de arroz irrigado. Sabe-se que aqui, no Centro-Oeste, o preço varia de R\$10,00 a R\$15,00 por saca de 60 quilos para o arroz do sequeiro, quando o custo desse tipo de arroz deve estar em torno de R\$25,00 a R\$27,00.

Então, esse é o quadro. O Brasil, nos últimos dois anos, se tornou auto-suficiente na produção de arroz. Para um consumo de 12.800 milhões de toneladas, produzimos o suficiente.

Portanto, a Federarroz, apoiada pelos produtores de arroz do Centro-Oeste, do Maranhão e de Santa Catarina, num conjunto, tem denunciado, juntamente com a nossa Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul, a Farsul, e também com o apoio do Instituto Rio-Grandense do Arroz, uma autarquia vinculada à Secretaria de Agricultura do Estado, tem denunciado que o Brasil, mesmo sendo auto-suficiente, inclusive com grandes possibilidades de gerar excedentes exportáveis, tem dificuldade na importação de arroz de países do Mercosul, especificamente do Uruguai e da Argentina. Nos últimos quatro anos, importamos cerca de 2.500 a 3.000 milhões de toneladas de produtos oriundos destes países do Mercosul, sem falar do arroz que vem de outros países. Inclusive, a Federarroz entrou com um pedido administrativo junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em janeiro deste ano, sobre a possibilidade de o Governo nos conceder salvaguarda. Quando as indústrias argentinas se sentem prejudicadas em relação aos produtos brasileiros, ele pede em relação aos nossos produtos que vão para lá.

Queremos deixar bem claro nesta audiência pública que o Senado nos proporciona para discutirmos essa problemática do setor orizícola que essa questão da importação de um produto em que somos auto-suficientes é um fator determinante do prejuízo para toda a orizicultura brasileira.

E por que há essa entrada de produtos de lá para cá? Hoje, os arrozes uruguaio e o argentino têm acesso ao mercado internacional de insumos que nós, produtores brasileiros, e não só de arroz, mas de toda a agricultura, não temos. Há um mercado fechado de agroquímicos tanto para a lavoura de arroz quanto para toda a agricultura: herbicidas, fungicidas e inseticidas.

Há também o custo da maquinaria lá utilizadas, que são produzidas no Brasil e vendidas na Argentina e no Uruguai por um preço 40% a 45% mais barato do que aqui. Então, isso caracteriza uma concorrência desleal, porque proporciona aos produtores arrozeiros uruguaios e argentinos um custo de produção mais baixo.

No caso dos agroquímicos, quero deixar claro que chegou a haver casos em que o produto lá, custa 70% menos do que custa aqui.

Bem, a questão de política agrícola nos preocupa sobremaneira, porque, desde o ano de 2004, antes de plantarmos a safra em setembro, outubro e novembro de 2004, viemos trabalhando sistematicamente, junto aos diversos órgãos do Ministério da Agricultura, tentando sensibilizar e apontando essa série de problemas que estávamos vendo e praticamente não se conseguiu evoluir.

Hoje, a conclusão a que se chega é que o agricultor brasileiro de arroz e até de outras culturas – mas estamos tratando do arroz especificamente – dialoga, reivindica e apresenta alternativas para o poder público competente achar solução e ajudar na solução. E a conclusão é que o agricultor brasileiro acaba voltando para as suas bases, para a sua terra, para a sua lavoura com o pensamento de que ele é o grande culpado da crise, porque ele está produzindo. Essa é uma situação que não pode perdurar, porque estamos, efetivamente, gerando emprego, gerando renda, dentro das nossas comunidades, e o produto vindo de outros países.

O Senado, a Câmara dos Deputados e o conjunto de órgãos diretivos que temos em Brasília, todos têm conhecimento dessa situação. Em fins de junho, a nossa Confederação Nacional de Agricultura, pressionada pelos agricultores de todas as culturas brasileiras, veio, num movimento ordeiro, pacífico, buscar sensibilizar os órgãos competentes em Brasília no Movimento Alerta do Campo, denominado popularmente como Tratoração. E, depois de algumas audiências que houve com os órgãos responsáveis pela política agrícola e principalmente também com o Presidente da República, retornamos, na expectativa de que seríamos atendidos em algumas daquelas reivindicações. Para nós, é uma constatação muito deprimente, porque voltamos para o interior para tentar continuar produzindo, e a situação continua a mesma. daquelas medidas, praticamente quase nada foi atendido. Existem alguns contratos de opções que, infelizmente, não atingiram os seus objetivos. Deveriam ter vindo no início da safra. Hoje, já estamos na antevéspera de um novo plantio, e a aflição dos produtores em todo Brasil é muito grande.

Senador, isso era o que eu tinha para relatar. Espero que, efetivamente, já que não há uma ação, pelo menos que haja uma reação dos órgãos competentes

para atender um setor que é responsável e que era apontado, há um ano, um ano e meio, como o grande responsável pelo superávit da balança de pagamentos. Era cantada em prosa e verso a agricultura brasileira. Então, alguma coisa tem que estar mal. Como é que pode um setor, que, há cerca de um ano ou um ano e meio, era responsável por todos aqueles elogios e louvações, hoje estar aqui solicitando todo esse tipo de providências para resolver esse conjunto de problemas que está se avizinando?

Um país que partiu de aproximadamente 80 milhões de toneladas e foi até 130 milhões de toneladas em questão de quatro a seis anos, estamos prevendo que vai voltar para a produção de 100 a 105 milhões de toneladas, bem ligeiro, e isso não será por culpa do produtor, mas simplesmente por culpa da política agrícola, no nosso entender.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Em primeiro lugar, agradeço a participação do Dr. Juarez Petry de Souza, que é vice-presidente da Federarroz, Federação da Associação de Arrozeiros.

Antes de conceder a palavra a V. Ex^a pela ordem, Senador Osmar Dias, passo a condução dos trabalhos ao Presidente desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Senador e amigo Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, lamentavelmente, as coisas acontecem aqui na quarta-feira ao mesmo tempo. Acabo de ser convocado para a reunião do Conselho Político do meu Partido, para decidir a posição do Partido em relação à crise política, agora. Como Líder do Partido, terei de estar presente e dar minha opinião, mas pretendo voltar. Gostaria, porém, de deixar uma pequena contribuição ou provocação aos convidados, para que esse assunto já pudesse ser abordado. Sabemos que a crise que afeta o arroz tem nascedouro na mesma crise que afeta o trigo, e os mesmos motivos.

Lembro aqui o fim da década de 80, começo da década de 90, quando praticamente se dizimou a cultura de algodão no País. O Paraná produzia cerca de 50% do algodão do Brasil e teve essa cultura dizimada, não por pragas, como quiseram dizer depois, mas, principalmente, por um fator: os importadores tinham dois anos de prazo e faziam muito mais uma operação de crédito do que uma importação de algodão. É claro que, com dois anos de prazo, eles preferiam importar o algodão, valer-se dos benefícios desse empréstimo

e, depois, pagar em dois anos, com juros baixos, como ocorria com o crédito internacional.

E o que ocorre com o arroz e o trigo neste momento é a mesma coisa. Vemos que aqueles que compram arroz lá de fora têm um crédito para pagar em seis meses e, no caso do trigo, de até um ano. Isso significa uma diferença muito grande para quem tem de pagar a vista esses produtos, se comprar no mercado nacional. Então, a preferência pelo arroz e pelo trigo importados tem essa motivação, aliada à questão do câmbio. O sujeito faz uma dívida agora, com o câmbio fechado em R\$2,30 a R\$2,35, e é claro que vai ganhar dinheiro em cima dessa operação de crédito. Essas operações de crédito estão sendo feitas para importar arroz, entupindo o nosso mercado; estão sendo feitas para entupir o mercado de trigo, e o produtor nacional está sendo penalizado por isso.

Não resolvido esse problema, eu não consigo vislumbrar solução para o problema do arroz e do trigo a curto prazo, já que praticamente nenhuma das promessas que o Governo fez durante o “tratoração” foi cumprida. Por isso, deixo aqui essa provocação, porque acho que o caminho para uma solução também está em resolvermos esse problema, que são mais operações de créditos feitas do que propriamente importação.

Peço licença para ir até a reunião do Partido. Volto com certeza.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Senador Sérgio Guerra, eu e os Srs. Senadores Pedro Simon e Sérgio Zambiasi encaminhamos requerimento para que essa importante audiência pública se realizasse, ouvindo os representantes dos produtores e também do Governo. Por isso, solicito a V. Ex^a, se possível – já havia conversado com a assessoria e com o Sr. Flávio Arns –, ouvir também, antes de ouvir os três representantes do Governo nas suas respectivas áreas, o presidente da Farsul, Carlos Sperotto, e o do Irga, Sr. Marco Aurélio. Creio que ambos têm boa contribuição a dar neste debate, tão importante para todos nós.

Então, esta é a solicitação à Mesa: que os representantes do Irga e da Farsul possam fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Bem, eu queria, primeiro, trazer uma rápida palavra sobre fatos que dizem respeito ao funcionamento da nossa área e que interessam também aos que estão hoje falando em nossa Comissão.

Uma das várias consequências do envolvimento de parlamentares e instituições na crise atual é a di-

ficuldade de concentrar esforços em áreas objetivas. Parlamentares são tomados por ocupações que não dependem de ele decidir oportunidade nem prazo. Aliás, não estamos decidindo nada aqui, estamos trabalhando atrás dos fatos. Pessoalmente, estou bastante envolvido com uma das Comissões Parlamentares de Inquérito e ainda com o meu Partido, com os partidos que estão envolvidos no mesmo processo. Assim como eu, muitos estão com extrema dificuldade em contribuir para as questões práticas do País, que se avolumam e não estão tendo solução.

Tenho conversado com meus amigos da área da agricultura e sei que nada está sendo resolvido. Há a vontade de algumas pessoas de resolver – reconheço isso –, há o esforço de muitos para que as coisas se equacionem – também reconheço. Há até pessoas do Governo muito interessadas em resolver, mas as soluções não se concretizam. Está todo mundo esperando que a sorte ajude, que alguma coisa iluminada seja capaz de superar os fatos e a realidade, porque a realidade e os fatos apontam para crise no curto, no médio e no longo prazos. Ninguém pode substituir fatores reais, concretos, que não são superáveis, especialmente quando se trata de uma atividade produtiva cujo funcionamento tem a ver com o clima, com prazos que não dependem de ninguém etc.

Vamos fazer uma reunião na semana que vem, na terça-feira, ou tentar fazer uma reunião com o conjunto de parlamentares que têm foco na área de agricultura, para dar a esse conjunto a noção da crise que vivemos e que vamos viver, para que possamos atuar mais efetivamente quanto a esse assunto.

Ainda agora, estou coletando assinaturas de apoio a um requerimento que trata de um destaque desta Comissão para a Lei de Diretrizes Orçamentárias que não foi incorporado. Nós temos que ter esse requerimento pronto, com as assinaturas devidas, até o meio-dia. Para dar idéia da desordem que está aí: a sessão do Congresso marcada para as dez horas não pôde se realizar no plenário da Câmara, porque havia uma sessão de solenidade; depois, a outra, marcada para as 11 horas, teve de ser adiada para o meio-dia. Isso significa que não há sequer coordenação das agendas mínimas em torno do funcionamento do Congresso, que é a instituição mais importante de todas.

Feito esse esclarecimento, quero ouvir o Senador Flávio Arns, que estava orientando a nossa reunião. Qual seria, imediatamente, a pessoa a ser ouvida? Se não me engano, há uma sugestão do Senador Paim. (Pausa.)

Concedo a palavra o Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Senador Flávio Arns, senhores convidados, representante do Ministério das Relações Exteriores, presidente da Federarroz, José Maria dos Anjos, do Mapa, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, vou traçar um paralelo entre a situação do Rio Grande do Sul e a do Estado de Mato Grosso. Solicitei ontem...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, sem querer criar um encaminhamento contrário ao que a Mesa deu por sugestão do nosso nobre Senador, que também é especialista nessa área, gostaria de sugerir algo. Talvez fosse melhor que primeiro ouvíssemos os convidados, para que, depois, nós, Senadores, fizéssemos as nossas considerações. Inclusive, o Senador tinha me dito que os convidados poderiam falar primeiro. Se o Senador concordar...

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT) – Concordo, sim.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Com a palavra, o Sr. Marco Aurélio Tavares, do Irga, Instituto Rio-Grandense do Arroz.

O SR. MARCO AURÉLIO TAVARES – Senador Sérgio Guerra, Presidente desta Comissão, demais integrantes da Mesa, Srs. Senadores, Srs. Deputados, demais componentes desta reunião, iniciaria basicamente mencionando que o simples convite feito trata e define a grandeza da crise na orizicultura, como foi mencionado, no Brasil. Evitarei traçar paralelos dessa crise – que é vista nesse convite, pelo Senado Federal –, dizendo que, atualmente, não apenas no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil, o orizicultor está fadado, em um curto prazo, a não ter sobrevida.

Vou me estender, basicamente, a uma agenda mínima, a uma agenda de sobrevivência para o setor. Há mais de doze meses, temos vindo a Brasília discutir com o Ministério da Agricultura e outros Ministérios soluções para uma produção que, no Brasil, nos últimos dois anos – sabidamente, Senador –, cresceu mais de três milhões, tornando-nos, após várias décadas, auto-suficientes.

O próprio Instituto Riograndense do Arroz – e aqui represento o Presidente, Pery Francisco Sperotto Coelho(*) – desenvolveu uma agenda positiva, por meio da difusão de alta tecnologia, em que se conseguiu, no primeiro ano, incrementar a produtividade em 20%. Em dois anos, conseguimos, como eu disse, a auto-suficiência. E, hoje, estamos pagando caro pelo sucesso.

Portanto, colocaria, preliminarmente, como uma agenda mínima, uma agenda de sobrevivência, que a prorrogação dos custeios, que há mais de trinta dias foi anunciada, foi negociada – falo em nome dos orizi-

cultores – para que o produtor do Rio Grande do Sul evite fazer pressão no mercado porque hoje ele está atônito, não sabe o que fazer.

O mercado no Rio Grande do Sul já caiu para um preço que representa quase que a metade do que estava sendo praticado há um ano. Hoje, estamos praticando preços que não são mais de sobrevivência. Entendemos como preço de sobrevivência, no mínimo, R\$20,00, que é o preço mínimo do Governo, Sr. José Maria. Hoje, já estamos operando a R\$3,00. Temos um custo de produção do Irga(*) e da Conab, que é um custo total, envolve desembolso, envolve custos fixos, na ordem de R\$30,00. Isso não é novidade para quem é do setor. O custo variável, aquele custo que contabiliza apenas os custos variáveis, os desembolsos, representa 24% – dados da Conab e do Irga –, e o preço mínimo de R\$20,00. Nós estamos hoje praticando R\$17,00, R\$18,00, no máximo, R\$19,00, fruto da pendência dessa prorrogação ainda não definida. E está quase vencendo a segunda parcela do Banco do Brasil. Conseqüentemente, o setor está apavorado, o produtor está cada vez mais deprimindo o preço, inclusive inviabilizando mecanismos de sustentação de preços que foram arduamente negociados com o Governo.

Esse é o primeiro item dessa agenda mínima. Conseqüentemente, Srs. Senadores, precisamos da liberação de novos recursos. Estamos praticamente no final do mês de agosto. Algumas regiões produtoras do Rio Grande do Sul já estariam, no começo de setembro, plantando a nova lavoura, e não existe nem definição da lavoura do ano anterior.

Por essa razão, existe atualmente um problema seriíssimo de liquidez, que tentamos resolver por meio de recursos negociados há mais de 50 dias aqui em Brasília, em tratativas que demandam recursos para a sustentação e a aquisição de um milhão de toneladas somente no Rio Grande do Sul, onde menos de um terço desse volume foi adquirido.

Além disso, outra questão de natureza gravíssima, principalmente para o nosso Estado, é o Mercosul. Sabidamente, a produção naqueles países tem vantagens fiscais, vantagem de redução de custos como, por exemplo, na adubação que representa hoje 46% menos do que o produzido ou adquirido no Rio Grande do Sul; custo com herbicidas 130%, além do maquinário já declarado pelo colega Juarez.

Então, necessitamos medidas compensatórias, ou seja, definição de quotas, ou seja, uma sobretaxa ou, por último, uma renegociação desse tratado para corrigir essas assimetrias que tornam inviável, no atual momento, a produção, seja onde for, no Rio Grande

do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso ou em qualquer lugar deste País.

Evidentemente, outro aspecto relevante é a questão da tarifa externa comum onde singularmente neste ano os preços internacionais, em função da expansão de produção, caíram novamente e se não tivermos um suporte para o mercado interno, uma “proteção”, nós seremos fatalmente derrotados oportunamente pelos americanos, tailandeses, asiáticos, que são grandes *players* desse nosso mercado, em que o americano sabidamente subsidia a sua comercialização e produção em mais de 100%.

Eu gostaria também de elencar – e tivemos esse trabalho em grupo e vou entregar documentação ao Senhor – todos os pleitos nos últimos doze meses, tais como a equalização tributária, buscando terminar com essa guerra fiscal onde, efetivamente, o Rio Grande do Sul é o Estado mais prejudicado em função de ser exportador para os demais Estados; a prorrogação na securitização Ipesa; a revisão do preço mínimo, compatível com os custos de produção; as aquisições até para o Programa Fome Zero. Essa foi uma tratativa que iniciamos **a priori** com o Governo Federal; também a liberação de aquisição de insumos do Mercosul, máquinas e equipamentos que já foi anunciado, prometido em função do “tratoração”; uma campanha para aumento de consumo ou esforço conjunto para que isso ocorra no âmbito nacional, inclusive com a utilização de subprodutos. O também apoio às exportações onde o Brasil não tinha tradição alguma nas exportações há até dois anos atrás. No ano passado, sabedores dessa problemática dos excedentes – sabíamos que haveriam excedentes – convergimos esforços para as exportações e, num primeiro ano, nós praticamente triplicamos, 300%, em relação à média dos quatro anos anteriores e este ano deveremos triplicar a projeção ou volume exportado no ano passado e devemos atingir 250mil toneladas para terceiros mercados.

Evidentemente, dentro disso aí, colocar o arroz na pauta de negociação nos acordos bilaterais. Por que o arroz não pode entrar, sim, como produto de escambo para, seja o que for, uma moeda que é segurança alimentar do mundo e por isso tem tratamento de alto subsídio, seja onde for.

O estudo dentro do âmbito da cadeia produtiva sobre margens, onde o produtor hoje operando no prejuízo, com preço abaixo do preço mínimo, evidentemente estaremos sem margem ou com margem negativa. A indústria que alega estar espremida pelo varejo, que este sim pratica preços com margens que chegam a mais de 40%, por que não trazer o varejo para a mesa de negociações? Até hoje não conseguimos.

Concluindo, essa situação está gerando, só no Rio Grande do Sul, com essa projeção de preços que hoje está ocorrendo, uma perda do valor bruto de produção de mais de R\$2 bilhões, para a metade sul, a metade pobre do Rio Grande do Sul, que vive quase exclusivamente do agronegócio e principalmente do arroz.

Concluindo, Srs., se não adotarmos alguma medida emergencial, que eu e a cadeia produtiva já enunciamos, nós teremos que concorrer, num curto prazo, com reduções drásticas de áreas, pesado endividamento e uma elevação dos níveis de desemprego.

Obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – CE) – Com a palavra o Dr. Carlos Sperotto*.

O SR. CARLOS SPEROTTO – Senador Sérgio Guerra, gostaria de iniciar minha fala parabenizando esta Comissão, primeiramente por ser a mais jovem Comissão, acredito eu, do Senado Federal; depois, pela tamanha responsabilidade e atuação plena.

Já tivemos a satisfação de receber no Rio Grande do Sul o Senador Flávio Arns, em uma reunião sobre o fumo, em Santa Cruz. Acredito que foi uma primeira oportunidade de S. Ex^a ver a satisfação dos produtores ao saber da criação desta Comissão. E não apenas por ter sido criada, mas porque por aqui estão passando. E agradecemos aos nossos Senadores Paulo Paim, Sérgio Zambiasi e Pedro Simon, que solicitaram esta audiência. Saudamos também os demais Senadores aqui presentes, o mais jovem Senador desta Casa, acredito eu, Gilberto Goellner*, um produtor que tem a missão árdua de substituir o Senador Jonas Pinheiro. Não tenho dúvida de que tudo isso nos aproxima cada vez mais desta Comissão. Saudamos também os demais componentes da Mesa, o embaixador José Carvalho, o Sr. Ronaldo Medina, e também o Sr. José dos Anjos, nosso companheiro já de diversas tratativas junto ao Ministério.

Eu me somaria ao que foi dito aqui pelo Sr. Petri, que apresentou um panorama da visão, eu não diria dos agricultores de arroz, mas dos profissionais em orizicultura. Profissionais porque o crescimento foi, já comentado, da qualificação que ocorreu, mas, mais particularmente, meu caro Senador Sérgio Guerra, eu digo profissionais porque esses homens que trabalham a terra no setor da orizicultura no Rio Grande do Sul estão com essa única opção de trabalho. Normalmente – e o Senador Osmar Dias enfocou um exemplo que tivemos do histórico da orizicultura, da cotonicultura também –, o arroz poderia estar na trilha de se encaminhar para o desmonte. Mas esses homens, os profissionais da orizicultura, não têm outra opção para as suas áreas.

Os Srs. poderiam lembrar a pecuária. Só que a pecuária é totalmente antieconômica diante dos investimentos que os mesmos fazem nessas áreas. Portanto, a única opção que eles têm é plantar arroz, arroz e arroz. Eles plantam, na metade sul do Estado, 50% do arroz produzido no Brasil. Auto-suficiente, o Brasil tem a sua produção complementada pelo Centro-Oeste e Santa Catarina, que contribui também com uma parcela, mas quando falamos do arrozeiro do Sul, da lavoura irrigada, estamos absorvendo Santa Catarina nesse complexo.

Mas o importante é deixarmos muito claro essa importância. Além disso, qual é o grão mais consumido no Brasil? O arroz. Mais que o trigo. São 13.200.000 toneladas de arroz de consumo. Portanto, 50% esses profissionais do arroz produzem. Outro detalhe: o básico da alimentação brasileira é o arroz. O consumo de trigo está em torno de 10.200.000 toneladas ou algo parecido.

Temos que analisar e observar o risco que o Brasil corre no momento em que ocorre o desmonte dessa produção, e que vá ao mercado comprar. O mercado de comercialização de arroz mundial gira em torno de 25 milhões de toneladas. Portanto, nós absorvemos mais de 50% do consumo básico da população brasileira.

Então, adquira essa cultura e a atividade desses profissionais de agricultura uma conotação no âmbito do Brasil. Não é, Sr. Gilberto, uma conotação especificamente regional. É uma conotação de que esses homens estão a produzir mais de 50% do que se consome no Brasil, e o Brasil consome mais de 50% do que é comercializado mundialmente.

Então, isso nos leva a olharmos as coisas com precisão. E o Senador Sérgio Guerra, que é um homem também chegado à agricultura, trouxe as preocupações e o conhecimento de que as coisas não estão acontecendo. De tudo o que foi prometido ao setor, de tudo o que foi negociado com o setor, nada aconteceu. A única verba que foi liberada e que está sendo praticada é uma verba que foi liberada antes do “trato”, porque o “trato” é uma das etapas do alerta do campo. O campo está a denunciar, e corrijo o Sr. Petri, pois penso que não vamos chegar a cem milhões de toneladas, cento e cinco milhões de toneladas; mas vamos amargar dois dígitos de milhões de toneladas. Vamos cair dos cem milhões de toneladas. Já comentamos isso ao Ministro da Agricultura, e é importante que esta Casa tome conhecimento do fato.

Existe um calendário agrícola que tem que ser cumprido. Esse calendário agrícola não lê crise administrativa, não lê crise de outros setores; ele tem que ser cumprido. E o próprio Ministério nos apresenta essas posições.

O único dinheiro que está liberado é o dinheiro do FAT para as áreas de seca, os Municípios de seca: R\$1 bilhão está sendo praticado. O restante, inclusive R\$2 bilhões que foram liberados também para o programa do FAT, para as demais regiões, não está sendo comercializado, não está sendo aplicado, porque, nada mais, nada menos, falta uma promessa do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. E, aqui, ousa cobrar de Sua Excelência, que ficou de chamar o setor, as indústrias – Sua Excelência, pessoalmente, chamaria – para um diálogo, para falar que eles deveriam participar desse processo de negociação.

Está aqui o Senador Gilberto Goellner, e acaba de me ligar o Sr. Homero Pereira, Presidente da Federação do Mato Grosso, justamente para saber se houve alguma alteração a esse respeito disso, no que se refere à interferência do Presidente da República na inclusão e efetiva participação desse grupo na operação.

Crédito rural. Lastimavelmente, Srs. Senadores, estamos a constatar um *mix* que o Banco do Brasil está propondo aos produtores. E leia-se: no momento em que se faz uma busca de um contrato de soja, hoje existe a Lei nº 11.105, que determinou a autorização para que se pudesse utilizar sementes transgênicas de origem desconhecida no ano e na safra de 2004/2005. Portanto, para este ano, não está autorizado. Os produtores não têm acesso ao crédito rural para o plantio de soja, uma vez que somente 10% de semente está disponível no mercado. Portanto, impeditivo. O produtor não consegue chegar. E o produtor que conseguir plantar semente convencional vai se deparar com um quadro no qual vai trabalhar e ter acesso a uma taxa de juros de 8,75%. Quem for contratar abaixo de R\$50 mil; de R\$51 mil a R\$100 – 70% unicamente – e de R\$101 mil a R\$200 mil, 50%, de 8,75%; de R\$500 mil a R\$1 milhão, 30%, e, acima de R\$1 milhão, 20%, a juros de 8,75%.

Concluindo, o restante é juro composto.

Quanto a essa agricultura, com todas as dificuldades, com todas as posições que foram colocadas, não há dúvida de que necessitamos que se observe, que se analise e que se iniciem procedimentos efetivos para que o dinheiro chegue no campo e o produtor possa iniciar o seu plantio. Se olharmos especificamente o objeto desta audiência, voltaremos à posição de reforço da necessidade de medidas compensatórias para essa cultura, promessa do Senhor Presidente da República.

No momento do fórum social, quando estávamos fazendo o caldeirão do Mercosul, uma panela com comida para 15 mil pessoas, o Presidente da República esteve lá e prometeu medidas compensatórias.

Porém, elas têm que acontecer. Muitas delas, inclusive, já estão pautadas em ações do próprio Ministério da Agricultura, que está desenvolvendo ações junto à Camex* e aos segmentos que existem.

Vamos incluir, meu caro Embaixador, nas negociações brasileiras, se não o arroz brasileiro, ao menos o que devemos aceitar devido a acordos de Mercosul que temos. Vamos incluí-los no momento em que compramos petróleo. Vamos embutir algo de arroz, para que se devolva a estabilidade a essa produção e, particularmente, aos profissionais da orizicultura.

Agradecemos e confiamos nas ações que devem emanar desta audiência, que entendemos ser uma das mais significativas para o setor produtivo brasileiro e, também, para o setor consumidor. É o produto que mais consumimos no Brasil.

Srs. Senadores, contamos muito com a ação que vai emanar desta audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Conversava com meu companheiro, o vice-Presidente Flávio Arns, e penso que na próxima semana seria conveniente que nos reuníssemos internamente na Comissão e focalizássemos o centro das dificuldades no caso do arroz e em mais um ou dois casos. Foi o que ouvi dele, e creio que a sugestão é extremamente sensata, para que façamos um esforço novo a fim de furar esse bloqueio da perplexidade, desenvolvendo uma atuação objetiva e prática com o Governo, de forma urgente, num clima de colaboração. Até acredito que a colaboração, agora, será bem-vista e bem-vinda para que possamos construir algo a fim de evitar o pior: um confronto e uma situação de declínio da produção e de crises insuperáveis.

Pela ordem, ouviremos o Sr. José Maria dos Anjos, Diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário da Secretaria de Política Agrícola.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Bom-dia a todos. Cumprimento os Senadores Sérgio Guerra e Flávio Arns, demais Senadores e autoridades aqui presentes, as senhoras, os senhores e meus colegas de Mesa.

Gostaria de passar algumas informações, de forma rápida. Vou tentar cumprir os 10 minutos estabelecidos.

É importante dizer que estamos vivendo uma crise de oferta, que teremos que ver como vamos administrar. Portanto, quero mostrar, rapidamente, os números.

Ali, temos o balanço de oferta e demanda no Brasil. Há uma produção, na safra de 2004 e 2005, de 13,2 milhões de toneladas. Esses dados são da Conab, que está trabalhando com importação de 700

mil toneladas, a qual, obviamente, vem do Uruguai e da Argentina.

Há um consumo de 12,9 milhões de toneladas, uma exportação de 250 mil toneladas – e, até o momento, já se efetivaram 141 mil toneladas –, e, portanto, um excedente de 2,3 milhões de toneladas. Esse é um excedente extremamente grande quando verificamos que isso daria para, mais ou menos, dois meses de consumo. Isso, se conseguirmos, realmente, segurar as importações em 700 mil, já que o Uruguai e a Argentina têm um excedente maior do que esse.

Por favor, o próximo.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Fala fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Exatamente. O histórico é extremamente relevante.

No âmbito do Mercosul, temos um grande crescimento na produção, mostrando-nos uma produção global de 15,5 milhões de toneladas, ao observarmos a safra a partir de 2003/2004, de 15 contra uma média, nos últimos anos, de 12. Portanto, temos uma importação, que é para o Brasil, com um suprimento de 18 milhões de toneladas; aí o Mercosul teria que exportar 1.9 milhões de toneladas. Como estamos trabalhando no sentido de vir para o Brasil 700, o Mercosul teria que colocar excedentes para terceiros países, o que não tem acontecido. O Uruguai e a Argentina têm buscado exportar exclusivamente para o Brasil, ou pelo menos quase tudo para o Brasil. Isso tem agravado a nossa situação.

Próximo.

Pois não.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Uruguai, inclusive, enxugou as exportações que fazia para terceiros. Hoje, quase que especificamente, só exporta para o Brasil.

O SR. JOSÉ MARIA DOS ANJOS – Exatamente.

Ali, temos uma comparação das safras 2003/2004 e 2004/2005. Ou seja, aumentou a produção; e 12 milhões de toneladas já seriam praticamente o nosso consumo interno. Hoje, o Brasil já produz o correspondente ao consumo interno.

Próximo.

Este gráfico mostra a queda dos preços no Brasil. Ali, há duas praças: uma, no Rio Grande do Sul – Cachoeira do Sul –, e a outra, em Cuiabá. A amarela é Cuiabá, e a outra é o Rio Grande do Sul. Então, no Rio Grande do Sul, em 2003, os preços atingiram um patamar acima de R\$40,00. Hoje, os preços praticados estão na faixa de R\$17,50 a R\$18,50, por 50 quilos. Preços extremamente baixos, contra um preço mínimo oficial do Governo de R\$20,00. Ou seja, os

preços praticados no mercado, hoje, estão abaixo dos preços mínimos.

Próximo.

O apoio que o Governo tem dado a comercialização nos últimos anos. Recebemos um apoio expressivo nos anos de 1998/1999 até 2001/2002; depois, nos anos 2002/2003 e 2003/2004, em função daqueles ótimos preços atingidos, não houve necessidade de o Governo apoiar. E, para esta safra, 2004/2005, apesar das nossas dificuldades orçamentárias, ou seja, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, teve um orçamento de R\$527 milhões, depois que as negociações se iniciaram em Rio Verde.

Tivemos uma alocação suplementar de mais R\$400 milhões. Destes R\$400 milhões, estamos colocando R\$300 milhões especificamente para o arroz. Então, até hoje, foram feitas 350 mil toneladas de contrato de opção pública, mais um volume expressivo de opção privada e mais R\$80 milhões de AGF. Isso significa que gastamos, até o momento, em torno de R\$220 milhões em apoio ao arroz. E temos mais R\$80 milhões para iniciar o apoio.

Próximo.

Fica claro o que já fizemos. No Rio Grande do Sul, entre opção pública e privada, já fizemos 550 mil toneladas de aquisição e opção privada; em Santa Catarina, 106 mil toneladas, num total de 665 mil toneladas, o que consome R\$186 milhões. Além disso, já foram feitas 79 mil toneladas de aquisição via AGF.

Próximo.

Além do dinheiro que o Governo disponibilizou para apoio direto à comercialização, foram aplicados em custeio, ou seja, para o plantio, R\$1,2 bilhão na cultura do arroz, com um maior volume no Rio Grande do Sul, de R\$712 milhões.

Próximo.

Crédito de comercialização, também, temos um histórico de aplicação, nos últimos dois anos, de 391 na safra passada e R\$446 milhões em 2004, ou seja, 2003 e 2004. Então, esse é mais ou menos o histórico. Se se repetir esse ano, teremos uma alocação de recursos entre custeio e comercialização na faixa de R\$1,6 bilhão.

Próximo.

Importações. Temos o histórico de importações que, obviamente, é quase todo do Mercosul. Este ano, as importações têm sido num ritmo mais lento do que nos anteriores; até o momento, foram importadas 420 mil toneladas, numa expectativa, segundo os números da Conab, de uma importação de 700 mil toneladas até o final do ano.

Próximo.

A origem das importações. Como já dissemos, nossas importações estão concentradas basicamente em Uruguai e Argentina, sendo que os Estados Unidos participaram em alguns anos, mas foi no ano de uma crise que tivemos em que a produção no Mercosul foi insuficiente para atender o mercado interno.

Próximo.

O que o Governo tem feito em termos de mecanismos de apoio à comercialização? Realizamos várias reuniões com a cadeia produtiva e iniciamos um apoio com contrato de opção de venda, quando fizemos aquelas 350 mil toneladas, a um preço de exercício R\$24,00 para exercício em 15 de setembro. Só que o prêmio que o produtor estava pagando para adquirir esse contrato de opção estava extremamente elevado. No último leilão, foi de R\$2,60, mais ou menos, o prêmio que o produtor pagou. E aí o próprio setor chegou à conclusão de que era mais razoável parar de fazer o lançamento de contratos de opção, tanto pública quanto privada, e iniciar um processo de aquisição direta. E nós estamos fazendo isso. Iniciamos essas operações esta semana com uma colocação de R\$20 milhões no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo R\$16 milhões no Rio Grande do Sul e R\$4 milhões em Santa Catarina, para iniciar as operações de compra direta, ou seja, de AGF. Obviamente que essas aquisições são feitas com base no preço mínimo, e o preço mínimo para o arroz tipo 1, com 58% de inteiros, é de R\$20,00. E aí é utilizada a tabela de ágio e deságio, de acordo com o tipo de produto colocado.

Seria o que o Governo está fazendo com relação à prorrogação que foi comentada. As notícias que temos é de que elas seriam resolvidas esta semana e, portanto, estamos trabalhando com a expectativa de que isso ocorra. Não é possível haver um apoio maior, se não obtivermos um volume maior de recursos junto à área econômica.

A nossa limitação está dada e o nosso horizonte é fazer aquisição de algo em torno de 200 mil toneladas com os recursos que ainda temos disponíveis, que é em torno R\$80 milhões.

Agradeço o convite. Estamos à disposição para qualquer pergunta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao Dr. Ronaldo Lázaro Medina*, Coordenador Geral de Administração Aduaneira da Receita Federal do Brasil.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA – Bom dia a todos. Na pessoa do Sr. Presidente da Comissão, Senador Sérgio Guerra, cumprimento os demais presentes nesta Mesa, Senadores, senhoras e senhores. O tema do arroz para a Receita Federal chegou relacionado à

questão das importações de arroz oriundas dos países do Mercosul, especialmente Uruguai e Argentina. Tais importações já são históricas. Esses dois países participam ativamente do processo de abastecimento do mercado consumidor de arroz no Brasil há muitos anos. Temos, nas fronteiras do Uruguai e da Argentina, diversos pontos de fronteira autorizados, alfandegados, pontos esses em que operamos inclusive em cooperação com as administrações aduaneiras de Argentina e Uruguai, em áreas de controle integrado previstas no Mercosul.

Enfim, a fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina tem uma história de mais de um século de relações comerciais. São pontos históricos, cidades antigas, enfim, pontos tradicionais de fronteira.

Do ano passado para cá, começamos a registrar algumas reclamações sobre problemas relativos a controle alfandegário nesses pontos de fronteira, acusando, em especial, a questão da falta de balanças rodoviárias em alguns desses pontos. De fato, em alguns deles, há ausência de balanças; em algum momento, tivemos problema de manutenção desses equipamentos.

A Receita Federal estabeleceu um programa de investimento bastante ambicioso e prevê, para este ano, a construção, reforma e ampliação praticamente de todas as suas instalações em fronteiras no Brasil. No Rio Grande do Sul, não é diferente. Então, em todos os pontos de fronteiras, temos projetos de ampliação e modernização das instalações, com aquisição das balanças rodoviárias, digitais inclusive. Então, devemos suprir a falta de balanças a curto prazo, ainda neste ano, na maior parte das fronteiras do Brasil, em particular no Rio Grande do Sul, onde os projetos de investimento em engenharia estão bastante avançados. Não há falta de recursos para esse assunto, em matéria de investimento, na Receita Federal.

Não obstante, ressaltamos alguns aspectos da importação de arroz. A importação de arroz no Brasil, especialmente aquela oriunda do Mercosul, não está sujeita ao pagamento da TEC – tarifa externa comum, do Imposto de Importação. Também o arroz não paga contribuições federais incidentes na importação – PIS e Cofins – e, evidentemente, não incide o Imposto sobre Produtos Industrializados sobre o arroz. Então, o arroz, sob o ponto de vista de carga tributária federal, é totalmente desgravado na importação – no caso, o arroz proveniente do Uruguai e da Argentina.

Até onde temos conhecimento, muitos Estados também fazem diferimento do ICMs na importação do arroz, ou seja: também não se cobra ICMs na importação do arroz. Então, o arroz, sob o ponto de vista

aduanero e fiscal, é um item de baixo risco de controle aduanero. Assim, não há motivação fiscal para sonegação de tributos na importação, porque, simplesmente, não se exigem tributos na importação.

Então, o arroz para a Receita Federal é item de baixo risco. Os controles alfandegários dizem respeito muito mais a questões cambiais correlatas ao comércio exterior, a questões fitossanitárias, da alçada do Ministério da Agricultura. Então, para nós, o controle de arroz é relativo; é simples. E o modo de se comercializar e transportar arroz é muito conhecido, muito tradicional. Geralmente, são carretas, caminhões graneleiros, conhecidos na sua capacidade de carga; para a pesagem desses veículos, temos balanças nos principais pontos, e as diferenças de peso são muito pequenas entre os veículos. Pelo padrão do veículo, temos uma visão clara da faixa de peso em que pode estar com grande segurança.

Assim, todas as vezes – mesmo nos pontos onde não há balança – que aparece um veículo com uma declaração de carga menor do que a capacidade que estimamos para aquele veículo, exigimos a pesagem em balanças particulares, privadas. Isso acontece muito pouco, primeiro porque não há esse incentivo ou motivação para sonegação fiscal na importação, haja vista a inexistência de impostos ou contribuições na importação. Desse modo, isso torna o controle do arroz algo mais simples. Não temos uma preocupação maior com a busca de sonegação, porque não é possível sonegação em virtude da desoneração tributária. Não obstante, entendemos que há necessidade, sim, de existência de balanças nos pontos de fronteira para o controle do comércio em geral, e vai ser aplicado para o controle de arroz por questões de estatística, enfim, para o controle do Ministério da Agricultura. As balanças deverão ser disponibilizadas tão breve quanto as licitações sejam encerradas e os vencedores instalem esses equipamentos em nossos pontos de fronteira.

Há que se considerar também que temos um ponto de fronteira em Itaqui, que era importante ponto de entrada de arroz, onde nós não temos balança, mas onde recebíamos os veículos com a pesagem da aduana da Argentina, com os tíquetes da balança argentina, o que confere uma qualidade melhor ao controle aduanero, compensando a falta de balança própria no posto da Receita Federal em Itaqui no Rio Grande do Sul.

Então, no tocante a essa matéria, eu diria que a Receita Federal já tomou as providências necessárias para sanar essas deficiências. Não o fez antes por absoluta falta de recursos nos últimos anos – até o ano passado não tínhamos recursos orçamentários

para investimentos; os recursos vieram este ano e estamos tomando as providências adequadas a essa situação.

Chamamos a atenção do nosso pessoal para a questão do controle de arroz, verificamos o histórico desses controles. Aparentemente, estão razoáveis. Tudo o que foi feito, tudo o que passou tem coerência, tem razoabilidade. Não nos parece que a entrada de veículos com o peso subdeclarado tenha sido um fato generalizado. Pode ter ocorrido alguns casos pontuais, mas não é uma situação que possa ser generalizada, até porque, na importação, nada se ganha sonogando quantidades para a Receita Federal ou até mesmo para o fisco estadual, uma vez que a maior parte dos operadores tem diferimento do ICMS da importação do arroz.

Essas são as informações que tinha a trazer a esta Comissão e aos presentes. Encerro aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Com a palavra o Sr. José Antônio Carvalho, Diretor-Geral do Departamento de Integração do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE CARVALHO – Obrigado, Presidente. Ao cumprimentar os demais membros da Mesa, agradeço o convite feito ao Ministério das Relações Exteriores para aqui comparecer e, em particular, aplaudimos a iniciativa dos Senadores Paulo Paim, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi de promover esta audiência pública e nos permitir uma maior interação dos fatos e aprofundamento do nosso acompanhamento, o nosso conhecimento de uma situação que, por tudo o que foi descrito aqui, é uma situação de enorme dificuldade que atravessa o setor do arroz no Brasil. Em particular, ouvimos aqui o depoimento do Rio Grande do Sul, mas entendo ser uma situação que afeta o setor do arroz no Brasil como um todo.

O nosso colega da Agricultura já colocou em termos numéricos o que ele descreveu como uma crise de oferta, crise de oferta essa não-restrita ao território nacional, mas uma crise de oferta no Mercosul como um todo.

Vou me restringir, Sr. Presidente, a tocar em poucos aspectos relativos à área de atuação do Ministério de Relações Exteriores.

Um desses aspectos é a questão da importação de arroz proveniente de países do Mercosul. Recentemente, nós atingimos, de acordo com os dados de que temos conhecimento, a auto-suficiência na produção de arroz, o que não havia no passado e nos fazia recorrer a aprovisionamento externo.

Tradicionalmente, vínhamos importando de países vizinhos ou de terceiros mercados. Com o surgimento do Mercosul, essa importação foi carregada para

os sócios do Mercosul. Exatamente como mencionou aqui o Medina, são importações que não são gravadas com os impostos de importação na alíquota definida pela tarifa externa comum do Mercosul. Obviamente, o Mercosul, como qualquer esquema de integração, fomenta, estimula um desvio de mercado para aqueles privilegiados. Não quero abundar sobre esse tema, mas é uma consequência óbvia de um processo de integração, como é o Mercosul, promover o maior comércio entre os países-membro do Bloco.

Recentemente, com essa crise de oferta, como mencionou o nosso colega do Ministério da Agricultura, passamos a ter de pensar em ações a serem executadas diante dessa circunstância. É nesse sentido que temos conversado com vários representantes do setor privado e com colegas do Governo em Brasília. Esperamos poder traçar um plano de trabalho, uma ação, que não é fácil. Exportar não é a coisa mais simples do mundo. Exportar produtos agrícolas mundialmente ainda produz maior dificuldades devido às restrições de acesso que vários países impõem.

Mas é no sentido das exportações que o Itamaraty vem concentrando sua iniciativa ou contribuição para encontrar soluções para a crise por que passa o setor de arroz.

Na questão das exportações, identifico, no mínimo, três iniciativas. A primeira seria estimular o esforço que vem sendo realizado pelos exportadores de arroz no Brasil e que vem colhendo frutos favoráveis. O nosso amigo do Irga apresentou o dado do aumento significativo de nossas exportações. Obviamente, ele não mencionou o fato de que aumentar 300% sobre uma base pequena continua exportando um volume bastante diminuto. Não temos 300 mil ou 250 mil toneladas como ele mencionou, mas temos um excedente que se aproxima de dois milhões de toneladas. Então, é esse excedente que o Brasil e o Mercosul como um todo dispõem e que temos de pensar onde colocar.

A primeira iniciativa seria identificar as ações de estímulo à exportação. É um primeiro aspecto dentro dessa questão das exportações.

A segunda é um aspecto colocado pelos oradores que me antecederam, a inclusão do arroz em acordos internacional. É público e notório o engajamento do Brasil em várias negociações internacional. Refiro-me a algumas mais recentes que concluímos na América do Sul, mais especificamente com mercados que não são de maior porte, mas são extremamente interessantes, que são os países da comunidade andina. Menciono especificamente o Peru, um país de grande tradição de consumo de arroz na sua dieta cotidiana. O arroz está incluído nesses acordos.

Eu seria omissos se não mencionasse a plena liberalização, o momento em que chegaremos a alcançar 100% do desagravamento dos impostos de importação desses países, que não é para amanhã nem depois. Faz parte de um processo que esperamos que possa estimular também a exportação para esses mercados. É uma abertura que se obtém, que é lenta, porque o arroz é um produto sensível em todos os outros países e eles não poderiam fazer uma abertura mais acelerada.

Mas eu acho que um outro elemento também importante – esse é o terceiro elemento que eu elencaria dentro do que nós podemos traçar como idéia, um programa para as exportações – seria nós buscarmos eliminação, por um lado, de restrições de acesso do nosso produto a mercado de outros países. Refiro-me a potenciais que não foram mencionados aqui e não sei sequer se seria o caso, de restrições de natureza sanitária ou fitossanitária. É um esforço e com os nossos amigos da agricultura e do setor privado nós deveríamos tratar de identificar áreas em que o nosso arroz está sofrendo restrições dessa natureza.

A outra componente nesse aspecto deveríamos – e entendo, já vem sendo realizado um trabalho nesse sentido – seria tentar remover ou eliminar aquelas medidas por parte de alguns países que distorcem a competitividade tanto no nosso acesso a esses mercados como com relação aos preços internacionais do produto. Refiro-me a subsídios que não estejam pautados pelas normas internacionais da Organização Mundial do Comércio. Se pudéssemos elaborar – e submeto isso como uma reação ao que foi ouvido aqui – nós poderíamos trabalhar.

São ações de longo ou médio prazos, são difíceis, mas, acredito, são ações nas quais devemos tratar de nos engajar.

Finalmente, eu mencionaria o fato de termos – no caso, com a Argentina, especificamente, estamos iniciando com o Uruguai – um estímulo a propiciar que os setores privados dos países do Mercosul possam trabalhar em conjunto, formar uma unidade coesa de interesses. Os interesses são os mesmos, os interesses de acessar os mercados externos são idênticos e as dificuldades enfrentadas também são as mesmas. Uma união dos produtores, uma melhor compreensão do que vem sendo feito seguramente deverá aliviar as dificuldades que temos enfrentado. Inclusive, há uma previsão, não tenho exatamente a confirmação da data, para os próximos dias, de uma reunião dos setores privados do Brasil, Argentina e Uruguai, para encontrar soluções para as dificuldades que vêm enfrentando.

Sr. Presidente, uma vez mais, muito agradecido em nome do Ministério das Relações Exteriores ao convite que nos foi estendido para participar dessa audiência pública e, mais uma vez, como já sabem todos, continuamos à disposição do setor para conversar e identificar ações que possam ser do interesse.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)
– Com a palavra Paulo Paim, Autor do requerimento.
(Senador Paulo Paim cede a palavra)

O SR. CARLOS ESPEROTTO – Muito agradecido, Senador Paulo Paim. Já cumprimentei a Mesa. Eu gostaria de colaborar um pouquinho para mostrar a situação do Mato Grosso na produção do arroz e na comercialização, que não é diferente, possivelmente, muito pior que a do Rio Grande do Sul. Apesar de ser uma cultura diferenciada de sequeiro. Ela tem outras opções de ser consolidada futuramente com outras culturas diferentes do Rio Grande do Sul, do irrigado, de Santa Catarina, que também tem áreas irrigadas, e a atividade é única.

Solicitei ontem ao Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, providências para auxiliar na comercialização de arroz do Mato Grosso.

Diretamente no lançamento de contratos de opção e viabilizar operações de AGF. Isso tudo para minimizar esses efeitos negativos ocasionados pela grave crise que se abateu sobre os produtores de arroz daquele Estado. Farei um paralelo do preço pago ao produtor. O custo de produção é bem maior do que R\$20,00 a saca, o produtor está recebendo de R\$8,00 a R\$10,00. Isso tudo também porque o produto não se enquadra na qualificação, no padrão da Conab. Então, esse tipo 1 vem sendo automaticamente depreciado numa aquisição ou num contrato de opção. Enquanto ele não for enquadrado nas mesmas condições, essa variedade Cirad, nós não vamos ter uma remuneração digna para remunerar esse custo de produção, principalmente dessa safra em que ele já acumula. Muitas vezes o produtor de arroz também produz soja, então, ele está duplamente sacrificado, sendo que essa cultura também tem ônus de remuneração, falta de renda; então, ele está duplamente sacrificado.

Eu diria que esse produto já deixou de ser alimentação humana, está sendo entregue à alimentação de suínos. Ele não tem a proteína nem a caloria necessárias para ser entregue, para ser uma ração própria à criação de suínos, mas, infelizmente, pelo baixo preço, está deixando de ser aproveitado na alimentação humana para ser direcionado, por falta de preço, à alimentação de suínos.

Eu gostaria de contribuir dizendo que neste momento teríamos que ver, além das ações de expor-

tação – como o Sr. Embaixador muito bem colocou –, precisamos abrir esse mercados. Estamos com um excedente hoje programado de 2,3 milhões de toneladas, por que não se pensar na aquisição por parte do Governo desses produtos todos, mas bem remunerados pelo produtor? E nós direcionarmos isso para o Fome Zero do País e para as nações amigas? O Presidente Lula tem viajado muito pela África, onde a fome é muito grande em alguns países, como a Nigéria. Por que não seria a hora de nós resolvermos parte dos problemas dessa cultura direcionando esses 2,3 milhões de toneladas, tirando do mercado, para uma cooperação entre países. Aproveitaríamos esse momento e o Brasil estaria colaborando com esses países amigos, sanando a fome de milhares e milhares de pessoas em todo o mundo e aqui no Brasil também. O que está sendo direcionado?

Temos irmãos passando fome e temos excedente. Nós não temos alcançado preço de mercado. Nós temos os contratos de opção que não têm encontrado preço de mercado, porque existe um excedente. Nós precisamos resolver essa questão do excedente deste ano.

Então, é essa contribuição que quero deixar à Mesa para nós analisarmos isso junto ao Executivo no sentido de que um milhão de toneladas equivalem a aproximadamente US\$166 milhões. Estaríamos resolvendo essa questão com US\$300, US\$400 milhões e poderíamos equilibrar esse mercado e estar dando melhores condições de esse mercado fluir por conta.

Dentro dessa linha eu vejo que há muitos poucos recursos alocados para aquisições. Nós temos hoje uma sobra de mais de 80 ainda, unicamente. Esse é um outro problema. Estados como Mato Grosso, que ainda não foi contemplado com a AGF, esses recursos não serão suficientes nem para Mato Grosso. Eu vejo que esta Comissão teria que tomar a frente para solicitar maiores recursos ao Ministério da Fazenda. Estamos na mão, em uma situação de estar tudo contingenciado. Nós temos poucos recursos do muito que foi solicitado já durante a campanha da reclamação. Todo o campo veio a Brasília, e muito pouco foi destinado, e muito pouco está fluindo.

Então, é neste sentido: enquanto não forem alocados maiores recursos para a comercialização e se não resolvermos parte desse excedente de 2,3 milhões de toneladas do arroz... E é o Mato Grosso que está produzindo esses 2,3, Senador Simon. Ele entrou no mercado há poucos anos. É um excedente. Estamos produzindo acima desse consumo e da nossa possibilidade de exportação.

Portanto, se não sanado o problema agora e se não forem dadas condições também para que o pro-

ductor se organize no calendário agrícola para a próxima safra, vamos ter, no ano que vem, possivelmente, uma falta muito grande de arroz, porque não vai haver o plantio necessário nem para suprir a demanda do consumo nacional, que é de mais de dois milhões de toneladas.

Essa é a contribuição que quero deixar, e quero dizer que o arroz está junto com as outras culturas que também têm problemas graves.

Mas, especificamente, desta audiência pública, vejo que precisamos sair com propostas ao Governo. E isso vai depender exclusivamente de se sensibilizar o Ministério da Fazenda e alocar recursos para o setor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, autor do requerimento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Não sei se o Senador Pedro Simon, autor do requerimento – já que tive aqui também uma autorização, por parte do Senador Paulo Paim –, me permitiria fazer a leitura de um requerimento também, porque fui chamado agora, Sr. Presidente, para uma votação na CPMI do Mensalão. Se o nobre Senador permitir que eu faça, antes do seu pronunciamento, a minha colocação, eu agradeceria. (Pausa.)

Sr. Presidente, agradeço desde já ao Senador Pedro Simon e ao Senador Paulo Paim.

Eu havia preparado um requerimento para encaminhar ao Plenário do Senado. Esse requerimento faz algumas indagações ao Governo, faz perguntas que são de interesse muito grande para a Região Sul do nosso País, principalmente para os produtores de arroz.

Eu queria, se me permite V. Ex^a, fazer com que esse requerimento fosse colocado em votação aqui, nesta Comissão.

Então, permita-me, Sr. Presidente, ler o meu requerimento para que todos tomem conhecimento do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Senador Pavan, fiz uma reunião prévia com o Senador Flávio Arns sobre essa crise forte que está sendo tratada hoje. Há dois ou três focos de crise muito exuberantes.

Participei intensamente do primeiro e do segundo momento das negociações desde aquela pressão feita sobre Brasília. Vários impasses foram acontecendo. Conseguimos superar uns dois ou três, mas, ao término do que assisti, pessoalmente comprovei uma extrema dificuldade para o encaminhamento de soluções. Não valeria a pena discutir sobre elas agora, mas elas têm várias razões, várias fontes e várias

facetas, mas, par quem tem a tranqüilidade de ver o cenário, de observá-lo com tranqüilidade mesmo, segura, fiquei extremamente pessimista; dificuldades que, de uma maneira geral, não tem a ver com a convivência da questão da agricultura dentro do Governo, da questão da pressão, que foi mal compreendida pelos produtores rurais – em determinado momento, ela foi profundamente mal compreendida –, e, daí para frente, houve desequilíbrios em cima de desequilíbrios, e o resultado está muito aquém das expectativas e muito aquém das necessidades.

Penso que, neste momento de turbulência em que vivemos, eu ia fazer, a semana que vem, com a sua ajuda e com a de outros Senadores, um apelo aos companheiros Senadores que têm foco na área de agricultura ou àqueles que também têm foco na área de agricultura e do campo para que fizéssemos uma reunião de emergência na semana que vem e definíssemos uma forma de trabalhar.

Foram feitas várias audiências – eu estava muito envolvido na CPMI -, esta é mais uma delas, mas todas, ou a maioria delas, são contundentes, graves e tratam de situações urgentes.

Devemos encontrar uma maneira de furar esse bloqueio e contribuir.

Tive uma conversa com o Ministro da Fazenda e com o Líder Aloizio Mercadante, num determinado momento, e senti que havia um problema não resolvido, não apenas teórico, mas prático – teórico na medida em que a posição do Ministério da Fazenda é extremamente ortodoxa, sob o ponto de vista da Fazenda; prático na medida em que a interlocução com o Ministério da Fazenda não estava, efetivamente, dando certo.

Então, deveria haver uma reunião de Senadores, com clareza e segurança com relação a esses fatos, para vermos como poderemos entrar nisso, com a ajuda, inclusive, de Parlamentares da base do Governo. Não vejo outra chance de atuarmos.

Quanto ao seu requerimento, nada tenho contra votá-lo agora. Se for o caso, se o senhor estiver disposto a fazê-lo, vamos fazê-lo, mas seria importante não apenas um requerimento. Se vamos tratar desse assunto e de outras providências, que concluamos numa reunião administrativa da Comissão, da qual possamos extrair uma pauta de trabalho.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, concordo plenamente com suas palavras e colocações.

Também participei, para tentar amenizar os ânimos dos agricultores, do “tratoração” que ocorreu em Brasília. Ali, senti que não conseguimos resultados positivos. Houve um desrespeito para com os agricultores do nosso País.

O mínimo que um Governo deve fazer é abrir as portas para atender e tentar negociar até a última gota. Ali, houve gastos, despesas, frustrações, decepções para nós, Senadores, e, muito mais, para os agricultores.

O meu requerimento, Sr. Presidente, é de extrema importância que eu diga, foi feito justamente com os agricultores de Santa Catarina. Eles me pediram que o fizesse porque, quando se conversa com um Ministro ou outro representante, a resposta, de imediato, é positiva, é de esperança. No entanto, isso acontece quando se conversa. Agora, queremos ter documentos, respostas por escrito.

Vou dar um exemplo, Sr. Presidente: por diversas vezes, houve reuniões, no Ministério dos Transportes, para se discutir a BR 101, e sempre fomos muito bem atendidos, saindo de lá cheios de esperanças, acreditando que as coisas estavam, realmente, acontecendo positivamente. Os números que nos passavam eram positivos, mas as coisas não aconteciam. A partir do momento em que eram colocados no papel, os números eram outros e não aqueles ditos pessoalmente. Quando eles são colocados no papel, devem ser extremamente corretos, porque vêm assinados, com timbre do Governo.

Eu tenho ouvido, em conversas com Ministros e representantes do Governo, quando há pressão, até para amenizar a discussão e despachar mais rapidamente as pessoas: “Não, pode deixar, vamos fazer. O número é este, o número é aquele.” E colocam-nos números que são bons, mas que, na verdade, não acontecem.

Por isso, estou fazendo um requerimento, Sr. Presidente, para atender os nossos agricultores e eu gostaria de lê-lo.

As perguntas seriam as seguintes:

Já foi comprovado algum efeito dos leilões para aquisição dos produtos na Região Sul, objetivando a estabilização aos aumentos dos preços pagos aos produtores?

Existe evidência de que a importação de arroz do Uruguai e da Argentina causou redução nos preços pagos aos rizicultores?

Como o Governo intermediará os conflitos entre os agricultores brasileiros e os do Mercosul a curto e a médio prazos?

Qual a posição do Governo na renegociação das dívidas dos produtores de arroz da Região Sul?

Para a próxima safra, quais as medidas de estímulo que o Governo irá oferecer aos produtores brasileiros de arroz?

Portanto, trata-se de perguntas simples e fáceis, que darão um norte para um melhor planejamento de trabalho.

Sr. Presidente, quando estivemos lá, disseram que ficassem tranquilos, porque comprariam a produção e aumentariam o preço da saca, que haveria refinanciamento, e tudo o mais. No entanto, passaram-se dias, meses, e nada aconteceu.

Sr. Presidente, o requerimento é muito simples. Assim sendo, peço a V. Ex^a que o coloque em votação. Além do mais, há uma ampla justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– O requerimento é endereçado a quem?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O requerimento é feito ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Sr. Presidente, a justificativa apresenta os percentuais, os hectares de produção, os valores das sacas, e assim por diante. É bem amplo. Então, solicito a V. Ex^a que o coloque em votação.

Agradeço-lhe a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– Senador Leonel Pavan, o Dr. José dos Anjos, Diretor da Secretaria de Política Agrícola quer falar rapidamente sobre a sua intervenção.

O SR. JOSÉ DOS ANJOS – Sr. Presidente e Srs. Senadores, concordo com o que claramente nos disse o Senador.

No meu entender, só há uma solução para a crise do arroz: ou conseguimos exportar – o que é algo para longo prazo –, ou o Governo tem que intervir e retirar o excedente do mercado. Nós já retiramos 350, e estamos com recursos para retirar do mercado mais 200 mil toneladas através de AGF. Mas, isso não será suficiente.

Quanto ao requerimento, nós podemos respondê-lo agora, mas, para o Governo intervir, temos que ter recursos. Penso que o Governo, no mínimo, tem algo a fazer, sim: garantir o preço mínimo, fixado pelo Governo que, segundo os produtores, não garante a renda. Mas, de qualquer forma, existe uma lei, o Decreto nº 79/66, que define que o Governo fixe a cada ano um preço mínimo. Esse preço mínimo foi fixado, no entanto, não estamos conseguindo honrar esse preço mínimo, porque não temos recursos suficientes. Então, a questão básica é simples: temos uma crise de excedente que só se resolverá com a retirada desse excedente do mercado ou com a exportação dele. Caso contrário, não há solução.

Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – A Bancada do Sul, representada pelos Srs. Senadores Pedro Simon, Sérgio Zambiasi, Paulo Paim e nós de Santa

Catarina temos tido dificuldades até em conversar com os nossos produtores de arroz, que estão revoltadíssimos.

Temos sempre enaltecido o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por serem poucos os órgãos que se destacam neste Governo, e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é um deles. Mas, quanto a essa questão, temos que reconhecer, estamos concorrendo com outros países. E o nosso Governo tem que resolver, porque os outros países estão sendo beneficiados. Sei que é difícil, mas se o Governo compra de outros países... O Governo tem que comprar o mais barato. Mas o Governo tem que dar sustentação ao brasileiro! Como o Governo quer gerar emprego, aumentar a produção, investir na agricultura se compra do concorrente? O consumidor, claro que quer comprar o mais barato também. Mas quem produz não tem como manter o menor preço, porque os subsídios dos outros é maior do que o nosso. A concorrência é desleal. O Governo tem que proteger o seu povo, o nosso País! Não sei qual a saída; não sei se tem dinheiro ou não. Então, parem com essa demagogia de se vangloriarem pelo que estão fazendo pela agricultura brasileira. O Governo tem que ter dinheiro, meios, formas e saídas para solucionar esses problemas que afetam os produtores de arroz.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, V. Ex^a foi muito pessimista, mas o quadro que salientou é mais ou menos a hora que estamos vivendo.

O Ministério da Agricultura tem boa vontade, mas não tem poder de fogo algum. O Ministério da Fazenda teria condições, mas não tem boa vontade alguma. Agora, a situação está caminhando para ter consequências imprevisíveis, ou, aliás, previsíveis. Não vejo outra saída a não ser o governo adquirente. O Governo não vai botar dinheiro fora, vai fazer uma compra e tudo leva a crer que, no ano que vem, a produção será inclusive menor e poderá até ele acabar ganhando dinheiro com isso. É uma das questões mais normais e mais lógicas no abastecimento exatamente, em períodos como esse, fazer a compra do excedente.

Não consigo entender. O Governo que vem se solidificando em cima da agricultura, à custa do desempenho da agricultura, numa situação em que não há culpa alguma dos produtores, em uma situação singela, compra... O Governo antecipou o pagamento dos juros da dívida externa para o ano que vem; para isso, arrumou dinheiro. Como não pode arrumar dinheiro agora para uma situação como essa, em que se vive um drama real?

O Rio Grande do Sul tem o melhor setor de agricultura da história do Brasil. O setor de arroz irrigado

tem a melhor tecnologia, tem a melhor qualidade e a maior produtividade. Isso vem ao longo do tempo conseguindo manter o padrão. Então, não é para se dizer: deixa, vamos ver o que acontece; e quebra o setor. Não. As consequências são realmente muito sérias.

Tenho muitas restrições. Todo mundo gosta do Ministro da Fazenda, e eu até o considero uma pessoa que está tendo certa categoria, porque, no meio de toda esta crise que o Brasil está vivendo, ele vem se mantendo, levando e conduzindo as questões. Mas essa sua falta de sensibilidade...

E há outra coisa: não vi aparecer problema dramático como esse em São Paulo. Nós, do Rio Grande do Sul, estamos com o nosso carvão exposto a céu aberto, sem encontrar uma saída. Sempre digo que se aquele carvão, em vez de estar no Rio Grande do Sul, estivesse em São Paulo, duvido que não teriam encontrado uma solução. Mas está no Rio Grande do Sul – que se dane!

Qualquer país do mundo tem sua fonte de energia. O Brasil tem como fonte de energia as usinas hidrelétricas, mas tem que haver formas alternativas. Estamos agora levando para a mamona, mas o nosso carvão está ali e é uma posição tão pequena no que tange à possibilidade, mas não dá resposta.

Agora é o arroz, um produto que tem uma tradição, uma história, uma capacidade, e com o qual se está brincando. Também fico pensando se valeu a pena o Mercosul. Eu era Governador, fui Ministro da Agricultura na época que lançamos o Mercosul no Governo Sarney, mas, desde o primeiro momento, fiz questão de dizer duas coisas: em primeiro lugar, era para levar 10 ou 15 anos, para ir devagar como foi o Mercado Comum Europeu, ir devagar para as economias se adaptarem. O Sarney tinha falado em 10 anos e veio o Collor e diminui para cinco. Protestei e disse que a economia do Rio Grande do Sul não tinha como se preparar em cinco anos. Está certo que para São Paulo é uma maravilha, porque produz manufaturados e enche a Argentina de manufaturados; produz café; produz banana. Mas o que o Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai produzem é a mesma coisa. E eles podem se dar ao luxo... O arroz para o Rio Grande do Sul, por exemplo, é uma questão de honra. Para a Argentina, que tem no trigo a sua fonte de renda nº 1 e, na carne, a sua fonte de renda nº 2, o arroz é um supérfluo em que eles entraram agora e estão fazendo.

Agora, sinceramente, não entendo o Governo não fazer isso, nem dar uma resposta concreta e objetiva para isso. E não adianta V. Ex^a ou eu chamarmos o Ministro da Fazenda, porque ele não vem. Não vem e não vem. Essa é a verdade. Não queremos passar vergonha e não o chamamos. Não vem aqui, assim

como não vai à Comissão de Assuntos Econômicos. Não vai. Sugeriu trazê-lo à CAE, e ele falou em concordar em receber um grupo de Senadores; nós iríamos lá para falar com o segundo homem do Tesouro. Eu não vou. Muito obrigado. Prefiro não ir. Então, não dá satisfação alguma nem toma conhecimento.

São essas coisas: quando quer fazer, faz. Parece mentira, mas o PT e o Governo erraram e, hoje, está aqui a manchete do **Correio Braziliense**: “O Contra-ataque”. O Governo vai colocar R\$1 bilhão para as emendas dos Deputados para votar o salário mínimo. Quer dizer, continua tudo igual. É a mesma coisa, e não mudou nada. O Governo está colocando R\$1 bilhão para as emendas dos Deputados para que derubem o salário mínimo. Ah...! Quando querem, tem! De repente, arrumaram R\$1 bilhão, sem mais nem menos, para as emendas que estavam lá gaveta. Mas arrumaram R\$1 bilhão.

Agora, não tem para o negócio do arroz, que não é para dar. Volto a repetir que é um bom negócio para o Governo, que compra, guarda e estoca e, no ano que vem, tudo leva, porque vai diminuir a produção – houve a seca. No ano que vem, poderá vender a um preço até melhor, ou exporta. Ou, como diz o Deputado, faz aí: o Governo não está bancando o bacana com a Argentina e com a África? É uma forma de fazer negócio.

Vou ser sincero: acho que é má vontade! Se estivesse São Paulo sentado aqui, a situação não seria essa. Garanto que a situação não seria essa. Mas como se trata de Rio Grande, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, estão nos fazendo de bobos. Perdoem-me, mas estão nos fazendo de bobos. Infelizmente, o quadro que V. Ex^a apresenta é esse. V. Ex^a está trazendo um pessimismo, que é real. Podemos votar o seu requerimento, mas, e daí? O Ministério da Agricultura vai fazer o quê? Não vai fazer nada. O Ministério da Fazenda talvez não receba nem o Ministro da Agricultura.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Seria interessante, Sr. Presidente, fazermos uma audiência pública com o Ministro na semana que vem, a Comissão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele não vem!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não, iríamos ao Ministério. A Comissão ir ao Ministério.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu duvido que ele venha aqui.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É possível marcarmos essa audiência com o Ministro? Inclusive

requerer que esta Comissão vá até o Ministro, convidando alguns representantes do setor.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vamos. Eu não tenho dúvida. Irmos lá, pode ser. Ele não vem aqui. Aposto o que V. Ex^{as} quiserem. Nem aqui, nem à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – É...Não.

(???)O SR. JOSÉ DOS ANJOS – Pedi aqui uma intervenção para ajudar, no sentido de contribuir. O que temos no setor de arroz do Brasil não são excedentes de produção. Não temos excedentes de produção. Temos excedentes de importação. Por isso, lá no Rio Grande do Sul, por intermédio de um escritório de advocacia, entramos com um pedido de salvaguarda contra a entrada de arroz de terceiros países e do Mercosul. Assim, vamos ao foco e vamos discutir isso juridicamente, já que sentimos essa má vontade a que se refere o Senador Pedro Simon há mais de um ano em inúmeras tratativas. Então, não é necessário pegar o dinheiro que o Ministério da Agricultura diz não estar orçado para comprar arroz. Faz-se necessário suspender as importações! Como V. Ex^a colocou, para São Paulo, que é exportador de manufaturados, está muito bom, porque vai o deles e vêm as moedas podres em troca, que é o caso do arroz e do trigo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Desculpe-me, Sr. Presidente, mas é que está sendo apreciada a Reforma Política e tenho de ir lá correndo. Quero dizer que sou solidário e que concordo com a idéia de irmos à Fazenda. Vamos marcar uma reunião e vamos ao Ministério da Fazenda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, por natureza e pelas minhas origens, sou um parlamentar otimista, continuo sendo otimista. Sempre digo que o pessimista é um derrotado por antecipação, pois ele sempre acha que nada vai dar certo, que não adianta tentar, que não devemos fazer, que não vamos ser vitoriosos. Se eu concordasse com isso, eu não estaria aqui, estaria em casa. Estou nesta audiência, participando desta reunião, porque acredito na importância desta Comissão. Sei que aqui não fazemos milagres, mas estamos aqui reunidos para tentar pressionar o Governo, o Orçamento mesmo da Casa, conforme proposta encaminhada, para acharmos caminhos.

Sempre falo com muito cuidado – eu que sou considerado um parlamentar meio rebelde –, mas também não posso concordar quando se diz que todos os problemas do Brasil começaram há dois anos

e meio. Isso vale para o problema do carvão, Senador Zambiasi, em nosso Estado. Nunca resolveram o problema do carvão. Faço parte da Frente Parlamentar que V. Ex^a preside. Estou junto com V. Ex^a e haveremos de construir caminhos dentro de uma análise equilibrada, tranquila.

Gostaria de ir diretamente a um assunto. Farei algumas observações em relação às quais gostaria de saber a opinião da Mesa.

Confesso que me apaixonei por essa causa da agricultura e do arroz, que não fazem parte das minhas origens – sou um metalúrgico, fui sempre um sindicalista da área urbana. Chegando ao Parlamento, a agricultura foi me conquistando pela forma séria e responsável como nela atuam os profissionais da área, tanto no Governo anterior como neste Governo.

Agora mesmo fazia uma consulta aqui e cheguei a um dado significativo: são cerca de 15 mil produtores e cerca de 300 mil empregos que são gerados. Portanto, naturalmente, estou preocupado.

Vi com muita simpatia a proposta do Senador Gilberto Goellner – nós, que falamos tanto em política de combate à fome, de Fome Zero. Se, por uma razão ou outra, há um excedente de arroz, por que não pensarmos seriamente em usar esse excedente para erradicar, combater a fome, principalmente do nosso povo? Senador Gilberto, sou parceiro para, dentro do possível, colaborar com esse debate.

O mesmo digo em relação à proposta do Senador Pavan. Contem comigo para ir aos dois Ministérios já na semana que vem, se assim a Comissão entender – eu que não vou a Ministérios. O pessoal que está ouvindo sabe que é difícil eu entrar num Ministério, o meu estilo de trabalho é ficar aqui dentro elaborando, produzindo. Mesmo os membros da Comissão de Agricultura sabem que fui a um Ministério, uma única vez, ao longo de dois anos e meio.

Recebi algumas informações e as transmitirei para saber a opinião da Mesa em relação a elas. Até o momento, eu as tenho como verdadeiras, o que me preocupa muito. Vejam as afirmações.

Situação atual.

A entrada do arroz, oriundo da Argentina e do Uruguai, em postos de fiscalização sem a devida fiscalização na pesagem. A carga de arroz é maior do que a registrada na documentação fiscal e não são feitos testes fitossanitários para conferir a contaminação por pragas e agrotóxicos.

Há superoferta de arroz no Brasil. O arroz brasileiro tem custo elevado em relação ao arroz da Argentina e do Uruguai. A saca brasileira tem custo médio de R\$28,00, enquanto que o arroz do Mercosul chega, em média, a US\$7,00. Como hoje o dólar está a R\$2,40,

de fato, é uma diferença que preocupa, com razão, os produtores gaúchos e brasileiros.

A diferença de custo do arroz gaúcho em relação aos países do Mercosul está calcada também na carga tributária brasileira. Além disso, Argentina e Uruguai ainda se beneficiam de custos em média 40% a 130% menores nos insumos, fertilizantes, máquinas e equipamentos.

O preço praticado para a venda da saca não cobre o custo da produção e do próprio preço mínimo atual. O Brasil é auto-suficiente na produção de arroz, que apresentou resultado positivo na safra 2004/2005, com 13,2 milhões de toneladas, que equivale a um crescimento de 9,3%.

De 1º de março de 2004 a 28 de fevereiro deste ano, importamos 934 mil toneladas de arroz. Calcula-se em R\$12,6 bilhões o saldo de operações vencidas dos produtores, débitos acumulados desde 2001, no Rio Grande do Sul. O valor reduzido será em torno de R\$2 bilhões, que é o valor bruto.

Nesse ponto, surgem as reivindicações. É possível as seguintes reivindicações que nos foram apresentadas serem entendidas e acatadas e até servirem, junto à Mesa, nessa conversa que teremos com o Ministro. São elas: acabar com as vantagens tributárias para as importações de arroz da Argentina e do Uruguai na fronteira do Estado, impondo salvaguardas para o grão nacional em relação à entrada do cereal estrangeiro ou definição e cotas; liberação para aquisição de insumos dentro do Mercosul – está aí o Senador Sérgio Zambiasi, que preside o nosso Mercosul –; repactuação das dívidas; negociação das dívidas antigas; prorrogação das parcelas que seriam diluídas nas demais, principalmente julho e agosto; incentivos – aqui foi falado por todos, o que é positivo, inclusive o representante de relações exteriores – da exportação do arroz; implantação das linhas de crédito; apoio à comercialização para aquisição do Governo Federal e leilões de opções públicas.

Aborda também a importância de termos um seguro rural, apoio à comercialização da safra e refinanciamento das dívidas, que passa pelo Orçamento da União, e teremos que ver como iremos deliberar.

Finalmente, uma das propostas importantes daquelas que atuam na área é a liberação da segunda parcela de recursos referente à aquisição de mais de 700 mil toneladas, que dá algo em torno de R\$300 milhões.

Enfim, sei que é uma série de questionamentos. Se a Mesa entender que algumas delas fogem da alçada e devem ser remetidas ao Ministério da Fazenda ou do Planejamento ou da Agricultura, encaminharemos no momento adequado.

Em resumo, Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a por este debate. Entendo que há possibilidade de esta Comissão, produtores, trabalhadores e o Governo encontrarem caminhos que apontem, mais uma vez, para uma solução para os produtores de arroz.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE)

– A intervenção do Senador Paulo Paim, como sempre, é consistente, prática, objetiva. Compartilho da visão de V. Ex^a, Senador, de que as dificuldades estão aí e devem ser enfrentadas. Pessoalmente, passei por uma experiência recente nesse campo – eu não tinha tanta intimidade com ele. As dificuldades são grandes – e não são recentes, concordo plenamente –, mas não quer dizer que elas sejam intransponíveis.

A proposição de V. Ex^a é bastante ampla. Acho que é uma pauta geral daquilo que devemos tratar em audiências que estão sugeridas e considero muito boas. As reuniões da Comissão, especialmente dos Senadores mais aplicados neste assunto, Senadores com representatividade, com os dois Ministros será relevante e tentaremos marcá-las agora.

Num determinado momento da negociação, depois do “tratoração”, eu estava – é fato público – com o Senador Aloizio, pois eu incorporei as negociações quando estavam parada, e o Ministro da Agricultura foi chamado por todos nós para mais uma reunião na Fazenda. S. Ex^a disse: “A essa, vocês vão, porque já fui a todas. Não tenho mais o que dizer lá”. Não fui eu quem disse, foi o Ministro da Agricultura. E fomos lá. Portanto, as coisas são complicadas mesmo dentro desse ambiente. Não acho que é patrimônio apenas a questão da agricultura. Várias áreas do Governo têm graves problemas de financiamento.

Eu queria consultar os senhores que fazem a Mesa de hoje se têm alguma opinião a dar sobre a intervenção do Senador Paulo Paim, que seja rápida.

O senhor quer a palavra?

O SR. MARCO TAVAREZ – Perfeito. Sr. Presidente, eu gostaria de passar a V. Ex^a um ofício e um dossiê endossado por todas unidades de produção do Rio Grande do Sul, as entidades de federação – Far-sul, Federarroz e Irga – para que V. Ex^{as}, parodiando o Senador Paulo Paim, apaixonem-se pela nossa causa, porque nós temos convicção, temos certeza de que é o setor mais organizado, mais mobilizado do agronegócio. Acho que nossa vinda aqui nos traz mais esperanças. Encaminho a V. Ex^a esse dossiê, no qual estão explicitadas essas assimetrias do Mercosul, as questões de diferenças de custos de produção e, principalmente, se nada for definido, se alguma solução não for adotada, estaremos realmente entrando num processo

de degeneração da produção. Eu gostaria também de afirmar aqui rapidamente que temos o apoio irrestrito do Ministério da Agricultura, Zé Maria. Nós temos participado ativamente das negociações. Retiro o que o Zé Maria colocou. O próprio representante do Ministério da Agricultura falou da solução. Ele, por meio de suas palavras, colocou a solução, que eram aquisições do Governo, seja pelo preço mínimo, seja pelo mercado de opção, só que nós precisamos de recursos. Esse, talvez, seja o principal pleito do setor arrozeiro nacional que aqui está, nesses mais de 300 milhões nos quais contaremos com a capacidade e com a boa vontade e capacidade dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Senador Sérgio Zambiasi com a palavra.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Presidente Sérgio Guerra, demais componentes da Mesa, colegas e visitantes, estou me somando a essas manifestações. Tentarei ser breve, como recomendou nosso Presidente.

Inclusive, entendo que, talvez, já pelas exaustivas reuniões com o Ministro da Agricultura, que é nosso companheiro e nosso parceiro extremamente sensível, participei daquela reunião à noite, na ante-sala da Presidência e estava com o senhor e depois estivemos em outra audiência, Paim, no Ministério da Agricultura, onde o Ministro nos repetiu – uma semana depois – que ele já não se sentia mais à vontade em encaminhar essas questões para a área econômica e nos sugeriu que marcássemos as audiências e fôssemos. Inclusive, na mesma noite, tentamos, até chegamos a conversar com o Murilo Portugal, do Ministério da Fazenda. Falei com ele, pedindo que nos recebesse, e ele me disse, taxativamente, que poderia nos receber no dia seguinte, às 20 horas, mas para dizer o que já sabíamos. Não teve nenhum momento de sensibilidade para encaminhar uma solução. Marcou para sexta-feira, à noite. Portanto, entendo que a conversa tem que ser com o Ministro Palocci, que poderíamos resumir esta audiência ao Ministro Palocci, porque temos do nosso Roberto Rodrigues absoluta compreensão e apoio. Ele estava constrangido, nesta última reunião, dizendo que sua produção de arroz, não sei se em Pernambuco ou Maranhão, estava sendo vendida por dez reais a saca. Estava constrangido em discutir esse tema, porque dava a impressão de que ele estava tratando de assunto de seu próprio interesse, quando, na realidade, era de interesse nacional. Preocupou-me extremamente o que se comentou aqui sobre a redução da safra para dois dígitos, porque isto, obviamente, deixaria o Brasil em uma situação delicada, em termos até de segurança alimentar.

Penso que é válida a proposta do Senador Gilberto de incluir a questão do excesso de produção no Fome Zero, na merenda escolar, e até em apoio aos países africanos que estão vivendo momentos de crise famélica angustiante. Creio que o Brasil, que quer e tem manifestado esse tipo de apoio, ao invés de oferecer algum tipo de empréstimo ou financiamento, poderia oferecer alimento, este excedente que está aqui em nossas mãos.

No Rio Grande do Sul, o Senador Paulo Paim comentou essas nossas diferenças regionais. Infelizmente, temos vivido o problema do arroz, o problema do carvão – ontem foi criada uma frente parlamentar – e o problema do vinho. O carvão é um problema nacional, é uma questão do Governo entender como matriz energética. O vinho começou a melhorar, depois de muita pressão. Há também a questão do trigo e a questão da fumicultura, inclusive aproveitamos para dizer agora que se estão oferecendo duas praças para a audiência pública desta Comissão, que seria a cidade de Camaquã, na metade do Sul, que também é produtora, ou então a Capital do Estado, onde todas as regiões poderiam estar presentes e talvez fosse mais prático.

Mas quero somar-me a este movimento e entendo que poderíamos poupar o Ministro Rodrigues, neste momento, e encaminhar essas questões diretamente ao Ministro Palocci, com certeza com o apoio absoluto dos demais segmentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Guerra. PSDB – PE) – Quería saber primeiro se os Srs. Senadores estarão na semana que vem aqui. (Pausa.) Todos estaremos.

Segundo, gostaria de dar uma opinião, mas aceitaria a sua, de bom grado. Não tenho certeza, mas talvez fosse instrutivo passar pelo Ministro Rodrigues, antes da audiência com o Ministro Palocci, para que saíssemos bastante lógicos e simétricos com o que ele defende. Creio ser sensato isto. Chegaremos ao Palocci na semana que vem e farei gestão para que isso aconteça, com a ajuda de V. Ex^{as}.

Finalmente, quero dizer que é mais um momento de dificuldade que temos obrigação de encarar e devemos fazer um esforço para não frustrá-los. Na Comissão em que contribuimos aqui, não temos cultura de oposição, não nos colocamos como oposicionistas, somos da agricultura e temos que encontrar uma solução e trabalhar por ela. Não é fácil, mas a sua vontade de resolver as coisas é a nossa também.

Obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 16 minutos.)

Ata da Vigésima Segunda Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de agosto de 2005, sexta-feira, na cidade de Irati-pr.

Às onze horas e sete minutos do dia dezanove de agosto de dois mil e cinco, na Câmara Municipal de Irati, município do estado do Paraná, sob a Presidência Interina do Senador Flávio Arns, com a presença do Senador Heráclito Fortes e diversas autoridades governamentais bem como entidades civis, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, em cumprimento ao REQUERIMENTO Nº 23, de 2005-CRA, de autoria do senador Heráclito Fortes, de Audiência Pública, objetivando instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 602/2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003. O Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Flávio Arns, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente em exercício, Senador Flávio Arns comunica, a seguir, aos presentes, a ausência justificada do Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Sérgio Guerra em função de trabalhos na CPI em andamento no Senado Federal, bem como a justificativa também da ausência do Senador Osmar Dias. O Senador Flávio Arns deu conhecimento ao Plenário, ainda, do Ofício nº 744/2005 encaminhado pelo Senador Álvaro Dias no qual Sua Excelência expressa pesar por não poder estar presente a este evento. Na sequência, o Senhor Relator, Senador Heráclito Fortes, fala da importância e do quão polêmico é o tema desta Audiência, informando que pretende ouvir com bastante atenção as entidades presentes. A seguir, o Senador Flávio Arns convida para compor a mesa, a Sra. Deputada Federal pelo estado do Paraná, Selma Schons; o prefeito do município de Irati-PR, Sr. Sérgio Luiz Stoklos; o Presidente da Câmara Municipal de Irati-PR, Sr. Antônio Roberto Sequiel e o Presidente da Ancespar – Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná, Sr. João Orestes Fenker. Usam da palavra, na sequência, a Chefe da Divisão de Controle do Tabagismo do INCA – Instituto Nacional do Câncer, Sra. Tânia Cavalcante; o Presidente da Afubra – Associação dos Fumicultores do Brasil, Sr. Hainsi Gralow; o médico representante da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, Dr. Ricardo Meirelles; a Presidente do Sintifa – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e Alimentação de Cruz das Almas (BA), Sra. Josenita Souza Salomão; representante da Secretaria de Estado do Paraná, Sr. Gilberto Bartim; o representante da Fentifumo – Federação Nacional

dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo e Afins, Sr. José Milton Kuhment; o representante da Fetaep – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Paraná, Sr. Iraci Vetoresi; o representante da Famurs – Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul, Sr. Heitor Álvaro Petri; o Presidente do Deser – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais e coordenador da Fetraf-sul – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Paraná, Sr. Marcos Rochinski; representante da AMVARP – Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo, Sr. Almedo Dettenborn; representante da CUT Nacional, Sr. Albino Gweher; representante da Contag – Confederação dos Trabalhos na Agricultura, Sra. Marucha Szwdludski; o representante da CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e FAEP, Sr. Pedro Martins; representante da Amcespar – Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná, Sr. Rogério Almeida; representante da Fetaesc – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, Sr. Padilha e a Procuradora do Trabalho do Estado do Paraná, Sra. Margarete Mattos de Carvalho. Após a exposição dos convidados, o Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Flávio Arns passa a palavra ao Relator, Senador Heráclito Fortes, que agradece as colocações e o comportamento dos presentes. Logo após, o Senhor Presidente em exercício, Senador Flávio Arns agradece a presença dos convidados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente Reunião às treze horas cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Flávio Arns, Presidente, exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Havendo quórum regimental, declaro aberta a vigésima segunda reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Solicito, em primeiro lugar, a dispensa da Ata da reunião anterior, que, com a anuência dos Srs. Senadores, é dada como aprovada.

Aprovada.

A presente reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal destina-se à audiência pública, objetivando instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção Quadro sobre o controle do uso do tabaco, assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003, conforme a aprovação do Requerimento nº 23/2005 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que é também o Relator da matéria.

Nós temos a felicidade, nesta audiência pública, de ter, aqui, no Paraná – e damos as boas-vindas –, o colega e amigo, Senador do Estado do Piauí, do PFL, Senador Heráclito Fortes, à minha direita, e Relator, como já foi dito, desta matéria no Senado Federal.

Fazem parte também da Mesa a Deputada Selma Schons, que está à minha direita, Deputada Federal pelo PT do Paraná; o amigo e Prefeito de Irati, Sérgio Luis Stoklos; também o Presidente da Câmara de Vereadores, que está cedendo este espaço bonito e agradável para esta reunião da Comissão de Agricultura, para a realização da audiência pública, Roberto Staehlin; e o Presidente da Amcespar, Prefeito de Guamiranga, João Orestes Fenker.

Destaco também para todos os presentes que esta audiência pública da Comissão de Agricultura está sendo acompanhada pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Agência Senado. E a gravação desta audiência pública, em Irati, com a participação de todos os presentes, será, na sequência, divulgada por esses órgãos de comunicação para todo Brasil.

Então, este é um momento importante de discussão, de debate. É uma das tarefas do Congresso Nacional, nesses momentos e em todos os momentos, ouvir e debater com todos os setores da sociedade, para que os vários pontos de vista possam contribuir para uma aprovação no encaminhamento do Projeto de Lei e fundamentar o parecer do Sr. Relator.

É uma alegria estarmos em Irati para algo que tem uma repercussão não só regional muito importante, em função de todos os empregos, a renda, as famílias envolvidas, os equipamentos, mas esta discussão traz repercussão estadual, nacional, porque é uma decisão que o Brasil tem de tomar, e mundial, porque, na verdade, isso já foi debatido, sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde, na quinquagésima sexta Assembleia-Geral de Saúde da qual o Brasil participou. Então, este debate, com muita satisfação, será feito nesta ocasião.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de passar a palavra, para saudar a todos, ao Senador Heráclito Fortes, do Piauí, grande amigo do Paraná, a quem todos nós realmente damos as boas-vindas de volta à nossa terra.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com muita satisfação, estou aqui, nesta manhã. A minha alegria! Quero ter certeza também, meu colega Flávio Arns, que ela é dupla. Primeiro, por estar aqui, nesta cidade, simpática, cercado pelo prefeito e por representantes da reunião; e a segunda, porque, finalmente – espero – vamos passar um dia sem ouvir falar em CPI.

Estaremos aqui, durante todo o dia, tendo a oportunidade de ouvir, de discutir esse tema, que é polêmico, mas em relação ao qual é necessário que tomemos uma posição, como representantes do Congresso Nacional.

Em primeiro lugar, quero dizer, para que fique bem claro: não pedi para ser Relator desta matéria. Ninguém pede para ser relator de matéria como esta. Fui procurado pelo Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Sérgio Guerra, que alegou alguns argumentos para que eu aceitasse. Aleguei falta de tempo, compromissos em comissões; presido a Comissão de Infra-Estrutura e, no momento, a Comissão discute as PPPs. Aí, comecei a me sentir velho. A experiência como parlamentar já conta 25 anos, e o fato de ser de uma região que não está envolvida diretamente no processo, por não ser produtora de fumo, achou ele que, por esse fato, haveria pelo menos uma inversão na análise da questão. Não é bem assim. Aceitei e estou aqui, nesta manhã, exatamente para ouvir.

A minha providência foi solicitar essas audiências públicas. Deveria ter feito apenas em Brasília. Era mais cômodo, mas não era justo. Acho que o importante é seguir a fonte, seguir a base.

A minha escolha primeira caiu no Paraná, primeiro, por motivos afetivos; segundo, porque acho que a Bancada do Paraná é, talvez, a melhor do Brasil no seu conjunto. No Senado, há três representantes do Paraná que são impecáveis na atuação: o Flávio, que está aqui ao meu lado, foi meu colega na Câmara e sei da sua atuação, da sua determinação e, acima de tudo, da sua seriedade; os irmãos Alvaro e Osmar Dias dispensam maiores comentários e são excelentes conhecedores da área agrícola do Brasil e, portanto, do Paraná.

A minha alegria de estar aqui com a Deputada Selma Schons, que representa a Câmara Federal nesta nossa audiência pública, o que já demonstra o que eu disse anteriormente: é uma Bancada altamente vigilante, presente, o que é muito bom para todos nós.

De forma que, quero cumprimentar o Prefeito e o Presidente da Câmara dos Vereadores. Quero cumprimentar o Prefeito por nos receber, por nos acolher aqui, nesta audiência pública, e por participar dela; e ao Presidente da Câmara. Se eu não o parabenizasse por nada, eu o parabenizaria por esse belo conjunto que nos mostra aqui.

A esta Câmara de Vereadores, quero dizer aos senhores: tenho viajado muito pelo Brasil, mas, talvez, esta tenha sido a construção mais lógica, mais objetiva e mais coerente para ser a Casa do Povo. O Presidente demonstra que não tem medo de povo, não tem medo de assistência e de presença na Casa. Portanto, para-

benizo-o. É uma construção simples, mas altamente funcional. Acho que este é um momento em que deve haver, cada vez mais, esta aproximação; e esta sua iniciativa deixa a sua Casa com as portas abertas para a comunidade que lhe trouxe para cá.

Dito isso, agradeço antecipadamente o carinho de todos aqui, com a presença. E, a partir de agora, a minha posição será outra. Tenho certeza de que sairei daqui rouco de ouvir.

Muito obrigado.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT - PR)

- Passo, em seguida, a palavra à Deputada Selma Schons, do PT do Paraná, para saudar também os participantes desta audiência pública.

A SRA. SELMA SCHONS (PT - PR) - Cumprimento os componentes corajosos desta Mesa. Como o nosso Senador Heráclito Fortes já falou é um tema polêmico. Saúdo especialmente o nosso Senador Flávio Arns, sempre presente na nossa região, no Paraná, e agora S. Ex^a atesta que está presente no Brasil - e isso é bom -, ao nosso Prefeito aqui sempre presente, ao Vereador Presidente desta Casa; ao Prefeito, Presidente da região, do nosso território aqui, de (?)Ipamiranga, representando os Prefeitos da região; assim como cumprimento também os demais Prefeitos, ex-Prefeitos, Vereadores, também os técnicos dos Ministérios aqui presentes, Brasília e Irati aqui nos ouvindo; e cumprimento especial aos agricultores que, neste momento, se apresentam de uma forma bastante inquieta, porque trabalhar em uma reversão de cultura não é fácil, quer novos pensamentos, quer novas adaptações, novas tecnologias, novos investimentos, isso nem sempre é fácil.

Então, eu me alio aos agricultores, sobretudo os da região. Eles sabem e eu tenho muita tranquilidade em falar com os senhores. agricultores aqui desta região, do Paraná, dada a preocupação que nós temos. E posso lhe informar, caríssimo Senador Heráclito, que aqui na região, nós estamos trabalhando, e no meu mandato tenho feito isso de forma intensa, inclusive nas liberações de verbas, porque queremos trabalhar na implantação do nosso corredor de frutas, incentivando essa pesca na região. (?) sempre importante de pesca, de frutas, incentivo ao leite e à apicultura, porque também é outra região que está se preocupando com a questão das reservas. Então, a (?) conjugar frutas, abelhas, leite, que é um potencial intenso que temos nessa região. Fico muito tranquila em debater isso com os agricultores aqui, não só porque acredito na agricultura familiar - e eu sempre digo que se ela chegou até aqui foi por teimosia -, porque nem sempre os nossos agricultores tiveram a atenção necessária

dos nossos governos. Mas é preciso estar com eles. Então, sempre digo, não só por acreditar na saída da agricultura familiar e da necessidade de apoio, mas até porque venho da agricultura familiar. Se eu cresci, tenho crescido com o dinheiro inclusive do fumo que o meu pai e nós plantávamos em nossa casa. Mas entendo também que essa não é mais a cultura possível, dada a pressão nacional e, sobretudo, internacional que recebemos. E essa pressão não pode cair sobre o nosso agricultor. Nós temos de achar saída. Sou a favor da saúde, mas especialmente a favor do nosso agricultor, pois temos certeza de que se ele pudesse, ele estaria plantando outras questões. Hoje ele planta porque no hectare que se extrai a partir do fumo não se consegue com outras culturas. E isso é sério; e é isso que precisamos conseguir; é esse apoio nacional, de todos os Estados, de que precisamos.

Por isso, parabeno o Senado por essas importantes audiências que vêm fazendo no Brasil, para debatermos isso, e sairmos desse enrosco, cujo Prefeito aqui da nossa região e aqui da cidade, sabemos o quanto isso pesa e o quanto precisamos estar do lado do nosso agricultor, que certamente está atento e quer produzir de forma mais limpa, investindo em orgânicos, produzindo frutas, quem sabe; produzindo mel, quem sabe; produzindo mais leite. E essas são questões alternativas importantes. Mas, para isso, o nosso agricultor precisa, especialmente o agricultor da base familiar, de apoio do Governo. Ele precisa se organizar, enfim, precisamos estar trabalhando juntos na capacitação e, sobretudo, termos acesso à tecnologia.

Quando estamos trabalhando a nossa questão da reversão da cultura nessa região das frutas, onde mais nós batemos, nosso Senador querido? Tecnologia, crédito; é ali que estamos encontrando dificuldade e precisamos trabalhar muito, para que o acesso à tecnologia e ao investimento esteja à mão do nosso agricultor, que, hoje, planta fumo - tenho certeza, por necessidade, e não porque ele quer. Então, ele vai estar conosco à medida que ele sabe que as lideranças estão com ele para produzir algumas saídas mais saudáveis para o Brasil e, especialmente, para suas famílias.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. FLÁVIO ARNS (PT - PR) - Agradeço à Deputada Selma Schons.

Concedo a palavra ao Prefeito de Irati, Sr. Sérgio Stoklos, que nos recebe neste Município e que, desde o primeiro momento, colocou-se totalmente à disposição, para que toda a infra-estrutura para esta audiência pública acontecesse.

Quero destacar a presença da Vice-Prefeita e amiga, Marisa Lucas, que está aqui, neste recinto,

também, e quero destacar o belo trabalho que todos vêm fazendo a favor da comunidade.

Concedo a palavra ao Prefeito Sérgio Stoklos.

O SR. SÉRGIO STOKLOS – Bom-dia a todos! Quero saudar o Senador Flávio Arns, Vice-Presidente desta Comissão; quero saudar também o Senador Heráclito Fortes, Relator, Senador do Piauí, que muito nos honra com a sua presença aqui, no Paraná, em Irati; a Deputada Selma Schons; o Presidente da Amcespar, João Orestes Finker; o nosso Presidente da Câmara e todos vocês que vieram até Irati.

Quero dizer a todos do Paraná e de outros Estados que sejam todos muito bem-vindos à na nossa cidade, à nossa região e que continuem vindo para cá para discussões como esta e outras.

Considero muito importante esta abertura que o Senado Federal está dando; é muito importante, é fundamental para que a discussão não fique restrita e possa aprofundar-se e ouvir as opiniões as mais diversas, o que, na democracia, é fundamental.

Irati, hoje, Senadores e Deputada, está muito orgulhosa, podem ter certeza, por ter a presença de vocês: Senador Heráclito Fortes, que veio de Brasília, que veio do Piauí. Isso, para nós, é orgulho e momento marcante na história de Irati; Senador Flávio Arns, com a sua presença constante; Deputada Selma Schons e todos vocês aqui presentes; Prefeitos de outras cidades; ex-Prefeitos de Irati, aqui presentes; os ex-Prefeitos Totti, Felipe, Rodrigo e Alfredo, que participam deste evento.

Estamos buscando aqui, dentro de Irati, uma grande união, em prol do nosso Município e temos conseguido isso porque todos temos muita responsabilidade. E, dentro dessa grande união, estamos fazendo um grande somatório, com a Câmara de Vereadores, também Legislativo e Executivo, em prol de Irati. Tem sido essa a tônica.

Para encerrar, quero dizer que o tema é polêmico, mas sei que haverá uma discussão em grande nível, no sentido de se buscar o melhor, principalmente para os nossos agricultores. E há, aqui, em Irati, e em nossa região, principalmente, muitos agricultores que carecem, que precisam de apoio de programas do Governo Federal, do Governo Estadual, dos Governos Municipais e dos mais diversos órgãos, para que possam continuar lá, nas suas casas, nas suas origens, trabalhando e produzindo para o nosso Brasil.

Esse apoio é o que queremos, acima de tudo, para que, em conjunto, com programas, os nossos agricultores tenham, cada vez mais, dignidade de vida, com saúde, e lutando para que o nosso Brasil, a nossa região seja cada vez mais forte.

Quero encerrar dizendo que Irati vai fazer 100 anos, Srs. Senadores e Deputados, em 2007. Estamos nos preparando para esse momento. Inclusive, hoje, está havendo primeiro fórum cultural de Irati, nossa região, para se discutir também a cultura, que é algo muito importante, que promove a chamada inclusão social.

Para encerrar, quero dizer: Viva o Senado Federal! E viva Irati e a nossa região.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a fala do Prefeito Sérgio Luís Stoklos. Quero na pessoa dele saudar também todos os prefeitos e vice-prefeitos e ex-prefeitos que estão aqui presentes. E para não cometer erros por esquecimento, peço que todos assinem a lista de presença para registrar, pessoalmente, todas as presenças.

Passo em seguida a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Irati, esse belo espaço que está sediando essa discussão necessária no Brasil, Roberto Sequinel. E já na presença do Roberto Sequinel, colega parlamentar, saúdo também todos os vereadores dos vários municípios que estão presentes, particularmente os do Município de Irati, que estão todos presentes nesta audiência pública.

Com a palavra o Presidente da Câmara de Vereadores de Irati.

O SR. ROBERTO SEQUINEL – Senadores, Deputada, Prefeitos, Vereadores e demais presentes, bom-dia.

Em nome do Poder Legislativo de Irati, quero agradecer a presença de todos em nossa Casa de Leis, nesse momento histórico.

Estamos felizes por poder sediar esta audiência pública. Portanto, senhores, sintam-se em casa.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço as palavras do Presidente da Câmara.

Passo, em seguida, a palavra ao Prefeito de Guamiranga, João Orestes Fenker, que é Presidente da Amcespar – Associação dos Municípios do Centro-Sul do Estado do Paraná, que é a região que nos acolhe hoje.

Com a palavra então o Sr. João Orestes Fenker.

O SR. JOÃO ORESTES FENKER – Quero saudar o nosso Senador Flávio Arns; o Senador Heráclito Fortes, Relator desta Comissão; a Deputada Selma Schons; o Prefeito de Irati, Sérgio, nosso anfitrião; o Roberto, Presidente do Poder Legislativo local. Quero cumprimentar os prefeitos da Amcespar, especialmente os prefeitos do nosso território, os Vice-Prefeitos. Até o

Moacir, brincando, disse que há lugar para deputado, prefeito e vereador, mas não para vice.

Quero cumprimentar os presidentes das associações, especialmente todos vocês agricultores.

Quero dizer aos nossos Senadores aqui da preocupação em nossa região quanto ao que está andando e como está caminhando. Agradeço mais uma vez por estarem presentes aqui na nossa região, para ver e sentir os problemas que temos. E o nosso principal problema, o maior problema do nosso agricultor é que todos acham que está sendo feito algo para a proibição do plantio do fumo.

Creio que essa audiência está ocorrendo no lugar certo para que seja esclarecido que não se trata de proibir, mas simplesmente de mostrar para o agricultor que há outras alternativas.

Nesse sentido, creio que vieram ao lugar certo para conversar principalmente com quem está nessa lida. Temos na nossa região, por sorte, a plantação de fumo. Digo isso porque a plantação de tabaco conseguiu deixar nosso agricultor nos pequenos municípios, no interior do município. Sinto isso pelo meu Município, Guamiranga, onde nasceu 70% da população que mora no interior. Lá em Guamiranga temos 1.250 famílias que dependem diretamente do tabaco.

Por isso, creio que vocês vieram ao lugar certo para que essa discussão se aprofunde. Há os prós e os contras. Que todos aqui tenham a sua opinião para encontrarmos um denominador comum e resolvermos fazer um andamento melhor para os nossos agricultores. Agradeço mais uma vez por escolherem a nossa região para fazer esta audiência pública.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Eu quero justificar três ausências. A primeira delas é do Presidente da nossa Comissão, Senador Sérgio Guerra, Senador do PSDB de Pernambuco, que tem tido uma atuação das mais vibrantes também no Senado Federal. S. Ex^a é muito ligado à área da agricultura e pretende tornar a Comissão de Agricultura um espaço de negociação, de entendimento e de diálogo. Isso é fundamental para a sociedade. S. Ex^a não pôde estar presente, e, na condição de Vice-Presidente, com prazer, eu o estou substituindo.

Em segundo lugar, quero justificar a ausência do Senador Osmar Dias, do PDT do Paraná, que, como todos sabem, tem uma história ligada também a um conjunto de áreas, particularmente à da agricultura. S. Ex^a me pediu também que justificasse a sua ausência, que ocorreu por vários compromissos que não poderiam ser desmarcados para que ele pudesse estar aqui presente. Mas pediu-me que enviasse a todos o seu

abraço, particularmente ao Senador Heráclito Fortes, Relator da matéria.

O Senador Alvaro Dias também não pôde estar presente. Como o Senador Heráclito Fortes mencionou, as pessoas estão muito envolvidas com várias questões em Brasília, particularmente as CPIs. Mas o Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, é solidário com essa área. Trata-se de uma questão, como todos sabem, suprapartidária. Ele enviou, inclusive, uma justificativa por escrito, dizendo que já esteve em Irati, recentemente, discutindo a questão que estamos debatendo hoje. S. Ex^a está-se colocando totalmente à disposição para todo debate que possa acontecer.

Destaco que esta é uma audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Oficialmente o Senado Federal está nesta região centro-sul do Estado do Paraná, bem de acordo com o que o Senador Heráclito Fortes colocou; ou seja, em vez de fazermos a discussão em Brasília, nós precisamos nos deslocar e fazer essas reuniões, com o maior número possível de pessoas, de entidade interessadas, na própria região.

Assim, de acordo com esse objetivo, vamos passar a palavra, na sequência, a várias pessoas convidadas, para que elas possam expor seus pontos de vista. Peço a essas pessoas convidadas que falem da tribuna para facilitar a captação de imagens pela TV Senado e também a comunicação com o público presente. É importante observar ainda o tempo de cinco minutos de fala para cada pessoa. Isso porque várias falas vão-se complementando na abordagem do tema.

Ao mesmo tempo, gostaria de pedir ao público presente, na medida do possível, que não se manifestasse, nem durante nem depois das falas. Isso porque nas audiências públicas não deve haver aplausos aos depoimentos, que são pontos de vista diferentes. Alguns podem nos agradar, outros podem não nos agradar. O mais importante é que todas as pessoas tenham o seu espaço para colocar o seu ponto de vista.

É com base nisso que o Relator vai fazer o seu relatório. Todos nós vamos ouvir. As pessoas têm toda a liberdade de falar aquilo que julgarem importante para subsidiar o que vem sendo debatido, o assunto em pauta, que é a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil.

Assim, peço a compreensão de todos no sentido de procurarem não se manifestar.

Quero dizer às pessoas que estão em pé que ainda existem alguns lugares e que se quiserem podem se sentar. Existem aqueles dois lugares lá do fundo. As Associações, Afubra e Fentifumo, também poderiam ter alguns representantes sentando aqui nos dois

lugares. Então, passo a palavra, em primeiro lugar, à convidada do Ministério da Saúde, Dr^a Tânia.

A SRA. TÂNIA – Bom-dia a todos. Vou tentar ser o mais sucinta possível, mas queria trazer dados contundentes, concretos, que mostram que ratificar a Convenção-Quadro para o Brasil traz benefícios para os fumicultores. Ela não é uma ameaça; ela traz benefício, proteção para os fumicultores.

Em primeiro lugar, quero dizer o que é a Convenção e por que ela surgiu. Rapidamente, a Convenção, na verdade, é uma reação do mundo à epidemia do tabagismo, à epidemia de mortes relacionadas ao tabagismo que está ocorrendo no mundo. Então, 192 países pediram à ONU – Organização das Nações Unidas, a negociação de um tratado internacional para conter essa epidemia. São 5 milhões de mortes atualmente devido ao consumo do fumo. O tabagismo por si só é uma doença crônica, e, por conta de uma série de fatores que a ciência já mostrou de forma inequívoca, os países do mundo inteiro estão se mobilizando para conter as estratégias de mercado para expandir o consumo, principalmente entre crianças e adolescentes. O tabagismo também é considerado uma doença pediátrica, porque a maior parte dos fumantes começaram a fumar na infância, na adolescência, na fase em que não há discernimento para decisões, e se tornam dependentes; dificilmente conseguem deixar de fumar.

Essa Convenção aconteceu exatamente porque, apesar de a ciência hoje ter um vasto conhecimento dos graves riscos que o cigarro traz para a saúde das pessoas, para o meio ambiente, o consumo continua a crescer no mundo inteiro, principalmente nos países pobres. Por conta disso, os países se uniram e pediram esse tratado, para que houvesse uma redução nessa expansão das 5 milhões de mortes que acontecem hoje e que passarão a ser 10 milhões se não revertermos a tendência de consumo.

Além disso, o tabagismo, hoje, é reconhecido pelo Banco Mundial, pelo próprio FMI, como um fator que agrava a fome e agrava a pobreza. Esse movimento vem acontecendo nos diversos países no sentido de que os países passem a incluir nas suas agendas de desenvolvimento estratégias para reduzir o consumo do tabaco.

O Banco Mundial publicou este livro. O Banco Mundial, na década de 80, estimulava os países a produzirem fumo como uma forma de criar oportunidades para a exportação, trazer riqueza para os países. Mas, a partir de 1991, o Banco Mundial mudou a sua política, passou a reconhecer que o tabagismo é um entrave para o desenvolvimento dos países e a estimulá-los a adotar várias medidas, que estão no texto da Convenção-Quadro, para reduzir o consumo.

Então, essa publicação do Banco Mundial vem sendo disseminada em várias línguas, e vários países já vêm adotando as medidas preconizadas pelo Banco Mundial para reduzir o consumo.

A China, hoje, é o maior produtor e o maior consumidor de fumo do mundo, mas está investindo de forma maciça para reduzir o consumo. Aqui há uma série de materiais, documentos, mostrando que a China vem trabalhando para reduzir o consumo.

A situação é tão grave, que o relatório da reunião do Conselho Econômico-Social das Nações Unidas, em julho de 2004, reconhece que a redução do uso do tabaco ajudaria a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no sentido de reduzir a pobreza, as doenças, a fome e a degradação ambiental. A incorporação do controle do tabaco em programas de assistência voltados para atingir os Objetivos do Milênio poderia oferecer grandes avanços no combate à pobreza, à desnutrição e à preservação do meio ambiente. Então, sinteticamente, o que quis mostrar aqui nessa primeira parte é que existe uma movimentação do mundo para a redução do consumo, para reconhecer o consumo do tabaco como um problema, um entrave para o desenvolvimento dos países. Há uma grande mobilização mundial nesse sentido. E a Convenção-Quadro surge como um instrumento para que isso aconteça. O objetivo dessa Convenção, só para sintetizar, é proteger as gerações presentes e futuras das consequências sanitárias, sociais, ambientais, econômicas, geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco.

Desafio a qualquer um aqui pegar o texto da Convenção e mostrar onde está dito que a Convenção vem para exterminar ou para prevenir quanto ao fumo. Pelo contrário, a Convenção não é uma ameaça, ela oferece proteção aos fumicultores. É isso que vim dizer, a coisa mais importante da minha fala é essa: dizer que a Convenção-Quadro oferece salvaguardas, ela oferece proteção para os fumicultores para um aspecto mundial que está acontecendo, que independe de o Brasil ratificar a Convenção. O Brasil ratificando ou não a Convenção, esse movimento veio... para reduzir consumo não vai mudar e a gente precisa se preparar para isso, até porque, segundo dados da Fibra, 80% do fumo nacional é exportado, ou seja, depende do que está acontecendo lá fora, até porque o Brasil já vem reduzindo seu custo no entorno.

Tivemos uma redução bastante expressiva no tabagismo nacional, graças a uma ação do Governo para proteger seus filhos, suas filhas, todas as famílias, das induções para o consumo do tabaco.

Então, aqui dentro do texto da Convenção temos, dentro dos princípios norteadores, os arts. 4º e 6º, que

reconhecem a necessidade dos países de oferecerem assistência técnica, assistência financeira, para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores, cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência do Programa de Controle do Tabaco. Se por um lado a Convenção reconhece que é importante resgatar os fumantes da sua dependência, evitar que crianças comecem a fumar e ajudar aqueles que são dependentes a deixarem de fumar, ela também reconhece que é importante ajudar aqueles que hoje são economicamente dependentes da produção de fumo, estão presos na cadeia produtiva, nesse caso, o elo mais frágil dessa cadeia, que é o fumicultor.

O art. 17 fala claramente do apoio a atividades alternativas, ou seja, opcional, não é obrigado. Quem quiser continuar plantando fumo pode continuar. Mas, é importante que tenham alternativas para aqueles que acham que é melhor sair do fumo. E o art. 18 reconhece claramente que é importante que aqueles que continuam plantando fumo, estejam protegidos, que a sua saúde seja protegida. A gente sabe que hoje plantar fumo põe em risco a saúde do fumicultor, põe em risco a saúde da família do fumicultor, que está lá trabalhando junto com ele e traz danos para o meio-ambiente. Então, é importante que também fique claro que a Convenção protege o fumicultor nesse aspecto.

O art. 26 fala mais diretamente dos recursos financeiros para ajudar os fumicultores a terem alternativas. Então, aqui só na parte vermelha, depois quem quiser ler, lerá melhor, ele fala claramente que devem ser abordadas e apoiadas, portanto, no contexto de estratégia reacionária de desenvolvimento sustentável, alternativas economicamente viáveis para a produção de tabaco, inclusive culturas alternativas.

Então, queria saber onde está escrito no texto da Convenção que a Convenção veio para tirar empregos, para proibir a plantação, para exterminar a produção de fumo. Então, era isso que queria colocar.

Só para sintetizarmos, queria saber qual a lógica do que ele está falando, a gente só pode ratificar depois que tiver alternativa ou que o Brasil não pode ratificar a Convenção porque vai tirar os empregos dos fumicultores.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Dr^a... só pediria para concluir. V. S^a dispõe de um minuto para a conclusão.

A SRA. TÂNIA – Está bem. 85% do fumo brasileiro é exportado por conta... do mercado internacional. O mundo está se mobilizando para reduzir o consumo. A tendência de retroação desse mercado, em longo prazo, não depende da ratificação pelo Brasil. A Convenção não oferece ameaça sem proteção. E a Convenção pode ajudar o Brasil a enfrentar redução da demanda,

que poderá acontecer em longo prazo. Essa redução da demanda do fumo não vai acontecer do dia para noite. A FAL estimou que, nos próximos dez anos, vai haver um crescimento, embora em menor velocidade, da demanda por fumo.

Mas, agora, precisamos... agora, porque a Convenção-Quadro está aí, ela está trazendo mudanças e ela realmente vai, em algum momento, trazer a redução da necessidade de fumo, de exportação de fumo.

Ainda, só como último ponto, para terminar, é que a Índia, mesmo tendo ratificado a Convenção, desde fevereiro de 2004, a Índia aumentou suas exportações de fumo em 14% na safra de 2004 e 2005. E vem mostrando que nada disso que está sendo profetizado é verdadeiro.

Agradeço a atenção dos senhores. Há documentos aqui com mais informações, que coloco à disposição dos Senadores.

Era o que tinha a dizer. Obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Agradeço a participação da Dr^a Tânia.

Ressalto que todos os presentes têm uma cópia da Convenção Quadro*, editada pelo Senado Federal. Vários artigos também podem ser acompanhados com esse material impresso.

Em seguida, passo a palavra à Afubra – Associação dos Fumicultores do Brasil, na pessoa de Hainsi Gralow.

O SR. HAINSI GRALOW – Bom-dia a todos. Quero saudar o Prefeito Municipal de Irati, Sérgio Luiz Stoklos, o Senador Flávio Arns, o Senador Relator Heráclito Fortes, a Deputada Selma, a Câmara de Vereadores, o nosso Presidente Antonio Roberto Sekkel, o Presidente da Acepar, João Orestes Fenker, o nosso Prefeito Municipal José Alberto (Inaudível), maior produtor de fumo do Brasil, a (inaudível), o Heitor Petrin, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo e da Alimentação da Bahia, a Dona Josenita. Em nome dessas pessoas quero saudar todas as autoridades. Mas, de uma forma especial e com muito carinho, quero saudar essas pessoas que não conseguiram entrar e que estão assistindo, através dos telões, este acontecimento.

E, para início, gostaria de ofertar para o Senador Relator – para as demais autoridades também poderei mandar – o relatório de atividades da entidade, da Afubra, para que se possa conhecer com mais profundidade a entidade que está representando os produtores.

Também gostaria que a equipe que está trazendo mais 31.516 assinaturas, em abaixo-assinados, pedindo a não ratificação da Convenção Quadro, se preparasse para que possa ser entregue também para

as autoridades. Isso, além das 195.614 que foram entregues anteriormente. Nós só conseguimos 31.516 porque sabíamos desse acontecimento três ou quatro dias antes.

Mas, de qualquer maneira, é mais uma maneira de se mostrar o quanto para nós o tabaco é importante. Podemos começar a olhar alguns dados. Também gostaria de pedir para todas e para todos que olhassemos esses dados de uma forma realmente positiva.

Às vezes, dizem que a Afubra, os fumicultores, que estão em grande número aqui e lá fora, estão contrários à ratificação da Convenção Quadro. Quero deixar muito clara essa situação. Estamos contra a assinatura da ratificação da Convenção Quadro antes que seja feita a reconversão.

Faz-se, Deputada, exatamente o que se quer. Que sejam mudadas as culturas quando os agricultores tiverem outra atividade agrícola com a mesma segurança, na mesma intensidade. Não digo que plantar fumo seja o melhor negócio do mundo. Não é isso. Vocês sabem o quanto tenho lutado contra até a última negociação. Mas se com o fumo está ruim, sem o fumo será muito pior.

Penso, principalmente, nos agricultores que não colheram milho, que não colheram feijão, que não colheram... E, efetivamente, restou o fumo, ainda, para pagar as suas contas. Então, queremos que a ratificação seja guardada, que quando tiver sido feita a reconversão, quando os operários das empresas, das indústrias tiverem, efetivamente, outra atividade, assina-se. Ainda sob uma condição, que assinem também na China primeiro, que é o maior produtor e consumidor do mundo, que assine o líder mundial, os Estados Unidos, antes de nós, que assine Cuba, que coloca o fumo nos mais altos pedestais que nós conhecemos. Evidentemente, quando isso tiver acontecido, nós, também, precisamos fazer com que não fiquemos, de forma nenhuma, dependendo de uma atividade só. A Afubra – para os que não conhecem, está escrito no Relatório – tem agrônomos e técnicos agrícolas, que chegam a mais de uma centena, para a diversificação de culturas. Mas o que nós não podemos fazer é nos associarmos, simplesmente dar uma procuração para que o Brasil vá para os países no exterior e internacionalize a campanha contra o fumo, quando nós ainda estamos dependendo dessa atividade. Aqui nós olhamos o custo de produção de milho, feijão e fumo. Ele está à disposição e, se alguém quiser, poderá, posteriormente, solicitar de nós. E aí nós vemos o que nos traz o milho, e não o milho deste ano, porque neste ano não colhemos por causa da seca. Nós, no ano passado e no ano retrasado, ainda colhemos, e calculamos, aqui, o preço de R\$20,00. Os fumicultores é que julgam se esse preço

está alto ou se está baixo. Nós, então, teríamos uma receita de R\$17,60 de lucro mais R\$324,90 de mão-de-obra familiar. Para o feijão – para ser mais rápido – R\$384,00 de mão-de-obra familiar, isso é renda que atende ao agricultor, e R\$329,60 de lucro, não os que produziram este ano, porque este ano não se chegou a produzir esse feijão.

E no tabaco – esse tabaco que é tão ruim assim! – nós temos uma mão-de-obra calculada em R\$3.618,00. Esse custo de produção é aceito inclusive pela indústria. Ela não tem como dizer que esse custo não é verdadeiro. E o que tenho? Um resultado de R\$2.000,00 por hectare.

Nós, então, estamos vendo que, por isso, nós não temos paixão pelo fumo. Nós estamos é necessitados. E por causa disso que é tão bom que vieram tantos Prefeitos e tantas autoridades para ver. Somos 2,4 milhões de pessoas no Brasil. Isso nos trouxe R\$3,6 bilhões, muito pouco. Nós queríamos mais que quatro, no mínimo. Dizia-se: “Ah, isto aqui é um pequeno problema”. Mas o quê? Os que não têm terra e os que têm até 10 hectares de terra somam 56%. Nós, efetivamente, somos os pequenos. Imaginem: sem terra, mas produzem. São meeiros, são arrendatários. E os que têm até 10 hectares, 56,8%. É este o povo que está aqui, é esta a gente que está aqui. (?)

Nós escutamos, isso foi gravado na primeira audiência pública em (?) de julho de 2003, quando se dizia que os filhos, os filhos de vocês, agricultores, não estavam indo para a escola porque tinham que ir junto para a roça. E o que nós fizemos? Pedimos para o Núcleo de Pesquisas da Unisc fazer uma pesquisa sobre isso. E o que nós vimos? Aliás, isso aí... Eu troquei os (inaudível). Disseram lá nos corredores: “Olhem, o fumicultor mora...” – vocês estão escutando fumicultores? – “Eles estão morando em barracos. Nem o meu cachorro moraria lá”.

Isso foi para nós, os fumicultores, que escutamos, uma coisa muito forte. Pedimos à Unisc: “Vocês vão lá no Paraná, lá em Santa Catarina, lá no Rio Grande do Sul e verifiquem como essa gente mora”. Os senhores estão vendo lá: 53,9% de casas de alvenaria e 46,1% chalés. Eles têm, em média, mais do que uma casa, porque muitos têm uma propriedade (inaudível) tem mais de uma casa – 6,3 cômodos – e me parece que não é tão barato assim. As nossas casas são simples, é verdade. Temos 97,2% de energia elétrica instalada. Perguntamos: “Mas o que vocês têm mais?” A Unisc perguntou. Sessenta e dois por cento tem telefone. Esses dados estão à disposição. Eu posso dar ordem para que a Unisc forneça para todos. Noventa e oito e meio por cento tem geladeira, 95,4% tem televisão, aliás, freezer, e 100% tem televisão e até mais de 60%

tem antena parabólica e até luz. Sessenta e três vírgula um por cento tem auto. Não é, Senadores, um carro zero quilômetro, mas eles têm a sua condução.

E aí nós ouvimos isso, está gravado na primeira audiência pública: “Os fumicultores...”

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Sr. Hainsi...

O SR. HAINSI GRALOW – Um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Mais um minuto.

O SR. HAINSI GRALOW – Certo. “Os fumicultores não estão deixando os filhos estudarem. Eles precisam ir para a roça.” (inaudível) 0,5%, Senadores, realmente são analfabetos. Não são os nossos filhos nem são os nossos netos. Sabem quem são? As nossas vovós e vovôs, que naquela época não tiveram como estudar. Então, nós encaramos realmente (inaudível) a escolaridade média é a sétima série.

Eu tenho muita coisa para mostrar. Eu não vou mostrar isso. É também um trabalho da (inaudível) universidade. Podemos passar adiante porque eu jamais quero ultrapassar o tempo, de forma nenhuma.

Isso aí mostra os Municípios produtores do Paraná. No ano passado, eram 164 Municípios; este ano, são 188. Cresceu. Aqui, eu poderia mostrar a renda, por exemplo, que representa um terço da propriedade de outras atividades ou cultura do tabaco no Paraná: 598 milhões, e outras atividades que produzem em áreas três vezes maior: 295 milhões.

Eu quero oferecer esses dados para o Senado. Que façam melhor uso disso. De forma nenhuma, eu não quero agredir ninguém. Agricultor não agride, mas é obrigado a esclarecer os fatos, porque os agricultores, os nossos associados são só 166 mil, Senador, e esperam que nós defendamos o interesse deles.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Agradeço a fala do Sr. Hainsi Gralow. Peço novamente que não haja manifestações nem contrárias nem favoráveis. Audiência pública tem justamente este objetivo: nós temos que trazer os pontos de vista, favoráveis e contrários. Gostamos de um ponto de vista, não gostamos do outro, mas esse é o objetivo da audiência pública.

Houve flexibilidade por parte desta Presidência em relação ao tempo das duas primeiras pessoas que falaram. Na seqüência, e tanto quanto possível, nós vamos intercalando pessoas que mostram à sociedade o que quer a Convenção Quadro e pessoas que se manifestam contrariamente àquilo que a Convenção Quadro propõe, mas que todas as pessoas que falem obedeçam ao tempo. Quando o tempo estiver esgota-

do, eu darei o sinal para dizer que há um minuto ainda para a conclusão.

Convido o Dr. Ricardo Meirelles, da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Fisioterapia.

Com a palavra o Dr. Ricardo Meirelles.

O SR. RICARDO MEIRELLES – Bom-dia a todos.

Agradeço o convite da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para estar neste fórum de discussão. Parabênz a todos os Senadores e Deputados, Prefeitos e todos da Mesa.

Estamos em um país democrático. E, em um país democrático, só vamos conseguir chegar a um ponto com a discussão. Eu tenho pouco tempo para falar e queria alertar sobre algumas coisas que eu ouvi e vi hoje. A primeira, quando eu estava chegando aqui, vi uma faixa: “Fuma quem quer”. Não é verdade. Sou médico, sou pneumologista, tenho vinte anos de formado, há dezessete anos sou pneumologista, e fiz o juramento de tentar fazer com que as pessoas tenham melhor qualidade de vida, lutar pela vida das pessoas. Comecei a trabalhar com tabagismo exatamente por isso, porque via o sofrimento das pessoas que são fumantes e não conseguem deixar de fumar.

Não. Estamos lidando com uma dependência de uma droga chamada nicotina, que vocês devem conhecer. Vamos ficar falando aqui das 50 doenças causadas pelo tabaco. Duzentas mil pessoas no Brasil morrem, por ano, por causa do cigarro e vários fumicultores são fumantes, como vi lá fora.

Quero apenas alertar que o tabaco faz mal não apenas às pessoas que fumam, também às pessoas que não fumam e se comunicam com o fumante e, principalmente, a vocês, fumicultores. Está provado que a nicotina, além de ser uma droga, passa pela pele e atinge os fumicultores, as pessoas que manuseiam o tabaco. Está provado que essa substância causa lesões na pele, náuseas, vômitos, cefaléias, emagrecimentos, cólicas e diarreias.

Quantas crianças, quantos filhos de vocês também manuseiam o tabaco? Não podemos nos esquecer do que aconteceu no Município de Fernando Soares, onde houve um grande índice de suicídio, causado por quê? Pela fumicultura.

Portanto, além dos agrotóxicos que vocês colocam, vocês têm essa questão da nicotina. O que está sendo abordado aqui é muito importante. Nós dependemos da saúde; nós, como Sociedade Brasileira de Pneumologia, defendemos que o nosso País precisa ser um país saudável. Sabemos do problema do tabagismo, entendemos o problema dos fumicultores e ainda acreditamos que a única solução para vocês,

para nós, para a sociedade médica, para o Brasil em relação ao tabagismo é a ratificação da Convenção Quadro. Não há outra saída.

Não adianta pensarmos, primeira coisa, que não vai acabar o fumo no País. A Convenção Quadro – ratifico o que o Dr. Atena falou – não proíbe o fumo no País. Vocês não vão ser prejudicados se o Brasil ratificar a Convenção Quadro. Nós só estamos pensando em salvar vidas e estamos pensando salvar também a vida de vocês; não só de vocês, como das suas gerações futuras.

Vamos pensar uma coisa: 85% do fumo do Brasil são exportados, segundo a Afubra. A Convenção Quadro já existe no mundo, já é uma realidade. Ela não virá a acontecer. Ela já existe. Ela já foi aprovada. E o que vai acontecer? O consumo externo vai cair. As pessoas vão parar de comprar fumo – não agora, daqui a dez, quinze, vinte anos. Quem vai sofrer? Seus filhos, seus netos.

O consumo interno do Brasil está caindo. Caiu o consumo interno, caiu o número de fumantes no Brasil. Qual é o futuro da plantação do fumo para vocês? Não vejo. O único futuro para vocês é que o Brasil, e eu acredito no nosso Senado Federal, no nosso Congresso Federal, ratifique imediatamente a Convenção Quadro, porque, se a ratificarmos imediatamente, estaremos, no começo do ano que vem, discutindo o financiamento para vocês, para que vocês, com o tempo, possam substituir essas culturas...

(Tumulto no recinto)

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – É verdade. Isso é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Por favor, não deve haver manifestações. A pessoa que está na tribuna deve ter toda a liberdade de falar o que quiser, e escutamos. Podemos não concordar, mas é assim que acontece nas audiências públicas, e os assuntos são os mais variados. Temos que ter opiniões a favor e contra.

Então, ele tem cinco minutos para falar o que acha importante. Qualquer um, a favor ou contra. Está bem? Portanto, sem manifestações, por favor.

O SR. RICARDO MEIRELLES – Em relação a essa questão, temos informações de que o Pronaf já deu uma linha de crédito também para os fumicultores. Então, estamos tentando fazer a parte do Brasil, mas a nossa parte é fazer com que a população tenha uma vida saudável.

Já está terminando o meu tempo, mas pergunto a vocês, aos Senadores, ao nosso País: é válido darmos uma qualidade de vida boa para os nossos fumicultores como foi colocado? É claro que é. Queremos que

todas as pessoas no Brasil tenham uma qualidade de vida boa. A saúde não é apenas cuidar da doença; a saúde é um bem-estar físico, social e mental. É muito mais amplo do que tratar doenças ou prevenir doenças. Ter qualidade de vida boa faz parte da saúde, mas seria muito melhor que vocês pudessem ter essa qualidade de vida boa – e vão ter –, não manipulando um produto que faz mal a vocês e que mata 50% dos seus consumidores.

Hoje vemos o tabagismo como a doença seriíssima no País e no mundo, e nós que buscamos isso, todos nós, a sociedade civil, o Ministério da Saúde, o nosso Senado Federal que busca que o Brasil tenha uma vida boa, estamos no caminho certo da ratificação da Convenção-Quadro. Com certeza, nós que trabalhamos com saúde pensamos em vocês também. Não queremos que vocês, que seus filhos tenham intoxicações ou doenças manipulando essas plantas. Então, queria que os Srs. Senadores e Deputados refletissem a quem interessa realmente que o Brasil não ratifique a Convenção-Quadro. Não são os fumicultores, não é a sociedade civil, não é a sociedade médica e, com certeza, não é o nosso Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Vamos dar continuidade.

Passo a palavra à representante do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e Alimentação de Cruz das Almas – BA (Sintifa), Josenita Souza Maranhão.

A SRA. JOSENITA SOUZA SALOMÃO – Minha saudação aos Srs. Senadores, aos Prefeitos, aos Deputados Federais presentes, ao Presidente da Câmara e às associações, aos sindicatos, à Federação dos agricultores e a todos os operários da minha cidade.

Mais uma vez volto à presença dos Srs. Senadores, na qualidade de Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e Alimentação do Recôncavo Baiano. Externo a minha preocupação com os rumos da Convenção-Quadro. É deveras preocupante porque milhares e milhares de famílias dessa região encontram ocupação e, por consequência, o sustento nessas atividades, seja no cultivo do fumo, nos armazéns e no beneficiamento, nas indústrias manufatureiras de charuto ou na comercialização. Se fôssemos aqui enumerar as atividades diretamente envolvidas desde a produção do fumo e a comercialização, chegaríamos a mais de uma centena, representando emprego e renda.

Essa situação, meus senhores, tem causado preocupação diretamente aos fumicultores uma vez que eles têm cogitado uma atividade que substitua o fumo com a mesma rentabilidade e que lhes garanta um retorno imediato do capital investido e não encontram.

Não quero aqui me referir à arrecadação de impostos para Municípios e para Estados e tampouco à geração de divisas para o País, mas ao caos econômico que isso trará para as regiões envolvidas.

Se essa situação for concretizada, quem arcará com o ônus da responsabilidade de transformar essas famílias em uma legião de necessitados? Quem se responsabilizará pelo aumento da marginalidade em decorrência da falta de emprego? Por isso, senhores, clamo, em nome de milhares de afiliados que represento, que tomem para si a grande tarefa de reverter essa situação tão catastrófica para as regiões envolvidas. Quem representará a sobrevivência e prosperidade de milhares de famílias?

Era só isso, Senadores, que eu tinha a dizer.

Também tenho um documento mandado pelo Prefeito da cidade de Cruz das Almas para os senhores. Posso entregar?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – É muito importante que o Senador Relator e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária recebam documentos.

Agradecemos.

Recebemos o documento.

É importante que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária receba documentos e posicionamentos por escrito. Muitas pessoas gostariam de externar pontos de vista e não terão oportunidade hoje porque são as entidades representativas que estão usando da palavra. Mas teremos o máximo prazer em receber ponderações por escrito.

Chamo, em seguida, a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, na pessoa do Dr. Gilberto Martins, que está representando o Dr. Cláudio Xavier, Secretário de Saúde do Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao Sr. Gilberto Martins.

O SR. GILBERTO MARTINS – Em primeiro lugar, meus cumprimentos a todos os presentes. Cumprimento o nosso Senador e, ao cumprimentá-lo, cumprimento a Mesa de trabalhos.

A Secretária Estadual de Saúde do Paraná se faz presente neste evento, por meio da minha pessoa, representando o nosso Secretário Estadual, Cláudio Xavier, e representando toda a estrutura de administração de saúde do Estado. Consideramos importante que a posição da Secretaria também seja explicitada perante toda a opinião pública do Estado e toda a sociedade paranaense.

Em princípio, estabelecemos claramente que a Secretaria é francamente favorável à assinatura da Convenção Quadro. Entendemos que a defesa da saúde da sociedade é fundamental e prioritária.

Quem ler atentamente o que está escrito na Convenção Quadro detectará, com toda a clareza, que praticamente a grande maioria das questões que a Convenção estabelece – as restrições em relação à publicidade, à produção, à venda, a toda a questão que tenta levar ao estímulo do consumo do cigarro – já são abordadas pela legislação estabelecida no Brasil. A sociedade brasileira, por meio das suas representações, que são os nossos legisladores, no Congresso Nacional, já estabeleceu legislação que regulamenta a maioria das questões estabelecidas pela Convenção-Quadro.

Na verdade, às vezes, podemos estar em um embate em que estamos nos perdendo em questões que podem ser até secundária em relação a essa discussão e, muitas vezes, podemos estar sendo induzidos a defender interesses que não são necessariamente os interesses que estamos querendo defender.

Entendemos claramente a preocupação dos trabalhadores da área do plantio do fundo e da revenda da folha do fumo. Entendemos também que a Convenção Quadro, inclusive, possibilita a discussão de alternativa para esse segmento da sociedade, uma vez que ela estabelece alguns parâmetros para que haja uma discussão do ponto de vista de construção de alternativas econômicas, alternativas de produção para que esses produtores possam se destinar a outras atividades e possamos, inclusive, buscar subsídios para que eles se destinem a outras atividades e tentar resolver o problema que – sinto – mobiliza a resistência em relação à discussão da Convenção-Quadro: a preocupação – como vimos lá fora, em faixas, etc – com seu emprego, com sua produção, com sua capacidade de produção.

A Convenção estabelece a necessidade de se discutir, inclusive, subsídio para isso. Entendo que a assinatura do Brasil nessa Convenção, que o depósito do Brasil favorável a essa Convenção, pode abrir portas que hoje não temos no sentido de buscar solução, inclusive, em relação a esse problema. De repente, estamos todos mobilizados, tentando defender uma posição contrária a Convenção-Quadro no sentido de achar que estamos defendendo os nossos interesses, mas, na verdade, estamos defendendo os interesses de quem realmente ganha dinheiro com o cigarro.

É claro que faz parte da saúde das pessoas o direito ao trabalho, a perspectiva de poder produzir e trabalhar. Mas a saúde das pessoas está acima dos grandes interesses econômicos que mobiliza a questão do cigarro. Não é o interesse do pequeno produtor e do trabalhador que está na terra, plantando e fornecendo para as grandes indústrias, que está em jogo. Se fosse esse o interesse que estivesse em jogo, podem

ter certeza de que, se esse não fosse o interesse da grande indústria, essa questão já teria sido afastada e já teriam passado por cima dos pequenos produtores há muito tempo.

Temos de pensar com inteligência e sabedoria. Temos de analisar os prós e os contras. E quando somos mobilizados para defender uma idéia, temos que pensar em que está por trás dessa mobilização e quem, efetivamente, estamos defendendo, a favor de quem estamos trabalhando. Acho que temos que trabalhar a favor da saúde das pessoas.

Os dados já foram colocados aqui com bastante profundidade, mas não nos podemos esquecer de que hoje um dos principais males à saúde das pessoas em que implica a qualidade de vida das pessoas, o tempo de vida das pessoas, infelizmente, está relacionado ao hábito do cigarro. Vamos procurar outra atividade que seja tão produtiva quanto essa, mas que resulte em benefício da saúde da população.

Essa é a posição da Secretaria de Estado, essa é a posição do Governo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a participação do Dr. Gilberto, representando a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná. Passo em seguida a palavra ao Sr. José Milton Kuhment, que é da Fentifumo, Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo e Afins.

Com a palavra o Dr. José.

O SR. JOSÉ MILTON KUHMMENT – Bom-dia a todos, às autoridades aqui já nominadas e à distinta platéia.

Certamente poderíamos falar durante algumas horas sobre as conseqüências que surgirão se a Convenção-Quadro for ratificada, porém vamos nos ater apenas a alguns dos pontos mais importantes.

A produção e o consumo de tabaco no Brasil são atividades legais, com uma das tributações mais elevadas de nosso País. São 60 mil trabalhadores com carteira assinada, sendo 40 mil empregos diretos na indústria, mais 20 mil indiretos, através de terceirização, que ingressarão nas fileiras do desemprego. Em toda a cadeia produtiva, como já foi colocado aqui antes, são mais de 2 milhões – 2,4 milhões de brasileiros – que dependem dessa cultura.

A aprovação da Convenção-Quadro não fará com que o fumante deixe de fumar. Muito pelo contrário. Ela abrirá, cada vez mais, caminho para o contrabando e o comércio ilegal de um produto sem controle sanitário, sem recolhimento de tributos e, assim, contribuirá, cada vez mais, para o aumento da corrupção em nosso País. Concordamos com a advertência de nossa legislação referente ao uso do fumo, mas não podemos

perder nossa atividade para outros países, que serão privilegiados se aderirmos à ratificação.

Ratificada a Convenção Quadro, as indústrias provavelmente irão deslocar suas produções para outros países, causando enormes prejuízos aos nossos empregos, bem como aos cofres públicos, que deixarão de arrecadar seus impostos.

A indústria do fumo tem hoje um dos melhores programas para a erradicação do trabalho infantil.

Agora, de improviso, eu gostaria de colocar que concordo e que sou defensor do “fuma quem quer”, porque eu sou um exemplo disso. Não precisei de medicamento nenhum, de acompanhamento psicológico nenhum para deixar de fumar. Tenho 30 anos de emprego na indústria fumageira, sou do tempo em que a indústria fumageira distribuía gratuitamente 30 carteiras de cigarro por mês para quem quisesse delas fazer uso. Hoje temos muitos e muitos colegas que fumam e que podem deixar de fumar quando quiserem. Mais uma: se o fumo faz tanto mal assim, a expectativa de vida no País vem aumentando a cada ano que passa. Então, também há alguma contradição nesse sentido.

Para finalizar, em nome da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Afins, quero dizer-lhes que os trabalhadores do setor fumageiro acreditam e confiam no bom senso dos nobres Senadores e solicitam a não-ratificação da Convenção nº 4.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a participação do Dr. José.

Chamo, em seguida a Fetaep – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, na pessoa de Iraci Valmor Vettorazzi.

Com a palavra Iraci.

O SR. IRACI VALMOR VETTORAZZI – Bom-dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa os Srs. Senadores, Deputada Selma, os Srs. Prefeitos e o Presidente desta Casa.

Eu vou ser breve, até porque, com certeza, vou repetir algumas palavras faladas aqui.

Os fumicultores, nossos agricultores da nossa região, com certeza gostariam de entrar em outra atividade, não no fumo, essa que é a verdade. Mas as dificuldades, não é o que o companheiro falou aqui, no ano que vem vamos atrás de uma linha de crédito para os fumicultores.

Acho que seria de imediato. Antes de aprovar essa agenda, tinha que achar uma nova linha de crédito. Sabemos nós que o Pronaf dificultou muito neste ano para os fumicultores. Os fumicultores foram penalizados e, de tanto nós da Federação e os sindicatos batalharmos em cima, conseguimos mudar algumas coisas

na cartilha. Mesmo assim, quando veio, veio tarde e o banco disse que não tem mais dinheiro. Quer dizer, dificultaram para os fumicultores que saíssem de uma atividade pessoas que gostariam de sair da atividade do fumo e não tiveram essa chance já neste ano.

Um exemplo disso somos nós, Prudentópolis, que tínhamos 1.130 pessoas inscritas no Pronaf investimento. Mais ou menos uns 70% seriam de fumicultores e não foram atendidos nem 10% desses fumicultores. Quando conseguimos retificar a cartilha, o banco disse que tinha vencido o prazo, que era até o dia 30 de maio e hoje não estão mais fazendo o seu investimento.

Acho que a falta de alternativa parte por parte dos órgãos que representam a agricultura e tinha que facilitar mais o financiamento para os fumicultores.

Outro ponto. Eu acho que há uma facilidade muito grande de se adquirir hoje uma estufa de fumo e o financiamento para o plantio. Nós temos no fumo o comércio garantido. Então, precisamos desses mesmos direitos que temos na fumicultura, temos que ter por parte do Governo, facilitar ter um preço garantido. O preço mínimo hoje é uma vergonha, não cobre os custos de produção. O preço mínimo do feijão é uma vergonha. Eu acho que nós temos que partir por ali. Se querem diminuir a produção de fumo, dar mais apoio às outras culturas, que seria lavoura branca, milho, feijão, o que for. Hoje a pequena propriedade tem a maior dificuldade para vender qualquer tipo de criação. Porque nós não temos ... O fumo é uma cultura de pequena propriedade. Também estamos preocupados com a saúde. E eu sou testemunha também de que fuma quem quer. Eu fumei 20 anos e faz 24 anos que não fumo mais, e não precisei de médico nenhum. O dia que eu achei que não devia mais fumar eu não fumei mais. Eu mando na minha pessoa. Eu acho que todos nós sabemos nos mandar. Acho que seria isso. Temos que primeiro ir buscar uma nova alternativa, depois sim, aí temos que apelar para diminuição, para controle. Trabalhar em cima de quem na verdade precisa, que é o nosso (inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a participação do Sr. Iraci.

Peço novamente que não haja manifestações nem favoráveis nem contrárias. Chamo em seguida o representante da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, Sr. Heitor Álvaro Petri.

O SR. HEITOR ÁLVARO PETRI – Srs. Senadores, senhores integrantes da Mesa, caros produtores, lideranças que aqui estão, em primeiro lugar gostaria de agradecer a deferência em receber o espaço, até porque o Rio Grande do Sul é o maior produtor de fumo, e isso diz diretamente respeito aos nossos

municípios. Nesse tocante, gostaríamos de iniciar enfocando, dizer que no Rio Grande do Sul mais da metade dos municípios possuem produção de fumo em seus territórios.

E foi muito feliz aqui o nosso prefeito, da Ancespar, de dizer que o fumo ainda é uma atividade econômica que fixa o homem no campo. É motivo para nós hoje dizer aqui, e antes quero aqui dispensar a minha passagem pela universidade até pelo ensino primário, para dizer que com aquilo que aprendi com a minha mãe eu consigo interpretar o que está escrito aqui na convenção 4.

O controle de tabaco é um conjunto de estratégias direcionadas à redução da oferta. Vamos traduzir isto. Isto é claro e especificamente não é imposição para impedir a produção. E perguntamos: o que será dos nossos municípios? Seja no Rio Grande do Sul, permita-me a liberdade de falar também dos municípios do Paraná, Santa Catarina, que têm na sua base econômica a produção de fumo. O Senador Arns, o Senador ??? são grandes parceiros no movimento municipalista, aliás, foi o Senado que abriu as portas para que os municípios pudessem aumentar o retorno do FPM em 1%. E precisamos reconhecer isso aqui.

No entanto, Senadores, não podemos abrir mão hoje dos tributos que são gerados pela cadeia produtiva de fumo em nossos municípios. Se falarmos dos nossos municípios, queridos prefeitos, todos os prefeitos certamente têm programas que incentivam a diversificação na implantação de alternativas, e são inúmeros os casos de agricultores que tentam e logo em seguida voltam a plantar fumo porque é uma atividade mais rentável. Aqui foram relatadas pelo meu antecessor as dificuldades de outros setores: milho, arroz, soja, leite; o suíno que muitas vezes sequer mercado tem. Os fumicultores vêm aqui no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, apenas pedindo um direito constitucional, que consta no art. 5º, inciso XIII, o direito de trabalhar, o direito a uma profissão e o direito a produzir. Portanto, se tanta ênfase se dá aos malefícios do cigarro, que não queremos contestar, e nós ??? aqui os nossos fumicultores, os nossos municípios, por que não se combate na mesma veemência, por exemplo, a bebida alcoólica. E os alimentos que estão sobrecarregados de produtos químicos para a sua transformação? Conservantes, corantes, acidulantes. Enfim, basta ler em qualquer produto industrializado que contém essas substâncias que são malélicas, são cancerígenas, mas o setor de saúde não tem a mesma preocupação de combater essa situação, que é o nosso argumento do dia-a-dia.

Portanto, em um País que quase perde as suas noções ao falarmos em milhares – podemos falar talvez

em milhões, que não ecoa tanto – de US\$ 1,4 milhão exportados, de R\$ 3,6 milhões que geram as nossas safras, outros 2,7 milhões de hectares cultivados talvez se diluam, quando hoje se fala tanto em milhões. Porém, não podemos nos esquecer dos R\$ 6,5 bilhões de tributos gerados neste País, indispensáveis para os nossos Municípios em termos de tributos.

Para concluir, eu gostaria de externar aqui, caros Senadores, o agradecimento pela iniciativa dessas audiências públicas. Este é o fórum, é o momento de cada um expor exatamente o seu ponto de vista. Porém, não há como deixarmos de apelar para a sensibilidade das pessoas neste País, onde já existe um grande contingente de sem-terra, de sem-teto, de sem-emprego e não sei do que mais. Não é possível trabalharmos hoje para aumentar esse contingente.

É necessário, nesta hora, contarmos com a sensibilidade dos Senadores que olharam para os Municípios a fim de elevar o FPM e de contribuir com outros pontos do nosso movimento municipalista. S. Ex^{as} devem ser sensíveis, nesta hora, ao trabalhador do campo que ainda acredita que o trabalho é a melhor maneira de progredir, de sustentar a sua família, quando tantos outros exemplos nocivos existem neste País. Nesta hora, é necessário apelar para a sensibilidade dos nossos Senadores, do nosso Congresso. Infelizmente, os nossos Deputados, por um cochilo, aprovaram essa matéria por um acordo de liderança. Temos certeza de que os nossos Senadores serão sensíveis ao nosso trabalhador, serão sensíveis, Prefeitos, aos nossos Municípios que precisam manter o agricultor produzindo riquezas.

Portanto, não pode ocorrer a ratificação, sem que tenhamos alternativas para os pequenos agricultores. Isso foi enfatizado, destacado tantas e tantas vezes. Haverá alternativas para uma ou outra família, mas, em termos de escala, para 200 mil famílias, isso não se faz de uma hora para outra. Não vai ser uma Convenção-Quadro que vai resolver isso. Precisamos, sim – como aqui foi dito –, de políticas que dêem sustentação a outras alternativas na agricultura. Nem é preciso Convenção-Quadro. O agricultor está também sedento de outras alternativas em vez de produzir fumo. No entanto, ainda é a produção mais rentável, ainda é ela que lhe dá a garantia, por meio do trabalho, previsto na Constituição, de conseguir o seu sustento e o da sua família.

Portanto, é nesse sentido que apelamos para a sensibilidade dos Senadores, para que não aprovelem essa matéria, sem que antes demonstremos alternativas claras, concretas, objetivas, ao conjunto de pessoas que está sendo e que vai ser atingido, não só no campo, mas também na cidade. Falo também

em nome dos nossos Municípios que ainda precisam muito dessa estrutura econômica.

Era o que tínhamos a registrar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Agradeço a participação do Dr. Heitor.

Chamo o Sr. Marcos Rochinski, Presidente do Deser – Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais –, e Coordenador da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado do Paraná.

Com a palavra o Sr. Marcos Rochinski.

O SR. MARCOS ROCHINSKI – Eu gostaria de saudar, inicialmente, o Senador Flávio Arns e, ao fazê-lo, saúdo os demais componentes da Mesa. Quero cumprimentar também entidades, Prefeitos e Vereadores presentes nesta reunião e, de modo especial, os agricultores e as agricultoras familiares aqui presentes e, mais especialmente ainda, as pessoas que estão lá fora se manifestando.

A primeira consideração que eu gostaria de fazer é que, em um País democrático, precisamos respeitar todas as pessoas e também seus pontos de vista. Esse é o exercício da democracia. No entanto, percebemos hoje, no contingente de fumicultores, inúmeras divergências até entre vizinhos, entre comunidades que se digladiam por seus pontos de vista. Muitas vezes, esses pontos de vistas não são exatamente construídos democraticamente pelos próprios agricultores, mas, sim, por pessoas, por instituições que têm interesse e que usam os agricultores para construir o seu ponto de vista em relação, por exemplo, a este tema.

Nós, da nossa Federação, temos feito vários seminários, vários debates com produtores e resolvemos, numa plenária sindical nossa realizada em Chapecó, com a participação e com a representação de mais de 150 Municípios dos três Estados do Sul, lançar um documento para provocar o debate sobre a Convenção-Quadro e, nesse documento, nós abordamos alguns temas que já foram tratados aqui, porque a proposta da reconversão da cultura do fumo só será aplicada, do nosso ponto de vista, no caso de uma redução de interesse no mercado do tabaco brasileiro.

Não procede, no nosso entendimento, o boato de que os bancos ficarão proibidos de financiar o cultivo de fumo e a convenção também não prevê a extinção da lavoura de fumo. Não existe, no texto, qualquer menção de proibir os países, ou melhor, nós, agricultores, de plantar fumo, como também não estabelece qualquer prazo para implementação dessas medidas.

Então, para nós, a ratificação e a conseqüente participação do nosso País na conferência das partes seriam de fundamental importância para que conseguíssemos garantir algum tipo de negociação que

permitisse que os agricultores fossem salvaguardados a partir do momento em que essa Convenção fosse colocada em prática.

Os países que não ratificarem a Convenção – por exemplo, no nosso caso, Senador – ficarão fora da comissão das partes. E se nós aderirmos tardiamente, não estaremos aptos a participar dos processos das negociações mais importantes, que serão tomadas nas reuniões dessa comissão. E, conseqüentemente, do ponto de vista da nossa federação, os agricultores, os fumicultores deste País ficarão sem algum tipo de proteção, sem algum tipo de resguardo, ou seja, submetidos a uma relação desigual da parte deles – nossa, porque eu sou produtor de fumo desde que eu tinha sete anos de idade, quando o meu pai colocou sua primeira estufa de fumo, e nós continuamos produzindo fumo até o presente momento.

É verdade o que foi dito aqui por aquelas pessoas, ou seja, que a cultura do fumo ainda se coloca como uma cultura de subsistência no campo. Como também é verdade que a grande maioria dos fumicultores produzem fumo não porque querem, mas por necessidade.

Mas nós entendemos, Senador Flávio Arns, que, a partir do momento em que o Brasil não aderir à Convenção-Quadro, o território brasileiro ficará livre para uma relação desigual entre empresas multinacionais e produtores.

Tenho dito para os fumicultores, e quero dizer mais uma vez - corro o risco de não ser bem interpretado, mas vou dizer –, que não ratificar a Convenção-Quadro neste momento significa darmos um atestado para que a exploração que vimos sofrendo nos últimos anos por parte das empresas fumageiras continue ainda de forma mais forte e contundente. Ratificar a Convenção significa termos algum tipo de salvaguarda e algum tipo de proteção na perspectiva de que consigamos minimamente nos defender dos interesses espúrios das grandes multinacionais, que atacam e perseguem o nosso capital brasileiro em detrimento do nosso desenvolvimento e da soberania do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Chamo em seguida a Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo – Amvarp, na pessoa do Sr. Almedo Dettenborn, indicado pela associação através de um expediente para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Sr. Prefeito de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul.

Com a palavra V. S.^a.

O SR. ALMEDO DETTENBORN – Eu gostaria de entregar um material, uma revista, um texto rural.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Estamos recebendo. Por favor, com o máximo prazer, recebemos o material. (Pausa.)

O SR. ALMEDO DETTENBORN – Senador Flávio Arns que preside essa democrática audiência.

É bonito a democracia, a liberdade de ir e vir, a liberdade de produzir. Há governos que prejudicam até as pessoas de fazerem a produção e a riqueza desse País. É isso que não estamos permitindo nesse momento, mas quero saudar os prefeitos aqui presentes.

O Vale do Rio Pardo, o maior produtor de fumo do Brasil e o segundo pólo maior produtor do mundo aqui representado pelo Prefeito de Santa Cruz do Sul, Alberto Venzel, aqui representando pelo ex-Prefeito de Vera Cruz, Emir (inaudível) que hoje representa a Famurs – Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, pela nossa Afubra que tem sua origem em Santa Cruz do Sul, uma ordem exemplar não só para o Brasil, mas para o mundo, pelo Sindifumo e por outras entidades aqui presentes, vem aqui e vai em qualquer lugar desse País para defender a sua riqueza maior, Prefeito Sérgio Finker e Prefeito da Associação.

Nós estamos realmente preocupados com essa situação. Até vou falar de uma forma mais prática daquilo que ninguém falou. Nós convidaríamos a doutora legítima representante do Ministério da Saúde para que as suas idéias fossem implantadas em nossos Municípios da região. Gostaria que a senhora fosse lá e fizesse um grande projeto de mel, um grande projeto de milho ou de avicultura pra nós porque nós, os prefeitos, não temos conseguido mudar a nossa atividade econômica. A diversificação econômica é de discurso de campanha, é discurso de todos os Prefeitos do Rio Grande do Sul, mas cada vez mais e mais Municípios do Rio Grande do Sul estão aderindo ao plantio do fumo.

Eu quero incentivar a introdução da suinocultura, da avicultura no Município e não consigo. Eu gostaria que os subsídios, os recursos da Convenção de Quadro, vindos do mundo que mudassem o nosso perfil econômico. Aí sim, eu seria o primeiro a aplaudir e a assinar a convenção. Mas, vamos, minha gente, primeiro introduzir novas fontes de renda para a nossa agricultura. Aqui a influencia não é tão grande, mas a nossa região é terrivelmente influente não só pela rentabilidade, mas especialmente pela cultura e não se muda a cultura e o costume de um povo em dez, em vinte, em cinqüenta anos. Leva-se séculos para isso, mas eu quero fazer uma pergunta.

Eu sou político e pela terceira vez prefeito. Uma pergunta forte, que o povo, que os colonos daqui também querem fazer, e nós estamos aqui para defender

esses agricultores que estão aqui, verdadeiros agricultores da mão calejada, não agricultores da lona preta, profissionais que estão por aí e que denigrem a agricultura, especialmente a agricultura familiar do nosso País.

Eu quero fazer uma pergunta. Será que este Governo, que tem mostrado, no âmbito federal, muitos indícios de corrupção, tem moral para impedir que o trabalhador rural, aquele das mãos calejadas, tenha a liberdade de produzir aquilo que deseja? (Palmas.)

Quantas e quantas promessas são feitas neste País para que se mude a economia, para que se passem recursos para o nosso agricultor, e os recursos não vêm. E não vão vir recursos para mudar, para substituir a fumicultura neste País. Não vamos destruir um modelo exemplar no mundo, que é o modelo aplicado na fumicultura, aquele projeto de integração tão importante para a nossa vida.

Por favor, vamos deixar que tenhamos liberdade de fazer aquilo que nós queremos. Aí este País será, por certo, muito melhor do que está sendo nos dias de hoje.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradecemos a participação.

Chamo, em seguida, o representante da Fetraf-Sul, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na Região Sul, o Sr. Albino Gewehr.

Com a palavra o Sr. Albino.

O SR. ALBINO GEWEHR – Bom-dia a todos. Na verdade, eu falo em nome da Central Única dos Trabalhadores, que represento na câmara setorial do fumo desde a sua instalação.

Sou técnico agrícola, trabalhei em indústria fumageira. Nos anos 84, 85 e 86 fui o maior produtor de fumo do País. Hoje, eu, pessoalmente, não me dedico mais ao fumo, mas a minha família ainda planta mais de dois milhões de pés de fumo na região de Candelária e um pouco em Santa Cruz do Sul.

Quero reiterar que este é um espaço importante, tão importante quanto aquela audiência que a Comissão de Relações Exteriores fez em Santa Cruz do Sul, e que este é o momento de confrontarmos posições. Digo isso porque, apesar de nossa família plantar fumo, ninguém assinou o abaixo-assinado, esse de que os senhores receberam mais de 30 mil assinaturas, porque chegou nas nossas propriedades dizendo: “Assinem aqui, senão vão nos proibir de plantar fumo”.

E, certamente, muitos dos agricultores assinaram esse abaixo-assinado tendo presente essa informação, quando, na verdade, vemos aqui que a informação é bem outra. Na verdade, não quero repetir os argumentos já postos, mas a Convenção-Quadro, para nós, é

uma salvaguarda, é uma garantia se, eventualmente, o negócio do fumo ficar ruim.

Nós queremos ter essas garantias, queremos que haja esse controle sobre as indústrias fumageiras. As indústrias, nobres Senadores Heráclito Fortes e Flávio Arns, não querem controle. As indústrias gostam de controlar. Elas controlam tudo praticamente ao seu redor, inclusive políticos. Na política, eles se gabam de controlar os políticos e dizem que eles votam de acordo com as suas pretensões.

Acho que este é o momento de o Senado mostrar claramente que tem posição, que tem independência para tomar decisões à luz de todo esse debate que será feito.

E quando falamos no momento atual do País, acho que é sempre importante lembrar o seguinte: qual é o setor neste País que mais lucro tem? Todos vão dizer que são os bancos. Não, os bancos têm um...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Inaudível.

O SR. ALBINO GEWEHR – Não. Os bancos têm o lucro sobre o patrimônio líquido na ordem de 10 a 12%. É um lucro absurdo! É um lucro de bilhões de reais. Sabem qual é o lucro sobre o patrimônio líquido das indústrias fumageiras? Sousa Cruz, ela tem lucro líquido, nos últimos três anos, superior a 60%. Então, ela dobra seu patrimônio em menos de dois anos. Eu pergunto: qual é o agricultor que, com menos de dois anos, pode comprar novo trator, a mesma propriedade, fazer uma nova casa, fazer uma nova estufa e aí na Câmara Setorial e no debate da negociação, quando nós falamos em distribuir a renda, que é concentrada nas indústrias, eles dizem: “não, o problema é a Convenção-Quadro!”, “O problema é o decreto do governador Rigotto que nos tirou 300 milhões”. E o que eles fazem? Eles carcam a mão sobre os nossos agricultores. O que eu quero fazer é um chamamento a todos os agricultores – fiz lá em Santa Cruz e eu vou fazer em todas as audiências – vamos ter essas mobilização, vamos ter essa força, vamos ter essa organização que nós estamos tendo para participar desse debate na hora de negociar o preço, na hora de distribuir a renda gerada no setor. E vamos aproveitar esse espaço, que os Senadores nos abrem, para ter mais clareza e mais conhecimento sobre esse assunto. E aí a importância de frisar que a indústria, a mesma que está aqui no Brasil, é a mesma que está nos outros países. Aqui, nós recebemos, Senadores, em torno de um dólar, um dólar e meio por quilo de fumo. Nos Estados Unidos, a mesma indústria faz por mais de seis dólares por quilo. Na Europa, Alemanha, Turquia, Grécia pagam mais de 10 dólares por quilo e, no Japão, pagam mais de 18 dólares por quilo. A nossa pergunta é: por que pagam

tão pouco pela nossa? Será que nós temos algumas entidades que vivem alinhadas com ela e fazendo discurso muito mais defensor do núcleo das fumageiras do que elas mesmas. E aí, para finalizar o debate sobre a Convenção-Quadro, não podemos dizer que as indústrias são contra a Convenção-Quadro. Elas são a favor de vários aspectos da Convenção-Quadro. Está aqui o Dr. Cláudio está com a gente e, certamente, vai falar depois... No combate ao contrabando, a Convenção-Quadro está sendo empregado em toda a sua eficiência no Brasil. Vamos ter um grande problema em Foz do Iguaçu. Terá que ter uma reversão na economia de Foz do Iguaçu, porque lá o contrabando de cigarro significa muito e está sendo combatido e será mais combatido ainda. Mas, também, é importante dizer que tem empresas que colocaram publicamente nota favorável à Convenção-Quadro. Eu sugiro ao Senador Heráclito Fortes, que consulte o site da Philipp Morris Internacional, que é a segunda maior cigarreira do país, responsável por mais de 50% da arrecadação de Santa Cruz do Sul, que ela tem uma posição favorável a ratificação da Convenção-Quadro, visando uniformizar, em todo o mundo, a legislação quanto o consumo de tabacos. E, fechando, é importante também registrar que, além da CUT, várias entidades já manifestaram, desde o início dos debates, a posição favorável. Assim como fez aqui o Governo do Estado do Sul, Contag, no site, tem a posição clara favorável à ratificação da Convenção-Quadro, assim como o conjunto da sociedade precisa fazer esse debate. Finalizo e quero disponibilizar aos Senhores Senadores, a revista mensal do Deserto, departamento que nos assessora, aonde vocês vão encontrar o relatório do Seminário do Futuro da Fumicultura que realizamos há poucos dias aqui em Curitiba. Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço, passo, em seguida, a palavra a Contag, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Maruxa... Depois, você nos diz como se pronuncia o seu sobrenome.

Contag, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Maruxa... Qual seu sobrenome?

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ininteligível.

A SRA. MARUXA GUITIÁN MONTERO – Bom-dia aos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Cumprimentando aos Senadores aqui presentes, Deputados, Prefeitos e Vereadores aqui presentes. Estou representando a Contag na pessoa do Sr. Antônio Rovaris, ele que é o diretor de política agrícola da nossa confederação. Quinhentos e cinco anos discursando em nosso País, levando propostas a toda a população, fa-

zendo com que cada brasileiro e brasileira tenha uma condição de vida diferente. E buscamos a dignidade, principalmente na questão do campo.

A reconversão das atividades agrícolas, hoje proposta para nós, é um incentivo para a exterminação do plantio de fumo, por causa do seu veneno, por causa da saúde. Eu queria perguntar aos senhores se na lavoura branca não é usada a inseticida, a fungicida e que vai também atrapalhar a saúde do nosso povo? Eu queria saber se as pessoas que plantam milho, feijão, que são os pequenos agricultores, têm condições de vida digna dentro de suas propriedades? Como é a comercialização de seus produtos fora, da porteira para fora das suas propriedades? Ainda o fumo está dando condições de vida melhor para o nosso trabalhador, para a nossa trabalhadora. Mas quero dizer que tanto faz a lavoura branca como a do fumo, ela estragou a nossa terra bastante. Nós não temos água, nós não temos saúde e a diferenciação que se toma por direito a nossa agricultura é que ainda há descaso dos nossos governos para a nossa agricultura familiar.

Quero deixar aqui os nossos avanços na nossa agricultura e dizer que o fumo faz mal à saúde e também aqui me somar àquelas pessoas que aqui disseram “fuma quem quer”. Eu digo fuma quem quer, porque há tempos atrás, eu fumava. Fumava escondido de minha mãe desde os 13 anos. Fumei por sete ou oito anos. Quando casei, pensei em ter um filho e pensei que tinha de parar de fumar. Não precisei de médico, porque o fumo até então não me trazia problema nenhum à saúde. Parei porque eu quis, porque sou dona do meu corpo e sei o que é bom para mim. E aquelas pessoas que tomam drogas, aquelas pessoas que estão envolvidas com a questão do craque, da cocaína, como elas estão? Como é que está a Convenção-Quadro sobre essa questão?

Quero agradecer a oportunidade que nos deram nesse espaço de tempo e dizer que se os senhores têm condições de fazer uma agricultura familiar digna, diferenciada, em suas propriedades, o Pronaf, com apenas um, dois mil reais ao ano, então que me apresentem uma justificativa melhor. Aí teremos condições de mudar radicalmente, no nosso propósito de trabalharmos com dignidade. E aí vem a questão da nossa Constituição de 1988, com o direito de ir e vir e permanecer, mas com uma vida digna relacionada ao bem-estar social. Quem não quer uma saúde preservada? Como está a nossa saúde diante dos Ministérios? Temos condições de escolher as especialidades que nosso corpo necessita? Não. É difícil chegarmos aos postos de saúde e buscarmos uma diferenciação na nossa saúde, porque é difícil, hoje em dia, alguém que fale pelos pequenos, pelos menos favorecidos.

Terminando, digo que, neste dia de hoje, é bem melhor plantar fumo que cultivar dólares em cueca. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a participação da Marucha, da Contag.

Passo, em seguida, a palavra à Confederação Nacional de Agricultura do Brasil, CNA, com o Sr. Pedro Martins Loyola Júnior.

Com a palavra o Dr. Pedro.

O SR. PEDRO MARTINS LOYOLA JÚNIOR – Bom-dia a todos.

Em nome da CNA e da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – Faep, eu queria dar as boas-vindas aos Senadores, às autoridades e, principalmente, às entidades representativas.

Acho que este é o momento ideal para exerceremos a democracia, mas é até algo inédito, porque, em outras áreas, como o meio ambiente, não temos visto isso. Os agricultores sabem do que estou falando, quando falamos em meio ambiente, pois sabem o que está acontecendo aqui, no Estado do Paraná.

Vou ser rápido. Vou usar meus cinco minutos, não vou usar treze minutos.

Temos ouvido aqui vários argumentos a favor e contra. Não vou entrar na questão de saúde – acho que o médico trata disso. Vou entrar na situação e falar da situação do agricultor. Quando se fala em aprovar essa convenção, eu ouvi aqui um argumento: “Não, vamos aprovar a convenção e vamos dar condições de trazer algum financiamento para salvar o produtor”. Eu trabalho com a área de crédito rural. Diariamente, vários produtores me ligam, falando-me da sua situação. Vou dar um exemplo hoje: os produtores de trigo. No passado, nosso Governo fez uma carta de intenções com os produtores de trigo. Sentou-se toda a cadeia produtiva e foi feita uma carta de intenções de que teríamos de suprir o nosso consumo interno de trigo, que é de 10 milhões de toneladas. Hoje, produzimos de 5 a 6 milhões de toneladas. O produtor de trigo está tendo prejuízo atrás de prejuízo e temos, do lado do Governo, muito pouco em termos de subvenção, de ajuda, de financiamento. É muito pouco para o que ele precisa. Então, eu me pergunto: se prometermos para os produtores hoje “Vamos aprovar a Convenção-Quadro”, esses financiamentos para o produtor trabalhar em outra cultura, eles virão? Pelo que temos acompanhado em outras culturas, isso não é verdade. Então, temos de pensar.

Acho que o que estamos discutindo hoje aqui é política agrícola. Todo mundo sabe da questão da saúde. Agora, o médico não está na agricultura para saber a situação do agricultor. Estamos num ano de crise muito brava que, no ano que vem, vai piorar. Estamos aqui

discutindo para, de repente, ter uma situação que vai tirar o financiamento, tirar o apoio para o financiamento dos fumicultores, para que eles vão produzir outras culturas, onde estamos tendo prejuízo. Então, a Senhar e a FAEP – dos produtores rurais – são a favor de aprovar? É. Vamos aprovar. Desde que primeiramente discuta-se a política agrícola deste País. Estamos discutindo aqui o problema do produtor porque as outras culturas estão com problema. Se você resolver o problema das outras culturas, o fumicultor vai para outra atividade. Se tiver garantia de que durante cinco, dez anos, vai ter a rentabilidade que tem na fumicultura irá para outra atividade, não tenha dúvida. Se o Governo que está aí não resolver o problema da agricultura, se chegarmos ao Ministério da Fazenda e não conseguirmos aprovar nada... Foi feito um trato em Brasília e o Governo fez várias concessões à agricultura. De dez itens emergenciais apenas um foi aprovado, o resto está caminhando lentamente porque estamos, neste País, no passo da CPI. O que aconteceu com a economia? A economia está parada na agricultura e a cidade vai começar a sentir agora. Então, respeito a opinião de todas as entidades, mas não dá para a gente discutir a questão quando o problema nacional, hoje, é a agricultura.

Não estaríamos aqui, hoje, discutindo essa questão. Creio que todos concordam. Se o milho estivesse dando, a soja, o trigo, bem como outras culturas, o feijão, a gente não estaria aqui reunidos. Todos têm consciência disso. Então, a partir do momento em que este Governo realmente der garantias... Não pode fazer como fez no passado com o produtor de trigo, que foi incentivado a produzir trigo e hoje está sofrendo. Ontem, recebi a ligação de um produtor, chorando, porque foi obrigado a vender o que tinha de trigo. O preço do trigo hoje é R\$17,00, R\$18,00, R\$19,00. A política de garantia do preço mínimo é de R\$24,00. O Governo não compra nem 15% da produção nacional. O trigo argentino está entrando, o trigo misturado. Não pode entrar. Deveria receber uma alíquota maior de tributação, mas não há fiscalização. Há muita coisa errada.

Estamos aqui discutindo a fumicultura porque a política agrícola neste País não é discutida. Há algo muito maior. O fumicultor, hoje, poderia estar em outras culturas. Não precisaríamos estar aqui que o fumo faz mal, que fuma quem quer. Cada um vai ter a sua opinião. Meu tio fumou trinta e cinco anos. Um dia chegou até mim e disse: “Amanhã, vou parar de fumar.” E parou de fumar. Minha mãe fala para mim todos os dias: “Vou parar de fumar”, mas não para.

Faço um pedido aos Senadores que estão aqui, a todas as autoridades, a todas as entidades que pensem primeiro. A convenção Quadro está ótima. O

Brasil, hoje, é um País rico. A gente pode ficar discutindo isso aqui enquanto lá fora se dá uma subvenção de 20% ao produtor. Fizemos viagens técnicas para a Europa. O produtor francês está deprimido porque sabe que o Governo tem que falar para ele o que deve produzir e que produzir sem subvenção não vive para competir com os brasileiros. O que o nosso Governo nos dá? Cada vez menos juros, a 8.75, juros controlados. Isso não representa 3% de subvenção. Vamos aprovar a Convenção Quadro? Vamos. Então, oficialmente, vamos competir de igual para igual com o europeu. Aumente-se a subvenção de 3% para 20%. Não se entendeu ainda, neste País, que a agricultura é o motor da economia.

A gente tem muita dificuldade de aprovar coisas no Ministério da Fazenda. Aprova-se muita coisa no Ministério da Agricultura, mas quando chega na Fazenda para. Não estaríamos aqui discutindo se a questão de fumar, não fumar, faz bem à saúde ou não. Estaríamos discutindo, hoje, que bom que a soja, o trigo, recebeu o produtor. Agradeço a todos os agricultores que estão lá fora.

A FAEP está, juntamente com a CNA, a favor de que essas culturas permaneçam, enquanto o Governo não discutir a política agrícola do País com seriedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Concedo a palavra, na sequência, ao Sr. Rogério Almeida, que é Presidente da Comissão Agropecuária da Ancespar, que é nessa região em que estamos, Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná.

Rogério Almeida, que também é Prefeito do Município de Mallet.

O SR. ROGÉRIO ALMEIDA – Bom-dia a todos, bom-dia aos nobres Senadores, aos Prefeitos que aqui se fazem presentes, à nossa Deputada, Prefeitos de outros Estados, aos agricultores que estão aqui dentro e aos agricultores que estão lá fora infelizmente, às demais autoridades que se fazem presentes aqui.

Agradeço ao nobre Senador Flávio Arns pela abertura fora da agenda, para que nosso território possa apresentar ao Senador Heráclito um posicionamento da nossa preocupação, nós como Prefeitos dos nossos Municípios da região.

Rapidamente, em cinco minutos, quero apresentar ao Senador Heráclito a nossa região. Hoje temos um território de doze Municípios, em que já estamos buscando formas para que possa resolver essa preocupação, que hoje assola todos os nossos agricultores, que é esse debate em torno da Convenção Quadro.

O nosso território tem doze Municípios; uma área de 4,7% do Estado do Paraná; onde temos 39.319 fa-

mílias de produtores rurais; 85% dessas famílias, Senadores, são agricultores familiares.

Estamos aqui falando da Convenção Quadro e queremos apresentar, rapidamente, um cenário da nossa região. Essa é toda uma explanação, porque nós, Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná, já tivemos um evento, em que debatemos, Senadores, a questão da fumicultura na nossa região.

Acreditávamos que teríamos mais espaço, mas, em cinco minutos, apresentaremos.

No Paraná, 70% do perfil dos agricultores são proprietários; existem 22% que são arrendatários e 80% da renda bruta total da produção desses agricultores vêm do fumo.

A cultura do fumo no nosso território. Aqui se faz presente todos os Municípios do nosso território, dos doze Municípios, estão presentes aqui dentro ou lá fora.

E aqui queremos apresentar a importância, um pouco, do fumo no nosso território: 38% da área da cultura do Estado do Paraná estão aqui na nossa região, exclusivamente nesses doze Municípios; 39% da produção do Estado estão aqui, dentro dos doze municípios, dos quais teve uma lâmina onde foram apresentados os doze Municípios, sendo que um deles, Inácio Martins, não tem produção. Então, em onze Municípios.

Temos envolvidas 12.328 famílias, hoje, no meio rural, que sobrevivem da fumicultura, que têm a fumicultura como uma das cadeias de desenvolvimento da sua propriedade.

Também, 54% de todas as estufas de fumo do Estado do Paraná estão em onze Municípios, na nossa região, no nosso território.

Esse é um gráfico que muitos não viram, mas é um comparativo dos últimos três anos. A fumicultura no nosso território subiu 108%. Saímos de 13.821 hectares e fomos para mais de 28 mil hectares dentro dos onze Municípios.

No final, faço a conclusão.

Próxima lâmina.

Hoje, pensamos, conversando com os agricultores, com a Emater, com o Iapar* e com a Secretaria de Estado da Agricultura que alternativas temos, talvez, para o território. Aqui, junto com os nossos secretários municipais, elencamos algumas alternativas: reflorestamento, viticultura, bovino, cultura de leite, olericultura, agricultura, peru, plantas medicinais, biodiesel, assunto sobre o qual o próprio Senado também está tratando, turismo rural, frango, mel...

E aqui começa o nosso pensamento, tanto dos Senadores como dos Prefeitos. Hoje fala-se da convenção, nós buscamos alternativas, mas precisamos

ter um pequeno entendimento, Senadores. Hoje o fumo tem toda uma cadeia estruturada. Ela fornece insumo, tem assistência técnica, tem comercialização com garantia de compra e preço, tem transporte disponível, o preço da venda já é tabelado. Antes de o agricultor produzir já tem o preço. Ele produz sabendo o quanto vai ganhar. Tem crédito disponível e já foi falado para a plenária, que o nosso crédito do Pronaf, hoje, a nível de região, ainda não foi disponibilizado para os agricultores. Muitos agricultores querem efetuar as compras para os seus insumos e ainda não foi autorizado.

Aqui está um quadro comparativo da estruturação da cadeia do fumo e as outras cadeias, as outras alternativas que hoje buscamos.

Aqui é um dado interessante, o valor do arrendamento hoje, por litro de chão, são seiscentos e cinco metros quadrados, Srs. Senadores, para qualquer outra atividade, está em torno de cinquenta a setenta reais, para a fumicultura. Por alqueire, o arrendo seria de dois mil a dois mil e oitocentos se fosse arrendado para a cultura do fumo.

Então, esse é um quadro, uma amostra, de que hoje a fumicultura vem nos nossos Municípios fazendo com que o agricultor permaneça lá no campo, que ele não venha para a cidade. Qual é o custo que ele hoje, lá no campo, teria para nós municípios? Qual é o custo se ele viesse para a cidade? Que problema ele iria trazer?

Então, estamos falando de uma convenção que tem que ser muito bem analisada, tem que ser muito bem apreciada, porque os agricultores vêem que é importante a reconversão, mas que apoio, que subsídio isso terá?

E o último quadro, por favor, rapidamente...

Nossa maior preocupação é que o Senador já deu o sinal.

Temos no território 3 mil e 700 famílias com capacidade de pagamento de arrendamento de áreas que ocupam para moradias. São 3 mil e 700 famílias que, se hoje não plantassem fumo, estariam na área urbana dos nossos Municípios. E o que nós Prefeitos iríamos fazer?

Então, vemos que alternativas temos para alterar esse quadro a curto espaço de tempo?

Então, nós Prefeitos queremos pedir ao Senado que crie apoio para que os agricultores que estão lá no meio rural, aqueles que querem fazer a reconversão da fumicultura, tenham um apoio mais rápido, um crédito mais rápido, uma assistência técnica mais rápida, que os institutos possam disponibilizar rapidamente tecnologias para que eles não venham, amanhã ou depois, penar no meio rural ou na área urbana.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Passo a palavra, em seguida, para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina. Fetaesc, cujo representante é o Sr. Padilha.

Muito bem, representando a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina, Fetaesc, com a palavra o Dr. Padilha.

Eu queria, antes, saudar as pessoas que estão acompanhando esta audiência pública da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, do lado de fora do prédio. Realmente, o interesse e a participação são intensas e isso justifica, não é, Senador Heráclito Fortes, de maneira sobeja, a importância de a comissão ter vindo aqui para a região, para que todos pudessem acompanhar e para que os desdobramentos desta audiência pública possam também, com os argumentos todos levantados, serem levados à discussão em Brasília e para análise, para relatórios e outras coisas que têm que acontecer.

Agradeço a participação, ressaltando mais uma vez que isso já foi feito por vários expositores, mas quero saudar todas as pessoas que estão fora deste belo recinto da Câmara Municipal.

Com a palavra então a Fetaesc.

O SR. PADILHA – Sr. Prefeito municipal, anfitrião do nosso encontro de hoje, Srs. Senadores, Srs. Deputados, companheiro (inaudível), que já foi Vereador da nossa cidade também, demais componentes da mesa, acho de suma importância lembrar das pessoas que estão lá fora porque, com certeza, tem mais gente do que aqui. Eu vim acompanhando três ônibus. Sou da cidade da Canoinhas, não sou de muito longe de vocês aqui. Só tive de dar uma volta por causa do rio Iguaçu para chegar até aqui. Fomos a União da Vitória, mas saímos de lá em dois ônibus de Canoinhas e mais um de Bela Vista. Só nós somos mais de cem pessoas. Quando chegamos aqui, vimos uma multidão de pessoas de forma que, certamente, depois que estamos aqui dentro já devem ter chegado mais gente. Senti o movimento do ônibus.

Falar agora aqui fica até um pouco difícil porque já foi dito tudo. Eu gostaria que os Srs. Senadores que certamente tenho gravado todas essas falácias que ouvi até então aqui em relação à questão dos pequenos agricultores. O problema todo que nós...

Eu fui uma pessoa que plantei fumo quando estava na casa do meu pai e conheço. Meus irmãos ainda trabalham com essa atividade, a família. Sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canoinhas e, no dia-a-dia, conversamos com os fumicultores.

Canoinhas é um Município de Santa Catarina, que, por Município, é o mais planta fumo. Temos mais de duas mil estufas no Município de Canoinhas. Na

região do Planalto Norte de Santa Catarina, outro lado de vocês – o outro lado do Iguaçu, como falamos – temos em torno de dezoito mil estufas, contando de Macra até Porto União. Então, é uma região em que se planta muito fumo e que, como dizem os agricultores, que Deus nos livre ficarmos sem essa cultura na nossa região.

Já foi falado em relação aos programas do Pronaf, programas que tem o preço do milho, o preço do leite. Ninguém pense que, quando se fala que o agricultor está recebendo apenas R\$0,40 por litro de leite, tudo isso vai para o bolso dele. Não é não porque tem o desconto do frete. Tem o primeiro frete, o segundo frete, tem o Fundo Rural, tem assistência técnica e, no bolso dele, sobram apenas R\$0,20. Sou um produtor de leite, conheço essa questão. Vender milho nos dias a R\$17,00, R\$18,00 o saco é certamente tomar prejuízo. Digo isso com certeza do que estou falando porque acompanho, sou agricultor e conheço muito bem essa questão.

Qual é a garantia, Srs. Senadores, dessa nova alternativa que vem aí para que tenhamos financiamento para isso? Ontem estive com o gerente do Banco do Brasil, e ele me dizia que o dinheiro do Pronaf está na agência, mas é o mesmo valor do ano passado. Quer dizer que não tem condição. A cada ano, como se diz – vou usar nossas palavras de agricultores – é mais uma cacetada na cabeça da gente.

Esses números apresentados aqui são verdadeiros. Nós não temos condições mais hoje. A pessoa que falou em nome da CNA deu números aqui corretos em relação ao trigo, à sacanagem que se fez com o agricultor em todas as atividades. O pessoal faz grandes investimentos em atividades, daí a pouco vem a ras-teira, e as pessoas vão para o chão também.

Essa questão do pequeno agricultor que está ainda agüentando na roça plantando fumo muitas vezes até em terreno arrendado, em áreas bem pequenas, se não tiver essa atividade, certamente é uma pessoa que vai tentar a vida no meio urbano e será mais um que vai se dar mal. Para isso temos que tomar cuidado.

Essa questão de que cigarro faz mal – não queria ser repetitivo aqui – cada um faz da sua vida o que quer, cada um se governa. Agora, tem outras coisas que fazem mal também. Me desculpa os plantadores de soja, mas, na soja e no milho hoje se usa mais inseticida do que no próprio fumo. Então, nós temos que cuidar com os nossos discursos e cuidar com que fazemos no mínimo que esse agricultor permaneça na agricultura, está segurando a família dele lá. Lá você cria, um filho para criar na roça é bem mais fácil que criar no meio urbano. Eu sei disso, sou uma pessoa que mora no meio rural, tenho filho que estuda na cida-

de e tenho que estar sempre aconselhando: “cuidado, cuidado com as companhias, cuidado com a droga. Não caia nisso, por favor. Vá a igreja. A igreja segura”. Aconselhando. Mas tem tanta gente que escapa, não consegue ficar na roça, vai para a cidade, aí, com todo o respeito, se tiver algum que usa, daqui a pouco já vê um cara de brinquinho, com a calça frouxa, e pronto, esse não volta mais e tá feita a calamidade. Então, Srs. Senadores, se vocês puderem fazer com que nós possamos continuar trabalhando na roça, permanecer na agricultura, produzir e não precisar ir procurar emprego na cidade, e daqui a pouco se dar mal, e daí estar incomodando na cidade. Lá na roça vivemos muito bem, criamos muito bem nossos filhos. Saber (inaudível) em condições de nós permanecer lá, que já está muito bom.

Gostaria de agradecer-los por terem vindo até aqui. Sei que é difícil sair de lá, há um esforço por trás de tudo isso. Então, que os pague por isso. Mas que vocês façam mais vezes isso, não parem por aqui. Nós precisamos de políticos que vêm aqui na comunidade nos ouvir. Tenho certeza que o prefeito deve estar muito satisfeito hoje de poder ter pessoas na qualidade desses Senadores, Deputados aqui para poder ouvir nós. Isso é que precisa, falar tanto em democracia e de repente nós não poder, às vezes, nem fazer aquilo que queremos lá na nossa roça. Deixa nós cuidar da nossa atividade fumageira, que certamente nós vamos incomodar muito menos do que nós ter que ir lá para a cidade, porque nós sabemos disso, o que é vida na cidade, o que é essas favelas, a gente vê por televisão e sabe como é difícil uma pessoa sair da roça e ter que daqui a pouco se sujeitar a uma vida desse lado, que é muito mais difícil.

Então, quero agradecer pela oportunidade e dizer que nós precisamos realmente de a permanência nossa na agricultura e que nós possamos então... vamos sonhar com essa alternativa, que ela realmente vem, que nós possamos um dia realmente substituir essa cultura, mas desde a hora em que nós tenhamos condições de manter a nossa família também. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Agradeço a participação da Fetaesc. Como todos devem ter observado, houve vários expositores de outros Estados, particularmente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, também, Paraná logicamente, pois aqui estamos. Teremos porque essa legislação naturalmente para o Brasil, é uma convenção quadro a ser ratificada pelo Brasil, com esse debate que está acontecendo para ver a viabilidade, os caminhos a serem seguidos. Haverá desdobramentos disso em Brasília, inclusive um dos pontos ressaltados por vários

expositores é no sentido da insegurança em relação à política do Ministério da Agricultura, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o que vai naturalmente demandar da relatoria da Comissão esse debate sobre este ponto levantado e outros também em outras áreas com os ministérios da área. Tudo isso. Os dados estão sendo levantados. Isso exigirá certamente outras iniciativas em Brasília.

Quero lembrar também que sexta-feira, dia 26/8, haverá audiência pública semelhante a esta em Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, às 11 horas, para qual também, e é sempre importante que as pessoas de Santa Catarina tenham a perspectiva do Paraná, do Rio Grande do Sul, e dos outros Estados. E, ao mesmo tempo, no sábado, em Santa Catarina, o local é a Assembleia Legislativa, já para todas as pessoas que acompanham pela **TV Senado**; e também no sábado, no dia 27/08, na Câmara Municipal, em Camapuã, no Rio Grande do Sul, também haverá audiência pública para tratar da Convenção Quadro, que trata do controle do uso do tabaco.

Passo, em seguida, a palavra à Sr^a Margaret Matos de Carvalho, que é Procuradora do Trabalho do Estado do Paraná.

A SRA. MARGARET MATOS DE CARVALHO

– Bom-dia a todos; faço uma referência especial ao Presidente da Mesa, Exm^o Senador Flávio Arns, e principalmente aos funicultores, que realmente é quem planta o fumo.

Eu quero trazer algumas questões que até agora não foram trazidas, sob a ótica da legislação trabalhista. Fui procurada há dois, três, anos por um grupo de funicultores que tinham se endividado para passar a produzir fumo, mas que infelizmente, não conseguindo pagar o financiamento, a dívida foi executada pelo banco financiador e eles perderam as suas propriedades. Eles estavam sendo executados e perdendo as suas propriedades.

Essa situação me chamou a atenção e eu passei a analisar as condições de trabalho impostas aos funicultores pelas indústrias tabageiras. Uma das coisas que temos de perceber é que realmente as indústrias impõem o preço. Não é esse protocolo que se diz existindo o embate democrático. Ele não faz a discussão do preço do fumo. Ele é imposto, como também é imposto o pacote tecnológico, que significa o pagamento da assistência técnica, pois quem paga é o funiculor. É uma assistência técnica que não é técnica na sua acepção; mas, sim, o pagamento de pessoas que ficam o tempo todo passando a idéia de que é vantajoso plantar o fumo.

E eu pergunto para quem planta o fumo e para quem depende dessa assistência técnica se realmen-

te ela acontece com a necessidade desejada, com a periodicidade necessária; se realmente esses técnicos ajudam o produtor a produzir mais e melhor. Pergunto também se ele não tem de envolver a sua terra no negócio. Ele se endivida, ele coloca a sua terra como garantia para iniciar a produção. E se ele não consegue pegar o financiamento, ele não tem ajuda nenhuma das indústrias, assim como também ele coloca a sua força de trabalho a serviço da atividade. Colocando a sua força de trabalho, ele também traz ajuda da sua família, porque é uma atividade em regime de economia familiar. Então, todos ajudam, inclusive as crianças. É mentira quando dizem que não tem criança trabalhando. A indústrias fumageiras estão se enriquecendo às custas da ajuda do trabalho de crianças brasileiras, de milhares, milhares. E temos como provar.

Também é questionável o fato de os fumicultores serem obrigados a adquirir o seguro apenas da Fubra, que é um cartel. O valor é fixado pela indústria. O fumicultor não tem alternativa. É aquele e acabou. Se não, nem se assina o contrato. O contrato é de exclusividade. Se o produtor resolver vender para quem paga o melhor preço, as fumageiras ajuízam ação e seqüestram a produção. Alguém está preocupado com isso? Então, a condição imposta de trabalho para os fumicultores brasileiros é uma condição análoga a de escravo, a de servidão, pois ele não tem o direito de escolher; não lhe é dada essa possibilidade. É montado um pacote, em que ele entra e não tem como ele sair mais, pois a sua dívida representa trabalho de cinco a oito anos. Antes disso, ele não consegue pagar o financiamento primeiro. E as indústrias fumageiras facilitam esse financiamento.

E eu pergunto mais uma vez: o Pronaf, que é feito com recurso público, e que financia a produção do fumo, por que não pode também ter essa mesma facilidade para financiar o fumo para financiar o fumo, para financiar outras culturas, inclusive a reconversão? Interessa para a população brasileira que paga esse investimento público, financiar a produção do fumo? Como todos os Srs. Senadores e Srs. Parlamentares, estamos falando em saúde pública, e interessa a toda a nação brasileira, e não apenas a um segmento econômico. Interessa à Nação brasileira financiar o fumo, enriquecendo multinacionais, deixando nosso povo à mercê dos interesses econômicos internacionais?

Outra questão que acho que tem que ser colocada é a saúde do trabalhador, do fumicultor. Quero que os senhores prestem atenção no que estão sentindo, porque vocês podem estar doentes, a sua família, alguém da sua família pode estar doente pelo contato com agrotóxicos, usados indiscriminadamente, e vocês não sabem se é por conta do agrotóxico ou por conta

da nicotina que passa pela pele. Prestem atenção e exijam laudo médico de que a causa da doença é em decorrência da utilização indiscriminada do veneno, que depois vocês podem inclusive pedir indenização e responsabilizar quem é de direito.

Prestem atenção: se alguém morre de repente, se alguém tem um mal súbito, dores no corpo todo, câibras freqüentes, isso pode ser sinal de contaminação por agrotóxico.

Também é importante pensarmos no impacto ambiental que representam tantas estufas no Estado, pensarmos no quanto de lenha é consumido, lenha inclusive nativa. Estamos degradando ambientalmente o nosso Estado.

(Manifestação da platéia.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT - PR) – Por favor, peço silêncio.

A SRA. MARGARETH MATOS DE CARVALHO – O oportunismo das indústrias quando utilizam a fragilidade da nossa política agrícola como condição para a ratificação da Convenção-Quadro. Isso é oportunismo.

Outra questão que é colocada também em relação à Afubra: muito cuidado ao analisar um abaixo-assinado. Muito fumicultor assinou sem saber direito o que estava fazendo. Muito cuidado ao analisar os dados da Unisc, porque ouvi do próprio representante da Afubra que ele vai mandar a Unisc fazer tal coisa, vai mandar... Se ele manda tão facilmente na universidade, vamos olhar com cautela a confiabilidade desses dados que foram apresentados.

E mais uma coisa: a Afubra não representa os produtores, os fumicultores. Não representa. Ela representa os interesses da indústria fumageira. Então, vamos olhar também com cautela quando nos posicionarmos dessa forma.

Gostaria também de solicitar a essa Comissão que se faça uma investigação em relação à movimentação financeira da Afubra, o quanto ela está recebendo em relação ao seguro, porque existe inclusive a informação de que esse seguro não atende às regras do País no que se refere às seguradoras. Não seria uma seguradora de acordo com a nossa legislação. Gostaria que houvesse uma avaliação nesse sentido.

Os sindicatos dos trabalhadores, que se dizem representantes dos trabalhadores rurais, ou mesmo da área urbana, dos trabalhadores nas indústrias, se forem realmente representantes dos interesses de seus filiados, têm que ser favoráveis à Convenção-Quadro, porque só dessa forma é que será atendido o interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT - PR) – Peço à senhora para concluir.

A SRA. MARGARETH MATOS DE CARVALHO

- Financiar a produção do fumo é, em última instância, beneficiar as multinacionais em detrimento do nosso desenvolvimento e em detrimento da saúde pública. E essa história de que a pessoa escolhe fumar ou não, eu, por exemplo, não fumo, mas às vezes sou obrigada a inalar fumaça da pessoa que está do lado. Então, até em relação a isso temos que começar a questionar.

Finalizando, Srs. Senadores, espero que realmente a Convenção-Quadro seja ratificada, porque é mentira que ela prejudica os fumicultores, é mentira que ela prejudica o interesse do País. Na verdade, é de interesse público brasileiro que a Convenção-Quadro seja ratificada pelo Brasil, e é interesse das indústrias fumageiras que ela não seja ratificada, porque a Convenção prejudica o desenvolvimento econômico dessas indústrias, atrapalhando-as a dobrar seu patrimônio a cada ano, como vimos aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT - PR) – Agradeço a participação da Procuradora-Geral do Trabalho.

E, na verdade, esse debate vem na tentativa de se verbalizar, de se externar, de tornar visível o ponto de vista das várias partes envolvidas, para subsidiar uma decisão madura, possível, debatida, para que o melhor para o Brasil e o melhor para o trabalhador, para o produtor seja alcançado.

Há, eu sei, várias entidades que também gostariam de falar. E não só entidades, mas também pessoas. Eu pediria que as pessoas e entidades que gostassem de externar pontos de vista, eventualmente ainda não externados nesta audiência pública, que o fizesse por escrito, que daremos todo valor, como Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, todo valor aos documentos recebidos de pessoas e de entidades, não só verbalmente, como no dia de hoje, mas também, por escrito. Então, isso será, sem dúvida, uma atitude desta Comissão da Agricultura. Procuramos fazer com que as exposições fossem as mais democráticas possível, no sentido de observação do tempo e também no sentido de haver uma intercalação entre argumentos a favor e argumentos contra. Então, se, porventura, ainda outras manifestações vocês julgarem necessárias, por favor, façam com que isso venha por escrito, não só hoje, até pode se pensar com tempo... Particularmente, as pessoas que se reúnem nas associações aqui representadas, que vocês façam uma análise, uma reflexão sobre o que aconteceu. E, na associação, discutindo entre todas as pessoas que fazem parte desta associação, diga: "Olhe, o ponto não

foi bem enfatizado. Precisa de mais um argumento aqui” ou “esse outro aspecto foi abordado de uma maneira que poderia ter sido algo diferente”. Então, essa reflexão, façam chegar; não se esgota aqui. Nós, eu comentava aqui com o Senador Heráclito Fortes, temos que falar com o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, Miguel Rosseto, Ministro do Desenvolvimento Agrário, para que eles, também, tenham de dar os posicionamentos dos Ministérios, em relação ao que eles estão propondo. E mesmo propondo, como foi dito aqui por vários dos expositores, mesmo propondo, às vezes, as coisas não acontecem na sequência. Tudo isso tem que ser muito bem pesado para a tomada de decisões por parte da comunidade envolvida. Eu passo, antes do encerramento, a palavra ao Senador Heráclito Fortes para as considerações, como Relator neste projeto da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes – PFL – PI.)

– Alô... Em primeiro lugar, eu quero, por dever de justiça, parabenizar este auditório pelo comportamento e pela maneira como nós conseguimos ouvir as partes e travar este debate até agora. Saio daqui levando uma grata surpresa deste encontro. Ele extrapolou, imensamente, as minhas expectativas. Eu acho que demos um passo, conseguimos ouvir as partes. E... Foi uma questão até delicada e que envolve várias vertentes, não só da economia, mas também da saúde, enfim, um conjunto de problemas de várias naturezas e que merece uma reflexão profunda. Como Parlamentar, procuro cumprir meu papel. Estou, no Congresso Nacional, há 25 anos. Dividi minha vida ao meio, metade como Congressista e como político: um intervalo como Prefeito e a outra metade – entre nascimento e juventude... Metade da minha vida dentro do Congresso. Metade da minha vida está dentro do Congresso. Sou daqueles que acha que o Congresso tem que enfrentar os momentos difíceis, tem que enfrentar as adversidades e tem que, cada dia mais, lutar pela transparência e, acima de tudo, para estar cada vez mais próximo do que pensa a sociedade brasileira. Daí por que trazer este fórum e este debate para o interior do estado do Paraná. Era muito mais cômodo, para todos nós, fazê-lo em Brasília. Mas eu sou dos que concordam que Brasília é um clube de falsa felicidade. A ressonância do que acontece no País só sabemos, só sentimos, só vemos quando nos aproximamos dos fatos, quer sejam problemas, quer sejam realizações, enfim, só quando vimos, como estamos aqui, e com muita alegria, no Estado do Paraná, pela sua história, pela sua tradição de participação e pelo que representa no cenário do Brasil.

Eu queria apenas pedir à Procuradora, Dr^a Margaret, que, se pudesse... Com certeza, ela já deve ter tomado algumas providências, mas o que me preocu-

pou muito é o questionamento com relação à questão do procedimento de seguro. Evidentemente, se está ferindo a legislação brasileira e não está atendendo ao que ela se propõe, principalmente no que diz respeito ao nosso IRB, eu gostaria que ela remetesse para a Comissão o mais rápido possível. E tenha certeza a senhora que eu, juntamente com o Senador Flávio, tomaremos providências. Embora não seja um assunto eminentemente da questão de que estamos tratando aqui, é dever nosso, a partir do momento que tomamos conhecimento de uma advertência feita por uma pessoa da responsabilidade que a senhora tem, encaminharmos as providências para que seja analisado o caso. E a senhora fique absolutamente tranqüila de que nós faremos isso e estaremos resguardando os trabalhadores, estaremos resguardando o nome do Brasil nessa questão. Era o único pedido que eu queria fazer.

De resto, quero dizer que, como falei no início, vou sair daqui rouco de tanto ouvir, mas ouvi bem, porque as questões foram bem divididas, foram todas elas feitas com argumentos e com convicção.

De mais, o meu abraço e a minha alegria de poder ter estado aqui nesta manhã.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR)

– Quero ainda enaltecer a presença do Senador Heráclito Fortes, Relator da matéria, ao Paraná. Que ele possa retornar muitas vezes a nosso Estado. Com muita amizade e muito respeito o receberemos.

Quero agradecer a presença da Deputada Selma Schons, Deputada Federal do PT, com um trabalho muito intenso nesta região.

Agradeço ao amigo Sérgio Stoklos, Prefeito de Irati, que recepcionou a todos no Município, bem como à Vice-Prefeita aqui presente, que já foi também mencionada, amiga Marisa Lucas.

Em nome também do Prefeito, agradeço a todos os prefeitos, vice-prefeitos, ex-prefeitos aqui presentes.

Igualmente, meus agradecimentos aos vereadores de Irati, que cederam este espaço da Câmara Municipal, tão adequado para a realização desta audiência pública, na pessoa do Presidente da Câmara, Roberto Sequinel.

Agradeço também a presença de todos os vereadores.

Meus agradecimentos ao Presidente João Orestes Fenker, da Amcespar, que é a Associação dos Municípios desta região onde a audiência pública se realiza. João Orestes Fenker é também Prefeito de Guamiranga.

Finalmente, agradecemos às pessoas que vieram de outros Estados contribuir com depoimentos, ouvindo, participando da audiência.

Quero dizer, como já mencionei antes, que a Comissão de Agricultura está aberta para receber as reflexões que todos venham a fazer em função desta audiência pública.

Eu acrescentaria ao que disse o Senador Heráclito Fortes quanto à Procuradora-Regional do Trabalho, Dr^a Margareth, que ela realmente envie para a Comissão de Agricultura não só aquilo que falou em relação aos seguros, mas em relação a todos os fatos. Existe uma preocupação intensa do Senado Federal e de todo o Brasil em relação à situação, por exemplo, da criança e do adolescente em situação de risco pessoal, social, de trabalho, em todos os aspectos, como também outras questões que venham a ser levantadas.

Quero enaltecer ainda a participação da TV Senado, que está aqui presente, da Rádio Senado e da Agência Senado.

Esta audiência pública que está sendo realizada aqui terá repercussão no Brasil inteiro, através da transmissão da TV Senado, da Rádio Senado, da Agência Senado, o que vai ser muito bom. E digo para todas as pessoas do Brasil que vão nos acompanhar nessas transmissões que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária está aberta para qualquer tipo de sugestão e de reflexão que, a partir desta audiência, possam contribuir com os nossos trabalhos.

Estou muito satisfeito por ter estado aqui na condição de Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, neste debate de alto nível, com argumentos, com vivências, com experiências e, essencialmente, desejando no final uma legislação adequada para o nosso País.

Agradeço a presença de todos que estão neste recinto, como também a todos que estão do lado de fora da Câmara de Vereadores de Irati e a todos que nos acompanham.

Obrigado.

Declaro encerrada esta audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, realizada no Município de Irati.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Ata da Vigésima Terceira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24 de agosto de 2005, quarta-feira, às 9:30.

Às dez horas do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e cinco, na sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Agricultura

e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Ramez Tebet, Gerson Camata, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Nezinho Alencar, Osmar Dias, Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Rodolpho Tourinho, Serys Slhessarenko, Romeu Tuma, Pailo Paim, José Maranhão e Augusto Botelho. O Senhor Presidente da Comissão Senador Flávio Arns, propõe a dispensa da leitura da Ata anterior, que é dada como aprovada. Item Único: Requerimento nº 18, de 2005-CRA. A autoria: Senador Sibá Machado e da Senadora Ana Júlia Carepa e com adendo do Senador Aelton Freitas, aprovado em 29/06/ 2005. Assunto: Com a finalidade de se tomar conhecimento das experiências em andamento da produção do biodiesel com base na produção familiar além de se conhecer os seus principais desafios. Com a presença dos seguintes convidados: Sr. Nelson José Cortes da Silveira, Diretor-Presidente da Brasil Ecodiesel; Sr. Jório Dauster, Diretor do Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel; Sr. Marcello S.do Amaral Brito, Diretor da Agropalma; Sra. Raimunda Oliveira Silva, Assessora da Secretaria de Formação e Gestão da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Sr. Artur Augusto Alves, Diretor da Empresa Soyminas Biodiesel. Usaram da palavra para tecerem considerações sobre os assuntos abordados, a Senadora e os Senadores: Ana Júlia Carepa, Sibá Machado, Augusto Botelho, Flexa Ribeiro e Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente Reunião às doze horas cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.– Senador Flávio Arns, Presidente, em exercício da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Declaro aberta a 23ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Requeiro, em primeiro lugar, a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária destina-se à realização desta audiência pública com a finalidade de se tomar conhecimento das experiências em andamento da produção do biodiesel, com base na produção familiar, conforme aprovação do Requerimento nº 18, de 2005, de autoria do Senador Sibá Machado e da Senadora Ana Júlia Carepa e com o adendo do Senador Aelton Freitas.

Em primeiro lugar, quero dizer da importância desta audiência pública, que vai tratar das experiências em andamento da produção do biodiesel, não só do ponto de vista para a economia e auto-suficiência

do Brasil, em termos de combustíveis, mas especialmente num esforço para a inclusão social, em termos de fixação do homem no campo, de valorização da agricultura familiar e no sentido de geração de renda e de trabalho e emprego.

Houve um grande debate no Senado Federal por ocasião da aprovação do projeto de lei tratando deste assunto e, neste momento, nós, do Senado Federal e da Comissão de Agricultura, já podemos trazer o que é objetivo desta audiência pública, ou seja, experiências de produção nesta área.

Comentava com os expositores que surgiram outros movimentos, outras organizações. Particularmente, falava com a Dr^a Raimunda, da Contag, para que as pessoas envolvidas no trabalho propriamente dito também participem de outros eventos nessa área. É um debate importante que se faz no Brasil. É fundamental a realização desta audiência pública que espero seja a primeira.

Já me justificava com os expositores no sentido de que, nesta manhã, no Senado Federal, as três CPIs estão em funcionamento: CPI dos Correios, CPI do Mensalão e, daqui a pouco, CPI dos Bingos. Outras comissões estão em funcionamento e existe também neste horário uma sessão solene do Congresso Nacional para homenagear o grande escritor Érico Veríssimo. Existem várias iniciativas do Congresso Nacional ao mesmo tempo. Porém, além desta audiência pública, o que se espera é que, por meio da TV Senado, da Rádio Senado, da Agência Senado, agências de comunicação do Senado, esta audiência seja, como há de ser, difundida por todo o Brasil, para que todas as pessoas pensem neste assunto, que é fundamental para o nosso País. A partir desta audiência pública, esperamos que a própria Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Plenário e o Senado Federal tomem iniciativas voltadas para o que for debatido neste encontro.

É importante que fique sempre registrado nos Anais do Congresso, nos Anais do Senado todo o esforço que vem sendo feito num conjunto de áreas, entre elas a produção do biodiesel.

Antes de começarmos os trabalhos, informo que, no dia 26 de agosto, próxima sexta-feira, haverá uma audiência na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, no auditório do Senac, na Rua Silva Jardim, 360, Prainha, ao lado da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para a discussão com todos os movimentos de Santa Catarina e convidados do Paraná e do Rio Grande do Sul, sobre a Convenção Quadro, que trata do controle e uso do tabaco, para a qual convido todos as Sr^{as} e os Srs. Senadores, bem como a comunidade.

Essa audiência pública, na sexta-feira da semana passada, foi realizada no Município de Irati, centro-sul do Estado do Paraná, na Câmara Municipal, que estava lotada, e cerca de duas mil pessoas estavam fora do prédio da Câmara Municipal, acompanhando a realização da audiência pública, através de telões e alto-falantes, com resultado bastante interessante em termos de discussão, envolvendo a área da saúde, do trabalho, da produção, um conjunto de áreas que precisam ser abordadas nessa questão da Convenção Quadro.

Amanhã, às 11 horas e 30 minutos, esta Comissão de Agricultura do Senado Federal terá uma audiência em conjunto com a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, recebendo a Comissão de Agricultura do Parlamento dinamarquês. É uma reunião de trabalho, de discussão, debate, das duas comissões do Brasil e também a comissão do Parlamento dinamarquês.

Quero destacar que estão fazendo parte desta audiência pública de hoje, esperando, como já enfatizei, sugestões, para que esses trabalhos continuem acontecendo no futuro para darmos espaço para que mais entidades participem deste debate necessário, estão participando desta Mesa o Sr. Nelson José Cortes da Silveira, diretor-presidente da Brasil Ecodiesel, o Sr. Jório Dauster, diretor do Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel, o Sr. Marcelo do Amaral Brito, diretor da Agropalma, a Sr^a Raimunda Oliveira Silva, assessora da Secretaria de Formação e Gestão da Contag. Havia sido convidado também e enviou desculpas por não poder participar desta audiência, em função de compromissos, de visitas de delegações estrangeiras ao Estado de Minas Gerais, o Sr. Artur Augusto Alves, diretor da Soyminas.

Com muito prazer, passo a palavra, em primeiro lugar, ao Embaixador Jório Dauster, diretor do Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel.

O SR. JÓRIO DAUSTER – Exm^o Sr. Senador Flávio Arns, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Exm^o Sr. Senador Augusto Botelho, que nos honra com sua presença; companheiros de Mesa, senhoras e senhores, bom dia! É uma grande satisfação estar de volta ao Senado; já estive aqui várias vezes, e agora na qualidade de presidente do Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel, acompanhado do presidente da empresa, na verdade, aquele que inspirou a criação da empresa e o grande tocador dela, que é o Dr. Nelson Silveira, talvez a pessoa que mais conheça de biodiesel de mamona no Brasil e quem sabe no mundo. Por razões de economia de tempo, vamos fazer a nossa apresentação em comum, mas ele sempre poderá, a qualquer momen-

to, interromper-me e abrilhantar uma exposição que temos em forma eletrônica.

É importante que esta Comissão tenha, como disse V. Ex^a, focalizado sua atenção na questão do biodiesel, porque tenho certeza absoluta de que em poucos anos o Brasil terá liderança mundial nesse setor, como já tem no do etanol; razões de solo, de geografia, de disponibilidade de mão-de-obra, temos tudo para ter essa liderança. E, no caso, a economia brasileira também tem tudo para ganhar na produção de uma fonte alternativa de energia, que hoje ainda é, em grande parte, importada. Gastamos centenas de milhões de dólares por ano para importar *diesel*, quando temos a capacidade de produzi-lo aqui mesmo, e a partir de fonte renovável, como seriam essas culturas do chamado *biodiesel*.

Portanto, por razões que ficarão mais claras no correr desta exposição, creio que é muito importante que esta Comissão realmente dirija a sua atenção para esse setor. E gostaria de, agradecendo o gentil convite que nos foi feito, dizer que estaremos à disposição dela, do Senado, do Congresso, para podermos continuar na tarefa de esclarecimento público do que considero, repito, uma iniciativa histórica do Governo brasileiro, com o apoio deste Congresso.

A razão principal, no caso da Brasil Ecodiesel*, é entendermos que esse projeto permite essa combinação, esse trinômio, que é muito raro. Primeiro, temos a visão empresarial, ou seja, não se trata de um processo de benemerência, a Brasil Ecodiesel pretende ter lucro, ganhar dinheiro com essa atividade. Ao mesmo tempo, trabalhamos em um processo que tem o respeito ambiental como um de seus princípios fundamentais, uma vez que estamos na linha do desenvolvimento sustentado. Ou seja, ao fazer, ao criarmos energia a partir de produtos renováveis, estamos fugindo a essa condenação que temos pelo uso dos combustíveis fósseis, que terão que acabar certo dia. E é obvio que, quando o barril de petróleo atinge mais de US\$60.00 no mercado internacional, torna-se urgente que essas fontes alternativas sejam bem exploradas. Além disso, como V. Ex^a também indicou, pelas características do programa que foi aprovado aqui, temos um índice de inclusão social, ao podermos fazer essa exploração a partir da mamona, como também da palma, que é absolutamente excepcional.

Assim, de forma muito rápida, mostrando um marco regulatório, temos a Lei nº 11.097, que tornou obrigatório o uso do *biodiesel* na matriz energética, com duas etapas: a primeira, de 2% de mistura, até 2008; e depois, chegando a 5%, a partir de 2013. Esse é um elemento fundamental, uma vez que criou um mercado que, de outra forma, ficaria dependendo de condições

muito pouco seguras, em termos de empreendimentos privados, como é o nosso. Os valores são extraordinários. Já na primeira etapa, que chamamos de P-2, ou seja, com essa mistura de 2%, teríamos um mercado de 800 milhões de litros por ano.

A segunda importante legislação foi a Lei nº 11.116, que criou esse registro especial de produtor e importador de *biodiesel*, portanto, regulando a categoria.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – *(Fora do microfone.)* ...dois bilhões, com 5%.

O SR. JÓRIO DAUSTER – Os dois bilhões já são referentes aos 5%. De oitocentos milhões, partindo para dois bilhões.

Cito ainda o Decreto nº 5.297, que é muito importante, porque estabeleceu os coeficientes de redução de alíquotas de contribuição PIS/Pasep e também da Cofins, o que, como poderemos ver adiante, dá um incentivo adicional para que se faça a produção do *biodiesel* a partir da mamona e da palma.

Finalmente, temos a Instrução Normativa nº 1, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que cria as regras para a emissão do selo de combustível social. Assim, temos a certeza de que o Governo vai poder garantir que a produção estará sendo feita, atendendo-se a essas exigências de inclusão social. E devo dizer que, com grande orgulho, esperamos que a Brasil Ecodiesel seja, se possível, a primeira empresa a receber esse selo.

Aqui, muito rapidamente, apenas para chamar a atenção dos senhores para a primeira coluna à esquerda. Ali se vê que ficou estabelecido que, se a produção de biodiesel se fizer com mamona ou palma, em regime de agricultura familiar, no Norte, no Nordeste e no semi-árido, haverá uma redução de 100% da incidência do PIS/Cofins e dos tributos federais em geral. Ou seja: atendidas aquelas condições, há essa isenção fiscal total. E há uma gradação, em que se vai caminhando para outros tipos de biodiesel que não teriam os mesmos incentivos. Portanto, creio ser esse o desenho aprovado por este Congresso e que leva à garantia de inclusão social nesse programa de produção de biodiesel.

Aqui, então, já no B2, que é essa primeira etapa de produção, de 2%, nós temos que será necessário produzir 800 milhões de litros de óleo vegetal por ano, quando, a rigor, não existia nenhuma produção até o momento. E a expectativa, como empresa, da Brasil Ecodiesel é a de obter cerca de 40% desse mercado, o que representaria cerca 300 milhões de litros de biodiesel – apenas pela Brasil Ecodiesel.

E fica a pergunta: mas como esperam vocês chegar a um número tão extraordinário? Para responder,

eu gostaria de mostrar que nós temos duas vertentes de produção. Uma delas, que está representada aqui à esquerda, é o estabelecimento de uma rede de integração da agricultura familiar, que vou explicar depois com mais detalhes. A outra é a instalação de núcleos de produção comunitária. Vou começar pelo segundo, porque ele tem uma visibilidade muito importante dentro do nosso modelo de produção.

Esses núcleos de produção comunitária são empreendimentos da Brasil Ecodiesel pelos quais nós vamos, realmente, assumir a organização efetiva da produção oriunda da agricultura familiar. Como? Gerenciando de forma centralizada a produção, dando garantias de segurança alimentar e, como os senhores poderão ver, propiciando garantias de inclusão social e cidadania, num projeto que, finalmente, levará à distribuição de terras.

E isso vai ficar claro agora, porque a empresa se responsabiliza por adquirir a terra, montar o projeto agrícola, prepará-la, fazer tudo o que é necessário para o plantio, inclusive a correção do solo, oferecendo aos nossos parceiros, que virão como meeiros para esses estabelecimentos, todos os equipamentos e insumos, bem como a implementação de administração do programa de assentamento e desse programa de produção, dando a cada um deles a garantia de compra da produção que eles se encarregarão de conduzir, com avais financeiros e com toda a coordenação técnica.

Em cada núcleo de produção nós teremos em média 10 mil hectares de área plantada, e isso é feito por meio da criação de um núcleo comunitário central e células com lotes de produção. Esse núcleo comunitário central nós veremos mais adiante, mas, em cada um desses projetos, nós temos como objetivo assentar mil famílias. Então, pode-se ver a importância social que consiste em trazer para esses núcleos mil famílias. E cada família recebe, ao chegar, uma casa com luz elétrica, água corrente e um sistema sanitário, através de poços; e, com isso, trazemos essas famílias, de forma obviamente gratuita, já para uma condição de vida que nenhuma delas tinha no passado, ou pouquíssimas teriam tido nos lugares onde nós fomos buscá-las. E isso durante o ano em que elas, portanto, cuidam daquele terreno que foi preparado pela própria empresa, com as sementes que lhes foram dadas pela própria empresa; e, além das sementes de mamona, nós damos também sementes de feijão para que elas possam ter uma renda adicional e também cuidarem da sua subsistência alimentar.

Então, o que se faz é garantir uma renda mínima por família. Cada família recebe, hoje, R\$150,00 por mês, que correspondem a um adiantamento daquilo que ela vai produzir no final da safra, mas com um

detalhe importante: se houver uma quebra geral da safra em toda a região, se ninguém – portanto, não por uma falta de cuidado daquela família – conseguir atingir os objetivos que estabelecemos em termos de cálculo da produtividade, então esse valor será esquecido e, portanto, a família não estará devendo à Brasil Ecodiesel coisa nenhuma. Portanto, isso é um elemento de renda mínima muito pouco conhecido na economia brasileira.

Agora, nesse momento do assentamento, essa família celebra um contrato de 120 meses – portanto, de dez anos – e nós damos já garantia de preço por dois anos; depois, esse preço vai ter que ser revisto à luz das condições de mercado. Portanto, ela tem garantia de preço, num contrato assinado, e 120 meses – dez anos – em que ela tem o uso da terra e o uso da casa, com todas essas vantagens que vamos dar adiante. E o que é mais importante: se ele cumprir a sua parte, esse nosso parceiro, e trabalhar como nós esperamos, no término do contrato, ou seja, dez anos depois, ele receberá o título de propriedade da terra. É, portanto, uma forma de reforma agrária e implantação definitiva, a partir de uma empresa privada, coisa que também, sei, não existe muito neste País – aliás, em todo o planeta.

Isto aqui é um exemplo já de um núcleo de produção. Este aqui é um modelo. Nós teremos, portanto, numa área, como já se disse, muito grande, vinte dessas células, que são estes elementos redondos.

Esta é uma fotografia aérea do núcleo que já temos no sul do Piauí. Mas este aqui mostra como será cada um desses núcleos. Há, portanto, uma área central redonda, em torno da qual estão 35 casas para cada núcleo. Serão vinte núcleos, setecentas a mil famílias, isso depende de núcleo por núcleo. Podem ver, então, que cada família tem aquela fatia de pizza ali, que vai seguindo e aumentando para poder completar o quadrado, e cada família cuida de uma área predeterminada, que será a sua área ao final de dez anos.

Nesses lotes de produção, cada família – os senhores já vêem ali, na fotografia, à direita, um núcleo já implantado; aliás, já estão vivendo lá 620 famílias, e chegaremos ao total rapidamente – tem dez hectares e cuidará dessa área: uma parte com a mamona e uma parte com o feijão, como já disse, para seu uso ou para venda, como uma renda adicional.

Esse plantio é escalonado, existe rotação de culturas. Temos de andar mais depressa por causa do tempo. Mas, repito: a terra é entregue limpa, arada, plantada com mamona, associada a feijão. E há o incentivo de outras culturas para complementar a alimentação dessas pessoas e também serem comercializadas no núcleo central.

Essas unidades de habitação, repito, têm saneamento básico, água encanada e energia. O Centro Comunitário está aparelhado. Cada um desses grupos de 35 casas – que a gente trata como núcleo – tem, ali no Centro, um galinheiro comum, para eles poderem ter os ovos e também vendê-los. A idéia é a de se criarem hortas comunitárias ali.

Mais ainda: há um pequeno centro, porque estamos estimulando a formação de assembléias, no espírito de cooperativas, o que é fundamental. Cada centro desse precisa designar, por escolha própria, um líder e um vice-líder, que são aqueles que, reunidos, nos ajudam a conduzir toda a vida dessa grande empreitada.

No caso, as fotografias são de Santa Clara, no Piauí. Essas são fotografias aéreas, pelas quais se pode ver o formato desses núcleos já implantados.

No Centro, existe o embrião de uma cidade. Os senhores podem ver que isso também existe lá; não é coisa de papel, isso não é desenho de arquiteto. O Presidente Lula esteve lá recentemente, com o Ministro Rossetto e com grande comitiva, e pôde ver que essa é a realidade. Existe uma escola com inclusão digital, com unidade de treinamento, com posto médico, com ambulância. Essa escola é servida por quatro ônibus, porque há de se buscarem 1,2 mil crianças numa área muito grande.

Esse Centro Comunitário tem cinema, teatro, televisão. Existe um hotel para os colaboradores, que são os técnicos agrícolas e os professores da escola. As pessoas trabalham no núcleo hospitalar. Há restaurante, centro comercial. Ou seja, aqui é o embrião de uma cidade. Os senhores podem ver que ali é uma ágora, onde se fazem apresentações de teatro, discussões comunitárias. E tudo isso – repito – já está em funcionamento.

Aqui, há algumas fotografias das casas que essas pessoas, felizmente, puderam abandonar quando se transferiram para o nosso Centro.

Podemos andar mais rápido, porque o tempo é curto.

Os senhores podem ver fotografias do Centro Comunitário. É tudo muito simples. São construções de alvenaria. São essas as condições do hotel em que nós, dirigentes, nos hospedamos quando para lá vamos.

Essas são fotografias que comprovam que já está lá tudo o que eu disse que existe.

Esta – repito – é uma vertente: a dos núcleos, em que já estamos com outras áreas preparadas. Esperamos que, no futuro, haja diversos desses núcleos, mas, de qualquer forma, eles sempre representarão uma parcela minoritária da produção total de mamona, pois

seria impossível tentar reproduzir esse modelo de forma a cobrir toda a produção que temos em mente.

Vamos ver agora a segunda vertente: a da rede de integração da agricultura familiar. Aqui, vamos buscar o agricultor e a sua família onde eles estão. Em geral, até o momento, são assentamentos antigos, em que, infelizmente, muitas vezes, essas pessoas ficaram abandonadas a uma agricultura de subsistência e não tiveram efetivamente a possibilidade de entrar na economia moderna, monetária. Elas não têm o *cash crop*, não têm a certeza de que, plantando, encontrarão comprador. Muitas vezes, ficam nas mãos de atravessadores, que, ao final, quando elas têm o produto, mas não têm como escoá-lo, oferecem qualquer valor, e, assim, essas pessoas são obrigadas a aceitá-lo.

Agora, vamos buscá-los. Há uma inscrição. As pessoas se inscrevem e fazem o contrato prévio, estabelecem já o preço pelo qual vamos comprar o seu produto. Aí eles recebem os equipamentos básicos, porque nem a enxada ou o enxadão muitas vezes essa gente tem. Isso é dado a eles. Eles recebem as sementes e outros insumos. Também recebem sementes de feijão, e a produção do feijão é para eles. Isso não tem nada a ver, não temos ingerência no que vai ser produzido para consumo ou até para venda a terceiros.

Repito: há esse contrato com a garantia de compra da produção e todo incentivo às atividades associativas e de cooperativismo. Esse contrato padrão é de dois anos. Cada família trata, em média, de três hectares de mamona, em consórcio com outras culturas. Se houver exportação do óleo de mamona, essas famílias participam: têm 2% do valor da exportação eventual.

A Brasil Ecodiesel tem por obrigação fornecer sementes – como disse – o equipamento para plantio e os tratamentos culturais, garantindo esse pagamento mínimo em razão da produtividade esperada e assistência técnica permanente para o acompanhamento de todo o ciclo. Para cada média de 150 famílias, há um técnico agrícola preparado por nós. Ele tem uma motocicleta, gira e cuida dessas famílias para garantir que a produtividade seja alcançada.

No entanto, o mais importante é que tudo isso tem sido feito com absoluta transparência e, ainda, com a parceria – que é, para nós, fundamental – das Fetags e da Contag, que são, realmente, elementos muito importantes da geração desse novo espírito de trabalho em comum. Esses movimentos sindicais, entidades civis e o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde o primeiro momento, são vistos por nós – repito – como parceiros desse grande empreendimento.

Há fotografias mostrando como organizamos, inclusive apresentando os famosos agentes agrícolas. São essas pessoas que têm o equipamento muito bom

para acompanhar as famílias. Há também fotografias de como vimos trabalhando. Talvez seja importante lembrar que já estamos em 10 Estados da Federação, tendo, hoje, como parceiros, 15 mil famílias, com a expectativa de chegar, já para a safra de 2005 e 2006, a 90 mil famílias.

Há também outras fotografias para mostrar, mas não há tempo. Distribuiremos esse material depois, demonstrando que cada Estado já dispõe de dois, quatro ou cinco núcleos de parceria da Brasil Ecodiesel. Pode-se verificar, ainda, durante o ano, como será o plantio, a preparação da terra e a colheita. Mas, em razão do tempo, vamos tentar chegar a um mapa que resumo.

Há o resumo das metas por Estado. Já existe – repito – a presença em 10 Estados, o número de Municípios atingidos é 547, a expectativa é de 90 mil famílias, tendo sido 180 mil hectares já cobertos da safra 2005-2006.

Agora, já passamos para o estágio seguinte, em que não somos apenas produtores agrícolas. Já estamos criando um sistema muito complexo de logística para recolher a produção das sementes, das bagas de mamona e precisamos levá-las para centros de esmagamento. Em seguida, o óleo de mamona será exportado ou levado para usinas de biodiesel, que, basicamente, é um sistema de mistura de óleo de mamona com álcool. É o que gera o biodiesel.

Então, o que já existe, no momento, é essa Unidade Floriano, inaugurada há duas semanas pelo Presidente Lula. Já há, portanto, a fotografia, que não está fazendo justiça ao que é. Em Floriano, Piauí, desse modo, já existe a primeira usina de biodiesel.

Há, inclusive, um carro que já participou de rali, tendo chegado em terceiro lugar – mas a culpa não foi do combustível, deve ter sido do piloto. Entretanto, mostra que já estamos, inclusive, podendo trabalhar com biodiesel na realidade.

Deixamos de mostrar a unidade de esmagamento, que é em Crateús, no Ceará. Para terminar, chamo a atenção dos Senhores para esses dados, que são, a meu juízo, extraordinários para caracterizar a dimensão social do que a Brasil Ecodiesel pensa fazer. Essa é uma unidade padrão de produção de 1.000 m³ de *biodiesel*. A Brasil Ecodiesel pretende fazer 300.000 toneladas m³ – o B2, a primeira etapa do processo –, que envolverá 420 mil famílias. Isso significa – esta é hipótese com que trabalhamos – três postos efetivos de trabalho por família, portanto, 1.200.000 famílias, obviamente do segmento mais carente da população brasileira. É evidente que não estão computados nesses postos de trabalho crianças, que, em nossos núcleos, terão educação de excelente qualidade – como já visto –, alimentação garantida e tudo o mais. Portanto,

em termos de dimensão econômica, estamos falando dessas mesmas 420 mil famílias, no primeiro momento do B2, o que significa que estaremos gerando renda, usando os valores atuais, de R\$700 milhões para essas regiões mais carentes do País.

Finalmente, de forma muito rápida, a fim de mostrar a complexidade da operação da Brasil Ecodiesel, temos ali, no topo esquerdo do quadro, a produção agrícola, representada por aqueles dois vertentes. O quadro não está permitindo uma visão muito boa e também não dará tempo de explorar os números, mas, termino destacando a produção do *biodiesel*, lá na ponta do quadro, e de glicerina, um subproduto. Também vamos usar para adubo a torta, ou seja, o que sobra do esmagamento.

Portanto, a produção fundamental é *biodiesel*, mas temos o óleo de mamona, a glicerina e a torta como subprodutos.

Peço desculpas por ter-me estendido, mas o foi pela dimensão extraordinária desse projeto, que, repito, tem um objetivo empresarial de buscar a lucratividade, mas, de forma única, tem também esses componentes ecológicos e de inclusão social que aqui mencionei.

Muito obrigado, Senador. Fico à sua disposição para qualquer esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a participação do presidente do Conselho de Administração da Brasil Ecodiesel, Sr. Jório Dauster, que fez apresentação em conjunto com o diretor-presidente da Brasil Ecodiesel, Dr. Nelson José Côrtes da Silveira.

Passo a palavra ao diretor da Agropalma, Sr. Marcelo do Amaral Brito.

O SR. MARCELO DO AMARAL BRITO – Bom-dia a todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer a todos, por intermédio do Senador Flávio Arns, o convite feito à Agropalma e de cumprimentar os Srs. Senadores presentes, as demais autoridades, as senhoras e os senhores.

Eu queria pedir desculpas, pois, embora eu tenha recebido o convite para participar do debate sobre o *biodiesel*, infelizmente, não pude trazer algumas imagens, alguns números bastante interessantes do projeto da Agropalma, que já é um pouco mais antigo, data de 23 anos do início dos nossos investimentos. Então, rapidamente, vou tentar explicar o que é a empresa, o que fazemos e em que estágio estamos no *biodiesel* hoje.

A Agropalma é uma empresa 100% brasileira, que produz o óleo de dendê, conhecido no Brasil como dendê, mas, no mundo, como palma, que é o segundo óleo produzido e consumido no mundo, representan-

do, hoje, 22% de todo o óleo vegetal produzido e consumido no planeta. É o óleo vegetal que mais cresce em produção e consumo no mundo. Nos últimos dez anos, esse crescimento atingiu 91,4%, portanto, trata-se do óleo vegetal que atingiu maior crescimento, seguido pela soja, com 67%; depois, a canola, com 24%; o girassol, com 21%; o algodão, com 11%, e daí por diante. Vejam a diferença do crescimento da demanda por esse óleo vegetal no mundo.

Chegamos à Amazônia em 1982, no início de um projeto em que se aproveitavam os programas de incentivo do Governo Federal para desenvolvimento da Amazônia.

Assim começou o plantio de dendê do Grupo Agropalma Hoje, nossa área total soma 82 mil hectares de terra, sendo 33 mil plantadas com palma, gerando quatro mil empregos diretos. São quatro indústrias de estação de óleo, uma refinaria, uma usina de biodiesel, uma indústria de margarina, um terminal portuário, faturamento em torno de R\$500 milhões no último ano e um processamento de óleo que, neste ano, atingirá 150 mil toneladas. Já com o que temos plantado, devem-se alcançar 200 mil toneladas em 2008.

Por que o grupo resolveu dar alguns passos fora daquilo que não era o nosso *métier*? O primeiro grande passo fora disso foi o Programa de Agricultura Familiar. É importante dizer por que se deu início a esse programa. Quando, em 1999, foi editada a Medida Provisória nº 2.166, que restringe a exploração econômica na Amazônia Brasileira a 20%, independentemente de a área ser de floresta ou não – trataram uma mesa e uma floresta como se fosse a mesma coisa –, infelizmente, inviabilizou-se qualquer investimento na Amazônia Legal. Falo sobre investimento legal e sério, aquele que pede licença ao Ibama e aos órgãos públicos. Desse modo, todo o processo ficou paralisado.

Desde o início da Década de 90, já havíamos participado de uma série de negociações com o Governo Federal bem como com Governos Estaduais e Municipais a fim de demonstrar a viabilidade e as vantagens da utilização do dendê em programas de agricultura familiar. Então, quando houve a edição dessa lei, não podíamos mais crescer e vínhamos crescendo em torno de quatro a cinco mil hectares por ano – diga-se de passagem, em áreas degradadas. Assim, paralisamos, tínhamos que encontrar uma forma de crescer e começamos a discutir como seria um bom modelo de agricultura familiar.

Na época, conseguimos unir o que, em nosso ponto de vista, é o mais interessante que poderia acontecer, que é a iniciativa privada e os Governos Municipal, Estadual e Federal. De que forma esse procedimento foi feito? O Governo do Pará compareceu com

as terras, o poder municipal – no caso, a Prefeitura do Município de Moju – foi responsável pela seleção das famílias, a contratação de agrônomos e o treinamento dessas famílias. O Banco da Amazônia responsabilizou-se pelo financiamento de um salário mínimo por família durante um período de quatro anos, porque se demoram quatro anos para começar a produzir, e esse pessoal precisava ter um mínimo de renda necessária. Há um detalhe: o Banco da Amazônia não está dando, mas financiando esse recurso.

No caso da Agropalma, entramos com toda a questão de infra-estrutura necessária e preparação das mudas – que levam 18 meses para serem preparadas –, a primeira adubação, a assistência técnica e a garantia de compra de toda a produção por 30 anos.

Depois, chegou-se ao momento da formação de preço, ou seja, como a faríamos para que, no futuro, ninguém chegasse a falar que a empresa estaria manipulando o preço para esses pequenos produtores. Então, ficou definido, em contrato, naturalmente baseado em outras experiências já ocorridas com bastante sucesso na Malásia e na Indonésia, que somos obrigados a pagar um mínimo de 10% do valor do óleo bruto no mercado europeu, lastreado na Bolsa de Rotterdam – ou seja, não temos como manipular a bolsa europeia – para a produção por tonelada de caixa produzida. Desse modo, 10% é o mínimo do valor do óleo bruto de palma no mercado europeu por tonelada de caixa. Hoje, estamos pagando cerca de 18% do valor do óleo para os produtores locais.

Foram assentadas, inicialmente, 50 famílias. No segundo ano, mais 50 e, no terceiro, outras 50. Assim, já existem essas 150 famílias assentadas e cada uma recebeu 11 hectares de terra – são 10 hectares de plantio e um para infra-estrutura.

Fornecerei os primeiros resultados dessa parceria. Ela inicialmente estava previsto para começar a produção somente em novembro deste ano. Mas, como o pessoal trabalhou bem, como todo o ciclo é feito com animais – ou seja, não há tratores rodando, evitando-se a compactação do solo – e como há uma ramificação melhor das raízes, essas plantas cresceram mais do que a gente esperava. Então, começaram a produzir já em dezembro último. Em janeiro, o pessoal já começou a produzir, com um ano de antecedência.

O resultado da produção dessas 150 famílias é o seguinte. Nesses dez hectares de que falei, cada família possui 1.780 árvores. Elas são congregadas em associações. Então, a associação é que recebe, e eles já receberam este ano R\$140,6 mil do grupo Agropalma. Desses R\$140 mil, retivemos 25% do valor que é repassado para o Banco da Amazônia, e isso será utilizado para quitar o financiamento, que é

de doze anos, com quatro anos de carência. São oito anos para pagar, com 4% de juros ao ano. Ou seja, essas famílias receberam R\$105,5 mil.

Como foi dividido isso? Eles não recebem igualmente. Isso é fruto do trabalho de cada família. Então, se a família trabalhar bem, receberá bem; se a família trabalhar mal, receberá mal. O resultado é o seguinte: a produção é precoce; é a menor produção que existe. Só se atinge a idade adulta com sete anos. A média de janeiro a julho deste ano foi de R\$360,00 líquidos por família. A família que obteve a melhor média de produção obteve um rendimento líquido de R\$899,00 por mês, de janeiro a julho deste ano. E aquele que não quis trabalhar direito, que deixou a produção largada, recebeu R\$120,00 por mês, ou seja, jogou a média dos R\$360,00 para baixo.

Mas a prova está aqui: se a família trabalhar direitinho dentro da cultura de palma, vai utilizar dois dias da semana para cuidar do plantio, tendo o resto da semana para plantar ou fazer o que quiser, e chegará a ganhar R\$900,00 por mês. Por isso, a nossa previsão, ao atingir a idade adulta de sete anos, é a de que cada família dessa, dentro de condições normais de trabalho, possa atingir até R\$2 mil líquidos por mês, numa região em que a renda média não ultrapassa R\$65,00 por mês, visto que é uma das regiões mais pobres do Brasil.

Esse é um exemplo que lá está implantado há três anos, está instalado, está produzindo. Já foi visitado por gente do Brasil e do exterior para verificar o resultado disso. É um fato, é uma realidade. Agora, estamos tentando ampliar esse programa, junto com o MDA, que o visitou. O MDA gostou do que viu e comprou a idéia, e, agora, estamos num programa de negociação bastante amplo, para vermos se conseguimos estender isso para mais famílias.

O segundo investimento da Agropalma fora do foco normal – o nosso foco é a indústria alimentícia, cosmética, siderúrgica e oleoquímica; é para isso que a gente produz – foi a parte de biodiesel. Por que chegamos ao biodiesel? Em primeiro lugar, a Agropalma é a única indústria de óleos e gorduras vegetais do Brasil, é a única produtora de óleo de palma do mundo certificada com ISO 9001 e 14001 e com OHSAS 18001 e é também o único membro do Roundtable on Sustainable Palm Oil na América Latina.

Esse é um compromisso sócio-ambiental muito pesado, muito dispendioso. Fazer ISO 9001 e 14001 e OHSAS 18001 numa indústria é uma coisa; fazer isso no meio de uma população do interior da Amazônia, em que parte é analfabeta e em que todos os livros foram transformados em história em quadinhos, para que todos pudessem entender as normas,

é outra coisa. O auditor internacional não quer saber se você é analfabeto ou não; ele quer saber se você cumpre as leis.

Assim, foi um negócio bastante dispendioso, que nos custou US\$1 milhão. Para se fazer isso, foram três anos de trabalho.

Dentro do nosso ciclo de sustentabilidade, vimos que o único resíduo a que a gente não dava destinação nobre era o resíduo do refino. Como são os outros refinamentos? Planta-se a palma, colhe-se o cacho, e se extrai o óleo. O que sobra da extração do óleo é uma fibra, que queima na caldeira e gera vapor, que toca as turbinas, que movimentam as usinas. Ou seja, todas as indústrias são auto-suficientes em energia elétrica. O vapor que sobra é utilizado no processo industrial. Todas as buchas, cascas e folhas são transferidas para o solo, ou seja, retornamos ao solo, em matéria seca por ano, 35 toneladas de biomassa. Para os senhores terem uma idéia, uma floresta natural totalmente preservada no interior da Amazônia gera de matéria seca 20 toneladas de biomassa por hectare/ano.

Depois, esse óleo é transferido para a nossa refinaria em Belém, utilizando-se o potencial hidroviário da Amazônia, ou seja, não transportamos nada por caminhão, tudo segue por meio de balsas. E lá processamos na refinaria que temos no porto de Belém.

Ao processar esse óleo vegetal, que vem para a indústria alimentícia nacional e internacional, sobra um resíduo. E esse resíduo é um problema, porque é malcheiroso, tem uma cor muito forte – e não se consegue tirar essa cor, a não ser por meio de extração química violenta. Então, restava-nos a opção de vender isso – e os colegas do Nordeste ou do Norte que estão aqui sabem o que estou dizendo – para a fabricação de sabão pintado, aquele famoso sabão que ainda se vende em barras de um ou dois quilos no Norte e no Nordeste do Brasil e que é de qualidade, digamos assim, um pouco duvidosa – a qualidade é uma característica muito subjetiva para discutirmos aqui. Enfim, era uma matéria-prima muito barata.

Na época, reunimos o grupo de desenvolvimento de nossos produtos e dissemos: olha, isso cai no mercado, e temos de descobrir alguma coisa para fazer com esse resíduo. Fizemos contato com diversas universidades do País, e onde o projeto mais andou foi numa parceria com a UFRJ, com a Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que nos apresentou um plano, um projeto para transformar esse resíduo em biodiesel, mas num negócio diferente: associado a um catalisador sólido, que pela primeira vez era utilizado no mundo, num processo de esterificação. Ou seja, era um negócio novo, patenteado pela primeira vez, o que implicava risco. Quem planta pal-

ma já assume um risco danado, porque é um negócio em que se levam sete anos para atingir a idade adulta de produção, em que o primeiro *payback* se dá com doze anos. É um casamento sem divórcio durante 30 anos. Então, não há risco nenhum que possa ser pior do que isso.

Assumimos, bancamos o projeto. Fizemos essa parceria com a UFRJ, e daí surgiu o nosso Palm diesel. No processo de esterificação, a tecnologia é 100% nacional. A Dedini fez parte disso e elaborou o desenvolvimento da engenharia. Diga-se de passagem, o projeto intelectual é da Agropalma, ou seja, a Dedini não pode vender essa unidade para lugar nenhum. O catalisador é uma patente que ficou com a Universidade Federal, mas o direito de utilização é da Agropalma. Pagamos 4% de *royalties* para a Universidade durante toda a vida útil da patente, ou seja, durante 20 anos. Esses *royalties* são divididos, ficando um terço para a Reitoria, um terço para a Escola de Química e um terço para os profissionais que participaram do desenvolvimento do projeto.

Finda essa explicação, devo dizer que nosso biodiesel está pronto, a planta foi inaugurada no dia 24 de abril último, e aí começaram os grandes problemas. Temos a plantação, o óleo e o biodiesel, mas não há comprador no Brasil. A verdade é esta: não há comprador. Há comprador para pequenos volumes.

Vou dizer para os senhores em que ponto está. Nenhuma das multinacionais de distribuidoras de petróleo no Brasil sequer demonstra interesse em começar a trabalhar nessa área. Os senhores não ouviram ainda a Texaco, a Esso ou a Shell fazerem qualquer menção à utilização de biodiesel. Das empresas nacionais, a Ale Petróleo está tocando para frente o processo deles, está comprando efetivamente o biodiesel, dentro da área de atuação, que é pequena. A Ipiranga está-se preparando, está fazendo seus investimentos. Na nossa área mesmo, que é a base norte, os investimentos estão sendo feitos, e, caso todas as licenças ambientais para a construção do terminal saiam a contento, dentro do prazo legal e normal, em dezembro a Ipiranga também deverá utilizar isso.

Quando chegamos ao caso da BR, verificamos que é um caso bastante interessante, por se tratar de empresa mista, composta por Governo e privados. Inclusive, tenho lá meu Fundo de Garantia como sócio deles também. É um negócio bastante interessante, porque eles têm muito interesse no biodiesel, desde que ele seja mais barato do que o *diesel* interior. Isso eu tenho por escrito deles. Vejam bem: o *diesel* interior é o pior *diesel* produzido no Brasil; tão ruim em termos de emissões de gases, de poluição, que somos obriga-

dos a criar o *diesel* metropolitano de melhor qualidade para as grandes regiões metropolitanas do Brasil.

A posição da BR é a seguinte: temos interesse em comprar, inclusive, a sua produção total de *bio-diesel*, desde que o preço seja mais barato do que o diesel interior. Não concordamos de forma nenhuma, porque o nosso produto é melhor do que o diesel metropolitano em todos os aspectos. Não vou falar nem dos aspectos sociais e ambientais. Estou falando de aspectos técnicos. E a proposição da Agropalma é a seguinte: não queremos vender nem mais barato, nem mais caro; vendemos o nosso *biodiesel* rigorosamente pelo mesmo preço do diesel metropolitano, que, na base de Belém, com impostos inclusos, prazo, logística, custa R\$1,47. Este é o preço que a Ale Combustíveis está nos pagando. Essa é a nossa posição.

Tenho perguntado muito nos seminários se estamos aqui desenvolvendo um programa nacional de *biodiesel* para sermos base de exportação. Porque lá fora está cheio de compradores. Amanhã receberemos um grupo estrangeiro que está chegando. Já negociamos toda a parte técnica; já foi tudo aprovado. Amanhã começaremos a discutir logística de transferência desse óleo, desse *biodiesel*, para esse país europeu.

Resta saber o seguinte: vamos dar uma guinada no processo de programa do biodiesel no Brasil para que o biodiesel produzido por nós, pela Brasil Eco-diesel, possa ter pelo menos sua grande participação utilizada no Brasil, ou seremos mais uma vez base de exportação para atender às condições ambientais de outros países. O que estamos vendo até o momento é isso.

Vejam bem, falar em subsídio no Brasil é um negócio complicado. Num país tão deficiente, tão carente de tantos produtos de primeira necessidade, pedir que um diesel seja subsidiado é o cúmulo do absurdo. Entretanto, é necessário que seja feito algum trabalho diferenciado, seja para energia elétrica, seja até mesmo para qualquer utilização diferenciada da veicular, para que se crie escala de produção. Sem escala de produção, ninguém vai conseguir produzir dentro do custo.

Quando a Agropalma começou a produzir óleo de palma, tinha um custo superior a US\$350 por tonelada. Hoje, produzimos o óleo bruto a menos de US\$200 por tonelada porque temos uma escala de produção muito grande. Ela está entre as trinta maiores escalas de produção do mundo. Então, com escala, se ganha. Entretanto, da forma como está sendo feito, meus amigos... Talvez possa até ser um pouco pesado, mas, na verdade – e falo isso com meu amigo Rodrigo, pois sempre nos encontramos nos seminários de biodiesel pelo Brasil afora –, ocorre que há muita

propaganda, muita falação, muitas pessoas sérias investindo em plantio, com financiamento do Banco do Brasil, e em indústria, com financiamento do BNDES, só que não há comprador até o momento. Ninguém vem ao mercado para dizer que compra. A posição que existe é a seguinte: no dia em que for obrigado, entra-se comprando. Essa é a posição do estágio atual do programa de biodiesel na visão – quero deixar bem claro – do grupo Agropalma. Estou aqui respondendo pelo grupo Agropalma.

Resumindo, o Brasil tem toda tecnologia necessária para produzir biodiesel de altíssima qualidade. Em junho, apresentamos para uma comissão alemã que estava no País dados comparativos da produção do palmdiesel, que é o nosso biodiesel, com o biodiesel europeu. Em todos os itens de qualidade, ganhamos deles. Todos, sem exceção. Na última reunião de Fortaleza, oferecemos fornecer gratuitamente o volume de amostras que eles quiserem para fazerem os testes na Alemanha.

O programa é bom, é sério, e o biodiesel é uma realidade lá fora. Precisamos transformá-lo em realidade aqui dentro. Chegamos naquele ponto em que é necessário que haja uma guinada muito forte não sei se da base do Ministério de Minas e Energia, do Ministério da Fazenda, do MDA, ou de que parte do Governo, mas que determine o rumo. Senão, daqui a uns dias, os nossos colegas da Brasil Ecodiesel estarão sentados ao meu lado e repetindo: meus amigos, estamos produzindo o nosso biodiesel, mas infelizmente não temos a quem vendê-lo. O exemplo que estou dando da Agropalma é que estamos produzindo ao custo do diesel e não temos a quem vender.

Estamos aberto a qualquer pergunta. Eu trouxe aqui, caso os senhores queiram, uma avaliação dos principais óleos vegetais para biodiesel no mundo, seu comportamento nos últimos dez anos, o crescimento dele, alguns dados sobre agricultura familiar.

Quero deixar só um recadinho sobre a questão dos 80/20 e deixar mais uma vez bem claro, em nome do produtores de óleo de palma do Estado do Pará, que ninguém aqui é irresponsável a ponto de sugerir mudanças numa lei para que se coloque abaixo uma floresta. Isso é inconcebível empresarialmente, porque ninguém vende um produto que é fruto de ações não fundamentadas no Direito Ambiental mundial hoje. Não me refiro apenas ao Direito Ambiental brasileiro, mas ao Direito Ambiental mundial. O pessoal lá fora não quer saber qual a lei do Brasil, quer saber qual o direito perceptivo ambiental.

Quando se estende essa lei para uma área degradada... Do lado da nossa fazenda, temos 25 mil hectares de um produtor lá, onde deve haver uma

meia-dúzia de cabeças de vaca, que não produz nada, não gera imposto, porque a área não é legalizada, não dá emprego. Mas não se pode fazer nada, porque, se comprarmos essa área ou se qualquer outra pessoa o fizer, vamos plantar 20%, teremos que reflorestar 80% por nossa conta e risco, um reflorestamento não comercial, pagando imposto sobre o total da área e sendo o responsável legal por ela. Se alguém chegar, invadir e derrubar essa floresta, somos processados legalmente por isso. Digam-me, em sã consciência, se há alguém no mundo que faz um negócio desse; se há alguém que chega numa cidade, compra um apartamento de cinco quartos, tranca quatro, utiliza só um e fica pagando imposto, condomínio, por toda a vida, sem utilizar o resto do imóvel e sem que ninguém possa fazê-lo.

Isso é o início do processo de africanização da Amazônia brasileira, em que os investimentos sérios não avançam e os investimentos ilegais avançam a torto e a direito. Fico impressionado como somos fiscalizados, diretamente fiscalizados. Ainda bem, porque existe o atestado nosso de legalidade. Vemos próximas a nós plantações de cinco mil hectares, de seis mil hectares, sem uma única licença. Quer dizer, foto de satélite só vale para a Agropalma, para a Brasil Ecodiesel, para a Vale do Rio Doce e para algumas poucas empresas?

Trata-se de uma questão de vontade política de se fazerem as coisas. Ou queremos deixar a Amazônia africanizada, pobre, miserável, até que alguém venha e a tome ou adotamos uma postura séria e discutimos essa medida provisória que está, desde 1989, parada no Congresso. Ninguém ainda assumiu a posição ou o desgaste político de discutir sobre isso.

Precisamos discutir. Pode ser que, no final, se decida que vamos deixar a Amazônia 100% intacta, que nem 20% vai ser utilizado, mas o assunto precisa ser discutido. Não pode simplesmente ficar parado, deixando que 20,25 milhões de habitantes que vivem na região fiquem à mercê do nada.

Senadora, seja bem-vinda. Essa conhece tudo o que já falei.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – É verdade. Peço desculpas por chegar agora.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Mas precisa também combater os 20%. Ela não combate.

O SR. MARCELO AMARAL BRITO – Já até conversamos com ela sobre isso.

Senador, muito obrigado. Estou à disposição para qualquer dúvida, qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a participação ao Dr. Marcelo Amaral Brito, diretor da Agropalma, que, a exemplo do Dr. Jório

e do Dr. Nelson, fez exposição muito interessante e pertinente.

Concedo a palavra à Sr^a Raimunda Oliveira Silva, assessora da Secretaria de Formação e Gestão da Contag.

A SRA. RAIMUNDA OLIVEIRA SILVA – Bom dia a todos e a todas. Quero parabenizar a Casa por esta iniciativa. Esta discussão é pertinente, principalmente porque traz duas grandes empresas – três, aliás, porque uma faltou, a Soyminas – para, junto com uma representação dos trabalhadores, discutir de fato os principais limites e desafios que esse programa já pautava na nossa agenda.

Em que pese o curto tempo de formulação e de implementação desse programa, já acumulamos uma série de discussões tanto do ponto de vista do que esse programa apresenta como limite, quanto do ponto de vista da importância que tem esse programa para a sociedade e sobretudo para a inclusão social, trazendo para o centro a agricultura familiar, que é o forte da nossa discussão aqui.

Não vou falar da importância do programa em si, porque todo mundo sabe, a sociedade brasileira sabe que esse é um programa que, de fato, traz fortes componentes de inclusão social. Então, quero destacar dois fatores que nos animaram e nos fizeram perceber que a entrada da agricultura familiar nesse programa trouxe para nós um desafio muito grande. Um deles, foi o componente do selo social; o outro, a criação do crédito diferenciado, via Pronaf, para a produção do *biodiesel*.

O componente do selo social traz para nós um forte desafio, que é perceber que controle social os movimentos precisam fazer dentro desse programa; saber qual, de fato, será o nosso olhar para monitorar o processo de recebimento das empresas, desses benefícios que estão pautados a partir do selo social. O outro é perceber que o fato de o Governo ter instituído uma linha específica de crédito para financiar a produção da agricultura familiar dentro do programa nos permite ter uma certa autonomia, sob o ponto de vista da produção, que nos traz o elemento de liberdade, no sentido de definirmos melhor os critérios de entrada da agricultura familiar no programa.

Neste ponto, eu queria abordar algumas questões mais centrais. Tivemos, na Contag, um processo amplo de conversação, principalmente com a empresa Brasil Ecodiesel, com o acompanhamento do Nelson, que está aqui na Mesa. Não tivemos ainda nenhuma discussão mais forte com as outras empresas, como a Agropalma, a Soyminas, a Biobrás, enfim, com o universo de empresas que estão se propondo a, a partir

dos componentes do selo social, dar prioridade a essa compra da produção da agricultura familiar.

Nesse processo de formulação de estratégia, vislumbramos dois tipos de atuação política, sob o ponto de vista do controle social. Um deles é olhar para os núcleos produtivos, como a empresa já apresentou no seu desenho. Acredito que a Agropalma, se tivesse trazido também a sua apresentação de forma visual, estaria trazendo também essa diferença. E um outro olhar de controle social, que é para os contratos de firmação de compra da produção da agricultura familiar.

Esses dois olhares de controle social nos permitiram formular duas estratégias diferenciadas, uma delas, em um forte componente de discussão com o MDA. Creio que o MDA pautou na nossa agenda um desafio muito forte, que é, de fato, trazer a agricultura familiar para o centro do programa e atribuir às organizações representativas dos trabalhadores esse controle social forte. Digo forte, sob o ponto de vista efetivo e qualificado, porque, nesse programa, para fazermos, de fato, um controle social efetivo e qualificado, precisamos ter uma forte estratégia de qualificação do nosso povo, dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais dentro do programa. Então, não é uma ação fácil, porque esse é um espaço extremamente tecnicista, que requer muita qualidade de conhecimento sobre o que se discute, sobre o que se debate.

Isso pautou na nossa agenda um processo intenso de conversas na Contag, articulando-se com as Federações; a Contag pautando a agenda no MDA, e o MDA pautando a agenda na Contag; a Brasil Ecodiesel trazendo desafios para conversarmos mais fortemente sobre sua atuação no Nordeste; da mesma forma as Federações. Então, tivemos, ao longo de aproximadamente um ano e meio, muitas conversas com relação a esse programa. E temos consciência de que esse programa, de fato, é prioridade na ação sindical, coordenado pela Contag.

Acreditamos que, se conseguirmos, de fato, fazer um controle social forte, vamos garantir uma inclusão social, mas não só uma inclusão social com doações de algumas benesses para as pessoas, mas com a implementação de uma qualidade de vida sustentável e equilibrada no espaço de trabalho dos agricultores.

Eu gostaria de pontuar, assim como as empresas já o fizeram, de acordo com o nosso olhar, alguns limites no programa. Não é que o programa limite, mas ele não traz fortes proposições que estimulem a agricultura familiar a avançar na cadeia. Temos uma angústia... E, aí, a pergunta que o colega aqui da Agropalma fazia nós a formularemos da seguinte forma: nós vamos realmente entrar em um programa para sermos eternamente meros fornecedores de matéria-prima?

Precisamos, de fato, avançar na cadeia? Como vamos avançar? Quais são, de fato, os instrumentos formulados, enquanto política pública, que permitirão essa transformação dos agricultores familiares em sujeitos que vão protagonizar a sua produção, que vão de fato melhorar a sua qualidade de vida, que vão de fato promover uma inclusão social forte e equilibrada?

Um outro aspecto é a falta de critérios claros com relação à disciplina de produção da oleaginosa dentro da unidade familiar. Por quê? Porque, como está, corremos um sério risco de quebrar um dos princípios fundamentais da agricultura familiar: a diversidade das culturas na sua unidade. Então, se não tivermos propostas que disciplinem isso, vamos correr um sério risco de evoluirmos para uma monocultura num curto espaço de tempo. Este é um olhar preocupante que temos tido nas nossas discussões.

Um outro aspecto limitador nesse início de programa foi o mapeamento das oleaginosas a partir das regiões. Nós não conseguimos fazer uma ampla discussão na região Norte, com as federações daquela região, por uma certa rejeição que têm com relação à produção do dendê. O movimento tem uma avaliação de que é inviável a agricultura familiar entrar no programa via produção do dendê. Alguns Estados da região Norte eles avaliam como de forte potencial inclusive para a produção da mamona. Então, não conseguimos definir uma estratégia que pudesse dialogar com esse mapeamento inicial do programa com relação à definição das oleaginosas. Estamos, inclusive, desencadeando um processo de proposição ao MDA no sentido de flexibilizar esses elementos produtivos. Claro que nós sabemos que há um fator limitador: o zoneamento. Ninguém está negando isso, mas não podemos pegar um programa dessa natureza e nos limitarmos a um zoneamento que não atende de fato à necessidade produtiva do programa. Então, esse é mais um elemento que nós avaliamos como limitador nesse processo inicial.

Agora, eu queria trazer alguns problemas e desafios que identificamos e que precisamos ter em um espaço de reflexão para tentar de fato superá-los ou, em outros casos, conviver com eles. Por exemplo: todos sabem que o processo de adesão das empresas pela inclusão social tem que ver com os benefícios recorrentes colocados dentro do programa. Ninguém é inocente para achar que a empresa vai agora desencadear um processo de inclusão social que venha a comprometer a sua lucratividade. Esse é um fato. A própria apresentação dos senhores aqui nesta mesa deixou isso claro. Então, como vamos monitorar esse processo de controle social de modo a que essa entrada permita o mínimo de elevação da qualidade de

vida das pessoas que estão envolvidas no programa, tanto olhando para as células que as empresas... E aí me refiro mais especificamente à apresentação da Brasil Ecodiesel, que nós, da Contag, conhecemos mais de perto. Fomos lá, fizemos visitas **in loco**, tivemos conversas, e já interagimos em várias oportunidades com a empresa, fazendo a crítica, no sentido de estarmos construindo juntos a melhor forma de elevar esses critérios de inclusão social com que a empresa trabalha. Mas percebemos o seguinte: esse é um fato sobre o qual nós temos consciência de que precisamos conversar muito, e sempre; mas há outras coisas que têm a ver com o programa em si e com a própria estratégia da política deste Governo, por exemplo, a não garantia de compra. Assim como as empresas têm colocado essa história de não ter de fato compra para o *biodiesel*, nós também fazemos essa mesma reflexão, atribuindo a história da matéria-prima neste momento, agora.

Vejam bem, esse é um fator que faz com que a Contag fique o tempo todo refletindo sobre uma entrada mais ampla nesse processo, que é: ao fazer o processo de mobilização, identificação da demanda e qualificação da demanda para a produção, nós precisamos ter junto com isso uma garantia da compra da produção. Sem isso, nós corremos um sério risco, que é investir num campo e, depois, os trabalhadores ficam de braços cruzados, lamentando o investimento perdido. E, aí, nós, da Contag, do movimento sindical, vamos fazer o quê? Então, necessariamente, nós precisamos vincular o processo de adesão ao programa à garantia de compra. E, se não houver uma articulação forte com as empresas para comprarem a produção de fato, nós corremos o sério risco de não termos essa produção comercializada efetivamente.

Então, esse é um desafio-problema para o qual o programa, o Governo precisa olhar fortemente. E aí temos várias experiências frustradas com relação a isso, de processo de adesão de produção que não tem a garantia da compra, a exemplo do processo lá do Piauí, que nós também conhecemos, e outros, porque a produção da mamona, particularmente, assim como a do dendê, não é uma coisa nova; e as quebras de contrato também não são uma coisa nova no Brasil. Enfim, há uma série de questões.

O outro é o zoneamento agrícola, que precisa ser olhado muito fortemente pelo Governo. Nós, inclusive, incluímos na pauta do Grito da Terra do ano passado essa discussão. Não conseguimos efetivar um processo de revisão desse zoneamento.

E o outro, que é o próprio controle social na parte que nos compete, com esses dois olhares que já coloquei para os senhores.

E há mais um, que é: nós precisamos de fato enxergar nesse programa um forte componente ambiental, que precisa estar colocado dentro do processo do selo social. Esse forte componente ambiental precisa estar presente na nossa relação com o Governo, na nossa relação com as empresas e, principalmente, na nossa relação com os agricultores e as agricultoras familiares. Por que isso? Porque isso nos fez ter uma pauta de agenda forte nessa discussão, depois da visita que fizemos ao núcleo de produção da Brasil Ecodiesel. Nós percebemos, naquela oportunidade, dois grandes fatores limitantes – não limitantes, mas desafiadores – para a nossa ação, olhando para essa estratégia específica do núcleo. Por quê? Primeiro, nós identificamos que é uma debilidade do nosso movimento que o controle social lá dentro seja muito frágil, do ponto de vista da organização dos trabalhadores. Em que pese todo o processo evolutivo de melhoria da qualidade de vida, o componente na célula de organização dos trabalhadores ainda se apresentava, naquela oportunidade, como elemento muito frágil.

Um outro era a assistência técnica e a extensão rural. Conversamos, muito tranquilamente, com a empresa sobre isso. Tivemos a identificação de que uma das áreas visitadas nas células – não me lembro de qual era, mas era uma célula que tinha uma produção muito interessante, inclusive consorciada com feijão – teve um erro na orientação técnica, na assistência técnica. Ficamos nos perguntando: quem vai pagar por esse erro que vem da assistência técnica? Em consequência disso, há uma queda de produção. Lá especificamente, houve uma queda fortíssima na produção de feijão. Não se comprometeu a produção da mamona, mas se comprometeu a produção de feijão. E aí quem paga por esse serviço?

Há um processo frágil de organização dos trabalhadores lá. Então, a capacidade de os trabalhadores dialogarem com a empresa e com ela negociarem – um processo permanente de diálogo precisa ser estabelecido, e nós, do Movimento, temos consciência disso – é que permitirá essa flexibilização de alguns termos de contrato, para que, de fato, seja garantido que nem a empresa nem os trabalhadores tenham problema. Esse controle social forte precisa, de fato, acontecer.

Agora, eu gostaria – não sei como está o meu tempo; se não me disserem, vou ficar à vontade – de falar mais especificamente das nossas duas grandes estratégias. Uma delas, que é negociada diretamente com o MDA, estamos chamando de Projeto Nacional de Inclusão da Agricultura Familiar no PNBio, que é o Programa Nacional de Biodiesel. Esse projeto tem três grandes linhas de atuação. A primeira delas é o desencadeamento de um forte processo de sensibilização

e mobilização social para o programa. E acreditamos que, nesse processo, alguns desses desafios-problemas precisamos superar, num diálogo direto com o MDA, principalmente. A outra diz respeito à realização de estudos sobre as oleaginosas. Esses estudos terão dois focos: um deles é a produção das oleaginosas observando o zoneamento e a capacidade produtiva; o outro é relativo ao processo de organização dos trabalhadores.

Para que serve esse estudo? Para identificarmos e mapearmos algumas áreas estratégicas para a entrada, de fato, da agricultura familiar no programa. É o que estamos chamando de entrada independente da agricultura familiar no programa. Por isso, estou dizendo que alguns desafios precisam ser superados, principalmente aquele que tange à garantia da compra da produção. Sem isso, sem a garantia da compra, não adianta endividarmos os agricultores familiares, via linha do Pronaf, para que eles possam produzir.

Outro decorre desse primeiro: a elaboração de um grande projeto para avançarmos na cadeia produtiva. Aí fugimos da reflexão que apresentei inicialmente, a da agricultura familiar como mera fornecedora de matéria-prima.

Como movimento, como atores políticos, definimos que agiríamos nesses dois campos, avançando na cadeia produtiva e garantindo uma produção vinculada à contratação e uma ligação direta com a empresa, para se garantir, de fato, a compra.

Uma estratégia mais localizada no Nordeste, via empresa Brasil Ecodiesel, é a articulação de parcerias pontuais com as federações do Nordeste. Essas parcerias pressupõem, mais precisamente, dois tipos de atividade: um deles é um componente da garantia do selo social da empresa, que é o assessoramento técnico; o outro é a própria mobilização e qualificação da demanda levada da produção para a empresa. Por que isso ocorre? Acreditamos que o processo de discussão de um assessoramento técnico que de fato consiga responder aos componentes do controle social e aos componentes ambientais, de que falei anteriormente, precisa ter o monitoramento das entidades representativas dos trabalhadores. E um forte componente nesse monitoramento também são os contratos. Por que digo que são os contratos? Tivemos uma experiência muito interessante no Nordeste, que foi a discussão dos contratos. Conseguimos renegociar preços que já estavam, inclusive, discutidos com a empresa. Conseguimos elevar o preço desses contratos. Esses são componentes fortes que nos mobilizaram e nos motivaram a entrar numa relação mais estreita com a empresa Brasil Ecodiesel no Nordeste. Isso se deu principalmente em função dos contratos.

Foi interessante a experiência, ou melhor, está sendo interessante a experiência, mas temos a avaliação de que não nos devemos limitar a ela. Precisamos trabalhar com essas duas dimensões.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço à Sr^a Raimunda Oliveira Silva, representante da Contag, a participação.

Abro, agora, a palavra às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores. Começo com os autores do requerimento: o Senador Sibá Machado e a Senadora Ana Júlia Carepa.

Tem a palavra o Senador Sibá Machado. Peço a gentileza de nos atermos aos cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, peço desculpas. Realmente, a Casa está numa onda de trabalho, e participo, ao mesmo tempo, de várias coisas. Hoje, eu tinha de dar atenção também a outras Comissões.

Agradeço a presença dos senhores. Agradeço à Sr^a Raimunda Oliveira, da Contag; ao Sr. Nelson José Cortes da Silva e ao Sr. Jório Dauster, ambos da Brasil Ecodiesel; e ao Sr. Marcello do Amaral, Diretor da Agropalma.

Quero dizer que o Senado está muito atrasado nesse assunto. Desculpem-me a forma de dizer, mas vejo aqui apenas um Senador com isso materializado no seu pensamento, que é o Senador Alberto Silva, do Estado do Piauí. Inclusive, S. Ex^a tem levantado uma série de sugestões sobre o tema. O termo Biobrás foi por S. Ex^a utilizado – não sei se o termo foi criado por S. Ex^a – para se referir a uma espécie de Petrobras voltada para o biocombustível no Brasil.

Penso que o Brasil inteiro ainda acredita que esse assunto é complexo e que há grande dificuldade de se provar que esse combustível é viável. Na parte técnica, não há mais dúvida alguma quanto a isso. Quando estudamos História, vemos que o próprio inventor do motor já usou óleo de amendoim lá pelos idos do séc. XIX.

O que estamos aqui analisando neste momento são esses gargalos. Não ouvi as apresentações, mas tive a oportunidade de visitar, *in loco*, a Brasil Ecodiesel, no Estado do Piauí, nas imediações de Floriano, onde estava sendo feita a usina – a qual já está inaugurada –, e na área das plantações, no Município de Gilbués, se não me engano. É o Município de Canto do Buriti.

Estamos aqui analisando dois fatores relevantes. Por isso, é importante a vinda aqui da Contag. Um desses fatores diz respeito ao gargalo para onde iremos mandar esse produto. Estou compreendendo

que, neste momento, por mais que na frente esse empreendimento tenha de ser eminentemente privado, ele tem de passar pela custódia do Poder Público, sob pena de não se alavancar.

Sei que, quando falamos de combustíveis, estamos tratando da geoestratégia do planeta: as guerras que se propõem, os domínios, as rasteiras que se fazem na história. Tantas verdades e mentiras são ditas por governos inteiros, por empresas inteiras, no sentido de dominar o principal elemento que move as máquinas do sistema, que é o petróleo.

Nesse caso, o Brasil inova, com o uso da cana-de-açúcar e com uso agora desse produto, embora a técnica não seja de hoje, seja bem mais antiga. Mas só agora um país da magnitude do Brasil se determina a materializar isso.

Tenho tentado participar disso. Estive na Alemanha e vi como é toda a cadeia: desde a plantação da colza, a oleaginosa que eles cultivam, até o posto de gasolina. Quando fui abastecer, pedi ao frentista que não colocasse o *diesel* e sim o biodiesel, pois eu queria fotografá-lo. Ou seja, quem mistura lá é o consumidor.

Então, o nosso gargalo: primeiro, o Governo começou levantando a “bola”, estimulando muitas pessoas – Ótimo! Perfeito! – e trouxe para dentro da cadeia produtiva o debate da participação dos pequenos – 2 x 0 –, mas agora estou com medo de um empate, porque nós não estamos analisando, Sr. Presidente, a venda. A venda tem sido paralisada. A Câmara dos Deputados avançou muito na discussão desse assunto; o Senado discute muito pouco. Com exceção do Senador Alberto Silva, nós não conversamos mais tranquilamente sobre isso.

Portanto, queria dizer, em primeiro lugar, que esta Comissão tem a responsabilidade de tentar materializar esse primeiro assunto. O outro assunto quem traz é a Contag(*): a participação dos pequenos dentro da cadeia. E aqui há teses com as quais estou comprometido. A primeira é que nosso País tem que caminhar no sentido de que Ciência, Política e Economia se misturem entre si. Eu vi um pouco disso na Alemanha. A Ciência pesquisa para obter resultados; a Política, aprimora as invenções; e a Economia as aplica, obtendo sucesso. E todos ganham juntos. É preciso avançar nessa área. A outra, é a participação do pequeno no elo de ligação das cadeias produtivas, é o retorno. As grandes empresas ensaiaram, na década de 80, a chamada participação nos lucros. Muitas avançaram nisto: faz-se o balanço, constata-se o lucro e distribui uma parte.

No caso de produção no campo, principalmente no Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste, somos

meros exportadores de matéria-prima, o que é muito ruim para o futuro do País, muito ruim. Estamos hoje submetidos a um tipo de mercado complicado. Atualmente, ganhamos algumas coisinhas na OMC: briga pela cana com a União Européia, pelo algodão com os Estados Unidos, etc. Mas quanto dura isso? Na cadeia produtiva – todos nós que estudamos um pouquinho de Economia sabemos –, a agregação de valor não está na produção primária, e ela é complicada. Então, temos uma cadeia fechada: o biodiesel vem fechando a cadeia com alta tecnologia, e levando para o campo.

E aqui eu trago minha segunda preocupação: como é que o pequeno participa da cadeia produtiva? Nos negócios. Eu queria citar um exemplo sobre o qual sempre tenho debatido: a cana. O cultivo da cana começou com a agricultura familiar e faliu. Mas há alguns oásis – e visitei alguns – e é impressionante a participação.

Então, é preciso haver mistura. As empresas que entraram, como é o caso da Brasil Ecodiesel, que entrou desafiando fazer a reforma agrária... Eu fui lá ver. E peço todas as desculpas, principalmente ao Governo do Estado, mas a escola são eles que estão pagando, o ônibus para levar o aluno para a escola são eles que estão pagando, o posto de saúde que atende às crianças são eles que estão pagando, inclusive o tratamento dentário que vi ali me impressionou. Parabéns pelo trabalho de vocês! Ou seja, é preciso pôr tudo no custo de produção. Se a empresa tira parte do seu capital para investir nisso, e o Estado não entra com sua parte, é um custo a mais. Como é que ficam essas coisas? Dentro do elo da produção, há um contrato – eu vi o termo do contrato. Contrato em parte: paga-se o preço básico do produto, e quanto maior o grau de qualidade do produto, maior a participação. Em relação aos subprodutos dali extraídos, há também uma pequena participação. E os contratos, claro, por dez anos. Depois de dez anos, só Deus sabe o que poderá acontecer.

No caso da Agropalma(*), aceitamos o convite do Senador Flexa Ribeiro para conhecer, sexta-feira, um empreendimento. Porque estou sonhando com isso na Amazônia. Portanto, queria colocar uma proposta que considero plenamente viável. Primeiro, a venda imediata de biodiesel para todas as térmicas que estão consumindo óleo *diesel* atualmente. Pode-se começar por ali; depois, criar uma cadeia de segurança imediata – porque a produção da sua empresa está calculada para 300 milhões de litros, se não me engano. Em relação à outra empresa, não sei, não tive essa informação. E soma a essa quantidade. O Nordeste está sendo abastecido por gás ou pelas linhas de transmissão das hidrelétricas, mas, na Amazônia,

há áreas em que jamais chegará um fio – e é bom que não chegue!

Sr. Presidente, desculpe minha demora, mas este debate chama a atenção de todos nós. É preciso fazer com que a Eletronorte compre toda a produção que houver nos próximos momentos, estando garantidas, até o ano de 2010, por exemplo, 100% de compra de tudo o que se produziu. Lá, são R\$2 bilhões investidos anualmente na CC-6 em razão do consumo de óleo diesel. Se tomarmos essa medida, já se está resolvendo, pelo menos, o problema ambiental e essa grande preocupação da Contag*.

Como segundo passo, é preciso que haja um entendimento melhor até onde há essa capacidade de criar, em algumas comunidades, esse elo de cadeia, porque, quando trazemos um discurso complexo, eles não avançam e nós ainda teremos mais dificuldades. Então, onde for possível a Contag dizer como será em determinada área, vamos fazer desse modo, como no caso da cana-de-açúcar – visitei alguns lugares. Essas empresas são pioneiras e guerreiras, tendo-se comprometido com o chamamento nacional do atual Governo. Nesse caso, não posso assistir a que essa situação se torne um problema deles apenas.

Obrigado e desculpe-me pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço, Senador Sibá Machado, um dos autores do requerimento.

Ouviremos os Senadores que pretendem fazer as perguntas ou os comentários e, depois, concederei a palavra aos componentes da Mesa para a manifestação em relação ao que tiver sido dito.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Flávio Arns e demais Senadores.

Cumprimento os nossos convidados e também peço desculpas. Quando tivemos a idéia de fazer essa audiência pública – o Senador Sibá Machado e eu, inclusive, num primeiro momento, assinamos juntos esse requerimento –, não existia ainda essa situação que agora há no Congresso Nacional, esse turbilhão que, aliás, é inédito, porque tantas CPIs funcionando ao mesmo tempo realmente não acontecia. No Governo passado, nenhuma funcionou – quanto mais várias. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso foi competente nesse aspecto e não permitiu que absolutamente nada de corrupção em seu Governo fosse investigado. Por isso, a sociedade não ficou sabendo de nada. Não se pôde aprofundar a investigação.

Mas nós somos poucos Senadores e precisamos dividir-nos em diversas CPIs. Estava havendo votações nominais das quais estávamos participando. Então, é

justificável a nossa não-presença no início e nós corremos para cá assim que pudemos.

Cheguei a escutar o final do pronunciamento. Marcelo, permita-me dirigir a você dessa forma até porque o conheço, assim como conheço o projeto da Agropalma. Já o visitei por mais de uma vez, junto com Parlamentares do Estado do Pará. Foi até uma visita mais produtiva. Passamos o dia inteiro e conhecemos todo o processo. Fui também juntamente com o Presidente Lula. Não conheço os outros projetos, mas conheço a questão do biodiesel e ouvi também a fala da representação da Contag, Sr^a Raimunda Oliveira, tendo anotado até os problemas explicitados.

Há, sim, preocupações. Creio que há um programa virtuoso e não podemos, pelos problemas que ele tem, abandoná-lo de plano até porque todo programa virtuoso que se inicia sofre impacto, reação e rejeição. Esse é um processo que acontece em nosso País.

Há preocupações em relação à monocultura que são reais e corretas, principalmente na Amazônia. Isso é verdadeiro. Vivemos numa região em que a Amazônia é a maior biodiversidade que existe no Planeta, razão pela qual é natural que haja uma preocupação de simplesmente acabar com aquela biodiversidade para instalar uma monocultura. Essa prática não funcionou. Muitos projetos financiados pela Sudam foram a pique, porque, realmente, o modelo proposto não era adequado ao próprio desenvolvimento da região.

É diferente da Agropalma, que já está numa área onde não existe mais, em quantidade grande, a floresta da forma como ela é nativa. Ela está numa área onde a floresta foi alterada. Mesmo assim, é uma questão a se preocupar de como fazer isso com a agricultura familiar, porque como, principalmente no caso do dendê, exige grandes áreas até pela questão econômica, como fazer isto combinado com agricultura familiar, porque hoje na Agropalma o agricultor não mora dentro do lote. O lote foi financiado pelo Banco da Amazônia e ele mora próximo de lá, o que não impede que isso possa ser um processo virtuoso e aperfeiçoado. Então, o que eu proponho? Esta Comissão é nova, Senador Flávio Arns, inclusive quero parabenizar, tem encaminhado diversas audiências que têm como proposta final encaminhamento no sentido de resolver as questões que aqui são colocadas.

Então, a Comissão de Agricultura do Senado nasce, no meu entendimento, bem melhor do que a Comissão de Agricultura da Câmara, que é muito mais polêmica. Aqui nós queremos contribuir para que esses processos dêem certos.

Então, acho que deveríamos elencar os problemas...conversava com o Marcelo e dizia que o problema de normatização em relação à garantia de quem

compra o produto e da agricultura familiar também. Esses aperfeiçoamentos, Senador Sibá Machado, devem ser garantidos e pensei a mesma coisa que V. Ex^a, o luz para todos. Então, não podemos permitir que isso não seja uma alternativa. Essa é uma alternativa e é para ser.

Tenho um pedido de audiência com o novo Ministro de Minas e Energia, com quem falei pelo telefone e amanhã tenho uma audiência com a Ex-Ministra de Minas e Energia e hoje Ministra da Casa Civil. Proponho – e até lhe convido – que possamos levar também a Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, que tem um papel hoje muito mais de organização, de coordenação de governo, essa questão do que é necessário, tanto sob a ótica dos trabalhadores no avanço da cadeia produtiva, apesar de achar que esse é um processo, principalmente nessa questão do biodiesel porque ele é de um oleaginoso e é uma preocupação que temos que ter sempre e essa dificuldade de ter o comprador, tanto para o agricultor familiar quanto para o produtor empresário senão não tornaremos isso atrativo. Temos uma energia mais limpa, mais barata, renovável, o que é uma coisa fantástica porque muitos países do mundo sonham em ter uma energia renovável e não tem e são obrigados a se submeter a outros tipos de geração de energia que são de fontes não-renováveis, como o petróleo. Temos ainda bastante mas sabemos que são fontes não-renováveis e um dia terminarão. A energia que vem do biodiesel não.

Esse é um programa novo e que pode ser aperfeiçoado e a Comissão tem um papel importante para levar este assunto. Proponho que aquilo que tiver uma maior urgência seja incluído na nossa audiência amanhã com a Ministra Dilma Rousseff. Convido inclusive todos os que quiserem participar, como os Senadores Flávio Arns, Sibá Machado e Augusto Botelho, acompanhando-nos nessa discussão em relação ao biodiesel que, no nosso Estado, quero parabenizar a Agropal, faz um trabalho exemplar, tenacidade em relação à produção e tecnologia diferenciado, o que por si só merece admiração ao mostrar para o País e para o mundo que temos capacidade de desenvolvimento, inclusive tecnológico, que não deixa a desejar a qualquer País do Primeiro Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a participação da Senadora Ana Júlia Carepa, também autora do requerimento. Apenas destaco que, inclusive, está presente o Subchefe-adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Presidência da República, o Sr. Rodrigo Augusto Rodrigues.

Gostaria, já nos antecipando às audiências que serão realizadas com os Ministros e aos desdobra-

mentos, que esse assunto e os pontos levantados nesta audiência pública, como necessidade de encaminhamento, já fossem considerados por S. S^a em relação à Ministra Dilma Rousseff e ao novo Ministro de Minas e Energia, porque é uma política governamental muito importante e fundamental, recebendo a prioridade da Presidência da República. Esses gargalos, como afirmou o Senador Sibá Machado, devem ser ultrapassados.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Perdoe-me, Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, salientarei apenas uma questão – que entendo fundamental – no tocante ao assunto que conheço e que é a limitação na Amazônia, que já existe, a dos 20%.

(Intervenção fora do microfone)

Já levei, sim, Senador Augusto Botelho, a questão ao Ministério do Meio ambiente – e não foi apenas uma vez. Sei que amanhã, inclusive, o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal estará no Estado do Pará e não poderei comparecer, porque estarei aqui. Vou chegar à noite, mas já me coloquei à disposição diversas vezes.

O Ministério do Meio Ambiente tem que atuar e não apenas nessa situação. Às vezes, creio que falta um pouco de sensibilidade. Tenho dito sempre o seguinte: as leis não podem superar aquilo que diz respeito à vida humana. Muitas vezes, a maneira como se lê uma legislação pode prejudicar a vida humana, o que não pode ocorrer. Nesse caso, várias áreas já foram desmatadas, razão pela qual é preciso haver uma alternativa concreta e real. O Ministério do Meio Ambiente necessita realmente ter essa sensibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Já solicito à assessoria da Comissão de Agricultura que estabeleça os contatos com o Ministério do Meio Ambiente para fazermos uma reunião de trabalho – e não propriamente uma audiência pública – na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a fim de discutirmos esse ponto levantado nesta audiência pública por parte do Dr. Marcelo e também, com o reforço, agora, da Senadora Ana Júlia Carepa. Então, deve-se verificar a legislação e avisar às pessoas do Meio Ambiente para que essa reunião de discussão ocorra nestes próximos dias, quase de imediato.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Cumprimento os Srs. Expositores.

Começo discordando da Senadora Ana Júlia Carepa em relação ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele não foi mais hábil do que o Presidente

Lula, foi menos democrático. Se tivesse havido aquela CPI das Empreiteiras...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Perdão, mas falei hábil entre aspas – fiz esse gesto. Não permitir a investigação é um ato realmente de autoritarismo, de quem pretende esconder. Pelo contrário, agora, está-se permitindo investigar, seja de que Partido ou de que lado for. Então, nesse aspecto, usei a competência entre aspas, Senador Augusto Botelho. Quis apenas esclarecer, porque V. Ex^a sabe que defendemos, inclusive, a investigação atual e não só da sujeira de agora – mas também daquela que ficou para trás e que está mais “encroada”, como costume dizer.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sou

testemunha realmente do que S. Ex^a está falando. Se tivesse havido aquela CPI das Empreiteiras, talvez não estivéssemos nessa sujeira que está agora, pois o pessoal teria medo de fazer falcatuas.

Precisamos chegar aos corruptores neste País. É bom cassar Deputados e Prefeitos se eles estiverem agindo erradamente, mas também é necessário alcançar aquele que participou da corrupção com eles. Senão, não mudaremos. Agora, estamos no limiar de uma mudança, pois temos trabalhado para tentar chegar aos corruptores. E também discordo do meu amigo Sibá Machado, quando fala que não quer que chegue fio na Amazônia. Deus me livre! Na Amazônia tem que chegar fio e luz elétrica em todo canto! Temos que ter conforto para o agricultor. Tem que chegar. Se tiver energia elétrica, tem que chegar para beneficiar. Não há problema derrubar mil ou dois mil hectares de copas de árvore para se chegar energia numa comunidade.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Deixe-me concluir, senão não vou falar.

Sei que V. Ex^a falou, Senador Sibá Machado. S. Ex^a quer que chegue energia elétrica para todo o pessoal do Acre, com certeza, como quero para Roraima.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Exato. Fui criado com luz de motor até os 14 anos. A luz apagava às 10 e meia. Em algumas vilas de Roraima, a luz saía por um período. Por isso penso que a luz de hidrelétrica é a melhor. É possível conservar melhor seus alimentos, ter mais conforto. É possível trabalhar melhor, os aparelhos não ficam queimando porque, na luz de motor, queima a televisão do pobre, a geladeira, o ventilador e há mais problemas. Com a luz hidrelétrica não. É constante e é muito melhor.

Concordo com o Sr. Marcelo Amaral quando diz que o pessoal trata o Brasil todo e a Amazônia, quando fala em floresta, como se fosse tudo igual. Na Amazônia, somos diferentes. A Amazônia do Pará é diferente da Amazônia do Acre, como é diferente da minha Amazônia de Roraima. Quando botam essas leis de 20%... É uma lei que tem que ser analisada. As áreas já alteradas, por exemplo, têm que ter um tratamento especial. Na Amazônia, não precisamos replantar floresta; precisamos, sim, utilizar todas as áreas já alteradas. Não é preciso derrubar mais floresta, pelo menos por alguns anos, até que haja outra necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – É melhor dizer “não precisa mais”; porque senão cria-se um problema.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não, mas quando a população começar a pressionar, teremos que ocupar a Amazônia. Ou ocupamos a Amazônia ou não vamos ser donos dela.

Eu pensei que o biodiesel já tinha mercado garantido lá fora, mas V. Ex^a está abrindo uma nova forma que vai de encontro à necessidade da Sr^a Raimunda Oliveira Silva*. É claro que o industrial não vai poder comprar um produto se ele não tiver para onde vender. Com a abertura de mercado que se tenta agora, vai melhorar a comercialização do produtor familiar. Acredito muito também nisso. Em Roraima, não temos biodiesel ainda porque estamos muito atrasados. Estamos na agricultura. Temos muitos campos lavrados. São um tipo de cerrado. E também no cerrado querem que use 35%. É aquela história do apartamento, que foi uma comparação muito inteligente. Pega-se um apartamento de quatro quartos e só é possível usar um. Só que, na Amazônia, compra-se um de cinco quartos e pode usar apenas um.

Gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Jório Dauster* em relação ao tempo de existência da Ecodiesel*. A primeira pergunta seria essa. A segunda seria em relação aos núcleos comunitários. Já existem núcleos comunitários? Quantos já existem em funcionamento, e quantos estão previstos? Realmente, aqui V. S^a já dá uma previsão da quantidade. Depois que vi esse papel, pude constatar. Em relação às parcerias, quantos hectares já estão em produção nas parcerias? Quantos hectares os senhores já têm, e o universo de famílias que se abrangem nessas parcerias. São essas as perguntas que teria a fazer. E não me comprometo a ir com a Senadora e com a Ministra amanhã para pedir, mas minha posição é de acordo com a de S. Ex^a, porque o tempo também não vai dar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço ao Senador Augusto Botelho.

Passo a palavra para as considerações, no geral, pois não foram perguntas, mas reflexões sobre a área, e começaria, já que houve perguntas específicas, com o Dr. Jório Dauster.

O SR. JÓRIO DAUSTER – Muito obrigado, Sr. Senador.

Senador Augusto Botelho, terei o maior prazer em responder às perguntas, mas eu o farei por intermédio do meu grande amigo Nelson Silveira, que, como disse no início, é o homem que idealizou o projeto da Brasil Ecodiesel e que continua a comandá-lo no dia-a-dia. Ele tem todos os dados. Cheguei há pouco nesse projeto e ainda continuo a aprender.

Antes de passar a palavra a ele e de pedir que comente os assuntos gerais que foram levantados aqui, gostaria de agradecer – coisa que não tinha feito na minha apresentação, por premência de tempo – ao Dr. Marcelo, à Dr^a Raimunda e, mais tarde, aos Srs. Senadores por terem abordado uma questão fundamental: quem é que vai comprar finalmente esse biodiesel?

Mencionei que o Governo e o Congresso já fizeram um trabalho muito importante, que foi estabelecer a dimensão desse mercado, criando uma obrigatoriedade. Na realidade, está faltando uma peça nesse sistema, que é como se faz a compra e sobretudo como se faz a compra a caminho de 2008, porque não adianta a lei dizer que obrigará uma mistura de 2% em 2008 se não fizer uma ponte, se não disser como chegamos lá.

A Brasil Ecodiesel já fez investimento de R\$60 milhões. É uma aposta muito violenta para qualquer empresário nessa idéia do biodiesel a partir da mamona.

É claro que, com todas as qualidades extraordinárias do projeto Agropalma, ali é diferente: já havia investimento calcado no aproveitamento do dendê como óleo comestível. Como nos foi explicado pelo Dr. Marcelo, o biodiesel chega com inclusive a necessidade de se lidar com o subproduto. É complicado. Não se sabia o que fazer com ele.

No caso da Brasil Ecodiesel, é óbvio que existe uma possibilidade que pretendemos explorar, de vender óleo de mamona no mercado internacional, mas a essência do projeto está voltada para o biodiesel. Se faltar a peça da compra, vamos dar com os burros n'água – em bom português. Na verdade, vamos frustrar um grande processo social, que envolve hoje 15 mil famílias e, daqui a um ano, 90 mil famílias. A expectativa, como mostrei na apresentação, é de que, para o B2, com mistura de 2%, cheguemos a 450 mil famílias. Quando chegar ao B5, falamos em um milhão de famílias neste País, o que daria um impacto extraordinário. Então está faltando essa peça.

É fundamental que esta Comissão, com o prestígio que tem, possa e deva levantar o assunto. Agora, então, quando a Senadora Ana Júlia tem esses encontros com as pessoas que são chave para essa decisão, creio que é uma oportunidade incrível que tenhamos esta audiência hoje.

Algumas perguntas são óbvias e podem ser feitas pelos senhores e dificilmente por qualquer empresa privada. A Petrobras hoje gasta quanto efetivamente em importação de diesel? Eu ouço falar de US\$400 milhões a US\$1 bilhão. Mas são algumas centenas de milhões de dólares que a Petrobras gasta hoje para trazer o diesel de algum lugar. É uma pergunta tão simples: quanto ela paga por um litro desse diesel? Se o Brasil está gastando hoje, para dar a alguém, para comprar esse diesel, um valor qualquer – gostaria de saber qual, mas se eu perguntar, certamente não terei essa resposta –, isso já poderia ser um preço de referência para a compra do biodiesel. E por que comprar do estrangeiro e não comprar aqui, que está gerando emprego?

Trata-se de uma obviedade tão imensa que ficamos surpresos – mas sabemos como funcionam alguns desses mecanismos – com o fato de o Dr. Marcelo não encontrar comprador para o diesel que já tem hoje. É o tal negócio: “se eu for obrigado um dia, comprarei, mas, agora, se quiser, ofereço um preço miserável qualquer”, como se fosse uma punição. Por quê? Estamos atravessando algum sistema que já está montado?

Essas perguntas devem ser feitas pelos senhores, que têm a competência e o poder de fazê-las, porque não é possível que o Executivo, com o endosso muito extraordinário que foi dado por este Congresso, estabeleça um belíssimo programa de biodiesel, para que, depois, no dia-a-dia, na prática, nunca consigamos dar o último nó, porque há coisas que são de difícil explicação.

Portanto, agradeço o apoio já demonstrado pelos senhores, mas peço que o façam com grande urgência. Inclusive, houve uma possibilidade aventada pelo Senador Sibá Machado, em relação ao Norte e ao Nordeste, onde estão a palma e a mamona e onde haverá necessidade de uso de *biodiesel*, de *diesel* para a geração de energia elétrica. É evidente que há um casamento absoluto. A pergunta é muito simples: de onde vem o *diesel* que está sendo usado hoje nessas termoeletricas e a que preço? Isso já esclareceria tudo.

Eu pediria ao Dr. Nelson que respondesse as perguntas específicas do Senador e fizesse também seus comentários sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Concedo a palavra, então, ao Dr. Nelson José Côrtes da Silveira, Diretor-Presidente da Brasil Ecodiesel.

O SR. NELSON JOSÉ CÔRTEZ DA SILVEIRA

– Bom-dia a todos os Srs. Senadores e aos companheiros de Mesa.

Com relação às perguntas específicas, temos hoje implantado um núcleo de produção, na cidade de Canto do Buriti, com 620 famílias, e ele continua em ampliação, com o objetivo de chegar a mil famílias, que era o projeto original. Temos hoje ainda comprados – vamos chamar assim –, eles não são núcleos de produção comunitários, são fazendas, ou seja, são grandes extensões de áreas adquiridas pela empresa em quatro Estados do Nordeste, onde se prevê a instalação de outros núcleos. Eles hoje funcionam como campos de semente de mamona para a agricultura familiar, e as experiências que vimos desenvolvendo com uma outra oleaginosa, que é o pinhão manso*, que também é característico do semi-árido, com rendimento maior, nessas áreas. Esse é o projeto voltado aos núcleos.

Os núcleos têm um investimento inicial muito alto, uma necessidade de aporte alto, e as dificuldades de se obter financiamento para os projetos de *biodiesel* ainda são efetivos, exatamente porque, se formos buscar aqui nos organismos nacionais esses financiamentos, necessita-se de contrato de venda do produto final desse próprio *biodiesel* para que se possa alavancar, digamos assim, esses financiamentos. Internacionalmente, o mercado de *biodiesel* está estabelecido, e conseguem-se financiamentos internacionais vinculados à exportação de *biodiesel*.

Quanto a essa grande discussão, em nível de mercado interno ou externo, eu como empresário posso afirmar que toda empresa está sujeita ao mercado, mas o mercado está sujeito a políticas públicas. Isso é uma verdade, uma consideração. É por isso que há países que dão subsídios, outros que cortam, estabelecem sobretaxas de importação ou de exportação. Isso é a regulação do mercado para que a economia interna se sujeite a essa regulação.

O Governo Federal trabalhou muito bem na legislação de *biodiesel*, quando privilegia, em termos de isenção de impostos – o que é um subsídio –, a agricultura familiar, a mamona, a palma. No Norte há todo um arcabouço preparado para que esse projeto de *biodiesel* seja um projeto de desenvolvimento de regiões que não têm desenvolvimento ou não têm estruturas econômicas capazes de desenvolvê-las.

O não-estabelecimento de um mercado efetivo, na verdade, é uma legislação que faz com que os empresários vislumbrem um investimento possível. Agora, a não-realização, a não-implantação desse mercado vai fazer, novamente, com que os empresários se sujeitem ao mercado que existe, que é o mercado

internacional, que é um mercado de exportação, de grandes *commodities*. E, como mercado de grandes *commodities*, o *biodiesel* de mamona vai sofrer o mesmo problema que o óleo de mamona sofre: ele é de pequeno volume, envolve uma pequena quantidade de pessoas, e, no mercado internacional, que será formado com a Europa consumindo 6% a 7% de *biodiesel* na sua matriz energética, esse *biodiesel* será feito de onde é feita a maioria dos óleos vegetais que existem no Planeta, oriundos de grandes extensões de áreas, cuidados por poucas pessoas e um grande número de máquinas.

É isso. Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me uma pequena sugestão, pois tenho de sair correndo para mais outra reunião de Comissão, com problema de quórum para a votação da bendita LDO.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Pois não, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É só para sugerir que, já que V. Ex^a encaminha uma reunião de trabalho para tratar da MP nº 2166, se é isso que estou entendendo, que V. Ex^a também encaminhe uma conversa entre esta Comissão e o setor de Governo adequado, mais a Contag, mais as empresas, com vistas a levantar qual é o tal “parafuso” que está faltando para se atender a meta de 2008. Este é um ponto.

O segundo ponto que eu gostaria de sugerir é que nós avançássemos no sentido de que, até 2008, 100% da produção já deste momento fosse canalizada para o sistema de energia elétrica isolado da Amazônia. Assim, já se ganha tempo, porque já se exporta uma coisa... É como se diz popularmente: se você engrossa a canela, corre melhor. Então, se pudéssemos avançar nessa direção, eu ficaria muito feliz com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Acolho a sugestão de V. Ex^a e já solicito à Secretaria da Comissão que, em conjunto com os Senadores aqui presentes e com base nas indagações feitas agora há pouco, inclusive pelo Dr. Nelson José Côrtes da Silveira e pelo Dr. Jório Dauster, particularmente em relação à Petrobras, que essas reuniões de trabalho sejam agendadas. Podemos falar com a Assessoria Parlamentar da Petrobras. Pedimos, inclusive, o apoio do Dr. Rodrigo, aqui presente.

Passo a palavra, na sequência, ao Dr. Marcelo do Amaral Brito, diretor da Agropalma.

O SR. MARCELO DO AMARAL BRITO – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer algumas considerações acerca das falas anteriores à minha, algumas pontuais.

Em primeiro lugar, quanto a essa posição contrária à cultura do dendê no Brasil, posso dizer que isso é histórico. Não sabemos de onde saiu isso. Alguém, algum dia, disse que não se pode fazer agricultura familiar com dendê. Esse alguém, certamente, não entende absolutamente nada do assunto, porque o maior projeto de agricultura familiar e de reforma agrária de sucesso existente no mundo é o programa de agricultura familiar e reforma agrária da Malásia, que já foi visitado por diversos membros do Congresso brasileiro, do Governo do Pará, do Governo Federal. O exemplo está claro. Lá, o projeto se iniciou na década de 40. Ou seja: há um histórico comprovado sobre isso que é monstruoso; porém, ainda hoje ouvimos pessoas dizendo que é inviável, que não dá certo. É aquele tipo de coisa: o copo d’água está meio cheio ou meio vazio? A pessoa diz aquilo que lhe agrada, aquilo que acha melhor.

Já com relação àquilo que a colega Raimunda disse sobre a agregação de valor pela entrada e o crescimento da agricultura familiar na cadeia, espero, Raimunda, que um dia possamos ver no Brasil o que ocorre na Malásia hoje. Lá, o crescimento foi tão assustador, considerada a sua estrutura agrícola, que hoje eles têm que “importar” mão-de-obra, porque o malasiano não quer mais ser trabalhador agrícola, quer ter um tipo de trabalho mais rentável. Eu conheço plantações na Malásia, com sete ou oito mil funcionários, onde 70% da mão-de-obra é “importada” – desculpem o termo. O termo é mercantilista, mas é verdade: 70% dos funcionários vêm de Bangladesh, da Indonésia, da Índia, e assim por diante. Espero um dia podermos assistir a essa agregação de valor.

No Pará, já temos um exemplo disso. Se visitarmos a Palmasa, lá em Igarapé-Açu, poderemos conhecer uma pequena cooperativa que iniciou suas atividades há vários anos e, hoje, eles já têm 28 pequenos produtores de dendê que, com a sua própria usina, já estão produzindo o seu próprio óleo bruto. Hoje eles já vendem óleo bruto. Então, não precisamos ir longe para ver isso. Aqui mesmo no Brasil já se tem isso.

Com relação à moradia, como foi colocado pela Senadora Ana Júlia Carepa, aliás muito bem colocado, lembro que o nosso projeto não contemplou essa questão, uma vez que enfocamos aqueles trabalhadores ribeirinhos ali da nossa região. É tradicional na cultura do Pará: o cidadão nasceu ali, ali se criou; ali nasceram seus avós, vivendo de caça, e dali ele não sai nem amarrado. Então, todos eles moram ali na região. Contudo, ao lado, onde se encontra o projeto da Agropalma, temos montada toda uma infra-estrutura, com escola, hospital, correios, clube, restaurante. Colocamos linhas de ônibus para esse pessoal todo.

Nosso hospital fez nove mil atendimentos médicos gratuitos no ano passado para a população. Temos, hoje, 1.100 alunos em nossas escolas, sendo 300 adultos, em programas de alfabetização. Ou seja, isso não foi montado dentro do núcleo do Programa de Agricultura Familiar – até porque é um núcleo pequeno, são 150 famílias –, porque nós já temos montado isso dentro de uma das três agrovilas nossas.

Quanto à questão do programa do biodiesel em si, entendemos o seguinte: se for dado o enfoque só de um programa social, não vai para a frente; se for dado o enfoque somente de um programa energético, pode até ir, com uma série de danos. Ou seja, nós temos que ter essa combinação. Dizer que vamos montar um programa de combustível no Brasil, nos volumes que já foram colocados aqui pelo colega, na base da agricultura familiar, é uma utopia, é uma afirmação no mínimo irresponsável, porque o custo disso é muito alto. Então, alguém da parte empresarial tem de se dispor a chegar e fazer um investimento – baseado no que eu disse, de R\$60 milhões. Nós temos US\$150 milhões investidos, lá na Agropalma. Ou seja, tem que haver esse equilíbrio entre as forças dentro de um programa energético e dentro de um programa social, esse equilíbrio entre o familiar e o intensivo.

Só para finalizar, Presidente, a discussão sobre a questão ambiental no País chegou a um ponto tão sério que se criaram duas facções dentro do Brasil.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Posso pedir um aparte rapidinho? É uma questão de ordem.

É que o Presidente pediu para que encerrássemos os trabalhos nas Comissões, porque parece que vão bloquear a sessão do Congresso.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É a LDO, que ainda está pendente, e isso dificulta inclusive os investimentos. Agora, por exemplo, verba do Pronaf: só para plantação de oleaginosas, já foram anunciados R\$100 milhões.

O SR. MARCELO S. DO AMARAL BRITO – Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Eu pediria a compreensão dos convidados. Gostaria apenas que o Dr. Marcelo concluísse. É uma pena que tenhamos que apressar, e a Sr^a Raimunda também...

O SR. MARCELO S. DO AMARAL BRITO – Vou concluir, Senador, deixando com V. Ex^a...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, gostaria que V. Ex^a, na sua generosidade, me concedesse um minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Pois não. Só um minutinho.

O SR. MARCELO S. DO AMARAL BRITO – Concluindo – inclusive o Senador Flexa Ribeiro já recebeu isto aqui –, gostaria de passar para a Comissão este estudo sobre a utilização do dendê como planta reflorestadora. Esse estudo foi feito desde 2002 e apresentado ao Governo Federal, ao Ministério do Meio Ambiente, mas nunca teve andamento.

Gostaria de dizer o seguinte: o dendê não é considerado planta de reflorestamento porque é considerado uma planta exótica. Uma planta exótica plantada no Brasil há mais de 450 anos, e o Brasil tem o maior estoque de palmáceas do mundo. Nada mais exótico do que essa lei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Com a palavra, a Dr^a Raimunda Oliveira Silva, para as suas considerações finais.

A SRA. RAIMUNDA OLIVEIRA SILVA – Vou tentar ser bastante objetiva. Primeiro, quero dizer para o Sr. Marcelo que eu não me referi a ser contra o dendê no programa, não foi isso. Coloquei como um fator limitante, e não só me referindo ao dendê, mas a todas as oleaginosas. Por exemplo, a mamona no Nordeste, há estudos que comprovam que o pinhão manso*, como o Sr. Nelson já colocou, é muito mais rentável no programa. Então, não estou questionando o dendê. Concordo com as observações todas que ele colocou.

E, depois, no processo todo de sensibilização que faremos, com certeza a Agropalma será nossa convidada...

O SR. MARCELO S. DO AMARAL BRITO – Com prazer.

A SRA. RAIMUNDA OLIVEIRA SILVA – ...para refletir conosco lá no evento da Região Norte sobre a nossa participação, assim como as outras empresas que estão entrando nas outras regiões, nas diversas regiões.

Nós não acreditamos que a agricultura familiar consiga ter o monopólio dentro do programa. Não acreditamos nisso. À demanda posta para o percentual de mistura, a agricultura familiar com certeza não vai conseguir responder. Então, ela não vai ser exclusiva do programa. Nós não acreditamos nisso. Pode até ser aí num campo bastante futuro.

A outra é que, ao definir as duas estratégias, compreendemos que não dá para não fazer os estudos, trazendo para o centro quais de fato são as oleaginosas que terão potencial dentro do programa e quais as áreas que nós, do Movimento Sindical, vamos estruturar como unidades pilotos para avançar na cadeia, o que não significa dizer que esse é um curto período. Era isso o que eu queria dizer para o Senador Sibá Machado.

Isso não quer dizer que vamos parar um movimento em função do outro; vamos trabalhar as duas questões. Isso não quer dizer também que, no longo período, vamos deixar de qualificar nossa demanda às empresas. Isso não está em debate, não está em discussão. As unidades pilotos de referência para fazer os estudos e avançar na cadeia não limitam e não excluem a outra linha de trabalho que estamos potencializando.

Agradeço o convite à Contag para vir aqui discutir o assunto com V. Ex^{as}.

Acredito que os encaminhamentos postos aqui, numa conversa entre movimentos sociais, a Casa, o Governo, o Poder Legislativo e o Poder Executivo, visam superar, de fato, os problemas e desafios que relatamos. Apenas os relatamos; não discutimos idéias de como superá-los. A Casa precisa avançar melhor nessa discussão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro, por um minuto, pois nos solicitam que encerremos esta audiência pública, em função da votação da LDO.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, agradeço a generosidade, que lhe é peculiar. Ressalto a forma competente com que preside esta reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Peço desculpas aos nossos convidados pelo fato de não ter podido ouvir as exposições de cada um. Lamentavelmente, aqui, há um acúmulo de funções num mesmo horário. Eu estava aqui ao lado, na CAE, também tratando de uma audiência pública sobre o Sistema Financeiro de Habitação, assunto da maior importância para a população de baixa renda. Então, não havia como eu estar em dois lugares ao mesmo tempo. Mas não poderia deixar de estar aqui e de trocar algumas idéias com V. S^{as}.

Estamos num momento singular na questão do biodiesel. Há vontade política por parte do Governo. Há, mais do que isso, a necessidade de se encontrar um produto alternativo que substitua os combustíveis fósseis. Penso que o biodiesel vem ao encontro dessa questão. Também o Programa do Álcool é uma realidade, pois foi retomado com vigor. Inclusive, o álcool está sendo exportado para outras nações, que já o estão utilizando na mistura e, talvez, no futuro, o utilizem de forma pura.

Quero aqui dizer que temos um projeto que eu já...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Peço a V. Ex^a que conclua. Estão nos pedindo para

encerrar a reunião, porque a votação da LDO já está acontecendo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concluo já, Sr. Presidente.

Existe um projeto tramitando no Senado Federal que permite o plantio de palmáceas nas áreas alteradas. Esse plantio é considerado como substituição de florestas naturais, para que possam servir como áreas de contingenciamento legal. Foi aquilo a que o Sr. Marcelo se referiu, como também a Sr^a Raimunda. A palmácea não é uma planta nativa, é exótica, mas já está definitivamente colocada no contexto da floresta brasileira. Há essa necessidade.

Amanhã, Sr. Presidente – fiz o convite a V. Ex^a –, visitaremos o projeto da Agropalma, com a experiência da agricultura familiar, com 150 famílias assentadas, já em produção, com uma renda atual de R\$800,00, que pode chegar a R\$2 mil no pico da produção. A convite da Agropalma, irão comigo o Senador Sérgio Guerra, Presidente desta Comissão; o Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; o Senador Sibá Machado, defensor do projeto e suplente da Ministra Marina Silva; e o Senador Arthur Virgílio.

Sr^a Raimunda, não sei se V. S^a conhece o projeto do Pará. O Pará será, num futuro longínquo, a médio e longo prazo, o maior produtor de óleo de palma do mundo, evidentemente transportando para o biodiesel.

V. S^a conhece o projeto?

A SRA. RAIMUNDA OLIVEIRA SILVA – Conheço pouco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria de convidá-la para, se quiser, integrar a comissão. Sairemos amanhã, à noite, de Brasília e vamos visitar o projeto na sexta-feira. A senhora é nossa convidada. Eu gostaria muito que a Contag participasse dessa visita – se a senhora puder aceitar esse convite –, em que poderá ver não só a questão da produção industrial, mas também a questão da produção familiar.

Após essa visita, vou propor que, quando voltarmos – os Senadores que irão visitar a região –, façamos outra reunião, para esclarecermos exatamente a realidade no campo e não mais na teoria, como se procura discutir.

Portanto, está feito o convite. Agradeço a gentileza e a generosidade do Presidente, Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PT – PR) – Agradeço a participação do Senador Flexa Ribeiro.

Quero destacar a qualidade, a profundidade desta audiência pública e a preocupação com os vários desafios da área – sociais, econômicos e de comercialização.

Já foram marcadas reuniões de trabalho, em razão desta audiência pública, com o meio ambiente – inclusive o projeto de V. Ex^a poderá entrar nesse debate também –, com a Petrobras, com o Ministério de Minas e Energia, e audiências também já estão marcadas, para que possamos dar seqüência positiva aos fatos levantados nesta audiência pública.

Agradeço a participação de todos os expositores, a participação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Declaro encerrada esta audiência pública.

Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 56 minutos.)

Ata de Vigésima Quinta Reunião (Extraordinária) de Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de 3ª Sessão Legislativa Ordinária de 52ª Legislatura, realizada em 26 de agosto de 2005, sexta-feira, na cidade de Florianópolis-sc.

Às quinze horas, vinte e um minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e cinco, no auditório Báia Sul do Centro de Convenções –CentroSul na cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, sob a Presidência Interina do Senador Heráclito Fortes com a presença do Senador Jorge Bornhausen e da Senadora Ideli Salvatti, diversas autoridades governamentais, bem como de entidades civis, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em cumprimento ao REQUERIMENTO Nº 23, de 2005-CRA, de autoria do senador Heráclito Fortes, de Audiência Pública, objetivando instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 602/2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003. O Senhor Presidente eventual, Senador Heráclito Fortes, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente eventual, Senador Heráclito Fortes, dá conhecimento ao Plenário do OF.INT.GSLP-Nº149/2005 encaminhado pelo Senador Leonel Pavan no qual Sua Excelência expressa pesar por não poder estar presente a este evento e designa o deputado estadual Clésio Salvaro para representá-lo. Na seqüência, o Senhor Relator, Senador Heráclito Fortes, fala da importância e do quão polêmico é o tema desta Audiência, informando que pretende ouvir com bastante atenção as entidades presentes. A seguir, o Senador Heráclito Fortes convida para compor a mesa o Senador Jorge Bornhausen; a Senadora Ideli Salvatti; o Dep. Júlio César Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa Santa Catarina; o Dep. Estadual Manoel Mota, Líder do Governo na Assembléia Legislativa de Santa Catarina; o Sr. Luiz Fernando Vicente, representando o governo de Santa

Catarina; o Dep. Estadual Reno Canamori, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa de Santa Catarina; o Sr. João Mattos, Secretário de Articulação Política em Santa Catarina; o Dep. Estadual Clésio Salvaro, Líder da bancada do PSDB no Estado de Santa Catarina, representando o Senador Leonel Pavan; o Dep. Estadual Paulo Anselmo Eccel; o Dep. Estadual Altair Guidi e o Sr. Rubens Bitá Pereira, Vice-prefeito de Florianópolis. Em seguida, o Presidente em exercício, Senador Heráclito Fortes, passa a Presidência ao Senador Jorge Bornhausen. Este concede a palavra ao primeiro orador inscrito, Dr. Carlos Humberto Spezia, Consultor da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde do Ministério da Saúde; e aos seguintes, conforme lista de inscrição: o representante da Afubra – Associação dos Fumicultores do Brasil, Sr. Romeu Schneider; a Chefe da Divisão de Controle do Tabagismo do INCA – Instituto Nacional do Câncer, Sra. Tânia Cavalcante; o médico representante da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, Dr. Ricardo Meirelles; representante da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina, o Sr. Dornelles Antoninho Pozzobon; representante da Secretaria de Saúde de Santa Catarina, a Dra. Terezinha Serrano; o presidente da Fentifumo – Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo e Afins, Sr. Dorval Knak; representante da Fetaesc – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado de Santa Catarina, o Sr. Irineu Berezanski; o representante da Fetraf-sul – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Sr. Dirceu Dresh; representante da AMVARP – Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo, o Sr. Almedo Dettenborn; representante do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Sr. José Oscar Miranda Pacheco; representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário, a Dra. Ema Siliprandi; representante da Contag – Confederação dos Trabalhos na Agricultura, o Sr. Hercílio Jair Stefani; o representante da CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Sr. Sálvio Tonini e a Procuradora do Ministério Público Trabalho do Estado do Paraná, Sra. Margareth Mattos de Carvalho. Após a exposição dos convidados o Senhor Presidente em exercício, Senador Jorge Bornhausen, elogia os trabalhos do relator e retorna a Presidência dos trabalhos ao Senador Heráclito Fortes que agradece a presença dos convidados e a acolhida em Florianópolis, convidando os presentes para comparecerem às próximas Audiências Públicas a serem realizadas nos municípios de Camaquã-RS e Cruz das Almas –BA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente Reunião às dezoito horas e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, a presente ata que, lida

e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Heráclito Fortes, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Havendo quórum regimental, declaro aberta a 25ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública que objetiva instruir o Projeto de Decreto-Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o controle do uso do tabaco, assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003, conforme a aprovação do Requerimento nº 23, de 2005 – CRA – de autoria do Senador Heráclito Fortes, que também é Relator da matéria.

Em primeiro lugar, convido para compor a Mesa o Senador Jorge Bornhausen (Aplausos.); a Senadora Ideli Salvatti (Aplausos.); o Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia de Santa Catarina (Aplausos.); o Deputado Manoel Motta, Líder do Governo (Aplausos.); o Deputado Reno Caramori, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural de Santa Catarina (Aplausos.); o Deputado Clésio Salvaro que representa o Senador Leonel Pavan (Aplausos.); o Deputado Altair Guidi (Aplausos.); o Deputado Paulo Eccel (Aplausos.); o Deputado Federal João Mattos, Secretário de Articulação do Estado (Aplausos.); e o Vice-Prefeito de Florianópolis, Bita Pereira (Aplausos.).

Em primeiro lugar, gostaria de ler correspondência que foi enviada por esta Mesa pelo Senador Leonel Pavan:

Cumprimentando-o, agradeço o gentil convite para participar da audiência pública, discutindo o projeto de decreto-legislativo que aprova a convenção sobre o tabaco, que será realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Em razão de compromisso assumido anteriormente, em Mato Grosso, onde participarei de evento sobre a discussão da Lei Geral do Turismo, que terá lugar naquele Estado, evento esse que já foi adiado por duas vezes, não podendo mais sofrer qualquer demarcação, gostaria de indicar o Deputado Estadual de Santa Catarina Clésio Salvaro para nos representar nessa audiência da Comissão de Agricultura que discutirá o projeto cuja relatoria V. Exª é detentor, podendo dar a ele a prerrogativa de usar a palavra.

Cordiais saudações. Senador Leonel Pavan.

Queremos registrar a presença no auditório de um representante do Ministério da Saúde. Por gentile-

za, peço que se identifique. (Pausa.) Muito obrigado, só a identificação. É o Sr. Carlos Spezia.

Um representante do Ministério da Agricultura. (Pausa.) É o Sr. José Oscar Pacheco.

Um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário. É a Drª Emma.

O representante do Governo do Estado de Santa Catarina está aqui; da secretaria de saúde, aqui; assembléia, aqui, prefeituras...

O representante do Instituto Nacional do Câncer, Drª Tânia.

Representante da Afubra, Sr. Romeu Schneider.

Representante da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, Dr. Ricardo Meireles, da Federação Nacional de Trabalhadores da Indústria de Fumos e Afins, Dr. Dorval está ali, da ONG Tabaco Zero, Paula Jones, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia e Paraná – são quatro representantes –, da Contag, da Confederação Nacional das Indústrias, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e Alimentação de Cruz das Almas, Bahia, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer, de coração, a presença de todos os senhores nesta audiência pública. Quero deixar claro que seria muito mais cômodo – eu disse isso há poucos dias e digo agora – que essa decisão fosse tomada na frieza dos gabinetes em Brasília, mas essa é uma responsabilidade que o Congresso resolve dividir com a sociedade. É uma discussão delicada, complicada, e é por isso que estamos fazendo essas audiências, cerca de quatro ou cinco audiências que estamos realizando.

Na semana passada, estivemos em Irati e muitos dos que aqui estão estiveram lá e nós tivemos um aproveitamento fantástico. Discutimos durante duas horas, aproximadamente, num clima de cordialidade e urbanismo e apelo a todos os senhores para que assim façamos.

Nós vamos discutir uma questão que tem os favoráveis e os contrários. Que cada um respeite a posição assumida, sem manifestação de plenário, sem agressão, sem vaia, até para facilitar o meu trabalho. Eu vim aqui com o coração e o espírito abertos, exatamente para podermos tirar lições dessa discussão ouvindo os dois lados.

De forma que agradeço, então, antecipadamente, e passo, inicialmente, a palavra ao Senador Bornhausen, meu companheiro de Partido. Embora este seja um encontro suprapartidário, por dever de obrigação, quero dizer que o Senador Jorge Bornhausen está

representando Santa Catarina. O Senador Pavan justificou e a Senadora Ideli me disse que viria, mas eu compreenderei se tiver algum... Nós estamos vivendo, em Brasília, talvez o momento mais difícil que vi nos meus vinte e cinco anos de Congresso e compreendo que nós estamos numa fase difícil, com compromissos, com tarefas, o que justificaria a ausência, inclusive, dos parlamentares federais que foram convidados.

Quero agradecer o carinho com que o Jorge me trouxe até aqui, me dando assistência. Esta é uma velha amizade que eu prezo muito e é com muita satisfação que passo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen para manifestar a sua posição a todos os senhores.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Inicialmente, o meu muito boa-tarde a todas às senhoras e senhoritas e aos senhores que vieram participar desta audiência pública. Meus respeitos e cumprimentos ao Relator da matéria, o eminente Senador Heráclito Fortes, uma das grandes figuras do Senado. Meus cumprimentos ao Presidente da Assembléia Legislativa, nosso Deputado Júlio Garcia, ao Deputado Manoel Mota, ao Deputado João Matos, ao Deputado Altair Guidi, ao Deputado Paulo Eccel, ao representante do Governador, Dr. Luiz Fernando de Vicenzi, ao Deputado Presidente da Comissão da Agricultura, Reno Caramori, ao Deputado Clésio Salvaro, que representa também o Senador Pavan.

Quero começar dizendo algumas coisas de forma muito rápida, mas muito precisas. Em primeiro lugar, o Governo, quando assinou o tratado, deveria ter feito o que está fazendo hoje o Senador Heráclito Fortes: ouvir primeiro, em vez de, autoritariamente, decidir primeiro para, depois, impor as suas condições. O primeiro erro básico desse tratado foi a falta de audiência aos produtores, o que agora se realiza através da iniciativa da Comissão de Agricultura, especialmente do Senador Heráclito Fortes. Por isso, para ele, que pediu que não houvesse nenhum apuro, eu peço as palmas que ele merece. (Aplausos.)

Em segundo lugar, sabemos perfeitamente dos malefícios à saúde que traz o uso do cigarro, do charuto, do tabaco. Isso é inegável; ninguém vai discordar disso. Mas não se resolve um problema de forma autoritária, impondo soluções, sem pensar nos que vivem também disso. Estamos pensando nos que morrem e temos que pensar nos que vivem e nas condições que eles têm para produção. Acho que essa é a razão principal desta audiência.

O Brasil produz 850 mil toneladas de fumo. Santa Catarina é responsável por 34% dessa produção. Ela está localizada principalmente no sul do Estado e no vale do Itajaí. Lá estão os nossos agricultores, que têm uma cultura, que é familiar, que aproveita a pequena

propriedade, que tem financiamento, tem assistência técnica e tem comprador. Então, para se pensar em modificar essas circunstâncias é preciso ter, pelo menos, condições iguais ou até melhores.

Então entra o Governo nisso. Para poder assinar um tratado dessa natureza, ele deveria ter ouvido o produtor e ter assumido compromissos com o produtor. Acontece que ele não ouviu, não assumiu compromissos e é um Governo desacreditado, que, por isso mesmo, não vai ter condições de convencer quem quer que seja que cumprirá algum compromisso, já que ele não cumpriu nenhum compromisso com a Nação, nem os de campanha.

Esse é o quadro real da situação. Se vamos penalizar apenas o produtor, é uma profunda injustiça, porque, se se quer acabar com o consumo do tabaco, que não seja proibindo a produção, mas proibindo a produção industrial. Se vamos diminuir a produção local, sem uma substituição adequada, o que vamos ter? A importação do produto, porque os Estados Unidos não assinaram, a China não assinou o tratado. Então vamos importar. (Aplausos.)

Vamos trazer um problema social grave. Portanto, não é algo tão simples. Temos dois lados importantes e qualquer solução passa por uma solução de grande responsabilidade. Daí por que iniciei minhas palavras louvando a atitude do Senador Heráclito Fortes, que teve a coragem de fazer as audiências, de ouvir todas as partes, que é a nossa obrigação, para depois votar. Evidentemente, fico muito feliz que ele tenha vindo a Santa Catarina e que tenha havido essa mobilização, para que ele possa compreender e nós possamos relatar, em Brasília, quando da decisão, esta audiência pública que se realiza aqui, preenchendo uma lacuna de um Governo que não agiu a não ser de forma arbitrária, autoritária e sem crédito perante a sociedade brasileira. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Eu gostaria de avisar a todos os senhores que esta audiência pública está sendo transmitida pela TV Senado para todo o Brasil. Portanto, peço que seja dada a melhor demonstração possível da nossa maturidade para discutir esse assunto.

Em segundo lugar, peço às pessoas que, ao tráfegar na parte central do auditório, tenham cuidado para não interromper as imagens. Essa é uma solicitação técnica que está sendo feita pelo pessoal da TV Senado.

Passarei a palavra ao Deputado Júlio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, nosso anfitrião. Antecipadamente quero agradecer a S. Ex^a, aos Deputados e aos funcionários da Assembléia

Legislativa que nos deram apoio na infra-estrutura para a realização desta audiência pública.

Senadora Ideli Salvatti, havia convidado V. Ex^a para compor a mesa. Não abro mão de que V. Ex^a sente-se ao meu lado.

O SR. JÚLIO GARCIA (PFL – SC) – Desejo cumprimentar a todos que comparecem a esta audiência pública e dar as boas-vindas ao Senador Heráclito Fortes, que preside esta reunião e que é o Relator da matéria que está sendo tratada nesta audiência. Saúdo o Senador Jorge Bornhausen, a Senadora Ideli Salvatti, o Deputado Federal João Matos, o representante do Governador, Dr. Luiz de Vicenzi, o Vice-Prefeito Bita Pereira.

Ressalto que se trata de uma audiência do Senado da República, mas que, tão logo contatado pelo Senador Jorge Bornhausen e pelo Senador Heráclito Fortes, na condição de Presidente da Casa, não poderia deixar de dar ao evento todo o apoio necessário e estabelecer essa parceria salutar com o Senado da República para discutir tão relevante tema. A presença dos Deputados aqui é exatamente no sentido de dar a valoração da questão por parte da Assembléia Legislativa.

Agradeço ao Presidente da Comissão de Agricultura, a quem saúdo, Deputado Reno Caramori, que cancelou compromissos importantes para estar presente. Igualmente fizeram o Deputado Clésio Salvaro, que representa o Senador Leonel Pavan, o Deputado Manoel Mota, o Deputado Altair Guidi e o Deputado Paulo Eccel.

A questão realmente é de fundamental importância e, não fosse o sistema bicameral, certamente o tratado assinado pelo Governo brasileiro já estaria convalidado, posto que foi validado pela Câmara Federal. Chegando ao Senado, os Senadores da Comissão de Agricultura tiveram a clarividência já destacada aqui pelo Senador Jorge Bornhausen de discutir a matéria. A matéria atinge milhares e milhares de famílias, atinge uma região no seu aspecto econômico e, de modo especial, no seu aspecto social. Por isso, não pode haver uma decisão monocrática, uma decisão de cima para baixo, uma decisão de gabinete. Essa decisão tem que ser tomada de forma amadurecida, discutida e com vagar porque ela tem conseqüências gravíssimas na economia e na sociedade, atingindo famílias e famílias.

Quem de nós ousaria dizer que a saúde não é importante? Ninguém. Se fizermos uma pesquisa aqui mesmo nesse auditório 100% dos presentes vão dizer que a saúde é importante, mas é preciso que se faça um processo discutido, como está fazendo o Senado da República, na tarde de hoje, como já fez em

duas outras ocasiões, para que se possa estabelecer o mínimo de condições para, ao longo do tempo, haver uma solução administrada e em que se encontre um denominador comum, um meio-termo, que, tenho certeza, é o que todos desejam, mas com garantia. Essa decisão não pode ser, como se diz, apenas na palavra. (Aplausos.)

É preciso que aqueles que serão prejudicados tenham o mínimo de garantia: garantia de uma transição tranqüila ao longo de décadas para que posamos alcançar o nosso objetivo. Qualquer decisão abrupta, repentina, radical, certamente gerará um conflito de proporções insuperáveis.

Em nome da Assembléia Legislativa, apelo ao Senado da República que não convalide a Convenção (Aplausos.), não para ser contra apenas por ser contra, mas para permitir que, ao longo do tempo, possa se discutir convenientemente a matéria e se chegar ao resultado melhor para as famílias, para a sociedade, enfim, para o nosso Brasil.

Muito obrigado. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradeço a participação do Presidente da Assembléia.

Registro a presença dos Prefeitos Luiz Kuerten, de Braço do Norte, Santa Catarina, Cássio Luiz Freitas Mota, de Canguçu, Rio Grande do Sul, Elton Dettenborn, de Passo do Sobrado, Rio Grande do Sul, Almedo Dettenborn – devem ser irmãos ou primos –, também do Rio Grande do Sul. São primos?

Para nós, é motivo de muita honra ter Prefeitos aqui. Peço que cada um se identifique com um cartão para que, durante a audiência, eu possa fazer o registro da presença.

Em segundo lugar, aviso, a quem interessar examinar, que há cerca de duzentos avulsos do projeto à esquerda.

Passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Meu boa-tarde a todas e a todos. Cumprimento meus colegas de Senado, na figura do Senador Heráclito Fortes, os companheiros de Congresso Nacional, da Assembléia Legislativa, na presença do nosso Presidente Júlio Garcia, todos os demais membros da Mesa, Prefeitos, Vereadores, representantes das entidades de classe dos fumicultores e todos os agricultores e agricultoras que participam desta audiência.

Este assunto da Convenção-Quadro vem polemizando o Senado da República já há um bom tempo. Temos acompanhado, de forma muito atenta, todo o debate. Creio que o Senado está cumprindo seu papel ao abrir as audiências públicas para que a sociedade brasileira, principalmente os diretamente interessa-

dos, os produtores de fumo, possam dar sua opinião, colocar suas posições, a fim de que, na deliberação do Senado, seja contemplada a opinião da sociedade brasileira.

Já tive oportunidade de receber algumas comitivas em meu gabinete, inclusive representando setores principalmente de Santa Catarina. Quero tornar clara e pública minha opinião, porque só tive oportunidade de expô-la às pessoas que nos procuraram, opinião de que todos nós temos a obrigação de fazer o controle visando à eliminação do fumo. Tenho a convicção de que o fumo e o tabaco são maléficos em termos de saúde. Agora, esse procedimento de como isso se dará... Não basta, unilateralmente, um único país, uma única sociedade tomar a deliberação para sua concretização; isso é um trabalho articulado, que tem de ser feito de forma gradativa, com o jogo combinado inclusive no cenário internacional, porque os interesses da indústria do fumo são poderosíssimos; é uma das áreas da agricultura que tem uma das maiores lucratividades, não só em termos agrícolas, como em termos industriais; tem interesses tributários, porque também é um dos setores em que se arrecada muito imposto; portanto, os interesses são vultosos. E, portanto, tenho o entendimento de que não temos de entrar, como se diz no popular, de gaiato nesse navio, tomando uma iniciativa importante, sem a clareza de tudo o que está em jogo no tabuleiro internacional, inclusive. (Aplausos.)

Agora, é de fundamental importância que façamos o debate, a discussão, sem perdermos a oportunidade de tomar as iniciativas. Por isso, tenho o entendimento de que devemos trabalhar na lógica da audiência, de ouvir, de colher as informações.

Estava aqui o Senador Heráclito Fortes, ainda antes de eu falar, pedindo a minha opinião. Eu quero dizer que, na minha opinião, nós deveríamos caminhar na direção de termos condições de assinar. Quais são as condições para assinar a Convenção-Quadro? Que todos os direitos e as garantias fiquem explicitados e que saibamos diretamente e de forma muito clara qual é o jogo internacional em que nós vamos estar entrando. (Aplausos.) Esta é a garantia fundamental para podermos tomar a iniciativa. Por isso, nada mais correto que a audiência, para podermos debater. Assim, na hora em que tivermos de dar o nosso voto – não é, Senador Heráclito Fortes, Senador Jorge Bornhausen? – que possamos dá-lo com convicção, com conhecimento de causa, principalmente, sabendo de todas as conseqüências que a decisão que o Senado Federal vai tomar vai acarretar; não só para as disputas internacionais, para a posição de nosso País nas disputas e nas relações internacionais, mas com re-

lação às conseqüências para o cotidiano de milhares e milhares, eu diria talvez até milhões, de brasileiros e brasileiras que dependem da fumicultura para a sobrevivência de suas famílias.

Então, deixo aqui de público minha posição, a qual tenho expressado e não poderia deixar repassar de forma muito franca, como costume sempre fazer. Infelizmente, não vou poder acompanhar toda a audiência, até porque temos hoje, simultaneamente, outra atividade com a Ministra Nilcéa Freire, que está vindo assinar o protocolo de intenções de políticas públicas para as mulheres, com inúmeras prefeituras aqui do Estado de Santa Catarina.

Então, estamos um pouquinho aqui, um pouquinho lá, acompanhando essas duas atividades importantes para o nosso Estado: tanto as políticas públicas para as mulheres, que são mais da metade da população de nosso Estado, como também aqui a atividade com os fumicultores, nesse debate sobre a Convenção-Quadro.

Prestarei muita atenção no resultado, nos debates e nas propostas que vierem daqui, e os senhores podem ter certeza de que o posicionamento desta audiência pública será fundamental na hora de eu decidir meu voto lá, na decisão da Comissão.

Então, era isso que eu queria deixar, desejando sucesso ao debate. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradecemos as palavras da Senadora Ideli Salvati e passamos a palavra ao Deputado Manoel Motta, Líder do Governo de Santa Catarina.

O SR. MANOEL MOTTA – Quero saudar o Deputado Federal João Matos, saudar a área da saúde, aqui representada – tanto do Ministério da Saúde quanto da Secretaria da Saúde –, saudar o Bitá, nosso Vice-Prefeito de Florianópolis, saudar a Fetaesc, saudar os presidentes de sindicatos, saudar nossas fumicultoras, nossos fumicultores, e dizer que hoje é um dia muito importante, é um dia fundamental para a área produtiva do Brasil e muito mais para Santa Catarina.

Tive a honra de ter nascido na agricultura e de ter sido fumicultor por dez anos. Portanto, conheço bem a produção do fumo. Nós, de Santa Catarina, plantamos nas terras menos férteis, em terras em que só se produz mandioca e fumo. Então, evidentemente, não há como manter a área produtiva em seis, sete, oito hectares, com duas (ininteligível) de fumo, onde sobrevive o fumicultor com sua família. Ali os nossos fumicultores sobrevivem, ensinam seus filhos, criam sua família e sobrevivem dignamente.

Existem, em Santa Catarina, setenta mil plantadores de fumo, e a metade está na nossa região. Há praticamente duzentos mil trabalhadores em nossa re-

gião que trabalham com o plantio de fumo. Para nossa sorte, o fumo é de qualidade, e aproximadamente 90% do nosso produto são exportados. Daqui sai o fumo e aqui fica o dinheiro para sustentar a família, tratar dos filhos e dar-lhes educação.

Se não plantarmos o fumo, acabaremos com a área produtiva, porque não há como o fumicultor se manter em seis, sete, oito hectares de terra com outro tipo de plantio. Arrebenta o nosso fumicultor, arrebenta a área produtiva, e não há emprego. A população vai ter de ir para a cidade, mas não terá emprego. Então, imaginem o transtorno que vai ocorrer no Rio Grande do Sul e em todo o País, como já ocorre em Santa Catarina, na área onde se planta o fumo. E o que ocorrerá? Se não plantarmos fumo, não vamos ter dinheiro e vai haver desemprego. Vamos ter de tirar o nosso dinheiro para buscar o cigarro podre do Paraguai para atender o Brasil, porque as pessoas não vão deixar de fumar. Essa é uma realidade que deve ser dita neste instante. (Aplausos.)

Por isso, sem emoção, meus eminentes Senadores, cumprimento o Senado pela grandeza que teve de fazer as audiências públicas. Recebi milhares de faxes e de telegramas, aprovando o requerimento encaminhado ao Senado para que essas audiências públicas acontecessem no Rio Grande do Sul e aqui em Santa Catarina. Felizmente, essas audiências estão ocorrendo. Por isso, queremos cumprimentar o Senador e a Senadora e dizer que lamentamos, profundamente, essa situação, porque a Câmara dos Deputados fez um acordo de liderança e aprovou esse decreto legislativo que não podemos aceitar de graça. Não podemos aceitá-lo. (Aplausos.)

Com muita tranquilidade, muito seguro e muito sereno, ainda ontem fiz um pronunciamento nessa mesma linha, defendendo essa área produtiva, porque o nosso fumicultor merece um respeito muito especial. Neste momento, estão todos sem saber o que fazer. É problema por cima de problema. A minha região, que planta 50% do fumo de Santa Catarina, recebeu o furacão Catarina, que destruiu a região.

Agora, a área produtiva é a do arroz. O preço do arroz, meu caro Senador, é menor R\$5,00 por saca do que o preço que custa na roça. Pensarmos, agora, em prejudicar a área produtiva dos fumicultores é matar a nossa região. Por isso, já disse e continuo dizendo que vou defender os fumicultores com unhas e dentes para que essa área produtiva continue trabalhando. (Aplausos.)

Obrigado, minha gente!

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)
– Agradecemos a palavra do Sr. Líder do Governo na

Assembléia e passamos a palavra ao Dr. Luiz Fernando de Vicenzi, que representa o Governador do Estado.

O SR. LUIZ FERNANDO DE VICENZI – Estou numa situação realmente difícil, porque trabalho na área de saúde.

Senador Heráclito Fortes, quero dizer que considero essa atitude realmente perfeita. Estamos junto com a comunidade, junto com vocês que estão com problemas. Nós também já tivemos problemas na nossa área. A posição de todos os Senadores, da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Jorge Bornhausen, e agora também do nosso representante do Governo. Eu fui surpreendido ontem com um convite para representar o Governo aqui, hoje, nesta reunião.

Eu vou falar como médico. Atualmente, estou na direção do Cepon, Centro de Pesquisas Oncológicas. Trabalhamos com câncer. Os senhores já viram que a minha posição na área da saúde tem que ser exatamente contra o fumo. Evidentemente, penso que tudo o que foi dito está correto. Tem que ser feita alguma coisa com alternativas. Vocês também têm o direito de sobreviver.

Preparei alguma coisa aqui que vou ler, para ficar mais tranqüilo e mais seguro. Aqui estou representando como médico. Vou fazer, inicialmente, uma comparação entre doenças e vacinas.

Há mais ou menos 35 anos, andando pela cidade, eu observava crianças com duas muletas, com a perna encolhida, afinada, em consequência da paralisia infantil. Muitas delas conseguimos operar, liberar as retrações e possibilitar o uso de aparelho ortopédico, dispensando, assim, as muletas. Hoje não vemos mais essas crianças, graças à vacina contra a poliomielite.

No caso do câncer, dos derrames, do infarto, não dispomos de uma vacina tão simples. A vacina de que necessitamos são atitudes preventivas e a ratificação deste tratado será uma delas. É uma vacina diferente, mas será eficaz, pois evitará que, a cada dia, cem mil jovens comecem a fumar em todo o planeta.

A ciência já demonstrou, de forma inequívoca, que o consumo do tabaco é uma doença, uma dependência química que condena seus usuários a desenvolverem doenças graves e fatais. É importante saber que o fumante, após alguns anos de uso, parando de fumar, muitas vezes, não conseguirá reverter os danos já causados ao seu organismo.

No Brasil, duzentos mil atestados de óbito são consequência direta ou indireta do uso de derivados do tabaco e, por este motivo, as entidades médicas são solidárias ao controle do tabagismo.

Sabemos que haverá mudança nos nossos mercados de trabalho. Vocês, agricultores, terão outras

alternativas, e nós, médicos, também teremos outros tipos de paciente.

Então, em nome da saúde do Governo do Estado, que estou representando, ressalto que somos favoráveis à ratificação deste tratado por entendermos que traz, na sua estrutura, garantias de alternativas economicamente viáveis para a sociedade catarinense.

Esta é a nossa opinião da área médica.

Obrigado. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradecemos ao Dr. Vicenzi pela manifestação e registramos a presença do Prefeito de Jacinto Machado, José Mota Alexandre, e do Vice-Prefeito de Canoinhas, Edmilson Luiz Verka.

Passamos a palavra ao Deputado Reno Caramori, Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural.

O SR. RENO CARAMORI – Meu amigo Senador Heráclito Fortes, companheiro Senador Jorge Bornhausen, Presidente Júlio, demais Deputados que nos honram com a presença, trago o abraço dos demais Deputados membros da Comissão de Agricultura, Dr. Luiz de Vicenzi, homem que aprendemos a admirar pela sua preocupação com a saúde da nossa gente já há muitos anos, cumprimento o Deputado Federal João Matos, as nossas autoridades representativas dessa classe sofrida que são os nossos produtores de fumo e de outros produtos agrícolas. Quero cumprimentar as nossas ONGs aqui presentes, os nossos empresários da área do fumo e tabaco, representantes de classes, prefeitos, vereadores, enfim, cumprimentar todos os senhores e senhoras que estão aqui neste momento interessados em buscar como nós uma solução.

Senador Heráclito Fortes, recebemos inúmeros apelos na nossa Comissão de Agricultura, formada por Deputados de todos os partidos, e temos debatido bastante. Temos visitado as nossas regiões inclusive em uma situação, lá no Planalto Norte, quando buscávamos uma solução para o produto da seca, para a secagem do fumo, o problema da bracinga.

Já temos enfrentando inúmeros problemas quando se fala no fumo, mas quando olhamos que só no Planalto Norte tem praticamente dezessete mil famílias produzindo fumo, se fizemos uma comparação, Dr. De Vicenzi, a grande maioria dos produtores não fumam, mas produzem porque o Brasil exporta esse produto. Faz parte (Aplausos.). O Brasil exporta, e bastante.

Eu não tenho esses dados, mas visitei a Souza Cruz em Blumenau há pouco tempo, e, conversando com seus dirigentes, eles me mostraram até a possibilidade de importarmos fumo para satisfazer os nossos compradores de outros países.

Olhamos para essa platéia que, tenho certeza, com as mãos calejadas na grande maioria, mantém a sua propriedade, pequena, sim, porque vivemos em Santa Catarina de pequenas propriedades e o fumo lhes dá uma grande rentabilidade, da mesma forma que dá o tomate na minha região. Talvez, Dr. De Vicenzi, o tomate leva na sua produção um número bem maior e quantidade maior e mais perigosa de defensivos agrícolas (Aplausos.).

Outras culturas que conhecemos, como a batata, que é nosso alimento de todo dia, será que também não estão sofrendo as consequências dos agrotóxicos? É verdade que o fumo, no prazer de muitos, leva à desgraça, mas eu dizia hoje de manhã aos meus amigos de Itaiópolis: fuma quem quer. (Aplausos.) Tem gente que não come feijão, mas nós plantamos feijão porque há outros que comem. E assim é a vida.

A nossa região do Planalto Norte, Senador, e acredito que a do Sul, Deputado Júlio, Deputado Salvaro, Deputado Altair, que é um grande produtor, teremos problemas seriíssimos não só para o Governo Federal, para o Governo Estadual ou Municipal, mas para a sociedade toda. Teremos problemas sérios porque não é de uma hora para a outra que vamos substituir uma cultura que, numa pequena quantidade de terra, tem uma lucratividade tão grande. (Aplausos.).

Por isso, Senador, quero cumprimentá-lo, e toda a sua Comissão, por essa tentativa de encontrarmos uma solução que não venha penalizar aqueles que produzem não só fumo, mas também outras culturas lá na roça para o homem da cidade e poder viver. O pouco que eles produzem não mantém a sua família, se for dedicar todo o seu trabalho, retirando totalmente a cultura do fumo. Não sobrevive. Não é plantando feijão e milho na agricultura familiar que nós vamos manter nossos filhos no colégio, manter a saúde de nossas famílias, mantê-los vestidos.

Por isso, a Comissão de Agricultura – tenho certeza, senhores produtores –, os sete Srs. Parlamentares que a compõem, está preocupada. Vamos tentar também buscar uma solução junto aos responsáveis, mas não pode ser, Senador Heráclito, uma medida drástica, uma medida terminativa, uma medida que venha apenas essa gente.

E aqui vou dar um exemplo prático. Caçador não plantava muito fumo, mas quem plantava fumo, hoje, planta tomate, que é também uma cultura que se aproxima, por sua lucratividade em período curto e com pequena área de terra utilizada.

Essa é a nossa preocupação, e queremos ser parceiros nessa caminhada para tentar encontrar uma solução, principalmente para vocês, que são os nossos produtores, e para aqueles que, com a sua comerciali-

zação, a sua industrialização, deixam grandes divisas para o nosso País.

Um abraço. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradecemos as palavras do Deputado Reno Luiz Caramori.

Registramos a presença de mais um prefeito catarinense: o Sr. Adelmo Alberti, do Município de Bela Vista do Toldo.

Passamos agora a palavra ao Deputado Federal João Matos, Secretário de Articulação Política de Santa Catarina.

O SR. JOÃO MATOS – Saúdo o nosso Senador Heráclito Fortes e todos os componentes da Mesa, incluindo deputados estaduais e o representante do governador. Cumprimento também as lideranças clasistas que representam as associações de produtores de fumo, bem como as ONGs participantes deste evento de suma importância para a economia, sobretudo a familiar, para cerca de setenta mil famílias catarinenses que vivem da cultura do fumo, que representa mais de duzentos mil empregos.

Senador, permita-me cumprimentá-lo e ao Senado da República pela medida acertada de corrigir dois erros muito grandes, dois encaminhamentos equivocados. Refiro-me ao fato de o Senado da República, através da Comissão de Agricultura, ter trazido para a discussão com os segmentos interessados essa questão tão polêmica. Parabéns. Corrige-se, dessa forma, o equívoco da Câmara dos Deputados, à qual pertence, mesmo que agora licenciado para as funções de Secretário de Coordenação e Articulação do Governo de Santa Catarina. Foi equivocado o encaminhamento da Câmara, que decidiu uma questão tão importante e tão polêmica, que mexe com a vida de tanta gente, através de um acordo de lideranças, e foi também um equívoco por parte do Governo Federal, do Executivo, cuja prática contrariou a prática do partido que está no poder, que é a de trazer as questões para serem discutidas pelos segmentos interessados. Essa prática de discussão com os segmentos interessados foi sempre a tônica do discurso do partido que hoje está no comando da República Federativa do Brasil. Estranho o ocorrido e, mais uma vez, cumprimento o Senado por corrigir esses dois equívocos que, graças a Deus, puderam ser reparados a tempo.

É do conhecimento da maioria significativa dos fumicultores que aqui estão que, enquanto Deputado Estadual, fui por alguns anos Presidente da Comissão Parlamentar Externa do Fumo, Deputado Mota, comissão da qual V. Ex^a, à época, também já fazia parte. Anualmente, essa comissão promovia encontros entre a classe fumicultora e as empresas que comercializavam

o fumo, encontros para debates importantes em defesa dos interesses dos fumicultores catarinenses.

Nessa condição, continuo atento e preocupado com uma atividade que é significativamente importante dentro da economia catarinense. Ratificar, simplesmente, a Convenção-Quadro seria termos o descuido de olhar os interesses de tantos catarinenses e brasileiros vinculados a essa atividade.

Mas se o encaminhamento for – aí a minha posição é muito clara – pela ratificação da convenção, meus caros Senadores, no Senado da República, que se deixe muito clara a necessidade de definição de critérios para a ratificação da Convenção, garantindo-se aos nossos fumicultores condições de sobrevivência. É muito fácil decidir-se, no gabinete do Ministro ou do Presidente da República, sem se olhar a situação em que ficarão as famílias de fumicultores de Santa Catarina, que representam um terço – ou um pouquinho mais – da atividade no Brasil, e dos demais fumicultores do País.

A minha região, Senadores – sabe V. Ex^a, Senador Jorge Bornhausen, que venho do Vale do Itajaí -, é uma região onde a atividade fumicultora exerce uma importância muito grande no contexto econômico. Por isso, evidentemente, ela está muito preocupada. Eu não poderia deixar, como representante da região, como alguém que já foi presidente de uma CPE do fumo em Santa Catarina, de manifestar a preocupação. Gostaríamos que os Senadores tivessem ou continuassem tendo essa clareza, mas levarei também, como Deputado Federal, mesmo que licenciado, às autoridades do Executivo Federal as preocupações que tenho em nome da gente que represento, entre as quais estão milhares de famílias de fumicultores do Vale do Itajaí, a preocupação com a situação. É muito fácil dizer: vamos ratificar a convenção, a atividade está, daqui para frente, definida dentro dessa política do País. Enfim, é muito fácil. Agora, não é fácil, evidentemente, esquecer-se ou deixar-se de levar em consideração a situação de cerca de setenta mil famílias de fumicultores de Santa Catarina, além dos outros Estados do País.

Por isso, de maneira muito clara, a minha posição: vou reclamar junto às autoridades federais, se o encaminhamento for pela ratificação da convenção, uma vez que, pessoalmente, em termos de voto, neste momento, nada mais posso fazer, já que passou pela Câmara dos Deputados e, mesmo lá, não estou.

Uma vez mais, parabéns ao Senado Federal pela condução, corrigindo dois erros cometidos. Oxalá tenhamos condições de ampliar os debates para que os Senadores possam sair daqui com uma clareza muito grande da posição dos diversos segmentos da

sociedade catarinense, levando em consideração a classe fumicultora.

Muito obrigado. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradecendo a participação do Secretário João Matos, que, com muita alegria, revejo aqui, pois foi meu colega de Câmara dos Deputados, registro também a presença, neste debate, da Dr^a Margaret Matos de Carvalho, da Coordenadoria Nacional do Combate à Exploração do Trabalho Infantil e representante do Ministério Público do Trabalho do Estado do Paraná.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Clésio Salvaro, que também, nesta solenidade, representa, conforme já foi lido anteriormente, o Senador Leonel Pavan.

O SR. CLÉSIO SALVARO – Senador Heráclito Fortes, que preside esta audiência pública; Senador Jorge Bornhausen; meus colegas Deputados, Presidente da Assembléia, Deputado Júlio Garcia, Deputado Manoel Motta, Deputado Altair Guidi, Deputado Paulo Eccel, Deputado Reno Caramori, Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, Deputado João Matos, representante de Governos de Estados, cidadãos e cidadãs, muito boa tarde. Desejo cumprimentar também aqui o Bitá, Vice-Prefeito de Florianópolis.

Muito me honra, nesta tarde de sexta-feira, aqui representar o Senador Leonel Pavan, que pediu que eu transmitisse um abraço a cada um que aqui estivesse e que levasse a posição pura, clara, de que ele é contra, sem meias-palavras, sem que ficasse dúvida a qualquer Senador da República, a Convenção Quadro. (Aplausos.)

Fiz questão de aqui poder representá-lo, até para atender o seu pedido, porque também tenho uma posição muito clara com relação a esse assunto.

Deputado Reno Caramori, quando presidi a Comissão de Agricultura na Assembléia, durante dois anos, eu e o Sálvio Tonini – que representa a Semear, a Faesc – trabalhamos muito no Estado todo de Santa Catarina para poder liberar o corte da bracatinga. Fizemos a maior audiência pública da história do parlamento catarinense, no Município de Canoinhas, onde mais de 3 mil pessoas – fumicultores, agricultores – do estado todo lá estiveram presentes – porque no Paraná e no Rio Grande do Sul a bracatinga tem o seu corte autorizado por lei. Aqui, no nosso Estado, ainda que mudamos a resolução do Conama, as autoridades estaduais e municipais ainda dificultam. E continuam dificultando. Mas nós vamos – ouviu, Sr. Presidente? – reverter esse quadro. Para dizer que sou favorável ao corte da bracatinga, para dizer que não tenho voto no

Senado, Senador Heráclito, a nossa posição também é contra a Convenção Quadro.

Sou filho e neto de agricultor. O meu bisavô, meu “bisnono”, veio da Itália, e eu sei o quanto é difícil tirar do solo o seu sustento. E foi sob o comando de um arado e no cabo de uma enxada que o meu nono criou oito filhos. Agora, esta posição clara do Senado de vir aqui ouvir cada um dos produtores, dos agricultores, é muito importante. Daria para dizer, Senador Heráclito, que V. Ex^a traz do Senado Federal algumas “arobas” de bom senso, e V. Ex^a vai levar daqui também – certamente não um recado – a manifestação ao Governo central lá, em Brasília, de que Santa Catarina depende e deseja que esse segmento tão importante da agricultura, os fumicultores, continue desenvolvendo suas atividades. (Aplausos.) Até porque os poderosos, os americanos e os chineses, são contra. É mais uma vez a agricultura que, pela vontade do Governo central, vai ter que pagar a conta. Mais uma vez. De tantos planos econômicos, de tantas mudanças na economia, de tantos rumos para lá e para cá, é sempre o produtor rural, o agricultor, que paga a conta. Espero que desta vez não sejamos nós que, mais uma vez, vamos pagar essa conta. Por que os fumicultores? Ora, alguém aqui, algum cidadão ou alguma cidadã presente teve notícia de que um casal, uma família, se separou, de que houve rompimento da relação familiar porque o marido ou porque a mulher fumavam? Não. Agora porque bebia, sim, porque o marido chegava em casa bêbado, batia na mulher, batia nos filhos, aí, sim. (Aplausos.)

Então, é essa posição bem clara que temos que ter.

Então, aqui vai, Senador Heráclito Fortes, a posição deste Deputado, líder da Bancada do PSDB na Assembléia Legislativa, assim como do Senador Leonel Pavan: não à Convenção Quadro. (Aplausos.)

(*Entra vinheta musical.*)

O SR. (orador não identificado) – Quero cumprimentar o Deputado Júlio Garcia, nosso Presidente da Assembléia e, em seu nome, todos os Deputados que integram a Mesa, o Secretário João Matos, que representa o Governo de Estado, o Vice-Prefeito Bitá e, de forma especial, saudar a cada um dos senhores que estão aqui nesta tarde, pagando a sua própria despesa, cada um pagou o ônibus em que veio para cá, porque é uma luta justa.

Gostaria de saber quem daqui teve a oportunidade de ler o texto da Convenção Quadro. Eu quero dizer para vocês – foram poucas as pessoas que levantaram a mão – que, como Deputado Estadual, não tenho vergonha de dizer que também não li a Convenção Quadro, mesmo porque o convite chegou para essa

audiência há poucos dias. Não vou vir aqui na frente falar bonito, jogar para torcida.

Busquei rapidamente as informações sobre a Convenção Quadro. Parece-me muitas vezes que pode estar se provocando uma falsa polêmica a respeito de um documento que certamente a maior parte de nós, com exceção dos Senadores, não tenha lido isso aqui. Então, como podemos vaiar ou aplaudir um documento que não lemos?

A informação que tenho, neste instante vem de estudos feitos, de todos os lados, de todos os interessados. Agora, um estudo que me chamou a atenção diz que o objetivo da Convenção não é o de extinguir a lavoura de fumo. Não existe no seu texto qualquer menção de proibir os países de plantarem fumo, assim como não há qualquer obrigação de substituir o fumo por outras lavouras.

A Convenção, segundo estudo que tenho em mãos, não estabelece qualquer prazo para implantação das suas medidas relacionadas com os agricultores, inclusive para substituição das culturas. Se esse estudo faz sentido, não consigo enxergar, neste instante, motivo dos agricultores para tanta preocupação.

Proponho que as federações, as comunidades se organizem e opinem sobre a Convenção Quadro, mas a partir da leitura. Porque acho triste chegarmos aqui e ouvir, com todo o respeito ao meu colega que me antecedeu, que fuma quem quer. Tudo bem, fuma quem quer, mas quem é que vai pagar a conta dos milhões que vão aparecer com câncer? Todos nós. Fuma quem quer, mas a conta todos nós pagamos.

Então, o que eu vou fazer e sugiro também à grande maioria que, como eu, também não fez a leitura, que rapidamente leiam a Convenção Quadro para tirarmos as conclusões. Se é maléfico para nós, que nos organizemos e nos mobilizemos para que isso seja aprovado. Agora, se não traz esse prejuízo todo que se fala, que também abramos a boca e nos manifestemos. Não se trata somente de o Brasil aprovar. Sessenta países já aprovaram. Então, que reflitamos sobre essas questões.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PLF-PI)

– Quero fazer um apelo no sentido de que não haja esse tipo de manifestação, para que se deixe que livremente cada um manifeste seu ponto de vista. O aplauso, tudo bem: é uma manifestação universal incolor e indolor. A vaia não cabe aqui, no auditório. Eu pediria encarecidamente a vocês, para que se justifique, inclusive, a vinda da Comissão aqui, a Florianópolis.

Quero mais uma vez dizer a quem não leu o texto ainda que temos cópia aqui, à esquerda. Todos terão oportunidade, desde que desejem, a ter acesso.

Queria apenas dizer ao Deputado Paulo Eccel que concordo que todos devem ler, mas com um pouco de pressa, porque temos um prazo de manifestação. Esse documento tem que estar na ONU no dia 7 de novembro, daí a impossibilidade de se percorrer o Brasil inteiro neste momento. Mas o grande avanço que fizemos foi de procurar ao máximo democratizar, fazendo essas audiências públicas no sentido de que, pelo menos, esse debate se torne democrático.

Concedo a palavra ao Deputado Altair Guidi.

O SR. ALTAIR GUIDDI – Senador Heráclito Fortes, Senador Jorge Bornhausen, meu amigo e Presidente do Poder Legislativo catarinense, meus colegas produtores e produtoras, ONGs, entidades de saúde aqui presentes, gostaria que me permitissem ler o que preparei para esta oportunidade. Uma coisa que não podemos mais admitir é que essa decisão não seja única e exclusivamente de Brasília. Não sei onde estava a Câmara Federal quando simplesmente aprovou, por acordo de Lideranças, sem discussão com a sociedade brasileira.

Na condição de ex-fumante, penso que sou um bom exemplo a indicar que o combate ao fumo pode ser feito de inúmeras maneiras e que, certamente, a pior delas será a aplicação do art. 17 da Convenção Quadro para combate ao tabaco, que prevê a substituição e gradual erradicação da lavoura do tabaco.

Abstraindo todos os aspectos econômicos e sociais que a questão envolve, causa-me espécie o fato de uma organização do porte e da credibilidade da OMS propor uma medida dessa natureza, que, a história comprova, não tem a menor condição de ser eficaz.

Proverei.

Talvez o exemplo mais flagrante da ineficácia que provém da proibição pura e simples de produção de um bem de consumo de massa seja a famosa Lei Seca dos Estados Unidos, adotada naquele país no final dos anos 20 do século passado. Apenas para lembrar, a Lei Seca proibiu a produção, comercialização, consumo de bebidas alcoólicas. A história demonstrou que, em função daquela lei, primeiro, o que aconteceu? O consumo de bebidas alcoólicas não foi reduzido; pelo contrário, se expandiu. Segundo, em função da proibição da produção, foram implantadas fábricas clandestinas – o que terá, também aqui, no Brasil, aí no Paraguai, do fumo, se for o caso – de fundo de quintal, sem qualquer cuidado técnico e sanitário, gerando produtos de péssima qualidade, infinitamente mais nocivos à saúde pública do que as bebidas antes produzidas legalmente. Terceiro. Para burlar a lei, foram constituídas centenas de organizações criminosas, que deram origem ao que hoje é conhecido como crime organizado.

A proibição da cultura do fumo nos levará a um quadro semelhante. O fumo, a exemplo das demais culturas hoje proibidas, como é o caso da coca, da qual advém a cocaína, e da papoula, da qual advém a heroína, continuarão sendo produzidas, mas aí sob o controle de organizações criminosas. O mesmo vai ocorrer com o fumo. A partir daí, os recursos públicos que seriam utilizados para a saúde pública deverão ser direcionados para o combate ao crime. (Aplausos.)

A exemplo do que ocorre hoje com as assim chamadas drogas pesadas, o Brasil é o exemplo para o mundo na condição de programas de saúde pública, como é o caso, por exemplo, do atual programa de melhoria da qualidade de vida dos portadores de AIDS. O Brasil praticamente erradicou a paralisia infantil e uma série de outras enfermidades hoje ainda comuns em países tão pobres quanto o Brasil. Por que não fazer o mesmo do fumo? Por que não desenvolver vigorosos programas de educação e de controle sanitário de sorte a reduzir gradualmente o consumo interno do tabaco. As estatísticas evidenciam que há, no País, ao redor de duzentas mil famílias dedicadas à cultura do fumo, e que a renda familiar média originada dessa cultura gira em torno de 25 a 30 mil reais anuais. Que cultura é capaz de alcançar tamanha renda em propriedade minifundiária, como é nosso caso em Santa Catarina? Quem pagará o prejuízo? O Governo brasileiro, que não tem recurso sequer para armazenar o que produz? O mundo rico vai subsidiar o pequeno agricultor brasileiro para que ele deixe de plantar fumo? Parece claro que não, não é gente?

A proibição do cultivo de fumo vai jogar essas 200 mil famílias na miséria e sem qualquer ganho para a sociedade, a exemplo de casos semelhantes. Os fumantes continuarão fumando, a indústria do fumo, se posta na ilegalidade, continuará operando, mas sob as ordens das organizações criminosas e sem qualquer ganho coletivo. (Aplausos.)

Ninguém ignora os malefícios do hábito de fumar. Sou ex-fumante, tenho consciência e conhecimento disso. Também estou de acordo com os que lutam pela erradicação do fumo, mas há necessidade de um planejamento adequado. Não dá para confiar no nosso governo, governo este que não tem nem capacidade de estocar o que o agricultor produz, quanto mais indenizar. Nos Estados Unidos – attem bem – há dois estados que não produzem mais fumo, mas os governos estaduais desses estados indenizam todo prejuízo, ano a ano, que esses agricultores tiveram. O Brasil teria condições de fazer isso? Acho que não – e nós nem acreditamos mais em Governo. Mas não será colocada toda essa riqueza nas mãos criminosas, porque os brasileiros nunca abandonarão o vício num

passo de mágica. E faço apelo a todos os homens de bom senso deste País, especialmente o parlamento, que numa reunião de Líderes, tomou uma decisão quando deveria consultar as duzentas mil famílias.

Quero agradecer ao Senador Heráclito, ao Presidente Júlio Garcia e aos que estão aqui presentes hoje por este encontro. Acredito que foi aqui introduzida uma grande célula na luta contra um problema social que deverá advir da não-produção, da erradicação, simples e puramente, do fumo.

V. Exas. não podem permitir que se cometa mais um crime contra a agricultura brasileira, como aqui já foi falado. (Aplausos.) Com o que o Motta falou, o que o Reno Caramori falou, o que o Senador Jorge Bornhausen falou, o que o Júlio Garcia falou, o que o Paulo Eccel falou, o que o João Matos falou e o que o Salvaro falou estamos de acordo: tudo na medida certa, tudo tem que ser pensado, ser planejado, tudo tem que se prever para depois poder prover. Vejo dessa forma. Nosso produtor rural, o modelo catarinense, o micro-agricultor – o mini não influiria – não pode deixar passar em branco este momento que estamos vivendo.

Um abraço a todos.

Quero dizer que o Deputado Altair Guidi estará junto com vocês naquilo que ele tiver força. Não depende de nós, mas do nosso movimento.

Um abraço e muito obrigado.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL - PI)

- Antes de passarmos ao objetivo desta audiência pública, vamos ouvir o último orador inscrito, o vice-Prefeito de Florianópolis, Bita Pereira.

O SR. BITA PEREIRA – Cumprimento os Senadores Heráclito Fortes e Jorge Bornhausen, o Presidente da Assembléia, Júlio Garcia, os demais membros da Mesa e todas as autoridades aqui presentes. Na verdade, quem estava inscrito para trazer a sua palavra era o Sr. Dario Berger, que estou representando. Ele é o Prefeito desta linda cidade, que tem a maior alegria e prazer em recebê-los. Esperamos que vocês, após esta audiência pública, fiquem conosco e passem, quem sabe, o final de semana aqui, compartilhando, vendo e absorvendo as nossas belezas naturais, comendo camarão e peixe. Após uma audiência como essa, que, creio, será um tanto quanto longa, espero que vocês possam conhecer a Lagoa da Conceição, subir o morro, ver uma das vistas mais preciosas e anti-stress que este mundo pode oferecer. Então, o convidado a dar a sua contribuição, a sua opinião, foi o Prefeito Dario Berger. Na condição de representante, eu me ateno simplesmente a cumprimentá-los, recebê-los e dizer que a cidade está à disposição de vocês para usufruírem o melhor que ela tem.

Quero lembrá-los de algo somente como contribuição. Na Câmara dos Vereadores, o Presidente, ao abrir a sessão, fala: “Invoco a proteção de Deus”. E no Livro de Provérbios, na Bíblia Sagrada, Salomão, apesar de ser um rei extremamente sábio, ele declarou assim: “Há sabedoria na multidão de conselheiros.” Há uma multidão de conselheiros aqui. Creio que a sabedoria está presente neste local e que a decisão a ser tomada será sábia e boa para todos.

Deus os abençoe. Uma boa audiência para todos.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL - PI)

- Agradecemos a todos que se manifestaram. A partir de agora, terá início a oitava dos que aqui estão representando os órgãos, as ONGs, enfim, as várias vertentes da sociedade que discutirão o assunto.

Lembro que, a partir de agora, o tempo destinado aos oradores será de cinco minutos, improrrogável. Ao se completarem cinco minutos, haverá um corte do som. É um corte rápido, de segundos, apenas para que quem estiver falando saiba que ele expirou. E se deixará um pequeno intervalo para se completar o raciocínio. Pedimos encarecidamente a colaboração de todos.

O sistema será o seguinte: ouviremos um a favor e um contra, sucessivamente. Antes de darmos início, peço a permissão, já que sou Relator e não Presidente, para, com muito alegria, passar a Presidência destes trabalhos ao Senador Jorge Bornhausen, uma homenagem ao Parlamento catarinense, que tanto tem orgulhado o Brasil.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL

- SC) - Vamos dar início, cumprindo rigorosamente o horário, chamando o representante do Ministério da Saúde Dr. Carlos Spezia.

O SR. CARLOS SPEZIA – Boa tarde a todos, prezados membros da Mesa, Srs. agricultores, fumicultores, eu não vou usar parte dos meus cinco minutos para falar que sou a favor da Convenção, obviamente. Também não vou usar parte desse tempo para falar dos malefícios causados pelo fumo e todos relacionados a este. Mas vou usá-los, senhores e senhoras, para dizer que nossa preocupação na Convenção-Quadro, em ratificá-la, não é com os mortos, mas com os vivos e com aqueles que vão viver. Em nenhum momento a Convenção-Quadro quer que percamos empregos, salários, etc. Isso não é correto ser afirmado. Outra coisa: o Brasil é muito conhecido internacionalmente pelo seu controle antitabagista, e mesmo assim estamos aqui lutando para que esta convenção seja aprovada. Como foi falado muitas vezes: a questão econômica

fala muito alto! E foi colocado muitas vezes, também, que o que importa é a exportação. Que adianta... Se não me engano, foi dito também que muitos produtores não fumam. O que importa é exportar. O mercado do fumo é altamente valioso. Agora, veja bem: se não ratificarmos a Convenção, ela vai acontecer da mesma forma, e não teremos representantes na própria Convenção. Eu fiquei até sensibilizado, também, ao ouvir falar da estória dos avós nonos e nonas, porque eu também sou do Vale do Itajaí. Meu nono e minha nona, do Vale do Itajaí. E me lembro muito bem quando o nono morreu de câncer, agonizando, querendo respirar. Isso também tem que ser dito. O Ministério da Saúde está totalmente ciente dos programas que serão cumpridos. O objetivo da Convenção-Quadro, como bem foi colocado aqui, é o controle do tabaco com providências relacionadas a propaganda, patrocínios, política de impostos. O seu objetivo primordial é preservar as gerações presentes e futuras quanto às consequências sanitárias, sociais e ambientais resultantes da exposição à fumaça do cigarro. Por isso, a questão de apoiarmos a ratificação da Convenção-Quadro não é meramente política, não é meramente econômica: é uma questão de saúde pública. É o primeiro tratado internacional de saúde pública já realizado no mundo. A participação do Brasil na 52ª Assembléia Mundial da Saúde foi importantíssima para que fosse concebida a Convenção-Quadro. Não é justo agora, para o País, para a nação, para o mundo, que não a ratifiquemos. Seria politicamente infantil não ratificá-la nesse momento, porque, como disse, ela vai entrar em vigor. Ela já está aprovada. Já temos 70 países que ratificaram.

Obrigado a todos. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Concedo a palavra ao representante da Afubra, Associação dos Fumicultores do Brasil, Romeu Schneider.

O SR. ROMEU SCHNEIDER – Boa-tarde a todos. Quero saudar o Senador Heráclito Fortes e o Senador Bornhausen e agradecer por eles estarem aqui e proporcionar esta oportunidade para que as pessoas possam se manifestar a favor ou contra. Cada um tem as suas argumentações, tem os seus motivos, para chegar aqui e expor seu ponto de vista e sua realidade. Eu quero saudar principalmente, também, aqui, todos esses produtores que estão aqui. Eles não estão aqui porque alguém exigiu que eles viessem. Eles vieram aqui para demonstrar a sua preocupação com a situação que está por vir para o futuro. Eles estão aqui porque sabem o que isso representa e, certamente, se não fosse essa questão, essa preocupação, eles esta-

riam em casa trabalhando, porque esse é um período que exige muito deles na sua atividade.

Dizem que a Convenção Quadro não prejudica, não impõe restrições, e é verdade. Ela, em si, não impõe restrições; agora as conseqüências que ela vai trazer... Qualquer legislador, em nível municipal, estadual ou federal, poderá criar projetos de lei, encaminhá-los – serão aprovados –, e impor as mais diversas restrições possíveis em todos os sentidos, como mercado, espaços de venda, financiamento, redução no plantio. E o que vai acontecer? Nós não somos contra a ratificação – já foi dito muitas vezes –, a Fibra sempre defendeu que se faça, primeiro, a reconversão, que se procurem alternativas, que se coloque verba à disposição, mas sabendo onde está essa verba, quanto é essa verba, quem tem o controle desse dinheiro. Se eles dizem que têm dinheiro disponível ou que vai haver dinheiro aqui no Brasil, ou lá fora, para financiar a reconversão, devo dizer a todos vocês que isso é um sonho, uma utopia, porque observem os atuais agricultores que produzem qualquer outra cultura que não seja o fumo, as dificuldades que têm!

Por que o crescimento do fumo, nos últimos dez anos, extraordinariamente, mais que dobrou de produção? Porque existe mercado, existe garantia de preço e existe algo que todos sabem: vão produzir e têm para quem vender. Arroz, soja, milho não têm valor, porque o preço está muito abaixo do custo de produção. Se precisam vender para arrumar um dinheirinho, não conseguem porque não há quem compre. Com o fumo isso nunca aconteceu, sempre havia mercado. Claro que, em algumas oportunidades, o preço não estava o que nós queríamos, que os produtores precisavam, mas tinha para quem vender. Gente, isso é muito importante. E vocês só podem ter uma certeza: onde existe consumidor – e sempre haverá consumidor de cigarro – existirá fornecedor. E quem serão os fornecedores? Os outros países. Nós aqui vamos fumar um cigarro de péssima qualidade, sem controle fitossanitário. Vamos ficar sem o emprego, sem a receita, sem os impostos, e vamos ficar com a tão alegada despesa para pagar a saúde que está sendo prejudicada, o tão alegado prejuízo para a saúde. Isso o Brasil vai ter para pagar. E onde vai estar a contrapartida, a parte boa dessa atividade toda? Infelizmente, isso nós não vamos ter.

O produtor sabe que plantar fumo não é fácil, é um trabalho penoso. Só o fazem as pessoas determinadas, que gostam e sabem trabalhar. Esses são os que plantam fumo. Se houvesse uma cultura que desse uma opção para eles terem a receita próxima à que o fumo dá – nem precisa ser a mesma coisa –, ninguém precisaria dizer para eles não plantarem mais fumo; eles passariam a produzir essa outra cultura, eles fariam a

migração, podem ter certeza disso. É esta colocação que quero deixar muito bem clara.

Eu gostaria de abordar mais algumas questões aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Seu tempo está esgotado.

O SR. ROMEU SCHNEIDER – Esgotado. Que pena! Eu teria uma porção de coisas para dizer.

Muito obrigado.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Com a palavra, a Dr^a Tânia Cavalcanti, Secretária-Executiva da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção Quadro.

A SRA. TÂNIA CAVALCANTI – Eu queria ler um pouco do que eu trouxe, para não esquecer de nenhum detalhe que eu acho extremamente importante.

O início dessa disseminação de verdades começou no ano passado, com informações do tipo: se o Brasil ratificar a Convenção Quadro vai haver perda de empregos na lavoura do fumo e graves prejuízos econômicos. E o Senado muito sensatamente já vem realizando, desde o ano passado, audiências públicas. Esta é a quarta audiência pública que está acontecendo na Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo Senador Eduardo Suplicy, que já realizou duas audiências, uma em Brasília e outra Santa Cruz do Sul, conhecida como a capital mundial do fumo.

Esses debates foram muito importantes porque a maioria dos argumentos defendidos pelo setor do fumo foram rebatidos e desmistificados.

Como sustentar a afirmativa de que a ratificação da Convenção pelo Brasil causará o caos econômico para os fumicultores, se 85% da produção brasileira de tabaco é exportada, segundo os dados da indústria do fumo, segundo os dados da Afubra? Se o que pode influenciar esse aspecto depende mais de uma dinâmica de mercado internacional, que, por sua vez, independe de o Brasil ratificar a Convenção Quadro?

Como bem colocou a Senador Ideli Salvatti, é preciso entender o tabuleiro internacional, é preciso entender o jogo. Se hoje o consumo interno no Brasil encontra-se em franca redução, como vamos estar entendendo que a ratificação da convenção pelo Brasil vai ter esse efeito? Não existe essa relação de causa e efeito entre a ratificação da convenção pelo Brasil e a causa econômica. Estão tentando disseminar para que vocês fiquem extremamente assustados e hostilizem um tratado que veio para ajudar a resgatá-los de uma dependência econômica de grandes transnacionais do fumo.

Esses debates também deixaram claro que, independentemente de o Brasil ratificar a Convenção

Quadro pelo Brasil, o mundo já está se preparando para reduzir o consumo de tabaco. Embora a previsão dessa redução seja para longo prazo, existe um estudo da FAO – um órgão das Nações Unidas – que já demonstra que nos próximos dez anos haverá uma tendência de redução mundial de consumo. Isso independe de o Brasil ratificar a Convenção Quadro.

É preciso que, a partir de agora, estejamos nos preparando para lidar com esse cenário que muita gente está tentando esconder de vocês. Nesse contexto, vale ressaltar que, dos onze principais países para os quais o Brasil exporta a sua produção de fumo, nove já ratificaram a convenção. A China já está se preparando para ratificar a Convenção.

Quero até mostrar para vocês algo sobre a China que saiu agora, no dia 23: Hong Kong e Macau, que são as principais províncias da China, já aprovaram a ratificação da Convenção, então estão em processo de ratificação. Dos onze principais países para os quais o Brasil exporta fumo, nove já ratificaram a Convenção. Gostaria de entregar à Mesa, aos Srs. Senadores, esses dados que estamos comprovando aqui.

As discussões que já foram feitas nessas várias audiências deixaram claro que estar inserido na Convenção Quadro significa que o Brasil poderá usufruir de apoio internacional técnico e financeiro para o fortalecimento de uma política agrícola de alternativa ao fumo. Os países produtores que ratificam obrigam-se a encontrar alternativas para os fumicultores.

Eu gostaria que todos lessem com atenção os artigos 4, 17 e 26 da Convenção. Desafio qualquer um aqui a mostrar onde está dito aqui na Convenção que vai ser proibido plantar fumo ou que a convenção vai erradicar fumo. Os senhores encontrarão alternativas e proteção, não ameaça.

Eu também gostaria que algo fosse projetado, mas infelizmente não está sendo possível. Trata-se de uma revista do próprio setor fumo, que faz análise para aquele mercado, chamada **Tobacco Reporter** – uma das grandes revistas internacionais de fumo –, que, na edição de maio de 2005, traz na capa o Brasil e deixa claro que essas grandes empresas já não avaliam o País como um cenário tão atraente para investimentos para produção de fumo. E em nenhum momento a razão para isso é a Convenção Quadro. Uma das principais razões para isso é que os fumicultores estão brigando por melhores preços, ou seja, já não existe aquela facilidade de mão-de-obra barata para essas grandes empresas se beneficiarem.

Por fim, gostaria de esclarecer que a cada dia fica mais claro que os que defendem a ratificação da Convenção Quadro o fazem não para defender os interesses dos fumicultores brasileiros, e sim para defender as

grandes transnacionais de fumo, a quem interessa que esses agricultores não tenham acesso a alternativas economicamente viáveis. Quem não tem alternativa fica dependente, fica na mão daqueles que ditam as regras, muitas vezes perversas, da produção do fumo. Tenho certeza de que vocês que plantam fumo não estão felizes com o trabalho que têm, que gostariam de ser resgatados desse penoso trabalho.

Por fim, queria fazer um alerta para o risco que o Brasil corre de retaliações no comércio internacional, a exemplo com o que aconteceu com a Bombardier e o Canadá. O Brasil hoje é exportador – vou entregar para vocês, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Agradecemos e concedemos a palavra ao Sr. Dorval Knak, Presidente da Frente Fumo.

O SR. DORVAL KNAK – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos, senhoras e senhores, estou aqui hoje a dizer que, a cada dia que passa, me indago mais e não entendo qual o interesse dos antitabagistas em ter pressa e vontade de ratificar essa Convenção Quadro quando dizem que em nada altera. Então, não há motivo de ter interesse para sua ratificação.

O cultivo de tabaco no Brasil é uma atividade lícita que gera renda e emprego para milhões de pessoas, gera divisas e gera tributos. Temos, no Brasil, outras atividades mais maléficas à saúde do que o tabagismo e, entre essas, muitas delas ilícitas. O cigarro causa vício, sim, mas não causa dependência. E contesto a quem tem formação científica nesse sentido, porque fumei durante 40 anos e quando decidi deixar de fumar, deixei de fumar, sem a ajuda de ninguém e sem ter consequência nenhuma.

Isso acontece todo dia entre amigos e conhecidos, porque tenho 50 anos na indústria fumageira e todos fazem isto da mesma forma: deixam de fumar por sua livre e espontânea vontade, sem seqüelas e sem conselho de ninguém. Não há dependência quanto ao cigarro. Há vício, sim, mas dependência, não. Duvido porque tenho experiência e prática nisso.

Muitos antitabagistas argumentam coisas que nos deixam perplexos. Cito apenas como exemplo, e tenho dito em outras audiências, que no Município de Venâncio Aires cometem-se muitos suicídios por causa do fumo ou dos agrotóxicos que são usados.

Srs. Senadores, temos centenas e centenas de Municípios que cultivam o fumo da mesma forma, do mesmo jeito, com os mesmos produtos e não há casos de suicídios. Por que, então, só em um Município há suicídios e nos outros milhares de Municípios não? Por favor, usem argumentos mais convincentes porque esses não convencem.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, usando as palavras de uma vereadora de um pequeno Município da região sul do Rio Grande do Sul, uma vereadora do Município de (ininteligível), que, em audiências passadas, disse: cigarro faz mal, sim, mas fome mata.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Concedo a palavra ao Dr. Ricardo Meirelles, da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia.

O SR. RICARDO MEIRELLES – Boa tarde a todos! Novamente é uma satisfação estar dentro do cenário de uma democracia, como é importante no nosso País. Gostaria de cumprimentar a todos da Mesa, nossos Senadores, Deputados e a todos vocês.

Temos o dever de explicar para todos por que a Convenção-Quadro deve ser ratificada.

A Convenção-Quadro é um tratado internacional que visa a proteger a saúde da população mundial. Tabagismo é uma doença, sou médico. Há 10 anos trato de fumantes e sei – não só eu, estudos científicos da Organização Mundial da Saúde comprovam – que tabagismo é uma doença crônica, é uma dependência a uma droga, a nicotina, que é legal, mas é uma dependência. As pessoas fumantes se expõem a 4.700 substâncias tóxicas. Pior, o tabagismo atinge também as pessoas que não fumam e são fumantes passivos. E mais, o tabaco atinge também a pessoa que planta o fumo, porque está comprovado que a nicotina passa pelo manuseio da pele do fumicultor, que se intoxica. É provado que as pessoas que manuseiam o tabaco, pela nicotina, têm náuseas vômito, dor de cabeça, emagrecimento, cólicas e diarreias. Isso não significa que todos vocês vão ter isso, como também não significa que todos os fumantes vão morrer, mas sabemos que o tabaco mata cinco milhões de pessoas no mundo e 200 mil brasileiros por ano, vitimados pelas doenças do tabaco. Sabemos também que 80% dos fumantes brasileiros querem parar de fumar, e só 3% conseguem sem tratamento. Parar de fumar, como dizia Mark Twain, é fácil, ele parou cinco vezes, o difícil é ficar sem fumar.

Louvo as pessoas que conseguem parar de fumar sem tratamento. Quero que todos parem de fumar, mas uma coisa que tem que ficar clara para entendermos, inclusive vocês, primeiro: o consumo do cigarro no Brasil está caindo. As pessoas estão parando de fumar no Brasil, cujo consumo caiu em 50% de 1989 a 2003; segundo, 85% do fumo do Brasil é exportado. Vocês plantam para fora. A Convenção-Quadro já é uma realidade. Ela está em vigor, mas tinham de ratificá-la, 76 já ratificaram. Qual é a tendência no futuro? Não é para vocês, são essas pequenas crianças. Vão plantar fumo para quem?

Se a tendência da Convenção-Quadro é reduzir o consumo de tabaco no mundo, isso vai acontecer, mas não agora, daqui a 10, 15, 20 anos, e, aí, o consumo interno no Brasil está caindo. Então, não vamos importar cigarros, não vamos fumar cigarros importados, porque a tendência do consumo no Brasil é de queda. E o cigarro, industrializado ou não, faz muito mal à saúde. Existem quatro mil substâncias. Não vamos falar da questão do cigarro falsificado que faz mais mal à saúde, pois é a mesma coisa. Então, eu queria só que vocês entendessem, vocês e os nobres Senadores, que a Convenção-Quadro é a saída para todos nós, da área da saúde, para termos um País mais saudável, e para vocês, fumicultores, porque só com ela poderão buscar mecanismos, até porque, se o Brasil a assinar, tudo o que está no documento será oficial. Então, o Governo brasileiro, independentemente de qual seja, terá de cumprir, e, aí, sim, será obrigado a buscar mecanismos para fazer essa reconversão que vocês querem agora.

Só assinando a Convenção-Quadro, ratificando-a, fazendo parte da discussão é que vamos poder fazer o que vocês tanto querem. Se não entrarmos, será pior, porque ela já existe, já está aí, não é o caso de ratificar ou não, a Convenção-Quadro já foi aprovada e, se o Brasil não a aprovar agora, não vai entrar nas discussões de financiamento. Então, assinando a Convenção é que vocês poderão cobrar essa substituição à cultura que vai ser...

(Tumulto.)

O SR. RICARDO MEIRELLES – Perfeito. Para terminar, eu só queria colocar isto para vocês: sou médico da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. Estou aqui porque trabalho com o controle de tabagismo há 10 anos e sei do malefício que o tabagismo causa, tanto para o produtor quanto para o consumidor e, principalmente, muitas vezes, para pessoas que não têm nada a ver com isso, que são as crianças que convivem com o fumante. Então, é um problema sério de saúde pública que tem que ser combatido como tal.

Muito obrigado. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Próximo inscrito: Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Hercílio Jair D'Estefani.

O SR. HERCÍLIO JAIR D'ESTEFANI – Boa tarde a todos, gostaria de cumprimentar a Mesa, os Senadores, os Deputados, autoridades presentes e, em especial, todos esses agricultores que deixaram os seus afazeres nas suas casas e estão aqui com von-

tade de estarem no meu lugar falando, mas, por falta de oportunidade, ficam escutando.

Peço a vocês que prestem bem atenção nas falas que se ouvem aqui. Vocês vão analisar quem está falando a verdade e quem está falando de coisa que sequer tem conhecimento. Então, prestem bem atenção. *(Aplausos.)*

Quero agradecer a oportunidade que a Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, em nome do nosso companheiro Antonino Rovanes, que hoje é Diretor de Política Agrícola da Contag, me deu em estar aqui falando para o Brasil, com muita tranquilidade, daquilo que conhecemos e sentimos.

Eu li a Convenção Quadro e senti que ela tem artigos que ameaçam – e muito – o nosso produtor de fumo.

Um ponto que merece especial atenção na fumicultura, que temos que levar em consideração, é que o nosso Brasil, o maior produtor de fumo em folhas, o maior exportador, não pode aceitar que esse segmento econômico tão importante poderá, com a ratificação desta Convenção, ter esse prejuízo que com certeza virá.

Sei que na Convenção não se diz que haverá proibição de fumo. Mas o agricultor e nós que estamos nesse meio sabemos, também não somos tão nulos assim, que há oportunidade de se criar taxas tributárias e uma série de coisas que inviabilizarão o nosso agricultor de ter o lucro esperado para se manter na sua atividade.

Então, por isso, quero pedir a essas pessoas que trabalharam nesse projeto, nessa Convenção, que tenham sensibilidade, junto com essas entidades, de buscar soluções sim, com alternativas, que o nosso agricultor tenha um produto que possa ele produzir, vender e se manter com qualidade de vida lá na sua propriedade.

Na hora que o feijão, o arroz, o trigo ou a soja tiver um preço garantido e um mercado garantido, com que o agricultor tenha segurança, com certeza ele poderá mudar, sim, de atividade. Não vou dizer que todos, porque a fumicultura tem uma estrutura que o agricultor levou longo tempo para conseguir. Não é de uma hora para outra que ele pode mudar de atividade, como se fosse empregado de uma empresa e pudesse sair para outra.

No sul do País, duzentas mil famílias estão envolvidas nessa atividade. Temos ainda 69 famílias que trabalham nessa atividade e que não têm terras. Graças à fumicultura eles estão lá trabalhando e estão empregados. *(Aplausos.)*

Queremos, junto com o Senado e com todas as autoridades, buscar alternativas que garantam um emprego para essas famílias, principalmente para aquelas que não têm terras, para que elas não venham para as cidades criar problemas. Essa questão social poderá ser muito pior do que a produção do fumo.

Quero deixar um abraço a todos.

Espero que, em outras oportunidades, em outras audiências, o Senado possa refletir bem sobre este assunto e achar o melhor caminho para esse povo que está aqui aflito, sem segurança quanto ao seu futuro. Eles precisam ter uma certeza com relação ao seu futuro e de seus filhos.

Obrigado.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Concedo a palavra à representante da ONG Tabaco Zero, Paula Jones.

A SRA. PAULA JONES – Boa-tarde a todos! Em primeiro lugar, gostaria de agradecer pela oportunidade que me foi dada de estar falando diretamente para vocês. E vou dirigir a minha palavra principalmente aos fumicultores. Acho que as informações sobre o teor desse tratado, os nossos Senadores, os nossos Deputados já as receberam. Eles já receberam bastante análise para fazer uma análise sobre o que isso significa. Eu acho muito importante poder esclarecer para vocês quem é quem nesse jogo, nessa polêmica. É importante explicar um pouco a polêmica que foi levantada. Como muito bem explicado pelo Deputado Paulo Eccel, foi levantada uma polêmica muito grande em torno desse tratado. Esse é um tratado de saúde pública.

Esse tratado de saúde pública foi negociado durante quatro anos, inclusive conheci o Sr. Hainsi Gralow em Genebra, durante as negociações desse tratado. Hoje eu vejo que quem luta contra a ratificação do tratado no Brasil é principalmente a Afubra e algumas entidades aliadas. Mas quem a Afubra realmente representa? Ela realmente representa você, produtor, a pequena família de produtores que está lá no dia-a-dia plantando, ou representa os interesses das multinacionais do tabaco? Eu garanto, afirmo e posso comprovar que ela defende os interesses das grandes transnacionais do tabaco.

O Sr. Hainsi é o Vice-Presidente da ITGA. A Afubra foi uma das fundadoras da ITGA, que é uma associação internacional de produtores de tabaco, e foi criada com o financiamento da indústria do tabaco para se opor a medidas de saúde pública, usando o quê? A voz do fumicultor, a sua voz, sua palavra, para se opor a medidas de saúde pública. Isso não é justo. É extremamente irresponsável. Vocês não podem acre-

ditar que serão os maiores prejudicados com o tratado, quando, na verdade, ele é um elemento de proteção. O perverso é acompanhar a falta de honestidade ética dessas entidades que estão disseminando essas mentiras. A verdade é que isso não é real. Os produtores não vão ser proibidos de plantar fumo. O Brasil pode ratificar essa convenção. Quem sabe não conseguimos criar mecanismos, oportunidades, alternativas economicamente viáveis muito melhores do que o fumo para quem trabalha no campo, no sistema de agricultura familiar?

Gostaria de saber se alguém de vocês aqui tivesse oportunidade, chance, condições de plantar outras coisas que não fosse o fumo e ter uma renda superior gostaria de fazê-lo. Gostaria de obter uma resposta de vocês. Gostaria também de crer que as pessoas que estão aqui neste auditório não são marionetes, que elas estão aqui abertas a ouvir os argumentos expostos, que não sejam manipuladas por esse discurso político, muito bonito, mas que não está falando a verdade, que manipula o povo. O que ouvimos é uma “discurscência” de palavras bonitas, mas quem está defendendo o interesse de quem? Será que é a indústria do tabaco que defende o interesse das pessoas? Ou serão entidades, como a Organização Mundial de Saúde, o Ministério da Saúde, que têm como missão defender o interesse público e não gerar lucro para os seus acionistas vendendo um produto que, infelizmente, mata?

Quicá não encontraremos um dia uma outra utilidade para a folha do tabaco que não seja um produto tão nocivo como o cigarro. Existem pesquisas em andamento. Ou seja, o tratado não vai impedir ninguém de plantar. As pessoas vão continuar fumando. O que a gente quer é controlar o aumento do consumo. E alguém vai ter de continuar produzindo. Mas o que se quer fazer com o tratado é dar alternativas para aquelas pessoas que queiram alternativas. Ter alternativa é bom, não é ruim. Isso é um elemento que pode trazer essas alternativas.

Para finalizar, peço que vocês procurem ouvir para depois tirarem as suas conclusões. Durante as negociações em Genebra, onde conheci o Sr. Gralow, havia uma proposta de criação de um fundo internacional para re-conversão. Lá, lutou-se contra isso. Quem lutou contra isso foi a ITGA, essa associação internacional de fumicultores que a Afubra representa. Agora, alega-se que primeiro tem-se de criar um fundo de reconversão para depois ratificar. Ou seja, isso não é verdade. Estão enganando vocês. Espero que vocês tenham abertura, que leiam o tratado, como muito bem colocado, e vejam se tem alguma ameaça lá. Prestem atenção em quem defende o interesse de quem. Não é a indústria do tabaco que defende o

interesse do pequeno agricultor. Quem lucra menos, quem recebe menos nessa cadeia produtiva é quem planta o fumo. Quem recebe todos os lucros exorbitantes é essa indústria trans-nacional. No dia em que ela quiser fazer as malas e ir embora ela vai. Então, peço muita atenção para a gente tentar perceber realmente quais são os jogos de interesses que estão por trás disso. *(Aplausos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Convidamos o Sr. Irineu Berezanski, da Fetaesc.

O SR. IRINEU BEREZANSKI – Boa-tarde à Mesa, boa-tarde produtores. Com a licença dos diretores da Fetaesc e também de todos os agricultores que representamos, preciso dizer que a Fetaesc é uma entidade que representa os agricultores, os trabalhadores rurais de Santa Catarina. Ela tem 235 sindicatos em todo o Estado, representa em torno de 180 mil famílias de produtores rurais e aproximadamente um milhão de pessoas em Santa Catarina.

Quero colocar alguns dados que dizem respeito aos agricultores do Estado, o qual representamos. Quero colocar aos senhores que, conforme levantamento do Incra e da FAO, 97% do valor bruto da produção estão no fumo, que é feito por pequenos agricultores no Brasil. Significa dizer que a fumicultura está na mão dos pequenos agricultores.

Também quero colocar que no Estado temos 61.790 famílias que plantam fumo numa área de 144.810 hectares, que geram 259.518 empregos diretos. Então, estamos falando, na verdade, em empregabilidade, que neste País se busca tanto. O setor onde esses agricultores trabalham tem esse tipo de trabalho, e estão dentro da fumicultura.

Aqui mostro que o número de hectares por família média está em 19 hectares, e que eles utilizam 2,37 hectares para a produção de fumo. E têm uma renda bruta familiar de R\$29.667,00, ou seja, do fumo vem R\$8.684,00. Portanto, eles têm uma renda oriunda dessa fumicultura.

E bem lembrado pelo representante da Contag, temos 69 mil famílias no Sul do Brasil que não têm terras, que são meeiros etc.

Aqui está mostrando um quadro comparativo entre essas famílias produtoras de fumo, um comparativo com a renda do fumo e de outras atividades. Então, dá para ver uma diferença: na composição da renda, 75% vêm da fumicultura, e 25% vêm de outra atividade.

Então, precisamos lembrar, não podemos resolver um problema criando outros problemas muito maiores, que estão diretamente relacionados a esses agricultores.

Também precisamos lembrar que a eliminação da produção de fumo no Estado de Santa Catarina não significa que não se vai ter cigarro. Vem cigarro de outros lugares. Portanto, por que despejar os nossos agricultores das suas terras?

O último *slide* diz o seguinte: nós somos um povo democrático, ninguém tem o direito de desalojar pessoas dos seus afazeres sem apresentar uma alternativa conveniente. Se tiver uma alternativa conveniente tudo bem, mas caso contrário não.

(*Aplausos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Convidamos o representante da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Dorneles Pozzobon.

O SR. DORNELES POZZOBON – Boa-tarde, queria cumprimentar os Srs. Senadores, o Senador Fortes, Presidente da Comissão, os demais membros da Mesa, o meu amigo Deputado Reno Caramori, senhoras e senhores.

A Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina tem o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, cujo presidente é o Deputado Moacir Sopelsa. E S. Ex^a, preocupado com as discussões que envolvem a Convenção– Quadro e toda problemática do fumo, convocou o conselho no ano passado.

Do conselho fazem parte 18 instituições, as principais representantes da agricultura de Santa Catarina, entre elas a Faesc, a Fetaesc, o Sesc, a Fiesc, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Procon e algumas secretarias de Estado – Secretaria da Agricultura, Fazenda, Educação e Saúde.

Foi feita a convocação para a discussão dessa problemática no ano passado ainda. Então, lá todas essas instituições colocaram suas posições, algumas mais contundentes, outras menos, como é o caso da Secretaria da Saúde, que tem uma posição sempre mais preocupada com a questão da saúde, evidentemente. E, ao final, a posição do conselho está registrada em ata. Passei até para os membros da Câmara Estadual e tenho a cópia para passar.

A posição do Secretário Moacir Sopelsa, Presidente do Conselho, é na defesa intransigente das 60 mil famílias de fumicultores de Santa Catarina. Enquanto não tiver uma situação concreta de reconversão e de possibilidade de alta e concreta alternativa de renda, essa é a posição da Secretaria da Agricultura e do secretário Moacir Sopelsa.

Queria dizer também que por nós – eu sou Secretário do Conselho – passam algumas correspondências que são enviadas aos secretários. Algumas delas, ao ver da Secretaria da Agricultura e do próprio Deputado, dizem respeito à questão do preço do fumo, que

é uma situação, Deputado Caramori, e falo também ao Deputado representante do sul, Manoel Mota. Quando tratamos da fumicultura, falamos no geral e não muito do preço e daquilo que realmente vai para o bolso dos fumicultores e dos trabalhadores. Então, existe uma mesa de negociação em que o governo tem recebido manifestações, como há pouco, até do norte do Estado de Canoinhas, e desde do ano passado tem sido solicitado como funciona essa mesa de negociação, quem são as entidades que dela fazem parte. Os senhores todos sabem quais são as entidades que fazem parte, e algumas entidades que já estão legitimadas no processo político-econômico solicitam isso.

Era o que queria dizer. Obrigado.

(*Aplausos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Dr. José Oscar Pacheco, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. JOSÉ OSCAR PACHECO – Exm^o Sr. Senador Heráclito Fortes, Exm^o Sr. Jorge Bornhausen, digno Senador deste Estado, demais autoridades componentes da Mesa, Sr. Superintendente do Ministério da Agricultura em Santa Catarina, senhoras agricultoras, senhores agricultores, demais autoridades aqui presentes, inicialmente, gostaríamos de agradecer esta oportunidade que nos foi feita pela Comissão de Agricultura do Senado para que aqui pudéssemos colocar algumas posições referentes ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Na verdade, a Convenção Quadro é uma proposta de trabalho, como todos nós sabemos, que foi construída por diversos países, com a participação do Brasil, no sentido de diminuir o consumo do cigarro. Com isso, o grande objetivo era melhorar as condições de saúde do ser humano. Essa proposta, quando chegou aos diferentes países que participaram desse estudo, chegou também ao Brasil e envolveu fundamentalmente, na primeira fase, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Saúde e o Ministério da Agricultura.

O Ministério da Agricultura colocou à disposição uma equipe técnica bastante grande para estudar as propostas ali contidas.

Após inúmeros estudos, essa proposta foi encaminhada conjuntamente, como exposição de motivos, pelo Sr. Ministro da Saúde – à época, Humberto Costa – e pelo Sr. Ministro Roberto Rodrigues, para o Senhor Presidente da República, por meio da Casa Civil. A partir do momento em que um documento como a exposição de motivos é encaminhado com a assinatura de um ou mais ministros, essas autoridades assumem a responsabilidade do que está escrito. E, na verdade, repetindo o que já disse há pouco, a proposta da Con-

venção Quadro prende-se exclusivamente à melhoria das condições de saúde da população mundial. Porque é absolutamente inadmissível que nós tenhamos, por ano, 5 milhões de pessoas como nós morrendo por conta do uso abusivo de cigarro. Eu teria exemplos de família que poderia citar, mas não seriam oportunos.

Então, quando nós temos – gostaria de repetir –, quando nós temos uma exposição de motivos encaminhada ao Senhor Presidente da República, e esta é encaminhada ao Congresso Nacional, essa exposição de motivos é a proposta da Convenção Quadro, que é da diminuição do uso do cigarro. Essa proposta tem, obviamente, a concordância plena de todos os Ministros que a subscreveram.

Agora, obviamente, a responsabilidade que passa e que perpassa essa assinatura é muito grande, porque não basta...

Mais um minuto? Não basta somente assinar a Convenção Quadro, ratificar a Convenção Quadro, é preciso que nós todos, todos os Ministérios envolvidos e todos os agricultores envolvidos tenhamos a consciência de que outras coisas também precisam ser feitas em defesa da agricultura e da continuidade da nossa agricultura, sobremaneira da nossa agricultura familiar.

Obrigado. *(Aplausos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo, Dr. Almedo Dettenborn.

O SR. ALMEDO DETTENBORN – Professor, Senador. Sou um sofrido professor.

Quero inicialmente saudar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Não é Professor Luizinho, não é?

(Risos.)

O SR. ALMEDO DETTENBORN – ...saudar o Senador Heráclito Fortes e perguntar: tem santo com nome de Heráclito? Então, vamos chamá-lo de “O Salvador”. Esse homem tem salvado a liberdade dos agricultores de produzirem aquilo que querem. Quero também saudar, cumprimentar e parabenizar todos os políticos aqui presentes, porque a grande maioria dos políticos é a favor da não assinatura da ratificação da Convenção Quadro.

(Aplausos.)

E essa decisão, minha gente, é uma decisão política, e não técnica, porque os técnicos não estão com a maioria, e muitas vezes o técnico está errado, está enganado.

Mas, a razão de estarmos aqui... Estou representando a maior região fumageira do Brasil, que é a região do Vale do Rio Pardo, e representando mais de trezentos Municípios gaúchos. Está aqui conosco o Pre-

feito de Passo do Sobrado, está aqui também conosco o Prefeito de Canguçu, que é o segundo maior produtor de fumo. Venâncio Aires, tão citado, tão badalado, tão humilhado, tão sacrificado aqui, com insinuações e injustiças, é o maior produtor de fumo, onde mais de cinco mil e poucos agricultores produzem essa riqueza fundamental para o nosso Município. E, olhem, em apenas 12.720 hectares de terra.

Mas eu venho aqui e estranho, minha gente. Vim aqui e achei que esta fosse uma reunião técnica, porque parece que era na Assembléia, e vejo aqui essa enormidade de agricultores, robustos, corados, fortes; não raquíticos e não magros, como querem insinuar.

(Aplausos.)

Olhem o alemão que está aqui, filho de plantador de fumo! Não vamos tirar o nosso agricultor como cobaia, minha gente, quando eles deveriam estar neste momento trabalhando na dureza da roça. E eu vi muitos nas estradas, quando eu vim para cá, porque fiz mais de 600 quilômetros com o meu “autinho”. “Autinho” da Prefeitura, porque nós cuidamos muito do dinheiro da Prefeitura. Nós não temos “mensalão” lá em nossos Municípios, vocês não têm “mensalão” nem dólar nas cuecas.

Então, minha gente, já vi movimentos em favor da greve, em favor do aumento no Ministério da Saúde, no Ministério da Agricultura e, agora, na Previdência. Eu nunca vi movimento para trabalhar, para produzir a riqueza deste País, como vocês estão fazendo. Vocês são os legítimos agricultores e não aqueles que estão na beira da estrada, na lona preta, como eu acho que quer o Governo Federal. Com a assinatura do Tratado da Convenção Rural, vai-se enriquecer, cada vez mais, os países mais ricos.

Mas eu estou triste porque, há poucos dias, eu perdi uma indústria para Joinville, em Santa Catarina. Perdi pelos incentivos do Governo de Santa Catarina – do meu amigo, correligionário, Luiz Henrique. E, agora, vem o Secretário, o representante do Governo, dizer aqui que é contra o fumo. Então, devolvam-me a indústria que tirou dois mil empregos. E, Secretário, ajude-me a trazer de volta as 20 carretas que devem estar transitando agora na BR-101, trazendo uma usina de beneficiamento para Joinville.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Concedo a palavra ao Sr. Dirceu Dresch, da Fetrat-Sul.

Por favor, solicitamos silêncio para o orador poder se manifestar.

O SR. DIRCEU DRESCH – Boa-tarde a todos os companheiros agricultores e agricultoras. Em nome do

Senador que está coordenando a Mesa, quero agradecer este espaço que nós temos hoje.

Não venho aqui fazer um discurso político, inflamado e empolgado, mas refletir com os companheiros e companheiras, porque estou acompanhando a caminhada dos fumicultores há muitos anos e, principalmente, sua grande luta, seu trabalho. Quero defender a luta, a organização e o plantio de fumo. Eu não estou contra o plantio de fumo. Com muita tranquilidade, quero refletir com vocês, agricultores e agricultoras.

A Fetraf-Sul atua nos três Estados do Sul. Na nossa base dos sindicatos filiados estão em torno de 45 mil plantadores de fumo – tanto fumo de estufa quanto o fumo de galpão. Nós atuamos em torno de 300 Municípios nos três Estados. Temos construído uma experiência de organização das mais diversas formas e temos debatido muito o modelo e a forma de se fazer agricultura no Brasil – não falo só da fumicultura. Temos decaído a nossa renda nesses últimos anos. Temos tido problemas gravíssimos e isso não é recente. Quem não se lembra da privatização dos nossos armazéns – da armazenagem dos nossos produtos para a agricultura familiar? Quem não se lembra das nossas crises do leite e das outras crises que tivemos na agricultura, como a transferência da produção de milho da agricultura familiar para as grandes propriedades do Centro-Oeste, da suinocultura e da avicultura para as outras regiões do País?

A fumicultura, na minha avaliação e na da Fetraf-Sul, não está fora dos demais problemas gravíssimos que a agricultura familiar vem passando. Mesmo que tenhamos rostos saudáveis, rostos vermelhos, também temos rostos sofridos da luta da nossa história enquanto agricultor familiar.

De fato, eu tinha muitas dúvidas se viríamos fazer este debate hoje, mas achei importante refletir com vocês. Com certeza, vocês vêm de várias regiões – vieram com as mais diversas expectativas, com a história que estamos construindo, de debater o modelo de desenvolvimento perverso deste País “excludor”, que excluiu, nos últimos quinze anos, mais de 400 mil famílias, que estão à beira das estradas e que estão nas grandes cidades. Principalmente entre a juventude de Santa Catarina. Temos um êxodo rural muito grande da juventude. Temos o problema da masculinização do meio rural, temos o problema da juventude não ficar na roça. Por isso, estamos aqui refletindo justamente sobre essa expectativa do fumo, da importância da fumicultura em Santa Catarina, no sul do Brasil, e trabalhando pela continuidade dessa questão da fumicultura.

Agora, o que precisamos discutir também é a Convenção, com muita seriedade. Fizemos vários de-

bates, reunimos nossos sindicatos, fizemos plenária, e achamos importante que o Brasil – nós não podemos impedir – participe de uma discussão internacional sobre a questão do controle do tabaco. Agora, também sabemos, por outro lado, que o Brasil vai aumentar sua produção de fumo nos próximos anos – isso está claro para nós. Outros países vão parar de produzir, vão aumentar sua produção interna, e por isso vamos estar juntos na luta, sendo favoráveis à assinatura da Convenção Quadro. Agora estamos juntos por uma grande luta, desde que essa luta seja séria, seja ética, para que, de fato, tenhamos condições. Com utopia sim, mas com realidade, para construir no Brasil um grande programa de incentivo à reconversão do fumo, como foi dito aqui.

Esta é uma luta nossa. Lutamos pelo seguro. Lutamos pelo crédito do Pronaf, e avançamos também. Se nós nos organizarmos, ninguém tenha dúvida de que a agricultura familiar é capaz de construir também outras perspectivas, além da fumicultura.

Obrigado.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Com a palavra, o Sr. Sálvio Osmar Tonini, da CNA.

SÁLVIO OSMAR TONINI – Ao saudar o Sr. Relator, saúdo a Mesa e saúdo os nossos queridos produtores do fumo.

Gostaria de iniciar dizendo que acho que falo em nome de todas as entidades que conheço e afins, e que nós não somos atrelados a qualquer entidade multinacional que produza fumo. Defendemos sim, porque sabemos da importância do segmento dentro do contexto rural do País, especialmente a região Sul, e por que não a região Nordeste? Lembro-me da visita que fiz a Cruz das Almas, na Bahia, as lágrimas correndo daquela senhora que hoje não pôde estar aqui, quando soube, contando o fato do fechamento de uma indústria que levou a fome a inúmeras pessoas de sua cidade.

Quero dizer, com isso, que também não somos contra as pessoas que defendem a Convenção Quadro. É um direito deles. Agora, nós queremos sim, e não estamos aqui exigindo nada que não nos é de direito. Estamos aqui porque precisamos primeiro de fatos concretos, que tragam sustentação para dar credibilidade à Convenção que apregoamos. Estamos cansados de promessa. Estamos cansados. No meio rural, qualquer segmento, faz-se uma reunião e dizem que amanhã acontece, e esse amanhã está sempre por vir. Nós queremos coisas sérias, coisas concretas. Não adianta vir aqui com discurso fácil, que existe isso, mais isso, mais isso. Não existe. Tem que provar. Somos pela defesa

da não assinatura até que se prove que há recurso para a conversão, até que se prove que há uma alternativa de produção que dê a mesma rentabilidade e sustentabilidade às lavouras e às propriedades rurais que produzem fumo, que, na sua grande maioria, são propriedades de pequenos produtores.

Nós não podemos aceitar passivamente. Está na hora de discutirmos as coisas olhando pra dentro do País, não querendo aparecer lá fora. Está todo mundo assediando, namorando o País, porque se o Brasil não for, ninguém vai. E os grandes não vão, não vão mesmo, porque eles querem abocanhar o que temos. Temos que acompanhar sim, lá fora, os interesses nacionais, o que está acontecendo, porque sabemos que essa fatia que buscamos com suor e com trabalho eles vão abocanhar, e veremos as nossas famílias perdidas no tempo e no espaço, sem o direito à sobrevivência e à dignidade.

(Aplausos.)

Temos tantos meios! Que venha naturalmente a redução da necessidade que saberemos buscar alternativas. Deveria sim, neste momento, o Governo, como órgão que leva até o comando desse trabalho junto à Convenção Quadro, estar discutindo alternativas e investindo em pesquisa. Aí sim, teríamos a confiabilidade necessária.

Nós não acreditamos. Porque se isso desse tudo que estão dizendo, tudo que estão apregoando, nossos representantes não seriam impedidos de entrar na plenária em Genebra e não seria aprovada à surdina, como foi, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Finalizando, Sr. Relator, peço a sua atenção e que olhe com carinho essa gente. Preferimos ver um filho plantando tabaco a vê-lo inchando a periferia marginalizada das cidades, aumentando as estatísticas dos óbitos, influenciado pela falsa magia de “puxar um baseado”.

Muito obrigado.

(Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Concedo a palavra à Dr^a Terezinha Serrano, representante da Secretaria de Saúde de Santa Catarina.

A SRA. TEREZINHA SERRANO – Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Senador, estendendo o cumprimento aos demais componentes da Mesa, de me dirigir aos Srs. Agricultores e aos colegas de trabalho da área de saúde e de colocar a nossa posição, que não poderia ser diferente, em favor da saúde.

Como bem disse o Senador Jorge Bornhausen, há os que vivem do fumo, há os que morrem por causa do fumo e há os que estão doentes por causa dele.

Somos 12 mil profissionais da área da saúde pagos pelo Sistema Único de Saúde, pelo Governo do Estado, mais aqueles que estão em todas as Secretarias Municipais de Saúde. O Secretário de Saúde que me antecedeu sabe o quanto a luta é dura – o Sr. Sálvio foi Secretário de Saúde –, e para toda essa equipe a Secretaria de Estado da Saúde tem investido milhares de dólares na capacitação de recursos humanos, na compra de equipamentos, medicamentos, exames, construção de diferentes centros de tratamento para doentes com câncer. Nosso grande objetivo é minimizar o sofrimento humano.

Contrariando alguém que nos desrespeita em certa parte, quando minimiza a importância da ciência, o tabaco causa, sim, dependência e causa morte, além de infartos, derrames, para citar as doenças mais conhecidas de todos.

Atualmente, sou gerente do Centro de Pesquisas Oncológicas, que tem a grande incumbência estadual de receber e acolher todos os doentes do Estado, que a nós são dirigidos, inclusive, muitas vezes, por intervenção dos Srs. Secretários Municipais de Saúde, Prefeitos e Srs. Parlamentares. Temos atendido, em média, só em Florianópolis, dez novos casos por dia e cinco mil pacientes por mês; muitos deles agricultores e seus familiares, em grande maioria.

Portanto, o investimento tem sido muito alto, e o que se verifica, por meio de estudos não feitos por nós, mas por entidades credenciadas, como a Fundação Getúlio Vargas, é que o que se arrecada hoje, em termos de tributos derivados do tabaco, não cobre 50% dos custos que gastamos com o tratamento dos doentes.

Estamos, portanto, senhores agricultores, diante de uma decisão muito importante. Trata-se de todos nós – quando falamos “nós” não há nenhum segmento prioritário – traçarmos quais os rumos que queremos para a nossa sociedade. Se queremos produzir algo que prolongue a vida e mate a fome, como qualquer tipo de verdura ou cereais, ou optar por insistir em uma cultura que, de antemão, sabemos os malefícios que causa para a saúde e para a Terra. Quando digo isso, não excluo a viabilidade econômica dessas culturas. Não é justo que os senhores fiquem à mercê de falta de políticas seguras. Aqui, ele causa mal, como em qualquer parte do mundo.

Santa Catarina já deu o exemplo no combate à febre aftosa. Trabalhamos muito bem com saúde animal. Convoco a todos da agricultura e de todos os segmentos para trabalharmos muito bem também na área da saúde humana. Nesse sentido, somos favoráveis à ratificação da Convenção, sem, no entanto, esquecer da problemática econômica dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Passo a palavra à representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Dr^a Emma Siliprandi.

A SRA. EMMA SILIPRANDI – Muito boa-tarde a todas as pessoas presentes. Em particular, agradeço à Comissão de Agricultura do Senado Federal por ter nos proporcionado esta oportunidade de externar a posição do Ministério como órgão de Governo. Isso é muito importante porque percebo que aqui as preocupações maiores dizem respeito justamente à questão tão polêmica e tão facilmente resolvível, que é a acusação de que a Convenção Quadro provocaria a erradicação ou a diminuição do plantio do tabaco no Brasil.

Em primeiro lugar, reafirmo que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Agricultura Familiar, especialmente preocupada com os agricultores familiares de todo o Brasil, estão plenamente convencidos da necessidade de ratificar a Convenção justamente para proteger e para obter os meios necessários a fim de promover a agricultura familiar em todas as suas formas, e muito especialmente para os que hoje plantam o fumo.

Coloca-se aqui como necessidade para ratificar a Convenção que previamente tenhamos planos de reconversão. Vários outros oradores já analisaram que o que está acontecendo com o mercado do fumo independe da ratificação ou não da Convenção pelo Brasil. A Convenção Quadro de Controle do Consumo do Tabaco já está aprovada e em vigor. O que vai acontecer com o mercado do tabaco independe de o Brasil assinar ou não a Convenção.

Vocês nos perguntariam: por que, então, o Brasil deve assinar a Convenção? Em primeiro lugar, porque é uma posição de defesa da saúde pública e da ampliação da cidadania de todos os brasileiros. Faz parte de uma política de Estado de proteção das pessoas. São políticas que diminuem o consumo do tabaco.

Mas o que os fumicultores têm a ganhar com isso? Se a sociedade inteira tem a ganhar, muito bem. Mas o que os fumicultores têm a ganhar com isso?

Temos a ganhar coisas extremamente importantes para o conjunto da agricultura familiar e, muito especialmente, para os fumicultores. Se nós ratificarmos a Convenção Quadro, mostrando uma posição de coerência do Governo brasileiro e do Estado brasileiro, não só deste Governo, mas como uma política de Estado que permanecerá, sejam quais forem os governos que sucederão este, nós teremos condições de participar ativamente do grupo de países que definirá que meios serão criados, internacionalmente, para promover essa reconversão que tanto queremos.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria da Agricultura Familiar querem ter os meios

para promover essa reconversão, para, discutindo com todas as entidades representativas dos agricultores, constituir os fundos, os planos e os programas. Para isso, não podemos perder a oportunidade histórica de participar de órgãos internacionais, nos quais esses meios serão discutidos e disponibilizados.

É um engodo pensarmos que, primeiro, precisa haver a reconversão para, depois, haver a ratificação. É exatamente o contrário. Todos estamos conscientes de que a Convenção Quadro não proíbe o plantio do tabaco.

Muito obrigada. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Ouviremos a última oradora, a Dr^a Margaret Matos de Carvalho, da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho Infantil e do Ministério Público do Trabalho.

A SRA. MARGARET MATOS DE CARVALHO – Exm^o Sr. Relator Heráclito Fortes, na pessoa de quem saúdo todas as autoridades presentes. Uma boa-tarde muito especial a todos os fumicultores e fumicultoras presentes que precisam atentar para essa relação jurídica imposta pelas indústrias do tabaco. Afinal de contas, o que significa esse contrato de integração para todos vocês? Qual o impacto disso na vida de vocês?

Sou do Ministério Público. Fui procurada por um grupo de fumicultores que perderam a terra porque o banco que financiou a produção do fumo estava executando a dívida e pegando a terra do pequeno produtor. Eles vieram pedir socorro ao Ministério Público.

Daí, passei a analisar qual a natureza do contrato que vocês assinam e, muitas vezes, nem conseguem conhecer as cláusulas ali colocadas. Ele é muito mais do que uma relação de emprego. O que vocês recebem em troca do trabalho é muito mais do que um salário, é mais sagrado do que o salário. No entanto, a indústria desconta do resultado do trabalho de vocês as sementes, os insumos, os equipamentos de produção individual, o seguro – descontam tudo! –, ofendendo o direito de vocês receberem o salário sem qualquer redução, um princípio defendido na Constituição Federal.

Esse contrato, mais do que acontece em um contrato de emprego, não se apropria só da sua força de trabalho. Ele se apropria também da sua terra, da força de trabalho de toda a sua família, inclusive das crianças. É mentira quando dizem que não há criança trabalhando na fumicultura. Há, e muitas! Quem se aproveita e está enriquecendo ilícitamente com o trabalho de crianças são as indústrias. Tenho certeza de que, se o preço pago fosse melhor, vocês não estariam envolvendo seus filhos nessa atividade. Quem

impõe o preço é a indústria. Quem classifica a folha do fumo é a indústria, que classifica depois que já retirou da propriedade, quando já está dentro da indústria e vocês não podem mais dizer que não concordam. Se não concordarem, terão de pagar os custos do transporte de volta para a terra de vocês.

Desafio a classe política de Santa Catarina, especialmente o Senador Jorge Bornhausen, os sindicatos que se dizem representantes dos fumicultores, a CNA e a Contag a defenderem, como dizem que defendem com unhas e dentes, os fumicultores para garantir a melhor fixação do preço, para garantir que paguem o mesmo preço que pagam em outros países, até dez vezes mais do que aqui, para garantir que a classificação seja feita também por vocês. Que produtor não sabe qual é o tipo de folha que está vendendo? Quantas vezes vocês entregam o BO-1, e depois eles classificam dizendo que é outro, que é uma forma de manipular o preço? Sugiro a esta Comissão de Agricultura que reveja a portaria do mapa, a Portaria nº 526, dando a condição de o fumicultor participar tanto da fixação do preço quanto da classificação da folha. E também que seja vista com muito cuidado a exclusividade que a Afubra tem de vender o seguro. Ela não é seguradora, não é corretora de seguros, não tem autorização junto à Susep, mas vende com exclusividade e desconta do resultado da produção. Além disso, também desafio os políticos (vaías.), dizendo que essa comercialização exclusiva, inclusive dos insumos, contraria nossa ordem econômica e as empresas nacionais. Estamos privilegiando o capital internacional. E mais – para encerrar, senhores: o fumo mata, sim, quem consome, quem fuma, quem planta, e mata nossas florestas. De que argumentos mais precisamos para ratificar a Convenção Quadro? Chega de servidão e chega de morte!

(Aplausos e vaías.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Bornhausen. PFL – SC) – Solicito respeito a cada um dos que aqui se manifestam. Peço desculpas àqueles que solicitaram a inscrição para após o prazo regulamentar. Nós cumprimos o Regimento e estamos encerrando.

Mas neste encerramento quero fazer um agradecimento muito grande ao Senador Heráclito Fortes em nome de todos os catarinenses. S. Ex^a cumpriu uma etapa que o Governo não cumpriu, preencheu uma lacuna que o Governo não preencheu. Meus cumprimentos ao Senador Heráclito Fortes em nome de todos os catarinenses que representamos no Senado da República.

Passo a palavra ao Relator para encerrar os trabalhos.

(Aplausos.)

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Em primeiro lugar, agradeço a todos aqueles que comigo compuseram esta Mesa. Na pessoa do meu companheiro de Senado Federal, Senador Jorge Bornhausen, agradeço aos Prefeitos e às partes envolvidas na questão, aos que são contra e aos que são a favor. Nós nos deslocamos para cá porque o Governo decidiu o que não era de sua competência. O grande erro foi ter assinado o tratado sem a devida competência, que é a competência do Congresso Nacional. Daí por que estamos aqui tentando corrigir exatamente o que foi feito, ouvindo as partes a fim de chegar a uma decisão justa e que não prejudique o País.

Agradeço a todos os senhores pela maneira democrática, educada e gentil com que fomos acolhidos em Florianópolis e parabeno Florianópolis pela beleza deste Centro de Convenções, que, para alegria minha, é privado, não é público. Logo, deve dar lucro. Fico feliz com o exemplo. Vamos continuar ouvindo. A próxima audiência pública será no dia 16 ou 17, em Camaquã, Rio Grande do Sul; em seguida, vamos a Cruz das Almas, na Bahia, a fim de que, ainda com tempo suficiente, o relatório fique pronto.

Mais uma vez agradeço, de coração, a todos os presentes, com a certeza de que estamos cumprindo o papel que a Constituição nos reservou.

Boa noite.

Muito obrigado.

Ata da Vigésima Sétima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 23 de setembro de 2005, sexta-feira, na cidade de Camaquã-rs

Às onze horas e cinquenta minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e cinco, no auditório do Colégio Mundi Lucere situado na cidade de Camaquã, município do estado do Rio Grande do Sul, sob a Presidência Interina do Senador HERÁCLITO FORTES, com a presença do Senador PEDRO SIMOM, do Senador SÉRGIO ZAMBIASI e do senador PAULO PAIM, além do governador do estado do Rio Grande do Sul, o Sr. Germano Rigotto, e diversas autoridades governamentais, bem como entidades civis, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, em cumprimento ao REQUERIMENTO Nº 23, de 2005-CRA, de autoria do senador Heráclito Fortes, de Audiência Pública, objetivando instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 602/2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003. O Senhor relator, Senador Heráclito Fortes, no exercício da Presidência, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

O Senhor Presidente em exercício, Senador Heráclito Fortes comunica, a seguir, aos presentes, a ausência justificada do Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Sérgio Guerra em função de trabalhos na CPI em andamento no Senado Federal.

Na seqüência, o Senhor Senador Heráclito Fortes saúda as presenças dos três senadores do estado do Rio Grande do Sul e comunica aos oradores que eles terão cinco minutos de fala e, em seguida passa a palavra ao Sr. Germano Rigotto, Governador do estado do Rio Grande do Sul. A seguir, o Senador Heráclito Fortes oferece aos presentes cópias da pauta da 22ª Reunião (extraordinária) da CRA e convida para compor a mesa o Sr. Érico Leonardo Ribas Feltrin, Assessor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, em seguida, o Presidente em exercício, Senador Heráclito Fortes passa a palavra ao Senador Pedro Simon. A seguir, o Presidente em exercício, Senador Heráclito Fortes anuncia a presença dos Srs. Frederico Antunes e José Otávio Germano, ambos Secretários de estado do Rio Grande do Sul e passa a palavra ao Sr. João Fagundes, Prefeito do município de Camaquã-RS. Em seguida, o Presidente em exercício, Senador Heráclito Fortes passa a Presidência ao Senador Pedro Simon que concede a palavra ao primeiro orador inscrito, o Sr. Érico Leonardo Ribas Feltrin, Assessor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República e, em seguida tem a palavra a Irmã Lourdes Dill, representante do Projeto Esperança da Diocese de Santa Maria-RS. Logo após fez uso da tribuna o Sr. Dorval Knak, Presidente da Fentifumo – Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo e Afins. Em seguida, o Presidente em exercício, Senador Pedro Simon passa a Presidência ao Senador Sérgio Zambiasi e este concede a palavra ao Dr. Carlos Humberto Spezia, Consultor da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde do Ministério da Saúde; e aos seguintes, conforme lista de inscrição: o Sr. Irineu Berezanski, representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado de Santa Catarina – Fetaesc; a Dra. Ema Siliprandi, representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário –MDA. Em seguida, o Presidente em exercício, Senador Sérgio Zambiasi passa a Presidência ao Senador Paulo Paim que concede a palavra ao Sr. Hansi Gralow, Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil -Afubra. Usam da palavra, na seqüência, o Sr. José Oscar Miranda Pacheco, representante do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento –MAPA; o Deputado Federal Luiz Carlos Heinze, Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento

e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados; a Sra. Érica Cavalcanti, Coordenadora Nacional do Programa de Controle do Tabagismo do Ministério da Saúde; o Sr. Elmar Schneider, Primeiro-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Em seguida, o Presidente em exercício, Senador Paulo Paim, passa a Presidência ao Senador Pedro Simon, que concede a palavra para a Sra. Paula Jonhs, Coordenadora da Rede Tabaco Zero e, em seguida, ao Sr. Odacyr Klein, Secretário de Estado da Agricultura do Rio Grande do Sul. Na seqüência, o Presidente em exercício, Senador Pedro Simon, retorna a Presidência ao Senador Sérgio Zambiasi que concede a palavra ao Dr. Luiz Carlos Corrrea, representando a Associação Médica do Rio Grande do Sul e, logo após, ao Sr. José Alberto Wenzel, Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo – AMVARP. Prosseguindo com a lista de oradores inscritos, fazem uso da palavra o Sr. Albino Gewehr, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar Fetraf-Sul ; o Deputado Edson Brum, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; o Sr. Carlos Rivaci Sperotto, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – FARSUL; a Sra. Josenita Souza Salomão, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e Alimentação de Cruz das Almas-BA/SINTIFA; o Deputado Osmar Severo, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; a Deputada Leila Fetter, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; o Sr. Sérgio Miranda, representante da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – Contag; o Sr. Marco Antônio dos Santos, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; o Deputado Heitor Shuch, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; o Deputado Vilson Covatti, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; o Deputado Federal Mendes Filho, da Câmara dos Deputados; o Sr. Osvaldo da Paz, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município de Cruz das Almas-BA; e ainda o Deputado Nelson Harter, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Em seguida, o Presidente em exercício, Senador Sérgio Zambiasi passa a Presidência ao Senador Paulo Paim que concede a palavra ao Sr. Heitor Álvaro Petry, representante da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul– FAMURS. Em seguida fazem uso da palavra o Senador Sérgio Zambiasi, seguido pelo Senador Paulo Paim, que passa a Presidência ao Senador Heráclito Fortes. Após a exposição dos convidados o Senhor Presidente em exercício, Senador Heráclito Fortes, agradece a acolhida com que foi recebido pelos cidadãos gaúchos e repudia veementemente a acusa-

ção de que o Senado Federal esteja procrastinando o Projeto de Decreto Legislativo nº 602/2004. Antes do Encerramento da Reunião o Presidente em exercício, Senador Heráclito Fortes convida os presentes para comparecerem à Próxima Audiência Pública na cidade de Cruz das Almas na Bahia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente Reunião às quinze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador Heráclito Fortes, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Muito bom-dia. Declaro aberta a 27ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. (Pausa.)

Não havendo quem conteste, aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública objetivando instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, assinado pelo Brasil no dia 16 de junho de 2003, conforme aprovação do Requerimento nº 23, de 2005, da Comissão de Agricultura, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que também é o Relator da matéria.

Temos aqui uma relação de pessoas que farão uso da palavra: representantes do Ministério da Agricultura, do Ministério da Saúde, do Ministério do Desenvolvimento, o Prefeito de Camaquã.

Para quem já participou das outras audiências, já é uma facilidade de entendimento. Vamos procurar ouvir um orador a favor, um orador contra. O grande apelo que faço a todos é que, concordando ou discordando, escutem para facilitar o meu trabalho como Relator. A manifestação de aplauso é universal, mas peço que não haja qualquer outro tipo de manifestação. Felizmente, nas outras duas audiências públicas, tivemos sucesso. Estou vendo no auditório alguns representantes dos dois lados que estiveram nas outras audiências. O tempo para cada um é de cinco minutos. No quarto minuto, vai haver um corte de som e, a partir daí, tem-se mais um minuto para concluir. O estabelecido para esta audiência pública é, portanto, duas horas e meia, a partir do início, falando cada um dentro desse critério dos dois minutos.

Antes, porém, registro, com muita alegria, a presença do Governador Germano Rigotto, que se deslocou de Porto Alegre para vir até aqui. (Palmas.)

Agradeço a hospitalidade calorosa do Município de Camaquã, aqui representado pelo Prefeito João

Carlos Fagundes Machado. (Palmas.) Agradeço à presença, muito importante para mim, das três grandes figuras que o Rio Grande do Sul mandou para o Senado da República: em primeiro lugar, meu orientador, meu guru Pedro Simon e os Senadores Sérgio Zambiasi e Paulo Paim, duas queridas figuras. (Palmas.)

Também quero abraçar um companheiro por quem tenho o maior carinho e que hoje é Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Odacir Klein, que aqui está presente. (Palmas.)

Representará a Câmara dos Deputados aqui e, portanto, terá direito ao uso da palavra o Vice-Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Deputado Luis Carlos Heinze. (Palmas.)

Cumprimento a Srª Glaci Costa, Presidente da Câmara Municipal de Camaquã.

Representando a Assembléia Legislativa, o Deputado Elmar Schneider. (Palmas.) Também registro a presença dos Deputados Federais Eliseu Padilha, ex-Ministro dos Transportes, Érico Ribeiro, Francisco Turra, ex-Ministro da Agricultura, e Mendes Ribeiro Filho, a quem cumprimento com muito carinho porque é uma amizade herdada do seu pai. (Palmas.)

Peço aos Srs. Prefeitos e Deputados Estaduais aqui presentes que, na medida do possível, remetam para a mesa seus cartões respectivos para que eu possa fazer o devido registro das suas presenças.

De antemão, agradeço o fato de estarem aqui, terem se deslocado de seus afazeres nesta sexta-feira para me dar respaldo para que eu possa, dentro do limite assumido... Quero deixar bem claro aqui um fato: não há nenhum atraso por parte da Comissão. Estamos cumprindo, rigorosamente, o cronograma aditado. (Palmas.) Temos tanta folga no cronograma que já atendemos, de ambas as partes – dos que são contra e dos que são a favor –, pedido de adiamento de reuniões como esta. Meu compromisso é entregar o relatório até o dia 15. Porém, quero ver se antecipo em uma semana para facilitar a sua tramitação.

Dito isso, é com a maior alegria que passo a palavra a este velho companheiro de Câmara, extraordinário Parlamentar e hoje Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto. (Palmas.)

O SR. GERMANO RIGOTTO – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Cumprimentando meu prezado Prefeito Municipal de Camaquã, João Carlos Fagundes Machado, cumprimento toda a comunidade de Camaquã, que sempre nos recebe com tanto carinho. Da mesma forma, cumprimento toda a equipe da Prefeitura Municipal, da administração municipal pelo trabalho, pela organização, pela ajuda para organizar este evento. Uma saudação muito carinhosa ao Relator da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do

Senado Federal, Senador Heráclito Fortes, uma pessoa tão querida de todos nós. Aprendemos a respeitar e aprendi a respeitar o Deputado Heráclito Fortes quando seu colega na Câmara Federal. Hoje é Senador. Tendo essa disponibilidade de vir ao Rio Grande do Sul, como Relator, para participar desta reunião da Comissão para discutir um assunto tão importante como este, que são as questões relativas à chamada Convenção Quadro.

Meu prezado Senador Heráclito Fortes, seja bem-vindo ao nosso Estado. Nosso agradecimento pela sua disponibilidade, trabalho e aquilo que, com certeza, V. Ex^a construirá ao ouvir todas as posições envolvidas nessa discussão da Convenção Quadro. Da mesma forma, quero dizer da alegria de termos aqui os nossos três Senadores que representam o Rio Grande do Sul no Senado Federal. Que grande Bancada, que bela Bancada! Uma das bandeiras da política nacional, orgulho-me de ter V. Ex^a como meu mestre – o Senador Heráclito Fortes disse que S. Ex^a é o seu mestre; S. Ex^a é o nosso mestre –, que é o Senador Pedro Simon, nosso Governador de Estado, nosso Senador, esse exemplo de vida pública. (Palmas.) Da mesma forma, essas figuras que têm feito um grande trabalho no Senado Federal, representando o Rio Grande do Sul, e honram o nosso Estado: Senadores Paulo Paim e Sérgio Zambiasi. Podemos nos orgulhar de ter essa representação no Senado Federal pelo que S. Ex^{as} representam. S. Ex^{as} trabalham muito unidos, independente das diferenças partidárias. Os interesses do Rio Grande sempre balizam o trabalho dos três. Sou testemunha, como Governador, do apoio que tenho tido da nossa Bancada no Congresso Nacional, meus Deputados Federais, mas da nossa Bancada no Senado, que trabalha com muita unidade. Senador Heráclito Fortes, tenho um enorme orgulho de ter três Senadores desta qualidade. E o quarto aqui, que está dizendo que já é meio gaúcho e representa também os interesses do Rio Grande do Sul. (Palmas.)

Também cumprimento os Deputados Federais, na pessoa do Luiz Carlos Heinze, 1º Vice-Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, que aqui representa a Comissão. Cumprimento os Deputados Eliseu Padilha, Mendes Ribeiro Filho, Francisco Turra e Érico Ribeiro, nossa representação no Congresso Nacional, tão qualificada e tão importante para o Rio Grande do Sul. Da mesma forma, cumprimento meus Deputados Estaduais: Heitor Schuch, Leila Fetter, Vilson Covatti, Luis Fernando Záchia, nosso Líder na Assembleia Legislativa, Osmar Severo, Elvino Bohn Gass e Nélon Härter. Minha saudação a essa representação da Assembleia Legislativa que aqui está participando deste ato. Da mesma forma, os nossos Vereadores, na pes-

soa da Presidente da Câmara Municipal de Camaquã, Glaci Terezinha da Costa, minha saudação a todos os nossos Vereadores.

Não vou poder permanecer durante a manhã, vou ter compromissos ainda em Porto Alegre e fora dos Estado, mas estou aqui hoje com o meu secretário de Agricultura, Odacir Klein, que vai ficar durante todo esse evento. Minha saudação ao nosso secretário Odacir Klein. Minha saudação ao nosso Deputado Estadual Edson Brum, que nos honra com sua presença junto com a representação da nossa Assembleia Legislativa.

Saúdo o Heitor Petry, representando a Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, também saudando todos os Prefeitos aqui presentes, o comando da Brigada Militar, por meio do Coronel Odimar Teixeira. Cumprimentando o Presidente da Afubra, que teve a responsabilidade de organizar esse evento, Hainsi Gralow, cumprimento todos os nossos agricultores, produtores, não apenas aqueles que estão neste auditório, mas os milhares que estão lá fora. (Palmas.)

Minha saudação, meu agradecimento a vocês que estão aqui e àqueles que não estão aqui, mas estão incorporados nesta mobilização, manifestando sua posição e suas preocupações. Da mesma forma, cumprimento os nossos fumicultores.

Cumprimento, prezado colega Heráclito Fortes, meus Senadores, a imprensa aqui presente. A imprensa de todo o Brasil está cobrindo este encontro, não apenas a imprensa do Rio Grande do Sul, mas a da região, a do Estado, a nacional. Minha saudação carinhosa a todos os amigos da imprensa e a todos os Presidentes de entidades. Gostaria de citar cada uma das entidades, mas são várias aqui presentes. Queria cumprimentar cada um dos Presidentes de entidades, agradecendo muito sua presença aqui.

Meu prezado amigo Heráclito Fortes, a responsabilidade do Senado Federal é muito grande. Se sabemos o que representa a Convenção Quadro, se sabemos a preocupação com as questões que envolvem a saúde da população, os cuidados com a utilização do fumo, as campanhas que devem acontecer de prevenção, de esclarecimento, de educação, sabemos que, neste momento, o Senado Federal vai ter que deliberar sobre a chamada Convenção Quadro para o controle do uso do tabaco.

Esse acordo internacional da Organização Mundial da Saúde tem a adesão de vários países, mas a primeira questão que temos que mostrar: é fácil aderir quando não há dois milhões e quatrocentas mil pessoas envolvidas na produção de tabaco. (Palmas.)

Vejo alguns defendendo a adesão do Brasil porque outros países aderiram. Quero saber, as respostas têm de ser dadas: os países produtores, todos aderiram? Os produtores de tabaco, todos aderiram? Essa é uma resposta que temos de ter. Se outros países grandes produtores de tabaco aderiram, temos de saber. A adesão desses países, o que isso representou com relação aos seus agricultores? A resposta tem de ser dada e não foi dada ainda, meu prezado Heráclito Fortes. Acredito que o Brasil pode assinar essa Convenção, pode assinar esse acordo internacional.

Agora, o que não foi dito ainda é: como fica a substituição da cultura do tabaco por outra cultura? São dois bilhões e setecentos milhões de investimentos feitos. E não estou falando do investimento na tecnologia, no apoio para a mudança de cultura, porque isso tem custo. Será que vão atirar para cima de Estados e municípios de novo essa responsabilidade?

Hoje, eu estou dizendo aqui que mais uma vez prejudicam o Rio Grande do Sul de uma forma absurda com um veto. (Palmas.)

Mas, esperem, não é a Convenção Quadro, não estou falando na Convenção-Quadro. Estou dizendo que ontem foi vetado um dispositivo da LDO que faz com que o Rio Grande do Sul, meus Senadores, e os Estados exportadores fiquem, meus Deputados Federais, de novo sem ter as compensações que deveriam ter por exportarem. O Brasil precisa exportar, o Brasil precisa gerar superávit na balança comercial. Existe uma Lei Kandir, que foi votada. E não é o problema da desoneração das exportações, teria também a reposição para os estados. Essa reposição era de 50% do que os Estados deixariam de arrecadar. No ano passado, foi de 17%. Com muito custo, depois de terem esquecido de colocar na proposta orçamentária os recursos da Lei Kandir, conseguimos modificar a proposta de orçamento: cinco bilhões e duzentos milhões dos nove bilhões que os estados tinham de receber. E o Rio Grande do Sul é o mais penalizado porque é exportador e tem um grande superávit na balança comercial.

Pois bem! Contingenciaram novecentos milhões dos cinco bilhões e duzentos. Cinco bilhões e duzentos! Novecentos milhões evaporaram, estão contingenciados, esqueceram de colocar no orçamento do ano que vem.

Ontem, anunciaram um veto ao dispositivo da LDO, que cria um problema para o Congresso, para melhorar e corrigir o orçamento com relação à Lei Kandir. Tiram dos Estados, empobrecem Estados e municípios, meus prefeitos. Os senhores estarão em Brasília semana que vem e têm de levantar essa questão. Aí, vamos assinar o acordo internacional.

Quero saber como é que ficam os dois bilhões e setecentos milhões de equipamentos que, ao longo do tempo, foram construídos, foram comprados? Quem é que indeniza isso? Quem é que vai indenizar a substituição de uma cultura por outra? O apoio técnico aos produtores? Então, essas respostas não foram dadas ainda. Se me disserem que essas respostas, o Pronaf, o Pronafinho, os programas federais que existem para proteger o pequeno agricultor, existem independente da Convenção Quadro. Não é o Pronaf e o Pronafinho que resolvem a questão da substituição de uma cultura por outra. Não é o Pronaf e o Pronafinho ou qualquer acordo ou qualquer programa que existe que determina a indenização que vai ter de haver. Ah, mas é dois, é quatro, é cinco anos. Nesses dois, nesses quatro, nesses cinco anos, temos de saber qual é exatamente a ação que vai haver para amparar ou para apoiar técnica e financeiramente os produtores que vão ter de mudar de cultura.

Eu não tenho dúvida, meu prezado relator, Heráclito Fortes, que a questão da prevenção, que a questão das campanhas educativas, que a questão que preocupa as autoridades ligadas à saúde, todas que tenham a ver com a Convenção Quadro, que tenham isso, estão corretas. Só que quando falam em dois milhões e quatrocentas mil pessoas no Brasil que vivem do produto de alguma forma, dois bilhões e setecentos milhões de equipamentos que foram construídos com o tempo, quando falamos de substituição, temos que ter as respostas, que até agora não ouvi. Se os senhores ouvirem, acho que é importante hoje, neste encontro, que se esclareça exatamente como é que vai haver essa transição. Porque ela pode durar dois, quatro, seis, sete anos, mas temos que ter essas respostas para que o nosso Senado Federal possa dizer: sim, está tudo correto. Podemos apoiar a Convenção Quadro e podemos ter o governo brasileiro assinando esse tratado internacional da Organização Mundial de Saúde.

Agora, não joguem para cima de Estados e Municípios a tentativa de Estados e Municípios resolverem uma situação que eles não têm como resolver, com o empobrecimento dos Estados e dos Municípios. Não posso acreditar que simplesmente assinem um tratado e depois vão dizer: não, como tempo a gente resolve.

Alguém me perguntou: Governador, como é que um Estado vai entrar com recursos para resolver isso ou para ajudar a resolver isso? É bom que se diga claramente: o Estado pode fazer parcerias com o Governo Federal, mas o comando desse processo, quando se fala em recursos, num caso como esse, tem que ser federal, não é estadual e não é municipal, porque os Estados e Municípios não têm as mínimas possibilida-

des de enfrentar de repente um problema. Não estou nem falando em tributação e perdas de arrecadação; estou falando num problema social, estou falando na transição, estou falando na indenização, estou falando no apoio técnico para os agricultores.

Essas questões, meu prezado Senador Heráclito Fortes, meus Senadores, têm que ser respondidas. E só respondidas acredito que poderá o Senado Federal dizer: está bom, está aqui o sinal verde, está aqui a aprovação da Convenção Quadro, está aqui a possibilidade de o governo brasileiro assinar o Tratado Internacional da Organização Mundial de Saúde. Sem essas respostas, acredito que seria uma grande irresponsabilidade brincarmos com dois milhões e quatrocentas mil pessoas que hoje vivem desse produto.

Era isso. Muito obrigado!

(Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Queremos avisar que se encontram aqui, a nossa esquerda, exemplares do projeto. Alguém que tenha interesse de manuseá-lo, que tenha alguma curiosidade sobre o seu texto, os avulsos estão aqui à esquerda.

Quero registrar a presença do Deputado Estadual Nelson Harter, do Deputado Fernando Záchia, do Deputado Vilson Covatti, do Deputado Osmar Severo, do Deputado Heitor Schuch, do Deputado Elvino Bohn Gass – o Brasil está precisando, da Deputada Leila Fetter, que se encontram aqui.

Em seguida, vamos começar a anunciar a presença dos Srs. Prefeitos.

Quero agora, com muita satisfação, passar a palavra ao Senador Pedro Simon. Comunico ao auditório que, ao ser dado início aos debates, passarei a presidência dos trabalhos, em primeiro lugar, ao Senador Pedro Simon, que posteriormente irá revezar a presidência com os demais companheiros. E aí assumirei a função de relator.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

Antes, eu queria apenas fazer o registro e convidar para participar da Mesa, representando a Casa Civil do Governo Federal, que se encontra aqui, o Dr. Erico Leonardo Feltrin. Eu queria que ele tomasse assento à mesa dos trabalhos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Governador, Companheiro Heráclito, nosso Relator, Srs. Senadores, Deputados, meu querido Prefeito, esta é uma reunião realmente muito importante. Ela mostra o sentimento democrático na realidade brasileira.

Vimos essa experiência repetidas vezes. Era muito bom consultar o povo brasileiro na hora de decidir matérias fundamentais; era muito bom consultar o povo brasileiro na hora de decidir matérias penais, matérias com relação a ética, a moral, a dignidade, a

seriedade. E é muito bom consultar o povo brasileiro como estamos fazendo agora, na hora de um projeto que foi analisado e votado lá fora, mas que diz de perto aos interesses de grande parcela do Brasil.

É claro que sabemos, não vamos fugir à realidade. O mundo trava uma batalha muito grande com relação a muitos aspectos na produção nacional e mundial: o meio ambiente, a defesa da saúde. Há vários e grandes projetos de grande discussão e que têm unido praticamente o mundo inteiro na sua consolidação. Por exemplo, o Plano de Kyoto, aprovado pela imensa maioria e que visa diminuir a expansão fantástica de gases lançados à humanidade, da qual os Estados Unidos são os maiores responsáveis. No entanto nem os Estados Unidos nem as grandes nações até agora assinaram o compromisso de fazer o controle necessário do lançamento de gases à humanidade.

Eu não tenho dúvida, o poder do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina é muito menor, meu amigo Heráclito, do que a pujança de São Paulo. Ninguém mexe com São Paulo. Se as duas fábricas de armas que produzem estivessem não no Rio Grande, mas em São Paulo, duvido que tivessem aprovado, como aprovaram, numa hora que nem esta... (Palmas), em que os bandidos, ladrões, as gangues estão se organizando, tendo armamento que nem o Exército tem. É a primeira vez que vejo no mundo começar uma luta contra a violência desarmando aqueles que não atiram, aqueles que têm a arma simplesmente como defesa. (Palmas). Fazem isso porque as fábricas estão aqui no Rio Grande do Sul. Duvido que fizessem isso se as fábricas estivessem em São Paulo.

Vamos discutir o problema do fumo, vamos analisar o que fazer, vamos debater, vamos estudar uma proposta futura. Eu era ministro da Agricultura quando, no governo Sarney, iniciamos a integração do Mercosul. Era governador do Rio Grande do Sul quando iniciamos a implantação do Mercosul. Mas sempre se dizia: vamos implantar a integração dos produtos agrícolas na medida em que fizemos fórmulas e estudos que façam com que o Rio Grande do Sul não pague o preço, porque a Argentina e o Uruguai produzem soja, e produzimos soja, produzem trigo, e nós produzimos trigo, produzem vinho, e nós produzimos vinho, produzem carne, e nós produzimos carne, produzem arroz, e nós produzimos arroz. Enquanto São Paulo produz café, e eles não produzem café; produz suco de laranja, e eles não produzem suco de laranja; produz uma infinidade de produtos industrializados, e eles importam. E ficou decidido que se haveria de estudar uma fórmula para estabelecer preços e fórmulas por meio dos quais o Rio Grande do Sul não pagasse o preço da importação do trigo ou da importação do arroz.

Aprovaram, fizeram a integração do mercado, mas até agora os produtores do Rio Grande do Sul não tiveram um favor que compensasse o que está acontecendo. (Palmas.) Está entrando toda a hora não apenas o arroz, não apenas o trigo produzido no Uruguai, na Argentina, mas até o importado de outros países, que chega aqui pela metade do preço do nosso.

Agora, perguntem para os produtores de arroz como estão vivendo, como estão conseguindo vender o produto deles, se o produto externo entra aqui pela metade do preço. Acreditamos que se deve analisar, debater como ficará a situação, como esse magno complexo que se faz com competência e com grande capacidade será alterado e modificado. O que esses produtores de fumo produzirão que lhes dê uma compensação média? Será maconha? Qual o produto que poderão produzir com um mínimo de garantia para manterem a sua dignidade? E o mais importante, volto a repetir, é que até hoje os Estados Unidos não assinaram e não estão cumprindo o acordo de Kyoto. Esse acordo do fumo, nem os Estados Unidos, nem as grandes Nações produtoras de fumo assinaram, e o Brasil é o maior exportador de fumo do mundo. Penso que deveríamos ficar numa posição de defesa, até no sentido de garantir que haja um momento em que, no mundo inteiro, se diminua a produção de fumo, mas não se tirem as fábricas que estão no Brasil, que, com a maior tranquilidade, podem plantar fumo ali no Paraguai, ali na Bolívia, ali no Peru... (Palmas)

A produção continuará a mesma, e, em nível internacional, tudo ficará igual. Penso que os nossos irmãos representantes do Ministério da Saúde estão aqui – e sou igual a eles, defensor do meio ambiente e da saúde – lutando agora, quando, no Congresso Nacional, estão criando um projeto que, em parte, visa praticamente terminar com a Floresta Amazônica, fazendo uma privatização, vendendo aquilo que deve ser um patrimônio da humanidade, vendendo-a em pedaços para cidadãos do mundo inteiro. Ali estão começando a fazer o que não precisa, e a nossa querida Ministra Marina, Senadora líder da defesa do meio ambiente, agora está patrocinando um projeto que visa exatamente o contrário a tudo aquilo que foi a luta de defesa do meio ambiente. Nesse caso, penso que a posição do Governo brasileiro deveria ser tática e política. Vamos discutir, vamos sentar à mesa, trazer os Estados Unidos, discutir com os grandes produtores internacionais de fumo, para estabelecer normas definitivas. Por exemplo, em tal ano, vamos diminuir a produção no Brasil, mas sem que seja reproduzida nem no Uruguai, nem no Peru, nem na África, nem na Índia. Vamos diminuir a produção das fábricas (Palmas) para que, assim, o produtor não tenha para quem vender.

Não estamos assumindo uma posição fria, vaidosa, no sentido de defender o que é nosso, de defender o Rio Grande do Sul, indo contra uma tese que é de toda a humanidade. Respeitamos essa tese, mas ela não pode ficar contra nós, principalmente quando sentimos e até constatamos que podem acabar com o fumo no Rio Grande do Sul, mas não vão diminuir nem um grama do fumo no mundo inteiro. Por aí não! Por aí vai nos prejudicar.

O americano nem está dando bola para o que o mundo pensa. Lá está ele, grande produtor, grande consumidor e grande produtor das fábricas no mundo inteiro. Não assina nem dá satisfação por que não assina. Os grandes produtores europeus estão na mesma posição, nesta posição. Então o que defendemos é o Brasil, meu bravo Relator, colocar em nosso relatório, que será aprovado na comissão e irá ao plenário do Senado, uma tese nesse sentido: queremos estudar mais; queremos aprofundar mais; queremos, em primeiro lugar, ver qual será o destino dos produtores, o que acontecerá com eles. (Palmas.) Em segundo lugar, vamos ver realmente se vamos marchar por uma diminuição da produção do fumo no mundo inteiro.

Então, é uma garantia: o Brasil vai deixar de produzir tantos por cento ao ano; os produtores deixarão de produzir tanto por cento ao ano, durante tantos anos; mas isso que se deixará de produzir aqui não poderá ser produzido em qualquer outra nação do mundo. Deverá haver uma lei que diga: está proibido, daqui para o futuro, produzir novos... **(corte na gravação)** ...atingirá um grande contingente de pessoas que trabalham, que lutam e que se esforçam, enquanto no mundo continuará muita gente rindo de nós.

Por isso, estamos aqui com muita tranquilidade. Temos debatido essa matéria em nível nacional, dizendo exatamente isto: que ninguém nos venha dar lição de moral sobre ética, saúde e meio ambiente, porque são milhões de almas e criaturas que sofrem e precisam ter uma fórmula de resolver essa questão. Estamos juntos nisso, mas vamos encontrar uma fórmula que resolva o problema em definitivo, que não atinja milhões que produzem, sem trazer benefício algum àqueles que sofrem o efeito do fumo. (Palmas.)

Meus amigos, meus grandes companheiros Zambiasi e Paim, estamos aqui com esse extraordinário Relator, que é uma das figuras mais íntegras, corretas e competentes do nosso Senado Federal. Quero que o nosso Relator receba o carinho, o afeto, a admiração do Rio Grande do Sul. S. Ex^a vem de longe. O velho companheiro das lutas da redemocratização, companheiro braço direito do Dr. Ulysses, de Teotônio e de Tancredo está hoje aqui numa causa tão importante e tão justa. Heráclito Fortes é um nome que nos hon-

ra, e é uma alegria muito grande saudá-lo em nome do Rio Grande.

Por isso, meus amigos, saúdo nossos companheiros, nossos Deputados, nossos Prefeitos, nossos Vereadores, nossos produtores e, principalmente, os colonos plantadores de fumo. Realmente, colono unido jamais será vencido. É verdade! Nesse sentido estamos juntos para que continuemos a ter uma vida digna, correta. Defendemos sempre os produtores de fumo aqui.

Até anos atrás, os produtores de arroz eram um exemplo para o Brasil. Queremos dar tranquilidade ao produtor agrícola. Não digo tanto quanto na Europa e nos Estados Unidos, onde dão o dinheiro necessário para garantir a produção. Lá eles têm os insumos; lá o governo banca se há uma desgraça como a que está acontecendo agora, esse furacão. Quando há algum prejuízo, o governo americano vai lá e paga em dólar. Mas, pelo menos, que nós tenhamos condições de ter o direito, de ter o futuro. O futuro é este: produzir, sim; garantir o produto, sim; colaborar com a humanidade, sim; desde que a colaboração nossa seja correspondida à paz para toda a humanidade.

Um abraço, meus irmãos, e que Deus os tenha. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Quero registrar a presença dos que compõem a Mesa: o secretário de obras públicas do Rio Grande do Sul, Sr. Frederico Antônio, e o secretário de justiça e segurança pública do Rio Grande, José Otávio Germano.

Quero registrar a presença nesta audiência do Prefeito Gino Correia, do secretário de agricultura e representante do Prefeito de Sobradinho, Nelson Coimbra; do Prefeito de Arroio do Tigre, Gilberto Rathke; do Prefeito de Ibarama, Paulo Cezar Sebben; do Prefeito de Segredo – se é que ainda existe –, Ademir Ademir Marion; do Prefeito de Paraíso do Sul, Elmo Schmengler; da representante da Prefeitura de Agudo, Cláudia Bernardes; do Prefeito de Novo Cabrais, Valério Lawall; do representante da Prefeitura de Cerro Branco, Alcênio Valdir Escolaldi; de Venâncio Aires, Almedo Dettenborn.

Quero que vocês entendam o seguinte: além de os nomes serem de difícil pronúncia, a letra da assessoria não ajuda em nada.

Felizmente os Srs. Deputados resolveram colaborar com a audiência pública, o que é muito bom.

Vamos ouvir o nosso anfitrião, Prefeito de Camaquã, e, em seguida, vamos entrar no regime das partes, obedecendo aquele critério de cinco minutos para cada um. E os Senadores e Deputados concordaram de, nesse período, fazer o uso exatamente se submetendo ao regime dos cinco minutos, atendendo

à reivindicação feita aqui desde a outra oitiva, quando houve problema exatamente pela falta de critério nessa questão.

Antes, agradeço muito sensibilizado as palavras carinhosas do meu companheiro Pedro Simon. Como ele disse, somos companheiros de velhas lutas. Tenho por ele uma grande admiração pessoal.

Passo a palavra ao Prefeito de Camaquã, João Carlos Fagundes Machado. (Palmas.)

O SR. JOÃO CARLOS FAGUNDES MACHADO

– Digníssimo Senador Heráclito Fortes, nossos estimados Senadores gaúchos, Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e Paulo Paim, quero, em nome de V. Ex^{as}, saudar as demais autoridades da Mesa, todos os Deputados Federais e Estaduais, nossos secretários de Estado, nossos prezados prefeitos, presentes aqui em grande número, entidades, federações, vereadores. Faço uma saudação muito especial aos mais de cinco mil produtores que estão no pátio. Infelizmente não tivemos um espaço para estarem todos juntos. Mas uma saudação muito carinhosa aos mais de cinco mil produtores ali presentes (Palmas) e à nossa imprensa.

Prezados Senadores, queremos inicialmente agradecer, dar as boas-vindas a todos que aqui se encontram, em Camaquã. A cidade sente-se orgulhosa, honrada com a presença de ilustres visitantes até de fora do nosso Estado, da Bahia, de Santa Catarina, do Paraná, enfim, de vários Estados e de vários Municípios. Realmente, Camaquã sente muito orgulho de receber a todos.

Srs. Senadores, também queremos cumprimentar os senhores pela iniciativa dessa audiência pública na região da produção. Merecem os nossos elogios por ouvirem a base, conhecerem a realidade das comunidades. Eu, com a pouca experiência política que tenho, posso dizer aos senhores que sempre que ouvi a base eu acertei. Tenho certeza de que os senhores, desta maneira, decidirão o melhor para o nosso País, certamente na proteção dos nossos milhares e milhares de produtores que hoje têm na fumicultura a sua renda e uma vida com dignidade.

Eu quero dizer aos senhores que nós passamos esse vídeo aqui porque temos ouvido muitas entrevistas, comentários, reportagens, dizendo que as pessoas que trabalham com o fumo são doentes. Nós procuramos ouvir produtores que têm mais de trinta anos na lavoura e ali estão com saúde, com energia, com entusiasmo, produzindo.

Dizem que as crianças da zona do fumo estão na rua e não estão estudando. Estão ali as nossas escolas. Eu estou dizendo isso porque essa é a realidade de todos os Municípios que produzem fumo, não é só a realidade de Camaquã. Estão ali as crianças sadias

(Palmas), bonitas, cheias de energia, bem nutridas graças à renda que os seus pais têm hoje da produção do fumo. As nossas crianças, aqui em Camaquã, começam na pré-escola, têm o ensino fundamental completo. E hoje, para nossa alegria, temos também um escola de ensino médio no interior. Os filhos do nosso produtor podem sair direto da colônia para cursar uma faculdade onde escolherem.

Também temos na produção de fumo, na nossa colônia, a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Aqueles produtores que não tiveram oportunidade de estudar na sua infância estão estudando hoje, se preparando, se capacitando para enfrentar os desafios do amanhã.

Então, essa é a realidade do nosso fumicultor. E sei que essa é a realidade do fumicultor do Brasil, do Estado, é a realidade que Camaquã apresenta.

Quero dizer aos senhores que, na zona de produção de fumo de Camaquã, na nossa colônia, hoje, nós temos o pleno emprego. Há quantidade. Centenas de pessoas, diariamente, saem da cidade para trabalhar na colônia, na zona do fumo. E esse é o discurso que nós sempre ouvimos nas campanhas: da geração de emprego, da geração de renda. Camaquã conseguiu isso na sua colônia graças ao plantio de fumo, porque até hoje não apresentaram uma alternativa que viabilize ao produtor ficar na terra, ter uma vida digna, poder educar os seus filhos e ter o conforto, a dignidade que estão tendo os produtores de Camaquã.

Por isso, eu quero cumprimentar os senhores e desejar que tenham a melhor decisão. Que os senhores levem aos seus colegas essa imagem que estão vendo aqui. Esses milhares de produtores estão aqui em Camaquã porque a economia do fumo – o plantio de fumo, a renda e o emprego – é da maior importância. Ninguém está aqui a passeio. Estão aqui porque querem o direito de continuar produzindo e tendo uma vida digna (Palmas).

Então, para ser breve, quero dizer aos nossos Senadores, aos Deputados, aos Secretários, aos nossos Prefeitos, Vereadores e fumicultores que levem daqui um abraço dos mais de 64 mil camaquenses. Nós temos um orgulho muito grande de recebê-los. Voltem sempre! Camaquã é um parceiro de vocês para lutar e dar mais vida digna a todos os gaúchos e brasileiros. Que Deus os acompanhe e que tenham um bom retorno.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Eu quero registrar a presença do Deputado Estadual Edson Brum, que é Presidente da Comissão de Fumicultura da Assembléia Legislativa, e do Deputado Reginaldo Pujol.

Quero registrar também a presença do Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – Farsul, Carlos Sperotto, que está inscrito e falará nos debates.

Vamos iniciar agora a parte das oitivas. Valerão os cinco minutos, com o corte em quatro minutos. Quero pedir, mais uma vez, encarecidamente, que as manifestações se restrinjam a aplausos ou a silêncio, para nos facilitar. Outro tipo de manifestação não acrescentará nada ao que estamos querendo aqui. E como tenho certeza de que estamos em busca de esclarecimento, de verdades, eu vou contar com a colaboração de todos os presentes.

A partir deste instante, a Presidência ficará sob a responsabilidade do Senador Pedro Simon. Eu assumo, então, a Relatoria. E quero aqui – sem avisá-lo nem consultá-lo, porque tenho certeza de que ele concorda – passar a Sub-Relatoria para o Senador Sérgio Zambiasi. A partir deste instante, Senador, considere-se Sub-Relator. (Palmas)

Passo a palavra ao Senador Pedro Simon. Antes, porém, quero dizer que, ontem à noite, quando jantávamos, fiz uma proposta a ele que é para valer, Srs. Gaúchos. Durante muitos anos, fez-se uma parceria no Brasil chamada “café com leite”. Deu certo, deu errado, mas existiu. E a minha proposta a ele, de coração, é que façamos uma parceria para valer, que é a do “chimarrão com rapadura”, o Piauí com o Rio Grande do Sul. (Palmas).

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Então, de acordo com a determinação do Sr. Relator, são cinco minutos.

Representando a Casa Civil e a Ministra Dilma Rousseff, o Assessor Técnico da Casa Civil Érico Leonardo Ribas Feltrin. Com a palavra S. S^a.

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN

– Bom-dia, Senhoras e Senhores, Senador Heráclito Fortes, Senador Pedro Simon, Senador Paulo Paim, Senador Sérgio Zambiasi, Deputados, colegas dos Ministérios e toda a comunidade de Camaquã.

A missão que tenho, hoje, aqui, é muito difícil. Senti já na entrada a preocupação dos senhores e compartilho esse sentimento. Eu sou gaúcho. Meu pai foi plantar soja em Goiás, e entendo o sentimento que devem ter em relação ao Governo. Mas eu gostaria de deixar bem claro, desde o princípio, que o Governo Federal não encaminharia esse tratado ao Congresso se houvesse qualquer possibilidade de prejuízo para os senhores agricultores, principalmente nesse setor que sabemos ser formado predominantemente de agricultores familiares. Mas percebo que é muito fácil os senhores estarem angustiados e tensos com

a situação, porque, hoje mesmo, pela manhã, em um jornal de grande circulação, havia uma nota em que se dizia que esse tratado implicava a erradicação das culturas do fumo.

Eu até gostaria, sinceramente, que os senhores pudessem levantar a mão. Quem teve a possibilidade de ler esse tratado? Quem? São poucas as pessoas que leram. Nós temos, aqui, cópias.

Senhoras e senhores, não há, em nenhum momento, nesse tratado, qualquer menção... Eu desafio qualquer pessoa a encontrar, nesse tratado, qualquer menção à erradicação da cultura do fumo, porque ele trata, basicamente... São políticas que ninguém... E acredito que nenhum dos senhores seria contra. Que é a educação, que é as pessoas terem consciência dos malefícios e dos perigos que o fumo pode trazer para a saúde humana.

Este Governo apóia a iniciativa, que não é deste Governo. Toda tramitação e discussão do tratado, os senhores sabem, teve início, o texto foi acordado e concluído durante o Governo anterior. Mas este Governo reconhece que é um tratado interessante para o País, é muito importante para que nós consolidemos como políticas de Estado as políticas hoje desenvolvidas para a conscientização da população e para o controle da exposição à fumaça das pessoas que não fumam.

O tratado traz alguns dispositivos de especial interesse para os senhores, neste momento, que falam do apoio à eventual necessidade, em uma redução de consumo, se houver impacto na demanda. Logicamente, os senhores produzirão, se houver demanda. Então, os senhores teriam, por meio do tratado, recursos internacionais. Inclusive, havendo a ratificação do tratado, há a oportunidade de se colocar, no Orçamento Federal, recursos para as políticas aqui pleiteadas. Como é que vamos colocar programas de capacitação e de reconversão se não houver uma ratificação ou um instrumento jurídico que permita isso? A ratificação do tratado possibilita justamente esse fato. E os senhores não terão essa oportunidade se o Brasil não o ratificar.

O tratado implica em uma possibilidade de redução de consumo. Há expectativas de que, mesmo com a ratificação, a produção e o consumo ainda aumentem até o ano de 2010. Quer dizer, as políticas devem começar o mais rápido possível para que os senhores possam diversificar suas atividades e inclusive negociar melhores condições de venda do seu fumo. Se os senhores tiverem mais de uma atividade, possivelmente poderão controlar isso de melhor maneira. Isso é em longo prazo. O tratado não implica que amanhã os senhores terão, se o Brasil assinar, ratificar hoje, problema de venda. Isso é claro. É uma política de longo

prazo. Quantos anos se passaram para o Brasil atingir a redução de consumo que conseguiu? Foram mais de vinte anos de políticas intensivas de conscientização. Isso é o que vai acontecer no mundo, mas hoje o consumo ainda é crescente. Tais políticas devem acontecer no momento adequado, mas a ratificação do tratado é um importante marco jurídico para os senhores colocarem no Orçamento e exigirem do Governo Federal que cumpra os programas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O senhor está coberto de razão. É apenas para que eu tenha uma base no relatório, pois o documento é da maior importância. Afinal de contas, o senhor representa a Ministra da Casa Civil da Presidência da República, que o credencia para isso. É uma colaboração que peço, como Relator, a fim de que possamos, baseados nela, tomar providências em relação ao rumo do relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)
– Com a palavra a irmã Lourdes Dill.

A SRA. LOURDES DILL – Uma saudação muito especial aos Senadores, representantes da Mesa, Deputados, Prefeitos, organizações sociais, pastorais, produtores de alternativas da cultura do fumo e fumicultores. Com todo o respeito, saúdo a todos e a todas, tendo a alegria de participar desta audiência pública que pretende refletir sobre a importância do tema.

Digo, como em outras audiências de que participamos, que represento aqui o Projeto Esperança/Cooesperança, da Diocese de Santa Maria, um trabalho integrado à Caritas Brasileira, que hoje está presente em mais de duzentos países do mundo, trabalhando a defesa da vida e também a segurança alimentar, com qualidade e quantidade de vida.

Nossa experiência com o Projeto Esperança/Cooesperança tem vinte anos de história, Srs. Senadores e equipe da Mesa, e digo que temos, sim, um caminho de alternativas à cultura do fumo. Trabalhamos há mais de quinze anos com seminários regionais de alternativas à cultura do fumo, em que produtores, organizações, movimentos e pastorais estudam, dialogam e buscam caminhos e alternativas. Muitos produtores deixaram a produção do fumo e trabalham em alternativas.

Convido os senhores e as senhoras para visitarem as proximidades de Porto Alegre, onde há uma grande feira de economia solidária, com duzentos grupos participantes, muitos deles ex-plantadores de fumo, expondo ali produtos da agroindústria, da agroecologia, muito bem aceitos pelos consumidores de Porto Alegre e da região.

Nossa experiência tem vinte anos e cerca de 220 grupos associados, representando mais de quatro mil

famílias que caminham na perspectiva de alternativas. Temos quarenta pontos fixos de comercialização direta, o caminho que o produtor encontrou para diversificar sua produção e colocá-la diretamente na mesa do consumidor. São, como eu disse, mais de quatro mil famílias beneficiadas, e as pessoas têm uma qualidade e quantidade de vida bem mais ousada do que quando plantavam o fumo.

Nessa perspectiva, defendemos a idéia da aprovação, da ratificação da Convenção Quadro como um trabalho de processo, não como pacote. Queremos desafiar o Governo Federal, sim, para incluir recursos de políticas públicas para aqueles produtores que queiram parar de plantar fumo. Temos certeza de que a Convenção Quadro vai trabalhar em vinte, trinta, cinquenta anos esse processo da reconvenção, sem criar em ninguém o clima de pavor que as fumageiras e aqueles que defendem o fumo estão criando.

A Convenção Quadro não veio para criar um clima de pavor. Quem está criando são aqueles que defendem o sistema de morte que é o fumo. Acreditamos que o fumo, de fato, cria esse clima de morte.

(Vaías.)

A Mesa pediu o respeito de todos e que não houvesse esse tipo de manifestação. Pena que nem todos sabemos respeitar.

Temos certeza de que a Convenção Quadro propiciará aos países que a ratificarem uma melhor qualidade e quantidade de vida para aqueles produtores...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LOURDES DILL – Foi deixado um momento para o silêncio de quem defende a vida, a quantidade e a qualidade de vida.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Com a palavra, da Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria de Fumo e Afins, Dorval Knak.

O SR. DORVAL KNAK – Srs. Componentes da Mesa, todos os integrantes já citados pelo Protocolo, Senhoras e Senhores, não vou eu, aqui, voltar a defender as 2 milhões e 400 mil pessoas que dependem exclusivamente do fumo, mas vou fazer uma reflexão. E peço licença ao Senador Paulo Paim e ao Sr. Heitor Petry, Presidente da Famurs, para dizer algo que ele já disse: Que bom que ninguém aqui está fumando! Que bom também que aqui ninguém está bebendo bebida alcoólica! Lá fora, muitos estão fumando e muitos estão bebendo bebida alcoólica. Os que estão bebendo, neste momento, estão causando acidentes, estão causando brigas e assassinatos, estão pertur-

bando a ordem pública, estão “dando” em seus filhos, destruindo lares, coisa que o fumo não faz. (Palmas.)

Portanto, pergunto: por que só quanto ao fumo e não quanto à bebida alcoólica? (Palmas.)

Estão falando da saúde. A bebida alcoólica causa muito mais danos à saúde que o fumo. Um antitabagista, defensor da Convenção Quadro, me disse que se o Brasil não ratificar essa convenção, com certeza, não terá assento na ONU. Por favor, meus amigos, vamos rifar nossos trabalhadores e nossos empregos para conseguir um cargo na ONU? (Palmas.)

Companheiros, vamos pensar no que eu já disse na Convenção em Florianópolis. Repito as palavras da Vereadora de um Município vizinho, que, em outra audiência pública, disse: cigarro faz mal, sim, mas fome mata. (Palmas.)

Então, Srs. Senadores, vamos refletir bem antes de ratificar só para fazer bonito lá fora e para ser simpático a outros países, em detrimento do povo brasileiro. Não é possível. Vamos pensar primeiro internamente, no povo brasileiro, para depois pensar nos outros lá fora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Vamos, rapidamente, ganhando tempo, passar a novas manifestações. Chamo aqui, para se manifestar, o representante do Ministério da Saúde, Dr. Carlos Humberto Spezia, consultor da Assessoria de Assuntos Internacionais da Saúde e membro da Comissão de Implantação da Convenção Quadro. Com a palavra o Dr. Carlos Humberto Spezia, representando o Ministério da Saúde. (Palmas.)

O SR. CARLOS HUMBERTO SPEZIA – Prezados Senadores, prezados membros da Mesa, prezada Camaquã, primeiramente, agradeço – espero que vocês não me vaiem (Risos.) – o momento de estar aqui com vocês.

Seria muito fácil colocar os números todos, que sabemos de cor, como, por exemplo, que o fumo mata quinhentos milhões de pessoas ao ano, e outros mais.

Senhores, o que acontece é o seguinte: a Convenção Quadro está em pleno vigor. É bem verdade que seria muito ruim para o Brasil – seria até uma posição vexatória – se não a ratificasse, porque o Brasil foi expoente em seu planejamento, em sua concepção, em sua redação final e em todo o seu apoio. Como foi dito aqui pelo nosso ilustre colega da Casa Civil, o Sr. Érico Leonardo ribas Feltrin, a posição do Brasil foi

fundamental. Pior que isso, é sabermos que mais de 80% do tabaco produzido é exportado. E 10 de nossos 11 maiores compradores já ratificaram a Convenção. Mas, vejam bem, a Convenção vai continuar, independente de um ou outro país deixar de fazer parte. Já são 80, inclusive a China, com toda a sua capacidade, em termos de mercado do tabaco, assinou.

E digo: economicamente, se não participamos, não teremos acesso a expor nossos interesses econômicos em relação às culturas alternativas, em relação ao preço, às negociações de mercado; não poderemos nos sentar junto ao Conselho Diretivo da OMS para opinar, para transmitir a posição do Governo brasileiro. Depois de ouvir a sociedade, aí sim, senhores, teremos problema; aí sim, os fumicultores, nós todos sofreremos impacto de mercado, que não se resume a um palanque político. Ele acontece, quer queira, quer não.

Escutei aqui coisas que me deixaram num misto de emocionado e perplexo. Falaram sobre o desarmamento e o fumo – não sei se foi uma analogia ou uma comparação – e que a Convenção erradica o fumo. Não, não tem isso, a Convenção está aqui para quem quiser ler. E há resumos da Convenção nos *sites* do Incra e do Ministério da Saúde.

A Convenção é uma preocupação com a saúde internacional, com a saúde de todos nós, de todos vocês que estão aqui. O nosso interesse, do Ministério, não é econômico.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Fora do microfone.) Claro que a cocaína é melhor.

O SR. CARLOS HUMBERTO SPEZIA – Talvez. Se você achar que é melhor, plante cocaína então.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Fora do microfone.)

O SR. CARLOS HUMBERTO SPEZIA – Se você tiver sua ratificação, sim.

Discordo da colocação feita aqui sobre plantar maconha. Não, vamos plantar algo que nos dê dignidade.

A SRA. ORADORA NÃO IDENTIFICADA – (Fora do microfone.) E as alternativas?

O SR. CARLOS HUMBERTO SPEZIA – As alternativas vão depender da nossa participação, senhoras e senhores, no Conselho Diretor da OMS.

(Interferências fora do microfone.)

É por isso mesmo que devemos participar. As coisas vão acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Vou interromper um segundo. Peço à platéia que, por favor, ouça com a mesma atenção com que ouviu aqueles que são contra a Convenção Quadro aqueles que vêm defendê-la. Isso é fundamental e democrático.

Muito obrigado.

(Palmas.)

Asseguro a palavra ao Dr. Carlos Humberto Spezia.

O SR. CARLOS HUMBERTO SPEZIA – Muito obrigado.

Portanto, nosso compromisso – quando digo nosso é do Ministério da Saúde, Assessoria Internacional do Ministério da Saúde mais especificamente – é com a saúde, obviamente, mas estamos vendo lá na frente que devemos participar para poder votar, devemos participar para ter acesso de mercado. E desafio novamente, como fez meu colega Wellington: não existe no texto da Convenção Quadro algo que mencione erradicação do tabaco. Medidas serão tomadas sim, como consequência da participação e da discussão, por um time de *experts* da OMS, pessoas expoentes nas áreas de economia e de agricultura, que vão ajudar os países que dela fazem parte. Apenas esses.

Agradeço.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – V. S^a tem mais um minuto.

O Presidente Heráclito Fortes teve o cuidado de dizer: aplausos ou silêncio. Vamos manter essa ordem a fim de que possamos continuar o diálogo através da tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Gostaria de fazer um apelo. Esta audiência está sendo transmitida para todo o Brasil pela TV Senado. O Brasil inteiro está interessado na questão, e está assistindo. Vamos deixar essa imagem ruim para nós, que estamos aqui e viemos de longe, para a cidade e para a causa. Temos todo o direito de concordar e discordar, mas vamos discordar da maneira mais inteligente do mundo, que é pelo silêncio. Não há nada que doa mais do que o silêncio. O apelo que faço é no sentido de não dar ao Brasil essa impressão. É a terceira audiência que estamos realizando. Nas anteriores, não tivemos dificuldade. Não gostaria de, exatamente aqui, após propor o acordo do chimarrão com a rapadura, ter de interromper ou adiar; seria realmente triste. Peço encarecidamente a colaboração dos Senhores.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS HUMBERTO SPEZIA – Muito obrigado pelo espaço democrático. Eu mesmo pedi a vocês que, com todo o respeito, não vaiassem.

Estamos cientes, Senhoras e Senhores, de todo o poder da indústria do tabaco e, de certa forma, obviamente, como qualquer indústria, respeitamos. Nossa preocupação é com o tratado de saúde pública, com uma vida melhor. É bem verdade, como foi dito, que

a fome mata. Lógico, que coisa triste. Nem por isso vamos deixar de combater. O cigarro mata também, mata sem ar. É terrível. A fome e o cigarro são problemas de saúde, temos de combater os dois. Não é orientando um para excluir o outro. O álcool, como foi colocado, para que vocês saibam, será objeto da pauta da próxima Assembléia Mundial de Saúde sim. Vai ser combatido? Vai também.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Peço que conclua, Dr. Carlos Humberto Spezia.

O SR. CARLOS HUMBERTO SPEZIA – Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Em função das interrupções, o Sr. Carlos Humberto Spezia falou por 10 minutos. É bom que acompanhemos democraticamente; dessa forma, ganhamos tempo.

Vamos chamar, então, para a sua manifestação, o representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, o Sr. Irineu Berezanski. (Palmas.)

O SR. IRINEU BEREZANSKI – Cumprimentando a Mesa, cumprimento as demais autoridades, e trago o abraço dos agricultores de Santa Catarina a este povo gaúcho, porque muito nos honra estar aqui.

Digo, desde já, que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, que representa 180 mil famílias, é contra a ratificação da Convenção Quadro. (Palmas.)

Ela conclui que não podemos resolver um problema criando outros, com todas as famílias de agricultores. É preciso, também, mostrar alternativas verdadeiras para os agricultores que plantam fumo, e não apenas falácias, apresentadas a eles como solução. É preciso mostrar verdadeiramente o que eles irão fazer. Não há meios de dizer que vão eliminar a fumicultura e não serão responsáveis por esses agricultores, que há tanto tempo trazem progresso ao Brasil. É muito fácil morar no 11º, 12º andar de um prédio e de lá criar normas sem ter o prazer de pisar na terra e ver o que os agricultores fazem. (Palmas.)

A Federação é contra pela sobrevivência de 62 mil famílias de agricultores que vivem da fumicultura no Estado de Santa Catarina. Também é contra porque a fumicultura gera 260 mil empregos diretos. O que eles irão fazer? Receber cesta básica? É isso? Então, precisamos pensar melhor em uma política de desenvolvimento e nos responsabilizar pelas famílias desses agricultores. O fato de não plantar fumo não significa que não virá produção de outros lugares. Por que só parar de produzir? Vamos eliminar o consumo. Experimente dessa forma.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura também é contra em razão de o que esses agricultores

irão fazer no espaço rural. Eles vão para a cidade criar favelas ou vão criar favelas no meio rural? É isso que se espera deles? Viemos aqui criar políticas e progresso para esses agricultores ou só trazer meios para que sofram. Nós, sim, somos a favor da saúde, mas somos muito mais a favor da vida desses agricultores.

Somo, também, um povo democrático. Ninguém tem o direito de desalojar pessoas de seus afazeres sem apresentar uma alternativa conveniente. É por isso, então, que os agricultores e a Federação dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina são contra a ratificação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– A Assessoria da Comissão de Agricultura do Senado Federal vai entregar, na primeira fila, a lista, e todos podem ir assinando. Podem registrar a sua presença, e passar para o outro, até o final, sem tumultuar a reunião. Há um avulso à disposição de cada uma das senhoras e dos senhores. Trata-se de um impresso da Convenção Quadro para levar para casa, ler, interpretar e entender a proposta.

Rapidamente, vamos chamar a representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Drª Emma Siliprandi, Assessora da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A SRA. EMMA SILIPRANDI – Muito bom dia a todos os presentes, aos Senadores e Deputados, aos representantes das famílias de agricultores que plantam fumo e estão preocupados com a situação.

Venho, em nome do Ministério do Desenvolvimento Agrário, colocar a nossa posição enquanto Ministério e órgão de Governo que compartilha a posição do Governo Federal de enviar o texto da ratificação da Convenção Quadro ao Congresso Nacional, que é quem de direito deve tomar essa decisão.

Senhoras e Senhores, é muito importante que fique claro. Chegando em Camaquã, assim como em outras ocasiões, em outras audiências, percebemos a quantidade de material com manipulações, com distorções, criando verdadeiro clima de terror, como se o cultivo do fumo estivesse a ponto de ser proibido no Brasil. A Convenção Quadro não estabelece isso em momento algum. Por isso, estamos muito tranquilos em dizer a vocês que é muito importante fazer essa ratificação. Ela significa que o Brasil vai poder, como foi afirmado anteriormente, participar de todos os fóruns de decisão internacional em que serão distribuídos e decididos os fundos internacionais que permitirão justamente – e este é o ponto com que todos nós estamos preocupados – fazer uma transição responsável, lenta, em tempo certo, no momento em que for preciso. E o momento não é agora. O momento não

está batendo em nossa porta. Todas as informações e estimativas de órgãos internacionais dizem que, com a ratificação da Convenção Quadro, seus efeitos, em termos de diminuição do consumo vão demorar pelo menos dez anos.

Teremos tempo, Senhoras e Senhores, se estivermos lá decidindo como que será feita essa transição. E como também já foi colocado aqui, a Convenção-Quadro é uma realidade, ela já existe e já está em vigor. Ela não depende da nossa opinião sobre ela; ela não depende do que o Brasil venha a achar sobre ela. Ela já existe e vai mexer, no médio e no longo prazo, no mercado internacional do tabaco como foi dito aqui. Oitenta e cinco por cento do fumo produzido no Brasil é exportado. Esse mercado vai ser afetado.

Ou olhamos para essa realidade de frente hoje e pensamos o que é melhor para nós, o que é melhor para os agricultores brasileiros, uma vez que existe uma perspectiva de que em dez, quinze anos, esse mercado vai ser afetado. O que é melhor para nós? Cruzarmos os braços e fingirmos, colocarmos a nossa cabeça embaixo da terra como avestruzes e fingirmos que esse problema não vai nos afetar? Não é verdade. Se fizemos isso, estaremos sendo irresponsáveis com as nossas famílias, com os nossos filhos.

Por isso, Senhoras e Senhores, é importante que a gente veja com clareza, que não nos deixemos enganar. Se não estivermos lá, estamos dando um tiro no nosso pé e, aí sim, estamos renunciando a nossa possibilidade de fazer essa transição de forma responsável. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Paulo Paim. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Bom-dia a todos.

É uma grande alegria em estar aqui com vocês e quero dizer que não sou membro da Comissão de Agricultura, estou a convite, como Senador gaúcho, do meu amigo Senador Heráclito Fortes, mas quero dizer a vocês que esse projeto vai para a Comissão de Assuntos Sociais e, lá, por entendimento feito com o Sr. Senador Valadares, assumirei a relatoria e quero dar a esse tema o mesmo caminho e a mesma forma que deu o Senador Heráclito Fortes.

Tenham certeza de que a matéria será debatida amplamente antes da votação. (Palmas)

Eu acho que isso contempla as duas posições.

De imediato, convido a fazer uso da palavra o Exmo. Sr. Hainsi Gralow, Presidente da Afubra – Associação dos Fumicultores do Brasil.

(Pausa na gravação)

(...) na entabulação de regras produtivas que dá status sindical a uma organização laboral ante uma empresa ou associação de empresas ou de ramo produtivo ou perante o próprio Poder Público. Nesse sentido, se interpretarmos a expressão criação a que alude o inciso II, do art. 8º da Constituição Federal, expungida de todo viés cartorial e lhe atribuímos um sentido de incipiência na mobilização de empresários e trabalhadores.

(Pausa na gravação)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Antes de conceder a palavra ao Presidente da Afubra, temos aqui alguns Deputados Estaduais que não fazem parte do debate e que aqui estão. Estou propondo ao Senador Paulo Paim e à Mesa que, a cada cinco debatedores, abra-se o espaço de três minutos para uma pequena mensagem dos que estão aqui.

Vamos ter, a partir de agora, a partir de cinco minutos, um traz a sua pequena mensagem em retribuição inclusive a atenção aos Parlamentares que estão tendo de vir até aqui.

O SR. HAINSI GRALOW – Bom dia a todos! Saúdo a Mesa, as autoridades aqui presentes. De forma especial, a nossa saudação às agricultoras, aos agricultores. Um abraço não só aqueles que estão neste recinto, mas, também, de modo especial àquela grande quantidade de pessoas, àqueles milhares de pessoas que estão assistindo a este encontro pelo telão. Muitas dessas pessoas, Senadores, saíram de suas casas às quatro, cinco horas da madrugada e vão voltar às suas residências talvez às oito ou nove horas da noite. Isso ninguém faz por esporte. Isso só se faz quando se tem a convicção de que é um assunto extremamente importante. Ademais, esses agricultores estão decidindo, principalmente nas regiões onde nós tivemos uma das piores estiagens das últimas épocas. Aos que não sabem eu gostaria de dizer que esses agricultores têm uma diversificação de culturas. Eles plantaram milho, feijão, e, infelizmente, não colheram nada. Infelizmente lhes ficou apenas o compromisso da dívida no banco. E agora o que temos? Preços baixos, insuficientes. Não falo só do fumo. Falo do arroz, do milho, do feijão, do leite. As dívidas no banco devem ser pagas. Nós precisamos realmente diversificar, mas o que vamos dizer para essa gente que agora me diz o seguinte: “Gralow, nós precisamos de duas, três safras boas de fumo para pagar as contas das dívidas das outras atividades. Esta é a realidade. (Palmas.)

Em Genebra, disseram o seguinte: “O fumo efetivamente deve ser derrotado”. Isso foi dito no início. Depois se achou uma palavra melhor – ratificação da Convenção-Quadro – para nos tranquilizar. Mas é im-

portante que as senhoras e os senhores saibam – quero ressaltar às autoridades – que, naquele recinto onde falavam, onde negociaram durante quase quatro anos, não tinha vez quem dissesse alguma coisa positiva sobre o fumo. Quem fez isso, no dia seguinte, encontrava o seu nome inscrito no mural como forma de inibi-lo a não tentar, de algum modo, dizer alguma coisa positiva sobre o fumo. Esse foi o clima que reinou em Genebra. Infelizmente, continuou essa situação no Brasil.

Sabemos da pressão que sofrem todos. Sabemos do desconforto dos Deputados Federais. Sabemos o quanto sofrem essa gente boa que nunca ficou sabendo que estava circulando a aprovação da ratificação Quadro. Juntaram simplesmente uma pessoa de cada Partido e assinaram uma aprovação por voto de Liderança.

Eu gostaria que voltassem a atenção. Vamos terminar dentro de um minuto. Mas preciso também dizer que o que eu tinha preparado para ser mostrado eu já pedi para não ser mostrado. Este quadro, gente, há pouco tem falado sobre interesses internacionais. No dia 31 de agosto, apareceram dentro da Afubra seis mascarados. Falaram apenas em inglês. Nós os detectamos. E sabem de onde são? São da Virginia, nos Estados Unidos, pressionando a Afubra pela ratificação. Sabem por quê? Porque os Estados Unidos perderam a liderança e nós a assumimos. Eu quero ver o que vai acontecer conosco, brasileiros, quando formos para os Estados Unidos nos infiltrar e fazermos o que esses americanos fizeram. Felizmente as nossas câmaras internas flagraram e nós sabemos quem transportou essas pessoas para a nossa localidade. Essa é a versão que está sendo tratada, esse é o rancor que se está somando contra o fumo, e isso não pode prevalecer.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Convidamos, de imediato, o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Exm^o Sr. José Oscar Miranda Pacheco, chefe de gabinete da Secretaria de Defesa Agropecuária – Mapa.

O SR. JOSÉ OSCAR MIRANDA PACHECO – Eu queria saudar inicialmente as autoridades componentes da Mesa, queria saudar a todo o público aqui presente e queria dizer que me sinto em casa porque também sou gaúcho.

Quando eu vinha, eu estava pensando de que forma eu iria abordar essa questão da Convenção-Quadro.

Aqui na entrada, junto com o Dr. Francisco Sigma, o Senador Heráclito Fortes atendia a um dos inúmeros repórteres que o entrevistavam. Um repórter perguntou do que se tratava esse evento, essa audiência pública.

O Senador disse mais ou menos dessa forma: “basicamente é uma discussão social, desejável, democrática e livre entre, com todo respeito, a questão da saúde e a questão do desenvolvimento rural.”

Na verdade, o que estamos fazendo é ouvindo pessoas, áreas e segmentos da sociedade, alguns a favor, outros contra a assinatura da Convenção-Quadro. Quando essa questão chegou ao Ministério da Agricultura, houve uma série de reuniões, uma série de debates sobre o assunto e basicamente a conclusão a que se chegou é que sem saúde não há desenvolvimento rural. Dentro desse pensamento, dessa ótica, após essas reuniões, o Sr. Ministro optou por apoiar integralmente um ponto de vista do Ministério da Saúde, que luta pela saúde, entendendo que a questão do desenvolvimento rural que diz respeito ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e também ao Ministério da Agricultura, é de nossa não somente preocupação, mas, também, de nossa responsabilidade.

Tendo sido tomada essa decisão, foi feito o encaminhamento da proposta conjunta ao Senhor Presidente da República, que a encaminhou ao Congresso Nacional. Então, eu queria dizer para os senhores que podem ficar tranquilos. Sou engenheiro agrônomo com 43 anos de trabalho, dos quais trabalhei 15 aqui no Estado. A proposta da Convenção-Quadro não é de eliminar realmente a lavoura de fumo, não é de acabar com os fumicultores, que se assim fosse o nosso Ministro da Agricultura não assinaria embaixo. A proposta da Convenção-Quadro, na verdade, é de juntar esforços no sentido de melhorar as condições de saúde da população urbana e da população rural. Esta é a proposta. E dentro dessa proposta, estamos discutindo, acho que a posição tomada pelo Congresso é extremamente salutar, de que se ouça a sociedade, para que possamos avançar ainda mais.

Bom, o que eu tinha a dizer era isso e agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Chamamos, de imediato, representando a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Luis Carlos Heinze, 1^o Vice-Presidente da Comissão de Agricultura daquela Casa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, que está presidindo os trabalhos; o Senador Sérgio Zambiasi; o Senador Pedro Simon e em especial o nosso Senador Heráclito Fortes, que é o relator dessa matéria. Em nome dele também cumprimento o Senador Sérgio Guerra, que tem trabalhado e participado para que possamos trazer esse assunto à tona e fazer os esclarecimentos necessários.

Igualmente, cumprimento o Prefeito João Carlos, que liderou essa grande mobilização para que hoje esses mais de cinco mil fumicultores estivessem aqui na zona sul do Rio Grande do Sul, para trazer o testemunho deles a V. Ex^a, que está preparando um relatório para dar uma certa tranquilidade a esses produtores.

Cumprimento os Deputados Federais que aqui vieram: Deputado Francisco Turra; Deputado Érico Ribeiro; Deputado Mendes Ribeiro Filho; Deputado Eliseu Padilha. Cumprimento também os Deputados Estaduais aqui presentes, tão importantes, aos prefeitos, vereadores, sindicatos patronais, sindicatos de trabalhadores e aos produtores em geral.

Senador Heráclito, eu ouvi muitas manifestações a respeito. Nós temos discutido essa questão na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados. O Brasil tem, hoje, mais de seis milhões de propriedades rurais. Em torno de quatro milhões não têm acesso a crédito, tecnologia ou assistência técnica no País. Quatro milhões de propriedades rurais!

Dizer que nós vamos fazer reconversão da economia dessa atividade, com 250 ou 260 mil produtores entre Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Alagoas, Bahia, é uma piada. Não tem dinheiro suficiente no Orçamento da União para dar crédito a quatro milhões de produtores que vivem hoje no Brasil. (Palmas.)

Eu tenho um trabalho da Fundação Getúlio Vargas e da Embrapa que mostra, Sr. Senador, a renda dos produtores rurais. Aqui está o Ex-Deputado Odacir Klein, Secretário de Agricultura, que tem conhecimento do assunto. Na Região Norte do País, em propriedades de 0 a 100 hectares, sabem qual a renda média? R\$64 por mês. É a renda média da propriedade na Região Norte, de 0 a 100 hectares. Na Região Nordeste dá R\$64 por mês. Na Região Centro-Oeste são R\$125 por mês. Na Região Sudeste, que é bem desenvolvida, R\$241 por mês. Menos de um salário mínimo por mês é a média das propriedades de 0 a 100 hectares. E no Rio Grande do Sul, na Região Sul: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, R\$270 por mês.

Sabe qual a renda média, Sr. Senador, dessas 250 mil ou 260 mil famílias desses Estados produtores de fumo? Quase R\$3 mil por mês. Como se vai pedir para abandonarem essa atividade? De que jeito?

Eu sou engenheiro agrônomo, técnico agrícola e produtor rural. Quando falo em subsídio... Veio aqui o representante administrativo falar que vai ter subsídio para a atividade. Nós estamos desde o ano passado pedindo recursos para o Governo Federal, para subsidiar o arroz. Aqui há arrozeiros à vontade e tu és arrozeiro. Sabe por quanto estão vendendo o arroz hoje no Brasil? Na Região Centro-Oeste, Norte e Nordeste

é por R\$8 ou R\$9 a saca, com um custo de vinte e poucos reais. Em Santa Catarina e Rio Grande do Sul o custo é de R\$28 ou R\$29 e estão vendendo a R\$15 ou R\$16 o saco; 40% ou 50% abaixo do custo de produção. Alternativas? O trigo, no ano passado com o custo de R\$24, está sendo vendido a R\$17 ou R\$18. E neste ano, pasmem os senhores, nós vamos colher lavoura de trigo. O Paraná está colhendo. Sabe qual o preço mínimo, Senador Heráclito? R\$24 o saco. Sabe por quanto estão vendendo no Paraná hoje, que está colhendo trigo? Estão vendendo a R\$16 ou R\$17 o saco. Não tem dinheiro, tchê!

Isso sobre o que o Hainsi Gralow fez a colocação aqui – eu quero dizer a todas as senhoras, aos senhores e ao Sr. Coordenador – é uma guerra comercial daqueles que querem o mercado que o Brasil, a duras penas, pela capacidade dos produtores das indústrias e dos técnicos, conquistaram. O Brasil é o maior exportador do mundo hoje. Em cima disso querem tomar esse mercado. É uma guerra comercial e estão usando o subterfúgio da saúde. É isso o que está acontecendo!

Nós não podemos ser ingênuos, como disse o Senador Pedro Simon. Aqui estão as indústrias de armas. Nós vamos votar daqui a alguns dias e os senhores precisam ajudar nisso.

A Rede Globo está fazendo campanha para quem? Para liquidar com essas indústrias de armas e deixar o cidadão de bem desarmado, tchê! E vai fazer o quê? É isso que está acontecendo aqui. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – V. Ex^a tem mais um minuto para concluir.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Sabe que um dos itens já existe, Senador Heráclito, hoje? As indústrias estão produzindo um cigarro que não faz fumaça, que é produzida pelo alcatrão que faz mal para a saúde. Logo, logo nós teremos esse cigarro. Daqui há pouco nós não vamos produzir mais, mas os gringos dos Estados Unidos farão isso, porque o Presidente Bush prometeu para eles, em campanha política, que não iria acabar com a lavoura de fumo deles e os está protegendo. Portanto, é extremamente importante que haja essa organização e os Senadores, conscientemente, façam esse trabalho.

Quero render as homenagens aos Senadores Sérgio Zambiasi, Paulo Paim e Pedro Simon, que têm sido uns guerreiros, uns heróis na defesa dos interesses dos setores social e econômico do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Brasil pelo qual nós estamos fazendo isso.

O Senador Heráclito terá sensibilidade suficiente para, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e depois na Comissão de Assuntos Sociais, defender

a tese desses mais de dois milhões de famílias, de pessoas, no Brasil, que vivem dessa atividade decentemente e não vão pedir Bolsa Escola e Bolsa Família, batendo às portas das prefeituras que não vão ter dinheiro para lhes dar o sustento. (Palmas.)

Um abraço a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Passamos de imediato a palavra, representando o Inca – Instituto Nacional do Câncer, à Sr^a. Érica Cavalcanti, Coordenadora Nacional do Programa de Controle do Tabagismo, do Ministério da Saúde.

A exemplo do que fizeram os Senadores Heráclito Fortes, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, eu faço um apelo ao Plenário para o silêncio ou para as palmas.

Obrigado.

A SRA. ÉRICA CAVALCANTI – Boa-tarde a todos. É um prazer ver diversos representantes da fumicultura.

Excelentíssimos Senhores Senadores; autoridades da Mesa; fumicultores e demais representantes da sociedade brasileira presentes nessa audiência pública de Camacua, o Instituto Nacional do Câncer não poderia deixar de expressar a indignação com o retardo da adesão do Brasil a uma das mais importantes iniciativas da história da humanidade, que é a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, o primeiro tratado internacional de saúde pública do mundo cujo objetivo é proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e a exposição à fumaça do tabaco.

A Convenção-Quadro foi uma iniciativa da Organização Mundial de Saúde, em decorrência da expansão mundial do tabagismo, que mata cinco milhões de pessoas ao ano no mundo, sendo que dessas mortes todas duzentas mil ocorrem no Brasil. Nós não podemos fechar os olhos para essa situação.

A Convenção é um compromisso ético e moral dos seus governantes com a população, pois visa ao bem da humanidade. Nos seus artigos e preâmbulos não proíbe, em momento nenhum, e nem prevê a extinção à plantação do fumo, como foi erroneamente disseminado na Região Sul, gerando pânico nos fumicultores.

A Convenção é um mecanismo de proteção aos fumicultores e estabelece salvaguardas nos seus arts. 4º, 11, 17 e 26. Ela reconhece o impacto que a redução global do consumo poderá trazer, a longo prazo, sobre a produção. E ela promove a busca de alternativas economicamente viáveis para os fumicultores.

O que penso importante ressaltar para vocês lembrar que, independente do Brasil ratificar ou não a convenção, esse tratado já uma realidade no mundo.

Entrou em vigor em fevereiro de 2005. Então, o Brasil precisa estar preparado para a transição que o mundo vai sofrer com relação ao consumo e à produção do tabaco. Isso é um fato.

Em fevereiro de 2006 acontecerá a reunião da Conferência das Partes que vai definir as regras para os mecanismos de apoio técnico, financeiro, assim como as demais decisões políticas sobre a Convenção-Quadro.

Considerando que o País é o segundo maior produtor e o maior exportador da folha de fumo e tem 85%, de acordo com a Afubra, da sua produção exportada, é lógico que esse cenário de desaceleração mundial, a longo prazo, vai interferir diretamente nessa lavoura – não tem como.

A China, que é o primeiro produtor, já ratificou esse tratado em 30 de agosto. E a produção desse país é voltada para o consumo próprio. Hoje, já temos 86 países que ratificaram, sendo o tratado internacional que teve mais adesões rapidamente. Importante ressaltar também que a Índia, que é o terceiro produtor mundial, também já ratificou.

Informamos que 11 dos principais países, para os quais exportamos fumo, dez já ratificaram. De acordo com o cenário apresentado, acredito que hoje é de interesse para toda a cadeia produtiva do fumo a ratificação. Não podemos mais ficar de fora da Conferência das Partes, à mercê do que vai ser estabelecido por outros países. E nem correr o risco de, no futuro, sofrer as famosas retaliações comerciais, porque exportamos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – V. Ex^a dispõe de mais um minuto. Fique à vontade.

A SRA. ÉRICA CAVALCANTI – ...porque exportamos um produto que mata 50% de seus consumidores.

Exm^{os} Senadores, o Brasil lidera uma cruzada mundial de combate à fome e reivindica assento no Conselho de Segurança da ONU. Ele poderá cair em descrédito internacional se não ratificar a Convenção-Quadro para o controle do tabaco, demonstrando estar refém de interesse escuso das grandes transnacionais do fumo.

Precisamos de agilidade e de comprometimento nesse processo, pois está extinguindo o prazo para participarmos da Conferência das Partes. Se não depositarmos o voto até o dia 07 de novembro na ONU estaremos fora desse grande encontro que irá definir as regras de financiamento da Convenção-Quadro.

O Ministério da Saúde, o Inca, está tranquilo porque está fazendo o papel dele de divulgar, esclarecer,

fornecer material, que se encontra aí embaixo para que fumicultores possam ler, estudar e ter uma opinião própria, e não servirem de instrumento de manobra para as grandes indústrias do tabaco. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Passamos, de imediato, a palavra para o representante da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Elmar Schneider.

O SR. ELMAR SCHNEIDER – Cumprimentos à Mesa, de forma especial aos colegas Deputados que aqui se encontram, Deputada Leila Fetter; Deputado Osmar Severo; Deputado Edson Brum, que preside a nossa comissão na Assembléia Legislativa do Estado; Deputado Heitor Schuch; Deputado Néelson Härter; Deputado Jerônimo Goergen; Deputado Vilson Covatti, nosso ex-Presidente; nossos Senadores; Relator; Prefeito; Secretário de Agricultura; Lideranças e Imprensa que aqui estão, penso que, neste momento, com todo o respeito à opinião de todos e às manifestações aqui já ouvidas, qual será a alternativa para o nosso agricultor.

A nossa agricultura vive este momento com tantas dificuldades, com a questão do leite, do arroz, da soja. Portanto, o nosso agricultor é aquele que ainda acredita neste País e quer apenas algo: continuar a trabalhar. Ouvimos aqui que o cigarro faz mal, mas o que mata é deixar o ser humano sem emprego, sem direito à saúde, ao hospital, à educação e a uma vida digna.

Tomara Deus, que neste País, principalmente os Senadores que nos orgulham e que estão percorrendo os Estados brasileiros para ouvir a nossa gente, apresentem uma alternativa; e não tenho dúvida de que o farão, porque ninguém aqui quer invadir, mas, sim, quer continuar a trabalhar para manter a sua família com dignidade. Portanto, a Assembléia gaúcha, sem dúvida nenhuma, oportuniza também nesta nossa Comissão este debate, para conhecermos a vida dos nossos agricultores, a vida de quem trabalha no setor do tabaco. Aquele que começa com uma casinha simples, mas como a renda é boa, ele vai melhorando: o filho compra uma moto, depois um carrinho e assim vai a vida do agricultor que trabalha com fumo. É renda, gente! É vida! (Palmas.)

Esperamos que um dia apresentem, daqui a cinco, dez, quinze ou vinte anos, alternativa para o nosso agricultor substituir o tabaco. Mas hoje não vejo nenhuma alternativa e peço sinceramente ao nosso Relator, que nos honra hoje em sua visita ao Rio Grande, e peço de forma especial aos Deputados Federais e aos nossos Senadores que olhem para nós e entendam as dificuldades. O Estado do Rio Grande do Sul, que enfrentou uma das piores estiagens da sua história, merece ser

olhado com um pouco mais de bairrismo, e deve-se verificar que o Rio Grande se mobilizou.

Fiquem todos com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Representando a ONG Rede Tabaco Zero, passo a palavra à Sr^a Paula Jones e, com muito orgulho, passo a Presidência ao Senador Pedro Simon e depois ao Senador Sérgio Zambiasi.

A SRA. PAULA JONES – Boa-tarde a todos.

Agradeço a oportunidade de falar diretamente a vocês, que são os primeiros interessados na questão. Gostaria de começar dizendo que concordo com os que dizem que hoje não há alternativa para o plantio de fumo nos Municípios fumageiros da região Sul e que há muito dinheiro investido. É verdade, e é justamente por isso que o Brasil

(Interrupção da Gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Com a palavra o Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Odacir Klein.

O SR. ODACIR KLEIN – Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Prefeito Municipal, demais autoridades, eu estava reservando-me para falar mais ao final deste debate, mas, às vezes, alguns fatos ocorrem, na verdade, em determinado momento.

O Senador Pedro Simon, presidindo os trabalhos, concedeu-me a palavra agora e parece-me oportuno que eu possa manifestar-me neste momento, complementando aqui o que já disse o Governador Germano Rigotto.

Sou Secretário de Agricultura e Abastecimento e, em consequência, integro o Governo. O Governador já se manifestou com muita clareza, com uma posição contrária a uma assinatura açodada de uma convenção como a Convenção Quadro. (Palmas.)

Mas, relativamente a este assunto, parece-me que há uma colocação maniqueísta, bem e mal. Bem de um lado, mal de outro. Saúde, bem; economia, mal. Quando, na verdade, não é disso que estamos tratando. Estamos tratando do aspecto social. Estamos tratando de geração de emprego, de garantia de subsistência, de garantia de renda. Estamos tratando de garantia de recursos para as administrações municipais. Estamos tratando de um fato para que não haja um processo de reconversão, de uma hora para outra, sem condições de os Municípios substituírem aquilo que é necessário para continuarem tendo renda para aplicar na saúde, na educação, nas mais diversas áreas dos mais diversos serviços sociais. Não estamos tratando desta posição maniqueísta: saúde ou economia. É o contrário. (Palmas.)

A questão da saúde, na Constituição Federal, na legislação ordinária, é contemplada e há legislação, inclusive, obrigando a divulgação dos malefícios do consumo do fumo para a saúde humana, o que é feito em cumprimento a dispositivos legais. A saúde tem recebido os devidos cuidados, e há o consumo de fumo por quem deseja fazê-lo; ele não é compulsório. Pelo contrário, há toda uma tentativa de fazer com que o consumo seja coibido. (Palmas.)

Não podemos deixar de lado o aspecto social por uma posição fanática e maniqueísta. É preciso que pensemos na questão social. É preciso que tenhamos responsabilidade com o emprego, com a renda, não, meramente, com a economia. (Palmas.)

Por isso, complemento aqui a posição do Governador Germano Rigotto.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Com a palavra o Dr. Luiz Carlos Corrêa, da Associação Médica Rio-grandense.

Passo a Presidência para o companheiro Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Por favor, silêncio para que o Doutor possa manifestar-se e, assim, possamos dar mais celeridade à nossa reunião.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS CORRÊA – Ilustríssimos senhores representantes desta Mesa, representantes do nosso povo, para aquilo que o nosso povo mais precisa hoje; senhores fumicultores representantes das diversas instituições, inclusive as não só de plantio, mas que, de alguma forma, tem algum interesse no setor; senhoras e senhores, inicialmente quero agradecer este espaço dado à palavra de um médico que, há 40 anos, trabalha exatamente na área das doenças respiratórias. Eu vejo a outra ponta. Vocês estão num extremo, eu estou no outro. Vocês causam, e eu tento tratar, sem nenhuma acusação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Por favor, combinamos aqui que manteríamos o nível necessário e vamos assegurar o tempo ao Dr. Corrêa.

Dr. Corrêa, toda interrupção que façam ao senhor, o tempo será compensado depois.

O SR. LUIZ CARLOS CORRÊA – Estamos aqui em nome da Associação Médica do Rio Grande do Sul, que representa 20 mil médicos gaúchos, do Conselho Federal de Medicina, que representa 300 mil médicos no País e que, com as suas famílias, são mais de um milhão de pessoas. E por que não em nome de milhões de jovens brasileiros que ainda não se iniciaram no vício do tabaco? E por que não em nome da expectativa

pela credibilidade que o nosso povo tem e sempre terá nas suas lideranças políticas?

Estamos aqui com um único objetivo: que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal desempenhe o seu papel; que ela nos ouça a todos, que trace e veja o que é melhor, principalmente para um futuro, não imediatista, porque hoje, pelo que vejo, ninguém está muito bem no nosso País. Temos que nos preparar para o que vem aí, e nós nos preparamos a cada dia, não por decreto, não por manobras, mas por cidadania.

No mês passado, o Ibope fez um questionamento e a resposta foi que os médicos são, no País, a categoria, a classe e os profissionais mais confiáveis. Vocês podem ver no Ibope de agosto do mês passado. E estou aqui em nome dessa confiança que o povo tem nos seus médicos.

O que se passa com os fumicultores neste momento, sob o ponto de vista de negócios, poderia também estar acontecendo com os médicos. Os fumicultores hoje são dependentes desse cultivo, e é compreensível que estejam assustados quando nos ouvem dizer que eles não mais poderão plantar fumo. Isso não é verdade. A Convenção não diz, não escreve e não pretende isso. O que se propõe é fazer novos investimentos e com incentivos, por exemplo, para a produção de alimentos, do que mais o nosso povo precisa. O que se propõe é buscar junto ao Governo melhores condições para o fumicultor poder migrar adequadamente, no momento oportuno. O que se propõe é que o plantador não sofra tantos prejuízos, pois o seu investimento tem um retorno proporcionalmente muito inferior à lucratividade de outros participantes no negócio.

Se houver a redução do plantio de tabaco, haverá um número menor de fumantes, menos pessoas ficarão doentes, e os médicos também perderão. Preciso dizer mais? Se se trata de negócio, os médicos perderão mais do que os senhores se o tabaco for eradicado do mundo. No entanto, a classe médica tem consciência da sua missão; ela está plenamente de acordo de que a Convenção tem que seguir em frente, com negociações.

Neste momento em que discutimos se o Brasil deve ou não confirmar a sua participação na Convenção-Quadro, gostaria apenas de lembrar alguns fatores importantes, inicialmente o problema do tabagismo para a saúde. Já foi dito que é uma epidemia e que está aumentando. Sobre a Convenção-Quadro, ela é um tratado internacional que já está em andamento, ou entramos ou ficamos fora. Não há outra posição neste momento.

Em nome das instituições que aqui represento e dos cidadãos brasileiros que priorizam a saúde, quero manifestar a expectativa de que a decisão dos Srs. Senadores seja a mais sábia, para o bem da nossa população. Esperamos que principalmente o Estado do Rio Grande do Sul seja para sempre lembrado pelo seu desenvolvimento, graças a grandes projetos de crescimento, sempre em benefício de todos e nunca em troca do prejuízo de milhões de cidadãos. Esperamos que o Brasil não seja, num futuro próximo, lembrado e estigmatizado como sendo um País que mais exporta um produto que mais malefícios causa para a espécie humana. Esperamos que os fumicultores brasileiros de hoje sejam amanhã beneficiados pelas políticas que serão implementadas pela mudança de cultivo e pelos novos projetos que vêm aí. Esperamos que os políticos envolvidos neste processo sejam para sempre lembrados como os iniciadores de uma nova era da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – O Dr. Corrêa tem mais um minuto assegurado em função da interrupção havida anteriormente.

O SR. LUIZ CARLOS CORRÊA – Em que se prioriza a vida e o bem-estar do cidadão, mesmo que isso tenha de acontecer com algum detrimento de resultados financeiros imediatistas. E que se o contrário acontecer, que exista plena consciência da responsabilidade pelas conseqüências que advirão pela atitude tomada.

Em nome dos médicos do Brasil, tenho a seguinte frase para dizer a todos aqui: que Deus ilumine esta tomada de decisão, que tudo fique muito bem claro e que todos tenham sempre as suas expectativas preenchidas dentro das negociações. Por favor, não fiquemos fora das negociações.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Com a palavra, o prefeito de Santa Cruz do Sul, José Alberto Wenzel, Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo.

O SR. JOSÉ ALBERTO WENZEL – Obrigado, Senador.

Respeitáveis Senadores, Deputados, representantes de entidades, Prefeitos, Vereadores, comunidade em geral, especialmente nossos trabalhadores, sou Presidente da Amvap da maior região produtora de tabaco deste País. Sou Presidente de uma comunidade ordeira, trabalhadora e tenho aqui comigo os Prefeitos da nossa Amvap. Estão aqui o Almedo, a Beatriz, o Mário e tantos outros.

Preciso agora dizer uma coisa que me parece muito séria. Há pouco foi citado o nome de uma pessoa que eu não conheço de reuniões, que eu não conheço

de dois ou três encontros lá em Brasília; eu conheço do dia-a-dia lá na lavoura, lá onde estão os trabalhadores trabalhando. Falar que o Sr. Hainsi Gralow é contra... (Palmas.) Falar que o Sr. Gralow não defende o fumicultor é não conhecer um minuto da sua biografia. Falar e deixar sob suspeita que o agricultor tem alguma coisa a ver com a indústria, que a indústria tem a ver com o mensalão, é um desrespeito a um trabalhador, é um desrespeito, é uma coisa que nos deixa extremamente angustiados. Onde estão os valores? Onde é que as pessoas estão em família, trabalhando lá na sua terra e de repente isso passa a ser ruim? Onde nós estamos? Mas eu descobri, já que o Fome Zero está zero aqui no Brasil, querem salvar na ONU. Vamos fazer alimentação para todos é aqui no Brasil, no Rio Grande do Sul, nos Municípios da Amvap, nos Municípios de toda a nossa região produtora.

Gente, pelo amor de Deus, outra coisa é dizer que não está no texto da Convenção a diminuição do tabaco... Isso é para quem não leu o texto. Todo o texto é de restrições: o art. 17, o art. 26. Essas salvaguardas o que são? Elas estão dizendo: vocês parem que vamos ver se ajudamos vocês. É isso que dizem esses artigos! Pelo amor de Deus, vamos jogar limpo. Não vamos enganar o nosso trabalhador, o nosso produtor rural.

E essa Convenção não é boa para o trabalhador, não só para o trabalhador rural, o trabalhador da indústria, do transporte, do comércio, de todos os serviços que envolvem a cadeia. Segundo, não é boa para os Municípios; os Prefeitos estão aqui e sabem disso. Oitenta e cinco por cento da economia dos Municípios dessa região – e são mais de trezentos só no Rio Grande do Sul – dependem do fumo. Quarto, não é boa para o País; está em jogo uma questão de soberania.

Portanto, quero, em nome de todos os Prefeitos da Amvap, dizer que nós somos contra a Convenção-Quadro, e nós somos, sim, a favor da dignidade, da saúde, do meio ambiente e do trabalhador lá na sua terra, na sua casa e não em escritórios. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Com a palavra agora o representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na Região Sul, Albino Gewehr. S. S^a representa a Fetraf-Sul.

O SR. ALBINO GEWEHR – Boa-tarde, Senadores, demais autoridades e, especialmente, a todos fumicultores e fumicultoras que acompanham este debate em Camaquã, também em suas casas.

Acho que é importante dizer neste momento que estas audiências – está já é a quarta – para nós são de vital importância porque passamos a perceber um pouquinho mais sobre o assunto, ouvimos opiniões

diversificadas e, certamente, se chegamos aqui com uma idéia, sairemos com ela em dúvida e talvez formulando uma nova.

Já fui o maior plantador de fumo do Rio Grande do Sul, de 1982 até 1986. A minha família ainda planta fumo e já chegou a plantar dois milhões de pés de fumo. Neste momento, planta em torno de um milhão de pés – inclusive, quero saudar a delegação de Candelária e muitos deles que estão aqui presentes.

E por que estamos plantando menos e vamos plantar cada vez menos? Porque estamos enxergando a realidade, porque o mundo está decidindo parar de fumar, e o mundo vai fumar cada vez menos; é isso que está sendo decidido no âmbito da Convenção-Quadro. E lá, na Convenção Quadro, nos arts. 4º, 17, 18 e 26, está escrito que, se o negócio do fumo se tornar inviável, nós teremos apoio para nos preparar para outras produções. Nós já tomamos essa decisão. E temos que tomá-la não só por ordem da Convenção-Quadro, mas porque nós temos que plantar cada vez menos fumo para termos mais poder de negociação. As mesmas multinacionais que para nós pagam R\$ 60,00 a arroba de fumo; ali, nos Estados Unidos, pagam R\$ 300,00; na Europa, pagam R\$ 600,00 pela arroba de fumo; e, no Japão, chegam a pagar R\$ 1,1 mil pela mesma arroba de fumo. E o que está acontecendo? Elas que planejam, elas que organizam a produção estão trazendo essa produção para o Brasil. Hoje, nesta safra, produzimos 840 mil toneladas. Quem produzia 840 mil toneladas há 10 anos eram os Estados Unidos, e nós, só 350 mil. Agora se inverteu a posição. Nós estamos produzindo 840 mil, e eles, menos de 300 mil. Por quê? Porque aqui nós entregamos o produto por um preço muito inferior àquele que elas têm de pagar em outros países. Elas planejam isso e trazem para nós produzirmos.

Meu pedido é este: vamos produzir menos; vamos cobrar mais; vamos valorizar o nosso trabalho. Só com menos produção, com mais conhecimento e com mais organização isso será possível.

A Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) é uma federação nova. Os dirigentes da Fetraf se assustaram com esse dado, porque atuamos em 300 Municípios dos 3 Estados do Sul, onde há pouco tempo não se produzia fumo. Agora já temos 45 mil fumicultores plantando fumo nesses 300 Municípios. Quem começa a plantar fumo embarca no sonho de ficar rico, de melhorar de vida e se dá conta que, com o passar do tempo, o sonho da riqueza não existe para nós; o sonho da riqueza está na mão das multinacionais. Fala-se muito que banco é o que mais ganha dinheiro neste País. Os bancos têm lucro sobre o patrimônio na ordem de 10 a 15%. As fumageiras têm

lucro, nos últimos três anos, sobre o seu patrimônio líquido, na ordem de 45 a 68%. Pergunto: As multinacionais, que podem, a cada dois anos, dobrar o seu patrimônio, fazer uma nova estrutura igual àquela ou distribuir essa renda entre os seus, conseguem fazer isso, esse lucro, então qual é o fumicultor que, a cada dois anos, pode comprar uma propriedade igual à que ele tem? Comprar mais um carro novo ou fazer tudo de novo? Quem tem essa possibilidade? Sim, o fumo é um bom negócio para as multinacionais do fumo.

E agora, só para fechar, o Governador do Estado do Paraná é a favor da ratificação, o Governador do Estado de Santa Catarina é a favor da ratificação, por essas... *(Falha na gravação. Inaudível.) (Manifestação da platéia.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Atenção! Vou pedir à platéia que, por favor, respeite, democraticamente, cada posição. Conforme orientação do Presidente Heráclito Fortes, estamos chegando ao final, já com as últimas inscrições, e, por sua autorização, os Parlamentares, Deputados Estaduais, terão exatos três minutos para cada manifestação. A primeira, do Presidente da Comissão de Fumicultura da Assembléia Legislativa, Deputado Estadual Edson Brum, por três minutos. (Palmas.)

O SR. EDSON BRUM – Sr. Presidente, quero saudar os Parlamentares que fazem parte da Mesa, as representações, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores. Não chega a três minutos para nos manifestarmos.

Queria fazer um pedido: Eles que vieram até aqui, com muita coragem, defender os interesses, na minha opinião, de multinacionais e países que não querem a vida no campo aqui no Brasil, eu queria que esses representantes que estão no Governo Federal tivessem a coragem de defender uma reforma tributária para dar mais dinheiro para os nossos Municípios e para o nosso Estado. Eu queria que eles viessem aqui defender saúde no campo, porque a ratificação da Convenção Quadro é miséria no campo, é fome, é doença, não é aquilo que estão pregando por aí. E como disse o que nos antecedeu antes, o sonho acabou. O sonho acabou sim. Porque da maneira que estão importando leite, importando arroz e ratificando a Convenção Quadro, vão liquidar com a nossa agricultura.

Por isso firmamos nossa posição a favor dos agricultores, a favor dos produtores de fumo, a favor daqueles que trabalham na indústria e trabalham na cadeia.

(Manifestação da platéia.)

Viva o nosso produtor! Viva o Rio Grande! E que o Governo Federal pague o que deve ao Rio Grande do Sul.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Obrigado, Deputado Edson Brum.

Chamamos para se manifestar o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Carlos Rivaci Sperotto.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Estamos sim, meu caro Odacir Klein, representando o Governo do Estado aqui, neste momento, muito gratos e satisfeitos por estarmos aqui com o Senador Heráclito Fortes. E é de gente forte que precisamos, Senador, é de gente corajosa, é de gente que tenha condições, como o senhor tem, de analisar este Plenário, de analisar os produtores e produtoras que aqui estão, de analisar os vídeos que aqui foram apresentados, onde o senhor está vendo, está presenciando a necessidade de salvarmos, meus caros Deputados que aqui estão, Estaduais, Federais, que sabem perfeitamente o que se está pretendendo fazer com o campo do Brasil. Muitos setores já desestabilizados, muitos setores em dificuldades. E aqui falou, não me lembro bem, foi o Governador do Estado, criticando o veto que ontem aconteceu, no que diz respeito à Lei Kandir. Vou me referir ao outro veto que aconteceu.

Ontem também, Srs. Senadores, Srs. Secretários, nós tivemos o veto da verba de 20 bilhões, que estava justamente negociada na LDO, para que o produtor pudesse ter a oportunidade de adequarem as suas contas, tendo em vista as dificuldades pelas quais o setor está passando. Foi vetado.

Sabemos que um dos únicos segmentos da agricultura brasileira, que hoje está a apresentar resultados favoráveis, é esse que aqui hoje estamos a discutir. E a tentativa de desorganizar, de desestabilizar se faz presente aqui sim, Heinze, faz-se presente dentro da intenção e dentro das manifestações que aqui ouvimos.

Nós ouvimos o Instituto do Câncer falar em câncer, mas não falou no índice que existe de câncer em quem está trabalhando e produzindo o fumo. Consumindo é uma coisa, agora quem está produzindo é outra.

Ouvimos aqui o representante da área médica dizer que é a classe mais confiável. Acredito que o agricultor não estava nessa enquete no momento em que apontaram a medicina como a mais confiável. **(Manifestação da platéia.)** (Muito bem! Palmas.)

Porque, meus caros produtores, somos relegados a um plano inferior. Ou melhor, éramos, não somos mais, Srs. Prefeitos! Não somos mais! Somos o segmento da economia brasileira que garante a sustentação dos resultados positivos da balança comercial, independente dos prejuízos que temos no desenvolvimento das nossas atividades.

E aqui, meu caro Prefeito João Carlos, eu diria que este momento aqui é histórico, é um momento histórico, em que o Prefeito Heinze soube, com veemência, responder e rebater uma acusação, uma generalização que aconteceu ao se referir a mensalão dos produtores. Talvez, Sr^a representante, seja o mensalão o diferencial que existe entre a renda desta cultura, que são R\$3 mil, conforme o Deputado Heinze aqui colocou, R\$3 mil por mês em relação à renda média de 270, que é a maior, no Brasil inteiro, que temos na Região Sul. Talvez seja o mensalão sim, mas um mensalão ganho com dignidade, ganho com trabalho, ganho com empenho. **(Manifestação da platéia.)** Isso, nós não podemos admitir que se generalize e que prolifere, não só neste ambiente, mas no que ali fora está, nos que estão ouvindo e nos que vão ouvir por este Brasil.

Parabenizo o Senador Heráclito no momento em que...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Tem mais um minuto, Sperotto.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Obrigado, Senador. Concluirei.

Parabenizo-o pela posição que o senhor aqui colocou. E o que aqui está acontecendo hoje, o Brasil inteiro tomará consciência. E acreditamos que assim como estamos discutindo esse tema, com a profundidade que ele merece, temos a certeza de que o relatório vai refletir essa realidade. E temos a certeza que o Senado vai recuperar, talvez, um desleixo que aconteceu na nossa Câmara dos Deputados, quando este projeto passou sem discussão. (Palmas.)

Meu caro Deputado Érico, genérico ó... Na Câmara, o projeto passou com voto de lideranças. A discussão não aconteceu na forma como está o Senado a tocar. Não temos nada contra os nossos Deputados Federais, muito pelo contrário, sempre precisamos e precisaremos do apoio dos nossos Deputados. E temos que estar muito atentos, porque estamos vendo, presenciando...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– O tempo é limitado para todos.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Mas tem o cortador aí?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Tem cortador de microfone...

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Parece os caras da CE(?). (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– V. S^a tem trinta segundos para concluir.

O SR. CARLOS RIVACI SPEROTTO – Então, eu diria que levo na tranquilidade, e vamos aqui parafrasear o nosso Relator, para dizer que a maneira mais inteligente de se manifestar, e que nós acreditamos, seja a posição que o Brasil tenha que adotar em relação à Convenção Quadro, ou seja, silenciar. Conforme V. S^a, silenciar é a maneira mais inteligente. (Palmas.) E acreditamos que essa resposta agradará a esses produtores e ao Brasil inteiro que deverá agradecer.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Com a palavra agora o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo e Alimentação de Cruz das Almas, Bahia, Sr^a Josenita Souza Salomão.

A SRA. JOSENITA SOUZA SALOMÃO – Srs. Senadores e populares aqui presente, os meus cumprimentos.

Eu gostaria, Sr. Senador, eu tenho o que falar, mas gostaria que o Presidente da Câmara de Vereadores falasse por mim, de lá de Cruz das Almas. (Pausa.) Não pode, não?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Não. A senhora está inscrita, a palavra é sua.

A SRA. JOSENITA SOUZA SALOMÃO – Certo, eu falo. Depois eu... (Risos.)

Venho alertar para o desequilíbrio social que a comunidade rural irá enfrentar após a ratificação da Convenção Quadro.

Quero informar aos senhores que no Recôncavo Baiano milhares de famílias sobrevivem do cultivo do fumo e educa seus filhos.

Pequenas propriedades com solos arenosos, com chuvas irregulares e subsolos pobres, sem reservatório de água e a falta de política de assistência ao pequeno produtor não permitem a viabilização de outras culturas economicamente viáveis. Todos sabem que a ratificação prematura da adesão à Convenção Quadro será uma triste “puxada de tapete” desse humilde povo. Tenho certeza que a erradicação da cultura do fumo causará um caos social insuportável, bem como o fechamento de aproximadamente cem mil empregos diretos e indiretos. E também reduzirá fortemente a renda **per capita** das famílias produtoras de tabaco, além de subtrair milhões de dólares da exportação baiana. Alerta, também, para o caos social que será promovido nas cidades em função do incremento do êxodo rural.

Se os senhores se preocupam com o bem-estar desse povo sofrido do campo, dêem um Não à Ratificação da Convenção Quadro (Palmas.) e vivam em paz com as suas consciências.

Como Presidente do Sintifa, sediado em Cruz das Almas, Município centralizador de mais de oitenta mil beneficiamentos do fumo produzido na Bahia, ratifico aqui o nosso pleito para a realização de audiência pública em nossa cidade.

Por tudo isso, Srs. Senadores, eu e milhares de familiares que represento apelamos para a sensibilidade e a complacência de V. Ex^{as} a não ratificar a Convenção Quadro, pois se ela for realmente ratificada, sem sombra de dúvida, ameaçará a sobrevivência de milhares e milhares de famílias espalhadas pelo País.

O nosso muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Obrigado. E me perdoe pela pouca elegância, mas a sua inscrição é que a gente estava garantindo aqui. Se o Vereador tivesse manifestado anteriormente o interesse, ele estaria inscrito, com certeza.

Vamos passar a palavra, agora, por três minutos improrrogáveis, ao Deputado Estadual Osmar Severo.

O SR. OSMAR SEVERO (PDT – RS) – Toma-ra que os funcionários da CE não cheguem perto de mim agora.

Cumprimento a todos que estão aqui presentes, ao homem do campo, homem da roça, aos amigos e trabalhadores, aos Prefeitos e Vereadores, e a todos aqueles empresários também que estão aqui hoje preocupados com a real situação dos agricultores de fumo.

Cumprimento o nosso Relator, o nosso Senador que está com a consciência tranqüila do que está olhando, do que está acontecendo no Sul do Brasil, aqui, no Rio Grande do Sul. Aos nossos Senadores, aos nossos Deputados Federais e Estaduais, e aos nossos honrados Prefeitos, em nome do Prefeito de Camaquã e de Santa Cruz do Sul, cumprimentando a todos os Prefeitos preocupados com a real situação.

Eu sou da roça, vim da roça. São 54 anos de história. Eu nasci produzindo fumo e tudo que consegui, a minha educação, o meu trabalho, o meu primeiro tamanco, foi produzindo fumo, com a minha família. E a minha família toda ainda é produtora de fumo. Aos nossos amigos que estão hoje aqui, entre discursos calorosos e a discussão, pergunto: hoje ouvi aqui do Luiz Carlos Heinze uma proposta fantástica, como ele falou, mas pergunto ao povo brasileiro, porque neste momento, estamos falando “Levanta Rio Grande, e escuta o Brasil!” Estamos falando para o Brasil, através da **TV Senado**, porque precisamos dizer não para muitas propostas políticas. O Presidente da República veio ao Sul do Brasil e andou pelo Brasil inteiro, fazendo sua proposta de campanha e sua promessa. E Sua Excelência veio aqui dizer que ia cuidar do trabalhador, ia

cuidar do nosso fumicultor, que tínhamos de votar nele, que ele ia matar a fome do povo do Rio Grande do Sul, que tínhamos de apostar nele. (Palmas.) E apostaram e Sua Excelência foi – é o tal caso combinado, os acordos –, foi lá e voltou nos dizendo: “O que eu combinei com vocês foi tudo mentira!”. Agora, vocês têm de ir lá mostrar para o Presidente... E o Presidente quer agora a Convenção Quadro sobre o fumo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– V. Ex^a dispõe de mais trinta segundos.

O SR. OSMAR SEVERO (PDT – RS) – Pergunto, fome provoca ladrão; fome faz os nossos jovens virarem bandidos; e por que ele, então, não dá uma mesada para o agricultor? Uma mesada, e não tirar o próprio fumo. E digo: vamos votar não ao desarmamento e pedir aos Senadores, pelo amor de Deus, é não à proposta do Senado, o fumo não, porque precisamos sobreviver! Somos rio-grandenses; temos filhos; somos trabalhadores. Queremos os nossos direitos!

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Com a palavra agora, por três minutos também improrrogáveis, a Deputada Estadual Leila Fetter.

A SRA. LEILA FETTER (PTB – RS) – Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais e Estaduais, todos os presentes aqui, com todo o respeito, Senador Hércílio Fortes, quero fazer, neste momento, um pedido a V. Ex^a e aos demais Senadores, como ao Senador Sérgio Zambiasi. Esta audiência pública está aqui para discutir um dos maiores problemas dos fumicultores gaúchos. E a democracia é importante, porque ela permite que as pessoas possam exprimir a liberdade de pronunciamento e de dizerem o que sentem. Por isso, acho importante que na democracia existem os aplausos, sim; mas as vaias são uma demonstração clara dos produtores aqui presentes de que não concordam com o que está acontecendo no nosso Brasil. Quero dizer também que o meu antecedente aqui falou – e eu me lembro muito bem – que, no ano de 2000, o Presidente Lula tinha no seu Programa de Governo não ratificar a Convenção Quadro; que Sua Excelência dizia exatamente o contrário: que o Serra e o Fernando Henrique é que com tantas outras coisas, está fazendo exatamente o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– V. Ex^a dispõe de trinta segundos, Deputada Leila.

A SRA. LEILA FETTER (PTB – RS) – Muito obrigada.

Quero também ratificar um item importante que falou o Deputado Luiz Carlos Heinze, que tanto tem lutado pela agricultura do Rio Grande do Sul: os arrozeiros estão, desde março, pedindo pelo amor de Deus para o Governo resolver seus problemas e o Governo

me parece que quer acabar não só com os arrozeiros, mas com os fumicultores e com aquele pequeno agricultor. Não à Convenção Quadro! Vamos lutar por isso e esperar, principalmente, pela responsabilidade dos Senadores que nos representam no Senado Federal.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Obrigado, Leila.

Concedo a palavra ao Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, Sr. Sérgio de Miranda, Vice-Presidente da Fetag do Rio Grande do Sul.

O SR. SÉRGIO DE MIRANDA – Em nome da Contag, da Fetag do Rio Grande do Sul, dos 350 sindicatos de trabalhadores rurais filiados à nossa Federação, aqui em nosso Estado, quero cumprimentar os Srs. Senadores, parabenizá-los pela concessão desta oportunidade ao povo gaúcho e ao Brasil todo de fazer essa discussão. Pena que a Câmara dos Deputados não tenha feito o mesmo, perderam uma grande oportunidade de prestar um importante serviço à sociedade. Queremos saudar também, com alegria, as demais representações, instituições que aqui se fazem presentes, as demais autoridades; quero cumprimentar os meus colegas de movimento sindical e faço isso saudando o meu colega e Diretor da Fetag o Deputado Estadual Heitor Schuch. Quero fazer uma saudação muito carinhosa, muito especial a cada agricultor e a cada agricultora que, sem dúvida nenhuma, são os maiores interessados por estarmos todos aqui fazendo essa discussão.

Para começar, eu quero deixar claro, para que não fique mal-entendido, que defendo os produtores e não a indústria. Estamos aqui exatamente para fazer a defesa dos interesses dos nossos agricultores. Tivemos, muitas vezes, dificuldades na hora de negociar preços, já estivemos acampados por mais de sessenta dias na frente das indústrias; já teve dirigente sindical nosso respondendo a processo, e está até hoje, por ter feito a luta na defesa dos interesses dos produtores. E isso nós vamos continuar fazendo, porque esse é o nosso papel, essa é a nossa função. (Palmas.)

Temos certeza de que ninguém planta fumo porque gostar de plantar e muito menos porque gosta da indústria. Planta-se fumo porque essa é uma forma de ocupar a mão-de-obra, especialmente dos agricultores familiares. Planta-se fumo porque esse é o salário do agricultor. O agricultor precisa de salário, de renda, de condições para viver e manter a sua família.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Trinta segundos.

O SR. SÉRGIO DE MIRANDA – Não. Eu tenho cinco minutos e até agora V. Ex^a só me deu dois e meio.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – V. Ex^a está enganado. Está sendo controlado por um... OK! Vamos lá, mais um minuto para encerrar.

O SR. SÉRGIO DE MIRANDA – Muito bem. Acho que ele deu os três minutos para Deputado, mas eu não sou Deputado.

Mas, de qualquer forma, queremos concluir dizendo que V. Ex^{as}, Srs. Senadores, terão oportunidade de ficar na História ou por terem ajudado a defender os interesses dos produtores, por terem ajudado a manter esses agricultores nas suas atividades, ou por terem contribuído para que essa atividade vá se esfacelando, ou por terem contribuído com o fim da fumicultura. Essa, sem dúvida nenhuma, é uma responsabilidade que vai ficar com os senhores. Temos a certeza de que o Senado Federal vai estar ao lado dos produtores, vai estar também defendendo os interesses de quem constrói a riqueza deste País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Obrigado pela sua compreensão.

Já estamos aqui há três horas e meia debatendo esse tema; o tempo começa a ficar curto para quem usa e longo para quem escuta.

Vamos chamar, rapidamente, o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, que representa a CNA na Câmara Setorial da cadeia produtiva do fumo, Sr. Marco Antônio dos Santos.

O SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS – Boa tarde a todos os senhores e a todas as senhoras, com referência especial ao Senador Sérgio Zambiasi, em nome dele eu gostaria de cumprimentar a todos os Senadores, Deputados Estaduais, Federais, em nome do Prefeito João Carlos de Almeida e do meu Prefeito de Santa Cruz do Sul, José Alberto Wenzel, cumprimentar todos os Prefeitos, aos produtores e produtores aqui presentes.

Estou representando, hoje, a Confederação Nacional da Agricultura e temos uma posição muito clara a respeito da Convenção Quadro. Somos contra essa convenção. Gostaria de dar um depoimento, não como dirigente sindical, mas como produtor de fumo. Sou produtor de fumo há mais de vinte anos e a renda da minha família, durante mais de quinze anos – eu mesmo plantei fumo –, é oriunda da cultura do fumo.

Então, nós temos lá um bom entendimento entre produtores e parceiros. E quero salientar também que, dentro da cultura do fumo, nós temos algo especial que grande parte, uns 20% dos produtores, não tem: a propriedade; eles plantam através de parceria

com aqueles que têm propriedade. Eu praticava essas parcerias juntamente com outras pessoas, e essas pessoas tinham condições de ter seus filhos na escola juntamente com o meu filho, participando da recreação nos campos de futebol, participando na igreja; viviam e vivem dignamente ali com o cultivo do produto.

Então é uma integração social, neste momento, que desejo representar.

Ouvimos aqui várias manifestações a respeito da questão da ação social, do poder econômico, tudo isso sabemos. Mas não podemos desconhecer o que está acontecendo; nós não podemos, de maneira nenhuma, pensar nesse momento em que os produtores vivem sérias dificuldades, porque temos na cadeia produtiva da agricultura problemas seriíssimos: a seca do Rio Grande do Sul, o problema do arroz e uma série de outros problemas que vem nos atacando, nos atingindo e não temos soluções. Então, vamos criar mais um impasse, mais um problema para uma cadeia que, ao longo dos anos, vem dando uma garantia, vem dando uma renda ao produtor rural?

Peço, com a sabedoria de V. Ex^{as} e com a inteligência que V. Ex^{as} têm, que não aprovelem essa convenção, nesse momento, porque é um entrave a um setor que vem produzindo e que vem dando certo – e temos aí as provas necessárias através da rentabilidade e da questão social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Passamos, agora, a palavra, pelos mesmos três minutos improrrogáveis, ao Deputado Estadual Heitor Schuch. (Palmas.)

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus colegas de profissão, meus agricultores, não venho aqui fazer um discurso, quero fazer umas duas ou três perguntas que me parecem oportunas. Dizem por aí que o fumo custa caro. Até posso concordar de que tem algum que precisa de tratamento de saúde sim. Mas só que eu quero dizer que o nosso fumo custa muito menos do que a bebida alcoólica que mutila as pessoas no trânsito, na estrada, onde se bebe, se dirige, se mata e se desagregam famílias inteiras com as drogas e outras coisas mais. Quero dizer, também, que é muito mais fácil mantermos os produtores de fumo e...

Ata da Vigésima Nona Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 11 de outubro de 2005, terça-feira, na cidade de Cruz das Almas-Ba.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia onze de outubro de dois mil e cinco, no Auditório da Uni-

versidade Federal da Bahia no município de Cruz das Almas do estado da Bahia, sob a Presidência Interina do Senador HERÁCLITO FORTES, com a presença do Senador CESAR BORGES e diversas autoridades governamentais bem como entidades civis, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, em cumprimento ao REQUERIMENTO Nº 23, de 2005-CRA, de autoria do senador Heráclito Fortes, de Audiência Pública, objetivando instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 602/2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003. O Senhor relator no exercício da Presidência, Senador Heráclito Fortes, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente em exercício, Senador Heráclito Fortes comunica, a seguir, aos presentes, a ausência justificada do Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Sérgio Guerra em função de trabalhos na CPI em andamento no Senado Federal. A seguir, os presentes ouvem a execução do hino do município de Cruz das Almas-BA, e, a seguir, o Senhor Presidente em exercício, Senador Heráclito Fortes, passa a palavra ao Sr. Orlando Peixoto Pereira Filho, prefeito do município de Cruz das Almas-BA e, em seguida, ao Sr. Pedro Barbosa de Deus, Secretário de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do estado da Bahia e, logo após, ao Sr. Alberto Santana, Presidente da Câmara Municipal de Cruz das Almas-BA. Em seguida, o Presidente em exercício, Senador Heráclito Fortes, passa a Presidência ao Senador César Borges. Este justifica a ausência do Senador Antônio Carlos Magalhães e do Senador Rodolpho Tourinho, e dá início à lista de oradores inscritos, concedendo a palavra à Sra. Érica Cavalcanti, Coordenadora Nacional do Programa de Controle do Tabagismo do Ministério da Saúde; em seguida, ao Sr. Edson Sampaio Pimenta, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; e, na sequência, usam da palavra o Sr. Érico Leonardo Ribas Feltrin, Assessor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República; o Sr. Hansi Gralow, Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil – Afubra; o Sr. José Oscar Miranda Pacheco, Chefe de Gabinete da Secretaria de Defesa Agropecuária – MAPA; a Sra. Josenita Souza Salomão, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e Alimentação de Cruz das Almas-BA/SINTIFA; o Sr. Cesar Neves Medeiros, Assessor do Departamento de Assistência e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA; o Sr. Orlando Sampaio Passos, representando a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil– CNA;

o Sr. Albino Gweher, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar Fetaf-Sul; o Sr. Jean Cavalcanti, Secretário de Agricultura do município de Japeçu-BA; o Sr. Osvaldo da Paz, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município de Cruz das Almas-BA; o Sr. Mário Grülzmacher, representando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado – FETAG/ RS; o Sr. Raul Molina, Secretário de Saúde de Cruz das Almas-BA; o Sr. Almedo Dettenborn, representando a Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo– AMVARP; o Sr. Francisco Natal, representando a Superintendência Federal de Agricultura do estado do Rio Grande do Sul; o Sr. Hermes Ribeiro de Souza Filho, Diretor do Departamento de Agronegócios da Indústria da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado do Rio Grande do Sul; e, por fim, o Sr. Mauro Flores, representando a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul –FARSUL. Em seguida, o Presidente em exercício, Senador César Borges passa a Presidência ao Senador Heráclito Fortes. Após a exposição dos convidados, o Senhor Presidente em exercício, Senador Heráclito Fortes agradece as colocações e o comportamento dos presentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente Reunião às quatorze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varela, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Heráclito Fortes, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– A partir de agora, vamos passar para a parte formal da nossa audiência pública. É a quarta e última audiência pública que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária fará no Brasil, sendo esta a primeira e a última no Nordeste, exatamente aqui em Cruz das Almas.

Quero fazer um pedido que já fiz em outras cidades em que estivemos. Esta audiência está sendo transmitida pela TV Senado. Devemos passar para o Brasil exatamente a imagem de que estão lutando por seus direitos, pelas suas reivindicações, em um clima de harmonia e de respeito. Dito isso, faço um apelo encarecido para que as manifestações se restrinjam a aplausos ou a silêncio, até para que não se passe para o Brasil afora nenhuma imagem negativa da causa que defendemos ou da causa que cada um defende, tampouco desta hospitaleira cidade nordestina. Portanto, faço esse apelo.

Além disso, informo que, após a apresentação e a palavra do Prefeito e dos membros da Mesa, vamos passar à audiência pública. O pessoal que já participou dessas audiências públicas em outras cidades sabe exatamente como elas são realizadas. São cinco

minutos, exatamente e absolutamente cinco minutos. Ao quarto minuto, faz-se uma interrupção rápida para avisar que, a partir desse momento, resta mais um minuto para acabar o tempo. Desse modo, queremos pedir a colaboração de todos com relação ao cumprimento desse protocolo.

Não sei ainda o total, porque não foi feita aqui a contabilização, mas há vinte intervenções, e vamos aplicar, na medida do possível, o mesmo critério que se adota em todos os lugares: um “sim”, um “não”, um “sim”, um “não” até esgotar. Se, no final, ficar um número maior de “sim” ou um número maior de “não”, obedeceremos exatamente aos critérios.

Dito isso, passamos, então, a partir de agora, à parte formal da presente reunião.

Declaro aberta a 29ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, objetivando instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o controle do uso de tabaco, assinado pelo Brasil em 16 de junho de 2003, conforme aprovação do Requerimento nº 23, de 2005, da CRA, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que também é Relator da matéria.

Farão uso da palavra representantes de algumas entidades, que serão, no momento certo, devidamente anunciados.

Na primeira etapa, eu irei presidir a reunião e, na hora do início das oitavas, eu terei o prazer de passar a Presidência a este grande representante da Bahia no Congresso Nacional, Senador César Borges. Nesse momento, assumirei a função de Relator, procurando extrair do que for dito aqui as melhores informações e os melhores subsídios para o meu relatório.

Inicialmente, faço um agradecimento pela acolhida que recebemos, desde a hora em que chegamos a Cruz das Almas. Antes de passar a palavra ao Prefeito Orlando Peixoto Pereira Filho, quero antecipar-lhe o meu agradecimento e dizer que, ontem, recebi um telefonema muito cuidadoso e zeloso do Ministro Jacques Wagner, que é meu amigo pessoal, como os companheiros de Mesa da Câmara dos Deputados. S. Exª me confidenciou, na impossibilidade de vir a esta audiência, que eu tivesse o maior carinho com o Prefeito e com a cidade, pedido que recebi também da Bancada do Senado em Brasília, do Senador Antonio Carlos Magalhães e do Senador Rodolpho Tourinho. Não estranhem a ausência de alguns Parlamentares,

tanto do Senado como da Câmara aqui, nesta data de hoje.

O Brasil está vivendo um momento em que falta tempo e sobram problemas para cada um de nós. Os Deputados Federais estão em Brasília, hoje, de plantão, na expectativa de tentar votar ou rejeitar a Medida Provisória do Bem e os Senadores, da mesma maneira, encontram-se em Brasília, acompanhando de perto os fatos que sucedem, que se avolumam e que são do conhecimento de todos os senhores.

Dito isso, passo a palavra ao Prefeito Orlando Peixoto Pereira Filho, a quem, como anfitrião, cabe a honra da primeira fala. (Palmas.)

O SR. ORLANDO PEIXOTO PEREIRA FILHO

– Bom-dia a todos, a todas. Saúdo os componentes da Mesa, Senador Heráclito Fortes; todos os presentes a esta audiência pública, em nome do Exmo. Sr. Senador pelo Estado da Bahia, Dr. César Borges; o Secretário de Agricultura, Sr. Pedro de Deus; nosso querido amigo, Presidente da Câmara Municipal de Cruz das Almas, Vereador Alberto Santana; nosso querido diretor. Nós nutrimos a esperança forte que será o futuro reitor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, meu amigo e colega também Dr. Paulo Gabriel Kassif. Quero pedir, Senador, neste momento, licença a V. Exª para, antes de saudar as demais autoridades aqui presentes, Deputados, Prefeitos, Vereadores, empresários do setor fumageiro, fazer uma saudação especial às operárias e operários da indústria do fumo. (Palmas.)

A nossa região, para informação da delegação gaúcha que está aqui, caracteriza-se pela produção do fumo capeiro e do fumo aromático, com a produção de charutos. E todos nós, que moramos em Cruz das Almas e residimos no Recôncavo da Bahia, estamos lembrados da verdadeira romaria, quando toca e quando tocava principalmente, há cerca de 20, 30 anos, as sirenes da Danneann e da Suerdieck, grandes exportadoras de charuto, e essa cidade se transformava numa verdadeira procissão, numa verdadeira romaria, principalmente de mulheres. Quantas mulheres abnegadas trabalhadoras conseguiram construir dignamente suas famílias mediante o emprego, o trabalho, a indústria do fumo! Portanto, faço essa saudação especial a essas mulheres guerreiras, operárias da indústria do fumo.

Saúdo, ainda, os Deputados Federais porventura presentes ou representados neste momento. Estamos aguardando ainda a presença do Deputado Walter Pinheiro, que estará chegando ao aeroporto por volta de meio-dia e me disse que chegaria até às 14 horas a esta reunião. Saúdo também todos os Prefeitos presentes, por intermédio do meu colega e amigo Antonio Pimentel, Prefeito do Município de Governador Mangabeira; todos os Vereadores presentes dos diversos

Municípios da região do Recôncavo da Bahia, do Brasil, por intermédio do Presidente da Câmara de Cruz das Almas, Vereador Alberto Santana; os empresários do setor fumageiro. Gostaria também de fazer uma saudação calorosa e especial a esse povo bom, lutador e bravo do Rio Grande do Sul, que se dirigiu até aqui ao Município de Cruz das Almas para, junto conosco, engrossar o caldo, engrossar as fileiras dessa luta pela preservação da cultura do fumo.

O povo gaúcho, por quem tenho um grande apreço (Palmas.), porque fui muito bem acolhido quando tive a oportunidade de realizar a minha pós-graduação na Universidade Federal de Santa Maria, no coração do Rio Grande; enfim, saudar as demais autoridades aqui presentes, os representantes da Imprensa da região Sul, da Bahia, da TV Senado, Rádio Santa Cruz, Rádio Alvorada, Rádio Panorama, Rádio Clube, Rádio Vox, todas as emissoras da nossa região.

Quero rapidamente, de início, registrar o reconhecimento da população cruz-almense, da região do Recôncavo Baiano à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, por meio do Senador Heráclito Fortes e do Senador César Borges, por ter se sensibilizado com a nossa solicitação pelo ofício que encaminhamos para a comissão do Senado, no sentido de que fosse realizada essa audiência pública no Município de Cruz das Almas.

Para ser justo, o ofício encaminhado pelo Executivo Municipal, pelo Prefeito de Cruz das Almas e também pela Câmara Municipal, por meio de uma movimentação do Vereador Paulo Moraes, para que fosse realizada essa audiência pública no Município de Cruz das Almas na sede da Primeira Escola de Agronomia do Brasil, que recentemente se transformou na sede da segunda Universidade Federal Baiana, ou melhor, na sede da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e que, brevemente, ainda este ano, estará sendo inaugurada pelo próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vem até Cruz das Almas no final de outubro ou, no mais tardar, no próximo mês de novembro.

Eu conversava com o Ministro Jacques Wagner hoje – e o Presidente também esteve naquela solenidade, na colônia de pescadores do Rio Vermelho, convidando o Governador Paulo Souto para acompanhá-lo no momento em que formos lançar a pedra fundamental da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que representa uma reparação extraordinária do Governo Federal, do Governo Lula com o Estado da Bahia.

Este evento democrático, suprapartidário, como não poderia deixar de ser, que reúne representações das mais diversas forças políticas do Nordeste e do Sul, tem importância, Senadores, especial para o nosso Município e para a nossa região. Nos orgulhamos

muito de produzirmos laranjas adocicadas, certamente as mais saborosas do País, como também nos orgulhamos da nossa produção da farinha de copioba, com qualidade reconhecida em todo o território nacional, mas não é nenhum exagero reconhecer que nenhuma cultura agrícola, Sr. Secretário, aliás que nenhuma outra atividade econômica teve e tem tanta importância para o desenvolvimento dessa nossa região quanto a cultura do fumo.

Aqui, nessa região denominada de mata fina do Recôncavo Baiano, temos condições edafoclimáticas invejáveis para a produção do fumo capeiro e do fumo aromático. Somente iguais às condições de solo e clima de Cuba. Aqui nessa região da Bahia se concentra a totalidade da indústria de charutos e cigarrilhas do País. Uma curiosidade: 90% da indústria de charutos e cigarrilhas tipo exportação do País, do Brasil, estão localizadas na nossa região da Mata Fina do Recôncavo da Bahia.

Aqui se chegou a produzir, na década de 60, 240 milhões de unidades por ano de charutos tipo exportação para América do Norte e Europa principalmente, o equivalente a 90% da produção nacional de charutos e cigarrilhas, gerando divisas para a Bahia e o Brasil, além de emprego e renda para nossa gente.

Hoje, mesmo produzindo menos do que no passado, a cultura do fumo ainda é responsável por cerca de 15 mil empregos diretos e pela sobrevivência de cerca de oito mil agricultores familiares, envolvendo a sobrevivência direta de mais de 100 mil pessoas na região do Recôncavo, além de contribuir para o aquecimento geral da economia dessa região.

Portanto, ao contrário de estar aqui discutindo restrições à cultura do fumo, deveríamos estar discutindo incentivos para melhorar as condições de produção e, conseqüentemente, gerar mais emprego e renda para nosso povo e mais divisas para nosso Estado da Bahia e para o Brasil. (Palmas.)

Obviamente, não se deve confundir este evento, ou não se deve confundir esta minha fala como uma apologia ao hábito de fumar. De forma alguma. Qualquer tentativa nesse sentido deve ser refutada como uma distorção de má fé. Não se trata disso. Considero legítima e importante a preocupação de organizações mundiais de saúde, a preocupação de algumas organizações religiosas, dentre outras, com o hábito de fumar ou mesmo com o vício de fumar, para não dizer que eu estou aqui sofismando o debate. Como disse, não se trata dessa questão. Até mesmo porque duvido que a permanência ou não desse hábito ou vício esteja condicionada à ratificação da Convenção-Quadro. Não sejamos hipócritas. Todos nós sabemos que o hábito ou o vício de fumar permanecerá, com

ou sem a Convenção-Quadro, de forma consentida ou clandestina.

Dentro dessa lógica e desse contexto, tenho certeza de que a ratificação da Convenção-Quadro será ruim para o Brasil, péssima para os agricultores familiares da nossa região, e um desastre para as operárias e operários da indústria do fumo.

Dessa forma, tomo a ousadia de sugerir, por intermédio do Senador Heráclito Fortes e do Senador César Borges, ao Senado Federal, por meio dessa comissão representada pelos Exm^{os} Srs. Senadores, que defendam o emprego e a renda dessa região do Recôncavo da Bahia, posicionando-se decididamente contra a ratificação da Convenção-Quadro pelo Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradecemos, de maneira sensibilizada, as palavras do Prefeito Orlando Peixoto Filho, e passamos a palavra ao próximo orador, que é o Dr. Pedro Barbosa de Deus, Secretário de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia, que fala também como representante do Governador Paulo Souto.

O SR. PEDRO BARBOSA DE DEUS – Bom dia a todos. Saúdo, inicialmente, o Senador Heráclito Fortes, o Senador César Borges, o Prefeito Orlando Peixoto, o Diretor da Escola de Agronomia, Paulo Gabriel. Cumprimento, particularmente, os pequenos agricultores presentes nesta audiência pública e visitantes de outras regiões produtoras do Brasil.

Quero dizer, Senador Heráclito Fortes, Senador César Borges, da nossa grande esperança de que o Senado da República possa agir com total equilíbrio no exame desta matéria.

Nós, do Estado da Bahia, temos, Srs. Senadores, 36 Municípios envolvidos com essa atividade, predominante na agricultura familiar dessa região. Cerca de 15 mil agricultores estão envolvidos diretamente nessa atividade. Várias indústrias se dedicam à exportação de matéria-prima e também de produtos acabados.

Nós fazemos um cenário do que possa acontecer, se efetivamente o País ratificar essa convenção. Imaginamos que, de uma hora para outra, tenhamos um dano econômico muito grande, mas teremos um dano social enorme, com a perda de milhares de empregos Brasil afora, principalmente no Rio Grande do Sul, na Bahia e no Estado de Alagoas.

Fazemos também um cenário do que possa acontecer, de uma hora para outra, aqui no Estado da Bahia. Senadores, teremos o fechamento de sete indústrias de charutos e cigarrilhas. Teremos o fechamento de sete empresas produtoras de fumo aqui no Estado. Teremos o desemprego imediato na indústria charuteira de mil pessoas diretamente envolvidas com o trabalho e de

2.800 envolvidas indiretamente. Teremos o desemprego imediato nas empresas que processam e beneficiam o fumo: 4.138 empregos diretos e 14 mil empregos indiretos. Teremos lavradores desocupados pelo fim da atividade fumageira, estimados em mais de 26 mil lavradores desocupados. Como todos sabem, a atividade logística nesse ramo de atividade é muito grande e mais de 68 mil pessoas poderão estar desvinculadas, de uma hora para outra, da atividade produtiva.

Na parte da infra-estrutura na região, teremos dezenove armazéns desativados, quase quatrocentos mil galpões em mãos de pequenos produtores. Uma perda de divisas estimada em R\$ 17 milhões. Deixarão de circular mais de R\$ 100 milhões nesses pequenos Municípios produtores. Teremos, portanto, uma enorme retração na economia desses Municípios. Teremos o êxodo rural, porque não temos, a rigor, nenhuma atividade agrícola que responda imediatamente na intensidade com que responde a fumicultura. Estamos falando aqui de uma atividade que ocupa pessoas com um hectare, com uma tarefa, com duas tarefas. Não temos alternativa agrícola que dê uma resposta imediata numa eventual substituição. Teremos, conseqüentemente, uma enorme pressão social sobre os Governos, particularmente sobre os Governos locais, os Governos Municipais, mas também sobre os Governos Estaduais. Imaginamos até um aumento da violência nesses Municípios. Teremos uma retração do comércio, com a enorme possibilidade de inadimplência generalizada. Teremos uma retração nos negócios que orbitam em torno do fumo. Teremos uma maior pressão sobre os serviços públicos, particularmente aqueles da saúde, da educação e da seguridade social.

Portanto, Srs. Senadores, depositamos uma enorme confiança de que o Senado da República possa avaliar essa questão com muito equilíbrio. Sabemos que essa é uma questão que alcança todo o Mundo, que alcança o Brasil. Essa é uma questão muito séria. Só no Brasil, são mais de trinta milhões de fumantes. Porém, não podemos imaginar que, nessa questão, exista um caminho fácil e que possamos cortar caminho. Precisamos avançar sob o ponto de vista da educação, das campanhas educativas, com campanhas publicitárias maciças feitas pelo Ministério da Saúde e pelas Secretarias de Agriculturas. Precisamos continuar com esse trabalho, porque não imaginamos que a simples eliminação da produção de fumo no Brasil, por exemplo, possa, de uma hora para outra, fazer com que essas trinta milhões de pessoas possam deixar de fumar – nem aqui no Brasil, nem os milhões de pessoas mundo afora...

(Interrupção de gravação.)

...facilite, possa criar uma oportunidade para outros países, porque nós não podemos ser ingênuos ao ponto de imaginar que esse espaço vai ficar sem ser ocupado. Que os franceses, que os espanhóis, de uma hora para a outra, vão deixar de fumar. Não! Vão aparecer, certamente, outros países dispostos a abastecer esse mercado.

Portanto, Senadores, ao dizer essas palavras, quero pedir que o Senado possa agir com o máximo de equilíbrio no exame dessas questões. Examine, de um lado, essas questões da saúde evidentemente tão importantes para a nossa população. Mas que examine também todos os eventuais danos que uma medida dessa possa trazer ao nosso povo, ao povo do Rio Grande do Sul, ao povo da Bahia, ao povo de Alagoas, ao povo de Sergipe, principalmente àqueles milhares de pequenos agricultores que só têm como possibilidade de sobrevivência essa atividade.

Então gostaria de terminar, desejando sucesso a esta audiência e que todos tenhamos a competência de sensibilizar esses Senadores, essas pessoas que se dedicam, com muita dedicação à causa pública, para que, mais uma vez, sejam capazes de entender a gravidade do momento e tomem uma posição equilibrada que permita que o Brasil combata o tabagismo, mas que também, de uma hora para a outra, não deixe milhões ou milhares de pessoas desempregadas.

Muito obrigado!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Gostaria de agradecer a presença aqui do Prefeito Municipal de Canguçu, do Rio Grande do Sul, Cassio Luiz Freitas Mota.

Gostaria de pedir a todos os prefeitos que estão aqui, da Bahia ou de outros Estados do Brasil, que mandem sua identificação, ou cartão, para a mesa, para que fizéssemos o registro de suas presenças. É muito importante para nós.

Também temos a presença do Prefeito de Venâncio Aires, Almedo Dettenborn.

(Palmas.)

Temos aqui uma lista de presença. Gostaríamos que, na medida do possível, todas as pessoas que estão representando aqui, neste ato, entidades, municípios, fizessem o seu registro, por meio da assinatura. Vou passar a lista ao Secretário, que, então, passará a todos vocês.

Passo, agora, a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Cruz das Almas, Alberto Santana.

(Palmas.)

O SR. ALBERTO SANTANA – Senhoras e Senhores, quero-lhes pedir permissão para fazer uma

saudação especial ao Senado da República Federal do meu País!

(Palmas.)

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a não imagina a importância deste ato. Quando estivemos em Camaquã, no Sul do meu Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, e no meio de uma multidão de mais de 10 mil pessoas, o Relator da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado faz uma manifestação e pergunta: “Onde está o Presidente da Cidade de Santa Cruz das Almas, na Bahia?”. Levantamo-nos, e ele disse: “A próxima audiência pública será na sua cidade.” A partir daquele momento, Senador, percebemos a grandeza de um ato democrático, quando 4 audiências públicas já haviam acontecido no Estado de Santa Catarina, no Estado do Rio Grande do Sul, e não havia, sequer, uma manifestação de que o Nordeste e o Norte brasileiros também seriam contemplados, a despeito de o Relator da Comissão ser um dileto piauiense, orgulhosamente nordestino, como nós. E, naquele momento, entendemos que, com todas as atribuições do Senado Federal, Senador César Borges, houve uma manifestação de respeito ao Nordeste brasileiro com todas as atividades que o Congresso enfrenta no presente momento. O Norte e o Nordeste do Brasil, hoje, estão representados no território de Nossa Senhora do Bonsucesso, em Cruz das Almas.

Por isso, digo-lhes, precisamos determinar sobre nossas mentes os objetivos que nos faltam, nesta manhã do dia 11 de outubro do ano de 2005. Cruz das Almas está, historicamente, sediando uma sessão plenária do Senado Federal da República, numa audiência em respeito aos trabalhadores do Nordeste brasileiro, do estado da Bahia, e, em especial, de Cruz das Almas.

Senhores e Senhoras visitantes, que se deslocaram de suas regiões em torno de 5 mil quilômetros, a exemplo desses rio-grandenses-do-sul e catarinenses que para cá se deslocaram com o objetivo de irmanar-se em um propósito e em projeto, de buscar, consolidar, com convencimentos e informações básicas, a não-ratificação dessa Convenção.

Eu quero fazer uma saudação especial aos Presidentes e aos Vereadores de Câmaras de todo o Estado da Bahia, e, em especial, do Recôncavo Baiano, de todos que para cá se deslocaram.

Quero fazer uma saudação e pedir a compreensão de todos, daquelas autoridades que defendem a ratificação. Eles têm os seus motivos e os seus objetivos. Não haveremos aqui de não lhes permitir que se expressem, mas haveremos única e exclusivamente de buscar sensibilizá-los para uma questão que nos afeta sobremaneira.

Eu gostaria de dizer, Sr. Secretário de Agricultura do meu Estado que por trás dessa ratificação, por trás desse projeto que tramitou de uma forma até clandestina e pouco respeitosa para com a sociedade brasileira na Câmara dos Deputados, num acordo de Lideranças, teve o resgate do Senado Federal trazendo, como objetivo, a discussão pública no meio de nossa sociedade. Porém, algo está implícito, que eu ainda não tenho condições de avaliar a propósito de:

Cabe aos Estados Unidos, cabe aos americanos, cabe ao imperialismo e ao protecionismo daquele povo ratificar esta Convenção antes que este País a ratifique. Porque entendo, sem dúvida nenhuma, de que se algo de bom estivesse acontecendo neste Planeta seria a ratificação do tratado de Kyoto, que visa, sobremaneira, a redução da emissão dos gases poluentes na atmosfera, que visa reduzir o efeito estufa e que visa melhorar as condições de vida de todo um Planeta. E os americanos arrebanharam o mundo para um projeto, e na hora do vamos ver, na hora da ratificação deram para trás, não ratificaram, a exemplo de jogar 25% de todos os gases poluentes do feito estufa na atmosfera. E quem nos garante, que haverá de nos garantir de que esses mesmos americanos agora ratificarão a Convenção Quadros depois que o Terceiro Mundo assim o fizer? Quem nos garante? Eles não respeitaram sequer a ONU, invadiram o Iraque e até hoje matam vidas inocentes lá?

O que no momento eu vos peço, eu busco é provar à sociedade que temos a lavoura fumageira, temos as atividades subseqüentes e coligadas à verticalização. Temos 90% da exportação desse produto. Temos os fumantes, que causam, sem dúvida nenhuma, efeitos negativos na sua própria vida, à saúde pública do País. E o que se propõe acaba com a lavoura fumageira, acaba com a indústria agregada, acaba com a exportação do fumo, mas não acabaremos com o fumante. E aí deixaremos de ser exportadores e passaremos a ser importadores de cigarro desses diletos americanos que por lá estão.

Eu quero lhes dizer, quero deixar muito claro, não prego, não faço alusão e nem apologia ao uso do cigarro, até porque as restrições, e hoje, socialmente, fumar é relegado por parte da sociedade. Ninguém aprova o cigarro. E por que as pessoas ainda fumam? Vamos continuar fazendo as restrições. Antigamente, fumava-se nos ônibus e hoje não se fuma mais. Fumava-se nos aviões e hoje não se fuma mais. Fumava-se nos restaurantes e hoje não se fuma mais. Vamos aumentar essas restrições, mas vamos permitir que o nosso povo brasileiro, o nosso povo baiano, o nosso povo nordestino, o nosso povo sulista continue

sobrevivendo das suas atividades e daquilo que eles aprenderam a fazer. (Palmas.)

Esta cidade de Cruz das Almas tem 60 mil habitantes, 15 mil pessoas dependem diretamente dessa lavoura. E se algo acontecer, Senador Heráclito, o colapso econômico estará estabelecido, catástrofe nunca vista na economia aqui acontecerá. Bastou uma única indústria fechar, a Agro-Comercial Fumageira e a Suerdieck, e foram 5 mil desempregados, e até hoje carregamos as seqüelas. O que mais importa, neste momento, está aqui falando um ambientalista, está aqui falando um engenheiro agrônomo, nós ainda não temos, Prof. Paulo Gabriel, uma empresa sucedânea para o fumo, que possa fornecer ao mesmo tempo os trabalhos na agricultura, os trabalhos nos transportes, os trabalhos na transformação e na industrialização e na exportação.

Quero aqui encerrar as minhas palavras, fazendo um agradecimento especial aos diletos funcionários da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, Dr. Marcelo Varela. Quero lhe dizer que o seu trabalho tem sido enaltece a todos nós. Parabéns. E obrigado pelo seu empenho. Obrigado, Senador. Viva a República do Brasil! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Convidamos para fazer parte da Mesa, o Deputado Estadual, pela Bahia, Edson Sampaio Pimenta.

Registro a presença dos seguintes Prefeitos: João Batista Gomes Santos de Cabaceira do Paraguassu; Humberto Augusto Rodrigues Alves de São Feliz; José Carlos Lacerda de São Gonçalo dos Campos; Antônio Pimentel de Governador Mangabeiras; Roque Luiz Dias dos Santos de Muritiba; do Presidente da Câmara Municipal de Canguçu, Rio Grande do Sul, Hélio Ernesto Hoffmann.

Passo agora a Presidência dos trabalhos ao Senador César Borges, que, a partir de agora, irá comandar nossos trabalhos. Antes, porém, quero agradecer aqui as referências que o Sr. Alberto Santana, Presidente da Câmara Municipal fez a mim e, principalmente, ao pronunciamento que eu fiz no Rio Grande do Sul, que, de maneira desavisada chamei Santa Cruz das Almas. Talvez, eu tenha errado em parte, mas foi um erro bom que eu cometi, porque, a partir daí, vocês não imaginam a quantidade de e-mails, de correspondências e de referências que eu recebi de pessoas, citando o meu erro. Daí por que, César, eu alerto a todos para o perigo que é a TV Senado. Todo mundo viu, todo mundo assistiu. Quando eu cheguei aqui, várias pessoas comentaram o meu erro... (falha na gravação.) Imaginem vocês se eu tivesse cometido uma gafe grave, o que não seria de mim, nesta manhã, aqui.

Faço um registro aqui, por dever de justiça. Vários foram os fatores que nos remeteram à Cruz das Almas, o que representa, no contexto desta discussão, seu Estado nordestino, tem a Bancada que a Bahia tem, não só na Câmara como no Senado, a pressão que recebi dos Parlamentares da Bahia. O Brasil tem começado aqui, mas também faço um registro, por dever de justiça, que é a Josenita Salomão, que está aqui, e é presidente de Sindicato. (Palmas.) Desde o primeiro momento, ela soube pedir de uma maneira, sem ser arrogante, aquela manifestação de pôr os olhos (Falha na gravação.)...de forma que está feita a vontade da Bahia, a vontade sua, Josenita.

Obrigado, Santa Cruz das Almas, por me receber aqui neste dia. (Palmas.)

Passo a palavra ao meu caro companheiro de Senado, que é um orgulho para o Brasil todo, Senador César Borges. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Quero dar um bom-dia a todos vocês, amigos Cruz das Almas e do Recôncavo que aqui se encontram.

Minhas primeiras palavras são para saudar esse amigo e nobre Senador da República, que tão bem representa o Estado do Piauí e todo o Brasil, Senador Heráclito Fortes. A Bahia lhe agradece. Cruz das Almas e Recôncavo lhe agradecem por essa sua disposição, seu carinho, sua maneira democrática e aberta de ficar apenas lá no recinto da Comissão de Agricultura, porque ele poderia fazer isso. Para vocês que não conhecem o trabalho do Senado, às vezes, é muito fácil o Presidente do Senado fazer convocações, convites, e as pessoas se dirigem ao Senado, em Brasília, para discutir os assuntos que lhe interessam e que são debatidos no Senado. Mas o Senador Heráclito Fortes, como homem do sertão, do Piauí, e que gosta do contato povo direto, saiu de Brasília e foi ouvir os produtores onde estão. Como está aqui hoje, em Cruz das Almas. Por isso que ele merece todo o nosso aplauso e reconhecimento. (Palmas.)

Isso revela sensibilidade, por um lado, e também o espírito democrático, porque, em suas mãos está um assunto complexo, que merece todo o cuidado. E o Senado Federal, esta Casa Revisora, está fazendo o seu papel. Em lugar de aceitar simplesmente algo que veio e foi aprovado de forma açodada pela Câmara dos Deputados, ele trouxe ao Senado a discussão pública, democrática, aberta, que no momento estamos fazendo aqui.

Eu só posso agradecer a todos aqueles que estão nesta mesa, o Prefeito Municipal que nos recebeu com tanto carinho, o Presidente da Câmara de Vereadores, o Deputado aqui presente, o competente Secretário da Agricultura, Pedro Barbosa, que fez uma excelente

defesa dos interesses da Bahia, o diretor da Escola, tantos visitantes que vêm do Rio Grande do Sul, Prefeitos Municipais, Vereadores de toda a região. Antes de iniciar os trabalhos propriamente, quero falar aqui que recebi um telefonema da Deputada Estadual Jusi Maria de Oliveira, que atua politicamente na Bahia, mas veio do Rio Grande do Sul, Presidente da Comissão de Agricultura, e que me pediu para transmitir também que não pôde estar presente, mas que gostaria de estar aqui conosco. Da mesma forma, meus colegas Senadores, Senador Antonio Carlos Magalhães e Rodolpho Tourinho, que estão, um em missão no exterior, e o outro em Brasília, e não puderam comparecer ao nosso encontro, mas que eu poderia falar no nome deles. E vou falar. E vou dizer que essa questão é polêmica, mas, antes de tudo, nosso compromisso é com os interesses da Bahia, do Recôncavo Baiano. Por isso, estamos dizendo que apoiamos a permanência da cultura fumageira que emprega tantos baianos, (Palmas) e que a sabedoria, a **sapientia** do Senador Heráclito Fortes e dos demais Senadores que compõem a Comissão de Agricultura saberão encontrar um caminho, onde, por um lado, num País tão carente de emprego e de renda, não podemos sequer pensar em extinguir um emprego que seja. Queremos mantê-los. E esta história de que vamos fazer reversão da cultura do fumo e ter financiamentos para novas culturas, não podemos aceitar. É uma posição temerária, que sabemos que hoje, para as culturas existentes, falta apoio. A agropecuária está passando uma crise. Há uma crise em todo o País, pelo dólar baixo, pelos juros altíssimos, pela política econômica que foi, infelizmente, adotada pelo nosso Governo. Precisamos apoiar as atividades agrícolas. Porque, se por um lado, elas não geram recursos, como (defeito na gravação), por lado, o emprego está no campo. A agricultura gera 38 % de todos os postos de trabalho no Brasil. E nós temos que defender exatamente a cultura do fumo, seja no Rio Grande do Sul, seja em Santa Catarina, seja no Paraná, seja na Bahia ou no Estado de Alagoas. Aqui, temos condições de solo e clima especiais. Aqui, nós produzimos, antes de tudo, algo que é conhecido internacionalmente, a qualidade de nossos produtos. São charutos, ci-garilhas destinadas à exportação. Vou me comungar com os demais, apesar de não ser defensor do tabagismo, nunca fumei em minha vida, nem pretendo fumar, mas isso não impede que possamos apoiar a cultura do fumo para a exportação para os países europeus, inclusive para os Estados Unidos e para a China. Não vamos ceder a nossa posição de líder mundial. Somos vice-líder mundial, por que vamos abrir mão para outros países? (Palmas.) Para desejos imperialistas, como bem colocou o Senador Heráclito

Fortes, os Estados Unidos podem estar por trás disso querendo atingir Cuba na sua ação persecutória em cima do país cubano. E não se faz dessa forma, tentando destruir uma cultura que aqui é uma tradição. Os senhores sabem que nós do Governo do Estado – eu tive a honra de governar este Estado, e hoje está aí o Governador Paulo Souto – como temos lutado para trazer indústrias para a Bahia, especialmente para a região, para Cruz das Almas, para Santo Antônio de Jesus, para Cachoeira. Mas aqui receberam indústrias de Aranuá milhares de empregos. Vamos criar empregos de um lado e extinguir de outro? De forma nenhuma. Então, de forma democrática e aberta, ouviremos todos, todas as posições. Desde já quero dizer a todos que a minha posição, como Senador baiano, como político baiano, é de intransigente defensor da permanência dessa lavoura, que gera mais de 14 mil empregos e que sustenta 100 mil baianos. Essa será a nossa posição no Senado. A oportunidade que houver para votar, votarei contra a ratificação desse Tratado, que é pernicioso à lavoura de fumo em todo o Brasil. Muito obrigado. (Palmas.)

Vamos iniciar o debate, e já que tivemos aqui vários pronunciamentos, inclusive o meu, contra a ratificação da Convenção, vamos abrir o debate com alguém que acredito que é a favor da ratificação, que é o representante do Ministério da Saúde, a Sr^a Érica Cavalcanti Rangel, analista do Programa Nacional do INCA, pelo tempo de 5 minutos. (Palmas.)

A SRA. ÉRICA CAVALCANTI RANGEL – Boa-tarde! Eu gostaria de cumprimentar a mesa, Srs. Senadores, autoridades presentes, a todos os fumicultores presentes e outros segmentos da sociedade.

Enquanto Ministério da Saúde, eu gostaria de trabalhar com vocês hoje, acho que a minha fala vai ser para vocês, para os fumicultores a respeito da Convenção Quadro. Então, eu acho que a minha função hoje, aqui, é desmitificar para vocês o que é a Convenção Quadro. A Convenção Quadro é o primeiro Tratado Internacional de Saúde Pública que foi constituída 4 anos, de 1999 a 2003 pelos 192 países-membros da Organização Mundial da Saúde, que preocupados com os dados alarmantes do consumo dos produtos do tabaco, e isso gerando cinco milhões de mortes ao ano no mundo, sendo que, dessas cinco milhões, duzentas mil ocorrem no Brasil. Esse tratado foi negociado durante os quatro anos. O Brasil foi uma grande liderança porque tem um forte programa de controle de tabagismo. Nós conseguimos reduzir o consumo de 32%, em 1989, para 19%, em 2003. Isso provou que o Brasil poderia conduzir essas negociações. Esse tratado, em primeiro lugar, vem para reduzir o consumo do tabaco, dos produtos do tabaco, mas também pre-

vê que, em longo prazo, haverá uma redução desse consumo por todas essas medidas que estão sendo colocadas.

Pensando nisso, nos arts. 7º, 22, 26 e 17, colocou mecanismos de proteção aos fumicultores. Está consciente de que isso terá um impacto nessa produção. Então, pensando nisso, as organizações pensaram nesses mecanismos de proteção ao fumicultor. Então, se o Brasil ratificar esse tratado, o fumicultor será favorecido com esses mecanismos.

Em fevereiro de 2006, acontecerá a I Conferência das Partes, da qual só irão participar os países que ratificaram esse tratado internacional. Nessa conferência, serão acordados todos esses mecanismos de proteção, de ajuda, de subsídio técnico e financeiro. E, como grande País produtor, não podemos ficar fora dessas negociações. Vamos ficar à mercê do que será estabelecido lá fora num cenário que, com certeza, causará impacto aqui no Brasil, porque, se 85% do nosso fumo é todo exportado. Então, o que acontecer lá fora vai interferir aqui.

Independentemente de o Brasil ratificar ou não, ele já está em vigor desde fevereiro de 2005. Então, está independente. Se o Brasil vai ratificar ou não, com certeza vai sofrer as consequências do que for decidido por outros países. O Brasil pode ficar de fora. Essa ratificação é de interesse para toda a cadeia produtiva do fumo, principalmente para os fumicultores.

Não me lembro de, na câmara setorial do fumo, estarem defendendo os interesses dos fumicultores. Não vejo isso. Não vejo ninguém falando que o fumicultor está recebendo pouco, porque ele recebe muito pouco e, quando vai vender esse produto lá fora, ganha muito. Então, é para vocês, fumicultores, que falo hoje. Prestem atenção ao que está sendo feito para vocês não servirem de escudo para a indústria do tabaco, que está garantindo seus interesses comerciais. É a isso que vocês têm de ficar atentos. Nossos Senadores têm a obrigação, o compromisso ético e moral de resguardar a nossa população. Aqui ninguém está falando que não vai plantar, que vai acabar o fumo. Quem quiser plantar fumo vai continuar plantando.

Dos onze países para os quais exportamos o tabaco, dez já ratificaram. A China já ratificou... (interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Queria pedir a Dr^a Érica que remetesse à Mesa essa ratificação da China, para que o Relator tenha acesso a ela.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Edson Pimenta, que representa a Federação dos Tra-

balhadores na Agricultura do Estado da Bahia, por cinco minutos.

O SR. EDSON PIMENTA (PCdoB – BA) - Saúdo os Ilustres Senadores Heráclito Fortes e César Borges, representando aqui o Senado; o Secretário de Agricultura; o Ilustre Prefeito da Cidade de Cruz das Almas, companheiro Orlandinho; o Presidente da Câmara, companheiro Alberto Santana, o Representante da Escola da Agronomia, Prof. Paulo; e as demais autoridades aqui presentes. Saúdo todos os representantes aqui dos Municípios produtores de fumo do Recôncavo Baiano, os representantes de outros Estados que nos orgulham muito com as suas presenças, como os do Rio Grande do Sul e os de Santa Catarina; e faço uma saudação também às autoridades e a todos os cidadãos baianos.

Gostaria de registrar o empenho deste atual Governo, que fez pressão em cima do Congresso para que fosse aumentada a divulgação dos males causados pelo fumo. O Governo fez isso e, hoje, nos horários nobres de televisão, não se pode mais propagandear.

Mas, amigos e amigas, não podemos ter, neste Brasil ou no mundo, a proibição da produção de todos os produtos que causam mal à saúde. Temos que adotar uma postura a fim de que se cumpra o que deseja hoje a Organização Mundial da Saúde, que é uma campanha de esclarecimento à população, alertando-a de que fumar é prejudicial à saúde. Mas não podemos tirar o direito daqueles que, mesmo sabendo, querem continuar fumando. Trata-se de uma questão de direito.

E quanto a essa história de que o fumo provoca câncer, se formos por aí, vamos encontrar em outros alimentos consumidos, sem nenhuma restrição, uma alta incidência também de malefícios à saúde. (*Palmas.*)

Vamos encontrar no álcool, nos refrigerantes, no açúcar, os mesmos índices de problemas da saúde humana. Então, não é proibindo que se vai resolver o problema; não é por aí.

Nós temos de nos preocupar com a questão do desemprego. O desemprego hoje é o grande mal da humanidade.

Onde vamos colocar mais de um milhão de pessoas que dependem hoje da produção de fumo no Brasil? Nem vou falar de outros países do mundo.

Nós somos hoje o segundo maior exportador de tabaco, e temos aqui hoje essa quantidade de pessoas envolvidas na produção.

Por isso, a posição do movimento sindical é de conscientização, de buscar um manejo mais sustentável, em que as empresas tenham responsabilidade com a saúde da família de quem trabalha na produção.

Srs. Senadores Heráclito Fortes e César Borges, acho que o Senado pode contribuir muito nesse sentido, ou seja, em vez de ratificar a Convenção, condicionar a necessidade das empresas que comprem o fumo do produtor de oferecer saúde, teste para poder obter o índice de contaminação pelos agrotóxicos. Hoje as pesquisas nas escolas de agronomia já mostram que é possível produzir com o manejo mais sustentável e diminuir a grande quantidade de agrotóxico, porque essa, sim, é a questão que mais prejudica quem trabalha com o fumo, porque muitos dos que produzem, muitas vezes, nem sequer consomem.

O direito de consumir não pode ser retirado por um tratado ou um decreto. O correto é esclarecer as pessoas para que possam, livremente, escolher o que é bom para si mesmas. Eu não fumo. Não fumo, mas tenho o dever de defender essas pessoas.

E aqui faço um registro histórico. Tivemos aqui a maior região produtora do Brasil e, diante da paralisação dessa atividade, até hoje pagamos uma dívida incrível. Temos muito patrimônio, prédios, áreas abandonadas, em razão da falta da continuidade da atividade fumageira aqui na região.

Temos produtores tradicionais que só fazem isso. Se hoje os proibíssemos de produzir, estaríamos jogando-os no rol dos desempregados, na marginalidade.

E quanto a essa história de dizer que se vai trabalhar também outras culturas, defendemos que o produtor não trabalhe somente com a monocultura do fumo, mas que ele possa produzir o fumo, o amendoim, a laranja, a mandioca. Mas a opção de um produto para o qual ele terá garantia de compra por parte de uma empresa é um direito do produtor.

Então, a nossa posição é contrária, até porque dos 132 países que aderiram à Convenção, só 32 ratificaram. E nós esperamos, como disse aqui muito bem o Presidente da Câmara, que os países consumidores tomem essa posição, porque podemos cair no rol da pressão dos grandes grupos econômicos.

Estava dizendo aos senhores que a posição é de apoio à agricultura familiar, para a qual o Governo Federal disponibiliza hoje mais de R\$ 9 bilhões.

Então, o produtor de fumo que quiser ampliar a sua produção poderá obter financiamento para plantar outras culturas que não sejam somente fumo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Concedo a palavra ao representante do Ministério da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Érico Leonardo Ribas Feltrin.

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – Bom-dia, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Vereadores, Prefeitos e demais autoridades.

Bom-dia a todos aqui, produtores rurais, estudantes, toda a sociedade que está aqui hoje presente.

Ouvi aqui as primeiras manifestações e acho que há uma grande possibilidade de entendimento, porque, se entendermos o que abrange esse tratado, vamos ver que o direito de plantar fumo não está, em nenhum momento, sendo proibido. Esse tratado abrange basicamente medidas para o controle do consumo. É disso que tratam a maior parte dos dispositivos do tratado.

Onde ele se refere à redução da oferta – que é uma das questões que me parece que causa um certo problema de entendimento – essas medidas são: eliminação do contrabando da falsificação e da fabricação ilícita, que todos os produtores de fumo no Brasil querem, inclusive a indústria. Essa é uma das medidas para a redução da oferta.

A outra medida é a restrição dos jovens ao tabaco, que já é feita no Brasil – a venda já é proibida aos menores de idade. E a outra medida que está lá elencada é o apoio, não proibição à produção, mas o apoio à diversificação e à substituição de culturas.

Senhores e senhoras, seria uma discussão muito relevante se considerássemos a produção rural de tabaco a questão mais importante desse tratado; seria importante que essa discussão tivesse ocorrido quando esse tratado estava sendo discutido na Organização Mundial de Saúde. Naquele momento, faria sentido. Hoje, senhores, o tratado já está em vigor, não interessa mais se o Brasil vai ratificá-lo ou não. O efeito no consumo mundial vai acontecer. Quanto aos empregos, a produção rural de fumo realmente sofrerá as consequências. Essas consequências estão programadas para ocorrerem em longo prazo, em 10 anos, em 15 anos, ninguém sabe quando. Mas, em curto prazo, não vai haver.

Então, senhoras e senhores, as medidas de apoio aos agricultores são muito importantes. As medidas de apoio, de financiamento que estão elencadas aqui devem ser olhadas com prioridade neste instante.

Sabemos que o Governo Federal tem restrição de recursos; toda a agricultura necessita ser apoiada. Mas, não podemos abrir mão dos recursos internacionais, recursos financeiros internacionais que estão sendo previstos para o apoio.

Se não ratificarmos, a única coisa que estaremos perdendo nesse instante em relação ao apoio ao agricultor são esses recursos internacionais, recursos técnicos e financeiros, que os senhores necessitarão para diversificar as suas atividades.

Então, é com muita tranquilidade que eu lhes falo que o Governo não está defendendo aqui a proibição do plantio, o direito dos senhores de produzirem. Mas, alertamos que deverá ocorrer uma redução do consumo.

Isso quer dizer que, se não houver comprador, os senhores deverão diversificar a atividade, deverão procurar renda com outras coisas, complementá-la, talvez não toda. Talvez 90% da produção de fumo seja garantida, mas alguma coisa necessitará ser diversificada.

Então, é basicamente isso que eu gostaria de falar e agradecer, em nome da Ministra Dilma Rousseff, o convite à Casa Civil para participar. Estou representando-a porque, justamente, esta é uma discussão muito técnica, sobre a qual ainda há muita dúvida, quanto ao tratado também, e nós, como técnicos, somos quem instruímos os tomadores de decisão, os Ministros, no sentido de que não seja colocado em risco o agricultor familiar, o direito dele de plantar fumo.

Muito obrigado e sucesso nos trabalhos, hoje.
(Palmas.)

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Dr. Érico, eu gostaria da colaboração do senhor.

Estou lutando contra o tempo – eu tenho um prazo e quero honrá-lo. Gostaria de saber se o senhor poderia nos dar alguns esclarecimentos. O Senado ainda não conseguiu, de maneira clara, ter um entendimento da operação técnica, o que temos de concreto, as contrapartidas e o que trará para o País no caso da assinatura. Mas de maneira bem concreta e rápida possível, a fim de que possamos ter um balizamento seguro na decisão que iremos tomar. Evidentemente que não há a necessidade de o senhor responder agora. O senhor poderia mandar para a Relatoria...

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – Eu gostaria de responder. As medidas de cooperação técnica – por isso que é importante que o Brasil esteja presente na primeira conferência das partes – não estão ainda definidas, como elas ocorrerão e quais os países que terão prioridade. O Brasil é um dos maiores produtores mundiais. É provável que o Brasil receba uma parte considerável dos recursos, porque é um país em desenvolvimento. Os países que receberão esses recursos de apoio aos agricultores estão aqui no tratado: são países em desenvolvimento e economias em transição. Então, não podemos falar em tese, Senador. Nós temos que falar quando tivermos discutido e acordado essas medidas de cooperação internacional.

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Dr. Érico, veja bem...

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – E acho importante nós sabermos o que é um tratado, Senador. Os senhores sabem muito bem, mas talvez o público não saiba. Trata-se de um acordo de cooperação internacional. Quando nós falamos, por exemplo, do combate ao tráfico ilícito, a China, que já ratificou o tratado e talvez seja uma das origens do fumo con-

trabandeado, vai se comprometer a dar informações importantes para nós controlarmos esse contrabando. Os países vão acordar medidas de cooperação internacional. É disso que nós estamos falando. Agora, nós já estamos com mudança no Pronaf, medidas concretas; nós já estamos com outras medidas, no âmbito do Governo, para arrumar esses recursos e essas medidas que deverão ser colocadas em prática quando a redução do consumo tornar essa necessidade mais premente.

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Está bom. Veja bem a situação. Eu quero um diálogo bem franco. Nós iremos, no caso de ratificar este acordo – e temos um prazo curto –, entregar um documento, um comprometimento em troca de algo que eu gostaria de, concretamente, saber o quê. Porque o acordo de cooperação técnica, a possibilidade é muito vaga. De forma que acho que é preciso que não ocorra o que ocorreu com Kyoto. Nós assinamos alguns tratados em troca de alguns benefícios, e esses benefícios não estão chegando. E estão chegando de maneira demorada. *(Palmas.)*

Uma coisa é o Governo chinês assinar um tratado... O senhor sabe que, pelo regime de governo dele, nós sabemos quando o governo começou e quando terminou; no Brasil, nós temos uma democracia. A cada quatro anos, muda-se o Presidente. E se daqui a dois anos a política for diferente da de hoje? Então, nós temos que ter uma situação concreta. Era para isso que eu queria pedir a sua colaboração.

O senhor – e nós todos – temos que vencer o mal que comanda o nosso País, de que nós não temos culpa, que é a burocracia. Então, seria de grande importância se o senhor pudesse levar para a Comissão, digamos, quinta-feira ou sexta-feira. Aguardarei algo mais concreto, mais musculoso para que eu possa, com a consciência tranqüila, tomar uma decisão sabendo que não vou cometer nenhuma injustiça nesse caso.

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – A meu ver, o Senado e o Executivo têm de entrar em entendimento o quanto antes, para saber concretamente do que se trata, porque nós ouvimos hoje aqui que não há entendimento quanto ao que se trata esse acordo internacional; estão sendo faladas coisas completamente divergentes.

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O senhor tem razão com relação a isso.

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – Precisamos entrar em entendimento.

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Absoluta razão.

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – Então, convido o senhor para uma reunião junto com

o Ministro Jaques Wagner, que é o nosso articulador das relações institucionais, para entrarmos num acordo, termos entendimento entre o Governo e o Senado e termos essa segurança. Vou tentar arranjar essa reunião para quinta-feira a fim de discutirmos isso.

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – O senhor sabe qual é a grande dificuldade? A Casa Civil pensa assim. A Ministra Dilma Rousseff é uma das pessoas mais sérias deste Governo. Vamos ver se conseguimos nos unir numa posição concreta, e que seja uma posição de Governo, e não uma posição de parte do Governo. E que deixar bem claro, de antemão, que essa não é uma questão partidária; essa é uma questão nacional.

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – Exato.

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradeço. *(Palmas.)*

O SR. ÉRICO LEONARDO RIBAS FELTRIN – Vamos ver se conseguimos fazer uma reunião com a Receita Federal, o Ministério da Agricultura, a Casa Civil, ou seja, de Governo, com os Srs. Senadores, para entrar nesse quesito que, a meu ver, é uma construção saudável para a solução disso tudo.

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Muito obrigado, de coração, por sua participação, por ter vindo e, juntamente com a Érica, ter tido uma participação fantástica nesse processo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de dizer que a Sr^a Érica, que está aqui presente, distribuiu uma notícia de que a China teria ratificado o Tratado Anti-Tabaco. Agora, quando se lê a notícia, vê-se o seguinte: “A China, o maior mercado de cigarros do mundo, ratificou um tratado internacional com o objetivo de frear as mortes tabaco-relacionadas, anunciando o banimento das máquinas de vender cigarros”. Nós também somos favoráveis a banir as máquinas de vender cigarros, mas somente isso. E corre inclusive um projeto de lei no Senado Federal a esse respeito, mas isso não significa banir a cultura do fumo. *(Palmas.)*

Quero registrar a presença também honrosa do Prefeito de Maragogipe, Sr. Sílvio Ataliba, e, dando oportunidade inclusive a nossos visitantes, passo a palavra ao Presidente da Afubra, Sr. Hainsi Gralow.

O SR. HAINSI GRALOW – Boa-tarde a todos.

Saúdo o Senador-Relator, Heráclito Fortes, também o Senador César Borges, o Prefeito Orlando Pereira, e, em seu nome, todas as demais autoridades municipais e também o legislador Alberto Santana,

e todos que estão lá fora assistindo a esta audiência pública através dos telões.

Senhoras e senhores, 89 Países, diz a Internet, ratificaram a Convenção-Quadro – China ainda não consta, mas, quem sabe, está entre os 89. Mas vemos que, desses 89 países, 80 não têm plantação de tabaco, não têm nenhuma expressão. São pequenos países ou pequenas ilhas onde ninguém tem o seu sustento na produção de tabaco. E logo se diz que não será proibido plantar fumo. Para os baianos diz-se que não será proibido fabricar charuto. Se quiséssemos tratar desse assunto com honestidade, eu preferiria que constasse isso, porque aí nós teríamos a quem responsabilizar. Da maneira como está escrito, da primeira à última palavra, na Convenção-Quadro, nós só vemos naturalmente contrariedades ao tabaco. Se estivesse isso claro, evidentemente, poderíamos até analisar um pouco mais a fundo. Dizem também que é bom ratificar a Convenção-Quadro, que é bom para os produtores, que é bom para os empregados e que poderão ser criados recursos para reconversão. Fomos verificar isso e ainda não há absolutamente nada, nem no âmbito internacional, nem no âmbito nacional. Nada existe ainda.

Vejo também o palestrante anterior, que eu respeito muito, porque, senhor, nós temos que nos respeitar, mas não se tem uma única informação de que haverá algum valor. E aí dizem: “Ah! Vocês ratificam. Se vocês ratificam e se tiver, quem sabe, constituído algum fundo nacional ou internacional, vocês até poderão receber”. Mas, na verdade, não existe nada disso. E até determinado momento, se dizia que – isso foi dito em Camaquã – estariam contrário à criação de um fundo internacional para ajudar os produtores e os empregados.

Espero que sejam colocadas essas cartas aqui, para que possamos olhar que, de 06 de novembro de 2000 até o dia 07 de agosto de 2002, centenas de correspondências foram mandadas ao Embaixador Seixas Corrêa, ao Presidente da República, ao Ministro da Saúde, ao Ministro da Agricultura e tantos mais, até a Dr^a Tânia Cavalcanti recebeu uma das nossas cartas, solicitando a criação desse valor. Infelizmente, até agora, nada existe.

Aí se diz também que se, evidentemente, tivermos essa informação, aí será tudo muito melhor. O que se quer é a ratificação, é a assinatura em branco, uma nota promissória que não tem valor, que não tem data.

Gostaria de trabalhar de uma forma diferente e, naturalmente, pensando no que foi dito em Camaquã, lembrei-me logo de algo. Há questão de dois meses, eu escutava pessoas na televisão, principalmente no Senado, na Câmara dos Deputados, nas CPIs e dizia-

se que aquela pessoa não precisava falar a verdade, que ela podia mentir, porque nada aconteceria. Eu não sabia disso. Eu não sabia que se podia mentir, e acredito que pessoas honestas jamais fazem isso.

Naturalmente, a nossa proposta é a de sempre e independe do Rio Grande do Sul, da Delegacia Federal do Ministério da Agricultura. Ela não mudou; queremos a reconversão, queremos que todos os que trabalham com fumo, sejam plantadores, sejam empregados nas empresas, diretas ou indiretamente, tenham convertido a sua atividade, tenha um outro emprego dando-lhes a mesma garantia. Aí sim, poderá vir a ratificação da Convenção-Quadro.

Não façamos como foi feito em Genebra; não façamos como foi feito na Câmara dos Deputados; não façamos como foi dito em algumas oportunidades. Façamos com que os 2,4 milhões empregos valham mais do que uma cadeira em Genebra.

Gostaria que fosse entregue mais este documento ao Senador-Relator, para que olhasse todos que foram enviados.

Temos cópias para as demais autoridades também, para verificarem se aí consta a realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Dando continuidade, vamos passar a palavra ao próximo orador que representa o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. José Oscar Miranda Pacheco, Chefe de Gabinete da Secretaria da Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, pelo tempo de cinco minutos. (Palmas.)

O SR. JOSÉ OSCAR MIRANDA PACHECO – Muito obrigado.

Senador Heráclito Fortes, Sr. Senador César Borges, demais autoridades componente das Mesa, meus amigos, senhores e senhoras, prezados agricultores, nós aqui representamos o Ministério da Agricultura, que está perfeitamente cômico da importância de eventos como esse. Por quê? Primeiramente, porque é a oportunidade democrática que a Comissão de Agricultura tem de ouvir a sociedade em assuntos da mais alta importância, como esse, para que possa tomar a sua decisão livremente e com toda a justiça.

Há outra importância para esse tipo de evento: é a importância, também democrática, essencialmente democrática, de se ouvirem todas as classes, todas as áreas envolvidas nessa discussão. É importante ouvir os agricultores, o Governo, os Parlamentares, os Srs. Prefeitos, as associações de produtores, a indústria – isso é da mais alta importância.

Estivemos reunidos com o Sr. Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, na sexta-feira de manhã e ontem pela manhã, e S. Ex^a relatava que é franca-

mente favorável à ratificação da Convenção-Quadro. Porém, S. Ex^a também externou sua profunda preocupação com o futuro. Daqui a cinco ou 10 anos, à medida que a demanda do tabaco vier a diminuir, o que será feito dos nossos agricultores? Bem sabemos que a nossa agricultura familiar é muito diversificada – sou engenheiro agrônomo há 42 anos, e toda minha vida preguei a diversificação de culturas. Sabemos que o agricultor familiar planta fumo, mas também milho, feijão, batata, arroz etc.

Sabemos também – e essa foi uma questão que o Ministro apresentou com muita clareza – que compete ao Ministério da Agricultura a responsabilidade de zelar pela agropecuária brasileira, juntamente com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, relativamente à agricultura familiar.

Nesse sentido, na sexta-feira à noite, o Ministro Roberto Rodrigues manteve uma reunião com o Presidente Lula e com a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Na ocasião, o Ministro Roberto Rodrigues apresentou propostas concretas, para que tivéssemos a possibilidade de garantir aos agricultores condições, alternativas de apoio, para que esses agricultores, quando chegasse o momento, pudessem optar por outros tipos de atividade. O Ministro me autorizou a informar aqui que o Presidente Lula foi altamente receptivo, acatou a proposta do Ministro Roberto Rodrigues e, inclusive, já socializou o assunto com a Ministra Dilma Rousseff.

Finalizando, queria dizer, de coração mesmo, que, como engenheiros agrônomos e do Ministério da Agricultura, preocupamo-nos, sim, com a agropecuária brasileira, mas também com a saúde de todos, porque, sem saúde, não há emprego, não há atividade agrícola.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Agora, tenho a satisfação de convidar a Sr^a Josenita Souza Salomão, Presidente da Sintifa. (Palmas.)

A SRA. JOSENITA SOUZA SALOMÃO – Srs.

Senadores, minhas saudações. Fico muito feliz por esta audiência estar acontecendo aqui, em Cruz das Almas. Deputado Estadual, Deputados Federais, Secretário, Presidente, Diretor desta Casa, todo o pessoal da área fumageira, que está aqui dentro e lá fora, estou muito emocionada de estar aqui falando em nome de toda a comunidade cruz-almense, dos empregados na indústria do fumo e também das famílias dependentes do plantio do fumo em nosso Estado. Nosso muito obrigado por ter-nos dado oportunidade de demonstrar o quanto é importante para nós a manutenção dessa cultura.

Senhores, eu poderia dizer neste momento que, em nosso Estado, existem mais de 100 mil famílias, pessoas dependentes da cultura do fumo; que, no Recôncavo Baiano, todas as famílias, de uma forma ou de outra, dependem ou já dependeram do fumo. Na verdade, o que estamos querendo é a manutenção do meio de sobrevivência desse povo, seja dos que trabalham na indústria, seja dos que plantam o fumo.

Quero, neste momento, ilustrar nosso pedido de não-ratificação da Convenção-Quadro.

Na cidade, temos também um exemplo muito recente: um grupo fumageiro teve suas atividades encerradas na década passada, e ainda existem seqüelas. Afirmando aqui, na presença de todos, que foi um período horrível. Muita gente passou fome, e o caos social instalado teria continuado até o dia de hoje, se não fosse a própria cultura do fumo, a qual ocupou o espaço deixado por aquele grupo, devolvendo a dignidade e a esperança para milhares de trabalhadores rurais, bem como o restabelecimento da ordem social.

Exemplo como esse reforça os nossos temores quanto à ratificação do Brasil à Convenção-Quadro, que levará ao ostracismo não só a cultura do fumo, mas também milhares de famílias que dependem dela. Com a mais absoluta certeza, a ratificação levará milhares de famílias ao ostracismo social.

Nós, trabalhadores na indústria do fumo e plantadores, só queremos continuar sustentando as nossas famílias com dignidade. Mais uma vez, peço-lhes: não puxem o nosso tapete, não contribuam para a instalação do caos social para o nosso povo e não ajudem a inchar mais as nossas cidades com o êxodo rural; não assinem, Srs. Senadores, a marginalização desse povo tão sofrido e desassistido na zona rural. Encontrem, primeiro, alternativa para a substituição da cultura do fumo. Só após uma transição que não fira a nossa dignidade, estaremos aptos à ratificação da Convenção-Quadro. Por enquanto, fica transmitido aos senhores mais um apelo regional digno: “não” para a ratificação da Convenção-Quadro.

Muito obrigada, Srs. Senadores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Agradeço o pronunciamento da nossa querida oradora, Josenita Salomão. Anuncio a presença entre nós da Sr^a Maria Delian Gomes, Superintendente Federal da Agricultura da Bahia, e passo a palavra ao próximo orador, o Sr. César Neves Medeiros, que é assessor do Departamento de Assistência e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O SR. CÉSAR NEVES MEDEIROS – Saúdo os Srs. Senadores, os Srs. Deputados, os Srs. Prefeitos,

os Srs. Secretários e principalmente todos os agricultores aqui presentes.

Vou tentar esclarecer algumas dúvidas, alguns problemas de comunicação e de entendimento, principalmente de conhecimento do que é a Convenção-Quadro.

A ratificação do acordo é importante para o Brasil, pois significa um compromisso do Governo e da sociedade para com a saúde da população, que efetivamente carece de uma legislação mais restritiva aos mecanismos de estímulo ao consumo de cigarro, além de oferecer maior proteção aos agricultores que hoje cultivam fumo, mas que pretendem mudar de atividade, ofertando assistência técnica e financiamentos ao processo de transição.

Ratificar a Convenção é condição para que o País possa participar da Conferência das Partes, um fórum internacional no qual será decidido o tipo e o nível de apoio a ser disponibilizado para os países em desenvolvimento que pretendam adequar seus sistemas às novas condições previstas na Convenção.

Evidentemente, existem setores contrariados, como os segmentos que controlam o comércio de cigarros, que patrocinam campanhas publicitárias milionárias destinadas a manter seus mercados cativos.

Por isso, muitas inverdades têm sido veiculadas junto aos agricultores, distorcendo os objetivos da Convenção e criando um clima de terror. Afirma-se, por exemplo, que será proibido o plantio de fumo no Brasil. Todavia, repito, não há, em nenhum momento, no texto da Convenção, a menção de se proibir os países de plantarem fumo, assim como não há – repito – conotação de obrigatoriedade da substituição do fumo por atividades alternativas. O que existe é uma recomendação para que se adotem estratégias de assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores cujos meios de vida venham a ser afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco.

Gostaria apenas que o representante da Afubra prestasse atenção, porque ele citou que nada foi feito até agora, nem por parte das entidades internacionais nem por parte do Governo Federal.

Nesse contexto, o Governo Federal, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, alterou as normas do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – o Pronaf.

Os mais de 160 mil agricultores familiares que se dedicam à produção de fumo, em regime de parceria e integração com as indústrias fumageiras, já podem hoje ter acesso a financiamentos nas linhas de inves-

timento do Pronaf, reduzindo a sua dependência em relação à cultura do fumo.

Na safra de 2005/2006, como já foi citado, são R\$ 9 bilhões, e a expectativa é que sejam firmados dois milhões de contratos.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – a FAO, os efeitos da Convenção serão sentidos no mercado mundial em dez anos.

Considerando que 85% do volume colhido é destinado à exportação, o momento é de criar alternativas viáveis para a reestruturação da matriz produtiva e ratificar a Convenção.

Queria que os senhores atentassem para o seguinte: o acordo – ratifique ou não o Brasil – já está em vigor. O que queremos é justamente tentar criar alternativas para que esses produtores que venham a ser prejudicados possam optar por outras culturas.

Creio que poucos aqui leram o texto da convenção. A esses poucos que o leram peço que me mostrem onde está escrito no documento que será proibido o cultivo de fumo ou obrigatória a sua substituição. Não se trata disso. Nós estamos aqui justamente para oferecer alternativas àqueles que venham a ser prejudicados.

Cabe ao Senado Federal, com apoio do Governo, principalmente da sociedade brasileira, dar esse passo corajoso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Passo a palavra ao Sr. Orlando Sampaio Passos, representante da Confederação Nacional de Agricultura, se S. S^a estiver presente.

O SR. ORLANDO SAMPAIO PASSOS – Saúdo o ilustre Senador César Borges, o ilustre Senador Heráclito Fortes. Saúdo também todos aqueles que detêm cargos eletivos e que se fazem presentes. Minha saudação toda especial às pessoas de Cruz das Almas e das adjacências, aqui presentes. Trago o carinho e o abraço da gente catarinense a todos vocês. (Palmas.)

Falar em Convenção-Quadro é falar numa decisão extremamente importante. Neste País, ou você é contra, ou você é a favor. Jamais sentamos à mesa, na qualidade de representante dos produtores, para pôr os nossos objetivos e as nossas propostas relativas à Convenção-Quadro. Jamais nos deram esse direito; proibiram-nos de fazer isso desde Genebra. Que não há nada escrito no sentido de proibir está claro, mas isso está intrínseco no que está redigido, escrito, nos termos da Convenção-Quadro.

Sugiro ao nosso País que diga aos países lá de fora o seguinte: adotem o que nós adotamos aqui na

política antitabagista no que tange à proibição do cigarro. Isso, porque só existem dois países no mundo que têm, na sua carteira, a imagem que é divulgada aqui no Brasil: nós e o Canadá. E o resto?

Vamos falar em saúde. Vamos falar no câncer. E pergunto às mulheres, que constituem a maioria da mão-de-obra no segmento fumageiro desta região: quantas companheiras vocês já perderam em razão do câncer, por causa de um simples exame de prevenção do colo do útero ou de mama? (Palmas). Por que elas não podem ter o direito à vida? Por que não podem ter o direito de fazer uma simples mamografia ou um exame laboratorial? Quantos homens perderam sua vida por causa de um câncer de próstata e por não terem acesso a um exame de PSA? Eles não têm acesso nem a um exame laboratorial quanto mais a um tratamento! Nós temos que olhar os brasileiros, e não os estrangeiros. Como diz o jargão da propaganda institucional: o melhor do Brasil somos nós, os brasileiros. (Palmas).

Ninguém é contra a Convenção-Quadro. Queremos que as coisas aconteçam de forma disciplinada, ordeira. Digo às autoridades que lá fora nos representaram e aos Srs. Senadores que começamos a casa pelo telhado. Casa que começa pelo telhado não tem sustentação. A casa tem que começar a ser feita pelos alicerces. Será que nos é motivo de vergonha ir à Organização Mundial de Saúde e pedir que nos auxilie no combate ao câncer de outras maneiras?

Não podemos, pelo simples fato de se alicerçar o único item da saúde, jogar para debaixo de um pavilhão, para debaixo de um viaduto, para debaixo de uma lona preta mais de 2 milhões e 400 mil brasileiros. Senhores que representam as instituições, lembrem Srs. Senadores, lembrem-se dos brasileiros. Chega de fazer imagem bonita para o exterior. Façam imagem maravilhosa para esse povo, que é o nosso orgulho.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Quero passar a palavra ao Sr. Albino Gewehr, representando a Fetraf-Sul.

O SR. ALBINO GEWEHR – Boa-tarde, Senadores, especialmente Senador César Borges, que coordena este trabalho. Vou dispensar as apresentações, que já foram formalizadas, mas agradecer em nome do prefeito a cordialidade da recepção de Cruz das Almas e abordar nesse curto espaço de tempo alguns aspectos. Gostaria de tentar, na minha fala, chamar a atenção dos senhores para a conjuntura mundial do tabaco. Lembrar que a produção do fumo no mundo todo não é planejada nem por nós, Brasil, nem pelos chineses, individualmente, nem pelos americanos. Quem planeja a produção de fumo e a forma como ela se dá, são as multinacionais do tabaco, que estão

instaladas principalmente nos Estados Unidos, na Inglaterra e em alguns países da Europa. São elas que controlam a produção mundial e são elas que contratam pessoas aqui no Brasil para organizar essa produção. Minha companheira Josenilda, queria fazer só uma frase: puxaram muito o nosso tapete, puxaram o tapete dos trabalhadores quando aqui, no município vizinho, uma fábrica de cigarro fechou, foi embora. Puxaram o tapete de Venâncio Aires no início do ano, quando fecharam uma unidade em Venâncio Aires e se transferiram para Santa Catarina, nem dando bola para o prefeito, que tem uma posição contundente, favorável, que respeito muito. Passaram, puxaram o nosso tapete quando a mesma multinacional que aqui no Brasil paga para nós, fumicultores, míseros 4 reais por quilo, paga mais de 30 na Europa, paga 45 reais pelo mesmo quilo de fumo no Japão e paga em torno de 10 reais aqui nos Estados Unidos. Eles planejam essa produção e pagam o que bem entender nesses países. O que vai acontecer no Brasil, vocês vão se surpreender com o que vou falar, é que a produção de fumo vai dobrar, pode até triplicar, porque hoje existe um movimento mundial de redução da produção de fumo. Opa, mas isso é contraditório. Ele está dizendo que existe um movimento de redução e, ao mesmo tempo, ele vai dizer que no Brasil a produção vai aumentar? Sim, por uma razão muito simples. Eles optaram por produzir fumo no Brasil, onde nós, fumicultores, onde vocês, trabalhadores da indústria, trabalham por uma meia dúzia de reais. Aqui é mais barato. Então, vou fechar a produção na Europa, onde tenho de pagar dez vezes mais do que pago aqui, vou desativar a produção nos Estados Unidos, onde tenho de pagar cinco vezes mais do que pago aqui, e trago para o Brasil. Trazendo para o Brasil, essa é uma decisão que é da indústria. Todos os analistas dizem isso, eles querem o Brasil livre. Aqui, eles não querem ter controle, porque eles querem continuar puxando o nosso tapete, porque a produção vai dobrar, vai triplicar no Brasil e elas não querem a Convenção-Quadro aqui no Brasil, porque quando o negócio do fumo se tornar ruim, o consumo de cigarros cair e tivermos 1 milhão de produtores neste país, eles vão simplesmente nos dar as costas e ir embora. Aí, sim, teremos um problema muito grande para resolver. Só fechar a Convenção-Quadro é um assunto de Estado. Isso vem sendo discutido pelo Governo Fernando Henrique, pelo Governo Lula. Não é posição de governo a, de governo b. É a relação do nosso Brasil com o mundo.

E nós, que lideramos a cruzada mundial de combate à fome, que pedimos um assento no Conselho de Segurança na ONU, nesse momento, certamente, não daremos as costas para o mundo.

Muito obrigado.

Espero que esse seja o voto do Senado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Passo a palavra ao próximo orador Secretário de Saúde do Município de Sapeaçu e ex-prefeito de Cruz das Almas, Dr. Jean Cavalcanti.

O SR. JEAN CAVALCANTI – Meu bom-dia a todos, em especial a todos os trabalhadores ligados à labuta do fumo, à área fumageira, não só de Cruz das Almas, mas do Recôncavo e do Estado da Bahia, e aos amigos que ora nos visitam também de outros Estados. Meu bom dia ao Prefeito Municipal, ao Presidente desta Mesa, neste momento, o Senador Heráclito Fortes. O meu bom-dia ao Senador César Borges. Meu bom-dia às demais autoridades aqui presentes ou representadas.

Meus amigos e minhas amigas, operárias do fumo que ora nos assistem pessoalmente, nos auscultam, através do sistema de comunicação, e que nos estão vendo, por meio também do sistema televisado da Rede Senado e outras televisões que aqui se encontram presentes.

A minha fala, Senador Heráclito Fortes, minhas senhoras e meus senhores, é de preocupação. Por que de preocupação? Sou médico, 30 anos que labuto nesta região, tendo como meu local Cruz das Almas, minha sede, na área de anestesiologia e conhecedor demais das doenças cardiopulmonares.

Fui prefeito desta cidade nos últimos oito anos. Então, conheço muito de perto, Sr. Deputado Elcio Pimenta, os problemas, Sr. Secretário de Agricultura, que afligem este povo, principalmente desta região. Gostaria de passar para vocês, inicialmente, a minha primeira preocupação.

Foi aprovado um texto da Convenção Quadro de controle do uso do tabaco, assinado pelo Brasil, em 16 de junho de 2003. O Ministro Humberto Costa do Governo atual assinou o texto, foi o segundo signatário. O segundo país que assinou esse texto desse tratado foi o Brasil. Por que não houve divulgação? Por que não houve audiências públicas para consultar o povo se era a favor ou não da assinatura pelo Ministério de um partido que tanto prega a participação popular, que tanto prega as audiências públicas?

Colocamos, Sr. Prefeito Orlando Peixoto, do PT, uma grande interrogação. Por que não se ouviu o povo para o Ministro Humberto Costa assinar? Por que a nossa Câmara dos Deputados assinou, em 14 de maio, aprovando esse tratado? Foi aprovado na calada da noite. E o País não teve conhecimento, a imprensa não teve conhecimento. Os deputados, muitos deles, nem

lá estavam. Acordo de lideranças, como fizeram para o salário de R\$300,00. E lá foi aprovado pela Câmara.

Parabéns, Senador Heráclito Fortes, parabéns, Senador César Borges, que seja extensivo a todos os Senadores do Parlamento deste País. A sabedoria, Senador Heráclito Fortes, levem a seus pares lá no Senado, Senador César Borges. Porque vocês tiveram que ouvir o povo deste País nessas audiências públicas. Estivemos lá em Camacua, Senador. Sabe o senhor que luta tivemos. Estávamos em uma comitiva suprapartidária, com a presença dessa grande baluarte, Zenita Salomão, com o secretário de agricultura deste Município, inclusive somos do mesmo partido, com o Presidente da Câmara, Alberto Santana. E, lá, pedimos a V. Ex^a para que aqui fizesse essa audiência pública. E agradecemos a V. Ex^a. Queremos mais transparência, para que possamos talvez um dia votar a favor da Convenção Quadro. Hoje, somos totalmente contrários à Convenção Quadro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (César Borges PFL – BA)

– Quero passar a palavra ao Secretário de Agricultura do Município de Cruz das Almas, Oswaldo da Paz.

O SR. OSWALDO DA PAZ – Meu boa-tarde! Quero saudar primeiro a Mesa, os Srs. Senadores, o Sr. Prefeito, secretários e demais autoridades presentes e representadas. Dizer que não estou aqui como Secretário de Agricultura de Cruz das Almas, mas estou aqui como porta-voz de Governador Mangabeira, de Muritiba, de São Felipe, São Félix, Cachoeira, Maragogipe, Cabaceiras do Paraguaçu, Santo Estevão, Ipecaetá, Sapeaçu, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Santo Antônio de Jesus, Varzedo, Amargosa, São Gonçalo, Irará, Ipirá, região de Feira de Santana, que são diversos municípios, e região de Alagoinhas, porque essas cidades, juntas, geram em torno de cento e quatro, Senadores, mil empregos, diretos e indiretos, essas cidades geram com a cultura do fumo. 74% dos agricultores... – desculpem-me, não saudei a grande estrela desse evento, que são os trabalhadores e as trabalhadoras da indústria do fumo, vocês sim são a grande estrela desse evento.

Continuando, 74% dos agricultores são pequenos agricultores familiares com áreas inferiores a cinco hectares, o que mostra claramente, Sr. Pedro de Deus, que é difícil numa pequena área você substituir outra cultura que gere tanto emprego e tanta renda para esses pequenos agricultores. E 82% desses agricultores são proprietários de terra, o que mostra claramente que eles não são explorados. E muito difícil fazer essa substituição, aqui temos um exemplo claro que é difícil, temos a Embrapa, um grande centro de pesquisa que gera tecnologia. Estava aqui o Haroldo, pesquisador,

está aqui representando a Embrapa. É difícil. Porque se fosse simples substituir essa cultura, a Embrapa, com tanta tecnologia, poderia já ter substituído. A Embrapa já tentou, já fez inclusive várias quadras experimentais com abacaxi e com acerola. E é difícil porque são pequenas propriedades. E o agricultor e a agricultora, acostumados a gerar renda, é com o fumo que têm uma cadeia fechada, desde a assistência técnica até a comercialização. O agricultor não ganha dinheiro plantando, o agricultor ganha dinheiro comercializando sua produção, por isso é que é difícil. Nesse momento conclamo os Senadores para dizerem “não” à Convenção Quadro e “sim” (Palmas.)...

024 verificar

O SR. – Boa tarde aos trabalhadores e trabalhadoras da indústria fumageira.

Quero saudar o Presidente desta reunião, o Senador César Borges, saudar o Senador Heráclito Fortes, saudar o Secretário da Agricultura do Estado da Bahia, representando o nosso Governador, saudar o Prefeito de Cruz das Almas e, através dele, saudar a todos os Prefeitos que vieram aqui – do Sul – e aqueles da região; saudar os Presidentes de Câmara de Vereadores que estão aqui presentes e todos os Vereadores, em nome do Vereador Alberto Santana e saudar, também, os Deputados em nome do nosso grande companheiro, o Deputado Estadual do Pc do B aqui presente.

Neste momento, quero dizer que sou médico e posso falar, na frente do pessoal do Ministério da Saúde que, como médico e como Secretário de Saúde, não posso desconhecer, de maneira alguma, os males que são causados pelo uso do tabaco mas, como médico, como Secretário de Saúde, como cidadão, como agente político, não posso ver esta situação apenas por um prisma. Tem que ser vista por um prisma maior e, aí, eu posso dizer que as outras drogas lícitas – e está aí o álcool para provar – causa muito mais prejuízos à saúde, além de separar a família, faz a exclusão social e outros problemas gravíssimos.

Neste momento, Srs. Senadores, não podemos partirizar isto aqui ou levar para a área política, de maneira alguma. Temos que ser suprapartidários porque no Senado não pode acontecer o que ocorreu na Câmara dos Deputados: sem nenhuma conversa, sem nenhum entendimento, todos os Líderes dos Partidos, inclusive do meu e do seu, Dr. Jean, votaram por acordo de Líder de Bancada. Isto não pode acontecer no Senado. Isto tem que ser feito do jeito como estamos construindo aqui e, por último, eu quero dizer aos técnicos dos Ministérios de que, antes de se criar o Fundo, deveria ter sido conversado. Não se criou fundo algum, nem pela OMS e nem pelos Governos Federais e nem pelos Governos Estaduais para modificar

a cultura de fumo e nós não podemos ficar a mercê disto, até porque, Srs. Senadores, aqui, em Cruz das Almas, nós já conhecemos esse filme. Há 10 anos atrás, nós assistimos ao fechamento da Agrocomercial Fumageira e, até hoje, os funcionários não receberam os seus salários. Por isto, é que nós devemos saber onde estamos pisando e o que estamos fazendo. Por isto, eu acredito que o Senado Federal irá ver esta situação da forma que nós estamos colocando porque não existe droga pior, meu amigo, do que a fome e o desemprego. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA) – Estamos caminhando para o final da reunião, altamente proveitosa e resta o orador que nos foi indicado pela Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo. A ele chamamos e concedemos a palavra, por 5 minutos, ao Sr. Almedo Dettenborn, Prefeito de Venâncio Aires.

O SR. ALMEDO DETTENBORN – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir um minuto de atenção para que nós possamos – e ficasse fora do tempo – nós, do Rio Grande do Sul, uma homenagem a esse querido e simpático município de Cruz das Almas que nos recebeu tão bem. Desde ontem, nós estamos sendo cativados pela cortesia, pela amabilidade do povo desta terra. E a delegação gaúcha que aqui está, representada pela liderança maior Sr. Hainsi Gralow, presidente da Afubra, pelo prefeito Cássio Mota, de Canguçu, o segundo maior produtor de fumo do Brasil, pela nossa pessoa, que representa Venâncio Aires que é o maior produtor de fumo do Brasil, representado por sindicalistas, vereadores, quatro emissoras de rádio, cinco jornais e também por um representante do Governo do Estado, Sr. Hermes Pinheiro, vem aqui agradecer ao nosso querido Prefeito Municipal Armandinho, conhecido pelo seu nome popular (Palmas). Queremos cumprimentá-lo não só pelo povo, Prefeito, mas pela tua bela e acolhedora cidade, a esse nosso Presidente da Câmara de Vereadores, que já se tornou tão amigo convivendo conosco quase quarenta e oito horas, o Alberto Santana (Palmas), a nossa querida simpática companheira em memoráveis audiências pelo Brasil afora, a sexta de que ela participa, a nossa Josenita Salomão, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, aos vereadores deste Município.

Olha, que gesto bonito e democrático aconteceu ontem à noite, memorável ato, que deve ficar na história da democracia desta cidade, quando os vereadores abriram mão e abriram as portas para que a delegação gaúcha fizesse a saudação e explanasse a esse povo numa prévia audiência pública a verdadeira situação da fumicultura no Brasil e esse povo está clamando, esse povo está pedindo que deixe eles

produzirem, que deixe eles plantarem fumo porque é do fumo que eles educam seus filhos e que arrancam a riqueza da terra.

Nós não podemos deixar, Presidente Heráclito, V. Ex^a que tem sido um pai, um democrata e também o Senador César Borges, de prestar essa homenagem a esse povo que nos cativou.

Obrigado e que Deus ajude. (Palmas)

Nós estamos representando nesse ato com muita alegria a Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo, maior produtor de fumo do mundo. Estamos representando a Famurce, que representa os 496 municípios do Rio Grande do Sul e que 351 municípios produzem fumo e nós estamos representando a nossa querida Venâncio Aires.

Ouvimos, assistimos com muita atenção todos os demais e eu acho que nós temos uma solução. É tão simples. Vamos assinar essa convenção. Vamos assinar, mas daqui a vinte anos. Foi isso que decidiram os prefeitos do Vale do Rio Pardo. Primeiro vamos dar oportunidade para que o Governo se organize, para que aloque recursos nos orçamentos para nós fazermos a diversificação. Vamos dar oportunidade para que o governo busque no exterior os recursos, tão necessários, para a reconversão. Aí sim, vamos assinar a convenção porque terá mais um período para nos organizarmos. Vinte anos é tão pouco. Vinte anos... os meninos que estão aqui poderão escolher outras formas de sobrevivência porque serão os futuros produtores nesse País. Vamos, nesse ínterim, minha gente, nesse espaço tão pequeno e tão rápido, combater com veemência o contrabando do cigarro porque os senhores sabem, Senadores, esse País deixa de arrecadar R\$720 bilhões devido ao contrabando que vem do exterior pelas fronteiras e que é impossível o seu controle.

E vamos combater nesse período com mais veemência o uso do cigarro. Mas vamos combater também o álcool, que arrasa e que termina, que mata e que, a cada fim de semana, eu tenho certeza, Vereadora Margarida, você que é provedora do hospital, enche esse hospital de batidas de automóveis, de fraturas, de vítimas oriundas do consumo do álcool, que é exagerado geralmente nos fins de semana.

Mas essa questão, minha gente, de assinar ou não a Convenção é uma decisão política e, por onde temos passado, srs. tecnocratas dos Ministérios, os que têm voto são contra a assinatura, os que têm voto são contra e estão do lado dos trabalhadores; e, aqui, há milhões e milhões de voto, e, ali, temos os profissionais tecnocratas, que se negam a olhar e a conviver com o povo, porque têm os olhos vendados, causados pelos interesses internacionais, porque a ONU não está

preocupada. Por acaso ela está preocupada com as mortes que aconteceu pelo mundo e que ela provocou? Com a guerra, com a desgraça. Aí ela não está preocupada. Será que a ONU é tão boazinha assim? E o Iraque? Quem comandou as vítimas do Iraque? Foi a ONU, e, agora, querem tornar este País, os verdadeiros trabalhadores deste País, querem tornar o quê? Mais 250 famílias lonas pretas, que vão ocupar a beira da estrada e viver às custas de também organizações internacionais, que vocês conhecem muito bem.

Obrigado, Cruz das Almas, e partimos daqui com a grande esperança que o não será o grande vencedor.

Muito obrigado.

Quero deixar o documento da nossa associação, em que fizemos essa sugestão dos vinte anos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Bom, meus amigos, vamos anunciar os dois últimos oradores. Os dois últimos oradores democraticamente solicitaram a palavra, e vamos anunciar: o Sr. Francisco Natal Signor, que é Superintendente Federal da Agricultura do Rio Grande do Sul, seguido do Sr. Hermes Ribeiro de Souza Filho, Diretor do Departamento de Agronegócio e da Agroindústria da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul.

Aos dois, estamos concedendo a palavra para o encerramento dessa proveitosa reunião nessa querida cidade de Cruz das Almas.

Com a palavra, o Sr. Francisco Natal.

O SR. FRANCISCO NATAL SIGNOR – Bom-dia, Senadores, bom-dia, Prefeito – bom dia ainda. Estamos ainda aguardando almoço. Bom dia, Senador, bom dia, Secretário, bom dia a todas e a todos que estão aqui, hoje, neste momento cívico, oportunizado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

Estou aqui ocupando este espaço não como Superintendente Federal de Agricultura do Rio Grande do Sul, mas como Secretário Executivo da Câmara Setorial do Fumo, instituída pelo Ministro Roberto Rodrigues, seguindo orientação do Presidente Lula, e me sinto à vontade para fazer algumas colocações, Senadores, porque notei que aqui se respeitou o objetivo desta audiência pública e não descambou para o lado da política partidária. Meus parabéns, Senador Heráclito.

No Rio Grande do Sul, até a uma altura, foi bem e, no final, descambou para um lado só infelizmente. Aí apareceram muitos papagaios de pirata de última hora, tentando tirar proveito dessa situação. Aqui, em Cruz das Almas...

(Palmas.)

O nosso Prefeito é do PT, meu companheiro político, que tem o entendimento diferente do que tem outros companheiros do PT. Por isso, não está no campo partidário essa discussão, porque, no ano passado, em maio de 2004, quem fez o requerimento interno na Câmara do pedido de urgência para que fosse votada na Câmara dos Deputados a Convenção-Quadro não foram só deputados do PT, mas de todos os Partidos.

Sr. Hainsi Gralow, no ano passado, durante uma reunião da Câmara Setorial do Fumo, em Brasília, que tem no seu seio os prós e os contras – eu acho que tem mais a favor do que contra, em função da sua composição –, percebemos que na Câmara dos Deputados o assunto passou batido e sem discussão porque não queriam se comprometer com o setor de um lado ou de outro e achamos que deveríamos peregrinar pelo Senado para que houvesse discussão, para que houvesse audiências públicas. Esse foi o trabalho feito pela Câmara Setorial. Nós discutimos na Câmara Setorial vários temas: o contrabando, o comércio ilegal de cigarros e também a distribuição da renda. É coisa dura a distribuição da renda, mas foi discutida, sim. Tenho certeza de que a Câmara Setorial prestou um bom serviço, sem entrar no mérito, de ser a favor ou contra.

Estamos aqui hoje graças à mobilização, sim, primeira da Câmara Setorial, instituída pelo Ministro Rodrigues, evidentemente sob os acordos do Presidente Lula.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Borges PFL – BA) – Havíamos anunciado a palavra do Sr. Hermes Ribeiro de Souza Filho. Lamentavelmente não o tínhamos visto, mas vamos anunciar a palavra ao último orador, o Sr. Mauro Flores, depois do Sr. Hermes Ribeiro Souza Filho.

O SR. HERMES RIBEIRO SOUZA FILHO – Sr. Prefeito deste Município, Presidente da Câmara, Diretor da Faculdade que nos recebe nesta manhã e tarde, Senador César Borges, confesso que o conheci através da grande mídia, ao longo do tempo, como Governador e ultimamente como Senador. Tivemos uma oportunidade, no Tratoração em Brasília, há dois ou três meses, e ontem à noite, chegando a Salvador e no deslocamento até esta cidade, por orientação do motorista, fiquei conhecendo várias obras, várias realizações do seu Governo, quando passou aqui, atesta deste palácio.

Senador Heráclito Fortes, tivemos a oportunidade de conversar longamente em Porto Alegre, na Farsul, e posteriormente acompanhar o seu trabalho em Camaquã. Quero cumprimentar pela disposição que não

se encontra em todos os Senadores da República de percorrer o Brasil e ouvir as bases, como os senhores estão ouvindo, assistindo e acompanhando neste dia. Eu que conheço um pouco da história do Congresso, da Câmara e do Senado, não esperava de V. Ex^a outra atitude a não ser a forma como vai se posicionar. E o objetivo maior é ouvir a opinião dos brasileiros para ter a sua opinião formada, quem sabe, no dia 15 ou dia 20 deste mês.

Não posso usar o mesmo tratamento ao Executivo, que encaminha um projeto desta grandeza e não manda para este plenário, a exemplo do que também não fez em Camaquã e Santa Cruz do Sul, quando não mandou ministros para discutir com o povo e acompanhar a manifestação das lideranças maiores do setor.

Quero nesta hora, com todo respeito que tenho pelos técnicos, que não sei se são do segundo, do terceiro ou do quarto escalão, fazer um registro em nome do Estado do Rio Grande do Sul. Evidentemente, venho aqui nesta manhã e tarde falar em nome do meu Estado, que é o maior produtor de fumo do Brasil, o Estado onde há 380 Municípios ligados diretamente a esta atividade, num universo, numa administração, numa distribuição política de 495 Municípios. Temos esse número de Municípios, com mais de 100 mil famílias, com abrangência de 500 mil pessoas envolvidas diretamente na cultura e na atividade do fumo.

Parabenizo Hainsi Gralow e todos os Diretores da Fubra pelo trabalho extraordinário que estão fazendo na defesa. Quero, senhoras e senhores produtores do Brasil que me acompanham neste dia pela TV Senado, saudar as autoridades presentes e as que nos acompanham, saudando o Prefeito e o Presidente da Câmara do meu Município, segundo maior produtor de fumo do Brasil, Cássio Luis Freitas da Mota e Hélio Ernesto Hoffmann.

Para encerrar – porque sei que o tempo é curto –, gostaria, neste minuto que me resta, de dizer que é fácil aderir quando não há 2.400 milhões produtores envolvidos na produção do tabaco. Falta-nos respostas, Srs. Senadores. Grandes países produtores de fumo aderiram. Os Estados Unidos aderiram. Quem aderiu como resolveu ou vai resolver o problema dos produtores? Como fica a substituição do tabaco por outra cultura? Quem vai indenizar investimentos da ordem de R\$2.000.700 bilhões feitos ao longo do tempo no Rio Grande, no Brasil? (Palmas)

No Rio Grande, há a experiência da lona preta. No Rio Grande, há produtores que estão na atividade do arroz, pagando para produzir. No Rio Grande, há produtores de trigo, pagando para produzir. E agora há, pela frente, este projeto que nos preocupa como autoridades, que preocupa produtores homens e mulheres

de uma cultura que deu certo ao longo do tempo e é a mais bem organizada desde a elaboração do projeto até a última hora da operação de venda. É a produção de fumo a mais bem organizada no Brasil. (Palmas)

Por isso, nesta hora, em que encerro, Senador César Borges e Senador Heráclito Fortes, renovo o pacto feito por V. Ex^a em Camaquã. Como V. Ex^a propôs o pacto do chimarrão com a rapadura, proponho abrangência maior: chimarrão, rapadura e o acarajé da Bahia.

Parabéns e cumprimentos a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Com a palavra o último orador, Sr. Mauro Flores.

Antes, no entanto, gostaria de dizer que esta Mesa recebeu ofício da Câmara de Diretores Lojistas de Cruz das Almas, demonstrando sua preocupação com o assunto que hoje está sendo tratado e enumerando diversas razões que levam a recomendar aos Srs. Senadores uma profunda reflexão sobre a ratificação da Convenção-Quadro sobre Controle de Tabaco, pois o equívoco poderá ser, irreversivelmente, danoso ao nosso País, especialmente às regiões produtoras do fumo. Assinado pelo seu Presidente Everaldo Guedes Pereira, a quem agradecemos a carta. (Palmas.)

O SR. MAURO FLORES – Sr. Prefeito Municipal de Cruz das Almas – se se pode chamá-lo assim, fiquei conhecendo domingo à noite –, nosso amigo Orlando; e o Presidente da Câmara de Vereadores deste Município, que também conhecemos nos últimos dias, Sr. Alberto. Em nome desses dois, saúdo a todos os políticos presentes, as pessoas da Bahia e todos os visitantes que aqui estão.

Srs. Senadores, é uma satisfação para nós gaúchos ter aqui as suas presenças, como a presença do Senador Relator deste projeto, Heráclito Fortes, e o Senador César Borges. Estão aí fazendo o seu trabalho, esse trabalho que teria que ter sido feito, como outros que me antecederam já falaram.

Mas por que é que nós estamos aqui hoje, na Bahia, participando desta audiência pública? Porque nós temos no Rio Grande do Sul, como já foi dito, mais de 100 mil famílias que cultivam o fumo; mais de 100 mil famílias que trabalham sustentando sua família com o sistema integrado, que é o melhor sistema que existe no mundo, em que o produtor – como eu sou produtor de fumo, eu sei –, ao preparar o viveiro de mudas, já sabe pelo mínimo que vai vender seu produto e sabe que vai vender toda a sua produção. Esse é o sistema integrado na cultura do fumo. E com uma assistência técnica gratuita para o produtor, o que é importante. Além dessa assistência técnica, o produtor também, muitas vezes, mora a alguns quilômetros da sede, ou seja, da cidade. No meu Estado, mais precisamente no

meu Município, há lugares bastante dobrados, difíceis até de chegar ou encostar o caminhão para carregar o produto. Assim, o produtor tem que levá-lo de carroça de boi, às vezes a um, dois quilômetros de distância, para carregar seu produto. E ali ele vive, trabalhando com a sua família, mantendo seus filhos na escola e tendo uma vida digna, uma vida de cidadão, com toda a sua família.

Por que desestabilizar um sistema que hoje está funcionando há mais de cinquenta anos, e está funcionando? Por que desestabilizar?

Alguém falou aqui: “Trocar por outra cultura; não é simplesmente a Convenção-Quadro proibir plantar fumo; pode trocar por outra cultura, vamos fazer a reconversão”.

Olha, o agricultor hoje é livre. Eu quero saber que agricultor está plantando fumo obrigado! Quero saber se tem alguém que cultiva sendo obrigado a plantar fumo, ou se ele planta porque quer ver a sua família viver com dignidade, ganhar o seu dinheiro honestamente, não com promessa, não sendo enganado.

Se ele quiser trocar de atividade, hoje ele pode, sem assinatura da Convenção-Quadro; ou com assinatura ele pode trocar de atividade. Mas ele não o faz por quê? Ir plantar fumo por quê? Para ver aquela mudinha crescer e ficar bonitinha, verdinha? Não, senhores! Ele planta fumo porque ele quer dar o sustento a sua família, e a cultura do fumo é a única hoje que dá rentabilidade, principalmente em pequenas propriedades. Porque nós temos que mais de 19% dos produtores de fumo não possuem terra, e mais de 36,7% têm de um a dez hectares de terra. Qual é a outra cultura que daria a rentabilidade para ele manter a sua família?

Foi falado aqui também, por alguém do Ministério da Agricultura: “Eu confio no Ministro Roberto Rodrigues, confio no trabalho dele e sei que ele sempre defendeu a agricultura”. Só que, na hora de falar em liberação de recurso, não é ele que tem a chave do cofre, e quem a tem não a libera ao Ministro Roberto Rodrigues.

(Palmas.)

Por isso, nós temos que ter um cuidado muito grande, e eu confio nos Senadores da República. Tenho confiança nos Senadores e sei a sua missão, que é difícil. É difícil, sim, para o Governo e, principalmente, para o Ministério da Saúde, fazendo pressão para que se assine a Convenção-Quadro para vir recurso. Mas vir recurso de onde? Se querem mandar recursos, os cofres do Brasil estão abertos, o Ministério da Fazenda certamente vai receber esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (César Borges. PFL – BA)

– Primeiro, quero agradecer novamente ao Senador Heráclito Fortes em ter prestigiado o nosso Estado, em

particular a cidade de Cruz das Almas e o Recôncavo Baiano, trazendo aqui esta audiência pública. Muito obrigado, Senador. Foi muito importante para nós podermos colocar aqui esta posição baiana.

Em segundo lugar, uso a palavra para dizer aos senhores que confiem neste trabalho desenvolvido pelo Senado. Tenho certeza de que o Senado saberá ouvir todos esses reclamos e vai procurar uma saída para permanecer uma cultura que é tão importante na geração de emprego e renda de brasileiros. Por outro lado, também deverá proteger a saúde do cidadão brasileiro com relação ao tabagismo.

No entanto, para que prevaleçam os interesses de tantos trabalhadores e trabalhadoras que estão no campo brasileiro, como os senhores que estão aqui, é necessário que todas essas lideranças que vieram aqui, inclusive de outros Estados, como o Rio Grande do Sul, as lideranças também da agricultura baiana, possam ir a Brasília pressionar, esclarecer, porque nem todos Senadores estão tendo oportunidade de participar dessas audiências públicas, que são esclarecedoras. Então, a pressão no Senado é legítima, é justa.

Vamos com essa força, a região mobilizada, para que, finalmente, os objetivos de permanecer a região se desenvolvendo, plantando a sua cultura tradicional do fumo, possa ser uma realidade.

Muito obrigado.

Foi um prazer estar com os senhores aqui hoje.
(Palmas.)

O SR. RELATOR (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Quero pedir permissão à Mesa para falar a Cruz das Almas de pé, pela maneira com que se comportou a cidade, neste ambiente com liberdade, com democracia e, acima de tudo, com educação. É uma grande lição; mais uma lição que estou levando dessa enriquecedora experiência na minha vida pública.

A política brasileira, meu caro Prefeito, é muito rica em histórias e seu folclore é insuperável. No Piauí, quando eu era garoto, havia um político sábio –, daqueles que hoje chamam de raposa, ou se chamava àquela época –, que tinha apenas o curso primário, mas era determinado na arte de fazer política. Foi Vereador, Deputado Estadual, Governador do Piauí e Deputado Federal. Tinha um nome comprido, mas, carinhosamente, todos nós o chamávamos de Joqueira.

Conta-se uma história muito interessante sobre ele. Joqueira era daquela época em que os políticos recebiam em casa os aliados, os amigos, os companheiros que o procuravam com os mais diversos objetivos, desde a receita médica à salvação da alma. Era aquela infinidade de visitas que ia noite adentro, regada sempre ao bolo frito e ao cafezinho quente, até a hora do tocar da corneta da Polícia Militar, anunciando que

já eram nove e meia da noite, portanto hora de ir para casa antes que a luz se apagasse, porque, naquela época, a luz tinha horário limitado. Certa vez, Joqueira recebeu em casa uma mulher que fazia queixas graves do marido, de que ele estava bebendo muito, chegando em casa tarde, de que tinha uma amante e por aí afora. Joqueira ouviu aquilo tudo calado e, ao término, disse à senhora: “Sabe que você tem razão? Mas, de qualquer maneira, diga ao seu marido que venha aqui amanhã falar comigo”. No dia seguinte, obediente, o marido chegou na hora aprazada, e Joqueira o recebeu. Ele perguntou, como orientador, o que estava havendo, e o marido disse: “Minha mulher está nervosa, começou a chegar naquela idade do desespero, não me dá mais atenção, a comida é fria, o café não sai na hora” e fez várias queixas da mulher. Joqueira ouviu e disse: “Sabe que você tem razão?” Dona Ercília, sua mulher, que ouvia tudo calada, tricotando, à saída do marido da contenda, vira-se para Joqueira e diz: “Meu filho, você disse ontem a ela que ela tinha razão e disse hoje a ele que ele tinha razão. Afinal de contas...” Ele, então, respondeu: “Sabe que você tem razão?”.

Essa é posição em que me encontro aqui hoje, pois estou com vontade de dizer aos dois lados que ambos têm razão, porque os dois lados defendem, se avaliarmos todos os pontos, causas justas e nobres. Precisamos respeitar o ponto de vista de cada um, porque tudo que se faz com convicção e com crença deve ser respeitado. O importante destas audiências públicas é exatamente trazer o problema para a rua e acabarmos, na medida do possível, com aquela velha tese, com aquela velha história, de que o brasileiro – no caso, o eleitor –, só é importante na hora de votar e não de decidir. (Palmas.)

Essa decisão poderia ser tomada na frieza de um gabinete, mas seria uma decisão tomada de maneira arrogante e, acima de tudo, ambiciosa, sem se ouvir a voz da rua. É sacrifício? É, mas é dever também.

O Senado procura nessa medição, nessa caminhada que nós fizemos e hoje a quarta audiência pública, reparar um erro na origem, que foi a falta de discussão na outra Casa. No bicameralismo, funciona essa possibilidade de consertar o que um erra. Um erra aqui, o outro acerta ali.

O Senado é a Casa Revisora, mas nem por isso pode dar-se o luxo de deixar de errar. Nesta semana mesmo – o Senador César é testemunha –, estamos vivendo um problema. Acreditamos num acordo feito sem discussão e votamos a MP do Bem. Só que, no seu bojo, lá no meio, há itens que prejudicam principalmente os aposentados brasileiros. E o Senado, humildemente, se depender de mim, vai pedir que a Câmara, pelo

amor de Deus, corrija um erro que, por boa vontade, cometemos. É assim. A Câmara errou em não discutir essa questão. O Governo errou em não fazer mais claro o debate. O Ministro, ao assinar, devia ter chamado primeiro a Casa Legislativa da qual dependia e discutir de maneira mais clara e mais concreta.

Não podemos trocar coisas objetivas por lotes na lua. E aí vem o legislador. Nós temos a convicção da dificuldade que o Governo enfrenta num problema desses na sua relação internacional, e, no mundo da globalização, ninguém consegue ser uma ilha como país. O isolamento destruiu e vem destruindo várias economias. E nós não podemos ser isolados nessa questão. Mas não podemos também abrir mão da nossa soberania. E não são os outros que vêm dizer aqui o que é bom e o que é melhor.

Não quero entrar no mérito da questão, até porque ainda procuro a essa altura, desesperadamente, uma solução que não prejudique o trabalhador brasileiro, mas que também não prejudique as relações que o Brasil procura ter mundo afora, no momento em que concorre, inclusive numa caminhada visionária, embora legítima, a uma vaga no Conselho de Segurança da ONU. Mas não a este preço.

Portanto, nada mais proveitoso, pelo menos na minha parte, do que esta caminhada. O técnico que está aqui vê a árvore, e o político tem obrigação de ver a floresta. Daí por que esses debates são positivos.

Rendo aqui sinceramente a minha... (falha na gravação...) no período de discussão, porque o Governo – e não é o Governo atual, foi o passado e será o futuro – ...técnicos a tarefa, mas não lhes dá os instrumentos, as informações e os esclarecimentos para que, com convicção, se discuta a questão.

Está avançando. Compromisso assumido, eu tenho data e quero honrar meu compromisso. E estou procurando e vou tentar, até o último momento, encontrar uma solução que não desempregue, mas que também... (falha na gravação...) ...Brasil fora. Vamos encontrar mecanismos. A imaginação é fértil. O jeitinho brasileiro de última hora vamos tentar dar. Mas é preciso também.... jogo não é determinado e definitivo do Governo.

Eu ouvi aqui vinte e poucas intervenções, todas elas positivas. Não adianto nenhum ponto do que será meu relatório, até porque digo: na hora em que eu falar e se eu falar aqui, perde o objetivo e perde a função.

Ressalto, com toda a convicção, que procurarei fazer o melhor pelo Brasil. E os representantes do Ministério da Agricultura estão presentes. Já temos crises demais para criarmos outras.

De repente, aparece hoje a da aftosa, que nos pega desprevenidos - pois achávamos que estávamos

livres dessa doença - e que me faz crer, meu caro Senador, que, de repente, pode ser algum tipo de boicote, porque é uma coincidência muito grande, Secretário: no momento em que o Brasil é afetado com a crise da aftosa, a Bolívia, com a gripe do frango. São dois fatos pontuais que me deixam a convicção de que é preciso que todos nós fiquemos alertas.

O mercado comercial, o mercado internacional não tem fronteira - a globalização não permite. E os maiores continuam como sempre, desde a nossa origem, a querer engolir os menores. E temos que ter a nossa capacidade de sobrevivência. Temos que ter a capacidade de garantir e de exaltar a nossa soberania.

Daí por que acho da maior importância, meu caro Prefeito, meu caro Deputado Pimenta... (falha na gravação) ...Câmara, Secretário de Agricultura, Sr. Reitor – futuro Reitor -, todos os que estão nesta mesa e, de maneira geral, quero novamente agradecer a Cruz das Almas.

Quero agradecer de maneira carinhosa a esse grande companheiro que é o César Borges. Eu gosto muito de ser sincero nas minhas coisas e não tenho a vocação de torcer contra o sucesso de ninguém, mas nunca torci tanto na minha vida que ele não se elegeisse prefeito de Salvador, porque o Senado não podia perder o César Borges, pela capacidade, pela competência e, sobretudo, pelo espírito de luta.

(Palmas.)

A Bahia leva uma vantagem muito grande sobre o resto do Brasil, primeiro pela bancada; segundo, pela união. Daí porque tivemos esse grande avanço, a Bahia teve esse grande avanço, o que tem colocado o Nordeste, felizmente, em uma situação confortável.

Portanto, meus amigos de Cruz das Almas, agradeço sinceramente a todos vocês a paciência com que nos ouviram e peço só mais um pouquinho de paciência. O meu tempo está chegando ao limite, o meu prazo é o dia 15, e quero entregar à Comissão de Agricultura, cumprindo o meu compromisso, cumprindo o que foi acordado, o meu relatório. E que seja o melhor, repito, para o País.

Portanto, muito obrigado aos Prefeitos da região, aos que vieram do Sul e que nos acompanham desde o início dessa discussão. E me permitam apenas eu errar de novo.

Muito obrigado, Santa Cruz das Almas.

(Palmas.)

Obs.: creio que a reunião encerra-se aqui. No entanto, estavam gravados no MD os dois textos abaixo, sendo o primeiro deles uma propaganda veiculada na Rádio Senado. Adorília.

A TV Senado está apresentando uma nova série de documentários produzidos por nossa equipe de jornalismo.

Santeiros do Piauí. A religiosidade ganha formas e cores nas mãos de artistas do povo. “Um dia eu cheguei em casa lá para meio-dia e disse ‘não, eu vou criar o meu estilo’”.

Estão aqui presentes já temos crise demais para criar outras. De repente, aparece hoje a da aftosa que nos pega desprevenidos e achávamos que estávamos livres e que me faz crer, meu caro Senador, que, de repente, pode ser algum tipo de boicote porque é uma coincidência muito grande, Secretário. No momento em que a América do Sul é afetada com a crise da aftosa no Brasil, a Bolívia com a gripe do frango. São dois fatos pontuais que me deixam a convicção de que é preciso que todos nós fiquemos alertas.

O mercado comercial, o mercado internacional não tem fronteira. A globalização não permite e os maiores continuam como sempre, desde a nossa origem, a querer engolir os menores e temos que ter a nossa capacidade de sobrevivência. Temos que ter a capacidade de garantir e de exaltar a nossa soberania. Daí porque acho da maior importância, meu caro Prefeito, meu caro Deputado E..Pimenta, Câmara, Secretário de Agricultura, Sr. Reitor, todos os que estão nesta mesa e, de uma maneira geral, quero novamente agradecer a Cruz das Almas.

Quero agradecer de maneira carinhosa a esse grande companheiro que é o César Borges. Eu gosto muito de ser sincero nas minhas coisas e não tenho a vocação de torcer contra o sucesso de ninguém, mas nunca torci tanto na minha vida que ele não se elegeesse prefeito de Senador porque o Senado não podia perder o César Borges pela capacidade, pela competência e, sobretudo, pelo espírito de luta.

A Bahia leva uma vantagem muito grande sobre o resto do Brasil. Primeiro porque pela bancada e, segundo, pela união (**fita com falha na gravação**). Em briga de baiano...cuidado. Eu muitas vezes...sai perdendo... é o camarada...do acarajé. Ele sempre comemora e a Bahia sai ganhando. Daí porque tivemos esse grande avanço e a Bahia teve esse grande avanço, o que têm colocado o Nordeste em uma situação confortável.

Meus amigos de Santa Cruz das Almas, agradeço sinceramente a todos vocês a paciência com que nos ouviram e peço só mais um pouquinho de paciência, o meu tempo está chegando ao limite, o meu prazo é o dia 15 e quero entregar à Comissão de Agricultura cumprindo o meu compromisso, cumprindo o que foi acordado em meu relatório e que seja o melhor, repito, para o País. Portanto, muito obrigado aos Prefeitos da região, aos que vieram do Sul e que nos acompa-

nam desde o início dessa discussão e me permitam apenas eu errar de novo. Muito obrigado, Santa Cruz das Almas. (Palmas).

A TV Senado está apresentando uma nova série de documentários produzidos por nossa equipe de jornalismo.

Santeiros do Piauí. Religiosidade ganha formas e cores nas mãos de artistas do povo. “Um dia eu cheguei em casa lá para meio-dia e disse ‘não, eu vou criar o meu estilo’”.

Prefeita Martha Suplicy, no mesmo ano 2001, sob o caso Valdomiro agora ou, melhor, “agora já soube este caso da segunda-feira”, disse a Prefeita. Acredito que, se a partir desse encaminhamento, a partir das investigações, for necessário uma ampliação, eu acho que a gente deve ser contra a CPI, mas acho que seria precipitado hoje, neste momento, instalar uma CPI.

Minha Nossa Senhora, como a memória desse povo é curta e como esquece com facilidade o que fizeram no passado e o que estão dizendo agora à sociedade e a credibilidade desse Governo diminuindo, o Governo está acuado, o Governo está incomodado, o Governo está sem coragem de ir a rua, não vemos mais aquele sorriso aberto do núcleo duro do Palácio, pelo contrário.

O SR. MÃO SANTA – Senador, eu... *(Falha na gravação.)*

Ata da Trigesima Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 19 de outubro de 2005.

Às onze horas e quatro minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e cinco, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Sérgio Guerra, Vice-Presidência Flávio Arns, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), reúne-se com a presença dos Senadores: Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Gilberto Goellner, Demóstenes Torres, Ramez Tebet, Pedro Simon, Leomar Quintanilha, Flávio Arns, Aelton Freitas, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Edison Lobão, Delcídio Amaral e Sérgio Zambiasi. O Senhor Presidente da Comissão Senador Sérgio Guerra, propõe a dispensa da leitura da Ata anterior, que é aprovada. A presente reunião destina-se à apreciação das seguintes proposições: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2004 (TERMINATIVO): Dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. AUTOR: Senador Efraim Morais. RELATOR: Senador Demóstenes Torres. RELATÓRIO: Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. RESUL-

TADO: APROVADO REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 31/2005-CRA, ao Ministro de Estado da Fazenda, objetivando apurar o impacto fiscal no período 2005/2007, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa. À SGM para providências cabíveis. ITEM 2: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2005 (PL nº 3.167, de 1997, na origem) (NÃO TERMINATIVO) Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, acrescentando dispositivo sobre a concessão de financiamento para a aquisição de tratores, colheitadeiras, máquinas, implementos e equipamentos agrícolas. AUTOR: Deputado Moacir Micheletto. RELATOR: Senadora Ana Júlia Carepa. RELATÓRIO: Pela rejeição. RESULTADO: VISTA CONCEDIDA AO SENADOR GILBERTO GOELLNER. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2002 (NÃO TERMINATIVO): Institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências. AUTOR: Senador Mozarildo Cavalcanti. RELATOR: Senadora Lúcia Vânia. RELATÓRIO: Pela aprovação. Iniciada a discussão da matéria não houve oradores inscritos, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. RESULTADO: ADIADA A VOTAÇÃO DA MATÉRIA, EM VIRTUDE DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 29/2005-CRA, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa e Senador Flexa Ribeiro, de audiência pública, para instruir a matéria. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO): Acrescenta dispositivo ao artigo 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. AUTOR: Senador Delcídio Amaral. RELATOR: Senador Amir Lando. RELATÓRIO: Pela aprovação com três emendas que apresenta. RESULTADO: ADIADO. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO): Autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-açúcar – PROAF – Cana de Açúcar. AUTOR: Senador Renan Calheiros. RELATOR: Senador Aelton Freitas. RELATÓRIO: Pela aprovação com 4 (quatro) emendas que apresenta. Iniciada a discussão da matéria e não havendo oradores inscritos passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. O projeto vai a CAE, em decisão terminativa. RESULTADO: APROVADO. À CAE em decisão terminativa. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2004 (NÃO TERMINATIVO): Altera o art. 6º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, do Título VII da Constituição Federal,

e estabelece os critérios pelos quais uma propriedade pode ser considerada produtiva. AUTOR: Senador Cristovam Buarque. RELATOR: Senador Osmar Dias. RELATÓRIO: Pela rejeição. Iniciada a discussão da matéria faz uso da palavra o Senador Gilberto Goellner, passa-se a votação, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. RESULTADO: ADIADA A VOTAÇÃO DA MATÉRIA, EM VIRTUDE DA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 30/2005-CRA, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa (com adendo do Senador Gilberto Goellner), de audiência pública, para instruir a matéria. ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2005 (NÃO TERMINATIVO): Altera o art. 928 do Código de Processo Civil, de modo a tornar obrigatória a inspeção por parte do juiz da reintegração de posse a visitar a propriedade esbulhada sempre que envolver imóvel rural. AUTOR: Senador Álvaro Dias. RELATOR: Senador Delcídio Amaral. RELATÓRIO: Pela aprovação com três emendas que apresenta. RESULTADO: ADIADO. EXTRA-PAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 27, de 2005 – CRA: Requer convite ao Senhor Ministro da Agricultura para debater sobre as questões referentes à febre aftosa. AUTOR: Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores. Na fase de discussão da matéria fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre o assunto abordado os Senadores: Ramez Tebet, Flexa Ribeiro, Pedro Simon, Jonas Pinheiro e a Senadora Ana Júlia Carepa. Passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. RESULTADO: APROVADO. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 28, de 2005 – CRA: Requer a realização de uma Audiência Pública com o objetivo de avaliar e debater as causas que provocaram o foco de febre aftosa constatada em Mato Grosso do Sul, identificar os responsáveis, bem como as medidas que deverão ser tomadas para amenizar o impacto desse fato na economia nacional e, ao mesmo tempo, dar maior segurança à cadeia produtiva da pecuária nacional. AUTOR: Senador Gilberto Goellner. Iniciada a discussão da matéria, não houve oradores inscritos, passa-se a votação da mesma, ocasião em que foi aprovada por unanimidade. RESULTADO: APROVADO. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Sérgio Guerra, Presidente da Comissão



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 698 PÁGINAS